TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
Estado do Amazonas

Diário da Justiça
Eletrônico

Caderno 2
JUDICIÁRIO - CAPITAL

Presidente:
Desembargador
Yedo Simões de Oliveira

Ano XII • Edição 2685 • Manaus, terça-feira, 27 de agosto de 2019 dje.tjam.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEÇÃO I

PRESIDÊNCIA

SECRETARIA JUDICIARIA - RECURSOS

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0000717-63.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Alda Alvarenga Oliveira - Embargado: O Estado do Amazonas - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). João Ricardo Braga (7953/AM), Gerson da Silva Paulino (8445/AM) e Jorge Fernandes de Oliveira (8054/AM) advogado (a,s) de - Advs: João Ricardo Braga (OAB: 7953/AM) - Gerson da Silva Paulino (OAB: 8445/AM) - Jorge Fernandes de Oliveira (OAB: 8054/AM) - Indra Mara Bessa (OAB: 1877/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001163-66.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Editora Ana Cassia LTDA - Embargado: Elci Simoes de Oliveira - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Elci Simões de Oliveira Junior (5543/AM), Jorge Luis dos Reis Oliveira (6866/AM) e Roberta Cintrão Simões de Oliveira (3582/AM), advogado (a,s) de Elci Simoes de Oliveira, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Braulio Ghidalevich (OAB: 2248/AM) - João Paulo Bezerra de Freitas (OAB: 12201/AM) - Elci Simões de Oliveira Junior (OAB: 5543/AM) - Roberta Cintrão Simões de Oliveira (OAB: 3582/AM) - Jorge Luis dos Reis Oliveira (OAB: 6866/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001223-39.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargada: Ana Lúcia Pontes Ferreira - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Gerson da Silva Paulino (8445/AM) e João Ricardo Braga (7953/AM), advogado (a,s) de Ana Lúcia Pontes Ferreira, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Evandro Ezidro de Lima Regis (OAB: 2498/AM) - João Ricardo Braga (OAB: 7953/AM) - Gerson da Silva Paulino (OAB: 8445/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001312-62.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Vision Clinica de Olhos Ltda - Embargado: Flodoaldo da Silva Matos Filho - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Sulamita Brandão da Rocha (4782/AM), advogado (a,s) de Flodoaldo da Silva Matos Filho, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Pablo de Paula Lima (OAB: 9482/AM) - Sulamita Brandão da Rocha (OAB: 4782/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001319-54.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargado: Jose Plácido de Souza - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Kelson Girão de Souza (7670/AM) e Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM), advogado (a,s) de Jose Plácido de Souza, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Neusa Dídia Brandão Soares Pinheiro (OAB: 2342/AM) - Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM) - Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001469-35.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Esepo Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Embargante: Hibride Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Embargado: Paulo Sergio de Souza Limeira - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Jhena Christiane Cunha dos Santos (8805/AM), advogado (a,s) de Paulo Sergio de Souza Limeira, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Nelson Willians F. Rodrigues (OAB: 128341/SP) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) - Jhena Christiane Cunha dos Santos (OAB: 8805/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002236-73.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Maria Aparecida Lopes de Araújo - Embargado: Cavalcante Advogados Associados - Embargado: Grafica e Editora Ltda - Embargado: O Estado do Amazonas - EDITAL DE INTIMAÇÃO Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador João de Jesus Abdala Simões Relator do Processo Eletrônico de Embargos de Declaração nº. 0002236-73.2019.8.04.0000/Manaus - AM, em que figuram como Embargante, Maria Aparecida Lopes de Araújo, advogados, Alichelly Carina Ventura (7185/AM), Leonardo Guimarães Brito (4096/AM) e Norton Carlos de Paula Bezerra (8464/AM) e como Embargado, Cavalcante Advogados Associados, Grafica e Editora Ltda e O Estado do Amazonas, advogados, Adriane Simões Assayag Ribeiro (2531/AM), Alysson George Gomes Cavalcante (3710/AM), Débora Katarinne de Souza Rodrigues (9840/AM) e Leyla Viga Yurtsever (3737/AM). Despacho: "(...) Considerando que os aclaratórios podem implicar a modificação do julgado, intime-se a parte embargada para apresentar manifestação no prazo disposto no art. 1.023, §2º, respeitando-se o que preceitua o art. 219, ambos do CPC/2015. Cumpra-se com as cautelas de praxe. Manaus/AM, 9 de abril de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES - Relator Fica intimada a parte embargada, por meio de seus advogados, Adriane Simões Assayag Ribeiro (2531/AM), Alysson George Gomes Cavalcante (3710/AM), Débora Katarinne de Souza Rodrigues (9840/AM) e Leyla Viga Yurtsever (3737/AM), para apresentar manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 10 de abril de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Alichelly Carina Ventura (OAB: 7185/AM) - Norton Carlos de Paula Bezerra (OAB: 8464/AM) - Leonardo Guimarães Brito (OAB: 4096/AM) - Alysson George Gomes Cavalcante (OAB: 3710/AM) - Leyla Viga Yurtsever (OAB: 3737/AM) - Adriane Simões Assayag Ribeiro (OAB: 2531/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002236-73.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Maria Aparecida Lopes de Araújo - Embargado: Cavalcante Advogados Associados - Embargado: Grafica e Editora Ltda - Embargado: O Estado do Amazonas - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Adriane Simões Assayag Ribeiro (2531/AM), Alysson George Gomes Cavalcante (3710/AM), Débora Katarinne de Souza Rodrigues (9840/AM) e Leyla Viga Yurtsever (3737/AM),

advogado (a,s) de Cavalcante Advogados Associados, Grafica e Editora Ltda e O Estado do Amazonas, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Alichelly Carina Ventura (OAB: 7185/AM) - Norton Carlos de Paula Bezerra (OAB: 8464/AM) - Leonardo Guimarães Brito (OAB: 4096/AM) - Alysson George Gomes Cavalcante (OAB: 3710/AM) - Leyla Viga Yurtsever (OAB: 3737/AM) - Adriane Simões Assayag Ribeiro (OAB: 2531/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002489-61.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Embargado: Einstein Gomes Neves - EDITAL DE INTIMAÇÃO Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Aristóteles Lima Thury Relator do Processo Eletrônico de Embargos de Declaração nº. 0002489-61.2019.8.04.0000/Manaus - AM, em que figuram como Embargante, Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev, advogado, Fábio Martins Ribeiro (449A/AM) e como Embargado, Einstein Gomes Neves, advogado, Orlando Patrício de Sousa (7705/AM). Despacho: "(...) Intime-se o Embargado, nos termos do art. 1023, § 2º, do Código de Processo Civil. À secretaria para providência. Manaus, 16 de abril de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury. Relator." Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogado, Dr. Orlando Patrício de Sousa (7705/AM), para apresentar manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 17 de abril de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Fábio Martins Ribeiro (OAB: 449A/AM) - Orlando Patrício de Sousa (OAB: 7705/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002489-61.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Embargado: Einstein Gomes Neves - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Orlando Patrício de Sousa (7705/AM), advogado (a,s) de Einstein Gomes Neves, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Fábio Martins Ribeiro (OAB: 449A/AM) - Orlando Patrício de Sousa (OAB: 7705/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002490-46.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Embargado: Domingos Eudes da Gama Pinto - EDITAL DE INTIMAÇÃO Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Aristóteles Lima Thury Relator do Processo Eletrônico de Embargos de Declaração nº. 0002490-46.2019.8.04.0000/Manaus - AM, em que figuram como Embargante, Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev, advogado, Caroline Retto Frota (4411/AM) e Fábio Martins Ribeiro (449A/AM) e como Embargado, Domingos Eudes da Gama Pinto, advogado, Antonio Alves Pereira (2622/AM). Despacho: "(...)Intime-se o Embargado, nos termos do art. 1023, § 2º, do Código de Processo Civil. À secretaria para providência. Manaus, 16 de abril de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury. Relator." Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogado, Dr. Antonio Alves Pereira (2622/AM), para apresentar manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 17 de abril de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Caroline Retto Frota (OAB: 4411/AM) - Fábio Martins Ribeiro (OAB: 449A/AM) - Antonio Alves Pereira (OAB: 2622/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002490-46.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Embargado: Domingos Eudes da Gama Pinto - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Antonio Alves Pereira (2622/AM), advogado (a,s) de Domingos Eudes da Gama Pinto, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Caroline Retto Frota (OAB: 4411/AM) - Fábio Martins Ribeiro (OAB: 449A/AM) - Antonio Alves Pereira (OAB: 2622/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002936-49.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fazenda Pública do Estado do Amazonas - Embargado: A.m. da S Rodrigues & Cia Ltda - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Ivson Coêlho (550A/AM), advogado (a,s) de A.m. da S Rodrigues Cia Ltda, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Eugênio Nunes Silva (OAB: 763A/AM) - Ivson Coêlho (OAB: 550A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003028-27.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargada: Glaydes Braga Luniere Gomes - Embargante: O Município de Manaus - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). David D'Angeres Jorge (3718/AM), José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (3597/AM) e Luciana Waquim Campos de Oliveira (16166/PE), advogado (a,s) de Glaydes Braga Luniere Gomes, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB: 3597/AM) - David D'Angeres Jorge (OAB: 3718/AM) - Luciana Waquim Campos de Oliveira (OAB: 16166/PE) - Ariel Shalom Benchimol de Resende (OAB: 6095/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003302-88.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargado: Ricardo Silva de Almeida - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Ramon Michael Chaves Pesqueira (10594/AM), advogado (a,s) de Ricardo Silva de Almeida, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB: 3726/AM) - Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB: 10594/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003550-54.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Manaus Energia S/a) - Embargado: Gelao Industria e Comercio de Gelo Ltda. - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (4563/AM) e Juliana Chaves Coimbra Garcia (4040/AM), advogado (a,s) de Gelao Industria e Comercio de Gelo Ltda., intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) - Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM) - Bruno Henrique Soré (OAB: 1010/AM) - Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011/AM) - Décio Flávio Goçalves Torres Freire (OAB: 697A/AM) - Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB: 4563/AM) - Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB: 4040/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003577-37.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargado: Panadero Brasil Ltda - 0003577-37.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Embargante : O Estado do AmazonasProcurador : Ernando Simião da Silva Filho (9069/AM)Embargado : Panadero Brasil LtdaAdvogado : Rodolfo Paulo Cabral (3548/AM)MPAM : Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível FICA INTIMADO o Embargado, por meios de seu representante legal Dr. Rodolfo Paulo Cabral (3548/AM) para apresentar CONTRARRAZÕES, nos termos do Despacho de fls. 08 cujo teor é o seguinte: "Tendo em vista que eventual acolhimento dos Embargos de Declaração pode ocasionar a modificação da decisão recorrida, determino a intimação do Embargante para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos dos art. 1.023, §2º, do CPC". Manaus, 24 de maio de 2019. - Advs: Ernando Simião da Silva Filho (OAB: 9069/AM) - Rodolfo Paulo Cabral (OAB: 3548/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003577-37.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargado: Panadero Brasil Ltda - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Rodolfo Paulo

Cabral (3548/AM), advogado (a,s) de Panadero Brasil Ltda, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Ernando Simião da Silva Filho (OAB: 9069/AM) - Rodolfo Paulo Cabral (OAB: 3548/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003709-94.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível - Embargado: Vicente Augusto de Oliveira Cruz - EDITAL DE INTIMAÇÃO Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil Relator do Processo Eletrônico de Embargos de Declaração Cível nº. 0003709-94.2019.8.04.0000/Manaus - AM, em que figuram como Embargante, Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau, advogado, Ronaldo Andrade (PROMOTO/RA) e como Embargado, Vicente Augusto de Oliveira Cruz, advogado, Jorge Alberto Mendes Junior (3000/AM). Despacho: "Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, §2.º, do CPC. Intime-se. À Secretaria para providências necessárias. Manaus, 24 de maio de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil. Relator." Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogado, Dr. Jorge Alberto Mendes Junior (3000/AM), para apresentar manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 27 de maio de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Pedro Bezerra Filho - Jorge Alberto Mendes Junior (OAB: 3000/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003709-94.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível - Embargado: Vicente Augusto de Oliveira Cruz - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Jorge Alberto Mendes Junior (3000/AM), advogado (a,s) de Vicente Augusto de Oliveira Cruz, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Pedro Bezerra Filho - Jorge Alberto Mendes Junior (OAB: 3000/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0004579-76.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Embargada: Carolina de Amorim Soares - EDITAL DE INTIMAÇÃO Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior Relator do Processo Eletrônico de Embargos de Declaração nº. 0004579-76.2018.8.04.0000/Manaus - AM, em que figuram como Embargante, Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev, advogado, Fabio Martins Ribeiro (449A/AM) e como Embargado, Carolina de Amorim Soares, advogado, Dídia Haydée de Mendonça Soares (8544/AM), Raimundo de Amorim Francisco Soares (1137/AM) e Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (5505/AM). Despacho: "(...) Considerando o cancelamento dos Embargos de Declaração n.0004580.61.2018, interposto em duplicidade, e em homenagem ao Princípio do Contraditório, faculto a manifestação da outra parte, no prazo de 5 (cinco) dias. À Secretaria para providências. Manaus, 29 de abril de 2019. Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior-Relator Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogado, Dídia Haydée de Mendonça Soares (8544/AM), Raimundo de Amorim Francisco Soares (1137/AM) e Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (5505/AM), para apresentar manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 2 de maio de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Fabio Martins Ribeiro (OAB: 449A/AM) - Fabio Martins Ribeiro (OAB: 19295/DF) - Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB: 1137/AM) - Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB: 5505/AM) - Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB: 8544/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0004579-76.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Embargada: Carolina de Amorim Soares - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Dídia Haydée de Mendonça Soares (8544/AM), Raimundo de Amorim Francisco Soares (1137/AM) e Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (5505/AM), advogado (a,s) de Carolina de Amorim Soares, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Fabio Martins Ribeiro (OAB: 449A/AM) - Fabio Martins Ribeiro (OAB: 19295/DF) - Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB: 1137/AM) - Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB: 5505/AM) - Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB: 8544/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0005051-43.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Banco Bonsucesso S/A - Embargada: Maria da Conceição da Costa Azevedo - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM), advogado (a,s) de Maria da Conceição da Costa Azevedo, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 98285A/RS) - Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 37489A/BA) - Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0006168-40.2017.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargada: Raieli Elibarsa Adan Naiali Barbosa Saraiva - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Daysevanda das Graças Brito Dantas (7003/AM), Elcinete Cardoso de Almeida (6946/AM), Frederico Gustavo Távora (6462/AM), Jefferson da Paixão Leite (7857/AM), Renno Andrade Valer (8669/AM) e Rosangela Galvão Oliveira (5630/AM), advogado (a,s) de Raieli Elibarsa Adan Naiali Barbosa Saraiva, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Luciana Barroso de Freitas (OAB: 5144/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0006543-07.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fazenda Pública do Estado do Amazonas - Embargado: ABF Administração e Participação LTDA - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Marco Antonio Hengles (136.748/SP), advogado (a,s) de ABF Administração e Participação LTDA, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Vivian Maria Oliveira da Frota (OAB: 6880/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0007081-85.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Serviço Social do Comércio - SESC DR/AM - Embargado: Transcal Transp. Com. Construções Araujo Ltda - TTA Engenharia - EDITAL DE INTIMAÇÃO Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Yedo Simões de Oliveira Relator do Processo Eletrônico de Embargos de Declaração nº. 0007081-85.2018.8.04.0000/Manaus - AM, em que figuram como Embargante, Serviço Social do Comércio - SESC DR/AM, advogado, Carlos Abener de Oliveira Rodrigues (642/AM) e como Embargado, Transcal Transp. Com. Construções Araujo Ltda - TTA Engenharia, advogados, Dilvado Martins da Costa (679/AM) e Marcio Cândido de Araújo (9298/AM). Despacho: "(...) Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO com possibilidade de efeitos infringentes, o que determina, em respeito ao contraditório e à ampla defesa, a intimação da parte adversa para apresentar contrarrazões. Do exposto, intime-se a parte embargada para, querendo, apresentar manifestação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme dispõe o art. 1.023, § 2º, do Novo Código de Processo Civil. À Secretaria para providências. Cumpra-se. Manaus, 6 de novembro de 2018. Desembargador YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Relator Fica intimada a parte embargada, por meio de seus advogados, Dilvado Martins da Costa (679/AM) e Marcio Cândido de Araújo (9298/AM), para apresentar manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 7 de novembro de 2018. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Carlos Abener

de Oliveira Rodrigues (OAB: 642/AM) - Marcio Cândido de Araújo (OAB: 9298/AM) - Dilvado Martins da Costa (OAB: 679/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0007081-85.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Serviço Social do Comércio - SESC DR/AM - Embargado: Transcal Transp. Com. Construções Araujo Ltda - TTA Engenharia - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Dilvado Martins da Costa (679/AM) e Marcio Cândido de Araújo (9298/AM), advogado (a,s) de Transcal Transp. Com. Construções Araujo Ltda - TTA Engenharia, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Carlos Abener de Oliveira Rodrigues (OAB: 642/AM) - Marcio Cândido de Araújo (OAB: 9298/AM) - Dilvado Martins da Costa (OAB: 679/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0220741-04.2014.8.04.0001 - Recurso em Sentido Estrito - Manaus - Recorrente: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Recorrido: Americo Gorayeb Junior - Recorrido: Marcio Rovai Arem - Recorrido: Jorge Marques Moura - Recorrido: José Almir Inácio de Oliveira - Recorrido: Leena Motta da Rocha Lopes - Recorrido: Hallhiton Maciel Gebet - Recorrido: Servio Tulio Xerez de Mattos - Recorrida: Maria Minuza da Fonseca de Lira - Recorrido: Alexandre Frederico de Souza Carvalho - Recorrido: Walter Rodrigues da Cruz Junior - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Alberto Zacharias Toron (65371/SP), Alberto Zacharias Toron (65371/SP), Américo Gorayeb Neto (3923/AM), Cláudia Maria Soncini Bernasconi (126497/SP), Cláudia Maria Soncini Bernasconi (126497/SP), Edson Junji Torihara (119762/SP), Edson Junji Torihara (119762/SP), Fernando Nunes da Frota (1527/AM), Fernando Nunes Frota (1527/AM), Gabriela Prioli Della Vedova (310608/SP), Gabriela Prioli Della Vedova (310608/SP), Glauter Fortunato Dias Del Nero (356932/SP), Glauter Fortunato Dias Del Nero (356932/SP), Gutemberg Ferreira de Luna (2327/AM), Gutemberg Ferreira de Luna (2327/AM), Ivanildo Xavier Soares (199A/AM), Ivanildo Xavier Soares (199A/AM), Ivanildo Xavier Soares (77154/SP), Janderli Cavalcante Costa (12550/AM), Luna Perel Harri (357651/SP), Luna Perel Harri (357651/SP), Marcelo Mabilde de Vasconcellos (174904/SP), Marcelo Mabilde de Vasconcellos (174904/SP), Philipe Jose Lima de Lima (9039/AM), Philipe Jose Lima de Lima (9039/AM), Renata Matida Politi (346057/SP), Renata Matida Politi (346057/SP), Renato Marques Martins (145976/SP), Renato Marques Martins (145976/SP), Sergio Paulo Monteiro Litaiff Filho (7507/AM) e Vasco Pereira do Amaral (28837/AM), advogado (a,s) de Alexandre Frederico de Souza Carvalho, Americo Gorayeb Junior, Hallhiton Maciel Gebet, Jorge Marques Moura, José Almir Inácio de Oliveira, Leena Motta da Rocha Lopes, Marcio Rovai Arem, Maria Minuza da Fonseca de Lira, Servio Tulio Xerez de Mattos e Walter Rodrigues da Cruz Junior, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Evandro da Silva Isolino (OAB: 2264/AM) - Carlos Antônio Ferreira Coelho - Vasco Pereira do Amaral (OAB: 28837/AM) - Américo Gorayeb Neto (OAB: 3923/AM) - Ivanildo Xavier Soares (OAB: 77154/SP) - Alberto Zacharias Toron (OAB: 65371/SP) - Edson Junji Torihara (OAB: 119762/SP) - Cláudia Maria Soncini Bernasconi (OAB: 126497/SP) - Renato Marques Martins (OAB: 145976/SP) - Gabriela Prioli Della Vedova (OAB: 310608/SP) - Marcelo Mabilde de Vasconcellos (OAB: 174904/SP) - Renata Matida Politi (OAB: 346057/SP) - Luna Perel Harri (OAB: 357651/SP) - Glauter Fortunato Dias Del Nero (OAB: 356932/SP) - Philipe Jose Lima de Lima (OAB: 9039/AM) - Ivanildo Xavier Soares (OAB: 199A/AM) - Gutemberg Ferreira de Luna (OAB: 2327/AM) - Fernando Nunes da Frota (OAB: 1527/AM) - Fernando Nunes Frota (OAB: 1527/AM) - Sergio Paulo Monteiro Litaiff Filho (OAB: 7507/AM) - Janderli Cavalcante Costa (OAB: 12550/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0243489-93.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: O Município de Manaus - Apelado: Beira Rio - Com. e Representacao de Derivados de Petroleo - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Elci Simões de Oliveira Junior (5543/AM) e Roberta Cintrão Simões de Oliveira (3582/AM), advogado (a,s) de Beira Rio - Com. e Representacao de Derivados de Petroleo, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Marco Aurelio de Lima Choy (OAB: 4271/AM) - Roberta Cintrão Simões de Oliveira (OAB: 3582/AM) - Elci Simões de Oliveira Junior (OAB: 5543/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0610116-74.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Universidade do Estado do Amazonas - Uea - Apelado: Izaias Oliveira Barbosa - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Armando de Souza Negrão (1982/AM) e Ingo Dieter Pietzsch (6337/AM), advogado (a,s) de Izaias Oliveira Barbosa, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Eriverton Monte Resende (OAB: 7648/AM) - Ingo Dieter Pietzsch (OAB: 6337/AM) - Armando de Souza Negrão (OAB: 1982/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0611304-34.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Trivale Administração Ltda - Apelada: Ato da Sra. Lucilene Vasconcelos Bezerra de Souza - Subsecretaria Municipal de Gestão Administrativa e Planejamento - LitsPassiv: Petrocard Administradora de Crédito Ltda - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Flávio Roberto de França Santos (19912/PE), advogado de Petrocard Administradora de Crédito Ltda, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0924839-64.2009.8.04.0001 (001.09.924839-6) - Apelação Cível - Manaus - Apelante: O Município de Manaus - Apelada: Maria de Fatima B. dos Santos - Fica (am) o(a,s) Maria de Fatima B. dos Santos, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Francisco Augusto Martins da Silva (OAB: 1753/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4001862-57.2017.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Companhia de Gás do Amazonas - CIGAS - Agravado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Agravado: Petroleo Brasileiro S/A - Petrobras - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). César Augusto de Pinho Pereira (17712/BA), Felipe Antonio Lopes Santos (7250/AM), Helio Siqueira Junior (62929/RJ) e Nilton Antonio de Almeida Maia (67460/RJ), advogado (a,s) de Amazonas Distribuidora de Energia S/A e Petroleo Brasileiro S/A - Petrobras, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL (FLS. 1202/1208), no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

SECRETARIA DA CENTRAL DE PRECATÓRIOS

Intimações

Precatório - N.º 0004760-43.2019.8.04.0000 - Credores: Antonio Neto Portela de Aguiar e Walfran Siqueira Caldas. Advs: Walfran Siqueira Caldas (8915/AM) - Devedor: Município de Envira - Prefeitura Municipal de Envira. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 103, cujo teor final é o seguinte: “Compulsando os autos, verifico que a documentação necessária para formação do precatório encontra-se incompleta, conforme certidão da Central de Precatórios às fls. 102. Isto posto, oficie-se ao Juízo da Execução para providenciar a regularização da documentação pendente, exigida no art. 18 da Resolução TJAM n.° 003/2014, no prazo de 30 (trinta) dias. Na oportunidade do envio do expediente, devem ser anexadas cópias deste despacho e da certidão de fls. 102. Ademais, para não haver prejuízo à parte, intime-se o credor para que, se interessado, providencie a complementação da documentação faltante descrita na certidão de fls. 102, podendo diligenciar junto ao Juízo da Execução, ou nestes autos, no prazo de 30 (trinta) dias. Cumpre ressaltar que se a petição for interposta pelo patrono da parte requerente, este deverá declarar que se responsabiliza por todas as informações prestadas, sob pena de responder civil e criminalmente. Quando da juntada dos documentos, encaminhem-se os autos à Central de Precatórios para nova

análise dos requisitos. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 26 de agosto de 2019.

Precatório - N.º 0005283-55.2019.8.04.0000 - Credor: Angelita Ferraz Simões. Advs: Gizelly Carreiro de Aquino Soares (9173/AM) e Paulo Roberto Arce Nicolau (8226/AM) Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 38, cujo teor final é o seguinte: "Compulsando os autos, verifico que a documentação necessária para formação do precatório encontra-se incompleta, conforme certidão da Central de Precatórios às fls. 37. Isto posto, como se trata de documento pessoal da credora, intime-se a beneficiária para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie a complementação da documentação faltante descrita na certidão de fls. 37. Cumpre ressaltar que no momento da interposição da petição, deverá o patrono da parte requerente declarar que se responsabiliza por todas as informações prestadas, sob pena de responder civil e criminalmente. Quando da juntada dos documentos, encaminhem-se os autos à Central de Precatórios para nova análise dos requisitos. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 26 de agosto de 2019.

Precatório - N.º 0000169-09.2017.8.04.0000 – Credor: Rosilete Cunha de Souza. Advs.: Glauce Maria Costa de Sousa (6140/AM), Paulo Marcos Bastos Sampaio (8878/AM) e Vanessa Pizarro Rapp (569A/AM) e Devedor: Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor Vieira Dourado - FMT. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 188/189, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal - Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda a transferência conforme guia às fls. 187, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 187. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais para análise e manifestação.". Manaus, 26 de agosto de 2019.

Precatório - N.º 0002961-33.2017.8.04.0000 – Credor: Luiz Claudio Marques Leão. Advs.: Cynthia Luiza Mafra e Silva (5627/AM) e Martha Mafra Gonzalez (4103/AM) e Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 1231/1232, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal (Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda à transferência conforme guia às fls. 1229, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 1229. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais da Central de Precatórios para análise e providências.". Manaus, 26 de agosto de 2019.

Precatório - N.º 0005206-95.2009.8.04.0000 – Credor: Construtora Sm Comércio, Indústria Ltda. Advs.: Aldemiro Rezende Dantas Junior (2174/AM) e Marly Gomes Capote (7067/AM) e Devedor: O Município de Manaus. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 1371/1372, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal (Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda a transferência conforme guia às fls. 1370, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 1370. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais da Central de Precatórios para análise e providências.". Manaus, 26 de agosto de 2019.

Precatório - N.º 0003481-27.2016.8.04.0000 – Credores: Francisco Alderi Maia Brito, Jose Cardoso Dutra e Maria Gerusa Castelo Branco de Miranda. Advs.: Jose Cardoso Dutra (426/AM) e Devedor: Município de Presidente Figueiredo/Am. Advs.: Geovani Silva da Cruz (9355/AM). Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 359/360, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal (Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda à transferência conforme guia às fls. 358, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 358. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais para análise e manifestação.". Manaus, 26 de agosto de 2019.

Precatório - N.º 0003201-51.2019.8.04.0000 – Credores: Deuzamar de Jesus Correa e Azevedo, Feitosa e Advogados Assoaciados. Advs.: Ademário do Rosário Azevedo (2926/AM) e Wiston Feitosa de Souza (6596/AM) e Devedor: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 165, cujo teor é o seguinte: "ratifico a decisão de fls. 165 que determinou o cancelamento do presente precatório. Oficie-se ao Juízo de origem para os procedimentos que julgar cabíveis, enviando-lhe cópia do presente decisum e devolvendo-lhe, caso ainda se encontrem em poder desta Corte, a documentação original enviada.". Manaus, 26 de agosto de 2019.

Embargos de Declaração Cível - N.º 0000268-08.2019.8.04.0000 – Credor: Raimunda dos Santos Melo. Advs.: Albino Magalhães Júnior (1381/AM) e Devedor: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Amazonas - Ipasea e O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 28/30, cujo teor é o seguinte: "Portanto, verifica-se que o aclaratório não merece prosperar, uma vez que a decisão recorrida decidiu expressamente a questão, não justificando seu acolhimento, visto que o presente recurso, ainda que possua efeitos infringentes, não é meio processual próprio para modificar decisões em razão da delimitação legal da matéria a ser analisada. Pelo exposto, não conheço dos embargos de declaração. Advirtam-se às partes que a interposição de novas petições ensejará a aplicação de multa por litigância de má-sé, nos termos do art. 142 e art. 777, do Código de Processo Civil. Intimem-se as partes.". Manaus, 26 de agosto de 2019.

Precatório - N.º 0001640-89.2019.8.04.0000 - Credor: Maria Roza de Araújo. Advs: José Carlos de Moraes Bezerra (151A/AM) Devedor: O Município de Manaus. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 112, cujo teor final é o seguinte: "Considerando as informações da Assistente de Cálculos Judiciais às fls. 111, intime-se a beneficiária para, no prazo de 48 horas, apresentar domicílio bancário para recebimento de seu crédito. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 26 de agosto de 2019.

Precatório - N.º 0002237-29.2017.8.04.0000 - Credor: Edmilson Barbosa de Souza. Advs: José Barbosa de Souza (1478/AM) - Devedor: Município de Anori/AM. Advs. Ronélio Cardoso de Lima (6432/AM) - Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 111, cujo teor final é o seguinte: "Considerando os valores depositados pelo ente, intime-se o beneficiário para, no prazo de 48 horas, informar o domicílio bancário e respectivo CPF. Após, à Assistente de Cálculos Judiciais para emissão da guia para transferência. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 26 de agosto de 2019.

Precatório - N.º 0004198-05.2017.8.04.0000 – Credores: Sebastião Efigênio Rodrigues Carvalho e Bruna Sarina do Nascimenrto Maciel . Advs.: Ademar Lins Vitório Filho (5269/AM) e Caliria Maia Hayek (2858/AM) e Devedor: Prefeitura do Município de Presidente Figueiredo/AM. Advs.: Geovani Silva da Cruz (9355/AM). Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 508/510, cujo teor é o seguinte: "julgo improcedente o pedido de revisão de cálculos dos credores às fls. 91/95. Intimem-se as partes. Encaminhem-se os

autos à Assistente de Cálculos Judiciais para emitir guia com as informações necessárias à transferência dos valores depositados à parte credora.". Manaus, 26 de agosto de 2019.

Precatório - N.º 0002302-87.2018.8.04.0000 - Credor: Angela de Almeida Pinto. Advs: Luciano da Silva Mourão (6498/AM) e Marcio de Almeida Pinto (4241/AM) - Devedor: Município de Manaus. - Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 213/216, cujo teor final é o seguinte: "defiro a pretensão e determino a inclusão da cessionária Capital Jus Investimentos em Direitos Creditórios Ltda. no polo ativo desta requisição em substituição ao credor originário. Indefiro a petição de fls. 174/175, em razão de ter passado o momento processual para o destaque da verba honorária. Intimem-se as partes Permaneçam os autos na Secretaria da Central de Precatórios até o decurso do prazo constitucional para pagamento do presente requisitório.". Manaus, 26 de agosto de 2019.

Embargos de Declaração Cível - N.º 0000362-53.2019.8.04.0000 – Embargante: O Estado do Amazonas. Embargado: Nailson Ferreira Lima. Advs.: Celso Antônio da Silveira (5807/AM) e Josias da Silva Maurício (3859/AM). Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 27/29, cujo teor é o seguinte: "não conheço dos embargos de declaração. Intimem-se as partes.". Manaus, 26 de agosto de 2019.

Precatório - N.º 0002854-52.2018.8.04.0000– Credor: Iracema Paiva dos Santos. Advs.: José Galdino de Moura (2011/AM) e Najla Nadaf Thomas de Lima (2183/AM) e Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 149, cujo teor é o seguinte: "por ocasião do efetivo pagamento do presente precatório deverá ser resguardada a importância devida a título de honorários aos Procuradores do Estado.". Manaus, 26 de agosto de 2019.

Embargos de Declaração Cível - N.º 0006004-41.2018.8.04.0000 – Embargante: O Estado do Amazonas. Embargado: José Ribamar Marçal Martins. Advs.: José Ribamar Marçal Martins (3670/AM). Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 36/38 cujo teor é o seguinte: "Pelo exposto, não conheço dos embargos de declaração. Intimem-se as partes. À Secretaria da Central de Precatórios para cumprimento com as cautelas de estilo.". Manaus, 26 de agosto de 2019

Precatório - N.º 0004520-54.2019.8.04.0000 - Credor: Antônia Irlanda Alves de Melo. Advs: Djane Oliveira Marinho (5849/AM) - Devedor: O Município de Manaus. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 64, cujo teor final é o seguinte: "Compulsando os autos, verifico que a documentação necessária para formação do precatório permanece incompleta, conforme certidão da Central de Precatórios às fls. 63. Isto posto, oficie-se ao Juízo da Execução para providenciar a regularização da documentação pendente, exigida no art. 18 da Resolução TJAM n.° 003/2014, no prazo de 30 (trinta) dias. Na oportunidade do envio do expediente, devem ser anexadas cópias deste despacho e da certidão de fls. 63. Ademais, para não haver prejuízo à parte, intime-se a credora para que, se interessada, providencie a complementação da documentação faltante descrita na certidão de fls. 63, podendo diligenciar junto ao Juízo da Execução, ou nestes autos, no prazo de 30 (trinta) dias. Cumpre ressaltar que se a petição for interposta pelo patrono da parte requerente, este deverá declarar que se responsabiliza por todas as informações prestadas, sob pena de responder civil e criminalmente. Quando da juntada dos documentos, encaminhem-se os autos à Central de Precatórios para nova análise dos requisitos. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 26 de agosto de 2019.

Precatório - N.º 0004348-15.2019.8.04.0000 - Credor: Gaia, Silva, Gaede & Associados - sociedade de advogados. Advs: Gerson Stocco de Siqueira (75970/RJ) e Pedro Stênio Lúcio Gomes (2604/AM) - Devedor: Fazenda Pública Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 177, cujo teor final é o seguinte: "Compulsando os autos, verifico que a documentação necessária para formação do precatório permanece incompleta, conforme certidão da Central de Precatórios às fls. 176. Isto posto, oficie-se ao Juízo da Execução para providenciar a regularização da documentação pendente, exigida no art. 18 da Resolução TJAM n.° 003/2014, no prazo de 30 (trinta) dias. Na oportunidade do envio do expediente, devem ser anexadas cópias deste despacho e da certidão de fls. 176. Ademais, para não haver prejuízo à parte, intime-se o credor para que, se interessado, providencie a complementação da documentação faltante descrita na certidão de fls. 176, podendo diligenciar junto ao Juízo da Execução, ou nestes autos, no prazo de 30 (trinta) dias. Cumpre ressaltar que se a petição for interposta pelo patrono da parte requerente, este deverá declarar que se responsabiliza por todas as informações prestadas, sob pena de responder civil e criminalmente. Quando da juntada dos documentos, encaminhem-se os autos à Central de Precatórios para nova análise dos requisitos. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 26 de agosto de 2019

Precatório - N.º 0006396-15.2017.8.04.0000 – Credor: José Luiz Celis Ramos. Advs.: Eneias de Paula Bezerra (2354/AM) e Mauricio Pereira da Silva (1122/AM) e Devedor: O Município de Manaus. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 102/103, cujo teor é o seguinte: "indefiro a petição de fls. 99/100. Dê-se cumprimento à decisão de fls. 95 quanto ao arquivamento do feito, e retirada do presente requisitório da lista cronológica de pagamentos, se tal providência ainda não foi adotada. Intimem-se as partes.". Manaus, 26 de agosto de 2019.

Precatório - N.º 0004674-72.2019.8.04.0000 - Credor: Ozilma Abreu da Silva. Advs: Paulo Sérgio de Oliveira (8478/AM) e Suelen Guedes Barbosa (6533/AM) - Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 66, cujo teor final é o seguinte: "Compulsando os autos, verifico que a documentação necessária para formação do precatório permanece incompleta, conforme certidão da Central de Precatórios às fls. 65. Isto posto, oficie-se ao Juízo da Execução para providenciar a regularização da documentação pendente, exigida no art. 18 da Resolução TJAM n.° 003/2014, no prazo de 30 (trinta) dias. Na oportunidade do envio do expediente, devem ser anexadas cópias deste despacho e da certidão de fls. 65. Ademais, para não haver prejuízo à parte, intime-se a credora para que, se interessada, providencie a complementação da documentação faltante descrita na certidão de fls. 65, podendo diligenciar junto ao Juízo da Execução, ou nestes autos, no prazo de 30 (trinta) dias. Cumpre ressaltar que se a petição for interposta pelo patrono da parte requerente, este deverá declarar que se responsabiliza por todas as informações prestadas, sob pena de responder civil e criminalmente. Quando da juntada dos documentos, encaminhem-se os autos à Central de Precatórios para nova análise dos requisitos. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 26 de agosto de 2019.

Precatório - N.º 0006471-20.2018.8.04.0000 – Credor: Semp Amazonas Sa. Advs.: Manuel Moreira da Silva Filho (3459/AM) e Devedor: Fazenda Pública do Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 909/910, cujo teor é o seguinte: "chamo o processo à ordem para retificar a decisão de fls. 899/900 no parágrafo: "Inicialmente, cumpre consignar que o art. 4.°, caput e § 1.º da Resolução CNJ n.º 115/2010, estabelece como data de apresentação do precatório a do protocolo de recebimento do ofício pelo Tribunal ao qual está vinculado o juízo da execução, com as informações e documentação completa, sendo, neste caso, a data de 11/06/2019, às 11:54 horas, conforme certidão às fls. 898." Para constar: "Inicialmente, cumpre consignar que o art. 4.°, caput e § 1.º da Resolução CNJ n.º 115/2010, estabelece como data de apresentação do precatório a do protocolo de recebimento do ofício pelo Tribunal ao qual está vinculado o juízo da execução, com as informações e documentação completa, sendo, neste caso, a data de 10/06/2019, às 11:54 horas, conforme certidão às fls. 908." Mantenho a decisão de fls. 899/900 nos demais termos. Intimem-se as partes e comunique-se ao Juízo de origem, nos termos do art. 25, § 2.º da Resolução n.º 003/2014 do TJAM. Não havendo irresignação das partes e, após a inclusão do processo à listagem de ordem cronológica, permaneçam os autos na Secretaria da Central de Precatórios até o decurso do prazo constitucional para pagamento do presente requisitório. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 26 de agosto de 2019.

SEÇÃO II

TRIBUNAL PLENO

Intimações

EDITAL

4003979-84.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível
Impetrante : Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia e Bombeiros
Militares do Estado do Amazonas - ASSPBMAM
Advogado : Antonio Carlos Gama Alves (16215/PA) (A-924/AM)
Advogado : Zacarias Santos de Souza (7531/AM)
Advogado : Jonilson Maia Pereira (7871/AM)
Advogada : Rosa Evaneide Mendes Pinto (7291/AM)
Impetrado : Governador do Estado do Amazonas

FICA INTIMADA a Impetrante, por meio de seus representantes legais, Advogados: Drs. Antonio Carlos Gama Alves (A-924/AM) e (16215/PA), Jonilson Maia Pereira (7871/AM), Rosa Evaneide Mendes Pinto (7291/AM) e Zacarias Santos de Souza (7531/AM), do teor do **DESPACHO** de fl. 298, proferido pela Exmo. Sr. Desembargador. Yedo Simões de Oliveira, Relator destes autos, para manifestar-se quanto ao cumprimento do Acórdão, transitado em julgado, proferido no presente Mandado de Segurança, bem como acerca do petitório de fls. 136 e ss. dos presentes autos. Manaus, 26 de agosto de 2019.

Secretaria do Tribunal Pleno
Manaus, 26 de agosto de 2019

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 4002769-61.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Nadia Livia Dantas Binda - Impetrado: Governador do Estado do Amazonas - Impetrado: O Estado do Amazonas - FICA INTIMADA a Impetrante, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (11908/AM), da DECISÃO de fls. 31/33, proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador. João Mauro Bessa, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Ao exposto, sem prejuízo de análise mais aprofundada da questão no julgamento do mérito, indefiro o pedido de liminar. Notifiquem-se a autoridade impetrada para que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações que entender necessárias (art. 7.º, I, da Lei n.º 12.016/09). Dê-se ciência ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada (Procuradoria Geral do Estado do Amazonas), enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para, querendo, ingressar no feito (art. 7.º, II, da Lei 12.016/09). Oportunamente, dê-se vista ao graduado órgão do Ministério Público. Ultimadas as providências, retornem-me os autos conclusos. Por fim, defiro do pedido de gratuidade da justiça na forma prevista no art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil ".. Manaus, 26 de agosto de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno - Advs: Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB: 11908/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 4003946-60.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Reney Viana da Silva - Impetrado: Governador do Estado do Amazonas - Impetrado: O Estado do Amazonas - FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de seus representantes legais, Advogados: Drs. Álvaro da Trindade Garcia Filho (6236/AM), Cleyton Rafael Martins do Amaral (11691/AM) e Frederico Santos Paiva (6569/AM), da DECISÃO de fls.330/332, proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator(a) destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Ao exposto, sem prejuízo de análise mais aprofundada da questão no julgamento do mérito, indefiro o pedido de liminar. Notifique-se a autoridade apontada como coatora para que preste informações no prazo de 10 (dez) dias (art. 7.º, inciso I, da Lei n.º 12.016/09), manifestando-se expressamente sobre a tramitação do pedido de exoneração da servidora Ionara Oliveira de Assis dos quadros da SUSAM, informando seu status atual, bem como para esclarecer acerca dos contratos temporários firmados pela Secretaria para suprir cargos de Cirurgião Dentista na comarca de Parintins/AM. Dê-se ciência da presente ação ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, Procuradoria Geral do Estado, enviando-lhe cópia da inicial, para, querendo, ingressar no feito (art. 7.º, inciso II, da Lei n.º 12.016/09). Oportunamente, dê-se vista ao graduado órgão do Ministério Público. ".. Manaus, 22 de agosto de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno. - Advs: Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB: 11691/AM) - Frederico Santos Paiva (OAB: 6569/AM) - Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB: 6236/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Pauta de Julgamento Designado

EDITAL

De ordem do Exmo. Sr. Desdor. **Yedo Simões de Oliveira**, Presidente do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, torno público para conhecimento de todos os interessados que, de acordo com o **artigo 934 do Código do Processo Civil**, após cumpridas as formalidades legais, serão julgados nas próximas sessões, o seguinte processo:

Mandado de Segurança Cível n.º 4002878-75.2019.8.04.0000, Impetrante: **Sebastião Cruz da Silva e Outros.** Advogados: Antonio Carlos Gama Alves (A-924/AM) e (OAB: 16215/PA), Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB: 7291/AM) e Wirleny Benezar Falcão (13.837/AM). **Impetrado: Governador do Estado do Amazonas.** Procuradora: Leila Maria Raposo Xavier Leite (3.726/AM). **Impetrado: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas – Amazonprev.** Procuradora: Caroline Retto Frota (4.411/AM).

De ordem do Presidente da Egrégia Tribunal Pleno, Exmo(a). Des(a) Yedo Simões de Oliveira, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Ação Penal - Procedimento Ordinário nº 4002044-48.2014.8.04.0000, Autor: Procurador Geral de Justiça do Estado do Amazonas - MP/AM Fora de uso: José Hamilton Saraiva dos Santos Réu: Nonato do Nascimento Tenazor - Prefeito do Município de Atalaia do Norte/am Advogado: Francisco Rodrigues Balieiro (OAB: 2241/AM) Advogado: Ana Carolina de Alencar Balieiro (OAB: 6342/AM) Advogado: Yuri Evanovick Leitao Furtado (OAB: 10225/AM) Advogado: Rodrigo de Alencar Maia (OAB: 5816/AM) MPAM : Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins.

Mandado de Segurança Cível nº 0657647-83.2018.8.04.0001, Impetrante: Luis Fernando de Aguiar Porto Advogado: Matheus Lobato Beltrão (OAB: 13287/AM) Impetrado: Governador do Estado do Amazonas Terceiro I : Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge MPAM : Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Airton Luís Corrêa Gentil.

Procedimento Investigatório Criminal (pic-mp) nº 4003998-27.2017.8.04.0000, Requerente: Ministério Público do Estado do Amazonas Procurador: Pedro Bezerra Filho (OAB: 78/MP) Requerido: Frank Luiz da Cunha Garcia Advogados : Francisco Charles Cunha Garcia Junior (OAB/AM n.º 4.563) e Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB/AM 4.040). Intssado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Criminal Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Lafayette Carneiro Vieira Júnior.

Secretaria do(a) Tribunal Pleno, em Manaus, 26 de agosto de 2019.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Intimações

Processo nº 0211200-39.2018.8.04.0022 – CNJ - Reclamação Disciplinar. Requerente, Ignácio Henriques Tenório Sêco, **advogado, Dr. Reny Tenório de Albuquerque (OAB/MG sob o nº 44.049).** Requerido, Juízo da 1ª Vara da Comarca de Tefé-AM. **DECISÃO-CGJ/AM** – Exmo. Sr. Corregedor-Geral de Justiça, **Desembargador LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA JÚNIOR:** "Acolho o parecer às fls.130/134, razão pela qual determino o cumprimento das recomendações nele contidas. Ao Setor de expediente para providências. Cumpra-se". Manaus, 21 de agosto de 2019. **Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Corregedor-Geral de Justiça.** Fica a parte requerente intimada, por meio de seu representante, do inteiro teor da presente decisão, a contar da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Processo nº 0211067-60.2019.8.04.0022 – Pedido de Providências. Requerente, Alice Salles Perdiz, **Advogado, Dr. Vitor Rodrigo Sans (OAB/SP sob o nº 160.869).** Requerido, Cartório do 6º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Manaus/AM. **DESPACHO** – Exmo. Sr. Juiz Corregedor Auxiliar, **Dr. ANTÔNIO CARLOS MARINHO BEZERRA JÚNIOR:** "Encaminhem-se as informações complementares prestadas às fls. 63/68 ao requerente/interessado e, após, nada mais havendo, arquivem-se os autos". Manaus, 21 de agosto de 2019. **Antônio Carlos Marinho Bezerra Júnior**, Juiz Corregedor Auxiliar. Fica a parte requerente intimada, por meio de seu representante, do inteiro teor do presente despacho, a contar da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Processo nº 0600011-62.2019.8.04.0022 – Pedido de Providências. Requerente, Raimundo Rossenir de Oliveira, **advogado, Dr. Renan Ribeiro Nascimento (OAB/AM sob o nº 10.191).** Requerido, Juízo de Direito da 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus/AM. **DECISÃO n.º 165/2019** – Exmo. Sr. Juiz Corregedor Auxiliar, **Dr. ANTÔNIO CARLOS MARINHO BEZERRA JÚNIOR**: "(...) Ante o exposto, à míngua de competência material deste Órgão Censor para dirimir o objeto deste procedimento, encaminhe-se cópia integral de seu teor à Presidência deste Poder, para ciência e providências, com ulterior arquivamento". Manaus, 22 de agosto de 2019. **Antônio Carlos Marinho Bezerra Júnior**, Juiz Corregedor Auxiliar. Fica a parte requerente intimada, por meio de seu representante, do inteiro teor da presente decisão, a contar da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

SEÇÃO III

CÂMARAS REUNIDAS

Intimações

Câmaras Reunidas-Vice-Presidência

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 2**, nos autos de **Mandado de Segurança Cível N.º 1003508-13.2004.8.04.0000/Manaus (AM)**, em que é Impetrante **Marly Ribeiro**, Advogada: Drª Marizete Neves Gomes (3038/AM) e Impetrados **Secretaria de Estado de Administração e Gestão – Sead e Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas – Amazonprev**. Fica a parte **Exequente/Impetrante** intimada, na pessoa de sua Advogada, **Drª Marizete Neves Gomes (3038/AM)**, para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que for de seu interesse. Em 22/08/2019. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 2.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 2**, nos autos de **Cumprimento de Sentença N.º 4002296-12.2018.8.04.0000/Manaus (AM)**, em que é Requerente **Edlane Terezinha Freire da Silva**, Advogada: Drª Ana Esmelinda Menezes de Melo (356/AM) e Requerido **Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev**, Procuradores: Drª Luciana Barroso de Freitas (5144/AM), Dr. Fábio Martins Ribeiro (A449/AM), Drª Caroline Retto Frota (4411/AM). Fica a parte **Requerente/Exequente** intimada, na pessoa de sua Advogada, **Drª Ana Esmelinda Menezes de Melo (356/AM)**, para, no prazo legal, comprovar tal entrega e/ou apresentar os documentos elencados na Resolução TJ/AM nº 03/2014, em mídia digital, a ser entregue na Secretaria das Câmaras Reunidas, de modo a viabilizar a expedição do Precatório em seu favor. Em 16/08/2019. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 2.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1**, nos autos de **Mandado de Segurança Cível N.º 4002616-96.2017.8.04.0000/Manaus (AM)**, em que é Impetrante **Aliete Velloso da Fonseca**, Advogados: Dr. Aldemir Doce da Fonseca (113/AM) e Dr. Anderson Freitas da Fonseca (114879/RJ) e Impetrados **Secretaria de Estado de Administração e Gestão - Sead e Secretaria de Estado do Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas – Seplancti**, Procuradores: Drª Ellen Florencio Santos Rocha (2752/AM), Drª Tatianne Vieira Assayag Toledo (3656/AM), Dr. Laércio de Castro Dourado Júnior (13184/AM), Drª Ingrid Monteiro (3629/AM). Fica a parte **Impetrante** intimada, na pessoa de seus Advogados, **Dr. Aldemir Doce da Fonseca (113/AM) e Dr. Anderson Freitas da Fonseca (114879/RJ)**, para tomar ciência do inteiro teor do despacho de fl. 309. Em 20/08/2019. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 2**, nos autos de **Agravo Interno Cível N.º 0002206-38.2019.8.04.0000 Manaus(AM)**, em que é Agravante **O Estado do Amazonas,** Procuradora: Drª. Lorena Silva de Albuquerque (6023/AM) e Agravado **Ruy Nelson Mourão Martins**, Advogado: Dr. Luiz Felipe da Luz de Queiroz (7271/AM), fica a parte Agravada intimada, na pessoa de seu Advogado, **Dr**. **Luiz Felipe da Luz de Queiroz (7271/AM),** para, no prazo de 05 (cinco) das, manifestar-se acerca do interesse ou não no julgamento virtual dos presentes autos. Em 23.08.2019. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 2.**

-

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 26 de agosto de 2019. Maria Goreth de Souza Ruiz

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Cláudio César Ramalheira Roessing**, Relator nos autos de **Agravo Interno Cível** nº **0005454-12.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Agravante **O Estado do Amazonas,** procurador Dr. Laércio de Castro Dourado Júnior (13184/AM) e Agravado **Marilia Silva Lobo Fernandes,** advogados: Dr. Sergio Roberto Bulcão Bringel Junior (14182/AM), Dr. Yuri Dantas Barroso (4237/AM), Drª Teresa Cristina Corrêa de Paula Nunes (4208/AM) e outros. Fica a parte Agravada intimada, na pessoa de seus advogados **Dr. Sergio Roberto Bulcão Bringel Junior (14182/AM), Dr. Yuri Dantas Barroso (4237/AM), Drª Teresa Cristina Corrêa de Paula Nunes (4208/AM) e outros,** para que, em 15 (quinze) dias, apresente suas contrarrazões, nos termos do §2.º do artigo 1.021 do Código de Processo Civil. Em 23 de agosto de 2019. Desembargador **Cláudio César Ramalheira Roessing - Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Elci Simões de Oliveira**, Relator nos autos de **Embargos de Declaração Cível** nº **0005564-11.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Embargante **Estado do Amazonas,** Procuradora **Drª**. **Adriana Lo Presti Mendonça Cohen (3319/AM**) e Embargado **Kelp Serviços Médicos Ltda,** advogadas: Drª Natalie Magalhães Coutinho (12334/AM) e Drª. Nidai Sammia Affonso Carvalho (13367/AM). Fica a parte Embargada intimada, na pessoa de suas advogadas **Drª Natalie Magalhães Coutinho (12334/AM) e Drª. Nidai Sammia**

Affonso Carvalho (13367/AM), para, querendo, manifestar-se, no prazo 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos (CPC, art. 1.023, §2°). Em 23 de agosto de 2019. Desembargador **Elci Simões de Oliveira - Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Délcio Luís Santos**, Relator nos autos de **Mandado de Segurança Cível** nº **4001166-50.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Impetrante **Rodrigo Rodrigues Cordeiro,** advogados: Dr. Antônio Monte Júnior (1574/AM), Dr. Gaio Lima Monte (97608/RS) e Impetrado **Presidente da Câmara Municipal de Nhamundá(AM).** Fica a parte Impetrante intimada, na pessoa de seus advogados **Dr. Antônio Monte Júnior (1574/AM), Dr. Gaio Lima Monte (97608/RS),** para recolher as custas judiciais no prazo de 05 (cinco) dias, bem como proceda com a indicação da pessoa jurídica que a autoridade coatora integra, sob pena de indeferimento da inicial. Em 23 de agosto de 2019. Desembargador **Délcio Luís Santos - Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator nos autos de **Revisão Criminal** nº **4003254-61.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Requerente **Joselton de Aparecida Gomes Porto Filho,** advogados: Drª. Elaine Rodrigues Jerônimo Silva (7793/AM), Dr. Raimundo D. Jerônimo (1728/AM), Dr. Ricardo Rodrigues Jeronimo (9354/AM) e Requerido **Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau.** Fica a parte Requerente intimada, na pessoa de seus advogados **Drª. Elaine Rodrigues Jerônimo Silva (7793/AM), Dr. Raimundo D. Jerônimo (1728/AM), Dr. Ricardo Rodrigues Jeronimo (9354/AM),** para colacionar a certidão de trânsito em julgado da ação penal n. 0646253-16.2017.8.04.0001 no prazo de 15 (quinze) dias. Em 23 de agosto de 2019. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões - Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes**, Relator nos autos de **Mandado de Segurança Cível** nº **4002948-92.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Impetrante **Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas,** advogados: Dr. José Alberto Maciel Dantas (3311/AM), Drª. Rayane Cristina Carvalho Lins (4544/AM), Dr. Átila de Oliveira Denys (3312/AM) e outros e Impetrado **Juízo de Direito da 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital.** Fica a parte Impetrante intimada, na pessoa de seus advogados **Dr. José Alberto Maciel Dantas (3311/AM), Drª. Rayane Cristina Carvalho Lins (4544/AM), Dr. Átila de Oliveira Denys (3312/AM) e outros,** para tomar ciência do inteiro teor da Decisão Monocrática de fls. 33/34, com o seguinte conteúdo: "(...) Ante ao exposto , **DENEGO a SEGURANÇA,** com fulcro no art. 5º, II e 6º, § 5º, da Lei do Mandado de Segurança c/c art. 485, inciso VI, do CPC e art. 61, X do RITJAM.". Em 21 de agosto de 2019. Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes - Relator.**

-

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 26 de Agosto de 2019. Maria Goreth de Souza Ruiz

Editais

CÂMARAS REUNIDAS VICE-PRESIDENÊNCIA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. O Exmo. Sr. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 2**, nos autos de **Cumprimento de Sentença N.º 4001147-49.2016.8.04.0000/ Manaus (AM)**, Requerente **Jânio Bastos da Silva**, Requerido **Secretaria de Estado de Administração de Gestão – Sead**, usando de suas atribuições legais etc.,

FAZ SABER a todos que o presente **Edital** virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste, **Cita o Sr. Jânio Bastos da Silva**, de paradeiro incerto e não sabido, **para, no prazo de 30 (TRINTA) dias, querendo, responder aos termos da presente ação, com a advertência de que, não havendo manifestação no prazo prescrito, será nomeado curador especial ao revel**. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu_____,Assistente do Secretário das ***Egrégias Câmaras Reunidas***, o fiz digitar e subscrevo.

(Assinado digitalmente)
Eurinete Bandeira de Oliveira
Assistente do Secretário Judiciário

SEÇÃO IV

CÂMARAS ISOLADAS

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0640239-84.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Safra S.A. Advogado: Celso Marcon (OAB: 566/AM) Apelado: João Vieira Xavier Defensor: Vitor Kikuda (OAB: 199259/SP) Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. PAGAMENTO INTEGRAL DAS PARCELAS VINCENDAS. IMPOSSIBILIDADE DE CONTINUAR A BUSCA E APREENSÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0640239-84.2015.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento.". Sessão: 24 de março de 2003.

Secretaria do(a) Primeira Câmara Cível , em Manaus, 26 de agosto de 2019.

Intimações

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0602450-51.2015.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: Banco Bradesco S.a. (Advogado: Dr. Fernando Luz Pereira 658A/AM, Móises Batista de Souza 469A/AM) e Apelado: OSMAR JUNIOR DE SA BARBA (Advogado: Dr. Natasja Deschoolmeester 2140/AM, Carlos Eugênio Veras de Menezes 4693/AM, Malber Souza Tavares 6455/AM, Arthur de Souza Rego Tavares 6428/AM, Karen Rebecca Louzada Dadalto Henriques 140475/RJ, Karen Rebecca Louzada Dadalto Henriques 140475/RJ) fica INTIMADO o APELANTE, na pessoa de seus Advogados Dr. Fernando Luz Pereira 658A/AM, Móises Batista de Souza 469A/AM. "Em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil, determino a intimação do Apelante, por intermédio de seu procurador constituído, para que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), a respeito do princípio da dialeticidade recursal, uma vez que o fundamento da sentença foi o direito à vida, não discorrendo o Apelante uma linha sequer para rebater tal argumento. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0616335-

98.2016.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: O Município de Manaus (Advogado: Dr. Ladyane Serafim Pereira 4990/AM) e Apelado: Fábio Carlos Vieira dos Santos (Advogado: Dr. Jean Carlos Pinto da Silva 5328/AM, André de Souza Oliveira 5219/AM, Maria do Rosário Neves Filardi 5504/AM) fica INTIMADO o APELADO, na pessoa de seus Advogados Dr. Jean Carlos Pinto da Silva 5328/AM, André de Souza Oliveira 5219/AM, Maria do Rosário Neves Filardi 5504/AM. "Em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do CPC, determino a intimação de ambas as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ressalvado o prazo em dobro para a Fazenda Municipal (arts. 218 e 219 do CPC), para se manifestarem acerca dos seguintes aspectos: a) tendo em vista a liminar concedida em 05/09/2017 e o restabelecimento do benefício em 21/09/2018, faz-se imprescindível esclarecer quantos meses o Apelado recebeu a bolsa-atleta, referente ao exercício 2014/2015; b) a aplicação do efeito translativo ao recurso, tendo em vista a condenação ao pagamento retroativo do referido benefício, desconsiderando os valores recebidos por força das liminares concedidas. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Embargos de Declaração Cível nº 0004084-95.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Embargante: Carlos Cesar Sena da Silva. (Advogado: Dr. Antonia Tavares Correa Gonçalves 4244/AM). Embargado: Banco Bonsucesso Consignado S.A. (Advogado: Dr. Gustavo Gonçalves Gomes 1058A/AM, Carlos Roberto Siqueira Castro A671/AM). DECISÃO: "Desta forma, conheço e dou provimento aos Embargos de Declaração interpostos para o fito de majorar a verba honorária para 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, além de aclarar que, diante da sucumbência da parte embargada, esta deverá arcar com os demais ". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0700793-87.2012.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: JOE CONSULTORIA LTDA. (Advogado: Dr. Jano de Souza Melo 4587/AM). Apelado: E. M. R. PRODUÇÕES E EVENTOS. (Advogado: Dr. Nazareno Pereira Melo e outros 5690/AM). DECISÃO: "Por todo o exposto, não conheço do apelo, a teor do art. 932, III, do CPC/15, diante da patente violação ao princípio da dialeticidade recursal. Intime-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4002518-43.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Amasp Restaurantes e Similares Eireli - EPP. (Advogado: Dr. Italo Eduardo Pina Prado 13261/AM). Agravado: Manaus Energia S/A. (Advogado: Dr. Guilherme Vilela de Paula 1010A/AM). DECISÃO: "Pelo exposto, não conheço do presente recurso, por ser manifestamente inadmissível, nos termos do art. 932, III, c/c art. 1.001 do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0005074-86.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Floriano Aparício Teixeira e Lêda Maria Santos de Souza (Advogado: Dr. Barbara Trindade Lopes 9178/AM, Diego Marcelo Padilha Gonçalves 7613/AM) e Embargado: Leonardo Portella de Macêdo Valença (Advogada: Dra. Nilcilene Pereira Cavalcante 9834/AM) ficam INTIMADOS os EMBARGANTES, na pessoa de seu Advogado Dra. Barbara Trindade Lopes 9178/AM, Diego Marcelo Padilha Gonçalves 7613/AM. "Em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil, determino a intimação dos embargantes, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), a respeito do pedido formulado pelo agravado em contrarrazões de não conhecimento do recurso, bem como de condenação do recorrente em litigância de má-fé, com o pagamento de multa de 5% (cinco por cento) do valor da causa. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4003242-47.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Astro Toys Comercial de Brinquedos Ltda (Advogado: Dr. Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo 5035/AM, Mendelsson Costa Duarte 8319/AM) e Agravado: Condomínio Amazonas (Advogado: Dr. Bairon Antônio do Nascimento Júnior 3795/AM) fica INTIMADO o AGRAVANTE, na pessoa de seu Advogado Dr. Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo 5035/AM, Mendelsson Costa Duarte 8319/AM. "Em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil, determino a intimação do agravante, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), a respeito do pedido formulado pelo agravado em contrarrazões de reconhecimento da má-fé do recorrente e da consequente imposição de sanção legal. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo Interno Cível nº 0004242-53.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Thelma Silva de Araujo (Advogada: Dra. Keyth Yara Pontes Pina 3467/AM, Andrade Gc Advogados 5797/AM) e Agravado: Banco do Brasil S/A (Advogado: Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues 128341/SP, Nelson Wilians Fratoni Rodrigues 598A/AM) ficam INTIMADAS AMBAS AS PARTES, na pessoa de seu Advogado Dr. Keyth Yara Pontes Pina 3467/AM, Andrade Gc Advogados 5797/AM, Nelson Wilians Fratoni Rodrigues 128341/SP, Nelson Wilians Fratoni Rodrigues 598A/AM. "Em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil, determino a intimação de ambas as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), a respeito da possível perda do objeto recursal, considerando que a sentença objeto de cumprimento provisório nos autos nº. 0206832-16.2019.8.04.0001 foi totalmente reformada, conforme se verifica nos termos do acórdão às fls. 476-486 dos autos do processo originário, registrado sob o nº.0635874-16.2017.8.04.0001. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Embargos de Declaração Cível nº 0013024-25.2014.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Embargante: Patri Onze Empreendimentos Imobiliarios Ltda. (Advogado: Dr. Rennalt Lessa de Freitas 1722E/AM, Carolina Ribeiro Botelho 5963/AM, Keyth Yara Pontes Pina 3467/AM). Embargado: Tirciana Carvalho Dias. (Advogado: Dr. Fernando Franco Palheta 4359/AM). DECISÃO: "Diante do exposto, reafirmo a suspensão do presente feito até o trânsito em julgado do assunto pelo Superior Tribunal de Justiça, de modo que os presentes autos devem ser enviados ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP) até o trânsito em julgado das decisões em apreço. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0716867-22.2012.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Patri Onze Empreendimentos Imobiliarios Ltda. (Advogada: Dra. Keyth Yara Pontes Pina 3467/AM). Apelado: Tirciana Carvalho Dias. (Advogado: Dr. Fernando Franco Palheta 4359/AM). DECISÃO: "Diante do exposto, reafirmo a necessidade de suspensão do presente feito até o trânsito em julgado do assunto pelo Superior Tribunal de Justiça, de modo que os presentes autos

devem ser remetidos ao NUGEP. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0610407-69.2016.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Patri Urbis 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (patrimonio). (Advogada: Dra. Keyth Yara Pontes Pina 3467/AM). Apelado: Walas Francisco Silva e Silva. (Advogado: Dr. Terezinha Teles Fernandes 6622/AM, Claudio Elias Santos 4036/AM, Hileano Pereira Praia 3834/AM). DECISÃO: "Diante do exposto, reafirmo a suspensão do presente feito até o trânsito em julgado do assunto pelo Superior Tribunal de Justiça, de modo que os presentes autos devem ser enviados ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP) até o trânsito em julgado das decisões em apreço. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0231350-51.2011.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: Manaus Ambiental S/A (Advogado: Dr. Ney Bastos Soares Junior 4336/AM) e Apelado: Centro de Assistência Ao Desenvolvimento de Formação Profissional - Unicel Ltda. (Advogado: Dr. Daniellle Vieira Hitotuzi Paes 4631/AM, Raimundo Hitotuzi de Lima 2024/AM) fica INTIMADO o APELANTE, na pessoa de seu Advogado Dr. Ney Bastos Soares Junior 4336/AM. "Em observância ao disposto no §4º do art. 1.007, CPC/15, determino a intimação do Recorrente Manaus Ambiental S/A, na pessoa de seu advogado, para realizar o recolhimento do preparo em dobro, sob pena de deserção, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, na forma do art. 218, §1º c/c 219, do CPC/15. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0600432-18.2019.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: Andréa Colares de Araújo Florêncio (Advogada: Dra. Luciana Viana Cidronio de Andrade 8104/AM) e Apelado: O Município de Manaus (Advogada: Dra. Annick Costa Monteiro 2069/AM) fica INTIMADO o APELANTE, na pessoa de seu Advogado Dra. Luciana Viana Cidronio de Andrade 8104/AM. "Pelo exposto, determino: (i) Que sejam realizadas as alterações cadastrais necessárias a fim de que "Andréa Colares de Araújo Nasciemnto" tenha seu nome corrigido para Andréa Colares de Araújo Florêncio. (ii) Intime-se a Apelante para que, em 5 (cinco) dias úteis, regularize sua representação processual, sob pena de não conhecimento do recurso (art. 76, §2º, I, do CPC). Em seguida, considerando a matéria versada nos autos, encaminhe-se o feito à apreciação do G. Órgão Ministerial. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se. Manaus, 8 de agosto de 2019.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques, Relator dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0005556-34.2019.8.04.0000 - Careiro em que é Embargante: Daniele de Brito Chaves (Advogado: Dr. Raineri Ramos Ramalho de Castro 7598/AM, Maria Glades Ribeiro dos Santos 2144/AM, Rubens Samuel Benzecry Neto 9212/AM) e Embargados: Rodoviário Cassino Logistica e Armazenagem Ltda e Silas Branco Junior (Advogado: Dr. Carlos Alberto Ribeiro Arruda 133149/SP, Rogério Augusto Campos Paiva 175156/SP, Stênio Holanda Alves 4254/AM) ficam INTIMADOS OS EMBARGADOS, na pessoa de seu Advogados Dr. Carlos Alberto Ribeiro Arruda 133149/SP, Rogério Augusto Campos Paiva 175156/SP, Stênio Holanda Alves 4254/AM. "01.01. Dada a interposição de Embargos de Declaração, intimem-se os Embargados, para, querendo, manifestarem-se sobre o referido recurso, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 1.023, § 2º, do Novo Código de Processo Civil. À Secretaria para as providências.".

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Cláudio César Ramalheira Roessing , faço público que, de acordo com o artigo 934 do Código do Processo Civil, após cumpridas as formalidades legais, serão julgados os seguintes processos:

Relator: Des. Paulo César Caminha e Lima

Membro: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo e Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro e, em caso de ausência, impedimento ou suspeição de um deste a Desa. Joana dos Santos Meirelles.

Agravo de Instrumento nº 4000780-36.2019.8.04.0900
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Agravantes: Manoel da Silva Barroso e Rosilene da Silva Rosas Defensor: Dr. José Ivan Benaion Cardoso (OAB: 1657/AM) **Agravado: Sociedade de Investimento MVC Ltda.** Advogados: Drs. Samuel Soares de Miranda (OAB: 10370/AM) e Thays de Souza Batista (OAB: 10440/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima**

Apelação Cível nº 0617587-10.2014.8.04.0001
Origem: 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de Queiroz
Apelante/Apelada: NB Distribuidora de Material de Consumo Ltda Advogado: Dr. Ednilson Pimentel (OAB: 1799/AM) **Apelante/Apelado: Raphael Martins Borges** Advogado: Dr. Luiz Henrique Zubaran Ossuosky Filho (OAB: 7537/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima**

Apelação Cível nº 0623893-92.2014.8.04.0001
Origem: 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Alessandra C.R.C. Godim Martins de Matos
Apelante: Ariana Ferreira de Aguiar Advogados: Franklin Souza Frota (OAB: 12756/AM), Mauro Gilberto Froata Lobato (OAB: 10848/AM) e Jean Carlos Siqueira de Souza (OAB: 8165/AM) **Apelada: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)** Advogados: Drs. Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG), Caio Cesar Fernandes da Cruz (OAB: 154217/MG), Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) e Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima**
Averbação de Impedimento: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.

Relator: Des. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Agravo de Instrumento nº 4001737-21.2019.8.04.0000
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de Queiroz
Agravante: Condomínio Parque Residências Advogado: Dr. Fábio Augustinho da Silva (OAB: 2776/AM) **Agravado: Deusamir Pereira** Advogada;: Dra. Waleska dos Paula e Souza (OAB: 9008/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Agravo de Instrumento nº 4003226-93.2019.8.04.0000
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Agravante: Bv Financeira S/A C.f.i Soc. Advogados: Parquali e Parise Gasparini Junior (OAB: 4752/SP) Advogados: Drs. Hudson Jose Ribeiro (OAB: 150060/SP), Alexandre Pasquali Parise (OAB: 112409/SP) e Gustavo Pasquali Parise (OAB: 129128/MG) **Agravada: Terezinha Alves Lopes** Advogados: Drs. Darden Klinger Colares Libório (OAB: 10423/AM) e Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB: 9261/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Apelação Cível nº 0043558-27.2006.8.04.0001
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Leoney Figliuolo Harraquian

Apelante: O Estado do Amazonas Procuradora: Dra. Gabriela Muniz de Moura (OAB: 13186/AM) **Apelada: Maria Lúcia Silva Ramos** Advogados: Drs. José Eldair de Souza Martins (OAB: 1822/AM) e Amanda Lima Martins (OAB: 2487/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Apelação Cível nº 0205039-76.2018.8.04.0001
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro Lima
Apelante: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social Procurador: Dr. Fabrício Perrotta da Silva (OAB: 165909/RJ) **Apelado: Manuel Sebastião Rodrigues Magalhaes** Advogado: Dr. Marcus Leandro de Souza Andrade (OAB: 6928/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0210415-92.2008.8.04.0001
Origem: 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Abraham Peixoto Campos Filho
Apelante: Banco do Brasil S/A Advogado: Dr. Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737A/AM) **Apelada: Iracy Andrade Xavier - ME Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Apelação Cível nº 0218644-26.2017.8.04.0001
Origem: 3ª Vara de Família
Juiz Prolator: Melissa Sanches Silva da Rosa
Apelante: S. V. de O. Defensora: Dra. Kanthya Pinheiro de Miranda (OAB: 18032/BA) Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB: O/AM) **Apelada: N. F. de O.** Defensoras: Dra. Carol Regina Xavier Rocha (OAB: 15004/PA) e Raquel D'Avila Cruz da Cunha Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB: O/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0237789-05.2016.8.04.0001
Origem: 2ª Vara de Família
Juiz Prolator: Everaldo da Silva Lira
Apelante: Luiz Candido de Souza Advogados: Drs. Fabio Leandro Lira Pereira (OAB: 4730/AM) e Guttemberg Alencar Viana (OAB: 9698/AM) **Apelada: Maria Zeneide Coelho Chagas** Defensor: Dr. Gustavo Linhares Rodrigues (OAB: 31361/BA) Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Apelação Cível nº 0255224-65.2011.8.04.0001
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante: O Estado do Amazonas Procurador: Dr. Franklin Arthur Martinez Filho (OAB: 1251A/AM) **Apelados: Erivan Araújo da Silva, José da Cruz Farias da Costa e Antonio Barros de Amorim** Advogados: Drs. Josinete Sousa Lamarão (OAB: 6429/AM), Antonio das Chagas Ferreira Batista (OAB: 4177/AM), Alcides Martins de Oliveira Neto (OAB: 7306/AM), Patricia Gomes de Abreu (OAB: 4447/AM) e Ana Paula Freitas de Oliveira (OAB: 7495/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Apelação Cível nº 0610666-93.2018.8.04.0001
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Ronnie Frank Torres Stone
Apelante/Apelado: O Estado do Amazonas Procuradora: Dra. Indra Mara Bessa (OAB: 1877/AM) **Apelante/Apelada: Edila Cristina da Silva Chaves** Advogado: Dr. Nelio Glauber de Souza Aragão (OAB: 10807/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0623403-02.2016.8.04.0001
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Áldrin Henrique de Castro Rodrigues
Apelantes: Edmilson José Lopes Vieira e Elizângela Machado Dutra Advogados: Drs. Wellyngton da Silva e Silva (OAB: A422/AM) e Erika Paiva Ponce e Silva (OAB: 10795/AM) **Apelados: Nadyvanda Maria Rocha Fonseca e Moacir Mendonça** Advogadas: Drs. Maiara da Motta Sonntag e Ana Carolina Amaral de Messias (OAB: 9171/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Apelação Cível nº 0626980-85.2016.8.04.0001
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante/Apelado: Rozivaldo Coura Maciel Advogados: Drs. Érico Caboclo de Macedo (OAB: 16315/PA) e Henrique Caboclo de Macedo (OAB: 8816/AM) **Apelante/Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A** Advogadoas: Drs. Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB: 6161/AM) e Manoel Archanjo Dama Filho (OAB: 21593A/GO) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Apelação Cível nº 0627016-30.2016.8.04.0001
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza
Apelante: O Município de Manaus Procuradora: Dra. Ladyane Serafim Pereira (OAB: 4990/AM) **Apelado: Alessandro Santos de Oliveira** Advogados: Drs. Fabrício Calebe do Carmo Santos (OAB: 8078/AM) e Roberto Cláudio Moreira da Silva Júnior (OAB: 8651/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0628836-84.2016.8.04.0001
Origem: 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rogério José da Costa Vieira
Apelante: Eva Maria da Silva Batista Defensores: Drs. José Ivan Benaion Cardoso (OAB: 1657/AM) e Leonardo Cunha e Silva de Aguiar (OAB: 3470/AM) **Apelada: Maria de Nazaré Araújo da Silva** Advogada: Dra. Luciclea Ramos de Carvalho (OAB: 11269/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0633377-63.2016.8.04.0001
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Ronnie Frank Torres Stone
Apelante: Nario Santos de Souza Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas **Apelado: Detran-am** Procuradores: Drs. Maria do Perpétuo Socorro Aparício de Souza (OAB: 7142/AM), Marta Maria Vale Oyama (OAB: 7146/AM), Ike Kennedy Veiga da Silva (OAB: 4519/AM), Marita Santos de Oliveira Corrêa (OAB: 5391/AM) e Sérgio Augusto G. Cavalcante (OAB: 4895/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Apelação Cível nº 0638697-94.2016.8.04.0001
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi
Apelante: Banco do Brasil S/A Advogado: Dr. Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737/AM) **Apelada: Pólo Norte Indústria e Comércio de Refrigeração Ltda.** Representa: João de Jesus Representa: Ilma Lima da Silva **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing
Membros: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles e Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro, em caso de ausência, impedimento ou suspeição de um deste a Exma. Sra Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.

Agravo de Instrumento nº 4001358-80.2019.8.04.0000
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera

Agravante: O Estado do Amazonas Procurador: Dr. Vitor Barbosa de Oliveira (OAB: 8285/TO) **Agravada: D.P.T Guedes & Cia Ltda - EPP (Triseven Serviços de Construção de Edifícios e Fornecimentos de Alimentos Eireli)** Advogada: Dra. Ana Cecília Ortiz e Silva (OAB: 8387/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing**

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Averbação de Impedimento: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Agravo de Instrumento nº 4002259-82.2018.8.04.0000
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Ronnie Frank Torres Stone

Agravantes: Antônio de Lima Mesquita, José Luís Sansone e Raimundo Nonato Barros Dantas Advogados: Drs. Alcemir Pessoa Figliuolo Neto (OAB: 13248/AM), Ayrton de Sena Gentil Neto (OAB: 12521/AM), Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB: 12555/AM) e Luciano Araújo Tavares (OAB: 12512/AM) **Agravado: Estado do Amazonas Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing**

Apelação Cível nº 0627805-63.2015.8.04.0001
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes

Apelante: Maria Amelia da Rocha Fernandes Advogados: Drs. Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM), Ademario do Rosario Azevedo (OAB: 2926/AM) e Leandro Menezes dos Santos (OAB: 171750/RJ) **Apelado: Banco Industrial do Brasil S/A** Advogados: Drs. Wilson Sales Belchior (OAB: 2694/AM) e Aurea Andressa Lacerda Lima (OAB: 18532/PB) **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing**

Apelação Cível nº 0633064-68.2017.8.04.0001
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade

Apelante: Banco Bonsucesso Consignado S.A Advogados: Drs. Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 1676/PE), Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB: 167006/RJ) e Alan Sampaio Campos (OAB: 37491A/BA) **Apelado: Wilde de Azevedo Bentes** Advogados: Drs. Leonardo Marques Bentes da Cunha (OAB: 12656/AM) e Patrese Anunciação Prado (OAB: 9571/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing**

Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Agravo de Instrumento nº 4001516-38.2019.8.04.0000
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta)
Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza

Agravante: O Estado do Amazonas Procurador: Dr. Jucelino Araújo Lima (OAB: 8039/AM) **Agravado: Davi Maués de Sales** Advogado: Dr. Ademar Lins Vitório Filho (OAB: 5269/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Agravo de Instrumento nº 4001654-05.2019.8.04.0000
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro Lima

Agravante: Domício de Melo Magalhães Neto Advogado: Dr. Jorge Henrique Silva de Melo (OAB: 7999/AM) **Agravado: AMIL - Assistência Médica Internacional S/A** Advogado: Dr. Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Agravo de Instrumento nº 4002674-31.2019.8.04.0000
Origem: 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Sheilla Jordana de Sales

Agravante: Maria da Conceição Oliveira Pascoal Advogado: Dr. Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM) **Agravado: Banco Bradesco S.A. Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**

Agravo de Instrumento nº 4002863-09.2019.8.04.0000
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Áldrin Henrique de Castro Rodrigues

Agravante: Manaus Energia S/A Advogados: Drs. Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG), Ligia de Souza Frias (OAB: 84507/MG) e Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG) **Agravado: Joel César Martini** Advogada: Dra. Julie Stephane Lima Bruce (OAB: 8096/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.**

Averbação de Impedimento: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0000165-41.2015.8.04.7501
Origem: 1ª Vara de Tefé
Juiz Prolator: Romulo Garcia Barros Silva

Apelante: Prefeitura do Município de Tefé/am Representa: Emer de Senna Gomes Advogado: Dr.Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM) **Apelado: Deane dos Santos Rodrigues** Advogado: Dr. Crischanan Joaquim de Amorim Batalha (OAB: 3457/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.**

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação Cível nº 0001133-45.2013.8.04.7500
Origem: 1ª Vara de Tefé
Juiz Prolator: Romulo Garcia Barros Silva

Apelante: A Agencia de Fomento do Governo do Estado do Amazonas - AFEAM Advogado: Dr. Ernani de Barros Gomes Filho (OAB: 973/AM) **Apelados: Jeremias Rodrigues Faba e José Moçambique da Silva Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**

Apelação Cível nº 0254112-85.2016.8.04.0001
Origem: 3ª Vara de Família
Juiz Prolator: Melissa Sanches Silva da Rosa

Apelante: E. S. S. da S. Representa: Ingria Richelly Souza de Sousa Defensora: Dra. Valéria Araújo Neves (OAB: 120303/MG) Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas **Apelado: A. J. S. da S. Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0617177-44.2017.8.04.0001
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Áldrin Henrique de Castro Rodrigues

Apelante: Banco Bmg S/A Advogados: Drs. Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) e Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) **Apelada: RAIMUNDA FRANCISCA CARVALHO SOUZA** Advogado: Dr. Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0621119-16.2019.8.04.0001
Origem: 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Naira Neila Batista de Oliveira Norte

Apelante: Luís Olavo Cavalcante Monteiro Advogados: Drs. Erivelton Ferreira Barreto (OAB: 5568/AM) e Cristiane Rodrigues Silveira **Apelada: Eliria Teresinha Schuck Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**

Apelação Cível nº 0628700-53.2017.8.04.0001
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Áldrin Henrique de Castro Rodrigues

Apelante: Banco Bmg S/A Advogados: Drs. Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM), Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) e Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) **Apelada: KZUE KELLIN SILVA DE OLIVEIRA** Advogados: Drs. Diego Andrade de Oliveira (OAB: 8792/AM) e Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0629997-66.2015.8.04.0001
Origem: 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Mônica Cristina Raposo da Câmara Chaves do Carmo
Apelante: Almerinda de Melo da Silva Advogados: Drs. Cintia Rossette de Souza (OAB: 4605/AM) e Israel de Jesus Gonçalves (OAB: 3051/AM) **Apelado: Banco BMC S/A** Advogados: Drs. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP) e Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0635634-95.2015.8.04.0001
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante: Raimunda Zaira da Silva Gomes Advogada: Dra. Mayka Salomão Cordeiro Viana (OAB: 6321/AM) **Apelado: Banco do Brasil S.A** Advogados: Drs. Gustavo Amato Pissini (OAB: 899/AM), José Arnaldo Janseen Nogueira (OAB: 1047A/AM) e Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 1048A/AM) **Apelado: O Estado do Amazonas** Procuradora: Dra. Karla Brito Novo (OAB: 4771/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**

Apelação Cível nº 0646916-28.2018.8.04.0001
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro Lima
Apelante: Andreia Rodrigues Martins Advogado: Dr. Manoel Marques de Oliveira (OAB: 5587/AM) **Apelado: Banco Bmg S/A** Advogada: Dra. Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**

Apelação Cível nº 0713738-09.2012.8.04.0001
Origem: 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelantes: Patrimônio Incorporadora e Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda Advogada: Dra. Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) Apelados: Wendel Gomes Oliveira e Sara Kodato dos Santos Advogado: Dr. Luiz Antônio Simões (OAB: 777A/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Remessa Necessária Cível nº 0627628-31.2017.8.04.0001
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera
Requerente: O Estado do Amazonas Representa: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge **Requerida: Dilma Martins de Almeida** Advogado: Dr. Jesse James Lopes da Silva (OAB: 9730/AM) Apelante: Juízo de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública do Estado do Amazonas **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza
Averbação de Impedimento: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Agravo de Instrumento nº 4001228-90.2019.8.04.0000
Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal
Juiz Prolator: Marco A P Costa
Agravante: Associação dos Servidores da Suframa - Asframa Advogados: Drs. Marco Antônio Portella de Macedo (OAB: 2039/AM) e Cláudia Sulzbach Portella de Macêdo (OAB: 9886/AM) **Agravado: O Município de Manaus** Procurador: Dr. Janary Yoshizo Kato Yokokura (OAB: 6324/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**

Agravo de Instrumento nº 4001315-46.2019.8.04.0000
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro Lima
Agravante: Daniel Ribeiro Chaves Advogados: Drs. Yuri Dantas Barroso (OAB: 4237/AM) e Sergio Roberto Bulcão Bringel Junior (OAB: 14182/AM) **Agravada: Unimed de Manaus - Cooperativa de Trabalho Medico Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**
Averbação de Suspeição: Exmo. Sr. Des. Paulo Lima

Agravo de Instrumento nº 4001454-95.2019.8.04.0000
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Agravante: Banco Bmg S/A Advogado: Dr. Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) **Agravada: Maria das Graças Lopes Teixeira** Advogado: Dr. Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB: 8838/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**

Agravo de Instrumento nº 4001505-09.2019.8.04.0000
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Diógenes Vidal Pessoa Neto
Agravante: Banco Bradesco S.A. Advogado: Dr. Edson Rosas Junior (OAB: 1910/AM) **Agravado: Antonio Raimundo da Silva Me Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**

Agravo de Instrumento nº 4001632-44.2019.8.04.0000
Origem: 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Sheilla Jordana de Sales
Agravante: Sandra Leitão Monteiro Advogadas: Dras. Andrezza Caldas Vital (OAB: 10723/AM) e Isabelle Fernanda Sena de Oliveira (OAB: 12192/AM) Agravados: Hapvida Assistencia Medica Ltda e Hospital Rio Amazonas **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Agravo de Instrumento nº 4001708-68.2019.8.04.0000
Origem: 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Sheila Jordana de Sales
Agravante: Ageovana Oliveira do Nascimento Advogado: Dr. Robson Carvalho Ferreira (OAB: 12268/AM) **Agravados: Novo Tempo Comércio de Hortifrutigrajeiros Ltda, Adalberto Alves de Araújo, Francisco Alves de Araujo e Rubem Alves de Araújo, Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Agravo de Instrumento nº 4001931-21.2019.8.04.0000
Origem: 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Abraham Peixoto Campos Filho
Agravante: Banco Bmg S/A Advogado: Dr.Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) **Agravado: João Marcos dos Santos Torres** Advogada: Dra. Kelly Anne Correa de Oliveira (OAB: 9330/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Agravo de Instrumento nº 4002043-87.2019.8.04.0000
Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rogério José da Costa Vieira
Agravante: Integração Transportes Ltda Advogados: Drs. Talvani Franco Leite Brito (OAB: 680A/AM) e Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB: 4083/AM) **Agravada: Marilena Pedroso de Sousa** Advogado: Dr. Diogo Monteiro de Souza (OAB: 12567/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Agravo de Instrumento nº 4002455-18.2019.8.04.0000
Origem: Juizado da Infância e Juventude - Cível
Juiz Prolator: Rebeca de Mendonça Lima
Agravante: Kauanny Darphym Arruda de Oliveira Defensor: Dr. Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB: 4368/AM) Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas **Agravado: Estado do Amazonas - Secretaria de Estado da Saúde** Procurador: Dr. Alberto Bezerra Melo (OAB: 2015/AM) Agravado: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Agravo de Instrumento nº 4005761-29.2018.8.04.0000
Origem: 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Márcio Rothier Pinheiro Torres
Agravantea: Jorge Roberto DiTomasio Leão e Marianna Frachinetti Brock Advogado: DR. Fabio Pereira Garcia dos Santos (OAB: 4850/AM) **Agravada: Mjp Construções e Projetos Ltda.** Advogados: Drs. Raphael Heinrich B. de Oliveira (OAB: 5885/AM), Priscila Lima Monteiro (OAB: 5901/AM), Silvyane Parente de Araújo Castro (OAB: 7237/AM) e Igor de Mendonça Campos (OAB: 766A/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**

Manaus, 26 de agosto de 2019.
Nelsilene Lima da Silva Gomes- Assistente da Secretária

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Cláudio César Ramalheira Roessing, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Acácio Fernandes Roboredo (89774/SP), Alberto Alves de Moraes (17578/PA), David Sombra Peixoto (1175A/AM) e Michelle de Oliveira Ferreira (20399/PA) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0218707-61.2011.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Banco Santander S.a. - Apelado : Clodoaldo Rabelo dos Santos - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Antônio Braz da Silva (10026AP/B) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0608044-46.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Busca e Apreensão - Apelante : Banco Itaucard S/A - Apelado : Elias Rodrigues dos Santos - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Procuradoria Federal No Estado do Amazonas e Defensoria Pública do Estado do Amazonas, Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Luiz Mauricio Oliveiras Bastos (2620/AM) - Processo 0634226-35.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Processo e Procedimento - Apelante : Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - Apelado : José Antonio Nascimento - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) e Francisco Carlos Nunes de Oliveira (10057/AM) e Philippe Nunes de Oliveira Dantas (8872/AM) - Processo 0649192-32.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Regularidade Formal - Apelante : Banco Bmg S/A - Apelada : Irlana da Rocha Ladislau - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

Secretaria do(a) Primeira Câmara Cível, em Manaus, 26 de agosto de 2019.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000145-08.2017.8.04.2901 - Apelação Cível, Vara Única de Beruri. Apelante: Francisco Batista de Souza. Advogados: Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (OAB: 9967/AM) e Sérgio Sahdo Meireles Junior (OAB: 13241/AM). Apelado: Banco Brasdesco S/A. Advogados: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) e outros. Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO MATERIAL E MORAL. COBRANÇA DE "CESTA BÁSICA" BANCÁRIA. TARIFA NÃO PACTUADA. RESOLUÇÃO N. 3.919/2010 BACEN. DEFEITO NO DEVER DE INFORMAÇÃO. ART. 6º, III, CDC. ILEGALIDADE. PRECEDENTE TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS DO TJ/AM. DEVOLUÇÃO SIMPLES. AUSÊNCIA MÁ-FÉ. ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO, CDC. PRECEDENTE STJ. AUSÊNCIA DANO MORAL. MERA COBRANÇA INDEVIDA. PRECEDENTE STJ. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.- Merece ser parcialmente provido o presente apelo, tendo em vista que a falta de previsão expressa da cobrança de tarifas a título de "cesta básica" inviabilizam sua cobrança consoante Resolução n. 3.919/2010, devendo haver a repetição dos valores cobrados indevidamente;- Ademais, a devolução deve-se dar de maneira simples, e não em dobro conforme art. 42, parágrafo único, haja vista que, para tanto, o Superior Tribunal de Justiça exige a comprovação da má-fé por parte da Instituição Bancária, o que não se vislumbra no presente caso;- Além disso, consoante a Corte da Cidadania, Havendo mera cobrança indevida, sem a prova de maiores angústias por parte do consumidor, não há que se falar em responsabilização a título de danos morais, sob pena de se desvirtuar o instituto;- RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0000145-08.2017.8.04.2901, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e sem parecer ministerial, CONHECER do recurso para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0000847-33.2014.8.04.7500 - Apelação/Remessa Necessária, 1ª Vara de Tefé. Apelante: Município de Tefé/Am - Prefeitura do Município. Procurador: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM). Apelado: Maria Sol do Céu Xavier de Souza. Advogados: Duarte Sávio Rodrigues Alves de Menezes (OAB: 9598/AM), Carlos Eduardo Bessa de Sá (OAB: 7032/AM) e outros. Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: Remessa necessária. Apelação Cível. Ação de Cobrança. Servidor público. Contrato temporário. Sucessivas prorrogações. Nulidade. FGTS. Cabimento. 1. A contratação de pessoal, mediante contrato temporário, para o exercício de funções em hipótese não prevista na legislação estadual ou em que tenha havido sucessivas prorrogações além do prazo estipulado, enseja a nulidade absoluta da avença, assegurando-se ao servidor prejudicado o direito ao recebimento do FGTS, ressalvado eventual valores atingidos pela prescrição.2. Apelação conhecida e desprovida. Remessa necessária prejudicada. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância com o parecer do Ministério Público, conhecer e desprover o recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator. Remessa necessária prejudicada.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0002854-18.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Galate & Gomes Advogados. Advogados: Maria Lindolfo Gomes Guedes (OAB: 5116/AM), Monica Vieira Galate Mattos (OAB: 5123/AM) e outros. Embargada: Distribuidora de Carnes JK Ltda. Advogado: Tiago Martins Sisto (OAB: 226018/SP). Presidente/Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Délcio Luis Santos. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO. EXISTÊNCIA. CONCLUSÕES CONTRADITÓRIAS E INCONCILIÁVEIS ENTRE SI NO ACÓRDÃO EMBARGADO. VÍCIO SANADO. EFEITOS INFRINGENTES CONCEDIDOS. DEMANDA ORIGINÁRIA JULGADA IMPROCEDENTE. I - Os embargos de declaração são cabíveis nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão ou erro material, conforme dispõe o art. 1.022, I, II e III, do CPC/15. II - No acórdão embargado foi considerado que a embargante não obteve êxito na causa administrativa nº. 24173/10/1, Tipo 20, na SEFAZ, razão pela qual não teria direito a honorários advocatícios. Ao mesmo tempo, todavia, entendeu-se que, ao ser concedida a

segurança à embargada, foi declarada nula a avocação realizada pelo Secretário da SEFAZ e restabelecido o direito de ser restituída nos valores pagos de ICMS. III - Ambas as conclusões são contraditórias e inconciliáveis entre si. Afinal, se a avocação realizada pelo Secretário da SEFAZ foi declarada nula - fato este incontroverso os acórdãos anteriores (n. 157/2014 e n. 994/2015) que reconheciam o direito à restituição de ICMS permaneceram válidos, havendo, por conseguinte, o êxito administrativo da parte embargante no patrocínio da causa e o direito de receber honorários advocatícios.IV Contradição sanada. Diante da verificação do êxito da embargante no patrocínio da causa administrativa, deve ser mantida a sentença de primeiro grau no ponto em que julgou improcedentes os pedidos da inicial (restituição de honorários advocatícios e indenização por danos morais). EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, COM A CONCESSÃO DE EFEITOS INFRINGENTES. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, ACOLHER os embargos de declaração, sanando a contradição indicada pela embargante, com a CONCESSÃO DE EFEITOS INFRINGENTES, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0002995-37.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Distribuidora de Carnes JK Ltda. Advogado: Tiago Martins Sisto (OAB: 226018/SP). Embargado: Galate & Gomes Advogados Associados. Advogados: Mônica Vieira Galate Mattos (OAB: 5123/AM), Thayla Galate Gomes (OAB: 7954/AM) e outros. Presidente/Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Délcio Luis Santos. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. EXISTÊNCIA. PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA NÃO ANALISADO. VÍCIO SANADO. SOCIEDADE DE ADVOGADOS. PESSOA JURÍDICA. COMPROVAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS. MANUTENÇÃO DO BENEFÍCIO.I - Os embargos de declaração são cabíveis nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão ou erro material, conforme dispõe o art. 1.022, I, II e III, do CPC/15.II - A embargante requereu expressamente em sua apelação a reforma da sentença no tocante à concessão da gratuidade da justiça à embargada. No acórdão embargado, todavia, tal questão não foi analisada, tendo-se configurado omissão no julgamento. III - O fato de a embargada ser pessoa jurídica não impede o deferimento do benefício da gratuidade da justiça. Este pode ser concedido caso hajam elementos que amparem a sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais (Súmula 481/STJ).IV - O juízo a quo agiu corretamente ao deferir a justiça gratuita à embargada, eis que esta informou a necessidade de obtê-lo, é sociedade é formada por apenas 2 (duas) sócias, advogadas, e o seu capital social integralizado não possui valor vultoso. Além disso, a embargante não apresentou elementos concretos que afastem o entendimento da insuficiência de recursos da embargada. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS. EFEITOS INFRINGENTES NEGADOS. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, ACOLHER os embargos de declaração, sanando a omissão apontada pela embargante, MAS NEGANDO EFEITOS INFRINGENTES, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0004840-07.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Centrais Elétricas Brasileiras S/A Eletrobrás. Advogados: Antonio Vieira Sias (OAB: 52317/RJ), Alfredo Melo Magalhães (OAB: 99028/RJ) e outros. Embargado: Eclair Lucas. Advogados: Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB: 3424/AM), Laura Maria Santiago Lucas (OAB: 4872/AM) e Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB: 7187/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: Embargos de declaração. Omissão. Contradição. Inexistência.1. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já apreciada no recurso.2. Reveste-se de caráter nitidamente infringente os argumentos dos aclaratórios que, a pretexto de omissão e obscuridade, repetem os fundamentos do apelo.3. A contradição que autoriza a interposição de embargos declaratórios é a interna, ou seja, entre as proposições do próprio julgado, não cabendo entre a sua conclusão e as provas dos autos, como pretende o recorrente.4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0004840-07.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0004881-71.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Jacira Reis Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogados: Hileano Pereira Praia (OAB: 3834/AM), Terezinha Teles Fernandes (OAB: 6622/AM), Cláudio Elias dos Santos (OAB: 4036/AM) e Andreza Priscila Lima de Lima (OAB: 9192/AM). Embargados: Geraldo Jorge Sales rocha Junior e Thaise Cascaes de Moraes. Advogado: Djalma Martins da Costa Junior (OAB: 9628/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: Embargos de declaração. Omissão. Inexistência.1. Os de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já apreciada no recurso.2. Reveste-se de caráter nitidamente infringente os argumentos dos aclaratórios que, a pretexto de omissão e obscuridade, repetem os fundamentos do apelo.3. A contradição que autoriza a interposição de embargos declaratórios é a interna, ou seja, entre as proposições do próprio julgado, não cabendo entre a sua conclusão e as provas dos autos, como pretende o recorrente.4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0004881-71.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator." Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0204926-64.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara de Família. Apelante: J. G. da C. Advogados: Maria de Jesus de Souza Lima (OAB: 3076/AM) e Sandra Nazaré Dias Barreto (OAB: 1346/AM). Apelado: E. V. de O. M. - M. Advogada: Nayla Michelle Zamith O. Freitas (OAB: 7970/AM). Presidente: Ari Jorge Moutinho da Costa. Relator: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. FIXAÇÃO DE ALIMENTOS. RAZOABILIDADE DO VALOR FIXADO. OBSERVÂNCIA DO BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I - Conforme entendimento jurisprudencial emanado do Colendo STJ, admite-se que decisões judiciais adotem manifestações exaradas no processo em outras peças, desde que haja um mínimo de fundamento, com transcrição de trechos das peças às quais há indicação (per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM).II O princípio da dignidade da pessoa humana deve ser compreendido tanto em relação a quem recebe os alimentos, como em relação a quem presta alimentos, já que o valor não pode ser tão irrisório a comprometer a dignidade de quem os recebe, e nem tão exacerbado, a ponto de comprometer o sustento de quem possui o dever de pagar.III O valor fixado é absolutamente proporcional às reais necessidades de uma criança de 05 anos, deve ainda ser considerado que com o passar do tempo, aumentem as despesas com a subsistência dos filhos, inclusive, os gastos com os estudos. Dito isso, não há falar em redução da verba alimentar deferida

em sentença.IV Apelo conhecido e não provido.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0206353-67.2012.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Estado do Amazonas. Procurador: Giordano Bruno Costa da Cruz (OAB: 761A/AM). Apelado: Florestal do Norte Ltda. Advogada: Monica Rodrigues Vanzin (OAB: 12412/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: Apelação Cível. Ação Anulatória. Doação. Natureza jurídica. Revelia. Aplicação. Exceção usucapião. Impossibilidade. Preclusão. Inexecução do encargo ou desvio de Finalidade. Comprovação. Invalidação. Retomada do bem. 1. O contrato de doação celebrado entre o particular e a Fazenda Pública tem natureza jurídica de direito privado, portanto, é perfeitamente possível a aplicação dos efeitos materiais da revelia. Precedente do STJ. No caso de descumprimento do encargo gravado em negócio jurídico (doação), é possível sua revogação.2. A exceção de usucapião, enquanto matéria de defesa não pode ser conhecida ex officio, bem como deve ser considerada preclusa quando parte é revel. Doutrina.3. Havendo comprovação da inexecução e desvirtuamento da doação, torna-se possível a invalidação do negócio jurídico e o retorno do bem ao patrimônio do doador.3. Apelação conhecida e desprovida.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0206353-67.2012.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer do Ministério Público, conhecer e desprover o recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0235939-13.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco do Brasil S/A. Advogados: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 1048/AM) e outros. Apelado: Lourenço dos Santos Bentes. Advogada: Evelyn Campelo Loureiro (OAB: 5298/AM). Apelado: Brasilprev Seguros e Previdência S/A. Advogados: Priscilla Akemi Oshiro (OAB: 304931/SP), Keila Christian Zanatta Manangão Rodrigues (OAB: 84676/RJ) e Bruna das Chagas de Mendonca (OAB: 10474/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER DE VALORES SUBTRAÍDOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. APLICAÇÃO DE VALORES EM CONTA POUPANÇA. ALEGAÇÃO DE DESCONTOS INDEVIDOS. GRAVAME DEMONSTRADO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE. DANOS MORAIS EVIDENCIADOS. DECRETO SENTENCIAL IRRETOCÁVEL.I - O recurso não merece ser conhecido no tocante às alegações de não cabimento da repetição do indébito e da legalidade das condições do plano, taxas e encargos, eis que tais questões não foram tratadas na inicial e nem decididas pelo juízo a quo.II - A conta bancária e a sua segurança são de responsabilidade da instituição financeira, estando evidenciada a sua legitimidade para figurar no polo passivo da demanda, assim como o interesse de agir do autor.III No caso concreto, restou constatado o esvaziamento da conta poupança do apelado, existindo irregularidade e responsabilidade da empresa bancária, porquanto configurada a sua negligência pela falta de zelo em se certificar de que o autor era o responsável pelas movimentações não reconhecidas, mesmo após este ter peticionado administrativamente perante o Banco. IV Caracterizada a falha na prestação do serviço, é de rigor o reconhecimento da responsabilidade e a consequente condenação do Banco apelante na obrigação de restituir os valores subtraídos indevidamente da conta poupança do autor, assim como de pagar indenização na esfera moral. V - O montante da indenização por danos morais estipulado em sede originária R$ 20.000,00 (vinte mil reais) - é proporcional e razoável para atenuar o sofrimento do apelado, bem como servir de advertência e penalidade ao banco ofensor. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0235939-13.2016.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer ministerial, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0242142-69.2008.8.04.0001 - Apelação Cível, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Yara de Almeida Rodrigues. Defensor: José Ivan Benaion Cardoso (OAB: 1657/AM). Apelado: Marcante Moda Import e Comercio Ltda. Advogados: Vanda Cardoso Graciano Veloso (OAB: 594A/AM), Luiz Paulo Fernandes (OAB: 10080/AM) e Lia Carolina Santos da Silva (OAB: 6874/AM). Presidente: Ari Jorge Moutinho da Costa. Relator: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EMBARGOS MONITÓRIOS. CURADORIA ESPECIAL. JUSTIÇA GRATUITA. FALTA DE DECLARAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. NEGATIVA GERAL. INOVAÇÃO RECURSAL. RELAÇÃO CONSUMERISTA. FALTA DE PROVAS. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. AÇÃO FUNDADA EM CHEQUE. REFORMA EX OFFICIO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. REFORMA PARCIAL. - A hipossuficiência da parte não decorre automaticamente da assistência pela Defensoria Pública, mormente nos casos em que esta exerce seu papel institucional de curadora especial, previsto no art. 72, inciso II, da Lei nº 13.105/2015, não havendo provas reais de fraqueza econômica da parte nos autos. - Os embargos à monitória foram apresentados por negativa geral aos termos da ação, sendo que a aplicação do Código de Defesa do Consumidor é inovação recursal que fere os termos do art. 702, §1º c/c 336 do CPC. - Não há comprovação nenhuma de que o negócio jurídico subjacente aos cheques seja de índole consumerista.- A correção monetária deve incidir a partir da data de emissão estampada nas cártulas e os juros de mora a contar da primeira apresentação à instituição financeira, reformando-se a sentença especificamente neste ponto. - Tese firmada em recurso repetitivo pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n° 1556834/SP.- Recurso conhecido e desprovido com reforma ex officio parcial da sentença. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0242142-69.2008.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento com reforma ex officio parcial da sentença, nos termos do voto do Relator, que integra este julgado.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0247806-76.2011.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Novodisc Mídia Digital da Amazônia Ltda. Advogados: Sergio Pereira Cavalheiro (OAB: 180889/SP), Mônica Prestes Rodrigues (OAB: 7314/AM) e Tatiana Alves Raymundo Lowenthal (OAB: 235229/SP). Apelado: Infocom Amazonas Ltda. Advogado: Marcelo Furukawa Maia (OAB: 4527/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA C/C PERDAS E DANOS. POSTERIOR ALIENAÇÃO DO BEM. MANUTENÇÃO DA RELAÇÃO PROCESSUAL. NEGLIGÊNCIA E IMPRUDÊNCIA DA REQUERIDA. INOBSERVÂNCIA DOS LIMITES AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PROPRIEDADE. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. INOCORRÊNCIA. - A posterior alienação do bem abordado na lide não possui relevância na resolução desta, tendo em vista que, consoante disposto no art. 42, do CPC/73 (atual art. 109, do CPC/15), aplicável à época do caso, "a alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, não altera a legitimidade das partes".- Não consta nos autos a Anotação de Responsabilidade Técnica ART referente à terraplanagem realizada, nem projeto executivo registrado no CREA, com estudos preliminares à sua execução e consequente observância das normas técnicas e legais pertinentes à matéria. - O laudo pericial não afasta a possibilidade de a obra realizada pela requerida ter repercutido, de alguma forma, na desestabilização no terreno da autora.- Como bem constatado pelo Juízo a quo, a

apelante findou agindo com culpa, por negligência e imprudência, ao realizar obra de grande vulto, sem atendimento das normas técnicas necessárias, ignorando as limitações ao exercício do direito de propriedade impostos pelos artigos 1.277 e seguintes, do CC/02.- Não há prova atestando que as irregularidades na estrutura da edificação da autora, apontadas pela ora recorrente, teriam, exclusivamente, causado deslocamento de terra no local e, por conseguinte, falhas naquela construção. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0247806-76.2011.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, sem parecer ministerial, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0253896-32.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara de Família. Apelante/Apelado: G. P. de S. Advogada: Nabila Litaiff Feitosa da Costa (OAB: 8531/AM). Apelante/Apelado: J. F. N. Advogado: Paulo Sérgio Lima dos Santos (OAB: 5337/AM). Presidente: Ari Jorge Moutinho da Costa. Relator: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÕES CÍVEIS. EXITÊNCIA DE UNIÃO ESTÁVEL. FATO INCONTROVERSO. RECONHECIMENTO. PARTILHA DE BENS. PRELIMINAR DE NULIDADE PARCIAL. SENTENÇA CITRA PETITA. DECISÃO QUE NÃO APRECIOU AS ALEGAÇÕES DAS PARTES. SENTENÇA PARCIALMENTE ANULADA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TEORIA DA CAUSA MADURA. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM.I Ao juiz cabe decidir o mérito da demanda nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe defeso o conhecimento de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte.II A existência de união estável entre as partes configura fato incontroverso, com ambos os litigantes concordando que a relação perdurou de março de 2005 a maio de 2013, por esta razão, deve ser mantido o capítulo da sentença que trata sobre o reconhecimento da união havida entre os demandantes, com todos os requisitos que lhe são próprios.III A decisão atacada não examinou toda a amplitude dos pedidos formulados pela autora, configurando, portanto, sentença citra petita.IV - Verificada a impossibilidade de aplicação da teoria da causa madura à presente ação, faz-se necessário o retorno dos autos ao juízo de origem, uma vez que o processo não se encontra em condições de imediato julgamento.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0253896-32.2013.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, conhecer dos recursos e acolher a preliminar de nulidade para anular a sentença atacada e determinar o retorno dos autos ao juízo a quo, nos termos do voto do Relator, que integra este julgado.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0265101-29.2011.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelantes: Renato Nunes Sobreira e Deuza Pereira Nunes. Advogados: Janaina M Calado de Lima (OAB: 8891/AM) e Marcelo de Lima (OAB: 2797/AM). Apelado: John Douglas Macedo Melo. Advogados: José Mário de Carvalho Neto (OAB: 4861/AM) e Andre Luiz Silva Pinto (OAB: 7736/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: Apelação. Indenização. Danos Morais. Danos Materiais. Danos Estéticos. Pensão Vitalícia. Acidente de Trânsito. Lesão permanente. Capacidade laboral. Perda. Quantum arbitrado. Redução. Impossibilidade. I Quando demonstrada a culpa e o nexo de causalidade entre sua ação/omissão, resta devida a indenização quanto aos danos morais, materiais e estéticos.II A pensão mensal vitalícia é devida quando da lesão resultar defeito a dificultar ou impossibilitar o trabalhador exercer seu oficio ou profissão ou equivalente. III Apelação conhecida e desprovida. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0265101-29.2011.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator." Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0347349-91.2007.8.04.0001 - Apelação Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Claro S/A. Advogados: Cesar Ituassu da Silva Neto (OAB: 9506/AM), José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG) e outros. Apelado: Wallen Usinagem e Ferramentas de Corte Ltda. Advogados: Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB: 6086/AM), Sérgio Marinho Lins (OAB: 2414/AM), Luciano Pintos D'ávila (OAB: 3166/AM) e Elisangela Alves dos Santos (OAB: 53139/PR). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: Apelação. Indenização por dano moral. Pessoa jurídica. Não comprovação. Violação ao bom-nome. 1. A pessoa jurídica não pode ser ofendida subjetivamente. O chamado dano moral que se lhe pode afligir é a repercussão negativa sobre a sua imagem.2. Apelação conhecida e provida.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0347349-91.2007.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0600671-90.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Jalcinery Vitorino de Brito. Advogado: Mário Jorge da Silva Araújo (OAB: 6570/AM). Apelado: Banco Bonsucesso Consignado S.A. Advogados: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 15410A/PA), Marcelo da Silva Carlos (OAB: 7366/AM) e Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO COM AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. PRINCÍPIOS DA INFORMAÇÃO, CLAREZA E TRANSPARÊNCIA. LEI 8.078/90, ART. 6.º, III. ONEROSIDADE EXCESSIVA. EQUILÍBRIO CONTRATUAL. LEI 8.078/90, ARTS. 4.º, III, 39, V E 51, IV E § 1.º II E III). RESTITUIÇÃO EM DOBRO. DANO MORAL.No caso concreto, o contrato de cartão de crédito com autorização para desconto em folha de pagamento informou, de maneira clara, em termos legíveis e perfeitamente compreensíveis, a natureza da operação. Indicou ainda que seria descontado em folha de pagamento apenas o valor mínimo da fatura. Nos contracheques, os descontos eram identificados como BBS Cartão. A apelante fez sucessivas compras e pagamentos voluntários para amortizar a dívida. Não se vislumbra falta de informação adequada e clara sobre o serviço contratado, nem falta de transparência (Lei 8.078/90, art. 6.º, III). O contrato fora executado normalmente. Conforme os claros termos da avença, a quitação da dívida exigiria a iniciativa da apelante de amortizar o saldo devedor, tendo em vista que somente o valor mínimo de cada fatura mensal poderia ser descontado em folha de pagamento. Ora, a obrigação somente poderia prolongar-se indefinidamente por conta da inércia da apelante, ou seja, se não promovesse a amortização do saldo devedor. Não se vislumbra obrigação excessivamente onerosa, nem ofensa ao princípio do equilíbrio (Lei 8.078/90, arts. 4.º, III, 39, V e 51, IV e § 1.º II e III). Sendo válidas as disposições do contrato, não há que se falar em restituição dobrada (Lei 8.078/90, art. 42) ou em indenização por dano moral.Apelação conhecida e improvida.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, conhecer da apelação e lhe negar provimento, conforme relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0600996-07.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª

Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A. Advogados: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 831A/AM) e outros. Apelado: Amiraldo Santos da Silva. Advogado: Márcio Leandro Deodato de Aquino (OAB: 748/RR). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: Apelação Cível. Seguro DPVAT. Indenização. Invalidez permanente parcial completa. Laudo. Quantificação. Aplicação.1. A indenização do seguro DPVAT será paga de forma proporcional ao grau da invalidez apurado em laudo emitido pelo IML.2. Não há o que se falar em indenização por abalo moral quando devidamente cumprida a obrigação concernente a parte contrária. 3. Apelação conhecida e provida.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0600996-07.2013.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e prover, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0601601-79.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: ALCIDES GARCIA DE SOUZA JUNIOR. Advogados: Anderson Sales de Souza (OAB: 8760/AM) e Ingrid Coelho da Silva (OAB: 8761/AM). Apelado: Águas do Amazonas S.A. Advogados: Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB: 3136/AM), Thiago Almeida Rebello (OAB: 12327/AM), Jorge Antonio Veras Filho (OAB: 5693/AM), Ney Bastos Soares Junior (OAB: 4336/AM) e outros. Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: Apelação Cível. Ação de Inexigibilidade. Danos Morais. Impugnação da sentença. Específica. Ausência. Princípio da Dialeticidade. Ofensa. 1. Um dos requisitos para admissibilidade recursal é a obediência ao Princípio da Dialeticidade, devendo a parte recorrente atacar os pontos da decisão recorrida.2. Não cabe a mera repetição de teses veiculada na petição inicial, devendo o recurso combater de forma específica os fundamentos do decisum. 3. Apelação não conhecida. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0601601-79.2015.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em não conhecer o recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0603694-78.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Logos Bolsa de Veículos Ltda. Advogados: Arnoldo Bentes Coimbra (OAB: 345/AM) e Daniel Santos de Andrade (OAB: 6733/AM). Apelada: Simone da Silva dos Santos. Advogados: Fabio de Assunção Acosta (OAB: 8415/AM) e Gedson de Oliveira Matute (OAB: 13858/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: Apelação. Réu. Revelia. Debate. Questão fática. Impossibilidade. Alienação Fiduciária. Documentos. Compradora. Rejeitados. Resolução Contratual. Danos Morais. Indenização. Inocorrência.1. A Lei Processual Civil possibilita a interposição do recurso de apelação, mesmo que o réu tenha sido revel durante a fase de conhecimento, todavia, somente para questões jurídicas.2. Existindo problemas com a documentação da compradora e, posteriormente, rescisão do financiamento, é inegável a resolução do contrato de compra e venda, pois existe um vínculo interdependente entre os participantes da avença, porquanto a revendedora de veículos e a financeira atuam em parceria.3. Apelação conhecida e parcialmente provida.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0603694-78.2016.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e prover parcialmente o recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0605209-46.2019.8.04.0001 - Apelação Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Bmg S/A. Advogados: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM), Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) e outros. Apelado: Fabrício Araujo Barbosa. Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO COM CARTÃO DE CRÉDITO. FALHA NO DEVER À INFORMAÇÃO. PRECEDENTE DA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DESTES JUIZADOS ESPECIAIS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.- Merece ser desprovido o presente apelo, tendo em vista que os contratos de cartão de crédito com empréstimo consignado revelam-se abusivos e ilegais diante da ausência de informações, configurando uma sistemática de simulação de empréstimos a juros de cartão de crédito, o que, intencionalmente, impossibilita àqueles que precisam de crédito livrarem-se dos débitos;- Ademais, há precedente da Turma de Uniformização dos Juizados Especiais deste TJ-AM, no mesmo sentido, sendo viável a condenação em danos morais nestes casos;- RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0605209-46.2019.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e sem parecer ministerial, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0605420-58.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: CCB BRASIL - China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A. Advogados: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB: 21678/PE) e Waldson Jose Xavier da Silva (OAB: 34837/PE). Apelado: FAB - Comércio e Representação Ltda. Advogados: Ernesto Alves de Sousa Junior (OAB: 12864/AM) e Ernesto Alves de Sousa (OAB: 401A/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL C/C CANCELAMENTO DE PROTESTO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. ENDOSSO-MANDATO. NEGLIGÊNCIA. LEGITIMIDADE PASSIVA. LIMINAR EM AÇÃO CAUTELAR. PROTESTO NÃO EFETIVADO. AUSÊNCIA DE DANOS MORAIS. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. I - Tratando-se de endosso-mandato, a legitimidade do apelante para responder por eventuais danos causados ao devedor ocorre apenas se, no exercício do mandato, houver agido com dolo ou culpa, extrapolando os poderes que lhe foram conferidos (Súmula 476/STJ e REsp 1063474/RS, julgado sob o rito dos recursos repetitivos). II No caso concreto, o apelante é parte legítima para responder à demanda, mesmo tendo atuado sob endosso-mandato, em razão de ter agido com negligência ao omitir-se quanto a verificação da higidez da cártula.III - A duplicata de venda mercantil não foi efetivamente protestada, em razão de liminar concedida nos autos de Ação Cautelar Inominada. Assim, diante da ausência de protesto do título, não é possível subsumir qualquer dano moral causado à apelada, pessoa jurídica, pela mera cobrança indevida. Jurisprudência do c. STJ e das Cortes Estaduais. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a e. 2.º Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de seus membros, CONHECER da apelação interposta e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto do Desembargador Relator, que integra esta decisão para todos os fins legais.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0607565-24.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Arlindo Jorge Paulino Bastos. Advogados: Valinda Cinque Iantorno de Jesus (OAB: A445/AM) e Ricardo de Carvalho Torres (OAB: 7917/AM). Apelado: Fundação de Vigilância Em Saúde FVS. Procuradores: Alcineia

da Silva Rodrigues (OAB: 3887/AM), Wellington Filgueira Sampaio (OAB: 5308/AM) e Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL.PACTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO PACTO. DIREITO AO FGTS. MODULAÇÃO DE EFEITOS DO RE 709.212/DF. PRESCRIÇÃO AFASTADA. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO PROVIDO.- Merece ser provido o presente apelo, tendo em vista que houve nulidade na contratação temporária da apelante, tendo em vista flagrante burla à regra constitucional do concurso público, e exorbitância do caráter da excepcionalidade do contrato temporária diante da duração de 09 (nove) anos da relação laboral;- De par com isso, o Supremo Tribunal Federal possui entendimento de que os contratos temporários nulos também geram direito ao recolhimento do FGTS, interpretação em prol da dignidade da pessoa humana (RE 596.478);- Diante da modulação de efeitos conferida pelo STF no ARExt 709.212/DF, não há que se falar em prescrição quinquenal, in casu, para a pretensão de cobrança do FGTS;- O STJ também possui entendimento de que a declaração de nulidade do contrato de trabalho em razão da ocupação de cargo público sem a necessária aprovação em prévio concurso público, consoante previsto no art. 37, II, da CF/88, equipara-se à ocorrência de culpa recíproca, gerando, para o trabalhador, o direito ao levantamento das quantias depositadas na sua conta vinculada ao FGTS(REsp 1.110.484/RN);- RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o Parecer Ministerial, CONHECER do recurso interposto e DAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, reformando, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0609614-33.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Ronald de Melo Cabral. Advogado: Everton Bernardo Clemente (OAB: 26506/GO). Apelado: Banco do Brasil S/A. Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 12ª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA/DF NA AÇÃO CIVIL COLETIVA Nº. 1998.01.1.016798-9 (IDEC X BANCO DO BRASIL). EXPURGOS INFLACIONÁRIOS OCORRIDOS EM JANEIRO DE 1989. PLANO VERÃO. LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA. NECESSIDADE. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. MANUTENÇÃO DA DECISÃO IMPUGNADA.I - A jurisprudência do c. STJ "se firmou, como regra geral, pela necessidade de prévia liquidação nas condenações coletivas atinentes aos expurgos inflacionários das cadernetas de poupança nos planos econômicos Bresser, Verão, Collor I e Collor II" (AgInt nos EREsp 1565134/DF).II - Assim, considerando que a sentença executada foi proferida pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF na Ação Civil Coletiva nº. 1998.01.1.016798-9 (IDEC x Banco do Brasil S/A), sendo referente aos expurgos inflacionários do Plano Verão e possuindo natureza genérica, a sua prévia liquidação mostra-se necessária.APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E DESPROVIDA.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0613677-67.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Francisco Frazão Guimarães. Advogados: Eric Pires Benigno (OAB: 9944/AM), Natan Costa Teixeira (OAB: 10656/AM) e outros. Apelado: Estado do Amazonas. Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL.PACTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO PACTO. DIREITO AO FGTS. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO PROVIDO.- Merece ser provido o presente apelo, pois houve nulidade na contratação temporária do apelante, tendo em vista flagrante burla à regra constitucional do concurso público, e exorbitância do caráter da excepcionalidade do contrato temporária diante da duração de quase 16 (dezesseis) anos da relação laboral;- De par com isso, o Supremo Tribunal Federal possui entendimento de que os contratos temporários nulos também geram direito ao recolhimento do FGTS, interpretação em prol da dignidade da pessoa humana (RE 596.478);- O STJ também possui entendimento de que a declaração de nulidade do contrato de trabalho em razão da ocupação de cargo público sem a necessária aprovação em prévio concurso público, consoante previsto no art. 37, II, da CF/88, equipara-se à ocorrência de culpa recíproca, gerando, para o trabalhador, o direito ao levantamento das quantias depositadas na sua conta vinculada ao FGTS(REsp 1.110.484/RN);- RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o Parecer Ministerial, CONHECER do recurso interposto e DAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, reformando, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0614274-36.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Estado do Amazonas. Procurador: Luis Carlos de Paula e Souza. Apelada: Sirlene de Vasconcelos França Araujo. Advogados: Leandro Menezes dos Santos (OAB: 1115/AM) e Claudio Ramos Menezes (OAB: 2667/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL.PACTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO PACTO. DIREITO AO FGTS. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO DESPROVIDO.- Merece ser desprovido o presente apelo, pois houve nulidade na contratação temporária da apelada, tendo em vista flagrante burla à regra constitucional do concurso público, e exorbitância do caráter da excepcionalidade do contrato temporário diante da duração de quase 14 (quatorze) anos da relação laboral;- De par com isso, o Supremo Tribunal Federal possui entendimento de que os contratos temporários nulos também geram direito ao recolhimento do FGTS, interpretação em prol da dignidade da pessoa humana (RE 596.478);- O STJ também possui entendimento de que a declaração de nulidade do contrato de trabalho em razão da ocupação de cargo público sem a necessária aprovação em prévio concurso público, consoante previsto no art. 37, II, da CF/88, equipara-se à ocorrência de culpa recíproca, gerando, para o trabalhador, o direito ao levantamento das quantias depositadas na sua conta vinculada ao FGTS(REsp 1.110.484/RN);- RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o Parecer Ministerial, CONHECER do recurso interposto e NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0616420-50.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Olintha Marinho Noronha. Advogado: Antonio José Tavares Barbosa (OAB: 10068/AM). Apelado: Estado do Amazonas. Procuradora: Indra Mara Bessa (OAB: 1877/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL.PACTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES.

DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO PACTO. DIREITO AO FGTS. MODULAÇÃO DE EFEITOS DO RE 709.212/DF. PRESCRIÇÃO AFASTADA. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.- Merece ser provido o presente apelo, pois houve nulidade na contratação temporária da apelante, tendo em vista flagrante burla à regra constitucional do concurso público, e exorbitância do caráter da excepcionalidade do contrato temporária diante da duração de quase 16 (dezesseis) anos da relação laboral;- De par com isso, o Supremo Tribunal Federal possui entendimento de que os contratos temporários nulos também geram direito ao recolhimento do FGTS, interpretação em prol da dignidade da pessoa humana (RE 596.478);- Diante da modulação de efeitos conferida pelo STF no ARExt 709.212/DF, não há que se falar em prescrição quinquenal, in casu, para a pretensão de cobrança do FGTS;- O STJ também possui entendimento de que a declaração de nulidade do contrato de trabalho em razão da ocupação de cargo público sem a necessária aprovação em prévio concurso público, consoante previsto no art. 37, II, da CF/88, equipara-se à ocorrência de culpa recíproca, gerando, para o trabalhador, o direito ao levantamento das quantias depositadas na sua conta vinculada ao FGTS(REsp 1.110.484/RN);- RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o Parecer Ministerial, CONHECER do recurso interposto e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, reformando, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0616854-10.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara de Família. Apelante: D. K. T. Advogado: Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB: 3456/AM). Apelado: O. T. Advogados: Felipe dos Anjos Thury (OAB: 4518/AM), Igson de Oliveira Andrade (OAB: 5533/AM), Solon Angelim Alencar Ferreira (OAB: 3338/AM) e Jaime Marques Brasil (OAB: 3979/AM). Presidente: Ari Jorge Moutinho da Costa. Relator: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. REVISIONAL DE ALIMENTOS. REDUÇÃO BRUSCA DE VALORES. BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO SIGNIFICATIVA DE GANHOS DO ALIMENTANTE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.I Conforme entendimento jurisprudencial emanado do Colendo STJ, admite-se que decisões judiciais adotem manifestações exaradas no processo em outras peças, desde que haja um mínimo de fundamento, com transcrição de trechos das peças às quais há indicação (per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM).II O princípio da dignidade da pessoa humana deve ser compreendido tanto em relação a quem recebe os alimentos, como em relação a que presta alimentos, já que o valor não pode ser tão irrisório a comprometer a dignidade de quem os recebe, e nem tão exacerbado, a ponto de comprometer o sustento de quem possui o dever de pagar.III Nota-se que o valor definido na sentença atacada corresponde a um quarto do valor anteriormente recebido. Contudo, não se vislumbra nos autos significativa mudança no binômio possibilidade versus necessidade do alimentante, razão pela qual o decisum merece reforma.IV Recurso conhecido e parcialmente provido.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0617170-52.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Estado do Amazonas. Procurador: Ticiano Alves e Silva (OAB: A764/AM). Apelada: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A). Advogados: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG), Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) e Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA DE MULTA ADMINISTRATIVA JULGADA PROCEDENTE. ALEGAÇÃO DE INDEVIDA COBRANÇA DE SERVIÇO ESSENCIAL (ENERGIA ELÉTRICA). DESPROPORCIONALIDADE DA SANÇÃO ADMINISTRATIVA APLICADA PELO PROCON. VIOLAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 57 DO CDC. DESPROVIMENTO DO RECURSO.I - A penalidade pecuniária imposta pelo PROCON para a concessionária de energia elétrica apelada, em decorrência de infração ao Código de Defesa do Consumidor encontra amparo no seu art. 57, sendo possível ao Judiciário verificar a legalidade resultante do ato procedimental dele proveniente. II - Devem ser considerados 3 critérios em conjunto para fixação da multa prevista pelo art. 57 do CDC: (a) a gravidade da infração; (b) a vantagem auferida pelo infrator; e (c) a condição econômica do fornecedor. III No caso concreto, é evidente a desproporcionalidade da multa aplicada, pois para a sua fixação foi considerado exclusivamente o porte da apelada, sem sopesar a gravidade da infração. Além do mais, não se encontram presentes parâmetros para aferir qualquer vantagem da empresa prestadora de serviço de energia autuada. IV - Anulação dos autos infracionais que se mantém.RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0617734-94.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Bmg S/A. Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE). Apelado: Antonio Lazáro Corrêa de Almeida. Advogada: Maria Claudia Sousa da Silva (OAB: 5528/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: Apelação Cível. Relação de Consumo. Empréstimo Consignado. Cartão de crédito. Cobrança Indevida. Repetição de indébito. Possibilidade. Dano Moral. Ocorrência. 1. Nas relações de consumo é imprescindível a obediência aos princípios da transparência, informação e boa-fé, e ocorrendo violação a um desses princípios, devido a supremacia técnica e econômica do fornecedor, gera um contrato vicioso e a necessidade de indenizar o consumidor.2. O consumidor tem direito de receber em dobro os valores cobrados, quando pagou quantia indevida, em decorrência na falha da prestação do serviço, ocasionando ofensa à boa-fé objetiva.3. Restando devidamente configurado o abalo moral, incide o dever de indenizar.4. Apelação conhecida e desprovida.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0617734-94.2018.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0618601-87.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco BMG S/A. Advogados: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) e outros. Apelada: Rita de Cássia Costa. Advogados: Elaine de Araujo Veras (OAB: 9642/AM), Juliana Lima Rocha Coelho (OAB: 12507/AM) e outros. Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO COM CARTÃO DE CRÉDITO. FALHA NO DEVER À INFORMAÇÃO. PRECEDENTE DA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.- Merece ser desprovido o presente apelo, tendo em vista que os contratos de cartão de crédito com empréstimo consignado revelam-se abusivos e ilegais diante da ausência de informações e uma sistemática de simulação de empréstimos a juros de cartão de crédito, o que, intencionalmente, impossibilita àqueles que precisam de crédito livrarem-se dos débitos;- Ademais, há precedente da Turma de Uniformização dos Juizados Especiais deste TJ-AM, no mesmo

sentido, sendo viável a condenação em danos morais nestes casos;- RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0618601-87.2018.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e sem parecer ministerial, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0618842-32.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Instituto Nacional de Seguro Social Inss. Procurador: Fabrício Perrotta da Silva (OAB: 165909/RJ). Apelada: Dionizia da Costa Pereira. Advogada: Alcinara Marques dos Santos (OAB: 8665/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ACIDENTÁRIA. AUXÍLIO-ACIDENTE. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS. RECURSO REPETITIVO DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.- Merece ser parcialmente provido o presente apelo, tendo em vista que há recurso de sistemática repetitiva do STJ acerca dos juros e correção monetária de débitos previdenciários (REsp 1.495.146-MG), estando a r. Sentença em dissonância com o precedente no tocante à correção;- Ademais, quanto aos demais argumentos de que não estariam preenchidos os requisitos para concessão do auxílio-acidente, não merecem prosperar, haja vista o enquadramento do caso ao art. 86 da Lei 8.213/91, constando Laudo de expert acerca da redução da capacidade laborativa do segurado;- RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0618842-32.2016.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e sem participação ministerial, CONHECER do recurso para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0624397-35.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Raimunda Eliane de Souza. Defensor: Theo Eduardo Ribeiro Fernandes Moreira da Costa (OAB: 14088O/MT). Apelados: Edigley Morais Silva-ME e Patrícia Morais de Andrade. Advogados: Sarah Talía Bezerra Serudo (OAB: 4934/AM), Silvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB: 6664/AM) e Larissa Retto Dutra (OAB: 5143/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: Apelação. Contrato de Locação. Consentimento. Vício. Coação. Não evidenciado. Usucapião. Inovação Recursal.1. Para se evidenciar o vício de consentimento é necessário prova irrefutável de tal ilegalidade, além disso por ser fato constitutivo do direito alegado, a não demonstração impõe a improcedência do pedido.2. A alegação de usucapião somente no recurso de apelação não pode ser conhecida pelo Tribunal, em virtude da inovação recursal.3. Apelação conhecida em parte e, nesta extensão, desprovida. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0624397-35.2013.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer em parte e, nesta extensão, desprover o recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0624551-77.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Odilson Sergio da Silva Aquino. Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM). Apelado: Banco Bmg S/A. Advogados: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM), Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) e Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM). Presidente/Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO COM CARTÃO DE CRÉDITO. FALHA NO DEVER À INFORMAÇÃO. MÁ-FÉ DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. PRECEDENTE DA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DESTES JUIZADOS ESPECIAIS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.- Merece ser parcialmente provido o presente apelo, tendo em vista que os contratos de cartão de crédito com empréstimo consignado revelam-se abusivos e ilegais diante da ausência de informações e de uma sistemática de simulação de empréstimos a juros de cartão de crédito, que impossibilita aqueles que precisam do crédito de livrarem-se dos débitos;- Ademais, há precedente da Turma de Uniformização dos Juizados Especiais deste TJ-AM, no mesmo sentido;- Faz-se devida a reforma da sentença para dar parcial procedência ao pleito autoral, com: a declaração de nulidade do contrato de empréstimo via cartão de crédito com Reserva de Margem Consignável; a devolução, em dobro, dos valores pagos a maior; e, a reparação dos danos morais suportados pelo autor em valor considerado razoável por esta 2ª Câmara Cível.RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0624551-77.2018.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, sem parecer ministerial, CONHECER do recurso e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, reformando os termos da sentença monocrática.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0627121-07.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco do Brasil S/A. Advogados: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737/AM), Jivago Afonso Domingues de Castro (OAB: 9679/AM) e Karem Lucia C. da Silva Rattman (OAB: 704A/AM). Apelado: Osnildo Camargo da Silva. Advogado: Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB: 3444/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA. PRECEDENTE STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.- Merece ser desprovido o presente apelo, tendo em vista que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que, havendo inscrição indevida em cadastros de inadimplentes, o dano moral é presumível; - Ademais, não havendo constatação de prévias inscrições, merece ser mantida a condenação imposta, sendo o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) razoável diante de precedentes análogos mantidos pelo STJ;- RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0627121-07.2016.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e sem parecer ministerial, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0628509-08.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Itaú BMG Consignado S/A. Advogados: José Almir da R. Mendes Júnior (OAB: 392A/RN) e outros. Apelado: Cipriano Alves de Magalhães Filho. Advogados: Maria do Socorro da Silva Guimarães (OAB: 3676/AM), Rômulo Rafael Silva Carvalho (OAB: 10504/AM) e Maria de Nazaré Galvão da Silva (OAB: 3049/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. EMPRÉSTIMO. NÃO PACTUAÇÃO.

CONTRATO COM ASSINATURA E NÚMERO DE RG DISTINTOS DOS QUE CONSTAM NA CARTEIRA DE IDENTIDADE DO AUTOR. FRAUDE. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DEVOLUÇÃO EM DOBRO DOS VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. REDUÇÃO DO QUANTUM. - Não há que se falar em nulidade da sentença por cerceamento de defesa, tendo em vista que o juízo acerca da necessidade ou não da produção de prova é uma faculdade do magistrado;- O contrato apresentado pela parte autora tinha, de forma nítida, assinatura e número de registro geral distintos dos que constam na carteira de identidade do autor, motivo pelo qual a perícia restou prescindível na identificação de fraude in casu;- A incidência do art. 42, parágrafo único, do CDC e a resultante condenação do banco apelante à restituição de valores em dobro está justificada pela má-fé deste ao: permitir a ocorrência da fraude na contratação do empréstimo em questão; realizar os descontos na conta do autor sem qualquer comunicação; e, não resolver a contento a questão administrativamente;- A pretensão de restituição do valor supostamente liberado na conta do apelado não merece prosperar, visto que o TED juntado pela recorrente não comprova que o dinheiro, de fato, foi destinado ao autor, o qual não possui conta no banco destinatário (Bradesco);- o STJ possui entendimento pacífico de que a responsabilidade objetiva da instituição financeira em casos tais como o dos autos advém do risco do empreendimento, caracterizado como fortuito interno;- Considerando os contínuos e indevidos descontos em folha de pagamento, bem como a situação vexatória a que foi submetido o requerente na tentativa infrutífera de resolução da situação pela via administrativa, configurada está a ocorrência do dano moral no caso em tela;- Faz-se necessária a redução quantum indenizatório estipulado à título de danos morais para a quantia de R$ 10.000,00, tendo em vista os elementos do caso concreto e a jurisprudência desta corte em casos análogos.APELAÇÃO CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0628509-08.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, sem parecer ministerial, CONHECER do recurso e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, reformando termos da sentença monocrática.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0634317-91.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Frank Albert Soares Araújo. Advogados: Luan Oliveira da Silva (OAB: 10910/AM) e Daniel Zawask do Nascimento Barbosa (OAB: 11180/AM). Apelada: Maria Doroteia Martins e Silva. Advogado: Greg Lee Soares Duarte (OAB: 10127/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. LOCAÇÃO DE IMÓVEL. ALUGUÉIS. COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO PARCIAL. ENERGIA ELÉTRICA. OBRIGAÇÃO DO LOCATÁRIO. ART. 23, VIII, DA LEI 8.245/91. MÊS ANTERIOR AO INÍCIO DO CONTRATO. REDUÇÃO DA CONDENAÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. I - Os comprovantes de pagamento juntados apenas com a apelação não podem ser considerados para o presente julgamento, tendo em vista não se tratarem de documentos novos (art. 435 do CPC/2015).II Os comprovantes de pagamento que não detém nem data, nem o número de autenticação bancária, não podem ser considerados de forma exclusiva como prova da realização da transação. Jurisprudência. III - Exclusivamente os documentos de fls. 57 a 59 podem ser considerados no presente caso para abater a dívida de aluguéis do apelante, eis que são corroborados pelo extrato da conta-corrente da apelada, sendo possível constatar que tais transações (TED) foram de fato efetuadas.IV - Quanto ao ressarcimento da apelada pelo pagamento de energia elétrica, apenas no mês de 12/2015 o apelante não se encontrava na posse do imóvel, razão pela qual o valor referente a tal período deve ser eliminado da quantia total devida. Em relação aos demais meses, considerando que já estava em curso o contrato de locação, deve ser mantida a condenação, em atenção ao art. 23, VIII, da Lei 8.245/91.V - APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA, tão somente para reduzir a condenação do apelante em aluguéis para a quantia de R$ 10.970,00 (dez mil, novecentos e setenta reais), assim como para reduzir a condenação ao ressarcimento de gastos com energia elétrica para R$ 293,87 (duzentos e noventa e três reais e oitenta e sete centavos). DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a e. 2.º Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de seus membros, CONHECER da apelação cível e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto do Desembargador Relator, que integra esta decisão para todos os fins legais.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0635976-77.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Cleyse de Lourdes dos Santos Silva. Defensora: Caroline Pereira de Souza (OAB: 9052/AM). Apelado: Superintendência de Habitação do Amazonas SUHAB. Advogado: Ismael de Melo Silva (OAB: 4921/AM). Apelados: Rosiane Melo de Souza e Ricardo Bastos de Brito. Advogado: Nelson dos Santos Ale Júnior (OAB: 8507/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO C/C REINTEGRAÇÃO DE POSSE. PROGRAMA HABITACIONAL. MORADIA ALUGADA A TERCEIRO. VIOLAÇÃO DO TERMO DE CONCESSÃO. RESCISÃO REGULAR. - Ao sair do imóvel cedido pela SUHAB, sem comunicar tal autarquia, e promover sua locação por terceiros, a apelante findou descumprindo disposições do Termo de Concessão de uso especial para fins de moradia nº 49375;- Diante de tais circunstâncias, somente caberia à autarquia rescindir unilateralmente a concessão de uso e reaver o bem público, objeto de utilização vinculada. Tratando-se de ato de natureza precária e ficando flagrante o desvirtuamento da utilização do imóvel, a imediata rescisão era conduta não apenas correta, mas mandatória, para fins de garantir a correta utilização do bem público;- Não há que se falar, portanto, em irregularidade na rescisão desse termo de concessão, efetivada por meio de prévio processo administrativo, ocasião em que foi promovida a vistoria do imóvel e atestada a ausência da mutuária, sendo cumprido o devido processo legal;- Irrelevante quem tenha noticiado essa situação à SUHAB, pois é dever da autarquia habitacional zelar, de ofício ou por provocação, pela correta execução das políticas habitacionais.APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0635976-77.2013.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0642673-41.2018.8.04.0001 - Apelação/Remessa Necessária, 1ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Marcos Antonio Ferreira de Freitas. Advogados: Fernanda Lima Tavares (OAB: 11834/AM) e Vanderlene Soares Barroso (OAB: 10599/AM). Apelado: Estado do Amazonas. Procuradora: Maria Hosana de Souza Monteiro. Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PACTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO PACTO. DIREITO AO FGTS. MODULAÇÃO DE EFEITOS DO RE 709.212/DF. PRESCRIÇÃO AFASTADA. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO PROVIDO.- Merece ser provido o presente apelo, pois houve nulidade na contratação temporária do apelante, tendo em vista flagrante burla à regra constitucional do concurso público, e exorbitância do caráter da excepcionalidade do contrato temporária diante da duração de quase 15 (quinze) anos da relação laboral;- De par com isso, o Supremo Tribunal Federal possui entendimento de que os contratos temporários nulos

também geram direito ao recolhimento do FGTS, interpretação em prol da dignidade da pessoa humana (RE 596.478);- Diante da modulação de efeitos conferida pelo STF no ARExt 709.212/DF, não há que se falar em prescrição quinquenal, in casu, para a pretensão de cobrança do FGTS;- O STJ também possui entendimento de que a declaração de nulidade do contrato de trabalho em razão da ocupação de cargo público sem a necessária aprovação em prévio concurso público, consoante previsto no art. 37, II, da CF/88, equipara-se à ocorrência de culpa recíproca, gerando, para o trabalhador, o direito ao levantamento das quantias depositadas na sua conta vinculada ao FGTS(REsp 1.110.484/RN);- RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o Parecer Ministerial, CONHECER do recurso interposto e DAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, reformando, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0643224-55.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Espólio de Fan Guang Shil. Advogado: Nelson José Oliveira da Silva (OAB: 5103/AM). Apelado: Jânio Moreira Gonçalves. Advogados: Nadia Almeida Lima (OAB: 10786/AM) e Maria Santana de Freitas (OAB: 5708/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: Apelação Cível. Ação de Cobrança. Extinção sem julgamento do mérito. Intimação pessoal do autor. Anulação. Impossibilidade. 1. É necessária a intimação pessoal do autor para sanar possível inércia, sob pena de anulação da decisão, somente nas hipóteses dos incisos II e III, do art. 485, do Código de Processo Civil.2. Apelação conhecida e desprovida.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0643224-55.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0644487-88.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Marcio Leo Vilaça de Carvalho. Advogados: Rogério Rodrigues de Castro (OAB: 348669/SP). Apelado: Banco Honda S/A. Advogados: Marco André Honda Flores (OAB: 6171/MS) e outros. Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. TARIFAS DE ABERTURA DE CRÉDITO E SERVIÇOS. INOVAÇÃO RECURSAL. CONHECIMENTO PARCIAL. TAXA DE JUROS ANUAL SUPERIOR AO DUODÉCUPLO DA MENSAL. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. INOCORRÊNCIA DE ABUSIVIDADE. JURISPRUDÊNCIA DO C. STJ. SENTENÇA MANTIDA.I - O apelante discutiu em sua inicial somente a capitalização de juros no contrato. Portanto, ao impugnar em sua apelação, de forma genérica, tarifas supostamente constantes do instrumento contratual a título de abertura de crédito e serviços, o apelante suscitou questão não incluída no pedido e na causa de pedir e, por conseguinte, não abrangida pelo efeito devolutivo do recurso (CPC/2015, art. 1.013), caracterizando-se vedada inovação recursal. Conhecimento parcial da apelação.II - Desde o surgimento da MP 1.963-17/2000, em data muito posterior à da edição da Súmula 121/STF, as operações realizadas por instituições financeiras podem incluir a cobrança de juros capitalizados. Trata-se de questão consolidada pelo c. STJ através do julgamento de recurso repetitivo e da criação da Súmula nº. 539. III - Assim, deve ser mantida a capitalização de juros celebrada, diante da permissão legal e da previsão expressa na Cédula de Crédito Bancário.RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a e. 2.º Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de seus membros, CONHECER PARCIALMENTE da apelação cível interposta, MAS NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Desembargador Relator, que integra esta decisão para todos os fins legais.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0706681-37.2012.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Luciano Barros e Silva. Advogados: Ademario do Rosario Azevedo (OAB: 2926/AM), Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM) e outros. Apelado: Instituto Nacional de Seguridade Social INSS. Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE. MAGISTRADO NÃO ADSTRITO AO LAUDO PERICIAL. PRECEDENTE STJ. AUSÊNCIA DE REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA. RECURSO DESPROVIDO.- O órgão julgador não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com base em outros elementos de prova, desde que o faça de forma fundamentada;- No entanto, no caso, não restou comprovada a redução da capacidade laborativa do segurado, havendo laudo de expert judicial no sentido de que as lesões restam consolidadas sem sequelas, razão pela qual não preenche os requisitos para concessão do auxílio-acidente (art. 86, Lei n.º 8.213/91);- RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0706681-37.2012.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e sem parecer ministerial, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 0714175-50.2012.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A). Advogados: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011/AM), Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) e outros. Apelada: Lucilene Ferreira da Silva. Presidente: Ari Jorge Moutinho da Costa. Relator: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO MONITÓRIA. INÉRCIA DO AUTOR. ARTIGO 485, III DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. EXTINÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DA INTIMAÇÃO PESSOAL. PERDA SUPERVENIENTE DE INTERESSE PROCESSUAL. INOCORRÊNCIA RECURSO PROVIDO.- A parte responsável pela paralisação dos autos deve ser intimada pessoalmente para dar andamento ao processo no prazo de 5 dias, conforme dispõe o §1º do artigo 485 do Código de Processo Civil. - A intimação pessoal é indispensável para a extinção do processo nos termos no artigo 485, inciso III, do CPC.- O interesse processual não pode ser confundido com o interesse da parte em prosseguir com o processo.- Equivocado o enquadramento da situação em tela no art. 485, inciso VI, do CPC, inexistindo nestes autos perda superveniente do interesse processual. - Recurso conhecido e, no mérito, provido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0714175-50.2012.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra este julgado.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 4000237-17.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Banco Bradesco S/A. Advogados: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 877A/AM) e outros. Agravada: Terra Nova Comercio de Armarinho. Advogado: João Lucas Pantoja Vieira (OAB: 9982/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ORDEM LIMINAR COM ASTREINTES. VALORES EXCESSIVOS. POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO. PRECEDENTE STJ. DECISÃO REFORMADA.

RECURSO PROVIDO.- Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça é possível a redução do valor das astreintes fixado fora dos parâmetros da razoabilidade, devendo-se ter como referência o montante da obrigação principal;- Tendo em vista que a multa fixada com o propósito de obrigar o agravante a reativar conta corrente da agravada poderia atingir a monta de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), valor superior à relação discutida na demanda, vislumbra-se seu manifesto exagero; AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento nº. 4000237-17.2019.8.04.0000, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes desta Egrégia SegundaCâmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, na forma exposta no voto condutor desta decisão.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 4000364-68.2019.8.04.0900 - Agravo de Instrumento, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Ariana de Matos. Advogada: Jessica da Rocha Oliveira (OAB: 12247/AM). Agravado: Martins Junior Tavares de Oliveira. Advogada: Janaína Santos Fernandes (OAB: 4475/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO POSSESSÓRIA. CONTRATOS DE COMPRA E VENDA EVIDENCIANDO MÚLTIPLAS TRANSAÇÕES. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS SUFICIENTES PARA A LIMINAR DE REINTEGRAÇÃO. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO.- A posse do agravado sobre o imóvel disputado resultava de contrato de compra e venda celebrado em 20.09.2006 (fls. 94/95), em que figuram como vendedores Raimundo Gonzaga Filho e Maria América dos Santos Monteiro.;- Sucede que a agravante exibiu um contrato de compra e venda, celebrado em 27.10.2006 (fl. 97), por meio do qual o mesmo imóvel fora vendido por Maria América S. Monteiro a mesma que teria vendido o imóvel ao agravado em 20.09.2006 a José Marcos Bezerra de Oliveira, sendo este o pai do agravado e, provavelmente, o falecido companheiro da ora recorrente;- Considerando que os contratos antes referidos lançam severa dúvida quanto ao verdadeiro adquirente do imóvel disputado e revelam posses antagônicas e inconciliáveis, forçoso concluir que a posse do agravado restou abalada e, por conseguinte, requisito essencial ao deferimento de liminar de reintegração de posse deixou de ser atendido (CPC/2015, art. 561, I); AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento nº. 4000364-68.2019.8.04.0900, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes desta Egrégia Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, na forma exposta no voto condutor desta decisão.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 4000412-27.2019.8.04.0900 - Agravo de Instrumento, Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual. Agravante: Umanizzare Gestao Prisional e Serviços Ltda. Advogados: Filipe de Freitas Nascimento (OAB: 6445/AM), Carla Luz Abreu (OAB: 7038/AM), Luzilena Gomes Mota (OAB: 9991/AM) e Mariana de Jesus Rodrigues Ramos (OAB: 9702/AM). Agravado: Estado do Amazonas. Procurador: Luis Eduardo Mendes Dantas (OAB: 12897/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. EXECUÇÃO FISCAL. ORDEM DE BLOQUEIO DE APLICAÇÕES. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.- O simples oferecimento de exceção de pré-executividade não justifica suspender o processo executivo, razão pela qual entende o Superior Tribunal de Justiça pela necessidade de garantia do Juízo para obter tal efeito;- Neste sentir, a insuficiência da garantia fora reconhecida pela r. decisão impugnada, sendo determinada a penhora de ativos financeiros da agravante e de outras empresas do mesmo grupo econômico;- Além disso, os argumentos levantados pela agravante, ora excipiente em Juízo primo grado, denotam nítida necessidade de dilação probatório, o que é terminantemente vedado em sede de exceção de pré-executividade; AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento nº. 4000412-27.2019.8.04.0900, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes desta Egrégia Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, na forma exposta no voto condutor desta decisão.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 4000415-79.2019.8.04.0900 - Agravo de Instrumento, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Maria Clara Ferreira Motta. Defensor: Thiago Nobre Rosas (OAB: 4773/AM). Agravados: Comissão Pastoral da Terra Regional Amazonas Cpt Regional Amazonas, Geraldo Ferreira Bendaham, Thiago Maica Muller Schwade e Maria Agostinha de Souza. Advogados: Cíntia Bárbara Paganotto (3798/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO POSSESSÓRIA. LIMINAR DE IMISSÃO NA POSSE. PRETENSÃO DE DISCUTIR MATÉRIAS NÃO APRECIADAS EM INSTÂNCIA ORDINÁRIA. DECISÃO FUNDAMENTADA. RECURSO DESPROVIDO. - Tendo em vista que boa parte das matérias levantadas na peça recursal não foram ainda alvo de apreciação pelo Juízo primo grado, tem-se que o agravo denota nítida pretensão de suprimir Instância, razão pela qual não merece acolhida;- Além disso, a r. decisão impugnada demonstrou, concretamente, a presença dos requisitos necessários à proteção possessória, fazendo expressa referência às respectivas provas; AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento nº. 4000415-79.2019.8.04.0900, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes desta Egrégia Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, na forma exposta no voto condutor desta decisão.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 4000588-87.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Urbis Empreendimentos Imobiliários S/A. Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) e outros. Agravada: Renata Meirelles dos Santos. Advogados: William Daniel Brasil David (OAB: 6796/AM) e Cláudia da Silva David (OAB: 4863/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. FASE EXECUTÓRIA. QUESTÃO RELATIVA A COMPENSAÇÃO POSTERIOR AO TÍTULO JUDICIAL. PRETENSÃO DE SUSPENDER O FEITO. AUSÊNCIA DE GARANTIA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.- Consoante bem destacado pelo Juízo de primo grado, a agravante não demonstrou que a compensação pretendida decorresse de causa superveniente à sentença (CPC/2015, art. 525, § 1.º, VII);- Além disso, objetiva suspender o cumprimento de sentença, no entanto, indispensável seria demonstrar a existência de penhora, caução ou depósito suficientes (CPC/2015, art. 525, § 6.º), o que não ocorreu;AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento nº. 4000588-87.2019.8.04.0000, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes desta Egrégia Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, na forma exposta no voto condutor desta decisão.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 4000896-26.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Igor Gavinho

Marques. Advogado: Jorge Henrique Silva de Melo (OAB: 7999/AM). Agravados: Construtora Capital S/A, Santa Silvia Empreendimentos Imobiliários Ltda. e SPE Areia Branca Empreendimentos Imobiliários LTDA. Advogados: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) e outros. Presidente: Ari Jorge Moutinho da Costa. Relator: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. LEVANTAMENTO DE VALORES. DESNECESSIDADE DE CAUÇÃO.HIPÓTESE EM QUE HÁ EXIGÊNCIA LEGAL DE CAUÇÃO, SE INSERE NAS EXCEÇÕES PREVISTAS NO ART. 521 DO CPC. -Nocaso em exame o valor incontroverso depositado deverá ser liberado à agravante, não havendo a necessidade de ser prestada qualquer garantia, nem a lei estabelece algum óbice para tanto, sequer o de comprovar o trânsito em julgado da decisão prolatada em sede de liquidação de sentença ou decumprimentodesta.- No caso dos autos, não demonstrado o risco de grave dano de difícil ou incerta reparação, é caso de dispensa dacaução.-Agravo conhecido e provido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4000896-26.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, dar provimento, nos termos do voto do Relator, que integra este julgado.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 4001065-18.2016.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, Vara Única de Benjamin Constant. Agravante: D. P. C. Defensora: Carol Regina Xavier Rocha (OAB: 15004/PA). Agravado: E. D. S. C., Representado por M. S. Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: DIREITO DE FAMÍLIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE ALIMENTOS. PROVISÓRIOS. REDUÇÃO. POSSIBILIDADE, MAS NÃO NO PATAMAR PRETENDIDO PELO AGRAVANTE. ALIMENTANTE DESEMPREGADO. ATENDIMENTO AO BINÔMIO ALIMENTAR. REFORMA PARCIAL DA DECISÃO AGRAVADA. - É cediço que os alimentos provisórios devem obedecer ao binômio alimentar (necessidade/possibilidade), devendo atender às necessidade do alimentando, bem como estar dentro das possibilidades do alimentante.- No caso vertente, o agravante comprova estar desempregado, através da juntada do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT), o que demonstra que a decisão impugnada não está de acordo com o referido binômio alimentar, uma vez que fixou os alimentos provisórios em 30% (trinta por cento) do salário mínimo nacional.- A pretensão recursal deve ser acolhida parcialmente, no sentido de promover a redução dos alimentos provisórios, mas não no patamar pretendido pelo agravante, e sim para patamar de 15% (quinze por cento) do salário mínimo vigente em nosso país. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO em parte. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento nº. 4001065-18.2016.8.04.0000-Manaus-Am, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes desta Egrégia Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em desacordo com o parecer Ministerial, conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, na forma exposta no voto condutor desta decisão.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 4001208-02.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 4ª Vara de Família. Agravantes: M. P. R. e R. de A. R. N., Representados por L. P. R. Advogado: Arthur da Costa Ponte (OAB: 11757/AM). Agravado: R. de A. R. J. Advogado: Rafael de Araújo Romano Júnior (OAB: 3652/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO MONITÓRIA. CARÁTER ALIMENTAR. FORO DE DOMICÍLIO DO ALIMENTANDO. ART. 53, II, DO CPC/2015. COMPETÊNCIA RELATIVA. RENÚNCIA EM BENEFÍCIO DOS MENORES. POSSIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. PROVIMENTO DO RECURSO. I - "Apesar de não previsto expressamente no rol do art. 1.015 do CPC/2015, a decisão interlocutória relacionada à definição de competência continua desafiando recurso de agravo de instrumento, por uma interpretação analógica ou extensiva da norma contida no inciso III do art. 1.015 do CPC/2015 [...]" (STJ - REsp 1679909/RS). Agravo de Instrumento conhecido.II Tratando-se de ação relativa a alimentos e na qual os menores não se encontram em situação de risco, incide ao caso o art. 53, II, do CPC/2015, segundo o qual "é competente o foro de domicílio ou residência do alimentando, para a ação em que se pedem alimentos". A referida competência, todavia, é relativa e comporta renúncia pela parte que dela se beneficiaria. Jurisprudência do STJ.III No caso, a renúncia à competência relativa é benéfica os menores, já que evita a expedição de cartas precatórias e permite um trâmite processual mais rápido, razão pela qual deve ser reformada a decisão agravada, para o fim de ser reconhecida a competência da 4ª Vara de Família da Capital para o julgamento da demanda.IV Impõe-se a confirmação da tutela provisória de urgência recursal deferida às fls. 56/60, já que atendidos os requisitos legais dispostos no art. 300 do CPC/2015 e diante da possibilidade prevista no art. 932, II, do CPC/2015. Agravo Interno 0004332 -61.2019.8.04.0000 julgado prejudicado. V - AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO, em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a e. 2.º Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de seus membros e em consonância com o Parecer Minsterial, CONHECER do agravo de instrumento interposto e DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Desembargador Relator, que integra esta decisão para todos os fins legais.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 4001578-78.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social. Advogados: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) e outros. Agravado: Sidney Jezini. Advogada: Ana Virgínia Arakian Izel (OAB: 3701/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA. PLANO DE EQUACIONAMENTO. ONEROSIDADE EXCESSIVA CONFIGURADA. SUSPENSÃO DA COBRANÇA EXTRAORDINÁRIA. DECISÃO IMPUGNADA MANTIDA.I - Diante da comprovação da onerosidade excessiva a que a agravada foi submetida, deve ser suspensa a cobrança dos valores referente à contribuição extraordinária prevista no plano de equacionamento de entidade de previdência fechada, por acarretar graves prejuízos à remuneração da assistida (pessoa idosa), comprometendo, com isso, a sua subsistência (dignidade da pessoa humana). II A jurisprudência desta Segunda Câmara Cível, ademais, já se posicionou no sentido da "alta probabilidade do direito invocado em primeira instância" em casos idênticos, tendo em vista a existência de dívida a ser paga pela PETROBRÁS, principal patrocinadora do plano, que poderia amortizar o déficit e reduzir a contribuição extra dos participantes e assistidos. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento nº. 4001898-31.2019.8.04.0000-Manaus-Am, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes desta Egrégia Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, na forma exposta no voto condutor desta decisão.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 4002003-18.2013.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravantes: Dorvalina Goes Paiva, Izabel Barros do Nascimento de Morais, José Eckner Lessa Alves, Maria Auxiliadora Macedo Cruz, Maria do Perpétuo Socorro Souza Marques e Odilson Lima Pacheco. Advogados: Pedro Ary Agacci Neto (OAB: 645A/AM) e Flavio Fraga (OAB: 18026/SC). Agravado: Companhia Excelsior de Seguro. Advogados: Tatiana Tavares de Campos (OAB: 3069/PE), Alonso Oliveira de Souza (OAB: 1976/AM) e Maria Emilia

Gonçalves de Rueda (OAB: 23748/PE). Terceiro Interessado: Caixa Econômica Federal. Advogado: Alírio Vieira Marques (OAB: 3772/AM). Presidente: Ari Jorge Moutinho da Costa. Relator: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO APÓLICE DO SEGURO NACIONAL - OBRIGAÇÃO SECURITÁRIA - CONTRATO FIRMADO COM RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO - Súmula 150: "compete a justiça federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da união, suas autarquias ou empresas publicas."- Face ao julgamento dos embargos de declaração no REsp 1091363/SC, deve ser reconhecida a incompetência da Justiça Comum Estadual para o julgamento de ações de indenização por responsabilidade securitária, decorrente de apólices públicas firmadas no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e garantidas pelo FCVS, em razão do manifesto interesse da Caixa Econômica Federal nestes casos.- Agravo de Instrumento conhecido e desprovido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4002003-18.2013.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, negar provimento, nos termos do voto do Relator, que integra este julgado.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 4002233-50.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Andreza Correira Teixeira. Advogados: Livia Maria Andrade Porto (OAB: 11348/AM), Márcia Caroline Milleo Laredo (OAB: 8936/AM) e Brito Advogados (OAB: 484/AM). Agravado: Banco Safra S/A. Advogados: Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 192649/SP) e José Lidio Alves dos Santos (OAB: 156187/SP). Presidente: Ari Jorge Moutinho da Costa. Relator: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. REQUISITOS PREENCHIDOS. COMPROVAÇÃO. NEGOCIAÇÃO EXTRAJUDICIAL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA. VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM. DECISÃO REFORMADA. TUTELA CONCEDIDA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.I A agravante colacionou declaração de imposto de renda e contracheques que demonstram a impossibilidade da recorrente de arcar com as custas processuais sem deixar de pagar seus débitos mensais, domésticos e profissionais.II Existindo negociação extrajudicial entre as partes, inclusive com o agravado emitindo boletos bancários para pagamento da parcela em momento posterior ao vencimento da dívida, não há que se falar em medida concedida liminarmente, uma vez que a recorrente colacionou provas que colocam em dúvida os fatos trazidos na exordial.III Ademais, comprovado que o deslinde da presente demanda não pode se dar apenas com os documentos apresentados pelo autor/agravado, não estão preenchidos os requisitos ensejadores da concessão da liminar que autorizou a busca e apreensão do veículo objeto da lide. Por tais razões, há de ser reformada a decisão atacada. IV Agravo conhecido e provido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4002233-50.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra este julgado.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 4003216-83.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravantes: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra e JHSF Manaus Empreendimentos e Incorporações Ltda. Advogados: Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (OAB: 2324/AM), Paulo Rogério Arantes (OAB: 1509/AM), Rafael Albuquerque Gomes de Oliveira (OAB: 4831/AM), Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB: 2144/AM), Karla Freixo Braga (OAB: 3775/AM), Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB: 8074/AM), Maria Fernanda Vianez de Castro e Cavalcanti (OAB: 13000/AM), Isaltino José Barbosa Neto (OAB: 9055/AM), Victoria Dutra Alencar Arantes (OAB: 10316/AM) e Rubens Samuel Benzecry Neto (OAB: 9212/AM). Agravados: Arm Comércio de Vestuário e Acessórios Ltda (Via Mia), Antônio Zacarias da Silva e Valdeni Terezinha Soares da Silva. Advogados: Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB: 7187/AM) e outros. Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Relator: Délcio Luís Santos. Membro: Elci Simões de Oliveira. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. CONTRATO DE LOCAÇÃO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. AÇÃO REVISIONAL E PEDIDO DE TUTELA. PEDIDO DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO ATÉ O JULGAMENTO DA AÇÃO REVISIONAL. CONEXÃO ENTRE AÇÃO DE EXECUÇÃO E AÇÃO ORDINÁRIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. PROVIMENTO. 1. Não se desconhece que, conforme as circunstâncias de cada caso, eventualmente, é possível sobrestar a execução caso reconhecida a conexão entre a ação de execução e as ações ordinárias ou, pelo menos, a conveniência do julgamento conjunto. Todavia, tal medida é excepcional, uma vez que o art. 783, §1o, do CPC, reconhece a independência da tramitação da ação executiva. 2. A existência de ação revisional não pressupõe necessariamente a conexão ou prejudicialidade com a ação de execução, principalmente quando a decisão proferida naqueles autos não representa óbice ao recebimento do crédito perquirido na ação de execução. 3. Recurso conhecido e provido.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã OVistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Senhores Desembargadores, por unanimidade, em dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 4004195-45.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 4ª Vara de Família. Agravante: Luana Sena Torres. Advogado: Jacqueline Cardoso dos Santos Mello (OAB: 9803/AM). Agravado: Paulo Sergio Bezerra da Costa. Advogado: Waldenir de Souza Vieira (OAB: 4479/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA DE MENOR. TUTELA DE URGÊNCIA CONCEDIDA. SITUAÇÃO DE RISCO. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA. CONCLUSÃO DE LAUDO PERICIAL. ABUSO SEXUAL. OCORRÊNCIA. PLAUSIBILIDADE DO DIREITO ARGUIDO. MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. I - O pedido de tutela de urgência encontrava-se acompanhado de prova bastante para, ao menos em sede de cognição sumária, possibilitar o seu deferimento imediato;II A notícia de descumprimento de medida protetiva existente em favor do menor em questão, bem como o resultado do laudo pericial apontando a ocorrência de abuso sexual in casu corroboram o direito invocado pelo agravado, assim como o fundado receio de comprometimento da integridade física e mental de seu filho até julgamento final da demanda.III No momento em que foi proferida a decisão recorrida, não se buscava aferir precipuamente qual parte apresentava melhores condições de exercer a guarda do menor, mas sim atender aos interesses superiores deste que, diante da situação relatada na exordial, poderia estar necessitando urgentemente de proteção.RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a e. 2.º Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de seus membros e em consonância com o Parecer Ministerial, CONHECER do agravo de instrumento interposto, MAS NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Desembargador Relator, que integra esta decisão para todos os fins legais.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 4004667-80.2017.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravantes: Brummel e Jatahy Consultoria Em Publicidade e Eventos Ltda Epp e Alessandro Brummel Cordeiro dos Santos. Advogados: Isaltino José Barbosa Neto (9055/AM), Cavalcante, Arantes e Albuquerque Advogados (9900/AM) e outros. Agravado: Ronaldo Jatahy Araújo. Advogado: Eli Marques Cavalcante Junior (OAB: 2881/AM). Presidente: Ari Jorge Moutinho da Costa. Relator: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de

Oliveira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ALEGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO. CONTRATO NULO QUE NÃO CONFIGURA OBJETO DA EXECUÇÃO. COISA JULGADA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. CONHECIMENTO DE OFÍCIO. CHEQUES EMITIDOS EM NOME DE PESSOA JURÍDICA EXCLUÍDA DA LIDE. NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS POSTERIORES. DECISÃO ANULADA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.I O título objeto da execução não é o contrato de cessão de quotas, mas os cheques sustados acostados às fls. 8/19 do processo principal.II Da análise dos títulos cambiais, verdadeiro objeto da execução proposta, tem-se que os mesmos foram emitidos pela pessoa juridica excluída da lide.III Nesta senda, não há que se falar de afastamento da referida sociedade do polo passivo da demanda, uma vez que os títulos executivos foram emitidos em seu nome, o que enseja a nulidade dos atos processuais produzidos após a decisão que excluiu a pessoa jurídica da lide.IV Declaração de nulidade ex officio.V Agravo conhecido e não provido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4004667-80.2017.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, bem como declarar ex officio a nulidade dos atos processuais produzidos após a exclusão da pessoa juridica da lide, nos termos do voto do Relator, que integra este julgado." Sessão: 19 de agosto de 2019.

Processo: 4004692-59.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Manaus Ambiental S/A. Advogado: Thiago Almeida Rebello (OAB: 12327/AM) e outros. Agravado: Igreja de Deus Pentecostal do Brasil do Amazonas. Advogado: Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB: 5641/AM). Presidente/Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NÃO GARANTIA DO JUÍZO. AUSÊNCIA DE EFEITO SUSPENSIVO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.- Merece ser desprovido o presente agravo haja vista que o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença não impede a prática dos atos executivos, inclusive os de expropriação;- Como exceção, à impugnação poderá ser atribuído efeito suspensivo, desde que (a) haja fundamentação relevante; (b) o prosseguimento da execução for manifestamente suscetível de causar grave dano de difícil ou incerta reparação; e (c) o juízo tenha sido garantido com penhora, caução ou depósito;- Não havendo prova da garantia do Juízo, merece ser mantida a r. Decisão;AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento nº. 4004692-59.2018.8.04.0000, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes desta Egrégia Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, na forma exposta no voto condutor desta decisão.". Sessão: 19 de agosto de 2019.

Secretaria do(a) Segunda Câmara Cível , em Manaus, 23 de agosto de 2019.

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

PAUTA DE JULGAMENTOS - SESSÃO ORDINÁRIA - 09 de setembro de 2019 - 09:00 HORAS

De ordem da Excelentíssima Senhora **Desembargadora Nélia Caminha Jorge, Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível**, faço público que, de acordo com o artigo 934, do Código do Processo Civil, serão julgados na sessão do dia **09.09.2019**, segunda-feira, às 09:00 horas, no Plenário do Tribunal Pleno, Térreo, situado do Edifício Arnoldo Péres, Avenida André Araújo, s/nº - Aleixo, podendo, entretanto, nessa mesma sessão ou sessões subsequentes, serem julgados os processos adiados ou constantes de pautas já publicadas; As inscrições para sustentação oral somente serão aceitas até o início da sessão, nos termos do artigo 937, § 2º, do mencionado Código.

RELATORA	***DESA. NÉLIA CAMINHA JORGE***
MEMBROS	***DES. AIRTON LUÍS CORRÊA GENTIL***
	DES. ARISTÓTELES LIMA THURY
SUPLENTES	1ª Dra. MIRZA TELMA DE OLIVEIRA CUNHA
	2º DES. JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES

RELATOR	***DES. JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES***
MEMBROS	***DES. AIRTON LUÍS CORRÊA GENTIL***
	DES. ARISTÓTELES LIMA THURY
SUPLENTES	1ª Dra. MIRZA TELMA DE OLIVEIRA CUNHA
	2ª DESA. NÉLIA CAMINHA JORGE

RELATOR	***DES. AIRTON LUÍS CORRÊA GENTIL***
MEMBROS	***DES. ARISTÓTELES LIMA THURY***
	Dra. MIRZA TELMA DE OLIVEIRA CUNHA
SUPLENTES	1º DES. JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES
	2ª DESA. NÉLIA CAMINHA JORGE

RELATOR	***DES. ARISTÓTELES LIMA THURY***
MEMBROS	***DES. JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES***
	Dra. MIRZA TELMA DE OLIVEIRA CUNHA
SUPLENTES	1º DES. AIRTON LUÍS CORRÊA GENTIL
	2ª DESA. NÉLIA CAMINHA JORGE

RELATORA	***Dra. MIRZA TELMA DE OLIVEIRA CUNHA***
MEMBROS	***DES. JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES***
	DES. AIRTON LUÍS CORRÊA GENTIL
SUPLENTES	1º DES. ARISTÓTELES LIMA THURY
	2ª DESA. NÉLIA CAMINHA JORGE

1. **4002933-26.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Kathleen dos Santos Gomes
Agravante : Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) Agravado : Paulo Celso Bruno de Andrade Advogado : Jonathas Macelino Andrade dos Santos (7607/AM)
Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

2.**4003330-85.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro Lima
Agravante : Entec Comercial Importadora e Exportadora Ltda Advogado : Gina Moraes de Almeida (7036/AM) Advogada : Rayssa Lopes da Silva Tavares (13955/AM) Agravado : Srb Comercio e Serviços de Materiais de Construções Ltda Advogada : Fernanda Amorim Sanna (222866/SP) Advogado : Gabriela Alves Eulálio (58099/SP) Advogado : Flávio Kendi Hiasa (234397/SP)
Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

3.**4003100-43.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 1ª Vara de Iranduba
Agravante : Banco da Amazônia S/A Advogado : Boniek Pereira da Silva (8303/AM) Agravado : Rn Comércio de Frios Ltda ME Advogada : Danielle Kohashi da Costa (10059/AM) Advogado : Fábio Brandão Saraiva Júnior (10205/AM)
Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

4.**4003120-34.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante : Banco Bradesco Financiamentos S/A Advogado

: Antonio Braz da Silva (12450/PE) Agravado : Antonio Carlos Figueiredo dos Reis Advogado : Antonio Augusto Brito Feijó Júnior (8408/AM) Advogado : Iran Vieira de Souza (5706/AM)

Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

5.**4002707-21.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 1ª Vara de Coari
Juiz Prolator: Fábio Lopes Alfaia
Agravante : Jocineide Gama Nunes Advogada : Ana Paula Freitas de Oliveira (7495/AM) Agravado : Inss - Instituto Nacional do Seguro Social Procuradora : Fernanda Meyge de Brito (35105/BA)

Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

6.**4002022-14.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: José Renier da Silva Guimarães
Agravante : Banco Bradesco S.A. Advogado : Jose Manoel de Arruda Alvim Netto (12363/SP) Advogado : Eduardo Arruda Alvim (118685/SP) Advogado : Fernando A. Rodrigues (132932/SP) Advogado : Paula C Travain (169151/SP) Advogado : Gabriel do Val Santos (267881/SP) Agravado : Friller Brasil Alimentos Ltda Advogado : Laureano Cezar Elias Muller (1633/AM) Advogado : Lucas de Castro Rivas (46431/DF) Advogado : Marcos Aldenir Ferreira Rivas (2250/DF)

Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

7.**4004647-55.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante : Amazoncad Treinamento Em Tecnologia da Informação Eireli. Advogado : Thiago Andrade de Oliveira (7671/AM) Advogado : Nilmar dos Santos Costa (1610/AM) Advogado : Mauro Celi Martins (2907/AM) Agravado : Rc Recebíveis Ltda. Advogado : Pedro de Araújo Ribeiro (6935/AM) Advogado : Luis Felipe Avelino Medina (6100/AM) Advogado : Felipe Andrade Monteiro (9954/AM) Agravado : Intranorth Treinamento e Consultoria Ltda

Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

8.**4003384-51.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Marco Antonio Pinto da Costa
Agravante : Banco Itaucard S/A Advogado : Eny Bittencourt (29442/BA) Advogado : Gustavo Gerbasi Gomes Dias (25254/BA) Advogada : Iracema Macêdo de Souza (22165/BA) Agravado : Bento Campos Andrade Advogado : Renan de Melo Rosas Luna (14253/AM) Advogada : Marjorie Garantizado Parente Luna (14236/AM)

Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

9.**4003361-08.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Marco Antonio Pinto da Costa
Agravante : Igreja Evengélica Pentencostal Deus Proverá Advogada : Thayse Moreira Santiago de Souza (9595/AM) Agravado : Neurimar Pereira do Nascimento Advogado : Magda Raquel Guimarães Ferreira (724A/AM) Advogado : Magda Raquel Guimarães Ferreira (163055/SP)

Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

10.**4003247-69.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante : Urbana Construtora Eireli Advogado : Alexander Simonette Pereira (6139/AM) Agravado : Banco Santander S/A Advogado : Juliana Rocco de Oliveira (230465/SP) Advogado : Debora Pires Silva e Santos (155949/SP) Advogado : Alda R. Revoredo Roboredo (210716/SP) Advogado : Vagner Silvestre (275069/SP) Advogada : Paula da Silva Caitano (283225/SP) Advogado : Débora dos Santos Nunes (342514/SP) Advogada : Gisele Aparecida de Carvalho (324736/SP) Advogado : Rosemary Brugnago (272369/SP) Advogado : Acácio Fernandes Roboredo (89774/SP) Advogado : Roberval Vieira Júnior (244234/SP) Advogado : Renato Gomes da Silva (320340/SP) Advogado : Carolina Mizumukai (264422/SP) Advogado : Ana Laura de Castro Santos (227954/SP)

Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

11.**0637773-54.2014.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: José Renier da Silva Guimarães
Apelante : Masatoshi Takaki Advogada : Cárita Martins Borges Pedroso (7310/AM) Advogado : Josino Mesquita Claro (68462/RJ) Apelado : Antonelly Construcoes e Servicos Eireli Advogado : Alberto Simonetti Cabral Filho (591/AM) Advogado : Igor de Mendonça Campos (766A/AM)

Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

12.**0605151-77.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Apelante : Alex Sandro do Nascimento Paiva Advogado : José Barbosa de Souza (1478/AM) Apelado : O Estado do Amazonas Procuradora : Ana Marcela Grana de Almeida (7513/AM)

Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

13.**0213107-25.2012.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: José Renier da Silva Guimarães
Apelante : Águas do Amazonas S.A. Advogado : Daniel Fabio Jacob Nogueira (3136/AM) Advogado : Thiago Almeida Rebello (12327/AM) Advogado : Ney Bastos Soares Junior (4336/AM) Apelada : Maria da Conceição Castro dos Santos Advogado : Gesiel Barboza Santos (1514/RR) Advogado : Antonio Ivan Olímpio da Silva (3110/AM)

Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

14.**0634726-67.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento
Apelante : Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda Advogada : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) Soc. Advogados : Andrade Gc Advogados (5797/AM) Advogada : Carlos Murilo Laredo Souza (7356/AM) Soc. Advogados : Andrade GC Advogados (57/AM) Apelado : Manoel Pestana da Gama Apelada : Maria das Dores Ferreira da Gama Advogada : Cárita Martins Borges Pedroso (7310/AM)

Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

15.**0613486-85.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal
Juiz Prolator: Ana Mª de O. Diógenes
Apelante : Banco Bradesco S.A. Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE) Apelado : Municipio de Manaus Procuradora : Janary Yoshizo Kato Yokokura (6324/AM)

Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

16.**0629322-98.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante : Irapuã Cantanhede Franco Advogado : Rafaela Cristina de Souza Sales (10924/AM) Apelado : Alexandre Ludvig Advogado : Paulo Bernardo Lindoso e Lima (11333/AM) Apelado : Danilo Correa Pinheiro Advogado : Paulo Bernardo Lindoso e Lima (11333/AM) Apelado : Denison Cavalcante Oliveira Advogado : Paulo Bernardo Lindoso e Lima (11333/AM)

Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

17.**0645978-67.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera
Apelante : 13 .ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público Promotor : Edilson Queiroz Martins Apelada : Marise Mendes Perez Advogado : Valéria Freire Litaiff (8009/AM) Advogado : Felipe Isper Abraim Neto (5279/AM) Advogado : Luan Oliveira da Silva (10910/AM) **Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

18.**0632425-50.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza
Apelante : Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU Advogada : Rosely da Costa Tribuzy (3440/Am) Advogado : Juliano Luis Cerqueira Mendes (3940/AM) Advogada : Michelle Christine Milério Pinto Alfaia (3796/AM) Advogada : Amanda Maria Paz de Almeida Dantas (3613/AM) Advogada : Priscyla Ramos Saunier Figueira (4085/AM) Advogado : Maria do perpetuo Socorro Barreto (4344/AM) Advogado : Denis Rosas de Araújo (3510/) Advogado : Denis Rosas de Araújo (3510/AM) Apelado : Vega Manaus T. de Passageiros Ltda Advogado : Antônio Cleto Gomes (5864/CE) Advogado : Adelaide Maria de Freitas Carmargos (781A/AM) Advogada : Elisa Medina Lustosa (4529/AM) Advogado : Francisco Afonso dos Santos Junior (872A/AM) Advogado : Tainá Negreiros do Nascimento (12273/AM)
Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

19.**0240873-82.2014.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro Lima
Apelante : Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS Advogado : Antonio Vieira Sias (52317/RJ) Advogado : Isabella Jacob Nogueira (8800/AM) Advogado : Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (56543/MG) Advogado : Décio Flávio Goçalves Torres Freire (697A/AM) Advogada : Gabrielle Stoco Fabio (12913/AM) Advogado : Gustavo de Marchi (84288/MG) Advogado : Danilo Carvalho Freire (162033/MG) Advogado : Geraldo Afonso Sant Anna Jr (55662/MG) Advogado : Luiz Antônio Simões (777A/AM) Apelado : Marco Antonio Nobre Salum Advogado : Marco Antonio Nobre Salum (8416/AM)
Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

20.**0607034-59.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Apelante : Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev Procurador : Luciane Barros de Souza (4789/AM) Apelada : Suely Maria Vieira da Rocha Barbirato Soc. Advogados : BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (222/AM) Advogado : Lucca Fernandes Albuquerque (11712/AM) Advogado : Bruno Vieira da Rocha Barbitato (6975/AM) Advogado : Livia Rocha Brito (6474/AM) Advogado : Amanda Gouveia Moura (7222/AM) Advogada : Márcia Caroline Milleo Laredo (8936/AM) Advogada : Fernanda Couto de Oliveira (11413/AM) Advogado : Fábio Nunes Bandeira de Melo (4331/AM) Apelante : Suely Maria Vieira da Rocha Barbirato Advogado : Lucca Fernandes Albuquerque (11712/AM) Advogado : Fábio Nunes Bandeira de Melo (4331/AM) Advogado : Amanda Gouveia Moura (7222/AM) Advogada : Fernanda Couto de Oliveira (11413/AM) Advogado : Igor Ferreira Arnaud (10428/AM) Advogado : Bruno Vieira Rocha Barbirato (6975/AM) Apelado : Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev Procurador : Luciane Barros de Souza (4789/AM) **Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

21.**0600721-82.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Márcio Rothier Pinheiro Torres
Apelante : Francisco das Chagas Torres Lins Advogado : Adjailson Silva Figueira de Souza (8620/AM) Advogada : Dina Flavia Freitas da Silva (8182/AM) Advogado : Elvislan do Nascimento Silva (8970/AM) Apelado : Banco Bradesco S.A. Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM) Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

22.**0619736-08.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Apelante : Karla Kelce Camelo da Silva Advogado : Thiago Vinícius Mendonça Moreira (A1087AM) Apelado : Banco Bmg S/A Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E) Advogado : Hugo Neves de Morães Andrade (23798/PE)
Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

23.**0651786-19.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Apelante : José Epaminondas da Silva Passos Defensor : Nairo Aguiar Cordeiro (7058/AM) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Apelante : O Estado do Amazonas Procurador : Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha Apelado : José Epaminondas da Silva Passos Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Defensor : Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (4368/AM) Apelado : O Estado do Amazonas Procurador : Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (2538/AM)
Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

24.**0229070-10.2011.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual
Juiz Prolator: Marco Antonio Pinto da Costa
Apelante : Telemar Norte Leste S/A Advogada : Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (4339/AM) Advogada : Djamai Moscariello Furnari (4375/AM) Advogado : Alexandre Miranda Lima (596A/AM) Advogada : Ana Tereza Palhares Basilio (74802/RJ) Advogado : Bruno Cláudio Elesbão (7468/AM) Apelado : O Estado do Amazonas Procurador : Eugenio Augusto Carvalho Seelig (8625/AM)
Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

25.**0608399-22.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante : Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento Advogado : Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (21678/PE) Apelado : Via Marconi Veículos Ltda. Advogado : Antônio José Batista Nogueira (6834/AM)
Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

26.**0608651-25.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: José Renier da Silva Guimarães
Apelante : Katiane D'avila da Rocha Advogado : Ednilson Pimentel (1799/AM) Apelante : Cristiane D'avila da Rocha Advogado : Ednilson Pimentel (1799/AM) Apelado : Francisco Milton de Lucena Advogado : George Calos Barros Claros (2018/AC) Advogado : Gabriel Braga de Oliveira Claros (4387/AC) Apelada : Odete D´Avila Lucena Advogado : George Calos Barros Claros (2018/AC) Advogado : Gabriel Braga de Oliveira Claros (4387/AC)
Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

27.**0001564-59.2016.8.04.4401 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara de Humaitá
Juiz Prolator: Diego Brum Legaspe Barbosa

Apelante : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A Advogado : Alvaro Luiz da Costa Fernandes (831A/AM) Apelada : Edinelza Souza dos Santos Advogado : Rodrigo Stegmann (968A/AM) Advogado : Michelle Souza Pires Stegmann (888A/AM)

Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

28.**0621124-14.2014.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: Vara Especializada do Meio Ambiente

Juiz Prolator: Adalberto Carim Antonio

Litisconsorte : 18.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente Procurador : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau Apelante : Trading Empreendimentos Ltda. Advogada : Eduarda Rosa Cavalcante Oliveira (8846/AM) Advogada : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) Advogado : Germano Costa Andrade (2835/AM) Apelado : O Município de Manaus Procurador : Walter Siqueira Brito (4186/AM) Advogado : Lucas Grangeiro Bonifácio (14198/AM)

Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

29.**0005301-76.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível**

Origem: 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Joana dos Santos Meireles

Embargante : Telemar Noste Leste S/A Advogado : Ana Tereza Basilio (74802/RJ) Advogado : Márcio Henrique Notini (120196/RJ) Advogado : Alexandre Miranda Lima (596A/AM) Advogada : Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (4339/AM) Advogado : Daniel Dias Carneiro Guerra (159540/RJ) Advogado : Bruno Di Marino (93384/RJ) Advogada : Daniella Rodrigues de Araújo (8199/AM) Embargado : Hoje Sistemas de Informática Ltda. ("hoje Telecom") Advogado : Samuel Albuquerque (33950/DF) Advogado : Celso Cardoso (19749/DF) Advogado : Tiago Luis Zan Peixe (278243/SP)

Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

30.**0005320-82.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível**

Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo

Embargante : Hospital e Maternidade Samel Advogado : Heloisa Pontes Maues (9667/AM) Advogado : Jonny Cleuter Simões Mendonça (8340/AM) Advogado : Jean Cleuter Simões Mendonça (3808/AM) Advogado : Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (3749/AM) Embargada : Luciana da Silva Ribeiro Advogado : Gesiel Barboza Santos (1514/RR) Advogado : Francinei Moreira de Almeida (2464/AM)

Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

31.**0005358-94.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível**

Origem: 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Rosselberto Himenes

Embargante : Jr Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogado : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) Soc. Advogados : Andrade GC Advogados (57/AM) Soc. Advogados : Andrade Gc Advogados (5797/AM) Embargado : Edson Rubim da Silva Reis Filho Advogado : Philipe José Lima de Lima (9039/AM) Embargada : Louise Hayden Reis Parmar Advogado : Philipe José Lima de Lima (9039/AM)

Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

32.**0005467-11.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível**

Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi

Embargante : Potência Construções Elétricas Ltda. Advogada : Karine Aparecida de Oliveira Dias Eslar (19187/GO) Embargado : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG) Advogado : Gustavo Henrique Wykrota Tostes (A1065/AM) Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM) Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG) Advogado : Luís Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)

Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

33.**0000521-52.2013.8.04.3800 - Apelação Cível**

Origem: 1ª Vara de Coari

Juiz Prolator: Fábio Lopes Alfaia

Apelante : Municipio de Coari/AM Procurador : Laura Macedo Coelho (11723/AM) Procurador : Alberto Lúcio de Souza Simonetti Filho (12782/AM) Procurador : Luciana Caxeixa Alfaia (7226/AM) Procurador : Larissa Santos Leão de Oliveira (13013/AM) Procurador : Maria Noeme Tigresa de Souza Matos (12685/AM) Apelado : Emersom Pereira Advogado : Luiz Otavio de Verçosa Chã (910A/AM) Advogado : Luiz Otavio de Vercosa Cha (148931/RJ)

Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil

34.**0629341-75.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera

Apelante : Cv Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. Advogado : Geysa Mitz Dantas Guimarães (6395/AM) Apelado : Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano - Implurb Procurador : Oleisia Maximina Abreu da Silva (5513/AM)

Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil

Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

35.**0218418-02.2009.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Onilza Abreu Gerth

Apelante : Conselho de Administração da AFAPA - Associação da Feira de Artesanato e Produtos Regionais do Amazonas Advogado : Nazareno Pereira de Melo (5690/AM) Apelada : Rute dos Santos Velnecker Advogado : Wellington Augusto de Paula e Sousa (4534/AM)

Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil

36.**0004470-50.2014.8.04.3800 - Apelação Cível**

Origem: 1ª Vara de Coari

Apelante : Municipio de Coari/AM Procurador : Laura Macedo Coelho (11723/AM) Apelado : Maria Socorro Martins de Almeida Advogado : Luiz Otavio de Vercosa Cha (148931/RJ)

Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil

37.**0004036-61.2014.8.04.3800 - Apelação Cível**

Origem: 1ª Vara de Coari

Juiz Prolator: Fábio Lopes Alfaia

Apelante : Municipio de Coari/AM Procurador : Laura Macedo Coelho (11723/AM) Apelado : Daniel Lima da Costa Advogado : Luiz Otavio de Vercosa Cha (148931/RJ)

Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil

38.**0639832-44.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento

Apelante : Companhia de Seguros Aliança do Brasil Advogado : Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques (9446/BA) Advogada : Vilma Oliveira dos Santos (542A/AM) Apelada : Valdenice Correia Monteiro da Silva Apelado : Caio Cesar Correia Monteiro Apelado : Alexandre Correia Monteiro Apelada : Stephany Correia Monteiro Apelada : Karolaine Correia Monteiro Advogado : Amanda de Souza Trindade Aizawa (5979/AM) Advogada : Juliane dos Santos Simões Pereira (7624/AM)

Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil

39.**0000579-55.2013.8.04.3800 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara de Coari
Juiz Prolator: Fábio Lopes Alfaia
Apelante : Municipio de Coari/AM Procurador : Laura Macedo Coelho (11723/AM) Procurador : Maria Noeme Tigresa de Souza Matos (12685/AM) Procurador : Alberto Lúcio de Souza Simonetti Filho (12782/AM) Procurador : Luciana Caxeixa Alfaia (7226/AM) Procurador : Larissa Santos Leão de Oliveira (13013/AM) Apelada : Jaqueline da Silva Cavalcante Advogado : Luiz Otavio de Verçosa Chã (910A/AM) Advogado : Luiz Otavio de Vercosa Chã (148931/RJ)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil

40.**0642614-53.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Apelante : Marcelo Lima Mendes Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Defensor : Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (4368/AM) Apelado : O Estado do Amazonas Procurador : Virginia Nunes Bessa (3591/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

41.**0000586-13.2014.8.04.3800 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara de Coari
Juiz Prolator: Fábio Lopes Alfaia
Apelante : Municipio de Coari/AM Procurador : Laura Macedo Coelho (11723/AM) Procurador : Alberto Lúcio de Souza Simonetti Filho (12782/AM) Procurador : Luciana Caxeixa Alfaia (7226/AM) Procurador : Larissa Santos Leão de Oliveira (13013/AM) Procurador : Maria Noeme Tigresa de Souza Matos (12685/AM) Apelada : Liliete Rocha da Silva Advogada : Adriana Caxeixa Alfaia (6599/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil

42.**0625758-48.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza
Apelante : 57.ª Promotoria de Justiça - Defesa do Direito do Cidadão Promotor : Antonio José Mancilho Apelado : Ulisses Tapajós Neto Advogada : Simone Rosado Maia Mendes (666A/AM) Advogada : Júlia Gabriela Trindade de Melo (8074/AM) Apelada : Samantha de Jesus Tapajós Maués Bento Advogado : Dr. Antônio Dilton C. Azevedo (5767/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

43.**0623848-83.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi
Apelante : Ivana Lucas de Oliveira Advogado : Raimundo Mário Belchior de Andrade (1775/AM) Apelada : Maria da Conceição Dutra Lucas Advogado : Amanda de Souza Trindade Aizawa (5979/AM) Advogada : Juliane dos Santos Simões Pereira (7624/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil

44.**0000845-42.2013.8.04.3800 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara de Coari
Apelante : Municipio de Coari/AM Procurador : Laura Macedo Coelho (11723/AM) Procurador : Alberto Lúcio de Souza Simonetti Filho (12782/AM) Procurador : Luciana Caxeixa Alfaia (7226/AM) Procurador : Larissa Santos Leão de Oliveira (13013/AM) Procurador : Maria Noeme Tigresa de Souza Matos (12685/AM) Apelado : Henemerito Rodrigues da Silva Advogada : Talles de Castro Pereira (12094/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil

45.**0000153-98.2017.8.04.3801 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara de Coari
Juiz Prolator: Fábio Lopes Alfaia
Apelante : Municipio de Coari/AM Procurador : Laura Macedo Coelho (11723/AM) Apelada : Elma Monteiro da Costa Advogado : Luiz Otavio de Verçosa Chã (910A/AM) Advogado : Luiz Otavio de Vercosa Chã (148931/RJ)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil

46.**0634627-63.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi
Apelante : Banco Industrial do Brasil S/A Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE) Advogado : Anastacio Jorge Matos de Sousa Marinho (8502/CE) Apelante : Protásio de Castro Cavalcante Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM) Apelado : Protásio de Castro Cavalcante Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM) Apelado : Banco Industrial do Brasil S/A Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil

47.**0625227-59.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual
Apelante : Fazenda Pública Estado do Amazonas Procurador : Leandro Venicius Fonseca Rozeira (10483/AM) Apelado : Clodoaldo Fernandes Freitas Advogada : Silma Pacheco Ramos
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil

48.**0004448-89.2014.8.04.3800 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara de Coari
Apelante : Municipio de Coari/AM Procurador : Laura Macedo Coelho (11723/AM) Apelado : Roza Marinho de Lima Silva Advogado : Luiz Otavio de Vercosa Chã (148931/RJ)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil

49.**0602778-73.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante : Banco Honda S/A Advogado : Hiran Leão Duarte (10422/CE) Apelada : Danielly Gomes Anaquiri
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil

50.**0600632-93.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante : Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A Advogada : Luana Silva Santos (16292/PA) Advogada : Marília Dias Andrade (14351/PA) Advogado : Rodolfo Meira Roessing (12719/PA) Apelada : Raqueli Karielly Oliveira dos Santos Representa : Ligiane Pinheiro de Oliveira Advogado : Nelson Clay Fernandes Tavares (8453/AM) Advogado : Ana Hellen Brandão Furtado (8509/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

51.**0000030-37.2016.8.04.3801 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara de Coari
Juiz Prolator: Fábio Lopes Alfaia
Apelante : Municipio de Coari/AM Procurador : Laura Macedo Coelho (11723/AM) Procurador : Alberto Lúcio de Souza Simonetti Filho (12782/AM) Procurador : Larissa Santos Leão de Oliveira (13013/AM) Procurador : Maria Noeme Tigresa de Souza Matos (12685/AM) Apelado : Orlandina Colares da Silva Advogado : Leandro Castilho (6082/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil

52.**0601793-75.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante : Wenderson Lima de Lima Apelante : Antonio de Aquino Lima Advogado : Rodrigo Ramos Rodrigues (6701/AM) Apelado : Coptram Advogado : Rummenigge Cordovil Grangeiro (5810/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil

53.**0206003-84.2009.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante : Cred Rio-Soc. de Credito ao Microeenprendedor LTDA. Advogado : Pedro de Araújo Ribeiro (6935/AM) Advogado : Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (11441/AM) Apelado : Jeferson Rodrigues da Silva Advogada : Simone Patricia Wanderley da Silva (5353/AM) Advogado : Hely de Souza Pinheiro (5720/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil

54.**0635554-29.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante : Elisiário Raimundo Pereira Neto Advogado : César Augusto Gomes Monteiro (9696/AM) Apelado : White Martins Gases Industriais do Norte Ltda. Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (20283/RJ) Advogado : Marcelo Augusto Cruz Pedrosa (9290/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil

55.**0004794-18.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível**
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Agravante : Amazonas Energia S/A Advogado : Isabella Jacob Nogueira (8800/AM) Advogado : Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (56543/MG) Agravado : Gazzon Gases Industriais Eireli - Mershwirem Indústria de Titanio Ltda Advogado : Felipe Lopes Paulo (13796/AM) Advogado : Cleuvis Costa dos Santos (13640/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

56.**4000711-04.2019.8.04.0900 - Agravo de Instrumento**
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Agravante : Carlos Alberto de Souza Britto Advogado : Mario Vitor M Aufiero (8787/AM) Advogado : Aniello Miranda Aufiero (1579/AM) Agravado : O Estado do Amazonas Procurador : Luciana Barroso de Freitas (5144/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

57.**4001740-10.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta)
Agravante : O Estado do Amazonas Advogado : Giordano Bruno Costa da Cruz (761/AM) Agravado : Lívio Baraúna Assayag Agravado : Casas do Óleo Ltda. Agravado : Posto 3000 Ltda Agravado : Indústria de Café Manaus Ltda. Agravado : Ambrosio Cohen Assayag Agravado : Ralph Baraúna Assayag Agravada : Deborah Baraúna Assayag Agravado : Joaquim Gonçalves Marques Agravado : Francimar Barbosa Sampaio Agravado : Sidney Robertson Oliveira de Paula Advogado : Bruno Barbosa dos Reis Glória (9432/AM) Advogado : Douglas Aleixo Santos da Cruz (9426/AM) Advogado : André Guimarães da Cruz (7549/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Aguinelo Balbi Junior

58.**4004690-26.2017.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta)
Agravante : Casas do Óleo Ltda. Agravante : Indústria de Café Manaus Ltda. Agravante : Posto 3000 Ltda Agravante : Joaquim Gonçalves Marques Agravante : Ralph Baraúna Assayag Agravante : Lívio Baraúna Assayag Agravante : Deborah Baraúna Assayag Agravante : Ambrosio Cohen Assayag Advogado : Bruno Barbosa dos Reis Glória (9432/AM) Advogado : Mário da Cruz Glória (4013/AM) Advogado : André Guimarães da Cruz (7549/AM) Agravado : Estado do Amazonas Procurador : Julio Cesar de Oliveira Maciel (5172/AM) Procurador : Daniel Pinheiro Viegas (A746/AM) Procurador : Giordano Bruno Costa da Cruz (761A/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Aguinelo Balbi Junior

59.**4001903-53.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Kathleen dos Santos Gomes
Agravante : Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) Agravado : Antonio Pantoja Faria Advogado : Jose Reynaldo Saraiva Pinheiro (4682/AM) Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

60.**4003525-70.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Agravante : Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) Agravado : Aracy Lima dos Santos Advogado : Jose Reynaldo Saraiva Pinheiro (4682/AM) Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

61.**0634688-89.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Lia Maria Guedes de Freitas
Apelante : Humberto Ribeiro Xavier Filho Advogado : Wilson Molina Porto (12790AM/T) Advogado : Wilson Molina Porto (A805/AM) Apelado : Inss - Instituto Nacional do Seguro Social Procurador : Wilson Molina Porto (12790AM/T) Procurador : Wilson Molina Porto (A805/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

62.**0634481-22.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Apelante : Andréa Ramos da Silva Advogado : José Estevão Xavier Advogada : Stelisy Silva da Rocha (7989/AM) Apelado : INSS - Instituto Nacional do Seguro Social Procurador : Luiz Gustavo Isoldi (203340/SP)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

63.**0002003-76.2019.8.04.0000 - Apelação Cível**
Origem: Vara Única de Anori
Juiz Prolator: Diego Martinez Fervenza Cantoario
Apelante : Ernesto Gomes da Rocha Advogado : Antonio das Chagas Ferreira Batista (4177/AM) Advogada : Patrícia Gomes de Abreu (4447/AM) Advogada : Fabrícia Taliéle Cardoso dos Santos (8446/AM) Advogado : Adrimar Freitas de Siqueira (8243/AM) Advogado : Eurismar Matos da Silva (9221/AM) Advogado : Enia Jéssica da Silva Garcia (10416/AM) Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau Promotor : Kleyson Nascimento Barroso (6879/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

64.**0616404-62.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Apelante : Aristeu Teixeira da Silva Júnior Advogado : Antônio

Cláudio Pinto Flores (8700/PA) Apelado : O Estado do Amazonas Procurador : Laércio de Castro Dourado Júnior (13184/AM)

Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

65.**0608988-69.2016.8.04.0015 - Remessa Necessária Cível**

Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera

Requerente : Antonio Claudio Bezerra Advogada : Rosangela Galvão Oliveira (5630/AM) Advogado : Edmilson Lucena dos Santos Júnior (6030/AM) Requerido : Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito - Manaustrans Procurador : Júlio César Lima (6182/AM) Procurador : Natalia Malta Diniz (9592/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

66.**4004074-17.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**

Origem: Central de Plantão Cível

Agravante : Bradesco Saúde Advogado : Eloi Pinto Andrade (819/AM) Advogado : Eloi Pinto de Andrade Junior (3840/AM) Advogado : Eugênio F. Pinto de Andrade (3424/AM) Advogada : Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (6566/AM) Advogada : Andrezza Caldas Vital (10723/AM) Advogado : Andre Rodrigo Pedrosa Amorim (10978/AM) Agravada : Reimi Rosa Inque Ventocilla Motoki Representa : Milagros Del Pilar Ventocilla Motoki Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Defensor : Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (4368/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

67.**4003520-82.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**

Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública

Agravante : Manaus Previdência - MANAUSPREV Procurador : Rafael da Cruz Lauria (5716/AM) Agravado : Willacy Xavier de Andrade Advogada : Karla Braga Azize (3775/AM) Advogada : Júlia Gabriela Trindade de Melo (8074/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

68.**4005023-75.2017.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**

Origem: Vara Única de São Gabriel da Cachoeira

Agravante : Município de São Gabriel da Cachoeira Procurador : Adelson Lima Gonçalves (8175/AM) Agravada : Maria Cristiana Monteiro Marinho Advogada : Cassia Luciana da Conceição Rocha (7819/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

69.**4003446-28.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**

Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta)

Agravante : O Estado do Amazonas Procurador : Élida de Lima Reis Corrêa (7458/AM) Agravada : Maria Luana Serafim de Magalhães Advogado : Fabiano Cortez de Negreiros (9281/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

70.**0621056-25.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento

Apelante : Kleber Braga da Silva Advogada : Queila Coelho de Souza (7931/AM) Advogado : Cairo Lucas Machado Prates (33787/SC) Advogado : Gustavo Michelotti Fleck (21243/DF) Apelado : INSS - Instituto Nacional do Seguro Social Procuradora : Fernanda Meyge de Brito (35105/BA)

Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

71.**0000798-68.2013.8.04.3800 - Apelação Cível**

Origem: 1ª Vara de Coari

Apelante : Município de Coari/AM - Prefeitura Municipal Procurador : Laura Macedo Coelho (11723/AM) Apelado : Elcivan Alves de Brito Advogada : Christiane Saraiva Domingues (6568/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

72.**0631616-94.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto

Apelante : Banco Bradesco S/A Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP) Apelada : Rosana Celestino de Oliveira Gomes Advogado : César Augusto Gomes Monteiro (9696/AM) Advogado : Clemente Augusto Gomes Neto (10785/AM)

Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

73.**0625508-20.2014.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Naira Neila Batista de Oliveira Norte

Apelante : Construtora Capital S/A Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP) Apelada : Anne Siqueira Martins Advogada : Samarah Serruya Assis (6531/AM)

Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

74.**0630556-57.2014.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera

Apelante : Dalcilene Otaviano Portela Apelante : Maria José de Lima Ferreira Apelante : Marcos Antonio Costa da Silva Advogado : Angelito Evangelista Queiroz (2966/AM) Apelado : O Município de Manaus Procurador : Adriana Carla de Souza Silva (3030/AM) MPAM : Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

75.**0600320-88.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo

Apelante : Roberto Rui Guerra de Souza Advogada : Cinthya Feitosa de Souza (6978/AM) Apelado : Posto 3000 Ltda Advogado : Milcyete Braga Assayag (5006/AM) Advogada : Nadla Cristina Lopes Fernandes (3256/AM)

Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

76.**0709392-15.2012.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta)

Juiz Prolator: Cid da Veiga Soares Junior

Apelante : O Estado do Amazonas Procurador : Ticiano Alves e Silva (A764AM) Apelada : Keyth da Silva Dourado Advogada : Hilda Maria Figueiredo Mandato (5350/AM) Advogada : Gisela Montefusco Cavalcante Ferreira (10294/AM) Advogada : Fernanda Thaís Tigueiro Duk (10330/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a).

Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

77.**0631367-12.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho
Apelante : I J Caetano Filho-ME Defensor : José Ivan Benaion Cardoso (1657/AM) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Apelado : Banco Bradesco S.A. Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

78.**0640078-74.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante : Ramarim Comercio de Alimentos LTDA ME Defensor : José Ivan Benaion Cardoso (1657/AM) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Apelado : Banco Bradesco S.A. Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

79.**0627314-56.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho
Apelante : Rammon Lima de Araújo Defensor : José Ivan Benaion Cardoso (1657/AM) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Apelado : Banco Bradesco S/A Advogado : Thales Silvestre Júnior (2406/AM) Advogado : Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

80.**0202683-45.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante : O Estado do Amazonas Advogado : Vanessa Lima do Nascimento (9007/AM) Apelado : Júlio César Magalhães de Moraes Martiniano Advogado : Fernando Ricardo Fernandes Coelho (2218/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

81.**0638148-55.2014.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento
Apelante : Zurich Brasil Seguros S/A Advogada : Manuela Moura de Fonte (20397/PE) Advogado : Francisco de Assis Lelis Moura Jr. (23289/PE) Apelada : Ivete Coimbra da Silva Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

82.**0637800-66.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM) Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) Apelado : G&M Terceirização Ltda Advogado : Anelson Brito de Souza (5342/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

83.**0633404-80.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera
Apelante : Clodoaldo Cavalcante dos Santos Advogada : Michele Freitas Correa (3348/AM) Apelado : O Município de Manaus Procurador : Aldenaira Paula de Freitas (2191/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

84.**0632914-92.2014.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera
Apelante : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau Promotora : Sheyla Andrade dos Santos (2330/MP) Apelado : Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU Advogado : Denis Rosas de Araújo (3510/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

85.**0634453-93.2014.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera
Apelante : Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano - Implurb Procurador : Oleisia Maximina Abreu da Silva (5513/AM) Apelada : Alaíde Gonçalves Guimarães Defensor : Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto (2968/AM) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

86.**0634025-77.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Apelante : Nadi Araújo de Souza Advogado : Ana Cristina Marinho Bessa (11702/AM) Advogado : Klisman da Silva Muller (11080/AM) Advogado : Gil Saraiva (11079/AM) Apelante : Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev Advogada : Caroline Retto Frota (4411/AM) Apelada : Nadi Araújo de Souza Advogado : Ana Cristina Marinho Bessa (11702/AM) Apelado : Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev Advogada : Luciane Barros de Souza (4789/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

87.**0633338-66.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante : Ilmar Serrão da Silva Advogada : Rebeca Beatriz Silva Sousa (12219/AM) Apelado : Direcional Engenharia S/A Advogado : Marcelo Candiotto Freire (104784/MG) Apelado : Onix Empreendimentos Imobiliarios Ltda Advogado : Sérvio Túlio de Barcelos (1048A/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

88.**0630129-55.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone

Apelante : Espolio de Maria das Gracas Santos da Silva Advogado : Mauro Gilberto Froata Lobato (10848/AM) Apelado : O Estado do Amazonas Procurador : Debora Bandeira Koenow (12898/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

89.**0642323-58.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo

Apelante : JHSF Manaus Empreendimentos e Incorporações Ltda. Apelante : Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra Advogado : Rubens Samuel Benzecry Neto (9212/AM) Advogado : Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (2324/AM) Advogado : Paulo Rogerio Arantes (1509/AM) Advogado : Rafael Albuquerque Gomes de Oliveira (4831/AM) Advogada : Maria Glades Ribeiro dos Santos (2144/AM) Advogado : Karla Freixo Braga (3775/AM) Advogada : Júlia Gabriela Trindade de Melo (8074/AM) Advogado : Maria Fernanda Vianez de Castro e Cavalcanti (13000/AM) Advogado : Isaltino José Barbosa Neto (9055/AM) Advogado : Victoria Dutra Alencar Arantes (10316/AM) Apelado : Murad Abdel Aziz Eireli (Empório Árabe) Advogado : Rafael Fernando Tiesca Maciel (7187/AM)

Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

90.**0629634-11.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo

Apelante : R C Comercio e Servicos de Construcao Ltda Defensor : José Ivan Benaion Cardoso (1657/AM) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Apelado : Itautinga Agro Industrial S/A Advogado : João Bosco A. Toledano (1456/AM) Advogado : Sandro Abreu Torres (4078/AM)

Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

91.**0601677-06.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes

Apelante : José Janilson Santos da Silva Advogado : Wiston Feitosa de Sousa (6596/AM) Advogado : Leandro Menezes dos Santos (171750/RJ) Advogado : Ademario do Rosario Azevedo (2926/AM) Apelado : Banco Santander S.A. Advogado : Carlos Maximiano Mafra de Laet (15311/RJ) Advogado : Carlos Maximiano Mafra de Laet (104061A/SP) Advogado : Marco André Honda Flores (6171/MS)

Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

92.**0713265-23.2012.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone

Apelante : Regiane da Silva Nunes Advogado : Sebastião Gonçalves de Araújo Filho (9665/AM) Advogado : José Raimundo Silva Andion (9021/AM) Apelado : O Estado do Amazonas Advogado : Jucelino Araújo Lima (8039/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

93.**0637407-44.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto

Apelante : Júlio Rebelo dos Santos Silva Advogado : Wilson Molina Porto (805A/AM) Apelado : INSS - Instituto Nacional do Seguro Social Procurador : Rodrigo Medeiros Lócio (39972/PE) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

94.**0631584-55.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual

Apelado : O Estado do Amazonas Procurador : Adriane Simões Assayag Ribeiro (2531/AM) Apelante : Lacy dos Santos Pereira Defensor : Fernando Figueiredo Prestes Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

95.**0632186-85.2013.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta)

Juiz Prolator: Márcio Rothier Pinheiro Torres

Apelante : Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev Advogado : Fabio Martins Ribeiro (A449/AM) Apelada : Alcea Rebelo da Silva Advogado : Helcio Rodrigues Motta (1994/AM) Apelado : Ademar Araújo da Silva Filho Advogado : Helcio Rodrigues Motta (1994/AM) Apelado : Eduardo Roberto Rebello da Silva Advogado : Helcio Rodrigues Motta (1994/AM) Apelada : Eliane Rebelo da Silva Advogado : Helcio Rodrigues Motta (1994/AM) LitsPassiv : O Estado do Amazonas Procurador : Clóvis Smith Frota Júnior (3626/AM) Procurador : Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (3629/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

96.**0613086-42.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Rosselberto Himenes

Apelante : Banco Bradesco Financiamentos S/A Advogado : José Augusto de Rezende Júnior (A1109/AM) Apelado : Miguel Jaime dos Santos Advogado : Ewerton de Alencar Correia (8460/AM) Advogado : Roberto Wallace Souza Rodrigues (9770/AM)

Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

97.**0713424-63.2012.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade

Apelante : Helena Pereira dos Santos Defensora : Adriana Monteiro de Castro Martins (86928/RJ) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Apelado : Queliton Teixeira Viana Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Defensor : Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (3135/AM)

Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

98.**0630299-66.2013.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Leoney F. Harraquian

Apelante : Universidade do Estado do Amazonas - UEA Procurador : Luciana Elvas Pinheiro (5657/AM) Apelada : Andréa Borghi Moreira Jacinto Advogado : Jorge Luiz de Carvalho Dantas Júnior (27635/PE) Advogada : Erika Evangelista Dantas (40249/SC) Apelante : Andréa Borghi Moreira Jacinto Advogado : Jorge Luiz de Carvalho Dantas Júnior (27635/PE) Apelado : Universidade do Estado do Amazonas - UEA Procurador : Aly Nasser Abrahim Ballut Filho (6002/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

99.**0051532-52.2005.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: Vara Especializada do Meio Ambiente
Juiz Prolator: Adalberto Carim Antonio
Apelante : 49.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente Promotora : Ana Claudia Abboud Daou AutorFato : Governador do Estado do Amazonas AutorFato : Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB Advogado : André Leandro de Lima Santos (5805/AM) Apelado : W. P. Construções Comércio e Terraplanagem Ltda. Advogado : João Bosco de Albuquerque Toledano (1456/Am) Advogado : Clayton Queiroz Sabóia (11446/AM) Advogado : Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (8196/AM) Representa : Fabiana Souza de Oliveira Advogado : Henrique Simch de Morais (11030/AM) Advogado : Paulo Felipe Santos Magalhães (11367/AM) Advogado : Sheila Bartolotti Ravedutti (3809/AM) Advogada : Sigrid de Lima Pinheiro (9594/AM) AutorFato : Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM Advogado : José Fernando de Oliveira Garcia (2105/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

100. **0615386-45.2014.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante : MEDPLASTIC PRODUTOS PLÁSTICOS LTDA Defensora : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Apelante : FRANCISCA MIGUEIS DE LIMA Apelante : JOHNATHAN MATOS DOS SANTOS Apelado : Banco do Brasil S/A Advogado : Rafael Sganzerla Durand (737/AM) Advogado : Gustavo Amato Pissini (261030/SP) Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

101. **0000002-09.2014.8.04.6301 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara de Parintins
Juiz Prolator: Fábio Cesar Olintho Souza
Apelante : Carlos Alberto Barbosa Cordovil Advogado : Rodrigo Cesar da Silva e Silva (7260/AM) Apelado : Município de Parintins Procurador : Ed da Silva Maia (50086/RS) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

102. **0632937-67.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante : Marcus Vinícius de Souza Baldoíno Araújo Advogado : Philipe Jose Lima de Lima (9039/AM) Apelado : Edilson Bezerra de Souza Júnior Advogado : Ehud Emanuel Adensur Santos (10760/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

103. **0215082-82.2012.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante : Francisco Edberto dos Santos Advogado : Ricardo de Jesus Colares de Oliveira (10985/AM) Apelado : Luis Albert dos Santos Oliveira Apelada : Ads Maria Camara Santos Advogada : Silvia Luiza Barroso (6110/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

104. **0631017-58.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Apelante : Lorenilza da Silva Lima Defensor : Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (127956/AM) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Apelada : Aguida Feitoza de Oliveira
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

105. **0615106-69.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante : João Pedrosa de Souza Advogado : Wilson Molina Porto (805A/AM) Apelado : INSS - Instituto Nacional do Seguro Social Procuradora : Fernanda Meyge de Brito (35105/BA) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

106. **0631362-92.2014.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de queiroz
Apelante : Eleadir Nogueira Campos Defensora : Adriana Monteiro de Castro Martins (86928/RJ) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Apelado : INSS - Instituto Nacional do Seguro Social Procurador : Marcelo Monteiro Bonelli Borges (7894/RN) Procuradora : Laila Lacerda de Sá (5000A/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

107. **0239712-13.2009.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal
Juiz Prolator: Ana Mª de O. Diógenes
Apelante : O Município de Manaus Procurador : Janary Yoshizo Kato Yokokura (6324/AM) Apelado : Condominio Edifício Montecarlo Advogado : Cássio França Vieira (4409/AM) Advogada : Ana Paula da Silva Souza (6608/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

108. **0241088-29.2012.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Celso Souza de Paula
Apelante : Almir de Souza Lima Advogado : Juan Bernabeu Cespedes (2595/AM) Advogada : Eliane Reis Bernabéu Céspedes (4430/AM) Apelado : INSS - Instituto Nacional do Seguro Social Procurador : Cassiano Cardoso Calandrelli (371064/SP) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

109. **0604345-76.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante : Renato Martins da Silva Advogado : Wilson Molina Porto (805A/AM) Apelado : INSS - Instituto Nacional do Seguro Social Procurador : Cassiano Cardoso Calandrelli (371064/SP) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

110. **0612443-21.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Abraham Peixoto Campos Filho
Apelante : Pneu Forte Ltda. Advogado : Jose Ricardo Gomes de Oliveira (5254/AM) Apelado : R. L. Almeida Materiais de Construção - ME

Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

111. **0261071-82.2010.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante : Nobre Seguradora do Brasil S/A Advogada : Maria Emilia Gonçalves de Rueda (13788/AL) Advogado : Maria Emilia Gonçalves de Rueda (23748/PE) Apelante : Transbrasiliana Transportes e Turismo Ltda Advogado : Thiago Bazilio R. D'Oliveira (19712/GO) Advogado : Weverton Dias Alexandrino (38355/GO) Apelada : Luiza Gabriela Queiroz Fonseca Advogado : Antonio Gonçalves da Costa (1240/AM) Advogado : Juvenal Severino Botelho (5044/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

112. **0602915-26.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: Vara de Órfãos e Sucessões
Juiz Prolator: Alexandre Lopes Lasmar
Apelante : Espolio Nilo Sergio Picanço Advogado : Ademario do Rosario Azevedo (2926/AM) Advogado : Wiston Feitosa de Sousa (6596/AM) Advogado : Juliana Lima Benoliel Ferreira (11372/AM) Apelado : Carlos Sérgio Gomes Picanço Advogado : Ronny Oneti Lima (13040/AM) Advogado : Roque de Almeida Lima
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

113. **0616155-82.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza
Apelante : O Município de Manaus Procurador : Margaux Guerreiro de Castro (3917/AM) Apelada : Kaele Ltda Advogado : Jean Cleuter Simões Mendonça (3808/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

114. **0620931-28.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza
Apelante : O Município de Manaus Procurador : Margaux Guerreiro de Castro (3917/AM) Apelada : Construban Serviços e Construções Ltda Advogada : Juliana Chaves Coimbra Garcia (4040/AM) Advogado : Francisco Charles Cunha Garcia Junior **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

115. **0637473-92.2014.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante : Castro & Cia Ltda Advogado : Rodolfo Paulo Cabral (3548/AM) Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau Promotor : Lincoln Alencar de Queiroz **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

116. **0642068-32.2017.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária**
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi
Apelante : Inss - Instituto Nacional do Seguro Social Procuradora : Helena Marie Fish Galiano Apelado : Alderindo Costa Ferreira Advogado : Damea Mourão Telles de Menezes Defensor P : Damea Mourão Telles de Menezes Defensor P : Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (3135/AM) Defensoria : Maria Domingas Gomes Laranjeira (1239/AM) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

117. **0000412-78.2013.8.04.4401 - Remessa Necessária Cível**
Origem: 1ª Vara de Humaitá
Juiz Prolator: Bruno Rafael Orsi
Requerente : Metta Conservação e Serviçoes Ltda Advogado : Carlos César Andrade Negreiros (7890/AM) Requerido : Municipio de Humaitá **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

118. **0003199-18.2018.8.04.0000 - Remessa Necessária Cível**
Origem: Vara Única de Lábrea
Requerente : Gean Campos de Barros Advogado : Fabio Pereira Garcia dso Santos (4850/AM) Requerido : Municipio de Labrea Advogado : José Lourenço Gadelha (2220/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

119. **0000504-57.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível**
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Embargante : O Estado do Amazonas Procurador : Janilson da Costa Barros (13152/AM) Embargada : Jaqueline Zurra Gomes Advogado : Eneias de Paula Bezerra (2354/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

120. **0001094-34.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível**
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Leoney F. Harraquian
Embargante : O Estado do Amazonas Procurador : Janilson da Costa Barros (13152/AM) Embargado : Gildo Honorato de Souza Advogado : Sandro da Silva Santos (7523/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

121. **0002879-31.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível**
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Embargante : O Estado do Amazonas Procurador : Mateus Severiano da Costa (23390/MT) Embargado : M de S Harb Advogado : Vasco Pereira do Amaral (28837/SP) Advogada : Margareth Buzaglo Pinto (2641/AM) Advogado : Ivanildo Xavier Soares (199A/AM) Advogado : Vasco Pereira do Amaral (99A/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

122. **0004257-56.2018.8.04.0000 - Agravo Interno Cível**
Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual
Agravante : O Estado do Amazonas Advogado : Eugênio Nunes Silva (763/AM) Agravado : Dunorte Distribuidora de Produtos para Consumo Ltda. Advogado : Gustavo Monteiro Amaral (85532/MG) Advogado : Dalmo Jacob do Amaral Júnior (13905/GO) Advogada : Macileia Maria Moreira Leão (8773/AM) Advogado : Daniel Puga (21324/GO)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Lafayette Carneiro Vieira Júnior
Membros: Exmo(a). Sr(a). Des(a). João de Jesus Abdala Simões **:** Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil

SEGREDO DE JUSTIÇA

123. **0005226-37.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível**
Origem: 3ª Vara de Família
Juiz Prolator: Melissa Sanches Silva da Rosa
Agravante : M. de J. G. de L. Defensora : Valéria Araújo Neves (120303/MG) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Agravado : M. A. de L.
Presidente/ Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

124. **4002404-07.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 8ª Vara de Família
Juiz Prolator: Gildo Alves Carvalho Filho
Agravante : F. C. J. Advogado : Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (8344/AM) Advogada : Luanna Barros de Albuquerque Gomes (13172/AM) Agravado : E. S. de O. Defensor : Helom César da Silva Nunes (9028/AM) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas **Presidente/ Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

125. **0001239-78.2014.8.04.6301 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara de Parintins
Juiz Prolator: Fábio Cesar Olintho Souza
Apelante : O E. do A. Procurador : Micael Pinheiro Neves Silva (6088/AM) Apelado : A. M. da S. Apelado : W. M. S. Apelado : A. M. da S. Representante : R. F. M. Advogado : Odiney Nogueira Teixeira (9833/AM) **Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

126. **0005025-45.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível**
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Embargante : J. A. V. de A. Advogada : Fabiane Batista França (12077/AM) Advogado : Priscila de Aquino Gomes (394519/SP) Embargado : E. do A. Procurador : Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

127. **4004426-72.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 2ª Vara de Família
Agravante : F. E. T. da S. Representante : D. R. da S. Defensora : Carolina Matos Carvalho Norões (5785/SE) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Agravado : E. G. da S. **Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

128. **4003801-72.2017.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 1ª Vara de Família
Juiz Prolator: Alexandre Lopes Lasmar
Agravante : M. F. R. de S. Representante : G. C. B. F. R. de S. Advogado : Adrianne Sanches Soares da Silva (8595/AM) Agravado : L. R. de S. Advogado : Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (8344/AM) **Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha**
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Aguinelo Balbi Junior

129. **4004291-60.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 2ª Vara de Família
Agravante : L. B. da S. N. Representante : B. M. da S. Defensora : Carolina Matos Carvalho Norões (5785/SE) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Agravado : L. P. de A. N. Defensor : Carol Regina Xavier Rocha (15004/PA) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas **Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

130. **4004032-65.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 2ª Vara de Família
Agravante : M. R. P. P. Representante : M. C. P. Defensor : Carolina Matos Carvalho Norões Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Agravado : R. J. O. P. **Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

131. **0620069-23.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara de Família
Juiz Prolator: Marcos Santos Maciel
Apelante : R. das D. F. R. Advogado : Aberones Gomes de Araujo (2137/AM) Apelado : W. B. R. F. Advogado : Marcelo Teixeira de Souza (9740/AM) **Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

132. **0252669-02.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 2ª Vara de Família
Juiz Prolator: Everaldo da Silva Lira
Apelante : E. V. do N. Defensor : Lucyane Martins Brito Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Apelada : M. E. de S. N. Defensor : Sérgio Enrique Ochoa Guimarães (7834/AM) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas **Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

133. **0629914-79.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 2ª Vara de Família
Juiz Prolator: Everaldo da Silva Lira
Apelante : M. T. de O. Advogado : Antonio Alves Pereira (2622/AM) Apelada : A. S. G. Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Defensor : Gustavo Linhares Rodrigues (31361/BA) **Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha**
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

Manaus, 26 de agosto de 2019
Tânia Mara Garcia Mafra - M1104

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000484-16.2016.8.04.6000 - Apelação Cível, Vara Única de Nova Olinda do Norte
Apelante: Carlos Dorneles Valente Advogada: Marly Gomes Capote (OAB: 7067/AM) **Apelado: Municipio de Nova Olinda do Norte** Procurador: Alyssonn Antonio Karrer de Melo Monteiro (OAB: 6310/AM) **Relatora: Nélia Caminha Jorge.**
Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA – DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO TEMPORÁRIO. NULIDADE. VERBAS TRABALHISTAS. REPERCUSSÃO GERAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA. I - A contratação temporária pela Administração Pública, conquanto tenha assento constitucional e legal, não pode ser eternizada a critério do administrador, sob pena de evidente violação do preceito fundamental de acesso aos cargos públicos por meio de concurso (art. 37, II, CF/88), motivo pelo qual a avença que o infringe é reputada nula, consoante prescreve o art. 37, §2.°, CF/88.II - O Supremo Tribunal Federal, no RE n.° 596.748 (repercussão geral), reconheceu ao trabalhador o direito, exclusivamente, ao pagamento de saldo de salário pelos dias trabalhados e ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, bem como do 13.º salário e das férias. III - Recurso conhecido e provido.. DECISÃO: "EMENTA - DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO TEMPORÁRIO. NULIDADE. VERBAS TRABALHISTAS. REPERCUSSÃO GERAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA. I - A contratação temporária pela Administração Pública, conquanto tenha assento constitucional e legal, não pode ser eternizada a critério do administrador, sob pena de evidente violação do preceito fundamental de acesso aos cargos públicos por meio de concurso (art. 37, II, CF/88), motivo pelo qual a avença que o infringe é reputada nula, consoante prescreve o art. 37, §2.°, CF/88. II - O Supremo Tribunal Federal, no RE n.° 596.748 (repercussão geral), reconheceu ao trabalhador o direito, exclusivamente, ao pagamento de saldo de salário pelos dias trabalhados e ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, bem como do 13.º salário e das férias. III - Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0000484-16.2016.8.04.6000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.".

Processo: 0002677-54.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM)

Soc. Advogados: Andrade GC Advogados (OAB: 57/AM) **Agravada: Gabriela Rigotto de Abreu** Advogado: Júlio César de Vasconcelos Assad (OAB: 4765/AM) **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO – DECISÃO DE NÃO CONHECIMENTO – ART. 932, III, CPC – PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA – CUMPRIMENTO DEFINITIVO DE SENTENÇA – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE JÁ RESOLVIDA – RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO – DECISÃO MANTIDA.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO DE NÃO CONHECIMENTO - ART. 932, III, CPC - PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA - CUMPRIMENTO DEFINITIVO DE SENTENÇA - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE JÁ RESOLVIDA - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO - DECISÃO MANTIDA. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo Interno Cível nº 0002677-54.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0005082-63.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública

Embargante: O Estado do Amazonas Procurador: Janilson da Costa Barros (OAB: 13152/AM) **Embargada: Jaqueline Uchoa de Carvalho** Advogado: Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB: 7967/AM) **Relatora: Nélia Caminha Jorge.**

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. DEPÓSITOS DO FGTS. APLICABILIDADE DO PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL DO ART. 1º DO DECRETO 20.910/32. NÃO CONFIGURADA. APLICABILIDADE DO PRAZO PRESCRICIONAL TRINTENÁRIO DA LEI 23, §5º, DA LEI 8.036/90. CONFIGURADA. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.I – Necessidade de integração do acórdão de apelação cível via aclaratórios, para que seja sanada a omissão acerca da aplicabilidade da orientação jurisprudencial advinda do ARE 709.212/DF no caso concreto.I - A jurisprudência acerca da contagem do prazo prescricional para o recolhimento dos depósitos de FGTS para os casos de contratos administrativos de funcionários temporários, declarados nulos por irregularidade na contratação, é fincada a partir do julgamento do recurso extraordinário com repercussão geral: ARE 709.212/DF no STF.III - O precedente obtido através do ARE 709.212/DF tem aplicabilidade contra pessoas jurídica de direito privado, como de direito público. IV – Recurso conhecido e provido, no sentido de sanar a omissão aventada, porém, sem atribuir qualquer efeito modificativo sobre o julgado atacado.. DECISÃO: "EMENTA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. DEPÓSITOS DO FGTS. APLICABILIDADE DO PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL DO ART. 1º DO DECRETO 20.910/32. NÃO CONFIGURADA. APLICABILIDADE DO PRAZO PRESCRICIONAL TRINTENÁRIO DA LEI 23, §5º, DA LEI 8.036/90. CONFIGURADA. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. I - Necessidade de integração do acórdão de apelação cível via aclaratórios, para que seja sanada a omissão acerca da aplicabilidade da orientação jurisprudencial advinda do ARE 709.212/DF no caso concreto. I - A jurisprudência acerca da contagem do prazo prescricional para o recolhimento dos depósitos de FGTS para os casos de contratos administrativos de funcionários temporários, declarados nulos por irregularidade na contratação, é fincada a partir do julgamento do recurso extraordinário com repercussão geral: ARE 709.212/DF no STF. III - O precedente obtido através do ARE 709.212/DF tem aplicabilidade contra pessoas jurídica de direito privado, como de direito público. IV - Recurso conhecido e provido, no sentido de sanar a omissão aventada, porém, sem atribuir qualquer efeito modificativo sobre o julgado atacado. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0005082-63.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em acolher, sem efeito modificativo, o recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.".

Processo: 0005131-07.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Banco Bradesco Financiamentos S/A Advogado: José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB: 986A/AM) **Embargado: Retifica Somotor Ltda** Advogado: Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB: 7187/AM) **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Des. Airton Luís Corrêa Gentil

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO – AUSÊNCIA DE OMISSÃO – RENOVAÇÃO RECURSAL - CONTRADIÇÃO - AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO INTERNA – ACÓRDÃO MANTIDO.- A contradição apta a ensejar a oposição dos Embargos de Declaração é aquela presente no próprio corpo da decisão e não desta em relação a atos externos. Por conseguinte, não encontra amparo a alegação do Recorrente de que o Acórdão fora contraditório com relação às provas contidas nos autos;- Pelas razões de recurso, observa-se que o Embargante, em verdade, busca a rediscussão da matéria decidida, sem que, para tanto, tenha a decisão combatida incorrido em qualquer contradição;- Conclui-se, portanto, que é inexistente a apontada omissão no julgado, eis que a matéria apreciada nos embargos de declaração se trata de inovação recursal, uma vez que não foi refutada, anteriormente, na sua peça recursal;-

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.. DECISÃO: "EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO - RENOVAÇÃO RECURSAL - CONTRADIÇÃO - AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO INTERNA - ACÓRDÃO MANTIDO. - A contradição apta a ensejar a oposição dos Embargos de Declaração é aquela presente no próprio corpo da decisão e não desta em relação a atos externos. Por conseguinte, não encontra amparo a alegação do Recorrente de que o Acórdão fora contraditório com relação às provas contidas nos autos; - Pelas razões de recurso, observa-se que o Embargante, em verdade, busca a rediscussão da matéria decidida, sem que, para tanto, tenha a decisão combatida incorrido em qualquer contradição; - Conclui-se, portanto, que é inexistente a apontada omissão no julgado, eis que a matéria apreciada nos embargos de declaração se trata de inovação recursal, uma vez que não foi refutada, anteriormente, na sua peça recursal; - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0005131-07.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer dos Embargos de Declaração para lhes rejeitar, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0005135-44.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: José Nelson Gouveia Junior - EPP Advogada: Sulamita Brandão da Rocha (OAB: 4782/AM) **Embargado: Petrobras Distribuidora S.A.** Advogado: Francisco Augusto Martins da Silva (OAB: 1753/AM) Advogado: Juliano Luis Cerqueira Mendes (OAB: 3940/AM) Advogado: José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB: 5517/AM) **Relatora: Nélia Caminha Jorge.**

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE.I – Inexistindo qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão, imperiosa é a rejeição de Embargos de Declaração, ainda mais quando seu verdadeiro desiderato é a rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido.II – Embargos de Declaração rejeitados. Acórdão mantido na forma como lançado.. DECISÃO: "EMENTA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. I - Inexistindo qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão, imperiosa é a rejeição de Embargos de Declaração, ainda mais quando seu verdadeiro desiderato é a rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido. II - Embargos de Declaração rejeitados. Acórdão mantido na forma como lançado. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0005135-44.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da desembargadora relatora.".

Processo: 0005139-81.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Unipar Construtora S.A Advogado: Solon Argelim de Alencar Ferreira (OAB: 3338/AM) Advogado: Edgard Angelim de Alencar Ferreira (OAB: 3995/AM) **Embargado: C. D. L. Centro de Diagnóstico Laboratorial Ltda** Advogado: Cláuzio Heitor da Silva Junior (OAB: 6348/AM) **Relatora: Nélia Caminha Jorge.**

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE.I – Inexistindo qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão, imperiosa é a rejeição de Embargos de Declaração, ainda mais quando seu verdadeiro desiderato é a rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido.II – Embargos de Declaração rejeitados. Acórdão mantido na forma como lançado.. DECISÃO: "EMENTA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. I - Inexistindo qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão, imperiosa é a rejeição de Embargos de Declaração, ainda mais quando seu verdadeiro desiderato é a rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido. II - Embargos de Declaração rejeitados. Acórdão mantido na forma como lançado. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0005139-81.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da desembargadora relatora.".

Processo: 0005154-50.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Vanuza Patrício de Araújo Advogado: Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB: 5641/AM) Advogada: Tatiane Medina Oliveira (OAB: 6336/AM) **Embargada: Ezilda Santos Dutra de Oliveira Embargado: Leandro Gomes de Oliveira Relatora: Nélia Caminha Jorge.**

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE.I – Inexistindo qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão, imperiosa é a rejeição de Embargos de Declaração, ainda mais quando seu verdadeiro desiderato é a rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido.II – Embargos de Declaração rejeitados. Acórdão mantido na forma como lançado.. DECISÃO: "EMENTA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. I - Inexistindo qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão, imperiosa é a rejeição de Embargos de Declaração, ainda mais quando seu verdadeiro desiderato é a rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido. II - Embargos de Declaração rejeitados. Acórdão mantido na forma como lançado. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0005154-50.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da desembargadora relatora.".

Processo: 0601747-52.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Itaucard S/A Advogada: Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 192649/SP) Advogado: José Lídio Alves dos Santos (OAB: 1163A/AM) Advogado: José Lidio Alves dos Santos (OAB: 156187/SP) Advogada: Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 1164A/AM) **Apelado: Raimundo Jose Pereira** Advogado: Luiz Felipe Brandão Ozores (OAB: 4000/AM) **Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.**

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DECRETO-LEI Nº. 911/1969. APLICAÇÃO DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL. INAPLICABILIDADE. ENTENDIMENTO EM CONSONÂNCIA COM O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1.A Ação de Busca e Apreensão fundada em alienação fiduciária encontra amparo no art. 3º do Decreto-Lei n. 911/69, alterada pela Lei nº 10.931, de 2.8.04, a qual dispõe que cabe ao devedor efetuar o pagamento da integralidade do débito remanescentes para fins de obter a restituição do bem livre de ônus. 2. Segundo o entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça não se aplica ao contrato de financiamento de veículo com alienação fiduciária em garantia a teoria do adimplemento

substancial. 3. Recurso conhecido e provido. . DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DECRETO-LEI Nº. 911/1969. APLICAÇÃO DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL. INAPLICABILIDADE. ENTENDIMENTO EM CONSONÂNCIA COM O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1.A Ação de Busca e Apreensão fundada em alienação fiduciária encontra amparo no art. 3º do Decreto-Lei n. 911/69, alterada pela Lei nº 10.931, de 2.8.04, a qual dispõe que cabe ao devedor efetuar o pagamento da integralidade do débito remanescentes para fins de obter a restituição do bem livre de ônus. 2. Segundo o entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça não se aplica ao contrato de financiamento de veículo com alienação fiduciária em garantia a teoria do adimplemento substancial. 3. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0601747-52.2017.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e prover o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0618760-35.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Cruzeiro do Sul Advogado: Benedicto Celso Junior (OAB: 1133A/AM) **Apelado: Francisco Jose Azedo Ribeiro Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - PROCESSUAL CIVIL - EXTINÇÃO DO FEITO - ART. 485, IV, DO CPC/15 - DESÍDIA NÃO CONFIGURADA - AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PRÉVIA – PRINCÍPIO DA NÃO SURPRESA - INOBSERVÂNCIA DOS ARTIGOS 9º E 10, DO CPC/15 – PRECEDENTE DESTA EGRÉGIA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL - SENTENÇA ANULADA. - O fato de o autor não ter localizado a parte adversa, por si só, não configura hipótese de extinção do feito por ausência de condição de desenvolvimento válido e regular do processo quando se observa que o autor diligenciou na tentativa em localizar o requerido;- O novo Código de Processo Civil, em seu art. 10, tornou obrigatória a intimação prévia das partes para que se manifestem sobre fundamento aventado pelo Magistrado, ainda que se trate de matéria cognoscível de ofício;- PRECEDENTE: Apelação Cível nº 0609567-30.2014.8.04.0001, Relator: Exmo. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil;- RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - PROCESSUAL CIVIL - EXTINÇÃO DO FEITO - ART. 485, IV, DO CPC/15 - DESÍDIA NÃO CONFIGURADA - AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PRÉVIA - PRINCÍPIO DA NÃO SURPRESA - INOBSERVÂNCIA DOS ARTIGOS 9º E 10, DO CPC/15 - PRECEDENTE DESTA EGRÉGIA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL - SENTENÇA ANULADA. - O fato de o autor não ter localizado a parte adversa, por si só, não configura hipótese de extinção do feito por ausência de condição de desenvolvimento válido e regular do processo quando se observa que o autor diligenciou na tentativa em localizar o requerido; - O novo Código de Processo Civil, em seu art. 10, tornou obrigatória a intimação prévia das partes para que se manifestem sobre fundamento aventado pelo Magistrado, ainda que se trate de matéria cognoscível de ofício; - PRECEDENTE: Apelação Cível nº 0609567-30.2014.8.04.0001, Relator: Exmo. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil; - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0618760-35.2015.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe dar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0629118-25.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento Advogado: Móises Batista de Souza (OAB: 469A/AM) Advogado: Fernando Luz Pereira (OAB: 658A/AM) **Apelado: Denilson Frazão Castro Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - EXTINÇÃO DO PROCESSO POR INÉRCIA DO AUTOR ANTE COMANDO JUDICIAL - ABANDONO DE CAUSA – NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL – 485, § 1º DO CPC - PRECEDENTES DESTA CÂMARA CÍVEL - SENTENÇA ANULADA.- Note-se que caso o autor não impulsione o processo por mais de 30 dias, fica caracterizada a sua desídia, falta de zelo, a ausência de esforço da parte em dar andamento ao feito. O processo não tem impulso e, nesses casos, deve ocorrer a prévia intimação pessoal da parte para promover o andamento do feito, nos termos do art. 485, III c/c §1º do mesmo artigo do CPC;- O que se consta dos autos é que o juiz intimou o autor apenas pelo meio eletrônico para que desse prosseguimento e, como não fora apresentada manifestação no prazo estabelecido, este julgou extinta a ação. Todavia, em observância ao disposto no art. 9º e 10º do NCPC e do próprio parágrafo, 1º do art. 485 também do NCPC, o juiz deveria ter realizado novo despacho, intimando pessoalmente o autor a se manifestar sobre seu interesse no prosseguimento do feito;- Com isso, ao compulsar os autos, constata-se que não foram atendidas todas as medidas necessárias para que o processo fosse extinto com base no abandono da causa, uma vez que a intimação pessoal da parte não foi efetuada.- RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - EXTINÇÃO DO PROCESSO POR INÉRCIA DO AUTOR ANTE COMANDO JUDICIAL - ABANDONO DE CAUSA - NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL - 485, § 1º DO CPC - PRECEDENTES DESTA CÂMARA CÍVEL - SENTENÇA ANULADA. - Note-se que caso o autor não impulsione o processo por mais de 30 dias, fica caracterizada a sua desídia, falta de zelo, a ausência de esforço da parte em dar andamento ao feito. O processo não tem impulso e, nesses casos, deve ocorrer a prévia intimação pessoal da parte para promover o andamento do feito, nos termos do art. 485, III c/c §1º do mesmo artigo do CPC; - O que se consta dos autos é que o juiz intimou o autor apenas pelo meio eletrônico para que desse prosseguimento e, como não fora apresentada manifestação no prazo estabelecido, este julgou extinta a ação. Todavia, em observância ao disposto no art. 9º e 10º do NCPC e do próprio parágrafo, 1º do art. 485 também do NCPC, o juiz deveria ter realizado novo despacho, intimando pessoalmente o autor a se manifestar sobre seu interesse no prosseguimento do feito; - Com isso, ao compulsar os autos, constata-se que não foram atendidas todas as medidas necessárias para que o processo fosse extinto com base no abandono da causa, uma vez que a intimação pessoal da parte não foi efetuada. - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0629118-25.2016.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe dar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0638333-59.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO Advogada: Mara Bianca Rocha Lins (OAB: 4006/AM) **Apelado: Cl Comercio de Materiais de Construção Eireli-me** Advogado: Pedro Lucas Portugal Al- Behy Kanan (OAB: 8587/AM) **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. ENTREGA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. NOTAS FISCAIS. ASSINATURA DE RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA PELO PREPOSTO. PROVA HÁBIL. INADIMPLEMENTO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. -Conforme preceitua o artigo 700, do Código de Processo Civil, para a propositura da ação monitória, o requerente deve acostar aos autos prova escrita da existência da dívida, sem eficácia de título executivo, para cobrança de quantia em dinheiro, exigência de entrega de coisa fungível ou infungível, bem móvel ou

imóvel, assim como para o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer. .-No caso, restou demonstrado o negócio jurídico de fornecimento de materiais de construção, com expedição de Nota Fiscal assinada e dada por entregue e conferido os materiais, cuja contraprestação de pagamento não logrou êxito em ser comprovada pela apelante.-RECURSO NÃO PROVIDO. . DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. ENTREGA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. NOTAS FISCAIS. ASSINATURA DE RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA PELO PREPOSTO. PROVA HÁBIL. INADIMPLEMENTO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. -Conforme preceitua o artigo 700, do Código de Processo Civil, para a propositura da ação monitória, o requerente deve acostar aos autos prova escrita da existência da dívida, sem eficácia de título executivo, para cobrança de quantia em dinheiro, exigência de entrega de coisa fungível ou infungível, bem móvel ou imóvel, assim como para o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer. . -No caso, restou demonstrado o negócio jurídico de fornecimento de materiais de construção, com expedição de Nota Fiscal assinada e dada por entregue e conferido os materiais, cuja contraprestação de pagamento não logrou êxito em ser comprovada pela apelante. -RECURSO NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0638333-59.2015.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0641334-81.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Francisco Walter Albuquerque Silva Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM) **Apelado: O Estado do Amazonas** Procurador: Élida de Lima Reis Corrêa (OAB: 7458/AM) **Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. REINTEGRAÇÃO EM CARGO DIVERSO DO ORIGINARIAMENTE INVESTIDO. VÍNCULO COM ENTE DIVERSO DO PRETENDIDO. ARTIGO 19, DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. ESTABILIDADE EXTRAORDINÁRIA. NÃO CABIMENTO. -A estabilidade prevista no artigo 19, do ADCT da CF/88 exige mais de 5 (cinco) anos de exercício no cargo à época da promulgação da Constituição Federal para o mesmo cargo e no mesmo ente no qual o servidor obteve originariamente vínculo de trabalho por meio de cargo público, tratando-se de simples estabilidade. Precedente STF - ADI: 351 RN, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 14/05/2014, Tribunal Pleno, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-150 DIVULG 04-08-2014 PUBLIC 05-08-2014-No caso, o recorrente pretende a reintegração em órgão integrante de ente diverso do qual fora inicialmente admitido, incidindo, no presente caso, em cessão do servidor para atuar em órgão distinto, exercendo, para tanto, funções de interesse do ente no qual manteve o vínculo.-RECURSO NÃO PROVIDO. . DECISÃO: "EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. REINTEGRAÇÃO EM CARGO DIVERSO DO ORIGINARIAMENTE INVESTIDO. VÍNCULO COM ENTE DIVERSO DO PRETENDIDO. ARTIGO 19, DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. ESTABILIDADE EXTRAORDINÁRIA. NÃO CABIMENTO. -A estabilidade prevista no artigo 19, do ADCT da CF/88 exige mais de 5 (cinco) anos de exercício no cargo à época da promulgação da Constituição Federal para o mesmo cargo e no mesmo ente no qual o servidor obteve originariamente vínculo de trabalho por meio de cargo público, tratando-se de simples estabilidade. Precedente STF - ADI: 351 RN, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 14/05/2014, Tribunal Pleno, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-150 DIVULG 04-08-2014 PUBLIC 05-08-2014 -No caso, o recorrente pretende a reintegração em órgão integrante de ente diverso do qual fora inicialmente admitido, incidindo, no presente caso, em cessão do servidor para atuar em órgão distinto, exercendo, para tanto, funções de interesse do ente no qual manteve o vínculo. -RECURSO NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0641334-81.2017.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0714808-61.2012.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: O Estado do Amazonas Procurador: Micael Pinheiro Neves Silva (OAB: 6088/AM) **Apelada: Maria Consuelo Pinheiro da Silva** Advogado: Júlio César Adami Berneira (OAB: 6302/AM) Advogado: Emerson Abineã da Silva (OAB: 6393/AM) Advogado: Fernando Almeida dos Santos (OAB: 2060/AM) Advogado: Albertino Hayden dos Santos (OAB: 189032/RJ) Advogado: Deiwes Almeida dos Santos (OAB: 6355/AM) **Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. MORTE DE DETENTO SOB CUSTÓDIA. DANOS MORAIS. MANUTENÇÃO. DANOS MATERIAIS. ADEQUAÇÃO AOS PRECEDENTES STJ. 2/3 SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO MENSAL ATÉ QUE A VÍTIMA COMPLETASSE 25 ANOS. 1/3 ATÉ A DATA EM QUE COMPLETARIA 65 ANOS. -indenização por danos morais fixada em torno dos valores praticados pelos Tribunais em casos análogos. Decisão mantida. -a pensão mensal decorrente de morte de detento sob custódia do Estado decorre da responsabilidade objetiva de reparação civil por omissão, devendo ser fixada em 2/3 do salário mínimo mensal até quando a vítima completasse 25 (vinte e cinco) anos, e 1/3 até quando completasse 65 (sessenta e cinco) anos.-RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: "EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. MORTE DE DETENTO SOB CUSTÓDIA. DANOS MORAIS. MANUTENÇÃO. DANOS MATERIAIS. ADEQUAÇÃO AOS PRECEDENTES STJ. 2/3 SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO MENSAL ATÉ QUE A VÍTIMA COMPLETASSE 25 ANOS. 1/3 ATÉ A DATA EM QUE COMPLETARIA 65 ANOS. -indenização por danos morais fixada em torno dos valores praticados pelos Tribunais em casos análogos. Decisão mantida. -a pensão mensal decorrente de morte de detento sob custódia do Estado decorre da responsabilidade objetiva de reparação civil por omissão, devendo ser fixada em 2/3 do salário mínimo mensal até quando a vítima completasse 25 (vinte e cinco) anos, e 1/3 até quando completasse 65 (sessenta e cinco) anos. -RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0714808-61.2012.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o Graduado Órgão Ministerial, em conhecer do recurso para lhe dar parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 4000079-59.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Seguradora Lider dos Consorcios Dpvat Advogado: Rodolfo Meira Roessing (OAB: 12719/PA) **Agravada: Edneide Gomes de França** Advogada: Michelle Pereira Cruz. (OAB: 7072/AM) **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. RESOLUÇÃO Nº 127 CNJ. ART. 95, §3º DO CPC. - Resolução nº 127 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que recomenda aos Tribunais Estaduais que destinassem, "sob rubrica específica, parte de seu orçamento ao pagamento de honorários de perito, tradutor ou interprete, quando, nos processos de natureza cível, à parte sucumbente no objeto da perícia fosse

deferido o benefício da justiça gratuita";-o Código de Processo Civil, em especial no §3º do artigo 95, dispõe sobre o pagamento dos honorários periciais quando for o responsável beneficiário da justiça gratuita, in verbis: Art. 95. Cada parte adiantará a remuneração do assistente técnico que houver indicado, sendo a do perito adiantada pela parte que houver requerido a perícia ou rateada quando a perícia for determinada de ofício ou requerida por ambas as partes. § 3º Quando o pagamento da perícia for de responsabilidade de beneficiário de gratuidade da justiça, ela poderá ser: I - custeada com recursos alocados no orçamento do ente público e realizada por servidor do Poder Judiciário ou por órgão público conveniado; - RECURSO NÃO PROVIDO. . DECISÃO: "EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. RESOLUÇÃO Nº 127 CNJ. ART. 95, §3º DO CPC. - Resolução nº 127 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que recomenda aos Tribunais Estaduais que destinassem, "sob rubrica específica, parte de seu orçamento ao pagamento de honorários de perito, tradutor ou interprete, quando, nos processos de natureza cível, à parte sucumbente no objeto da perícia fosse deferido o benefício da justiça gratuita"; -o Código de Processo Civil, em especial no §3º do artigo 95, dispõe sobre o pagamento dos honorários periciais quando for o responsável beneficiário da justiça gratuita, in verbis: Art. 95. Cada parte adiantará a remuneração do assistente técnico que houver indicado, sendo a do perito adiantada pela parte que houver requerido a perícia ou rateada quando a perícia for determinada de ofício ou requerida por ambas as partes. § 3º Quando o pagamento da perícia for de responsabilidade de beneficiário de gratuidade da justiça, ela poderá ser: I - custeada com recursos alocados no orçamento do ente público e realizada por servidor do Poder Judiciário ou por órgão público conveniado; - RECURSO NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 4000079-59.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a/o (s) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 4000240-85.2019.8.04.0900 - Agravo de Instrumento, 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Argo Seguros Brasil S/A Advogada: Tainah Olímpio Galaxe (OAB: 7927/AM) Advogado: Sérgio Ruy Barroso de Mello (OAB: 63377/RJ) Advogado: Raphael Saydi Macedo Mussi (OAB: 155686/RJ) **Agravado: Digitron da Amazônia Indústria e Comércio S/A** Advogado: Paulo Henrique Cam Pilongo (OAB: 130054/SP) Advogado: Daina Silva Barbosa Costa (OAB: 269857/SP) **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CONTRATO DE SEGURO EMPRESARIAL. RELAÇÃO DE CONSUMO. CABIMENTO.-Aos contratos de seguro empresarial aplicam-se as disposições do Código de Defesa do Consumidor. Precedente: STJ - REsp: 1660164 SP 2016/0315250-7, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 17/10/2017, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/10/2017.-No caso, a agravante ao firmar contrato de seguro para cobertura de bens da empresa agravada se submete às normas consumeristas, especialmente pela presunção de deter capacidade técnica pela natureza dos serviços a que se propõe.-RECURSO NÃO PROVIDO. . DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CONTRATO DE SEGURO EMPRESARIAL. RELAÇÃO DE CONSUMO. CABIMENTO. -Aos contratos de seguro empresarial aplicam-se as disposições do Código de Defesa do Consumidor. Precedente: STJ - REsp: 1660164 SP 2016/0315250-7, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 17/10/2017, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/10/2017. -No caso, a agravante ao firmar contrato de seguro para cobertura de bens da empresa agravada se submete às normas consumeristas, especialmente pela presunção de deter capacidade técnica pela natureza dos serviços a que se propõe. -RECURSO NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 4000240-85.2019.8.04.0900, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 4001508-61.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 2ª Vara da Fazenda Pública

Agravante: O Município de Manaus Procurador: Tamires Menezes (OAB: 8017/AM) **Agravada: Yasmin e Silva Monteiro** Defensor: Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB: 4368/AM) Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas **Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA – SOLIDARIEDADE DOS ENTES PÚBLICOS – TUTELA DE URGÊNCIA RECONHECIDA – DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE - MULTA COERCITIVA PROPORCIONAL – RECURSO DESPROVIDO.- A responsabilidade em relação ao fornecimento de medicamentos e insumos, tratamentos e realização de cirurgias, gratuitamente, para o implemento do direito à saúde, constitucionalmente previsto, pode ser imposta a todos os entes federativos, conjunta ou isoladamente.- O art. 196, da CR/88, assegura a todos o direito à saúde, com medidas que atenuem ou impeçam o risco de doença ou o seu agravamento.- Segundo o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será deferida se estiverem presentes a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano, ambos devidamente demonstrados nos autos.- O valor arbitrado em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), até o limite de 20 (vinte) dias, mostra-se adequado a seriedade do pleito, e as condições financeiras da agravante.. DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA - SOLIDARIEDADE DOS ENTES PÚBLICOS - TUTELA DE URGÊNCIA RECONHECIDA - DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE - MULTA COERCITIVA PROPORCIONAL - RECURSO DESPROVIDO. - A responsabilidade em relação ao fornecimento de medicamentos e insumos, tratamentos e realização de cirurgias, gratuitamente, para o implemento do direito à saúde, constitucionalmente previsto, pode ser imposta a todos os entes federativos, conjunta ou isoladamente. - O art. 196, da CR/88, assegura a todos o direito à saúde, com medidas que atenuem ou impeçam o risco de doença ou o seu agravamento. - Segundo o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será deferida se estiverem presentes a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano, ambos devidamente demonstrados nos autos. - O valor arbitrado em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), até o limite de 20 (vinte) dias, mostra-se adequado a seriedade do pleito, e as condições financeiras da agravante. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 4001508-61.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com parecer ministerial, conhecer do recurso para lhe NEGAR provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 4002038-65.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Sul América Companhia de Seguros Sáude Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 685A/AM) **Agravada: Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel** Advogado: Amilcar Augusto César de Carvalho (OAB: 1450/AM) **Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza

Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO À SAÚDE. COBERTURA POR PLANO DE SAÚDE. CIRURGIA PARA CORREÇÃO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. INFECÇÃO. NECESSIDADE. PROBABILIDADE DO DIREITO E PERIGO NA DEMORA DO PROVIMENTO JUDICIAL CONFIGURADOS. MULTA COMINATÓRIA EM PATAMAR RAZOÁVEL QUE O CASO REQUER.-Estando demonstrados o perigo na demora do provimento judicial, bem como a probabilidade do direito pela verossimilhança das alegações em confronto com os elementos processuais, a manutenção da decisão que deferiu a liminar para o tratamento cirúrgico se impõe.-A multa cominatória para abreviar o cumprimento da obrigação de fazer possui caráter diverso dos auferidos por outros institutos como de indenização, não havendo que se falar em enriquecimento sem causa, motivo pelo qual mantém a multa arbitrada, posto que o caso requer urgência por se tratar de tratamento de saúde. -RECURSO NÃO PROVIDO. . DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO À SAÚDE. COBERTURA POR PLANO DE SAÚDE. CIRURGIA PARA CORREÇÃO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. INFECÇÃO. NECESSIDADE. PROBABILIDADE DO DIREITO E PERIGO NA DEMORA DO PROVIMENTO JUDICIAL CONFIGURADOS. MULTA COMINATÓRIA EM PATAMAR RAZOÁVEL QUE O CASO REQUER. -Estando demonstrados o perigo na demora do provimento judicial, bem como a probabilidade do direito pela verossimilhança das alegações em confronto com os elementos processuais, a manutenção da decisão que deferiu a liminar para o tratamento cirúrgico se impõe. -A multa cominatória para abreviar o cumprimento da obrigação de fazer possui caráter diverso dos auferidos por outros institutos como de indenização, não havendo que se falar em enriquecimento sem causa, motivo pelo qual mantém a multa arbitrada, posto que o caso requer urgência por se tratar de tratamento de saúde. -RECURSO NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 4002038-65.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em consonância com o Eminente Órgão Ministerial em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 4002150-34.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 1ª Vara de Itacoatiara

Agravante: Armando de Amorim Dias Advogado: Richardson Aranha Peixoto (OAB: 6626/AM) Advogado: Jean Carlos Pinto da Silva (OAB: 5328/AM) **Agravado: Armando Varella Belém** Advogado: Adriano Rodrigues Lopes (OAB: 10846/AM)

Advogado: Camillo Rabelo Marafon (OAB: 13302/AM) **Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. DIVERGÊNCIA QUANTO A EXATA LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL. AUSENTES A VEROSSIMILHANAÇA DAS ALEGAÇÕES E PROBABILIDADE DO DIREITO. DILAÇÃO PROBATÓRIA A FIM DE IDENTIFICAR OS EXATOS CONTORNOS E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL. LIMINAR CASSADA. -O Código de Processo Civil em seu artigo 561 pontua os requisitos para o deferimento de reintegração e manutenção na posse, quais sejam: Art. 561. Incumbe ao autor provar: I - a sua posse; II - a turbação ou o esbulho praticado pelo réu; III - a data da turbação ou do esbulho; IV - a continuação da posse, embora turbada, na ação de manutenção, ou a perda da posse, na ação de reintegração. -No caso, tanto as partes quanto os documentos acostados divergem entre si quanto à exata localização do imóvel objeto do pedido de reintegração, devendo-se resolver tal impasse em sede de dilação probatória, não havendo, por conseguinte, elementos hábeis a convencer o julgador, pela verossimilhança das alegações e probabilidade do direito, para manter decisão que deferiu a reintegração do agravado na posse do imóvel, apontando, para tanto endereço constante na escritura pública do qual o próprio agravado beneficiário apontou endereço divergente. -RECURSO PROVIDO. . DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. DIVERGÊNCIA QUANTO A EXATA LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL. AUSENTES A VEROSSIMILHANAÇA DAS ALEGAÇÕES E PROBABILIDADE DO DIREITO. DILAÇÃO PROBATÓRIA A FIM DE IDENTIFICAR OS EXATOS CONTORNOS E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL. LIMINAR CASSADA. -O Código de Processo Civil em seu artigo 561 pontua os requisitos para o deferimento de reintegração e manutenção na posse, quais sejam: Art. 561. Incumbe ao autor provar: I - a sua posse; II - a turbação ou o esbulho praticado pelo réu; III - a data da turbação ou do esbulho; IV - a continuação da posse, embora turbada, na ação de manutenção, ou a perda da posse, na ação de reintegração. -No caso, tanto as partes quanto os documentos acostados divergem entre si quanto à exata localização do imóvel objeto do pedido de reintegração, devendo-se resolver tal impasse em sede de dilação probatória, não havendo, por conseguinte, elementos hábeis a convencer o julgador, pela verossimilhança das alegações e probabilidade do direito, para manter decisão que deferiu a reintegração do agravado na posse do imóvel, apontando, para tanto endereço constante na escritura pública do qual o próprio agravado beneficiário apontou endereço divergente. -RECURSO PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 4002150-34.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe dar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 4004806-95.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal

Agravante: Centro de Ensino Superior Nilton Lins Advogado: Gabriela Nogueira Zani Giuzio (OAB: 169024/SP) **Agravado: O Município de Manaus** Procurador: Ivete Ivo de Barros (OAB: 1341/AM) Procurador: David Matalon Neto (OAB: 3934/AM) **Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DESNECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. NULIDADE DA CDA. IMPOSSIBILIDADE. REDUÇÃO DO VALOR DA MULTA POR REPRESENTAR EXCESSO CONFISCATÓRIO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. INTELIGÊNCIA DO ART. 150, IV, DA CF. MULTA PUNITIVA QUE NÃO PODE ULTRAPASSAR O VALOR DO TRIBUTO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.- Em relação à multa no percentual de 200%, logo se vê que o valor executado pelo Agravado é realmente excessivo, denotando uma atitude confiscatória o que é vedado pela Constituição Federal conforme o disposto no art. 150, IV.-Na hipótese específica das multas punitivas, por almejarem sancionar fatos graves, o STF entente que não podem ultrapassar o percentual de 100% (cem por cento) da importância do principal.-RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DESNECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. NULIDADE DA CDA. IMPOSSIBILIDADE. REDUÇÃO DO VALOR DA MULTA POR REPRESENTAR EXCESSO CONFISCATÓRIO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. INTELIGÊNCIA DO ART. 150, IV, DA CF. MULTA PUNITIVA QUE NÃO PODE ULTRAPASSAR O VALOR DO TRIBUTO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. - Em relação à multa no percentual de 200%, logo se vê que o valor executado pelo Agravado é realmente excessivo, denotando uma atitude confiscatória o que é vedado pela Constituição Federal conforme o disposto no art. 150, IV. -Na hipótese específica das multas punitivas, por almejarem sancionar fatos graves, o STF entente que não podem ultrapassar o percentual de 100% (cem por cento) da importância do principal. -RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 4004806-95.2018.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a/o (s) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe dar parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0004520-88.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliarios Ltda Embargante: Capital Rossi Empreendimentos S/A Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) **Embargada: Claudia Maria da Silva Reis** Advogado: Augusto Costa Junior (OAB: 4337/AM) **Relator: Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Des. Airton Luís Corrêa Gentil

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. ERRO MATERIAL ENTRE DISPOSITIVO E FUNDAMENTAÇÃO. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA CORRIGIR ERRO MATERIAL SEM ALTERAR O JULGAMENTO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0004520-88.2018.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em acolher os embargos de declaração sem, todavia, alterar o julgamento.".

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível , em Manaus, 26 de agosto de 2019.

Despachos

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4003970-88.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Iracilda da Silva Soares**, advogado, Dr. Jubsteu Carneiro Maciel de Araújo (7047/AM) e como **Agravados, Edilson Santos Silva, Francisco Silva Filho, Rosely da Silva Campelo, Rosiane da Silva Souza, Rosildes Santos da Silva de Souza, Rosilene Santos da Silva e Rosinéia Santos Queiroz de Souza**, advogados, Drs. Chardson de Souza Moraes (828/RR), Christianne Di Felício F. da Silva (3631/AM) e Jaqueline Montenegro Cruz (7763/AM). **Despacho:** "(...) Acautelo-me quanto à concessão de efeito suspensivo, e, na oportunidade, determino a intimação da parte agravada para apresentar contrarrazões no prazo legal. À secretaria para as providências. Manaus, 22 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 26 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4004050-52.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, União Vascular de Serviços Médicos Limitada - EPP**, advogada, Dra. Priscila Lima Monteiro (5901/AM) e como **Agravado, O Estado do Amazonas**, advogado, Barbara Fernandez de Bastos (14647/AM) e Giordano Bruno Costa da Cruz (761A/AM). **Despacho:** "(...) Acautelo-me quanto à concessão de efeito suspensivo, e, na oportunidade, determino a intimação da parte agravada para apresentar contrarrazões no prazo legal. À secretaria para as providências. Manaus, 23 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 26 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Decisões

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003406-12.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Jonas Ramos de Carvalho**, advogada, Dra. Joycilene Praia Ramos (12587/AM) e como **Agravado, Comando Geral da Polícia Militar do Amazonas e Estado do Amazonas**, advogado, Isabella Peres Russo (3198/AM). **DECISÃO: "(...)** Na forma dos arts. 10 e 933 do CPC, intime-se a parte Recorrente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre eventual não conhecimento do recurso, pois, contra decisões proferidas no âmbito dos Juizados Especiais, não é cabível a interposição de agravo de instrumento. Cumpra-se com as cautelas de praxe. Manaus, 29 de julho de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES- Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 26 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Janilson da Costa Barros (13152/AM) e Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM) - Processo 0005138-96.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Regularidade Formal - Embargante : O Estado do Amazonas - Embargada : Conceição Coelho D'avila - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Paulo Stélio Sabbá Guimarães (146MP/AM) e Walter Siqueira Brito (4186/AM) e Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (7593/AM) e Paulo Stélio Sabbá Guimarães (146MP/AM) - Processo 0218150-74.2011.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Efeitos - Apelante : O Município de Manaus Apelante : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau Remetente : Juizo de Direito da 1 Vara da Fazenda Publica Municipal e de Crimes Contra A Ordem Tributária - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau Apelada : Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Charles Brito Porto (9468/AM), Débora Katarinne de Souza Rodrigues (9840/AM), Débora Katarinne de Souza Rodrigues (9840/AM), Frederico Moraes Bracher (7311/AM), Leyla Viga Yurtsever (3737/AM) e Leyla Viga Yurtsever (3737/AM) e Ariosto Lopes Braga Neto (1448/AM), Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Vitor Kikuda (199259/SP) - Processo 0219742-56.2011.8.04.0001 - Apelação Cível - Liminar - Apelante : Maria Etelvina Belem de Souza Apelante : Walquiria Carvalho dos Reis Apelante : Maria Queiroz Xavier - Apelado : Leandro Rocha de Paula Apelada : Dorotéia do Rosário de Sousa Apelado : Marcelo e Francimara - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Andrey Augusto B. Ramos (7526/AM) e Gustavo da Silva Grillo (7883/AM) e Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM) e Thales Silvestre Júnior (2406/AM) - Processo 0600636-62.2019.8.04.0001 - Apelação Cível - Pagamento Em Consignação - Apelante : Alexandre Ferreira de Castro - Apelado : Banco Bradesco S.a. - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Arthur Marcel Batista Gomes (1335A/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Arthur Marcel Batista Gomes (1335A/AM), Caroline Pereira de Souza (9052/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Processo 0605407-88.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Prestação de Serviços - Apelante : O Estado do Amazonas Apelante : Dilmara da Silva

Pereira - Apelada : Dilmara da Silva Pereira Apelado : O Estado do Amazonas - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Fábio Nogueira Corrêa (5674/AM), Giacomo Dinelly Lima (9753/AM) e Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (5505/AM) e José Arnaldo Janseen Nogueira (1047A/AM), Servio Túlio de Barcelos (44698/MG) e Sérvio Túlio de Barcelos (1048A/AM) - Processo 0619046-42.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Pagamento Em Consignação - Apelante : José Mendes Barretto Neto - Apelado : Banco do Brasil S/A - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Maria Rosa S. de Lima Avila (4086/AM) e Marcos de Rezende Andrade Júnior (188846/SP) - Processo 0624822-91.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : ANDRÉ SEVALHO DA SILVA - Apelado : Liberty Seguros S/A - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Albert Valente Matos (9303/AM), Albert Valente Matos (9303/AM), José Carlos Souza Alves (8719/AM) e José Carlos Souza Alves (8719/AM) e Daniel Coutinho da Silva (9122/AM), Daniella Rodrigues de Araújo (8199/AM), Danielle Amorim Batista dos Santos (7109/AM), Elaine Navegante do Amaral (9092/AM), Fabio Rivelli (297608/SP), Fábio Rivelli (1119A/AM) e Simone de Sá Araújo Jardim (1650/AM) - Processo 0638247-88.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Prestação de Contas - Apelante : Allan Coutinho Pereira Apelante : Jassyara Ribeiro Guedes Coutinho - Apelado : API SPE42 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: José Lídio Alves dos Santos (1163A/AM) e Roberta Beatriz do Nascimento (1164A/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0638577-80.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Banco Bradesco Financiamentos S/A - Apelado : Janaína Bastos Fonseca - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP) e Jorge Secaf Neto (1167/AM) - Processo 4002981-82.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Contratos Bancários - Agravante : Banco do Brasil S/A - Agravado : Hardboard da Amazonia Ltda - Epp - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (5035/AM) e Mendelsson Costa Duarte (8319/AM) e Patricia Gonzalez Baubeta (142076/SP) - Processo 4003030-26.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Liminar - Agravante : N M G Gomes - Me - Agravado : Pello Menos Franchising Ltda. - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Lincoln Martins da Costa Novo (3423/AM) e Danielle Vasconcelos Corrêa Lima Leite (3337/AM), Mônica Bentes Monteiro (6748/AM) e Williams Costa da Silva (11376/AM) - Processo 4003257-16.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Nulidade / Anulação - Agravante : Daniel Pinheiro Barreto - Agravado : Sidney Ricardo de Oliveira Leite - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Marco Antonio Crespo Barbosa (1007/AM) e Darden Klinger Colares Libório (10423/AM) e Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (9261/AM) - Processo 4003320-41.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Alienação Fiduciária - Agravante : Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A - Agravado : Samuel de Oliveira Simoes Neto - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Felipe Andres Acevedo Ibanez (206339/SP) e Ruy Gama e Silva (312A/AM) - Processo 4005352-53.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Contratos Bancários - Agravante : Safra Leasing S/A Arrendamento Mercantil - Agravado : Maria Gorette de Carvalho Freitas - Relator: Aristóteles Lima Thury

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 26 de agosto de 2019.

Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

Embargos de Declaração Cível nº 0001995-02.2019.8.04.0000, de 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Pole Position Tecnologia Ltda., advogado: Antônio Fabio Barros de Mendonça (OAB: 2275/AM). Embargado: Izicontec Ltda ME., advogados: Enny Ludmyla Pereira Duarte (OAB: 8094/AM), Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM) e Michelle Fascini Xavier (OAB: 11413/MT). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Flávio Humberto Pascarelli Lopes.

Apelação Cível nº 0634193-74.2018.8.04.0001, de 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., advogado: Isabelle Benlolo de Azevedo, Pedro Camara Junior (OAB: 2834/AM) e Soc. Advogados: Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB: 613/AM). Apelada: Afonsina Amore Vivian, advogado: Jozelúcia Lima Maciel (OAB: 7160/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões.

Apelação Cível nº 0637704-22.2014.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Louer Locadora Comércio de Veículos Ltda., advogados: Henrique França Ribeiro (OAB: 7080/AM), Afranio Azevedo Pereira (OAB: 4434/AM), Leandro Souza Benevides (OAB: 123979/RJ) e Thais Loureiro Guerreiro (OAB: 12923/AM). Apelado: Victor Simões da Silva, advogada: Priscila Lima Monteiro (OAB: 5901/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Sra. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 26 de agosto de 2019.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0022687-78.2003.8.04.0001 (001.03.022687-3) - Recurso em Sentido Estrito - Manaus - Recorrente: Walterley Lima da Costa - Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Recurso Em Sentido Estrito n.º 0022687-78.2003.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Recorrente Walterley Lima da Costa, Advogado Dr. José Carlos Cavalcanti Júnior OAB/AM n.º 3.607, Recorrido Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Recorrente: Walterley Lima da Costa, na pessoa de seu Advogado Dr. José Carlos Cavalcanti Júnior OAB/AM n.º 3.607, para tomar conhecimento do seguinte DESPACHO: "01.01. Inclua-se o processo em pauta de julgamento. 01.02. Defiro o pedido de sustentação oral requerido às fls. 651. . Processo pautado para a sessão de julgamento do dia 02 de setembro de 2019, às 9h." Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. o Desembargador Sabino da Silva Marques - Relator. Secretaria da colenda 1.ª Câmara Criminal, em Manaus, 26 de agosto de 2019. Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33.901. - Advs: José Carlos Cavalcanti Júnior (OAB: 3607/AM) - Fabricio Santos Almeida - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0237516-89.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Alex Alves da Rocha - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - O Excelentíssimo Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator dos autos de Apelação Criminal n.º 0237516-89.2017.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Alex Alves da Rocha, Advogado Dr Luiz Henrique Cauper Pereira, OAB/SC n.º 43.437 e OAB/AM 12.669 , Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro

Grau, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante Alex Alves da Rocha, na pessoa de seu advogado Dr. Luiz Henrique Cauper Pereira, OAB/SC n.º 43.437 e OAB/AM 12.669, para tomar conhecimento do seguinte DESPACHO: "Defiro o pedido de sustentação oral formulado pelo apelante. Inclua-se estes autos na pauta de julgamento do dia 02 de setembro de 2019, às 9h." Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. O Desembargador João Mauro Bessa - Relator. Secretaria da colenda 1.ª Câmara Criminal, em Manaus, 26 de agosto de 2019. Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Luiz Henrique Cauper Pereira (OAB: 43437/SC) - Francisco Lázaro de M. Campos - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0623296-21.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Renato Luiz de Oliveira Matos - Apelante: Alex Lopes Cerdeira - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - O Excelentíssimo Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0623296-21.2017.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Alex Lopes Cerdeira e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante Alex Lopes, na pessoa de seu Advogado Dr. Adrihan Linkohl Rodrigues Cardoso, (OAB/AM nº 11.043), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Adrihan Linkohl Rodrigues Cardoso (OAB: 11043/AM) - Marcelo Pinto Ribeiro (OAB: 1111A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0645606-21.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Wanderlan Gomes Barbosa - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - INTIME o Apelante Wanderlan Gomes Barbosa na pessoa de seus advogados Drs. Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM) e Tarcisio Neves de Souza (OAB 13946/AM) para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecerem as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. - Advs: Tarcisio Neves de Souza (OAB: 13946/AM) - Andre Alecrim Marinho (OAB: 2870/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0645606-21.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Wanderlan Gomes Barbosa - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - INTIMAÇÃO ao Apelante Wanderlan Gomes Barbosa na pessoa de seus advogados Drs. Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho OAB/AM n° 9.967 e Tarcisio Neves de Souza OAB/AM n° 13.946 para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP, ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de aplicação da multa prevista no artigo 265 do Código de Proceso Penal. - Advs: Tarcisio Neves de Souza (OAB: 13946/AM) - Andre Alecrim Marinho (OAB: 2870/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0645606-21.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Wanderlan Gomes Barbosa - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - O Excelentíssimo Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator dos autos de Apelação Criminal n.º 0645606-21.2017.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Wanderlan Gomes Barbosa, Advogado Dr. Tarcisio Neves de Souza, OAB/AM n.º 13.946, Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante Wanderlan Gomes Barbosa, na pessoa de seu Advogado Dr. Tarcisio Neves de Souza OAB/AM n.º 13.946, para tomar conhecimento do seguinte DESPACHO: "Defiro o pedido de sustentação oral formulado pelo apelante. Incluam-se esses autos na pauta de julgamento do dia 02 de setembro de 2019, às 9h." Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. O Desembargador João Mauro Bessa - Relator. Secretaria da colenda 1.ª Câmara Criminal, em Manaus, 26 de agosto de 2019. Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Tarcisio Neves de Souza (OAB: 13946/AM) - Andre Alecrim Marinho (OAB: 2870/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0647040-11.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Lucas Sena de Oliveira Andrade - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - O Excelentíssimo Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0647040-11.2018.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Lucas Sena de Oliveira Andrade e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante Lucas Sena de Oliveira Andrade, na pessoa de seu Advogado Dr. Renato Lalor do Rego, (OAB/AM nº 5.820), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de aplicação da multa prevista no artigo 265 do Código de Processo Penal". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Renato Lalor do Rego (OAB: 5820/AM) - Edinaldo Aquino Medeiros (OAB: 2898/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4003977-80.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Carlos Eduardo dos Anjos Silva - Paciente: Francisco Hermes Carlos - Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital - O Excelentíssimo Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4003977-80.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. José Joaquim Lima Nogueira OAB 6192/AM, Paciente Francisco Hermes Carlos e Impetrado Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Francisco Hermes Carlos, na pessoa de seu Advogado Dr. José Joaquim Lima Nogueira, (OAB/AM nº 6.192), para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Pelo exposto, sem prejuízo de análise mais aprofundada da questão no julgamento do mérito, indefiro o pedido de liminar. ". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Desdor. João Mauro Bessa, Relator, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: José Joaquim Lima Nogueira (OAB: 6192/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004022-84.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: José Joaquim Lima Nogueira - Paciente: Fabio Dias de Almeida - Paciente: Larissa Moura de Souza - Impetrado: 2 Juízo da Vara Especializada Em Crimes Contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004022-84.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. José Joaquim Lima Nogueira OAB/AM n° 6.192, Pacientes Fabio Dias de Almeida e Larissa Moura de Souza e Impetrado 2 Juízo da Vara Especializada Em Crimes Contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste,

ficam INTIMADOS os Pacientes Fabio Dias de Almeida e Larissa Moura de Souza, na pessoa de seu Advogado Dr. José Joaquim Lima Nogueira OAB/AM n° 6.192, para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Nos termos do art. 61, inc. V, do regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, homologa-se o pedido de desistência formulado.". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis, Relatora, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: José Joaquim Lima Nogueira (OAB: 6192/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004031-46.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: José Joaquim Lima Nogueira - Paciente: Fabio Dias de Almeida - Paciente: Larissa Moura de Souza - Impetrado: 2 Juízo da Vara Especializada Em Crimes Contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004031-46.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. José Joaquim Lima Nogueira OAB/AM n° 6.192, Pacientes Fabio Dias de Almeida e Larissa Moura de Souza e Impetrado 2 Juízo da Vara Especializada Em Crimes Contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, ficam INTIMADOS os Pacientes Fabio Dias de Almeida e Larissa Moura de Souza, na pessoa de seu Advogado Dr. José Joaquim Lima Nogueira OAB/AM n° 6.192, para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Nos termos do art. 61, inc. V, do regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, homologa-se o pedido de desistência formulado.". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis, Relatora, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: José Joaquim Lima Nogueira (OAB: 6192/AM) - - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004075-65.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Iranduba - Paciente: Jakson Pinheiro - Impetrante: Geyzon Oliveira Reis - Impetrado: MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Iranduba - O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004075-65.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Iranduba/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Geyzon Oliveira Reis OAB/AM n° 5.031, Paciente Jakson Pinheiro e Impetrado MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Iranduba, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Jakson Pinheiro, na pessoa de seu Advogado Dr. Geyzon Oliveira Reis OAB/AM n° 5.031, para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Geyzon Reis (OAB: 5031/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004130-16.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Marcos Levi de Oliveira de Lima - Paciente: Márcio César de Almeida - Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Especializada Em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus (1ª Vecute) - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004130-16.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Marcos Levi de Oliveira de Lima OAB 14731/AM, Paciente Mário César de Almeida e Impetrado Juízo de Direito da 1ª Vara Especializada Em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus (1ª Vecute), usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Mário César de Almeida, na pessoa de seu Advogado Dr. Marcos Levi de Oliveira de Lima, (OAB/AM nº 14.731), para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Ao exposto, tendo em vista que a estreita via do habeas corpus não abre espaço para dilação probatória, indefere-se-o, in limine, com fundamento no art. 663, do CPP. ". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exma. Sra. Desdora. Carla Maria Santos dos Reis, Relatora, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Marcos Levi de Oliveira de Lima (OAB: 14731/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Criminal, Exmo(a). Des(a) Sabino da Silva Marques, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Rita Augusta de VAsconcellos Dias e Arthur Sant anna Ferreira Macedo (9054/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Processo 0005487-02.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal - Roubo Majorado - Embargante : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Embargado : Darlison Felicio Maraes - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Glaucio Aguiar Bessa (13105/AM) e Violeta Cristina Muniz Teixeira (8452/AM) e André Alecrim Marinho e André Alecrim Marinho - Processo 0209438-27.2013.8.04.0001 - Apelação Criminal - Quesitos - Apelante : Jose Luiz Almanza Muñoz Apelante : Azemar Costa Ribeiro - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Alan Yuri Gomes Ferreira (10450/AM) e Leonardo Lemos de Assis (6497/AM) e Lilian Maria Pires Stone - Processo 0211153-41.2012.8.04.0001 - Apelação Criminal - Crimes de Trânsito - Apelante : Mario Hyssa Abrahim Neto - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas, Defensoria Pública do Estado do Amazonas, Karleno José Pereira (9059/AM) e Viviane Maran (8609/MS) e Simone Martins Lima (2432/AM) - Processo 0211233-97.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - Apelante : Lidia Bezerra da Silva Apelante : Samuel Batista de Menezes - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Mauro Gilberto Froata Lobato (10848/AM) e Jefferson Neves de Carvalho - Processo 0238707-72.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Estelionato - Apelante : Nelson Figueiredo Lima - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (7593/AM) e Marcelo Pinto Ribeiro (1111A/AM) - Processo 0240846-65.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal - Receptação - Apelante : Wellington Encarnação de Moura - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Sabino da Silva Marques

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Miguel H. Tinoco de Alencar (1409A/AM) e Evandro da Silva Isolino (2264/AM) - Processo 0607153-83.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Furto Qualificado - Apelante : Marconde de Souza Lima - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Sabino da Silva Marques

ADV/REP.: Carlos Hossaine da Silva (9931/AM), Defensoria Pública do Estado do Amazonas, Defensoria Pública do Estado do Amazonas, Viviane Patrícia Maran (8.609/AM) e Viviane Patrícia Maran (8.609/AM) e Hilton Serra Viana - Processo 0609481-54.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - Apelante : Joyce Estefany Sales Puma Apelante : Wesley Flavio Santos da Silva Apelante : Luan Christophe Lopes Reis - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Eguinaldo Gonçalves de Moura (3761/AM) e Lilian Maria Pires Stone - Processo 0615760-22.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Quesitos - Apelante : Elizeu Menezes da Silva - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Adriano Menezes Hermida Maia (8894/AM) e Adriano Menezes Hermida Maia (8894/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0617522-10.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - Apelante : Suzana Oliveira de Souza Apelante : Suzi Oliveira de Souza - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Julie Cintra Levinthal (8180/AM), Julie Cintra Levinthal (8180/AM) e Simone dos Santos Santana (12082/AM) e Evandro da Silva Isolino (2264/AM) - Processo 0636478-40.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Roubo - Apelante : Mário Nazário Acipal Filho - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Sabino da Silva Marques

ADV/REP.: Diego Américo Costa Silva (5819/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4004038-38.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Roubo Majorado - Impetrante : Diego Américo Costa Silva Impetrante : Gabriela de Brito Coimbra Paciente : Mauri de Oliveira - Impetrado : Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca da Capital/am - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

Secretaria do(a) Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 26 de agosto de 2019.

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Conclusão de Acórdãos

JULGAMENTO VIRTUAL da 2CCRIM.

1. Processo: 0001285-79.2019.8.04.0000 - Agravo de Execução Penal, Vara Única de Beruri. Apelante: Erinaldo Santos de Souza. Advogado: Regilson Pinto Gomes (OAB: 10288/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Christiane Dolzany Araújo. Procurador: Francisco Cruz. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL – REGRESSÃO DO REGIME PRISIONAL – VIOLAÇÃO AO ARTIGOS 55, II E 118, I, DA LEP – RECURSO CONHECIDO DE DESPROVIDO. 1.No presente caso, a tese sustentada pelo Agravante cinge-se quanto a imprescindibilidade de sentença condenatória para ensejar a regressão do regime nos termos do artigo 118, I, da LEP. 2.Ocorre que, o referido dispositivo não faz qualquer menção a esse respeito, exigindo-se tão somente a "prática" de fato definido como crime doloso durante o cumprimento da pena. 3.A presente matéria já foi submetida à análise pelo Superior Tribunal de Justiça, o qual, por meio da súmula nº 526, manifestou-se pela prescindibilidade do trânsito me julgado da sentença condenatória.4.Do mesmo modo, o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento sedimentado quanto à desnecessidade de sentença condenatória para justificar a regressão do regime prisional nos termos do artigo 118, I, da LEP.5.Por sua vez, com relação ao suposto atentado sofrido, o Agravante sustenta sua versão unicamente nos documentos emitidos pelo hospital. Ocorre que, ao analisar os referidos documentos, apesar de atestarem as ocorrência de lesões, não atestam as suas causas, dando margem para o que fora noticiado pela autoridade policial no ofício nº 163/2018 – DIP, em que relatou, que segundo informações prestadas pela ex-companheira do Agravante, este teria sofrido um corte na perna em decorrência de um acidente e não crime. 6Importante destacar, ainda que se cogite considerar a veracidade da versão apresentada pelo Agravante, pesa eu seu desfavor o fato de não ter comunicado à autoridade judiciária daquele município sobre sua mudança e permanência para a cidade de Manaus o que por si só, já atribui-lhe a condição de fugitivo, nos termos previstos no artigo 50, II, da LEP.7.Portanto, mostrando-se prescindível a superveniência de sentença condenatória ou de trânsito em julgado, bem como, que a conduta exercida pelo Agravante acarretou-lhe o status de foragido, reputo legítima a decisão a quo que determinou a regressão do regime prisional em razão de violação aos artigos 50, II e 118, I, da LEP. 8.RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL - REGRESSÃO DO REGIME PRISIONAL - VIOLAÇÃO AO ARTIGOS 55, II E 118, I, DA LEP - RECURSO CONHECIDO DE DESPROVIDO. 1.No presente caso, a tese sustentada pelo Agravante cinge-se quanto a imprescindibilidade de sentença condenatória para ensejar a regressão do regime nos termos do artigo 118, I, da LEP. 2.Ocorre que, o referido dispositivo não faz qualquer menção a esse respeito, exigindo-se tão somente a "prática" de fato definido como crime doloso durante o cumprimento da pena. 3.A presente matéria já foi submetida à análise pelo Superior Tribunal de Justiça, o qual, por meio da súmula nº 526, manifestou-se pela prescindibilidade do trânsito me julgado da sentença condenatória. 4.Do mesmo modo, o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento sedimentado quanto à desnecessidade de sentença condenatória para justificar a regressão do regime prisional nos termos do artigo 118, I, da LEP. 5.Por sua vez, com relação ao suposto atentado sofrido, o Agravante sustenta sua versão unicamente nos documentos emitidos pelo hospital. Ocorre que, ao analisar os referidos documentos, apesar de atestarem as ocorrência de lesões, não atestam as suas causas, dando margem para o que fora noticiado pela autoridade policial no ofício nº 163/2018 - DIP, em que relatou, que segundo informações prestadas pela ex-companheira do Agravante, este teria sofrido um corte na perna em decorrência de um acidente e não crime. 6Importante destacar, ainda que se cogite considerar a veracidade da versão apresentada pelo Agravante, pesa eu seu desfavor o fato de não ter comunicado à autoridade judiciária daquele município sobre sua mudança e permanência para a cidade de Manaus o que por si só, já atribui-lhe a condição de fugitivo, nos termos previstos no artigo 50, II, da LEP. 7.Portanto, mostrando-se prescindível a superveniência de sentença condenatória ou de trânsito em julgado, bem como, que a conduta exercida pelo Agravante acarretou-lhe o status de foragido, reputo legítima a decisão a quo que determinou a regressão do regime prisional em razão de violação aos artigos 50, II e 118, I, da LEP. 8.RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância ao parecer do Graduado Órgão Ministerial, em conhecer e negar provimento a este recurso de agravo em execução penal, nos termos do voto que acompanha esta decisão.".

2. Processo: 0002602-15.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal, 1ª V.E.C.U.T.E. Embargante: Paulo Cesar Calderon Luzeiro. Advogado: Janderson Fernandes Ribeiro (OAB: 7750/AM). Advogada: Julie Stephane Lima Bruce (OAB: 8096/AM). Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotor: Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior. Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – PROCESSO PENAL E PENAL - OMISSÃO – INEXISTÊNCIA - REDISCUSSÃO DA MATÉRIA –

REEXAME DA CAUSA - IMPOSSIBILIDADE - CONHECIDOS E REJEITADOS .I - A natureza jurídica dos Embargos de Declaração fundamentado no artigo 619, do Código de Processo Penal, trata-se de analisar qualquer omissão, contradição, obscuridade ou ainda ambiguidade verificados na decisão. II - Insta ressaltar que foram feitos todos os esclarecimentos necessários, e que a defesa visa pré-questionar à matéria com intuito de alterar a decisão já proferida por esta Corte, por meio do acórdão às fls. 2071/2072. III - Percebe-se que o acórdão é auto-explicativo no tocante ao ponto questionado pelo embargante e mais, destaco que o órgão julgador enfrentou com riqueza a matéria questionada, afastando a tese defensiva apresentada e, portanto, inexistindo qualquer vício no aresto combatido. IV - Desta feita, ao contrário do que alega o embargante, a matéria foi devidamente analisada, não podendo ser emitido juízo definitivo, por esta Corte, na via estreita do writ impetrado, sob pena de antecipação do mérito. V – EMBARGOS CONHECIDO E REJEITADOS. . DECISÃO: "EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PROCESSO PENAL E PENAL - OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - REDISCUSSÃO DA MATÉRIA - REEXAME DA CAUSA - IMPOSSIBILIDADE - CONHECIDOS E REJEITADOS . I - A natureza jurídica dos Embargos de Declaração fundamentado no artigo 619, do Código de Processo Penal, trata-se de analisar qualquer omissão, contradição, obscuridade ou ainda ambiguidade verificados na decisão. II - Insta ressaltar que foram feitos todos os esclarecimentos necessários, e que a defesa visa pré-questionar à matéria com intuito de alterar a decisão já proferida por esta Corte, por meio do acórdão às fls. 2071/2072. III - Percebe-se que o acórdão é auto-explicativo no tocante ao ponto questionado pelo embargante e mais, destaco que o órgão julgador enfrentou com riqueza a matéria questionada, afastando a tese defensiva apresentada e, portanto, inexistindo qualquer vício no aresto combatido. IV - Desta feita, ao contrário do que alega o embargante, a matéria foi devidamente analisada, não podendo ser emitido juízo definitivo, por esta Corte, na via estreita do writ impetrado, sob pena de antecipação do mérito. V - EMBARGOS CONHECIDO E REJEITADOS. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e rejeitar a este recurso de Embargos de Declaração, nos termos do voto que acompanha a presente decisão. Sala de sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus.".

3. Processo: 0003013-58.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal, 3ª V.E.C.U.T.E. Embargante: Carlos Eduardo de Araújo Tavares. Advogado: Emerson Siqueira Pereira (OAB: 10338/AM). **Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotora: Tereza Cristina Coelho da Silva. Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: CRIMINAL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO – CONTRADIÇÃO – INOCORRÊNCIA – REDISCUSSÃO DA MATÉRIA – EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.1.Não obstante a discussão doutrinária sobre sua natureza jurídica, a teor do artigo 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração buscam suprir omissão, contradição, obscuridade, ou ainda, ambiguidade verificados na decisão. 2.Da leitura das razões dos embargos, verifico a evidente pretensão do Embargante em rediscutir a matéria já dirimida por esta Corte, por meio do acórdão de fls. 4.246/4.300.3.Inexistindo contradição na decisão unânime desta Câmara Criminal, estando a questão devidamente apreciada, permitindo a nítida compreensão dos fundamentos que levaram à manutenção da decisão recorrida, não é adequada, a estreita via dos embargos, à rediscussão ou modificação da matéria já decidida. 4.Portanto, verificando-se que o acórdão ora recorrido abrangeu toda a matéria trazida para análise nos presentes embargos, afasto a hipótese de contradição do julgado. 5.EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.. DECISÃO: "EMENTA: CRIMINAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO - CONTRADIÇÃO - INOCORRÊNCIA - REDISCUSSÃO DA MATÉRIA - EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. 1.Não obstante a discussão doutrinária sobre sua natureza jurídica, a teor do artigo 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração buscam suprir omissão, contradição, obscuridade, ou ainda, ambiguidade verificados na decisão. 2.Da leitura das razões dos embargos, verifico a evidente pretensão do Embargante em rediscutir a matéria já dirimida por esta Corte, por meio do acórdão de fls. 4.246/4.300. 3.Inexistindo contradição na decisão unânime desta Câmara Criminal, estando a questão devidamente apreciada, permitindo a nítida compreensão dos fundamentos que levaram à manutenção da decisão recorrida, não é adequada, a estreita via dos embargos, à rediscussão ou modificação da matéria já decidida. 4.Portanto, verificando-se que o acórdão ora recorrido abrangeu toda a matéria trazida para análise nos presentes embargos, afasto a hipótese de contradição do julgado. 5.EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presente autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância ao parecer do Graduado Órgão Ministerial, conhecer e rejeitar os presentes embargos de declaração, nos termos do voto que acompanha esta decisão.".

4. Processo: 0042576-90.2000.8.04.0011 - Apelação Criminal, 6ª Vara Criminal. Apelante: Roberto Fraga de Santana. Apelante: Paulo Sergio Santana. Defensor: Eduardo César Rabello Ituassú (OAB: 3320/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Jorge Alberto Gomes Damasceno. Procurador: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. Revisor: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE TORTURA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. RECONHECIMENTO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. RECURSO PROVIDO.Do exame dos autos, extrai-se que a denúncia foi recebida em 26 de setembro de 2006, fl. 74, e a sentença condenatória prolatada em 31 de outubro de 2018, fls. 295/307, tendo sido cada apelante condenado à pena de 02 (dois) anos de reclusão, em regime inicial aberto. Verifica-se a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva no caso em tela, na medida que entre o recebimento da denúncia (26/09/2006) e a sentença prolatada (31/10/2018) houve o transcurso de mais de quatro anos, logo, cabível o reconhecimento da prescrição retroativa.RECURSO PROVIDO.. DECISÃO: "APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE TORTURA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. RECONHECIMENTO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. RECURSO PROVIDO. Do exame dos autos, extrai-se que a denúncia foi recebida em 26 de setembro de 2006, fl. 74, e a sentença condenatória prolatada em 31 de outubro de 2018, fls. 295/307, tendo sido cada apelante condenado à pena de 02 (dois) anos de reclusão, em regime inicial aberto. Verifica-se a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva no caso em tela, na medida que entre o recebimento da denúncia (26/09/2006) e a sentença prolatada (31/10/2018) houve o transcurso de mais de quatro anos, logo, cabível o reconhecimento da prescrição retroativa. RECURSO PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial, em conhecer e dar provimento à apelação criminal, nos termos do voto que acompanha a presente decisão. Sala de sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus.".

5. Processo: 0052081-62.2005.8.04.0001 - Recurso Em Sentido Estrito, 1ª Vara do Tribunal do Júri. Recorrente: Antonio Pereira de Lima. Advogado: Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB: O/AM). Defensor: Larisse Silva Oliveira (OAB: 37385/BA). **Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Igor Starling Peixoto. Procurador: Públio Caio Bessa Cyrino. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA:RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – PENAL E PROCESSO PENAL – PEDIDO DE NULIDADE – IMPOSSIBILIDADE - EXCLUSÃO DA QUALIFICADORA POR MOTIVO TORPE – INVIABILIDADE - DECISÃO MANTIDA – TRIBUNAL DO JÚRI.ACÓRDÃO. DECISÃO: "EMENTA:RECURSO

EM SENTIDO ESTRITO - PENAL E PROCESSO PENAL - PEDIDO DE NULIDADE - IMPOSSIBILIDADE - EXCLUSÃO DA QUALIFICADORA POR MOTIVO TORPE - INVIABILIDADE - DECISÃO MANTIDA - TRIBUNAL DO JÚRI. I - Antônio Pereira de Lima, objetivando a reforma da decisão proferida pelo MM. Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, às fls. 162/165, que o pronunciou nos termos do artigo 121, §2°, inciso I (motivo torpe) e IV (mediante emboscada) do Código Penal. II - A defesa requer que seja declarada a nulidade da sentença de pronúncia, com a remessa dos autos ao MM.Juízo de origem para nova decisão, tendo em vista a ausência de fundamentação, em relação as qualificadoras. III - No entanto, entende-se não carecer de fundamentação a decisão de pronúncia que aponta a materialidade delitiva e indícios de autoria, bem como relata, sem se aprofundar, a existência de qualificadora, com base nas provas dos autos. IV - O magistrado tem que ser minudente ao análise da qualificadora, sob pena de excesso de linguagem e subtração da competência do juiz natural da causa, que é o Conselho de Sentença, não havendo falar em nulidade. V - No presente caso, não restou evidente que o motivo torpe é manifestamente improcedente, merecendo maior dilação probatória. VI - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão.".

6. Processo: 0201811-35.2014.8.04.0001 - Recurso Em Sentido Estrito, 2ª V.E.C.U.T.E. Recorrente: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotor: Mário Ypiranga Monteiro Neto (OAB: 2814/AM). **Recorrido: Paulo Sérgio de Souza Pereira.** Advogada: Shelby Moreira Finicelli (OAB: 5684/AM). Procurador: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – PROCESSO PENAL E PENAL – NÃO RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO - TRÁFICO DE DROGA – ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO – MENOR DE 21 ANOS - REFORMA DA DECISÃO.I - O Ministério Público ofereceu denúncia em face do recorrido Paulo Sérgio de Souza Pereira e Edlane Almeida Castro, ante a prática das condutas descritas no artigo 33, e 35 da Lei nº 11.343/206, e pela conduta descrita no artigo 12, da Lei nº 10.826/203.ACÓRDÃO. DECISÃO: "EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - PROCESSO PENAL E PENAL - NÃO RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO - TRÁFICO DE DROGA - ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - MENOR DE 21 ANOS - REFORMA DA DECISÃO. I - O Ministério Público ofereceu denúncia em face do recorrido Paulo Sérgio de Souza Pereira e Edlane Almeida Castro, ante a prática das condutas descritas no artigo 33, e 35 da Lei nº 11.343/206, e pela conduta descrita no artigo 12, da Lei nº 10.826/203. II - A magistrada de origem recebeu parcialmente a denúncia em desfavor de Edlane Almeida e rejeitou a denúncia oferecida em desfavor de Paulo Sérgio de Souza Pereira, com fulcro no artigo 395, III, do Código de Processo Penal. III - A legislação penal prevê que os prazos prescricionais devem ser calculados pelo máximo da pena in abstrato, antes da decisão condenatória com o trânsito em julgado para a acusação. IV - O recorrido foi denunciado pela suposta prática de tráfico ilícito de entorpecentes e associação para o tráfico, na forma do artigo 33 e 35 da Lei 11.343/2006, cujo os prazos são de 20 (vinte) anos e 16 (dezesseis) anos, nos termos do artigo 109, do Código Penal. V - A pena máxima em abstrato do delito de tráfico de droga é de 20 (vinte) anos, reduzida pela metade, conforme dispositivo do artigo 115, do Código Penal Brasileiro o que restará em 10 (dez) anos, o que por consequência ocorrerá a prescrição em 2024. Logo, diante do equívoco da Magistrada sentenciante, determino a remessa dos autos ao Juizado da Infância e da Juventude para apreciação devida. VI - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão.".

7. Processo: 4001325-90.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 1ª Vara Criminal. Impetrante: Euler Passos de Moura. **Paciente: Wilson dos Santos Marques Filho.** Advogado: Euler Passos de Moura (OAB: 6646/AM). **Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca da Capital/am.** Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coêlho. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: HABEAS CORPUS. RECEPTAÇÃO. CASA DE PROSTITUIÇÃO. PORTE LEGAL DE ARMA DE FOGO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. JUSTA CAUSA. TRANCAMENTO DA AÇÃO. IMPOSSIBILIDADE ORDEM DENEGADA.1. O trancamento de ação penal pela via estreita do habeas corpus, apenas é possível quando absolutamente comprovada a atipicidade da conduta, incidência de causa de extinção da punibilidade ou ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito, o que, no caso em tela, não resta evidenciado de plano.3. Ordem denegada.. DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS. RECEPTAÇÃO. CASA DE PROSTITUIÇÃO. PORTE LEGAL DE ARMA DE FOGO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. JUSTA CAUSA. TRANCAMENTO DA AÇÃO. IMPOSSIBILIDADE ORDEM DENEGADA. 1. O trancamento de ação penal pela via estreita do habeas corpus, apenas é possível quando absolutamente comprovada a atipicidade da conduta, incidência de causa de extinção da punibilidade ou ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito, o que, no caso em tela, não resta evidenciado de plano. 3. Ordem denegada. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial, denegar a presente ordem de habeas corpus nos termos do voto que acompanha a presente decisão.".

8. Processo: 4001814-30.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 7ª Vara Criminal. Impetrante: Augusto Cezar Echenique Ribeiro. **Paciente: Bárbara Roberta Silva Simões Rafael.** Advogado: Augusto Cezar Echenique Ribeiro (OAB: 13720/AM). **Impetrado: Juízo de Direito da 7ª Vara Criminal da Comarca da Capital/am.** Procurador: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: HABEAS CORPUS – REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – IMPOSSIBILIDADE – PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES – ORDEM DENEGADA. 1.Sabe-se que a prisão cautelar, nos termos do artigo 5º, inciso LVII, da Constituição da República, é medida excepcional de privação de liberdade, que somente poderá ser adotada quando os motivos do caso concreto, devidamente fundamentados no artigo 312 do CPP, demonstrarem a sua imprescindibilidade. 2.A teor do dispositivo legal supracitado, a prisão preventiva poderá ser decretada quando presentes o fumus comissi delicti, consubstanciado na prova da materialidade e na existência de indícios de autoria, bem como o periculum libertatis, fundado no risco que o agente, em liberdade, possa criar à ordem pública/econômica, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal, ou ainda, quando pelo descumprimento voluntário das obrigações impostas conforme disposto em seu parágrafo único.3.Portanto, nos termos do artigo 648, do Código de Processo Penal, reputo não estar demonstrado constrangimento ilegal capaz de viabilizar a concessão da ordem.4.ORDEM DENEGADA.. DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS - REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - IMPOSSIBILIDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES - ORDEM DENEGADA. 1.Sabe-se que a prisão cautelar, nos termos do artigo 5º, inciso LVII, da Constituição da República, é medida excepcional de privação de liberdade, que somente poderá ser adotada quando os motivos do caso concreto, devidamente fundamentados no artigo 312 do CPP, demonstrarem a sua imprescindibilidade. 2.A teor do dispositivo legal supracitado, a prisão preventiva poderá ser decretada quando presentes o fumus comissi delicti, consubstanciado na prova da materialidade e na existência de indícios de autoria, bem como o periculum libertatis, fundado no risco que o agente, em liberdade, possa criar à ordem pública/econômica, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal, ou ainda, quando pelo descumprimento voluntário das obrigações impostas conforme disposto em seu

parágrafo único. 3.Portanto, nos termos do artigo 648, do Código de Processo Penal, reputo não estar demonstrado constrangimento ilegal capaz de viabilizar a concessão da ordem. 4.ORDEM DENEGADA. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância ao parecer do Graduado Órgão Ministerial, denegar a ordem de habeas corpus, nos termos do voto que acompanha a presente decisão.".

9. Processo: 4001865-41.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 2ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes. Impetrante: Eduardo de Souza Rodrigues. **Paciente: Messias Teixeira Nery.** Advogado: Eduardo de Souza Rodrigues (OAB: 5559/AM). **Impetrado: Juizo de Direito da 2ª Vara Especializada da Dignidade Sexual de Criança e Adolescente.** Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coêlho. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: HABEAS CORPUS – PENAL E PROCESSO PENAL – ESTUPRO DE VULNERÁVEL – ARTIGO 217-A – EXCESSO DE PRAZO NÃO EVIDENCIADO – ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS - IRRELEVÂNCIA – MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. I - O Impetrante relata que o Paciente encontra-se segregado desde do dia 22/10/2018, por força de prisão em flagrante convertida em prisão preventiva pelo Juízo a quo, ante suposta prática do crime tipificado no artigo 217-A do Código Penal.II - Compulsando a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, verifico que o Juízo a quo apontou, de maneira suficiente e fundamentada, a necessidade da medida extrema para garantida ordem pública, haja vista os indícios de autoria apontados na denúncia e auto de prisão, além da extrema gravidade concreta dos fatos.III - Em consequência da gravidade do crime entelado, se exige maior cautela na colheita das provas, gerando maior demora em sua produção. Além disso, a demora processual para definição da situação jurídica do acusado está dentro do que se espera dos processos judiciais.IV - Assim, conquanto possa estar ultrapassado o lapso temporal estabelecido para a decisão da causa, não se pode reconhecer omissão ou negligência do MM. Juízo a quo quando o processo tem se esforçado ao máximo para que o feito siga seu curso normal. V – ORDEM DENEGADA. . DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS - PENAL E PROCESSO PENAL - ESTUPRO DE VULNERÁVEL - ARTIGO 217-A - EXCESSO DE PRAZO NÃO EVIDENCIADO - ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS - IRRELEVÂNCIA - MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. I - O Impetrante relata que o Paciente encontra-se segregado desde do dia 22/10/2018, por força de prisão em flagrante convertida em prisão preventiva pelo Juízo a quo, ante suposta prática do crime tipificado no artigo 217-A do Código Penal. II - Compulsando a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, verifico que o Juízo a quo apontou, de maneira suficiente e fundamentada, a necessidade da medida extrema para garantida ordem pública, haja vista os indícios de autoria apontados na denúncia e auto de prisão, além da extrema gravidade concreta dos fatos. III - Em consequência da gravidade do crime entelado, se exige maior cautela na colheita das provas, gerando maior demora em sua produção. Além disso, a demora processual para definição da situação jurídica do acusado está dentro do que se espera dos processos judiciais. IV - Assim, conquanto possa estar ultrapassado o lapso temporal estabelecido para a decisão da causa, não se pode reconhecer omissão ou negligência do MM. Juízo a quo quando o processo tem se esforçado ao máximo para que o feito siga seu curso normal. V - ORDEM DENEGADA. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, denegar a presente ordem de Habeas Corpus, nos termos do voto que acompanha a presente decisão.".

10. Processo: 4002371-17.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 1ª Vara de Humaitá. Impetrante: Carlos Evaldo Terrinha A. de Souza. **Paciente: Evaltinho Nascimento da Silva.** Advogado: Carlos Evaldo Terrinha A. de Souza (OAB: 1520/AM). **Impetrado: 1ª Vara da Comarca de Humaitá - Criminal.** Procurador: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. GRAVIDADE DA CONDUTA ILÍCITA. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. RISCO À ORDEM PÚBLICA. PRESENTES OS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. ORDEM DENEGADA.1.Estando presente a necessidade concreta da medida cautelar, com o intuito de resguardar a ordem pública, não há que falar em constrangimento ilegal, mormente diante dos fortes indícios de autoria e materialidade delitiva, nos termos do caso em questão, em que estão preenchidos os requisitos do art. 312 do CPP.2.Impende esclarecer que a prisão preventiva não caracteriza antecipação de pena ou violação ao princípio da presunção de inocência, quando necessária para proteger a ordem pública, assegurar a conveniência da instrução criminal ou aplicação da lei penal, portanto, por possuir natureza cautelar, independe de condenação, exigindo apenas observância aos artigos 312 e 319 do CPP, do que se dispõe no caso dos autos. 3. Ttorna-se inviável a concessão da liberdade provisória, com aplicação de medidas diversas à prisão, posto que as medidas cautelares diversas da prisão estas não se mostram adequadas e suficientes para a efetividade do processo, de maneira a coibir supostas reiterações delitivas por parte do réu3. Ordem denegada.ACÓRDÃO. DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. GRAVIDADE DA CONDUTA ILÍCITA. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. RISCO À ORDEM PÚBLICA. PRESENTES OS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. ORDEM DENEGADA. 1.Estando presente a necessidade concreta da medida cautelar, com o intuito de resguardar a ordem pública, não há que falar em constrangimento ilegal, mormente diante dos fortes indícios de autoria e materialidade delitiva, nos termos do caso em questão, em que estão preenchidos os requisitos do art. 312 do CPP. 2.Impende esclarecer que a prisão preventiva não caracteriza antecipação de pena ou violação ao princípio da presunção de inocência, quando necessária para proteger a ordem pública, assegurar a conveniência da instrução criminal ou aplicação da lei penal, portanto, por possuir natureza cautelar, independe de condenação, exigindo apenas observância aos artigos 312 e 319 do CPP, do que se dispõe no caso dos autos. 3. Ttorna-se inviável a concessão da liberdade provisória, com aplicação de medidas diversas à prisão, posto que as medidas cautelares diversas da prisão estas não se mostram adequadas e suficientes para a efetividade do processo, de maneira a coibir supostas reiterações delitivas por parte do réu 3. Ordem denegada. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial, denegar a presente ordem de habeas corpus nos termos do voto que acompanha a presente decisão.".

11. Processo: 4002385-98.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 4ª V.E.C.U.T.E. Impetrante: Bruno Cortez Canuto. Paciente: Hatchwell Pereira Alencar. Advogado: Bruno Cortez Canuto (OAB: 12230/AM). Impetrado: Juízo de Direito da 4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes de Manaus (4ª VECUTE). Procurador: José Roque Nunes Marques. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: HABEAS CORPUS – PROCESSO PENAL – TRÁFICO DE DROGA - IMPOSSIBILIDADE DA EXTENSÃO DO BENEFÍCIO – MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO – INVIABILIDADE – ORDEM PÚBLICA – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. I - O Paciente foi denunciado pela prática do crime tipificado nos artigos 33 e 35 da Lei n.º 11.343/2006.II - A prisão cautelar, nos termos do artigo 5°, inciso LVII, da Constituição da República, é medida excepcional de privação de liberdade, que somente poderá ser adotada quando os motivos do caso concreto, devidamente fundamentados no artigo 312, do Código de Processo Penal. III - Como se sabe, para a manutenção da medida excepcional da prisão, deve revelar-se no caso concreto uma das quatro finalidades expressas pela Lei: a garantia da ordem pública, da ordem econômica, a conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.IV - Desta forma, importante

registrar que a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas, previstas no artigo 319, do Código de Processo Penal, revela-se inadequada e ineficiente.V - Sendo assim, não resta dúvida que a situação processual entre os pacientes são distintas, de modo que não aplica a regra processual do referido artigo 580, do Código de Processo Penal, uma vez que a decretação ou não da prisão preventiva depende de elementos de caráter subjetivo, que devem ser avaliados individualmente. VI – ORDEM DENEGADA.. DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS - PROCESSO PENAL - TRÁFICO DE DROGA - IMPOSSIBILIDADE DA EXTENSÃO DO BENEFÍCIO - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INVIABILIDADE - ORDEM PÚBLICA - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. I - O Paciente foi denunciado pela prática do crime tipificado nos artigos 33 e 35 da Lei n.º 11.343/2006. II - A prisão cautelar, nos termos do artigo 5°, inciso LVII, da Constituição da República, é medida excepcional de privação de liberdade, que somente poderá ser adotada quando os motivos do caso concreto, devidamente fundamentados no artigo 312, do Código de Processo Penal. III - Como se sabe, para a manutenção da medida excepcional da prisão, deve revelar-se no caso concreto uma das quatro finalidades expressas pela Lei: a garantia da ordem pública, da ordem econômica, a conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal. IV - Desta forma, importante registrar que a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas, previstas no artigo 319, do Código de Processo Penal, revela-se inadequada e ineficiente. V - Sendo assim, não resta dúvida que a situação processual entre os pacientes são distintas, de modo que não aplica a regra processual do referido artigo 580, do Código de Processo Penal, uma vez que a decretação ou não da prisão preventiva depende de elementos de caráter subjetivo, que devem ser avaliados individualmente. VI - ORDEM DENEGADA. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância ao parecer do Graduado Órgão Ministerial, não conhecer o Habeas Corpus, nos termos do voto que acompanha a presente decisão.".

12. Processo: 4002467-32.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 4ª V.E.C.U.T.E. Impetrante: Alex de Souza Cabral. **Paciente: Gabriel Semy Campos Santana.** Advogado: Alex de Souza Cabral (OAB: 12096/AM). **Impetrado: Juízo de Direito da 4ª Vecute da Comarca de Manaus/am.** Procurador: José Roque Nunes Marques. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. GRAVIDADE DA CONDUTA ILÍCITA. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. RISCO À ORDEM PÚBLICA. PRESENTES OS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS. ORDEM DENEGADA.1. Estando presente a necessidade concreta da medida cautelar, com o intuito de resguardar a ordem pública, não há que falar em constrangimento ilegal, mormente diante dos fortes indícios de autoria e materialidade delitiva, nos termos do caso em questão, em que estão preenchidos os requisitos do art. 312 do CPP.2. Impende esclarecer que a prisão preventiva não caracteriza antecipação de pena ou violação ao princípio da presunção de inocência, quando necessária para proteger a ordem pública, assegurar a conveniência da instrução criminal ou aplicação da lei penal. 3. Muito embora existam condições favoráveis ao paciente, estas, por si sós, nada obstam a manutenção da prisão, na medida em que estão presentes os requisitos do art. 312 do CPP.4. Ordem denegada.. DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. GRAVIDADE DA CONDUTA ILÍCITA. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. RISCO À ORDEM PÚBLICA. PRESENTES OS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS. ORDEM DENEGADA. 1. Estando presente a necessidade concreta da medida cautelar, com o intuito de resguardar a ordem pública, não há que falar em constrangimento ilegal, mormente diante dos fortes indícios de autoria e materialidade delitiva, nos termos do caso em questão, em que estão preenchidos os requisitos do art. 312 do CPP. 2. Impende esclarecer que a prisão preventiva não caracteriza antecipação de pena ou violação ao princípio da presunção de inocência, quando necessária para proteger a ordem pública, assegurar a conveniência da instrução criminal ou aplicação da lei penal. 3. Muito embora existam condições favoráveis ao paciente, estas, por si sós, nada obstam a manutenção da prisão, na medida em que estão presentes os requisitos do art. 312 do CPP. 4. Ordem denegada. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial, denegar a presente ordem de habeas corpus nos termos do voto que acompanha a presente decisão.".

13. Processo: 4002543-56.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 3ª V.E.C.U.T.E. Impetrante: Celso Valério França Vieira. **Paciente: Roberto Carlos Curico Olimar.** Advogado: Celso Valério França Vieira (OAB: 3886/AM). **Impetrado: Juízo de Direito da 3ª Vara Especializada Em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus (3ª Vecute).** Procurador: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues.

Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. GRAVIDADE DA CONDUTA ILÍCITA. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. RISCO À ORDEM PÚBLICA. PRESENTES OS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.1. Estando presente a necessidade concreta da medida cautelar, com o intuito de resguardar a ordem pública, não há que falar em constrangimento ilegal, mormente diante dos fortes indícios de autoria e materialidade delitiva, nos termos do caso em questão, em que estão preenchidos os requisitos do art. 312 do CPP.2. Impende esclarecer que a prisão preventiva não caracteriza antecipação de pena ou violação ao princípio da presunção de inocência, quando necessária para proteger a ordem pública, assegurar a conveniência da instrução criminal ou aplicação da lei penal. 3. Muito embora existam condições favoráveis ao paciente, estas, por si sós, nada obstam a manutenção da prisão, na medida em que estão presentes os requisitos do art. 312 do CPP.4. Quanto ao alegado excesso de prazo, este não merece prosperar, posto que o feito tramita em celeridade dentro da razoabilidade esperada, bem como em consonância com o princípio da duração razoável do processo, logo, não há que se falar em desídia na condução da instrução processual.4. Ordem denegada.. DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. GRAVIDADE DA CONDUTA ILÍCITA. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. RISCO À ORDEM PÚBLICA. PRESENTES OS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA. 1. Estando presente a necessidade concreta da medida cautelar, com o intuito de resguardar a ordem pública, não há que falar em constrangimento ilegal, mormente diante dos fortes indícios de autoria e materialidade delitiva, nos termos do caso em questão, em que estão preenchidos os requisitos do art. 312 do CPP. 2. Impende esclarecer que a prisão preventiva não caracteriza antecipação de pena ou violação ao princípio da presunção de inocência, quando necessária para proteger a ordem pública, assegurar a conveniência da instrução criminal ou aplicação da lei penal. 3. Muito embora existam condições favoráveis ao paciente, estas, por si sós, nada obstam a manutenção da prisão, na medida em que estão presentes os requisitos do art. 312 do CPP. 4. Quanto ao alegado excesso de prazo, este não merece prosperar, posto que o feito tramita em celeridade dentro da razoabilidade esperada, bem como em consonância com o princípio da duração razoável do processo, logo, não há que se falar em desídia na condução da instrução processual. 4. Ordem denegada. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial, denegar a presente ordem de habeas corpus nos termos do voto que acompanha a presente decisão. Sala de sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus.".

14. Processo: 4003179-22.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 1ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes. Impetrante: Yuri Evanovick

Leitao Furtado. **Paciente: Misael Lima dos Santos.** Advogado: Yuri Evanovick Leitao Furtado (OAB: 10225/AM). Advogado: Leonardo Marques Torres (OAB: 14579/AM). **Impetrado: Juizo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Manaus Especializada Em Crimes Contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes.** Procurador: José Roque Nunes Marques. Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: HABEAS CORPUS - ESTUPRO DE VULNERÁVEL - ELEMENTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS - POR SI SÓ NÃO AUTORIZADORES DE LIBERDADE - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - QUATRO VÍTIMAS - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL - ORDEM DENEGADA.. DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS - ESTUPRO DE VULNERÁVEL - ELEMENTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS - POR SI SÓ NÃO AUTORIZADORES DE LIBERDADE - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - QUATRO VÍTIMAS - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL - ORDEM DENEGADA. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos e em concordância com o parecer ministerial, em denegar a ordem impetrada.".

15. Processo: 4003249-39.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, Vara Única do Careiro da Varzea. Impetrante: Deywison Lima de Souza. **Paciente: Jerbson Batista da Silva.** Advogado: Deywison Lima de Souza (OAB: 12737/AM). **Impetrado: Juízo de Direito da Comarca de Careiro da Várzea.** Procurador: Francisco Cruz. Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: HABEAS CORPUS - ROUBO MAJORADO - ELEMENTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS - POR SI SÓ NÃO AUTORIZADORES DE LIBERDADE - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INSUFICIENTES - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - RÉU QUE FOI PRESO ENQUANTO ESTAVA EM LIBERDADE PROVISÓRIA POR OUTRO PROCESSO - CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL - ORDEM DENEGADA.. DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS - ROUBO MAJORADO - ELEMENTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS - POR SI SÓ NÃO AUTORIZADORES DE LIBERDADE - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INSUFICIENTES - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - RÉU QUE FOI PRESO ENQUANTO ESTAVA EM LIBERDADE PROVISÓRIA POR OUTRO PROCESSO - CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL - ORDEM DENEGADA. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos e em concordância com o parecer ministerial, em denegar a ordem impetrada.".

16. Processo: 4003285-81.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 7ª Vara Criminal. Paciente: Rosalvo Amorim Barroso. Advogado: Djacy das Neves Benevides Filho (OAB: 11994/AM). Impetrante: Djacy das Neves Benevides Filho. Advogado: Djacy das Neves Benevides Filho (OAB: 11994/AM). **Impetrado: Juízo de Direito da 7ª Vara Criminal da Comarca da Capital/am.** Procurador: Francisco Cruz. Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: HABEAS CORPUS - ROUBO MAJORADO - RECEPTAÇÃO - CORRUPÇÃO DE MENOR - ELEMENTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS - POR SI SÓ NÃO AUTORIZADORES DE LIBERDADE - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INSUFICIENTES - IMPRESCINDIBILIDADE DE CUIDAR DE FILHA MENOR DE 12 ANOS - NÃO DEMONSTRADA - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL - AIJ PAUTADA - ORDEM DENEGADA.. DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS - ROUBO MAJORADO - RECEPTAÇÃO - CORRUPÇÃO DE MENOR - ELEMENTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS - POR SI SÓ NÃO AUTORIZADORES DE LIBERDADE - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INSUFICIENTES - IMPRESCINDIBILIDADE DE CUIDAR DE FILHA MENOR DE 12 ANOS - NÃO DEMONSTRADA - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL - AIJ PAUTADA - ORDEM DENEGADA. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos e em concordância com o parecer ministerial, em denegar a ordem impetrada.".

17. Processo: 4003380-14.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 1ª Vara de Parintins. Impetrante: Sandro dos Santos Silva. **Paciente: Delson Raimundo Leão da Silva.** Advogado: Sandro Santos Silva (OAB: 3550/AM). Advogado: Adilson Martins Fonseca (OAB: 12845/AM). **Impetrado: Juizo de Direito da 1º Vara da Comarca de Parintins.** Procurador: José Roque Nunes Marques. Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: HABEAS CORPUS - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER - LESÃO CORPORAL - DESACATO - DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS - ELEMENTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS - POR SI SÓ NÃO AUTORIZADORES DE LIBERDADE - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INSUFICIENTES - GRAVIDADE DO DELITO - IMPRESCINDIBILIDADE DE CUIDAR DE FILHOS MENORES DE 12 ANOS - NÃO DEMONSTRADA - EXCESSO DE PRAZO - NÃO CONFIGURADO - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - ORDEM DENEGADA.. DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER - LESÃO CORPORAL - DESACATO - DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS - ELEMENTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS - POR SI SÓ NÃO AUTORIZADORES DE LIBERDADE - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INSUFICIENTES - GRAVIDADE DO DELITO - IMPRESCINDIBILIDADE DE CUIDAR DE FILHOS MENORES DE 12 ANOS - NÃO DEMONSTRADA - EXCESSO DE PRAZO - NÃO CONFIGURADO - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - ORDEM DENEGADA. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos e em concordância com o parecer ministerial, em denegar a ordem impetrada.".

18. Processo: 0639098-59.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal, 8ª Vara Criminal. Apelante: Jose Edmilton Duarte dos Santos. Defensor: Nilson Gomes Oliveira Meirelles (OAB: 5872/TO). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: André Lavareda Fonseca. Procurador: José Roque Nunes Marques. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL – ROUBO TENTADO - USO DE SIMULACRO DE ARMA DE FOGO – MATERIALIDADE E AUTORIA - COMPROVADAS – INEXISTÊNCIA DE PROVAS – CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE A CONFIRMAR A CONDENAÇÃO - ABSOLVIÇÃO – INVIABILIDADE – RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO TENTADO - USO DE SIMULACRO DE ARMA DE FOGO - MATERIALIDADE E AUTORIA - COMPROVADAS - INEXISTÊNCIA DE PROVAS - CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE A CONFIRMAR A CONDENAÇÃO - ABSOLVIÇÃO - INVIABILIDADE - RECURSO IMPROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade e em concordância com o parecer ministerial, em negar provimento ao Apelo interposto, mantendo incólume a decisão de primeiro grau.".

Secretaria da Segunda Câmara Criminal , em Manaus, 26 de agosto de 2019.

Despachos

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESPACHO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Djalma Martins da Costa, Relator dos autos de **Apelação Criminal nº 0200186-63.2014.8.04.0001 Manaus/AM**, em que são Apelantes **C. R. F. de L. e R. A. F. de S. ,** Advogados **Alice Monteiro Chixaro (8992/AM), Carla Luz Abreu (7038/AM), Celso Rabelo Costa Filho (7082/AM), Deborah Moreira da Costa (4956/AM), Fábio Brandão Saraiva Júnior (10205/AM), João Bosco Lopes Maia Júnior (8107/AM), Lino José de Souza Chixaro (1567/AM), Lídia Maura Lopes da Costa (6399/AM), Luzilena Gomes Mota (9991/AM), Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (2324/AM), Mariana de Jesus Rodrigues Ramos (9702/AM), Paulo Rogerio Arantes (1509/AM), Rafael Albuquerque Gomes de Oliveira (4831/AM) e Tude Moutinho da Costa (564/AM)** e é Apelado **Ministério Público do Estado do Amazonas,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Fica **INTIMADO o advogado Aguinaldo Pereira Dias (7667/AM),** o qual solicitou a participação de **R.C. da S. S.** na condição de assistente de acusação do Ministério Público do Estado do Amazonas, para tomar conhecimento da seguinte **DESPACHO** da lavra do **Des. Djalma Martins da Costa,** cujo teor final é o seguinte: "*Diante do exposto, indefiro o pedido de habilitação manejado por R C. da S. S. Em consequência, desentranhem-se a petição e a procuração de fls. 1592/1593, a fim de organizar os autos, e, considerando que estão maduros para julgamento, peço nova data. Após a intimação editalícia das partes, certificada no caderno processual, sem necessidade de retorno à relatoria, inclua-se na pauta seguinte para julgamento em sessão presencial*" .

Secretaria da Egrégia 2ª.Câmara Criminal, em Manaus, 26 de agosto de 2019.

Geysa Marjory P. Ramirez
Secretária
M27863

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0217600-35.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: o E. do A. - Apelado: R. B. - INTIME o Apelado R. B. , na pessoa de seu advogado Dr. Rodrigo Ballesteros (12141/AM), para no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as contrarrazões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relator Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. - Advs: Jucelino Araújo Lima (OAB: 8039/AM) - RODRIGO BALLESTEROS (OAB: 12141/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0228015-53.2013.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Apelante: Francisco Arnaldo Duarte Mouta - INTIME o Apelante Francisco Arnaldo Duarte Mouta, nas pessoas de seus advogados Eder Carlos Ribeiro Pires (7901/AM), Klinger da Silva Oliveira (2000/AM) e Rosane Romero Ravazi (711A/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecerem as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relator(a) Des. Jorge Manoel Lopes Lins. - Advs: Rosane Romero Ravazi (OAB: 711A/AM) - Klinger da Silva Oliveira (OAB: 2000/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0232516-79.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Sergio Matos Siqueira - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - INTIME o Apelante Sergio Matos Siqueira, na pessoa de seu advogado Sarah Lima Toledano (10106/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relator Des. Djalma Martins da Costa. - Advs: Sarah Lima Toledano (OAB: 10106/AM) - Hilton Serra Viana - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4001300-77.2019.8.04.0000 - Recurso em Sentido Estrito - Manaus - Recorrente: Matheus Rodrigues Cardoso - Recorrido: Luma Rodrigues Cardoso - Ficam INTIMADAS AS PARTES na pessoa de seus Advogados para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra do Des. Djalma Martins da Costa, cujo teor final é o seguinte: " Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o presente Recurso em Sentido Estrito, com fulcro no art. 659 do CPP c/c o inciso VI do art. 61 do RITJAM. ". - Advs: Monica Prestes Rodrigues (OAB: 7314/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Criminal, Exmo. Des Jomar Ricardo Saunders Fernandes, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

01. Recurso Em Sentido Estrito nº 0203718-90.2011.8.04.0020, de 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha)
Recorrente: J. H. de S. M. Advogado: Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB: 7432/AM)
Advogado: Mauricio Benedito Gomes Bissoli (OAB: 13845/AM) **Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas** Promotor: Davi Santana da Câmara
Procurador: Nicolau Libório dos Santos Filho Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator: Jorge Manoel Lopes Lins**.

02. Apelação Criminal nº 0200186-63.2014.8.04.0001, de 1ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes
Apelante: C. R. F. de L. Advogado: Tude Moutinho da Costa (OAB: 564/AM) Advogado: Deborah Moreira da Costa (OAB: 4956/AM) Advogado: Lídia Maura Lopes da Costa (OAB: 6399/AM) **Apelante: R. A. F. de S.** Advogada: Luzilena Gomes Mota (OAB: 9991/AM) Advogada: Carla Luz Abreu (OAB: 7038/AM) Advogado: Mariana de Jesus Rodrigues Ramos (OAB: 9702/AM) Advogado: Fábio Brandão Saraiva Júnior (OAB: 10205/AM) Advogado: Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (OAB: 2324/AM) Advogado: Paulo Rogerio Arantes (OAB: 1509/AM) Advogado: Rafael Albuquerque Gomes de Oliveira (OAB: 4831/AM) Advogado: João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB: 8107/AM) Advogado: Alice Monteiro Chixaro (OAB: 8992/AM) Advogado: Celso Rabelo Costa Filho (OAB: 7082/AM) Advogado: Lino José de Souza Chixaro (OAB: 1567/AM) **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas** Promotor: Rodrigo Miranda Leão Junior Procurador: Flavio Ferreira Lopes Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator: Djalma Martins da Costa**. Revisor: Jorge Manoel Lopes Lins

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 26 de agosto de 2019.

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Criminal, Exmo. Des Jomar Ricardo Saunders Fernandes, faço público que, após cumpridas as formalidades legais **e prazo para manifestação de cinco (05) dias, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018,** os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

01. ADV/REP.: Jorge André Santiago Neves (873A/AM), Jorge André Santiago Neves (873A/AM) e Rony Moreira Botelho (11240/AM) e Rodrigo Nicoletti - Processo 0000189-52.2018.8.04.4401 - Apelação Criminal - Apelante: Jerdesson Rodrigues Braga - Apelante: Alexandro Kul Lopes - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Djalma Martins da Costa

02. ADV/REP.: Davi Santana da Câmara e Danilo Germano Ribeiro Penha (6077/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Processo 0614420-20.2017.8.04.0020 - Apelação Criminal - Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Apelado: E. B. dos S. - Relator: Djalma Martins da Costa

03. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Suyanne Soares Loiola (9050/AM) e Andre Alecrim Marinho (2870/AM) - Processo 0615002-43.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Anderson Pereira Macambira - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Djalma Martins da Costa

04. ADV/REP.: Fabíola da Silva Guimarães (8422/AM) e Jorge Alberto Gomes Damasceno - Processo 0626518-94.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Rikarison da Costa Antão - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

05. ADV/REP.: Jeronimo Pereira da Silva Neto (9509/AM) e Katia Maria Vasconcelos da Silva Santos (11464/AM) e Edinaldo Aquino Medeiros (2898/AM) - Processo 0643045-87.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Maria Ilza Felipe Vasconcelos - Apelante: Kerolayne Oliveira Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Djalma Martins da Costa

06. ADV/REP.: Gilvan Pereira Dácio (12781/AM) e Rafael Coelho da Silva (7998/AM) e Valber Diniz da Silva (3009/AM) - Processo 0658560-65.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Wellington Costa Rodrigues - Apelante: Gabriel Simeao Soares de Andrade - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

07. ADV/REP.: Glênio Gusmão Veras (10056/AM) - Processo 4002792-07.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Glênio Gusmão Veras - Paciente: Keven Cristian Fonseca Carvalho - Impetrado: Juízo de Direito da 3ª Vara Especializada Em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus (3ª Vecute) - Relator: Jorge Manoel Lopes Lins

08. ADV/REP.: Rodrigo Pollari Castelo Branco (7993/AM) - Processo 4002943-70.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Rodrigo Pollari Castelo Branco - Paciente: Victor Trinidad Chavez - Impetrado: Juízo da Vara Única de São Paulo de Olivença-am - Relator: Jorge Manoel Lopes Lins

09. ADV/REP.: Jorge Henrique Viana de Alencar (10905/AM) - Processo 4002978-30.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Jorge Henrique Viana de Alencar - Paciente: Sergio Augusto Ferreira Braga - Impetrado: José Juliano Silva de Souza - Relator: Jorge Manoel Lopes Lins

10. ADV/REP.: Guilherme Fernandes da Costa (13699/AM) - Processo 4002991-29.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Guilherme Fernandes da Costa - Paciente: Wanderley Soares Vasconcelos - Impetrado: Juiza da 6ª Vara Criminal da Comarca de Manaus - Relator: Jorge Manoel Lopes Lins

11. ADV/REP.: Dayana Ross Vilar dos Santos (12457/AM) e Paula Aline Assunção Cruz (12718/AM) - Processo 4002994-81.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Paula Aline Assunção Cruz - Impetrante: Dayana Ross Vilar dos Santos - Paciente: Erilane Ramos de Oliveira - Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital/am - Relator: Jorge Manoel Lopes Lins

12. ADV/REP.: Thalles da Cunha Ramos (14136/AM) - Processo 4003048-47.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Thalles da Cunha Ramos - Paciente: Bruno Alberto Silva - Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Especializada Em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes de Manaus (2ª Vecute) - Relator: Jorge Manoel Lopes Lins

13. ADV/REP.: Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira (10233/AM) e Dioclemar Santos Nogueira Junior (12013/AM) - Processo 4003180-07.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Dioclemar Santos Nogueira Junior - Impetrante: Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira - Paciente: Paulo Cesar Ferreira da Silva - Impetrado: Juízo da 1ª Vara Especializada em Crimes Contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes da Comarca de Manaus/AM - Relator: Jorge Manoel Lopes Lins

14. ADV/REP.: Francisco Félix Teixeira Filho (2817/AM), Isla Queiroz Monteiro (14000/AM) e Michael Lemes Monteiro (10013/AM) - Processo 4003187-96.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Isla Queiroz Monteiro - Paciente: Agostinho Alves do Vale - Impetrado: Juiza da Comarca de Boca do Acre - Relator: Jorge Manoel Lopes Lins

15. ADV/REP.: Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (8344/AM) - Processo 4003207-87.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque - Paciente: Júnior de Oliveira Martins - Impetrado: Juízo da Vara Única de Benjamin Constant - Relator: Jorge Manoel Lopes Lins

16. ADV/REP.: Alex de Souza Cabral (12096/AM) - Processo 4003397-50.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Alex de Souza Cabral - Paciente: Junior Julio Dias de Melo - Impetrado: 1ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes - Relator: Jorge Manoel Lopes Lins

17. ADV/REP.: Cândido Honório Soares Ferreira Neto (5199/AM) - Processo 4003435-62.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Cândido Honório Soares Ferreira Neto - Paciente: Mateus Nunes dos Santos - Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Especializada Em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus (1ª Vecute) - Relator: Jorge Manoel Lopes Lins

18. ADV/REP.: Rosemeire Simões de Almeida (3558/AM) e Wilson José da Silva Cunha (3479/AM) - Processo 4003445-09.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Rosemeire Simoes de Almeida - Impetrante: Wilson José da Silva Cunha - Paciente: Leonel Ferreira de Almeida Neto - Impetrado: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Tapauá/am - Relator: Jorge Manoel Lopes Lins

19. ADV/REP.: Alacid Coelho Silva (3878/AM) - Processo 4003647-83.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Alacid Coelho Silva - Paciente: Orlando Schiochet - Paciente: Antonio Ferreira Lima - Paciente: Haroldo Silva dos Santos - Paciente: Petervan Prado do Nascimento - Paciente: Osvaldo Rosa da Silva - Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca da Capital/am - Relatora: Onilza Abreu Gerth

20. ADV/REP.: Adriano César Ferreira de Andrade (14315/AM) e Leandro Reis Carrera (14008/AM) - Processo 4003697-12.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Leandro Reis Carrera - Paciente: Rafael Brasilino dos Santos - Impetrado: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Novo Airão – Criminal - Relator: Jorge Manoel Lopes Lins

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 26 de agosto de 2019.

SEÇÃO V

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Pauta de Julgamento Designado

PAUTA DE JULGAMENTO DESIGNADO – PROCESSOS VIRTUAIS: De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Yedo Simões de Oliveira – Presidente do Egrégio Conselho da Magistratura faço público para conhecimento de todos os interessados, que logo após cumpridas as formalidades legais, serão julgados nas sessões seguintes os processos constantes da pauta.

1. 0206131-94.2016.8.04.0022 - Recurso Inominado Cível
Origem: Corregedoria-Geral de Justiça
Recorrente: Mineração Itaetê, Ciro Barbosa de Oliveira
Advogados: Drs. Francisco Ubiratã Santos Moreira (3176/AM), Joenilson dos Santos Rodrigues (3178/AM)
Recorrido: Richard Oliveira de Alencar, 1º Ofício e Cartório do Registro de Imóveis e Protestos, Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Títulos de Manaus/Am
Advogados: Drs. Joenilson dos Santos Rodrigues (3178/AM), Edna Maria Mourão Pereira (2189/AM) e Paula Valério de Oliveira (1024/AM), Affimar Cabo Verde (73974 OAB/RJ e A-229 OAB/AM), Moysés Roberto Gerber Correa (5678/AM)
Interessado: Estado do Amazonas
Procurador: Dr . Daniel Pinheiro Viegas
Interessados: Waldemar Alves da Graça e Rosana Zanardo da Graça
Advogado: Dr. Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Presidente: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira.
Relator: Exmo. Sr. Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior
Membros: Exmos. Srs. Desdores. Wellington José de Araújo, Jomar Ricardo Saunders Fernandes e Joana dos Santos Meirelles.
Procuradora-Geral de Justiça: Exma. Sra. Dra. Leda Mara Nascimento Albuquerque.

2. 0615018-60.2019.8.04.0001 - Apelação Cível
Origem: Juizado da Infância e Juventude - Cível
Apelante: E. do A.
Procuradora: Dra. Debora Bandeira Koenow
Apelado: M. P. do E. do A.
Promotora: Dra. Vânia Maria Marques Marinho Presidente: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira.
Relator: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes
Membros: Exmos. Srs. Desdores. Wellington José de Araújo, Lafayette Carneiro Vieira Júnior e Joana dos Santos Meirelles.
Procuradora-Geral de Justiça: Exma. Sra. Dra. Leda Mara Nascimento Albuquerque.

3. 4005893-86.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento
Origem: Juizado da Infância e Juventude - Cível
Agravante: Estado do Amazonas
Procuradora: Dra. Virgínia Nunes Bessa
Agravada: Laysa Adrielle Santos Cabral
Defensor: Dr. Arlindo Golçalves dos Santos Neto Presidente: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira.
Relator: Exmo. Sr. Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior
Membros: Exmos. Srs. Desdores. Wellington José de Araújo, Jomar Ricardo Saunders Fernandes e Joana dos Santos Meirelles.
Procuradora-Geral de Justiça: Exma. Sra. Dra. Leda Mara Nascimento Albuquerque.

Secretaria do Egrégio Conselho da Magistratura em Manaus, 26 de agosto de 2019.

Juliana Andrade David
Secretária
M58815

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente do Egrégio Conselho da Magistratura, Exmo. Des Yedo Simões de Oliveira, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Alcimar Almeida Sena (2788/AM) e Joel Cuesta Telles (3584/AM) e Karla Fregapani Leite, Márcio Greyk José de Paula Raposo (6312/AM), Wagner Silva de Oliveira (6116/AM), Luan Oliveira da Silva (10910/AM), João Torres de Souza (2575/AM) - Processo 0638612-11.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Intimação - Apelante : Valdemar Torres de Souza Neto - Apelado : Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Títulos de Manaus/AM e Richard André Maia- Relator: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo

ADV/REP.: Ladyane Serafim Pereira (4990/AM) e Claudia Maria Raposo da Camara Coêlho (638816MP) - Processo 0712080-47.2012.8.04.0001 - Apelação Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - Apelante : O Município de Manaus - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Exmo. Sr. Des. Relator: Wellington José de Araújo

Secretaria do Conselho da Magistratura, em Manaus, 26 de agosto de 2019.

SEÇÃO VI

VARAS - COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO SHEILLA JORDANA DE SALES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA FRANCISCA GARCIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0270/2019

ADV: FRANCIEL FRANCO DE SOUZA ALMEIDA (OAB 9301/AM), ADV: ADONAI ROCHA DE OLIVEIRA (OAB 9162/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0011698-76.2004.8.04.0001 (001.04.011698-1) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDA: Améria Silva de Oliveira - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: XXI Desarquivamento de autos do arquivo provisório, mediante petição, ficando a Secretaria autorizada a assim proceder, dando-se vista à parte interessada, pelo prazo legal; Manaus(AM), 23 de agosto de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: LAIS MOTA DE SOUZA COSTA (OAB 8503/AM), ADV: CAROLINE VASCONCELOS DA CUNHA (OAB 6977/AM), ADV: MARIA DO CARMO DO AMARAL LINHARES (OAB 1786/AM), ADV: MARIA LUIZA CASTELO BARROS (OAB 6904/AM), ADV: AUGUSTO COSTA JÚNIOR (OAB 4337/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM) - Processo 0240998-55.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Antônio Edvaldo Cardoso Amaral - REQUERIDO: Jair Santos Souza - Viviane Valéria Xavier de Oliveira - Vistos, etc... Tendo em vista que a parte autora abandonou o processo por mais de trinta (30) dias e, devidamente intimada, não promoveu as diligências necessárias ao seu andamento, julgo extinto o processo por abandono, na forma do art. 485, III, do NCPC. Condeno a parte autora nas custas do processo. Se a parte não for beneficiária da

gratuidade da justiça, intime-se para pagar as custas em quinze (15) dias, sob pena de protesto. Se não ocorrer o pagamento no prazo, providencie a Secretaria o protesto. Transitado em julgado, e depois de cumpridos os procedimentos acima determinados quanto às custas, arquivem-se e dê-se baixa, com as comunicações e anotações necessárias. P. R. I.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0600882-63.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A - REQUERIDO: FILÉ DO PESCADO PEIXARIA LTDA - Estevão Luiz Gusmão - Antonio Souterio de Souza - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB A1087AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0602733-40.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Manoel Nivaldo Pereira de Sousa - REQUERIDO: Visa do Brasil Empreendimentos Ltda (VISA) - Deixo para analisar as questões processuais por ocasião da sentença. Diante da ausência de interesse manifestado pelas partes em produção de provas, impõe-se o julgamento antecipado da lide, à luz do art. 355, I, do C.P.C. Intimem-se e voltem-me os autos conclusos para sentença, respeitando a ordem preferencial de julgamento.

ADV: LINDOMAR FALCÃO DOS SANTOS (OAB 7303/AM), ADV: KARLA LILIANY BEZERRA TAVARES (OAB 7450/AM) - Processo 0602938-35.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0606109-05.2014.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Posse - EMBARGANTE: Mário Gilson Vercosa Paes - EMBARGADO: Daniel Tomiasi - Vistos. Tendo em vista o teor do petitório de fls. 94, passo a decidir. Compulsando os autos, vislumbro que a decisão de fls. 74 determinou a intimação das partes para dizerem as provas que desejavam produzir no prazo de 05 dias, sendo tal decisão publicada em 08/06/2018, conforme certidão de fls. 75. Assim, o prazo para manifestação das partes iniciou-se em 11/06/2018 e terminou em 15/06/2018. Entretanto, o réu protocolou em 06/07/2018 a manifestação de fls. 76/93. Nesses termos, entendo que a referida peça processual é intempestiva, motivo pelo houve preclusão do direito do réu de requerer provas e juntar outros documentos. Nesse sentido, é entendimento deste Tribunal de Justiça, conforme colaciono: 0004701-60.2016.8.04.0000 - Apelação Cível - Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. VERBAS SALARIAIS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO. ÔNUS DA PROVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. REQUERIMENTO INTEMPESTIVO DE PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL. AUSÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. 1. Considerando que o pagamento da remuneração de servidores públicos deve se dar por ato administrativo formal, cabe a esta comprovar o efetivo pagamento, sob pena de presunção de inadimplência. 2. Não há cerceamento de defesa quando, devidamente intimada, a parte apresenta requerimento de oitiva de testemunhas intempestivamente. 3. Recurso conhecido e não provido.(Relator (a): Cezar Luiz Bandiera; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Primeira Câmara Cível; Data do julgamento: 26/11/2018; Data de registro: 03/12/2018) Dessarte, DESCONSIDERO a manifestação de fls. 76/93. No mais, não havendo pedido de provas nos autos dentro do prazo deferido às partes, entendo pelo seu desinteresse em dilação probatória. Decido conhecer diretamente do pedido, na forma do art. 355, I, do NCPC. Int. Publique-se. Após a publicação, movam-se os autos para a fila de sentença

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM), ADV: MARINEY NASCIMENTO SENA (OAB 8634/AM) - Processo 0603336-79.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Lucia Helena de Sena Cruz - Lucelia Socorro Sena da Cruz - Nora Ney Martins Sena - Luiza Elane de Sena Cruz - Luze Hilza Cruz Rodrigues - Jonisson Jorge de Sena Cruz - Josenildo Sena da Cruz - Jose Homero Sena da Cruz - REQUERIDO: Josimar de Sena Cruz - Claudia Chaves Costa da Cruz - Vistos. DEFIRO a oitiva das testemunhas arroladas às fls. 159/162. Determino seja pautada audiência de instrução e julgamento. Por derradeiro, INDEFIRO a intimação seja realizada por este Juízo, como requerido pela parte requerente e pela parte ré, visto que os litigantes não demonstraram a necessidade que o Juízo realizasse tal diligência, conforme determina o art. 455, §4º, II, do NCPC, tampouco se trata das outras hipóteses aludidas no referido parágrafo. Assim, após as partes serem intimadas da data aprazada para audiência de instrução e julgamento, ficam a seu encargo intimar suas testemunhas para comparecerem, consoante art. 455, "caput", do NCPC. Int. À Secretaria para: Publicar esta decisão; Designar audiência de instrução e julgamento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0605772-16.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: GREICE BIANCA DE SOUZA SISNANDO - De ordem, intimo a parte interessada para que efetue o recolhimento das Custas de Diligência do Sr. Oficial de Justiça, necessária para expedição da citação requerida, conforme regulamenta Portaria 116/2017 - PTJ. Prazo:10 (dez) dias.

ADV: JOÃO VÍTOR CASTELLO BRANCO GIRÃO (OAB 9454/AM), ADV: JOÃO VICTOR CASTELLO BRANCO (OAB 9454/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: FERNANDO JOSÉ GARCIA (OAB 134719/SP) - Processo 0609204-38.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Espantalho Pneus Ltda. - REQUERIDO: Ramo Sistemas Digitais Ltda. - Primeiramente, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0609907-03.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Igor Lima Brasil - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as despesas postais (correio/ar), necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 23 de agosto de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0611964-86.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Walcineia Carmo de Aguiar - De ordem, intimo a parte autora para que efetue o recolhimento das custas de diligência do Sr. Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017-PTJ, necessária para expedição da citação requerida. Prazo: 10 (dez) dias.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0612649-64.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - EXECUTADA: Jackeline Viana Campos - Vistos, etc... Tendo em vista que a parte autora abandonou o processo por mais de trinta (30) dias e, devidamente intimada, não promoveu as diligências necessárias ao seu andamento, julgo extinto o processo por abandono, na forma do art. 485, III, do NCPC. Condeno a parte autora nas custas do processo. Se a parte não for beneficiária da gratuidade da justiça, intime-se para pagar as custas em quinze (15) dias, sob pena de protesto. Se não ocorrer o pagamento no prazo, providencie a Secretaria o protesto.

Transitado em julgado, e depois de cumpridos os procedimentos acima determinados quanto às custas, arquivem-se e dê-se baixa, com as comunicações e anotações necessárias. P. R. I.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037/AM), ADV: VANDESSON BARBOSA SANTIAGO (OAB 12217/AM), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM) - Processo 0613460-24.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria de Nazaré Marinho de Siqueira - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do NCPC. Prazo de (15) quinze dias. Manaus, 23 de agosto de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: NAZARENO PEREIRA DE MELO (OAB 5690/AM), ADV: SUELEN DOS SANTOS VIANA (OAB 10074/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: IGOR AURÉLIO SANTOS DE MELO (OAB 9325/AM), ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM) - Processo 0614236-58.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: ARLENE BARROSO MAURICIO - REQUERIDO: J. G. RODRIGUES & CIA LTDA (GARCIA VEÍCULOS LTDA) - Vistos. Primeiramente, no que pertine ao ônus da prova, verifico que a autora é consumidora nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, §2º, do CDC. Vislumbro, ainda, que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor da demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. DEFIRO os pedidos de colheita de depoimento pessoal da autora e de oitiva de testemunhas. Consigno que é dever de cada parte intimar suas testemunhas sobre o dia da audiência, conforme art. 455, “caput”, do NCPC. Dessarte, determino seja pautada audiência de instrução e julgamento. DEFIRO o pedido de prova pericial requerida pela ré. Nomeio como perito a Sr. MARCELO GIRÃO PESSOA, engenheiro, cujo currículo consta do Banco de Peritos disponível no sítio eletrônico deste E. Tribunal, para que pericie o veículo objeto do processo. Determino à Secretaria que intime a referida expert para que, no prazo de 05 dias: i) apresente proposta de honorários; ii) apresente seus contatos profissionais, dentre os quais endereço de e-mail, tudo conforme assim insculpido no art. 465, § 2º, I e III, do CPC. Deixo de determinar que apresente currículo, tendo em vista tal instrumento já constar no site deste E. Tribunal, como acima apontado. Fixo o prazo de 60 dias para apresentação do laudo pericial, a contar da data da vistoria a ser realizada pelo expert. Apresentada a proposta de honorários, intime-se as partes para, querendo, manifestarem-se no prazo de 05 dias, com estribo no art. 465, § 3º, do CPC. Pontuo que caberá à parte requerida pagar os honorários do perito, porque foi quem requereu prova pericial, às fls. 101, vide art. 95, “caput”, do NCPC. Ficam as partes intimadas a apresentar quesitos e indicar assistentes técnicos e, se querendo, arguir impedimento e suspeição do perito, tudo no prazo de 15 dias, a contar da intimação desta decisão.

ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM) - Processo 0615124-90.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aline Ferreira Vasconcelos - REQUERIDO: Hospital São Lucas - Hapvida Assistencia Medica Ltda. - Osvaldo Correia de Oliveira - Primeiramente, no que pertine ao ônus da prova, verifico que a autora é consumidora nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, §2º, do CDC. Vislumbro, ainda, que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor da demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. Noutro giro, vislumbro que o requerido Osvaldo Correia ainda não foi citado, porquanto o AR referente à sua carta de citação (fls. 101) fora assinado por outrem, e, tendo em vista que a citação é ato pessoal, conforme art. 242, “caput”, do NCPC, tal comunicação não pode ser considerada para fins processuais. Assim, determino que seja expedido mandado de citação em nome de Osvaldo Correia de Oliveira no endereço declinado na inicial, para ser cumprido por oficial de justiça, fulcro no art. 249, do NCPC. Em decorrência de tal questão, SUSPENDO a realização de audiência de instrução e julgamento. Intime-se.

ADV: DR. RAFAEL REIS GOMES DA SILVA (OAB 13660/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: SIGRID LIMA ARAÚJO (OAB 4574/AM) - Processo 0615406-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Erenita das Neves Coelho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Manifestem-se às partes acerca da manifestação do Sr. Expert de fls. 188/192, em 05 (cinco) dias.

ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM), ADV: INGRID GODINHO DODÔ (OAB 9425/AM) - Processo 0616044-64.2017.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: André de Vasconcelos Gitirana - REQUERIDO: João da Silva Amaral - Primeiramente, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: LEONARDO BRAZ DE CARVALHO (OAB 76653/MG), ADV: MARIZETE NEVES GOMES (OAB 3038/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0618655-58.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: GIANNETTA ALVES DE CARVALHO - REQUERIDA: Direcional JHSF Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda - JHSF - Manaus Emprendimentos e Incorporações S/A - Vistos, etc... Tornados indisponíveis os ativos financeiros e, intimado o(a) Executado(a), caberá este informar ao Juiz, por petição simples nos autos, no prazo de cinco (05) dias, à alegação de excesso de penhora, impenhorabilidade das quantias tornadas indisponíveis (art. 854, § 3º, I, do NCPC), converto a indisponibilidade em penhora, sem necessidade de lavratura do termo, DETERMINO que a Instituição Financeira depositária, no prazo de 24 horas, transfira o montante indisponível para conta vinculada para este Juízo. (via Bacenjud). Após, havendo requerimento expresso do levantamento dos valores, expeça-se o competente Alvará de Levantamento. Em 10 (dez) dias postule a parte credora o que for de direito, sob pena de arquivamento. Intime-se.

ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM) - Processo 0618797-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Maria de Lurdes Lima da Silva - REQUERIDO: Banco Itaú Consignado S.a - Manifeste-se o Autor sobre à Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 350, do N.C.P.C.

ADV: KAREN ROSENDO DE ALMEIDA LEITE (OAB 8599/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0620011-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Paulo Rogerio Silva do Vale - REQUERIDO: Banco J. Safra S/A - No prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e

julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0620290-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Neli Moreira da Silva - REQUERIDO: Banco Celetem S/A - Manifeste-se o Autor sobre à Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 350, do N.C.P.C.

ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0624127-35.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: J.R.G.S. - REQUERIDO: B. - DISPOSITIVO Do exposto, nos termos do artigo 487, I, do CPC, JULGO, EM PARTE, PROCEDENTE os pedidos para: a) Deferir a tutela, a fim de suspender os descontos mensais em folha de pagamento do contrato às fls. 95/98, no prazo de 10 dias, sob pena de multa diária a ser fixada em sede de execução. b) DECLARAR a modalidade de empréstimo consignado para o contrato firmado entre as partes; c) FIXAR os juros remuneratórios em 2,09% (dois virgula zero nove por cento) ao mês, conforme Tabela do Banco Central e afastar a incidência de capitalização mensal de juros, mantida a anual em 28,16% (vinte e oito virgula dezesseis por cento); d) DETERMINAR o recálculo da dívida, em sede de liquidação de sentença, e caso seja apurado que a parte autora efetuou algum pagamento a maior, CONDENAR o réu à restituição de forma simples, dos valores apurados, com juros de 1% ao mês e correção monetária, ambos a contar da citação; e) CONDENAR o banco requerido ao pagamento do valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) ao autor, a título de indenização moral, com correção monetária e juros de mora a partir do arbitramento. Condeno, ainda, o réu ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 15% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º, do NCPC . Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO (OAB 5675/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: RUY SILVIO LIMA DE MENDONÇA (OAB 867A/AM), ADV: MARIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA MELO (OAB 5385/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM) - Processo 0624320-55.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: RONNIE VON PERES DOS SANTOS - REQUERIDO: FRANCISCO ELDER OLIVEIRA PEIXOTO - Processo nº.:0624320-55.2015.8.04.0001 Requerente:RONNIE VON PERES DOS SANTOS Requerido:FRANCISCO ELDER OLIVEIRA PEIXOTO SENTENÇA Vistos etc.. Trata-se de ação de indenização por perdas e danos c/c reparação civil por danos morais proposta por Ronnie Von Peres dos Santos em face de Francisco Elder Oliveira Peixoto. Compulsando os autos, e em atenção a preliminar suscitada pelo requerido em contestação (fls. 54), verifico que não resta comprovada a legitimidade ativa do Sr. Ronnie Von Peres dos Santos, nos termos dos artigos 17 e 18, do CPC. Isto porque o autor não juntou provas aos autos de que é o legítimo proprietário ou possuidor do imóvel que sofreu o evento danoso narrado na lide, qual seja, imóvel localizado na Avenida dos Guaranás, comunidade vinte e três de setembro, bairro Lagoa Azul, Manaus Am. No mais, verifico que foi concedido prazo ao autor para que se manifestasse sobre os termos da contestação, o que inclui a preliminar de ilegitimidade ativa suscitada, conforme certidão de fls. 66. Assim sendo, constatando a falta de pressuposto processual, qual seja, a legitimidade ativa ad causam, e concedido o prazo processual para manifestação, JULGO EXTINGO o processo sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485, Iv, do CPC. Custas e despesas pela parte autora. Condeno a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios em 10% do valor da causa. Não interposto recurso de apelação, certifique-se do trânsito em julgado e arquivem-se os autos. P.R.I. Manaus, 23 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0631462-42.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Julio Sergio Costa do Nascimento - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as diligências do Sr. Oficial de Justiça necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 23 de agosto de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: MAURÍCIO SANTOS SALIM (OAB 9230/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0632400-08.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: EDEVALDO DA SILVA DE SOUZA - REQUERIDA: Rosangela Lopes Cavalcante - Primeiramente, no que pertine ao ônus da prova, verifico que a relação em tela não é consumerista, visto que as partes não se enquadram nos conceitos estabelecidos nos artigos 2º e 3º do CDC. No mais, quanto à inversão do ônus probatório pelo Código de Processo Civil, entendo que não estão presentes os requisitos do art. 373, §1º do NCPC, isto é, não há impossibilidade ou excessiva dificuldade do autor em cumprir o encargo probatório, tampouco vislumbro maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário pela ré. Isso porque as comprovações das alegações deduzidas nos autos são alcançáveis pela parte requerente, que pode valer-se de todos os meios admitidos em direito para tanto. Dessarte, INDEFIRO a inversão do ônus da prova. INDEFIRO o pedido de designação de audiência de conciliação porque as partes recentemente participaram de audiência dessa espécie sem lograr êxito a tentativa conciliatória. Assim, entendo que referido pedido é meramente protelatório. Caso exista proposta a ser efetuada pelo requerente, pontuo que este pode oferecer por escrito nos autos, de modo que não será obstaculizado o exercício do seu direito de autocomposição. Ademais, no prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 136118A/RJ), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM) - Processo 0632473-14.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: JACQUELINE FIGUEIREDO DE ARAÚJO - REQUERIDO: WG Eletro S/A - (CITY LAR) - DECISÃO Vistos. Primeiramente, consigno que caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, DEFIRO oitiva da testemunha arrolada às fls. 107. Determino, assim, que seja pautada audiência de instrução e julgamento. Na oportunidade, abro o prazo de 05 dias para que as partes juntem rol de testemunhas, acaso queiram produzir referida prova. Consigno que é dever de cada parte intimar suas testemunhas sobre o dia da audiência, conforme art. 455, “caput”, do NCPC. No mesmo prazo de 05 dias, reabro o prazo para que as partes digam se pretendem produzir outras provas, nesse sentido, determino que: I- Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; II- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias.

ADV: DANIEL PEIXOTO MEIRELLES (OAB 11073/AM) - Processo 0634195-44.2018.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rosa Clotilde Neves Ribeiro Souza - Marlucia Viana Mota - José Cavalcante da Silva - REQUERIDA: Maria Raimunda Moraes de Souza - Debora Sousa da Silva - De ordem, intimo a parte autora para que esclareça se o pedido formulado de fls. 55 trata-se de pedido de desistência em relação à Executada Débora Sousa da Silva, em caso negativo, requeira o que de direito. Prazo de 10 dias.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: GABRIELA GOMES SOARES (OAB 12504/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0634313-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Newton Gonçalves de Paula - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do NCPC. Prazo de (15) quinze dias. Manaus, 23 de agosto de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0636913-77.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Raimundo Augusto Carvalho da Silva - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as despesas postais (correio/ar), necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 23 de agosto de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0637342-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Am Pm Comestíveis Ltda - REQUERIDO: Petro Rio Comercio de Derivados de Petroleo e Navegação Ltda Me - Roberto Janceu de Oliveira Ferreira - Simone Vilar Dutra - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 07/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM) - Processo 0637814-16.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Frank Alberto Alves Franco - REQUERIDO: Manoel de Jesus Fernandes de Souza - LITSPASSIV: Gaudencio Rodrigues Ramos - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: IX - Remessa dos autos à Contadoria, quando necessário; Proceder ao cálculo das custas complementares e emissão dos respectivos boletos, considerando o parcelamento das custas em seis vezes, devendo a parte autora efetuar o devido recolhimento, independente de nova intimação.

ADV: ALEX CASTRO DE BRITO (OAB 8003/AM), ADV: RENATO FERREIRA RIBEIRO MATTA (OAB 9235/AM), ADV: FRANCINETE MATOS DE MELO (OAB 4809/AM) - Processo 0638229-04.2014.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Altair Moraes de Brito - REQUERIDO: Denison Barros da Silva - MANUEL CUNHA VIANA - Vistos, etc... Tornados indisponíveis os ativos financeiros e, intimado o(a) Executado(a), caberá este informar ao Juiz, por petição simples nos autos, no prazo de cinco (05) dias, à alegação de excesso de penhora, impenhorabilidade das quantias tornadas indisponíveis (art. 854, § 3º, I, do NCPC), converto a indisponibilidade em penhora, sem necessidade de lavratura do termo, DETERMINO que a Instituição Financeira depositária, no prazo de 24 horas, transfira o montante indisponível para conta vinculada para este Juízo. (via Bacenjud). Após, havendo requerimento expresso do levantamento dos valores, expeça-se o competente Alvará de Levantamento. Em 10 (dez) dias postule a parte credora o que for de direito, sob pena de arquivamento. Intime-se.

ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0638611-89.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Nagib Kasser Dib - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Primeiramente, no que pertine ao ônus da prova, verifico que a autora é consumidora nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, §2º, do CDC. Vislumbro, ainda, que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor da demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. Outrossim, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0638736-86.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - REQUERIDO: Valdeir Barroso dos Santos Junior - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: LUIZ HENRIQUE CHÍXARO AIRES (OAB 13023/AM) - Processo 0638995-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Iin Tecnologias Ltda - REQUERIDO: Edirceu Lima Figueiredo - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 30/09/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: CARLOS VENÍCIOS DE ASSIS SANTANA (OAB 5991/AM), ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM), ADV: MÁRCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA SILVA (OAB 5562/AM) - Processo 0639253-96.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Herkims Sandro de Oliveira Marinho - REQUERIDA: Taynah Cristina R Araujo - No prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0639404-28.2017.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Márcio Gomes de Lima - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Vistos. Primeiramente, no que pertine ao ônus da prova, verifico que a autora é consumidora nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, §2º, do CDC. Vislumbro, ainda, que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor da demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. DEFIRO os pedidos de colheita de depoimento pessoal da autora e de oitiva de testemunhas. Abro o prazo de 05 dias para que as partes juntem rol de testemunhas, acaso queiram produzir referida prova. Consigno que é dever de

cada parte intimar suas testemunhas sobre o dia da audiência, conforme art. 455, "caput", do NCPC. Dessarte, determino seja pautada audiência de instrução e julgamento. No mais, quanto ao pedido de prova pericial, requerido pela ré, determino que essa esclareça a sua finalidade e indique a especialidade do perito, no prazo de 05 dias. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam se pretendem produzir outras provas. Caso seja requerida prova documental, determino desde já vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. É a decisão.

ADV: LEONARDO PLATAIS BRASIL TEIXEIRA (OAB 160435/RJ), ADV: PAULO AFFONSO CIARI DE ALMEIDA FILHO (OAB 130053/SP) - Processo 0639691-59.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: CAEDU COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA - EXECUTADO: RT COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME - Em face de novo requerimento formulado pela parte interessada e da análise dos autos constatar que o endereço fornecido encontra-se localizado em outra comarca, determino expedição de Carta Precatória, mediante recolhimento das custas do ato processual a ser praticado, conforme Portaria 116/2017 - PTJ, Tabela de Atos Processuais. Cumpra-se, observando o autor as diligências a serem praticadas junto ao Juízo Deprecado. Intime-se. Manaus, 23 de agosto de 2019

ADV: EDIMAR RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 13556/AM), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0642674-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Ivone Gama Pereira - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - INTSSADA: Samilla Kelrem Pereira de Oliveira - No que se refere à gratuidade de justiça, DEFIRO parcialmente o pedido, com fulcro no art. 98, § 5º, do CPC, isentando a parte autora apenas das custas judiciais iniciais, de modo a excluir das benesses as despesas postais e demais encargos processuais que se fizerem necessários no decorrer da lide. Outrossim, quanto à incidência das normas consumeristas ao caso em comento, necessário assentar que a relação que envolve a parte autora e a parte ré é submetida ao direito do consumidor, vez que as partes enquadram-se no conceito legal de consumidor e fornecedor, nos termos dos arts. 2.º e 3.º, ambos do CDC. Não obstante, também se aplica ao caso, entre outras, as regras de direito comum, em homenagem ao chamado diálogo das fontes, nos termos do art. 7.º do CDC. No mais, quanto à inversão do ônus da prova, segundo as regras ordinárias de experiência, tem-se que são verossímeis as alegações da parte requerente e essa é hipossuficiente no plano técnico e probatório para comprovar as condições em que se deu o contrato de compra e venda e seu cancelamento, motivos pelos quais DETERMINO que o ônus da prova seja invertido em prol da parte requerente, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC. Em termos de prosseguimento, pautando-me no princípio da celeridade processual e, considerando que a composição poderá ocorrer em qualquer momento durante o processo, mesmo extrajudicialmente, com fulcro no art. 139, II e V, deixo de pautar audiência de conciliação neste momento processual. Assim, cite-se e intime-se a parte ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos moldes do art. 335, III, e 231, III, do CPC, devendo a parte autora proceder ao recolhimento prévio das custas de postagem da carta, por meio de guia emitida pelo site do TJAM, nos termos do Provimento nº 273/2016 - CGJ/AM. Salienta-se que a ausência da contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Decorrido o prazo de contestação, tratando-se de interesse de incapaz, remetam-se os autos ao Ministério Público competente, nos termos do art. 179, do CPC, no prazo de 30 (trinta) dias, para que intervenha, caso constate as hipóteses do art. 178, do CPC. Após, constatando-se interesse na conciliação, determino à Secretaria que remeta os autos ao CEJUSC-Cível, localizado no 3º andar deste Fórum, para que este designe audiência de conciliação ou mediação, nos termos do art. 334, do CPC. Não havendo interesse, decorrido o prazo de vista ao Ministério Público, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I - havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II - havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III - em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). À secretaria para: Alterar o polo ativo de Maria Ivone Gama Pereira para Samilla Kelrem Pereira de Oliveira; Citar e intimar a parte Ré para que apresente contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis; Decorrido o prazo para contestação, vistas ao Ministério Público competente, no prazo de 30 (trinta) dias, para manifestação; Após, havendo interesse da parte ré na conciliação, remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para que este designe audiência de conciliação ou mediação, nos termos do art. 334, do CPC. Em não havendo interesse, decorrido o prazo concedido ao Ministério Público, vistas à parte autora no prazo de 15 (quinze) dias úteis para réplica; Após, retornem os autos conclusos para decisão interlocutória. Int. Manaus, 23 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: MARIA DE JESUS DE SOUZA LIMA (OAB 3076/AM) - Processo 0642693-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ana Claudia Dias Barreto - REQUERIDO: Construtora Capital/ Rosssi- Esepo Empreendimentos Imobiliários Ltda - Capital Rossi Empreendimentos S/A - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem, remetam-se os autos ao CEJUSC-CÍVEL para que seja pautada nova data para realização da Conciliação, observando novo endereço indicado às fls. 89 para citação das requeridas.

ADV: LUCAS OBANDO DE OLIVEIRA (OAB 11198/AM) - Processo 0642856-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: João Bernardo Mourão Milério - Paula Rafaelle Mourão Milério - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer

o parcelamento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 23 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: ANDRÉ LUIZ SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA (OAB 12350/AM) - Processo 0643066-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: J H C Guedes Serviços Comunicação Eirelli - REQUERIDO: Kaele Veiculos Ltda (Kl Rent A Car) - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". O Art. 98, do Código de Processo Civil, por sua vez, estabelece que "A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei." Já o art. 99, § 3º, do mesmo diploma dispõe que "Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural." Ou seja, o pedido de gratuidade relativo a pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, deve, necessariamente vir instruído de comprovação da condição de hipossuficiência. Nesse exato sentido, a posição sumulada pelo Superior Tribunal de Justiça: "Súmula 481/STJ - Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais." No caso em tela, os argumentos aduzidos pela parte autora em fl. 02 não possuem força probante necessária para demonstrar a total ausência de receitas e patrimônio, suficiente para inviabilizar a assunção dos ônus decorrentes desta demanda. É importante observar que a simples presença de dívidas e protestos e até mesmo eventual pedido de recuperação judicial e falência não se revelam suficientes para demonstrar a "impossibilidade" no recolhimento das custas e despesas, já que a empresa pode ter outros bens suficientes para saldá-las. Nessas condições, antes de indeferir o pedido, contudo, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) apresentada à Receita Federal; b) cópia dos balancetes financeiros, dos últimos três meses; Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação, estipuladas em cerca de R$ 2.625,12 (dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais e doze centavos). Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. Int. Manaus, 23 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0643095-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Diego Gustavo Torres da Silva Gurgel - REQUERIDO: Multilaser Industrial Ltda - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 23 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: MATHEUS DE SOUZA DEMASI (OAB 11327/AM), ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM) - Processo 0643139-69.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Samsung Instituto de Desenvolvimento para A Informática da Amazônia - REQUERIDO: Souza Guimarães Irmãos Ltda - Me - Vistos, Encerrada a fase postulatória do feito e sendo improvável a conciliação das partes neste momento processual, passo a sanear o processo na forma do disposto no art. 357 do NCPC. Analisarei as preliminares por ocasião da sentença. Passo a fixar na espécie, os seguintes pontos controvertidos de fato e de direito: se a autora faz jus a restituição dos valor de R$23.539,74 (vinte e três mil, quinhentos e trinta e oito reais e setenta e quatro centavos) por materiais orçados e não utilizados na prestação de serviço contratada. Sobre tais pontos pode recair atividade probatória de todas as formas permitidas no ordenamento jurídico. Isso posto, defiro o prazo de 05 dias para que as partes digam as provas que pretendem produzir. Nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença. Ainda, RECEBO o rol de testemunhas juntadas às fls.

137/138, motivo pelo que desde já designo audiência de instrução e julgamento. Consigno que é dever de cada parte intimar suas testemunhas sobre o dia da audiência, conforme art. 455, "caput", do NCPC. Quanto ao ônus da prova, a parte requerente entende que deve ser invertido em seu favor, ora fundamenta tal pedido no NCPC, ora nas normas consumeristas. Pois bem, primeiramente pontuo que a relação em tela não é consumerista, visto que a Teoria Finalista instituída pelo art. 2º do CDC exige para a configuração da relação de consumo que o destinatário do bem/serviço seja destinatário final fático e econômico. Assim, se as pessoas jurídicas ou naturais utilizam o serviço consumido como insumo de sua atividade profissional, não é destinatária final econômica, não sendo, portanto, consumidora nos moldes do disciplinado pelo CDC. No caso concreto, os serviços fornecidos pela ré são para agregar/fomentar o exercício da atividade empresarial da autora, de modo que esta não é destinatária final econômica de tais serviços. Assim, não se enquadra no conceito de consumidor fixado no CDC. Outrossim, entendo não ser o caso de aplicação teoria Finalista Aprofundada, criada pelo Superior Tribunal de Justiça, em que se relativiza a exigência de destinação final econômica, para exigir tão somente que a parte seja destinatária final fática e seja vulnerável na relação contratual. Isso porque pelo porte e estrutura da autora, entendo que tal vulnerabilidade não se encontra presente na relação contratual entabulada com a ré. Dessarte, não há há relação consumerista entre as partes. No mais, quanto à inversão do ônus da prova com fundamento no NCPC, entendo que há maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário pela ré, isto é, para a demandada é mais fácil demonstrar a aquisição/utilização dos materiais orçados ou justificar, mediante comprovação, a diferença apontada pela ré. Nesse diapasão, DEFIRO inversão do ônus da prova em prol da autora, com fundamento no art. 373, §1º, do NCPC.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0643806-84.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Josimar Martins da Silva - Vistos, Cite(m)-se o(s) Executado(os) para, no prazo de três (03) dias contados da citação, pagar a dívida (NCPC, art. 829, caput). Fixo, de plano, honorários advocatícios de 10% (dez por cento), a serem pagos pelo(s) Executado(s) (NCPC, art. 827, caput), ficando, contudo, reduzidos pela metade, caso, no prazo de três (03) dias, o devedor efetuar o pagamento integral da dívida (§ 1º). Não efetuado o pagamento no prazo legal, deverá se proceder à penhora e avaliação de bens indicados pelo credor, lavrando-se auto, com a intimação pessoal do Executado (NCPC, art. 829, § 1º). Caso sejam indicados bens à penhora pelo(s) Executado(s), antes da lavratura do auto, deverá o credor se manifestar se concorda, lavrando-se a seguir o auto se houver manifestação positiva, senão conclusos para determinar o que for de direito (NCPC, art. 829, § 2º); do contrário, não havendo indicação do credor e/ou ofertado pelo(s) Executado(s), a penhora e avaliação deverá ser formalizada por Oficial de Justiça. Não encontrando bens do(s) Executado(s), o Oficial de Justiça deverá cumprir o art. 830 do NCPC. AUTORIZO, desde já, caso haja requerimento do credor, a EXPEDIÇÃO de certidão de que a execução foi admitida para fins de averbação e anotações (NCPC, arts. 828, c/c 844), devendo o exequente cumprir a obrigação legal do § 1º do art. 828. No mandado deverá, ainda, constar a faculdade de, querendo, o Executado embargar a execução, nos termos do arts. 914 e ss do NCPC. Observe-se ainda o Exequente o que dispõe o Provimento nº 116/2017, onde determina que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ANDRÉ RICARDO DE ARAÚJO SANTIAGO (OAB 11875/AM) - Processo 0643816-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: M.S.L. - REQUERIDO: S.S.A.M.H. - INTSSADA: R.S.L. - No que se refere à gratuidade de justiça, diante do alto valor da causa, DEFIRO parcialmente o pedido, com fulcro no art. 98, § 5º, do CPC, isentando a parte autora apenas das custas judiciais iniciais, de modo a excluir das benesses as despesas postais e demais encargos processuais que se fizerem necessários no decorrer da lide. Outrossim, quanto à incidência das normas consumeristas ao caso em comento, necessário assentar que a relação que envolve a parte autora e a parte ré é submetida ao direito do consumidor, vez que as partes enquadram-se no conceito legal de consumidor e fornecedor, nos termos dos arts. 2º e 3º, ambos do CDC. Não obstante, também se aplica ao caso, entre outras, as regras de direito comum, em homenagem ao chamado diálogo das fontes, nos termos do art. 7º do CDC. No mais, quanto à inversão do ônus da prova, segundo as regras ordinárias de experiência, tem-se que são verossímeis as alegações da parte requerente e essa é hipossuficiente no plano técnico e probatório para comprovar as condições em que se deu o contrato de compra e venda e seu cancelamento, motivos pelos quais DETERMINO que o ônus da prova seja invertido em prol da parte requerente, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC. Em termos de prosseguimento, pautando-me no princípio da celeridade processual e, considerando que a composição poderá ocorrer em qualquer momento durante o processo, mesmo extrajudicialmente, com fulcro no art. 139, II e V, deixo de pautar audiência de conciliação neste momento processual. Assim, cite-se e intime-se a parte ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos moldes do art. 335, III, e 231, III, do CPC, devendo a parte autora proceder ao recolhimento prévio das custas de postagem da carta, por meio de guia emitida pelo site do TJAM, nos termos do Provimento nº 273/2016 - CGJ/AM. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I - havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II - havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III - em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). À secretaria para: Alterar o polo ativo de Márcia dos Santos Lima para Raquel dos Santos Lima; Citar e intimar a parte Ré para que apresente contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis; Decorrido o prazo concedido à parte Ré, vistas à parte autora no mesmo prazo de 15 (quinze) dias úteis; Após, retornem os autos conclusos para decisão interlocutória. Int. Manaus, 23 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0643850-06.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: Marcio Gonçalves da Cunha - Vistos, etc... À luz dos arts. 82 e 290 do CPC/2015, salvo as hipóteses em que a parte está amparada pelos benefícios da justiça gratuita, cumpre a ela antecipar o pagamento das despesas processuais, e o não pagamento das custas no prazo de 15 (QUINZE) dias ensejará no cancelamento da distribuição. No caso destes autos, verifico que a parte promovente não providenciou o recolhimento das custas do processo, razão pela qual determino seja intimado o Autor para, no prazo de 05 (cinco) dias, adotar a providência indicada, sob pena de cancelamento.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0644277-03.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: José Orange da Silva Melo - Vistos, Cite(m)-se o(s) Executado(os) para, no prazo de três (03) dias contados da citação, pagar a dívida (NCPC, art. 829, caput). Fixo, de plano, honorários advocatícios de 10% (dez por cento), a serem pagos pelo(s) Executado(s) (NCPC, art. 827, caput), ficando, contudo, reduzidos pela metade, caso, no prazo de três (03) dias, o devedor efetuar o pagamento integral da dívida (§ 1º). Não efetuado o pagamento no prazo legal, deverá se proceder à penhora e avaliação de bens indicados pelo credor, lavrando-se auto, com a intimação pessoal do Executado (NCPC, art. 829, § 1º). Caso sejam indicados bens à penhora pelo(s) Executado(s), antes da lavratura do auto, deverá o credor se manifestar se concorda, lavrando-se a seguir o auto se houver manifestação positiva, senão conclusos para determinar o que for de direito

(NCPC, art. 829, § 2º); do contrário, não havendo indicação do credor e/ou ofertado pelo(s) Executado(s), a penhora e avaliação deverá ser formalizada por Oficial de Justiça. Não encontrando bens do(s) Executado(s), o Oficial de Justiça deverá cumprir o art. 830 do NCPC. AUTORIZO, desde já, caso haja requerimento do credor, a EXPEDIÇÃO de certidão de que a execução foi admitida para fins de averbação e anotações (NCPC, arts. 828, c/c 844), devendo o exequente cumprir a obrigação legal do § 1º do art. 828. No mandado deverá, ainda, constar a faculdade de, querendo, o Executado embargar a execução, nos termos do arts. 914 e ss do NCPC. Observe-se ainda o Exequente o que dispõe o Provimento nº 116/2017, onde determina que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 4193/AC), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0713296-43.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: ITAPEVA VII FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NÃO-PADRONIZADO - EXECUTADA: Evanete Santos Nobre - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Fica deferido o pedido de dilação pelo prazo requerido, devendo após o transcurso do mesmo, a parte autora dar o devido andamento processual, independente de nova intimação.

Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Adonai Rocha de Oliveira (OAB 9162/AM)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Alex Castro de Brito (OAB 8003/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB 5763/AM)
André Luiz Simonetti Ribeiro de Souza (OAB 12350/AM)
André Ricardo de Araújo Santiago (OAB 11875/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Augusto Costa Júnior (OAB 4337/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Carlos Venícios de Assis Santana (OAB 5991/AM)
Caroline Vasconcelos da Cunha (OAB 6977/AM)
DANIEL PEIXOTO MEIRELLES (OAB 11073/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
DR. RAFAEL REIS GOMES DA SILVA (OAB 13660/AM)
Edgar Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3995/AM)
Edimar Ribeiro de Oliveira (OAB 13556/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fernando José Garcia (OAB 134719/SP)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Franciel Franco de Souza Almeida (OAB 9301/AM)
FRANCINETE MATOS DE MELO (OAB 4809/AM)
Gabriela Gomes Soares (OAB 12504/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 4193/AC)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor Aurélio Santos de Melo (OAB 9325/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Ingrid Godinho Dodô (OAB 9425/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jair Alves Corrêa (OAB 5317/AM)
João Victor Castello Branco (OAB 9454/AM)
João Vítor Castello Branco Girão (OAB 9454/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
Karen Rosendo de Almeida Leite (OAB 8599/AM)
Karla Liliany Bezerra Tavares (OAB 7450/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Lais Mota de Souza Costa (OAB 8503/AM)
Laura Rita Araújo Cardoso (OAB 5675/AM)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Leonardo Braz de Carvalho (OAB 76653/MG)
Leonardo Platais Brasil Teixeira (OAB 160435/RJ)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lindomar Falcão dos Santos (OAB 7303/AM)
Lucas Obando de Oliveira (OAB 11198/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Henrique Chíxaro Aires (OAB 13023/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Márcio André de Oliveira Silva (OAB 5562/AM)
Maria de Jesus de Souza Lima (OAB 3076/AM)
Maria do Carmo do Amaral Linhares (OAB 1786/AM)
Maria do Rosário de Oliveira Melo (OAB 5385/AM)
Maria Luiza Castelo Barros (OAB 6904/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mariney Nascimento Sena (OAB 8634/AM)
Marizete Neves Gomes (OAB 3038/AM)
Matheus de Souza Demasi (OAB 11327/AM)
Maurício Santos Salim (OAB 9230/AM)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Nazareno Pereira de Melo (OAB 5690/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 136118A/RJ)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Affonso Ciari de Almeida Filho (OAB 130053/SP)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Renato Ferreira Ribeiro Matta (OAB 9235/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
RUY SILVIO LIMA DE MENDONÇA (OAB 867A/AM)
Serafim Pereira D'alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sigrid Lima Araújo (OAB 4574/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
SUELEN DOS SANTOS VIANA (OAB 10074/AM)
Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB A1087AM)
Vandesson Barbosa Santiago (OAB 12217/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0271/2019

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM), ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8658/MS), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS) - Processo 0607740-13.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0623057-85.2015.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Raimundo Melo dos Santos

- REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII c/c art. 98, §§ 2º e 3º, ambos, , do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

Alcides Ney José Gomes (OAB 8658/MS)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)

2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0327/2019

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0604516-04.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - EXECUTADO: Augusto Carlos Moraes Pinto e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0607991-26.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Condomínio Residencial Authentic Recife - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS (OAB 8088/AM) - Processo 0607994-54.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Eiude Alencar Oliveira e outro - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0614996-36.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Bancários - REQUERENTE: Welington Pacheco Ramos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ,), intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0615282-14.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0621770-82.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 513, §2º, II, do CPC, intimo a parte exequente para que recolha e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, de custas postais, conforme Provimento nº 273/CGJ, referentes à intimação da parte devedora para cumprimento voluntário da condenação, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s). Cada carta/AR custa R$ 21,50.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0623678-48.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0624159-11.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Restabelecimento - REQUERENTE: Vanderlei Costa de Lima - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/SP), ADV: CLEMILTON LÚCIO BRAÑA (OAB 10906/AM) - Processo 0625287-61.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Edson Vieira Valente - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0625406-22.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0627805-58.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 513, §2º, II, do CPC, intimo a parte exequente para que recolha e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, de custas postais, conforme Provimento nº 273/CGJ, referentes à intimação da parte devedora para cumprimento voluntário da condenação, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s).

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0628000-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Jose Joao de Santana Neto - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o

autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0628027-89.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0631524-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nathan Silva Santos de Almeida - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: DARIO DOS SANTOS MONTEIRO (OAB 10365/AM), ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM) - Processo 0632863-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Ivana Vilela Batista - REQUERIDO: CDL - Centro de Distribuição e Logística Ltda. (Supermercado Atack) - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0633271-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Itaú Seguros de Auto e Residência S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0633943-41.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: ISLEY E SOUZA DE SOUZA (OAB 9703/AM), ADV: PAULA MIRANDA DA CUNHA (OAB 159369/MG) - Processo 0635506-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Hellen Passos Santana - REQUERIDO: Constrói Incorporadora e Loteadora Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0636015-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Jefferson de Souza Machado - REQUERIDO: APEAM (Associação dos Praças do Estado do Amazonas) - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0636294-84.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0640531-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Antônio José de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0641936-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Cristina da Silva Monteiro - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0642021-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Virgília Maria Lima Batista - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: MARIA DO ROSÁRIO NEVES FILARDI (OAB 5504/AM) - Processo 0644768-10.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Flavia Kelen de Andrade Silva - De ordem, intimo a parte autora para que efetue o pagamento das custas inicias e despesas de ingresso (postais/oficial de justiça), no prazo de 15 dias, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme Art. 290 do CPC.

ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0650671-60.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cirene Lima Lopes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do comprovante de pagamento de fls. 186-189, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP) - Processo 0656896-96.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Promessa de Compra e Venda - EXEQUENTE: Rosales

Empreendimento Imobiliário SPE S/A - EXECUTADO: Elenice Martins Reis - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Clemilton Lúcio Braña (OAB 10906/AM)
Dario dos Santos Monteiro (OAB 10365/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isley e Souza de Souza (OAB 9703/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Felipe Procópio de Carvalho (OAB 303905/SP)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria do Rosário Neves Filardi (OAB 5504/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paula Miranda da Cunha (OAB 159369/MG)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Robert Lincoln da Costa Areias (OAB 8088/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0328/2019

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM) - Processo 0641038-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: João Eberson da Silva Flexa - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: EDUIGES SECAFI DA SILVA CAIADO (OAB 11937/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM) - Processo 0641088-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Margarida Serrão Vital - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

Eduiges Secafi da Silva Caiado (OAB 11937/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0329/2019

ADV: THAISA CADAIS SEMEN (OAB 10433/AM), ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM) - Processo 0605400-62.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Luz Marina Batalha Seixas - REQUERIDO: Cielo S/A - Justifique a exequente os cálculos de fls. 82/83, na medida em que os juros estão incidindo a partir de data anterior (2014) ao início da ação de conhecimento (2017). Prazo: 15 (quinze) dias.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0611066-44.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Romuald Euloge Yomkil Seho - REQUERIDA: Pérola Jenna Mota Fonseca - Defiro parcialmente o requerimento de fl. 52, no sentido de que seja procedida à consulta de endereço nos sistemas Bacenjud e Renajud.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0625423-97.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Sidney Farias Fernandes - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0627727-30.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Cleiton Nilton da Silva Porfiro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0633680-72.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Rosquild Azêdo Omena - Roberta Miranda Ferreira Omena - CONSIGNADO: Condomínio River Side - Acato as justificativas expendidas às fls. 41/42, razão pela qual defiro, por ora, a assistência judiciária gratuita em favor do consignante. Defiro o depósito requerido, que deverá ser efetuado pelo autor, no prazo de cinco dias. Efetuado o depósito, cite-se o réu para, querendo, levantá-lo ou apresentar resposta no prazo de quinze dias. Para o caso de levantamento do depósito, deverá ser debitado do montante o percentual de 10% para pagamento dos honorários advocatícios, além da quantia necessária ao ressarcimento das despesas processuais. Intime-

se.

ADV: ADRIANA GOMES DE OLIVEIRA (OAB 12202/AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0634385-70.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Kátia Corrêa Bezerra - Pelo exposto, extingo o processo com resolução do mérito, homologando o pagamento realizado e determinando a restituição do bem a(o) devedor(a), em razão da evidenciada purgação da mora, nos termos do art. 3º, § 2º, do Decreto-lei nº 911/69. Por fim, condeno o(a) Requerido(a) ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM) - Processo 0637622-49.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - REQUERIDO: Willys Monteiro de Oliveira - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSIANE GOMES RIBEIRO (OAB 11854/AM) - Processo 0643363-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosely Marinho Nogueira - Léo Marinho Nogueira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - CITAÇÃO ELETRÔNICA: Pelo presente cito-o(a) para os termos do processo em epigrafe. ADVERTÊNCIAS: O prazo para contestar o feito será de 15 (quinze) dias úteis. Dou ciência à parte requerida que, caso não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial (CPC, art. 344). A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.Jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.)

ADV: JOSÉ MILITÃO RODRIGUES DA SILVA (OAB 12721/AM), ADV: VANESSA NUNES ZOGAHIB (OAB 10021/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0646147-54.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Rita Garlete de Jesus Lima - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Consoante expresso no art. 524, do CPC, o requerimento de cumprimento de sentença deve vir instruído com demonstrativo atualizado do débito, razão pela qual indefiro o pedido retro, oportunizando, todavia, à exequente que peticione novamente, desde que observados os requisitos previstos no mencionado dispositivo.

Adriana Gomes de Oliveira (OAB 12202/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
José Militão Rodrigues da Silva (OAB 12721/AM)
Josiane Gomes Ribeiro (OAB 11854/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Thaisa Cadais Semen (OAB 10433/AM)
Vanessa Nunes Zogahib (OAB 10021/AM)

3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0295/2019

ADV: MOZART LUIS NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 5436/AM) - Processo 0615925-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: José Carlos dos Santos - Vistos etc... O Juízo deferiu a liminar fl.(39), para fins de expedição dos respectivos mandados. Às fls. (40), a requerente foi intimada para recolher as custas de diligência do oficial de justiça, sob as penas da lei, mas quedou-se inerte, consoante certidão de fl. (42), o que demonstra o desinteresse quanto ao prosseguimento desta demanda, inviabilizando, o curso normal do processo. Certidões de publicação e de transcurso do prazo fls. (41/42). É o breve relatório. Decido. A citação e as diligências necessárias para efetivação do ato constituem pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo. Nesse sentido, a ausência deste ato autoriza a extinção do feito, ex vi do art. 485, IV, c/c art. 240 § 2º, ambos do NCPC. Verifico, também, que a presente demanda foi ajuizada em 05/04/2019 e até o momento não foi efetivada a medida liminar, bem como realizada a citação, sendo um dever da parte requerente proceder às diligências cabíveis a fim de viabilizar a triangulação processual. Dito isto, o requerente foi intimado para dar andamento ao feito, porém deixou transcorrer o prazo in albis. Nesse condão, ressalto que incabível é o andamento indefinido de causas da mesma espécie, onde possa gerar acúmulo de processos inúteis no juízo e dificultar o andamento e/ou prosseguimento de outros feitos. Assim, saliento que inexiste necessidade de intimação pessoal para que a parte cumpra a determinação judicial, cabível somente nas hipóteses previstas no art. 485, II e III do CPC. Pois não se trata de mero desinteresse no prosseguimento da demanda, e sim de desídia da mesma parte, porquanto evidente a ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. Nesse sentido, tal entendimento corrobora-se com os julgados abaixo: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DAS CUSTAS DO OFICIAL DE JUSTIÇA. EXTINÇÃO DO FEITO. ART. 485, IV, DO CPC. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA. 1. Quando o autor, devidamente intimado, não promove o recolhimento das custas do oficial de justiça para citação da parte requerida, é acertada a decisão do magistrado em extinguir o feito nos termos do art. 485, IV, do CPC. 2. A intimação pessoal da parte autora, consoante o art. 485, § 1.º, do CPC, só é obrigatória nas hipóteses previstas nos incisos II e III do CPC, sendo, portanto, desnecessário no inciso IV. 3. Apelação conhecida e não provida. (TJ-AM 06355736920178040001 AM 0635573-69.2017.8.04.0001, Relator: Airton Luís Corrêa Gentil, Data de Julgamento: 23/07/2018, Terceira Câmara Cível) (grifo nosso) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ART. 485, IV, CPC. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. RECURSO IMPROVIDO. - A ausência de citação é causa de extinção do processo, sem resolução de mérito, por inexistência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. - É desnecessária a intimação pessoal do autor nos casos de extinção de processo com fundamento no inciso IV, do artigo 485, do CPC. - Recurso conhecido e improvido. (Tribunal de Justiça do Amazonas, 0001565-38.2005.8.04.0001 Apelação / Pagamento, relator Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Primeira Câmara Cível, julgado em 25/07/2016, data de registro 26/07/2016). (grifo nosso) CIVIL. PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AUSÊNCIA DO RECOLHIMENTO DE CUSTAS DE DILIGÊNCIA DE CITAÇÃO AO OFICIAL DE JUSTIÇA. CITAÇÃO DO PATRONO. POSSIBILIDADE. APELAÇÃO CONHECIDA. NÃO PROVIDA. 1. Havendo a determinação do Juiz a quo para recolhimento das custas do Oficial de Justiça para citação da parte requerida e inexistindo qualquer manifestação no prazo estipulado, cabe ao Magistrado julgar o feito sem resolução do mérito, nos termos do

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

art. 485, inciso IV, do NCPC. 2. Apelação conhecida e não provida. (TJ-AM 06024776320178040001 AM 0602477-63.2017.8.04.0001, Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Data de Julgamento: 30/07/2018, Primeira Câmara Cível). (grifei) DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. NÃO PAGAMENTO DAS CUSTAS DO OFICIAL DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO. AGRAVO DESPROVIDO. I - O Código de Processo Civil de 2015 autoriza a extinção do feito quando não presentes os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, onde se encaixa o vício de falta de citação, por não pagamento das custas do oficial de justiça. II - O Código de Processo Civil/2015 apenas exige intimação pessoal da parte para as hipóteses de extinção sem análise de mérito constantes dos incisos II e III de seu art. 485. Além disso, os princípios da economia processual e instrumentalidade das formas não podem ser utilizados como escusa para que parte deixe de promover as diligências essenciais à citação do requerido. III - Agravo interno desprovido. (TJ-AM 00090186720178040000 AM 0009018-67.2017.8.04.0000, Relator: Nélia Caminha Jorge, Data de Julgamento: 25/02/2018, Terceira Câmara Cível). Registre-se, por fim, que a extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento não exige a intimação pessoal, sendo suficiente a realização do ato por publicação no DJE, medida que foi observada no processo em epígrafe. ANTE AO EXPOSTO, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, IV, do CPC, ressalvando à requerente o direito subjetivo processual de renová-lo, caso subsista legítimo interesse para nova proposição. Como corolário desta decisão, revogo a liminar concedida fl. (38/40). Sem condenação em honorários, vez que não satisfeita a condição prevista em lei para esse fim. Custas processuais pelo requerente. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para abaixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas,determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito em seu desfavor, na forma da Portaria nº 3.456/2010 c/c Resolução 57/2008 do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado. P.R.I.C.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: IGOR BERGSON SILVA ALMEIDA (OAB 11407/AM) - Processo 0618080-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nota Fiscal ou Fatura - REQUERENTE: Evaldo P. de Aquino & Cia Ltda - M - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 19/11/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM), ADV: RAYSSA LOPES DA SILVA TAVARES (OAB 13955/AM) - Processo 0625322-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Katia Maria da Silva de Oliveira e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 19/11/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0630217-59.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos etc... O Juízo deferiu a liminar fl.(21/22). Às fls. (21/22), a requerente foi intimada para recolher as custas de diligência do oficial de justiça, sob as penas da lei, mas quedou-se inerte, consoante certificado nos autos fl. (65), o que demonstra o desinteresse quanto ao prosseguimento desta demanda, inviabilizando, o curso normal do processo. Certidões de publicação e de transcurso do prazo fls. (65). É o breve relatório. Decido. A citação e as diligências necessárias para efetivação do ato constituem pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo. Nesse sentido, a ausência deste ato autoriza a extinção do feito, ex vi do art. 485, IV, c/c art. 240 § 2º, ambos do NCPC. Verifico, também, que a presente demanda foi ajuizada em 2018 e até o momento não foi efetivada a medida liminar, bem como realizada a citação, sendo um dever da parte requerente proceder às diligências cabíveis a fim de viabilizar a triangulação processual. Dito isto, o requerente foi intimado para dar andamento ao feito, porém deixou transcorrer o prazo in albis. Nesse condão, ressalto que incabível é o andamento indefinido de causas da mesma espécie, onde possa gerar acúmulo de processos inúteis no juízo e dificultar o andamento e/ou prosseguimento de outros feitos. Assim, saliento que inexiste necessidade de intimação pessoal para que a parte cumpra a determinação judicial, cabível somente nas hipóteses previstas no art. 485, II e III do CPC. Pois não se trata de mero desinteresse no prosseguimento da demanda, e sim de desídia da mesma parte, porquanto evidente a ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. Nesse sentido, tal entendimento corrobora-se com os julgados abaixo: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DAS CUSTAS DO OFICIAL DE JUSTIÇA. EXTINÇÃO DO FEITO. ART. 485, IV, DO CPC. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA. 1. Quando o autor, devidamente intimado, não promove o recolhimento das custas do oficial de justiça para citação da parte requerida, é acertada a decisão do magistrado em extinguir o feito nos termos do art. 485, IV, do CPC. 2. A intimação pessoal da parte autora, consoante o art. 485, § 1.º, do CPC, só é obrigatória nas hipóteses previstas nos incisos II e III do CPC, sendo, portanto, desnecessário no inciso IV. 3. Apelação conhecida e não provida. (TJ-AM 06355736920178040001 AM 0635573-69.2017.8.04.0001, Relator: Airton Luís Corrêa Gentil, Data de Julgamento: 23/07/2018, Terceira Câmara Cível) (grifo nosso) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ART. 485, IV, CPC. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. RECURSO IMPROVIDO. - A ausência de citação é causa de extinção do processo, sem resolução de mérito, por inexistência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. - É desnecessária a intimação pessoal do autor nos casos de extinção de processo com fundamento no inciso IV, do artigo 485, do CPC. - Recurso conhecido e improvido. (Tribunal de Justiça do Amazonas, 0001565-38.2005.8.04.0001 Apelação / Pagamento, relator Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Primeira Câmara Cível, julgado em 25/07/2016, data de registro 26/07/2016). (grifo nosso) CIVIL. PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AUSÊNCIA DO RECOLHIMENTO DE CUSTAS DE DILIGÊNCIA DE CITAÇÃO AO OFICIAL DE JUSTIÇA. CITAÇÃO DO PATRONO. POSSIBILIDADE. APELAÇÃO CONHECIDA. NÃO PROVIDA. 1. Havendo a determinação do Juiz a quo para recolhimento das custas do Oficial de Justiça para citação da parte requerida e inexistindo qualquer manifestação no prazo estipulado, cabe ao Magistrado julgar o feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do NCPC. 2. Apelação conhecida e não provida. (TJ-AM 06024776320178040001 AM 0602477-63.2017.8.04.0001, Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Data de Julgamento: 30/07/2018, Primeira Câmara Cível). (grifei) DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. NÃO PAGAMENTO DAS CUSTAS DO OFICIAL DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO. AGRAVO DESPROVIDO. I - O Código de Processo Civil de 2015 autoriza a extinção do feito quando não presentes os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, onde se encaixa o vício de falta de citação, por não pagamento das custas do oficial de justiça. II - O Código de Processo Civil/2015 apenas exige intimação pessoal da parte para as hipóteses de extinção sem análise de mérito constantes dos incisos II e III de seu art. 485. Além disso, os princípios da economia processual e instrumentalidade das formas não podem ser utilizados como escusa para que parte deixe de promover as diligências essenciais

à citação do requerido. III - Agravo interno desprovido. (TJ-AM 00090186720178040000 AM 0009018-67.2017.8.04.0000, Relator: Nélia Caminha Jorge, Data de Julgamento: 25/02/2018, Terceira Câmara Cível). Registre-se, por fim, que a extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento não exige a intimação pessoal, sendo suficiente a realização do ato por publicação no DJE, medida que foi observada no processo em epígrafe. ANTE AO EXPOSTO, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, IV, do CPC, ressalvando à requerente o direito subjetivo processual de renová-lo, caso subsista legítimo interesse para nova proposição. Como corolário desta decisão, revogo a liminar concedida fl. (21/222). Sem condenação em honorários, vez que não satisfeita a condição prevista em lei para esse fim. Custas processuais pelo requerente. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para abaixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas,determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito em seu desfavor, na forma da Portaria nº 3.456/2010 c/c Resolução 57/2008 do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado. P.R.I.C.

ADV: MARIA FERNANDA PULCHERIO DE MEDEIROS CAMPOS (OAB 30340/DF), ADV: RICARDO DE PAULA RIBEIRO (OAB 15928/DF), ADV: CRISTIANE LARA DE OLIVEIRA (OAB 20324/DF), ADV: GIOVANA TONELLO PEDRO LIMA (OAB 34777/DF) - Processo 0641988-34.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: Mútua de Assistência dos Profissionais do Crea - Caixa de Assistê. - EXECUTADA: Elizomara Pereira do Nascimento - Certifico para os devidos fins que os Embargos de Declaração foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos nas fls. 96/99, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

Cristiane Lara de Oliveira (OAB 20324/DF)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Giovana Tonello Pedro Lima (OAB 34777/DF)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Igor Bergson Silva Almeida (OAB 11407/AM)
Maria Fernanda Pulcherio de Medeiros Campos (OAB 30340/DF)
Mozart Luis Nascimento dos Santos (OAB 5436/AM)
Rayssa Lopes da Silva Tavares (OAB 13955/AM)
Ricardo de Paula Ribeiro (OAB 15928/DF)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MANUEL AMARO DE LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0296/2019

ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM) - Processo 0049834-79.2003.8.04.0001 (001.03.049834-2) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Credrio Soc. de Crédito ao Microempreendedor - REQUERIDO: Paulo Sérgio Trindade de Moraes - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0051856-47.2002.8.04.0001 (001.02.051856-1) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDO: Maneciel Almeida Romaina - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas realizadas via sistemas RENAJUD, INFOJUD e ERIDFT, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 79757/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOANA DARC DOS SANTOS CORDEIRO (OAB 8645/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0064545-89.2003.8.04.0001 (001.03.064545-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDA: Evaldo Cosmo dos Anjos - Certifico para os devidos fins que os Embargos de Declaração foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos nas fls. 224/225, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: CELSO RICARDO PEREIRA DOS SANTOS (OAB 425A/AM), ADV: RENATA SANTOS BARROSO (OAB 6663/AM), ADV: NILDO NOGUEIRA NUNES (OAB 2698/AM), ADV: MICHAEL TORRES DO NASCIMENTO (OAB 6637/AM), ADV: LUCIANO PINTOS D'ÁVILA (OAB 3166/AM), ADV: MARCO TÚLIO ZAGHI PACHECO (OAB 8161/AM) - Processo 0236042-64.2009.8.04.0001 (001.09.236042-5) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: José Augusto de Souza - REQUERIDO: Joaquim Roque de Oliveira - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Compulsando os autos verifica-se ter decorrido lapso temporal considerável da última atualização de valores, desta forma, INTIME-SE a parte requerente para apresentar a planilha atualizada de débito do processo em epígrafe, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça , devidamente ATUALIZADO, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM) - Processo 0245397-98.2009.8.04.0001 (001.09.245397-0) - Monitória - REQUERENTE: Itaiguara Transportes Ltda - REQUERIDA: E.da Silva de Abreu - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: LUIZ AUGUSTO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 7982/AM) - Processo 0245857-70.2018.8.04.0001 (processo principal 0627006-20.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Tatiana de Borborema Correia - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - Intime-se o executado na forma do artigo 854, §3º, do CPC, para oferecer defesa, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias. Em paralelo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o bloqueio parcial realizado via sistema Bacenjud, bem como para que junte as devidas custas eletrônicas visando que sejam efetuadas as pesquisas via sistemas RENAJUD, INFOJUD e ERIDFT, conforme Decisão Interlocutória em fls. 7/8, no mesmo prazo supracitado. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0258958-58.2010.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Shopping do Constutor Ltda - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Compulsando os autos verifica-se ter decorrido lapso temporal considerável da última atualização de valores, desta forma, INTIME-SE a parte requerente para apresentar a planilha atualizada de débito do processo em epígrafe, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça , devidamente ATUALIZADO, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0602382-62.2019.8.04.0001 - Execução de Título

Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condomínio The Place Business Center - EXECUTADO: Cdc Empreendimentos Ltda - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o complemento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ, haja vista o Mandado de Citação, Penhora e Avaliação ser cobrado no valor de R$ 416,50 (quatrocentos e dezesseis reais e cinquenta centavos). Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR), ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 986A/AM) - Processo 0602410-06.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO ITAUCARD - REQUERIDO: DAILSON DE SOUZA BATALHA - INTSSADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0602446-14.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Clenilson Sudário de Souza - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Certifico para os devidos fins que os Embargos de Declaração foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos nas fls. 168/170, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: RODOLFO BARBOSA DA COSTA (OAB 244022/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: BRUNO DE OLIVEIRA POLONI (OAB 351064/SP) - Processo 0602491-52.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omini S/A, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: IGSON DE FARIAS PINTO - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Intime-se o Requerente para manifestar-se acerca do bloqueio NEGATIVO via sistema BACENJUD às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ANA PAULA DA SILVA BEZERRA (OAB 5797/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM) - Processo 0604210-98.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Narciso Rodrigues da Silva - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - PERITO: Instituto de Perícias da Amazônia- IPEAM - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0604443-66.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: ALILSON JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA - ME (PRO-MOTOS) - ALILSON JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA - TERCEIRA: Setor de Cartas Precatórias do Fórum da Comarca de Santarém/PA - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Exequente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca da pesquisa de endereço através do sistema RENAJUD e BACENJUD, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM) - Processo 0606640-86.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Maria Doroteia Tourinho de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0607469-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Angela Maria Monteiro Vieira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - TERCEIRO I: Serasa Experian - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: FRANCISCO RICARTE DE SOUSA (OAB 7287/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: FABIAN ASSIS BENOLIEL DA SILVA (OAB 7284/AM), ADV: PATRICIA JORGE DA CUNHA VIANA DANTAS (OAB 8014/MT) - Processo 0609827-73.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: WASHIGTON FERNANDES DOS SANTOS - ANTONIO MARCOS PEREIRA DA SILVA - REQUERIDO: COMETA MANAUS COMÉRCIO DE MOTOS LTDA - Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - I Vista aos apelados para responderem aos respectivos recursos no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0611541-68.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: LUIZ ASTESIO MELO MONTENEGRO - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0614980-19.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: S L dos R Moraes - ME - Salomão dos Reis Moraes - Sara Larissia dos Reis Moraes - De ordem, defiro parcialmente o pedido de fls. 241/242 dos. Intime-se a parte Requerente para efetuar o pagamento da despesa de consulta eletrônica, esta cobrada POR CADA ATO (R$ 14,98 - valor da consulta e mais R$ 1,50 pela emissão do boleto, totalizando R$ 16,48), no prazo de 5 (cinco) dias, conforme Portaria 116/2017 - PTJ, tabela III, item 9. Após, proceda-se a consulta via sistemas BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIEL, para localizar o endereço da parte requerida. Ademais, informamos que a consulta via SIEL somente é realizada para pessoa física, e que o requerente deverá informar nos autos a data de nascimento e o nome da genitora do requerido para efetivação da pesquisa eletrônica via sistema SIEL, no mesmo prazo supracitado.

ADV: DANIEL MARINHO PEREIRA (OAB 5157/AM), ADV: SULAMITA BRANDÃO DA ROCHA (OAB 4782/AM) - Processo 0618019-53.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Imz Comércio e Representação de Móveis Ltda - REQUERIDA: Zildeneia Menezes Matos - F T Consultoria Empresarial Ltda - Certifico para os devidos fins que os Embargos à Monitória foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intimo o Embargado para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre os embargos à monitória opostos nas fls. 49/62, nos termos do art. 702 §5º do CPC.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX(OAB1011/AM)-Processo0618875-90.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Adilon Candido da Silva - INTSSADO: Claro S/A - Telemar Norte Leste S/A - Oi - Vivo S/A - TIM - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art.

1º, item I, intime-se a parte requerente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0620397-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Nailde Sarmento Alves Pereira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Certifico para os devidos fins que os Embargos de Declaração foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos nas fls. 174/177, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0622905-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Francisco Ernaldo de Castro Melo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: BRENDA KAREN NUNES PASSOS LIMA (OAB 13270/AM) - Processo 0629925-40.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Maria Antonia dos Santos - Certifico para os devidos fins que os Embargos à Monitória foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intimo o Embargado para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre os embargos à monitória opostos nas fls. 58/64, nos termos do art. 702 §5º do CPC.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 1175A/AM), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0631082-53.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: MARCO ANTONIO GUIMARÃES BENTES - ATO ORDINATÓRIO De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I- Intime-se o Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para especificar seu pedido, no prazo legal de 10 (dez) dias, haja vista a conversão da ação e ausência de citação do Requerido. Vale-se ressaltar que as custas para expedição de carta de citação está no valor de R$ 21,50 e o mandado de citação no valor de R$ 66,50.

ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 1079A/SE), ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0631602-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Emilia da Silva Pinto - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - MASTERCARD BRASIL SOLUÇÕES DE PAGAMENTO LTDA - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0634232-42.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Braga e Gomes Comércio de Plásticos Ltda - JJ Importação - Oreni Campêlo Braga da Silva - Jullyano Braga da Silva - DEFIRO na íntegra o petitório de f. 270. À Escrivania para que cumpra com imediatidade, expedindo-se ofício e Alvará de levantamento do valor bloqueado às f. 223/230.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM) - Processo 0634232-42.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Braga e Gomes Comércio de Plásticos Ltda - JJ Importação - Oreni Campêlo Braga da Silva - Jullyano Braga da Silva - ATO ORDINATÓRIO De ordem, intime-se o Executado para que, no prazo de 05 (cinco) dias, forneça os dados da conta bancária bloqueada às fls. 227/230 a fim de que esta secretaria cumpra o Despacho de fl. 271 e expeça o ofício de desbloqueio da referida.

ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM), ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM), ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM) - Processo 0634707-90.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Rc Recebíveis Ltda - REQUERIDO: Águas Claras Serviços e Transportes Marítimos Ltda-me - Rosilene Silva de Lima - Enoch da Silva Simplício - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte requerente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o complemento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ, haja vista a cobrança ser por cada diligência a ser cumprida. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR), ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 862A/AM), ADV: IONEIA ILDA VERONEZE (OAB 26856/PR), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: CRYSTIANE LINHARES (OAB 21425/PR) - Processo 0634896-44.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Retifica Somotor LTDA - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0635101-39.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria das Dores Souza Zurra - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Certifico para os devidos fins que os Embargos à Monitória foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intimo o Embargado para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre os embargos à monitória opostos nas fls. 145/146, nos termos do art. 702 §5º do CPC.

ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: VICTOR GABRIEL FERNANDES MONTEIRO (OAB 9420/AM) - Processo 0635656-85.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Naiza Lopes de Oliveira - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Certifico para os devidos fins que os Embargos de Declaração foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos nas fls. 149/153, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: JAMILLY VIANA DA SILVA (OAB 10666/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0636729-29.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Lucio da Cunha Fiuza Sobrinho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - ATO ORDINATÓRIO De ordem, intime-se o Requerente para que se manifeste acerca da petição e documentos de fls. 192/195 no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO (OAB 748/RR), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA) - Processo 0640792-63.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Antônio Carlos Bulcão dos Santos - REQUERIDO:

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - Certifico para os devidos fins que os Embargos de Declaração foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos nas fls. 182/183, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0641921-69.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria de Fatima Campos de Almeida - De ordem, defiro o pedido de fl. 119 dos autos. Intime-se a parte Requerente para efetuar o pagamento da despesa de consulta eletrônica, esta cobrada POR CADA ATO (R$ 14,98 - valor da consulta e mais R$ 1,50 pela emissão do boleto, totalizando R$ 16,48), no prazo de 5 (cinco) dias, conforme Portaria 116/2017 - PTJ, tabela III, item 9. Após, proceda-se a consulta via sistemas solicitados, para localizar o endereço da parte requerida.

ADV: ADRIANA OLIVEIRA DE AZEVEDO (OAB 3555/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0647722-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cleide Ferreira Mota - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: ISABELA RIBEIRO ALVES (OAB 5270/AM), ADV: TAMIRES CRUZ DO AMARAL (OAB 9282/AM), ADV: PRISCILLA DE OLIVEIRA GOMES (OAB 8623/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: DANIEL COELHO SILVA (OAB 10581/AM), ADV: RONALDO ROSALINO JUNIOR (OAB 8685/AM) - Processo 0709568-91.2012.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Por Terceiro Prejudicado - REQUERENTE: Marco Roberto Pereira da SIlva - Orlando Dario Gois do Amaral - Paulo Soares Lima - REQUERIDA: Massa Falida Cooperativa Habitacional Duque de Caxias - INTSSADO: 1º Tabelionato de Notas da Comarca de Manaus/AM - Matriz - 3º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL - 4º Tabelionato de notas da Comarca de Manaus - "TABELIÃO HÉLIO" - 5º Cartório de Tabelionato de Notas Miguel Vital - 8o. Tabelionato de Notas da Comarca de Manaus - 9º Tabelionato de Notas da Comarca de Manaus/AM - 6º TABELIONATO DE NOTAS DE MANAUS/AM - Cartorio do 7 Tabelionato de Notas da Comarca da Capital - CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS E TABELIONATO DA CAPITAL - Cartório do 5º Ofício de Notas de Manaus/AM - I Vista aos apelados para responderem aos respectivos recursos no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: KÊNIO MARCOS SANTOS E SILVA (OAB 6406/AM), ADV: LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO (OAB 5675/AM), ADV: MARIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA MELO (OAB 5385/AM), ADV: DOUGLLAS KRISHNA DE LIMA DE ABREU (OAB 3015/AM), ADV: LEÔNIDAS DE ABREU (OAB 2635/AM) - Processo 0713994-49.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Carlos Balanco de Castro - REQUERIDA: Laura Rita Araújo Cardoso - Frank das Chagas Macedo Junior - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 108911/SP) - Processo 0714979-18.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liminar - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Geraldo Gilson Ferreira Guedes - De ordem, defiro o pedido de fl. 191/192 dos autos. Intime-se a parte Requerente para efetuar o pagamento da despesa de consulta eletrônica, esta cobrada POR CADA ATO (R$ 14,98 - valor da consulta e mais R$ 1,50 pela emissão do boleto, totalizando R$ 16,48), no prazo de 5 (cinco) dias, conforme Portaria 116/2017 - PTJ, tabela III, item 9. Após, proceda-se a consulta via sistemas BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIEL, para localizar o endereço da parte requerida. Ademais, informamos que o requerente deverá informar nos autos a data de nascimento e o nome da genitora do requerido para efetivação da pesquisa eletrônica via sistema SIEL, no mesmo prazo supracitado.

Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Adriana Oliveira de Azevedo (OAB 3555/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Paula da Silva Bezerra (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Brenda Karen Nunes Passos Lima (OAB 13270/AM)
Bruno de Oliveira Poloni (OAB 351064/SP)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Celso Ricardo Pereira dos Santos (OAB 425A/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Crystiane Linhares (OAB 21425/PR)
Daniel Coelho Silva (OAB 10581/AM)
Daniel Marinho Pereira (OAB 5157/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 1175A/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Dougllas Krishna de Lima de Abreu (OAB 3015/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Fabian Assis Benoliel da Silva (OAB 7284/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Ricarte de Sousa (OAB 7287/AM)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Ioneia Ilda Veroneze (OAB 26856/PR)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Ribeiro Alves (OAB 5270/AM)
Jamilly Viana da Silva (OAB 10666/AM)
Joana Darc dos Santos Cordeiro (OAB 8645/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 79757/MG)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 862A/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 986A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Joyce Helen Holanda Marinheiro (OAB 7519/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Kênio Marcos Santos e Silva (OAB 6406/AM)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 1079A/SE)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Laura Rita Araújo Cardoso (OAB 5675/AM)
Leônidas de Abreu (OAB 2635/AM)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)

Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luciano Pintos D'Ávila (OAB 3166/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Augusto de Borborema Blasch (OAB 7982/AM)
Márcio Leandro Deodato de Aquino (OAB 748/RR)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marco Túlio Zaghi Pacheco (OAB 8161/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Maria do Rosário de Oliveira Melo (OAB 5385/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michael Torres do Nascimento (OAB 6637/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG)
Nelson Paschoalotto (OAB 108911/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nildo Nogueira Nunes (OAB 2698/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Patricia Jorge da Cunha Viana Dantas (OAB 8014/MT)
Priscilla de Oliveira Gomes (OAB 8623/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Renata Santos Barroso (OAB 6663/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodolfo Barbosa da Costa (OAB 244022/SP)
RONALDO ROSALINO JUNIOR (OAB 8685/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sulamita Brandão da Rocha (OAB 4782/AM)
Tamires Cruz do Amaral (OAB 9282/AM)
Victor Gabriel Fernandes Monteiro (OAB 9420/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0272/2019

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC) - Processo 0624374-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Julianderson Cruz Soares - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGILIO AYRES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0273/2019

ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: LUÍS FABIAN PEREIRA BARBOSA (OAB 4320/AM), ADV: ISABELLA JACOB NOGUEIRA (OAB 8800/AM), ADV: GUSTAVO ANDÉRE CRUZ (OAB 1985A/DF), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0085526-08.2004.8.04.0001 (001.04.085526-1) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Celina Barbosa de Barros - Marcodiesel Importação e Exportação Ltda - REQUERIDO: Águas do Amazonas S.A - Manaus Energia S/A - PERITO: Hilda Queiroz de Lima - Intime-se a executada AMAZONAS ENERGIA S/A, na pessoa de seu patrono constituído nos autos, para efetuar o pagamento imediato do valor de R$ 2.519,27 (dois mil reais, quinhentos e dezenove reais e vinte e sete centavos), referente a complementação das custas processuais referente ao Cumprimento da Sentença alusiva dos danos morais conforme petitório de fls. 2554/2556, despacho de fls. 257 e calculos de fls. 2574. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: LEONIDIA SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 138452/RJ) - Processo 0220548-62.2009.8.04.0001 (001.09.220548-9) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carlos Barbosa Guedes Soares - REQUERIDO: Joaquim de Oliveira Barbosa - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado por CARLOS BARBOSA GUEDES SOARES contra JOAQUIM DE OLIVEIRA BARBOSA, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra. Condeno ainda a parte requerente ao pagamento das custas processuais. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. À Secretaria para providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: FLORINDO SILVESTRE POERSCH (OAB 800/AC), ADV: LOREN AMORIM GOMES (OAB 7553/AM), ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM), ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0600382-02.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Joana Cleide Souza de Lima - Victor Hugo Lima de Carvalho - REQUERIDA: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - Considerando-se o teor do oficio de fls. 89, a qual informa que a requerente mesmo sendo intimada não compareceu ao IML para dar prosseguimento ao feito, e à luz do exposto, em razão da inércia do postulante, Julgo Extinto o presente feito sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, III do Novo Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento de custas em 10% sobre o valor da causa e despesas processuais. No entanto, suspendo a exigibilidade, nos termos do art. 98, §3º do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado, e nada sendo requerido arquive-se com as baixas e anotações de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 57069/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0606494-16.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: MARIO DE SOUZA DA FONSECA - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (TAUARA ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS) - Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - Considerando-se o teor do oficio de fls. 127, a qual informa que a requerente mesmo sendo intimada não compareceu ao IML para dar prosseguimento ao feito, e à luz do exposto, em razão da inércia do postulante, Julgo Extinto o presente feito sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, III do Novo Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento de custas em 10% sobre o valor da causa e despesas processuais. No entanto, suspendo a exigibilidade,

nos termos do art. 98, §3º do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado, e nada sendo requerido arquive-se com as baixas e anotações de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: PAULA PRADA FURQUIM DE CAMPOS (OAB 131634/SP), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0607618-97.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Carla Medrado Teixeira - Stanley Castelo Branco Teixeira - REQUERIDO: Construtora Capital Ltda - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por Maria Carla Medrado Teixeira e Stanley Castelo Branco Teixeira contra Construtora Capital Ltda, com fundamento no art. 487, I, do novo Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, para, via de consequência: Declaro válida a Cláusula de Tolerância; Declaro rescindido o contrato celebrado entre as partes; Julgo procedente o pedido de devolução das quantias pagas, devendo a Requerida restituir integralmente os valores pagos pelos Autores a título de entrada, sinal e parcelas, o que corresponde ao valor de R$ 31.536,12 (trinta e um mil, quinhentos e trinta e seis reais e doze centavos) o qual deve ser corrigido e atualizado a partir do evento danoso e com incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação, nos termos da Portaria 1855/2017 deste Tribunal de Justiça ,Julgo prejudicado o pedido de congelamento do saldo devedor; Julgo improcedente o pedido de devolução da comissão de corretagem; Julgo parcialmente procedente o pedido de lucro cessante e condeno a Requerida ao pagamento de R$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais). Condeno a Requerida ao pagamento, a título de dano moral, da quantia de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), sendo R$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada Requerente, atualizados nesta data, acrescidos de correção monetária e juros de mora de 1% ao mês a partir da publicação da presente sentença. Condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor total da condenação. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se o Apelado para responder no prazo legal. Após, proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal, ressalvando que o juiz a quo não exerce juízo de admissibilidade de recurso de apelação. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. Publique-se, Registre-se, Intime-se e Cumpra-se.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0612281-89.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente para: Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 108/109, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA (OAB 2786/AM), ADV: ROSEANE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 7610/AM), ADV: TAMIRES CRUZ DO AMARAL (OAB 9282/AM) - Processo 0618825-30.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cleide Ferreira ALves - MANOEL SEBASTIÃO DE SOUZA DOS SANTOS - REQUERIDO: SANTA CORDELIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - Santo Anatólio Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por Cleide Ferreira ALves e MANOEL SEBASTIÃO DE SOUZA DOS SANTOS contra SANTA CORDELIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Santo Anatólio Empreendimentos Imobiliários Ltda., com fundamento no art. 487, I, do novo Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, para, via de consequência: Declaro válida a Cláusula de Tolerância; Julgo improcedente o pedido de congelamento do saldo devedor, relacionado a correção monetária, entretanto, determino a substituição do indexador, do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), após o dia 26/02/2014, data prevista para entrega do imóvel contada a clausula de tolerância; Julgo procedente o pedido de exclusão de juros sobre o valor a ser atualizado a partir de 26/02/2014, data prevista para entrega do imóvel contada a clausula de tolerância; Condeno as Requeridas a pagarem multa contratual consistente em 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado do contrato; Julgo improcedente o pedido de lucros cessantes e juros de mora; Condeno as Requeridas ao pagamento, a título de dano moral R$ 20.000,00 (vinte mil reais), sendo R$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada Requerente, atualizados nesta data, acrescidos de correção monetária e juros de mora de 1% ao mês a partir da publicação da presente sentença. Condeno as Requeridas ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor total da condenação. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se o Apelado para responder no prazo legal. Após, proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal, ressalvando que o juiz a quo não exerce juízo de admissibilidade de recurso de apelação. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. Publique-se, Registre-se, Intime-se e Cumpra-se.

ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: LAURA OLIVEIRA DE SOUZA RIBEIRO (OAB 1086A/AM), ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM) - Processo 0621688-22.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marcus Alexandre Oliveira Melo - REQUERIDO: Engeco Engenharia e Contrução Ltda - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por Marcus Alexandre Oliveira Melo contra Engeco Engenharia e Contrução Ltda, com fundamento no art. 487, I, do novo Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, para, via de consequência: Declaro válida a Cláusula de Tolerância; Declaro rescindido o contrato firmado entre as partes; Julgo parcialmente procedente o pedido de devolução das quantias pagas, momento em que reputo legítima a dedução, em favor da Ré, da quantia de R$ 14.436,19 (quatorze mil, quatrocentos e trinta e seis reais e dezenove centavos) relativo à comissão de corretagem, bem como retenção pela Ré do montante equivalente a 10% do valor restante pago até então pelo imóvel devendo a Requerida a restituir a quantia de R$ 81.855,72 (oitenta e um mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e setenta e dois centavos), o qual deve ser corrigido e atualizado a partir do evento danoso e com incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação, nos termos da Portaria 1855/2017 deste Tribunal de Justiça Julgo improcedente o pedido de indenização a título de lucros cessantes e de dano moral. Condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor total da condenação. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se o Apelado para responder no prazo legal. Após, proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal, ressalvando que o juiz a quo não exerce juízo de admissibilidade de recurso de apelação. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. Publique-se, Registre-se, Intime-se e Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0623614-38.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE:

Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Magno fonseca Motta - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A contra Magno fonseca Motta, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, E consoante fundamentação supra, e, via de consequência, consolido, em favor da parte autora, o domínio e a posse plena do bem, tornando definitiva a liminar concedida às fls. 32. Condeno, por fim, a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, que fixo em 10% sobre o valor atribuído à causa. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, esta será recebida no efeito suspensivo, em consonância com a interpretação dada ao art. 1.012, do CPC. Intime-se a parte Apelada para responder no prazo legal. Após, proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 08 de agosto de 2019.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0625321-36.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - REQUERIDA: Hewerlane dos Santos Goncalves - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. contra Hewerlane dos Santos Goncalves, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, E consoante fundamentação supra, e, via de consequência, consolido, em favor da parte autora, o domínio e a posse plena do bem, tornando definitiva a liminar concedida às fls. 52/53. Ante a não apreensão pode a parte requerer, em cumprimento de sentença, a conversão para execução. Condeno, por fim, a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, que fixo em 10% sobre o valor atribuído à causa. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, esta será recebida no efeito suspensivo, em consonância com a interpretação dada ao art. 1.012, do CPC. Intime-se a parte Apelada para responder no prazo legal. Após, proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 08 de agosto de 2019.

ADV: EDSON DE OLIVEIRA (OAB 480/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0627960-03.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jose Lemos Egas e Maria Clara Guedes Egas - REQUERIDA: Urbis Empreendimentos Imobiliários S/A - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por Jose Lemos Egas e Maria Clara Guedes Egas contra Urbis Empreendimentos Imobiliários S/A, com fundamento no art. 487, I, do novo Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, para, via de consequência: Julgo prescrito os valores pagos a título de comissão de corretagem; Declaro válida a Cláusula de Tolerância; Declaro rescindido o contrato firmado entre as partes; Julgo procedente o pedido de devolução das quantias pagas, devendo a Requerida restituir integralmente os valores pagos pela Autora a título de ato e parcelas, o que corresponde à quantia de R$ 86.568,66 (oitenta e seis mil, quinhentos e sessenta e oito reais e sessenta e seis centavos), os quais devem ser corrigidos e atualizados a partir do evento danoso e com incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação, nos termos da Portaria 1855/2017 deste Tribunal de Justiça Condena a Requerida ao pagamento, a título de dano moral R$ 30.000,00 (trinta mil reais), sendo R$ 15.000,00 (quinze mil reais) para cada Requerente, atualizados nesta data, acrescidos de correção monetária e juros de mora de 1% ao mês a partir da publicação da presente sentença. Condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor total da condenação. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se o Apelado para responder no prazo legal. Após, proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal, ressalvando que o juiz a quo não exerce juízo de admissibilidade de recurso de apelação. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. Publique-se, Registre-se, Intime-se e Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0630362-86.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Carlos Saraiva - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O feito SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do artigo 485, III e VI, do NCPC, e conforme fundamentação supra, sem prejuízo de que a demanda seja renovada, caso subsista legítimo interesse nesse sentido (art. 486 do NCPC). Sem condenação em honorários advocatícios, uma vez que não implementada nos atos a condição prevista em lei para esse fim. Pendendo de pagamento de custas, ressalvo ao Cartório desta Vara, titular de tais custas, o direito subjetivo de cobrança, em procedimento próprio. Saliento, contudo, que, sendo a parte beneficiária da gratuidade de justiça, a cobrança de custas fica suspensa. Transitada em julgado esta decisão, independente de novo despacho, proceda-se à baixa no SAJ e na Distribuição, e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 12 de agosto de 2019.

ADV: EVERSON SOARES RODRIGUES (OAB 10819/AM), ADV: EDSON SILVA SANTIAGO (OAB A857AM), ADV: DANIEL MIRANDA PINHEIRO DE CAMPOS (OAB 5282/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0631823-98.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: FLAVIO SOARES MARINHO - REQUERIDO: Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado por FLÁVIO SOARES MARINHO contra Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, E consoante fundamentação supra. Condeno ainda a parte requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, restando suspenso haja vista concessão de gratuidade de justiça em favor do requerente. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Catharina Ribeiro Botelho (OAB 6484/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Miranda Pinheiro de Campos (OAB 5282/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Edson de Oliveira (OAB 480/AM)
Edson Silva Santiago (OAB A857AM)
Everson Soares Rodrigues (OAB 10819/AM)
Florindo Silvestre Poersch (OAB 800/AC)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
GUSTAVO ANDÉRE CRUZ (OAB 1985A/DF)
Isabella Jacob Nogueira (OAB 8800/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
José Orisvaldo Brito da Silva (OAB 57069/RJ)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laura Oliveira de Souza Ribeiro (OAB 1086A/AM)
LEONIDIA SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 138452/RJ)
Loren Amorim Gomes (OAB 7553/AM)
Luís Fabian Pereira Barbosa (OAB 4320/AM)

Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Paula Prada Furquim de Campos (OAB 131634/SP)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Roseane Rodrigues da Cunha (OAB 7610/AM)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Tamires Cruz do Amaral (OAB 9282/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Wagner de Oliveira Vieira (OAB 2786/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGILIO AYRES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0274/2019

ADV: RAIMUNDO MÁRIO BELCHIOR DE ANDRADE (OAB 1775/AM) - Processo 0029135-62.2006.8.04.0001 (001.06.029135-5) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Jose Roberto Afonso - Certifico nesta data, que em virtude de não ter sido possível a localização em Cartório, do processo físico referente aos autos da Ação de Procedimento Comum - Proc. nº 0029135-62.2006.8.04.0001, movida por JOSE ROBERTO AFONSO, e, em obediência a Portaria nº 31, datada de 1º de fevereiro do corrente ano, da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, PROCEDÍ A CONVERSÃO DO REFERIDO PROCESSO EM DIGITAL, procedendo de imediato a intimação das partes, para se manifestarem no prazo de cinco (05) dias para a restauração dos autos, sob pena de arquivamento, tudo nos termos da Portaria em referencia. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 002.835/AM), ADV: MIGUEL BARRELLA FILHO (OAB 1622/AM) - Processo 0031516-68.2010.8.04.0012 (012.10.031516-2) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: E. B. B. Dabela - REQUERIDO: Petrobras Distribuidora S.A - TERCEIRO I: 3 Oficio do Registro de Imoveis e Protesto de Letras - Cartorio do 1. Oficio do Reg. de Imoveis e Prot. de Letras - Cartorio do 2._oficio do Reg.imoveis e Protesto de Letras - Cartorio do 4.oficio do Reg. de Imoveis e Protesto de Letras - Certifico nesta data, que em virtude de não ter sido possível a localização em Cartório, do processo físico referente aos autos da Ação de Procedimento Comum - Proc. nº 0031516-68.2010.8.04.0012, movida por E. B. B. DABELA, em face de PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A, e, em obediência a Portaria nº 31, datada de 1º de fevereiro do corrente ano, da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, PROCEDÍ A CONVERSÃO DO REFERIDO PROCESSO EM DIGITAL, procedendo de imediato a intimação das partes, para se manifestarem no prazo de cinco (05) dias para a restauração dos autos, sob pena de arquivamento, tudo nos termos da Portaria em referencia. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALESSANDRA COSTA PACHECO (OAB 4876/AM), ADV: ALEXANDER DE SOUZA PINTO (OAB 6111/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM) - Processo 0243670-07.2009.8.04.0001 (001.09.243670-7) - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Raimundo Nascimento da Silva - INTSSADO: Estanislau Pinto de Aguiar - Certifico nesta data, que em virtude de não ter sido possível a localização em Cartório, do processo físico referente aos autos da Ação de Busca e Apreensão - Proc. nº 0243670-07.2009.8.04.0001, movida por BANCO DO BRASIL S/A, em face de RAIMUNDO NASCIMENTO DA SILVA, e, em obediência a Portaria nº 31, datada de 1º de fevereiro do corrente ano, da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, PROCEDÍ A CONVERSÃO DO REFERIDO PROCESSO EM DIGITAL, procedendo de imediato a intimação das partes, para se manifestarem no prazo de cinco (05) dias para a restauração dos autos, sob pena de arquivamento, tudo nos termos da Portaria em referencia. O referido é verdade. Dou fé.

Alessandra Costa Pacheco (OAB 4876/AM)
Alexander de Souza Pinto (OAB 6111/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 002.835/AM)
Miguel Barrella Filho (OAB 1622/AM)
Raimundo Mário Belchior de Andrade (OAB 1775/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)

5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0220/2019

ADV: GILBERTO BATISTA DINIZ (OAB 003.431/AM), ADV: SILVANA MARIA IÚDICE DA SILVA (OAB 452/AM) - Processo 0005287-33.1994.8.04.0012 (012.94.005287-7) - Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Autofalência - REQUERENTE: Transportes Bertolini Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0011546-28.2004.8.04.0001 (001.04.011546-2) - Depósito - Depósito - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM), ADV: JOÃO GUTEMBERG WEIL PESSOA (OAB 3302/AM), ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0021701-22.2006.8.04.0001 (001.06.021701-5) - Procedimento Sumário - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Josenan de Alencar Leão - Em conformidade com o art. 1º, XXVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ c/c art. 485, § 4º do CPC, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do pedido de desistência formulado nas fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ CARLOS DE MORAES BEZERRA (OAB 151A/AM), ADV: JOSÉ CARLOS DE MORAES BEZERRA (OAB 16566/SP), ADV: EDNILSON PIMENTEL MATOS (OAB 1799/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0101540-67.2004.8.04.0001 (001.04.101540-2) - Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Matam - Montagens Técnicas e Manutenção Ltda. - REQUERIDA: A Empresa de Revitalização do Porto de Manaus S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da juntada de fls. 733/746, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV:

ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0245212-89.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ZENIZE RIBEIRO TAMER (OAB 5489/AM), ADV: KARINA TATIANA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5420/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: JORGE ANTÔNIO DANTAS SILVA (OAB 66708/RJ) - Processo 0247556-43.2011.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Yasuda Seguros S/a - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela II, Atos processuais, Item b, recolha as custas referentes à emissão do edital e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MÁRCIO ALEXANDRE MALFATTI (OAB 139482/SP), ADV: JOSÉ EDVALDO DE SOUZA FERREIRA (OAB 7086/AM) - Processo 0251291-21.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0234962-31.2010.8.04.0001) - Embargos à Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: Mapfre Vera Cruz Vida e Previdência S.A - EMBARGADO: Lucas Viana Roulim de Freitas - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: FABIANA CAROLINE SILVA (OAB 8019/AM), ADV: VITOR KIKUDA (OAB 424/AM), ADV: ELAINE DIB BOTELHO RIBEIRO (OAB 8028/AM), ADV: ALMÉRIO FERREIRA BOTELHO (OAB 271/AM), ADV: RAFAEL ROCHA DE SÁ PEIXOTO (OAB 5292/AM) - Processo 0258481-98.2011.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: José Di Tommasio Donadio - Marlene Ramos Guedes Donadio - REQUERIDO: Shaw Carl Reimerdes e outro - Vistos etc. Uma vez já recolhidas as custas da diligência, expeça-se carta precatória, como requerido às fls. 292/293. Cumpra-se.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: GERSON RIEBISCH DE FIGUEIREDO (OAB 2083/AM), ADV: ADROALDO ALEXANDRE ARRUDA DA SILVA (OAB 5483/AM) - Processo 0320741-56.2007.8.04.0001 (001.07.320741-2) - Monitória - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Humberto Alexandre Cabral Arruda - REQUERIDO: Evandro Campelo de Souza Alves - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: NILDA DE OLIVEIRA BORGES (OAB 1844/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0324040-41.2007.8.04.0001 (001.07.324040-1) - Execução de Título Extrajudicial - REQUERENTE: Banco do Brasil S.A e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: IRLANE LIMA DE OLIVEIRA ARAÚJO (OAB 7784/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 147020/SP), ADV: DEBORAH FARIAS CAVALCANTE (OAB 7822/AM) - Processo 0600085-92.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.V. Financeira S.A. C.F.I. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600637-86.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP) - Processo 0602265-81.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM), ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0605190-40.2019.8.04.0001 - Despejo - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Jose Olegário da Silva - REQUERIDA: Silvia Cristoane de Souza - Vistos etc. Expeça-se alvará eletrônico para transferência/levantamento dos valores depositados, à fl. 84, em nome da advogada do requerente. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0607109-74.2013.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ELIVANE FERREIRA DA SILVA (OAB 10645/AM), ADV: RENATO DAMASCENO BATISTA (OAB 3120/AM) - Processo 0607872-36.2017.8.04.0001 - Cumprimento Provisório de Sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Miguel Antonio Mendes Ribeiro - REQUERIDA: Claudia Maria da Silva Fernandes - Vistos etc. Intime-se o requerente a falar da impugnação, em 15 dias. Após, conclusos para decisão. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM), ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM), ADV: PABLO BERGER (OAB 61011/RS), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ) - Processo 0610047-42.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Claudinei Alves Lima - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta,

no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM) - Processo 0610529-77.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0614377-09.2018.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Marcio de Oliveira Moraes - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0611978-70.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0614238-91.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB 1140A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM) - Processo 0614697-93.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Creuza Oliveira dos Santos - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: SUERIKA MAIA DE PAULA CARVALHO (OAB 6514/MT), ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM), ADV: JESIKA ORTIZ DE ABREU (OAB 25323MT), ADV: RIBEIRO & FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 597/AM), ADV: LUIZ MIGUEL CHAMI GATTAS (OAB 4060/MT) - Processo 0615595-38.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0637368-76.2018.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Ricardo Stoppe Junior - REQUERIDO: Adriano Cezar Ribeiro - Nossa Senhora da Cachoeira do Ituxi Empreendimentos Ltda Me - Vistos etc. Determino o translado da petição e documentos de fls. 112-114 para o processo de nº 0637368-76.2018, vez que foi erroneamente peticionado neste caderno processual, o qual, inclusive, foi extinto a pedido do embargante. Cumpra-se.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0615839-64.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Rosana Administradora Ltda, Nome Fantasia, Guarde & Tranque Self Storage - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0618718-83.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: RAMIRO SOTO ALVARADO (OAB 12436/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: SABRINA ARAÚJO DE ALMEIDA (OAB 10196/AM) - Processo 0618820-37.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - AUTORA: Thais Ferreira Romão Oliveira - RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ), ADV: NOELI DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 2197/AM), ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0619503-06.2019.8.04.0001 - Habilitação - Substituição da Parte - REQUERENTE: Volki Transporte Rodofluvial Ltda - REQUERIDO: Banco Itaú e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0619687-64.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0620412-53.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CLÁUDIA MORAES NADAF DA COSTA VAL (OAB 2523/AM) - Processo 0621075-70.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: RC Recebíveis Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do

Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0623455-03.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0624074-93.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0625393-57.2018.8.04.0001 - Monitória - Empreitada - REQUERENTE: Efa Construcoes e Comercio Ltda - REQUERIDO: Api Spe 10 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela II, Atos processuais, Item b, recolha as custas referentes à emissão de certidão requisitada e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração a quantidade de folhas e linhas, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA (OAB A1271/AM) - Processo 0625640-77.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Toyota do Brasil S.A. - Diante da inércia da parte em promover o andamento da execução, respondendo ao juízo quando intimado e requerendo diligencias para satisfação de seu crédito, determino a suspensão da execução por 1 (um) ano, período no qual não correrá prescrição intercorrente, nos moldes do art. 921, III e §1º CPC. Decorrido o prazo de suspensão sem a localização de bens penhoráveis, determino o arquivamento do feito. Deste ato fluirá o prazo prescricional, porém o exequente poderá solicitar o desarquivamento para prosseguimento da execução se encontrar bens penhoráveis. Transcorrido o prazo prescricional, intimem-se as partes para falar no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: VINICIUS SANTANA GOMES (OAB 12070/AM), ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM), ADV: ANDREZZA CALDAS VITAL (OAB 10723/AM) - Processo 0627707-44.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Século LTDA - EXECUTADA: Ana Carolina de Alencar Balieiro e outro - Vistos etc. Dada a possibilidade de o juízo chamar as partes para conciliação a qualquer tempo, pauto Audiência de Conciliação para o dia 10/10/2019, às 10h, na sala padrão desta 4ª UPJ. Até a audiência, indefiro novos pedidos de levantamento de alvará. Intimem-se as partes representadas por seus patronos nos autos por publicações e os demais por carta.

ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: VINICIUS SANTANA GOMES (OAB 12070/AM), ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM), ADV: ANDREZZA CALDAS VITAL (OAB 10723/AM) - Processo 0627707-44.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Século LTDA - EXECUTADA: Ana Carolina de Alencar Balieiro e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0630749-72.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Francielen Oliveira da Silva - REQUERIDO: CVC BRASIL OPERADORA DE VIAGENS S.A., - Tam Linhas Aéreas S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: CARLOS ANTÔNIO HARTEN FILHO (OAB 19357/PE), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0631071-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Olisnei Nascimento Conceição Me - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Vistos etc. Intimem-se as partes a dizerem, em 15 dias, se têm interesse em audiência de instrução, juntando, em caso positivo, rol de testemunhas. Em caso contrário, conclusos para sentença no estado. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0631102-39.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0632455-17.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Poli Engenharia Ltda - REQUERIDO: Nelson de Tal e Cosme de Tal e Outros - Vistos etc. Dê-se cumprimento imediato à decisão em agravo de instrumento (fls. 165/169), contraordenando a reintegração referida ou reempossando o requerido em caso de já ter havido cumprimento. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0634639-19.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB

598A/AM) - Processo 0635408-51.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0635496-65.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM) - Processo 0636454-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Condominio do Edificio Castelli - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0643151-54.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0643249-68.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: RAFAEL NASCIMENTO PICANÇO (OAB 10349/AM), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0653617-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Joao Alfredo Mendonça Vieira - REQUERIDA: Joaquina da Silva Martins e outros - Compulsando os autos, verifico que a parte requerida não foi intimada do despacho de fls. 156. Dessa forma, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência: "Vistos etc. Intimem-se os requeridos para, em 15 (quinze) dias, manifestarem-se acerca do pedido do autor, às fls. 155. Cumpra-se."

ADV: HUGO FERREIRA ALBUQUERQUE (OAB 10197/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0659662-25.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Vertentes do Tarumã - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GIOVANA ISABELLE PIMENTEL LIMA (OAB 3981/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0704495-41.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0706994-95.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Adroaldo Alexandre Arruda da Silva (OAB 5483/AM)
Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
Almério Ferreira Botelho (OAB 271/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrezza Caldas Vital (OAB 10723/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Carlos Antônio Harten Filho (OAB 19357/PE)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cláudia Moraes Nadaf da Costa Val (OAB 2523/AM)
Deborah Farias Cavalcante (OAB 7822/AM)
Ednilson Pimentel Matos (OAB 1799/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Chalfin (OAB 1140A/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB 8028/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Elivane Ferreira da Silva (OAB 10645/AM)
Fabiana Caroline Silva (OAB 8019/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fernando Luz Pereira (OAB 147020/SP)
Gerson Riebisch de Figueiredo (OAB 2083/AM)
Gilberto Batista Diniz (OAB 003.431/AM)
Giovana Isabelle Pimentel Lima (OAB 3981/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Hugo Ferreira Albuquerque (OAB 10197/AM)
Irlane Lima de Oliveira Araújo (OAB 7784/AM)

Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jesika Ortiz de Abreu (OAB 25323MT)
João Gutemberg Weil Pessoa (OAB 3302/AM)
Jorge Antônio Dantas Silva (OAB 66708/RJ)
José Carlos de Moraes Bezerra (OAB 151A/AM)
José Carlos de Moraes Bezerra (OAB 16566/SP)
José Edvaldo de Souza Ferreira (OAB 7086/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Karina Tatiana da Câmara Elias (OAB 5420/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Miguel Chami Gattas (OAB 4060/MT)
Magda Luiza Rigodanzo Egger de Oliveira (OAB A1271/AM)
Márcio Alexandre Malfatti (OAB 139482/SP)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Natalie Magalhães Coutinho (OAB 12334/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nilda de Oliveira Borges (OAB 1844/AM)
Noeli de Almeida Lorenzoni (OAB 2197/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Pablo Berger (OAB 61011/RS)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB 11063/AM)
Rafael Nascimento Picanço (OAB 10349/AM)
Rafael Rocha de Sá Peixoto (OAB 5292/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Ramiro Soto Alvarado (OAB 12436/AM)
Renato Damasceno Batista (OAB 3120/AM)
Ribeiro & Farias Advogados Associados (OAB 597/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Sabrina Araújo de Almeida (OAB 10196/AM)
Silvana Maria Iúdice da Silva (OAB 452/AM)
Suerika Maia de Paula Carvalho (OAB 6514/MT)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Vinicius Santana Gomes (OAB 12070/AM)
Vitor Kikuda (OAB 424/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Zenize Ribeiro Tamer (OAB 5489/AM)

6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0322/2019

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0019146-32.2006.8.04.0001 (001.06.019146-6) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Rio Claro Trust de Recebíveis S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 1731/RO), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: MAURÍCIO ALEXANDRE DE MENESES PEREIRA, ADV: HÉLCIO RODRIGUES MOTTA (OAB 1994/AM), ADV: HELCIO R. MOTTA (OAB 001.994/AM) - Processo 0046414-03.2002.8.04.0001 (001.02.046414-3) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Aquiles Pereira Moura - REQUERIDO: Bradesco Seguros S/A - Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte Turismo Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JAMES RODRIGUES MOREIRA (OAB 8227/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ABSALÃO GONZALES JÚNIOR (OAB 3278/AM) - Processo 0221356-67.2009.8.04.0001 (001.09.221356-2) - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Carlos Alberto Corrêa Salgado - REQUERIDO: José Tadeu de Souza Teles - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SACHA BATISTA CARNEIRO (OAB 18086/PA), ADV: JOSÉ BARBOSA DE SOUZA (OAB 1478/AM), ADV: NAZARENO PEREIRA DE MELO (OAB 5690/AM), ADV: IGOR AURÉLIO SANTOS DE MELO (OAB 9325/AM), ADV: JOSÉ ANTÔNIO PASSOS (OAB 2226/AM), ADV: LUCIENE CABRAL DE ALBUQUERQUE (OAB 3903/AM) - Processo 0602296-62.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Arleize Oliveira Araújo - REQUERIDO: Instituto de Ação Social Vida e Saúde do Amazonas - IASVISAM - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ), ADV: INGRID OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 13258/AM), ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/SP) - Processo 0616852-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Jeane Matos Maranhão - REQUERIDO: Banco Itaú BMG Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0619244-84.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDO: Andreilson Oliveira da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de

recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: EDILSON LIMA DA SILVA (OAB 5707/AM) - Processo 0619330-55.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Pagamento - REQUERENTE: Ana Virgínia Arakian Izel & Cia. Ltda. - REQUERIDO: M. Rangel Aguiar Nascimento - ME - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerida para que se manifeste acerca da Petição de fls. 132, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: AGNALDO ALVES MONTEIRO (OAB 6437/AM), ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM) - Processo 0622066-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Bianca Paes Barreto de Sousa - REQUERIDO: Orsine Rufino de Oliveira Júnior - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: AGNALDO ALVES MONTEIRO (OAB 6437/AM), ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM) - Processo 0622066-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Bianca Paes Barreto de Sousa - REQUERIDO: Orsine Rufino de Oliveira Júnior - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: LENNON DO NASCIMENTO SAAD (OAB 386676/SP) - Processo 0622971-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Elienai Monteiro Ferreira - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0627806-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Francisco Cleijanio do Nascimento Mota - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0627873-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Huelito Francisco Gomes da Costa - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0627991-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Zeonélia Cardoso Neta - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0628067-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: José Antônio Corrêa da Silva - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631415-97.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0633687-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Tarifas - REQUERENTE: Leandro José Souza Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JAMES ANDREI ZUCCO (OAB 10134/SC) - Processo 0634018-46.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Esferatur Passagens e Turismo Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANDRÉA FONSECA OLIVEIRA (OAB 5959/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: FLÁVIO DA CONCEIÇÃO FERREIRA OLIVEIRA (OAB 5960/AM), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM) - Processo 0643870-36.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Acrópole Instituições Educacionais Ltda. - EPP - REQUERIDO: Coimbra dos Santos & Cia. Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0718047-73.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Edilene de Souza Amorim - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Absalão Gonzales Júnior (OAB 3278/AM)
Agnaldo Alves Monteiro (OAB 6437/AM)
Ana Virgínia Arakian Izel (OAB 3701/AM)
Andréa Fonseca Oliveira (OAB 5959/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Edilson Lima da Silva (OAB 5707/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)

Fernando Borges de Moraes (OAB 1731/RO)
Flávio da Conceição Ferreira Oliveira (OAB 5960/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Helcio R. Motta (OAB 001.994/AM)
Hélcio Rodrigues Motta (OAB 1994/AM)
Igor Aurélio Santos de Melo (OAB 9325/AM)
Ingrid Oliveira Rodrigues (OAB 13258/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
James Andrei Zucco (OAB 10134/SC)
James Rodrigues Moreira (OAB 8227/AM)
José Antônio Passos (OAB 2226/AM)
José Barbosa de Souza (OAB 1478/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Lennon do Nascimento Saad (OAB 386676/SP)
Luciene Cabral de Albuquerque (OAB 3903/AM)
Luis Felipe Procópio de Carvalho (OAB 303905/SP)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurício Alexandre de Meneses Pereira
Nazareno Pereira de Melo (OAB 5690/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Rachel Nadaf Papaléo (OAB 5585/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Sacha Batista Carneiro (OAB 18086/PA)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0323/2019

ADV: ELIEZER LEÃO GONZALES (OAB 212A/AM), ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM), ADV: JÚLIO ANTÔNIO DE JORGE LOPES (OAB 2023/AM), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: GABRIELLY DE OLIVEIRA GOMES (OAB 14294/AM) - Processo 0628617-08.2015.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Eliezer Leão Gonzales - CONSIGNADO: V. F. Santana - ME (Fique Ligado! Mídias, Produções e Eventos) - ERA - Empresa de Radiodifusão Amazônia Ltda. (Rede TV Manaus) - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MÔNICA ANTONY DE QUEIROZ MELO (OAB 2043/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0648879-71.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Cláusula Penal - REQUERENTE: Raimundo Nonato de Assis Marinho Pereira - REQUERIDO: S. M. Sales - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Eliezer Leão Gonzales (OAB 212A/AM)
Gabrielly de Oliveira Gomes (OAB 14294/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
Júlio Antônio de Jorge Lopes (OAB 2023/AM)
Mônica Antony de Queiroz Melo (OAB 2043/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0324/2019

ADV: FLAVIANA HONORATA DE ARAÚJO (OAB 8918/AM), ADV: LUCILENE MACÊDO DOS SANTOS (OAB 8545/AM) - Processo 0629239-82.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Alaércio Ferreira Nery - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0631195-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Leve Castanheiras Residencial Park - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 12/11/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 26 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0643864-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 12/11/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 26 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Flaviana Honorata de Araújo (OAB 8918/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Lucilene Macêdo dos Santos (OAB 8545/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO DIÓGENES VIDAL PESSOA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0325/2019

ADV: MÁRCIA CHEILA FARIAS THOMÉ (OAB 3471/AM) - Processo 0026947-33.2005.8.04.0001 (001.05.026947-0) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Orivaldo Gouvêa Martins - REQUERIDO: Emmanuel Fabrício da Silva - Márcia Cheila Farias Thomé - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Intime-se a Requerida Márcia Cheila Farias Thomé para juntar aos autos o acordo que realizou com o Autor, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: MAYKA SALOMÃO CORDEIRO VIANA (OAB 6321/AM), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0227821-24.2011.8.04.0001 - Nunciação de Obra Nova - Propriedade - REQUERENTE: Sidney da Mota Oliveira - REQUERIDO: Issac Carneiro Moura - INTSSADO: Newton Carlos Heinrich de Oliveira - Defensoria Pública do Estado do Amazonas

- I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0249059-89.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0720046-61.2012.8.04.0001) - Embargos à Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EMBARGANTE: Eliton Pereira da Silva - EMBARGADO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Intime-se o Embargado para se manifestar acerca da petição de fl. 49, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO CÉSAR RUBIM DE MORAES (OAB 4727/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM) - Processo 0600220-70.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimundo Dário Muniz de Oliveira - REQUERIDO: Cláudio Mariano Gomes - I- Defiro o pedido de fls. 112 dos autos. II- Proceda-se a consulta via Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico - ERIDFT, consoante solicitado.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: EDMILSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 3185/AM) - Processo 0600320-20.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0611448-37.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Nova Terra Construções Ltda. - REQUERIDO: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - LITSPASSIV: Direcional Engenharia S/A - PERITO: Newton Carlos Heinrich de Oliveira - Diante a nova disposição contida no inciso I, do art. 357, do novo CPC, determino a intimação das partes, para que se manifestem no prazo de 05 (cinco) dias sobre a intenção se pretendem produzir provas, para realização de audiência de instrução, ou requeiram o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, I, do CPC.

ADV: DANIELA SANTOS BOMFIM (OAB 27431/BA), ADV: LAYANNA PIAU (OAB 33233/BA), ADV: FREDIE DIDIER JÚNIOR (OAB 15484/BA), ADV: ABSALÃO GONZALES JÚNIOR (OAB 3278/AM) - Processo 0603096-22.2019.8.04.0001 - Despejo - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Petrobras Distribuidora S/A - REQUERIDO: Vitória Régia Comércio de Petróleo Ltda. - ME - Defiro o pedido de parcelamento das custas ao Reconvinte, conforme art. 98, §6º, CPC, c/c os termos da Portaria nº 490/2017-PTJ. Intime-se o Reconvinte para comprovar o recolhimento da primeira parcela no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM), ADV: INGRID NEDEL SPOHR SCHMITT (OAB 68625/RS), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0604803-98.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Charlie Naranjo de Oliveira - REQUERIDO: Bujari Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Direcional Engenharia S/A - Global Brasil Brokers - Consultoria Imobiliária S/A CRECI 320-PJ - Intimem-se as partes para, no prazo 05 (cinco) dias, para especificarem as provas que eventualmente pretendam produzir (Art. 373, I e II, CPC), justificando sua pertinência, para análise do juízo, nos termos do Art. 370, § único, do CPC. II. Findo o prazo, sem manifestação das partes para conciliação ou produção de provas, decido Julgar antecipadamente a lide na forma do art. 355, inciso I, do CPC. Após, façam os autos conclusos para Sentença. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA BUZATTO PERES (OAB 239449/SP), ADV: ANA BÁRBARA MARTINS BACELAR (OAB 11404/AM), ADV: EWERTON CARNEIRO DA SILVA (OAB 11062/AM) - Processo 0604926-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Daiane de Souza Aguiar - REQUERIDO: MCI - Manaus Consultoria de Imóveis Ltda. - EPP - Swiss Park Manaus Incorporadora Ltda. - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO SILVA DO VALLE (OAB 9148/AM) - Processo 0608221-73.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: J. Souza dos Santos Rent a Car - ME (J. V. M. Veículos) - Jocynei Souza dos Santos - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o Executado para que se manifeste acerca da contraproposta de acordo, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM) - Processo 0611661-43.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDO: Adenilson Vieira Rocha - Homologo por sentença a desistência manifestada para que produza os efeitos legais. Em consequência, extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Dê-se baixa na distribuição e arquive-se.

ADV: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 4246/PE) - Processo 0613146-10.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Seguros S/A - REQUERIDO: Ângelo Máximo Alves de Lima - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: SIMONE WAUGHAN FREITAS DE SOUZA (OAB 11830/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0613526-04.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria de Nazaré Silva Rodrigues - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - Defiro o pedido da Autora de realização de nova perícia. II. Remetam-se os autos ao Cejusc Cível, para realização de nova perícia na Autora. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0619377-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Renata da Silva Vieira - REQUERIDO: Fabrício dos Santos Marinho - B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Intimem-se as partes para, no prazo 05 (cinco) dias, para especificarem as provas que eventualmente pretendam produzir (Art. 373, I e II, CPC), justificando sua pertinência, para análise do juízo, nos termos do Art. 370, § único, do CPC. II. Findo o prazo, sem manifestação das partes para conciliação ou produção de provas, decido Julgar antecipadamente a lide na forma do art. 355, inciso I, do CPC. Após, façam os autos conclusos para Sentença Cumpra-se.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP) - Processo 0622480-73.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - REQUERIDO: Israel Souza de Almeida - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0629086-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Débora Lúcia Vasconcelos da Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-

PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ALESSANDRO ROSELLI (OAB 188878/SP), ADV: MILTON FLÁVIO DE A. C. LAUTENSCHLAGER (OAB 162676/SP), ADV: RAFAELLA REIS CUBERO (OAB 390762/SP) - Processo 0629267-55.2015.8.04.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Companhia Nacional de Bebidas Nobres S/A - EMBARGADO: Polyaromas Preparados e Extratos Ltda. - I. Defiro o pedido de fls. 479/480 e 481. II. Determino o cancelamento da audiência marcada para o dia 27/08/2019 às 10h, no CEJUSC Cível. III. À Secretaria para comunicar o CEJUSC acerca do cancelamento da audiência. Cumpra-se.

ADV: HAROLDO JORGE SANTOS (OAB 4066/AM) - Processo 0630433-25.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Janice de Nazaré Baía de Almeida - REQUERIDO: FX4 Comércio e Serviços de Refrigeração Ltda. - I. Tendo em vista a certidão de fl. 104, intime-se a Autora, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: HELIANE NOGUEIRA (OAB 4041/AM), ADV: JONES MONTEIRO MACHADO (OAB 10217/AM), ADV: SORAYA SEIXAS NUNES COLARES (OAB 9952/AM) - Processo 0635685-72.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0637082-69.2016.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Seção Cível - REQUERENTE: Laura Rita Araújo Cardoso - REQUERIDA: Valcilene da Silva Souza - Izidório Ferreira Nunes - Edmilson Cunha de Amorim - O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do CPC.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0636562-75.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Felipe Demes Gonçalves Bezerra - Em cumprimento ao despacho de fls. 104

ADV: WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA (OAB 2786/AM), ADV: VÍTOR DE SOUZA VIEIRA (OAB 6843/AM) - Processo 0637051-83.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Rui Silva Rodrigues - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Agência 3739 - SEFAZ/Aleixo/UMA - Manifeste-se o autor acerca da petição de fl. 170 e documentos de fls. 171/175, no prazo de 05 dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0638136-70.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francisco Evandro Frota Fontenely - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - Manifeste-se a requerida acerca da petição de fls. 268/271 e documentos anexos, no prazo de 05 dias.

ADV: LUIZ FELIPE DE FARIA E CUNHA MONTEIRO (OAB 7031/AM), ADV: IONÁ ALVES MARTINS (OAB 12749/AL), ADV: JOSÉ IVÂNIO DA SILVA (OAB 14998/AL), ADV: TARCÍSIO ALVES MARTINS (OAB 12960/AL), ADV: WALDENIO SOUZA LEITE (OAB 15146/AL) - Processo 0638843-67.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - EXEQUENTE: Fábrica Virrosas Ltda. - EXECUTADO: Ciclar Reciclagem Ltda. - Raimundo Câmara Amaral - Rodolfo Câmara Amaral Calheiros - Tendo em vista que o acordo homologado à fl. 57, foi devidamente cumprido, determino a secretaria que proceda a baixa e arquivamento dos autos, com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: TATIANA ROCHA DE MENEZES E ROCHA (OAB 3663/AM) - Processo 0640254-14.2019.8.04.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Maria de Nazaré Oliveira Queiroz - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. III. Cite-se o Requerido, via correio, para responder aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar na carta as advertências de praxe. Cumpra-se.

ADV: JOÃO DE DEUS GOMES DOS ANJOS (OAB 903/AM) - Processo 0641412-12.2016.8.04.0001 - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: João de Deus Gomes dos Anjos - REQUERIDA: Maria Euni Taveira de Almeida Costa - Manifeste-se o autor acerca da petição de fl. 111/115, requerendo a suspensão do feito, e documentos de fls. 116/120, no prazo de 05 dias.

ADV: NÚBIA RAFAELA SILVA DE OLIVEIRA (OAB 11439/AM) - Processo 0642680-96.2019.8.04.0001 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Maria de Nazaré Alves da Costa - REQUERIDA: Solica Castelo Branco Monteiro Carvalho - Intime-se a Autora para comprovar o pagamento das custas judiciais, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0644606-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lauro Bento Ferreira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. III. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC, bem como a inversão do ônus da prova. III. Cite-se o Requerido, via correio, para responder aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar na carta as advertências de praxe. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO DA SILVA MOURA (OAB 10194/AM), ADV: MARIZA LUSTOZA RIBEIRO (OAB 6869/AM) - Processo 0648901-32.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - REQUERENTE: Karinna Felippe de Magalhães Gomes - REQUERIDA: Mariza Lustoza Ribeiro - Evandro Barbosa Ribeiro - Diante do exposto, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre as partes às fls. 105/106 e JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no Art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Honorários e custas, nos termos do acordo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JÉSSIKA THAYS DO NASCIMENTO MARTINS (OAB 9252/AM), ADV: FRANCISCA NILCE PINHEIRO ROCHA (OAB 9906/AM) - Processo 0650924-48.2018.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: J. A. F. de Lima - REQUERIDO: Edu Comércio de Materiais de Expediente Ltda. - ME - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA) - Processo 0651767-13.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Cíntia Nunes da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Intimem-se as partes para, no prazo 05 (cinco) dias, manifestarem expressamente a intenção de conciliar, mediante proposta. Em caso positivo, à Secretaria para pautar audiência de conciliação, observado o §12, do Art. 334, do CPC. II. Ainda, no mesmo prazo acima estabelecido, em caso negativo, devem as partes especificar as provas que eventualmente pretendam produzir (Art. 373, I e II, CPC), justificando sua pertinência, para análise do juízo, nos termos do Art. 370, § único, do CPC. III. Findo o prazo, sem manifestação das partes para conciliação ou produção de provas, decido Julgar antecipadamente a lide na forma do art. 355, inciso I, do CPC. Após, façam os autos conclusos para Sentença. Cumpra-se.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0652802-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: João Victor Pinheiro de Albuquerque - REQUERIDO: Banco Olé

Bonsucesso Consignado S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

Absalão Gonzales Júnior (OAB 3278/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Alessandro Roselli (OAB 188878/SP)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Ana Bárbara Martins Bacelar (OAB 11404/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Daniela Santos Bomfim (OAB 27431/BA)
Edmilson Almeida de Oliveira (OAB 3185/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Ewerton Carneiro da Silva (OAB 11062/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Francisca Nilce Pinheiro Rocha (OAB 9906/AM)
Fredie Didier Júnior (OAB 15484/BA)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Haroldo Jorge Santos (OAB 4066/AM)
Heliane Nogueira (OAB 4041/AM)
Ingrid Nedel Spohr Schmitt (OAB 68625/RS)
Ioná Alves Martins (OAB 12749/AL)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Jéssika Thays do Nascimento Martins (OAB 9252/AM)
João Alves Barbosa Filho (OAB 4246/PE)
João de Deus Gomes dos Anjos (OAB 903/AM)
Jones Monteiro Machado (OAB 10217/AM)
José Ivânio da Silva (OAB 14998/AL)
Júlio César Rubim de Moraes (OAB 4727/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Layanna Piau (OAB 33233/BA)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luciana Buzatto Peres (OAB 239449/SP)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Felipe de Faria e Cunha Monteiro (OAB 7031/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Márcia Cheila Farias Thomé (OAB 3471/AM)
Marco Antônio da Silva Moura (OAB 10194/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Mariza Lustoza Ribeiro (OAB 6869/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mayka Salomão Cordeiro Viana (OAB 6321/AM)
Milton Flávio de A. C. Lautenschlager (OAB 162676/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Núbia Rafaela Silva de Oliveira (OAB 11439/AM)
Rafaella Reis Cubero (OAB 390762/SP)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Silva do Valle (OAB 9148/AM)
Simone Waughan Freitas de Souza (OAB 11830/AM)
Soraya Seixas Nunes Colares (OAB 9952/AM)
Tarcísio Alves Martins (OAB 12960/AL)
Tatiana Rocha de Menezes e Rocha (OAB 3663/AM)
Vítor de Souza Vieira (OAB 6843/AM)
Wagner de Oliveira Vieira (OAB 2786/AM)
Waldenio Souza Leite (OAB 15146/AL)

7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0184/2019

ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: ALONCIO DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 8617/AM), ADV: EDSON DE AGUIAR ROSAS (OAB 465/AM), ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO ARAÚJO (OAB 2085/AM), ADV: ELCI SIMÕES DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 5543/AM), ADV: ALÔNCIO DE OLIVEIRA (OAB 2876/AM) - Processo 0000229-15.1995.8.04.0012 (012.95.000229-6) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: O Espolio de Dagoberto Bastos da Silva - REQUERIDO: Enaril - Empresa de Navegacao Altos Rios Limitada - Francisco Assis da Silva e outros - Vistos, Considerando que foi instaurado incidente de desconsideração da personalidade juridica, suspenda-se o feito, conforme o art.134, §3º do CPC. Deixo para analisar o pedido de expedição da mandado após a decisão do incidente de desconsideração.

ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM), ADV: LUCIANA DA SILVA COUTO (OAB 5339/AM) - Processo 0013619-36.2005.8.04.0001 (001.05.013619-5) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Daniel Veículos Ltda - R.H. Sem informações do advogado. Intime-se o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: DALILA BARAKAT (OAB 3891/AM), ADV: ANDRÉA FONSECA OLIVEIRA (OAB 5959/AM), ADV: LEÔNIDAS DE ABREU (OAB 2635/AM), ADV: ALINE DA COSTA PEREIRA (OAB 189610/RJ), ADV: ANA CRISTINA CARVALHO DA SILVA SANTOS (OAB 78.476/RJ), ADV: MÁRCIO ROBERTO BASTOS FRANÇA (OAB 4413/AM), ADV: FLÁVIO DA CONCEIÇÃO FERREIRA OLIVEIRA (OAB 5960/AM) - Processo 0040687-29.2003.8.04.0001 (001.03.040687-1) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Flávio da C. F. Oliveira Me - REQUERIDA: In Touch Indústria e Comércio de Roupas Ltda - LITSPASSIV: Lapis de Cor Industria Comercio e Franchising ltda - Trata-se de Embargos de Declaração promovido por Paulo Roberto Brito Lacorte de fls. 1182/1187, com pedido de desbloqueio de sua conta bancária, sob alegação de omissão e contradição da decisão de fls. 1177/1178. Além disso, a secretaria da vara informou que recebeu telefonema de um dos executados, o qual alegou ausência de desbloqueio de sua conta bancária, apesar dos comandos de desbloqueio terem sido realizados via sistema Bacenjud, conforme protocolo de fls. 1147/1159. Pois bem. Após consulta ao sistema Bacenjud, verifico que os comandos realizados no protocolo Bacenjud de n° 20190007624470, de fls. 1147/1159, realizado no dia 09/08/2009, não foram efetivados. Contudo, a ordem já foi reiterada no dia 22/08/2019, no mesmo molde da ordem anterior, conforme protocolo a seguir. Em razão disso, a decisão de fls. 1177/1178, perde o efeito, bem como, os embargos de declaração. Isso porque, ambos partem da premissa de que todas as contas dos executados continuam bloqueadas. Acontece, que o ÚNICO valor bloqueado e TRANSFERIDO foi a quantia de R$ 4.177,15, realizado na conta do executado César Luiz Brochado Bastos, os demais valores encontrados nas contas dos outros executados foram desbloqueados, inclusive o valor encontrado na conta do Executado Paulo Roberto Brito Lacorte. Portanto, chamo o processo à ordem para tornar sem efeito a decisão de fls. 1177/1178, e considerar prejudicado os embargos de declaração por perda de objeto, uma vez que os valores já foram desbloqueados conforme protocolo Bacenjud a seguir.

ADV: GILBERTO LUIZ VALENTE RODRIGUES FILHO (OAB 229958/SP), ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: TAINAH OLÍMPIO GALAXE (OAB 7927/AM) - Processo 0204343-84.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Fernando Santos da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - LITSPASSIV: Moises da Silva Lima - SEGURADORA ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/A - DENUNCIADO: ROYAL & SUNALLIANCE

SEGUROS (BRASIL) S/AROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/A - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e DECLARO EXTINTO o processo com resolução do mérito nos termos do art. 487, III, "b" do CPC. Após o pagamento das custas, se existirem, proceda-se à baixa.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: GRAZIELA FERNANDES DE MELLO BONFIM (OAB 6808/AM), ADV: DJAMAI MOSCARIELLO FURNARI (OAB 4375/AM), ADV: ALEXANDRE MIRANDA LIMA (OAB 596A/AM) - Processo 0224297-19.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Amazônia Celular S/A - EXECUTADA: Juracy Oliveira dos Santos e outro - Vistos, Verifica-se que o executado é beneficiário da justiça gratuita, embora o exequente tenha interposto Impugnação, o recurso foi improvido. Considerando que o exequente não se manifesta sobre a proposta de pagamento, arquivem-se os autos, sem prejuízo de desarquivando a pedido da parte interessada. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: GRACE ANNY FONSECA BENAYON ZAMPERLINI (OAB 2508/AM), ADV: GRAZIELA FERNANDES DE MELLO BONFIM (OAB 6808/AM) - Processo 0224297-19.2011.8.04.0001/01 - Impugnação de Assistência Judiciária - IMPUGNANTE: Amazônia Celular S/A - IMPUGNADA: Juracy Oliveira dos Santos - Vistos, Recurso improvido. Proceda-se a baixa e arquivamento do feito. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: NONATO VINÍCIUS DOS SANTOS FRANÇA (OAB 13703/AM) - Processo 0234062-33.2019.8.04.0001 (processo principal 0623302-28.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Leandro Augusto Monteiro Pacheco - Vistos, Intime-se o exequente para no prazo de 15(quinze) dias recolher os valores devidos referente ao incidente processual, nos termos da tabela II letra d da Portaria 116/2017-PTJ. Intime-se ainda para carrear aos autos o Titulo Executivo Judicial, demonstrativo discriminado e atualizado do crédito e instrumento de procuração. Após, voltem-me os autos para decisão.

ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: FERNANDO FERREIRA DE BRITO JÚNIOR (OAB 221029/SP), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM) - Processo 0602429-70.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Planos de Saúde - REQUERENTE: Ellen Cristina Araújo da Silva - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se o Devedor Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., na pessoa do seu patrono, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC.

ADV: MARA LÚCIA REIS DE HOLANDA (OAB 10501/AM) - Processo 0605644-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERIDO: Patryck da Costa Melo - Vista ao Autor da contestação e documentos. Designe-se Audiência de Conciliação para o dia 02/10/2019 às 09:30h. Intime-se o patrono da Autora via portal, o requerido através de seus patronos, por meio eletrônico. Intime-se o Autor por AR (carta). Manaus ,22 de agosto de 2019 . Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0606353-26.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - R.H. Em análise aos autos, verifico que o endereço para o qual o autor pleiteia a expedição de mandado às fls. 147 é localizado na comarca de Boa Vista/RR, nesta hipótese, não se trata de diligência via mandado, mas sim mediante carta precatória, razão pela qual chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o despacho de fls. 148. Assevero que pode o autor requerer a busca e apreensão diretamente ao juízo da comarca onde foi localizado o veículo, desde que preenchidos os requisitos do requerimento, nos termos do art. 3º, § 12 do Decreto Lei 911/69. Ressalto, ainda, que poderá o Requerente pleitear o ressarcimento do valor das custas recolhidas às fls. 154/156, administrativamente, junto ao Setor de Orçamento do TJAM. De outro giro, defiro o pedido de expedição de carta precatória no endereço de fls. 147, mediante o recolhimento das respectivas custas. Intime-se o autor para realizar o pagamento da taxa referente a expedição da carta, conforme provimento nº 116/2017 - PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se a respectiva Carta Precatória com prazo de 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do art. 261 do CPC. Fica à cargo do patrono do autor: a) impressão da documentação exigida no art. 260 do CPC; b) postagem pelos Correios; c) Distribuição, pagamento e acompanhamento no juízo deprecado; d) Informação ao juízo deprecante sobre a distribuição da CP. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0610054-92.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Defiro pedido de SERAJUD no nome da empresa requerida que ficará condicionado ao pagamento das custas no valor de R$20,00 (vinte reais). Intimo o autor a providenciar a pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do tribunal de justiça do amazonas (http:www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedido o documento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0612008-18.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0261836-53.2010.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: EMOPS CONTROLE AMBIENTAL (empresa de pequeno porte) - REQUERIDO: BANCO BRADESCO S. A. e outro - Vistos, Defiro parcialmente os pedidos de fls. 140/142. Quanto ao pedido de citação por edital, indefiro, por ora. Isso porque a citação por edital não é medida automática, não havendo o autor exaurido os meios disponíveis para obtenção do atual endereço da Requerida Emops Saneamento, tais quais pesquisas aos sistemas Infojud, Renanjud e Bacenjud, ademais, somente houve uma tentativa frustrada de citação via carta com aviso de recebimento. Indefiro o pedido de intimação do Sr. Linconl da Silveira Frota, pois como já apontado no despacho de fls. 117, o mesmo não compõe o quadro societário da empresa, muito menos o polo passivo da demanda. Ressalte-se que para que o sócio seja incluído no polo passivo da lide e responsabilizado patrimonialmente é necessário o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, nos termos do art. 133 e ss do CPC. Defiro o pedido de citação da empresa Emops Saneamento LTDA, na pessoa de suas sócias, Cristina Almeida da Silva e Maria Arantes Fernandes, através de mandado por Oficial de Justiça Intime-se o autor para indicar o endereço para a diligência de citação da empresa Requerida, bem como para efetuar o pagamento das custas do Oficial de Justiça, mediante guia a ser obtida diretamente no site do TJAM, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: ADRIANA MOUTINHO MAGALHÃES IANNUZZI (OAB 8065/AM) - Processo 0612708-81.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Maria Auxiliadora L. Fernandes - Em tese, a mora do devedor pode ser realizado por meio de Protesto, mas deve obedecer os requisitos art. 15, §1º da lei 9.492/97, vejamos: Art. 15. A intimação será feita por edital se a pessoa indicada para aceitar ou pagar for desconhecida, sua localização incerta ou ignorada, for residente ou

domiciliada fora da competência territorial do Tabelionato, ou, ainda, ninguém se dispuser a receber a intimação no endereço fornecido pelo apresentante. § 1º O edital será afixado no Tabelionato de Protesto e publicado pela imprensa local onde houver jornal de circulação diária. No caso dos autos, a intimação do Protesto se deu por Edital, mas não há qualquer prova de que o Edital tenha sido publicado em jornal. Por essa razão, o protesto não serve para constituir o devedor em mora. Sendo assim, REVOGO A LIMINAR concedido as fls. 39, nos termos do art. 2º, § 2º, do Decreto-Lei n. 911/69 c/c art. 15, §1º da lei 9.492/97. Expeça-se mandado de restituição mediante o pagamento das custas do Oficial de Justiça. Após, dê-se vista ao autor sobre a contestação e documentos. Considerando a possibilidade de composição entre as partes, designe-se audiência de conciliação para o dia 10/10/2018, às 09:30h. Intimem-se as partes e seus patronos.

ADV: ÁLVARO RÉGIS DE MENEZES JÚNIOR (OAB 8899/AM) - Processo 0618024-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Francisco José de Almeida - Intime-se a Autarquia Previdenciária, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução, conforme redação do artigo 535, CPC, bem como para que cumpra a obrigação de fazer constante na sentença prolatada.

ADV: LIA DE SOUZA FARIA (OAB 10211/AM), ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM), ADV: LUCIANA BUZATTO PERES (OAB 239449/SP) - Processo 0618845-16.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Lincoln Machado do Nascimento e outro - REQUERIDO: Swiss Park Manaus Incorporadora - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se o Devedor Alcinete Cavalcante do Nascimento, Lincoln Machado do Nascimento, na pessoa do seu patrono, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: LETÍCIA SANT'ANA XAVIER (OAB 12994/AM), ADV: WALTER JUNIO ELESBAO DA SILVA (OAB 11427/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0620554-86.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Adalberto Ferreira dos Santos e outros - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se o Devedor Antônio Alberto Negreiros dos Santos, Adalberto Ferreira dos Santos e Maria Luiza dos Santos, na pessoa do seu patrono, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC.

ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM), ADV: MÍRIAN GONÇALVES MILANI FERREIRA (OAB 9870/AM) - Processo 0621073-32.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: DW Securitizadora da Amazônia S/A - R.H. Sem informações do advogado. Intime-se o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: MARCELLINO VICTOR RAQUEBAQUE LEÃO DE OLIVEIRA (OAB 8492/RO) - Processo 0621102-77.2019.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Parintins Pneus Ltda. - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se o Devedor e P Comércio e Serviços de Pneus Ltda, na pessoa do seu patrono, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0623439-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Farid Semen Neto - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, Defiro o pedido de fls. 520. EXPEÇA-SE alvará judicial (transferência eletrônica) para levantamento do valor depositado às fls. 519, em favor do patrono da Requerente, conforme indicado às fls. 520, que ficará condicionado ao pagamento das custas estabelecidas na Portaria nº 116/2017- PTJ. Tendo em vista que o Requerido/Executado não apresentou impugnação ao cumprimento de sentença e somente realizou o pagamento parcial da quantia pleiteada pelo Exequente, INTIME-SE o Requerido para efetuar o pagamento do débito remanescente, na importância de R$ 1.232,31, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% do art. 523, §1º do CPC e bloqueio via Bacenjud. Remetam-se os autos à Contadoria para cálculo das custas finais. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIA PEIXOTO DE OLIVEIRA BORBA (OAB 9246/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0624228-38.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ademar Lobão Benevides - REQUERIDO: Banco Pan S/A - DECIDO. Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fulcro no artigo 485, VI do CPC movida por Ademar Lobão Benevides em face de Banco Pan S.A. Em observância ao princípio da causalidade, condeno a Requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), na forma do art. 85, § 8º do CPC, ficando estes suspensos na forma do art.98, §3º do CPC.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0624474-34.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Flex Tapajos - REQUERIDO: Elenice Martins Reis - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, Homologo o acordo firmado entre as partes para que surta seus efeitos legais nos termos do artigo 487, III b do Código de Processo Civil. Transitado em julgado e recebida as custas se houver, proceda-se a baixa. Ressalvado a possibilidade de reabertura da execução, acaso o executado descumpra o acordo firmado.

ADV: RENATO BEREZIN (OAB 365632/SP) - Processo 0629373-75.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Dpr Telecomunicações Ltda - REQUERIDO: Alpha Telecomunicações Ltda. - Me - Isto posto e de tudo mais que dos autos consta, HOMOLOGO POR SENTENÇA O PAGAMENTO EFETUADO com fundamento no artigo 924, II do Código de Processo Civil. Proceda-se a baixa com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: ARTHUR MIGUEL FERREIRA LAWAND (OAB 212895/SP) - Processo 0632080-16.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Da Lei de licitações - REQUERENTE: Via Alvorada Comércio, Serviços e Empreendimentos Ltda - REQUERIDO: Chefe da Comissão de Licitação da Breitener Jaraqui S.a. e Breitener Tambaqui S.a. e outros - Vistos, Abro vista dos Autos ao representante do Ministério Público, na forma do art. 12, da Lei n.º 12.016/2009.

ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/

MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634417-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mitsui Sumitomo Seguros S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vista ao autor sobre manifestação do requerido em fls. 245/247, dos autos.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0634587-47.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - R.H. Deferida a gratuidade de justiça, a petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Expeça-se Carta de CITAÇÃO para o pagamento no valor de R$ 145.537,51 acrescido dos honorários advocatícios, que fixo em 5% do valor atribuído a causa, conforme previsão do art. 701, caput do CPC, no prazo de quinze (15) dias, dele constando que, nesse prazo: I - cumprido o mandado ficará o réu isento do pagamento de custas; II - poderá o réu oferecer embargos, com suspensão da eficácia do mandado inicial; III - não ocorrendo o pagamento ou a interposição de embargos no prazo fixado, o mandado de pagamento constituir-se-á de pleno direito em título executivo judicial. Advirta-se o requerido que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos narrados pelo autor, nos termos do art. 344 do NCPC. Conste ainda, observação quanto a data de início de apresentação do embargos monitórios, nos termos do art. 335 do CPC.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0634781-52.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Suspendo o feito pelo prazo de 6 (seis) meses, com fulcro no art. 921, III, do CPC, durante o qual suspende-se também a prescrição, nos termos do §1° do mesmo dispositivo. Outrossim, decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano sem a localização do executado ou de bens penhoráveis, determino o arquivamento desta execução, sem prejuízo do seu prosseguimento após impulso da parte interessada, se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis, tudo nos termos dos parágrafos 2° e 3° do art. 921, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM) - Processo 0641320-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nota de Crédito Comercial - REQUERENTE: Petterson Guerra de Souza - REQUERIDO: Itaiguara Transportes Ltda e outro - Vistos, Verifica-se que o autor foi intimado para efetuar o recolhimento de custas iniciais em atraso e o mesmo deixou transcorrer o prazo sem apresentar qualquer manifestação. Intime-se o autor novamente para recolher o pagamento das custas em atraso, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito. Ademais, verifica-se que a classe processual cadastrada no sistema está incorreta. Vista à secretaria para correção.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0641621-78.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Pontual Servicos Ltda e outro - Vistos, Trata-se de ação de Execução contra réu revel, representado pela Defensoria Pública na qualidade de curador de ausentes, a qual opos Embargos á Execução por negativa geral. Sendo assim, intime-se o Exequente para indicar como pretende prosseguir na execução, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de arquivamento.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: GISELLE CORDEIRO SAMPAIO (OAB 8091/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0642332-20.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDO: Ailson Correa Cavalcante - Vistos, Considerando informações deste cartório, via certidão de fls.239, oficie-se ao Banco do Brasil S/A para efetuar o desbloqueio imediato na conta do Requerido, qual seja, Banco do Brasil S/A Agencia 1208-4 C/C 21051-X.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0643052-79.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Defiro pedido de dilação do prazo por 20 (vinte) dias.

ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM), ADV: SULAMITA BRANDÃO DA ROCHA (OAB 4782/AM) - Processo 0643468-47.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0626758-49.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Erin Estaleiros Rio Negro Ltda. e outros - EMBARGADO: Banco da Amazônia S/A - R.H. Designe-se audiência de Conciliação para o dia 10/10/2019 às 09:00h a ser realizada na sala de audiência deste juízo. Intimem-se as partes por intermédio de seus patronos.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0644643-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Carlos José Moraes Aparício - Vistos etc. Defiro gratuidade de justiça. Nos termos da Portaria nº 2183/2016-PTJ, REMETAM-SE os autos ao Com o CEJUSC para realização da citação e perícia técnica.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644762-03.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Expeça-se Carta de CITAÇÃO para o pagamento no valor de R$ 45.335,15 acrescido dos honorários advocatícios, que fixo em 5% do valor atribuído a causa, conforme previsão do art. 701, caput do CPC, no prazo de quinze (15) dias, dele constando que, nesse prazo: I - cumprido o mandado ficará o réu isento do pagamento de custas; II - poderá o réu oferecer embargos, com suspensão da eficácia do mandado inicial; III - não ocorrendo o pagamento ou a interposição de embargos no prazo fixado, o mandado de pagamento constituir-se-á de pleno direito em título executivo judicial. Advirta-se o requerido que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos narrados pelo autor, nos termos do art. 344 do NCPC. Conste ainda, observação quanto a data de início de apresentação do embargos monitórios, nos termos do art. 335 do CPC. Intime-se o autor para informar o CEP correto do endereço do Requerido.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644812-29.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Expeça-se Carta de CITAÇÃO para o pagamento no valor de R$ 240.990,42 acrescido dos honorários advocatícios, que fixo em 5% do valor atribuído a causa, conforme previsão do art. 701, caput do CPC, no prazo de quinze (15) dias, dele constando que, nesse prazo: I - cumprido o mandado ficará o réu isento do pagamento de custas; II - poderá o réu oferecer embargos, com suspensão da eficácia do mandado inicial; III - não ocorrendo o pagamento ou a interposição de embargos no prazo fixado, o mandado de pagamento constituir-se-á de pleno direito em título executivo judicial. Advirta-se o requerido que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos narrados pelo autor, nos termos do art. 344 do NCPC. Conste ainda, observação quanto a data de início de apresentação do embargos monitórios, nos termos do art. 335 do CPC.

ADV: MARLON TAVARES DANTAS (OAB A1261/AM) - Processo 0644824-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Gianfranco Lopes de Freitas - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Inicialmente, defiro a Gratuidade de Justiça em razão da profissão do autor e do objeto da lide, que apenas aproveitará em relação as custas processuais, nos termos do art. 98, §5º do CPC. Dessa forma, INTIME-SE o autor para realizar o pagamento das despesas postais, diretamente no site do TJ/AM, conforme Provimento nº 273 CGJ/AM. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS),

ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8659/MS), ADV: ALFA MARIANNE ALMEIDA CRUZ SAUTCHUK (OAB 12875/AM) - Processo 0648861-50.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Cristiana Marreira da Silva - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos, Expeça-se Alvará conforme requerido as fls.261, mediante pagamento da expedição do Alvará no valor de R$ 50,99 (cinquenta reais e noventa e nove centavos). Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento mediante guia impressa no sit do TJAM com identificação do processo e com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedido o documento. A contadoria para cálculos de custas finais. Manaus, 22 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JÚNIOR (OAB 12961/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JUNIOR (OAB 12961/AM), ADV: FABIANA SOUZA MOTA (OAB 11303/AM), ADV: AUGOSTINHO FERREIRA DE ALMEIDA NETO (OAB 11840/AM) - Processo 0660697-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito Autoral - REQUERENTE: Escrtório Central de Arrecadaçao e Distribuição - Ecad - REQUERIDO: Restaurante Brasil Eireli - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, eis que desnecessária a produção de provas em audiência (CPC, art. 355, I) devendo o juízo velar pela rápida solução do litígio (CPC, art. 139, II). Decorrido o prazo, sem manifestação recursal, inicia-se prazo de 15 (quinze) dias para as alegações finais. Após, voltem-me os autos concluso para sentença.

ADV: GUSTAVO CLEMENTE VILELA (OAB 220907/SP), ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM) - Processo 0661149-30.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Contratual - REQUERENTE: Esepo Empreendimentos Imobiliários Ltda - REQUERIDO: Construtora F. Lopes Ltda. - Vistos, Intime-se o Reconvinte para pagar as custas processuais da reconvenção, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR) - Processo 0662421-59.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Consórcio - REQUERENTE: Joice Medeiros da Cunha - REQUERIDO: 3 Pirâmides Administradora de Consórcio Ltda - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, DECLARO EXTINTA, nos termos do Art. 485, III e IV do CPC. Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na Distribuição e arquive-se. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: BRUNO RICARDO LIMA TAPAJÓS (OAB 5695/AM), ADV: ANTÔNIA MACHADO DE OLIVEIRA (OAB 120279/SP), ADV: FRANCISCO ANDRÉ CARDOSO DE ARAÚJO (OAB 279455/SP), ADV: JORGE HADAD SOBRINHO (OAB 91701B/SP), ADV: BEATRIZ BATISTA DOS SANTOS (OAB 295353/SP), ADV: DANYEL FURTADO TOCANTINS ÁLVARES (OAB 311574/SP) - Processo 0719709-72.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - EXEQUENTE: Petrobrás Distribuidora S/A - EXECUTADA: RN Incorporações Ltda - Vistos, Expeça-se mandado de penhora no rosto dos autos, conforme pedido de fls.462/463. O mandado será expedido independente de pagamento, conforme já me pronunciei as fls.461. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

Adriana Moutinho Magalhães Iannuzzi (OAB 8065/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8659/MS)
Alexandre Miranda Lima (OAB 596A/AM)
Alfa Marianne Almeida Cruz Sautchuk (OAB 12875/AM)
Aline da Costa Pereira (OAB 189610/RJ)
ALÔNCIO DE OLIVEIRA (OAB 2876/AM)
ALONCIO DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 8617/AM)
Altamir da Silva Vieira Junior (OAB 12961/AM)
Altamir da Silva Vieira Júnior (OAB 12961/AM)
Álvaro Régis de Menezes Júnior (OAB 8899/AM)
Ana Cristina Carvalho da Silva Santos (OAB 78.476/RJ)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andréa Fonseca Oliveira (OAB 5959/AM)
Antônia Machado de Oliveira (OAB 120279/SP)
Antônio do Nascimento Araújo (OAB 2085/AM)
Arthur Miguel Ferreira Lawand (OAB 212895/SP)
Augostinho Ferreira de Almeida Neto (OAB 11840/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Beatriz Batista dos Santos (OAB 295353/SP)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
Bruno Ricardo Lima Tapajós (OAB 5695/AM)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
Dalila Barakat (OAB 3891/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Danyel Furtado Tocantins Álvares (OAB 311574/SP)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Djamai Moscariello Furnari (OAB 4375/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson de Aguiar Rosas (OAB 465/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elci Simões de Oliveira Júnior (OAB 5543/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
FABIANA SOUZA MOTA (OAB 11303/AM)
Fernando Ferreira de Brito Júnior (OAB 221029/SP)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio da Conceição Ferreira Oliveira (OAB 5960/AM)
Francisco André Cardoso de Araújo (OAB 279455/SP)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Gilberto Luiz Valente Rodrigues Filho (OAB 229958/SP)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Giselle Cordeiro Sampaio (OAB 8091/AM)
Grace Anny Fonseca Benayon Zamperlini (OAB 2508/AM)
Graziela Fernandes de Mello Bonfim (OAB 6808/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Clemente Vilela (OAB 220907/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
Jorge Antônio Veras Filho (OAB 5693/AM)
Jorge Hadad Sobrinho (OAB 91701B/SP)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Leônidas de Abreu (OAB 2635/AM)
Letícia Sant'ana Xavier (OAB 12994/AM)
Lia de Souza Faria (OAB 10211/AM)
Luciana Buzatto Peres (OAB 239449/SP)
Luciana da Silva Couto (OAB 5339/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Mara Lúcia Reis de Holanda (OAB 10501/AM)
Marcellino Victor Raquebaque Leão de Oliveira (OAB 8492/RO)
Márcia Peixoto de Oliveira Borba (OAB 9246/AM)
Márcio Roberto Bastos França (OAB 4413/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marlon Tavares Dantas (OAB A1261/AM)
Marlúcia Guimarães Almeida (OAB 5280/AM)
Mírian Gonçalves Milani Ferreira (OAB 9870/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Natalie Magalhães Coutinho (OAB 12334/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nonato Vinícius dos Santos França (OAB 13703/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renato Berezin (OAB 365632/SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)

Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Sulamita Brandão da Rocha (OAB 4782/AM)
Tainah Olímpio Galaxe (OAB 7927/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Walter Junio Elesbao da Silva (OAB 11427/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROSSELBERTO HIMENES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ADILSON JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0186/2019

ADV: DIEGO CAMPOS (OAB 621A/AM), ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM) - Processo 0045744-57.2005.8.04.0001 (001.05.045744-7) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Petroleo Sabba S/a. - REQUERIDO: Norsul Comércio de Petróleo Ltda - Mário Nazareno de Almeda - Maria Rocicleide Souza der Almeida - Eniese Lopes Júnior - Despacho: Defiro prazo de 48 horas para substabelecimento. Defiro também prazo de 5 (cinco) dias para manifestação das partes e após, volte-me os autos conclusos.

ADV: MARCEL DA FONSECA MOURA (OAB 10083/AM) - Processo 0601680-53.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0635632-57.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Galo da Serra Navegação Fluvial Ltda. - Selvatrans Estaleiro e Navegação Ltda - Sâmia Cristina Meireles de Araújo - Elias Saraiva de Araujo - EMBARGADO: Banco do Brasil S/A - Vistos, etc Considerando a juntada de substabelecimento fls.94, Intime-se o novo patrono para que manifeste-se quanto a proposta de honorários periciais fls. 84/87. Ao Cartório para cadastrar o novo causídico.

ADV: ZENAIDE DE OLIVEIRA BRANDÃO (OAB 13164/AM) - Processo 0603262-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Instituto de Pesquisa e Ensino Médico de Minas Gerais Ltda - REQUERIDA: Nara Miles da Silva Camara - Despacho: Diga a Requerida sobre a contraproposta de fls. 142/146. Intime-se.

ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM), ADV: ALINE MARIA DA CÁS RACHID PIETRO (OAB A1075/AM), ADV: KELLY CRISTINA TEODOSIO DA SILVA (OAB 13192/AM) - Processo 0607185-98.2013.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Carlos Edmar Rodrigues da Silva - REQUERIDA: Edivane Sousa da Cruz - Vistos, etc Tratam os autos da AÇÃO REIVINDICATÓRIA em que o AUTOR pretende por sentença a exclusão de um IMÓVEL arrolado em INVENTÁRIO em curso na 6ª Vara de Familia. Informa que era filho excluído de seu irmão falecido colocara o imóvel em seu nome e no local fora construído 10 apartamentos (termo de audiência fls. 100/101) Consta dos autos PETIÇÕES DO AUTOR, alegando que o processo esta parado a mais de 308 dias, CONCLUSO PARA SENTENÇA. Verdade, esta paralizado SIM, por questão prejudicial em OUTRO JUÍZO ou seja, NÃO SE PODE PROFERIR SENTENÇA quanto pendente junto ao JUÍZO DE FAMILIA - o INVENTÁRIO onde o imóvel foi arrolado e pendente de citação/constando diversos HERDEIROS, inclusive MENORES DE IDADE e com PEDIDO DE EXCLUSÃO DA INVENTARIANTE, sem decisão naquele juízo. ASSIM, não cabe as PETIÇÕES de fls. 207, 214 e 217, para que este JUÍZO SENTENCIE. Ademais, no despacho de fls. 123, foi instado ao AUTOR informar o andamento do INVENTÁRIO, onde foram narrados os fatos pendentes no INVENTARIO, e não mais informados a este Juízo. SEQUER FOI INFORMADO, nestes autos, se foi peticionado NO INVENTARIO, juntando os documentos constantes do presente processo, ou seja, a CERTIDÃO DO CRI, para que aquele JUÍZO SE PRONUNCIE acerca da exclusão do IMÓVEL NO INVENTÁRIO. Ante ao exposto, MANTENHO O PROCESSO SUSPENSO, ate que o AUTOR se manifeste nos autos, INFORMANDO as decisões do JUÍZO DO INVENTÁRIO, inclusive para EVITAR DECISÕES CONFLITANTES. Finalmente, na contestação houve o pedido de ingresso de todos os HERDEIROS no polo passivo e havendo menores, certamente necessita a oitiva do MINISTÉRIO PUBLICO, etc. Logo, descabida qualquer cobrança de SENTENÇA, nos presentes autos, como se fosse SIMPLES a questão, que se revela complexa e necessitando maior acuidade deste Juízo..

ADV: GLÁURIA GISELLE CHAVES HENRIQUES (OAB 6692/AM), ADV: CARLOS EDUARDO GOMES PONTES (OAB 6777/AM) - Processo 0615965-22.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Espólio: Maria Celeste Sampaio Amorim - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - VISTOS, etc... Tendo em vista a petição de fls 446/447, foi deferido em Sentença, a substituição processual da Autora, pelo Espólio. Não houve a juntada do Instrumento de Procuração em nome do Espólio. Os patronos habilitados (fls. 33), em nome da Autora(falecida). Assim, para evitar qualquer problema futuro, em relação a inventário/levantamento de importâncias por quem não tem poderes, defiro/ratifico a expedição do ALVARÁ em nome do Sr. ALESSANDRO FABRICO AMORIM PONTES, ressalvada a juntada de PROCURAÇÃO do mesmo, na qualidade de representante do espólio

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0616013-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Andreia Monteiro da Costa - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Nos termos do Provimento nº 273-CGJ/AM de 09.06.2016, intimo o (a) autor(a) a providenciar o pagamento das despesas postais , por intermédio da Guia da Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que possa ser expedida a devida carta.

ADV: JOÃO ROSA (OAB 17023/BA) - Processo 0623883-72.2019.8.04.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Marca - REQUERENTE: Petrobras Distribuidora S/A - REQUERIDO: Vitória Régia Comércio de Petróleo Ltda (Posto Vitória Régia 4) - Vistos, etc Considerando a emenda a inicial de fls. 110/121, Defiro a extensão da tutela deferida às fls. 96/97 para determinar a imediata devolução dos equipamentos cedidos em comodato à ré, que deverá acompanhar o cumprimento da medida. Após recolhidas as custas, expeça-se Mandado.

ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 321781/SP) - Processo 0640700-17.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Rosimeire Martinez Simon - Vistos, Cumpra-se, servindo esta de mandado, devendo ser entregues os documentos que a acompanham ao destinatário do ato deprecado. Intime-se o autor para pagar as custas do Oficial de Justiça. Após, devolva-se ao MM. Juízo deprecante, com as nossas homenagens e cautelas de estilo

Aline Maria da Cás Rachid Pietro (OAB A1075/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Eduardo Gomes Pontes (OAB 6777/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Campos (OAB 621A/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Gláuria Giselle Chaves Henriques (OAB 6692/AM)
João Rosa (OAB 17023/BA)
Kelly Cristina Teodosio da Silva (OAB 13192/AM)
Marcel da Fonseca Moura (OAB 10083/AM)
Ricardo Lopes Godoy (OAB 321781/SP)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Zenaide de Oliveira Brandão (OAB 13164/AM)

8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0265/2019

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0617476-21.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Edivaldo Monteiro da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de quinze dias.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0618219-31.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de quinze dias.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0637771-16.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Tokio Marine Seguradora S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica intimada a parte Requerida Amazonas Distribuidora de Energia S/A, para manifestar-se sobre a petição e documento juntado às fls. 237/239, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0660243-40.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Rural - EXEQUENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre o documento juntado às fls.109, no prazo de 05 (cinco) dias.

Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0266/2019

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0635354-85.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus - Sicoob Uniam - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC/15. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacenjud/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Por oportuno, intime-se a parte Exequente para proceder com o recolhimento das custas de expedição de certidão no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais), via depósito ou transferência eletrônica, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Após, com a comprovação nos autos, expeça-se certidão do artigo 828 do Código de Processo Civil. Acautelo-me quanto ao pedido de arresto, entendendo a necessidade de citação dos executados. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0643135-61.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC/15. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacenjud/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte exequente para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-

se certidão do artigo 828, CPC. Por oportuno, defiro a inclusão do nome dos executados nos cadastros de inadimplentes. Intime-se a parte exequente para recolher as despesas de expedição de ofício no valor de R$ 17,14 (dezessete reais e quatorze centavos), via depósito ou transferência eletrônica, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, com identificação do processo, no prazo de 10 (dez) dias. Após a comprovação nos autos, expeça-se ofício para os devidos fins. Todas as diligências como impressão, envio, cadastro e etc, devem ser realizadas pela parte exequente. Cumpra-se.

Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RUTH HELENA MENDES MONTEIRO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0267/2019

ADV: ANA MARIA LEÃO DUPUÍ (OAB 6842/AM), ADV: LUCIO DE REZENDE NETO (OAB 512A/AM), ADV: VANESSA GUEDES DE AGUIAR (OAB 7493/AM), ADV: RODRIGO TUPINAMBÁ DO VALLE (OAB 5415/AM), ADV: LUCIO DE REZENDE NETO (OAB 512A/AM), ADV: ELIAS SADALA JORGE NETO (OAB 4421/AM) - Processo 0231299-11.2009.8.04.0001 (001.09.231299-4) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: L MIRANDA BRANDAO - Tendo em vista que o presente feito encontra-se arquivado, de ordem, intimo a parte Exequente para recolher as custas de desarquivamento, nos termos da Portaria 116/17-PTJ, no valor de R$ 30,00 (trinta reais), via depósito ou transferência eletrônica, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, façam os autos conclusos para análise da petição de fls. 234/236.

ADV: ALEXANDER CAVALCANTE XAVIER (OAB 7196/AM), ADV: EDUARDO ALVES MARINHO (OAB 7413/AM), ADV: ADALBERTO TEIXEIRA BITTAR (OAB 5275/AM), ADV: MARIA LUCIELZA OLIVEIRA FACCO (OAB 8301/AM), ADV: CELCIANE MALCHER PINTO (OAB 8967/AM) - Processo 0260831-93.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Posse - REQUERENTE: Alfeu Luiz Facco - REQUERIDO: OSVALCIR ALBUQUERQUE DE SOUZA - Recebi hoje. Apresentados os quesitos, torno sem efeito o despacho de fl.493, o qual fora liberado equivocadamente por erro do sistema. Ao Sr. Perito para a diligência, aguarde-se o laudo pericial. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO SÁVIO BRASIL DE LIMA (OAB 11255/AM), ADV: GEFSON HEFER ANTIQUERA OLIVEIRA (OAB 2482/AM), ADV: SÉRGIO DE LIMA (OAB 201A/AM), ADV: SERGIO DE LIMA (OAB 102.928/SP), ADV: SÉRGIO DE LIMA (OAB 201/AM) - Processo 0336707-59.2007.8.04.0001 (apensado ao processo 0320652-33.2007.8.04.0001) (001.07.336707-0) - Cumprimento de sentença - Depósito - REQUERENTE: AGK Comércio de Peças e Acessórios para Veículos - Recebi hoje. Tendo em vista o tempo para cumprimento da medida, até a presente data sem informação do setor responsável, mesmo tendo a Secretaria respondido todos os quesitos, acolho o pedido de fls. 602/603, adotando as seguintes medidas: a) REITERE-SE ofício requisitando o cumprimento da ordem judicial proferida, solicitando resposta no prazo de 5 (cinco) dias; b) não havendo resposta, comunique-se ao chefe do setor para providências no sentido de dar cumprimento ou justificar tal impossibilidade, no prazo de 5 (cinco) dias; c) não surtindo efeito qualquer medida anterior constantes nos itens “a” e “b” deste despacho, oficie-se ao Ministério das Relações Exteriores, bem como ao Ministério Público Federal e à Presidência da República para apurar eventual ilícito administrativo e/ou penal. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8659/MS) - Processo 0604319-10.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Claudionora Delgado do Nascimento - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - De ordem, em razão do pagamento referente as custas processuais, encaminho os presentes autos para a baixa.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ÂNGELA MARIA DANTAS DE ALENCAR (OAB 8924/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0606169-75.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo em vista que o presente feito encontra-se arquivado, de ordem, intimo a parte Exequente para recolher as custas de desarquivamento, nos termos da Portaria 116/17-PTJ, no valor de R$ 30,00 (trinta reais), via depósito ou transferência eletrônica, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Após a comprovação, façam os autos conclusos para análise da petição de fl. 204.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0607612-61.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S. A. - Reportando-me ao pedido de arquivamento provisório dos autos (fls. 165/166), é cediço que no processo de Execução, conforme preceitua o art. 921, III do CPC, “suspende-se a execução quando o Executado não possuir bens penhoráveis”. Todavia, a triangularização processual é medida necessária para este arquivamento, o que não aconteceu até o momento, já que as tentativas de citação dos Executados restaram infrutíferas. Por tal razão, indefiro o referido pedido. Nesse seguimento, intime-se o Exequente para que promova ou requeira diligências visando a citação dos executados, no prazo de dez dias. Cumpra-se.

ADV: JABER CALIL NADAF NETO (OAB 5247/AM), ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM), ADV: PEDRO LUCAS PORTUGAL AL-BEHY KANAAN (OAB 8587/AM), ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM) - Processo 0608044-41.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Elfac Fomento Mercantil Ltda - EXECUTADO: Haddad e Santos Construtora Ltda -EPP - Da análise dos autos, constatei que à fl. 39, fora deferido o parcelamento das custas iniciais, em 06 vezes. Ocorre que até o presente momento não vislumbrei o pagamento da parcela 06. Por essa razão, intime-se o Exequente para regularizar o recolhimento das custas processuais iniciais, no prazo improrrogável de quinze dias, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 290 c/c 485, IV do CPC. Após, com ou sem o pagamento, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ELÍSIA LIMA DE SÁ (OAB 9161/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: EMANUELLY SOUZA DE ALMEIDA (OAB 10527/AM) - Processo 0608529-75.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condominio Residencial Paradiso Antúrio - De ordem, intimo a parte Exequente para efetuar o pagamento das custas de consulta de bens nos sistemas conveniados RenaJud, conforme portaria 116/17 PTJ/AM, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, proceda-se a consulta.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: CAMILA CORDEIRO BATISTA (OAB 10930/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0608746-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Silvana Gloria Andrade - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos e examinados. Inicialmente, verificando a existência de duas contestações e documentos em nome do Requerido, esclareço que apreciarei a primeira contestação de fls. 75/88 desconsiderando a segunda de fls. 110/138 em razão da ocorrência da preclusão consumativa pela interposição da peça de resposta anterior.

Passando a analisar o bojo processual, percebo que é dispensável a produção de outras provas, sejam periciais ou que demandem audiência de instrução e julgamento, pois não há controvérsia quanto à assinatura e pactuação do contrato discutido, na verdade, a Requerente alega que estava ciente do empréstimo consignado, mas não da modalidade cartão de crédito, o que torna eventual prova pericial totalmente desnecessária. Tal circunstancia faz também prescindível o depoimento pessoal da mesma, já que a discussão cinge-se somente dos termos contratuais, tratando-se de matéria exclusivamente de direito. Ante o exposto, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo impugnação das partes no prazo legal, à Secretaria para tornar sem efeito a segunda peça contestatória juntamente com seus documentos. Após, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELSON DEMOSTHENES DE OLIVEIRA (OAB 7451/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0609261-85.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Rafael Albuquerque Batista - De ordem, remeto os autos para à contadoria para verificação de custas processuais.

ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: LAURO AUGUSTO DE LIMA CAVALCANTI (OAB 6343/AM) - Processo 0609684-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Iracema Ramos de Oliveira - REQUERIDO: Global GNZ Transportes Ltda. - Trata-se de Ação de Indenização c/c pedido de Tutela Antecipada por Danos Morais e Materiais Decorrentes de Acidente de Trânsito. Pois bem. Analisando os fatos aduzidos por ambas as partes, verifico a necessidade de realização de perícia para haver melhor elucidação dos fatos, bem como esclarecer pontos controversos. Razão pela qual, resolvo NOMEAR o Sr. Anderson Amador da Silva, para funcionar como Perito Judicial independentemente de Termo de Compromisso (art. 466, CPC) e para proceder a reconstituição de Acidente de Trânsito. INTIME-SE o Sr. Perito para que informe a este juízo no prazo de cinco dias, se aceita o encargo nomeado, bem como a proposta de honorários periciais. Destaco que, os honorários periciais deverão ser pagos pela Requerida Global GNZ Transportes Ltda de forma integral e será liberado em favor do perito da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) para início do laudo pericial e o restante na sua conclusão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM) - Processo 0611605-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Helena Soares da Silva - REQUERIDO: Agiplan Financeira S.a - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de quinze dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM) - Processo 0612083-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Michelle Moura da Silva - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de quinze dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos, bem como sobre a proposta de acordo juntada às fls. 102/103.

ADV: LÍDICE MAYO LANGBECK (OAB 9475/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: MARIA GLÁUCIA BARBOSA SOARES (OAB 2477/AM), ADV: TAIANILCE MONTEIRO SOUZA (OAB 9222/AM) - Processo 0612266-23.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERIDO: Edson Palheta Brasil - De ordem, fica intimada a parte Executada para proceder com o recolhimento das custas de impugnação ao cumprimento de sentença no valor de R$ 191,31 (cento e noventa e um e trinta e um centavos), conforme portaria 116/17 - PTJ, (Procedimentos Incidentes, item “1”), via depósito ou transferência eletrônica, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de 10 (dez) dias. Oportunamente, intimo a parte impugnada para se manifestar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença no prazo de quinze dias.

ADV: CARLOS ALBERTO MUNIZ PANTOJA (OAB 2121/AM) - Processo 0612616-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Núcleo de Desenvolvimento Sócio Educativo Em Saúde e Meio Ambiente de Carauari -nussemac - Defiro, parcialmente, o pedido de fls. 84/85. Concedo prazo suplementar de 15 (quinze) dias, devendo o Requerente, após o transcurso do mesmo, dar a devida movimentação, independente de nova intimação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0613671-26.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de fls. 99/100, no sentido de determinar a penhora do veículo de placa MFM-9339 via sistema RenaJud. Ressalta-se que a diligência de penhora está condicionada ao pagamento, motivo pelo qual, intime-se o Exequente para proceder com o recolhimento das custas do sistema supracitado, conforme portaria 116/17 PTJ/AM, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: WILSON THIAGO CORREIA (OAB 11055/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0614718-35.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Consórcio - REQUERENTE: Wilson Correia - REQUERIDO: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Vistos e examinados. Verifico que a matéria discutida nos autos é exclusivamente de direito, dispensando a produção de provas. Anuncio o julgamento antecipado do mérito, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, voltem-me conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se, sem demora.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 107414/SP), ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: GESIEL BARBOZA SANTOS (OAB 1514/RR), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313/AM) - Processo 0615940-43.2015.8.04.0001 - Cumprimento Provisório de Sentença - Direitos e Títulos de Crédito - REQUERIDO: Safra Leasing S/A Arrendamento Mercantil - O Magistrado concedeu prazo de cinco dias para que o Banco Requerido se manifestasse acerca da contraproposta de acordo.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: AILMARA C. DE PAULA (OAB 10532/AM) - Processo 0616014-63.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: BB Leasing S.A - Arrendamento Mercantil - Tendo em vista que as cartas serão remetidas para três endereços distintos e apenas um AR fora devidamente pago, intimo a parte Autora para recolher as demais custas, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, expeça-se o necessário.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065/AM), ADV: DANIEL ROCHA NÓBREGA (OAB 10626/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0616583-93.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Edith de Oliveira Cavalcante e outro - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A e outro - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de quinze dias.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 1213A/AM), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0619673-75.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: P. - Retifico o Despacho de fl. 60, onde lê-se Requerido, leia-se Requerente, permanecendo o restante inalterado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0620493-31.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica intimada a parte Autora para recolher as diligências do Sr. Oficial de Justiça necessárias à prática do ato processual, no prazo de dez dias. Após a devida comprovação nos autos, expeça-se Mandado ao endereço indicado à fl. 90.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM) - Processo 0621252-68.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Jose dos Santos Lessa Filho - REQUERIDA: Maria Emilia de Leiros e outros - Dá analise dos autos, verifica-se que a Sentença homologatória de acordo (fls. 267/268) extinguiu o feito, nos termos do art. 487, III, "b" do CPC, sendo que, da aludida Sentença, as partes não interpuseram qualquer recurso. Assim, não tendo o acordo sido cumprido por qualquer das partes, é cabível a execução do julgado, nos termos do art. 523 e seguintes do CPC. À vista disso, intime-se o Exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0621898-10.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte Exequente para efetuar o pagamento das custas de consulta de bens nos sistemas conveniados BacenJud/RenaJud e InfoJud, conforme portaria 116/17 PTJ/AM, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, proceda-se a consulta.

ADV: CAMILA CORDEIRO BATISTA (OAB 10930/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0622221-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Dario Vicente da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para: I - DECLARAR quitado o contrato discutido na inicial sob a rubrica "BMG - Cartão", com a consequente anulação do cartão de crédito e seu contrato; II - CONFIRMAR a liminar concedida às fls. 61/63; III - CONDENAR o Requerido a restituir em dobro o desconto indevido efetuado na folha de pagamento do Autor, ou seja, o pagamento do valor de R$ 42.652,06 (quarenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e seis centavos), acrescido de correção monetária pelo INPC e juros de 1% ao mês, a partir dos desembolsos. Eventuais débitos descontados durante o trâmite da demanda também deverão ser restituídos. IV - CONDENAR o Requerido ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), devidamente corrigido pelo INPC a partir da sentença (S. 362 do STJ) e juros de mora de 1% a partir do primeiro desconto indevido (S. 54 do STJ). V - CONDENAR o Requerido ao pagamento de custas e honorários advocatícios que fixo em 15% sobre o valor da condenação, na forma do art. 85, § 2.º do CPC. Oportunamente, DÊ-SE baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0622441-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Tarifas - REQUERENTE: Maria de Fatima Gadelha - Por tais razões, verificadas as condições e requisitos para a concessão da tutela antecipada, nos termos do art. 300, caput, §2.º, do CPC, DEFIRO O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, para o fim de DETERMINAR que o Requerido se abstenha de realizar cobranças de tarifas bancárias na conta do Requerente, com os títulos: "Cesta Fácil Econômica e Cesta Básica de Serviços". FIXO a multa de um mil reais, por desconto realizado, para o caso de descumprimento da presente medida, limitada a trinta vezes. CITE-SE/INTIME-SE o Requerido, através de seu patrono, para apresentar Contestação no prazo de quinze dias, bem como para cumprimento da liminar. DEFIRO à parte Autora os benefícios da justiça gratuita somente com relação às custas iniciais, ficando a seu cargo eventuais taxas e despesas processuais, nos moldes do art. 98, §5.º do CPC. DEFIRO ainda a inversão do ônus da prova na forma do CDC. Considerando a especificidade da demanda, deixo de designar audiência inaugural de conciliação, nos termos do inc. II, §4.º, do art. 334 do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0622635-71.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: S.B.S. - Da análise dos autos, mais precisamente da documentação de fls. 15/17, verifico que a notificação extrajudicial está desacompanhada do respectivo aviso de recebimento com assinatura de quem recebeu, apenas constando informação de que foi entregue ao requerido. Pois bem. Esclareço que, para a devida comprovação da constituição em mora, não basta o encaminhamento da notificação extrajudicial, é necessário que o documento venha acompanhado com assinatura ou informação do resultado da diligência no aviso de recebimento. Veja-se orientação jurisprudencial local: APELAÇÃO CÍVEL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE AUTOMÓVEL. ART. 2.º, §2.º DO DECRETO-LEI N.º 911/69. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL DESACOMPANHADA DE AVISO DE RECEBIMENTO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA MORA. RETORNO DOS AUTOS À VARA DE ORIGEM. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJ-AM 0609216820138040001 AM 0609321-68.2013.8.04.0001, Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing, Data de julgamento: 07/05/2018, Terceira Câmara Cível). (grifei). Sendo assim, intime-se a parte Requerente para que proceda a regularização de sua Inicial, nos termos §2.º do art. 2.º do Decreto Lei n.º 911/69, apresentando o aviso de recebimento com as informações, no prazo de 15 (quinze dias), sob pena de extinção do processo. Oportunamente, considerando que o patrono da parte Autora, Dr. Acácio Fernandes Roboredo, OAB/SP 89.774, possui mais de 05 (cinco) ações em trâmite neste Estado e não possui inscrição suplementar no Conselho Seccional do Amazonas, oficie-se a OAB-AM para que tome as medidas que entender cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIA PEIXOTO DE OLIVEIRA BORBA (OAB 9246/AM), ADV: SILVIA LUIZA BARROSO (OAB 6110/AM), ADV: PAULO SEGADILHA FRANÇA (OAB 4729/AM) - Processo 0623026-02.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - REQUERIDA: LUCILENE CASTRO DA SILVA - Em complemento ao ato ordinatório de fl. 389, de ordem, intimo a parte Executada para cumprir voluntariamente com o pagamento dos honorários de sucumbência, conforme petição de fls. 385/388, bem como para que cumpra com a obrigação de fazer, no sentido de proceder com desocupação do imóvel, no prazo de trinta dias, sob pena de desocupação forçada e incidência de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) no limite de trinta vezes, conforme Sentença de fls. 192/196 (art. 523 c/c 536 do CPC).

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0623739-74.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Conforme se infere dos autos, a execução encontra-se prejudicada em razão da não localização de bens passíveis de penhora. De acordo com o art. 921, III, do Código de Processo Civil, a execução é suspensa quando o devedor não possuir bens penhoráveis. Assim, DETERMINO a suspensão da execução pelo prazo de um ano, nos termos do § 1.º do art. 921 do CPC. Decorrido o anuênio sem qualquer requerimento visando o prosseguimento do feito, terá início a prescrição intercorrente e os autos permanecerão arquivados administrativamente, de acordo com o § 4.º da mesma norma processual. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: JACOB & NOGUEIRA ADVOGADOS (OAB 192/AM), ADV:

THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM) - Processo 0624356-29.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intimo a Executada para pagar voluntariamente o montante da condenação, acrescido das custas, se for o caso, no prazo de quinze dias. (art. 523 c/c 513, § 2º, I, ambos do CPC). Na hipótese de não haver pagamento voluntário no prazo legal, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, de honorários advocatícios de dez por cento, nos termos do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de quinze dias para que a Executada, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. (art. 525 do CPC).

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: JÚLIO DA COSTA BENARRÓS NETO (OAB 13245/AM) - Processo 0624534-41.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Fernando Henrique Trigueiro Dias - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de quinze dias.

ADV: HERBERT BRUNO MAGALHÃES ASSIS (OAB 10348/AM), ADV: TIAGO ALBUQUERQUE LAZARINI DOS SANTOS (OAB 9946/AM), ADV: DENNYS LOPES MORAES (OAB 10662/AM), ADV: DENISE COÊLHO DE SOUZA (OAB 10520/AM) - Processo 0624852-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sunshine Promoção e Eventos - REQUERIDO: Francisco Araújo Foto e Cinefotografia - Recebi hoje. No tocante ao pedido de fls.76/79, aguarde-se o transcurso do prazo da contestação, nos termos da decisão de fl.62. Cumpra-se.

ADV: MAX AGUIAR JARDIM (OAB 10812/PA), ADV: SYLVIO FONSECA DE NÓVOA (OAB 11609/PA), ADV: SÍLVIA LORENA CARDOSO DA SILVA (OAB 12115/PA), ADV: THIAGO COLLARES PALMEIRA (OAB 11730/PA), ADV: NAILLA MARIANA TEMBRA DOS SANTOS (OAB 22037/PA), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: MARISA DE ALMEIDA MACOLA MARINS (OAB 10301/PA) - Processo 0625026-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nilio Braga Portella - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - Vistos e examinados. Trata-se de Ação de Ressarcimento em Danos Materiais c/c Dano Moral movida por Nilio Braga Portella e Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A. O Autor pretende o reembolso no valor de R$ 14.860,00 (quatorze mil, oitocentos e sessenta reais) por gastos realizados e necessários para reparar danos causados por vazamento ocorrido em seu imóvel, o qual é segurado pela Requerida. A Seguradora, entretanto, se opõe ao reembolso por entender que a apólice do segurado não prevê cobertura para o sinistro em questão, por este motivo considera legítima a negativa administrativa. Pois bem. Da análise dos documentos constantes dos autos, verifico divergência entre as provas produzidas pelas partes, devendo este Magistrado, portanto, sanear o processo, consoante o previsto no art. 357 do Código de Processo Civil. Com efeito, CHAMO o processo à ordem para tornar sem efeito a decisão de fl. 154, que anunciou o julgamento antecipado do mérito, devendo o feito prosseguir com sua fase instrutória. No que concerne à divergência entre as provas produzidas pelas partes, registro que, a despeito dos relatórios de fls. 29 e 75 terem sido elaborados pela mesma empresa de edificações (R P da Silva Edificações), com assinatura do mesmo Engenheiro Civil, Sr. Renan França da Silva, os relatórios apontam informações conflitantes. Explico. Da leitura do relatório de fl. 29, observo que o profissional indicou que "o sinistro ocorrido no apartamento n.º 11 (...) deu-se a uma anomalia apresentada na rede de esgoto do apartamento a qual se encontrava abaixo do balcão da cozinha vedada com plático, estando a mesma abaixo de uma estrutura de alvenaria revestida com argamassa de cimento", o que faz este Julgador inferir que os danos teriam decorrido de rompimento de tubulações da rede interna do apartamento, evento este amparado pela apólice do seguro residencial. Todavia, do exame do relatório de fl. 75, verifico que o mesmo profissional apontou que "o sinistro ocorrido no apartamento n.º 11 (...) deu-se a uma anomalia apresentada no rompimento do cano da prumada da rede de esgoto do condomínio, afetando diretamente o apartamento acima citado", o que faz este Julgador deduzir que os danos teriam decorrido de rompimento de tubulações de rede externa, evento a priori não amparado pela apólice contratada. Isto posto, considerando que o esclarecimento de tal controvérsia é essencial ao deslinde do feito, DESIGNO o dia 17 de setembro de 2019, às 10h, para realização de audiência de instrução e julgamento, com fulcro no art. 357, V, do Código de Processo Civil. Tendo em vista que o Engenheiro Civil Renan França da Silva periciou o imóvel, assim como subscreveu os relatórios de fls. 29 e 75, INTIME-O para comparecer à audiência designada com o fito de prestar informações e esclarecimentos técnicos acerca do evento danoso. EXPEÇA-SE o competente mandado. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0627337-65.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - De ordem, intimo a parte Exequente para juntar o demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, conforme o art. 524 do CPC, no prazo de dez dias.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0627595-70.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o requerimento de fl. 63, HOMOLOGO a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas às fls. 06/07. Proceda-se a baixa.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0628015-75.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Ante o exposto, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, I, do Código de Processo Civil. Oportunamente, DÊ-SE baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe. Custas pagas (fls. 7/8). P.R.I.

ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM) - Processo 0628213-15.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alexandre Wiler Santana Gonçalves - Recebi hoje. Tendo em vista os documentos e justificativas apresentadas pelo exequente, embora o valor do suposto crédito seja elevado, verifico que há presunção momentânea de hipossuficiência. Neste caso, para evitar violação ao princípio de acesso à jurisdição, autorizo o pagamento das custas processuais ao final do processo. Cite-se a parte executada para pagar o débito no prazo de três dias, sob pena de penhora de valores e bens suficientes à satisfação do crédito em execução. Arbitro honorários em favor do advogado em 10% sobre o valor atualizado do débito (art. 827, caput, do CPC). Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0629725-38.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: VALCIRENE MÔNICA FERREIRA - Adilson Ramos Pereira - REQUERIDO: API SPE 10 INCORPORADORA LTDA e outro - Vistos e examinados. Tendo em vista que a matéria discutida neste processo não depende de outras provas, anuncio o julgamento antecipado do mérito, nos termos do art. 355, I, do CPC. Sem impugnação, voltem-me conclusos para sentença. Prazo: 15 (quinze) dias.

ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: ANTÔNIO DE SOUZA FILHO (OAB 8123/AM) - Processo 0629993-97.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: CLN Participaçoes

e Emprendimentos Imobiliarios Ltda - EXECUTADO: TC Logistica Integrada Ltda - Tendo em vista que a carta precatória expedida por este juízo fora devolvida por ausência de recolhimento de custas, conforme se vê às fls. 396/414, defiro a expedição de nova carta precatória, ressaltando que a Exequente deverá recolher as custas dentro do prazo determinado pelo Juízo deprecado. Saliento que a diligência em questão está condicionada ao Recolhimento de custas, conforme previsto na Tabela II da Portaria 116/17 PTJ, em conformidade com a Lei n. 4.408/2016, motivo pelo qual, intime-se a Exequente para providenciar o pagamento das custas, no valor de R$ 32,96 (trinta e dois reais e noventa e seis centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, com identificação do processo, no prazo de dez dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: MARIA CRISTTIANE DOS REIS SOUSA (OAB 12319/AM), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA) - Processo 0630271-59.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Salete Teixeira Maklouf - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - De ordem, fica intimada a parte Exequente para manifestar-se sobre os depósitos realizados (fls. 219/220), no prazo de 05 (cinco) dias, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Por oportuno, faço a remessa dos autos à Contadoria para o cálculo das custas processuais.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0631060-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Sebastião da Silva Januário - Por tais razões, verificadas as condições e requisitos para a concessão da tutela antecipada, nos termos do art. 300, caput, §2.º, do CPC, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR a suspensão dos descontos realizados no contracheque do Requerente, matrícula n. 127.177-6 A, referente ao empréstimo "BMG CARTÃO", com relação ao evento descrito na Inicial. FIXO a multa de R$ 1.000,00 (um mil reais), por desconto realizado, para o caso de descumprimento da presente medida, limitada a 20 (vinte) vezes. DEFIRO ao Autor os benefícios da justiça gratuita somente com relação às custas iniciais, ficando a seu cargo eventuais taxas e despesas processuais, nos moldes do art. 98, §5.º do CPC. DEFIRO, ainda, a inversão do ônus da prova na forma do CDC. CITE-SE/INTIME-SE eletronicamente o Requerido para oferecer Contestação no prazo legal, bem como para cumprimento da liminar. Considerando a especificidade da demanda, deixo de designar audiência inaugural de conciliação, nos termos do inc. II, §4.º, do art. 334 do CPC. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE GANDA RIBEIRO (OAB 11885/AM), ADV: THAYENNE LORAN GOUVÊA DE MENDONÇA (OAB 11731/AM), ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: GLICIA CAROLINE ROCHA CAUPER (OAB 11728/AM) - Processo 0631223-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito Autoral - REQUERENTE: Centro Educacional Santa Terezinha - Vistos e examinados. REMETAM-SE os Autos ao CEJUSC, considerando sua competência para realização da audiência de conciliação/mediação, devendo expedir as intimações necessárias. CITE-SE o Requerido para apresentar Contestação, no prazo de quinze dias, nos termos do art. 335, do CPC, sob pena de revelia e confissão, conforme art. 344, do CPC. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO VITAL LEITE DE OLIVEIRA (OAB 9124/AM) - Processo 0631546-77.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: WEVERTON SENA BATISTA LIMA - De ordem, intimo a parte impugnada para se manifestar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença no prazo de quinze dias.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0631638-50.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Como o Requerido, não obstante citado pessoalmente (fl. 60), deixou de cumprir o mandado inicial de pagamento expedido e também não ofereceu embargos à monitória, constitui-se, de pleno direito, o título executivo judicial pelo valor descrito na petição inicial, qual seja, R$ 61.352,24 (sessenta e um mil, trezentos e cinquenta e dois reais e vinte e quatro centavos), que deverá ser acrescido de correção monetária, conforme Portaria 1858/2016 - PTJ, a contar do ajuizamento do feito e de juros de mora de 1% ao mês, a partir do ajuizamento da demanda, bem como das custas, despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o montante corrigido do título executivo ora constituído. Posto isso, constituo o título executivo judicial de pleno direito e converto ex vi legis e sem outras formalidades o mandado inicial de pagamento em mandado executivo (art. 701, § 2.º do CPC). Transitada esta em julgado e, independentemente de nova intimação, deverá a parte autora apresentar pedido de cumprimento de sentença (artigo 523 do CPC), acompanhado de memória de cálculo devidamente atualizada. P.R.I.

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: LUMA DE CARLOS SOUZA MULLER (OAB 11762AM) - Processo 0633277-11.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Manifestem-se as partes acerca do laudo pericial de fls. 805/911, no prazo de quinze dias. Em ato contínuo, expeça-se Alvará Judicial referente a parte final dos honorários do Sr. Perito, para os seus devidos fins. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0633664-21.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Yamaha Motor do Brasil S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, por ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular, na forma do art. 485, IV do Código de Processo Civil. Custas pelo Requerente. P.R.I.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0633704-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Adelson Dias Parente - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 11/08/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: LEONARDO MONTENEGRO COCENTINO (OAB 32786/PE), ADV: CAIO ROGÉRIO DA COSTA BRANDÃO (OAB 13221A/PA) - Processo 0633970-87.2019.8.04.0001 - Embargos

à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Auto Posto Pam Ltda Me - Mario José Silva de Araújo - EMBARGADO: Petróleo Sabbá S/A - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intimem-se os embargantes para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostarem aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos contracheques; c) extratos bancários; d) balancetes financeiros atualizados da empresa. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: ELIZANDRA ZAMPERETI MARTINS (OAB 9332/AM) - Processo 0634493-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Jucilene Rego - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se o/a requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos contracheques; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: GERALDO FRANCISCO DE BARROS GAZOS (OAB 84872/RJ), ADV: GERALDO FRANCISCO DE BARROS GAZOS (OAB 1308A/AM) - Processo 0635561-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Isabel Dias Costa - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se a requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos contracheques; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Por oportuno, intime-se a requerente para, no prazo de cinco dias, juntar a procuração, nos termos do art. 287 do CPC. Cumpra-se.

ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM) - Processo 0635662-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: João Victor Beraldi Barros - Vistos e examinados. DEFIRO à parte Autora os benefícios da justiça gratuita somente com relação às custas iniciais, ficando a seu cargo eventuais taxas e despesas processuais, nos moldes do art. 98, §5.º do CPC. Em observância à Portaria n. 2183/2016 - PTJAM e ao Termo de Cooperação n.º 012/2017-TJ, REMETAM-SE os Autos ao CEJUSC, considerando sua competência para as providências iniciais em processos relativos ao INSS e Seguro Obrigatório DPVAT. Cumpra-se.

ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: MARCELO CANDIOTTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 104784/MG) - Processo 0635985-63.2018.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - De ordem, fica intimada a parte Requerente para recolher as diligências do Sr. Oficial de Justiça necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Após o recolhimento das referidas custas, expeça-se novo mandado.

ADV: CLÉUCIO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 5060/AM) - Processo 0636376-81.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Fato Atípico - REQUERENTE: Cléucio da Silva Oliveira - Recebi hoje. Defiro o pedido de fls. 45/46, DETERMINO a suspensão do processo pelo prazo de 60 (sessenta) dias, até o cumprimento do acordo. Transcorrido o prazo assinalado, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0636601-04.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica intimada a parte autora para recolher as despesas de diligências do Sr. Oficial de Justiça, necessárias à prática do ato processual, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, expeça-se mandado de citação para o mesmo endereço diligenciado anteriormente.

ADV: SYRSLANE FERREIRA NAVEGANTE SANTOS (OAB 5154/AM), ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM), ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM) - Processo 0636794-29.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Propriedade - REQUERENTE: Leonor de Almeida Galvão e outro - REQUERIDO: Elias Fernandes de Carvalho - Syrslane Ferreira Navegante Santos e outros - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de quinze dias.

ADV: RENAN DOS SANTOS ESPOSTO (OAB 12400/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: RENAN DOS SANTOS ESPOSTO (OAB 12400/AM), ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM) - Processo 0637725-22.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Giovanna Miranda Aufiero - EMENTA: AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. PEDIDO DE LIMINAR SEM EXPLICITAR MOTIVOS. AUSÊNCIA DE COMPROVADA RECUSA POR PARTE DO CREDOR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. A ação de consignação não deve ser ajuizada como forma de obrigar o credor a receber valores parcelados e sem prévia anuência deste. Compete à parte autora da consignação demonstrar que houve recusa do credor em receber o crédito apontado. A ausência de comprovação de requisitos mínimos ao ajuizamento desta espécie de ação e, ainda, com insistência da parte autora em não atender o pronunciamento judicial, enseja a extinção do processo sem resolução do mérito. Vistos e examinados. Trata-se de pedido de liminar formulado por GIOVANNA MIRANDA AUFIERO, em face de SOCIEDADE BENEFICENTE DE SENHORAS- HOSPITAL SÍRIO LIBANÊS, todos devidamente qualificados. Argumenta, em

síntese, a autora que permaneceu internada com finalidade de obter tratamento médico e cirúrgico na unidade hospitalar da parte requerida. Argumenta a autora que a parte requerida "recusa-se" a receber valores que seriam devidos em decorrência do tratamento dispensado àquela, pugnando pelo depósito no valor de R$9.468,51. Embora a inicial tenha como nomenclatura "ação de consignação em pagamento com pedido de liminar", não há exposição precisa quanto à liminar postulada. Na decisão interlocutória de fl. 419, deferi, provisoriamente, os benefícios da assistência judiciária gratuita, mas determinei que a parte autora instruísse melhor o processo com a finalidade de demonstrar a recusa do credor em receber ser crédito na forma do art. 335, inciso I, do Código Civil. Na petição de fl. 421, a parte autora entendeu o que o processo encontra-se instruído pela troca de e-mails. É o suficiente relatório. Fundamento e decido. Entendo impossível o Judiciário obrigar o credor a parcelar o débito. A ação de consignação em pagamento tem lugar nas hipóteses expressas previstas no art. 335 do Código Civil: Art. 335.A consignação tem lugar: I- se o credor não puder, ou, sem justa causa, recusar receber o pagamento, ou dar quitação na devida forma; II- se o credor não for, nem mandar receber a coisa no lugar, tempo e condição devidos; III- se o credor for incapaz de receber, for desconhecido, declarado ausente, ou residir em lugar incerto ou de acesso perigoso ou difícil. Não estando plenamente justificada a via eleita, não tendo a parte autora cumulado outros pedidos "revisão de contrato, dano moral, material ou outros", a ação deve seguir o rito exclusivo da consignação. Portanto, havendo manifestação expressa da autora em não atender corretamente o pronunciamento judicial, inclusive para não ser afetada com eventual ônus (princípio da causalidade), tenho como necessária a extinção do processo sem resolução do mérito. Forte nas razões que precedem, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, incisos I, IV e VI, do CPC c/c artigo 335, I, do Código Civil. Suspendo a exigibilidade das custas em decorrência do deferimento da assistência judiciária gratuita em favor da autora. Isento de honorários de sucumbência, por ausência de citação válida. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HERICSON DE ALMEIDA MADUREIRA (OAB 6322/AM) - Processo 0639488-97.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Edson Carlos Lima Matos - A execução deve ser julgada extinta. De acordo com os elementos constantes nos autos houve total pagamento por parte do Executado do valor objeto de execução conforme fl. 197, o que foi aceito pela parte contrária, gerando extinção da obrigação. Ante o exposto, JULGO EXTINTA a presente execução, nos termos do disposto no artigo 924, II, do Código de Processo Civil. Ato contínuo, determino a expedição de alvarás judiciais, nos moldes solicitados em fl. 202. Posteriormente, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0639901-71.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos e examinados. Pagas as referidas custas, com a devida comprovação nos autos, estando devidamente comprovado o inadimplemento do devedor, CONCEDO liminarmente a busca e apreensão do bem descrito na Inicial, ordenando a expedição do competente Mandado para os fins explicitados. Após, CITE-SE a Ré, para no prazo do art. 3.º, § 2.º, do Decreto Lei n.º 911/69, pagar a integralidade da dívida ou oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, conforme o § 3.º do referido Decreto (alterado pela Lei n.º 10.931 de 02 de agosto de 2004). Conste ainda no mandado que, para efeitos da purgação da mora, deverão ser pagas as parcelas vencidas e vincendas. Diligências conforme o art. 212 e parágrafos do CPC. Determino, de pronto, o bloqueio do veículo pelo sistema RenaJud. Em retornando o mandado negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/Ré, mediante pagamento da diligência, proceda-se à consulta dos dados cadastrais da Ré via BacenJud/RenaJud/InfoJud. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: LUCIMAR VIDINHA GOMES (OAB 9318/AM) - Processo 0639995-24.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimo o Executado para pagar voluntariamente o montante da condenação, acrescido das custas, se for o caso, no prazo de quinze dias. (art. 523 c/c 513, § 2º, I, ambos do CPC). Na hipótese de não haver pagamento voluntário no prazo legal, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, de honorários advocatícios de dez por cento, nos termos do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de quinze dias para que o Executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. (art. 525 do CPC).

ADV: CAROLINE BASILIO KLENKE (OAB 12081/AM) - Processo 0640864-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Odila Julia Pimentel Passos - CHAMO o processo à ordem para retificar a Decisão de fls. 62/64. Onde se lê "Por tais razões, verificadas as condições e requisitos para a concessão da tutela antecipada, nos termos do art. 300, caput, §2.º, do CPC, DEFIRO O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, para o fim de DETERMINAR que a Requerida se abstenha de suspender o fornecimento de energia elétrica para o imóvel da Autora", leia-se "Por tais razões, verificadas as condições e requisitos para a concessão da tutela antecipada, nos termos do art. 300, caput, §2.º, do CPC, DEFIRO O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, para o fim de DETERMINAR que, no prazo de 15 (quinze) dias, a Requerida restabeleça o fornecimento de energia elétrica para o imóvel da Autora", ficando inalterado o restante da Decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0641743-86.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Dessa forma, entendendo que o valor atribuído está dissonante da jurisprudência supramencionada, ALTERO o valor da causa, ex officio, conforme art. 292, § 3.º do CPC, para ser totalizado em R$ 13.399,29 (treze mil, trezentos e noventa e nove reais e vinte e nove centavos), conforme tabelado em fl. 16. Por consequência, DETERMINO que o Requerente efetue o pagamento das custas judiciais complementares, com a devida comprovação nos autos, sob pena de cancelamento da distribuição ex vi dos arts. 290 e 485, IV, do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS EDUARDO DEDER REVERBEL (OAB 59678/RS), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ALEXANDRE SCHMITT DA SILVA MELLO (OAB 47086/BA), ADV: ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0642354-10.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: K.j. Harjani & Cia Ltda - REQUERIDO: Andrade Hoteis Ltda - Em atenção a petição de fl. 727, DESIGNO o dia 16 de setembro de 2019, às 08:30 horas, para início da realização da Perícia que acontecerá no Taj Mahal Continental Hotel, situado na rua: Av. Getúlio Vargas, n° 741, Manaus/AM. Ressalta-se que a referida Perícia também ocorrerá em dias seguidos a data supramencionada, no mesmo horário, haja vista a existência de vários cômodos e itens, conforme informado pelo Sr. Perito. Em ato contínuo, INTIMEM-SE as partes para a formulação de quesitos e apresentação de assistentes técnicos, no prazo de quinze dias. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0642449-69.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Da análise dos autos em apreço, constatei que há comprovante do pagamento das custas processuais às fls. 42/44. Contudo, no site do Tribunal de Justiça do Amazonas, não há registro das mesmas para este processo. Desta feita, remetam-se os autos à Contadoria para que informem se as custas foram devidamente pagas. Após, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RAFHAEL FONSECA GURGEL LIMA (OAB 9327/AM) - Processo 0642540-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade dos sócios e administradores - REQUERENTE: Colortech da Amazônia Ltda - Recebi hoje. Para análise da petição inicial, faz-se necessário o recolhimento das custas. Versando sobre pessoa jurídica com capacidade econômica, salvo comprovada hipossuficiência, não há como

ser concedida neste caso a assistência judiciária gratuita. Defiro, desde logo, eventual pedido de parcelamento. Concedo o prazo de quinze dias. Comprovado o recolhimento das custas ou, na hipótese de parcelamento, o pagamento da primeira parcela, analisarei o pedido de tutela provisória requerido. Não havendo comprovação do pagamento, fica advertido que o processo poderá ser julgado extinto sem resolução do mérito. Intime-se. Cumpra-se, sem demora.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0643252-52.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Rci Brasil S/A - Da análise dos autos em apreço, constatei que há comprovante do pagamento das custas processuais às fls. 40/42. Contudo, no site do Tribunal de Justiça do Amazonas, não há registro de custas para este processo. Desta feita, remetam-se os autos à Contadoria para que informem se as custas foram pagas devidamente. Cumpra-se.

ADV: PAULA ÂNGELA VALÉRIO DE OLIVEIRA (OAB 1024/AM), ADV: CARLOS ABENER DE OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 642/AM) - Processo 0643307-71.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Servico Social do Comercio - Sesc - REQUERIDO: Antonio Carlos Mattos de Vasconcelos e outros - De ordem, fica intimada a parte Autora para que promova diligências visando a citação do Requerido Transcal Transp. Com. Construções Araujo Ltda - Tta Engenharia, ou indique novo endereço, no prazo de dez dias.

ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: HAYTHAM BADER (OAB 11435/AM) - Processo 0643343-79.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0641970-76.2019.8.04.0001) - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Eduardo Pinto de Moraes - REQUERIDO: Ecolub Comercio de Lubrificantes, Transporte e Purificação Ltda - Epp - Ante o exposto, declaro constituído de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do art. 701, caput e § 2.º do CPC e JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar o Requerido Ecolub Comercio de Lubrificantes, Transportes e Purificação Ltda - Epp a pagar ao Requerente Eduardo Pinto de Moraes a quantia de R$ R$ 44.699,94 (quarenta e quatro mil, seiscentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos), com correção monetária pela Tabela Prática do E. TJAM a partir das datas de emissão dos cheques, ao passo que os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês fluirão da primeira apresentação dos títulos à instituição financeira. Condeno o Requerido, ainda, no pagamento das custas processuais, além dos honorários advocatícios, arbitrados em 10% do valor do débito, corrigido, nos termos do art. 85, § 2.º do Código de Processo Civil. Transitada esta em julgado, independentemente de nova intimação, deverá a parte Requerente apresentar pedido de cumprimento de sentença (artigo 523 do CPC), acompanhado de memória de cálculo devidamente atualizada. P.R.I.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0643853-58.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - De ordem, intimo a parte autora para que efetue o pagamento das custas inicias e despesas de ingresso (postais/oficial de justiça), sob pena de cancelamento da distribuição. Prazo de 15 dias. Art. 290 do CPC - "Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias."

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 986A/AM) - Processo 0644516-07.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Vistos e examinados. DETERMINO que a parte Requerente proceda o pagamento das custas da diligência do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias. Pagas as referidas custas, com a devida comprovação nos autos, estando devidamente comprovado o inadimplemento do devedor, CONCEDO liminarmente a busca e apreensão do bem descrito na Inicial, ordenando a expedição do competente Mandado para os fins explicitados. Após, CITE-SE o Réu, para no prazo do art. 3.º, § 2.º, do Decreto Lei n.º 911/69, pagar a integralidade da dívida ou oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, conforme o § 3.º do referido Decreto (alterado pela Lei n.º 10.931 de 02 de agosto de 2004). Conste ainda no mandado que, para efeitos da purgação da mora, deverão ser pagas as parcelas vencidas e vincendas. Diligências conforme o art. 212 e parágrafos do CPC. Determino, de pronto, o bloqueio do veículo pelo sistema RenaJud. Em retornando o mandado negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/Réu, mediante pagamento da diligência, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do Réu via BacenJud/RenaJud/InfoJud. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0644924-32.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica intimada a parte autora para recolher as despesas de diligências do Sr. Oficial de Justiça, necessárias à prática do ato processual, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, expeça-se mandado de citação para o endereço indicado à fl. 78.

ADV: ANTÔNIO LÚCIO PANTOJA JÚNIOR (OAB 8111/AM), ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM), ADV: MÁRIO BATISTA DE ANDRADE NETO (OAB 5083/AM) - Processo 0654425-10.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Isaac Benchimol & Cia . Ltda.. - REQUERIDO: Instituto Metropolitano de Ensino Ltda. - Ime e outro - Vistos. Tendo em vista que a perícia não seria realizada por Oficial de Justiça, tal como alegado na petição de fls. 133/134 e que o parâmetro dos honorários neste caso não se encontra normatizado pelo Tribunal (e sim pelo profissional autônomo). Reafirmo, ainda, que a parte requerida não é beneficiária da assistência judiciária gratuita e, assim, REJEITO os argumentos lançados no pedido de fls. antecedentes, considero a desistência da prova e preclusão, anunciando o julgamento antecipado do mérito (art. 355, inciso I, do CPC). Prazo: 15 (quinze) dias. Após, voltem-me conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0659234-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Rosenilda Antunes de Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos e examinados. Verifico, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo impugnação das partes, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adalberto Teixeira Bittar (OAB 5275/AM)
Ademario do Rosario Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Ailmara C. de Paula (OAB 10532/AM)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8659/MS)
Alexander Cavalcante Xavier (OAB 7196/AM)
Alexandre Schmitt da Silva Mello (OAB 47086/BA)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 107414/SP)
Ana Maria Leão Dupuí (OAB 6842/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Ângela Maria Dantas de Alencar (OAB 8924/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio de Souza Filho (OAB 8123/AM)
Antônio Lúcio Pantoja Júnior (OAB 8111/AM)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Caio Rogério da Costa Brandão (OAB 13221A/PA)
Camila Cordeiro Batista (OAB 10930/AM)
Carlos Abener de Oliveira Rodrigues (OAB 642/AM)
Carlos Alberto Muniz Pantoja (OAB 2121/AM)

Carlos Eduardo Deder Reverbel (OAB 59678/RS)
Caroline Basilio Klenke (OAB 12081/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Celciane Malcher Pinto (OAB 8967/AM)
Cléucio da Silva Oliveira (OAB 5060/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Ganda Ribeiro (OAB 11885/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Rocha Nóbrega (OAB 10626/AM)
Denise Coêlho de Souza (OAB 10520/AM)
Dennys Lopes Moraes (OAB 10662/AM)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Alvarenga Viana (OAB 6032/AM)
Eduardo Alves Marinho (OAB 7413/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elias Sadala Jorge Neto (OAB 4421/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elísia Lima de Sá (OAB 9161/AM)
ELIZANDRA ZAMPERETI MARTINS (OAB 9332/AM)
Elson Demosthenes de Oliveira (OAB 7451/AM)
Emanuelly Souza de Almeida (OAB 10527/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Fabiana Rodrigues de Oliveira (OAB 12308/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Gefson Hefer Antiquera Oliveira (OAB 2482/AM)
Geraldo Francisco de Barros Gazos (OAB 1308A/AM)
Geraldo Francisco de Barros Gazos (OAB 84872/RJ)
Gesiel Barboza Santos (OAB 1514/RR)
Glicia Caroline Rocha Cauper (OAB 11728/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Haytham Bader (OAB 11435/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Herbert Bruno Magalhães Assis (OAB 10348/AM)
Hericson de Almeida Madureira (OAB 6322/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jaber Calil Nadaf Neto (OAB 5247/AM)
JACOB & NOGUEIRA ADVOGADOS (OAB 192/AM)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 986A/AM)
Júlio da Costa Benarrós Neto (OAB 13245/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Lauro Augusto de Lima Cavalcanti (OAB 6343/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
LEONARDO MONTENEGRO COCENTINO (OAB 32786/PE)
Lídice Mayo Langbeck (OAB 9475/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lucimar Vidinha Gomes (OAB 9318/AM)
Lucio de Rezende Neto (OAB 512a/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
LUMA DE CARLOS SOUZA MULLER (OAB 11762AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Marcelo Candiotto Sociedade de Advogados (OAB 104784/MG)
Márcia Peixoto de Oliveira Borba (OAB 9246/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Nobre Salum (OAB 8416/AM)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Maria Cristtiane dos Reis Sousa (OAB 12319/AM)
Maria Gláucia Barbosa Soares (OAB 2477/AM)
Maria Lucielza Oliveira Facco (OAB 8301/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Batista de Andrade Neto (OAB 5083/AM)
Marisa de Almeida Macola Marins (OAB 10301/PA)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Max Aguiar Jardim (OAB 10812/PA)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Nailla Mariana Tembra dos Santos (OAB 22037/PA)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Paula Ângela Valério de Oliveira (OAB 1024/AM)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Paulo Segadilha França (OAB 4729/AM)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Lucas Portugal Al-Behy Kanaan (OAB 8587/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rafhael Fonseca Gurgel Lima (OAB 9327/AM)
Renan dos Santos Esposto (OAB 12400/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Sávio Brasil de Lima (OAB 11255/AM)
Rodrigo Tupinambá do Valle (OAB 5415/AM)
Sergio de Lima (OAB 102.928/SP)
Sérgio de Lima (OAB 201/AM)
Sérgio de Lima (OAB 201A/AM)
Sérgio Schulze (OAB 1213A/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérgio Vital Leite de Oliveira (OAB 9124/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sílvia Lorena Cardoso da Silva (OAB 12115/PA)
SILVIA LUIZA BARROSO (OAB 6110/AM)
Sylvio Fonseca de Nóvoa (OAB 11609/PA)
Syrslane Ferreira Navegante Santos (OAB 5154/AM)
Taianilce Monteiro Souza (OAB 9222/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thayenne Loran Gouvêa de Mendonça (OAB 11731/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Collares Palmeira (OAB 11730/PA)
Tiago Albuquerque Lazarini dos Santos (OAB 9946/AM)
Vanessa Guedes de Aguiar (OAB 7493/AM)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wilson Thiago Correia (OAB 11055/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0281/2019

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP) - Processo 0202667-04.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liminar - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (penhora e avaliação - item III da tabela). Outrossim, de ordem, em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar o endereço que deverá constar no mandado, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc.

ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: ADELINO VENTURI JUNIOR (OAB 27058/PR), ADV: ERICH HUTTNER (OAB 56868/PR), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM) - Processo 0212328-41.2010.8.04.0001 (001.10.212328-5) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: M.T.S. - EXECUTADO: G.G.T. - Tendo em vista que a sentença prolatada por este juízo fora anula por ausência do contraditório em relação ao fundamento da extinção, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para as partes se manifestarem sobre a (i) legitimidade da parte executada, bem como sobre o que entenderem de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUCAS LEOPOLDINO MARINHO LARANJEIRAS (OAB 10625/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GESTA CARUSO (OAB 4662/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0243063-18.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0602683-19.2013.8.04.0001) (processo principal 0602683-19.2013.8.04.0001) - Embargos à Execução - Duplicata - EMBARGANTE: Mb3000 Seguranca Eletronica Ltda - EMBARGADO: RC RECEBÍVEIS LTDA. - Intimem-se as partes para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestarem-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP), ADV: YARA FONSECA DE ALBUQUERQUE SOARES (OAB 4264/AM), ADV: ANDRÉA TATTINI ROSA (OAB 210738/SP), ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 92554MG), ADV: FRANCISCO AFONSO DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 123365/MG), ADV: JOSÉ LUIZ LEITE (OAB 622A/AM) - Processo 0262997-64.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Aldemir Silva Frutuoso e outro - REQUERIDO: Via Verde Transportes Coletivos LTDA - DENUNCIADO: Seguradora Companhia Mutual de Seguros - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou se não tiver procurador constituído nos autos ou por edital quando, na fase de conhecimento, a citação tenha se dado dessa forma, nos termos do art. 513, §2º do CPC, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos para despacho. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão processual, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte e contagem da prescrição intercorrente. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão para fins de protesto, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins de inserir a parte executada no cadastro de inadimplentes , conforme previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: JOSÉ LEITE NETO (OAB 6506/AM), ADV: SUSI JANAÍNA DE ALMEIDA LEITE (OAB 10420/AM) - Processo 0609711-96.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Paradiso Anturio - EXECUTADO: Mirian Farias Leite - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca da petição de fls. 268/270, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805/AM) - Processo 0611047-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Elizeu Batista da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls.147/150 , nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: RODRIGO OTÁVIO LAMÊGO VASCONCELOS (OAB 11161/AM) - Processo 0612530-35.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: Jose Roberto Neves Rodrigues e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 1183A/AM) - Processo 0617920-88.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Edir de Sousa Lima - EXECUTADO: Banco Credicard S/A - SKY Brasil Serviços LTDA do Amazonas - SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA - Em

conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente para que se manifeste(m) acerca da petição de fls.342/351, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0620602-45.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (ERIDFT), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: VANDSON SOARES DA SILVA (OAB 7508/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: FABIO RIVELLI (OAB 1119/AM) - Processo 0626665-91.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - EXEQUENTE: JOSEFINA SOARES DOS SANTOS - EXECUTADO: RIO MADEIRA INCORPORADORA LTDA. - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou se não tiver procurador constituído nos autos ou por edital quando, na fase de conhecimento, a citação tenha se dado dessa forma, nos termos do art. 513, §2º do CPC, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos para despacho. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão processual, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte e contagem da prescrição intercorrente. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão para fins de protesto, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins de inserir a parte executada no cadastro de inadimplentes , conforme previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: TATIANA ROCHA DE MENEZES E ROCHA (OAB 3663/AM) - Processo 0630618-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Nauara Alessandra Bertucchi Vogt e outro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (132/143) e documentos às Pág.(s) (144/239).

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: GERALDO HENRIQUE DUTRA DE MAGALHÃES (OAB 11072/AM) - Processo 0632659-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Nayra Palmer de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0634422-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Amadeu Maciel Campos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM), ADV: ROBSON PARENTE RIBEIRO (OAB 10470/AM), ADV: VICTOR GABRIEL FERNANDES MONTEIRO (OAB 9420/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/

MG) - Processo 0635640-34.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Bancários - EXEQUENTE: Josimar Carneiro da Silva - EXECUTADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Ante a informação de que a parte executada descumpriu os termos do acordo homologado pelo juízo, proceda-se à penhora do montante de R$ 24.000,00 via BACENJUD. Apresentada a reposta da diligência retro, sendo frutífera, intime-se a parte executada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se nos estritos termos do art. 854, §3º do CPC. Após, intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SOFIA GAVIÃO KILMAR (OAB 343591/SP) - Processo 0637414-36.2016.8.04.0001 - Notificação - Liminar - NOTIFICTE: Stada Arzneimittel Ag - Compulsando os autos, verifico que o endereço indicado, em fls. 242, para cumprimento da diligência do oficial de justiça pertence à comarca diversa (RJ). Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para informar se há interesse na expedição de Carta Precatória ou indicar novo endereço pertencente a esta comarca, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0639468-67.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - À Contadoria, calcular as custas iniciais sobre o montante de R$ 16.499,00, abatendo o valor já pago pelo Requerente e informando o saldo remanescente para pagamento. Informado o valor das custas iniciais remanescente, intime-se a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, comprovar o pagamento. No mais, cumpra-se a decisão de fls. 19. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0640061-38.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0640069-15.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Tendo em vista que a sentença prolatada pelo juízo fora anulada, intime-se a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito e dar regular prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0641526-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Elisangela de Araujo Rodrigues - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM) - Processo 0641648-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Anastacio Lira dos Anjos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: VIVIANE LOPES SOARES (OAB 10534/AM) - Processo 0641677-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Dulcimar da Silva Lima - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução

de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: FÁBIO DU SILVAN CASTRO DA SILVA (OAB 10975/AM) - Processo 0642012-28.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Dailan Rodrigues dos Santos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0642027-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimunda de Fatima Rodruigues da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: SAMUEL MARTINS FREITAS (OAB 11969/AM) - Processo 0642067-13.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Keitiane Ribas da Silva Maciel - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0642678-97.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GABRIEL DA CRUZ LAURIA (OAB 11778/AM), ADV: NEI DE PAULA MARTINS FALCÃO (OAB 11167/AM), ADV: CAZUNA MAGALHÃES (OAB 8568/AM) - Processo 0643459-85.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Denys Falabelo Jaime - REQUERIDO: Jl Construções e Pré-moldados - Compulsando os autos verifico que a parte Requerida compareceu à Audiência de Conciliação do dia 07/01/2019, entretanto, não apresentou defesa. Desta forma, decreto a revelia da parte Requerida nos termos do art. 344 do Código de Processo Civil. Tendo em vista que a parte Requerente não requereu novas provas e pugnou pelo julgamento antecipado da lide, sabe-se que a ausência de contestação ou sua intempestividade, importa em revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial, o que impõe julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso II do Código de Processo Civil, motivo pelo qual deverão os autos serem remetidos para Sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0643477-72.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Intime-se a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fazer juntada do comprovante de pagamento das custas iniciais, bem como a do mandado de busca e apreensão, sob pena de cancelamento da distribuição. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM) - Processo 0643506-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Keuly Rodrigues Braga - Defiro a gratuidade. Encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja realizada perícia médica no Requerente. Após, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se sobre o referido laudo, bem como no mesmo prazo deve a parte Requerida apresentar contestação. Proceda-se à citação/intimação via portal eletrônico, caso os Requeridos sejam conveniados, nos termos do art. 231, V, do CPC c/c Portaria 2073/2016-PTJ. Se a Defesa for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do CPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta, nos termos do art. 343, caput, do CPC. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Remetam-se os autos ao CEJUSC para os procedimentos de realização da perícia vindicada. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para Decisão. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: MIRELLY VIEIRA MACEDO DE ALMEIDA (OAB 5174RO) - Processo 0643783-41.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Central Pec Comercio e Representacoes de Produtos Agropecuários Ltda - Intime-se a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar comprovante de pagamento das custas iniciais do processo, bem como as necessárias à expedição do mandado vindicado. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0643831-97.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Cite-se a parte executada, nos termos do art. 829 do CPC, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, ou, querendo, nos termos do art. 914 e 915 do CPC, apresentar embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar do mandado a ordem de penhora indicada pela parte exequente, nos termos do § 1º do art. 829 e observado o art. 835 do CPC, bem como a avaliação, a serem cumpridas pelo oficial de justiça, tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito, nos termos do art. 827, caput do Código de Processo Civil, e, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido a 5% (cinco por cento), conforme §1º do referido artigo. Sendo a parte executada citada mas não apresentado embargos, não realizado o pagamento e não encontrado bens da mesma, intime-se a parte exequente para manifestação, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Outrossim, havendo requerimento da parte exequente, defiro o pedido de arresto - bloqueio pelo sistema BACENJUD de valores disponíveis em conta corrente vinculada ao CPF/CNPJ da parte Executada a fim de resguardar o êxito da execução. Se positiva a consulta e bloqueio, proceda, a secretaria, a intimação/citação do executado para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o bloqueio/penhora, de acordo com o art. 854, §§ 2° e 3° do CPC. Rejeitada ou não apresentada manifestação, o bloqueio será convertido em penhora e realizada a transferência para conta bancária vinculada ao processo, nos termos do art. 854, § 5º do CPC. Retornado negativo o mandado/A.R., intime-se a parte Exequente para indicar endereço atualizado da parte Executada no prazo de 10 dias, procedendo-se, concomitantemente, este juízo, a consulta de novo endereço pelo sistema bacenjud, infojud, renajud e siel, acaso indicado nome da genitora. Localizado novo endereço, expeça-se Mandado de Citação. Acerca do Mandado retro e pesquisas nos sistemas conveniados, em conformidade com a Portaria n.º 116/2017 da Presidência do Tribunal de Justiça

do Amazonas, faz-se ainda necessário a intimação da parte interessada para o pagamento das diligências a serem cumpridas. Após, comprovado o efetivo recolhimento, expeça-se o competente mandado e/ou proceda a consulta pleiteada. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0644183-55.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos, observo que a parte autora não efetuou a juntada da guia de recolhimento e comprovante de pagamento das custas iniciais do processo. Isto posto, intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial com a juntada dos documentos retromencionados, sob pena de indeferimento liminar do processo. Por oportuno, proceda-se ao pagamento das custas do mandado citatório monitório. Decorrido o prazo retro, volte-me conclusos para despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0644194-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Zenilda Pinheiro de Lima - Defiro a gratuidade. Encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja realizada perícia médica no Requerente. Após, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se sobre o referido laudo, bem como no mesmo prazo deve a parte Requerida apresentar contestação. Proceda-se à citação/intimação via portal eletrônico, caso os Requeridos sejam conveniados, nos termos do art. 231, V, do CPC c/c Portaria 2073/2016-PTJ. Se a Defesa for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do CPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta, nos termos do art. 343, caput, do CPC. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Remetam-se os autos ao CEJUSC para os procedimentos de realização da perícia vindicada. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para Decisão. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0644281-40.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Trata-se de ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária. Da análise da petição inicial de fls. antecedentes verifico a ausência de assinatura na carta registrada com aviso de recebimento para efeitos de comprovação da mora do polo passivo desta lide, conforme preconiza o DL n° 911/69 no seu §2° do art. 2: §2° A mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário. É válido ressaltar que o referido decreto sofreu alterações decorrentes da Lei n° 13.043, de 2014, não sendo mais permitida a comprovação da mora por carta registrada expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou Protesto. Considerando que a Ação de Busca e Apreensão visa não só à retomada do bem dado em garantia, mas, principalmente, à satisfação do saldo devedor, o (a) credor(a) pode dar por vencidas as demais prestações, cujo dies ad quem ainda não ocorreu (art.2º,§ 3ºdo Decreto-lei 911/69). Desse modo, o valor da causa deve compreender as parcelas vencidas e não adimplidas, bem como as parcelas vincendas. Isto posto, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial com a correção do valor da causa, efetuar a juntada aos autos da Guia de Recolhimento Judicial das custas iniciais do processo; carta registrada com aviso de recebimento (notificação extrajudicial) munida de assinatura para comprovação da mora do requerido, sob pena de extinção. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0644640-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Denis Francisco Pereira da Silva - Defiro a gratuidade. Encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja realizada perícia médica no Requerente. Após, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se sobre o referido laudo, bem como no mesmo prazo deve a parte Requerida apresentar contestação. Proceda-se à citação/intimação via portal eletrônico, caso os Requeridos sejam conveniados, nos termos do art. 231, V, do CPC c/c Portaria 2073/2016-PTJ. Caso o perito judicial conclua pela incapacidade, lesão ou sequela, que possam levar à procedência parcial ou total do pedido, deve o CEJUSC pautar audiência conciliatória. Caso contrário, remetam-se os autos à vara de origem, nos termos da Portaria 2183/2016-PTJ. Se a Defesa for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do CPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta, nos termos do art. 343, caput, do CPC. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Remetam-se os autos ao CEJUSC para os procedimentos de realização da perícia vindicada. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para Decisão. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644740-42.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, bem como o sistema de automação do Poder Judiciário - SAJ/PG5, verifico que o processo foi distribuído por dependência ao processo de nº.0616248-40.2019.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, não se verifica relação entre os processos, tendo parte requerida e objetos diferentes. Ademais, a parte Requerente não pleiteou distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não se verificam motivos que ensejam na reunião dos processos em questão. Ante o exposto, por não existir conexão entre as demandas, nos termos do Art. 286 do CPC, determino a remessa dos autos ao setor de distribuição processual para que se proceda a distribuição ordinária do feito. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644809-74.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC e estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta/mandado de citação para pagamento da quantia em dinheiro, observando-se o teor do art. 700, §7º do CPC, apontada na inicial, no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme artigo 701, caput, do CPC. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR/Mandado, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros

de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC. Caso a carta/mandado expedida retorne negativa, havendo requerimento, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte Requerida, após o pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta/mandado de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela VII, Portaria nº 116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM) - Processo 0644822-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: João Fleury Moraes Junior - Defiro a gratuidade. Encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja realizada perícia médica no Requerente. Após, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se sobre o referido laudo, bem como no mesmo prazo deve a parte Requerida apresentar contestação. Proceda-se à citação/intimação via portal eletrônico, caso os Requeridos sejam conveniados, nos termos do art. 231, V, do CPC c/c Portaria 2073/2016-PTJ. Caso o perito judicial conclua pela incapacidade, lesão ou sequela, que possam levar à procedência parcial ou total do pedido, deve o CEJUSC pautar audiência conciliatória. Caso contrário, remetam-se os autos à vara de origem, nos termos da Portaria 2183/2016-PTJ. Se a Defesa for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do CPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta, nos termos do art. 343, caput, do CPC. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Remetam-se os autos ao CEJUSC para os procedimentos de realização da perícia vindicada. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para Decisão. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0644914-51.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Dívida Ativa - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Indefiro o pedido de arresto cautelar de valores em conta bancária da parte executa, pois não verifico demonstrado motivos caracterizadores de danos de difícil reparação e urgência. Cite-se a parte executada, nos termos do art. 829 do CPC, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, ou, querendo, nos termos do art. 914 e 915 do CPC, apresentar embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar do mandado a ordem de penhora indicada pela parte exequente, nos termos do § 1º do art. 829 e observado o art. 835 do CPC, bem como a avaliação, a serem cumpridas pelo oficial de justiça, tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito, nos termos do art. 827, caput do Código de Processo Civil, e, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido a 5% (cinco por cento), conforme §1º do referido artigo. Sendo a parte executada citada mas não apresentado embargos, não realizado o pagamento e não encontrado bens da mesma, intime-se a parte exequente para manifestação, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Outrossim, havendo requerimento da parte exequente, defiro o pedido de arresto - bloqueio pelo sistema BACENJUD de valores disponíveis em conta corrente vinculada ao CPF/CNPJ da parte Executada a fim de resguardar o êxito da execução. Se positiva a consulta e bloqueio, proceda, a secretaria, a intimação/citação do executado para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o bloqueio/penhora, de acordo com o art. 854, §§ 2° e 3° do CPC. Rejeitada ou não apresentada manifestação, o bloqueio será convertido em penhora e realizada a transferência para conta bancária vinculada ao processo, nos termos do art. 854, § 5º do CPC. Retornado negativo o mandado/A.R., intime-se a parte Exequente para indicar endereço atualizado da parte Executada no prazo de 10 dias, procedendo-se, concomitantemente, este juízo, a consulta de novo endereço pelo sistema bacenjud, infojud, renajud e siel, acaso indicado nome da genitora. Localizado novo endereço, expeça-se Mandado de Citação. Acerca do Mandado retro e pesquisas nos sistemas conveniados, em conformidade com a Portaria n.º 116/2017 da Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas, faz-se ainda necessário a intimação da parte interessada para o pagamento das diligências a serem cumpridas. Após, comprovado o efetivo recolhimento, expeça-se o competente mandado e/ou proceda a consulta pleiteada. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEBORA ALESSANDRA DO NASCIMENTO AZEVEDO (OAB 99717/MG) - Processo 0644953-48.2019.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Seculus da Amazônia Indústria e Comércio S.a - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC e estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta/mandado de citação para pagamento da quantia em dinheiro, observando-se o teor do art. 700, §7º do CPC, apontada na inicial, no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme artigo 701, caput, do CPC. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR/Mandado, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC. Caso a carta/mandado expedida retorne negativa, havendo requerimento, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte Requerida, após o pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta/mandado de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela VII, Portaria nº 116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos

termos do art. 485, IV e VI do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0645075-61.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Compulsando os autos, observo que a parte autora não efetuou a juntada da guia de recolhimento e comprovante de pagamento das custas iniciais do processo. Isto posto, intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial com a juntada dos documentos retromencionados, sob pena de indeferimento liminar do processo. Decorrido o prazo retro, volte-me conclusos para despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se.

Adelaide Maria de Freitas Camargos RIbeiro (OAB 92554MG)
Adelino Venturi Junior (OAB 27058/PR)
Alan de Moura Mendes (OAB 13404/AM)
Ana Caroline Silva Picanço (OAB 14459/AM)
Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB 5763/AM)
Andréa Tattini Rosa (OAB 210738/SP)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Cazuna Magalhães (OAB 8568/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 122626/SP)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Debora Alessandra do Nascimento Azevedo (OAB 99717/MG)
Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB 1183A/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Erich Huttner (OAB 56868/PR)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fabiana Rodrigues de Oliveira (OAB 12308/AM)
FÁBIO DU SILVAN CASTRO DA SILVA (OAB 10975/AM)
Fabio Rivelli (OAB 1119/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fabíola da Silva Gesta Caruso (OAB 4662/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Francisco Afonso dos Santos Júnior (OAB 123365/MG)
Gabriel da Cruz Lauria (OAB 11778/AM)
Geraldo Henrique Dutra de Magalhães (OAB 11072/AM)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Leite Neto (OAB 6506/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Luiz Leite (OAB 622A/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Lucas Leopoldino Marinho Laranjeiras (OAB 10625/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mirelly Vieira Macedo de Almeida (OAB 5174RO)
Nei de Paula Martins Falcão (OAB 11167/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Robson Parente Ribeiro (OAB 10470/AM)
Rodrigo Otávio Lamêgo Vasconcelos (OAB 11161/AM)
Samuel Martins Freitas (OAB 11969/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
SOFIA GAVIÃO KILMAR (OAB 343591/SP)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Susi Janaína de Almeida Leite (OAB 10420/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Tatiana Rocha de Menezes e Rocha (OAB 3663/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Vandson Soares da Silva (OAB 7508/AM)
Victor Gabriel Fernandes Monteiro (OAB 9420/AM)
Viviane Lopes Soares (OAB 10534/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
WILSON MOLINA PORTO (OAB 805/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yara Fonseca de Albuquerque Soares (OAB 4264/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0282/2019

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM) - Processo 0622823-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Débora Rodrigues de Souza - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0626640-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Temporária - REQUERENTE: Adriano da Silva Marques - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO MARIA EUNICE TORRES DO NASCIMENTO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0283/2019

ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: JOSE RONALDO VIEIRA (OAB 5000/PA), ADV: RUBIA AUCAR DA MATA HALLAK (OAB 001.564/AM), ADV: ROGÉRIO OLIVEIRA DO VALLE (OAB 2361/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM), ADV: ROBERTO DA MOTA PRAIA JÚNIOR (OAB 6782/AM), ADV: DAVID SILVA DAVID (OAB 5494/AM) - Processo 0011547-19.2000.8.04.0012 (012.00.011547-0) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Jose Alves de Moura - REQUERENTE: Leonor da Silva Moura - LITSPASSIV: Allianz Seguros S/A. - EXECUTADO: Transportes Pesados Citrama Ltda. - REQUERIDO: Alexandre Santana Pereira - Álvaro Luiz Pereira Júnior - Aurelino José Pereira - Osvaldina Pavan Pereira - Defiro o pedido de fls. 858 para determinar a suspensão dos presentes autos pelo prazo requerido de 10 dias, após o transcurso do prazo, manifeste-se o Requerente quanto ao prosseguimento do feito, independentemente de nova intimação, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: LIGIER MARTINS MOREIRA JÚNIOR (OAB 6660/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0053984-40.2002.8.04.0001 (001.02.053984-4) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDA: Nilza Serrão Muniz - Intime-se o requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, recolher as custas referente a consulta junto ao Bacenjud, conforme portaria 116/2017. Após proceda com a pesquisa requerida. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0202817-48.2012.8.04.0001 - Cumprimento

de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intimem-se a requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, recolher as custas conforme portaria 116/2017, recolhida as custas proceda com a consulta junto ao INFOJUD e ERIDFT, após a consulta intimem-se em igual prazo a requerente para manifestar-se sobre o que entender de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0213288-31.2009.8.04.0001 (001.09.213288-0) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - Intime-se a requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, recolher as custas conforme portaria 116/2017, recolhida as custas proceda com a consulta junto ao sistema RENAJUD. Após a consulta intimem-se o requerente para em igual prazo manifestar-se sobre o que entender de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LADY MILENA LIMA FERREIRA (OAB 14038/AM) - Processo 0214163-35.2008.8.04.0001 (001.08.214163-1) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Socorro Francislete Andrade de Oliveira - EXECUTADO: Antônio Nascimento da Costa - TERCEIRO I: 3º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Letras - Defiro a citação por hora certa, devendo o sr. Oficial de justiça, quando da diligência, observar o determinado nos arts. 252, 253 e 254 do CPC, a saber: Art. 252. Quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. Parágrafo único. Nos condomínios edilícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a intimação a que se refere ocaputfeita a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência. Art. 253. No dia e na hora designados, o oficial de justiça, independentemente de novo despacho, comparecerá ao domicílio ou à residência do citando a fim de realizar a diligência. § 1oSe o citando não estiver presente, o oficial de justiça procurará informar-se das razões da ausência, dando por feita a citação, ainda que o citando se tenha ocultado em outra comarca, seção ou subseção judiciárias. § 2oA citação com hora certa será efetivada mesmo que a pessoa da família ou o vizinho que houver sido intimado esteja ausente, ou se, embora presente, a pessoa da família ou o vizinho se recusar a receber o mandado. § 3oDa certidão da ocorrência, o oficial de justiça deixará contrafé com qualquer pessoa da família ou vizinho, conforme o caso, declarando-lhe o nome. § 4oO oficial de justiça fará constar do mandado a advertência de que será nomeado curador especial se houver revelia. Art. 254. Feita a citação com hora certa, o escrivão ou chefe de secretaria enviará ao réu, executado ou interessado, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da juntada do mandado aos autos, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência. Providencie, o Requerente, o pagamento das despesas processuais pertinentes, no prazo de 15 dias. Comprovado pagamento, renove-se a citação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0218272-14.2016.8.04.0001 (processo principal 0638957-45.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Duplicata - REQUERENTE: Emam - Emulsões e Transportes Ltda - Defiro o pedido de fls. 238. Intime-se a requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, recolher as custas de diligência do Oficial de Justiça. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA GRACIETE DA SILVA RIBEIRO (OAB 5512/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: MAURO DE MELO BOTELHO JÚNIOR (OAB 3305/AM) - Processo 0230591-77.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - EXEQUENTE: Raimundo Gonçalo Costa - EXECUTADO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - Intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VÍTOR DE SOUZA VIEIRA (OAB 6843/AM), ADV: DAVID D'ANGERES JORGE (OAB 3718/AM) - Processo 0235030-15.2009.8.04.0001 (001.09.235030-6) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Iswar Vasconcelos Mendes - REQUERIDO: Wagner de Oliveira Vieira - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, para condenar o Requerido ao pagamento da quantia relativa a 50% dos honorários advocatícios fixados em termo de conciliação judicial, atualizado monetariamente e acrescidos de juros moratórios desde a formalização do acordo em 19/09/2019; bem como ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 20% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado, paga a condenação imposta em sentença e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C. M

ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: TAINAH OLÍMPIO GALAXE (OAB 7927/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: FELIPE AFFONSO CARNEIRO (OAB 22593/DF) - Processo 0242337-15.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0244319-98.2011.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Seguro - EXEQUENTE: Chibatão Navegação e Comércio Ltda (Porto Chibatão) - EXECUTADO: Royal & Sunalliance Seguros (Brasil) S/A - Trata-se de Ação Cumprimento de Sentença/PROC movida por Chibatão Navegação e Comércio Ltda (Porto Chibatão), devidamente qualificada, em face de Royal Sunalliance Seguros (Brasil) S/A, também identificada. Ante a comprovação do pagamento da integralidade do débito, defiro o pedido de fls. 2296/2297 e declaro extinta a presente Ação Cumprimento de Sentença/PROC, com julgamento de mérito pelo pagamento, com fundamento no Artigo 487, III, a, c/c Art. 924, II, do Código de Processo Civil, aplicados de forma subsidiária, com fulcro no parágrafo único do Art. 771, do CPC. Expeça-se alvará em favor do advogado exequente. Custas pagas. Proceda-se à baixa definitiva e arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, ante a ausência de interesse recursal. P. R. I.C.

ADV: FERNANDA DE ANDRADE REBOUÇAS SAMPAIO (OAB 8450/AM), ADV: LUIZ FELIPE BRANDÃO OZORES (OAB 4000/AM), ADV: EDUARDA ROSA CAVALCANTE DE OLIVEIRA (OAB 8846/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: LUÍS HENRIQUE MEDEIROS DA SILVA (OAB 5953/AM), ADV: GABRIEL TURIANO MORAES NUNES (OAB 20897/BA) - Processo 0245477-81.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0251190-18.2009.8.04.0001) (processo principal 0251190-18.2009.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS - REQUERIDO: Latif Mikhaiel Jabur Abud - JACYNTA MARIA QUEIROZ ABUD - Luiz Paulo Mattos de Oliveira - Daniela Mattos de Oliveira - Defiro o pedido de fls 147, aguarde-se o cumprimento da referida Carta Precatória. Efetivado o cumprimento, intime-se a requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o prosseguimento do feito. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0250648-29.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADA: Maria Lúcia Rodrigues da Costa - Na falta de bens penhoráveis para fazer frente à pretensão da parte exequente ou não encontrado o executado, determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme o disposto no artigo 921, § 1º do NCPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada do processo. Transcorrido o prazo, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, conforme o § 2º do referido artigo, ocasião na qual terá início o prazo de prescrição intercorrente. Cumpra-se.

ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: JEAN CARLOS PADILHA DOS SANTOS (OAB 9872/AM) - Processo 0600107-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Rozivane Fonseca da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Nada a questionar, homologo a desistência requerida para que surta seus efeitos jurídicos e legais (artigo 200, parágrafo único, CPC) e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, inciso VIII, do CPC. Beneficiaria da Justiça Gratuita. . Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0600479-94.2016.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Sovel da Amazônia Ltda. - REQUERIDO: Prest Service Mão de Obra Ltda - Defiro o pedido de fls. 48/49. Arquivem-se os autos dando-se a efetiva baixa, nos termos da sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0600514-83.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Wilmar Fonteles de Oliveira Me - Considerando terem esgotados os meios de tentativa de localização do Requerido, defiro citação por edital, estabelecendo o prazo de 30 dias para fixação do edital na sede do juízo (art. 257, inc. III do NCPC). Sendo a citação válida, o prazo de 15 (quinze) dias para que o réu conteste começará a correr após o final do prazo estipulado acima, conforme doutrina de Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior in Breves Comentários ao novo Código de Processo Civil (São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. pág. 673). Alerto à Secretaria e ao Requerente que observem os requisitos previstos no art. 257 do NCPC, quais sejam: 1- A publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio deste Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, devidamente certificada pela Secretaria; 2- observar o prazo assinado pelo juízo de 30 dias para fixação do edital, certificando-se nos autos eventual ausência de contestação. 3. A advertência de que será nomeado curador especial em caso de Revelia. Certificada ausência de contestação, encaminhe-se os autos a Defensoria Pública para nomeação de curador especial, art. 72, II, do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM) - Processo 0601455-67.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Dunorte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda. - EXECUTADO: Osni de Jesus Novak dos Santos - Defiro o pedido de consulta de bens da parte executada no sistema conveniado BACENJUD, após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizadas as consultas, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO (SUSPENSÃO PREVENTIVA ATÉ 07/09/2019 - OFÍCIO CIRCULAR 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM), ADV: ROBERTA SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 9466/AM) - Processo 0602360-09.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Aquisição - REQUERENTE: Pedro Anez de Oliveira - REQUERIDA: Léia Vieira de Souza Faria (Inventariante do Espólio Paulo Faria Imóveis S. C. Ltda) - Reginaldo Júnior Araújo Miglio - Claudiney da Silva Feitoza - Nos termos do art. 242 do CPC, a citação de pessoa física é pessoal, o que não fora efetivada até a presente data, não havendo o que se falar em revelia. Assim, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, diligenciar no intuito de triangularizar a presente lide, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV do CPC. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602633-22.2015.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Indefiro o pedido de fls. 138, uma vez que a suspensão processual dada fora de 1 (um) ano, conforme decisão de fls. 134. Ademais, a última pesquisa de bens via BACENJUD fora realizada em 28/05/2018, assim, não havendo provas verossímeis de que a situação econômica da parte executada tenha sido modificada, aguarde-se o decurso de prazo retro. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KENNEDY PAZ TIRADENTES (OAB 7682/AM), ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM) - Processo 0602852-69.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: DISTREL - DISTRIBUIDORA ELÉTRICA LTDA - EXECUTADO: AUGUSTO BASILIO NETO EMPREENDIMENTOS ME - Defiro o pedido de fls. 269. Intime-se o exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, recolher as custas conforme portaria 116/2017, recolhidas as custas proceda com a consulta junto ao RENAJUD. Após a consulta, intime-se o exequente para, no mesmo prazo requerer o que de direito, sob pena de extinção. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM) - Processo 0603543-10.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0617071-24.2013.8.04.0001) - Petição Cível - Desconsideração da Personalidade Jurídica - REQUERENTE: Raul da Silva Façanha - REQUERIDO: Célio Pedrosa de Souza Lô - Cristina de Castro Moraes - Defiro o pedido de fls 52,proceda com a consulta nos termos do pedido. Após, intime-se o requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito, sob pena de extinção do feito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0604422-85.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Defiro o pedido de fls. 219 para determinar a suspensão dos presentes autos pelo prazo requerido de 180 dias, após o transcurso do prazo, manifeste-se o Requerente quanto ao prosseguimento do feito, independentemente de nova intimação, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0604422-85.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Silas de Oliveira Conde - "Defiro o pedido de fls. 219 para determinar a suspensão dos presentes autos pelo prazo requerido de 180 dias, após o transcurso do prazo, manifeste-se o Requerente quanto ao prosseguimento do feito, independentemente de nova intimação, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. Intimem-se. Cumpra-se."

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0605234-69.2013.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADO: Yomasa da Amazônia Ltda - Nelson Kozo Iha - Intime-se a requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, recolher as custas conforme portaria 116/2017, recolhida as custas proceda com a consulta junto ao INFOJUD, BACENJUD e RENAJUD, após a consulta intime-se em igual prazo a requerente para manifestar-se sobre o que entender de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 10026A/PB) - Processo 0605615-09.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: RAIMUNDO NONATO DA COSTA - Indefiro o pedido de fls. 230, visto que o mesmo já foi diligenciado conforme mandado de fls. 215/216. Intime-se o requrente para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos

conclusos para dspacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0605920-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Jozimar Barbosa da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Outrossim, JULGO PROCEDENTE o pedido da Requerente na presente Ação Previdenciária para o fim de declarar o direito a percepção pelo Requerente da aposentadoria por invalidez, a contar da cessação do beneficio do auxilio doença, nos termos do art. 42, art. 26 e art. 43, da Lei 8.213/91. Condeno o Requerido ao pagamento dos benefícios de aposentadoria por invalidez mensais devidos e não pagos até a data da implementação do aposentadoria por invalidez concedida por meio desta sentença, ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em 20% (vinte por cento) sobre as parcelas vencidas e não pagas até a efetiva implantação do benefício. Aplicar-se-á sobre as verbas devidas pelo Requerido, os parâmetros fixados na Portaria 1855/2016-PTJ, em consonância com jurisprudência do STF, em Recurso Extraordinário 870947, qual seja, juros moratórios conforme índice de remuneração da caderneta de poupança, art. 1º - F da Lei 9.494/1997, com redação dada pela Lei 11.960/2009, e correção monetária pelo índice do IPCA_E desde o momento que o pagamento seria devido. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM), ADV: ANTÔNIA PEREIRA DA SILVA (OAB 5841/AM) - Processo 0605946-25.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Imissão - REQUERENTE: Rita Cley dos Santos Soares - REQUERIDA: SOLANGE RIBEIRO DE SOUZA - Considerando o endereço indicado pela requerente às fls 255. promova a citação das requeridas por mandado. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0606278-21.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Alfacar Veiculos Ltda. - Andre Luiz Maia Pinheiro - Trata-se de Ação Cumprimento de Sentença/PROC movida por Banco Bradesco S/A, devidamente qualificada, em face de Alfacar Veiculos Ltda. e Andre Luiz Maia Pinheiro, também identificada. Trata-se de pedido de arquivamento definitivo da ação de execução de honorários, considerando que o valor estimado de um bem imóvel acarretaria apenas custos. Ante a renuncia ao crédito, defiro o pedido de fls. 229. e declaro extinta a presente Ação Cumprimento de Sentença/PROC, com julgamento de mérito pela renuncia ao crédito, com fundamento no Artigo 487, III, c, c/c Art. 924, IV, do Novo Código de Processo Civil, aplicados de forma subsidiária, com fulcro no parágrafo único do Art. 771, do CPC. Observadas as cautelas devidas, dê-se a baixa e arquivem-se os presentes autos, independente do trânsito em julgado. P. R. I.C.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: VALDEMIR DA SILVA (OAB 3018/AM) - Processo 0606845-18.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Bonifacio José - Defiro o pedido de consulta de bens da parte executada no sistema conveniado ERIDFT, após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizadas as consultas, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0606901-17.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Vespasiano Andrade Silva - Intime-se a requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar o endereço do requerido. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0606911-37.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intimem-se a requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, recolher as custas conforme portaria 116/2017, recolhida as custas proceda com a consulta junto ao INFOJUD, após a consulta intimem-se em igual prazo a requerente para manifestar-se sobre o que entender de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANO JOSÉ DA CUNHA SOUZA (OAB 8410/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM), ADV: HENRIQUE CAMPOS GALKOWICZ (OAB 301523/SP) - Processo 0607421-79.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: BRASCOOPER CBC BRASILEIRA DE CONDUTORES LTDA - EXECUTADO: SERVENGLOC SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA - Defiro o pedido de fls 276, à Secretaria para as devidas medidas. Por oportuno, intime-se a requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP) - Processo 0607708-71.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Intime-se o executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se nos autos. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0607890-57.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Intime-se o Requerente para, que no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se acerca do prosseguimento do feito, devendo requerer expressamente o que entender de direito, sob pena de extinção sem resolução do mérito nos termos, do art. 485,III do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB A921/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 205961/SP), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0608876-45.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Defiro o pedido de consulta de bens da parte executada no sistema conveniado BACENJUD, após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizadas as consultas, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: MICHAEL MACEDO BESSA (OAB 4058/AM), ADV: GLÁUCIO BESSA DE ANDRADE FIGUEIRA (OAB 4993/AM), ADV: ANTÔNIO AZEVEDO DE LIRA (OAB 5474/AM) - Processo 0609451-87.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: E M AFONSO - ME - REQUERIDO: QUALITY CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA - Defiro o pedido, promova a competente consulta via renajud. Em sendo positivo ou não, intime-se a requerente para, no prazo de 15 (cinco) quinze dias, manifestar-se sobre o que entender de direito, sob pena de extinção do feito. Após, voltem-me os autos conclusos para ..... Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: GLÁUCIA AZEVEDO NARCELHA (OAB 12303/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: ROSANA LEA ANTONY FEITOZA (OAB 7867/AM) - Processo 0609982-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Serviços

Hospitalares - REQUERENTE: Helena Brasil Alves das Chagas - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Pleiteia, o Embargante, a reforma da sentença para sanar a omissão do julgado relativa a aplicação de correção monetária e juros legais sobre a condenação fixada pelo Juízo. Razão assiste a parte, motivo pelo qual recebo e dou provimento aos embargos de declaração interpostos, para o fim de aclarar a sentença acrescendo-se à condenação imposta, a correção monetária pelo índice do INPC-IBGE e juros moratórios pela taxa selic, a contar da publicação da sentença. No mais, permanece a Sentença, como fora lançada nos autos. P.R.I.C.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM) - Processo 0610470-31.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: BANCO YAMAHA MOTOR DO BRASIL S/A - EXECUTADO: MAURICIO DOS SANTOS OZORIO - O Requerente/Exequente BANCO YAMAHA MOTOR DO BRASIL S/A, nos autos devidamente qualificado e representado, ajuizou a presente Execução de Título Extrajudicial/PROC em face de MAURICIO DOS SANTOS OZORIO, igualmente qualificado. Devidamente intimado o Requerente/Exequente para dar andamento ao processo, cumprindo com a diligência a si imposta, não o fez, quedando-se inerte. Em assim sendo, percebo o desinteresse da parte autora em dar prosseguimento ao presente processo, não cumprindo a diligência a si imposta, no prazo previamente estipulado, razão pela qual EXTINGO-O SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do que dispõe o artigo 485, inciso - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 dias do Novo Código de Processo Civil. Custas pagas. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM), ADV: SARAH MAIA VIANA (OAB 11440/AM) - Processo 0610727-56.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: SP SECURITIZADORA S.A - EXECUTADO: Moreno Indústria e Comércio de Equipamentos Rodoviários Ltda - Marlde Marciel Moreno - Paulo Roberto Caetano Moreno Júnior - Intime-se o requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, recolher as custas referentes a consulta junto ao BACENJUD, conforme portaria 116/2017, após proceda com a consulta requerida. Após intime-se o requerente para manifestar-se sobre o que entender de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: IRENILDI MACHADO CARDOSO DA SILVA (OAB 13933/AM) - Processo 0611779-48.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Erilane Facunda da Silva - REQUERIDO: R. S. Comercio e Servicos Ltda Me (Sky Link Manaus) - Compulsando os autos, verifico que a Audiência de Conciliação do dia 08.07.2019 restou frustrada ante a ausência da parte Requerida, conforme consta no Termo de Audiência de fls. 59. Isto posto, determino que seja realizada nova Audiência de Conciliação devendo ser expedido nova Carta de Citação em nome da parte Requerida para que compareça à audiência designada para o dia 10/10/2019 às 8:30 horas.. À secretaria para intimar o Requerente para recolher as custas referentes à expedição da carta. Após, remetam-se os autos ao CEJUSC-CÍVEL. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0612746-93.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDA: Lilian Meire Soares de Freitas - Defiro o pedido de fls 566, à Secretaria a fim de diligenciar nos termos em que requer. Após, intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM) - Processo 0612831-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria do Carmo Vieira da Silva - REQUERIDO: Banco Itaú S.a - Verifico, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: SHIRLEY JANE DE OLIVEIRA CINTRÃO (OAB 4451/AM), ADV: JAIME DA SILVA BELEZA (OAB 10327/AM) - Processo 0613503-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Elizangela Izidio de Oliveira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Outrossim, JULGO PROCEDENTE o pedido da Requerente na presente Ação Previdenciária para o fim de declarar o direito a percepção pelo Requerente da aposentadoria por invalidez, a contar da cessação do beneficio do auxilio doença, nos termos do art. 42, art. 26 e art. 43, da Lei 8.213/91. Condeno o Requerido ao pagamento dos benefícios de aposentadoria por invalidez mensais devidos e não pagos até a data da implementação do aposentadoria por invalidez concedida por meio desta sentença, ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em 20% (vinte por cento) sobre as parcelas vencidas e não pagas até a efetiva implantação do benefício. Aplicar-se-á sobre as verbas devidas pelo Requerido, os parâmetros fixados na Portaria 1855/2016-PTJ, em consonância com jurisprudência do STF, em Recurso Extraordinário 870947, qual seja, juros moratórios conforme índice de remuneração da caderneta de poupança, art. 1º - F da Lei 9.494/1997, com redação dada pela Lei 11.960/2009, e correção monetária pelo índice do IPCA_E desde o momento que o pagamento seria devido. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO (OAB 31618/SP) - Processo 0613594-85.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Consórcio - REQUERENTE: Disal Administradora de Consórcios Ltda - REQUERIDA: Lucivalda Bernardes de Araújo - Edvaldo Martins de Araújo - Intime-se o Requerente para, que no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se acerca do prosseguimento do feito, devendo requerer expressamente o que entender de direito, sob pena de extinção sem resolução do mérito nos termos, do art. 485,III do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM) - Processo 0613745-51.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo para Uso Próprio - EXEQUENTE: Rosana Administradora Ltda - EXECUTADO: MAURÍCIO ANTÔNIO NARANJO SAID - MÁRIO FERREIRA SAID NETO - JEAN FÁBIO FRANCA DE SOUZA - Defiro o pedido de fls 183. Proceda com a devida consulta. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WALTER FROTA DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 9866/AM), ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM) - Processo 0615635-59.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: AFONSIM PADRAO BRAZAO - REQUERIDO: Leandro Ferreira da Silva ME (LF Administração de Imóveis) - Ante o anteriormente exposto, acolho a preliminar de prescrição quinquenal da pretensão indenizatória, JULGANDO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso II, do Código de Processo Civil. Condeno a Requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor dado a causa, suspendendo a cobrança face a gratuidade processual deferida. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: ROBERTA CINTRÃO SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 3582/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/

AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM) - Processo 0616342-56.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inadimplemento - REQUERENTE: Patri Dezoito Empreendimentos Imobiliarios Ltda. - REQUERIDO: Sebastião Rezende Cavalcante Junior - Alessandra Marymar de Souza Cavalcante - Ante a certidão de fls. 299 e a necessidade da produção de prova pericial, nomeio como perito(a), na área de contábil, o(a) Sr(a). Bruno Prestes de Oliveira, com telefone (92) 98134-3031, e endereço profissional Rua Franco de Sá, 270, Ed. Amazon Trade, sala 511 - São Francisco, email: prestes1977@gmail.Com e prests777@hotmail.com que deverá ser intimado para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar se aceita o encargo, indicar o valor de seus honorários, fazer juntada de currículo atualizado com comprovada especialização e adotar as medidas necessárias à realização do exame pericial, nos termos do art. 465, §2º do CPC. Manifestando-se o perito sobre as informações retro, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, arguir impedimento ou suspeição do perito, indicar assistente técnico e/ou apresentação de quesitos, nos termos do art. 465, §1º do CPC. Após, efetivado o aceite pelo perito nomeado e indicados os honorários, intime-se a requerida para depositar, em juízo, o valor dos honorários cobrados, no prazo de 5 (cinco) dias. Deve-se comprovar o depósito dos honorários periciais, mediante juntada aos autos da guia de depósito acompanhada do respectivo comprovante de pagamento. Efetuado o depósito, intime-se o perito e assistentes, se indicados, para a efetivação da perícia nos 20 (vinte) dias subsequentes. Assinalo o prazo de 30 (trinta) dias, contados das intimações, para a entrega do laudo em Juízo. Havendo indicação de assistentes técnicos, pelas partes, os mesmos deverão oferecer seus pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias (art. 477, §1º do CPC) e, após, a intimação das partes da apresentação do laudo, deverão ser os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SIDNEI FERRARIA (OAB 253137/SP), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP) - Processo 0616817-51.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Ante o exposto, defiro a liminar de busca apreensão do veículo nesta sentença e JULGO PROCEDENTE o pedido do Requerente na presente ação, declarando rescindido o contrato, consolidando nas mãos da Requerente, após a efetivação da busca e apreensão do veículo, o domínio e a posse plena e exclusiva do bem, nos termos do Decreto-Lei nº 911/69. Condeno o Requerido ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10 % (dez por cento) do valor da causa, suspendendo a cobrança tratando-se de parte beneficiário da justiça gratuita. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado, paga a condenação imposta em sentença e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: RENATA DE SÁ E LEME (OAB 10231/AM) - Processo 0616846-62.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Carlos José de Barros - EXECUTADO: Serpac-serviços Especializados Em Portaria e Conservação Ltda - Intime-se o Requerente para, que no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se acerca do prosseguimento do feito, devendo requerer expressamente o que entender de direito, sob pena de extinção sem resolução do mérito nos termos, do art. 485,III do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA FÁTIMA SILVA OLIVEIRA (OAB 6356/AM), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0618122-65.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - EXEQUENTE: FLORIPE CONCEIÇÃO DINIZ DA COSTA - EXECUTADO: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Trata-se de início da fase de cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública. Assim, nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, intime-se a autarquia previdenciária para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar, em execução invertida, os cálculos de atualização de eventuais verbas pretéritas devidas à exequente. Decorrido o prazo retro, intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0621766-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leonardo Paiva Moreira - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Trata-se de Ação Procedimento Comum Cível/PROC movida por Leonardo Paiva Moreira, devidamente qualificada, em face de Supermercados DB Ltda., também identificada. Ante a comprovação do pagamento da integralidade do débito fixado acordo homologado por este juízo, defiro o pedido de fls. 71 e declaro extinta a presente Ação Procedimento Comum Cível/PROC, com julgamento de mérito pelo pagamento, com fundamento no Artigo 487, III, a, c/c Art. 924, II, do Código de Processo Civil, aplicados de forma subsidiária, com fulcro no parágrafo único do Art. 771, do CPC. Expeça-se alvará em favor do Requerente ou efetue a transferência eletrônica à conta bancária indicada pelo mesmo. Isentos quanto às custas processuais, nos termos do art. 90, §3º do CPC.. Proceda-se à baixa definitiva e arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, ante a ausência de interesse recursal. P. R. I.C.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: ELISÂNGELA ROSSETTI CORRÊA (OAB 4670/AM), ADV: MACILEIA MARIA MOREIRA LEÃO (OAB 8773/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0621851-70.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Rui Cesar de Araújo Ituassu - EXECUTADO: Santa Silva Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Defiro o pedido de consulta de bens da parte executada no sistema conveniado BACENJUD, RENAJUD, após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizadas as consultas, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0621907-69.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: LUIZ ROBERTO AYRES MARTIS - Defiro o pedido de consulta de bens da parte executada no sistema conveniado RENAJUD, INFOJUD e ERIDFT, após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizadas as consultas, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0622102-54.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDO: José Gil Monteiro - Intime-se o Requerente para, que no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se acerca do prosseguimento do feito, devendo requerer expressamente o que entender de direito, sob pena de extinção sem resolução do mérito nos termos, do art. 485,III do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0622257-23.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: 2M Comércio de Móveis Ltda (House Modulados) - Matheus Aguiar

Huari - Na falta de bens penhoráveis para fazer frente à pretensão da parte exequente ou não encontrado o executado, determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme o disposto no artigo 921, III do NCPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada do processo. Transcorrido o prazo, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, conforme o § 2º do referido artigo, ocasião na qual terá início o prazo de prescrição intercorrente. Cumpra-se.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0623333-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria do Perpétuo Socorro Santos da Silva - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Companhia de Seguros Aliança do Brasil - Intime-se a segunda requerida para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0623936-58.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S. A. - EXECUTADO: Líder Consultoria e Planejamento Imobiliário Ltda -ME - Marco Antônio de Souza Ramos - Na falta de bens penhoráveis para fazer frente à pretensão da parte exequente ou não encontrado o executado, determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme o disposto no artigo 921, § 1º do NCPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada do processo. Transcorrido o prazo, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, conforme o § 2º do referido artigo, ocasião na qual terá início o prazo de prescrição intercorrente. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0623936-58.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S. A. - EXECUTADO: Líder Consultoria e Planejamento Imobiliário Ltda -ME - Marco Antônio de Souza Ramos - Conforme Decisão de fl. 187

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0624322-88.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde - REQUERIDO: Cláudio Ferreira de Oliveira - ME (O & S Assessoria Contábil) - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE O PEDIDO, para condenar o Requerida ao pagamento da quantia indicada na inicial, acrescido de atualização monetária e juros legais a contar da citação; bem como ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado, paga a condenação imposta em sentença e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0624670-72.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Ozana Gomes Azevedo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, confirmo a tutela anteriormente deferida, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO da Requerente, para o fim de declarar nulas as cobranças das faturas dos meses de de 04/2016, no valor de R$ 978,58; 05/2016, no valor de R$ 323,08; 06/2016, no valor de R$ 280,13; 07/2016, no valor de R$ 341,72; 09/2016, no valor de R$152,27; 10/2016, no valor de R$ 203,73; 11/2016, no valor de R$ 496,16;12/2016, no valor de R$ 368,25; 01/2017, no valor de R$ 230,86; 02/2017, no valor de 224,29; 03/2017, no valor de 233,98 e eventuais que venceram no curso da ação, fixando as faturas no valor equivalente ao consumo médio mensal dos últimos 12 meses, anteriores a abril de 2016. Condeno a Requerida a obrigação de fazer consistente na troca do hidrômetro para aferição de consumo efetivo da consumidor e ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20% sobre o valor dado a causa. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0625021-11.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Jilvan Pablo Nogueira da Silva ME - Considerando terem esgotados os meios de tentativa de localização do Requerido, defiro citação por edital, estabelecendo o prazo de 30 dias para fixação do edital na sede do juízo (art. 257, inc. III do NCPC). Sendo a citação válida, o prazo de 15 (quinze) dias para que o réu conteste começará a correr após o final do prazo estipulado acima, conforme doutrina de Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior in Breves Comentários ao novo Código de Processo Civil (São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. pág. 673). Alerto à Secretaria e ao Requerente que observem os requisitos previstos no art. 257 do NCPC, quais sejam: 1- A publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio deste Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, devidamente certificada pela Secretaria; 2- observar o prazo assinado pelo juízo de 30 dias para fixação do edital, certificando-se nos autos eventual ausência de contestação. 3. A advertência de que será nomeado curador especial em caso de Revelia. Certificada ausência de contestação, encaminhe-se os autos a Defensoria Pública para nomeação de curador especial, art. 72, II, do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626307-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Messias dos Santos da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da Requerente na presente Ação Previdenciária para o fim de: 1- declarar o direito ao imediato recebimento pela Requerente do benefício de auxílio-acidente nos termos do art. 86 da Lei n.º 8.213/91; 2- condenar o Requerido ao pagamento dos benefícios não pagos, a partir de 10/07/2018 até efetiva implantação do pagamento do benefício concedido pelo Juízo. Aplicar-se-á sobre eventuais valores não pagos, a contar a partir de 06/02/2015, os parâmetros fixados na Portaria 1855/2016-PTJ, em consonância com jurisprudência do STF, em Recurso Extraordinário 870947, qual seja, juros moratórios conforme índice de remuneração da caderneta de poupança, art. 1º - F da Lei 9.494/1997, com redação dada pela Lei 11.960/2009, e correção monetária pelo índice do IPCA_E desde o momento que o pagamento seria devido. Condeno o Requerido ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em em 20% (vinte por cento) sobre eventuais parcelas vencidas e não pagas até a efetiva implantação do benefício, acrescidas de atualização monetária e juros de mora nos parâmetros acima fixados, com isenção de custas e despesas processuais. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM) - Processo 0626448-14.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A - Relação: 0275/2019 Teor do ato: Defiro o pedido de fls. 301 para determinar a suspensão dos presentes autos pelo prazo requerido de 180 dias, após o transcurso do prazo, manifeste-se o Requerente quanto ao prosseguimento

do feito, independentemente de nova intimação, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. Intimem-se. Cumpra-se. Advogados(s): Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM), Juliana Falci Mendes (OAB 223768/SP), Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM) - Processo 0626918-45.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Defiro o pedido de consulta de bens da parte executada no sistema conveniado BACENJUD, após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizadas as consultas, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0627238-90.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Aquisição - REQUERENTE: Maria das Graças de Souza - Remetam-se os autos à Contadoria para efetuar o devido parcelamento, abatendo-se eventuais valores pagos em relação às custas iniciais do processo, considerando a solicitação de parcelamento às fls. 77-81 e manifestação anterior des Juízo em decisão de fls. 82/83. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO GONÇALVES ROZA (OAB 13505/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR RUBIM DE MORAES (OAB 4727/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0627783-34.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Nazaré Oliveira da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o anteriormente exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da presente Ação de Ressarcimento por danos materiais e morais para o fim de condenar o Requerido ao pagamento das quantias relativas ao pagamento das parcelas do seguro comprovadas nos autos, devidamente atualizadas da data de cada desembolso, mais juros moratórios de 1% ao mês da data da citação; indenização por danos morais arbitrados na quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), atualizado nesta data, acrescido de correção monetária e juros de mora de 1% ao mês a partir da publicação da presente sentença; bem como ao pagamento das valor das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios, que fixo em 20% (vinte por cento) do valor da condenação. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado, pagamento da condenação e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0628352-69.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: AAA REIS IMPORT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA. - André Ricardo Ferreira Reis - Considerando terem esgotados os meios de tentativa de localização do Requerido, defiro citação por edital, estabelecendo o prazo de 30 dias para fixação do edital na sede do juízo (art. 257, inc. III do NCPC). Sendo a citação válida, o prazo de 15 (quinze) dias para que o réu conteste começará a correr após o final do prazo estipulado acima, conforme doutrina de Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior in Breves Comentários ao novo Código de Processo Civil (São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. pág. 673). Alerto à Secretaria e ao Requerente que observem os requisitos previstos no art. 257 do NCPC, quais sejam: 1- A publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio deste Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, devidamente certificada pela Secretaria; 2- observar o prazo assinado pelo juízo de 30 dias para fixação do edital, certificando-se nos autos eventual ausência de contestação. 3. A advertência de que será nomeado curador especial em caso de Revelia. Certificada ausência de contestação, encaminhe-se os autos a Defensoria Pública para nomeação de curador especial, art. 72, II, do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS (OAB 5630-A/TO) - Processo 0628359-56.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bonsucesso Consignado S/A - REQUERIDO: Marcos Venicius Andrade Cavalcante - Intime-se o Requerente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se acerca do prosseguimento do feito, devendo requerer expressamente o que entender de direito, sob pena de extinção sem resolução do mérito nos termos, do art. 485,III do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THIAGO NOBRE ROSAS (OAB 4773/AM) - Processo 0629299-94.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: ANA MARIA DO NASCIMENTO PINHEIRO - Defiro o pedido de fls 127. Efetivada a penhora, intime-se a requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito, sob pena de extinção Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0629619-76.2016.8.04.0001 - Monitória - Transação - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - REQUERIDO: Pericles de Souza Brandt ME - Pericles de Souza Brandt - Defiro o pedido de fls. 247, para determinar a suspensão dos presentes autos pelo prazo requerido de 60 dias, após o transcurso do prazo, manifeste-se o Requerente quanto ao prosseguimento do feito, independentemente de nova intimação, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANNE CRISTINA SOUZA DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 24583/BA), ADV: JAYME EDUARDO GARCIA PRATES (OAB 19205/SC) - Processo 0630346-98.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transporte de Coisas - REQUERENTE: Acacio Transportes Eireli - REQUERIDO: Aquamar Manutenções e Serviços Ltda. - Indefiro o pedido de fls. 148/149, uma vez que a suspensão processual dada fora de 1 (um) ano, conforme decisão de fls. 145. Ademais, a última pesquisa de bens via BACENJUD fora realizada em 21/05/2018, assim, não havendo provas verossímeis de que a situação econômica da parte executada tenha sido modificada, aguarde-se o decurso de prazo retro. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0630497-64.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Francisco Pena de Lima - Indefiro o pedido de fls. 156/157, visto que nesse endereço já foi diligenciado. Intime-se o requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO MONTENEGRO FREIRE (OAB 6029/AM), ADV: RONYELLY ROCHA PEREIRA (OAB 14164/AM) - Processo 0631302-46.2019.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Vander da Silva Dias - Me - REQUERIDO: Mrp Excelso Serviços e Construções Ltda. - Ante o exposto, JULGO EXTINTA a ação com resolução do mérito pela prescrição, com fundamento no artigo 487, inciso II, do Código de Processo Civil. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: MÁRCIO GREYK JOSÉ DE PAULA RAPOSO (OAB 6312/AM) - Processo 0631457-59.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - EXEQUENTE: ABC FOMENTO MERCANTIL LTDA. - EXECUTADO: M DA SILVA CABRAL ME - MYRIAM DA SILVA CABRAL - FERNANDO PAIVA PIRES JUNIOR - Razão assiste a parte, considerando que o pagamento pelo Executado da obrigação representada pelo título, objeto da presente Execução, é causa da sua extinção. Ante o exposto, defiro o pedido de fls. Antecedentes e declaro extinta a presente Ação Cumprimento de Sentença/PROC, com julgamento de mérito pelo pagamento, com

fundamento no Artigo 487, III, a, c/c Art. 924, II, do Novo Código de Processo Civil, aplicados de forma subsidiária, com fulcro no parágrafo único do Art. 771, do CPC. Expeça-se o alvará, conforme requerido às fls. 242. Custas pagas. Transitada esta em julgado, e observadas as cautelas devidas, dê-se a baixa e arquivem-se os presentes autos. P. R. I.C.

ADV: RONYELLY ROCHA PEREIRA (OAB 14164/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO MONTENEGRO FREIRE (OAB 6029/AM) - Processo 0631584-84.2019.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Vander da Silva Dias - Me - REQUERIDO: Mrp Excelso Serviços e Construções Ltda. - Ante o exposto, JULGO EXTINTA a ação com resolução do mérito pela prescrição, com fundamento no artigo 487, inciso II, do Código de Processo Civil. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0632309-44.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Franklin Cursino - Desse modo, verificando que não houve esgotamento das diligências para localização de endereço válido para citação, determino a consulta pelo sistema , Renajud e Bacenjud e Siel para a tentativa da localização do endereço atualizado do Requerido Logrado êxito na localização de novo endereço, expeça-se mandado de citação ou carta com Aviso de Recebimento. Restada infrutífera a consulta, voltem-me conclusos.

ADV: JOANY SILLAS PEREIRA (OAB 9646/AM), ADV: ERIKA SEFFAIR RIKER (OAB 7735/AM), ADV: THAÍSA CARVALHO BATISTA FRANCO DE MOURA (OAB 8300/AM), ADV: JOSÉ LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JÚNIOR (OAB 5517/AM) - Processo 0632782-93.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0621463-31.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: Cristal Engenharia Ltda. - Jorge Luiz de Melo Roldão - Roberto Borges Leal de Britto - Maria Auxiliadora Leão de Oliveira Roldão - Erika Braga de Brito - EMBARGADO: Banco do Brasil S/A - "Concedo ao Embargado o prazo pleiteado de 60 dias para análise da proposta formalizada pelo Embargante, findo o prazo, volte-me conclusos para prolação de Decisão Interlocutória."

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: DJALMA MARTINS DA COSTA JÚNIOR (OAB 9628/AM) - Processo 0633066-77.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADA: LEILA ANDREIA DOS SANTOS LIRA - Na falta de bens penhoráveis para fazer frente à pretensão da parte exequente ou não encontrado o executado, determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme o disposto no artigo 921, III, § 1º do NCPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada do processo. Transcorrido o prazo, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, conforme o § 2º do referido artigo, ocasião na qual terá início o prazo de prescrição intercorrente. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA CALDAS VITAL VALERUZ (OAB 11672/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: FRANCISCO RICARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 12493/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0633332-25.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Janglea Cristina Campos de Abreu - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Ante o anteriormente exposto, confirmo a antecipação de tutela anteriormente deferida, e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO do Requerente, declarando a inexistência da relação contratual entre as partes, bem como dos débitos apontados pelo Requerido, oriundos do contrato inexistente, JULGO PROCEDENTE o pedido de indenização por danos materiais a fim de determinar ao Requerido que proceda a devolução em dobro dos valores indevidamente descontados dos vencimentos do Requerente nos termos do art. 42 do CDC, acrescidas de correção monetária e juros legais de 1% ao mês a contar de cada desconto efetivado, debitados dos valores transferidos/creditados para conta corrente da Requerente, indicados pela própria parte as fls. 07 da inicial, devidamente corrigidas desde a data das transferências; bem como o pedido da Requerente de indenização por danos morais, que arbitro em R$ 15.000,00 (quinze mil reais) atualizados nesta data, acrescidos de correção monetária e juros legais de 1% a partir da publicação desta Sentença Condeno o Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor total da condenação. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: ANA CRISTINA MARINHO BESSA (OAB 11702/AM) - Processo 0634081-76.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Ederlande Ribeiro Pereira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Trata-se de Ação Procedimento Comum Cível/PROC movida por Ederlande Ribeiro Pereira, devidamente qualificada, em face de Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, também identificada. Ante a comprovação do pagamento da integralidade do débito, defiro o pedido de fls. Antecedentes e declaro extinta a presente Ação Procedimento Comum Cível/PROC, com julgamento de mérito pelo pagamento, com fundamento no Artigo 487, III, a, c/c Art. 924, II, do Código de Processo Civil, aplicados de forma subsidiária, com fulcro no parágrafo único do Art. 771, do CPC. Expeça-se alvará ou efetue a transferência bancário do crédito em favor da parte exequente. Proceda-se à baixa definitiva e arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, ante a ausência de interesse recursal. P. R. I.C.

ADV: ÂNGELA MARIA DANTAS DE ALENCAR (OAB 8924/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0634772-61.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - EXEQUENTE: MARIA FRANCISCA DE LIMA - EXECUTADO: CITERO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Capital Rossi Empreendimentos S.A. - ARETUSA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Defiro o pedido de consulta de bens da parte executada no sistema conveniado BACENJUD, após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizadas as consultas, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: ANA CRISTINA MARINHO BESSA (OAB 11702/AM) - Processo 0634823-67.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - EXEQUENTE: Sandra Menezes Rodrigues - EXECUTADO: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Trata-se de Ação Cumprimento de Sentença/PROC movida por Sandra Menezes Rodrigues, devidamente qualificada, em face de Instituto Nacional do Seguro Social - Inss e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, também identificada. Ante a comprovação do pagamento da integralidade do débito, defiro o pedido de fls. Antecedentes e declaro extinta a presente Ação Cumprimento de Sentença/PROC, com julgamento de mérito pelo pagamento, com fundamento no Artigo 487, III, a, c/c Art. 924, II, do Código de Processo Civil, aplicados de forma subsidiária, com fulcro no parágrafo único do Art. 771, do CPC. Expeça-se alvará ou efetue a transferência bancária em favor da parte exequente. Proceda-se à baixa definitiva e arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, ante a ausência de interesse recursal. P. R. I.C.

ADV: GLÁUCIO HERCULANO ALENCAR (OAB 11183/AM)

- Processo 0635013-64.2016.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Liminar - REQUERENTE: Orlando Guerreiro Maia - Defiro a citação por hora certa, devendo o sr. Oficial de justiça, quando da diligência, observar o determinado nos arts. 252, 253 e 254 do CPC, a saber: Art. 252. Quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. Parágrafo único. Nos condomínios edilícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a intimação a que se refere ocaputfeita a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência. Art. 253. No dia e na hora designados, o oficial de justiça, independentemente de novo despacho, comparecerá ao domicílio ou à residência do citando a fim de realizar a diligência. § 1oSe o citando não estiver presente, o oficial de justiça procurará informar-se das razões da ausência, dando por feita a citação, ainda que o citando se tenha ocultado em outra comarca, seção ou subseção judiciárias. § 2oA citação com hora certa será efetivada mesmo que a pessoa da família ou o vizinho que houver sido intimado esteja ausente, ou se, embora presente, a pessoa da família ou o vizinho se recusar a receber o mandado. § 3oDa certidão da ocorrência, o oficial de justiça deixará contrafé com qualquer pessoa da família ou vizinho, conforme o caso, declarando-lhe o nome. § 4oO oficial de justiça fará constar do mandado a advertência de que será nomeado curador especial se houver revelia. Art. 254. Feita a citação com hora certa, o escrivão ou chefe de secretaria enviará ao réu, executado ou interessado, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da juntada do mandado aos autos, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência. Providencie, o Requerente, o pagamento das despesas processuais pertinentes, no prazo de 15 dias. Comprovado pagamento, renove-se a citação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MÔNICA ARAÚJO RISUENHO DE SOUZA (OAB 7760/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM), ADV: ANDREZA DA COSTA PAES (OAB 12353/AM) - Processo 0635932-19.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - EXEQUENTE: Manuel Marques da Costa - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Trata-se de Ação Cumprimento de Sentença/PROC movida por Manuel Marques da Costa, devidamente qualificada, em face de Banco BMG S/A, também identificada. Compulsando os autos, observa-se que a parte executada havia depositado espontaneamente os valores que entendia devido para satisfação da condenação, conforme fls. 481-483, no valor de R$ 36.609,20. A parte exequente, ao dar início à fase de cumprimento de sentença, manifestou que entendia como devido o montante de R$ 43.131,53. Houve impugnação do valor exequendo sob o fundamento de excesso de execução (fls. 507-519). A parte exequente manifestou concordância com os cálculos apresentados pela parte executada, assim, cessa a controvérsia das partes quanto ao adimplemento da obrigação. Ante a comprovação do pagamento da integralidade do débito, declaro extinta a presente Ação Cumprimento de Sentença/PROC, com julgamento de mérito pelo pagamento, com fundamento no Artigo 487, III, a, c/c Art. 924, II, do Código de Processo Civil, aplicados de forma subsidiária, com fulcro no parágrafo único do Art. 771, do CPC. Havendo pendência em relação ao pagamentos das custas iniciais/processuais, proceda-se ao abatimento do valor depositado pela parte executada às fls.520-522. Devendo o remanescente ser transferido à conta bancária indicada às fls. 518. Expeça-se alvará em favor da parte exequente e seu advogado em relação ao montante depositado às fls. 481-483. Proceda-se à baixa definitiva e arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, ante a ausência de interesse recursal. P. R. I.C.

ADV: PAULO HENRIQUE CAMPILONGO (OAB 130054/SP), ADV: GLEICE CHIEN (OAB 346499/SP) - Processo 0636040-19.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MYATECH INDUSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EURELI - REQUERIDO: Digitron da Amazonia Industria e Comercio Ltda. - Intime-se a requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO SILVA RIBEIRO (OAB 5204/AM), ADV: JOSÉ RICARDO SOARES DE SOUZA (OAB 4539/AM), ADV: ANA CRISTINA DE LIMA LOUREIRO (OAB 3427/AM), ADV: LUCIANA ANDRADE ASHIBE (OAB 6762/AM) - Processo 0636272-65.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Hildeberto Dotto - REQUERIDO: HARES SERVIÇOS ESTÉTICOS LTDA-ME - Intime-se a executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o a memória de calculos de fls. 146. Por oportuno, expeça-se a certidão conforme determinado às fls 138. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: AMISA CRÍSFANY MARTINS SILVA E SILVA (OAB 12659/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 766A/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0636581-18.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Bvlog Logistica Ltda - EXECUTADA: A de F Coelho ME - Antônio de Freitas Coelho - Considerando terem esgotados os meios de tentativa de localização do Requerido, defiro citação por edital, estabelecendo o prazo de 30 dias para fixação do edital na sede do juízo (art. 257, inc. III do NCPC). Sendo a citação válida, o prazo de 15 (quinze) dias para que o réu conteste começará a correr após o final do prazo estipulado acima, conforme doutrina de Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior in Breves Comentários ao novo Código de Processo Civil (São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. pág. 673). Alerto à Secretaria e ao Requerente que observem os requisitos previstos no art. 257 do NCPC, quais sejam: 1- A publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio deste Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, devidamente certificada pela Secretaria; 2- observar o prazo assinado pelo juízo de 30 dias para fixação do edital, certificando-se nos autos eventual ausência de contestação. 3. A advertência de que será nomeado curador especial em caso de Revelia. Certificada ausência de contestação, encaminhe-se os autos a Defensoria Pública para nomeação de curador especial, art. 72, II, do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0637017-69.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Rozely Guimaraes Gouveia - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos recebido por terceiro, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: SOFIA GAVIÃO KILMAR (OAB 343591/SP) - Processo 0637414-36.2016.8.04.0001 - Notificação - Liminar - NOTIFICTE: Stada Arzneimittel Ag - NOTIFICADO: Ava Industrial S/A - Ramiro Farias Moreira - Ava Industrial S/A - Defiro o pedido de fls, 241/242, expeça-se o competente mandado nos termos em que requer. Cumprido ou não. intime-se a requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS RICARDO DE ARAÚJO MELO (OAB 4239/AM), ADV: ANA CLARA SOARES LADEIRA (OAB 7289/AM), ADV: THAYENNE LORAN GOUVÊA DE MENDONÇA (OAB 11731/AM), ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM), ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: VITOR RODRIGO SANS (OAB 160869/SP) - Processo 0639442-40.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Adriana Sena Bezerra Teixeira - REQUERIDA: Maria de Nazaré Frota de Oliveira - INTSSADO: Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis - Intime-se a requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar o nome da genitora do requerido para a efetiva consulta. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB

2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCIO CÂNDIDO DE ARAUJO (OAB 9298/AM) - Processo 0639484-60.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Transcal Transportes Comércio Construções Araújo Ltda - EPP - Jose Ribamar de Araujo - Defiro o pedido de consulta de bens da parte executada no sistema conveniado BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e ERIDFT, após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizadas as consultas, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB A1007/AM), ADV: FABIONELLITO SANTOS DE ALMEIDA (OAB 7930/AM) - Processo 0642108-82.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Dayane Silva Duarte - EXECUTADO: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDO: Francisco Alexandre de Sousa Duarte - EXECUTADO: Santander Brasil Seguros e Previdência S/A - Trata-se de Ação Cumprimento de Sentença/PROC movida por Dayane Silva Duarte, devidamente qualificada, em face de Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, Francisco Alexandre de Sousa Duarte e Santander Brasil Seguros e Previdência S/A, também identificada. Ante a comprovação do pagamento da integralidade do débito, declaro extinta a presente Ação Cumprimento de Sentença/PROC, com julgamento de mérito pelo pagamento, com fundamento no Artigo 487, III, a, c/c Art. 924, II, do Código de Processo Civil, aplicados de forma subsidiária, com fulcro no parágrafo único do Art. 771, do CPC. Efetue a transferência bancária em favor da parte exequente do saldo remanescente da execução. Havendo pendência em relação ao pagamentos das custas processuais, intime-se a parte executada para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento das mesmas. Não havendo pagamento, a Contadoria deverá emitir certidão de crédito para fins de protesto, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ c/c Provimento nº 228/2017 da CGJ/AM. Proceda-se à baixa definitiva e arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, ante a ausência de interesse recursal. P. R. I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0643057-09.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Nely Correa Assunção - Intime-se a requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, recolher as custas referentes as consultas , conforme portaria 116/2017, recolhidas as custas proceda conforme requerido às fls. 144, após intimem-se a requerente para em igual prazo manifestar-se sobre o que entender de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO FARIAS DE SOUZA (OAB 7664/AM) - Processo 0644056-59.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Miriam Affonso Gomes - EXECUTADO: BANCO BMC S/A - Banco Bradesco Financiamentos S/A - Trata-se de Ação Cumprimento de Sentença/PROC movida por Miriam Affonso Gomes, devidamente qualificada, em face de BANCO BMC S/A e Banco Bradesco Financiamentos S/A, também identificada. Compulsando os autos, verifica-se que a controvérsia da fase executiva é a aplicação ou não dos encargos do art. 523, §1º do CPC. Para dirimir tal controvérsia, deve ser observado que a citação da parte Requerida se deu via portal eletrônico conveniado, conforme certidões de fls. 96 e 98. Assim, por obediência ao art. 513, §2º, III do CPC, a intimação da fase de cumprimento de sentença deveria ser do mesmo modo que fora realizada a citação, via portal eletrônico, o que não ocorreu. Assim, como o meio utilizado para realizar a intimação da fase de cumprimento de sentença fora via AR, deve ser observada a data de efetivação do ato, vide fls. 227/228, qual seja, 20/05/2019. O pagamento efetuado pela parte executada se deu em 10/06/2019, dentro do prazo para pagamento espontâneo da condenação, logo, não há o que se falar em multa por atraso de pagamento. Ante a comprovação do pagamento da integralidade do débito, DECLARO extinta a presente Ação Cumprimento de Sentença/PROC, com julgamento de mérito pelo pagamento, com fundamento no Artigo 487, III, a, c/c Art. 924, II, do Código de Processo Civil, aplicados de forma subsidiária, com fulcro no parágrafo único do Art. 771, do CPC. Custas pagas às fls. 248. Em relação ao pedido de expedição de alvará integral em favor do advogado da parte exequente, observa-se que a procuração que fora concedido à filha/representante da exequente às fls. 15, não concedeu a ela poderes para dispor sobre alvarás judiciais, logo, também não poder outorgar ao advogado tais poderes. Assim, expeça-se alvará de 20% do montante depositado em favor do advogado da parte exequente, referente aos honorários sucumbenciais. Expeça-se alvará do saldo remanescente em favor da própria exequente, Sra Miriam Affonso Gomes ou efetue a transferência à conta bancária da mesma se hover indicação. Transitada esta em julgado, e observadas as cautelas devidas, dê-se a baixa e arquivem-se os presentes autos. P. R. I.C.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0648296-86.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: S.B.S. - REQUERIDO: A.F.M.M.P.M. - A.F.M. - Intime-se o requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre as consultas realizadas, requerendo o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0648726-38.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Salin Mesquita de Sales - Intime-se a requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, recolher as custas referente a pesquisa junto ao Bacenjud, recolhida as custas proceda com a pesquisa conforme requerido às fls. 65 Após a consulta, intime-se a requerente para, em igual prazo. manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: TIAGO CARNEIRO LIMA (OAB 10422/PE), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0650938-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria do Socorro de Fátima da Silva Alves Dutra - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste sobre os documentos novos juntados em sede de Contestação de Pág.(s) (326/355) retro..., documentos às Pág.(s) (356/410), no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do Artigo 437 do CPC.

ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM) - Processo 0661434-23.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - EXEQUENTE: Neurimar Benchimol dos Passos - EXECUTADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Trata-se de início da fase de cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública. Assim, nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, intime-se a autarquia previdenciária para, em execução invertida, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar memória de cálculos de atualização de eventuais verbas pretéritas da presente ação. Decorrido o prazo retro, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE VENTURINI (OAB 173098/SP), ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB 8970/AM), ADV: CAROLINA SCAGLIUSA SILVA (OAB 182139/SP) - Processo 0713728-62.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: BRUMAR COMERCIO E IMPORTADORA DE ALIMENTOS S.A - REQUERIDO: A.B.S.A.M. - A.B.S.A.M. - Na falta de bens penhoráveis para fazer frente à pretensão da parte exequente ou não encontrado o executado, determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme o disposto no artigo 921, § 1º do NCPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada

do processo. Transcorrido o prazo, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, conforme o § 2º do referido artigo, ocasião na qual terá início o prazo de prescrição intercorrente. Cumpra-se.

ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM), ADV: MARILÂNDIA MARIA ENES RIBEIRO HATTORI (OAB 6358/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0715513-59.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gabriel Alberto Marquez Franco - Suely Oliveira Moraes - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - Trata-se de pedido de homologação de acordo após prolação de sentença, 575/579. DECIDO. Em que pese o presente processo já ter sido julgado, não há de se olvidar o dever do magistrado de, a qualquer tempo, promover a conciliação entre as partes, conforme redação do art. 139, V, do Diploma Processual Cível, verbis: Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: (...) V - promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais; Ademais, a jurisprudência pátria é uníssona quanto à possibilidade de substituição da sentença previamente prolatada por acordo devidamente celebrado entre as partes, respeitando-se a autonomia das partes: PROCESSUAL CIVIL. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA. VIABILIDADE. 1. À LUZ DA SISTEMÁTICA PROCESSUAL VIGENTE, A SENTENÇA, AINDA QUE TRANSITADA EM JULGADO, NÃO IMPEDE A HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO SUBMETIDO PELAS PARTES À CHANCELA JUDICIAL. 2. HAVENDO COMPOSIÇÃO DAS PARTES PARA O ENCERRAMENTO DO PROCESSO, É IMPRÓPRIO COGITAR-SE DE QUALQUER EMPECILHO JUDICIAL A SUA HOMOLOGAÇÃO. 3. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJ-DF - ACJ: 20130110376557 DF 0037655-80.2013.8.07.0001, Relator: EDI MARIA COUTINHO BIZZI, Data de Julgamento: 25/02/2014, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Publicação: Publicado no DJE : 20/03/2014 . Pág.: 344) AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. AÇÃO REVISIONAL. DECISÃO COM TRÂNSITO EM JULGADO. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO. POSSIBILIDADE. DIREITO DISPONÍVEL. JUIZ DO FEITO É COMPETENTE PARA APRECIAR A HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO, MESMO DEPOIS DE PROLATADA A SENTENÇA. AGRAVO PROVIDO DE PLANO, COM FUNDAMENTO NO ART. 557, § 1º-A, DO CPC. (Agravo de Instrumento Nº 70059186858, Décima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Angela Terezinha de Oliveira Brito, Julgado em 02/05/2014) (TJ-RS , Relator: Angela Terezinha de Oliveira Brito, Data de Julgamento: 02/05/2014, Décima Terceira Câmara Cível) Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais, julgando extinto o presente processo com fulcro no artigo 487, III, “b” do Código de Processo Civil. Havendo pendência em relação ao pagamentos das custas processuais, intime-se a parte executada para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento das mesmas. Não havendo pagamento, a Contadoria deverá emitir certidão de crédito para fins de protesto, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ c/c Provimento nº 228/2017 da CGJ/AM. Proceda-se à baixa definitiva e arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, ante a ausência de interesse recursal. Intimem-se. Cumpra-se.

Adriana Caldas Vital Valeruz (OAB 11672/AM)
Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Adriano José da Cunha Souza (OAB 8410/AM)
ALEXANDRE VENTURINI (OAB 173098/SP)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Amisa Crísfany Martins Silva e Silva (OAB 12659/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Clara Soares Ladeira (OAB 7289/AM)
Ana Cristina de Lima Loureiro (OAB 3427/AM)
Ana Cristina Marinho Bessa (OAB 11702/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andreza da Costa Paes (OAB 12353/AM)
Ângela Maria Dantas de Alencar (OAB 8924/AM)
Anne Cristina Souza de São Paulo Aguiar (OAB 24583/BA)
Antônia Pereira da Silva (OAB 5841/AM)
Antônio Azevedo de Lira (OAB 5474/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 10026A/PB)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Ricardo de Araújo Melo (OAB 4239/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Carolina Scagliusa Silva (OAB 182139/SP)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Cristiana Vasconcelos Borges Martins (OAB 5630-A/TO)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Dante Mariano Gregnanin Sobrinho (OAB 31618/SP)
David D’Angeres Jorge (OAB 3718/AM)
David Silva David (OAB 5494/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Djalma Martins da Costa Júnior (OAB 9628/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edgar Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3995/AM)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduarda Rosa Cavalcante de Oliveira (OAB 8846/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elisângela Rossetti Corrêa (OAB 4670/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Elvislan do Nascimento Silva (OAB 8970/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Erika Seffair Riker (OAB 7735/AM)
Fabionellito Santos de Almeida (OAB 7930/AM)
Felipe Affonso Carneiro (OAB 22593/DF)
Fernanda de Andrade Rebouças Sampaio (OAB 8450/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Ricardo dos Santos Assis (OAB 12493/AM)
Gabriel Turiano Moraes Nunes (OAB 20897/BA)
Gláucia Azevedo Narcelha (OAB 12303/AM)
Gláucio Bessa de Andrade Figueira (OAB 4993/AM)
Gláucio Herculano Alencar (OAB 11183/AM)
GLEICE CHIEN (OAB 346499/SP)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Henrique Campos Galkowicz (OAB 301523/SP)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 766A/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Irenildi Machado Cardoso da Silva (OAB 13933/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)

Jaime da Silva Beleza (OAB 10327/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jayme Eduardo Garcia Prates (OAB 19205/SC)
Jean Carlos padilha dos santos (OAB 9872/AM)
Joany Sillas Pereira (OAB 9646/AM)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Augusto Montenegro Freire (OAB 6029/AM)
José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB 5517/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
José Ricardo Soares de Souza (OAB 4539/AM)
JOSE RONALDO VIEIRA (OAB 5000/PA)
Júlio César Rubim de Moraes (OAB 4727/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Kennedy Paz Tiradentes (OAB 7682/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lady Milena Lima Ferreira (OAB 14038/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligier Martins Moreira Júnior (OAB 6660/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciana Andrade Ashibe (OAB 6762/AM)
Luís Henrique Medeiros da Silva (OAB 5953/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Felipe Brandão Ozores (OAB 4000/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
MACILEIA MARIA MOREIRA LEÃO (OAB 8773/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Marcelo Augusto Farias de Souza (OAB 7664/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcelo Gonçalves Roza (OAB 13505/AM)
Marcio Cândido de Araujo (OAB 9298/AM)
Márcio Greyk José de Paula Raposo (OAB 6312/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB A1007/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria de Nazareth Farias do Nascimento (SUSPENSÃO PREVENTIVA até 07/09/2019 - Ofício Circular 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM)
Maria Fátima Silva Oliveira (OAB 6356/AM)
Maria Graciete da Silva Ribeiro (OAB 5512/AM)
Marilândia Maria Enes Ribeiro Hattori (OAB 6358/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Mauro de Melo Botelho Júnior (OAB 3305/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Michael Macedo Bessa (OAB 4058/AM)
Mônica Araújo Risuenho de Souza (OAB 7760/AM)
Nancy Maggio (OAB 6460/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Paulo Henrique Campilongo (OAB 130054/SP)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Renata de Sá e Leme (OAB 10231/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Roberta Cintrão Simões de Oliveira (OAB 3582/AM)
Roberta Souza de Oliveira (OAB 9466/AM)
Roberto da Mota Praia Júnior (OAB 6782/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rodrigo Silva Ribeiro (OAB 5204/AM)
ROGÉRIO OLIVEIRA DO VALLE (OAB 2361/AM)
Ronyelly Rocha Pereira (OAB 14164/AM)
Rosana Lea Antony Feitoza (OAB 7867/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 205961/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB A921/AM)
Rubia Aucar da Mata Hallak (OAB 001.564/AM)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Sarah Maia Viana (OAB 11440/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Shirley Jane de Oliveira Cintrão (OAB 4451/AM)
Sidnei Ferraria (OAB 253137/SP)
Sílvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB 6664/AM)
SOFIA GAVIÃO KILMAR (OAB 343591/SP)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Tainah Olímpio Galaxe (OAB 7927/AM)
Thaísa Carvalho Batista Franco de Moura (OAB 8300/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thayenne Loran Gouvêa de Mendonça (OAB 11731/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Nobre Rosas (OAB 4773/AM)
TIAGO CARNEIRO LIMA (OAB 10422/PE)
Valdemir da Silva (OAB 3018/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Vítor de Souza Vieira (OAB 6843/AM)
Vitor Rodrigo Sans (OAB 160869/SP)
Walter Frota de Oliveira Júnior (OAB 9866/AM)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0281/2019

ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ (OAB 13568/AM) - Processo 0602347-73.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELÓI CONTINI (OAB 51764/BA), ADV: LUÍS JUSCELINO AUGUSTO LEITE (OAB 4092/AM), ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC) - Processo 0614109-86.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Luís Juscelino Augusto Leite - EXECUTADO: Cia de Credito Financiamento e Investimento Rci Brasil - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (OAB 132942A/MG) - Processo 0615781-32.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE:

Bradesco Administradora de Consórcio Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0616293-44.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Maxwell Delgado Fagundes - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls.54/77, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0616334-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jordana Martins da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls.336/337, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: HERMES PONTES LIMA JUNIOR (OAB 13567/AM) - Processo 0619053-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Robson Parente Ribeiro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MARISSOL JESUS FILLA (OAB 17245/PR), ADV: JIMMY DA SILVA ARAÚJO (OAB 9072/AM), ADV: RAFAELLA MUNHOZ DA ROCHA LACERDA (OAB 38511/PR) - Processo 0621740-18.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Daniel Morais da Costa - REQUERIDO: Financeira Renault - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 209/212, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR (OAB 247319/SP) - Processo 0623279-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Claudia Carriga da Silva e Silva - REQUERIDO: Pirelli Pneus Ltda e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI (OAB 45071A/AM), ADV: CARLOS EDUARDO DOMINGUES AMORIM (OAB 40881/RS) - Processo 0623818-77.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Sustação/Alteração de Leilão - REQUERENTE: Marcopolo S. A. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JIMMY DA SILVA ARAÚJO (OAB 9072/AM), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM), ADV: MARIA SOCORRO ARAÚJO SANTIAGO (OAB 1870/CE), ADV: ROSEANY ARAÚJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE), ADV: ALESSANDRA ARAÚJO AZEVEDO FURTUNATO (OAB 1173A/AM) - Processo 0626861-27.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0621740-18.2016.8.04.0001) - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco RCI Brasil S.A. - REQUERIDO: Daniel Morais da Costa - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls.226/236, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0627020-67.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - EXEQUENTE: Aldenize Pereira Cavalcante - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que tome ciência do ofício de fls. 256/259, e se manifeste, caso queira.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0628556-11.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços

- REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à consulta no sistema SIEL, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631880-09.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (OAB 8770/PA), ADV: FELIPE ALMEIDA GONÇALVES (OAB 25065/PA), ADV: ALESSANDRO PUGET OLIVA (OAB 11847/PA), ADV: MARCOS ALESSANDRO MACEDO FERNANDES DA SILVA (OAB 11680/AM) - Processo 0634309-46.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Jl Serviço de Telefonia Movel Ltda -me - REQUERIDO: Telefonica Brasil S/A - Vivo S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: GERALDO HENRIQUE DUTRA DE MAGALHÃES (OAB 11072/AM), ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0635240-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Klinger Silva de Souza - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ANTÔNIO HUMBERTO BEZERRA DE MATOS JÚNIOR (OAB 8442/AM) - Processo 0635733-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco Alves Moreira Neto e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LASMAR ROBERTO PEREIRA ALVES (OAB 9046/AM) - Processo 0636918-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Wauluzia de Oliveira Saraiva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0637173-57.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BAUDÍLIO GONZALEZ REGUEIRA (OAB 139684/SP), ADV: ELAINE FIGUEIRÓ DA SILVA (OAB 301602/SP), ADV: TEREZA CRISTINA LEÃO JOSÉ (OAB 261818/SP) - Processo 0641864-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Créditos / Privilégios Marítimos - REQUERENTE: Maersk Line A/s, Neste Ato Representada Por Maersk Brasil (Brasmar) Ltda - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

Alessandra Araújo Azevedo Furtunato (OAB 1173A/AM)
Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
Alessandro Puget Oliva (OAB 11847/PA)
Amandio Ferreira Tereso Junior (OAB 132942A/MG)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Humberto Bezerra de Matos Júnior (OAB 8442/AM)
Bassla Marinho Abdel Aziz (OAB 13568/AM)
Baudílio Gonzalez Regueira (OAB 139684/SP)
Bruno Menezes Coelho de Souza (OAB 8770/PA)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Augusto Tortoro Júnior (OAB 247319/SP)
Carlos Eduardo Domingues Amorim (OAB 40881/RS)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Elaine Figueiró da Silva (OAB 301602/SP)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Elói Contini (OAB 51764/BA)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Felipe Almeida Gonçalves (OAB 25065/PA)
Geraldo Henrique Dutra de Magalhães (OAB 11072/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Hermes Pontes Lima Junior (OAB 13567/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jimmy da Silva Araújo (OAB 9072/AM)
JOÃO JOAQUIM MARTINELLI (OAB 45071A/AM)
Lasmar Roberto Pereira Alves (OAB 9046/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luís Juscelino Augusto Leite (OAB 4092/AM)
Marcos Alessandro Macedo Fernandes da Silva (OAB 11680/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Maria Socorro Araújo Santiago (OAB 1870/CE)
Marissol Jesus Filla (OAB 17245/PR)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafaella Munhoz da Rocha Lacerda (OAB 38511/PR)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Roseany Araújo Viana Alves (OAB 10952/CE)
Tereza Cristina Leão José (OAB 261818/SP)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0191/2019

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: CELSO HENRIQUE DOS SANTOS (OAB 110394/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: FERNANDO CELSO DE AQUINO CHAD (OAB 53318/SP), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA DE SOUZA (OAB 1.251/AM), ADV: IVAN MERCÊDO DE ANDRADE MOREIRA (OAB 796A/AM) - Processo 0003778-46.2007.8.04.0001 (001.07.003778-8) - Procedimento

Comum Cível - Cancelamento de Protesto - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDA: Indústria Eletromecânica Linsa Ltda - LITSPASSIV: Banco Rural S/A - Vistos, Reporto-me ao pedido de produção de prova pericial contábil de fls. 314. Observo que a primeira Requerida ao ser intimada para apresentar as provas que pretendia produzir requereu a produção de prova pericial contábil a fim de comprovar que a Requerente realizou o pagamento referente ao contrato de fls. 6/14. Contudo, conforme se observa em decisão de fls. 306/307, o ônus da prova foi decidido nos termos do art. 373, I e II, CPC. Dessarte, o ônus de comprovar a realização do pagamento que culminou nos protestos incumbe ao Requerente, uma vez que é fato constitutivo de seu direito. No entanto, conforme se verifica em fls. 309, o Requerente informou que não possui provas a serem produzidas e requereu o julgamento da lide. Em assim sendo, indefiro o pedido de prova pericial de fls. 314 e determino os autos sejam conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: YURI DANTAS BARROSO (OAB 4237/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM) - Processo 0602091-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cooperativa - REQUERENTE: C.B.R.R. - REQUERIDO: U.M.C.T.M. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM) - Processo 0603194-75.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimundo de Oliveira Valente - REQUERIDO: Elio Francisco de Carvalho - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca dos cálculos de fls. 416, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0604014-60.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Bradesco S.a - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: CLEONE MARIA SANTOS CARVALHO GRANA (OAB 3507/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0606433-29.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Comercial - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Jucileide Martins de Morais e outros - Vistos, etc. Em análise aos autos, vislumbro que o juízo, por meio da decisão exarada em fl.121, declinou da competência para conhecer e julgar o feito em favor do r. Juízo de Direito da Comarca de Carauari/AM, bem assim determinou a remessa deste caderno processual àquele juízo, o que foi cumprido pela então Diretora da Vara, consoante se observa às fls. 122 e 123. Nesse contexto, indefiro o requerimento de fl. 133. Oportunamente, a considerar o cumprimento da decisão proferida em fl. 121 e o fato de que nas comarcas do interior do estado os processos tramitam por meio do sistema PROJUDI, determino ocorram providências pela Secretaria da 4.ª UPJ à baixa e arquivamento destes autos juntos ao Sistema de Automação da Justiça - SAJ. Providência legais. Int. Cumpra-se.

ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM) - Processo 0608404-15.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: RAYLANDER SANTOS DOS SANTOS e outro - REQUERIDO: GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA - Vistos, Cuidam os presentes autos de Cumprimento Definitivo de Sentença formulado por Raylander Santos dos Santos em face de Global GNZ Transportes Ltda. Conforme se depreende da sentença de fls. 245/261, o encargo da empresa Executada consubstancia-se em obrigações de pagar quantia certa. Em assim sendo, determino que se intime a Executada, pelo Diário da Justiça, na pessoa de seu advogado constituído nos autos, a fim de que no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo Exequente, pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor do Exequente. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, nos moldes do art. 523, §2º, do NCPC, consignando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença, ex vi do art. 525 do NCPC. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se o Exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de não recolhimento ou ainda de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se o Exequente para que apresente no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC. Em seguida, proceda-se à penhora por meio do sistema BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a empresa Executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora, efetue-se a pesquisa de bens em nome da Executada, por meio dos sistemas INFOJUD e RENAJUD. Autorizo, desde logo, ocorra a constrição, através do sistema RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome da empresa devedora. Após, intime-se o Exequente para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito. Transcorrido o prazo “in albis”, intime-se pessoalmente o Exequente, bem assim seu patrono via DJE, para que se manifeste sobre o interesse na continuidade do feito,sob pena de extinção da fase de cumprimento de sentença, nos termos do art. 485, inc. III, do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0609194-57.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THELCYANNE DE CARVALHO NUNES DIAS (OAB 4851/AM) - Processo 0609257-53.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Elza Garcia - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - NÃO INFORM: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc Tratando-se a Requerente de beneficiária da gratuidade de justiça e considerando que através da decisão de fls.129/130 a prova pericial nos autos foi determinada de ofício, passo a decidir, consoante segue: I) Arbitro o valor dos honorários periciais em 02 (dois) salários mínimos vigentes, a totalizar R$1.996,00; II) Em observância ao disposto no art.95 do CPC, devem os honorários periciais restarem por rateados entre as partes; III) No que pertine ao montante de R$998,00 pela

Requerente, determino sejam os honorários custeados na forma do disposto na Portaria n.º 1.233/2012 (PTJ-TJAM) e na Resolução n.º 127/2011 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, vez que a postulante da prova em comento é beneficiária da gratuidade de justiça; III) Determino à empresa Requerida que ultime depositar em juízo o valor de R$998,00 em prazo de 30 (trinta) dias; IV) Após, notifique-se o perito judicial para que apresente em juízo o laudo pericial em prazo máximo de 60 (sessenta) dias. Autorizo o pagamento de até 50% dos honorários ora arbitrados a favor do perito no início dos trabalhos, ex vi do art.465, §4º do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0610919-86.2015.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Móvel - REQUERENTE: Francisco Garcia Rodrigues - Vistos, etc A citação por edital é medida excepcional e só deve ser deferida quando esgotadas todas as diligências para que ocorra a citação do Executado. No vertente caso, verifico que o Requerente diligenciou através de vários endereços à localização das Requeridas, obtendo respostas negativas em todos. Ademais, também ocorreram buscas nos cadastros de órgãos públicos InfoJud e Siel. Importante salientar que em Certidão do Oficial de Justiça de fl. 76 restou certificado como incerto o paradeiro das Rés, exarando-se que " [...] Não trabalham mais no local há cerca de dois meses, de acordo com informações colhidas no Salão de Beleza que funciona na Sala 02, pois as destinatárias alugavam a Sala 03, onde atualmente funciona um atelier de costura, se mudaram e não informaram seu novo endereço. [...]". Ante o exposto, defiro o pedido de citação por edital pelo prazo de 20 (vinte) dias, na forma do art.256, II, do CPC. Advirto que em hipótese de revelia, nomeio curadoria especial às Requeridas junto à Defensoria Pública do Estado, determinando sua regular e legal intimação a dizer nos autos em 30 (trinta) dias. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0615722-73.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0616985-48.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Eliezer Silva de Oliveira - REQUERIDA: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A - Ademais, inverto o ônus da prova em prol do Autor, à vista de sua hipossuficiência técnica, jurídica e informacional diante da empresa Requerida, segundo as regras ordinárias de experiência, na forma do disposto no art.6º, VIII, da Lei 8.078/90 (CDC). Na sequência, determino que se inicie a instrução processual com a realização de perícia. Nesse contexto, nomeio perito do juízo o Dr. Maurício Alexandre de Meneses Pereira, CRM-AM 3855 - mauricioamp@uol.com.Br; (92)3238-7429 e (92)99213-3851, médico com especialidade em Ortopedia e Traumatologia, com curriculum junto à Secretaria da 4a. UPJ e experiência profissional já demonstrada ao juízo. Fixo o prazo de 60 (sessenta) dias para a entrega do laudo. Intimem-se as partes para que em 15 (quinze) dias possam agir na forma do disposto no art. 465, §1º do CPC. Notifique-se o perito nomeado para apresentar proposta de honorários em 15 (quinze) dias. Ofertada a proposta, digam as partes em 05 (cinco) dias e após, voltem-me conclusos. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: CAMILA UIARA VIEIRALVES ALMEIDA (OAB 12160/AM), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0622290-76.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Propriedade - REQUERENTE: Célia Regina de Almeida Ferreira e outro - REQUERIDO: T. Loureiro Corretora de Imóveis S.a. - Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda - Vistos, etc A hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Assim, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0622326-50.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Condominio Residencial Edificio Athenas - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CARLA JOSEFINA LIMA DE LIMA (OAB 9783/AM), ADV: BRUNA MARIANA NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 10935/AM), ADV: GILMAR DE OLIVEIRA NASCIMENTO (OAB 3465/AM), ADV: GLAUCY ARAÚJO LIMA DE OLIVEIRA (OAB 5802/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO NEGRO VAZ JÚNIOR (OAB 7355/AM) - Processo 0627039-73.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Thályson Pereira Nascimento - REQUERIDO: Centro Univerisitário Nilton Lins - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0628734-96.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0600419-79.2016.8.04.0015) - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Antônio Santana da Silva - REQUERIDO: Cartaxo Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte apelada para que, querendo, ofereça contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 1084A/AM), ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 8927/SC), ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 33416/SC), ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 1044A/AM) - Processo 0629632-46.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: OMMI S/A FIMANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM), ADV: MARLOS GAIO (OAB 914A/AM), ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA) - Processo 0632944-30.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: RAUL WILLIAM DE JESUS TELES - REQUERIDO: Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior

e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0633125-89.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 10 (dez) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0636284-40.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM) - Processo 0637093-06.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Vistos, Considerando o pedido de fl. 242, tenho por deferir o requerimento do Autor para dilação de prazo a fim de que apresent novo endereço à localização do Requerido em prazo de 60 (sessenta) dias, tudo em observância ao princípio da cooperação disposto no art. 6° do CPC. Após o transcurso do prazo, sem manifestação, certifique-se e intime-se pessoalmente o Requerente para suprir a falta em 05 (cinco) dias, pena de extinção. Int. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: JUSSARA DA SILVA PONTES (OAB 7062/AM) - Processo 0637603-48.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Antonio Viana da Silva - REQUERIDO: CARTAXO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: DANIELLA RODRIGUES DE ARAÚJO (OAB 8199/AM) - Processo 0638825-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Pedro Oliveira da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 30/01/2020 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP), ADV: SÉRGIO MIRISOLA SODA (OAB 257750/SP), ADV: FRANCISCO JOAO LEITE (OAB 7460/AM) - Processo 0641474-86.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Otávio Bezerra Meireles e outros - REQUERIDO: CARREFOUR PROM DE VENDAS E PARTICIPAÇÕES LTDA - Vistos, Em breve análise aos autos, não vislumbro presente o cálculo de atualização dos honorários advocatícios arbitrados em sentença e majorados pelo Egrégio Tribunal de Justiça. Diante disso, intimem-se os Exequentes para que ultimem referidas diligências, em prazo de 15 (quinze) dias, pena de indeferimento, ex vi do art. 801 do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: GLÁURIA GISELLE CHAVES HENRIQUES (OAB 6692/AM), ADV: CARLOS EDUARDO GOMES PONTES (OAB 6777/AM), ADV: MARTHA LORENA GOMES DE JESUS PEREIRA (OAB 9261/AM) - Processo 0641738-35.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Caroline Gomes Pontes - REQUERIDO: T M Caldas Imobiliária Me - Visão Imobiliária e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0642292-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Nazareno da Conceição Damasceno de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante ao exposto, decido por: a) indeferir a antecipação dos efeitos da tutela; b) deferir o benefício da gratuidade de justiça ao Autor, nos moldes do art. 98, §1º, do CPC; c) definir a distribuição do ônus da prova por ocasião da decisão de saneamento e de organização do processo, ex vi do art. 357, III, do CPC; d) determinar sejam encaminhados os autos ao CEJUSC/CIVEL, para procedimentos relativos à audiência de conciliação e mediação, nos termos do art. 334 do CPC. Contudo, à vista de que expresso pelo Autor na exordial - fl. 12, seu desinteresse em participar de audiência de conciliação e mediação, ex vi do art. 319, VII, do CPC, certo é que poderá o Réu também manifestar seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada com 10 (dez) dias de antecedência da data aprazada ao referido ato - art. 334, §5º do CPC. P.R.I.C.

ADV: ROSEANE TORRES LIMA (OAB 10525/AM) - Processo 0642890-50.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Luis de Souza Moreira e outro - Vistos, Em análise aos autos, observo que o Autor pleiteia suposto direito alheio em nome próprio; estabelece, contudo, o art. 18, caput, do CPC, que ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico. Nesse contexto, é mister que ocorra a emenda da exordial de sorte que seja regularizado o polo ativo da demanda. Ante ao exposto, determino seja intimada a parte Autora para que emende a exordial a fim de que seja regularizado o pólo ativo da demanda, em prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção processual, ex vi do art. 485, VI, do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0644174-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Glaucia Trindade Pantoja - Da análise da exordial, verifico que a Autora pleiteia seja o Banco Réu condenado na restituição de indébito de valores supostamente descontados de forma indevida de sua folha de pagamento sem, contudo, indicar com clareza sobre se pretende a restituição simples ou em dobro, bem assim o montante almejado. Nesse contexto, a considerar que a Requerente pretende a declaração da quitação do contrato objeto da lide por entender que já adimpliu com suas obrigações e que dispõe ela dos meios para calcular a monta já descontada de seu salário referente ao contrato aqui aludido e, por conseguinte, indicar o valor que entende ter sido debitado indevidamente, determino seja intimada, a fim de que quantifique o valor pretendido a título de repetição de indébito, corrigindo o valor da causa, ex vi do art. 292, V, do CPC, em prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, ex vi do art. 330, §1.º, II, do CPC. Outrossim, intime-se ainda a Autora a fim de que, no mesmo prazo (15 dias), esclareça ao juízo sobre se o texto que se inicia à fl. 14 (infra) faz parte de seu conjunto postulatório, sob pena de indeferimento, nos moldes do art. 321 do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELIAS SERENO DE SOUZA (OAB 12819/AM) - Processo 0644393-09.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Klinger Nunes Pereira e outros - Vistos, A Lei Complementar n.º 17/97, recentemente alterada pela Lei Complementar n.º 178/2017, que trata da organização judiciária

do Estado do Amazonas, estabelece que a competência para processar e julgar os feitos relativos a sucessões causa mortis é da Vara de Órfãos e Sucessões, ex vi do art.154-A, inc. I, da LC n.º 17/97. No vertente caso, embora o pedido tenha como fundamento o Decreto n.º 85.845/81, que regulamenta a Lei n.º 6.858/80, vislumbro que os Requerentes buscam a liberação junto à conta n.º 6567800007656-11435634 de titularidade do Senhor Ivan Miranda Pereira de valores aos quais teria direito a de cujus, de quem são filhos, em razão de pensão alimentícia prestada pelo seu ex-cônjuge, a atrair a competência do juízo de órfãos e sucessões. Nesse contexto, declino da competência deste juízo à Vara de Órfãos e Sucessões desta Comarca, ex vi do art.154-A, inc. I, da LC n.º 17/97, determinando ocorram providências através do setor de Distribuição Processual. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0644599-23.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Rci Brasil S.a. - O art. 3.º, do Decreto-Lei n.º 911/69, preceitua que a liminar de busca e apreensão será concedida se houver a comprovação da mora do devedor. Para tanto, está consolidado na jurisprudência pátria que é prescindível a intimação do devedor para que ele seja constituído em mora, bastando que da notificação conste assinatura de recebimento. No vertente episódio, há nos autos notificação extrajudicial expedida por meio dos patronos da empresa Requerente. No entanto, não há como aferir sobre se houve, de fato a notificação, atributo não conferido à fl. 36, haja vista que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT certificou que a entrega não pôde ser efetuada, tendo em vista que a Requerida "mudou-se". Nesse sentido julgado que colaciono: "Vistos Banco Itaucard S/A recorre da sentença proferida nos autos de busca e apreensão (fs. 21/25) por meio da qual o magistrado julgou extinto o feito, sem julgamento de mérito, indeferindo a inicial por falta de constituição em mora. [...] 3.1. Extrai-se que somente foi acostada informação dos Correios, não constando nos autos, portanto, o aviso de recebimento encaminhado e assinado, o que corroboraria o recebimento. É de se registrar que o Correio não é portador de fé pública, sendo que nesse caso, fazia-se necessário que o autor juntasse aos autos o aviso de recebimento, uma vez que este traria descrito o endereço para o qual foi devidamente encaminhada a carta, bem como traria a assinatura da pessoa que a recebeu, lembrando que esta não obrigatoriamente precisa ser recebida pelo devedor, de "próprio punho". Não basta que o credor demonstre que encaminhou a notificação do devedor para os fins de comprovação da mora, é necessário mais: o autor deve demonstrar que a carta foi devidamente recebida no endereço do devedor. Ora, a partir da leitura do próprio dispositivo pertinente à espécie, qual seja o art. 2º, § 2º do Decreto Lei 911/69, é possível depreender que a comprovação da mora por meio da expedição de carta registrada pelo Cartório de Títulos e Documentos corresponde tanto ao envio da notificação ao devedor quanto ao seu regular recebimento. Sem a demonstração de que a notificação foi encaminhada ao devedor, bem como de que foi recebida no endereço constante no contrato, não há o que se falar em constituição em mora, uma vez que faltam elementos para comprovar se foi regularmente procedida pelo credor. [] 5. Por fim,[...] cumpre destacar a Súmula 72 do STJ já dispôs a respeito:"A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente". [...] (7870842 PR 0787084-2, Relator: Carlos Mansur Arida, Data de Julgamento: 08/06/2011, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 651).(grifei) Por conseguinte, ainda que haja extrato da EBCT junto à notificação, sua constituição resta malgrada, uma vez que não houve a confirmação, com a esperada rubrica. Ante o exposto, determino ocorra emenda à exordial, para juntar-se aos autos instrumento de Protesto da notificação extrajudicial, comprovando-se assim que a Requerida foi constituída em mora, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, pena de extinção do processo, nos termos do art. 321 c/c o art. 485, I, do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644734-35.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Cuidam os presentes autos de ação Monitória formulada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A em face de Martinho Silva Alves. A demanda monitória, nos termos do art. 700, do CPC, deve estar instruída com documentos escritos sem eficácia de título executivo que detenham atributos suficientes para que o juízo se convença, por meio de cognição sumária, acerca da existência da obrigação neles consignada e do direito do autor ao seu cumprimento, tornando-se possível, a imposição liminar do pagamento de soma em dinheiro, da entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel. Desse modo, conforme disposição do artigo 700, §2º do CPC, a petição inicial deve ser instruída com memória de cálculo apta a individualizar a importância devida, bem como deve ser demonstrado o valor atual da coisa reclamada e discriminado o conteúdo patrimonial em discussão ou o proveito econômico perseguido. Nessa toada, verifico que o Autor acostou à petição inicial, como prova escrita sem eficácia de título executivo, as faturas de energia elétrica referentes aos meses em que o Requerido encontra-se em débito (fls. 34/37). Observo ainda às fls. 31/32 a existência de demonstrativo de débito, em que é explicitada a importância requerida devidamente atualizada. Ocorre correspondência entre a referida importância e o valor da causa, conforme preceitua o §3º do artigo 700 do CPC. Diante do exposto, é possível asseverar que resta demonstrado o valor atual do crédito reclamado, bem como que se encontra suficientemente delimitado o proveito econômico perseguido. Isso posto, estando presentes os requisitos estampados no §2º do artigo 700 do CPC, defiro o pedido de carta de citação com aviso de recebimento, conforme o caput do artigo 701, devendo-se citar o Réu para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague à empresa Autora a importância de R$: 36.230,51 (trinta e seis mil, duzentos e trinta mil e cinquenta e um centavos), bem como os honorários relativos a 5% do valor da causa. Oportunamente, determino que conste na carta de citação a advertência segundo a qual não opostos embargos no referido prazo, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, nos termos do art. 701, §2º do CPC. Anote-se, de igual forma que, ocorrendo o pagamento também no mesmo prazo, o Réu ficará isento de custas, conforme art. 701, §1º do CPC. Diante da comprovação do pagamento (fls. 6/7), expeça-se a competente carta de citação. Int. Cumpra-se.

ADV: VINICIUS CABRAL BISPO FERREIRA (OAB 410103/SP) - Processo 0644761-18.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Vistos, Em análise aos autos, verifico que o demonstrativo apresentado em fl. 50 não está configurado de forma cristalina, pois que resta dúvida quanto a seu valor nominal. Isso porque o cálculo exequendo apresenta como valor do título o montante de R$19.262,18 (dezenove mil, duzentos e sessenta e dois reais e dezoito centavos); no entanto, consta na Cédula de Crédito, às fls.42/49, o valor de R$18.276,00 (dezoito mil, duzentos e setenta e seis reais). Em assim sendo, determino ao Exequente emende à inicial, a fim de retificar o demonstrativo do débito, em prazo de 15 (quinze) dias, pena de indeferimento. Int. Cumpra-se.

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0644783-76.2019.8.04.0001 - Monitória - Compromisso - REQUERENTE: Edson Gurgel Barreto e outros - Vistos, Cuidam os presentes autos de ação Monitória formulada por Edson Gurgel Barreto, Egerton Gurgel Barreto e Francisco Cleiton Gurgel Barreto em face de Amazon Combustíveis para Veículos e Construções Ltda. Em breve análise aos autos, não observo no demonstrativo apresentado em fl. 38 a atualização de dívida do aluguel dos meses de julho/2019 e agosto/2019. Convém ressaltar a relevância de um demonstrativo de débito correto, completo e sem qualquer resquício de dúvida, pois que deste documento decorre o valor da causa, o qual na hipótese já está em dissonância com o cálculo exequendo, pois que, acresce equivocadamente a verba de honorários advocatícios. Registro ainda que, embora afirmem quanto a sua hipossuficiência, os Requerentes não demonstram nos autos que preenchem os requisitos autorizadores à concessão do beneplácito da gratuidade, condição que vislumbro por indispensável. Diante disso, determino sejam intimados os Requerentes, por seus advogadso, a fim de que comprovem em 15 (quinze) dias sua alegada hipossuficiência econômico-financeira, devendo juntar aos autos suas 03 (três) últimas declarações de imposto de renda e outros documentos idôneos, nos moldes do art. 321 do CPC. Ademais, determino também que emendem à inicial, a fim de retificar o demonstrativo do débito em igual prazo, pena de

indeferimento Int. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644901-52.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Cuidam os presentes autos de ação Monitória formulada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A em face de Angélica Portela Moura. A demanda monitória, nos termos do art. 700, do CPC, deve estar instruída com documentos escritos sem eficácia de título executivo que detenham atributos suficientes para que o juízo se convença, por meio de cognição sumária, acerca da existência da obrigação neles consignada e do direito do autor ao seu cumprimento, tornando-se possível, a imposição liminar do pagamento de soma em dinheiro, da entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel. Desse modo, conforme disposição do artigo 700, §2º do CPC, a petição inicial deve ser instruída com memória de cálculo apta a individualizar a importância devida, bem como deve ser demonstrado o valor atual da coisa reclamada e discriminado o conteúdo patrimonial em discussão ou o proveito econômico perseguido. Nessa toada, verifico que o Autor acostou à petição inicial, como prova escrita sem eficácia de título executivo, as faturas de energia elétrica referentes aos meses em que a Requerida encontra-se em débito (fl. 33). Observo ainda à fl. 31 a existência de demonstrativo de débito, em que é explicitada a importância requerida devidamente atualizada. Ocorre correspondência entre a referida importância e o valor da causa, conforme preceitua o §3º do artigo 700 do CPC. Diante do exposto, é possível asseverar que resta demonstrado o valor atual do crédito reclamado, bem como que se encontra suficientemente delimitado o proveito econômico perseguido. Isso posto, estando presentes os requisitos estampados no §2º do artigo 700 do CPC, defiro o pedido de expedição de carta de citação com aviso de recebimento, conforme o caput do artigo 701, devendo-se citar a Ré para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague à empresa Autora a importância de R$: 55.189,98 (cinquenta e cinco mil, cento e oitenta e nove reais e noventa e oito centavos), bem como os honorários relativos a 5% do valor da causa. Oportunamente, determino que conste na carta de citação a advertência segundo a qual não opostos embargos no referido prazo, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, nos termos do art. 701, §2º do CPC. Anote-se, de igual forma que, ocorrendo o pagamento também no mesmo prazo, o Réu ficará isento de custas, conforme art. 701, §1º do CPC. Diante da comprovação do pagamento (fls. 6/7), expeça-se a competente carta de citação. Int. Cumpra-se.

Adair José Pereira de Souza (OAB 1.251/AM)
Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bruna Mariana Nascimento dos Santos (OAB 10935/AM)
Camila Uiara Vieiralves Almeida (OAB 12160/AM)
Carla Josefina Lima de Lima (OAB 9783/AM)
Carlos Eduardo Gomes Pontes (OAB 6777/AM)
Celso Henrique dos Santos (OAB 110394/MG)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cleone Maria Santos Carvalho Grana (OAB 3507/AM)
Daniella Rodrigues de Araújo (OAB 8199/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Elias Sereno de Souza (OAB 12819/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
FERNANDO CELSO DE AQUINO CHAD (OAB 53318/SP)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Joao Leite (OAB 7460/AM)
Gilmar de Oliveira Nascimento (OAB 3465/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Glaucy Araújo Lima de Oliveira (OAB 5802/AM)
Gláuria Giselle Chaves Henriques (OAB 6692/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 1044A/AM)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 8927/SC)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Ivan Mercêdo de Andrade Moreira (OAB 796A/AM)
João Carlos Flor Júnior (OAB 915A/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Jussara da Silva Pontes (OAB 7062/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gustavo Negro Vaz Júnior (OAB 7355/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marlos Gaio (OAB 914A/AM)
Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB 9261/AM)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 1084A/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 33416/SC)
Roseane Torres Lima (OAB 10525/AM)
Sérgio Mirisola Soda (OAB 257750/SP)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thelcyanne de Carvalho Nunes Dias (OAB 4851/AM)
Vinicius Cabral Bispo Ferreira (OAB 410103/SP)
Yuri Dantas Barroso (OAB 4237/AM)

12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0193/2019

ADV: FRANCISCO GOMES COELHO (OAB 1745/CE), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: SIGISFREDO HOEPERS (OAB 7478/SC), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET (OAB 809A/AM), ADV: CÁSSIO FRANÇA VIEIRA (OAB 4409/AM), ADV: ALYNE COELHO OLIVEIRA (OAB 844A/AM), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM), ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP), ADV: SANDRO PISSINI ESPÍNDOLA (OAB 6817/MS), ADV: MARCELO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 7023/AM), ADV: ADROALDO ALEXANDRE ARRUDA DA SILVA (OAB 5483/AM), ADV: CELSO VALÉRIO FRANÇA VIEIRA (OAB 3886/AM), ADV: JABSON DA SILVA CÉO (OAB 5803/AM), ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ALEXANDRY

CHEKERDEMIAN SANCHIK TULIO (OAB 11640/MS), ADV: PABLO BERGER (OAB 61011/RS), ADV: ROSA OLIVEIRA DE PONTES (OAB 4231/AM), ADV: JULIANA BATISTA BRAGA (OAB 4166/AM), ADV: JONES RAMOS DOS SANTOS (OAB 6333/AM), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ) - Processo 0254661-42.2009.8.04.0001 (001.09.254661-8) - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Franklin Roosevelt Mota Santos - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - HSBC - Banco Santander S.A (Brasil) - Sabemi Seguradora S/A - Compulsando os autos, verifiquei que não houve publicação em nomes dos novos patronos dos requeridos, vez que não estavam cadastrados, o que ocorreu nesta data. Dessa forma, intimo os patronos para que tomem ciência do ato ordinatório de fls. 1059 , cujo teor segue abaixo: " Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito."

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0603031-66.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: EULLEM SANDRO DE OLIVEIRA FERREIRA (OAB 8140/AM) - Processo 0603502-19.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Kyldaren Bastos Antela e outro - REQUERIDO: Capital Rossi S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0604646-52.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Citação - REQUERENTE: Tam Linhas Aéreas S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: VANGLEYS REIS VIANNA (OAB 7797/AM) - Processo 0607154-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Zita dos Santos Brandão - REQUERIDO: Banco Bradesco S/a-ag. Noel Nutles e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ (OAB 13568/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM) - Processo 0607600-08.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0609853-32.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ADONIS MACIEL PAES (OAB 8865/AM) - Processo 0621587-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Jlr Construção e Terraplenagem Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NÁDIA ALMEIDA LIMA (OAB 10786/AM), ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM) - Processo 0623991-38.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Samuel Santiago de Melo Neto e outro - REQUERIDO: Capital Rossi Empreendimentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0624614-73.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: ADRIANE ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5129/AM), ADV: ANDERSON ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5059/AM) - Processo 0631122-35.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Rosana Ortiz de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte apelada para que, querendo, ofereça contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET (OAB 809A/AM), ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: ELÍSIA HELENA DE MELO MARTINI (OAB 1853/RN) - Processo 0633030-98.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compensação

- REQUERENTE: KENNYSON LOPES DA SILVA - REQUERIDO: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0635124-77.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG) - Processo 0636996-06.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0638367-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Ivanete Alves Ferreira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: HELDER SOARES DE LIMA (OAB 7536/AM), ADV: MARILIA DA POIAN FURLAN (OAB 7540/AM) - Processo 0638556-75.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - REQUERENTE: Premmium Eletrônicos Comércio de Eletrônicos Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTONIO EVANDRO MELO BALBI (OAB 66418/RJ), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: SANDRO DA SILVA SANTOS (OAB 7523/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0639576-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Furtuso Domicio Freitas - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: ALEXSANDER DO NASCIMENTO CORDEIRO (OAB 13832/AM) - Processo 0648161-74.2018.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Diniz Eguez Comércio de Jóias Ltda-me - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

Adonis Maciel Paes (OAB 8865/AM)
Adriane Ortiz Granja de Souza (OAB 5129/AM)
Adroaldo Alexandre Arruda da Silva (OAB 5483/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
Alexandry Chekerdemian Sanchik Tulio (OAB 11640/MS)
Alexsander do Nascimento Cordeiro (OAB 13832/AM)
Alyne Coelho Oliveira (OAB 844A/AM)
Anderson Ortiz Granja de Souza (OAB 5059/AM)
Antonio Evandro Melo Balbi (OAB 66418/RJ)
Bassla Marinho Abdel Aziz (OAB 13568/AM)
Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB 809A/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Cássio França Vieira (OAB 4409/AM)
Celso Valério França Vieira (OAB 3886/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Elísia Helena de Melo Martini (OAB 1853/RN)
Eullem Sandro de Oliveira Ferreira (OAB 8140/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Francisco Gomes Coelho (OAB 1745/CE)
Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)
Helder Soares de Lima (OAB 7536/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique José Parada Simão (OAB 221386/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jabson da Silva Céo (OAB 5803/AM)
Jones Ramos dos Santos (OAB 6333/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
Juliana Batista Braga (OAB 4166/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcelo Ferreira da Costa Filho (OAB 7023/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Marilia Da Poian Furlan (OAB 7540/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Nádia Almeida Lima (OAB 10786/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pablo Berger (OAB 61011/RS)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Rosa Oliveira de Pontes (OAB 4231/AM)
Sandro da Silva Santos (OAB 7523/AM)
Sandro Pissini Espíndola (OAB 6817/MS)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sigisfredo Hoepers (OAB 7478/SC)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
VANGLEYS REIS VIANNA (OAB 7797/AM)

13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0219/2019

ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM), ADV: NELSON SAPHA KIZEM (OAB 245/AM), ADV: NELSON ABDON SOUTO KIZEM (OAB 5454/AM), ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM), ADV: IVAN LANZA CORDEIRO DE SOUZA (OAB 4615/AM), ADV: MARCELO FURUKAWA MAIA (OAB 4527/AM) - Processo 0205910-87.2010.8.04.0001 (001.10.205910-2) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: F M de Souza Variedades ME - REQUERIDO: Jade Transportes Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para que se manifestem acerca do cumprimento integral do acordo, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PEDRO LUCAS PORTUGAL AL-BEHY KANAAN (OAB 8587/AM) - Processo 0227032-44.2019.8.04.0001 (processo principal 0243264-49.2010.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Títulos de Crédito - REQUERENTE: E E B Ind. e Comércio de Materiais Para Construção Ltda. - Assim, DETERMINO determino o arquivamento e baixa do presente feito, sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0254588-36.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Valdete Libório Porfírio - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social e outro - De ordem, nesta data, procedo a intimação do representante legal do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, nos termos Decisão Interlocutória de fl. 393, para que dê cumprimento ao ofício requisitório (RPV) de fls. 400 e 401.

ADV: ARENAIDE ROSA CRUZ DE LIMA PEREIRA (OAB 2589/AM), ADV: MARGARETH BUZAGLO PINTO (OAB 2641/AM), ADV: LUCCA FERNANDES ALBUQUERQUE (OAB 11712/AM), ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 28837/SP), ADV: ALYSSON GEORGE GOMES CAVALCANTE (OAB 3710/AM) - Processo 0260954-28.2009.8.04.0001 (001.09.260954-7) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Andrea Queiroz Fernandes - Cecília Maria Guimarães da Silva - José Aglaiz Mendes da Silva - Solange Fernandes Moreira - Sergio Roberto Lopes Albuquerque - REQUERIDO: Forma Construção Ltda. - Intime-se a parte Exequente para adequar o procedimento de liquidação de sentença ao disposto nos arts. 509 e seguintes do CPC, autuando-o em apartado, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM), ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM), ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 000.381/AM) - Processo 0315863-25.2006.8.04.0001 (001.06.315863-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Marcos de Souza Alves - REQUERIDA: Petrodias Transporte e Comercio Ltda - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM) - Processo 0601673-27.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Cooperativa de Crédito dos Empresários de Manaus - PROSSIGA o Autor no feito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, entenda o que de direito. Intime-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602584-78.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ao lume de todo o exposto, ACOLHO EM PARTE OS EMBARGOS MONITÓRIOS para afastar a cobrança da fatura com vencimento no mês 07/2012 e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO da Requerente para declarar constituído de pleno direito em título executivo judicial o crédito da Autora referente às faturas vencidas e não pagas no período de 08/2008 até 02/2010 e 09/2010 até 01/2012, conforme planilha acostada à inicial. Condeno a Requerida em custas e honorários de advogado, os quais fixo neste ato no percentual de 20% (vinte por cento), sobre o valor da condenação (art. 86, parágrafo único, do NCPC), contando juros de mora a partir do transito em julgado (art. 85, §16, do CPC) e correção monetária a partir do arbitramento. Fica desde já a parte Autora intimada para apresentar planilha atualizada do débito, devendo incidir correção monetária pelo INPC desde o vencimento de cada fatura e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação. À Secretaria para as diligências de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: LUIZ ROBERTO HIJO SAMPIETRO (OAB 208254/SP), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: ANDREY FARACHE BARROSO (OAB 12705/AM), ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM), ADV: BRUNA DA SILVA BESSA (OAB 8034/AM) - Processo 0602604-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Sovel da Amazônia Ltda e outro - REQUERIDO: Atlas Copco Brasil Ltda. - I - Designo o dia 05/05/2020 às 10:30h, para realização da audiência de instrução neste juízo. II - Intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem à audiência.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM) - Processo 0603230-59.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Alex dos Santos Silva - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO (OAB 5675/AM), ADV: SORAYA SEIXAS NUNES COLARES (OAB 9952/AM) - Processo 0606493-89.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Anelinda Simões da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: RENATO GOMES DA SILVA (OAB 320340/SP), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0609951-17.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM) - Processo 0610675-60.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO TOYOTA DO BRASIL S/A. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: VANESSA MENDONÇA DE SOUZA VIEIRALVES (OAB 9123/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM), ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM) - Processo 0613785-04.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Japurá Pneus Ltda - EXECUTADO: ANTONIO HERLANDYO ARAUJO DA SILVA - Em

conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para que se manifestem acerca do cumprimento integral do acordo, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DYONISIO PINTO CARIELO (OAB 103723/MG), ADV: JULIANA PINHEIRO SOARES ALENCAR SILVA GAIA (OAB 13702/AM) - Processo 0614765-72.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Compra e Venda - REQUERENTE: Ramon Araújo Lopes Smith - REQUERIDO: Santa Helena Nove Empreendimentos e Participações Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes embargadas para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0615623-11.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante ao exposto, com fundamento no art. 485, VI do CPC, EXTINGO o presente processo sem resolução de mérito. Determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0618433-22.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Hélio Douglas Souza de Mendonça - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Remetam-se os autos à Contadoria, para que seja apurado o valor atualizado da condenação, nos moldes da sentença de fls. 174-182 e acórdão de fls. 242-248, considerando o disposto na petição de fl. 260.

ADV: IKARO BASTOS PEDROSA (OAB 11465/AM), ADV: RAIMUNDO NONATO ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 7005/AM) - Processo 0621577-67.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Raimundo Nonato Araújo dos Santos - EXECUTADO: Mark Estanley Fernandes Nascimento de Lima e outros - PROSSIGA o Exequente no feito, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0623059-50.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Por conseguinte, fica revogada a liminar deferida à fl. 104. DETERMINO a restituição do bem ao Requerido no prazo 48 (quarenta e oito) horas, após o trânsito em julgado, sob pena de multa diária no valor de R$1.000,0 (mil reais). Custas de lei recolhidas.

ADV: RODRIGO ABREU RIBAS (OAB 125355/MG), ADV: DAVID RIBEIRO REZENDE (OAB 146552/MG), ADV: JOSÉ LUIZ LEITE (OAB 622A/AM), ADV: JOÃO ANDRÉ SALES RODRIGUES (OAB 19186/PE), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: LUCINEIDE MARIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 72973/SP), ADV: LÍDIA BARRETO DE MELO MOREIRA (OAB 98552/MG), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446A/AM), ADV: LILIAN MEGUMI BUZAGLO KOGUCHI (OAB 11753/AM), ADV: KARLA KEIKO BUZAGLO KOGUCHI (OAB 6868/AM) - Processo 0623469-84.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Felipe de Souza Mendonça - REQUERIDO: Auto Viaçao Cidade de Manaus e Sucessora Transmanaus - DENUNCIADO: Nobre Seguradora do Brasil S/A - Defiro a produção das provas deponencial e/ou testemunhal requeridas pelas partes. Designo audiência de instrução e julgamento para a data de 12/05/2020, às 10:30h, na Sala 1 de Audiências da 3ª Unidade de Processamento Judicial (UPJ) devendo as partes, no prazo comum e 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas (CPC, art. 357, §4º) O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato (CPC, art. 357, § 6º). Intimações necessárias do Ministério Público, nos termos do art. 179 do CPC, dispensando a intimação por este juízo das testemunhas arroladas (CPC, art. 455). Advirto as partes, seus advogados/defensores públicos e o agente do Ministério Público que o não comparecimento poderá levar à dispensa da produção das provas requeridas. Depois, deliberarei sobre a necessidade de produção de outras provas; se for o caso (CPC, art. 370, caput, e parágrafo único).

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629118-20.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOAB HARDMAN FAGUNDES (OAB 8812/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629901-22.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Remetam-se os autos à Contadoria, para que seja apurado o valor atualizado da condenação, nos moldes da sentença de fls. 68 e 73-74.

ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0630869-13.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Infojud e Siel), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: ERNESTO ANTUNES DE CARVALHO (OAB 53974/SP), ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM) - Processo 0636005-30.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Vistos e examinados. Nos termos do art. 922 do NCPC, Homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls. 122-124, firmado entre as partes nos autos da Execução de Título Extrajudicial ajuizada por Itaú Unibanco S/A e em desfavor de Izabel Francilene Gonzaga de Souza - ME e Izabel Francilene Gonzaga de Souza, e, suspendo a execução durante o prazo concedido. No caso de descumprimento do acordo, o processo retomará o seu curso, nos termos do parágrafo único do art. 922 do NCPC. No caso de cumprimento integral da avença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, procedendo-se à baixa na distribuição e, em havendo requerimento, ao desentranhamento dos documentos solicitados. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0636281-51.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Eduardo Amorim de Mendonça - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0637009-92.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Mercato Comercio de Alimentos e Bebidas Ltda-epp - Expeça-se o competente mandado, observando-se o endereço indicado à fl.59. Intime-se a Parte Autora para promover o pagamento das diligências do Oficial de Justiça,

no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas.

ADV: FABIANA SIQUEIRA DE MIRANDA LEAO (OAB 172579/SP), ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM), ADV: GABRIELLE GAZEO FERRARA (OAB 361024/SP), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: DANIEL DOS SANTOS COSTA (OAB 12962/AM), ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0637525-83.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Eliana Brasil Alves - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Real e Benemerita Associação Portuguesa de Beneficência - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: FABRIZZIO GADELHA SOUZA (OAB 13057/AM), ADV: DYONISIO PINTO CARIELO (OAB 103723/MG), ADV: CARLOS EDUARDO ROCHA CRUZ (OAB 73238/MG), ADV: VANDESSON BARBOSA SANTIAGO (OAB 12217/AM) - Processo 0639826-03.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Neuziane Cavalcante Costa - REQUERIDO: Santa Helena Oito Empreendimentos e Participações Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para que se manifestem acerca do cumprimento integral do acordo, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM) - Processo 0641223-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Gabriel Ítalo Araujo Figueiredo - Dê-se Vistas ao Ministério Público.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0641492-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Alcides da Silva Cardoso - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0642252-17.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Carmem Maria Teixeira Mancilha - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. Intime-se o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do § 2º do art. 1.023 do CPC.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DO NASCIMENTO CARDOSO (OAB 9537/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0648036-09.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Paulo da Conceição Gois - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a. - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0654379-21.2018.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Nierge Montenegro de Queiroz e outro - REQUERIDO: Jose Leonardo Silva dos Santos e outro - I - Redesigno o dia 07/05/2020 às 10:30h, para realização da audiência de instrução neste juízo. II - Intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem à audiência.

ADV: LUIZ FELIZARDO BARROSO (OAB 369272/SP) - Processo 0658889-77.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Sul América Companhia de Seguro Saúde - DEFIRO pedido de fls. 154/155 dos autos. INTIME-SE a parte executada, Carangola Consultoria Econômica Ltda, na figura de seus sócios, conforme endereços que constam na referida petição. Ato contínuo, INTIME-SE a parte requerente para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA MONTENEGRO (OAB 3759/AM), ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM), ADV: FRANCISCO SÁLVIO BARBOSA MONTENEGRO (OAB 1472/AM), ADV: AMILCAR DOS SANTOS PINHEIRO FILHO (OAB 538A/AM) - Processo 0708646-50.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Sandro Marcelo R Alencar - REQUERIDO: José Jorge Marinho Aucar Júnior - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Alysson George Gomes Cavalcante (OAB 3710/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Amilcar dos Santos Pinheiro Filho (OAB 538A/AM)
Ana Lúcia de Souza Montenegro (OAB 3759/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrey Farache Barroso (OAB 12705/AM)
Arenaide Rosa Cruz de Lima Pereira (OAB 2589/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruna da Silva Bessa (OAB 8034/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Eduardo Rocha Cruz (OAB 73238/MG)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel dos Santos Costa (OAB 12962/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
David Ribeiro Rezende (OAB 146552/MG)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Dyonisio Pinto Carielo (OAB 103723/MG)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
ERNESTO ANTUNES DE CARVALHO (OAB 53974/SP)
Fabiana Siqueira de Miranda Leao (OAB 172579/SP)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Fabrizzio Gadelha Souza (OAB 13057/AM)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446A/AM)
Francisco Sálvio Barbosa Montenegro (OAB 1472/AM)
Gabrielle Gazeo Ferrara (OAB 361024/SP)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Ikaro Bastos Pedrosa (OAB 11465/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Ivan Lanza Cordeiro de Souza (OAB 4615/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)

Joab Hardman Fagundes (OAB 8812/AM)
João André Sales Rodrigues (OAB 19186/PE)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Luiz Leite (OAB 622A/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juliana Pinheiro Soares Alencar Silva Gaia (OAB 13702/AM)
Júlio César do Nascimento Cardoso (OAB 9537/AM)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 000.381/AM)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karla Keiko Buzaglo Koguchi (OAB 6868/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laura Rita Araújo Cardoso (OAB 5675/AM)
Lídia Barreto de Melo Moreira (OAB 98552/MG)
LILIAN MEGUMI BUZAGLO KOGUCHI (OAB 11753/AM)
Lucca Fernandes Albuquerque (OAB 11712/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lucineide Maria de Almeida Albuquerque (OAB 72973/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Felizardo Barroso (OAB 369272/SP)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Luiz Roberto Hijo Sampietro (OAB 208254/SP)
Marcelo Furukawa Maia (OAB 4527/AM)
Margareth Buzaglo Pinto (OAB 2641/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG)
Nelson Abdon Souto Kizem (OAB 5454/AM)
Nelson Sapha Kizem (OAB 245/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Pedro Lucas Portugal Al-Behy Kanaan (OAB 8587/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Raimundo Nonato Araújo dos Santos (OAB 7005/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Renato Gomes da Silva (OAB 320340/SP)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
RODRIGO ABREU RIBAS (OAB 125355/MG)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Soraya Seixas Nunes Colares (OAB 9952/AM)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Vandesson Barbosa Santiago (OAB 12217/AM)
Vanessa Mendonça de Souza Vieiralves (OAB 9123/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 28837/SP)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0209/2019

ADV: ADALBERTO DE ASSIS NAZARÉ SOBRINHO (OAB 002.953/AM), ADV: ADALBERTO DE ASSIS NAZARÉ SOBRINHO (OAB 2953/AM), ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM), ADV: ELOADIR AFONSO REIS BRASIL (OAB 4093/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RUI DE JESUS SOARES JÚNIOR (OAB 7253/AM), ADV: VIVIANNE A. N. NAZARÉ (OAB 21191/PE) - Processo 0020981-89.2005.8.04.0001 (001.05.020981-8) - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Nancy Maggio - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Tendo em vista a pretensão do requerido de impugnar o cumprimento de sentença no tocante à multa e honorários da fase de cumprimento de sentença, determino a intimação do réu para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas relativas à impugnação, sob pena de não conhecimento. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCUS LEANDRO DE SOUZA ANDRADE (OAB 6928/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0205357-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Erenita Santos Leite - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerida para que se manifeste acerca da Manifestação de fls. 298/299, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM), ADV: BRUNO DOMINGOS VIANA BATISTA (OAB 6517/AM), ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM) - Processo 0227475-44.2009.8.04.0001 (001.09.227475-8) - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Edson Batista Cavalcante - REQUERIDO: Sociedade Eunice Weaver de Manaus e outro - R.H. no estado em que se encontra. Averbo-me suspeita para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, nos termos do art. 145, §1º, do CPC. Ao meu substituto legal. P.R.I.C.

ADV: MAURÍCIO BENEDITO GOMES BISSOLI (OAB 13845/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: MARIA ELIRIANY MARTINS GOMES BISSOLI (OAB 7432/AM) - Processo 0229735-45.2019.8.04.0001 (processo principal 0604718-78.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: NEUDA DA SILVA GIOIA - EXEQUENTE: Michel Monteiro Gioia - EXECUTADO: Capital Rossi Empreendimentos S/A e outros - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte impugnante para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha o preparo referente à impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM), ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM), ADV: GERALDO ALBUQUERQUE DA MATA (OAB 1394/AM), ADV: SIMONE SANTOS DA COSTA (OAB 9421/AM) - Processo 0239416-78.2015.8.04.0001 (processo principal 0609400-13.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Mario Jorge de Sá Gomes da Costa - REQUERIDO: Raimundo José da silva Frenandes - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para que promovam o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RONALDO ROSALINO JUNIOR (OAB 8685/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0242071-23.2015.8.04.0001 (processo principal 0617437-63.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Nota de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Real Bebidas da Amazonia Ltda - EXECUTADO: Elizabeth VAlente ONO - ME - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: SOUZA CRUZ SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 13259/AM), ADV: PATRICK DE SOUZA CRUZ (OAB 13259/AM) - Processo 0601971-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Gilmara dos Santos Lopes - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Por essas razões, improcedente a pretensão do requerido de extinção do feito. Tendo em vista a notícia do falecimento da requerente, conforme a cópia da certidão de óbito (fl. 244), determino a suspensão do feito, nos termos do art. 313, I, do CPC.

Como é cediço, enquanto não ultimado o inventário, a legitimidade para figurar no polo ativo é do espólio do de cujus; vez que o pretenso direito de indenização, ainda que litigioso, configura patrimônio. Diante disso, determino a intimação dos herdeiros que compareceram aos autos para, no prazo de 30 (trinta) dias, informarem se já houve ou está em trâmite inventário ou arrolamento de bens relativo ao patrimônio deixado pela de cujus. Na hipótese de não ter se ultimado o inventário, deverão os herdeiros, no mesmo prazo, promoverem a sucessão processual pelo espólio da autora falecida, devidamente representado pelo inventariante ou administrador provisório, instruindo sua manifestação com a procuração em nome do espólio e documentos correlatos, sob pena de extinção. Cumprida as diligência acima determinada, dê-se vista ao requerido para manifestação no prazo de 05 (cinco) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0602586-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Edson Tavares de Mendonça - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Desta feita, decido pelo julgamento antecipado do mérito da demanda, nos termos do art. 355, I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0602669-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Cristiana de Souza Andrade - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ALESSANDRA GOMES DOS SANTOS (OAB 6938/AM), ADV: ICAROTY JOSÉ DA SILVA (OAB 6010/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: FABIO SANTOS PEDROSO (OAB 295660/SP) - Processo 0603696-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Abandono Material - REQUERENTE: Felix Morais de Mendonça - REQUERIDO: PDG Realty S/A Empreendimentos e Participações e outro - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 04/11/2019, às 9:45 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS) - Processo 0604622-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Lindinalva Marinho Soares - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerida para que se manifeste acerca da Manifestação de fls. 149/150, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: SÔNIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: WANDERLENE LIMA FERREIRA LUNGAREZE (OAB 2459/AM), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0607368-93.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Kiriaki Kofopoulos Fernandes - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 147020/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0607575-97.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUANA PEREIRA RÉGIS (OAB 9340/AM), ADV: RICARDO SILVEIRA DE PAULA (OAB 10822/AM), ADV: GILVAN SIMÕES PIRES DA MOTTA (OAB 1662/AM), ADV: MAIARA CARVALHO DA MOTTA (OAB 3994/AM), ADV: MÁRIO DA CRUZ GLÓRIA (OAB 4013/AM), ADV: DOUGLAS ALEIXO SANTOS DA CRUZ (OAB 9426/AM) - Processo 0608231-20.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: NEIDE CEVALHO DE ASSUNÇÃO - REQUERIDO: M.P. REPRODUÇÃO H LTDA (CENTRO DE REPRODUÇÃO HUMANA FEMINA) - BACRY E LEMOS CLINICA DE REPRODUCAO HUMANA LTDA ME - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem acerca do comprovante de depósito juntado às fls 301, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0613571-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Raimunda Alves de Souza - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM) - Processo 0614193-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Moises Alberto Rojas Soares - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Desta feita, decido pelo julgamento antecipado do mérito da demanda, nos termos do art. 355, I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM) - Processo 0615660-04.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Wellington de Amorim Alves - REQUERIDA: Erenice Nascimento de Souza e outro - À Secretaria para que certifique se o autor apresentou manifestação quanto ao ato ordinatório de fl. 152; bem como quanto à tempestividade da manifestação da requerida. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0615716-71.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - determino a suspensão do feito e a intimação da requerente para, no prazo de 02 (dois) meses, comprovar a legitimidade passiva da parte ré ao tempo do ajuizamento desta demanda (capacidade da ré para estar em juízo),vez que é causa de extinção do feito, em atenção ao art. 10 do CPC; caso a morte da requerida tenha corrido no curso da demanda, promover a sucessão processual do polo passivo, nos termos do art. 313, I, e § 2°, I, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JANO DE SOUZA MELLO (OAB 4587/AM), ADV: DAYANNA ELIZABETH DA SILVA MACHADO (OAB 1129/AM), ADV: CAROLINE RIBEIRO FROTA MOREIRA (OAB 5670/AM) - Processo 0616296-09.2013.8.04.0001 (apensado ao processo

0603170-81.2016.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Obrigações - REQUERENTE: José Arnóbio Magalhães - REQUERIDO: ATACADÃO SUL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE CONFECÇÕES LTDA e outro - Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pleitear o que entenderem de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM), ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM) - Processo 0618278-87.2015.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: SEBASTIÃO RODRIGUES - REQUERIDO: Adamor Caetano Malcher - Desta feita, decido pelo julgamento antecipado do mérito da demanda, nos termos do art. 355, I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0618693-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Ivaneide Soares Marinho - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 11/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM), ADV: LUCIANA BUZATTO PERES (OAB 239449/SP) - Processo 0619000-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Eneas Gomes da Silva Junior e outro - REQUERIDO: Swiss Park Manaus Incorporadora - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0619402-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Adilson Nunes de Souza - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 11/09/2019, a partir das 11:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 490, Bairro de Aparecida, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0619464-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jonei Cruz Evaristo - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 11/09/2019, a partir das 11:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 490, Bairro de Aparecida, nesta cidade.

ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0619680-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Araújo e Araújo Comércio de Tintas Ltda. - REQUERIDO: Claro S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0621620-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE:

Altenor Campos Braga - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 490, Bairro de Aparecida, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0621741-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Luiz Otavio Silva Santos - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 490, Bairro de Aparecida, nesta cidade.

ADV: GABRIELA MARINHO ALVES (OAB 13368/AM) - Processo 0625049-42.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Pemaza Amazonia S.a - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0629442-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Bruno Araujo Lemos - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 490, Bairro de Aparecida, nesta cidade.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: JOÃO DA SILVA PESSÔA JÚNIOR (OAB 13074/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0629495-25.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Jardim Paradiso Anturio - EXECUTADA: Athina Rayana da Crus Freitas - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que se manifeste acerca da Petição e documentos de fls. 87/89, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0630962-39.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Desta feita, decido pelo julgamento antecipado do mérito da demanda, nos termos do art. 355, I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0631033-75.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Raimundo Guimaraes de Oliveira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Pois bem, considerando que às fls. 156/182 o Requerido apresentou nova planilha, com a qual o Requerente não se opôs (fl. 183), HOMOLOGO os novos cálculos apresentados, que se tornam incontroversos, e, estando o valor final incluso no teto estipulado do art. 17, §1º, da Lei nº 10.259/2001, deve ser expedido RPV, com fundamento no art. 100, §3º da Constituição Federal. Expeça-se RPV, a fim de que o Requerido promova o pagamento, no prazo de 02 (dois) meses, sob pena de sequestro de bens, nos termos do art. 17, caput, da Lei nº 10.259/2011). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANIELLY P. GALVÃO DA C. MARQUES (OAB 4007/AM) - Processo 0631783-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Parcial - REQUERENTE: Emerson Mota Batista - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União

e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 11/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0632898-70.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: ITAPEVA VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Não Padronizados - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para que promovam o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LIDIANE DE SOUZA SOARES (OAB 12067/AM), ADV: ELIANE ANDRADE MARTINS (OAB 12118/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: BRUNO MACHADO DE LIMA (OAB 12597/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0633408-49.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Manoel Odivan da Costa Sá - REQUERIDO: Vision Clínica de Olhos Ltda - defiro o pleito de fl. 155. À Secretaria para consultar o saldo atualizado dos valores depositados; em caso positivo, expeça-se alvará judicial em nome da perita, Drª. Rose Mary Diniz Santim, acrescido de eventuais atualizações, na forma requerida. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUIS EDUARDO DOS SANTOS VALOIS COÊLHO (OAB 1975/AM), ADV: YURI EVANOVICK LEITÃO FURTADO (OAB 10225/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0634510-48.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: N. C. COMÉRCIO DE VESTUÁRIO E CALÇADOS LTDA ME (FLOR DE LOTUS) - NERCY ROLIM DE ARAÚJO - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 04/11/2019, às 10 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FABRÍCIO HILARICKI FERREIRA (OAB 10398/AM), ADV: MARCIO CÂNDIDO DE ARAUJO (OAB 9298/AM) - Processo 0635256-08.2016.8.04.0001 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Espólio de Francisco Ritta Bernardino Representado Por Maria da Conceição Saraiva da Silva - REQUERIDO: ALBANO C. DO NASCIMENTO - ME (NOME FANTASIA -CASA DO CAPACETE) - Por ser útil para a elucidação dos fatos, entendo necessário o depoimento das partes. Designo o dia 17/10/2019, às 10 horas, na sede do Juízo, para a realização da audiência de instrução e julgamento. Quanto à necessidade de produção de prova técnica em razão da arguição de falsidade documental, a questão será dirimida em audiência. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO MORIGGI (OAB 189677/RJ), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491A/AM) - Processo 0640936-71.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Transby Shop Comércio de Confecções Ltda. - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP), ADV: ADONAY PAES BARRETO DE OLIVEIRA (OAB 6202/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0642926-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Adamir Martins de Araujo - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - No processo em epígrafe, a questão de mérito consiste em matéria de direito e de fato, cujas provas já constam dos autos, não necessitando de dilação probatória em audiência. Desta feita, decido pelo julgamento antecipado do mérito da demanda, nos termos do art. 355, I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0644030-90.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0644794-08.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Comprovada a mora do requerido, defiro liminarmente a medida pretendida de busca e apreensão do bem reclamado, o qual será depositado em mãos da pessoa indicada pelo requerente, que deverá assinar o termo respectivo (art. 3º, caput, do Decreto-lei nº 911, de 01.10.69). Cumprida a liminar, cite-se o requerido para pagar a integralidade da dívida, no prazo de 05 (cinco) dias, segundo os valores apresentados na inicial, e, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias a contar da execução da liminar, mesmo que tenha purgado a mora, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição (art. 3º, §§ 2º, 3º e 4º, Decreto-lei n. 911/69). Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação do requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante. Após a comprovação, expeça-se o respectivo mandado. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ), ADV: KÊNIA CRISTINA WANDERLEY DORVAL (OAB 135899RJ) - Processo 0648523-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Arlindo do Vale Amorim - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A e outro

- Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho (OAB 002.953/AM)
Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho (OAB 2953/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adonay Paes Barreto de Oliveira (OAB 6202/AM)
Afrânio Azevedo Pereira (OAB 4434/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Alessandra Gomes dos Santos (OAB 6938/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruno Domingos Viana Batista (OAB 6517/AM)
Bruno Machado de Lima (OAB 12597/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Caroline Ribeiro Frota Moreira (OAB 5670/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Danielly P. Galvão da C. Marques (OAB 4007/AM)
Dayanna Elizabeth da Silva Machado (OAB 1129/AM)
Douglas Aleixo Santos da Cruz (OAB 9426/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB 2189/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Eliane Andrade Martins (OAB 12118/AM)
Eloadir Afonso Reis Brasil (OAB 4093/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabio Santos Pedroso (OAB 295660/SP)
Fabrício Hilaricki Ferreira (OAB 10398/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando Luz Pereira (OAB 147020/SP)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Gabriela Marinho Alves (OAB 13368/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Geraldo Albuquerque da Mata (OAB 1394/AM)
Gilvan Simões Pires da Motta (OAB 1662/AM)
Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Icaroty José da Silva (OAB 6010/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Jano de Souza Mello (OAB 4587/AM)
João da Silva Pessôa Júnior (OAB 13074/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kênia Cristina Wanderley Dorval (OAB 135899RJ)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Leandro Souza Benevides (OAB 491A/AM)
Lidiane de Souza Soares (OAB 12067/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Luana Pereira Régis (OAB 9340/AM)
Luciana Buzatto Peres (OAB 239449/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Eduardo dos Santos Valois Coêlho (OAB 1975/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Maiara Carvalho da Motta (OAB 3994/AM)
Marcio Cândido de Araujo (OAB 9298/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcus Leandro de Souza Andrade (OAB 6928/AM)
Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB 7432/AM)
Mário da Cruz Glória (OAB 4013/AM)
Maurício Benedito Gomes Bissoli (OAB 13845/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Nancy Maggio (OAB 6460/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Patrick de Souza Cruz (OAB 13259/AM)
Paulo José Pereira Trindade Júnior (OAB 4992/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Ricardo Silveira de Paula (OAB 10822/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
RODRIGO MORIGGI (OAB 189677/RJ)
RONALDO ROSALINO JUNIOR (OAB 8685/AM)
Rui de Jesus Soares Júnior (OAB 7253/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Simone Santos da Costa (OAB 9421/AM)
Sônia Maria Cansanção da Silva (OAB 2431/AM)
Souza Cruz Sociedade Individual de Advocacia (OAB 13259/AM)
Vivianne A. N. Nazaré (OAB 21191/PE)
Wanderlene Lima Ferreira Lungareze (OAB 2459/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yuri Evanovick Leitão Furtado (OAB 10225/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0210/2019

ADV: IRENILDI MACHADO CARDOSO DA SILVA (OAB 13933/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC) - Processo 0628341-35.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria Pereira da Silva - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Irenildi Machado Cardoso da Silva (OAB 13933/AM)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)

15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0338/2019

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: NEWTON SAMPAIO DE MELO (OAB 5306/AM) - Processo 0605405-84.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: Carlos Eduardo Alves da Costa - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: THIAGO CAVALCANTE DA COSTA (OAB 37011/CE), ADV: ANTÔNIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0606525-31.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Mútuo - REQUERENTE: FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais - REQUERIDA: Dina Barbosa da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0612407-37.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Vinícius Silva Araújo - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM) - Processo 0622574-84.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - ME - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: CINTHIA PEREIRA DE SOUZA LIMA (OAB 9797/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0622690-27.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares - REQUERENTE: Cinthia Pereira de Souza Lima - REQUERIDO: SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0626161-46.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0626161-46.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada no sistema conveniado (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0630689-26.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Maria Cristina Fonseca de Assis - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º, do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: JANAÍNA SANTOS DE LIMA (OAB 10212/AM) - Processo 0633247-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: José Maria dos Santos Silva - ASSLITISC: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0636992-66.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio dos Santos Mota (OAB 19283/CE)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Cinthia Pereira de Souza Lima (OAB 9797/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Janaína Santos de Lima (OAB 10212/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Newton Sampaio de Melo (OAB 5306/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Thiago Cavalcante da Costa (OAB 37011/CE)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0339/2019

ADV: ANA PAULA BENEVIDES DE ARAÚJO (OAB 10188/AM), ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM), ADV: RAFAEL SALEK RUIZ (OAB 94228/RJ) - Processo 0612829-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Neuza Pereira de Souza - REQUERIDO: Capesesp - Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - Em

conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0614854-66.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

Ana Paula Benevides de Araújo (OAB 10188/AM)
Rafael Salek Ruiz (OAB 94228/RJ)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Stephanie Grazielle de Souza Albertino (OAB 10099/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0340/2019

ADV: ALESSANDRO ADAUTO DE MEDEIROS (OAB 12142/AM) - Processo 0602602-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alice da Cruz Cardoso e outro - Vistos. Decisório de fls. 350 e 351, exarado por este Juízo, indeferiu a gratuidade da justiça e determinou o pagamento das custas de processamento da demanda no prazo de 5 (cinco dias). Manifestou-se a Autora (fls. 353 e 354), com pedido de reconsideração do decisório acima apontado. Anterior a qualquer manifestação deste juízo acerca do pedido de reconsideração, houve a Autora, por meio de seu patrono, interpor agravo de instrumento (fls. 371 e 372) contra decisório que indeferiu a gratuidade da justiça. Decisão da 2ª Câmara Cível deferiu o parcelamento das custas de processamento da demanda em 6 (seis) parcelas (fls. 408 a 414) e determinou a intimação da Autora para pagamento. Restam comprovados os pagamentos das duas primeiras parcelas das custas. Reiterou o pedido de tutela de urgência. É o relato. Decido. Pois bem, passo a análise do pedido de concessão de Tutela de Urgência para que a Autora efetue consignação judicial do valor que julga incontroverso em parcelas mensais de R$ 466,27 (quatrocentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos) ou valor a ser arbitrado por este Juízo. Esta Julgadora não vislumbra presentes, pelo menos neste momento processual, todos os requisitos necessários para a concessão do provimento requerido pelos Autores. Especificamente no que se refere à prova inequívoca a convencer acerca da verossimilhança das alegações contidas na peça inicial. Assim, cumpre assinar que se faz necessário, na hipótese, a discussão, de forma mais aprofundada, acerca das corretas parcelas a serem quitadas pela parte Autora, para que assim se conclua se há de fato direito do pagamento em consignação, o que não é possível concluir somente através dos documentos juntados aos autos. Desse modo, a prudência recomenda indeferir, por ora, a tutela vindicada, ressalvando, entretanto, a possibilidade de sua reapreciação durante a instrução processual, acaso seja demonstrado a verossimilhança, de forma mais efetiva, da culpa da Ré. Em sendo assim, INDEFIRO o primeiro pleito (concessão da consignação em pagamento) por revelar medida que se identifica com a própria pretensão perseguida pelos Autores, e portanto, não desempenha função instrumental, mas possui natureza satisfativa. Nesse sentido, colaciono: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. INDEFERIMENTO. LIMINAR DE NATUREZA SATISFATIVA. 1. A antecipação dos efeitos da tutela não pode ser deferida porquanto esgota o objeto da ação originária, restando, assim, inviabilizado o deferimento de liminar inaudita altera pars. 2. No caso em exame, o pedido liminar tem natureza satisfativa, porquanto os agravantes pugnaram pela suspensão do pagamento das parcelas do plano de saúde, pretensão esta que corresponde exatamente aquela deduzida como provimento final, o que esvaziaria a própria ação originária. 3. Agravo de instrumento conhecido e não provido. (TJ-DF - AGi: 20150 020083253, Relator: Nídia Correa Lima, data de julgamento: 03/06/2015, 1 Turma Cível, data de publicação: publicado no DJE: 22/06/2015. Pag. 104). Noutro giro, cabe ainda examinar a Tutela Antecipada (fl. 89), a qual visa que o Réu se abstenha de executar extrajudicialmente a parte Autora, através da discussão de inconstitucionalidade do Decreto 70/66. No Estado Democrático de Direito brasileiro, todo Juiz tem a obrigação de controlar a constitucionalidade da lei, mesmo o Superior Tribunal Federal (STF) sendo o principal guardião da Constituição. Assim, um Magistrado de primeiro grau, como esta Julgadora, tem a possibilidade de analisar e verificar incidentalmente, a compatibilidade de uma legislação infraconstitucional com as normas constitucionais. Contudo, na atual conjuntura do processo, esta Julgadora opta pelo indeferimento do pedido de inconstitucionalidade do Decreto 70/66, em sede de tutela de urgência, em virtude de causar tumulto ao andamento do processo, privando ambos os litigantes de seu objetivo comum, a pacificação da lide. Ademais, nota-se que nem os fatos e documentos arrolados carece da presença do réu no processo judicial para ser realizada uma discussão da constitucionalidade peticionada, isto é, não é evidente o fumus boni iuris, no atual momento da ação. Igualmente, o indeferimento da tutela não causaria dano irreparável nem ao litigante ativo, nem ao passivo, não configurando periculum in mora ou o periculum in mora inverso. Assim, INDEFIRO o pedido de concessão de tutela de urgência para o Réu se abster de executar extrajudicialmente a parte Autora, tendo em vista a inconstitucionalidade do Decreto 70/66. Por fim, imperioso cuidar-se, no plano endoprocessual, da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória a ser realizada durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 04/11/2019 às 14h30, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: BAUDÍLIO GONZALEZ REGUEIRA (OAB 139684/SP), ADV: ELAINE FIGUEIRÓ DA SILVA (OAB 301602/SP) - Processo 0605117-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Créditos / Privilégios Marítimos - REQUERENTE: Mercosul Line Navegação e Logística Ltda. - Vistos em correição permanente. Diante da malograda tentativa de citação do Réu, conforme AR de fls. 63, o Autor atravessou peça de fls. 64 e 65 em que pugnou redesignação da data da audiência de conciliação e apontou novo endereço do Réu para a diligência citatória . Audiência de conciliação malograda, conforme Ata de fls. 67. Custas de diligência postal às fls. 69 a 72. É o relato. DECIDO. DEFIRO a citação do Réu no endereço apontado às fls. 65, eis que imperioso cuidar-se, no plano endoprocessual, da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código.

Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória a ser realizada durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 05/11/2019 às 9h00, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM) - Processo 0607022-11.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Seguros Marítimos - REQUERENTE: Nilzilene Lima Ferreira e outro - Vistos. Em juízo de admissibilidade da exordial, houve esta Julgadora determinar sua emenda para que os Autores comprovassem seu estado de hipossuficiência econômica (fls. 17 a 19). Manifestaram-se as partes (fls. 24 a 27) para elucidar que tratam-se os Autores de menores impúberes e que sua genitora trabalha como diarista. Dá-se prosseguimento ao feito. Requerem condenação da Ré ao pagamento do montante de R$13.500,00 em razão de seguro obrigatório de danos pessoais causados por embarcação ou por sua carga. Recebo a inicial. Em sendo assim, imperioso cuidar-se, no plano endoprocessual, da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória a ser realizada durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 05/11/2019 às 11h30, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0608364-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Amazon Combustíveis para Veículos e Construções Ltda - Vistos. Trata-se de demanda de cobrança aviada por AMAZON COMB. PARA VEÍCULOS E CONSTRUÇÕES LTDA em face de P. A VILAÇA NETO - ME, em razão de ter com esta realizado transações comerciais (notas fiscais 1811, 1820 e 1845) que não teriam sido adimplidas pela Ré. Requer a condenação da Ré ao pagamento do valor de R$7.081,60, referente à contraprestação devida (fls. 16, 23 e 30), montante este que atribuiu à causa e sob os quais requer a benesse da gratuidade da justiça. Acosta comprovante de protesto em cartório (fls.17, 24 e 31). É breve o relato. Decido. Pois bem, imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica,na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Cumprido o comando supramencionado e, independentemente de outro despacho, ordeno seja citado o Réu, pela via postal, à oferta de sua contestação, sobre a qual deverão se manifestar os Autores, desde que hajam sido deduzidas preliminares e, assim proferido o saneador antes da marcação de audiência de conciliação, a qual pode ocorrer durante a Semana Nacional de Conciliação. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se. Cumpra-se.

ADV: JACQUES ANTUNES SOARES (OAB 75751/RS), ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS), ADV: DEBORAH SABBÁ GALVÃO (OAB 3048/AM) - Processo 0612737-05.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Sense Apart Hotel II - REQUERIDO: ITC - Serv. Comércio e Serviços de Tecnologia Ltda. - Vistos. De fato, o processo não poderia ter sido baixado, eis que existe um pedido às fls. 158, acerca da fixação de multa em caso de descumprimento. Como se sabe, a multa cominatória, igualmente conhecida como astreintes, encontra previsão legal no art. 461, § 4º, do CPC, entendendo-se por este instrumento processual de coerção pelo qual se vale o magistrado para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente (§ 5º). Na homologação do acordo de fls. 149/150, não houve a fixação de multa, o que deve ter contribuído para o não cumprimento do acordo pela Executada, confortável em sua inércia. Determino, pois, a intimação da Executada para que, em cinco dias, comprove a retirada do protesto, sob pena de multa diária no importe de R$ 1.000,00, até o limite de dez dias-multa. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON KENNETH SANTOS BELFORT. (OAB 7591/AM) - Processo 0613231-93.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rita Celeste Alves da Cunha - Vistos. Em análise preliminar, esta Julgadora vislumbrou a necessidade de comprovação da hipossuficiência por parte da Exequente, visando possível deferimento de parcelamento das custas iniciais (fls. 41 e 42). Desta feita, a parte integrante do polo ativo juntou comprovante de quitação das custas integrais iniciais (fls. 47 a 48), sanando a pendência suscitada por este Juízo. É o relato. Decido. Pois bem. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se perante a Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis, audiência conciliatória, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0615400-87.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Manaus Ambiental S/A - Vistos em correição permanente. Esta julgadora em despacho

na folha 89 indeferiu pedido inteiramente descompassado de fundamentação legal, em que o Autor pugna que o oficial de justiça entre em contato com o preposto para lhe acompanhar na diligência. Ademais, assinalou o prazo de 5 (cinco) dias para que o integrante do polo ativo indica-se com exatidão o endereço do Réu. Desta feita, o Autor cumprindo a ordem proferida por este Juízo apresentou o endereço para a realização da citação e recolheu as custas do oficial de justiça (fls. 93 e 95). Possibilitou-se, assim, emissão de Mandado de Reintegração de Posse e Citação (fl. 97), o qual não foi cumprido. Portanto, o Cartório da 2ª Unidade de Processamento Judicial (UPJ) determinou ao Oficial de Justiça encarregado do cumprimento do Mandado nº 001.2019/049338-1 devolva e/ou justifique o seu não cumprimento, através de Ofício (fl. 99). Apesar disto, não houve resposta. É o relato. Decido. Primeiramente, esta Magistrada notou que houve a emissão de Guia de Recolhimento Judicial referente as Custas de Diligências Oficiais de Justiça, na folha 86 dos autos, no valor de R$ 1,50 (um real e cinquenta centavos). Esta quantia não foi recolhida e encontra-se em aberto de acordo com o Sistema SAJ-PG5. Pois bem. ORDENO à Secretaria que busque saber diante da Contadoria se o Autor realizou o recolhimento das custas processuais relativas ao processamento desta demanda. Em caso negativo sejam tomadas as necessárias providências para que o faça, no prazo que adiante assinalo, sob pena de indeferimento da exordial. Nunca demais lembrar que o não recolhimento das custas processuais inviabiliza o regular andamento do feito, provocando sua extinção sem aprofundamento do mérito, na forma do que apregoa o artigo 485, inciso IV, do Digesto Processual Civil. Assim sendo, ordeno seja dirigida intimação ao Autor para que, em 5 (cinco) dias emende a vestibular, de conformidade com o que dita o artigo 321, parágrafo único, da Lei do Rito Civil, sob pena de seu indeferimento e extinção do feito sem resolução do mérito. Noutro giro, conforme Ofício na folha 99 dos autos, foi concedido o prazo de 5 (cinco) dias para que o Oficial de Justiça encarregado do cumprimento do Mandado o devolvesse e/ou justificasse o seu não cumprimento, todavia tal prazo não foi observado (fls. 99 e 100). Portanto, tendo em vista o princípio da celeridade processual, DETERMINO que seja enviada novamente ordem para que o Oficial responsável pelo cumprimento do Mandado devolva-o ou justifique o seu não cumprimento, visando a resolução derradeira do litígio. Controle-se o prazo assinalado. Recomendo que qualquer peça a ser atravessada pelo Autor só o seja depois de publicado este pronunciamento. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0618904-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Santander Leasing S/A Arrendamento Mercantil (Antiga Real Leasing S/A Arrendamento Mercantil - Vistos. Trata-se de demanda declaratória de quitação de contrato e débito cumulada com pedido de liberação da alienação e dos documentos aviada por ELISANGELA MACIEL DE AMORIM CANDIDO em face de SANTANDER LEASING S.A ARREDAMENTO MERCANTIL, fulcrada em instrumento particular de compromisso de compra e venda. Relata a Autora que comprou veículo por meio de contrato verbal, veículo este que era objeto de contrato de arredamento mercantil entre ELDON LUIZ MIRANDA BITTENCOURT e a instituição requerida. Julgadora outra, no exercício do juízo de admissibilidade da inicial deferiu a gratuidade da justiça, porquanto seja a parte Autora assistida pela Defensoria Pública. Noutro ponto afirmou que não há o que se discutir sobre contrato em nome de terceiro diverso à lide (fls. 35 a 36), sendo necessário para o prosseguimento válido e regular do processo a sua presença no polo passivo da ação, e determinou a intimação do Autor para que promovesse a emenda da inicial, sob pena de indeferimento e consectária extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 321, parágrafo único, combinado com o artigo 485, incisos I e IV, do Código de Processo Civil. Manifestou-se tempestivamente a Autora (fls. 47 a 52) para cumprir o supra mencionado e requerer a emenda da inicial para fazer constar no polo passivo da demanda o Sr. ELDON LUIZ MIRANDA BITTENCOURT. Desta feita, dá-se prosseguimento ao feito. É o relato. Decido. Pois bem, recebo a inicial. Em sendo assim, imperioso cuidar-se, no plano endoprocessual, da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória a ser realizada durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 04/11/2019 às 15h30, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: MARA LINDOLFO GOMES GUEDES (OAB 5116/AM), ADV: ANA PAULA DA SILVA SOUSA (OAB 6608/AM) - Processo 0622713-65.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Bruno Hiro Peris Mitsui - Vistos. Em juízo de admissibilidade da exordial, houve esta Julgadora determinar a sua emenda para que o Autor quantificasse o valor pretendido a título de danos materiais (fls. 16 e 17). Manifestou-se intempestivamente (fls. 22) para informar que no presente caso o pedido é apenas de danos morais, e ratificou o valor da causa em R$33.000,00 (trinta e três mil reais), desta feita, dá-se prosseguimento ao feito. Pois bem, imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se perante a Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis, audiência conciliatória, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se.

ADV: JONATHAS MARCELINO ANDRADE DOS SANTOS (OAB 7607/AM) - Processo 0623772-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Randson Silva Ferreira e outro - Vistos. Esta Julgadora, por meio de decisão interlocutória, deferiu a benesse da justiça gratuita ao Sr. Randson Silva Ferreira (fls. 91 e 92). Além disso, vislumbrou a necessidade de manifestação por parte do Autor em relação a comprovação e quantificação dos danos materiais e perdas e danos perseguidos (fls. 91 e 92). Desta feita, o litigante do polo ativo emendou à exordial demonstrando de maneira coerente a quantia de R$ 9.533,53 à título de danos materiais, e dispensando a cobrança de perdas e danos, tendo em vista não ter como comprova-la (fl. 94). Resultou-se, assim, no novo valor da causa de R$ 49.533,53 (quarenta e nove mil, quinhentos e trinta e três reais e cinquenta e três centavos). É o relato. Decido. Preliminarmente, ORDENO

à Secretaria que corrija o valor atribuído à demanda para R$ 49.533,53 (quarenta e nove mil, quinhentos e trinta e três reais e cinquenta e três centavos), de acordo com a própria emenda à inicial apresentada pelo Autor na folha 94 dos autos. Pois bem. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se perante a Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis, audiência conciliatória, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO (OAB 4366/AM), ADV: ROBERT MERRILL YORK JÚNIOR (OAB 4416/AM) - Processo 0626981-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - K. L. Rent A Car - Vistos em correição ordinária. No exercício do juízo de admissibilidade da inicial, esta Julgadora ordenou ao Autor que comprovasse o estado de pobreza para a concessão da gratuidade da justiça (fls. 35 a 37), quando então o Autor optou em recolher as custas de processamento da demanda (fls. 39 a 42). Substabelecimento sem reservas às fls. 44 a 49 Posteriormente, o novel patrono atravessa petição de fls. 54 em que informa a renúncia ao mandato outorgado pelo Autor (fls. 54) e demonstra que sobre tal cientificou o seu constituinte (fls. 55 a 57). É o relato. DECIDO. Ordeno a intimação pessoal do Autor para que regularize sua capacidade postulacional, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do feito por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0627017-10.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Daise Viana Almeida - Vistos. Em análise preliminar, esta Julgadora vislumbrou a necessidade de comprovação do pedido de benesse da justiça gratuita (fls. 53 a 55). Desta feita, a Autora apresentou petição simples (fls. 59 e 60) alegando ser uma senhora idosa aposentada e, portanto, não declara imposto de renda, somente recebendo um salário mínimo para seu sustento. É o breve relato. Decido. Pois bem. DEFIRO o pedido da gratuidade da justiça, pois, esta Magistrada entendeu que, em fls. 59 a 61, a Autora acostou aos autos documentos suficientes para comprovação de sua hipossuficiência econômica, conforme o disposto no artigo 99, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil. Noutro giro, solicitou-se tutela de urgência para que a concessionária Ré se abstenha de cortar o fornecimento de energia elétrica, protestar o nome da Autora em cartório ou negativização do mesmo no SPC/SERASA. Portanto, passo à apreciação do pedido tutelar provisório de urgência estatuído pelo artigo 300, do Código de Processo Civil, sob as balizas do elementos que o integram, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora. Quanto ao primeiro requisito - fumus boni iuris - tem-se que se faz sustentado nas diversas tentativas da parte Autora de resolver a tratativa na esfera administrativa, todavia não obtendo êxito nem mesmo de vistoria a ser realiza em sua residência (fl. 17 e 18). O segundo requisito - periculum in mora - também está inteiramente enquadrado na hipótese fática, afinal eventual delonga na prestação da tutela jurisdicional na espécie, relativa à resolução da controvérsia firmada pode conduzir à negativação dos dados autorais em cadastros restritivos de crédito e na suspensão do serviço essencial de energia em prejuízo ao princípio da dignidade da pessoa humana. Ademais, eventual outorga de tutela de urgência antecipada não gera ao Réu qualquer perigo de sua irreversibilidade - periculum in mora inverso - de que trata o artigo 300, §3º, da Lei do Rito Civil. Desta feita, forte nas razões jurígenas espraiadas, DEFIRO a tutela de urgência em cognição prévia e sumária para ordenar ao Réu Amazonas Distribuidora de Energia S.A. que se abstenha de suspender o serviço essencial de água e de realizar a negativação dos dados autorais até que se resolva definitivamente a questão posta, tudo sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Em caso de já se ter ultimado a restrição creditícia, impõe-se ao Réu que a retire e demonstre em 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Impõe-se-lhe o restabelecimento do serviço de água, acaso o haja interrompido, em 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de imposição da mesma multa pelo mesmo período mencionado. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM) - Processo 0627305-55.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisca Barbosa Calil - Vistos. Esta Julgadora deferiu o pedido de parcelamento das custas em 6 (seis) parcelas mensais, através de despacho acostado nos autos nas folhas 70 e 71. E, ainda no mesmo pronunciamento, vislumbrou a necessidade da prestação de esclarecimentos quanto ao valor da causa. Assim, o Autor emendou mais uma vez à inicial, estabelecendo de maneira derradeira a quantia total da demanda em R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), nas folhas 74 a 76 dos autos. É o relato. Decido. Primeiramente, ORDENO à Secretaria que altere o valor da causa, de acordo com a correção realizada pelo litigante do polo ativo nas folhas 74 a 76, visando o recolhimento adequado das custas, em concordância com suas 6 (seis) parcelas mensais. Sendo esta ordem cumprida, cuida-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se perante a Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis, audiência conciliatória, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0627568-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kl Rent A Car - Vistos em correição permanente. No exercício do juízo de admissibilidade da inicial, esta Julgadora ordenou ao Autor que comprovasse o estado de pobreza para a concessão da gratuidade da justiça

(fls. 32 a 34), quando então o Autor optou em recolher as custas de processamento da demanda (fls. 36 a 39). Substabelecimento sem reservas às fls.41 a 46. Posteriormente, o novel patrono atravessa petição de fls. 50 em que informa a renúncia ao mandato outorgado pelo Autor (fls. 50) e demonstra que sobre tal cientificou o seu constituinte (fls. 51 a 53). É o relato. DECIDO. Ordeno a intimação pessoal do Autor para que regularize sua capacidade postulacional, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do feito por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: TONNY ANDRÉ DE SOUZA SILVA (OAB 8893/AM), ADV: VIVIANE LOPES SOARES (OAB 10534/AM) - Processo 0628079-56.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Allyce Laura Mirandola de Mesquita - Vistos em correição permanente. No exercício do juízo de admissibilidade da inicial, esta Julgadora ordenou ao Autor que comprovasse seu estado de pobreza, através de documentação objetivamente indicada na decisão, para a concessão da gratuidade da justiça (fls. 28 a 32). O Autor atravessou peça de fls. 35 a 41 em que não se desincumbiu do que lhe foi ordenado. A autoridade judiciária na decisão de fls 46 e 47 indeferiu a gratuidade da justiça e ordenou ao Autor o recolhimento das custas de processamento da demanda, no prazo a ele assinalado, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular. O Autor atravessou peça de fls. 49 a 53, em que intenta demonstrar, a destempo, a hipossuficiência, em total desprezo ao comando encimado em que lhe foi indeferida a gratuidade da justiça e lhe ordenado o recolhimento das custas. Por conseguinte, em petitório de fls. 55, intenciona "chamar o processo à ordem" para pugnar o prosseguimento do feito que se encontra "congelado" por 2 anos, e que tal espera não se traduz razoável. Certidão da Secretaria de fls. 56, certifica que não houve manejo recursal contra a decisão de fls. 46 e 47 que indeferiu a gratuidade da justiça. É o relato. DECIDO. Inicialmente, ordeno à Secretaria que corrija a certidão de fls. 54, porquanto a ordem estampada às fls. 46 e 47 está vertida ao recolhimento das custas iniciais pelo Autor e não à comprovação da hipossuficiência. Portanto, inteiramente dissociada à realizada dos autos a tempestividade certificada com juntada de documentos atrelados à concessão da gratuidade. Pois bem, não posso deixar de notar que a parte tem o direito de pleitear o andamento do processo para que obtenha a satisfação do direito que entenda ter, todavia quer a mim parecer impertinente quando o faz expressando que o feito de seu exclusivo interesse está paralisado como se fosse este o único que integra o acervo desta unidade judicial. Ora, no enfrentamento da crescente judicialização cabe, aos Magistrados, estabelecerem metas de trabalho voltadas à efetividade do atendimento ao princípio da razoável duração do processo, priorizando-se aqueles feitos que integram as Metas do Conselho Nacional de Justiça e que alcançam tramitação incompreensivelmente alongadas, precisamente o propósito abraçado por esta Julgadora através dos lançamentos de sentenças, atos essenciais e prioritários para a diminuição do acervo de processos desta unidade judicial. Portanto, diferentemente do que se vislumbra na espécie, não houve delonga desarrazoada, houve sim o exercício do juízo de admissibilidade da inicial para, somente após o cumprimento do comando pelo Autor, a autoridade judiciária passar ao enfrentamento do direito pleiteado, o que coloca o Autor novamente em fila para a análise do que a ele foi ordenado, e, em momento próximo, sejam tomadas as medidas que se fizerem necessárias. Nesse contexto, não se deve passar ao largo ao que foi judicialmente ordenado ao Autor, com espeque à determinação de recolhimento das custas iniciais, porquanto já indeferida a gratuidade da justiça, inclusive sobre tal pronunciamento não houve qualquer manejo de objurgação pelo Autor. A despeito disto, o Autor - quando já superado o prazo para comprovação da hipossuficiência aventada -, vem no momento escolhido a seu próprio talante intentar sua comprovação por meio de documentos incompletos. A ordem judicial volta-se ao Autor para o efetivo pagamento das custas iniciais, porquanto, repise-se, indeferida a gratuidade em decisão sobre a qual não houve interposição de recursos. Desta forma, ordeno à Secretaria que busque saber se houve o recolhimento das custas pelo Autor no prazo a ele assinalado às fls. 46 e 47, e certifique-se a respeito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0628429-83.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos. Malogradas as tentativas de citação do Réu (fls. 68, 91 e 136), e realizados o SIEL (fl. 125) e INFOJUD (fl. 107) para localização do endereço, houve o Autor atravessar pedido de citação por edital (fls. 138 a 140). É o relato sucinto. DECIDO. INDEFIRO o pedido de citação por edital do Réu por persistirem outras ferramentas postas à disposição da demandante para localização de endereço do demandado, tais como o RENAJUD que, a despeito da informação contida no petitório do Autor, ainda não foi realizada nos autos. Assinalo ao Autor o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que informe a este Juízo o endereço do Réu, ou pugne a utilização de outras ferramentas de localização de endereço, e, no mesmo prazo, ultime o recolhimento das custas de diligência pugnada, sob pena de extinção da demanda por falta de seu desenvolvimento válido e regular, na forma do artigo 485, inciso I e III, da Lei do Rito Civil. Intime-se o Autor. Cumpra-se.

ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0630738-72.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Ocimar de Souza Ferreira e outros - Vistos em correição permanente. De início aponto a desnecessidade de vir o Autor atravessar diversas vezes a mesma peça, em reiteração, tal como o fez às fls. 262 e 263; 265 e 266; 267 e 268; 269 e 270; 271 e 272, como se assim pudesse obter provimento jurisdicional mais célere em detrimento de outros processos que também clamam atenção desta autoridade judiciária, mas que integram a lista de prioridade legal, bem como daqueles integrantes de metas firmadas pelo CNJ. Tal agir além de criar embaraço e tumulto no andamento do feito, poderá vir a ser judicialmente reconhecido como afronta ao princípio da cooperação. Pois bem. Em desfavor da demanda executória foram aviados embargos que se encontram sentenciados (fls. 249 a 255) por esta autoridade judiciária que não reconheceu a natureza familiar do bem penhorado durante diligência do Oficial de Justiça que lavrou auto de penhora (fls. 59 e 60; 63 a 66) e avaliação do bem em R$ 498.237,73 (fls. 66 a 70) e certidão de ciência dos executados (fls. 71), julgou pois improcedentes os embargos à execução e declarou a liquidez, certeza e exigibilidade do crédito do Exequente no valor de R$ 629.727,51. Após o trânsito em julgado da sentença (fls. 260), o Exequente pugnou a designação de "hasta pública" com publicação de editais de leilão e intimação tal o pregoado pelo artigo 866 da Lei do Rito Civil. É o relato. Decido. O bem imóvel, em apreço, encontra-se judicialmente constrito para o qual o Exequente optou pelo leilão público nos termos do artigo 879 do CPC. Ocorre que tal modalidade pugnada, somente ocorrerá na hipótese de não ser efetivada a expropriação por meio da adjudicação ou da alienação por iniciativa particular, conforme estatui o artigo 881 da Lei do Rito Civil. A hasta pública (leilão judicial), portanto, é o último recurso de que o exequente poderá se valer, e não o primevo, motivo pelo qual INDEFIRO para o presente momento processual a realização de tal modalidade expropriatória. Registro que deverão ser atendidos aos princípios da máxima utilidade da execução e da menor onerosidade para o devedor garantindo ao credor maior satisfação do seu crédito, enquanto para o devedor a redução ou extinção da dívida pelo justo valor de mercado do bem expropriado. A obediência à tal diretiva culmina com a concreta solução do litígio, vertida esta na efetividade da jurisdição sem Nunca é demais lembrar que o artigo 883 do CPC, a designação do leiloeiro caberá ao juiz, mediante indicação pela parte exequente. Dessa maneira, quando chegada a fase expropriatória, é recomendável que o advogado da parte credora escolha um profissional de sua confiança e com experiência e habilidade para leiloar o bem penhorado. Ordeno, pois, ao Exequente que aponte a modalidade de expropriação do bem penhorado com vistas aos dispositivos legais do rito civil que a regulamenta. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAIMUNDO GUARACY GUEDES MOTTA (OAB 4131/AM), ADV: NOEL CAVALCANTE DOS SANTOS (OAB 13042/AM) - Processo 0632826-78.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção

de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Greenalhg Cavalcante Barroso e outro - Vistos. Trata-se de demanda de reintegração de posse aviada por GREENALHG CAVALCANTE BARROSO, JUDITH MARIA CAVALCANTE BARROSO por meio de seu procurador GREENALHG CAVALCANTE BARROSO (fls. 23 a 28), em razão de alegado esbulho de imóvel situado à Rua Professor Carlos Mesquita nº 247, Bairro Santa Luzia, CEP: 69074-350, nesta capital. Informam que sua genitora residia no imóvel até a data de seu falecimento (29/09/2003), o Réu que é primo dos autores, teria se aproveitado da ausência destes e invadido o bem. Atribuíram à causa o valor de R$60.000,00 (sessenta mil reais), sob os quais requerem a benesse da gratuidade da justiça. É o relato. Decida. Pois bem, pugna a justiça gratuita, beneplácito este que, segundo o convencimento desta Julgadora goza de presunção relativa, devendo haver verificação fidedigna acerca do referido pleito, evitando, desta feita, a banalização de tão relevante instituto de acesso à justiça. Assim sendo, com sustentáculo no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, determino ao Autor que comprove a condição de beneficiário da justiça gratuita. Para tanto, ordeno que seja o Autor intimado a trazer ao feito virtual comprovantes de recolhimento do IR relativos aos dois últimos exercícios, e/ou Comprovante de rendimentos e de gastos. Faça-o em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de indeferimento da benesse, de conformidade com o que reza o artigo 99,§ 2º da nova Lei do Rito Civil. Mais recentemente o Desembargador CLÁUDIO ROESSING, na qualidade de relator, decidiu monocraticamente a Apelação Cível interposta contra sentença desta Julgadora no Processo n. 0611390-73.2013.8.04.0001 (Revisional do Contrato de Financiamento de veículo automotor - Autor: Jorge Rosário de Carvalho e Réu: Banco Panamericano S.A.) que tramitou perante este Juízo e que culminou com a improcedência da demanda e indeferimento da benesse de gratuidade. Fê-lo conhecendo o recurso, mas julgando-o prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF, ou de Tribunal Superior. Assim, foi mantida a sentença judicial. À altura, o Desembargador Relator citou jurisprudência consolidada acerca da assistência judiciária gratuita, a qual é perfeitamente aplicável à espécie: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA ALTERAR A DECISÃO AGRAVADA. INDEFERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE PREPARO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 187/STJ. RECURSO DESERTO. 1. A parte agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçam a decisão agravada, razão que enseja a negativa do provimento ao agravo regimental. 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e firme no sentido de que, nos termos dos arts. 2º, parágrafo único e §4º, §1º, da Lei 1.060/50, a assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo. Contudo, até que seja provida, a parte não está exonerada do recolhimento das custas processuais. 3. Cabe ao recorrente comprovar o preparo, incluindo custas e porte de remessa e retorno, situação que não se verifica na hipótese dos autos, motivo pelo qual incide o óbice da Súmula n. 187/STJ. Recurso deserto. 4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 1217675/MG, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 30/11/2010). Intime-se e cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0632835-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mario Nunes de Souza Júnior - Vistos. Em análise preliminar, esta Julgadora vislumbrou a necessidade da comprovação do beneplácito da justiça gratuita, a qual foi realizada através de emenda pelo Autor, nas folhas 58 a 73. Ademais, determinou-se que o litigante do polo ativo explana-se sobre os fatos contidos na exordial, no que se refere ao número de prestações que foram quitadas. Desta feita, o Autor trouxe os esclarecimentos devidos nas folhas 54 e 55 dos autos. É o relato. Decido. Pois bem. Imperioso, cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se perante a Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis, audiência conciliatória, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: ANA CLÁUDIA DA COSTA BRANDÃO (OAB 13471/AM) - Processo 0633693-71.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Neuler Andre Soares de Almeida - Vistos. Em análise preliminar, esta Julgadora vislumbrou a necessidade de quantificação dos danos morais, assim como, comprovação do beneplácito da justiça gratuita pleiteada (fls. 68 a 70). Desta feita, a Autora acostou emenda à exordial (fls. 68 a 70) estabelecendo a quantia a ser cobrada por honorários de profissional liberal de R$ 600,00 (seiscentos reais), cumulado com indenização a título de danos morais de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Atribuindo valor à causa de R$ 10.600,00 (dez mil e seiscentos reais). Ademais, a litigante do polo ativo alegou que apesar de sua atividade laboral por hora se apresentar aparentemente lucrativa, em razão de não estar desempregado, houve um grande impacto em sua vida financeira o não recebimento da pleiteada quantia (fl. 69), por conseguinte, arrolou diversos documentos, como faturas e declaração de imposto de renda (fls. 71 a 84). Requisitou, ainda, o parcelamento das custas judiciais (fl. 69 e 70). É o relato. Decido. No exercício de admissibilidade, esta Magistrada assimilou o entendimento que a hipossuficiência só se presume quanto à pessoa física, ainda assim é imperiosa a averiguação judicial de sua ocorrência no caso concreto. Desta forma a pessoa física deve provar de plano a hipossuficiência, motivo pelo qual ordenou que o Exequente trouxesse os aludidos documentos comprobatórios, sob pena de indeferimento do feito (fls. 61 a 63). Por conseguinte, ao examinar as peças atravessadas nas folhas 68 a 84 entende-se que é cabível a concessão do parcelamento das custas em 6 (seis) parcelas mensais e sucessivas, cujo pagamento integral deverá ocorrer antes da sentença, com correção monetária. Faço-o com fulcro no artigo 98, § 6º do CPC c/c Portaria nº 490/2017-PTJ. "O art. 98, § 6º, permite que o adiantamento das taxas judiciárias e das demais despesas processuais seja feito de forma parcelada, devendo o juiz analisar a necessidade da parte ou do terceiro de acordo com as peculiaridades do caso concreto. Caberá ao juiz estabelecer a quantidade de parcelas para o pagamento das despesas processuais." (Câmara, Hélder Moroni. Código de processo civil: comentado - São Paulo: Almedina, 2016, p. 169). Assinalação do prazo de 5 (cinco) dias úteis para que o Autor comprove a este Juízo o recolhimento relativo à primeira parcela das custas, assim como para o recolhimento da despesa relativa ao expediente postal citatório, sob pena de extinção do feito por falta de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. À secretaria, após comprovação do cumprimento da diligência pelo Autor, prosseguir com a citação do polo passivo da demanda, de acordo com o endereço indicado na petição inicial (fl. 1). Em sendo assim, imperioso cuidar-se, no plano endoprocessual, da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo

artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória a ser realizada durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 05/11/2019 às 9h30, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0634136-22.2019.8.04.0001 - Monitória - Nota de Crédito Comercial - REQUERENTE: Sandra Zelia de Jesus de Sousa Lima - Vistos. Em análise preliminar, esta Julgadora vislumbrou a necessidade da microempresa Autora da demanda comprovar de maneira fidedigna a concessão do beneplácito da justiça gratuita (fls. 38 e 39). Desta feita, esta parte integrante do polo ativo da ação acostou nos autos extrato bancário de outubro de 2018 até março de 2019, assim como, documentos de pagamento de Impostos da Receita Federal (fls. 42 a 46). É o breve relato. Decido. DEFIRO o pedido da gratuidade da justiça, pois, esta Magistrada entendeu que, em fls. 42 a 46, o Autor arrolou aos autos documentos suficientes para comprovação de sua hipossuficiência econômica, conforme o disposto no artigo 99, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil. "Pode-se, pois, continuar a afirmar que ação monitória visa à concessão de tutela diferenciada por meio da adoção das técnicas da cognição sumária e do contraditório diferido e eventual: mediante a cognição sumária, o magistrado perfaz um juízo de probabilidade do direito invocado pelo autor, determinando a emissão de mandado para a sua satisfação; por conta do contraditório diferido, o comando judicial para a satisfação do direito é emitido antes da oitiva do réu, tendo sua eficácia executiva liberada caso não seja apresentada a defesa típica no prazo cabível." Verificando, pois, esta Magistrada, que a petição inicial está devidamente instruída, e atende aos requisitos insertos no artigo 700, § 2º do novo Código de Processo Civil, defiro, a expedição, de plano, do mandado de pagamento, a se cumprir em desfavor do Réu. Desta forma, cite-se a parte ré para que pague a importância constante da inicial, cientificando-a de que lhe é concedido o prazo de 15 (quinze) dias úteis para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa, ficando, entretanto, isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo (artigo 701 caput e § 1º da Lei do Rito Civil). Inexistem óbices para que, sejam oferecidos embargos pelo Réu, os quais hão suspender a eficácia do mandado inicial, abrindo-se, em relação a este procedimento, a dilação probatória reservada ao processo de conhecimento. Não sendo opostos embargos, segundo capitulação legal do artigo 702, do Código de Processo Civil, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, através de sentença que submeta a satisfatividade do crédito reconhecido ao Autor às dicções espraiadas no Título II, do Livro I, da Parte Especial (artigo 701, § 2º da nova Lei do Rito Civil). Consigne-se no mandado que, no prazo para oferta de embargos, reconhecido o crédito da parte autora e comprovado o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, a parte devedora poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês (artigos 701, § 1º cumulado com o artigo 916, ambos da nova Lei do Rito Civil) e manifestar-se - afirmativamente quanto ao seu interesse na realização da audiência de conciliação, motriz diretiva de restabelecimento da pacificação social, hasteada pelo Código de Processo Civil. Controle-se o prazo assinalado. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0635777-45.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos. Em análise preliminar, esta Julgadora vislumbrou a inexistência do recolhimento das custas processuais para o aviamento da demanda (fls. 39 a 40). Desta feita, o autor arrolou juntada de custas (fls. 43 a 45) comprovando o pagamento da quantia solicitada. É o breve relato. Decido. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se perante a Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis, audiência conciliatória, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0636743-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eliana Mossambite Izaias - Vistos. Em análise preliminar, esta Julgadora deferiu a benesse da gratuidade da justiça, tendo em vista a assistência pela Defensoria Pública (fl. 27). Ademais, observou-se erro no dimensionamento em extenso do valor atribuído à causa de R$ 7.221,40 (sete mil, duzentos e vinte e um reais e quarenta centavos). Desta feita, o Autor emendou a inicial corrigindo seu erro material e peticionando a citação do Réu (fls. 35 a 36). É o breve relato. Decido. Recebo a inicial. Atente-se, a Secretaria a ordem estampada no pronunciamento de fls. 27 a 28, precisamente no último parágrafo de fls. 28. Em sendo assim, imperioso cuidar-se, no plano endoprocessual, da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória a ser realizada durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 04/11/2019 às 9h00, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0637229-90.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Vistos. Em análise preliminar, esta Julgadora realizou relatório da exordial apresentada, todavia

cometeu um equivoco. Portanto, por meio deste corrige-se. Trata-se de demanda de Busca e Apreensão proposta pelo Banco Volkswagen S/A contra Luiz Gonzaga Gomes, em razão de descumprimento de cláusula prevista em contrato de financiamento de veículo automotor gravado com cláusula de alienação fiduciária (fls. 01 a 04). Pois bem, vislumbrou-se a necessidade do Autor de comprovar sua capacidade processual para figurar como polo ativo da demanda (fl. 39). Desta feita, o litigante apresentou emenda à exordial, em que apresentou o contrato social da Empresa em questão (fls. 44 a 60). É o relato. Decido. Preliminarmente, observa-se que o Autor sanou os vícios apontados em despacho inicial por esta Magistrada, em sendo assim, imperioso cuidar-se, no plano endoprocessual, da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se perante a Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis, audiência conciliatória, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM) - Processo 0637401-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Betty Suely Lopes - Vistos em correição permanente. Em análise preliminar, esta Julgadora vislumbrou a necessidade de comprovar a benesse da justiça gratuita, assim como, esclarecer o valor exato da indenização pleiteada, a título de danos morais (fls. 69 a 71). Desta feita, a Autora emendou à exordial reiterando o pedido da gratuidade da justiça e, solicitando a desconsideração do pedido de danos morais (fls. 74 e 75). É o breve relatório. Decido. É imperioso que se corrija o valor da causa para que passe a ostentar R$ 118.409,91 (cento e dezoito mil, quatrocentos e nove reais e noventa e um centavos), tendo em vista a alegação da Autora na folha 75 dos autos, assim como, o disposto no art. 292 §3º do CPC. Portanto, ORDENO à Secretaria que, também o corrija diante do SAJ-PG5. INDEFIRO a gratuidade da justiça à Autora que não se desincumbiu da prova acerca de sua hipossuficiência, como lhe foi objetivamente ordenado por este Juízo. Aprofundo. No que tange à formulação da benesse sob o prisma da Constituição do Estado do Amazonas, melhor sorte não lhe socorre, como adiante se delineia. É a teoria geral da interpretação que consolida as linhas mestras para que nós, operadores do direito, enveredemos sobre os preceitos e a intelecção da norma constitucional, em relação a qual devemos devotar subserviência, sob pena de padecimentos de inconstitucionalidade. Não poderia ser diferente, eis que a Constituição Federal é o marco em que se funda todo o ordenamento jurídico, para que dela se irradie a força normativa para todos os setores do Direito Civil, Consumerista, Penal, Laboral, Previdenciário outros tantos cujas normas só serão válidas se conformarem ao texto da Lex Mater. Nesse espeque, é a diretriz constitucional que nos revelou o Ministro Sydney Sanches em voto que se amolda ao entendimento destacado: “Interpretação diversa da que ora se sustenta é incorrer em equívoco corriqueiro de hermenêutica jurídica, qual seja, a de buscar interpretar norma constitucional em harmonia com texto de legislação infraconstitucional, e não o contrário, como é de se esperar em face do princípio da supremacia da Constituição Federal”. (STF, Pleno, RE 210603/CE, Rel. Min Sydney Sanches, DJ 13/09/1999, p. 00017). O acesso à justiça, primado constitucional vinculado à garantia constitucional estatuída no artigo 5º, inciso XXXV, da Magna Carta, consolida o direito fundamental de acesso ao aparato judicial Poder Judiciário por seus órgãos através do processo, sem quaisquer limitações. O problema emerge quando os intérpretes constitucionais confundem, ao livre talante, o acesso à justiça com a hipossuficiência ou falta de condições financeiras de vir a parte movimentar o aparato judiciário no rumo da obtenção de tutela jurisdicional, situação que não se adequa ao primado constitucional. Pois bem, a Constituição do Estado do Amazonas, distanciou-se da haste constitucional quanto à temática do deferimento da gratuidade da justiça a todas as relações jurídicas de consumo, e, desta feita banalizou, menoscabou o importante instituto de acesso à justiça por emblemática mutação normativa de cunho simplório apenas para a prevalência de pontos de vista políticos distanciados da realidade social, como se fosse possível reforçar a confiança dos jurisdicionados no poder vigente sem qualquer vínculo de inter-organicidade com a Constituição Federal que, por isso mesmo é desconfigurada em essência por meio da crise de heterorreferência a si imposta pelo constituinte estadual. Afastou-se, pois, através do preceito constitucional da indistintivo espelhado na Carta Política Estadual, o referencial jurídico do instituto de acesso à justiça em nome do sistema econômico ou por agrado político ao eleitorado, e, com base nessa ótica posta à disposição do povo, o Embargante se imiscuiu em vã confusão conceitual entre necessidade e hipossuficiência. Ora, se de um lado é possível que todos nós sejamos consumidores em algum tipo de relação jurídica ao longo de nossa existência, de outro é improvável que todos nós, na qualidade de consumidores, sejamos pobres para que nesta condição mereçamos a dispensa do recolhimento das custas de processamento das demandas, através da benesse de gratuidade, sendo suficiente que estejamos diante de uma questão que envolva o Código de Defesa do Consumidor. O acesso à justiça é direito fundamental no Estado Democrático de Direito, e, como tal definido ao Poder Judiciário, através de seus órgãos judiciários, como assim o elege o artigo 5º, inciso XXXV, da Magna Carta. Logo, qualquer pessoa, independentemente de religião, cor, credo, condição econômica, política, ou social poderá ter esse acesso amplo, geral e irrestrito não apenas ao Estado-Juiz, mas também ao processo judicial. Assim, relevante se afigura ao operador do direito que entenda o conceito de assistência judiciária, a qual se obtém por atuação de órgão do Estado a quem se afirma, através de membros habilitados (defensores públicos), a postulação judicial. Além deles, também se aliam os advogados conveniados pelo poder público, ou ainda aqueles que desempenham tal função por ordem judicial, todos eles sem percepção pecuniária a cargo dos necessitados. Ora, não se lhe há confundir com assistência jurídica, esta a cargo do Defensor Público encarregado de orientar e defender os necessitados (pobres na acepção legal), segundo dicção do artigo 134, da Constituição Federal. A Constituição Estadual simbólica estabeleceu soluções particularizadas e casuísticas por idealismo utópico que corre à margem da vontade espraiada pelo legislador constituinte de 1988. A concessão dos benefícios da assistência judiciária deve guardar vassalagem à natureza excepcional do instituto e ao alcance limitado de seu deferimento para o seio daqueles que realmente sejam necessitados, ou estejam a percorrer, ainda que temporariamente, diminuição da fortuna de molde a experimentar prejuízo ao sustento próprio ou familiar, acaso lhe seja indeferida a benesse. Na hipótese, a Autora tem condições de recolher custas e despesas processuais, portanto, a exigência do recolhimento das custas de processamento da demanda se lhe impõe por força do artigo 90, do Código de Processo Civil, exceto se for provada a sua impossibilidade financeira temporária, caso em que superado o estado de necessidade, poderá, o Estado-Juiz realizar-lhe, em desfavor, a cobrança posterior. A Autora tem 5 dias para o recolhimento das custas processuais e de citação da parte adversa, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular. Intime-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0638011-73.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial -

Nota Promissória - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos. Malogradas as tentativas de citação do Réu, tanto postal quanto por meirinho, bem como exauridas as tentativas de localização de endereço do demandado, para cujas diligências de chamamento também lograram inexitosa, veio o Autor pugnar a citação por edital (fls. 177 a 178). É o relato sucinto. DECIDO. Clarividente, pois, a plausibilidade do pedido formulado pelo Autor, visto que exauridas completamente, na espécie, as possibilidades citatórias do Réu, havendo três tentativas de citação no total (fls. 100, 177 e 171), através de indicação do próprio litigante do polo ativo (fls. 100 e 117), RENAJUD (fl. 154 e 155) e Infojud (156 e 157). Assaz demonstrado nos autos que este se encontra em lugar incerto e não sabido, mostrando-se aplicável, no caso concreto, a regra insculpida no art. 256, inciso I, do Código de Processo Civil, in verbis: "Art. 256. A citação por edital será feita: I - quando desconhecido ou incerto o citando; II - quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o citando; III - nos casos expressos em lei." Trago à colação: "DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CITAÇÃO POR EDITAL. MEDIDA EXCEPCIONAL. REQUISITOS. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS DISPONÍVEIS. NULIDADE DO ATO. I. Por representar medida extraordinária, a citação por edital deve ser precedida de providências exaurientes voltadas à localização do demandado. II. Sobretudo nas hipóteses em que remanescem medidas ao alcance do demandante ou passíveis de adoção mediante o concurso do aparelho judiciário, tais como consultas a base de dados oficiais mediante os sistemas eletrônicos disponíveis, não se pode admitir que a citação seja feita de forma precipitada pelo mecanismo editalício. III. A par da declaração do autor da demanda no sentido de que o réu está em lugar incerto e não sabido, a citação por edital deve ser antecedida de todas as providências cabíveis para viabilizar a citação pelo correio ou por oficial de justiça. IV. Considera-se nula, à luz do artigo 247 do Código de Processo Civil, a citação por edital que não foi precedida do esgotamento dos meios disponíveis para a localização do réu. V. Recurso conhecido e provido. Sentença anulada." (Processo: 20110112206976APC - 0007300-07.2011.8.07.0018 - Res. 65 CNJ - Registro do Acórdão Número: 885789 - Data de Julgamento: 15/07/2015 - Órgão Julgador: 4ª TURMA CÍVEL - Relator: JAMES EDUARDO OLIVEIRA - Revisor: CRUZ MACEDO - Data da Intimação ou da Publicação no DJE : 04/09/2015 . Pág.: 180). DEFIRO a citação editalícia dirigida ao Réu, eis que exauridas as tentativas de seu chamamento (artigo 246, da Lei do Rito Civil), donde se presume o paradeiro incerto e desconhecido à luz do artigo 256, inciso I, § 3° da Lei do Rito Civil. É imperioso que a Secretaria faça constar, no corpo do edital, a observação (advertência) de que, em caso de revelia, intimar-se-á a Defensoria Pública para funcionar em sua defesa como curador especial. À Secretaria para que proceda à expedição do édito citatório com o prazo de 20 dias para que o Réu tome conhecimento da demanda contra si proposta, findo o qual começará a correr imediatamente o prazo de 15 (quinze) dias para a oferta de contestação (artigo 231, inciso IV, do CPC), atentando-se às prescrições do art. 257 e incisos do mesmo Diploma legal, com destaque à publicação do édito no átrio do Fórum, no DJe e em portal eletrônico específico desta Corte de Justiça, inclusive com entrega do referido comando de citação editalícia para que o Autor ultime sua publicação em jornais de grande circulação e o demonstre a Juízo, na forma estatuída no artigo 257, parágrafo único do Digesto Processual Civil. Acaso o Autor não tome providências para a citação editalícia como lhe foi ordenada, tampouco recolha as custas de aludida diligência no prazo de 5 dias, extinguir-se-á o feito sem resolução do mérito por falta de cumprimento a pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0638530-72.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Comercial - REQUERENTE: Cbaa Asfaltos Ltda - Vistos. Esta Julgadora, por meio de decisão interlocutória (fls. 101 e 102), indeferiu o parcelamento das custas processuais da demanda peticionado pelo Autor, ordenando o recolhimento integral das mesmas. Este foi realizado pelo integrante do polo ativo, de acordo com as folhas 106 e 107 dos autos. É o breve relato. Decido. Imperioso cuidar-se, no plano endoprocessual, da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória a ser realizada durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 06/11/2019 às 11h30, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0638563-62.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - Vistos. Em análise preliminar da demanda, esta Julgadora vislumbrou a necessidade do Exequente apontar de maneira objetiva o demonstrativo de cálculo da dívida (fls. 47 e 48). Desta feita, o integrante do polo ativo da ação acostou nos autos o documento requerido, nas folhas 50 e 51. É o breve relato. Decido. Tratando-se de título extrajudicial impende que o original seja mantido sob a guarda do Exequente até o trânsito em julgado do feito, de conformidade com o que dita o artigo 11, da Lei Federal n. 11.419/2006. "Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais. § 3o Os originais dos documentos digitalizados, mencionados no § 2o deste artigo, deverão ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do prazo para interposição de ação rescisória." (grifo subsequente). Curial, portanto avaliar, antes de consumar eventuais atos de constrição, a coexistência dos pressupostos processuais e das condições da ação, tal como feito no processo de conhecimento, enfatizando-se, contudo, a necessidade de averiguar-se ainda sobre o preenchimento dos requisitos específicos da ação de execução, os quais se fazem insculpidos no artigo 786, do Código de Processo Civil. Quanto aos primeiros, tenho-os por presentes de forma cristalina e, quanto aos últimos, quais sejam os peculiares ao processo de execução, também os tenho por cumpridos, senão vejamos: A) a existência do título executivo, a demonstrar a certeza do direito de produzir demanda executiva, a liquidez da dívida e a legitimatio ativa e passiva. Vale mencionar a valiosa contribuição de Calamandrei quanto à distinção de cada um desses requisitos: "A certeza diz respeito à existência do crédito, a liquidez decorre da determinação da sua importância exata, a exigibilidade se refere ao tempo em o qual poderá o credor exigir o respectivo pagamento. É certo um crédito, quando não é controvertida a sua existência; é líquido, quando é determinada a importância da prestação (quantum); é exigível, quando o seu pagamento não depende de termo ou condição nem está sujeito a outras limitações (quando)." (grifo subsequente). B) o inadimplemento do devedor, a provar sua exigibilidade pela via executiva. C) a observância ao prazo de aviamento (propositura) da presente execução do título extrajudicial, em escorreito atendimento às prescrições infraconstitucionais. Feito assim este tracejado de reconhecimento da higidez do título ostentado pelo Exequente e, em exercício ao juízo de admissibilidade da proemial, determino à Secretaria que expeça, incontinenti, mandado com ordem de citação, penhora, avaliação, nomeação de depositário e intimação para resistir à execução através do aviamento de embargos. Quando da citação que se dê conhecimento ao Executado que deve pagar a dívida no prazo de 3 dias úteis (artigo 827, §1°, CPC), segundo regra geral

do artigo 219, de referido Diploma, quando então os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, ou, deve nomear bens à penhora, sob pena de, não o fazendo naquele prazo, lhe ser ordenada a constrição por diligência do oficial de justiça que, em momento subsequente ultimará a avaliação dos bens penhorados, de acordo com o que dita o artigo 829 e seguintes, do Código de Processo Civil. "A indicação dos bens foi erigida à categoria de dever processual, caracterizando-se o descumprimento com a mera omissão da informação, sem perquirir a intenção; o que não impede, por óbvio, comprove o executado não ostentar bens penhoráveis, a afastar a tipificação do ato."(Comentários à Execução Civil: título judicial e extrajudicial (artigo por artigo). Armelin Donaldo e outros. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 145). A circunstância do devedor não possuir bens sobre os quais possa recair a penhora deve ser certificada, pormenorizadamente, pelo meirinho a fim de que o Julgador possa se manifestar sobre eventual suspensão do processo executivo (artigo 921, inciso III, CPC). O Executado poderá oferecer Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, na forma estatuída pelo artigo 915, da Lei do Rito Civil. Arbitro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor dado à causa, na forma como estatuído pelo artigo 827, do Digesto Processual Civil, principalmente por entender que a proemial não evoca maiores aperfeiçoamentos jurídicos para a sua produção. Observe-se, porém que, em caso de rejeição de Embargos é possível a majoração da verba honorária até 20% (vinte por cento), ou se estes não forem aviados, o justificar o trabalho do causídico, segundo leitura do §2°, daquele dispositivo infraconstitucional. Finalmente ordenar ao Exequente que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, tal o firmado no artigo 218, §3°, do CPC, ultime o recolhimento das custas relativas à diligência do oficial de justiça, estabelecidas por Tabela através do Provimento n 250/CGJ, de 26 de junho de 2015, publicado no DJe de 1º de julho do corrente, édito que culminou a Portaria n. 11, de 3 de julho de 2015, da Coordenadoria da Central de Mandados que dispôs sobre o recolhimento das custas e diligências do Oficial de Justiça, na conta-corrente n. 57.204-7, agência 3.739-7, do Banco Bradesco S/A, em nome do SINDOJUS-AM - Sindicato dos oficiais de Justiça Avaliadores do Estado do Amazonas. O não recolhimento do importe assinalado há culminar com a extinção do feito por falta de atendimento a pressuposto de desenvolvimento válido e regular da demanda, sob o prisma objetivo de sua válida admissibilidade. O presente pronunciamento só ha ser cumprido em sua inteireza pela Secretaria depois de confirmado o recolhimento das custas de processamento desta demanda, sem o que haverá ser o Exequente intimado ao atendimento de relevante pressuposto de desenvolvimento válido e regular da demanda para, dentro do prazo supramencionado, o cumprir fidedignamente. Diligencie-se. Certifique-se e Cumpra-se.

ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP), ADV: MARIA POMPÉIA TELES DE OLIVEIRA BATISTA (OAB 10797/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: DANIEL ROCHA NÓBREGA (OAB 10626/AM) - Processo 0638790-91.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Christiane Marie Rodrigues da Costa Valente - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Vistos. Cuida-se de pagamento espontâneo e integral realizado por Banco Bradesco S/A. Expeça-se o competente alvará. Após, baixem-se os autos.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0640075-80.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos. O Autor aviou a presente demanda de Busca e Apreensão contra o Réu com o escopo de retomar o veículo automotor especificado na proemial, em razão do descumprimento do enliçamento contratual outrora entabulado no talante às parcelas do financiamento, como se infere da planilha em anexo. Antes da movimentação do aparato judiciário para o alcance de tutela jurisdicional houve a notificação extrajudicial dirigida ao Réu com respectivo Aviso de Recebimento (fl. 32). Dá-se à causa o valor de R$ 44.173,41 (quarenta e quatro mil, cento e setenta e três reais e quarenta e um centavos), sobre os quais recolheu as custas iniciais da demanda (fls. 34 a 36). Acostou aos autos procuração (fls. 6 a 16), demonstrativo de débito (fl. 33) e cédula de crédito bancário (fls. 21 a 27). Vale ressaltar que por meio de decisão interlocutória (fl. 40) informou-se que a petição em questão foi protocolada fora do horário do Juízo Platonista e endereçada de forma equivocada à Central de Plantão. Ademais, o Autor informou já haver pago a quantia referente à diligência do Sr. Oficial de Justiça (fls. 41 a 44). É o relato. Decido. Pois bem. O modelo contratual delineado no Decreto-Lei n. 911/69 torna resolúvel o domínio do bem em favor do credor (possuidor indireto do veículo) em caso de inadimplemento do instrumento pelo devedor (possuidor direto). "PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. LIMINAR POSTERGADA PARA APÓS A CONTESTAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DE RITO. DECRETO-LEI N. 911/69. AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA EXCEPCIONAL. DEFERIMENTO. I. Inexistindo qualquer circunstância excepcional indicada pelo juízo, bastante à concessão da liminar para a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente a comprovação dos requisitos previstos no art. 3º do Decreto-lei n. 911/69, cuja constitucionalidade já foi reconhecida pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal. II. Recurso especial conhecido e provido." (REsp. 678.039/SC, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 18.11.2004, DJ 14.03.2005 p. 380). Os documentos acostados à proemial - inadimplemento contratual e constituição do Réu em mora - são suficientemente sólidos a estabelecer a sustentabilidade deste decisório no sentido de DEFERIR, como deferida tenho a liminar formulada, porquanto se encontre em mora o Réu. Faço-o de conformidade com o apregoado no artigo 3°, caput, do Decreto-Lei n° 911/69. A consequência natural de tal pontuação é a ordem para que seja expedido o competente mandado, depositando-se o bem sob a responsabilidade e os cuidados da pessoa indicada na vestibular, ou a quem o Autor (proprietário do veículo alienado) indicar ao oficial de justiça, que de seu turno haverá nomeá-la como depositária. Em se dando o cumprimento da ordem supramencionada impende que se realize a citação do Réu para efetuar o pagamento integral do débito (quitação da obrigação contratual) apontado pelo Autor (credor fiduciário) em 5 (cinco) dias, quando então restituir-se-á, àquele, o bem livre de ônus (artigo 3°, § 2°, do Decreto Lei nº 911/69) e, para contestar a demanda no prazo de 15 (quinze) dias, contados da execução da liminar, nos termos do que reza o artigo 3°, § 3°, do mesmo Diploma, sob pena de revelia. (STJ, REsp 1.233.299-PR, julgado em 15/04/2011) e Precedentes (REsp 767.27/SP, DJ de 13/02/2006; AgRg no Ag 772.797/DF, DJ de 06/08/2007; REsp 1.061.388/SP, DJ de 27/06/2008 e REsp 1.287.402/PR, DJe 18/06/2013. Só se admitirá a purgação da mora nesta demanda de busca e apreensão se o Réu houver pago, pelo menos, 40% do valor financiado, tal o que se extrai da Súmula n. 284, do STJ: "Súmula 284 - A purga da mora, nos contratos de alienação fiduciária só é permitida quando já pagos pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor financiado." Observe-se ao Réu que poderá produzir sua resposta à demanda mesmo que pague a integralidade do débito, desde que entenda ter havido pagamento a maior e desejar a restituição, segundo o que dispõe o artigo 3º, § 4º, do Decreto-Lei n° 911/69. No caso de haver devedor solidário faz-se imperioso que se lhe cientifique. Na hipótese de não pagamento do Réu e desde que retomado o bem e ultimada sua entrega em depósito ao representante legal do Autor (instituição financeira), consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo no âmbito de seu patrimônio, quando então caberão às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária.(Redação dada pela Lei 10.931, de 2004). O inadimplemento ou a mora em que incorra o devedor nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária autorizam ao credor fiduciário (proprietário) à venda do bem a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, aplicando-se o preço da venda no pagamento do crédito ostentado pelo Autor e também das despesas decorrentes, sem prejuízo à entrega do que remanescer ao devedor, se houver, com a imprescindível prestação de contas.(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014). Comunique-se ao DETRAN sobre a existência desta demanda e a restrição judicial recaída sobre o bem por intermédio do sistema

RENAJUD. Faça-o à luz do artigo 3ª, §9º, do Decreto-Lei n. 911/69, de molde a que reste impossibilitada a venda do veículo a terceiro. É expressamente dispensada a publicação deste pronunciamento, EXCETO se a Secretaria constatar que o Autor ainda não recolheu as despesas relativas à diligência a cargo do oficial de justiça (artigo 2º, § 1º, do Provimento n. 250/2015-CGJ/AM), para cuja desobrigação a ele assinalo o prazo de 5 dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular. RECOMENDO à Secretaria que se dedique à leitura dos pronunciamentos judiciais para que evite a torrente de processos desnecessariamente conclusos para despachos. Cumpra-se.

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM) - Processo 0640170-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lanaplast Indústria da Amazônia Ltda. - Vistos. Em despacho preliminar, esta Julgadora ordenou a Secretaria que observa-se se houve o efetivo recolhimento das custas processuais da demanda, tendo em vista constarem como abertas no sistema SAJ-PG5 (fls. 19 e 20). Desta feita, tanto a Secretária quanto o próprio Autor comprovaram a verídica quitação (fls. 21 a 29). É o breve relato. Decido. Em sendo assim, imperioso cuidar-se, no plano endoprocessual, da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória a ser realizada durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 04/11/2019 às 15h00, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0640433-45.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Fundação Getúlio Vargas - Fgv - Vistos. Em análise preliminar, esta Julgadora observou que o litigante do polo ativo carecia de colacionar documentos indispensáveis, os quais comprovassem a sua capacidade processual (fls. 26 a 28). Desta feita, o Autor acostou contrato social nas folhas 31 a 70 dos autos. É o breve relato. Decido. Vistos. Trata-se de demanda Monitória aviada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A contra Ariane de Jesus Lima, calcada em sólida prova documental, o que faz certo o juízo de probabilidade sobre a matéria deduzida na proemial. Atribuiu o valor da causa em R$ 60.544,48 (sessenta mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), sob os quais efetuou o pagamento das custas processuais (fls. 6 e 7). Acostou aos autos procuração (fls. 29 e 30) e memorial de cálculo (fls. 31 e 32). É o relato. Decido. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se perante a Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis, audiência conciliatória, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0640990-32.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos. Preliminarmente, esta Julgadora vislumbrou a necessidade de emenda à exordial visando demonstrar que houve o recolhimento de custas processuais por parte do Autor (fls. 49 e 50). Desta feita, o litigante integrante do polo ativo anexou aos autos comprovantes de quitação do valor referido (fls. 52 a 54). É o breve relato. Decido. O modelo contratual delineado no Decreto-Lei n. 911/69 torna resolúvel o domínio do bem em favor do credor (possuidor indireto do veículo) em caso de inadimplemento do instrumento pelo devedor (possuidor direto). "PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. LIMINAR POSTERGADA PARA APÓS A CONTESTAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DE RITO. DECRETO-LEI N. 911/69. AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA EXCEPCIONAL. DEFERIMENTO. I. Inexistindo qualquer circunstância excepcional indicada pelo juízo, bastante à concessão da liminar para a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente a comprovação dos requisitos previstos no art. 3º do Decreto-lei n. 911/69, cuja constitucionalidade já foi reconhecida pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal. II. Recurso especial conhecido e provido." (REsp. 678.039/SC, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 18.11.2004, DJ 14.03.2005 p. 380). Pois bem, os documentos acostados à proemial - inadimplemento contratual e constituição do Réu em mora - são suficientemente sólidos a estabelecer a sustentabilidade deste decisório no sentido de DEFERIR, como deferida tenho a liminar formulada, porquanto se encontre em mora o Réu. Faço-o de conformidade com o apregoado no artigo 3°, caput, do Decreto-Lei n° 911/69. A consequência natural de tal pontuação é a ordem para que seja expedido o competente mandado, depositando-se o bem sob a responsabilidade e os cuidados da pessoa indicada na vestibular, ou a quem o Autor (proprietário do veículo alienado) indicar ao oficial de justiça, que de seu turno haverá nomeá-la como depositária. Em se dando o cumprimento da ordem supramencionada impende que se realize a citação do Réu para efetuar o pagamento integral do débito (quitação da obrigação contratual) apontado pelo Autor (credor fiduciário) em 5 (cinco) dias, quando então restituir-se-á, àquele, o bem livre de ônus (artigo 3°, § 2°, do Decreto Lei nº 911/69) e, para contestar a demanda no prazo de 15 (quinze) dias, contados da execução da liminar, nos termos do que reza o artigo 3°, § 3°, do mesmo Diploma, sob pena de revelia. (STJ, REsp 1.233.299-PR, julgado em 15/04/2011) e Precedentes (REsp 767.27/SP, DJ de 13/02/2006; AgRg no Ag 772.797/DF, DJ de 06/08/2007; REsp 1.061.388/SP, DJ de 27/06/2008 e REsp 1.287.402/PR, DJe 18/06/2013. Só se admitirá a purgação da mora nesta demanda de busca e apreensão se o Réu houver pago, pelo menos, 40% do valor financiado, tal o que se extrai da Súmula n. 284, do STJ: "Súmula 284 - A purga da mora, nos contratos de alienação fiduciária só é permitida quando já pagos pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor financiado." Observe-se ao Réu que poderá produzir sua resposta à demanda mesmo que pague a integralidade do débito, desde que entenda ter havido pagamento a maior e desejar a restituição, segundo o que dispõe o artigo 3º, § 4º, do Decreto-Lei n° 911/69. No caso de haver devedor solidário faz-se imperioso que se lhe cientifique. Na hipótese de não pagamento do Réu e desde que retomado o bem e ultimada sua entrega em depósito ao representante legal do Autor (instituição financeira), consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo no

âmbito de seu patrimônio, quando então caberão às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária.(Redação dada pela Lei 10.931, de 2004). O inadimplemento ou a mora em que incorra o devedor nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária autorizam ao credor fiduciário (proprietário) à venda do bem a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, aplicando-se o preço da venda no pagamento do crédito ostentado pelo Autor e também das despesas decorrentes, sem prejuízo à entrega do que remanescer ao devedor, se houver, com a imprescindível prestação de contas.(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014). Comunique-se ao DETRAN sobre a existência desta demanda e a restrição judicial recaída sobre o bem por intermédio do sistema RENAJUD. Faça-o à luz do artigo 3ª, §9º, do Decreto-Lei n. 911/69, de molde a que reste impossibilitada a venda do veículo a terceiro. É expressamente dispensada a publicação deste pronunciamento, EXCETO se a Secretaria constatar que o Autor ainda não recolheu as despesas relativas à diligência a cargo do oficial de justiça (artigo 2º, § 1º, do Provimento n. 250/2015-CGJ/AM), para cuja desobrigação a ele assinalo o prazo de 5 dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular. RECOMENDO à Secretaria que se dedique à leitura dos pronunciamentos judiciais para que evite a torrente de processos desnecessariamente conclusos para despachos. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0641785-38.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos. O Autor aviou a presente demanda de Busca e Apreensão contra o Réu com o escopo de retomar o veículo automotor especificado na proemial, em razão do descumprimento do enliçamento contratual outrora entabulado no talante às parcelas do financiamento, como se infere da planilha em anexo. Antes da movimentação do aparato judiciário para o alcance de tutela jurisdicional houve a notificação extrajudicial dirigida ao Réu com respectivo Aviso de Recebimento (fl. 83 e 84). Dá-se à causa o valor de R$33.396,21 (trinta e três mil, trezentos e noventa e seis reais e vinte e um centavos), sobre os quais recolheu-se as custas processuais da demanda (fls. 86 a 88). Acostou aos autos procuração (fls. 60 a 62), demonstrativo de débito (fl. 85) e cédula de crédito bancário (fl. 75 a 82). É o relato. Decido. O modelo contratual delineado no Decreto-Lei n. 911/69 torna resolúvel o domínio do bem em favor do credor (possuidor indireto do veículo) em caso de inadimplemento do instrumento pelo devedor (possuidor direto). "PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. LIMINAR POSTERGADA PARA APÓS A CONTESTAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DE RITO. DECRETO-LEI N. 911/69. AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA EXCEPCIONAL. DEFERIMENTO. I. Inexistindo qualquer circunstância excepcional indicada pelo juízo, bastante à concessão da liminar para a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente a comprovação dos requisitos previstos no art. 3º do Decreto-lei n. 911/69, cuja constitucionalidade já foi reconhecida pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal. II. Recurso especial conhecido e provido." (REsp. 678.039/SC, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 18.11.2004, DJ 14.03.2005 p. 380). Pois bem, os documentos acostados à proemial - inadimplemento contratual e constituição do Réu em mora - são suficientemente sólidos a estabelecer a sustentabilidade deste decisório no sentido de DEFERIR, como deferida tenho a liminar formulada, porquanto se encontre em mora o Réu. Faço-o de conformidade com o apregoado no artigo 3°, caput, do Decreto-Lei n° 911/69. A consequência natural de tal pontuação é a ordem para que seja expedido o competente mandado, depositando-se o bem sob a responsabilidade e os cuidados da pessoa indicada na vestibular, ou a quem o Autor (proprietário do veículo alienado) indicar ao oficial de justiça, que de seu turno haverá nomeá-la como depositária. Em se dando o cumprimento da ordem supramencionada impende que se realize a citação do Réu para efetuar o pagamento integral do débito (quitação da obrigação contratual) apontado pelo Autor (credor fiduciário) em 5 (cinco) dias, quando então restituir-se-á, àquele, o bem livre de ônus (artigo 3°, § 2°, do Decreto Lei nº 911/69) e, para contestar a demanda no prazo de 15 (quinze) dias, contados da execução da liminar, nos termos do que reza o artigo 3°, § 3°, do mesmo Diploma, sob pena de revelia. (STJ, REsp 1.233.299-PR, julgado em 15/04/2011) e Precedentes (REsp 767.27/SP, DJ de 13/02/2006; AgRg no Ag 772.797/DF, DJ de 06/08/2007; REsp 1.061.388/SP, DJ de 27/06/2008 e REsp 1.287.402/PR, DJe 18/06/2013. Só se admitirá a purgação da mora nesta demanda de busca e apreensão se o Réu houver pago, pelo menos, 40% do valor financiado, tal o que se extrai da Súmula n. 284, do STJ: "Súmula 284 - A purga da mora, nos contratos de alienação fiduciária só é permitida quando já pagos pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor financiado." Observe-se ao Réu que poderá produzir sua resposta à demanda mesmo que pague a integralidade do débito, desde que entenda ter havido pagamento a maior e desejar a restituição, segundo o que dispõe o artigo 3º, § 4º, do Decreto-Lei n° 911/69. No caso de haver devedor solidário faz-se imperioso que se lhe cientifique. Na hipótese de não pagamento do Réu e desde que retomado o bem e ultimada sua entrega em depósito ao representante legal do Autor (instituição financeira), consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo no âmbito de seu patrimônio, quando então caberão às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária.(Redação dada pela Lei 10.931, de 2004). O inadimplemento ou a mora em que incorra o devedor nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária autorizam ao credor fiduciário (proprietário) à venda do bem a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, aplicando-se o preço da venda no pagamento do crédito ostentado pelo Autor e também das despesas decorrentes, sem prejuízo à entrega do que remanescer ao devedor, se houver, com a imprescindível prestação de contas.(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014). Comunique-se ao DETRAN sobre a existência desta demanda e a restrição judicial recaída sobre o bem por intermédio do sistema RENAJUD. Faça-o à luz do artigo 3ª, §9º, do Decreto-Lei n. 911/69, de molde a que reste impossibilitada a venda do veículo a terceiro. É expressamente dispensada a publicação deste pronunciamento, EXCETO se a Secretaria constatar que o Autor ainda não recolheu as despesas relativas à diligência a cargo do oficial de justiça (artigo 2º, § 1º, do Provimento n. 250/2015-CGJ/AM), para cuja desobrigação a ele assinalo o prazo de 5 dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular. RECOMENDO à Secretaria que se dedique à leitura dos pronunciamentos judiciais para que evite a torrente de processos desnecessariamente conclusos para despachos. Cumpra-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0642229-71.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Vistos. O Exequente maneja o aparato judiciário para obter tutela jurisdicional relativa à Execução de Título Extrajudicial representado por Contrato Bancário - Cédula de Crédito - Arrendamento Mercantil (Lei n. 10.931/2004) -, instrumento que se enquadra numa das hipóteses previstas pelo artigo 784, inciso XII, do Código de Processo Civil. Acostou aos autos procuração (fls. 11 a 40), cédula de crédito bancário (fls. 41 a 51) e demonstrativo de débito (fls. 62 a 68). Atribuiu-se a causa o valor de R$ 994.007,47 (novecentos e noventa e quatro mil e sete reais e quarenta e sete centavos), sobre os quais recolheu as custas processuais da demanda (fls. 69 a 71). É o relato. Decido. Tratando-se de título extrajudicial impende que o original seja mantido sob a guarda do Exequente até o trânsito em julgado do feito, de conformidade com o que dita o artigo 11, da Lei Federal n. 11.419/2006. "Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais. § 3o Os originais dos documentos digitalizados, mencionados no § 2o deste artigo, deverão ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do

prazo para interposição de ação rescisória." (grifo subsequente). Curial, portanto avaliar, antes de consumar eventuais atos de constrição, a coexistência dos pressupostos processuais e das condições da ação, tal como feito no processo de conhecimento, enfatizando-se, contudo, a necessidade de averiguar-se ainda sobre o preenchimento dos requisitos específicos da ação de execução, os quais se fazem insculpidos no artigo 786, do Código de Processo Civil. Quanto aos primeiros, tenho-os por presentes de forma cristalina e, quanto aos últimos, quais sejam os peculiares ao processo de execução, também os tenho por cumpridos, senão vejamos: A) a existência do título executivo, a demonstrar a certeza do direito de produzir demanda executiva, a liquidez da dívida e a legitimatio ativa e passiva. Vale mencionar a valiosa contribuição de Calamandrei quanto à distinção de cada um desses requisitos: "A certeza diz respeito à existência do crédito, a liquidez decorre da determinação da sua importância exata, a exigibilidade se refere ao tempo em o qual poderá o credor exigir o respectivo pagamento. É certo um crédito, quando não é controvertida a sua existência; é líquido, quando é determinada a importância da prestação (quantum); é exigível, quando o seu pagamento não depende de termo ou condição nem está sujeito a outras limitações (quando)." (grifo subsequente). B) o inadimplemento do devedor, a provar sua exigibilidade pela via executiva. C) a observância ao prazo de aviamento (propositura) da presente execução do título extrajudicial, em escorreito atendimento às prescrições infraconstitucionais. Feito assim este tracejado de reconhecimento da higidez do título ostentado pelo Exequente e, em exercício ao juízo de admissibilidade da proemial, determino à Secretaria que expeça, incontinenti, mandado com ordem de citação, penhora, avaliação, nomeação de depositário e intimação para resistir à execução através do aviamento de embargos. Quando da citação que se dê conhecimento ao Executado que deve pagar a dívida no prazo de 3 dias úteis (artigo 827, §1°, CPC), segundo regra geral do artigo 219, de referido Diploma, quando então os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, ou, deve nomear bens à penhora, sob pena de, não o fazendo naquele prazo, lhe ser ordenada a constrição por diligência do oficial de justiça que, em momento subsequente ultimará a avaliação dos bens penhorados, de acordo com o que dita o artigo 829 e seguintes, do Código de Processo Civil. "A indicação dos bens foi erigida à categoria de dever processual, caracterizando-se o descumprimento com a mera omissão da informação, sem perquirir a intenção; o que não impede, por óbvio, comprove o executado não ostentar bens penhoráveis, a afastar a tipificação do ato."(Comentários à Execução Civil: título judicial e extrajudicial (artigo por artigo). Armelin Donaldo e outros. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 145). A circunstância do devedor não possuir bens sobre os quais possa recair a penhora deve ser certificada, pormenorizadamente, pelo meirinho a fim de que o Julgador possa se manifestar sobre eventual suspensão do processo executivo (artigo 921, inciso III, CPC). O Executado poderá oferecer Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, na forma estatuída pelo artigo 915, da Lei do Rito Civil. Arbitro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor dado à causa, na forma como estatuído pelo artigo 827, do Digesto Processual Civil, principalmente por entender que a proemial não evoca maiores aperfeiçoamentos jurídicos para a sua produção. Observe-se, porém que, em caso de rejeição de Embargos é possível a majoração da verba honorária até 20% (vinte por cento), ou se estes não forem aviados, o justificar o trabalho do causídico, segundo leitura do §2°, daquele dispositivo infraconstitucional. Finalmente ordenar ao Exequente que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, tal o firmado no artigo 218, §3°, do CPC, ultime o recolhimento das custas relativas à diligência do oficial de justiça, estabelecidas por Tabela através do Provimento n 250/CGJ, de 26 de junho de 2015, publicado no DJe de 1º de julho do corrente, édito que culminou a Portaria n. 11, de 3 de julho de 2015, da Coordenadoria da Central de Mandados que dispôs sobre o recolhimento das custas e diligências do Oficial de Justiça, na conta-corrente n. 57.204-7, agência 3.739-7, do Banco Bradesco S/A, em nome do SINDOJUS-AM - Sindicato dos oficiais de Justiça Avaliadores do Estado do Amazonas. O não recolhimento do importe assinalado há culminar com a extinção do feito por falta de atendimento a pressuposto de desenvolvimento válido e regular da demanda, sob o prisma objetivo de sua válida admissibilidade. O presente pronunciamento só ha ser cumprido em sua inteireza pela Secretaria depois de confirmado o recolhimento das custas de processamento desta demanda, sem o que haverá ser o Exequente intimado ao atendimento de relevante pressuposto de desenvolvimento válido e regular da demanda para, dentro do prazo supramencionado, o cumprir fidedignamente. Diligencie-se. Certifique-se e Cumpra-se.

ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM) - Processo 0642374-30.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGANTE: Roberio Castro de Oliveira Júnior e outro - Vistos. O Autor ingressou com os Embargos em que categoricamente apontou expressamente que a distribuição da demanda deveria dar-se por dependência ao feito sob número 0628078-08.2016 (fls. 01), que tramita perante a 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Pois bem. Cuida-se de processo em relação ao qual o exercício do juízo de admissibilidade da demanda diante deste Juízo resta comprometido, isto porque os pedidos mediato e imediato bosquejados pelo Embargante guardam estreita correspondência ao processo judicial que tem tramitação diante daquela Unidade Judicial. Desta feita, declaro a incompetência deste Juízo para a outorga da tutela jurisdicional almejada pelo Embargante e determino, em consequência, a redistribuição do presente caderno processual à 6ª Vara Cível para as providências atinentes. Intime-se. Redistribua-se, culminando-se com a baixa na integração deste feito ao acervo deste Juízo. Cumpra-se com urgência.

ADV: FREDERICO SANTOS PAIVA (OAB 6569/AM) - Processo 0642767-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: C.E.M.L. e outro - Vistos. Trata-se de demanda de obrigação de fazer cumulado com indenização por danos materiais, em virtude de sinistro no imóvel na rua Rita Gama Barros, nº 201, apt. 402, Cond. Ocean Park, Torre Atlântico, Bairro Dom Pedro, ocasionado por incêndio na unidade imediatamente inferior, isto é, ap. 302. A ação foi aviada por Carmen Enid Medonça de Lucena e Renan Camargo Silva de Lucena em face de Maria José Alves de Figueiredo, Condomínio Residencial Ocean Park, Marlucia Andriola Moraes Soper, Ciex Laghi Engenharia - SPE LTDA., Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais. Acostou-se nos autos Vistoria da Secretaria Executiva de Proteção e Defesa Civil (fls. 56 a 70), Laudo de Perícia Criminal (fls. 75 a 93), Laudo Técnico (fls. 132 a 160), Laudo emitido pela CREA-AM (fls. 161 a 163), Vistoria Técnica (fls. 194 a 228), Comprovante de pagamento com móveis por parte dos Requerentes (fls. 229 a 255), Plantas do imóvel (fls. 256 e 258), Contrato de Apólice da companhia de seguro requerida (fls. 259 a 269) e Jurisprudência relevante ao processo (fls. 270 a 293). Atribuiu-se a causa o valor de R$ 327.840,39 (trezentos e vinte e sete mil, oitocentos e quarenta reais e trinta e nove centavos), sobre os quais requereu-se a benesse da justiça gratuita (fl. 2). É o relato. Decido. Preliminarmente, esta Julgadora vislumbra a necessidade dos Autores zelarem pela organização dos documentos aviados, sempre verificando a repetição dos mesmos. Afinal, fica claro a este Juízo que as folhas 94 a 108, 109 a 131 e 164 a 193 encontram-se repetidas. Portanto, ORDENO que os litigantes integrantes do polo ativo que solicitem o desentranhamento das peças assinaladas, objetivando evitar um tumulto processual. Pois bem. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se perante a Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis, audiência conciliatória, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial

de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM) - Processo 0642880-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Francisco Souza da Silva - Vistos em correição permanente. Na hipótese que se apresenta o feito foi distribuído a este Juízo, ante a suspeita de sua repetição associada ao Processo n. 0637553-17.2018.8.04.0001, tal a informação do SAJ/PG5, a qual, após análise desta julgadora, constatou não haver igualdade de partes. ORDENO à Secretaria que, em casos como o presente, elabore certidão a respeito de tal ocorrência, frisando sobre se existe identidade de partes, pedido e causa de pedir. Trago à lição de Luigi Ferrajoli para capitanear o entendimento que está por vir, quanto ao princípio do juiz natural, a qual foi extraída da obra Derecho y razón - teoria del garantismo penal, p. 590, 2001: "La garantia del juez natural indica esta normalidad, del régimen de competencias, preconstituida por la ley al juicio, entendiendo por competência la medida de la jurisdicción de cada juez es titular. Significa, precisamente, tres cosas distintas a un que relacionadas entre sí: la necessidad de que el juez sea preconstituido por la ley y no constituido post factum; la inderogabilidad y la indisponibilidad de las competencias; la prohibición de jueces extraordinarios y especiales". Ordeno, pois seja o feito encaminhado ao Setor de Distribuição Processual para que este ultime a livre distribuição. Intime-se o Autor por publicação. Cumpra-se.

ADV: MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM) - Processo 0643321-84.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: BDS Confecções Ltda (Bicho da Seda) - Vistos. O Exequente BDS Confecções Ltda. (Bicho da Seda) maneja o aparato judiciário em face de J L Fornecimento de Alimentos Ltda. para obter tutela jurisdicional relativa à Execução de Título Extrajudicial representado por Duplicata (fls. 17 e 18), documento que se enquadra numa das hipóteses previstas pelo artigo 784, inciso I, terceira figura, do Código de Processo Civil. Atribuiu o valor da causa (fl. 6) no valor de R$ 2.447,26 (dois mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte e seis centavos). Sob quais efetuou o pagamento das custas processuais (fls. 27 a 29). Relata o Exequente que o Executado comprou os produtos constantes das notas fiscais 031.312 e 031.325, e, no dia do vencimento, 16/10/2018 e 21/10/2018, respectivamente, somente o pagamento da primeira parcela foi realizado. Após a ocasião o Exequente passou a tentar receber amigavelmente o valor cobrado, todavia, todas as tentativas restaram infrutíferas. É o Relato. Decido. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se perante a Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis, audiência conciliatória, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643784-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Priscila dos Anjos de Almeida - Vistos. Trata-se de demanda contendo pedido de concessão de auxílio-acidente, sucessivamente o restabelecimento de auxílio-doença e, ainda consecutivamente aposentadoria por invalidez, aviada por Priscila dos Anjos de Almeida em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Atribui-se a causa o valor de R$ 19.846,52 (dezenove mil, oitocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), sobre os quais requereu a benesse da justiça gratuita. É o relato. Decido. Em análise preliminar, esta Julgadora vislumbra a notificação feita pelo sistema SAJ-PG5 indicando a repetição desta demanda, em relação a ação 0606753-69.2019. Ao comparar ambas as demandas averiguou-se que de fato estas apresentam as mesmas partes, causa de pedir e pedidos. Portanto, ORDENA à Secretária que emita Certidão se manifestando quanto a suspeita de repetição da demanda no sistema SAJ/PG5, comprovando a constatação desta Magistrada. Após tal procedimento, INTIME-SE o Autor para que se manifeste no prazo de 5 (cinco) dias acerca da certidão a ser emitida, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0644139-36.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos. Trata-se de demanda de busca e apreensão aviada pelo Banco Itaucard S/A em face de Maria Salete Bandeira Esteves, em virtude de inadimplemento quanto a Cédula de Crédito Bancário nº 223735101/30410 (fls. 17 e 18). Atribuiu-se a causa o valor de R$ 4.158,29 (quatro mil, cento e cinquenta e oito reais e vinte e nove centavos), sob os quais recolheu as custas processuais da demanda (fls. 14 a 16). Acostou-se notificação extrajudicial (fls. 19 a 21), assim como memorial de cálculo (fls. 24 e 25). É o relato. Decido. O modelo contratual delineado no Decreto-Lei n. 911/69 torna resolúvel o domínio do bem em favor do credor (possuidor indireto do veículo) em caso de inadimplemento do instrumento pelo devedor (possuidor direto). "PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. LIMINAR POSTERGADA PARA APÓS A CONTESTAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DE RITO. DECRETO-LEI N. 911/69. AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA EXCEPCIONAL. DEFERIMENTO. I. Inexistindo qualquer circunstância excepcional indicada pelo juízo, bastante à concessão da liminar para a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente a comprovação dos requisitos previstos no art. 3º do Decreto-lei n. 911/69, cuja constitucionalidade já foi reconhecida pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal. II. Recurso especial conhecido e provido." (REsp. 678.039/SC, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 18.11.2004, DJ 14.03.2005 p. 380). Pois bem, os documentos acostados à proemial - inadimplemento contratual e constituição do Réu em mora - são suficientemente sólidos a estabelecer a sustentabilidade deste decisório no sentido de DEFERIR, como deferida tenho a liminar formulada, porquanto se encontre em mora o Réu. Faço-o de conformidade com o apregoado no artigo 3°, caput, do Decreto-Lei n° 911/69. A consequência natural de tal pontuação é a ordem para que seja expedido o competente mandado, depositando-se o bem sob a responsabilidade e os cuidados da pessoa indicada na vestibular, ou a quem o Autor (proprietário do veículo alienado) indicar ao oficial de justiça, que de seu turno haverá nomeá-la como depositária. Em se dando o cumprimento da ordem supramencionada impende que se realize a citação do Réu para efetuar o pagamento integral do débito (quitação da obrigação contratual) apontado pelo Autor (credor fiduciário) em 5 (cinco) dias, quando então restituir-se-á, àquele, o bem livre de ônus (artigo 3°, § 2°, do Decreto Lei nº 911/69) e, para contestar a demanda no prazo de 15 (quinze) dias, contados da execução da liminar, nos termos do que reza o artigo 3°, § 3°, do mesmo Diploma, sob pena de revelia. (STJ, REsp 1.233.299-PR, julgado em 15/04/2011) e Precedentes (REsp 767.27/SP, DJ de 13/02/2006; AgRg no Ag 772.797/DF, DJ de 06/08/2007; REsp 1.061.388/SP, DJ de 27/06/2008 e REsp 1.287.402/PR, DJe 18/06/2013. Só se admitirá a purgação da mora nesta demanda de

busca e apreensão se o Réu houver pago, pelo menos, 40% do valor financiado, tal o que se extrai da Súmula n. 284, do STJ: "Súmula 284 - A purga da mora, nos contratos de alienação fiduciária só é permitida quando já pagos pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor financiado." Observe-se ao Réu que poderá produzir sua resposta à demanda mesmo que pague a integralidade do débito, desde que entenda ter havido pagamento a maior e desejar a restituição, segundo o que dispõe o artigo 3º, § 4º, do Decreto-Lei n° 911/69. No caso de haver devedor solidário faz-se imperioso que se lhe cientifique. Na hipótese de não pagamento do Réu e desde que retomado o bem e ultimada sua entrega em depósito ao representante legal do Autor (instituição financeira), consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo no âmbito de seu patrimônio, quando então caberão às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária.(Redação dada pela Lei 10.931, de 2004). O inadimplemento ou a mora em que incorra o devedor nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária autorizam ao credor fiduciário (proprietário) à venda do bem a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, aplicando-se o preço da venda no pagamento do crédito ostentado pelo Autor e também das despesas decorrentes, sem prejuízo à entrega do que remanescer ao devedor, se houver, com a imprescindível prestação de contas.(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014). Comunique-se ao DETRAN sobre a existência desta demanda e a restrição judicial recaída sobre o bem por intermédio do sistema RENAJUD. Faça-o à luz do artigo 3ª, §9º, do Decreto-Lei n. 911/69, de molde a que reste impossibilitada a venda do veículo a terceiro. É expressamente dispensada a publicação deste pronunciamento, EXCETO se a Secretaria constatar que o Autor ainda não recolheu as despesas relativas à diligência a cargo do oficial de justiça (artigo 2º, § 1º, do Provimento n. 250/2015-CGJ/AM), para cuja desobrigação a ele assinalo o prazo de 5 dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular. RECOMENDO à Secretaria que se dedique à leitura dos pronunciamentos judiciais para que evite a torrente de processos desnecessariamente conclusos para despachos. Cumpra-se.

ADV: VINICIUS CABRAL BISPO FERREIRA (OAB 410103/SP) - Processo 0644750-86.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Vistos. O Exequente maneja o aparato judiciário para obter tutela jurisdicional relativa à Execução de Título Extrajudicial representado por Contrato Bancário - Cédula de Crédito - Arrendamento Mercantil (Lei n. 10.931/2004) -, instrumento que se enquadra numa das hipóteses previstas pelo artigo 784, inciso XII, do Código de Processo Civil. Na exordial (fls. 1 a 6), peticionou-se deferimento de pedido liminar para arrestar ativos financeiros, via BACENJUD, em nome do Executado, no importe de R$ 14.703,24 (quatorze mil, setecentos e três reais e vinte e quatro centavos). Acostou-se cédula de crédito (fls. 42 a 58) e memorial de cálculo (fls. 59 a 84). Atribuiu-se a causa o valor de R$ 14.703,24 (quatorze mil, setecentos e três reais e vinte e quatro centavos), sob os quais recolheu-se as custas processuais da demanda (fls. 85 a 89). É o relato. Decido. Pois bem, em juízo de cognição sumária, não vislumbro presentes, pelo menos neste momento processual, todos os requisitos necessários para a concessão do provimento requerido pelos Autores, qual seja, a concessão de liminar para arrestar ativos financeiros, via BACENJUD. Especificamente no que se refere à prova inequívoca a convencer acerca da verossimilhança das alegações contidas na peça inicial. Assim, cumpre assinar que se faz necessário, na hipótese, a discussão, de forma mais aprofundada, acerca de culpa contratual da parte Ré, para que assim se conclua se houve de fato irregularidade por ela cometida, o que não é possível concluir somente através dos documentos juntados aos autos. Desse modo, a prudência recomenda indeferir, por ora, a tutela vindicada, ressalvando, entretanto, a possibilidade de sua reapreciação durante a instrução processual, acaso seja demonstrado a verossimilhança, de forma mais efetiva, da culpa da Ré. Em sendo assim, INDEFIRO o primeiro pleito (rescisão contratual) por revelar medida que se identifica com a própria pretensão perseguida pelos Autores, e portanto, não desempenha função instrumental, mas possui natureza satisfativa. Nesse sentido, colaciono: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. INDEFERIMENTO. LIMINAR DE NATUREZA SATISFATIVA. 1. A antecipação dos efeitos da tutela não pode ser deferida porquanto esgota o objeto da ação originária, restando, assim, inviabilizado o deferimento de liminar inaudita altera pars. 2. No caso em exame, o pedido liminar tem natureza satisfativa, porquanto os agravantes pugnaram pela suspensão do pagamento das parcelas do plano de saúde, pretensão esta que corresponde exatamente aquela deduzida como provimento final, o que esvaziaria a própria ação originária. 3. Agravo de instrumento conhecido e não provido. (TJ-DF - AGi: 20150 020083253, Relator: Nídia Correa Lima, data de julgamento: 03/06/2015, 1 Turma Cível, data de publicação: publicado no DJE: 22/06/2015. Pag. 104). Noutro giro, imperioso, cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se perante a Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis, audiência conciliatória, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644777-69.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Trata-se de demanda Monitória aviada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A contra Ariane de Jesus Lima, calcada em sólida prova documental, o que faz certo o juízo de probabilidade sobre a matéria deduzida na proemial. Atribuiu o valor da causa em R$ 60.544,48 (sessenta mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), sob os quais efetuou o pagamento das custas processuais (fls. 6 e 7). Acostou aos autos procuração (fls. 29 e 30) e memorial de cálculo (fls. 31 e 32). É o relato. Decido. Em sendo assim, imperioso cuidar-se, no plano endoprocessual, da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória a ser realizada durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 06/11/2019 às 15h30, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser

reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644823-58.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Ante a suspeita de repetição sendo uma delas através deste feito e, a outra, por meio do processo que tomou o número 0657883-35.2018 como destacado pela informação do SAJ/PG5 em relação a qual, após análise desta julgadora, constatou não haver igualdade de partes. Pois bem. Trata-se de demanda Monitória aviada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A contra Antônio Lopes da Costa, calcada em sólida prova documental, o que faz certo o juízo de probabilidade sobre a matéria deduzida na proemial. Atribuiu o valor da causa em R$ 69.929,12 (sessenta e nove reais, novecentos e vinte e nove reais e doze centavos), sob os quais efetuou o recolhimento das custas processuais (fls. 6 e 7). Acostou aos autos procuração (fls. 29 e 30) e memorial de cálculo (fl. 31). É o relato. Decido. Em sendo assim, imperioso cuidar-se, no plano endoprocessual, da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória a ser realizada durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 06/11/2019 às 15h00, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Alessandro Adauto de Medeiros (OAB 12142/AM)
Ana Cláudia da Costa Brandão (OAB 13471/AM)
Ana Paula da Silva Sousa (OAB 6608/AM)
Anderson Kenneth Santos Belfort. (OAB 7591/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Baudílio Gonzalez Regueira (OAB 139684/SP)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Daniel Rocha Nóbrega (OAB 10626/AM)
Deborah Sabbá Galvão (OAB 3048/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Figueiró da Silva (OAB 301602/SP)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Frederico Santos Paiva (OAB 6569/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Hugo Fernandes Levy Neto (OAB 4366/AM)
Jacques Antunes Soares (OAB 75751/RS)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB 7607/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Klaus Giacobbo Riffel (OAB 75938/RS)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Mara Lindolfo Gomes Guedes (OAB 5116/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Pompéia Teles de Oliveira Batista (OAB 10797/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Noel Cavalcante dos Santos (OAB 13042/AM)
Raimundo Guaracy Guedes Motta (OAB 4131/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Robert Merrill York Júnior (OAB 4416/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sílvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB 6664/AM)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Tonny André de Souza Silva (OAB 8893/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vinicius Cabral Bispo Ferreira (OAB 410103/SP)
Viviane Lopes Soares (OAB 10534/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO IDA MARIA COSTA DE ANDRADE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0341/2019

ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0203189-65.2010.8.04.0001 (001.10.203189-5) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Manaus Ambiental S/A - REQUERIDA: Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas - Vistos. Esta Julgadora, por meio de decisão interlocutória, ordenou ao Autor que aponta-se a especialidade técnica do perito, assim como, individualiza-se o objeto a ser periciado, visando o futuro deslinde da demanda (fl. 170). Desta feita, o Réu indicou o Perito Franmar Silva de Souza, o qual informou ser engenheiro cível e, substituiu o assistente técnico anterior apresentando Sr. Janderson Moura da Silva (fl. 173). É o breve relato. Decido. Imperioso observar o prolongamento da demanda, tendo em vista a falta de zelo das partes para com os prazos assinalados por este Juízo, o que configura uma grave ofensa ao princípio de cooperação das partes e celeridade processual. Portanto, DEFIRO a realização da perícia, no prazo de 15 (quinze) dias, acatando a indicação do Autor do perito, qualificado na folha 163, e, assistente técnico, indicado na folha 173, obedecendo a Seção X do Código de Processo Civil, "Da Prova Pericial". Ademais, ressalta-se que devido o silêncio da parte Ré em relação a aceitação da realização de perícia, apesar dos prazos concedidos por esta Magistrada (fls. 167 e 170), é cabível somente a sua manifestação em relação a possível substituição do perito e/ou assistente técnico, não sendo possível mais defender a não realização do procedimento. Controle-se o prazo assinalado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WAGNER RICARDO ODRI (OAB 114808/SP), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: LARISSA LADISLAU DA SILVA (OAB 8276/AM), ADV: FÁBIO LUÍS SANCHES DE PAULA (OAB 8879/AM), ADV: FÁBIO AGUSTINHO DA SILVA (OAB 2776/AM), ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM),

ADV: AMILCAR AUGUSTO CÉSAR DE CARVALHO (OAB 1450/AM) - Processo 0220479-64.2008.8.04.0001 (001.08.220479-0) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Santa Matilde Peças Plásticas Indústria Ltda. - Amilcar Augusto César de Carvalho - REQUERIDO: Reflect Indústria e Comércio Ltda. - Rafael José Hasson - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ERNANI DE BARROS GOMES FILHO (OAB 973/AM) - Processo 0227873-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Banco do Estado do Amazonas S/A - REQUERIDO: B. M. de Souza Calçados - Vistos em correição permanente. Trata-se de ação de cobrança, aviada em 26.09.1996, pelo Banco do Estado do Amazonas S/A em face do B. M. De Souza Calçados, representado por sua titular Beth Madureira de Souza. A petição inicial fundamenta-se no inadimplemento da Ré quanto ao empréstimo no valor de CR$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil cruzeiros), representado pela Nota de Crédito Comercial nº NCC - 458/91 - FMPE/BEA (fls. 3 e 4). Atribuiu-se a causa o valor, à época, de R$ 3.964,03 (três mil reais, novecentos e sessenta e quatro reais e três centavos), sobre os quais recolheu-se as custas (fl. 10). O Juízo da Comarca de Codájas-AM, onde tramitava a demanda, ordenou a citação das Rés, todavia não se obteve êxito. Desta feita, o Autor apresentou petição alegando que no dia 24 de março de 1997 Francisco Madureira, representando a Coobrigada, requereu a renegociação do débito, nos termos da folha 30 dos autos. Ademais, requereu a suspensão do feito para que o requerido pudesse cumprir o firmado (fl. 30). Nas folhas 31 e 32, averigua-se que tal petição foi deferida, todavia somente em 13 de abril de 1999, o Juízo foi informado do descumprimento por parte da Ré do que havia sido firmado em 24 de março de 1997 (fl. 36). Assim, o litigante do polo ativo solicitou que se procedesse a citação e penhora da Ré, o qual foi deferido (fl. 37). Todavia, este só foi efetivamente emitido no dia 7 de dezembro de 2000, na folha 47 dos autos. Após terem decorridos os prazos assinalados, realizou-se a penhora dos bens assinalados na folha 49 do processo virtual. O Autor vem novamente aos autos peticionar a avaliação dos bens constritos (fl. 55), no dia 03 de novembro de 2003. Entretanto, o processo fica paralisado do dia 05.11.2003 até o dia 20.04.2006 (fl. 57), consecutivamente o Juízo da Comarca de Codajás declara-se incompetente absolutamente, enviando os autos para a Central de Distribuição da Comarca de Manaus, em 12 de julho de 2010 (fl. 58), chegando ao presente Juízo somente em 14/07/2019. É o relato. Decido. Pois bem. Tendo em vista que a demanda foi aviada no dia 26/09/1996 e, o último pronunciamento do Juiz competente à época foi no dia 12/07/2010, faz-se necessário esclarecimentos se ainda há interesse das partes litigantes no prosseguimento da demanda. Observe-se que caso as partes não se pronunciem configurar-se-á o exposto no art. 485 inc. IV do Código de Processo Civil, ou seja, verificar-se-á a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, ensejando em extinção do processo sem a análise do mérito. Assim sendo, ordeno seja dirigida intimação ao Autor e a Ré para que, em 15 (quinze) dias esclarecem se ainda possuem interesse na continuidade do litigio, de conformidade com o que dita o artigo 321, parágrafo único, da Lei do Rito Civil, sob pena de seu indeferimento e extinção do feito sem resolução do mérito. Controle-se o prazo assinalado. Cumpra-se.

ADV: REGINA JANSEN SIMÕES (OAB 1086/AM) - Processo 0247249-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: R.S.C. - REQUERIDO: A.F.S. - Trata-se de Ação de Redução de Doação Inoficiosa em que narra a autora que seu genitor foi convencido a transferir seu único imóvel a sua neta, sem o consentimento de seus demais filhos, razão pela qual alega que tal ato é parcialmente nulo, já que excedeu a parte que poderia dispor no momento da liberalidade. Vale destacar que não consta dos autos qualquer informação acerca do paradeiro do genitor da requerente ou, ainda, se este já é falecido. Não obstante o acima destacado, verifico que a matéria tratada não encontra previsão no rol de competências expressamente estabelecido a este Juízo Especializado pela Lei de Organização Judiciária do Estado do Amazonas, senão vejamos: Art. 154-A. Ao Juiz de Vara de Órfãos e Sucessões compete: I - processar e julgar os feitos relativos a sucessões causa mortis; II - processar e julgar a arrecadação de herança jacente, bens de ausentes e vagos, salvo as ações diretas contra a Fazenda Pública; III - praticar os atos relativos à tutela de órfãos, ressalvada a competência das Varas da Infância e da Juventude; IV - praticar os atos de jurisdição voluntária necessários à proteção de órfãos e à guarda e administração de seus bens, ressalvada a competência das Varas da Infância e da Juventude; V - processar e julgar as ações de petição de herança, quando não cumuladas com as de investigação de paternidade; VI - processar e julgar questões relacionadas a testamentos ordinários, determinando, conforme o caso, o registro, inscrição e cumprimento. Parágrafo único. Fica preservada a competência das Varas de Família para processar os pedidos de alvarás requeridos com fundamento na Lei n. 6.858/80, regulamentada pelo Decreto n. 85.845/81, quando o requerente for assistido pela Defensoria Pública Estadual. Além disso, não se pode olvidar que a doação possui natureza eminentemente obrigacional e muito embora a questão acerca de sua anulação ou redução possa repercutir no âmbito sucessório, o que se busca por meio da presente ação é a anulação de parte de um ato jurídico celebrado, cuja competência para a apreciação, a meu ver, de uma das Varas Cíveis desta Capital. Diante do exposto, DECLINO da competência para processar e julgar a presente demanda em favor de um dos Juízos Cíveis e de Acidentes de Trabalho desta Comarca. Redistribuam-se os autos, com as cautelas de estilo. Cumpra-se.

ADV: REGINA JANSEN SIMÕES (OAB 1086/AM) - Processo 0247249-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: R.S.C. - REQUERIDO: A.F.S. - Vistos. Trata-se de demanda de REDUÇÃO DE DOAÇÃO INOFICIOSA endereçada e inicialmente distribuída à Vara de Órfãos e Sucessões desta comarca, aviada por ROSA DA SILVA CORRÊA em face de ALESSANDRA FORTES SALVADOR, em razão de alegação que seu genitor foi convencido a transferir seu único imóvel a sua neta, sem consentimento dos demais filhos, o que teria excedido a parte disponível dos bens de seu genitor. Requer concessão de tutela provisória de urgência antecipada para determinar a indisponibilidade do bem localizado a Rua Sérgio Ferreira, nº 26, Bairro Cohabam, município de Benjamin Constant/AM, e redução da parte excedente da disponível do bem doado. Decisão do Juízo de Direito da Vara de Órfãos e Sucessões (fls. 36 e 37), declarou sua incompetência em razão da matéria, embora reconheça que a demanda possa repercutir no âmbito sucessório, no presente caso concreto versaria apenas sobre anulação de ato jurídico. Declinou de sua competência para uma das Varas Cíveis da Capital. É o relato. Decido. Pois bem, versa a presente matéria sobre direito de caráter pessoal, pois os fatos jurídicos que constituem a questão de fundo, sobre qual emanam as consequências jurídicas são pessoais e derivadas do negócio (doação) alegadamente viciado, ante o exposto, imperioso informar que determina o artigo 46 do Digesto Processual Civil que nas ações fundadas em direito pessoal como a presente, em regra a competência territorial é a do foro do domicílio do Réu, que no presente caso é o do município de Benjamin Constant/AM. Colaciono: Art. 46. A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu. § 1º Tendo mais de um domicílio, o réu será demandado no foro de qualquer deles. § 2º Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele poderá ser demandado onde for encontrado ou no foro de domicílio do autor. § 3º Quando o réu não tiver domicílio ou residência no Brasil, a ação será proposta no foro de domicílio do autor, e, se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro. § 4º Havendo 2 (dois) ou mais réus com diferentes domicílios, serão demandados no foro de qualquer deles, à escolha do autor. § 5º A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado. Logo, indubitável que o caso fático descortinado no presente feito virtual deve ser submetido à análise do magistrado com assento na Vara Única de Benjamin Constant/AM. Declino, pois, de minha competência para determinar a redistribuição deste caderno processual para Vara Única da Comarca de Benjamin Constant/AM, providência que deve ser ultimada com as cautelas de praxe. Intime-se a Autora por publicação. Cumpra-se.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM),

ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0600142-37.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Leia Pereira de Lima - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos em saneador permanente. Na espécie, o Autor pugnou prova testemunhal (fls. 137). Houve esta Julgadora em decisão interlocutória (fls. 136), ordenar ao Autor que indicasse a utilidade de ouvida da prova testemunhal, cujo rol foi depositado em fls. 128. Em manifestação (fls. 137), o Autor asseverou que a prova testemunhal é imprescindível nesta situação, visto que a oitiva é do Engenheiro subscritor do laudo de fls. 33 a 37 e do pedreiro que localizou o vazamento. Noutro giro, a empresa ré, em fls. 143 e 144, manifestou-se que a prova testemunhal é desnecessária, uma vez que a prova técnica apta a ser realizada é a perícia, a ser ordenada por juiz imparcial. Todavia, não pugnou pela prova pericial. Ora, inicialmente, ressalta-se que a empresa Ré que é responsável pela produção de prova pericial, ademais pelos honorários do perito a ser judicialmente nomeado e não esta Magistrada, conforme alude o Réu em fl. 143. No caso posto, ACOLHO a prova testemunhal aludida pelo Autor, visto que é necessária uma dilação probatória ampla no caso posto. Pois bem, ORDENO à Secretaria que agende audiência de instrução e julgamento para a oitiva das testemunhas alistadas pelo Réu e indicada às fls. 130, para a qual deverá este trazê-la a Juízo independentemente de intimação, segundo dicção do artigo 455, da Lei do Rito Civil. Intimem-se as partes quanto a este pronunciamento. Cumpra-se.

ADV: ADRIANO PEREIRA BONETH (OAB 8862/AM) - Processo 0601981-63.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Angelina Alves Vieira - REQUERIDO: Aládio Magalhães da Silva - Vistos. Em juízo de admissibilidade da exordial, houve esta Julgadora determinar a emenda da exordial para que a parte autora comprovasse seu alegado estado de hipossuficiência e corrigisse o valor atribuído à causa para que correspondesse exatamente às pretensões judiciais (22 a 24). Manifestou-se (fls. 27 e 28), informou não ter recolhido IR nos últimos dois exercícios e em relação ao valor da causa afirmou que requer devolução do valor total pago no valor de R$ 35.500,00, e condenação do requerido ao "pagamento de 40 (quarenta) salários mínimos nacionais a título de dano moral e material, ou seja, R$ 39.920,00 (trinta e nove mil, novecentos e vinte reais)". Atribuiu à causa valor de R$ 75.420,00 (setenta e cinco mil, quatrocentos e vinte reais). É breve o relato. Passo a decidir. Pois bem, não observou a Autora, as diretrizes processuais para o estabelecimento dos pedidos presentes na exordial. Indicou pedido de indenização por danos moral e materiais em um único montante quantificado em salários mínimos. Tratam-se de pedidos distintos que devem ser estabelecidos separadamente, daí por que curial que seja sanado o vício, em observância ao que dispõe o art. 319, IV, do Código de Processo Civil, in verbis: Art. 319. A petição inicial indicará: ... IV - O pedido, com suas especificações; Ora, além disso, não deve o valor indenizatório ser quantificado em salários mínimos. "RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. SALÁRIO MÍNIMO. VINCULAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ORIENTAÇÃO DA SEGUNDA SEÇÃO E DO STF. RECURSO ACOLHIDO PARCIALMENTE E FIXADO O VALOR. A Segunda Seção deste Tribunal, na linha do decidido pelo STF, decidiu ser vedada a vinculação do salário mínimo ao valor da indenização por danos morais." (RESP n° 345807/MG, 4ª Turma, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, prof. 12/08/2002). No que tange ao dano material, cumpre salientar que a extensão do dano material deve ser precisa quanto ao valor da indenização pretendida para que se possa almejar o pronunciamento jurisdicional de recomposição do status patrimonial ostentado pelo Autor antes da suposta ocorrência do dano. A indenização por dano material depende de comprovação cabal dos prejuízos aferíveis economicamente. "Se dano não houver, falta matéria para a indenização. Incerto e eventual é o dano quando resultaria de hipotético agravamento da lesão." (RT 612/44). Ante o exposto, em DERRADEIRO determino à Autora que realize a emenda da inicial nos termos que lhe foram acima apontados, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da exordial por sentença sem resolução do mérito. Faço-o de conformidade com o que dita o artigo 321, parágrafo único, c/c artigo 330 inciso IV, daquele Digesto Processual Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM) - Processo 0602670-20.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ramiz Wladimir Braga dos Santos Júnior - REQUERIDO: Nice Veículos Ltda. - Vistos. Processo sentenciado e com trânsito em julgado certificado regularmente por Órgão de Segundo Grau, embora em consulta ao processo por meio do SAJ/PG5 ele não conste tal informação, o que impõe correção da Secretaria do Juízo. À luz do artigo 523, §§ 1º e 2º, do Digesto Processual Civil seja o Réu intimado ao curimento voluntário da obrigação, com acréscimo de custas, se houver. Faça-o em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios de 10% (dez por cento). Em caso de pagamento parcial no prazo aludido, a multa e os honorários haverão incidir sobre o restante. "Caso o executado não satisfaça a obrigação no prazo de 15 dias, serão geradas algumas consequências desfavoráveis a ele, além de ser iniciada de forma automática, sem a necessidade de sua intimação, o prazo de 15 dias para apresentar sua impugnação." (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado: artigo por artigo. Salvador. Ed. JusPodivm, 2016, p. 903). Observe-se que em caso de não pagamento ou de intempestividade deste, o que haverá ser certificado pelo Diretor de Secretaria, expedir-se-á, de logo e independentemente de novo despacho, mandado de penhora e avaliação com balizas procedimentais estabelecidas para os atos de expropriação, tal o que reza o artigo 523, § 3º, da Lei do Rito Civil, exceto se o Exequente formular pedido expresso para o bloqueio de ativos financeiros através do BacenJud, quando então se lhe impõe obediência ao que dita o artigo 524 e incisos, do CPC, afinal referida medida de constrição está ancorada no artigo 835 e haverá se verificar como preceituado no artigo 854 do mesmo Diploma. Em sendo positiva a penhora de ativos financeiros (constrição on line), mister seja intimado o Executado, através de seu patrono, ou pessoalmente no caso de não o possuir, a fim de que se manifeste sobre a indisponibilidade, no prazo de 05 (cinco) dias, ex vi do art. 854, §§ 2° e 3°, da Lei do Rito Civil. Finalmente salientar que, nos termos do artigo 517, caput, do Código de Processo Civil, "a decisão judicial transitada em julgado pode ser levada a protesto, nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário previsto no art. 523. Trata-se de medida executiva indireta, ou seja, uma forma de pressionar psicologicamente o executado a cumprir a obrigação por meio da ameaça de sua situação ser piorada, caso não satisfaça a obrigação no prazo de 15 dias (STJ, 3ª Turma, Resp 750.805/RS, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. 14/02/2008, DJe 16/06/2009)." (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado: artigo por artigo. Salvador. Ed. JusPodivm, 2016, p. 905). A intimação haverá se ultimar por publicação. Caberá aos advogados das partes, em nome do princípio da cooperação, asseverar que a Secretaria cumpra a integralidade do que foi aqui delineado, de modo a evitar a centralização de atos em filas judiciais. É imperioso que a SECRETARIA observe que o processo em fase de cumprimento de sentença só tornará concluso à apreciação do Juízo, em caso de impugnação ao cumprimento de sentença ou à penhora de ativos financeiros e de análise sobre expedição de alvará. Controle-se o prazo assinalado. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0604273-55.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Silva e Souza Material de Construção Ltda. - Maria do Carmo da Silva - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: GABRIELLY DE OLIVEIRA GOMES (OAB 14294/AM) - Processo 0607097-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Dissica Tomaz Calderaro - REQUERIDO: Carril e Rocha Ltda. - ME (Portal do Zacarias) - Sebastião Lucivaldo Moraes Carril - Em

conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: FERNANDO RODRIGUEZ FERNANDEZ (OAB 155897/SP) - Processo 0607660-44.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Augustine Emeka Okoli - REQUERIDO: Desconhecido - Vistos. Trata-se de demanda consignatória de pagamento com pedido liminar aviado por AUGUSTINE EMEKA OKOLI em face de DESCONHECIDO, em razão de não encontrar credor de cártula que foi devolvida, mesmo após diversas buscas. Informa que teve seu CPF negativado em outubro de 2016 e passou por problemas financeiros, o que ocasionou a devolução da cártula objeto da demanda por falta de fundos, agora busca o Autor o adimplemento do débito, porém não encontra o credor. Aduz ainda, que buscou o credor nominal na cártula, porém sem sucesso no contato. Requer deferimento do depósito judicial no valor apontado na exordial; concessão de medida liminar para oficiar SCPC, SERASA E BANCO BRADESCO determinando a baixa do apontamento na lista do CCF e citação por meio de ofício para o BANCO BRADESCO S/A informar os dados onde as cártulas foram depositadas, para apresentação dos dados do credor nominal da cártula. Para posterior citação do Requerido. É breve o relato. Decido. Pois bem, inicialmente no que tange à gratuidade da justiça, entendo pelo seu DEFERIMENTO, isto porque logrou êxito o Autor em comprovar seu estado de hipossuficiência, conforme se observa em documentação de fls. 14 a 20. Noutro giro, mostra-se necessário que o Autor realize a manutenção do polo passivo da demanda, isso se dá devido pedido de CITAÇÃO da instituição financeira BANCO BRADESCO S/A, ora não se dará a citação de parte adversa ao polo passivo da demanda. Incumbe salientar que o Autor menciona expressamente (fls. 4) que buscou o credor que se encontrava nominal na cártula, porém sem sucesso no contato, tal informação cousou dúvida a este Juízo quanto o conhecimento do Autor de quem é credor da cártula, isto porque não está claro como se daria a tentativa de contato com alguém que o proprio Autor qualifica na exordial como desconhecido. Desta feita, tal ponto carece de maiores explicações. Assinalo-lhe o prazo de 15 dias úteis para o cumprimento do que acima se lhe aponta, sob pena de indeferimento da petição inicial, por sentença sem aprofundamento do mérito. Faço-o de conformidade com o que dita o artigo 321, parágrafo único daquele Digesto Processual Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME MENDONÇA GRANJA (OAB 919/AM) - Processo 0607931-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Ana Aline Fernandes Massulo - RECLAMADO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Vistos. Em juízo de admissibilidade da exordial (fls. 13 e 14), houve esta Julgadora determinar que a parte autora colacionasse aos autos documentos essenciais, tais como RG, CPF e comprovante de residência. Emenda a Inicial (fls. 17 e 18). Requer a indenização por danos morais em valor não inferior a 40 salários mínimos. É o relato. Decido. Ora, no caso em tela, no que pertine ao pleito de indenização por danos morais, entendo ser curial a quantificação daquilo que almeja a título de verba indenizatória decorrente do dano moral que entende experimentado, impondo-se, portanto a especificação objetiva do valor almejado, porquanto se preste este a servir de parâmetro para o estabelecimento da pretensão indenizatória. No caso dos autos, pela análise acurada do pórtico autoral, vislumbro que fora atribuído à causa o valor de R$38.160,00 (trinta e oito mil, cento e sessenta reais), restando indene quanto à imprescindibilidade do estabelecimento das verba indenizatória almejada, para que, só então, possa o Julgador, dentro do prudente arbítrio fixá-lo na futura sentença que haverá encerrar o ofício jurisdicional. Assim sendo, determino, pois, seja o requerente intimado para que promova, no prazo de 15 (quinze dias), a emenda da peça inicial, na forma como acima apontada, sob pena de indeferimento e consectária extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos dos arts. 321, parágrafo único, e 485, inciso I, do Código de Processo Civil.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0613580-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: João Alfaia de Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: LARISSA VILAS BOAS FEITOZA (OAB 13299/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0615471-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rubem de Oliveira Santana - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos em saneador permanente. Inicialmente, em decisão interlocutória (fls. 107), esta Julgadora concedeu a benesse da gratuidade da justiça; deferiu a tutela de urgência, de forma a determinar que o Réu se abstenha de suspender o fornecimento de água no que pertine à matrícula 129820-8, bem como ordenou à Secretaria para que procedesse ao agendamento de audiência conciliatória. Malograda a tentativa de conciliação, visto que o Réu não ofereceu proposta de acordo, conforme termo de fls. 124 e 125. Contestação às fls. 133 a 147 a qual o réu rechaçou os pedidos do Autor acerca do ônus da prova; inexistência de cobrança indevida; inocorrência de danos morais; valor absurdo proposto pelo requerente a título de danos morais. Réplica às fls. 159 a 167 rechaçando todos os argumentos trazidos na Contestação e reiterando os pedidos elencados na exordial (fls. 1 a 38). As partes foram intimadas, conforme ato ordinatório de fls. 169, para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir. As partes não se manifestaram, conforme certidão de fls. 172. É o relato. Decido. Desta feita anuncia-se o julgamento antecipado da demanda, tal a dicção do artigo 355, inciso I, do Digesto Processual Civil. Colaciono: "Haverá, ainda, julgamento antecipado no caso de pendência de questões fáticas se não for preciso produzir prova oral em audiência (fundamentalmente prova testemunhal) para a sua apreciação. Toda vez que os fatos relevantes da causa não dependerem de prova (art. 334) e/ou estiverem provados documentalmente sem impugnação (art. 372), caberá o julgamento antecipado." (MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. Código de Processo Civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 12. ed. Barueri, SP: Manole, 2013, p. 332). Assim é que se aponta, quanto à questão posta que se resolve pela aplicabilidade do Digesto Consumerista, de cujo bojo se extrai a possibilidade de ser ultimada a inversão do ônus probatório, segundo dicção do artigo 6º, inciso VIII, desde que tal resulte do convencimento motivado do órgão julgador. É, pois precisamente o que se depreende na espécie em que a consumidora se sagra hipossuficiente sob as óticas técnica e informacional diante do Réu, este sim bem mais forte na ciranda consumerista e dotado do necessário cabedal para, eventualmente afastar, excluir ou extinguir direitos autorais. Certificado o trânsito em julgado que me volvam conclusos os autos para o lançamento de sentença, em observância à ordem cronológica de conclusão segundo o que dita o artigo 12, da Lei do Rito Civil. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: MARCOS DOS SANTOS CARMO FILHO (OAB 6818/AM), ADV: PALOMA DE SOUZA SICSÚ (OAB 7186/AM) - Processo 0615772-07.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0600557-54.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Manaus Ambiental S/A - REQUERIDO: Esmeraldo Secatti - Vistos em saneador permanente. Esta Julgadora vislumbrando a delonga demasiada da demanda, e visando assim resolver de maneira derradeira o litígio, entende por necessário relatar os seguintes

desdobramentos da ação. Primeiramente, nota-se que nas folhas 226 a 342 dos autos o Réu Sr. Esmeraldo Secatti acostou de maneira errônea a documentação, conforme o mesmo declara na folha 380 desta demanda. Contudo, a Secretaria desta Vara não se atentou para tal pedido e não realizou o desentranhamento solicitado, causando parte da celeuma que se encontra os autos. Noutro giro, nota-se no decorrer tanto deste processo quanto do conexo a este, qual seja 0600557-54.2017.8.04.0001, uma constante dúvida das partes quanto a ausência de pronunciamento desta Magistrada em relação ao acordo das partes em virtude de suspensão da demanda, portanto por meio deste visa-se sanar de maneira derradeira questionamentos sobre o assunto. Por fim, é importante trazer a estes autos as decisões proferidas em relação a ação conexa (0600557-54.2017.8.04.0001). É o relato. Decido. Preliminarmente, ORDENO a Secretaria que realize o desentranhamento das folhas 226 a 342 dos presentes autos, tendo em vista o tumulto processual ocasionando pelo não atendimento da demanda. Ademais, volvo-me aos autos do processo conexo 0600557-54.2017 para realizar esclarecimentos quanto à concessão da suspensão do feito. Percebe-se nas folhas 362 a 363 dos referidos autos esta Julgadora proferiu decisão interlocutória da seguinte forma: "Pois bem, os Aclaratórios fundam-se na omissão em que alegam ter incorrido esta Julgadora, isto porque tanto Autores, quanto Réu teriam requerido a suspensão do processo, este sob argumento de que encetaria levantamentos administrativos a respeito da ocorrência e realizaria outras vistorias do imóvel sinistrado (fl. 264) e aqueles, sob entendimento de que estariam prestes a elaborar cronograma de trabalhos e reuniões tendentes ao acordo, razão pela qual requereram a 'suspensão dos prazos processuais' (fl. 265). É impróprio o pedido de suspensão dos prazos processuais formulado pelas partes, a uma porque tal só seria possível em caso de recesso forense e, a duas porque a autonomia privada de vontade das partes no negócio jurídico alicerçado por meio do processo judicial não pode conduzir à insegurança jurídica do autorregaramento ao talante dos sujeitos do processo, notadamente quando um deles sequer ofereceu contestação. O entendimento desta Julgadora é de que as partes não podem negociar, ou convencionar processualmente, a formação válida do processo; os direitos e deveres das partes e de seus procuradores; os pressupostos processuais; os direitos da ação e resistência; as hipóteses das tutelas de urgência ou de evidência; a força probante dos meios de prova estatuídos no Digesto Processo Civil; a forma do cumprimento de sentença ou de execução; a coisa julgada e os recursos. Dentre os casos alinhados no parágrafo anterior tem-se que a oferta de resistência à demanda não pode ser negociada pelas partes e, por isso mesmo não se insere na dicção permissiva do artigo 190, do CPC. Limites existem e devem ser seguidos para que os direitos fundamentais sejam garantidos; a tutela jurisdicional seja prestada em cognição exauriente necessária e útil. INDEFIRO a suspensão dos prazos processuais e desacolho os Embargos de Declaração manejados pelos Autores pelas razões jurídicas percorridas.". Desta feita, percebe-se que esta Magistrada não foi omissa em relação à suspensão da demanda, pelo contrário indeferiu-a, por meio de decisão interlocutória, fundamentando de maneira coerente. Ainda, em se tratando de processo conexo 0600557-54.2017 destaca-se que este está em estágio de produção de provas, aguardando-se pronunciamento do perito em relação a impugnação feita pelo Réu do valor a ser cobrado pela perícia (fls. 465 e 466), assim como, informação se aceita os quesitos solicitados pelos Autores (fls. 447 a 451), cumulado com a proposta para o Sr. Newton de Oliveira atuar como assistente técnico (fls. 441 a 445). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0618473-67.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco GMAC S/A - REQUERIDO: Carlos Andrey Rosas Lira - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Vistos. Em análise das razões do petitório de fls. 85, defiro o pedido de suspensão dos presentes autos, pelo prazo de 60 (sessenta) dias corridos, a fim de que seja localizado o Réu. Esgotado o prazo acima assinalado, que retorne o Autor a este Juízo, informado o novo endereço e recolhendo as custas pertinentes, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular.

ADV: WALBER PRATA DE MENDONÇA (OAB 11816/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0619233-16.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Pagamento - REQUERENTE: Mútua Caixa de Assistência Aos Profissionais do CONFEA/CREA - REQUERIDO: Rafael Ortega Pereira da Costa - Madai Ester Trivelato Carvalho Ortega - Vistos. Trata-de de carta precatória, cuja única finalidade era a cotação de Rafael Ortega Pereira da Costa e Madai Éster Trivelato Carvalho Ortega, realizada às fls. 28 e 29. Determino a devolução da presente carta ao Juízo Deprecante, com cópia integral dos presentes autos, a fim de que o Juízo de origem decida a respeito da validade de apresentação dos embargos à monitória nestes autos. Após, baixem-se os presentes.

ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM), ADV: CHRISTIANO DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9536/AM) - Processo 0619321-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimunda Elizia Serra Pinheiro - REQUERIDO: Logos Corretora de Veículos Ltda. - Vistos. Houve esta Julgadora em fls. 62 e 63 determinar ao Autor que esclarecesse acerca do valor atribuído à causa. Emenda a Inicial (fls. 66 e 67) logrando êxito o Autor ao cumprimento acima apontado. Custas de processamento da demanda recolhidas. Pugna a tutela de urgência; indenização por danos morais no montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais); indenização por danos materiais em R$ 10.277,43 (dez mil, duzentos e setenta e sete reais e quarenta e três centavos). É o breve relato. Decido. Passo à apreciação do pedido tutelar provisório de urgência estatuído pelo artigo 300, do Código de Processo Civil, sob as balizas do elementos que o integram, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora. Pois bem, em juízo de cognição sumária, não vislumbro presentes, pelo menos neste momento processual, todos os requisitos necessários para a concessão do provimento requerido pelo Autor. Especificamente no que se refere à prova inequívoca a convencer acerca da verossimilhança das alegações contidas na peça inicial. Assim, cumpre assinar que se faz necessário, na hipótese, a discussão, de forma mais aprofundada, acerca do não cumprimento integral do acordo por parte do Réu, para que assim se conclua se houve de fato o inadimplemento por ele cometido, o que não é possível concluir somente através dos documentos juntados aos autos. Desse modo, a prudência recomenda indeferir, por ora, a tutela vindicada, ressalvando, entretanto, a possibilidade de sua reapreciação durante a instrução processual, acaso seja demonstrado a verossimilhança, de forma mais efetiva, do inadimplemento do Réu. Em sendo assim, INDEFIRO o pleito de quitação do contrato de financiamento veicular. Nesse sentido, colaciono: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. INDEFERIMENTO. LIMINAR DE NATUREZA SATISFATIVA. 1. A antecipação dos efeitos da tutela não pode ser deferida porquanto esgota o objeto da ação originária, restando, assim, inviabilizado o deferimento de liminar inaudita altera pars. 2. No caso em exame, o pedido liminar tem natureza satisfativa, porquanto os agravantes pugnaram pela suspensão do pagamento das parcelas do plano de saúde, pretensão esta que corresponde exatamente aquela deduzida como provimento final, o que esvaziaria a própria ação originária. 3. Agravo de instrumento conhecido e não provido. (TJ-DF - AGi: 20150 020083253, Relator: Nídia Correa Lima, data de julgamento: 03/06/2015, 1 Turma Cível, data de publicação: publicado no DJE: 22/06/2015. Pag. 104). Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Assim é que se determina à Secretaria, o cumprimento das disposições do artigo 248, daquele Diploma para que seja agendada, durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 05 de novembro 2019 às 10h30, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo

246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica,na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa, tal o que dita o artigo 334, §8º, do Estatuto Processual. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos, sob pena de revelia, na forma como afirmado no artigo 344, de mencionado Diploma. Intime-se o Certifique-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM) - Processo 0620401-53.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Adilton Corrêa Gentil - Vistos. Aclaratórios aviados pelo Autor (fls. 135 A 137) contra decisão interlocutória que deferiu tutela provisória de urgência para que a Ré restabelecesse o fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora da Autora (fls. 131 e 132), através dos quais atribui omissão ao decisório por alegada falta de observação a resolução nº 414/2010 da AMEEL, que autorizaria a suspensão do fornecimento de energia elétrica em caso de inadimplemento do consumidor. É o relatório. DECIDO. Não verifica-se nos autos qualquer omissão, visto que o decisório de fls. 131 e 132 se deu após detida análise de toda fundamentação arguida pelas partes, inclusive no que tange a resolução nº 414 da ANEEL. Ocorre que trata-se a questão de fundo da presente demanda, de serviço essencial. Dessa forma, o fornecimento de energia elétrica está incluído no rol dos serviços ou atividades essenciais (art. 10, incisos I e VII), subordinado ao princípio da continuidade, na forma do art. 22 do Código do Consumidor, certamente porque é atividade que atende às necessidades inadiáveis da população. Assim, para a cobrança dos créditos resultantes do fornecimento de energia não é admitida a utilização de meios e processos intimidatórios ou coercitivos, dentre os quais o corte no fornecimento, o qual só se justifica por débito atual e injustificado do consumidor. Ora, a suspensão dos serviços atinge diretamente o Autor logo tem-se por inarredável que o perigo na demora de obtenção da tutela jurisdicional almejada haverá de lhe causar prejuízo intenso. Parte dispositiva Desta feita, no caso descortinado, não vislumbra esta Julgadora qualquer omissão acima apontada, logo, JULGO IMPROCEDENTES os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO formulados por AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A nos autos desta demanda MONITÓRIA, mantendo a decisão em todos os seus termos e sem qualquer ressalva. Faço-o para afastar qualquer obscuridade, contradição ou omissão sobre as quais ditam os incisos I, II e III, do artigo 1.022, da Lei do Rito Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: PAULO MATHEUS DE SOUZA HOLANDA (OAB 9732/AM) - Processo 0621521-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Paulo Matheus de Souza Holanda - REQUERIDO: E. T. R. Construtora e Incorporadora Ltda. - Vistos em correição permanente. Em juízo de admissibilidade da exordial, houve Julgador outro respondendo em substituição determinar a sua emenda para que o Autor comprovasse seu estado de hipossuficiência econômica para fins de gratuidade da justiça (fls. 59 e 60). Manifestou-se o Autor para aditar os termos da inicial, e acostar documentação que comprova gastos mensais (fls. 68 a 74). Informa contato extrajudicial da Ré para o distrato. É breve o relato. Decido. Pois bem, salta aos olhos que na hipótese que se apresenta o Autor tenha se qualificado na exordial, e no do bojo do contrato (fls. 29 a 36) como casado, logo imperioso que modifique a angularidade ativa da demanda para que também sua esposa o integre e comprove sua hipossuficiência para fins de gratuidade da justiça, faça no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. A pretensão de direito material guarda respeito a contrato imobiliário e obrigações dele decorrentes a serem cumpridas pelo Réu, assim sendo homem e mulher casados, impõe-se-lhes, para a regularização da capacidade processual que ambos firmem a demanda em vassalagem ao litisconsórcio ativo necessário. É a inteligência que se extrai do artigo 73, da Lei do Rito Civil. Intime-se por publicação, ato dotado de essencialidade sem o qual haver-se-á reconhecer a extemporaneidade de qualquer peça atravessada. Cumpra-se.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM) - Processo 0623404-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Silene Rocha Lima - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos em saneador permanente. Inicialmente, em decisão interlocutória (fls. 45 a 47), esta Julgadora concedeu a benesse da gratuidade da justiça; deferiu a tutela de urgência, de forma a determinar que o Réu se abstenha de suspender o fornecimento de água e de realizar a negativação dos dados autorais pela fatura, bem como ordenou à Secretaria para que procedesse ao agendamento de audiência conciliatória. Manifestou-se o Réu em fls. 62 a 63 informando o cumprimento tempestivo da decisão concessiva da tutela de urgência (fls. 45 a 47). Malograda a tentativa de conciliação, apesar de o Réu oferecer proposta de acordo, conforme termo de fls. 124 e 125. Contestação às fls. 72 a 86, a qual o réu rechaçou os pedidos do Autor acerca do ônus da prova; inexistência de cobrança indevida; inocorrência de danos morais; valor absurdo proposto pelo requerente a título de danos morais. Em ato ordinatório de fls. 88 a parte autora foi intimada e não apresentou réplica à contestação, conforme certidão de fls. 91. As partes foram intimadas, conforme ato ordinatório de fls. 92, para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir. Pedido de julgamento antecipado da parte autora às fls. 96. É o relato. Decido. Desta feita anuncia-se o julgamento antecipado da demanda, tal a dicção do artigo 355, inciso I, do Digesto Processual Civil. Colaciono: “Haverá, ainda, julgamento antecipado no caso de pendência de questões fáticas se não for preciso produzir prova oral em audiência (fundamentalmente prova testemunhal) para a sua apreciação. Toda vez que os fatos relevantes da causa não dependerem de prova (art. 334) e/ou estiverem provados documentalmente sem impugnação (art. 372), caberá o julgamento antecipado.” (MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. Código de Processo Civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 12. ed. Barueri, SP: Manole, 2013, p. 332). Assim é que se aponta, quanto à questão posta que se resolve pela aplicabilidade do Digesto Consumerista, de cujo bojo se extrai a possibilidade de ser ultimada a inversão do ônus probatório, segundo dicção do artigo 6º, inciso VIII, desde que tal resulte do convencimento motivado do órgão julgador. É, pois precisamente o que se depreende na espécie em que a consumidora se sagra hipossuficiente sob as óticas técnica e informacional diante do Réu, este sim bem mais forte na ciranda consumerista e dotado do necessário cabedal para, eventualmente afastar, excluir ou extinguir direitos autorais. Certificado o trânsito em julgado que me volvam conclusos os autos para o lançamento de sentença, em observância à ordem cronológica de conclusão segundo o que dita o artigo 12, da Lei do Rito Civil. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0625232-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosana Gomes de Sá - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 08/10/2019, às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 26 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0627065-71.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - REQUERIDO: Termol Terceirização de Mão de Obra Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte

interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0627225-91.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Edilson Pereira de Souza - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: SÉRGIO SAHDO MEIRELES JÚNIOR (OAB 13241/AM), ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0627787-37.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Valdemarina Bezerra dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos em saneador permanente. Inicialmente, em decisão interlocutória (fls. 46 a 49), esta Julgadora concedeu a benesse da gratuidade da justiça; deferiu a tutela de urgência, de forma a determinar que o Réu se abstenha de suspender o fornecimento de água no que pertine à matrícula 129820-8, bem como ordenou à Secretaria para que procedesse ao agendamento de audiência conciliatória. Aditamento à Inicial do Autor em fls. 54 a 58. Malograda a tentativa de conciliação, visto que o Réu não ofereceu proposta de acordo, conforme termo (fls. 72 a 73). Contestação às fls. 133 a 147 a qual o réu rechaçou os pedidos do Autor acerca da legitimidade das cobranças; efetiva ocorrência de ligação clandestina no imóvel; inocorrência de danos morais. Réplica às fls. 109 a 114 rechaçando todos os argumentos trazidos na Contestação e reiterando os pedidos elencados na exordial (fls. 1 a 19). Intimação das partes, conforme ato ordinatório de fls. 116, para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir. Petição simples da parte autora (fls. 120 e 121) a fim de requerer audiência de instrução e julgamento, para depoimento pessoal e oitiva de prova testemunhal. Informa o Autor, ainda, em fls. 124 a 126, que o Réu efetuou no dia 11/06/2019 o corte de fornecimento de água em sua casa e colocou um lacre no registro. É o relato de recebimento do feito tal como se encontra. Intime-se o Autor para que indique objetivamente o motivo da prova testemunhal; de que forma tal colheita probatória ajudaria no convencimento judicial e quem seriam as testemunhas. INDEFIRO o pedido de depoimento pessoal, de conformidade com o que dita o artigo 385, da Lei do Rito Civil. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0627977-63.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Rocilda Ferreira de Lima - Vistos. Demanda inicialmente distribuída ao Juízo 10º Vara Cível e de acidentes de trabalho por suspeita de repetição da ação, que não se confirmou, conforme se extrai de decisório de fls. 57, o que gerou a distribuição por sorteio a este Juízo. Desta feita, dá-se prosseguimento ao feito. Trata-se de demanda Monitória aviada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A contra Maria Rocilda F. De Lima, calcada em sólida prova documental, o que faz certo o juízo de probabilidade sobre a matéria deduzida na proemial. Atribuiu o valor da causa em R$ 26.311,89 (vinte e seis mil, trezentos e onze reais, e oitenta e nove centavos), sob os quais efetuou o pagamento das custas processuais (fl. 6 e 7) . "Pode-se, pois, continuar a afirmar que ação monitória visa à concessão de tutela diferenciada por meio da adoção das técnicas da cognição sumária e do contraditório diferido e eventual: mediante a cognição sumária, o magistrado perfaz um juízo de probabilidade do direito invocado pelo autor, determinando a emissão de mandado para a sua satisfação;por conta do contraditório diferido, o comando judicial para a satisfação do direito é emitido antes da oitiva do réu, tendo sua eficácia executiva liberada caso não seja apresentada a defesa típica no prazo cabível." Verificando, pois, esta Magistrada, que a petição inicial está devidamente instruída, e atende aos requisitos insertos no artigo 700, § 2º, do novo Código de Processo Civil, defiro, a expedição, de plano, do mandado de pagamento, a se cumprir em desfavor do Réu. Desta forma, cite-se a parte ré para que pague a importância constante da inicial, cientificando-a de que lhe é concedido o prazo de 15 (quinze) dias úteis para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa, ficando, entretanto, isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo (artigo 701, caput e § 1º, da Lei do Rito Civil). Inexistem óbices para que, dentro da quinzena, sejam oferecidos embargos pelo Réu, os quais hão suspender a eficácia do mandado inicial, abrindo-se, em relação a este procedimento, a dilação probatória reservada ao processo de conhecimento. Não sendo opostos embargos, segundo capitulação legal do artigo 702, do Código de Processo Civil,constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, através de sentença que submeta a satisfatividade do crédito reconhecido ao Autor às dicções espraiadas no Título II, do Livro I, da Parte Especial (artigo 701, § 2º, da nova Lei do Rito Civil). Consigne-se no mandado que, no prazo para oferta de embargos, reconhecido o crédito da parte autora e comprovado o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, a parte devedora poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês (artigos 701, § 1º cumulado com o artigo 916, ambos da nova Lei do Rito Civil) e manifestar-se - afirmativamente quanto ao seu interesse na realização da audiência de conciliação, motriz diretiva de restabelecimento da pacificação social, hasteada pelo Código de Processo Civil. Consigne-se na carta citatória de mão própria (artigo 700, § 7º, do CPC) que, no prazo para oferta de embargos, reconhecido o crédito da parte autora e comprovado o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, a parte devedora poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês (artigos 701, § 1º, cumulado com o artigo 916, ambos da nova Lei do Rito Civil) e manifestar-se - afirmativamente quanto ao seu interesse na realização da audiência de conciliação, motriz diretiva de restabelecimento da pacificação social, hasteada pelo Código de Processo Civil. Intime-se o Autor por publicação, inclusive para que realize eventual depósito para cumprimento da diligência a cargo de oficial de justiça, sem o que é de lhe ser reconhecida a falta de atendimento ao pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo que culminará com sentença de extinção da demanda. Assinalação do prazo de 5 (cinco) dias, tal como dita o artigo 218, § 3º, da nova Lei do Rito Civil, independentemente de novo despacho. Controle-se o prazo assinalado. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0630130-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Dinâmica Distribuidora Ltda. - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Em juízo de admissibilidade da exordial (fls. 44 a 46), houve esta Julgadora determinar que o Autor comprovasse sua impossibilidade de pagamento das custas de processamento da demanda em parcela única, e a comprovação acerca dos lucros cessantes. Inicialmente, da análise à petição e documentação exposta em fls. 49 a 56, concedo o parcelamento das custas em 6 (seis) parcelas mensais e sucessivas, cujo pagamento integral deverá ocorrer antes da sentença, com correção monetária. Faço-o com fulcro no artigo 98, § 6º, do CPC, c/c Portaria nº 490/2017-PTJ. "O art. 98, § 6º, permite que o adiantamento das taxas judiciárias e das demais despesas processuais seja feito de forma parcelada, devendo o juiz analisar a necessidade da parte

ou do terceiro de acordo com as peculiaridades do caso concreto. Caberá ao juiz estabelecer a quantidade de parcelas para o pagamento das despesas processuais." (Câmara, Hélder Moroni. Código de processo civil: comentado São Paulo: Almedina, 2016, p. 169). Assinalação do prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o Autor comprove a este Juízo o recolhimento relativo à primeira parcela das custas, assim como para o recolhimento da despesa relativa ao expediente postal citatório, sob pena de extinção do feito por falta de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. À Secretaria, as providências de desembaraço e fiscalização do correto recolhimento das parcelas. No que pertine aos lucros cessantes, ressalta-se a impossibilidade desta Julgadora auferir o que o Autor efetivamente deixou de ganhar em 2 dias, mantendo-se o Autor silente em apontar, objetivamente, uma estimativa. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 05/11/2019 às 14h00, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se.

ADV: SIDDHARTA GAUTAMA DE ALMEIDA ANTONY (OAB 3962/AM) - Processo 0631316-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Claudionice Pereira da Silva - REQUERIDO: Ótica Paraíso - Vistos. Em juízo de admissibilidade da exordial (fls. 38 a 40), houve esta Julgadora determinar sua emenda para que o Autor comprovasse sua hipossuficiência econômica para concessão da gratuidade da justiça. É o relato. Decido. Inicialmente, DEFIRO o pedido de concessão da gratuidade da justiça, pois esta Magistrada entende que o Autor logrou êxito ao comprovar sua hipossuficiência econônomia, conforme se extrai de documentação (declarações de imposto de renda) acostada às fls. 46 a 50. Pugna tutela de urgência para restituição dos valores pagos. Passo à apreciação do pedido tutelar provisório de urgência estatuído pelo artigo 300, do Código de Processo Civil, sob as balizas do elementos que o integram, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora. Pois bem, em juízo de cognição sumária, não vislumbro presentes, pelo menos neste momento processual, todos os requisitos necessários para a concessão do provimento requerido pelo Autor. Especificamente no que se refere à prova inequívoca a convencer acerca da verossimilhança das alegações contidas na peça inicial. Assim, cumpre assinar que se faz necessário, na hipótese, a discussão, de forma mais aprofundada, acerca do não cumprimento integral do acordo por parte do Réu, para que assim se conclua se houve de fato o inadimplemento por ele cometido, o que não é possível concluir somente através dos documentos juntados aos autos. Desse modo, a prudência recomenda indeferir, por ora, a tutela vindicada, ressalvando, entretanto, a possibilidade de sua reapreciação durante a instrução processual, acaso seja demonstrado a verossimilhança, de forma mais efetiva, do inadimplemento do Réu. Em sendo assim, INDEFIRO o pleito de pagamento, pelo Réu, restituição dos valores pagos, por revelar medida que se identifica com a própria pretensão perseguida pela Autora, e portanto, não desempenha função instrumental, mas possui natureza satisfativa. Nesse sentido, colaciono: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. INDEFERIMENTO. LIMINAR DE NATUREZA SATISFATIVA. 1. A antecipação dos efeitos da tutela não pode ser deferida porquanto esgota o objeto da ação originária, restando, assim, inviabilizado o deferimento de liminar inaudita altera pars. 2. No caso em exame, o pedido liminar tem natureza satisfativa, porquanto os agravantes pugnaram pela suspensão do pagamento das parcelas do plano de saúde, pretensão esta que corresponde exatamente aquela deduzida como provimento final, o que esvaziaria a própria ação originária. 3. Agravo de instrumento conhecido e não provido. (TJ-DF - AGi: 20150 020083253, Relator: Nídia Correa Lima, data de julgamento: 03/06/2015, 1 Turma Cível, data de publicação: publicado no DJE: 22/06/2015. Pag. 104). Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Assim é que se determina à Secretaria, o cumprimento das disposições do artigo 248, daquele Diploma para que seja agendada, perante a Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis, audiência conciliatória, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica,na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa, tal o que dita o artigo 334, §8º, do Estatuto Processual. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos, sob pena de revelia, na forma como afirmado no artigo 344, de mencionado Diploma. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se. Cumpra-se.

ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0633502-60.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Aron Hakimi Importação e Exportação - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos e examinados. Trata-se de demanda de Obrigação de Fazer c/c Indenizatória por Dano Moral c/c pedido de liminar declinado na exordial que foi aviada pelo Autor ARON HAKIMI IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO contra o Réu MANAUS AMBIENTAL S/A. Em análise preliminar da demanda, todavia, esta Julgadora apontou a inexistência do recolhimento das custas processuais para o aviamento da demanda (fls. 23 a 25). Noutro giro, o Autor pugnou a indenização por danos morais equivalente a 40 salários mínimos nacionais (fl. 10). Despacho (fls. 23 a 25) para que o Autor se manifestasse acerca do apontado, visto que o mesmo inobservou as dicções dos artigos 322, §1º e 2º, 324 e 292, inciso V, do Digesto Processual Civil. Emenda a inicial (fls. 27) aditando o valor da causa em R$ 10.000,00 (dez mil reais). Despacho (fls. 29 e 30) intimando o Autor acerca de sua abstenção sob a quantia estabelecida como dano moral. Manifestação do Autor (fls. 33 a 43) estabelecendo o valor da causa em R$ 27.800,00 (vinte e sete mil e oitocentos reais). Decisão interlocutória (fls. 47) assinalando, em derradeira vez, ao Autor por sua inobservância ao valor relacionado à específica pretensão de obrigação de fazer e para realizar o recolhimento das custas de processamento da demanda. Ocorre que o Autor não deu cumprimento às ordens supramencionadas, tal o certificado às fls. 50. É o relatório. DECIDO. O recolhimento das custas judiciais sobre o valor da causa artigo 319, inciso V, da Lei do Rito Civil - revela-se como requisito indispensável ao recebimento da pretensão esboçada em proemial para o prosseguimento do feito de molde a ser formada a relação jurídico-processual. "O valor da

causa opera como verdadeiro indexador de um sem-número de atos do processo, servindo, inclusive, como base de cálculo para o recolhimento de custas processuais que, muito frequentemente, incidem desde logo, já com apresentação da petição inicial (é sobre elas, aliás, a que se refere o art. 290).” (BUENO, Cássio Scarpinella. Manual de direito processual civil: volume único - 4. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 275). Notável, assim a preclusão temporal pela falta de recolhimento das custas iniciais de propositura da demanda. Neste sentido é pacífico o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo: “APELAÇÃO - Sentença que extinguiu o processo sem resolução de mérito por não recolhimento das custas, apesar de intimado o recorrente a tanto - Art. 290, do CPC - Indeferimento da gratuidade de justiça em despacho anterior à sentença que não foi objeto de recurso próprio - Pedido de reconsideração não acolhido - Preclusão - Precedente do STJ - Recurso desprovido”. (TJSP - Apelação nº 1000413-89.2016.8.26.0695, 15ª Câmara de Direito 5 Privado, Rel. Des. Mendes Pereira, j. 31.10.2016, v.u.). “Apelação. Embargos à execução. Determinação para que o autor recolhesse a taxa judiciária, despesas para citação e custas de mandato, no prazo de quinze dias, sob pena de extinção. Indeferimento da inicial em razão do não cumprimento da determinação. Sentença mantida. Recurso desprovido, com PODER JUDICIÁRIO fls. 1226 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO 37ª Câmara de Direito Privado Apelação nº 1006206-65.2014.8.26.0602 - Sorocaba determinação.” (TJSP - 37ª Câmara de Direito Privado - Apelação nº º 1001563- 10.2016.8.26.0565, Rel. Des. Pedro Kodama, j. 25.10.2016, v.u.). Indeclinável, assim a omissão à obrigação de recolhimento das custas pelo Autor, em frontal transgressão a pressuposto processual essencial de ordem objetiva, o que torna indene o pronunciamento de extinção do feito sem resolução do mérito. Parte dispositiva Ex positis, JULGO extinto o processo sem resolução do mérito, porquanto não recolhidas pelo Autor as custas de seu processamento, o que implica inobservância a requisito essencial de formação e constituição regular da demanda. Faço-o de conformidade com o que dita o artigo 485, inciso IV, combinado com o artigo 316, do Código de Processo Civil. Custas pelo Autor acaso tenha intenção de produzir novamente esta demanda. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e providencie-se a certidão de dívida se não houver o pagamento das custas a que foi o Autor condenado.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0633638-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elsivan Pessoa dos Santos - Edneia da Silva Maciel - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos em saneador permanente. Despacho (fls. 30 e 31) intimando o Autor para comprovar sua hipossuficiência econômica para benesse da gratuidade da justiça. Decisão interlocutória (fls. 39), intimando o Autor, em derradeiro. Não houve manifestação da parte autora sob o acima apontado, conforme certificação de fls. 41. É o sucinto relato. Em exercício à atividade saneadora permanente que há preparar a demanda para o lançamento de sentença judicial que se sustente no binômio certeza e segurança jurídicas, entendo premente determinar ao Autor que traga aos autos os extratos e comprovantes com indicação dos valores descontados que corrobore a narrativa do Autor e sirva de esteio à indicação do valor da causa. Quanto à gratuidade da justiça, trata-se de beneplácito que, segundo o convencimento desta Julgadora, goza de presunção relativa, podendo ser infirmada se, pelos elementos dos autos a autoridade judiciária tiver dúvidas sobre o direito à benesse. É precisamente o que se vislumbra na espécie em que o Autor se limita a trazer aos autos declaração sobre aventada hipossuficiência, e contracheques emitidos pelo órgão empregador . Deverá haver verificação fidedigna acerca do referido pleito, evitando, desta feita, a banalização de tão relevante instituto de acesso à justiça. Judiciosa é a colação do entendimento jurisprudencial: “PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REVISÃO DE CONTRATO. INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. NECESSIDADE. O DISPOSITIVO DA LEI Nº 1.060/50, QUE DISPÕE QUE A PARTE GOZARÁ DOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA MEDIANTE SIMPLES AFIRMAÇÃO, NÃO FOI RECEPCIONADO PELA ATUAL CONSTITUIÇÃO FEDERAL, QUE ESTABELECE EM SEU ART. 5º, LXXIV, QUE “O ESTADO PRESTARÁ ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA AOS QUE COMPROVAREM FALTA DE RECURSOS”. LOGO, A SIMPLES DECLARAÇÃO DE POBREZA NÃO É SUFICIENTE PARA DEMONSTRAÇÃO DO ESTADO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA, MORMENTE QUANDO EM DESCOMPASSO COM O APRESENTADO PELOS AUTOS.ASSIM, É PERMITIDO AO JUIZ INDEFERIR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA, AINDA QUE NÃO IMPUGNADA PELA PARTE CONTRÁRIA, DESDE QUE, DIANTE DO CASO CONCRETO, VERIFIQUE A POSSIBILIDADE DA PARTE EM ARCAR COM O PAGAMENTO DAS VERBAS. OU SEJA, A PRESUNÇÃO CONFERIDA À DECLARAÇÃO DO REQUERENTE É JURIS TANTUM, DEVENDO A QUESTÃO DA CONCESSÃO OU NÃO DA JUSTIÇA GRATUITA SER RESOLVIDA TENDO EM VISTA A REALIDADE APRESENTADA EM CADA CASO.NÃO CONFIGURADA A REAL NECESSIDADE DAS BENESSES DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA, A DECISÃO QUE AS INDEFERE SE MOSTRA CORRETA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.”(Processo 2008 0020151705 AGI DF. Registro do Acórdão: 342225 6ª Turma Cível Relatora: Ana Maria Duarte Amarante Brito DJU 19/02/2009, p. 61). Desta feita, pelas razões jurígenas percorridas, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça e ordeno que em 15 dias, recolha não apenas as custas de processamento da demanda, como também as despesas do oficial de justiça, sob pena de extinção do mérito por falta de observância ao pressuposto objetivo de desenvolvimento válido e regular. Intime-se. Controle-se o prazo assinalado. Cumpra-se.

ADV: ADRIANO CEZAR RIBEIRO (OAB 4848/AM), ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM) - Processo 0633826-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Aguimarina Pinheiro de Araújo - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Em juízo de admissibilidade da exordial, houve esta Julgadora determinar a comprovação de hipossuficiência econômica para concessão da benesse da gratuidade da justiça e do valor atribuído à causa. Petição simples (fls. 31). Dá-se à causa o valor de R$ 21.528,34 (vinte e um mil, quinhentos e vinte e oito reais e trinta e quatro centavos), cujo valor dos danos morais corresponde o montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais). É o breve relato. Decido. Inicialmente, DEFIRO o pedido da gratuidade da justiça, porquanto a presunção de hipossuficiência emerja dos autos em virtude de condição de desemprego ostentada pelo Autor. Passo à análise da tutela de urgência bosquejada e afirmo que o instituto da tutela antecipada constitui-se providência que se reveste do caráter de excepcionalidade, por isso mesmo impende que o juízo perante o qual foi deduzida a pretensão acautele-se, reflexivamente, acerca de sua pertinência. A exordial posta a minha apreciação embute o requerimento pela medida de urgência voltada ao comando judicial para que a concessionária do serviço essencial se abstenha de suspender o fornecimento de energia da unidade consumidora nº 0361557-9, bem como de realizar protestos, negativações do nome do Autor, até o julgamento final da demanda. Não tenho dúvidas de que o Autor demonstra a plausibilidade do direito que ostenta (fumus boni iuris), revelado este pela necessidade de manutenção do serviço essencial de energia em virtude da oposição que aquele vigorosamente faz a respeito do débito que lhe vem sendo imputado. Ademais, o art. 6º, §3º, da Lei nº 8.987/1995 somente autoriza a interrupção do serviço em situação de emergência ou após prévio aviso pela concessionária. Ocorre que, no caso dos autos, não resta caracterizada a situação de emergência, o que torna, por si só, ilegal o corte no fornecimento em questão. Outrossim, cumpre ressaltar que a Lei nº 7.783/89 define em seu art. 10 e incisos quais são os serviços ou atividades considerados essenciais. Confira-se: Art. 10. São considerados serviços ou atividades essenciais: I Tratamento e abastecimento de água; Produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis (...) (g.n.) Dessa forma, o fornecimento de energia elétrica está incluído no rol dos serviços ou atividades essenciais (art. 10, incisos I e VII), subordinado ao princípio da continuidade, na forma do art. 22 do Código do Consumidor, certamente porque é atividade que atende às necessidades inadiáveis da população. Assim, para a cobrança

dos créditos resultantes do fornecimento de energia não é admitida a utilização de meios e processos intimidatórios ou coercitivos, dentre os quais o corte no fornecimento, o qual só se justifica por débito atual e injustificado do consumidor. Ora, a suspensão dos serviços atinge diretamente o Autor logo tem-se por inarredável que o perigo na demora de obtenção da tutela jurisdicional almejada haverá de lhe causar prejuízo intenso. Por assim ser DEFIRO a tutela de urgência e o faço com arrimo na existência de prova inequívoca e diante da induvidosa verossimilhança da alegação, notadamente pelos transtornos e dissabores que a suspensão do serviço essencial de energia pode causar ao Autor. DETERMINO pois que o Réu se abstenha de suspender o fornecimento de energia da unidade consumidora nº 0361557-9, bem como de realizar protestos, negativações do nome do Autor, até o julgamento final da demanda, tudo sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil) reais ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Expeça-se mandado citatório e intimatório acerca da tutela de urgência deferida, à luz do que dita o artigo 246, inciso II, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, § 2°, do mesmo Código. Ordeno, por fim à Secretaria, o cumprimento das disposições do artigo 248, daquele Diploma para que seja agendada audiência conciliatória, durante a Semana Nacional de Conciliação no dia 06/11/2019 às 14:30, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa, tal o que reza o artigo 334, §8º. A tal respeito colaciono o Enunciado 273, do Fórum Permanente de Processualistas Civis: "(art. 250, IV; art. 334, § 8º) Ao ser citado, o réu deverá ser advertido de que sua ausência injustificada à audiência de conciliação, ou mediação configura ato atentatório à dignidade da justiça, punível com multa do art. 334, § 8º, sob pena de sua inaplicabilidade." (Grupo: Petição inicial, resposta do réu e saneamento). O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0633995-37.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Vanildo Oliveira Tavares - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos em saneador permanente. Esta Julgadora concedeu a benesse da gratuidade da justiça ao Autor, e deferiu a tutela de urgência para restabelecimento do fornecimento de serviço essencial (fls. 105 a 108). Intimação ao Réu para comparecimento à audiência conciliatória e manifestar-se, conforme certificação de fls. 112 e 113. Malograda a tentativa de conciliação pelo não comparecimento do Réu, conforme termo de fls. 122 a 123. O Réu não ofereceu contestação, conforme certidão (fls. 124). Petição simples (fls. 124 e 125) e procuração (fls. 127) apenas com a tratativa da capacidade postulatória. É o relato. Passo a decidir. A citação do Réu deu-se, na espécie, através de portal eletrônico, como se depreende da carta de fls. 114 e 115, daí falar-se em sua validade à luz do artigo 246, inciso V, da Lei do Rito Civil. Adveio, contudo a informação expressa do Diretor de Secretaria, quanto à falta de oferta de sua resistência contestatória, sobre a qual declinei no curso da relatança, motivo pelo qual DECRETO a revelia do Réu Manaus Ambiental S/A, segundo o que reza o artigo 344, do Digesto Processual Civil, e, em consequência admito o efeito de presunção de veracidade dos fatos articulados na exordial e bosquejados por único Autor. Ausência do Réu à audiência realizada pelo Juízo, tal o que foi consignado em ata (fls. 122), e, em consequência lhe afirmo em desfavor a prática de ato atentatório à dignidade da justiça punível por multa de 1% sobre o valor estatuído à causa, tal a dicção do artigo 334, § 8°, do mesmo Diploma, a qual é aplicada por esta Julgadora em reprimenda à conduta do Réu, a quem assinalo o prazo de 15 dias para pagamento em favor do Estado-Juiz, sob pena de expedição da certidão de dívida. Ordeno à Secretaria que realize os desembaraços relativos à cobrança, antes de me volver conclusos os autos para o lançamento de sentença. Anuncio, pois o julgamento antecipado da demanda, tal o que dita o artigo 355, inciso I, da Lei do Rito Civil, posto não haver necessidade de dilação probatória. Imperioso, ademais seja certificado o trânsito em julgado deste pronunciamento. Intimem-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0634391-19.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Francisco Augusto Ferreira - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0636157-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio Residencial San Marino - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos. Decisão interlocutória (fls. 65 a 66) intimando o Autor ao recolhimento das custas de processamento da demanda. Juntada de Custas (fls. 69 a 70). É o sucinto relato. Decido. Passo à apreciação do pedido tutelar provisório de urgência estatuído pelo artigo 300, do Código de Processo Civil, sob as balizas do elementos que o integram, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora. Pois bem, em juízo de cognição sumária, não vislumbro presentes, pelo menos neste momento processual, todos os requisitos necessários para a concessão do provimento requerido pela parte autora, especificamente no que tange à ausência do requisito fumus boni iuris, porquanto a atual convenção não ter sido devidamente registrada em cartório. Em sendo assim, INDEFIRO o pleito de restabelecimento do Autor ao acesso a todos os meios de acesso, serviços e movimentação bancária ao condomínio por revelar medida que se identifica com a própria pretensão perseguida pelo Autor, e portanto, não desempenha função instrumental, mas possui natureza satisfativa. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Assim é que se determina à Secretaria, o cumprimento das disposições do artigo 248, daquele Diploma para que seja agendada audiência conciliatória, na Semana Nacional de Conciliação no dia 06/11/19 às 10:30, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica,na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa, tal o que dita o artigo 334, §8º, do Estatuto Processual. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos, sob pena de revelia, na forma como afirmado no artigo 344, de mencionado Diploma. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB

7405/AM), ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO) - Processo 0636952-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perda da Propriedade - REQUERENTE: Astro Toys Comercial de Brinquedos Ltda. (Hobby Brinquedos) - REQUERIDO: Samsung SDS Global SCL Latin América Logística Ltda. - Vistos. Deferimento em Plantão Cível, (fls. 65 e 66) de tutela provisória para a liberação das mercadorias indicadas na exordial junto ao Porto Chibatão. Além disso, determinou-se que o Autor informasse o endereço da empresa Ré em Manaus, para fins de cumprimento de liminar. Petição simples (fls. 71) requerendo a retirada dos autos de petição de arquivamento de fls. 67, tornando-a sem efeito. À Secretaria, proceda conforme o apontado em parágrafo anterior. Cumprimento tempestivo da liminar pela empresa Ré, conforme fls. 75. O comparecimento espontâneo do Réu com procuração (fls. 75 a 132), supre a falta de citação, conforme o disposto no artigo 239, §1º, do Código de Processo Civil. Pugna o réu, em petição simples de fls. 75, pela isenção do pagamento de honorários advocatícios ou em seu menor percentual e reduzidos a metade. É o relato. Decido. Agende-se audiência conciliatória, durante a Semana Nacional de Conciliação no dia 05/11/2019 às 15:00, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se.

ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB 7405/AM) - Processo 0636952-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perda da Propriedade - REQUERENTE: Astro Toys Comercial de Brinquedos Ltda. (Hobby Brinquedos) - REQUERIDO: Samsung SDS Global SCL Latin América Logística Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 05/11/2019, às 15:00h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: FÁBIO ANTÔNIO DE SOUZA SEGUNDO (OAB 7966/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM) - Processo 0638062-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Naylda Pedro dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos em saneador permanente. Decisão interlocutória (fls. 33 a 35) concedendo a benesse da gratuidade da justiça ao Autor, e deferindo a tutela de urgência para restabelecimento do fornecimento de serviço essencial. Manifestou-se o Réu acerca do cumprimento da tutela acima apontada (fls. 50 a 51). Malograda a tentativa conciliatória, em virtude de a proposta do Réu não foi aceita pelo Autor, conforme termo de fls. 58 a 59. Contestação às fls. 60 a 74, a qual o réu rechaçou os pedidos do Autor acerca do ônus da prova; inexistência de cobrança indevida; inocorrência de danos morais; valor absurdo proposto pelo requerente a título de danos morais. Intimação ao Autor para manifestar-se sobre a Contestação (fls. 83), não oferecendo à parte autora réplica, conforme certificação de fls. 86. Intimação às partes, em certidão de fls. 89, para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir. Manifestação do Autor (fls. 90 a 91), sob a qual não houve manifestação do Réu, conforme certificação em fls. 96. É o relato. Decido. Desta feita anuncia-se o julgamento antecipado da demanda, tal a dicção do artigo 355, inciso I, do Digesto Processual Civil. Colaciono: "Haverá, ainda, julgamento antecipado no caso de pendência de questões fáticas se não for preciso produzir prova oral em audiência (fundamentalmente prova testemunhal) para a sua apreciação. Toda vez que os fatos relevantes da causa não dependerem de prova (art. 334) e/ou estiverem provados documentalmente sem impugnação (art. 372), caberá o julgamento antecipado." (MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. Código de Processo Civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 12. ed. Barueri, SP: Manole, 2013, p. 332). Refere-se, pois o ilustre doutrinador, quanto ao primeiro dispositivo ao atual artigo 374, do CPC de 2015, eis que quanto ao segundo não há neste correspondência dispositiva. Intimem-se por publicação, ato dotado de essencialidade, sem o qual esta Julgadora haverá reconhecer a extemporaneidade de peças atravessadas. Certificado o trânsito em julgado que me volvam conclusos os autos para o lançamento de sentença, em observância à ordem cronológica de conclusão segundo o que dita o artigo 12, da Lei do Rito Civil. Cumpra-se.

ADV: SÍLVIO KLEBER BATISTA LOBATO (OAB 8813/AM) - Processo 0639935-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Joel Souza dos Santos - Silvana Keyla Lobato dos Santos - REQUERIDO: Santa Helena Oito Empreendimentos e Participações Ltda. - Vistos. Em juízo de admissibilidade da exordial, houve esta Julgadora determinar sua emenda para redigitalização de peças processuais de fls. 170 a 183. Logrou êxito o Autor sob o comando apontado (fls. 194). Pugna tutela de urgência para suspensão da exigibilidade do pagamento das parcelas vincendas; abstenção de fazer cobranças judicial e extrajudicialmente; negativar seus nomes nos cadastros de órgãos de proteção ao Crédito e de protesta-los junto aos Cartórios de Protestos de Títulos. É o sucinto relato. Decido. Passo à apreciação do pedido tutelar provisório de urgência estatuído pelo artigo 300, do Código de Processo Civil, sob as balizas do elementos que o integram, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora. Quanto ao primeiro requisito - fumus boni iuris - tem-se que se faz sustentado na plausibilidade do bosquejo firmado pelo Autor relativo este ao contrato particular de compromisso de compra e venda de lote/terreno (fls. 170 a 183) firmado entre a parte autora com a empresa requerida e por todas as parcelas que foram efetivamente pagas, conforme se extrai de extratos de pagamentos de fls. 184 e 185, referentes ao adimplemento de todas as parcelas até então pagas. O segundo requisito periculum in mora também está inteiramente enquadrado na hipótese fática, afinal eventual delonga na prestação da tutela jurisdicional na espécie pode levar à negativação dos dados do Autor em bureaus restritivos de crédito. Ademais, eventual outorga de tutela de urgência antecipada não gera ao Réu qualquer perigo de sua irreversibilidade periculum in mora inverso de que trata o artigo 300, §3º, da Lei do Rito Civil. Desta feita, forte nas razões jurígenas espraiadas, DEFIRO a tutela de urgência em cognição prévia e sumária para ordenar ao Réu que não proceda à negativação dos nomes dos Requeridos nos cadastros dos Órgãos de Proteção ao Crédito e de protestar seus nomes junto aos Cartórios de Protestos de Títulos, até a decisão final do mérito. Inverto o ônus da prova para que a instituição financeira colacione ao caderno processual, até a data da audiência de conciliação, o contrato de empréstimo cartão de crédito consignado, em virtude da hipossuficiência informacional e técnica do Autor, na qualidade de consumidor. É a dicção do artigo 6º, inciso VIII, do Digesto Consumerista. "Cabimento da inversão do ônus da prova para determinar às instituições financeiras a exibição de extratos bancários RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) - AÇÃO DE COBRANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DE POUPANÇA - PLANOS BRESSER E VERÃO - PRELIMINAR - PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA NÃO OCORRÊNCIA - EXIBIÇÃO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DA CORRENTISTA - POSSIBILIDADE - OBRIGAÇÃO DECORRENTE DE LEI - CONDICIONAMENTO OU RECUSA - INADMISSIBILIDADE - RESSALVA - DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS MÍNIMOS DA EXISTÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - INCUMBÊNCIA DO AUTOR (ART. 333, I, DO CPC) - ART. 6º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 211/STJ - NO CASO CONCRETO, RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. (...) II - A obrigação da instituição financeira de exibir os extratos bancários necessários à comprovação das alegações do correntista decorre de lei, já que se trata de relação jurídica tutelada pelas normas do Código do Consumidor, de integração contratual compulsória, não podendo ser objeto de recusa nem de

condicionantes, em face do princípio da boa-fé objetiva; (...) IV - Para fins do disposto no art. 543-C do Código de Processo Civil, é cabível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor para o fi m de determinar às instituições financeiras a exibição de extratos bancários, enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles, tratando-se de obrigação decorrente de lei e de integração contratual compulsória, não sujeita à recusa ou condicionantes, tais como o adiantamento dos custos da operação pelo correntista e a prévia recusa administrativa da instituição financeira em exibir os documentos, com a ressalva de que ao correntista, autor da ação, incumbe a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada, com indícios mínimos capazes de comprovar a existência da contratação, devendo, ainda, especificar, de modo preciso, os períodos em que pretenda ver exibidos os extratos. V - Recurso especial improvido, no caso concreto." (REsp 1133872/PB, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/12/2011, DJe 28/03/2012) Tema: 411. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Assim é que se determina à Secretaria, o cumprimento das disposições do artigo 248, daquele Diploma para que seja agendada audiência conciliatória, durante a Semana Nacional de Conciliação no dia 06/11 às 09:30, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica,na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Observe-se ao Réu sobre o comando de tutela antecipada de urgência que lhe foi concedida em desfavor. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0641015-84.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Marcondes dos Santos Ferreira - Vistos. Processo que recebo no estado. Tramitação irrazoável do feito. O Autor pugna a conversão da demanda de busca e apreensão em execução (fls. 157 a 161). Esta Julgadora não tem dúvidas quanto à possibilidade judicial do pleito aludido desde que sejam exauridas providências por parte da instituição financeira. Refere-se esta julgadora à certeza de que o veículo automotor gravado com cláusula de alienação fiduciária não foi encontrado, inobstante tentativas através dos mecanismos judiciais postos à disposição da parte, tal o caso do RenaJud e do InfoJud; a fundamentação do pedido de conversão às disposições da Lei n. 13.043/2014 que alterou o procedimento de alienação fiduciária de bens móveis; a apresentação da memória de cálculo com o valor atualizado do crédito pretendido com indicação expressa do devedor; o recolhimento das custas processuais sobre a valor atualizado da causa e das despesas relativas à diligência do oficial de justiça, tudo sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por indeferimento da petição inicial e inobservância aos pressupostos de seu desenvolvimento válido e regular. Assim, por inolvidável o descumprimento aos deveres atinentes à formulação da inicial de acordo com a nova pretensão de conversão, ordeno seja o Autor intimado a emendar a proemial no prazo de 15 dias úteis, sob pena de sua extinção, segundo o que dita o artigo 321, parágrafo único, da Lei do Rito Civil. Intime-se. Controle-se o prazo assinalado. Cumpra-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0641496-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Cezar Albuquerque da Silva - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Vistos. Trata-se de demanda declaratória de inexigibilidade de débito cumulada com repetição de indébito, reparação por danos morais aviada por PAULO CEZAR ALBUQUERQUE DA SILVA em face de BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A em virtude de descontos indevidos referente ao código de BIB EMPRÉSTIMOS 5814. Informa o Autor que os descontos referente ao empréstimo que tinham por valor R$ 18,32 (dezoito reais e trinta e dois centavos) passaram a serem descontados no valor R$ 91,15 (noventa e um reais e quinze centavos), sem prévia autorização. Além disso, informa que os descontos que deveriam cessar em Fevereiro de 2018 ainda estão sendo realizados e que o Réu não repassou o contrato referente ao empréstimo. Pugna tutela de urgência para suspensão dos descontos mensais feito pelo Réu na remuneração do Autor; repetição de indébito, perfazendo o montante de R$ 2.369,90 (dois mil, trezentos e sessenta e nove reais e noventa centavos); indenização por danos morais em R$ 15.000,00 (quinze mil reais). Dá-se à causa o valor de R$ 17.369,90 (dezessete mil, trezentos e sessenta e nove reais e noventa centavos), sob o qual requer a benesse da justiça gratuita. É o relato. Decido. No que pertine à hipossuficiência é convencimento desta Julgadora que a gratuidade da justiça há ser concedida ao Autor visto que logrou êxito ao comprovar sua hipossuficiência em documentação de fls. 22 a 123. Passo apreciação do pedido tutelar provisório de urgência pelo a estatuído artigo 300, do Código de Processo Civil, sob as balizas do elementos que o integram, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora. Quanto ao primeiro requisito - fumus boni iuris - tem-se que se faz sustentado na plausibilidade do bosquejo firmado pelo Autor relativo este à robusta documentação de fls. 22 a 123 comprovando a drástica mudança de valor do desconto realizado a título de "BIB EMPRÉSTIMO 5814"., O segundo requisito periculum in mora também está inteiramente enquadrado na hipótese fática, afinal eventual delonga na prestação da tutela jurisdicional na espécie pode levar à negativação dos dados do Autor em bureaus restritivos de crédito, isso sem falar no prejuízo que pode ser potencializado por descontos realizados por tempo indeterminado. Ademais, eventual outorga de tutela de urgência antecipada não gera ao Réu qualquer perigo de sua irreversibilidade periculum in mora inverso de que trata o artigo 300, §3º, da Lei do Rito Civil. Desta feita, forte nas razões jurígenas espraiadas, DEFIRO a tutela de urgência em cognição prévia e sumária para ordenar ao Réu que suspenda os descontos consignados a título "BIB EMPRÉSTIMO 5814" em folha de pagamento diante do órgão público em que o Autor exerce atividade. Faça-o em 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Inverto o ônus da prova para que a instituição financeira colacione ao caderno processual, até a data da audiência de conciliação, o contrato de empréstimo cartão de crédito consignado, em virtude da hipossuficiência informacional e técnica do Autor, na qualidade de consumidor. É a dicção do artigo 6º, inciso VIII, do Digesto Consumerista. "Cabimento da inversão do ônus da prova para determinar às instituições financeiras a exibição de extratos bancários RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) - AÇÃO DE COBRANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DE POUPANÇA - PLANOS BRESSER E VERÃO - PRELIMINAR - PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA NÃO OCORRÊNCIA - EXIBIÇÃO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DA CORRENTISTA - POSSIBILIDADE - OBRIGAÇÃO DECORRENTE DE LEI - CONDICIONAMENTO OU RECUSA - INADMISSIBILIDADE - RESSALVA - DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS MÍNIMOS DA EXISTÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - INCUMBÊNCIA DO AUTOR (ART. 333, I, DO CPC) - ART. 6º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 211/STJ - NO CASO CONCRETO, RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. (...) II - A obrigação da instituição financeira de exibir os extratos bancários necessários à comprovação das alegações do correntista decorre de lei, já que se trata de relação jurídica tutelada pelas normas do Código do Consumidor, de integração contratual compulsória, não podendo ser objeto de recusa nem de

condicionantes, em face do princípio da boa-fé objetiva; (...) IV - Para fins do disposto no art. 543-C do Código de Processo Civil, é cabível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor para o fi m de determinar às instituições financeiras a exibição de extratos bancários, enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles, tratando-se de obrigação decorrente de lei e de integração contratual compulsória, não sujeita à recusa ou condicionantes, tais como o adiantamento dos custos da operação pelo correntista e a prévia recusa administrativa da instituição financeira em exibir os documentos, com a ressalva de que ao correntista, autor da ação, incumbe a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada, com indícios mínimos capazes de comprovar a existência da contratação, devendo, ainda, especificar, de modo preciso, os períodos em que pretenda ver exibidos os extratos. V - Recurso especial improvido, no caso concreto." (REsp 1133872/PB, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/12/2011, DJe 28/03/2012) Tema: 411. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Assim é que se determina à Secretaria, o cumprimento das disposições do artigo 248, daquele Diploma para que seja agendada audiência conciliatória, durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 06/11/2019 às 09:00, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica,na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Observe-se ao Réu sobre o comando de tutela antecipada de urgência que lhe foi concedida em desfavor. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se. Cumpra-se.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0641604-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Valtemir de Oliveira Costa - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos. Trata-se de demanda Acidentária aviada por VALTEMIR DE OLIVEIRA Costa contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com o propósito de obter o auxílio doença acidentário. Pugna pela concessão do auxílio-doença. Atribuiu à causa o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sob o qual requer a benesse da gratuidade da justiça. Pois bem, inicialmente, quanto ao pleito de gratuidade judiciária, entendo por seu deferimento, porquanto a presunção de hipossuficiência do Autor emerja dos autos em virtude da condição de segurado por ele ostentada. A tal respeito, a Súmula 110, do STJ: "A isenção de pagamento de honorários advocatícios, nas ações acidentárias, é restrita ao segurado." Na espécie, a quaestio judicialmente deduzida é daquelas que exige a perícia técnica produzida por experto para que se possa entender sobre a existência de mal acometido ao Autor que lhe impeça total ou parcialmente o exercício de atividade laboral de outrora, e que esclareça sobre a possibilidade, ou não do desempenho daquela e de outra atividade, destacando sobre sua capacidade para o labor, motivos pelos quais indefiro o pedido de antecipação de tutela por não restar comprovados in limine a incapacidade do Autor para a continuidade ao exercício laboral. Assim é que ficou determinado, através da Recomendação Conjunta nº 01 de 15 de dezembro de 2015, firmada entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como Portaria 2183/2016-PTJ, o encaminhamento do feito à Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis para providências. Intime-se o Autor através de seu patrono. Em caso de seu não comparecimento à perícia técnica prova imprescindível ao deslinde da demanda o processo será julgado improcedente por não ter o Autor se desincumbido do ônus da prova do fato constitutivo do seu direito (artigo 373, inciso I, da Lei do Rito Civil). Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO LINHARES RODRIGUES (OAB 31361/BA), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0642208-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Marlene Monteiro Nunes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Vistos em saneador permanente. Em juízo de admissibilidade da exordial (fls. 16 a 19), esta Julgadora deferiu a benesse da gratuidade da Justiça, bem como a tutela de urgência para abstenção da suspensão do fornecimento de água. Manifestou-se o Réu (fls. 40 e 41) informando que o cliente não permitiu que a religação do serviço fosse efetuada. Petição simples (fls. 57 a 58). Contestação (fls. 64 a 79) rechaçando acerca do ônus da prova; limitação da inversão do ônus da prova; inexistência de cobrança indevida; inocorrência de danos morais; valor absurdo proposto pela requerente a título de danos morais. Réplica (fls. 91 a 99). Petição simples (fls. 105 a 109) requerendo o Autor a inversão do ônus da prova para produção de prova pericial. É o relato. Decido. O caso posto é daqueles que se resolve pela aplicação do Digesto Consumerista, à luz do qual se inverte o ônus probatório segundo o que reza o artigo 6º, inciso VIII, eis que o Autor é hipossuficiente técnico e informacional, condições estas que o colocam em situação de vulnerabilidade diante do Réu que, na ciranda de consumo é parte bem mais forte na relação entre eles firmada. Pois bem, as pretensões de direito material desconstituição de débito c/c revisão de faturas resolve-se pela aplicação do Digesto Consumerista, à luz do qual se situa o Autor na qualidade de consumidor, e o Réu, como fornecedor de serviços de natureza bancária, tais os conceitos emprestados pelos artigos 2° e 3°, do mencionado Diploma que também sustenta a inversão do ônus probatório, de conformidade com o artigo 6°, inciso VIII, posto que o Autor se apresenta como hipossuficiente informacional diante do Réu. Portanto para que seja assegurado o devido processo legal, consectário dos princípios do contraditório e da ampla defesa, esta Julgadora assevera que não havendo resistência ao pronunciamento aludido, tampouco requerimento hábil, claro objetivo e justificado quanto ao requerimento probatório dentro do prazo recursal fica desde já anunciado o julgamento antecipado da demanda, porquanto a questão ventilada (fática e jurídica) dispense elucubrações probatórias extensivas, na forma estatuída pelo artigo 355, inciso I, da Lei do Rito Civil. Intimem-se. Certifique-se o trânsito em julgado. Cumpra-se.

ADV: VIVIANE LOPES SOARES (OAB 10534/AM) - Processo 0642228-86.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: M.D.S.L. - REQUERIDO: B.F. - Vistos. Compulsando os autos, e consultando o sistema de automação do judiciário SAJ-PG5, verifico que o processo foi distribuído por dependência ao processo de nº. 0654093-43.2018 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, este processo não guarda nenhuma relação com o anterior, tendo, inclusive, parte ativa diferente. Saliento, ainda, que nem o autor da ação pleiteou pela distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não existe conexidade entre as demandas. Ante o exposto, reputo inexistente a conexidade entre as demandas e determino a remessa dos autos ao setor de distribuição processual, para que se proceda distribuição ordinária do feito. Cumpra-se.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0644674-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Tereza Grana Reis - Joab Grana Reis - REQUERIDO: Banco Losango S/A - Banco Múltiplo - Vistos. Trata-se de demanda de revisão de contrato de empréstimo, cumulado com indenização a título de danos morais, aviada por Joab Grana Reis em face do Banco Losango S/A - Banco Múltiplo. Acostou-se nos autos proposta de adesão às cláusulas e condições gerais do empréstimo pessoal losango (fl. 22), além de taxas de juros estipuladas pelo Banco Central do Brasil (fls. 23 e 24). Atribuiu-se a causa o valor de R$ 45.214,80 (quarenta e cinco

mil, duzentos e quatorze reais e oitenta centavos), sob os quais requereu-se a benesse da justiça gratuita (fl. 11 e 12). É o relato. Decido. Preliminarmente, DEFIRO o pedido da gratuidade da justiça, pois, esta Magistrada entendeu que o Autor é representado pela Defensoria Pública, sendo assim hipossuficiente e incapaz de arcar com as custas processuais da demanda sem prejudicar o seu bem-estar e de sua família, conforme o disposto no artigo 99, parágrafo 2º, e do Código de Processo Civil. Em sendo assim, imperioso cuidar-se, no plano endoprocessual, da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória a ser realizada durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 07/11/2019 às 9h30, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0644728-28.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Marcos Ferreira do Nascimento - Vistos. Trata-se de demanda Monitória aviada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A contra Marcos Ferreira do Nascimento, calcada em sólida prova documental, o que faz certo o juízo de probabilidade sobre a matéria deduzida na proemial. Atribuiu o valor da causa em R$ 63.433,87 (sessenta e três mil, quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e sete centavos), sob os quais efetuou o pagamento das custas processuais (fls. 6 e 7). Acostou aos autos procuração (fls. 29 e 30) e memorial de cálculo (fls. 31 e 32). É o relato. Decido. Em sendo assim, imperioso cuidar-se, no plano endoprocessual, da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória a ser realizada durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 07/11/2019 às 9h00, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM), ADV: ROBSON MOREIRA DE QUEIROZ (OAB 10075/AM) - Processo 0649141-21.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Noeme Meira de Santana - REQUERIDO: Roderson Mittouzo de Sá - Vistos. Em decisão interlocutória de fls. 116 a 117, houve esta Julgadora determinar que o Autor comprovasse a legitimidade da Autora para figurar ativamente na demanda e acerca da existência de demais bens, herdeiros e inventário. Manifestou-se (fls. 119) requerendo a juntada de documentos dos demais herdeiros do de cujus e a permanência de seu nome à presente lide. Recebo a inicial. Acostou aos autos respectivas procurações, bem como documentação dos herdeiros (fls. 120 a 144). Assim sendo, ORDENO à Secretaria que proceda à integração dos herdeiros, descortinados às fls. 119, ao polo ativo da demanda. É o relato. Decido. Passo à apreciação do pedido tutelar provisório de urgência estatuído pelo artigo 300, do Código de Processo Civil, sob as balizas do elementos que o integram, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora. Pois bem, em juízo de cognição sumária, não vislumbro presentes, pelo menos neste momento processual, todos os requisitos necessários para a concessão do provimento requerido pelos Autores. Especificamente no que se refere à prova inequívoca a convencer acerca da verossimilhança das alegações contidas na peça inicial. Assim, cumpre assinar que se faz necessário, na hipótese, a discussão, de forma mais aprofundada, acerca do não cumprimento integral do acordo por parte do Réu, para que assim se conclua se houve de fato o inadimplemento por ele cometido, o que não é possível concluir somente através dos documentos juntados aos autos. Desse modo, a prudência recomenda indeferir, por ora, a tutela vindicada, ressalvando, entretanto, a possibilidade de sua reapreciação durante a instrução processual, acaso seja demonstrado a verossimilhança, de forma mais efetiva, do inadimplemento do Réu. Em sendo assim, INDEFIRO o pleito de apreensão do barco Dynamo para garantia ao pagamento dos supostos valores devidos, por revelar medida que se identifica com a própria pretensão perseguida pelos, e portanto, não desempenha função instrumental, mas possui natureza satisfativa. Nesse sentido, colaciono: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. INDEFERIMENTO. LIMINAR DE NATUREZA SATISFATIVA. 1. A antecipação dos efeitos da tutela não pode ser deferida porquanto esgota o objeto da ação originária, restando, assim, inviabilizado o deferimento de liminar inaudita altera pars. 2. No caso em exame, o pedido liminar tem natureza satisfativa, porquanto os agravantes pugnaram pela suspensão do pagamento das parcelas do plano de saúde, pretensão esta que corresponde exatamente aquela deduzida como provimento final, o que esvaziaria a própria ação originária. 3. Agravo de instrumento conhecido e não provido. (TJ-DF - AGi: 20150 020083253, Relator: Nídia Correa Lima, data de julgamento: 03/06/2015, 1 Turma Cível, data de publicação: publicado no DJE: 22/06/2015. Pag. 104). Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Assim é que se determina à Secretaria, o cumprimento das disposições do artigo 248, daquele Diploma para que seja agendada, durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 05 de novembro de 2019, às 10:00, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica,na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa, tal o que dita o artigo 334, §8º, do Estatuto Processual. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação

(artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos, sob pena de revelia, na forma como afirmado no artigo 344, de mencionado Diploma. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO LINHARES RODRIGUES (OAB 31361/BA), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0650608-35.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisca Farias de Oliveira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Vistos. Deferida tutela de urgência para determinar ao Réu que se abstenha de suspender os serviços de fornecimento de água e de cobrar ou realizar negativação dos dados autorais nos órgãos de proteção ao crédito, e determinada sua citação (fls. 37 a 39). Manifestou-se o Réu (fls. 50 e 51), para informar o cumprimento de decisão de fls. 37 a 39. Contestação tempestivamente apresentada (fls. 63 a 78), com ausência de preliminares onde requer improcedência total da demanda. Réplica acostada ao caderno virtual em fls. 89 a 98 para ratificar os termos da exordial. As partes foram intimadas a apontar provas a produzir (fls. 100). Manifestou-se somente a Autora para requerer a inversão do ônus da prova e em caso de não inversão, a produção de prova pericial com a nomeação de perito que realize vistoria no medidor de água da unidade consumidora. É o relato. Decido. Pois bem, a hipótese que se descortina perante este Juízo é eminentemente de consumo, porquanto envolva de um lado a empresa fornecedora do serviço essencial de água e, de outro, o destinatário final e usuário/consumidor de tal serviço, pessoa que paga o preço respectivo. Assim, a conceituação emprestada pelos artigos 2° e 3°, do Digesto Consumerista. Configurada a relação de consumo, impõe-se a aplicação das regras da legislação pertinente que autorizam militar a favor do consumidor a inversão do ônus da prova, fazendo recair sobre o sujeito que ocupa a angularidade passiva da demanda o gravame em demonstrar fato que impede, modifica ou extingue o direito da Autora. Ante a inversão do ônus da prova, para fins de evitar o cerceamento de defesa, intime-se a parte Ré para que manifeste se tem interesse em produzir prova pericial no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0712354-11.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Adauto Batista - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Adriano Cezar Ribeiro (OAB 4848/AM)
Adriano Pereira Boneth (OAB 8862/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Amilcar Augusto César de Carvalho (OAB 1450/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Christiano de Oliveira Santiago (OAB 9536/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Edgar Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3995/AM)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Ernani de Barros Gomes Filho (OAB 973/AM)
Fábio Agustinho da Silva (OAB 2776/AM)
Fábio Antônio de Souza Segundo (OAB 7966/AM)
Fábio Luís Sanches de Paula (OAB 8879/AM)
Fernando Rodriguez Fernandez (OAB 155897/SP)
Gabrielly de Oliveira Gomes (OAB 14294/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Guilherme Mendonça Granja (OAB 919/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Linhares Rodrigues (OAB 31361/BA)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
Larissa Ladislau da Silva (OAB 8276/AM)
Larissa Vilas Boas Feitoza (OAB 13299/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos dos Santos Carmo Filho (OAB 6818/AM)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Mário Jose Chagas Paulain Júnior (OAB 7405/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Paloma de Souza Sicsú (OAB 7186/AM)
Paulo Matheus de Souza Holanda (OAB 9732/AM)
Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB 11063/AM)
Regina Jansen Simões (OAB 1086/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Robson Moreira de Queiroz (OAB 10075/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Sérgio Sahdo Meireles Júnior (OAB 13241/AM)
Siddharta Gautama de Almeida Antony (OAB 3962/AM)
Sílvio Kleber Batista Lobato (OAB 8813/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Viviane Lopes Soares (OAB 10534/AM)
Wagner Ricardo Odri (OAB 114808/SP)
Walber Prata de Mendonça (OAB 11816/AM)
Waldenize Roberto Teixeira (OAB 4699/AM)

16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0323/2019

ADV: DANIEL IBIAPINA ALVES (OAB 5980/AM), ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM), ADV: ÉRICO RODRIGO FREITAS PINHEIRO (OAB 6413/AM) - Processo 0033240-82.2006.8.04.0001 (001.06.033240-0) - Procedimento Sumário - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: José Alves de Oliveira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo

0201322-37.2010.8.04.0001 (001.10.201322-6) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de consulta e penhora online do Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico - RIDFT, conforme petição de fl. 109. Ressalto que a penhora on-line dos referidos imóveis está condicionada à demonstração da titularidade ser de propriedade da executada, bem como à indicação de um fiel depositário do bem imóvel a ser penhorado. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: ALAN KARDEC DA LOMBA (OAB 82979/SP), ADV: EVERTON PEDRO DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5290/AM) - Processo 0203116-93.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0250293-87.2009.8.04.0001) (001.10.203116-0) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Gráfica Moderna Ltda. - EMBARGADO: Alan Kardec da Lomba - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0204281-15.2009.8.04.0001 (001.09.204281-4) - Execução de Título Judicial - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Silmara Maria Azevedo Valentim - Defiro o pedido de consulta online do Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico - RIDFT, conforme petição de fls. 230. Ressalto que a penhora on-line dos referidos imóveis está condicionada à demonstração da titularidade ser de propriedade da executada, bem como à indicação de um fiel depositário do bem imóvel a ser penhorado. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM) - Processo 0210581-41.2019.8.04.0001 (processo principal 0225807-38.2009.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Êxito Comércio, Indústria e Navegação Ltda. - R. H. Considerando a ausência do trânsito em julgado, intime-se o exequente para que cumpra o requisito elencado nos arts. 520, IV, e 521, parágrafo único, do CPC/2015 apresentando caução idôneo no valor a ser executado. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0215293-26.2009.8.04.0001 (001.09.215293-8) - Execução de Título Judicial - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Defiro os pedidos de pesquisas através dos sistemas RENAJUD e BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0219288-47.2009.8.04.0001 (001.09.219288-3) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A - REQUERIDO: J. C. Bruni Corrêa - Júlio César Bruni Corrêa - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: HORÁCIO ACÁCIO SEVALHO (OAB 2263/AM), ADV: KARLA JANAÍNA MACHADO GARCIA (OAB 5733/AM), ADV: EMÍLIO PORTELA MOSS (OAB 8712/AM) - Processo 0222299-16.2011.8.04.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - EMBARGANTE: Instituto Superior de Ensino e Pesquisa Visão Amazônica - IEPEVAN - EMBARGADO: Francisco Negreiros de Lima - Ante o exposto, com fundamento no art. 485, § 1º do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem resolução do mérito condenando a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais. Após, o trânsito e julgado, arquive-se e dê-se baixa. P.R.I

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0223784-22.2009.8.04.0001 (001.09.223784-4) - Execução de Título Judicial - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Defiro o pedido de pesquisa através do sistema BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: SINAMOR BEZERRA LOPES (OAB 5757/AM), ADV: FLÁVIO CORDEIRO ANTONY (OAB 1040/AM) - Processo 0224879-48.2013.8.04.0001 (processo principal 0710716-40.2012.8.04.0001) - Impugnação de Assistência Judiciária - Obrigação de Fazer / Não Fazer - IMPUGNANTE: Ruth Antony Skrobot e outros - IMPUGNADA: Tânia de Carvalho Pereira - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: JULIANA GORAYEB COSTA (OAB 4214/AM), ADV: GILVAN SIMÕES PIRES DA MOTTA (OAB 1662/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: MAIARA CARVALHO DA MOTTA (OAB 3994/AM), ADV: GIBRAN DE ALMEIDA MAQUINÉ (OAB 3960/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0233656-27.2010.8.04.0001 (001.10.233656-4) - Execução de Título Judicial - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Servifácil Refeições Coletivas Dam Ltda. - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: EDMILSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 3185/AM) - Processo 0235947-87.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0013641-94.2005.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - EMBARGANTE: Ana Mônica Gonçalves Bezerra - Ante o exposto, com fundamento no art. 485, § 1º do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem resolução do mérito condenando a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais. Após, o trânsito e julgado, arquive-se e dê-se baixa. P.R.I

ADV: ADILSON BETCEL VASCONCELOS (ADVOGADO SUSPENSO - OFÍCIO CIRCULAR 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 6666/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE

PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0239746-22.2008.8.04.0001 (001.08.239746-6) - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - INTSSADO: Vinícius da Siva de Sousa - R.H. Defiro os pedidos de pesquisas através dos sistemas RENAJUD e BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO REUZIMAR FERREIRA DE ALENCAR JÚNIOR (OAB 5062/AM), ADV: IONE CRISTINA LIMA CARIOCA (OAB 5286/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: FRANCISCO CLOACIR CHAVES FIGUEIRA (OAB 2501/AM), ADV: KAITEANE MIREK FERREIRA (OAB 6134/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM) - Processo 0240552-23.2009.8.04.0001 (001.09.240552-6) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: F. A. B. Costa Lima e Cia. Ltda. - REQUERIDO: Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0245748-03.2011.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Defiro os pedidos de pesquisas através dos sistemas RENAJUD e BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0248245-87.2011.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Defiro os pedidos de pesquisas através dos sistemas RENAJUD e BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491A/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0248892-87.2008.8.04.0001 (001.08.248892-5) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Importação e Exportação K. S. Ltda. - R.H. Defiro os pedidos de pesquisas através dos sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0261314-89.2011.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Defiro os pedidos de pesquisas através dos sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0261318-29.2011.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Defiro o pedido de pesquisa através do sistema BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0262203-43.2011.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Defiro o pedido de pesquisa através do sistema BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0600274-02.2015.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Defiro o pedidos de pesquisas através do sistema BACENJUD às fls. 35. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602700-50.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Desta feita, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a parte Autora promova a citação da parte requerida, nomeando-as, sob pena de extinção, nos moldes disciplinados no art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM), ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM) - Processo 0604662-16.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - R. H. Proceda-se à pesquisa via sistema automatizado Bacen-jud para eventual bloqueio de valores. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO (OAB 4366/AM), ADV: ROBERT MERRILL YORK JÚNIOR (OAB 4416/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM) - Processo 0605442-48.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - EPP - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: ALINE MARIA PEREIRA MENDONÇA LANDIM (OAB 3242/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0606046-38.2018.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Sindicato dos Petroleiros do Estado do Amazonas - Sindipetro/AM - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - R. H. Intimem-se as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de lei. No tocante às questões de fato controvertidas, deixo para apreciá-las quando do proferimento da decisão de mérito. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0607579-32.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão

em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Marilene Sudo Boa Sorte - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: VANESSA FREIRE LITAIFF (OAB 5722/AM), ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0609182-82.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Planos de Saúde - REQUERENTE: Rui Martinho Teixeira Johnson - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte impugnante para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha o preparo referente à impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0609516-19.2014.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Defiro o pedido de pesquisa através do sistema RENAJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0611045-68.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - R.H. Defiro o pedido de pesquisa de endereço através do sistema BACENJUD. Proceda-se à consulta. Comprovante de recolhimento de custas, à fl. 99. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0611251-53.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Sônia Maria Rabelo da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0611877-72.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Graciete de Souza Monteiro - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM) - Processo 0614201-93.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0621761-96.2013.8.04.0001) - Embargos à Execução - Prescrição e Decadência - EMBARGANTE: Frigomania Comércio de Produtos Alimentícios e Transportes de Cargas Ltda. - ME (Unidão Alternativo) - EMBARGADO: Banco do Brasil S/A - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0618453-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: João Marcos Torres dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0618531-07.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Tokio Marine Seguradora S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0620030-65.2013.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Defiro os pedidos de pesquisas através dos sistemas RENAJUD e BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO

(OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0620437-66.2016.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Proceda-se a transferência dos valores de fls. 106 para a conta do juízo referente aos presentes autos. Expeça-se competente alvará, como requer à fl. 122. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0621253-82.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Centro Nacional de Qualificação Profissional Ltda. - Amós Pereira Braga Filho - Raíza Aleixo Braga - Pelo exposto, acolho os embargos para suprir a omissão nos termos acima explicitados, modificando a decisão anteriormente proferida. P.R.I.C.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GESTA CARUSO (OAB 4662/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: GEISA RODRIGUES DA FROTA (OAB 8871/AM), ADV: CARLOS HENRIQUE DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 8263/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: ANDRÉ RODRIGO PEDROSA DE AMORIM (OAB 10978/AM) - Processo 0621683-63.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Edimilson Rodrigues da Costa - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A e outro - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b" do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: ROSSANA OLIVEIRA GRAFFIGNA (OAB 58446PR) - Processo 0622840-03.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0613043-03.2019.8.04.0001) - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Djard José Ribeiro de Oliveira - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM), ADV: CHRISTIANO DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9536/AM) - Processo 0623496-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Laize da Silva Rebelo - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0623751-88.2014.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Defiro o pedido de pesquisa através do sistema RENAJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0623776-04.2014.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de consulta online do Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico - RIDFT, conforme petição de fls. 113. Ressalto que a penhora on-line dos referidos imóveis está condicionada à demonstração da titularidade ser de propriedade da executada, bem como à indicação de um fiel depositário do bem imóvel a ser penhorado. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0625752-75.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Liane Braga do Nascimento - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do NCPC.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0627439-87.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Intime-se o autor para cumprir a decisão exarada às fls. 82, sob pena de extinção/arquivamento/outro do feito), nos termos do artigo 321, do NCPC, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0627633-19.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de consulta e penhora online do Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico - RIDFT, conforme petição de fls. 118. Ressalto que a penhora on-line dos referidos imóveis está condicionada à demonstração da titularidade ser de propriedade da executada, bem como à indicação de um fiel depositário do bem imóvel a ser penhorado. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629986-95.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0630666-80.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0631047-25.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0614158-93.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Vidrorios Indústria e Comércio Ltda. e outros - Ante o exposto, com fundamento no art. 485, IV combinado com o artigo 76, §1º, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem resolução do mérito condenando a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais. Não havendo interposição de recurso, certifique-se o trânsito em julgado, após arquive-se e dê-se baixa na distribuição. P.R.I

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631509-45.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesses termos, não oferecidos os embargos, constitui-se, ex vi legis, o título executivo judicial. Convertido de pleno direito o mandado inicial em mandado executivo, prossiga-se a ação, na forma prevista no art. 701, §2º do CPC, e o faço para constituir, de pleno direito, o título executivo judicial no valor pleiteado, atualizado nos moldes da Portaria n.º 1855/2016-PTJ. Expeça-se o novo mandado, agora de execução, intimando a parte executada para pagar a quantia devida em 15 (quinze) dias, sob pena de incidir multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido (CPC 523). Condeno a parte requerida ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação. Não sendo pretendida a execução do julgado pela parte interessada, com o trânsito em julgado, proceda-se a baixa no sistema processual, sem prejuízo de reativação caso postulado. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631634-13.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesses termos, não oferecidos os embargos, constitui-se, ex vi legis, o título executivo judicial. Convertido de pleno direito o mandado inicial em mandado executivo, prossiga-se a ação, na forma prevista no art. 701, §2º do CPC, e o faço para constituir, de pleno direito, o título executivo judicial no valor pleiteado, atualizado nos moldes da Portaria n.º 1855/2016-PTJ. Expeça-se o novo mandado, agora de execução, intimando a parte executada para pagar a quantia devida em 15 (quinze) dias, sob pena de incidir multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido (CPC 523). Condeno a parte requerida ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação. Não sendo pretendida a execução do julgado pela parte interessada, com o trânsito em julgado, proceda-se a baixa no sistema processual, sem prejuízo de reativação caso postulado. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0632252-31.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado em fls. 124/126. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0632546-78.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria da Glória de Souza Moura - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0632994-90.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na inicial a teor do disposto no art. 701, §2.º do CPC, e o faço para constituir, de pleno direito, o título executivo judicial, no valor pleiteado de R$ 7.457,22 (sete mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e vinte e dois centavos), atualizado nos moldes da Portaria n.º1855/2016-PTJ. Julgo improcedentes os embargos monitórios. Condeno a parte ré a arcar com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação. Isento-a do pagamento, entretanto, em razão da gratuidade de justiça que ora defiro. Não sendo pretendida a execução do julgado pela parte interessada, com o trânsito em julgado, dê-se baixa o sistema processual, sem prejuízo de reativação caso requerido. P.R.I.

ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM) - Processo 0633371-85.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Terra Consultoria e Assessoria Ambiental Eireli Me - R. H. Compulsando os autos, verifica-se que a parte Requerente pleiteia tutela de urgência contra terceiro estranho a lide e assim não cumpriu os requisitos do art. 319, I, do CPC/2015. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM) - Processo 0633495-34.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Disbral Distribuidora Brasileira Ltda - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0634078-58.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Anice da Silva Duque - REQUERIDO: Cartaxo Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte impugnante para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha o preparo referente à impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0635089-54.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Márcia Regina Lima de Souza - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR (OAB 247319/SP), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0635200-38.2017.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Rubens Dantas Ribeiro - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0637563-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco de Caninde Gomes Soares - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351, do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JOCÍLIA TÊMIS DA SILVA MORAES (OAB 10644/AM), ADV: DAVID SILVA DAVID (OAB 5494/AM) - Processo 0639472-12.2016.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: David Silva David - CONSIGNADA: Espólio de Jandira do Vale Pinheiro, representado por Ruth Pinheiro Falcão - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse

no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0642412-42.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: HARBEN GOMES AVELAR (OAB 9795/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0643921-47.2015.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Liminar - REQUERENTE: Luzineide Andrade dos Santos - REQUERIDO: Sul América Companhia de Seguro Saúde - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644751-71.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art. 702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Portaria n° 116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644818-36.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da

monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art. 702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Portaria n° 116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0651911-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Seleida Conceição Pereira Pimenta Oliveira - REQUERIDO: Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outro - R. H. Intimem-se as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de lei. No tocante às questões de fato controvertidas, deixo para apreciá-las quando do proferimento da decisão de mérito. Cumpra-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0653671-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Maria do Carmo Salles de Almeida - Isto posto, ausentes os requisitos para a concessão da liminar vindicada, nos termos do art. 300, do CPC, indefiro inicialmente o pedido de tutela de provisória da presente ação, com fundamento no art. 300, § 2º, do NCPC, sem prejuízo de nova análise no decurso da ação. Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: KANTHYA PINHEIRO DE MIRANDA (OAB 18032/BA), ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM) - Processo 0658851-65.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0605654-06.2015.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Edvaldo Maciel do Nascimento - EMBARGADA: Francisca Pereira da Silva - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0703159-02.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca da petição de fls. 392, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: VICTOR DA SILVA TRINDADE (OAB 2991/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM) - Processo 0709188-68.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Aurismar Peixoto - REQUERIDO: HABITEC - Habitação, Empreendimentos e Construção Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte impugnante para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha o preparo referente à impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: BRUNO RODRIGO VALE PALHETA (OAB 7932/AM) - Processo 0710055-

61.2012.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Boreda Indústria de Embalagens Plásticas Ltda. - REQUERIDO: B2W Companhia Global do Varejo - R. H. Oficie-se a Conta Única para que informe o total dos valores consignados referentes à presente demanda. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0712558-55.2012.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Defiro os pedidos de pesquisas através dos sistemas RENAJUD e BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0719835-25.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. Defiro o pedidos de pesquisa através do sistema RENAJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

Adilson Betcel Vasconcelos (ADVOGADO SUSPENSO - Ofício Circular 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 6666/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Kardec da Lomba (OAB 82979/SP)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Aline Maria Pereira Mendonça Landim (OAB 3242/AM)
André Rodrigo Pedrosa de Amorim (OAB 10978/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Reuzimar Ferreira de Alencar Júnior (OAB 5062/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Bruno Rodrigo Vale Palheta (OAB 7932/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Carlos Augusto Tortoro Júnior (OAB 247319/SP)
Carlos Henrique da Silva César Pires (OAB 8263/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Christiano de Oliveira Santiago (OAB 9536/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Ibiapina Alves (OAB 5980/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
David Silva David (OAB 5494/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edgar Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3995/AM)
Edmilson Almeida de Oliveira (OAB 3185/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Emílio Portela Moss (OAB 8712/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Érico Rodrigo Freitas Pinheiro (OAB 6413/AM)
Everton Pedro de Souza Oliveira (OAB 5290/AM)
Fabíola da Silva Gesta Caruso (OAB 4662/AM)
Flávio Cordeiro Antony (OAB 1040/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisco Cloacir Chaves Figueira (OAB 2501/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Geisa Rodrigues da Frota (OAB 8871/AM)
Gibran de Almeida Maquiné (OAB 3960/AM)
Gilvan Simões Pires da Motta (OAB 1662/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Harben Gomes Avelar (OAB 9795/AM)
Horácio Acácio Sevalho (OAB 2263/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Hugo Fernandes Levy Neto (OAB 4366/AM)
Ione Cristina Lima Carioca (OAB 5286/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Jocília Têmis da Silva Moraes (OAB 10644/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Juliana Gorayeb Costa (OAB 4214/AM)
Kaiteane Mirek Ferreira (OAB 6134/AM)
Kanthya Pinheiro de Miranda (OAB 18032/BA)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Janaína Machado Garcia (OAB 5733/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Lara Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 10686/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Leandro Souza Benevides (OAB 491A/AM)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Maiara Carvalho da Motta (OAB 3994/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Robert Merrill York Júnior (OAB 4416/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rossana Oliveira Graffigna (OAB 58446PR)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sinamor Bezerra Lopes (OAB 5757/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
Vanessa Freire Litaiff (OAB 5722/AM)
Victor da Silva Trindade (OAB 2991/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0324/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0609641-84.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: MÁRCIA SUZANA OLIVEIRA MENEZES (OAB 10267/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0635336-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Igreja Evangélica Assembleia de Deus - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Márcia Suzana Oliveira Menezes (OAB 10267/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0325/2019

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: ANA CAROLINA DE MENEZES CARVALHO (OAB 13583/AM) - Processo 0605684-70.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Construtora Capital S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 28/01/2020 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 26 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: GISELLE FALCONE PASCARELLI LOPES (OAB 3747/AM), ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM) - Processo 0624955-94.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0627791-16.2014.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Adhemar Carlos Caio Wezen Sousa - REQUERIDO: Eduardo Santiago Bezerra e outros - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 28/01/2020 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 26 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Ana Carolina de Menezes Carvalho (OAB 13583/AM)
Giselle Falcone Pascarelli Lopes (OAB 3747/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ABRAHAM PEIXOTO CAMPOS FILHO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0326/2019

ADV: CLÁUDIA MORAES NADAF DA COSTA VAL (OAB 2523/AM) - Processo 0204456-09.2009.8.04.0001 (001.09.204456-6) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - EXECUTADA: M. A. S. da Silva - E. I. - Maria Aparecida Souza da Silva - R. H. Intimem-se o exequente, por seu advogado habilitado no feito, para no prazo de cinco dias, requerer o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo. Cumpra-se.

ADV: JOÃO AUGUSTO CORDEIRO RAMOS (OAB 5754/AM), ADV: FELIPE DOS ANJOS THURY (OAB 4518/AM) - Processo 0204820-44.2010.8.04.0001 (001.10.204820-8) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: AGROAM - Agrícola Amazonas Comercial Ltda. - REQUERIDO: Brio Química Comércio de Alimentos Ltda. - Por tais fundamentos, intime-se o requerente para que promova a citação dos sócios indicados, apresentando seus endereços completos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0204983-53.2012.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Daguimar Neves de Souza - R. H. Defiro o pedido de suspensão da execução. Outrossim determino que os autos fiquem sobrestados pelo prazo de 01 (um) ano, nos moldes do art. 921, §1º, do CPC. Decorrido o prazo do sobrestamento sem que seja localizado o executado ou encontrado bens penhoráveis, determino o imediato arquivamento dos autos. Cumpra-se.

ADV: MARLON SILVANO VIEIRA (OAB 16952/SC) - Processo 0216632-68.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: H. F. Sistemas de Freio Ltda. - REQUERIDO: Aliança Navegação e Logística Ltda. - Pautе-se audiência de instrução e julgamento, para cumprimento da presente carta precatória. Cumpra-se.

ADV: SIGRID LIMA ARAÚJO (OAB 4574/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES (OAB 438/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: EVELYN TATIANA DE LIMA CORRÊA DA SILVA (OAB 3622/AM) - Processo 0224050-43.2008.8.04.0001 (001.08.224050-8) - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Swami Iara da Silva - REQUERIDA: Construtora Canadá Ltda. - Indefiro a penhora do bem ofertado às fls. 256, uma vez que a proprietário do imóvel que consta no Registro de Matrícula do imóvel não é a parte Requerida, nos termos do artigo 789, do CPC. Intime-se a parte requerente, para postular o que entender ser lhe de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0239418-58.2009.8.04.0001 (001.09.239418-4) - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Waldenylce Carneiro Cavalcante - R. H. Defiro o pedido de suspensão da execução. Outrossim determino que os autos fiquem sobrestados pelo prazo de 01 (um) ano, nos moldes do art. 921, §1º, do CPC. Decorrido o prazo do sobrestamento sem que seja localizado o executado ou encontrado bens penhoráveis, determino o imediato arquivamento dos autos. Cumpra-se.

ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0240616-62.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Artur Parente Rebelo - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - INTSSADO: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de cálculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º, do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem

necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: LUIZ AUGUSTO DE SOUZA ANDRADE (OAB 10174/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0251575-97.2008.8.04.0001 (001.08.251575-2) - Execução de Título Judicial - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Waldemaria de Lira Rêgo - Homologo por sentença a desistência manifestada para que produza os efeitos legais. Em consequência, extingo o processo sem julgamento do mérito, na forma do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Transfira os valores bloqueados de fls. 166 à conta judicial vinculada aos presentes autos. Custas pagas, conforme fls. 32. Não havendo interposição de recurso, certifique-se o trânsito em julgado, após expeça-se o competente alvará judicial para a requerida. Em seguida, dê-se baixa e arquive-se com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: MATHEUS DE SOUZA DEMASI (OAB 11327/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: JORDAN DE ARAÚJO FARIAS (OAB 12125/AM) - Processo 0603789-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Higor Leonardo de Lima Nery - REQUERIDO: Banco da Amazônia S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 28/01/2020, às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 26 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0606488-04.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: José Ivan de Oliveira Santiago - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0607614-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - REQUERIDO: N. Heitsu Sakamoto - ME - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0608045-65.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0628523-31.2013.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Tereza do C. Pessoa Ferreira - ME - Tereza do Carmo Pessoa Ferreira - EMBARGADO: Banco Bradesco S/A - Assim, mantenho o entendimento de que se trata de matéria de direito conforme decidido às fls. 118. Decorrido o prazo recursal, sem qualquer manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM), ADV: VANESSA PORTELA CORREIA (OAB 8403/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM) - Processo 0608574-21.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0223788-59.2009.8.04.0001) - Despejo - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Marivalda Pio de Oliveira - REQUERIDO: Stylus Som Automotivo Ltda. - ME - R. H. Defiro o pedido de suspensão da execução. Outrossim determino que os autos fiquem sobrestados pelo prazo de 01 (um) ano, nos moldes do art. 921, §1º, do CPC. Decorrido o prazo do sobrestamento sem que seja localizado o executado ou encontrado bens penhoráveis, determino o imediato arquivamento dos autos. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0610302-97.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Carolina Galvão Lima - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0611884-30.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - REQUERIDO: C. S. Serviços de Montagens Industriais Ltda. - ME - ADMINISTRA: Clodoaldo Alves de Alencar - Sócrates Mesquita de Alencar - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CARLOS CHRISTIANO KRAKHECKE FILHO (OAB 4132/AM), ADV: JÁDSON ALVES LIMA (OAB 1969/AM), ADV: PAULO ROBERTO VIGNA (OAB 173477/SP), ADV: EDSON BELMONT DE LIMA (OAB 8931/AM) - Processo 0613824-93.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria das Graças Vasconcelos de Souza - REQUERIDO: BANRISUL - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o Sr. Perito para que apresente o laudo pericial, no prazo de 05 (cinco) dias, tendo em vista o término do prazo estabelecido pelo juízo.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0616581-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Rosivane Machado da Silva - Suze da Silva Peixoto - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 28/01/2020, às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 26 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da

audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0620543-57.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Francisco de Assis Alves - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOÃO ROAS DA SILVA (OAB 98981/MG) - Processo 0620850-84.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Intermedium S/A - EXECUTADO: Natan Monteiro de Sousa - R. H. Defiro o pedido de suspensão da execução. Outrossim determino que os autos fiquem sobrestados pelo prazo de 01 (um) ano, nos moldes do art. 921, §1º, do CPC. Decorrido o prazo do sobrestamento sem que seja localizado o executado ou encontrado bens penhoráveis, determino o imediato arquivamento dos autos. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0621737-92.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Nilce Silva de Medeiros - José Marcelino Silva de Medeiros - REQUERIDO: Banco Yamaha Motor do Brasil S/A - De ordem, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, manifestar-se sobre a petição juntada às fls. 207 a 212.

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM), ADV: RAUL GÓES NETO (OAB 8203/AM) - Processo 0622581-42.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Monique Ferreira da Silva - REQUERIDO: Fabiano Teixeira Ribeiro - Francisco Anselmo Pereira da Silva - R. H. Indefiro o pedido de fl. 81, por não haver a parte Requerente comprovado que esgotou as tentativas de localização da parte requerida. Não cabe ao Judiciário, ab initio o ônus de diligenciar em busca de informações acerca da parte requerida. Cumpra-se.

ADV: CLEUTON PEREIRA TAVARES (OAB 13814/AM) - Processo 0622941-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sebastião Couto Vilar - REQUERIDO: Márcio Monteiro de Sá - Célia Silva da Cruz - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/10/2019, às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 26 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: RAILTON COSTA VIANA (OAB 9820/AM) - Processo 0623119-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Wendel Castro da Silva - LITSATIVO: Marcel Castro da Silva - Roberth Audryn Canto da Silva - Matheus da Silveira Fernandes - REQUERIDO: Cometa Manaus Comércio de Motos Ltda. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 28/01/2020, às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 26 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: SADI BONATTO (OAB 10011/PR), ADV: ROSANE BARCZAK (OAB 47394/PR), ADV: FERNANDO JOSÉ BONATTO (OAB 25698/PR) - Processo 0623755-62.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: COOPERFORTE - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários de Instituições Financeiras Públicas Federais Ltd - REQUERIDO: Marcelo Anello dos Santos - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º, do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM) - Processo 0624129-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Maria Jaqueline da Silva Ferreira - Luis Clei da Silva Ferreira - Waldeclei da Silva Ferreira - REQUERIDO: Luis de Jesus Ferreira - Clotilde da Silva Ferreira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 28/01/2020, às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 26 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0624267-11.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Jean Machado Maciel da Silva - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º, do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP) - Processo 0628216-04.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Marcus Vinícius de Souza Pinto - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0631399-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ceci Cláudia da Silva e Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA

de Conciliação, para o dia 28/01/2020, às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 26 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: CARLOS EDUARDO MACIEL PEREIRA (OAB 11677/CE), ADV: POLLIANA RODRIGUES DA SILVA (OAB 9476/AM), ADV: SÉRGIO VITAL LEITE DE OLIVEIRA (OAB 9124/AM) - Processo 0634044-49.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Célia Regina Lobato de Castro - REQUERIDO: ASPBRAS - Associação dos Servidores Públicos Brasileiros - Em conformidade com o art. 1º, XIX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o Sr. Perito para que apresente o laudo pericial, no prazo de 05 (cinco) dias, tendo em vista o término do prazo estabelecido pelo juízo.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0634881-07.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Jéssica Vanessa Souza da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: JOSÉ CARLOS PEREIRA DO VALLE (OAB 961/AM), ADV: JULIANA PASSOS DOS SANTOS (OAB 7815/AM), ADV: JEAN CARLO NAVARRO CORRÊA (OAB 5114/AM), ADV: ISABELA DA SILVA SANTOS (OAB 9869/AM), ADV: IRANDY RODRIGUES DA CRUZ (OAB 3294/AM), ADV: HILDA MARIA FIGUEIREDO MANDATO (OAB 5350/AM), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM), ADV: JÚLIO KAHAN MANDEL (OAB 128331/SP), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: JULLIE ANNE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 9243/AM), ADV: LEIRY MARIA PADILHA DE ARAÚJO (OAB 9157/AM), ADV: LIANA MACIEL NOBRE (OAB 11009/AM), ADV: MAICON DE OLIVEIRA BRANCHES (OAB 11141/AM), ADV: LORENZO DEL PRETE MISURELLI (OAB 70121/PR), ADV: MARICARLA FONSECA DE SOUZA (OAB 10573/AM), ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM), ADV: HELENA ARIEL SOUSA COUTINHO (OAB 10521/AM), ADV: RODRIGO DURÃES FUGII (OAB 8763/AM), ADV: YARA CHRISTINA LOPES REIS (OAB 6711/AM), ADV: THAÍS SANTOS DE LIMA (OAB 10699/AM), ADV: TIAGO CARDOSO DOS SANTOS DA COSTA (OAB 7870/AM), ADV: VANESSA PIZZARO RAPP (OAB 569/AM), ADV: SUELEN PEREIRA TEIXEIRA ALBUQUERQUE (OAB 9699/AM), ADV: SIDNEY COELHO (OAB 9664/AM), ADV: SARAH GEÓRGIA DE FIGUEIREDO (OAB 10361/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: SÁLVIA DE SOUZA HADDAD (OAB 3529/AM), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM), ADV: ROBERTO TATSUO NAKAJIMA FERNANDES NETO (OAB 9500/AM), ADV: RENATA STHEFAN DE LIMA GUIMARÃES (OAB 10273/AM), ADV: REINILDA GUIMARÃES DO VALLE (OAB 1392/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: PAULO CEZAR SIMÕES CALHEIROS (OAB 242665/SP), ADV: PRISCILA NEVES SILVA COSTA (OAB 12879/AM), ADV: MISURELLI ADVOGADOS (OAB 4596/PR), ADV: NINA CRUZ ANTONY HOAEGEN (OAB 8217/AM), ADV: BRÁULIO GHIDALEVICH (OAB 2248/AM), ADV: ALINE LAREDO PINTO (OAB 4187/AM), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: ANA MARIA DA SILVA NORONHA (OAB 9569/AM), ADV: ANA CLARA SOARES LADEIRA (OAB 7289/AM), ADV: ALDINEI FERNANDES DE AZEVEDO (OAB 10642/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DE LIMA NETO (OAB 3669/AM), ADV: ALDA HELOÍSA TAVARES TOLEDO (OAB 7133/AM), ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM), ADV: IOLDY VÂNIO LIMA FONSECA (OAB 8069/AM), ADV: GLÁUCIA CRISTINA BULCÃO DA SILVA (OAB 3964/AM), ADV: ANTÔNIO RODRIGO SANT'ANA (OAB 234190/SP), ADV: FABIANO VÍTOR DA CRUZ SANTANA (OAB 12287/AM), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM), ADV: ELISÂNGELA ALVES DOS SANTOS (OAB 53139/PR), ADV: ANTÔNIO IVAN OLÍMPIO DA SILVA (OAB 3110/AM), ADV: GLAUCE MARIA COSTA DE SOUSA (OAB 6140/AM), ADV: DANIEL AUGUSTO MAUÉS CARVALHO (OAB 5629/AM), ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM), ADV: CARLOS RICARDO DE ARAÚJO MELO (OAB 4239/AM), ADV: BIANCA ALESSANDRA BATISTA LIMA (OAB 7516/AM) - Processo 0636105-14.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0604128-62.2019.8.04.0001) - Recuperação Judicial - Concurso de Credores - REQUERENTE: Wapmetal Indústria e Comércio de Componentes Metálicos, Máquinas e Equipamentos Ltda. - INTSSADO: I. B. Transportes e Serviços de Envasamento Ltda. - ME. - ADMINISTRA: Carlos Ronaldo Lima Barroco Filho - TERCEIRO I: Valcimar Gonçalves Nogueira - INTSSADO: Construmec Ltda. - ME - Moisés Pereira dos Santos - Adson Santos de Brito - João Paulo Iannuzzi Lima - Robson Luiz Alencar de Souza - Adriana Tavares da Silva - Railson Gomes da Silva - Selma de Souza Haddad - Bernardo Oliveira Corrêa - Demétrius Mitsuro Sato - Arnaldo Manoel Torres dos Santos - Amazon Compressores Comércio e Serviços de Equipamentos Ltda. - ME - Adrielen de Souza Farias - Walter Sousa dos Santos - Klein Alberto Libório da Costa - Valdenis Araújo de Lima - Jander de Araújo Mouzinho - Banco da Amazônia S/A - Juliana Rego dos Reis - Adriana Gamboa Guimarães - Carlos Alberto Soares de Souza - Amazongás Distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo Ltda. - Manaus Autocenter Ltda. - Chibatão - Navegação e Comércio Ltda. - Martins Import Ltda. - Luan Brendo Souza de Souza - Thomaz Neves Zanetti - Raquel Santos de Souza - Jandro Ferreira Santos - Carlos Alberto Guimarães Júnior - Suzany Rego Sousa - Carlos Alberto de Oliveira dos Santos - Jorge Luiz da Silva - Ribamar Júnio dos Santos Araújo - Rosineide Souza de Lima - Luís Henrique Nascimento da Silva - Cristina Araújo da Silva - Michel Pereira Fonseca - Darlan Estevão Feitosa Santos - Galdino Alves dos Santos Júnior - Genezio Pereira Filho - Wilson de Campos - Selma de Souza Haddad - MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - INTSSADO: Nilson Edson de Oliveira - Elder Nogueira Mendes - Irismar Cláudio Ferreira - José Santana de Oliveira - Sérgio Eduardo Ferreira Gesta - André Ibiapina Pereira de Carvalho - José Jhones Corrêa Lima - Terceira Vara do Trabalho de Manaus/AM - Marilene Cruz Rangel - Dilamar Ferreira dos Santos - Sérgio Eduardo Ferreira Gesta - Edirney Pinheiro Batista - Cleide Rosas da Silva - Italux Pneus e Acumuladores Ltda. - Charliton Correa Braga - Derek Pinto Castro - MARCIO SILVA PINHEIRO - Simone Silva dos Santos - Ao exposto, acolho os presentes embargos de declaração com as seguintes modificações : Julgo por sentença, para que produza os seus efeitos legais, a arrematação de fls. 6060/6061 antecedentes, vez que preenche os requisitos do Art. 903, do Código de Processo Civil. Passe-se em favor do Arrematante, a carta de arrematação , no qual, transitada em julgado a decisão, fixo o prazo de 30 dias para desocupação do imóvel , tornando sem efeito a ordem de fls. 6100. Acato a proposta de aquisição dos bens do leilão de fls. 6049/6050 da Flex Importadora e Exportadora Ltda para a arrematação de bens , haja vista a ausência de licitantes, procedendo-se os meios para a efetividade da venda com a observância das formalidades legais. Dê-se ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP) - Processo 0636287-63.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDA: Maria Auxiliadora Chagas da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-

se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0637339-89.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Raimundo Nonato Pereira Rocha - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0638651-08.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Marilza de Figueiredo Mascarenhas - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: ERIKA NAIANA D'AQUINO PIRES (OAB 590A/AM) - Processo 0639122-24.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Praia dos Passarinhos - EXECUTADA: Mirlene de Oliveira Sousa - Certifico, para os devidos fins, que, nos termos do Provimento nº 63/02-CGJ e do disposto no parágrafo 4º, do art. 162, do CPC, aditado pela Lei nº 8.952/94, pratiquei o ato processual abaixo: ( ) Remessa à Contadoria para cálculos das custas finais. ( ) Remessa à Contadoria para atualização do débito e inserção de multa de 10% (ARTIGO 475-J DO CPC). ( ) Remessa à Contadoria para atualização de conta. (X) Remessa à Contadoria para confirmação do pagamento de custas. Observe-se apenas o ítem assinalado.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0641530-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sandra Maria de Souza Marinho Vila - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 08/10/2019, às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 26 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: JOSENIR TEIXEIRA (OAB 125253/SP), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP), ADV: DOUGLAS DOURO CARVALHO (OAB 9920/AM), ADV: ANDREY HUMBERTO FROZ DE BORBA (OAB 9723/AM) - Processo 0641985-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Associação Adventista Norte Brasileira de Prevenção e Assistência À Saúde - REQUERIDO: Antonelly Construções e Serviços Eirelli - Webster Diniz Pereira - PERITO: Rodrigo Cruz Guimarães - Chamo o processo a ordem para tornar sem efeito a decisão de fls. 4435 e a certidão de fls. 4437, expedidas equivocadamente. Ato contínuo, intimem-se a parte autora e o perito nomeado para se manifestarem acerca da petição de fls. 4422/4424. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA VELASCO VASCONCELLOS (OAB 4972/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM) - Processo 0642669-38.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Supermercados DB Ltda. - REQUERIDO: Maria Rosemery Bentes da Silva - ME (Visual do Pé) - LITSPASSIV: Francisco Duílio Bentes da Silva - Maria Rosemery Bentes da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos AR's juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0643912-17.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Polyana de Abreu França - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção.

ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ) - Processo 0706222-35.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: Mary Peixoto Pinheiro - ME - Mary Peixoto Pinheiro - R. H. Defiro o pedido de suspensão da execução. Outrossim determino que os autos fiquem sobrestados

pelo prazo de 01 (um) ano, nos moldes do art. 921, §1º, do CPC. Decorrido o prazo do sobrestamento sem que seja localizado o executado ou encontrado bens penhoráveis, determino o imediato arquivamento dos autos. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0718712-89.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Sílvio José Cintra Maia - Janete Cintra Maia - Cintra e Maia Empreendimentos Ltda. - ME - NÃO INFORM: Imóvel para Avaliação 01 - Imóvel para Avaliação 02 - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alda Heloísa Tavares Toledo (OAB 7133/AM)
Aldinei Fernandes de Azevedo (OAB 10642/AM)
Aline Laredo Pinto (OAB 4187/AM)
Ana Clara Soares Ladeira (OAB 7289/AM)
Ana Maria da Silva Noronha (OAB 9569/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andrey Humberto Froz de Borba (OAB 9723/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antônio Braz de Lima Neto (OAB 3669/AM)
Antônio Ivan Olímpio da Silva (OAB 3110/AM)
Antônio Rodrigo Sant'ana (OAB 234190/SP)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Bianca Alessandra Batista Lima (OAB 7516/AM)
Bráulio Ghidalevich (OAB 2248/AM)
Carlos Christiano Krakhecke Filho (OAB 4132/AM)
Carlos Eduardo Maciel Pereira (OAB 11677/CE)
Carlos Ricardo de Araújo Melo (OAB 4239/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Cláudia Moraes Nadaf da Costa Val (OAB 2523/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 122626/SP)
Clemente Augusto Gomes (OAB 438/AM)
Cleuton Pereira Tavares (OAB 13814/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Augusto Maués Carvalho (OAB 5629/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Douglas Douro Carvalho (OAB 9920/AM)
Edson Belmont de Lima (OAB 8931/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Elisângela Alves dos Santos (OAB 53139/PR)
Erika Naiana D'Aquino Pires (OAB 590A/AM)
Evelyn Tatiana de Lima Corrêa da Silva (OAB 3622/AM)
Fabiano Vítor da Cruz Santana (OAB 12287/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Felipe dos Anjos Thury (OAB 4518/AM)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Fernando José Bonatto (OAB 25698/PR)
Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB 2978/AM)
Glauce Maria Costa de Sousa (OAB 6140/AM)
Gláucia Cristina Bulcão da Silva (OAB 3964/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Helena Ariel Sousa Coutinho (OAB 10521/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hilda Maria Figueiredo Mandato (OAB 5350/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Ioldy Vânio Lima Fonseca (OAB 8069/AM)
Irandy Rodrigues da Cruz (OAB 3294/AM)
Isabela da Silva Santos (OAB 9869/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jádson Alves Lima (OAB 1969/AM)
Jean Carlo Navarro Corrêa (OAB 5114/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
João Augusto Cordeiro Ramos (OAB 5754/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Medeiros da Silva (OAB 6595/AM)
João Roas da Silva (OAB 98981/MG)
Jordan de Araújo Farias (OAB 12125/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Carlos Pereira do Valle (OAB 961/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Josenir Teixeira (OAB 125253/SP)
Juliana Passos dos Santos (OAB 7815/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Júlio Kahan Mandel (OAB 128331/SP)
Jullie Anne Rodrigues da Cunha (OAB 9243/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Leiry Maria Padilha de Araújo (OAB 9157/AM)
Liana Maciel Nobre (OAB 11009/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lorenzo Del Prete Misurelli (OAB 70121/PR)
Luciana Velasco Vasconcellos (OAB 4972/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Augusto de Souza Andrade (OAB 10174/AM)
Maicon de Oliveira Branches (OAB 11141/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Maricarla Fonseca de Souza (OAB 10573/AM)
Marlon Silvano Vieira (OAB 16952/SC)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Matheus de Souza Demasi (OAB 11327/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
Misurelli Advogados (OAB 4596/PR)
Nelson Luiz Mestieri de Macedo (OAB 608A/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nina Cruz Antony Hoaegen (OAB 8217/AM)
Paulo Cezar Simões Calheiros (OAB 242665/SP)
Paulo Roberto Vigna (OAB 173477/SP)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Polliana Rodrigues da Silva (OAB 9476/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Priscila Neves Silva Costa (OAB 12879/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Railton Costa Viana (OAB 9820/AM)
Raul Góes Neto (OAB 8203/AM)
Reinilda Guimarães do Valle (OAB 1392/AM)
Renata Sthefan de Lima Guimarães (OAB 10273/AM)
Roberto Tatsuo Nakajima Fernandes Neto (OAB 9500/AM)
Rodrigo Durães Fugii (OAB 8763/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rosane Barczak (OAB 47394/PR)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Sadi Bonatto (OAB 10011/PR)
Sálvia de Souza Haddad (OAB 3529/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Sarah Geórgia de Figueiredo (OAB 10361/AM)
Sérgio Vital Leite de Oliveira (OAB 9124/AM)

Sidney Coelho (OAB 9664/AM)
Sigrid Lima Araújo (OAB 4574/AM)
Suelen Pereira Teixeira Albuquerque (OAB 9699/AM)
Thaís Santos de Lima (OAB 10699/AM)
Tiago Cardoso dos Santos da Costa (OAB 7870/AM)
Vanessa Pizzaro Rapp (OAB 569/AM)
Vanessa Portela Correia (OAB 8403/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Yara Christina Lopes Reis (OAB 6711/AM)

17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0206/2019

ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM) - Processo 0227864-48.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Maria das Graças Haiden de Oliveira - De ordem do MMº Juiz, procedo a intimação da Autarquia Federal (INSS), na pessoa do seu representante legal, para dar cumprimento aos ofícios requisitórios (RPV's), fls 155/156, 157/158, no prazo legal. Manaus, 23 de agosto de 2019 Reginaldo da Costa Batalha Matrícula: M14057

ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM) - Processo 0227864-48.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Maria das Graças Haiden de Oliveira - De ordem do MMº Juiz, procedo a intimação da Autarquia Federal (INSS), na pessoa do seu representante legal, para dar cumprimento aos ofícios requisitórios (RPV's), fls 284/285, no prazo legal. Manaus, 23 de agosto de 2019 Reginaldo da Costa Batalha Matrícula: M14057

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3647/AM), ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM) - Processo 0228750-76.2019.8.04.0001 (processo principal 0622859-14.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: ROBSON ALMEIDA DE SIQUEIRA e outro - REQUERIDO: SÃO DANIEL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - SANTA LEÔNCIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Capital Rossi Empreendimentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. 14-35 retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FABIANNO MARTINS FRAZÃO (OAB 7004/AM), ADV: FLÁVIO DA CONCEIÇÃO FERREIRA OLIVEIRA (OAB 5960/AM) - Processo 0233959-26.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0610145-85.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Karine Januario Nascimento - REQUERIDO: JCM Revendedora de Petróleo LTDA - Intime-se à Embargante para emendar a Inicial, devendo juntar identidade e comprovante de residência, assim como declaração de imposto de renda dos últimos 3 (três) exercícios, para fins de comprovar a hipossuficiência. Prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP), ADV: KETHLEEN REGINA DE OLIVEIRA NEGREIROS (OAB 12535/AM), ADV: DEIVISON CARVALHO MOLINARI (OAB 14610/AM) - Processo 0233961-93.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0611375-31.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Olivaldo Patrício de Macedo da Costa - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Vistos, Intime-se a parte Embargante para juntar identidade e comprovante de residência, bem como recolher as custas iniciais, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção

ADV: WALTER FROTA DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 9866/AM), ADV: JOÃO FREIRE DA CUNHA NETO (OAB 2194/AM), ADV: EMMANUEL CHACON RODRIGUES CARNEIRO DE ALBUQUERQUE (OAB 7758/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: RAFAEL ROCHA DE SÁ PEIXOTO (OAB 5292/AM) - Processo 0234019-38.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0615566-95.2013.8.04.0001) (processo principal 0713061-76.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Antonio Raimundo Queiroz de Souza - EXECUTADO: LF. Imóveis Representações e Administração de Imóveis - Recebo o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, na forma do art. 133 do CPC. Inclua-se no cadastro a empresa desconsideranda MSC Artigos de Vestuário. Considerando que o Incidente enseja a suspensão do feito, não vejo qualquer prejuízo no seu processamento nos próprios Autos, o que se mostra racional e razoável, de forma que deixo de determinar sua autuação em apartado. Cite-se a empresa indicadas para se manifestar do Incidente, em 15 (quinze) dias, na forma do art. 135 do CPC, via Mandado. Observe-se a Gratuidade de Justiça. Cumpra-se.

ADV: JULIANA BATISTA BRAGA (OAB 4166/AM), ADV: RENATO TADEU RONDINA MANDALITI (OAB 115762/SP), ADV: FABÍOLA DA SILVA GESTA CARUSO (OAB 4662/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE JÚNIOR (OAB 3840/AM) - Processo 0239233-83.2010.8.04.0001 (001.10.239233-2) - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Regildo Santiago da Silva - REQUERIDA: L. Schopan ME e outro - Considerando a possibilidade de autocomposição do litígio, designo Audiência de Conciliação para o dia 04 de setembro de 2019, às 11:00h.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: CARMEN HOSANA RAMIREZ SAPUCAIA (OAB 11060/AM), ADV: ALESSANDRA CAROLINE OLIVEIRA MOTA (OAB 6359/AM) - Processo 0251416-76.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0620540-73.2016.8.04.0001) (processo principal 0620540-73.2016.8.04.0001) - Embargos Infringentes na Execução Fiscal - Execução Contratual - EMBARGANTE: Daniel Tomiasi - EMBARGADO: Beviana N. R. Sapucaia - EPP - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do cumprimento integral do acordo, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LOYANA CAMELO DE OLIVEIRA (OAB 7563/AM), ADV: PAULO DOS ANJOS FEITOZA NETO (OAB 8330/AM), ADV: CYNTIA COSTA DE LIMA (OAB 7345/AM), ADV: JULIANE SCHMITZ BEZERRA (OAB 7873/AM), ADV: DAYLA BARBOSA PINTO (OAB 8179/AM), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: ANTÔNIO HILTON GOMES PINHEIRO (OAB 7592/AM) - Processo 0601953-08.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Empreitada - REQUERENTE: Codeman Comércio e Construções Ltda - ME - REQUERIDO: BR Construções e Comércio Ltda - Assim, rejeito as alegações da Executada de que estaria impossibilitada a penhora de referidos bens. Também não merece acolhimento a impugnação à avaliação feita pelo Oficial, pois sequer a Requerida trouxe a tabela do IPTU para embasar seu fundamento de inadequação do valor do metro quadrado utilizado, tecendo argumentação genérica para tentar desconstituir a avaliação realizada por servidor dotado de fé pública. Nada obstante, considerando o valor de cada bem ultrapassa o valor da Execução, existe excesso de penhora, devendo ser mantida a penhora apenas em relação a um deles. Do exposto, intime-se o Exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar sobre qual bem pretende que permaneça com a penhora, assim como informe se já foi a mesma averbada no Registro de Imóvel, trazendo a matrícula atualizada, e requeira as medidas que entender de direito para dar prosseguimento ao feito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM), ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM) - Processo 0602306-72.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Mediterrâneo I - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para

que se manifestem acerca do cumprimento integral do acordo, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB 14300/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM) - Processo 0602308-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Silver Kanne Alves Monteiro - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - liário, tributos, taxas e emolumentos decorrentes (Cláusula 5ª do Contrato, Item 5.2), gerando boleto de R$ 13.825,05, o qual foi pago em 01.03.2012. Finalmente, em 18.04.2012 foram entregues as chaves do imóvel, sendo que a escritura somente foi lavrada em 21.11.2012, por insistência da Autora que foi até o Cartório do 3º Ofício do Registro de Imóveis, onde constatou que a Ré não tinha comprovado o pagamento da importância de R$ 4.830,55 para a quitação do Imposto de Transmissão entre Vivos - ITBI, bem como, o valor de R$ 3.507,50 para pagamento dos emolumentos cartorários. Que a Ré se locupletou indevidamente dos recursos da Autora, solicitados a mais que o necessário e causou danos a Autora, a qual recebeu a escritura com atraso, pois somente recebeu o documentos em março de 2016. Por fim, requereu o benefício da justiça gratuita e a condenação das Rés em danos morais no valor de 20 salários mínimos. Deu à causa o valor de R$ 19.960,00. Deferido o pedido de justiça gratuita, fls. 75/76. Audiência de Conciliação, sem acordo, fls. 146/147. Contestação, fls. 148/161, onde a Ré aduziu: inépcia da inicial e impugnou o benefício da justiça gratuita. Rebateu os pleitos autorais e requereu o acolhimento das preliminares e, superadas, a improcedência da ação. Sem réplica, fl. 264. Aplicado ao feito o art. 355, I, do CPC, fl. 270. Relatado. Decido.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0603521-54.2016.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Rudison Varras do Carmo - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social e outro - e ordem do MMº Juiz, procedo a intimação da Autarquia Federal (INSS), na pessoa do seu representante legal, para dar cumprimento aos ofícios requisitórios (RPV's), fls 284/285, no prazo legal.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0604674-30.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Roberta Ennes da Silva de Araújo - Diante disto, REJEITO a Impugnação de fls. 264/266, homologando os cálculos da Autora de fls. 223/230. Condeno o INSS ao pagamento de honorários que fixo equitativamente em R$2.000,00 (dois mil reais), nos termos do art. 85, §§ 7º e 8º do CPC. Intime-se ainda a Autora para, no prazo de 10 (dez) dias, informar se foi ou não cassada a aposentadoria administrativamente, considerando o que fora narrado às fls. 235/243. Intime-se o INSS via Portal Eletrônico. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0604676-24.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Maria Joane Barroso Teixeira - De ordem do MMº Juiz, procedo a intimação da Autarquia Federal (INSS), na pessoa do seu representante legal, para dar cumprimento aos ofícios requisitórios (RPV's), fls 226/227, 228/229, no prazo legal. Manaus, 23 de agosto de 2019 Reginaldo da Costa Batalha Matrícula: M14057

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0604920-50.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Elcio Neves Simões e outro - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outros - De ordem do MMº Juiz, procedo a intimação da Autarquia Federal (INSS), na pessoa do seu representante legal, para dar cumprimento aos ofícios requisitórios (RPV's), fls 177/178, 179/180, no prazo legal. Manaus, 23 de agosto de 2019 Reginaldo da Costa Batalha Matrícula: M14057

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0605820-09.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela II, Atos processuais, Item f, recolha as custas referentes à emissão de edital e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PAULO FELIPE SARAIVA DA SILVA (OAB 10242/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0606267-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Renaldo da Cost Cardoso - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, Inverto o ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII do CDC, considerando a verossimilhança das alegações autorais, bem como a estrutura da Requerida e o fato de possuir todos os meios para comprovar a regularidade da contratação. Diante disto, deve ser renovada a oportunidade para a Requerida indicar provas, observando o ônus probatório que lhe foi imposto. Dessarte, intime-se a Parte Requerida para, no prazo preclusivo de 10 (dez) dias, especificar as provas que pretende produzir, justificando sua pertinência e finalidade, sob pena de indeferimento. Caso não hajam provas a serem produzidas, julgarei antecipadamente a lide, nos moldes do art. 355, I do CPC, devendo os Autos voltarem conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: DOMINGOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 13940/AM), ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM), ADV: GEORGETE DE CASTRO DUARTE (OAB 9249/AM) - Processo 0606981-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Jonathan de Azevedo Brandão - REQUERIDO: Joao Evangelista Coelho de Lima - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/09/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0607134-48.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio Key Biscayne - EXECUTADO: Gonder Incorporadora Ltda e outro - Conforme decidido no Conflito de Competência, não cabe a este Juízo qualquer decisão acerca do pagamento do débito ou de constrições de bens da Recuperanda. Diante disto, expeça-se Certidão de Crédito para fins de habilitação na Recuperação Judicial. Deve ainda ser restituído à Requerida o valor depositado de volta pelo Exequente, de forma que a intimo para informar se pretende que o seja mediante Alvará ou transferência bancária.

ADV: ISLEY E SOUZA DE SOUZA (OAB 9703/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0611321-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Francisco Alves de Souza - REQUERIDO: Banco Agibank S/A (Banco Agiplan S/a) - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Condeno o Réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de 10% (dez por cento) do valor dado à causa, mas suspendo a exigibilidade por ser beneficiário da justiça gratuita.

ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM), ADV: LEONARDO LEMOS DE ASSIS (OAB 6497/AM), ADV: ANDREY FARACHE BARROSO (OAB 12705/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM) - Processo 0612215-12.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Glam Comercio de Perfumarias LTDA ME - EMBARGADO: CONDOMÍNIO CIVIL DO SHOPPING PONTA NEGRA e outro - Do exposto, REJEITO a Impugnação de fls. 225/228, e determino o prosseguimento da Execução com relação

ao remanescente, sobre o qual há de incidir as sanções do art. 523, §1º, do CPC, em razão de a Executada ter efetuado o pagamento apenas do incontroverso. Intime-se o Exequente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: BRUNO BIANCHI FILHO (OAB 4912/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: LUCE ELAINE BENTO DE ANDRADE (OAB 3477/AM), ADV: JOSÉ RODRIGUES TERCEIRO FILHO (OAB 6341/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0613236-57.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: VERA LUCIA ALVES DE OLIVEIRA - REQUERIDO: Gonder Incorporadora Ltda - Aliança Incorporadora e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0613449-63.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MARIA HELENA FARIAS BARBOSA - REQUERIDO: Elias Castro - Expeça-se Mandado de Constatação, a fim de que o Oficial de Justiça verifique in loco o estado atual da construção e a existência dos vícios indicados à Inicial (marquises que adentram para o terreno da Autor e janelas irregulares retirando a privacidade). Observe-se a Gratuidade de Justiça.

ADV: ANTÔNIO CARLOS DE CASTRO PAIVA FILHO (OAB 3401/AM) - Processo 0613778-36.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Acidente de Trânsito - REQUERIDO: Ataur Cardeliquio Filho - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/09/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: EMERSON DA SILVA CASTRO (OAB 5591/AM), ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB), ADV: FERNANDO LUÍS SIMÕES DA SILVA (OAB 6063/AM) - Processo 0614800-03.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Fernando Luís Simões da Silva - EXECUTADA: Marta de Oliveira Atem - Expeça-se Alvará em favor do Exequente.

ADV: RAIMUNDO PAIVA DE SOUZA (OAB 2839/AM) - Processo 0615966-70.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Jacqueline Marcela de Souza Cardoso - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/09/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM), ADV: ADRIANO RODRIGUES LOPES (OAB 10846/AM) - Processo 0625354-31.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Servidão - REQUERENTE: Henrique da Fontoura Augusto - REQUERIDO: Odilon Rodrigues dos Santos Filho - Retificando a Decisão de fl. 177, a Audiência de Conciliação fica designada para o dia 11 de setembro de 2019, às 11:30h, na sede do Juízo.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0626416-09.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: José Alcebíades Silva Santos - Diante disto, REJEITO a Impugnação de fls. 122/123. Fixo honorários no Cumprimento de Sentença em R$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 85, §§7º e 8º do CPC. Intimem-se, observando-se a intimação eletrônico do INSS.

ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: JÚLIA GABRIELA TRINDADE DE MELO (OAB 8074/AM), ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM), ADV: ROGÉRIO MORAES DE SOUZA (OAB 7409/AM), ADV: EDINELSON ALVES DE SOUSA (OAB 8225/AM), ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM) - Processo 0626833-59.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0635696-38.2015.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Elder Francisco Vitalli e outro - REQUERIDA: Filomena Terto Barros - Edilson Barros de Souza - Kele Cristina da Silva Fernandes - Vistos, Defiro os pedidos de fls. 504/505 e 508/509, e designo o dia 7 de novembro de 2019, às 9 horas para a realização da audiência de instrução e julgamento, que será realizada na sala de audiências da 1ª UPJ, no 7º andar do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos. Indefiro o pedido de fls. 508/509, por não haver data disponível na pauta de audiências deste Juízo. Intimem-se as partes e seus representantes legais para comparecimento ao ato. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0630049-96.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ROBERTO LOPES DE ALMEIDA - Intime-se a parte Autora para se manifestar acerca das certidões do Sr. Oficial de Justiça de fls. 198/201, devendo requerer o que entender de direito para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 20 (vinte) dias (já em dobro), sob pena de extinção. Intime-se via Portal Eletrônico.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0632575-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Verifico que a petição inicial não preenche o requisito do art. 320 do Código de Processo Civil, vez que é perfeitamente possível instruir a ação monitória ajuizada por concessionária de energia com cópias de faturas para cobrança por serviços prestados, porém a autora deixou de apresentar tais documentos, limitando-se a apresentar apenas uma fatura com o valor total do débito, conforme folhas 47/48. Desta feita, determino, nos termos do art. 321 do CPC, a intimação da parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar ou completar a inicial, sob pena de indeferimento da petição inicial, com fulcro no art. 330, IV c/c art. 485, I, ambos do Código de Processo Civil. Cumpridos os atos de emenda, retornem-me conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE (OAB 14245/AM), ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0634028-90.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Planos de Saúde - REQUERENTE: Ricardo Cavalcanti de Albuquerque - REQUERIDO: Sul América Seguro Saúde S.a - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0634098-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ailton da Silva Campos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MARCEL DA FONSECA MOURA (OAB 10083/AM) - Processo 0634838-70.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) Renajud às fls. 178/179, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM), ADV: CRISTIAN MINTZ (OAB 136652/SP) - Processo 0635175-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Sandro Gomes Cordeiro - REQUERIDO: Falkalnd Tecnologia Em Telecomunicações S/A e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento de fl. 95 , no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo

endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: CAROLINA MIZUMUKAI (OAB 264422/SP), ADV: MICHELLE DE OLIVEIRA FERREIRA (OAB 20399/PA) - Processo 0636388-32.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DANIELLY P. GALVÃO DA C. MARQUES (OAB 4007/AM) - Processo 0636670-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Maclenio Fernandes Sena - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 11/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: PABLO DA SILVA NEGREIROS (OAB 4227/AM), ADV: LEONARDO GUIMARÃES BRITO (OAB 4096/AM), ADV: KÁTHYA REGINA BARBOSA DE SENA (OAB 1051A/AM) - Processo 0637714-90.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Fato Atípico - REQUERENTE: Clebedilson Gomes de Lima Me - REQUERIDO: Oliveira Energia Geração e Serviços Ltda - Do exposto, DEFIRO o pedido de tutela antecipada, determinando que seja oficiado ao SPC e Serasa para retirar quaisquer anotações desabonadoras da Autora relativa ao objeto do presente feito. Intime-se previamente a parte interessada para recolher as custas de expedição do Ofício, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: ELIEZER ALVES DE OLIVEIRA (OAB 10900/AM) - Processo 0638465-77.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Costa de Jesus - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/09/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: MÁRIO EURICO AMARAL PINTO (OAB 4680/AM) - Processo 0639158-61.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Tema Transportes de Manaus Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM) - Processo 0639314-20.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: L L S Transporte de Cargas Ltda-me - Rep. Marcelo Elvezio de Oliveira Lara - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) Infojud às fls. 98/117, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0640639-98.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Praia dos Passarinhos - REQUERIDO: Alpha Extração de Areia Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da petição da parte ré às fls. 188/190, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0641602-67.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644723-06.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do

processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC.

ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM) - Processo 0644741-27.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Pool Engenharia, Serviços, Industria e Comércio de Construções Ltda. - Vistos, Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644765-55.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644831-35.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde

logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC.

ADV: JANDERCLEIDE ROCHA DE SOUZA FIACADORI (OAB 11064/AM) - Processo 0644864-25.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Data Base - REQUERENTE: Rosana Elisabete Agostinho dos Santos - Declino da competência em favor de uma das varas da Fazenda Estadual. Redistribua-se.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: LENIZE LIMA SANTANA DE SOUZA (OAB 7368/AM), ADV: SUELLEN APARECIDA DE CARVALHO BELASQUE (OAB 811A/AM) - Processo 0644908-78.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Lyres Balbi - EXECUTADO: Audsesmet Serviços e Assessoria Em Medicina do Trabalho Ltda - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/09/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0648602-55.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: WALDEMIR DOS SANTOS COSTA JÚNIOR (OAB 8905/AM), ADV: MÁRCIA DE OLIVEIRA FRÓES (OAB 5295/AM), ADV: EDIERI MARIA MOUSINHO ABITBOL (OAB 7862/AM) - Processo 0706952-46.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcos Antônio Leão de Araújo - REQUERIDA: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Adriano Rodrigues Lopes (OAB 10846/AM)
Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB 2599/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Alessandra Caroline Oliveira Mota (OAB 6359/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Andrey Farache Barroso (OAB 12705/AM)
Antônio Carlos de Castro Paiva Filho (OAB 3401/AM)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Antônio Hilton Gomes Pinheiro (OAB 7592/AM)
Bruno Bianchi Filho (OAB 4912/AM)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carmen Hosana Ramirez Sapucaia (OAB 11060/AM)
Carolina Mizumukai (OAB 264422/SP)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Catharina Ribeiro Botelho (OAB 6484/AM)
Cristian Mintz (OAB 136652/SP)
Cyntia Costa de Lima (OAB 7345/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Danielly P. Galvão da C. Marques (OAB 4007/AM)
Dayla Barbosa Pinto (OAB 8179/AM)
Deivison Carvalho Molinari (OAB 14610/AM)
Domingos Nunes de Oliveira (OAB 13940/AM)
Edieri Maria Mousinho Abitbol (OAB 7862/AM)
Edinelson Alves de Sousa (OAB 8225/AM)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Eliezer Alves de Oliveira (OAB 10900/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade Júnior (OAB 3840/AM)
Emerson da Silva Castro (OAB 5591/AM)
Emmanuel Chacon Rodrigues Carneiro de Albuquerque (OAB 7758/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fabianno Martins Frazão (OAB 7004/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabíola da Silva Gesta Caruso (OAB 4662/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Luís Simões da Silva (OAB 6063/AM)
Flávio da Conceição Ferreira Oliveira (OAB 5960/AM)
Georgete de Castro Duarte (OAB 9249/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isley e Souza de Souza (OAB 9703/AM)
Jandercleide Rocha de Souza Fiacadori (OAB 11064/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
João Freire da Cunha Neto (OAB 2194/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Rodrigues Terceiro Filho (OAB 6341/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB 8074/AM)
Juliana Batista Braga (OAB 4166/AM)
Juliane Schmitz Bezerra (OAB 7873/AM)
Káthya Regina Barbosa de Sena (OAB 1051A/AM)
Kethleen Regina de Oliveira Negreiros (OAB 12535/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3647/AM)
Lenize Lima Santana de Souza (OAB 7368/AM)
Leonardo Guimarães Brito (OAB 4096/AM)
Leonardo Lemos de Assis (OAB 6497/AM)
Loyana Camelo de Oliveira (OAB 7563/AM)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Luce Elaine Bento de Andrade (OAB 3477/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcel da Fonseca Moura (OAB 10083/AM)
Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB 14300/AM)
Márcia de Oliveira Fróes (OAB 5295/AM)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Mário Eurico Amaral Pinto (OAB 4680/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Michelle de Oliveira Ferreira (OAB 20399/PA)
Pablo da Silva Negreiros (OAB 4227/AM)

Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Paulo dos Anjos Feitoza Neto (OAB 8330/AM)
Paulo Felipe Saraiva da Silva (OAB 10242/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Rocha de Sá Peixoto (OAB 5292/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raimundo Paiva de Souza (OAB 2839/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Renato Tadeu Rondina Mandaliti (OAB 115762/SP)
Ricardo Cavalcanti de Albuquerque (OAB 14245/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodolfo Paulo Cabral (OAB 3548/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rogério Moraes de Souza (OAB 7409/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Suellen Aparecida de Carvalho Belasque (OAB 811A/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Waldemir dos Santos Costa Júnior (OAB 8905/AM)
Walter Frota de Oliveira Júnior (OAB 9866/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0204/2019

ADV: ARINAN ALCÂNTARA DE ALMEIDA (OAB 002.353/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0009024-96.2002.8.04.0001 (001.02.009024-3) - Cumprimento de sentença - Tutela Provisória - EXEQUENTE: Petroleo Brasileiro S/A. - Petrobras - EXECUTADO: Construtora Leal Junior LTDA - Vistos. Tendo em vista a ausência de manifestação da parte Executada acerca da impenhorabilidade da quantia bloqueada ou que houve indisponibilidade excessiva de seus ativos financeiros, conforme se vê na Certidão lavrada às folhas 400, converto-a em penhora, com fulcro no artigo 854, §5º, do Código de Processo Civil. Ainda em consonância com o dispositivo legal mencionado, determino, via Bacenjud, que a instituição financeira depositária transfira o montante indisponível para conta vinculada a este juízo de execução, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. Após, à Secretaria para as diligências de praxe, conforme petitório do Exequente às fls. 401/402. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JUNIOR (OAB 12961/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JÚNIOR (OAB 12961/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: TATIANA ROCHA DE MENEZES E ROCHA (OAB 3663/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: DANIELE CASTRO SOUZA (OAB 646A/AM) - Processo 0055971-97.2010.8.04.0012 (012.10.055971-1) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Escritorio Central de Arrecadacao e Distribuicao - Ecad - EXECUTADO: Sociedade de Radiodifusao Pacheco Ltda. (radio Fm do Povo) - Vistos. Intime-se o Exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira o que entender de direito, com vistas à obter a satisfação de seu crédito. Cumpra-se.

ADV: MARIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA MELO (OAB 5385/AM), ADV: KÊNIO MARCOS SANTOS E SILVA (OAB 6406/AM) - Processo 0206174-70.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0207897-32.2008.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: DOMINGOS VIANA FEITOSA - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 02/10/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: HÉLIO RÊGO FILHO (OAB 3317/AM), ADV: ALESSANDRA DE ALENCAR RÊGO (OAB 5728/AM) - Processo 0219547-08.2010.8.04.0001 (001.10.219547-2) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria das Graças Silva de Lima - REQUERIDO: José Angiols de Nazaré - Intime-se o Requerido, por meio de seu patrono, para efetuar o pagamento do débito ou indique bens penhoráveis suficientes para o cumprimento da obrigação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de que lhe sejam penhorados tantos bens quanto bens quanto bastem a fim de que seja satisfeita a execução, bem como acrescida a multa e honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento), conforme art. 523, § 1º c/c 513, § 2º, II, do CPC. Não havendo o pagamento tempestivamente, proceda-se aos atos constritivos por meio do sistema BACENJUD, com a inclusão de multa e honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM) - Processo 0220291-85.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: A. - Vistos. Tendo em vista os termos da Certidão de folhas 117, onde informa ausência de manifestação da parte interessada no que tange ao pagamento dos emolumentos devidos ao Oficial de Justiça, para cumprimento da presente Carta Precatória, determino, imediata, devolução da missiva. Cumpridas às formalidades, dê-se baixa e arquivem-se estes autos. Cumpra-se com urgência.

ADV: ALEXANDRE KENNEDY SAMPAIO ADJAFRE (OAB 18689/DF), ADV: NORMA LÚCIA PINHEIRO (OAB 31698/DF) - Processo 0220981-51.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Atos executórios - REQUERENTE: Barbosa & Oliveira Comércio de Hortifrutigranjeiros Ltda - Vistos. Tendo em vista os termos

da Certidão de folhas 30 e, ante a ausência de manifestação da parte interessada, acerca do Ato Ordinatório praticado às folhas 27, determino a imediata devolução da Carta Precatória ao Juízo Deprecante. Cumpridas às formalidades, dê-se baixa e arquivem-se estes autos. Cumpra-se com urgência.

ADV: RÔMULO SARMENTO DOS REIS (OAB 5435/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0225993-95.2008.8.04.0001 (001.08.225993-4) - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Diva Araújo da Silva - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - "Vistos. Intime-se o Requerido, por meio de seu patrono, para efetuar o pagamento do débito ou indique bens penhoráveis suficientes para o cumprimento da obrigação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de que lhe sejam penhorados tantos bens quanto bens quanto bastem a fim de que seja satisfeita a execução, bem como acrescida a multa e honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento), conforme art. 523, § 1º c/c 513, § 2º, II, do CPC. Não havendo o pagamento tempestivamente, proceda-se aos atos constritivos por meio do sistema BACENJUD, com a inclusão de multa e honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VINÍCIUS MARTINS DE MEIRA (OAB 4269/AM), ADV: ILAN GOLDBERG (OAB 100643/RJ), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB 1140/AM) - Processo 0226407-25.2010.8.04.0001 (001.10.226407-5) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Maria Dalva dos Santos Dias - REQUERIDO: ZURICH SANTANDER SEGUROS BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A. - Vistos. Trata-se de Cumprimento de Sentença prolatada em Ação de Cobrança, proposta por Maria Dalva dos Santos Dias, por meio de seu patrono(a), em face de ZURICH SANTANDER SEGUROS BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A., todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Ao compulsar os autos, denoto que a Sentença de fls. 20/21, prolatada nos autos do Cumprimento de Sentença sob o nº 0218802-81.2017.8.04.0001, julgou procedente a impugnação apresentada naqueles autos para reduzir o cumprimento de R$ 162.373,78 (centos e sessenta e dois mil, trezentos e setenta e três reais e setenta e oito centavos) pugnados pela Exequente, ao valor de R$ 139.549,70 (trinta e nove mil, quinhentos e quarenta e nove reais e setenta centavos). Às fls. 15/17 no processo de nº 0218802-81.2017.8.04.0001, garantia do Juízo pela Impugnante. Às fls. 506/508, dos presentes autos, a Requerida pugna pela expedição de Alvará da monta remanescente. É o relatório. Decido. Tendo em vista o depósito realizado às fls. 15/17 dos autos nº 0218802-81.2017.8.04.0001, e o devido levantamento da monta pela Requerente e seu patrono às fls. 22/23 também daqueles autos. Pelo exposto, DEFIRO o pedido de fls. 506/508. Expeça-se o competente Alvará. Após, cumpridas as diligências de praxe, proceda-se a baixa e o arquivamento dos autos. Translade-se o presente Decisum aos processos apensos. Cumpra-se.

ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0239163-37.2008.8.04.0001 (001.08.239163-8) - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Brasil Factoring Fomento Comercial Ltda. - REQUERIDO: M. H. dos Santos Bessa (Sopesca Com. e Representações e outros - Recebo a emenda à inicial para que seja retificado, junto aos sistema SAJ/PG5, o polo passivo da demanda, onde passará a figurar: Samuel de Oliveira Barbosa, Sidney de Oliveira Pereira e M.H. Dos Santos Bessa, todos qualificados no petitório de folhas 281/281. Proceda-se a devida retificação junto ao sistema. Por conta do princípio de promoção pelo Estado da solução dos conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a inicial preenche os requisitos essenciais, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania CEJUSC, para designação de data, citação e emissão de todos os expedientes necessários à realização da Audiência de Conciliação, nos termos do caput do artigo 334 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, §8º, do referido Código. Citem-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FABRÍCIA ARRUDA MOREIRA AMAZONAS (OAB 5043/AM), ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM), ADV: JOÃO SOARES GOMES (OAB 2545/AM), ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM) - Processo 0242034-40.2008.8.04.0001 (001.08.242034-4) - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Gm Comércio e Representações Ltda - EXECUTADO: Ws Indústria Comércio Repres. e Serviços de Produtos - Vistos. Indefiro o pedido de designação de audiência de conciliação, requerida pela Executada às fls. 218/219, ante a manifestação da Exequente às fls. 206 que, em tese, evidencia ser improvável a obtenção de conciliação. Saliento que a ausência de designação da audiência conciliatória não impede que a Executada ofereça proposta de transação por escrito, a qual, anuindo a parte Exequente, comportará seguramente a prolação de sentença homologatória, até porque um dos fins do atual diploma processual civil é a busca da conciliação a qualquer momento, com fincas a resolver a lide sociológica. Quanto ao petitório da Exequente de fls.230/231, tendo em vista a ausência de manifestação da parte Executada acerca da impenhorabilidade da quantia bloqueada às fls. 213/214 ou que houve indisponibilidade excessiva de seus ativos financeiros, nos termos previstos no art. 854, §3º, do CPC, converto-a em penhora, com fulcro no artigo 854, §5º, do Código de Processo Civil. Proceda-se a transferência da quantia, via Bacenjud, para conta vinculada a este Juízo de execução e, após, expeça-se o Alvará judicial no montante de R$ 1.349,78 (hum mil, trezentos e quarenta e nove reais e setenta e oito centavos), com as devidas cominações legais que houver em nome da patrona da Exequente Dra Amanda Araújo dos Santos, OAB 6150/AM. Indefiro o pedido de remessa dos autos para a Contadoria, visto que cabe à Exequente juntar aos autos o cálculo de atualização do débito, constando o índice de correção monetária adotado, os juros aplicados e as respectivas taxas, o termo inicial e o termo final dos juros e da correção monetária utilizados, conforme preconiza o art. 524, do CPC. Intime-se o Exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, acoste aos autos o valor do débito remanescente. Após, proceda-se a utilização dos sistemas Bacenjud e Renajud para consulta/penhora de bens em nome do Executado. Cumpra-se.

ADV: FRANCIANE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 6934/AM), ADV: JOSÉ EDVALDO DE SOUZA FERREIRA (OAB 7086/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: SÔNIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431/AM) - Processo 0310275-03.2007.8.04.0001 (001.07.310275-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Manaus Energia S/A - EXECUTADO: Antônio Francisco Santos - Vistos. Ante a manifestação das partes quanto à eventual celebração de um acordo, conforme se observa às fls. 107/108 e 115 e, ainda, em observância às normas fundamentais do Processo Civil, principalmente, ao princípio da promoção pelo Estado da solução por autocomposição, consagrado no art. 3º, § 2º, CPC, designo audiência de conciliação para o dia 26.09.2019, às 10h. Dê-se ciência às partes que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, § 8º, do referido Código. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO GOUVÊA DE SÁ (OAB 3801/AM) - Processo 0603537-08.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Imissão - REQUERENTE: Martiniano Matos Gama e outro - Vistos. Trata-se de Cumprimento de Sentença prolatada na Ação de Imissão na Posse, proposta por Martiniano Matos Gama e ANA MARIA COELHO GAMA, por meio de seu patrono(a), em face de Carlos Cezar Mousinho Andrade, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Ao compulsar os autos, denoto que às fls. 106, o Autor pugna pela retificação do mandado de desocupação. Pelo exposto, tendo em vista que o pleito concerne tão somente a revisão gramatical, DEFIRO o petitório de fls. 106. À Secretaria para que ajuste o mandado como pugnado. Cumpra-se.

ADV: PRYSCILLA SAVINA NUNES GUASSALOCA (OAB 334269/SP) - Processo 0604836-15.2019.8.04.0001 - Carta

Precatória Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - AUTOR: Cma Cgm do Brasil Agência Marítima Ltda., Agente de Cma-cgm Societé Anonyme - Vistos. Tendo em vista os termos do petitório de folhas 32 e, ante a impossibilidade de realizar a penhora dos bens, conforme certificado às folhas 28, determino a imediata devolução da Carta Precatória ao Juízo Deprecante. Cumpridas às formalidades, dê-se baixa e arquivem-se estes autos. Cumpra-se com urgência.

ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 130124/SP) - Processo 0604909-21.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Brf - Brasil Foods S/A - Por todo o exposto, INDEFIRO o petitório de fls. 93/94. Intime-se a Exequente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se acerca da Certidão do Oficial de Justiça de fls. 80, requerendo objetiva e fundamentadamente o que entender de direito, a fim de que a marcha processual retome seu curso, sob pena de extinção do feito nos moldes do artigo 485, III e IV do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0605342-59.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Helaiton Josias de Azevedo Borba - Petitório às folhas 87/88, a parte autora pugna pela realização de pesquisa ao nome do requerido junto ao sistema Infojud com o objetivo de obter novo endereço. Desta feita, defiro o pedido de consultar ao sistema Infojud. Intime-se o Autor para providenciar o pagamento do ato a sere realizado no referidos sistema no prazo de 5 (cinco) dias, conforme Portaria n.º116/2017-PTJ. Cumpra-se.

ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0607220-24.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM), ADV: WANDREY CRISTIANO DE JESUS VIEIRA (OAB 8900/AM) - Processo 0608302-85.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Francisca Angélica Araujo Cordeiro - REQUERIDO: Emerson Diogo de Jesus Ltda - Vistos. Analisando os autos, verifica-se que o Exequente não apresentou memorial de cálculos para prosseguimento do cumprimento de Sentença, conforme Despacho de fls. 67. Deste modo, determino à Secretaria que, em havendo pendência do pagamento das custas judiciais pela parte, remetam-se os autos à 3.ª Contadoria a fim de levantar o quantum devido e, após, intime-se o devedor para que proceda o devido recolhimento no prazo de 10 (dez) dias. Em sendo cumprido, feitas as devidas anotações, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se. Caso não recolham o pagamento das custas finais, eventualmente apuradas, em observância ao art. 517, do Código de Processo Civil, determino à Secretaria que emita certidão de crédito devidamente corrigido em desfavor do devedor e em favor deste Egrégio Tribunal de Justiça, na forma da Portaria 3.456/2010 e da Resolução 57/2008 deste Poder. Emitida a certidão de crédito, oficie-se ao respectivo cartório extrajudicial com cópia desta ordem para que seja feito o consequente lançamento de protestos em desfavor do devedor. Oficie-se também ao órgão de proteção ao crédito SPC/SERASA, com cópia desta ordem e com a mesma finalidade. Após as diligências, arquive-se este feito provisoriamente, sem prejuízo de eventual pedido de desarquivamento da parte interessada. À Secretaria para as diligências de praxe. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE ROSEIRO PEREZ FORTES (OAB 4151/AM), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM) - Processo 0610774-30.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguros Marítimos - REQUERENTE: Iracema Alves de Souza - REQUERIDO: Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JOÃO AUGUSTO CORDEIRO RAMOS (OAB 5754/AM), ADV: ANTÔNIO AZEVEDO MAIA (OAB 10177/AM), ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0611874-15.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Brasman Indústria Comércio e Representação Comercial Ltda-epp - EXECUTADO: Rca Construções, Conservação e Serviços de Limpezas Ltda - Vistos. Trata-se de Execução de Título Extrajudicial, proposta por Brasman Indústria Comércio e Representação Comercial Ltda-epp, por meio de seu patrono(a), em face de Rca Construções, Conservação e Serviços de Limpezas Ltda, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Ao compulsar os autos, denoto que às fls. 468, a Exequente pugna pelo bloqueio por meio do sistema RENAJUD e E-RIDFT, com fito de localizar bens em nome da Executada. Pelo exposto DEFIRO o petitório de fls. 468, no que tange à consulta ao sistema RENAJUD. Quanto à consulta ao sistema E-RIDFT, INDEFIRO por ora, vez que este Juízo está em fase de cadastro. Intime-se a Exequente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, acoste aos autos comprovante de pagamento da diligência requerida, nos moldes da Portaria nº 116/2017 - PTJ. Após, cumprida a diligência acima, providências junto ao RENAJUD. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM), ADV: ALCIMAR VIDÉO PAES (OAB 3331/AM), ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM), ADV: JORGE LUÍS ENRIQUE GALLARDO ONDINOLA (OAB 10044/AM), ADV: JULIANA PASSOS DOS SANTOS (OAB 7815/AM) - Processo 0612815-33.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0611882-60.2016.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: HELTHKLYSSIA SILVA DE SOUZA DIAS - REQUERIDO: Amazongás Distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo Ltda - R.H. no estado em que se encontra. Intimem-se as partes para especificar as provas que pretendem produzir no prazo de 15 (quinze), justificando a sua pertinência, sob pena de indeferimento. À Secretaria para realizar o apensamento dos autos ao Processo n° 0611882-60.2016.8.04.0001 e demais providências que o caso requer. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0613955-68.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Versam os autos sobre Ação de Busca e Apreensão, proposta por Banco Bradesco S/A em face de Samer Baydoun M.E. Petitório juntado às folhas 123/126, onde a parte Autora pugna pela realização de pesquisa do nome do requerido junto ao sistema INFOJUD, BACENJUD e RENAJUD, para fins de localização do endereço. Em virtude das diversas tentativas do Autor em busca do endereço coreto do Réu, defiro o pedido de consultas junto aos sistemas INFOJUD, RENAJUD e RENAJUD, na forma requerida. Cumpra-se.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0614756-52.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: JOSE PEDROZA DA SILVA - Vistos. Intime-se o Requerido, pessoalmente na forma do art. 513, §2°, II, CPC, para efetuar o pagamento do débito ou indique bens penhoráveis suficientes para o cumprimento da obrigação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de que lhe sejam penhorados tantos bens quanto bens quanto bastem a fim de que seja satisfeita a execução, bem como acrescida a multa e honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento), conforme art. 523, § 1º c/c 513, § 2º, II, do CPC. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM) - Processo 0623426-74.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda - Vistos. Trata-se manifestação dos Executados Hellen Priscila Bentes do Prado Baldino e Leandro Baldino, juntada às folhas 198/199, onde a um, reiteram os termos da petição de folhas 174/175; a dois, solicitam a liberação do veículo restrito junto ao sistema RENAJUD; a três, requerem a liberação das contas do Banco Bradesco e, a quatro, suplicam para que não haja bloqueio nas referidas contas, por tratar-se de contas salário. Vieram-me conclusos. Decido. Da detida análise dos autos, verifico que o requerimento para liberação da anotação de restrição judicial, junto

ao sistema RENAJUD, sobre o bem indicado no petitório de folhas 198/199, foi feito pelos Executados, que após a citação, alienaram um de seus bens, conforme recibo de venda juntado às folhas 200. Cabe ao terceiro adquirente, prejudicado com a restrição judicial, sabendo ou não da sua natureza litigiosa, por meio de embargos de terceiro, defender o bem do qual tem a posse e comprovar a boa fé, conforme dispõe o § 1º, do art. 674 do Código de Processo Civil. Desta feita, indefiro o pedido de desconstituição da constrição judicial, realizada junto ao sistema RENAJUD, em razão da ordem haver recaído sobre bem do patrimônio do Executado Leandro Baldino, que responde pela obrigação discutida na presente demanda. Quanto ao pedido de liberação/e não bloqueio das contas indicadas pelos Executados, indefiro, pois junto ao sistema BACENJUD não há registro de que estes possuem contas cadastradas ou ativas junto às instituições financeiras, conforme pesquisa juntada às folhas 195/196, bem como não há provas de que as referidas contas são destinadas ao recebimento de salários, pois estas têm características especiais. Friso que a abertura desse tipo de conta depende de negociação entre o empregador e a instituição financeira. O cliente não assina nenhum contrato de abertura de conta-corrente. O contrato é firmado diretamente entre a instituição financeira e a entidade pagadora, que é a empresa onde o beneficiário da conta trabalha. Também cabe à empresa a responsabilidade de identificar os beneficiários perante a instituição financeira (Resolução CMN3.402, de 2006, modificada pela Resolução CMN 3.424, de 2006). Ressalto que há entendimento estruturado no sentido de que é factível a estipulação de penhora de parcela da conta salário/proventos do implicado em ordem a se assegurar a mínima viabilidade ao processo executivo instaurado em seu desfavor. Intime-se a parte Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca dos resultados obtidos através das consultas realizadas junto aos sistemas RENAJUD E BACENJUD, requerendo o quê de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LETICIA OKURA (OAB 352772/SP), ADV: FLAVIO VENTURELLI HELU (OAB 90186/SP), ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM), ADV: MARCO ANTONIO HOLANDA DE MELO (OAB 404517/SP), ADV: MAIRA ALVIM MANSUR (OAB 360577/SP) - Processo 0624617-96.2014.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: PSS - SEGURIDADE SOCIAL - CONSIGNADO: CLODOALDO DOS SANTOS RIBEIRO - Vistos Da análise dos autos percebo que a audiência de instrução faz-se necessária a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar decisão posterior, uma vez que as provas têm como destinatário o Magistrado. Assim, pauto a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 30/04/2020 às 9h30, momento em que serão tomados os depoimentos das partes, sob pena de confesso, e inquiridas as testemunhas, se arroladas pelas partes, independentemente de intimação. Ainda, defiro o prazo de 15 dias para que as partes requererem antecipadamente as provas que eventualmente pretendam produzir na audiência de instrução e julgamento, justificando sua pertinência. À secretaria para todas as diligências necessárias para initmação pessoal das partes, bem como de seus patronos, por publicação. Intimem-se.Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0627216-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Valdomiro da Silva Coelho - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 11:15 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0627796-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Erika Lima de Paula - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 11:15 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente, s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0628107-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Lidia Vieira Bentes - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 11:15 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado,

a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0628444-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Marineide Bastos Magalhaes do Nascimento - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 11:15 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente, s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: SÉRGIO EDUARDO GOMES SAYAO LOBATO (OAB 28362/RS) - Processo 0629040-26.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Brasil Norte Bebidas Ltda - Face o exposto, com fulcro no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, face à perda superveniente do interesse de agir, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito. Custas pelo Exequente, se houver. Oportunamente feitas às devidas anotações e, certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM) - Processo 0632627-95.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: AERINA PATRICIO RAMOS MIRANDA e outro - REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S.A. - Em razão da quitação judicial da integralidade do débito e nada mais sendo requerido, declaro extinta a presente Execução, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil. Custas remanescentes, se houver, pela parte Exequente. Publique-se, intime-se, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0633705-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Manuel Joaquim da Silva Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0637648-13.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: I. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0639484-21.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos assinado por terceiros, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM), ADV: JOSÉ ABELARDO ARAÚJO PINTO (OAB 6076/AM) - Processo 0639663-52.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0613790-84.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Internext Rede Digital Amazônica Ltda - EMBARGADO: Condomínio Edifício Portal da Cidade - De ordem, intimo a parte Embargada para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias, à luz do artigo 920, I, do Código de Processo Civil.

ADV: ALAN KELSON DE LIMA FONSECA (OAB 10160/AM), ADV: MARIA DO SOCORRO SOUSA MENEZES (OAB 10156/AM) - Processo 0641165-94.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Alana Benevides Patrício e outro - Por todo o exposto, REJEITO a preliminar de decadência, arguida pela Ré em sua Contestação. Ato contínuo, pauto a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 28/04/2020 às 9h30, momento em que serão tomados os depoimentos das partes, sob pena de confesso, e inquiridas as testemunhas, se arroladas pelas partes, independentemente de intimação. Ainda, defiro o prazo de 10 dias para que as partes requererem antecipadamente as provas que eventualmente pretendam produzir na audiência de instrução e julgamento, justificando sua pertinência. À secretaria para todas as diligências necessárias para intimação pessoal das partes, bem como de seus patronos, por publicação.

ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM), ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM) - Processo 0642270-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antônia Marques de Castro - Pelo exposto, com arrimo no artigo 300 do Código de Processo Civil, defiro o pedido de tutela provisória de urgência, para determinar a intimação pessoal da parte Requerida Manaus Ambiental S/A para que restabeleça o fornecimento de água em relação à unidade consumidora da parte Requerente, matrícula 2550911, até ulterior decisão, bem como de incluir o nome da parte Requerente no cadastro de inadimplentes. Fixo o prazo de 48h (quarenta e oito horas), a partir da ciência deste, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R$1.000,00 (hum mil reais), à luz do artigo 297, parágrafo único, e artigo 536, §1º, ambos do Código de Processo Civil. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, à luz das informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 05 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade Defiro o pedido de inversão do ônus da prova,

conforme artigo 6º, VIII, CDC. Por conta do princípio de promoção pelo Estado da solução dos conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a inicial preenche os requisitos essenciais, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para designação de data, citação e emissão de todos os expedientes necessários à realização da Audiência de Conciliação, nos termos do caput do artigo 334 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, §8º, do referido Código. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0642612-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Maria Auxiliadora dos Anjos Silva - Vistos. Trata-se de Ação Declaratória de Nulidade de Contrato cumulada com Reparação Cível por Danos Morais, proposta por Maria Auxiliadora dos Anjos Silva em face de B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento e Cutucar Veículos Ltda. - Me, ambos devidamente qualificados nos autos, pelos fato e fundamentos trazidos na inicial. Em consulta ao Sistema de Automação deste Poder - SAJ5, verificou-se a existência de Ação de Indenização por Dano Moral (Processo: 0622179-58.2018.8.04.0001), cujo motivo seria os transtornos causados pelo Requerido sobre o contrato de financiamento do veículo que o Autor pretende declarar nulo, tramitando junto a 6ª Vara Cível. O parágrafo 3° do artigo 55 da legislação processual em rigor, ampliou as hipóteses da reunião do processos para julgamento em conjunto, nestes termos: "Art. 55 do novo código de processo civil. §3° Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles" Extrai-se do artigo mencionado que, na hipótese de conexão entre demandas, os efeitos devem ser julgados pelo juízo prevento, visando evitar decisões conflitantes. Nesta esteira, cumpre destacar que a presente demanda foi distribuída para este juízo em 13/08/2019, enquanto, o processo de n° 0622179-58.2018.8.04.0001, foi distribuído na 6ª Vara Cível no dia 25/05/2018. Nesse sentido, o artigo 59, do CPC, dispõe: "Art. 59. O registro ou distribuição da petição inicial torna prevento o juízo". Em razão disso, reconheço a conexão entre as ações e, na forma do artigo 55, § 2°, I e artigo 59, do CPC, hei por bem declinar a competência para processar e julgar este feito em favor do juízo da 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho, que se acha prevento. Faz-se necessária, portanto, a tramitação conjunta das ações 0622179-58.2018.8.04.0001 e de 0642612-49.2019.8.04.0001, observando-se que ainda não há julgamento de mérito naqueles autos. Ante o exposto, à secretaria para as providências cabíveis quanto a remessa dos presentes autos para a 6ª Vara Cível. Cumpra-se. Manaus, 14 de agosto de 2019. Kathleen dos Santos Gomes Juíza de Direito

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 53182/DF) - Processo 0643092-95.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Raimunda Nonata da Silva Soares - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Vistos. Verifica-se dos autos a desnecessidade de produção de novas provas, uma vez que o processo está devidamente instruído. Desta feita, anuncio o julgamento antecipado do mérito, com fulcro no art. 355, I, CPC. Após a fluência in albis do prazo recursal, voltem-me os autos conclusos para Sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GABRIEL DINIZ DA COSTA (OAB 63407RS) - Processo 0648875-34.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Recomservice Sul Compressores Compressores e Sistemas de Ar Condic e Refrig Ltda - Vistos. Tendo em vista os termos do petitório de folhas 34 e, ante a impossibilidade de realizar a penhora dos bens, conforme certificado às folhas 30, determino a imediata devolução da Carta Precatória ao Juízo Deprecante. Cumpridas às formalidades, dê-se baixa e arquivem-se estes autos. Cumpra-se com urgência.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0656372-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Dkplast Indústria de Plásticos Ltda - Epp - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 09/10/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: BÁRBARA ANTUNES ANDRADE (OAB 10919/AM), ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM) - Processo 0661659-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Jfdd Participações e Administração Ltda - Homologo, por sentença, o pedido de desistência (fl. 83/84), para os fins do art. 200, parágrafo único do NCPC e, por via de consequência, JULGO EXTINTA a presente AÇÃO, nos termos do Art. 485, VIII do NCPC. Sem custas. Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na Distribuição e arquive-se. P.R. I. Cumpra-se.

ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: CRISTIANE ROSEIRO PEREZ FORTES (OAB 4151/AM) - Processo 0711094-93.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguros Marítimos - REQUERENTE: Keleton Costa Cruz - REQUERIDO: Porto Seguro CIA de Seguros Gerais - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JANDER RUBEM SOUZA DA ROCHA (OAB 7886/AM) - Processo 0711558-20.2012.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Compromisso - REQUERENTE: Nixon Pinheiro Rodrigues - Vistos. Trata-se de Ação Monitória, proposta por Nixon Pinheiro Rodrigues, por meio de seu patrono(a), em face de Valmir Santana de Andrade, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Às fls. 88/93, a Requerida apresentou Embargos à Ação Monitória aduzindo em preliminar, a carência da Ação, uma vez que a demanda veio desacompanhada de documentos que fundamentassem a quantia pleiteada, que o título não possui liquidez, certeza e exigibilidade requisitos para a propositura da presente Lide. Às fls. 97/101, a Requerente apresenta Impugnação aos Embargos acima, aduzindo que as alegações da Requerida/Embargante são meramente protelatórias, uma vez que fora acostado o instrumento particular de confissão de dívida (fls. 10/11), que discrimina a origem do débito. É o breve relatório. Decido.

Alan Kelson de Lima Fonseca (OAB 10160/AM)
Alcimar Vidéo Paes (OAB 3331/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Alessandra de Alencar Rêgo (OAB 5728/AM)
Alexandre Kennedy Sampaio Adjafre (OAB 18689/DF)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Altamir da Silva Vieira Junior (OAB 12961/AM)
Altamir da Silva Vieira Júnior (OAB 12961/AM)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio Azevedo Maia (OAB 10177/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arinan Alcântara de Almeida (OAB 002.353/AM)
Bárbara Antunes Andrade (OAB 10919/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 53182/DF)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Cristiane Roseiro Perez Fortes (OAB 4151/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniele Castro Souza (OAB 646A/AM)
Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB 8544/AM)

Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Chalfin (OAB 1140/AM)
Eliana de Oliveira Resende (OAB 12168/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Fábio Gouvêa de Sá (OAB 3801/AM)
Fabrícia Arruda Moreira Amazonas (OAB 5043/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Flavio Venturelli Helu (OAB 90186/SP)
Franciane Monteiro Cavalcante (OAB 6934/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Gabriel Diniz da Costa (OAB 63407RS)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
Hélio Rêgo Filho (OAB 3317/AM)
Ilan Goldberg (OAB 100643/RJ)
Jander Rubem Souza da Rocha (OAB 7886/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
João Augusto Cordeiro Ramos (OAB 5754/AM)
João Soares Gomes (OAB 2545/AM)
Jorge Luís Enrique Gallardo Ondinola (OAB 10044/AM)
José Abelardo Araújo Pinto (OAB 6076/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Edvaldo de Souza Ferreira (OAB 7086/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
Juliana Passos dos Santos (OAB 7815/AM)
Kênio Marcos Santos e Silva (OAB 6406/AM)
Leticia Okura (OAB 352772/SP)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lucas Harles do Nascimento Ribeiro (OAB 13350/AM)
Maira Alvim Mansur (OAB 360577/SP)
Marco Antonio Holanda de Melo (OAB 404517/SP)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 130124/SP)
Maria do Rosário de Oliveira Melo (OAB 5385/AM)
Maria do Socorro Sousa Menezes (OAB 10156/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Norma Lúcia Pinheiro (OAB 31698/DF)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Pryscilla Savina Nunes Guassaloca (OAB 334269/SP)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Rômulo Sarmento dos Reis (OAB 5435/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Sérgio Eduardo Gomes Sayao Lobato (OAB 28362/RS)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sônia Maria Cansanção da Silva (OAB 2431/AM)
Tatiana Rocha de Menezes e Rocha (OAB 3663/AM)
Vinícius Martins de Meira (OAB 4269/AM)
Wandrey Cristiano de Jesus Vieira (OAB 8900/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0250/2019

ADV: MUNICK ALBUQUERQUE COSTA (OAB 7874/AM), ADV: MARCELO DE FIGUEIREDO ARRUDA (OAB 4505/AM), ADV: ALONSO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 1976/AM) - Processo 0062512-29.2003.8.04.0001 (001.03.062512-3) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Luiz Atlas Barbosa de Carvalho e outro - REQUERIDA: Praxis Engenharia Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada no sistema conveniado Bacenjud, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0355764-63.2007.8.04.0001 (001.07.355764-2) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - EXECUTADO: Domingos Ferreira Nevesa Filho e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora(s) para que se manifeste(m) acerca da juntada de carta precatória com cumprimento negativo, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM) - Processo 0600433-42.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Rosa Magalhães de Oliveira - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) executada para que se manifeste(m) acerca da contraproposta formulada pela exequente às fls.153, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM), ADV: CLÍSSIA LOPES CAVALCANTE (OAB 10258/AM), ADV: CASSIANO CARDOSO CALANDRELLI (OAB 371064/SP), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0602276-08.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Wilson Alencar dos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca dos documentos de fls. 211/213, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0610021-05.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0612450-81.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM) - Processo 0615436-

95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Irineide Bittencourt de Jesus - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (106/133) e documentos às Pág.(s) (134/196).

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 2024/AM), ADV: DANIELLE VIEIRA HITOTUZI PAES (OAB 4631/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM) - Processo 0616241-87.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: PEDRO GERALDO PACHECO FERREIRA - REQUERIDO: PATRI DEZOITO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. (PATRIMONIO) - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 199/218, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0617122-64.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JUSCELINO ROSA GOMES JÚNIOR (OAB 9278/AM), ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0617373-48.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Bradesco Cartões S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANA CAROLINA MOURA DE SÁ CAVALCANTE (OAB 12083/AM), ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM), ADV: ALEXANDRE VIRGÍLIO RIBEIRO DA SILVA (OAB 11980/AM) - Processo 0625069-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alzira Rodrigues da Mata - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RICARDO DE OLIVEIRA LIMA (OAB 6306/AM), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0628669-38.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: TATIANA DA SILVA BATISTA - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 342/399, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM), ADV: JOSÉ MARIA SANTOS DE CARVALHO (OAB 1028/AM), ADV: LUIZ JOSÉ LOPES PESSÔA (OAB 1075/AM), ADV: LAÉCIO PEREIRA MINEIRO (OAB 7551/AM) - Processo 0632472-63.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDO: Fagner Lofrano - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 186/195, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM), ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM) - Processo 0644128-07.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - REQUERENTE: Condomínio Residencial Mediterrâneo I - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 5 (cinco) dias.

Alexandre Virgílio Ribeiro da Silva (OAB 11980/AM)
Alonso Oliveira de Souza (OAB 1976/AM)
Ana Carolina Moura de Sá Cavalcante (OAB 12083/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Cassiano Cardoso Calandrelli (OAB 371064/SP)
Clíssia Lopes Cavalcante (OAB 10258/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Danielle Vieira Hitotuzi Paes (OAB 4631/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Maria Santos de Carvalho (OAB 1028/AM)
Juscelino Rosa Gomes Júnior (OAB 9278/AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laécio Pereira Mineiro (OAB 7551/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz José Lopes Pessôa (OAB 1075/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Marcelo de Figueiredo Arruda (OAB 4505/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Munick Albuquerque Costa (OAB 7874/AM)
Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB 2024/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo de Oliveira Lima (OAB 6306/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)

20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0257/2019

ADV: EVERTON BERNARDO CLEMENTE (OAB 26506/GO), ADV: EVERTON BERNARDO CLEMENTE (OAB 1100/AM) - Processo 0204853-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Frank Abrahim Guimarães Baze - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM), ADV: RENATO DAMASCENO BATISTA (OAB 3120/AM) - Processo 0221708-73.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0606510-62.2018.8.04.0001) (processo principal 0606510-62.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Renato Damasceno Batista - REQUERIDO: Efetiva Servicos Combinados para Apoio A Edificios Eireli e outro - I-RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de impugnação ao cumprimento de sentença interposta por Efetiva Serviços Combinados Para Apoio a Edifícios Eireli contra Renato Damasceno Batista, ambos qualificados. O impugnado pugna pelo recebimento de verba honorária fixada em ação reconvencional. O impugnante sustenta que o pleito não possui fundamento, vez que as partes transacionaram, expressamente renunciando às custas e despesas processuais e ao prazo recursal. O impugnado argumentou que não mais subsiste a insuficiência de recursos da impugnante que justificou a concessão da gratuidade de justiça, sob o fundamento de que receberá quantia expressiva decorrente do acordo homologado, bem como chegou a recolher custas processuais após a concessão da benesse. No mais, defende que não houve renúncia, nem transação sobre a verba honorária, mas sim mera e singela afirmação de inexistência de custas e despesas. É o essencial. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO A controvérsia cinge-se a examinar se houve transação sobre os honorários advocatícios, bem como se é possível a sua exigibilidade em razão da concessão da gratuidade de justiça. Como cediço, custas e despesas processuais não são expressões sinônimas, sendo a segunda gênero da qual a primeira é uma de suas espécies. Quanto ao conceito de custas e despesas processuais, destaco que, segundo os ensinamentos de Alcides de Mendonça Lima, "as custas são espécies do gênero "despesas", sendo essas mais amplas (abrangendo, v.g., honorários de advogado) e aquelas mais restritas à retribuição aos serventuários ou aos demais auxiliares da justiça. Despesas são os gastos necessários para a formação e andamento de um processo (de jurisdição contenciosa e, em acepção ampla, de jurisdição voluntária)". Mencionado doutrinador, acrescenta, ainda, que, "despesas são os gastos necessários decorrentes de processo. O termo está empregado em sentido amplo, abrangendo as custas do escrivão e demais auxiliares; taxas; honorários de advogado, peritos, assistentes técnicos, intérpretes; indenização e testemunhas, enfim tudo que é despendido para que a atividade jurisdicional se possa desenvolver." (in: Dicionário do Código de Processo Civil Brasileiro. 2. ed. rev e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994, p. 204 e p. 234). Na hipótese, verifica-se que o impugnante foi sucumbente na reconvenção, sendo condenado ao pagamento de honorários advocatícios, momento em que o advogado possuía o direito tanto aos honorários contratuais quanto aos sucumbenciais. Entretanto, ao compulsar os autos, observa-se que houve renúncia expressa do causídico impugnado, uma vez que as partes resolveram transacionar, oportunidade na qual expressamente renunciaram às custas e despesas processuais, aí incluídos os honorários fixados na sentença. Ora, a transação firmada pelas partes foi feita com a aquiescência do advogado impugnado, tendo o condão de prejudicar os honorários de sucumbência arbitrados, não sendo possível a este magistrado desconsiderar a efetiva intenção das partes e causídicos, ainda que o acordo careça de precisão. Assim, malgrado defenda a distinção entres as despesas processuais e os honorários advocatícios, percebe-se que os causídicos que assinaram o acordo de fato pretenderam afastar a verba honorária, até porque sabiam que os seus constituintes possuíam gratuidade de justiça. Além disso, o mero recebimento de valores decorrentes do acordo homologado judicialmente não é prova suficiente da alteração da capacidade patrimonial do impugnante. Dessa forma, se o credor não logrou comprovar a modificação da capacidade econômica do executado, não se pode revogar o benefício da gratuidade de justiça. Nessa esteira, o pagamento de custas módicas, mesmo possuindo gratuidade de justiça e o recebimento de valores decorrentes de acordo judicial não implica em alteração significativa na condição financeira do impugnante. Certo é que a revogação da gratuidade de justiça em razão dos valores recebidos subverteria o próprio caráter indenizatório do valor perseguido na monitória, sendo impositiva a manutenção do benefício. III-DISPOSITIVO A teor do exposto, ACOLHO a impugnação ao cumprimento de sentença para reconhecer a inexequibilidade do título e inexigibilidade da obrigação e extinguir a execução, nos termos do art.525, III, c/c 925, ambos do CPC. Condeno o impugnado Renato Damasceno Batista ao pagamento das custas processuais do incidente e honorários advocatícios, este último fixado em R$1.000,00, conforme art. 85, §2º e §8º do CPC. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LINCOLN MARTINS DA COSTA NOVO (OAB 3423/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: DANILO DE AGUIAR CORRÊA (OAB 3168/AM) - Processo 0227776-20.2011.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: New Plastic Indústria de Plástico da Amazônia S/A - INTSSADO: Alcindo Ruiz Rodrigues-excluido e outros - Compulsando os autos, verifico que a consulta, via sistema Renajud (fls.517/530) , não logrou êxito. Nesse espeque, mantenham-se os autos arquivados, com a remessa destes à fila de "processos encerrados", haja vista que já decorreu o prazo previsto no art. 921, §1º do CPC, sem prejuízo da retomada do processo executivo, no interregno do prazo prescricional, caso existam bens penhoráveis. Cumpra-se.

ADV: MARCOS PAULO DOS SANTOS BRAGA (OAB 12624/AM) - Processo 0232353-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Nelson da Silva Ferreira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 30/09/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de

mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LEON FÁBIO SILVA LEAL (OAB 8413/AM), ADV: LUIZ FABIANO DE OLIVEIRA CORRÊA (OAB 7435/AM) - Processo 0368826-73.2007.8.04.0001 (001.07.368826-7) - Execução de Título Extrajudicial - Obrigações - REQUERENTE: Maria de Oliveira Fernandes - Vistos, etc. Em debruço ao caderno processual, verifico que a citação da parte reclamada deu-se por edital, conforme fls. 214. Nesse espeque, colijo que a pretendida diligencia não irá infligir efetividade na busca do quantum debeatur, na medida em que não vislumbro resultado útil na intimação da parte devedora para indicar bens à penhora, uma vez que a referida intimação dever-se-á se dar também de forma ficta (por edital). Face o exposto, indefiro o petitório de fls. 325. Com efeito, mantenham-se os autos arquivados, onde já aguarda pelo prazo de prescrição intercorrente. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0604512-25.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar o endereço que deverá constar no mandado, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RENATA DE SÁ E LEME (OAB 10231/AM), ADV: MARIANA MARQUES DOS SANTOS (OAB 10339/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0605478-90.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - EXEQUENTE: Paulo Cesar Stone de Oliveira e outro - EXECUTADO: Damacena Empreendimentos S.A e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente para que se manifeste(m) acerca da petição de fls.331/334, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: PATRESE ANUNCIAÇÃO PRADO (OAB 9571/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0607609-38.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Assinatura Básica Mensal - EXEQUENTE: Bianchi, Grosso & Carvalho Neto - Sociedade de Advogados - EXECUTADO: Claro S/A - Vistos, etc. Cuida-se de impugnação ao cumprimento de sentença manejada por Claro S/A, aduzindo, em síntese, excesso de execução por erro de cálculo; requerendo a exclusão da multa; juros legais; da condenação por inexigibilidade do débito e das custas processuais. Manifestação do impugnado (fls.747/754). Vieram-me os autos conclusos. Decido. Inicialmente, rejeito a concessão de efeito suspensivo, uma vez que apesar da impugnante ter garantido a execução, não fez prova de que o prosseguimento desta possa lhe causar lesão grave e de difícil reparação. Dito isso, tenho que as alegações genéricas trazidas pela impugnante, não são suficientes para conferir o efeito pretendido à Impugnação, razão pela qual indefiro-o. Passo a analisar o aventado excesso de execução. Na hipótese vertente, verbera a impugnante que o exequente atualizou incorretamente os valores decorrentes da condenação, requerendo que o juízo reconheça seu cálculo como sendo o correto. Não merece prosperar a impugnação no que se refere a utilização incorreta do índices de correção e juros pelo impugnado, pois encontra-se em harmonia com o que preceitua a Portaria nº 1.855/2016-PTJ, bem como com o que fora determinado pela decisão exequenda. Ademais, o fato do exequente ter utilizado os valores declarados inexigíveis na base de cálculos dos honorários encontra-se em consonância com a sentença exequenda e o disposto no art.85, §2º, do CPC que define que os honorários serão fixados sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa. A par isso, reconheço a correção dos cálculos elaborados pelo exequente. A teor do exposto, REJEITO a impugnação, a fim de determinar o prosseguimento da execução pelos cálculos apontados pelo exequente. Sem honorários, na forma da súmula 519 do STJ. Expeça-se alvará eletrônico em favor do exequente para levantamento do valor restante depositado (fls.745), sem prejuízo da execução da diferença, qual seja, o montante de R$1.519,47, em virtude da incidência da multa e dos honorários advocatícios de 10%, previstos no art.523, §1º do CPC. Após, realize-se as respectivas consultas eletrônicas. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: CLÍSSIA LOPES CAVALCANTE (OAB 10258/AM), ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM), ADV: LIA DE SOUZA FARIA (OAB 10211/AM) - Processo 0607862-89.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Eunice Basilio de Azevedo - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0607922-91.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Tendo em vista a satisfação integral do débito exequendo, julgo extinto o processo, ex vi dos arts. 924, II, c/c 925, ambos do Código de Processo Civil. Acerca do pedido de expedição de alvará de fls. 153 determino à secretaria que certifique-se da existência de patrono indicado com procuração válida e poderes específicos para tal finalidade. Em caso positivo, expeça-se alvará dos valores bloqueados às fls. 140. Em caso negativo, intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indique profissional habilitado nos autos com as especificações retromencionadas. Após a manifestação, expeça-se o competente alvará. Após, arquivem-se os presentes autos, independentemente de trânsito em julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento das custas, solicito a devolução dos autos a esta serventia para que procedamos a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Transcorrido o prazo, sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0609010-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria do Socorro Vieira de Barros - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Banco Bradesco S/A - I-RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de ação de obrigação de não fazer que Maria do Socorro maneja em face de Banco Daycoval S/A e Banco Bradesco S/A. Afirma a autora que celebrou contrato de empréstimo consignado com o Banco Daycoval S/A em 31/08/2017, no valor de R$ 6.699,34 (seis mil,

seiscentos e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos), a ser pago em oitenta e quatro parcelas de R$ 216,00 (duzentos e dezesseis reais). Alega que sofreu duplos descontos, tanto em sua conta corrente quanto em seu contracheque. Ao final pugna pela condenação das requeridas em danos morais e materiais. Tutela concedida às fls. 48/49. Contestação às fls. 54/66 do Banco Bradesco S.A. Contestação às fls. 126/139 do Banco Daycoval S.A. Às fls. 190/194, réplica. É o relatório. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO Preliminarmente, acato a tese de ilegitimidade do Banco Bradesco. Apesar de a instituição financeira Bradesco proceder com os descontos na conta corrente da autora, tal ato é feito em estrita observância de ordem emanada pelo Banco Daycoval. Em verdade, o banco Bradesco sequer tem como acompanhar o contracheque da autora. Desse modo, se há duplicidade nos descontos, deve-se atribuir a responsabilidade apenas ao Banco Daycoval. No mérito, a autora consentiu expressamente com os descontos em sua conta corrente caso não fosse possível o pagamento na data aprazada (fls. 180/184). Ressalte-se que malgrado a autora afirmar que a parcela era única no valor de R$ 216,00 (duzentos e dezesseis reais), ela celebrou dois contratos com o requerido, conforme extrai-se dos documentos de fls. 180/184. Desse modo, não coaduno com a proposição de que tenha havido retenção excessiva. A análise dos contracheques juntados revela que os descontos não eram realizados de forma regular pela fonte pagadora. Diante disso, observa-se que ora era descontada a parcela de R$ 683,11 e ora a parcela de R$ 216,00. Com a falta de repasse por meio da fonte pagadora, a atitude da instituição financeira foi lícita em proceder com o bloqueio de valores via débito automático. Conquanto o servidor público não tenha ingerência sobre o procedimento equivocado da entidade pagadora, da mesma forma o banco não tem força cogente no sentido de determinar que o Estado realize os pagamentos regularmente. A teor do exposto, verifico que houve irregularidade administrativa do órgão pagador, qual seja, a SEAD, quando não reteve os valores diretamente do contracheque da autora, para depois transferi-los à instituição credora. Não tendo o pedido principal logrado êxito, não há o que se falar em danos morais. III-DISPOSITIVO A teor do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, com fulcro no art.487, I, do CPC. Torno sem efeito a tutela provisória concedida às fls. 48/49. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, este último fixado em 10% sobre o valor da condenação, conforme art. 85, §2º do CPC, suspensa a exigibilidade por ser beneficiária da justiça gratuita. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0609172-96.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0609935-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Alexandre Matos Lima - Beatriz Carvalho Coimbra Lima - REQUERIDO: Gonder Incorporadora Ltda. - Banco Bradesco S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre as Contestações de Pág.(s) (110/118 e 119/129) e documentos às Pág.(s) (90/109 e 130/188).

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0610854-57.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Nos termos do que dispõe o artigo 248, §1º do CPC, a citação pelo correio deverá ser entregue pessoalmente ao citando, de quem deverá ser exigida a assinatura do recibo. Nestes termos, para se ter como válida a citação não basta a simples entrega da carta no endereço do réu, com recebimento por outrem, uma vez que a lei não se contenta com a simples presunção da ciência inequívoca do réu citando, acerca dos termos e atos da ação que lhe é movida. Isso porque, o ato processual da citação afigura-se como a base da instauração da relação jurídica processual, e como corolário, do julgamento da causa, traduzindo providência necessária à realização do princípio do contraditório e da ampla defesa, sendo imprescindível à constituição e desenvolvimento válido do processo. Partindo dessa premissa, o ato citatório, para alcançar suas finalidades, deve ser cumprido em estrita observância às exigências legais, sob pena de viciar toda a demanda. A teor do exposto, restando verificado que o AR de fls.229 não foi entregue pessoalmente, sendo assinado por terceiro estranho à lide, indefiro o pedido de fls. 238/239. Nesse espeque, a fim de evitar possível nulidade, determino a renovação do ato citatório, que desta vez deverá ser diligenciado por Oficial de Justiça. Expeça-se o referido mandado para o endereço diligenciado às fls. 229, após a comprovação, no prazo de 15(quinze) dias, do pagamento das custas das diligências do Oficial de Justiça pelo interessado, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes na Portaria nº 116/2017 - PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV, do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA ARAÚJO AZEVEDO FURTUNATO (OAB 1173A/AM), ADV: CAMILA RODRIGUES DA SILVA (OAB 8847/AM), ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC), ADV: ROGÉRIO PINTO MARTINS (OAB 31084/CE), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0611078-24.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0640497-60.2016.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Alberto de Almeida Neto - EXECUTADO: Itaú Unibanco S/A - Intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias, sobre o bloqueio de valores realizado às fls.157/173, conforme art.854, §3º, CPC. Decorrido o prazo para a manifestação da parte executada, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a consulta eletrônica realizada às fls. retro, bem como para requerer o que entender de direito, sob pena de suspensão da execução, na forma do art. 921, III, §1º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: LUIZ ANTÔNIO GOMIERO JÚNIOR (OAB 154733/SP), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: THAIZA FABIANNE CARRIÇO CORRÊA (OAB 4745/AM) - Processo 0613473-23.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Saint-gobain do Brasil Produtos Industriais e para Construção Ltda. - EXECUTADO: Aquarela Tintas Ltda. - Vistos, etc. Defiro o pedido de expedição de ofício requestado pelo interessado às fls. 227/228. Nesse passo, à secretaria para que confeccione os referidos expedientes ao fito de intimar o Banco do Brasil S/A (veículos de placas OAE-7521 e OAE-7511) e a Cooperativa de Crédito dos Empresário de Manaus - SICOOB CREDEMPRESAS (veículo de placa OAE-6021) AM para que, no prazo de 15 (quinze) dias, informem a atual situação do contrato de alienação fiduciária que tem por objeto os veículos apontados na petição retro. Após, fica a parte interessada responsável por imprimir, enviar e protocolar esta decisão que serve como ofício, conforme dispõe, §2º, art. 1º, Portaria nº2072/2016-PTJ: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JULIANA DA SILVA SEREJO (OAB 3922/AM), ADV: CAMILLY MARTINS BRASIL (OAB 11085/AM), ADV: JOSÉ

MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0614305-85.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Acácias - REQUERIDO: Flavio Soares Medeiros Junior - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Tendo em vista a satisfação integral do débito exequendo, julgo extinto o processo, ex vi dos arts. 924, II, c/c 925, ambos do Código de Processo Civil. Acerca do pedido de expedição de alvará de fls.103, determino à secretaria que certifique-se da existência de patrono indicado com procuração válida e poderes específicos para tal finalidade. Em caso positivo, expeça-se alvará dos valores depositados. Em caso negativo, intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indique profissional habilitado nos autos com as especificações retromencionadas. Após a manifestação, expeça-se o competente alvará. Após, arquivem-se os presentes autos, independentemente de trânsito em julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento das custas, solicito a devolução dos autos a esta serventia para que procedamos a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Transcorrido o prazo, sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0628762-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Suane Regina Balbino Ferreira - Vistos, etc. Em debruço ao caderno processual, verifico que a carta de citação saiu para endereço diverso do apontado pela autora em sua peça inicial. Dito isso, por conta do Princípio de promoção pelo Estado da solução por auto-composição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo nova Audiência de Conciliação, que realizar-se-á na data 23/09/2019 às 11:00 horas, no CEJUSC-Cível. Com efeito, determino que os autos sejam remetidos ao CEJUSC-Cível, a fim de que seja realizado o referido ato, nos termos do Art. 334 do NCPC. Saliente-se que o prazo para que o réu ofereça contestação correrá a partir da audiência de conciliação ou de mediação frustradas, quando uma das partes não comparecer ou quando for frustrada a autocomposição, nos termos do Art. 335, inciso I, do NCPC ou nos demais casos previstos no mesmo dispositivo. Intime-se o autor através de seu patrono bem como promova a citação do réu para que compareçam ao ato. Expeça-se a nova carta sem custas. À secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP), ADV: MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA SANTANA (OAB 3004/AM) - Processo 0631083-33.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDO: Jose Augusto Rocha - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM), ADV: ALESSANDRA VANESSA LIMA ARCANJO (OAB 13470/AM) - Processo 0632083-39.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Francinaldo de Souza Medeiros - Vistos, etc. Compulsando os autos, verifico que as diversas tentativas em receber o crédito autoral restaram infrutíferas, seja pela intimação ou pela execução forçada. Assim, intime-se, por mandado judicial, o gerente da Agência de Atendimento de Demandas Judiciais- APSADJ/AM (Rua Marcos da Silva, s/n - São Francisco - Manaus/AM, CEP: 69079-340, telefone: 3663-1122) a fim de que este proceda com o pagamento do RPV de fls.179/180, sob pena de multa de R$3.000,00 (três mil reais) a cada descumprimento e crime de desobediência. De igual modo, fica a parte interessada responsável por imprimir, enviar e protocolar esta decisão que serve como ofício, conforme dispõe §2º, art. 1º, Portaria nº 2072/2016-PTJ: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0633779-13.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - EXEQUENTE: João Batista Alves Dutra - EXECUTADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls.317/318 , nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0636128-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcio Silva da Rocha - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (49/65) e documentos às Pág.(s) (66/94).

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0636509-94.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0637240-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Diceu Gonçalves Barroso - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 30/09/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: DIEGO VALENTE DE LIMA (OAB 10999/AM), ADV: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 4246/PE) - Processo 0637654-20.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itau Seguros S/A - REQUERIDO: A e R L A e Metalicas Ltda Me - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (30/38) e documentos às Pág.(s) (39/43).

ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ), ADV: MARCOS ALESSANDRO MACEDO FERNANDES DA SILVA (OAB 11680/AM) - Processo 0638580-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Hoornweg Van Rij Dijk - REQUERIDO: Banco Itaú Bmg Consignado S.a - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (23/38) e documentos às Pág.(s) (39/184).

ADV: CARLOS ALEXANDRE BARACHO VALENTE (OAB 7083/AM) - Processo 0642677-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Fabyane Lucena de Menezes Auad - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico

abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 12/09/2019, a partir das 14:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Abrahim Bady Bacry Filho, CRM/AM-2823, CPF:309.750.002-25,na CLIF - Clínica de Fisioterapia, sito à Rua Stenio Neves, nº 64, Parque10 de Novembro, nesta cidade.

ADV: ISABELLE MARIA A. DE O. M. DE MORAIS (OAB 45941/DF), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0644898-34.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Vistos, etc. Indefiro de plano a intentada citação por edital das executadas R R LIMA MERCADINHO e RAIDE RODRIGUES LIMA, haja vista que o petitório não coaduna com a realidade do presente feito. Vejamos, perpassando rapidamente os olhos no caderno processual, verifico que haver vários endereços ainda não diligenciados pelo banco exequente (endereços oriundos das pesquisas outrora realizadas por este juízo). Face o exposto, colijo não estarmos, por ora, em situação que possa ensejar a citação editalícia, porquanto o pedido não se amolda aos preceitos do art. 256 do nosso digesto processual civil. Dito isso, intime-se o autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, promova a citação do Requerido, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, III e IV do nosso digesto processual civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DIEGO HENRIQUE SANTOS DOS ANJOS (OAB 8583/AM), ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: DIOGO DANTAS DE MORAES FURTADO (OAB 33668/PE) - Processo 0655816-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Elson Benoliel Oliveira e outro - REQUERIDO: Alves e Amorim Comércio de Veículos Ltda(PEDRAGON VEÍCULOS) - Braga Veículos Ltda - General Motors do Brasil Ltda - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (331/370) e documentos às Pág.(s) (371/398).

Alessandra Araújo Azevedo Furtunato (OAB 1173A/AM)
Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
Alessandra Vanessa Lima Arcanjo (OAB 13470/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Rodrigues da Silva (OAB 8847/AM)
Camilly Martins Brasil (OAB 11085/AM)
Carlos Alexandre Baracho Valente (OAB 7083/AM)
Clíssia Lopes Cavalcante (OAB 10258/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Danilo de Aguiar Corrêa (OAB 3168/AM)
Diego Henrique Santos dos Anjos (OAB 8583/AM)
Diego Valente de Lima (OAB 10999/AM)
Diogo Dantas de Moraes Furtado (OAB 33668/PE)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Everton Bernardo Clemente (OAB 1100/AM)
Everton Bernardo Clemente (OAB 26506/GO)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Maria A. de O. M. de Morais (OAB 45941/DF)
João Alves Barbosa Filho (OAB 4246/PE)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juliana da Silva Serejo (OAB 3922/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Leon Fábio Silva Leal (OAB 8413/AM)
Lia de Souza Faria (OAB 10211/AM)
Lincoln Martins da Costa Novo (OAB 3423/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Antônio Gomiero Júnior (OAB 154733/SP)
Luiz Fabiano de Oliveira Corrêa (OAB 7435/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Alessandro Macedo Fernandes da Silva (OAB 11680/AM)
Marcos Paulo dos Santos Braga (OAB 12624/AM)
Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (OAB 3004/AM)
Mariana Marques dos Santos (OAB 10339/AM)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Patrese Anunciação Prado (OAB 9571/AM)
Renata de Sá e Leme (OAB 10231/AM)
Renato Damasceno Batista (OAB 3120/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rogério Pinto Martins (OAB 31084/CE)
Thaiza Fabianne Carriço Corrêa (OAB 4745/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO HERMIDAS DE ARAGÃO FILHO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0258/2019

ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: RICARDO DE OLIVEIRA LIMA (OAB 6306/AM) - Processo 0607818-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Abner Ferreira de Miranda - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO

CONSTANTE DA PREFACIAL, para declarar o contrato nulo de pleno direito, nos moldes do artigo 51 do CDC. Confirmo a tutela concedida às fls.69/70. JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido de dano moral ao fito de condenar a requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com juros moratórios de 1% desde a citação e correção monetária a contar desta data. Outrossim, JULGO PROCEDENTE o pedido de dano material, admitindo, contudo, a compensação requerida pelo banco, nos termos da fundamentação transata. Julgo improcedente o pedido de devolução em dobro dos valores pagos pelo consumidor. No mais, condeno o banco ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em dez por cento do valor da condenação, com fulcro no artigo 85, §2º do CPC. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros.

Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Ricardo de Oliveira Lima (OAB 6306/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO HERMIDAS DE ARAGÃO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0259/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0636926-76.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Francineide Ferreira A. Bentes - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA FILHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0144/2019

ADV: RAFAEL LINS BERTAZZO (OAB 7213/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ GUEDES DA SILVA (OAB 5261/AM), ADV: GIORDANO BRUNO DA COSTA CRUZ (OAB 761A/AM), ADV: TATIANNY ALECRIM PINTO (OAB 8488/AM), ADV: CLEIDE AMAZONAS DA SILVA ALVES (OAB 717/AM), ADV: ELIANA GOMES SILVA DE PAULA (OAB 4341/AM), ADV: FERNANDO RICARDO FERNANDES COELHO (OAB 2218/AM) - Processo 0202917-66.2013.8.04.0001 - Restauração de Autos - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Maria Ossineide Pinheiro deLima - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - Por motivo de foro intimo superveniente, averbo minha suspeição, nos moldes do art. 145, 1º, do CPC/2015. Ao meu substituto legal.

ADV: DIEGO ANTÔNIO CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 62097/PR), ADV: KARLA BRITO NOVO (OAB 4771/AM), ADV: LADYANE SERAFIM PEREIRA (OAB 4990/AM) - Processo 0215507-70.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Dalicia Pereira da Silva - Defensoria Pública da União no Amazonas - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Município de Manaus - À vista do exposto, CONFIRMO a liminar concedida e JULGO A AÇÃO PROCEDENTE, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, CPC, para CONDENAR os requeridos na obrigação de fazer consistente na realização do procedimento cirúrgico de Lobectomia Pulmonar.

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM), ADV: VIVIEN MEDINA NORONHA (OAB 1931/AM), ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM) - Processo 0229052-23.2010.8.04.0001 (001.10.229052-1) - Cumprimento de sentença - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - RECLAMANTE: Rubenilson Castro Maquiné - RECLAMADO: Est/Am - Seseg - Secretaria de Estado da Segurança Pública do Amazonas, Adm. Pública Estadual - Estado - Secretaria de Administração - Sead - Estado do Amazonas - Nos termos do Provimento nº 63/02 CGJ-TJAM, fica intimada a parte autora para apresentar o número e CÓPIA dos respectivo registro da OAB e Número de Inscrição do Trabalhador-NIT, no caso de pessoa física contribuinte ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, de acordo com o art. 18 da Resolução nº 003/2014-DVEXPED-TJ/AM.

ADV: TICIANO ALVES E SILVA (OAB 764A/AM), ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM), ADV: CAROLINE FERREIRA FERRARI (OAB 767A/AM), ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM), ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM), ADV: IVÂNIA LÚCIA SILVA COSTA (OAB 7530/AM), ADV: ÉLIDA DE LIMA REIS CORRÊA (OAB 7458/AM) - Processo 0230459-64.2010.8.04.0001 (001.10.230459-0) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: William de Freitas Ferreira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Leoney Figliuolo Harraquian, digam as partes, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da atualização de cálculos de fls. 263.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: JULIANA CORREA TUJI (OAB 6559/AM), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: TICIANO ALVES E SILVA (OAB 764A/AM), ADV: EUGÊNIO AUGUSTO CARVALHO SEELIG (OAB 8625/AM) - Processo 0239673-79.2010.8.04.0001 (001.10.239673-7) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ithiara Rejanne Barroso de Oliveira - REQUERIDO: O Estado Amazonas - Estado do Amazonas - Nos termos do Provimento nº 63/02 CGJ-TJAM, fica intimada a parte autora para apresentar o(s) número(s) e CÓPIAS dos respectivo(s) registro(s) da OAB e Número de Inscrição do Trabalhador-NIT, no caso de pessoa física contribuinte ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, de acordo com o art. 18 da Resolução nº 003/2014-DVEXPED-TJ/AM.

ADV: ANTONIO JOSE CUSTODIO (OAB 2321/AM), ADV: MARINA DE ARAÚJO PEREIRA LINDOSO (OAB 5616/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0310876-09.2007.8.04.0001 (apensado ao processo 0312397-86.2007.8.04.0001) (001.07.310876-7) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Jonilson Lima da Costa - Any Sabrina Gomes Dolzane - REQUERIDO: Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB - Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: MÁRCIO PINHEIRO AZÊDO (OAB 7539/AM), ADV: ALESSANDRA SILVA SANTANA (OAB 11900/PA), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: ANTONIO JOSE CUSTODIO (OAB 2321/AM) - Processo 0312397-86.2007.8.04.0001 (001.07.312397-9) - Desapropriação - Posse - REQUERENTE: Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB - Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - REQUERIDO: Juarez Lima da Costa - INTSSADO: Jonilson Lima da Costa - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados

e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: ANATOLE MARIA ARAÚJO MARQUES DOS SANTOS (OAB 2462/AM), ADV: DANIEL AUGUSTO MAUÉS CARVALHO (OAB 5629/AM), ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM), ADV: FERNANDO COSTA ALVES (OAB 10859/AM), ADV: HUGO FÁBIO SAMPAIO TELLES DE SOUZA (OAB 7153/AM), ADV: ISMAEL DE MELO SILVA (OAB 4921/AM), ADV: MÁRCIO PINHEIRO AZÊDO (OAB 7539/AM), ADV: HELANE ARAÚJO DA COSTA (OAB 7350/AM), ADV: MEYRE ANNE MAGALHÃES NEVES (OAB 4242/AM), ADV: MÔNICA SANTA RITA BONFIM (OAB 3384/AM), ADV: ANNA CLÁUDIA FERRAZ ROCHA (OAB 8874/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO CARDOSO MAIA (OAB 6971/AM), ADV: THAÍS LINA MONTEIRO DO NASCIMENTO (OAB 12156/AM), ADV: SAMARA GUERRA ALMEIDA (OAB 7194/AM), ADV: NYTON PAES DE OLIVEIRA (OAB 8448/AM) - Processo 0605237-19.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERENTE: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - REQUERIDO: Hideko Ishihara - PERITA: Amanda Araújo da rocha - Processo nº:0605237-19.2016.8.04.0001. Classe: Cumprimento de Sentença Requerente:Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB Requerido:Hideko Ishihara DECISÃO Versam os autos acerca de Impugnação oposta pela Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB, em face de Cumprimento de Sentença apresentada por Hideko Ishihara. Aduz o Impugnante que os cálculos realizados pela exequente estão em excesso de execução, devendo ser reconhecido, a título de valor principal, R$ 165.902,45 (cento e sessenta e cinco mil, novecentos e dois reais e quarenta e cinco centavos), bem como honorários de sucumbência no valor de R$ 517,87 (quinhentos e dezessete reais e oitenta e sete centavos). Chamada a se manifestar, a impugnada anuiu com os cálculos apresentados pelo impugnante. Vieram-me os autos conclusos. Verifico que não a há controvérsia a ser dirimida, vez que a impugnada aquiesceu com os argumentos apresentados pelo impugnante. Isto posto, acolho a Impugnação ao Cumprimento de Sentença, HOMOLOGO como valor devido a quantia de R$ 165.902,45 (cento e sessenta e cinco mil, novecentos e dois reais e quarenta e cinco centavos), a título de valor principal, bem como honorários de sucumbência no valor de R$ 517,87 (quinhentos e dezessete reais e oitenta e sete centavos). Condeno o Impugnado ao pagamento de honorários de advogado no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do excesso de execução, ficando, todavia, com exigibilidade suspensa, dado a concessão da gratuidade de justiça a que ora defiro à impugnada, conforme pedido de fls. 293-303, bem como dicção do § 3º, do art. 98, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intime-se. Manaus, 21 de agosto de 2019 Assinatura digital LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN Juiz de Direito

ADV: LOUISE CAROLINE MIQUILES GUIMARÃES (OAB 9251/AM), ADV: EUGÊNIO AUGUSTO CARVALHO SEELIG (OAB 8625/AM) - Processo 0614422-18.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: SAMUEL ALFAIA FONSECA - REQUERIDO: ESTADO DO AMAZONAS - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: MICHELY DE SOUZA COSTA (OAB 81574/RS), ADV: DEISI RITTER RECH (OAB 105823/RS) - Processo 0621089-49.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Coldbrás S/A - EXECUTADO: Secretaria Estadual de Produção Rural - SEPROR - REQUERIDO: Estado do Amazonas - PROCURADORIA GE: Estado do Amazonas - Diante da petição de fls. 98-99, oficie-se a 3a Vara da Fazenda para remeter a esta Juízo os autos do processo nº. 0602520-29.2019.8.04.0001, na forma do § 1º, do art. 914, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM), ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0621198-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Elisaldo do Nascimento Silva - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - À vista do exposto, JULGO A AÇÃO PROCEDENTE, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, CPC, para CONDENAR o Estado do Amazonas na OBRIGAÇÃO DE FAZER consistente na realização de procedimento cirúrgico para o tratamento de OSTEONECROSE COM ARTROSE INICIAL. Isenta a Fazenda Pública de custas. Condeno em honorários advocatícios, estes no valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0622143-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antenor Martins Bezerra - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Manifeste-se a Defensoria Pública relacionada à Saúde e, em seguida, o Ministério Público, sobre a manifestação do Estado do Amazonas de fls. 182 a 184. Por ora, não há o que se falar em expedição de alvará para levantamento do valor bloqueado. Prazo de 15 dias para cumprimento desta diligência.

ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM), ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0623004-65.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0624727-56.2018.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: Luiz Carlos Fernandes - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Prossigo no feito, ordeno a intimação do Estado do Amazonas para comprovar nos autos o cumprimento provisório da decisão prolatada nos autos do processo nº 0624727-56.2018, sob pena de bloqueio judicial, no prazo de 15 dias.

ADV: KENNY MARCEL OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 7202/AM), ADV: TAIS NAIARA SOUZA BEZERRA (OAB 12579/AM), ADV: TICIANO ALVES E SILVA (OAB 764A/AM), ADV: LUCILENE MACÊDO DOS SANTOS (OAB 8545/AM) - Processo 0623100-51.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Arnélio Barbosa dos Santos - REQUERIDO: Oculistas Associados de Manaus Ltda. - Cláudio do Carmo Chaves - Estado do Amazonas - DENUNCIADO: Reginaldo Pinto dos Santos - Tendo em vista que o AR (fl. 182) fora recebido por pessoa diversa, a fim de evitar futura alegação de nulidade, expeça mandado de citação para o denunciado Reginado Pinto dos Santos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0624835-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Férias - REQUERENTE: Raimunda Angela Gato da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Embora regularmente citado o réu não apresentou contestação, motivo pelo qual decreto a sua revelia, deixando, no entanto, de produzir os efeitos dela decorrentes, dado que a ação versa sobre direito indisponível, consoante dicção do inciso II, do art. 345, do CPC. Sendo assim, diga o autor, no prazo de 10 (dez) dias, as provas que pretende produzir. No mesmo prazo, de acordo com o art. 349 do CPC, poderá o revel apresentar provas contrapostas às alegações do autor. Decorrido o prazo sem manifestação, remetam-se os autos ao Ministério Público para emissão de parecer. Após, voltem os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0625853-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Diego Silva da Costa - REQUERIDO: Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU - Vip - Gestão e Logística Ltda. - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 22 de agosto de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: GUILHERME TORRES FERREIRA (OAB 5692/AM), ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: FIORELLA DEL MILAGRO ZELVAGGIO ALARCÓN (OAB 8287/AM), ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM), ADV: OSWALDO MACHADO NETO (OAB 8756/AM), ADV: TICIANO ALVES E SILVA (OAB A764AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: ALMIR ALBUQUERQUE DOS SANTOS ANSELMO (OAB 8441/AM), ADV: ADOLPHO MAURO MAUÉS NAZARETH (OAB 5540/AM), ADV: WILLIAM DA SILVA SIMONETTI (OAB 7441/AM) - Processo 0625970-

11.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: MÁRIO AUGUSTO BRAGA COSTA - WILLIAM GABRIEL DOS SANTOS COSTA - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Tendo em vista que, embora regulamente intimado o Estado do Amazonas deixou de apresentar impugnação ao cumprimento de sentença interposto pelo exequente, bem como em face dos cálculos de atualização realizados pela contadoria às fls. 236-239, consoante dicção do inciso I, do § 3º, do art. 535, do Código de Processo Civil, expeçam-se o precatório (crédito dos autores) e RPV (crédito do advogado). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM) - Processo 0629167-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Dalva Miranda Rabelo - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 23 de agosto de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM) - Processo 0632308-88.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0000396-32.1995.8.04.0012) - Liquidação de Sentença pelo Procedimento Comum - Juros - REQUERENTE: Raimundo Nonato Fernandes - REQUERIDO: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Ao exequente, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca das petições de fls. 174-181 e 188-195. Após, retornem os autos conclusos para decisão.

ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM) - Processo 0632314-95.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0000396-32.1995.8.04.0012) - Liquidação de Sentença pelo Procedimento Comum - Juros - REQUERENTE: José Nildo Cavalcanti - REQUERIDO: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Ao exequente, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca das petições de fls. 147-154 e 159-166. Após, retornem os autos conclusos para decisão.

ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM) - Processo 0632325-27.2019.8.04.0001 - Liquidação de Sentença pelo Procedimento Comum - Juros - REQUERENTE: Miguel Hermes - REQUERIDO: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Diga o exequente acerca da petição de fls. 162-169. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM) - Processo 0632332-19.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0000396-32.1995.8.04.0012) - Liquidação de Sentença pelo Procedimento Comum - Juros - REQUERENTE: Arminio José Martins Prestes - REQUERIDO: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Ao exequente, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca das petições de fls. 146-153 e 159-166. Após, retornem os autos conclusos para decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM) - Processo 0632336-56.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0000396-32.1995.8.04.0012) - Liquidação de Sentença pelo Procedimento Comum - Juros - REQUERENTE: Euler Artur Mendonça de Alencar - REQUERIDO: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Ao exequente, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca das petições de fls. 254-261 e 268-275. Após, retornem os autos conclusos para decisão.

ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM) - Processo 0632338-26.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0000396-32.1995.8.04.0012) - Liquidação de Sentença pelo Procedimento Comum - Juros - REQUERENTE: Raimundo Nonato C Bittencourt - REQUERIDO: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Ao exequente, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca das petições de fls. 161-168 e 174-181. Após, retornem os autos conclusos para decisão.

ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM) - Processo 0632341-78.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0000396-32.1995.8.04.0012) - Liquidação de Sentença pelo Procedimento Comum - Juros - REQUERENTE: Walter Martins de Oliveira - REQUERIDO: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Ao exequente, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca das petições de fls. 203-210 e 217-224. Após, retornem os autos conclusos para decisão.

ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM) - Processo 0632348-70.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0000396-32.1995.8.04.0012) - Liquidação de Sentença pelo Procedimento Comum - Juros - REQUERENTE: Espólio de Nizomar Alberto Araújo Gonçalves - REQUERIDO: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Ao exequente, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca das petições de fls. 196-203 e 208-215. Após, retornem os autos conclusos para decisão.

ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM) - Processo 0632354-77.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0000396-32.1995.8.04.0012) - Liquidação de Sentença pelo Procedimento Comum - Juros - REQUERENTE: Espólio de Jucimar Maia da Silva - REQUERIDO: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Ao exequente, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca das petições de fls. 136-143 e 148-155. Após, retornem os autos conclusos para decisão.

ADV: FREDERICO SANTOS PAIVA (OAB 6569/AM), ADV: LAÉRCIO DE CASTRO DOURADO JÚNIOR (OAB 13184/AM), ADV: CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 016696PA), ADV: ÁLVARO DA TRINDADE GARCIA FILHO (OAB 6236/AM) - Processo 0632430-38.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Reney Viana da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - À vista de todo exposto, JULGO A AÇÃO PROCEDENTE, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, CPC, para CONDENAR o ESTADO DO AMAZONAS na obrigação de fazer consistente na NOMEAÇÃO e POSSE do autor no cargo de Cirurgião-Dentista, para exercício em PARINTINS, conforme disposição editalícia.

ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM) - Processo 0632500-21.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0000396-32.1995.8.04.0012) - Liquidação de Sentença pelo Procedimento Comum - Juros - REQUERENTE: Espólio de Geraldo Ruy Freire de Menezes - REQUERIDO: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Ao exequente, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca das petições de fls. 133-139 e 210-217. Após, retornem os autos conclusos para decisão.

ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 3328/RO), ADV: LUÍS OTÁVIO DE ARAÚJO SILVA (OAB 6972/RO) - Processo 0643024-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Patricia Thiara dos Santos Braga - Willian Gabriel dos Santos Alves - Gabriely dos Santos Alves - Guilherme Bryan dos Santos Alves - Miguel Bryan dos Santos Alves - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Dessa forma, INDEFIRO a antecipação de tutela, entretanto não descarto a possibilidade de revê-la após a contestação ou na sentença de mérito. Cite(m)-se a(s) parte(s)

requerida(s) para, querendo, contestar(em) a ação, no prazo legal. Defiro a gratuidade judicial.

ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 3328/RO), ADV: LUÍS OTÁVIO DE ARAÚJO SILVA (OAB 6972/RO), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM) - Processo 0643201-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Joyciane dos Santos Mousinho - Aline Gabrielly Mousinho Xavier - Ezequiel Nícolas Mousinho Xavier - Yan Murilo Mousinho Xavier - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Dessa forma, INDEFIRO a antecipação de tutela, entretanto não descarto a possibilidade de revê-la após a contestação ou na sentença de mérito. Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para, querendo, contestar(em) a ação, no prazo legal. Defiro a gratuidade judicial.

ADV: CAMILLA PEREIRA DE MARCOS (OAB 14648/AM) - Processo 0643840-59.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Voluntária - REQUERENTE: O Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - REQUERIDO: Mauricio Wilker de Azevedo Barreto - Ante o exposto, defiro o pleito de notificação do Requerido MAURICIO WILKER DE AZEVEDO BARRETO, via Mandado, dando-lhe ciência quanto aos termos desta Interpelação, devendo ainda ser enviada a senha dos autos digitais ao Requerido/Interpelado.

ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM) - Processo 0644005-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Raimunda da Silva Reis - REQUERIDO: 'Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH - Estado do Amazonas - Dessa forma, INDEFIRO a antecipação de tutela, entretanto não descarto a possibilidade de revê-la após a contestação ou na sentença de mérito. Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para, querendo, contestar(em) a ação, no prazo legal. Defiro a gratuidade judicial.

ADV: RAFAEL YAN DE SOUZA SILVA (OAB 13427/AM) - Processo 0644012-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Gerson Monteiro dos Santos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Conforme certidão de fl. 25, o advogado que subscreve a petição inicial não possui poderes para fazê-lo, conforme se constata pela leitura da procuração de fl. 19. Assim, nos termos do caput do art. 71 do Código de Processo Civil, designo o prazo de 05 (cinco) dias para que seja sanada a irregularidade de representação, sob pena de extinção do feito.

ADV: JOSÉ ATAIDE CASTRO LEITE (OAB 53253/BA) - Processo 0644016-38.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Enaldo de Souza Gomes - REQUERIDO: O Estado do Amazonas - Tendo em vista a alteração da Lei de Organização Judiciária do Estado do Amazonas promovida pela LC nº 178/17, que transformou a 1ª VEDAE em Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal (art. 14) e, estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adolpho Mauro Maués Nazareth (OAB 5540/AM)
Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Alessandra Silva Santana (OAB 11900/PA)
Almir Albuquerque dos Santos Anselmo (OAB 8441/AM)
Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB 6236/AM)
Anatole Maria Araújo Marques dos Santos (OAB 2462/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
André Luiz Guedes da Silva (OAB 5261/AM)
Anna Cláudia Ferraz Rocha (OAB 8874/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Antonio Jose Custodio (OAB 2321/AM)
Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB 4368/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Camilla Pereira de Marcos (OAB 14648/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Caroline Ferreira Ferrari (OAB 767A/AM)
Cleide Amazonas da Silva Alves (OAB 717/AM)
CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 016696PA)
Daniel Augusto Maués Carvalho (OAB 5629/AM)
Deisi Ritter Rech (OAB 105823/RS)
Diego Antônio Cardoso de Almeida (OAB 62097/PR)
Eliana Gomes Silva de Paula (OAB 4341/AM)
Élida de Lima Reis Corrêa (OAB 7458/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Eugênio Augusto Carvalho Seelig (OAB 8625/AM)
Fábio Martins Ribeiro (OAB 449A/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernando Costa Alves (OAB 10859/AM)
Fernando Ricardo Fernandes Coelho (OAB 2218/AM)
Fiorella Del Milagro Zelvaggio Alarcón (OAB 8287/AM)
Frederico Santos Paiva (OAB 6569/AM)
Giordano Bruno da Costa Cruz (OAB 761A/AM)
Guilherme Torres Ferreira (OAB 5692/AM)
Helane Araújo da Costa (OAB 7350/AM)
Hugo Fábio Sampaio Telles de Souza (OAB 7153/AM)
Ismael de Melo Silva (OAB 4921/AM)
Ivânia Lúcia Silva Costa (OAB 7530/AM)
José Ataide Castro Leite (OAB 53253/BA)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
Juliana Correa Tuji (OAB 6559/AM)
Karla Brito Novo (OAB 4771/AM)
Kenny Marcel Oliveira dos Santos (OAB 7202/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Ladyane Serafim Pereira (OAB 4990/AM)
Laércio de Castro Dourado Júnior (OAB 13184/AM)
Lisieux Ribeiro Lima (OAB 4486/AM)
Lorena Silva de Albuquerque (OAB 6023/AM)
Louise Caroline Miquiles Guimarães (OAB 9251/AM)
Lucilene Macêdo dos Santos (OAB 8545/AM)
Luís Otávio de Araújo Silva (OAB 6972/RO)
Luiz Gustavo Cardoso Maia (OAB 6971/AM)
Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB 2538/AM)
Márcio Pinheiro Azêdo (OAB 7539/AM)
Marina de Araújo Pereira Lindoso (OAB 5616/AM)
Maurício Pereira da Silva (OAB 1122/AM)
Meyre Anne Magalhães Neves (OAB 4242/AM)
Michely de Souza Costa (OAB 81574/RS)
Mônica Santa Rita Bonfim (OAB 3384/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Nyton Paes de Oliveira (OAB 8448/AM)
Oswaldo Machado Neto (OAB 8756/AM)
Rafael Lins Bertazzo (OAB 7213/AM)
Rafael Yan de Souza Silva (OAB 13427/AM)
Samara Guerra Almeida (OAB 7194/AM)
Silvana Castro Muniz (OAB 3328/RO)
Tais Naiara Souza Bezerra (OAB 12579/AM)
Tatianny Alecrim Pinto (OAB 8488/AM)
Thaís Lina Monteiro do Nascimento (OAB 12156/AM)
Ticiano Alves e Silva (OAB 764A/AM)
Ticiano Alves e Silva (OAB A764AM)
Vivien Medina Noronha (OAB 1931/AM)
William da Silva Simonetti (OAB 7441/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0156/2019

ADV: LADYANE SERAFIM PEREIRA (OAB 4990/AM), ADV: SEVERINO RAMOS DA SILVA (OAB 2588/AM) - Processo 0024734-45.2010.8.04.0012 (012.10.024734-5) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Paulo de Tarso Barbosa Sampaio - EXECUTADO: Município de Manaus e outro - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública Manaus 0024734-45.2010.8.04.0012 Cumprimento de Sentença Indenização por

Dano Material Exequente:Paulo de Tarso Barbosa Sampaio Executado: Município de Manaus CERTIDÃO Certifico que no dia 06/08/2019, foi juntado aos autos, pela Contadoria Judicial, o relatório de Cálculos de Atualização do valor condenatório, fls. 375. É o que me cumpre certificar. Manaus, 19 de agosto de 2019 Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no art. 3º do Provimento nº 63/02-CGJ, ficam as partes intimadas para se manifestarem, expressamente, quanto aos cálculos de atualização de fls. 375, no prazo de 05 (cinco) dias, sendo em dobro para o ente público, nos termos do art. 183 do CPC. . Manaus, 19 de agosto de 2019 Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria

ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM), ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM), ADV: GIORDANO BRUNO DA COSTA CRUZ (OAB 761A/AM) - Processo 0206243-68.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão - REQUERENTE: Francis Cândido dos Santos - REQUERIDA: Estado do Amazonas (Secretaria do Estado de Planejamento e Coordenação Geral) e outro - Autos nº:0206243-68.2012.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Cível Exequente: Executado: Francis Cândido dos Santos Estado do Amazonas DESPACHO Defere-se o pedido de cumprimento de sentença. Ademais, intime-se a parte executada para, caso assim desejar, impugnar a execução, no prazo de 30 (trinta) dias, segundo dicção que se extrai do artigo 535 da Lei 13.105/2015 - Código de Processo Civil. Havendo impugnação à presente execução, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo legal. Decorrido os prazos, façam-me os autos conclusos para decisão. Intime-se. Cumpra-se Manaus, 09 de julho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: AUGUSTO CESAR SANTOS PANTOJA (OAB 5976/AM), ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM), ADV: EDUARDO BEZERRA VIEIRA (OAB 6147/AM) - Processo 0214104-08.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Município de Manaus - REQUERIDO: Macropecas Comercial Ltda e outros - Processo nº: 0214104-08.2012.8.04.0001 Classe: Cumprimento de Sentença Exequente: Município de Manaus Executado: Macropecas Comercial Ltda, Belarmino Alberto de Barros Lins e Maria Elaine dos Santos Graça ATO ORDINATÓRIO - VISTA AO EXEQUENTE De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no Provimento nº 63/02-CGJ, art. 1º, XXIV e XXXV, a fim de acelerar a triagem de documentos necessários para a formação do precatório, fica a parte exequente intimada para fazer a juntada nos autos das informações e documentos elencados no art. 18 da Resolução nº 03/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e parágrafo 1° do referido dispositivo, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de não formação do precatório. Manaus, 23 de agosto de 2019 Mateus Henrique Ramos da Costa Assistente de Diretor (Portaria 410/2016-PTJ)

ADV: ANDRÉA VIANEZ C. CAVALCANTI (OAB 2413/AM), ADV: FRANCISCO CLOACIR CHAVES FIGUEIRA (OAB 2501/AM) - Processo 0229314-94.2015.8.04.0001 (processo principal 0206192-62.2009.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil do Empregador - EXEQUENTE: Elisângela Gaspar da Silva - EXECUTADA: Município de Manaus - PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS Comarca de Manaus Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública PROCESSO nº: 0229314-94.2015.8.04.0001 Exequente: Elisângela Gaspar da Silva Executado: Município de Manaus ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no Provimento nº 63/02-CGJ, art. 1º, XXIV e XXXV, fica a parte exequente ciente do alvará de fls. 87, e intimado para requerer o quê de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Manaus, 19 de agosto de 2019 Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria

ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM), ADV: HENRIQUE SIMCH DE MORAIS (OAB 11030/AM), ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM) - Processo 0243325-26.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Nazaré Miyuki Guemba de Almeida - DESPACHO Autos nº:0243325-26.2018.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível AssuntoObrigação de Fazer / Não Fazer Autor:Nazaré Miyuki Guemba de Almeida Réu:Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado Do Amazonas- FCECON e Estado do Amazonas Vistos etc. Da análise dos autos, constata-se que as partes são legítimas e presentes se acham as demais condições da ação. Ainda, verifica-se a inexistência de irregularidades a sanar ou nulidades a declarar. Por consequência, o processo se acha em ordem, razão pela qual declara-se o mesmo saneado para que produza seus legais efeitos. Noutro giro, intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente a necessidade e a pertinência para a decisão do feito, sob pena de preclusão, esclarecendo, no mesmo prazo, se pretendem o julgamento imediato do pedido. Registra-se que o protesto genérico pela produção de todas as provas não substitui a obrigação das partes de indicar, de forma específica e justificada, aquelas com as quais pretendem demonstrar os fatos alegados, nos termos dos artigos 319, inciso VI, e 336, do Código de Processo Civil. Assim, ficam as partes advertidas, desde já, que o silêncio ou a apresentação de requerimentos genéricos serão interpretados como concordância com o julgamento antecipado do processo. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 28 de junho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM), ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM), ADV: NEUSA DÍDIA BRANDÃO SOARES (OAB 2342/AM) - Processo 0254419-49.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão - REQUERENTE: Darli Moraes da Veiga - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Governo do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e outro - Autos nº:0254419-49.2010.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Cível Exequente: Executado: Darli Moraes da Veiga Estado do Amazonas DESPACHO Defere-se o pedido de cumprimento de sentença. Ademais, intime-se a parte executada para, caso assim desejar, impugnar a execução, no prazo de 30 (trinta) dias, segundo dicção que se extrai do artigo 535 da Lei 13.105/2015 - Código de Processo Civil. Havendo impugnação à presente execução, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo legal. Decorrido os prazos, façam-me os autos conclusos para decisão. Intime-se. Cumpra-se Manaus, 09 de julho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: RÔMULO JOSÉ FERNANDES DA SILVA (OAB 1818/AM), ADV: TRACEY MARIA DA SILVA RESENDE (OAB 4329/AM), ADV: JOSÉ LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JÚNIOR (OAB 5517/AM), ADV: LUCAS GRANGEIRO BONIFÁCIO (OAB 14198/AM) - Processo 0601400-53.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Crédito Tributário - EXEQUENTE: Amaury Guimaraes de Matos - Município de Manaus - EXECUTADO: MUNICIPIO DE MANAUS - DESPACHO Autos nº:0601400-53.2016.8.04.0001 Classe:Cumprimento de Sentença Autor:Amaury Guimaraes de Matos e Município de Manaus Réu:Municipio de Manaus Vistos etc. Tendo em vista a não aceitação da proposta pelo Município de Manaus, à secretaria para que proceda com as demais diligências do despacho de fls. 127. Manaus, 24 de julho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: LUCIANA ELVAS PINHEIRO (OAB 5657/AM), ADV: THIAGO BEZERRA DO MONTE (OAB 61029/PA) - Processo 0604700-23.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: BLENNO LEMOS MARTINS - REQUERIDO: Universidade do Estado do Amazonas e outro - Autos nº:0604700-23.2016.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Cível Autor/a: Réu: BLENNO LEMOS MARTINS Estado do Amazonas, Universidade do Estado do Amazonas e Universidade do Estado do Amazonas - UEA SENTENÇA Vistos etc. I Relata-se. Trata-se de ação de obrigação de fazer com pedido de tutela específica antecipada ajuizada por BLENNO LEMOS MARTINS em face do Estado do Amazonas, Universidade do Estado do Amazonas e Universidade do Estado do Amazonas - UEA. A parte autora não se manifestou quanto aos despachos de fls. 110/111 e 117. Portanto, devido ao grande lapso temporal sem resposta da mesma, o Despacho de fl. 117 intimou a parte ré para que requere-se o quê de direito, nos moldes do § 6° do art. 485 do CPC. A parte ré deixou de se manifestar, entendendo este juízo, pela aceitação tácita quanto ao abandono. É breve o relatório. II Fundamenta-se. Tal como relatado, a parte autora, apesar das oportunidades ofertadas para promover as diligências indicadas nos pronunciamentos judiciais acima referidos, escolheu o caminho do não atendimento, assim fazendo sem apresentar qualquer justificativa. Portanto, vislumbra-se que não há interesse de agir por parte da mesma,

circunstância que impõe o abandono da causa. Nessa senda, dita o art. 485 da Lei n.13.105/15: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: I - indeferir a petição inicial; II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; Colaciona-se a seguinte jurisprudência: EXTINÇÃO DO PROCESSO. ABANDONO DA CAUSA. Justifica-se a extinção do processo por abandono quando paralisado há mais de trinta dias, apesar da intimação do autor, por meio do seu advogado e pessoalmente - CPC 238, § único - para impulsioná-lo. (TJ-DF - APC: 20130710069063, Relator: FERNANDO HABIBE, Data de Julgamento: 11/02/2015, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 25/01/2016 . Pág.: 355) DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO. ABANDONO DA CAUSA. I - É cabível a extinção do processo sem resolução do mérito, por abandono da causa, quando, embora intimado pessoalmente e por intermédio de seu advogado, o autor não promove as diligências necessárias ao prosseguimento da ação. Negou-se provimento ao recurso. (TJ-DF - APC: 20140111279682, Relator: JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 25/11/2015, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 07/12/2015 . Pág.: 334) Diante disso, considerando que no caso, o impulso do feito cabe exclusivamente à parte autora, e que apesar de intimada após a constatação do lapso temporal, não o fez, cabe de rigor a sua extinção sem resolução de mérito, por abandono da causa, com fundamento no artigo 485, inciso III do novo CPC. III Decide-se. Isto posto, EXTINGUE-SE O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, diante do abandono da causa, conforme a dicção que se extrai do art.485, inciso III, do CPC. Defere-se o pedido de justiça gratuita, eximindo a autora do pagamento das custas processuais pelo prazo previsto no art. 98, §3°, do Códex Processual Civil. Não interposto o recurso de apelação, intime-se o réu do trânsito em julgado da sentença e, em seguida, arquive-se os autos, em consonância com o § 3º do art. 331, CPC. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 06 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM), ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM) - Processo 0607287-86.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Regime Previdenciário - REQUERENTE: RIGONEY CASTRO COSTA - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública Manaus 0607287-86.2014.8.04.0001 Procedimento Comum Cível Regime Previdenciário Requerente:RIGONEY CASTRO COSTA Requerido: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas CERTIDÃO Certifico que no dia 21/08/2019, foi juntado aos autos, pela Contadoria Judicial, o relatório de Cálculos de Atualização do valor condenatório, às fls. 353-357. É o que me cumpre certificar. Manaus, 23 de agosto de 2019 Mateus Henrique Ramos da Costa Assistente de Diretor (Portaria 410/2016-PTJ) ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no art. 3º do Provimento nº 63/02-CGJ, ficam as partes intimadas para se manifestarem, expressamente, quanto aos cálculos de atualização de fls. 353-357, no prazo de 05 (cinco) dias, sendo em dobro para o ente público, nos termos do art. 183 do CPC. . Manaus, 23 de agosto de 2019 Mateus Henrique Ramos da Costa Assistente de Diretor (Portaria 410/2016-PTJ)

ADV: ALCINEIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 3887/AM), ADV: INGRID KHAMYLLA MONTEIRO XIMENES DE SOUSA (OAB 3629/AM), ADV: JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA (OAB 4364/AM), ADV: TIBIRIÇÁ VALÉRIO DE HOLANDA FILHO (OAB 7159/AM), ADV: WELLINGTON FILGUEIRA SAMPAIO (OAB 5308/AM) - Processo 0609270-18.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Classificação e/ou Preterição - REQUERENTE: Alexsandro Xavier de Melo - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - SENTENÇA Autos nº:0609270-18.2017.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível Assunto:Classificação e/ou Preterição Autor:Alexsandro Xavier de Melo Réu:Estado do Amazonas e Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs Vistos etc. I.- Relata-se. Antes de iniciar o relatório, cumpre ressaltar que os autos presentemente decididos, consoante provimento de correição de fls. 228/229, foram inicialmente distribuídos em data de 21/03/2017, para o Juízo da 4a. Vara da Fazenda Estadual, extinta por força da LC n.198/2018, motivo pelo qual os mesmos autos foram redistribuídos para esta 4a. Vara da Fazenda Pública em data de 21.08.2018. Registra-se, ainda, que os autos se encontravam sem movimentação desde 15/07/2017, antes de serem recebidos pelo presente juízo. Trata-se de ação ordinária, com pedido de concessão de tutela provisória ajuizada por Alexsandro Xavier de Melo em face do Estado do Amazonas e Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs, tendo ambas as partes sido devidamente qualificadas na inicial. Aduz a parte autora que prestou concurso público para seleção e ingresso de candidatos para preenchimento de vagas do quadro de servidores da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas, para uma vaga de ENFERMEIRO, para a Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas, conforme edital n. EDITAL N° 01, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, em anexo. Foi classificado em 5º lugar, portanto, dentro do número de vagas oferecidas pelo requerido, que ofertava 12 vagas. Até a presente data apenas foram chamados os 3 primeiros aprovados para a Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas, sendo que somente o aprovado em 3º lugar tomou posse, conforme trecho do processo administrativo. Portanto, se os dois primeiros aprovados que foram nomeados não tomaram posse, significa que o réu tem necessidade de preencher essas duas vagas, tanto que os nomeou. O autor passou em 5º lugar e se as duas vagas não foram preenchidas, o réu deveria nomear logo os aprovados em 4º e 5º, já que não resta dúvidas quanto a necessidades de preenchimento dessas vagas. Dessa feita, tendo sido comprovada a disponibilidade fática de vaga durante o prazo de validade do concurso, em razão de desistência de candidatos aprovados e nomeados, resta patente a existência de direito à nomeação por parte do candidato, em atenção à ordem de colocação. Assim, resta comprovado a necessidade de preenchimento das vagas disponíveis, em razão da desistência dos dois candidatos aprovados nas colocações iniciais. O aludido concurso público teve seu resultado final homologado pela Portaria n. 251/2015-SUSAM, de 17/04/2015, em anexo. O prazo de validade do concurso é de dois anos, contados a partir da data de homologação do resultado final, portanto, como o edital de homologação é datado de 17/04/2015, a validade do concurso vai até 17/04/2017, conforme item 14.26 do Edital (fls. 19 do Edital). Assim, não restou outra alternativa ao Autor senão a de recorrer ao Poder Judiciário para fazer valer seu direito subjetivo de ser nomeada para o cargo de enfermeira para o qual foi legitimamente aprovado. Juntou documentos às fls. 21/90. Citado, o réu Estado do Amazonas, apresentou contestação às fls. 100/111, tendo alegado como preliminares de mérito ilegitimidade ativa, impossibilidade de concessão de antecipada de tutela em face Fazenda Pública. No mérito, argumentou sobre discricionariedade da administração pública em escolher o momento da nomeação dos aprovados, dentro do prazo de validade (aduziu que o prazo de validade do concurso venceria em 16/04/2019, uma vez que restou prorrogado), inexistência de contratações de servidores temporários e terceirizados em detrimento dos proados no certame, por fim, pugnou pela improcedência do pedido autoral. Contestação da Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas - FVS/AM, às fls. 112/116, tendo alegado como preliminares de mérito ilegalidade de parte e ausência de interesse de agir, por fim, pugnou pela improcedência do pedido autoral. Juntou documentos às fls. 118/174. Réplica às fls. 177/186. Parecer Ministerial às fls. 218/223, tendo o Parquet opinado pela improcedência do pedido, posto que à época ainda não havia encerrado o prazo do concurso. Despacho anunciando o julgamento antecipado da lide, às fls. 230/231, tendo as partes anuído com o anúncio feito. É o relatório. II.- Fundamenta-se. Da legitimidade do Estado do Amazonas e Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas - FVS/AM Impende destacar que o artigo 54 da Constituição do Estado do Amazonas, elenca dentre as competências privativas do Chefe do Poder Executivo, a saber, o Governador do Estado, a competência privativa de: XIX - promover os cargos públicos estaduais, demitir, exonerar e aposentar seus titulares, com as restrições desta Constituição e na forma que a lei estabelecer. Portanto, é parte legítima, o Estado do Amazonas, para figurar no pólo passivo da presente demanda. Nesse sentido: Administrativo. Concurso Público. Ilegitimidade passiva. Eliminação. 1 - Entidade

atua como mera executora de concurso público. Não age em nome próprio, mas do ente contratante - Distrito Federal, que tem legitimidade para atuar no polo passivo de ação que discute direito dos candidatos. 2 - Se o candidato, com a nota obtida na prova objetiva, não alcança a classificação necessária para participar das fases seguintes, legítima a sua eliminação do certame. 3 - Agravo não provido. (TJ-DF - AGI: 20150020157718, Relator: JAIR SOARES, Data de Julgamento: 12/08/2015, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 18/08/2015 . Pág.: 199). No que tange a arguição de ilegitimidade da Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas - FVS/AM, merece ser acolhida, uma vez que é responsabilidade do Estado do Amazonas realizar a respectiva nomeação. Do mérito O demandante buscou tutela jurisdicional, com o fito de ver reconhecido o seu direito de ser nomeada para o cargo no qual foi aprovado mediante concurso público, nos termos do art. 37, II, do CPC. Alega que, mesmo tendo sido aprovada dentro do número de vagas, não foi nomeada pelo réu, para tomar posse do cargo público. Este fato foi verdadeiramente comprovado nos autos, o que demonstra o direito subjetivo da demandante em ser nomeada para o cargo no qual foi aprovada, conforme jurisprudência consolidada do STF e do STJ. A propósito, colaciona-se alguns julgados das Cortes Superiores: Publicado o Edital que rege o concurso público, com número específico de vagas, o ato da Administração que declara os candidatos aprovados no certame cria um dever de nomeação para a própria Administração e, portanto, um direito à nomeação titularizado pelo candidato aprovado dentro desse número de vagas. (...) RE 666092 AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 03/04/2012). A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que o candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas previstas no edital tem direito líquido e certo à nomeação. (...) (MS 16.696/DF, Rel. Min. Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 22/05/2013). O Estado do Amazonas, por sua vez, alegou em constatação, datada em 14 de julho de 2017, que o prazo de validade do concurso venceria em 16/04/2019, uma vez que restou prorrogado. Por consequência argumentou sobre discricionariedade da administração pública em escolher o momento da nomeação dos aprovados, dentro do prazo de validade. Nesse sentido, é a jurisprudência: Mandado de Segurança. Concurso público. Candidata aprovada dentro do número de vagas. Prazo de validade encerrado. Direito subjetivo à nomeação - O candidato aprovado dentro do número de vagas em Concurso público possui direito subjetivo à nomeação e posse no Cargo para o qual concorreu - É dever da Administração nomear candidato aprovado dentro do número de vagas em Concurso Público com prazo de validade encerrado - Mandado de Segurança concedido. Vistos, relatados e discutidos estes autos do Mandado de Segurança nº 1001354-15.2018.8.01.0000, acordam, à unanimidade, os Membros que compõem o Pleno Jurisdicional do Tribunal de Justiça do Estado do Acre em conceder a Segurança, nos termos do Voto do Relator, que faz parte deste Acórdão. (TJ-AC - MS: 10013541520188010000 AC 1001354-15.2018.8.01.0000, Relator: Samoel Evangelista, Data de Julgamento: 10/10/2018, Tribunal Pleno Jurisdicional, Data de Publicação: 15/10/2018). Assim, verificado o encerramento do prazo de validade do referido certame em 16/04/2019, conforme argumentado pelo réu em sede de contestação, é dever da Administração nomear candidato aprovado dentro do número de vagas em Concurso Público com prazo de validade encerrado. III.- Decide-se Confirma-se a rejeição da preliminar levantada pelo réu, conforme fundamentado previamente. Na sequência, quanto ao mérito: Diante de todo o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE a presente ação para condenar o réu a realizar a nomeação do autor, no CARGO DE ENFERMEIRO, da FVS - Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária, no montante de R$ 1.000,00 (mil reais), sem limite de dias. Por consequência, extingue-se o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Concede-se à parte autora os benefícios da justiça gratuita. Ausência do pagamento de custas por ser o réu a Fazenda Pública e o autor beneficiário da justiça gratuita. Por fim, condena-se a parte ré ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em R$ 2.000,00 (dois mil reais), nos termos do art. 85, §3.°, I, do Código de Processo Civil, devendo ser observado os preceitos do §14, do códex processual. A atualização destes deve ser feita com a aplicação dos seguintes índices: juros de 0,5% ao mês, a partir do trânsito em julgado e correção monetária pelo IPCA-e, a partir do arbitramento. Sentença não sujeita ao reexame necessário, nos moldes do art. 496, §3°,II, do Código Processual Civil. Na hipótese de interposição de recurso de apelação, por não haver juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo a quo (art. 1.010, CPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para oferecer resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, remetam-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do juízo, para apreciação do recurso. Após o trânsito em julgado, não havendo requerimento de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Dê-se ciência ao Ministério Público da presente decisão. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 07 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: RICARDO PINHEIRO DA COSTA (OAB 7952/AM), ADV: CAROLINA FARIAS DE BARROS (OAB 8005/AM), ADV: KEITHIANE DA SILVA PINHEIRO (OAB 7948/AM) - Processo 0617772-82.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Anthony Lopes - EXECUTADO: Gledison Pereira de Souza e outro - SENTENÇA Autos nº:0617772-82.2013.8.04.0001 Classe: Exequente: Executado: Cumprimento de Sentença Anthony Lopes Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM I.- Relata-se. Trata-se de cumprimento de sentença proposto por Anthony Lopes em face do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM, objetivando o pagamento de danos morais e honorários de sucumbência, no montante de R$ 38.758,70 (trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e oito reais e setenta centavos), as quais foi o executado condenado a pagar conforme sentença de fls. 137/146. Deferido o cumprimento de sentença, foi determinada a intimação do executado para, querendo, impugnar o cumprimento de sentença no prazo de 30 dias. Petição do Detran/AM concordando com os valores. É o relatório. II.- Fundamenta-se. O presente feito diz respeito ao cumprimento de sentença relativo ao pagamento de valores devidos pela fazenda executada em favor de Anthony Lopes. O executado, devidamente intimado, não opôs resistência a execução proposta. Dessa forma, não havendo impugnação por parte da parte executada, não resta outra ação, que não seja a homologação dos cálculos apresentados pela parte exequente. III.- Decide-se Desde modo, HOMOLOGAM-SE os cálculos apresentados pelo exequente, às fls. 166 para que produzam seus jurídicos e legais efeitos. Com o trânsito em julgado desta decisão, à Secretaria para providenciar a expedição de precatório em favor do exequente e de RPV em favor do seu patrono, nos termos do art. 535, §3°, do CPC. Havendo a comprovação do pagamento, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019 Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: CLAYTON QUEIROZ SABÓIA (OAB 11446/AM), ADV: EDMARIE DE JESUS CAVALCANTE (OAB 3351/AM), ADV: HENRIQUE SIMCH DE MORAIS (OAB 11030/AM), ADV: RONALDO ANDRADE (OAB 2240A/MP), ADV: BRENNO CAZEMIRO CÂMARA (OAB 13168/AM), ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM), ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM) - Processo 0618299-92.2017.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau e outro - REQUERIDO: Millennium Locadora Ltda - Ivair Ferreira - Lucilene Florencio Viana e outros - DESPACHO Autos nº:0618299-92.2017.8.04.0001 Classe:Ação Civil de Improbidade Administrativa Autor(a):Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau e 78 .ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público Réu:Mauro Giovanni Lippi Filho, Millennium Locadora Ltda, Ivair Ferreira, Lucilene Florencio Viana, Mônica de Lima e Silva e Norma Cristina Silva Fonseca Vistos etc. Processo aguardando realização de perícia. Às fl. 2767, a empresa ré Millennium Locadora Ltda solicitou ao juízo informação sobre onde deve depositar os honorários do perito. Em resposta, informa-se que os honorários deverão sempre ser depositados na conta judicial do processo, havendo, posteriormente a expedição de Alvará para o pagamento do expert. Desse modo, intime-se a

citada ré para depositar os honorários, no prazo de 10 (dez) dias. Após, expeça-se Alvará de levantamento de 50% dos honorários, ao perito, bem como intime-se este para marcar a data da perícia, com lapso temporal mínimo de 30 dias, a fim de haja tempo hábil para a intimação das partes quanto ao ato. Concede-se ao perito o prazo de 40 dias para a elaboração do laudo pericial. Após a entrega deste, fica desde já autorizada a Secretaria a expedir Alvará de levantamento do valor restante dos honorários. Após a entrega do laudo pericial, intimem-se as partes para manifestação sobre o mesmo, devendo indicar se possuem interesse na realização de audiência de instrução e julgamento. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 15 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: JULIANO LUÍS CERQUEIRA MENDES (OAB 3940/AM), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446/AM), ADV: MÔNICA BANDEIRA DE MELLO LEFEVRE (OAB 57540/PR) - Processo 0618970-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Equilíbrio Financeiro - REQUERENTE: Açaí Transportes Coletivos Ltda. e outros - REQUERIDO: Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU e outro - ATO ORDINATÓRIO Processo nº 0618970-81.2018.8.04.0001 Classe: Procedimento Comum Cível Autor: Açaí Transportes Coletivos Ltda. Réu: Município de Manaus CERTIDÃO Certifico que no dia 21/01/2019 a parte autora, ora embargante juntou tempestivamente os embargos de declaração de fls. 1614/1617, em face da decisão proferida nos presentes autos às fls. 1610/1613. É o que me cumpre certificar. Manaus, 19 de agosto de 2019. Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no art. 1.023, § 2º do Código de Processo Civil, fica o réu, ora embargado, intimado a manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias, observado o art. 183 do mesmo diploma legal, caso este seja ente da Fazenda Pública. Manaus,19 de agosto de 2019. Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria

ADV: THIAGO DOS SANTOS BARBOSA (OAB 5299/AM), ADV: JANDER DA SILVA NASCIMENTO (OAB 10377/AM) - Processo 0621494-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Doralice da Silva Nascimento - Autos nº:0621494-17.2019.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Cível Autor(a):Doralice da Silva Nascimento Réu(s):Estado do Amazonas DESPACHO Verifica-se que o ponto central da controvérsia está demonstrado nos autos e o feito se faz pronto para recepcionar final outorga jurisdicional. Desta forma, identifica-se, na espécie, a possibilidade de proferir julgamento antecipado da lide de acordo com o atual estado do processo, segundo dicção que se extrai do artigo 355 do CPC. Aplica-se à causa a regra do art. 357 do CPC, para ordenar a intimação das partes e de seus procuradores para, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação deste despacho, manifestarem-se: I. Se desejam firmar algum acordo; II. Se concordam com o julgamento antecipado, pois a questão é unicamente de direito e prova documental; III. Caso contrário, indicarem as provas que pretendem produzir, explicitando a sua necessidade. Destarte, ficam as partes intimadas para se manifestarem acerca deste pronunciamento, entendendo-se o silêncio como aceitação ao julgamento antecipado previsto no art. 355, inciso I do CPC. Após a manifestação nos autos, voltem-me os autos conclusos. Manaus, 02 de julho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: ARIEL SHALOM BENCHIMOL DE RESENDE (OAB 6095/AM), ADV: PRISCILA INOCÊNCIO DOS SANTOS (OAB 10445/AM) - Processo 0623505-87.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jose Hugo Monteiro da Silva - REQUERIDA: Município de Manaus - SENTENÇA Autos nº:0623505-87.2017.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível Assunto:Obrigação de Fazer / Não Fazer Autor(a):Jose Hugo Monteiro da Silva Réu(s):Município de Manaus Vistos etc. I.- Relata-se. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por Jose Hugo Monteiro da Silva em face do Município de Manaus, tendo ambas as partes sido devidamente qualificadas na inicial. Aduz a parte autora que trabalhou para a Prefeitura exercendo cargo em comissão como Assistente de fiscalização da Comissão Operacional de Avaliação de Monitoramento das Atividades do Comércio Informal da SEMPLAB, no período de 06/08/2010 a 30/12/12, aonde percebia um salário no valor de R$1.300,00 (um mil e trezentos reais), quando foi expedido decreto com sua exoneração. Não obstante, informa que foi convidado pela nova administração para realizar o mesmo trabalho a partir do dia 03/01/2013. Após um mês, ao não receber a remuneração devida, foi informado pelo Sr. Rui que deveria continuar fazendo o seu trabalho, pois o iria receber o dinheiro na sua conta. Porém, após trabalhar por seis meses sem receber qualquer remuneração, o autor entendeu por bem ajuizar a presente ação, a fim de que seja o réu condenado ao pagamento dos vencimentos não pagos, acrescidos do valor relativo aos depósitos de FGTS e dano moral, no montante de R$20.000,00 (vinte mil reais). Juntou documentos às fls. 12/53. Termo de audiência de conciliação às fls. 71/72, não tendo havido a autocomposição. Citado, o réu apresentou contestação às fls.73/88, tendo alegado, no mérito, que o autor laborou na usurpação da função pública, uma vez que não há provas de que fora convidado ou mesmo nomeado para exercer o cargo público. Por fim, pugnou pela declaração de improcedência do pedido autoral. Juntou documentos às fls. 89/95. Réplica às fls. 99/102. Parecer Ministerial às fls. 108/112, tendo o Parquet informado não haver interesse público na causa, que justificasse a sua intervenção. O processo foi incluído da Semana Nacional de Conciliação. Termo de audiência Às fls. 134/135, não tendo havido autocomposição. Ademais, as partes pugnaram pelo julgamento antecipado da lide. É o relatório. II.- Fundamenta-se. Não há preliminares a serem analisadas, motivo pelo qual, passa-se à análise do mérito. O autor alegou que laborou junto ao Município de Manaus por quase 6 meses, sem que houvesse a contraprestação pelo função exercida. Ainda, sustentou que fora assinado um contrato de trabalho, porém, não lhe foi fornecida qualquer cópia do mesmo. Para comprovar suas alegações, juntou aos autos, às fls. 20/49, referente aos relatórios das visitas técnicas e serviços realizados nas escolas participantes de do Projeto Horta Escolar e Paisagismo. O Município de Manaus, por sua vez, alegou que o autor, na verdade, usurpou função pública, a fim de receber vencimentos. Analisadas as provas acostadas nos autos, não restam dúvidas de que houve a prestação de serviço pelo demandante, durante o período narrado na inicial, mesmo que a Administração Pública não tenha formalizado o ato de nomeação do mesmo. Ademais, pelos documentos de fls. 20/25, constata-se que a função pública do autor era de conhecimento dos gestores escolares, bem como da Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento - SEMPAB, uma vez que a documentação é toda oficial do órgão, tendo o demandante sido citado no ofício de fls. 20, com a indicação de que estaria realizado um ótimo trabalho. Portanto, inverídica é a argumentação da parte ré, de que o autor estaria usurpando a função pública, porquanto o exercício de suas atividade era de conhecimento da Administração Municipal. Assim, havendo a prestação do serviço, deve ser o prestador recompensado com o seu vencimento. Nesse passo, o demandante sustenta que deixou de receber os vencimentos referentes ao período trabalhado, qual seja, janeiro a junho de 2013. Com efeito, sendo a remuneração do cargo correspondente à R$1.300,00 (um mil e trezentos reais), e tendo o demandante trabalhado pelo prazo de 6 meses, lhe é devido R$7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), valor este que deve ser atualizado monetariamente, com juros de 0,5% ao mês e correção pelo IPCA-e, porquanto são os índices aplicáveis às condenações da Fazenda Pública. No que concerne ao dano moral, este decorre de responsabilidade da Administração Pública, porquanto é evidente a ocorrência do dano, ocasionado pelo não pagamento da remuneração do demandante. Por óbvio, o demandante se viu largamente prejudicado em virtude da falta da contraprestação pelo serviço prestado, uma vez que não pode arcar com seus compromissos financeiros. Com efeito, a jurisprudência entende que a retenção de salário sem qualquer justificativa enseja, por si só, a indenização por dano moral. Veja-se: CONSUMIDOR. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. RETENÇÃO INDEVIDA DE SALÁRIO. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO. FIXAÇÃO DO VALOR. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. ATENDIMENTO. 1. Considerando-se o caráter alimentar da verba, a retenção indevida de salário enseja danos de moral, notadamente quando não comprovada qualquer dívida com a instituição bancária a justificar a medida. 2. Deve ser mantido o valor da indenização na hipótese em que observados os

princípios da razoabilidade e proporcionalidade. (TJ-MG - AC: 10707130246713001 MG, Relator: Cabral da Silva, Data de Julgamento: 09/05/2017, Câmaras Cíveis / 10ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 09/06/2017) Destarte, na fixação do quantum da indenização por dano moral, deve-se buscar um equilíbrio entre o grau de culpa do agente, as condições da parte lesada e a dimensão do dano causado, para que a reparação seja capaz de neutralizar o sofrimento imposto, sem que se atribua à indenização um caráter sancionatório ou que enseje um enriquecimento sem causa da demandante. Dentro dessas diretrizes e levando-se em conta as peculiaridades do caso em análise, afigura-se justo acolher o pedido por dano moral, no montante requerido pelo autor, qual seja R$20.000,00 (vinte mil reais), como quantia justa para indenizá-lo pelo dano sofrido. Relativamente ao pedido de FGTS, este, por sua vez, não merece guarida. Isso porque o contrato do demandante com a Administração Pública é regido pelo Regime Jurídico Administrativo, e tal vínculo apenas possibilita o pagamento das verbas elencadas no §3°, do art. 39, da CF, não havendo a previsão do pagamento dos depósitos de FGTS. Confira-se o que dita o mencionado dispositivo: Art. 39. (...) § 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir. Desse modo, indevido é o montante relativo aos depósitos do FGTS. III.- Decide-se Diante de todo o exposto, JULGA-SE PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente ação para condenar o réu Município de Manaus ao pagamento em favor do autor de R$7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), a título de dano material e R$20.000,00 (vinte mil reais) pelo dano moral sofrido. Por consequência, extingue-se o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Os valores condenatórios a título de danos materiais e morais deverão ser atualizados pelos seguintes índices: juros de 0,5% ao mês e correção monetária pelo IPCA-e, cujo termo inicial de ambos é data da extinção do contrato de trabalho (28/06/2013). Concede-se à parte autora os benefícios da justiça gratuita. Ausência do pagamento de custas por ser o réu a Fazenda Pública e o autor beneficiário da justiça gratuita. Por fim, diante da sucumbência mínima do autor, condena-se a parte ré ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 12% sobre o valor do proveito econômico obtido pelo demandante, nos termos do art. 85, §3.°, I, do Código de Processo Civil, devendo ser observado os preceitos do §14, do códex processual. A atualização destes deve seguir o principal. Sentença não sujeita ao reexame necessário, nos moldes do art. 496, §3°,II, do Código Processual Civil. Na hipótese de interposição de recurso de apelação, por não haver juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo a quo (art. 1.010, CPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para oferecer resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, remetam-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do juízo, para apreciação do recurso. Após o trânsito em julgado, não havendo requerimento de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Dê-se ciência ao Ministério Público da presente decisão. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0624672-47.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Remoção - REQUERENTE: CELINA JESUS DA SILVA - PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS Comarca de Manaus Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública PROCESSO nº: 0624672-47.2014.8.04.0001 Requerente: CELINA JESUS DA SILVA Requerido: Estado do Amazonas ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no Provimento nº 63/02-CGJ, art. 1º, XXIV e XXXV, ficam as partes intimadas para requerer o quê de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Manaus, 19 de agosto de 2019 Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria

ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM), ADV: ALDENAIRA PAULA DE FREITAS (OAB 2191/AM), ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM) - Processo 0626119-36.2015.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Acumulação de Cargos - REQUERENTE: Marly Mendes SA - DESPACHO Autos nº:0626119-36.2015.8.04.0001 Classe:Mandado de Segurança Cível Autora:Marly Mendes SA Réu:Município de Manaus Intime-se o Município de Manaus para que comprove o cumprimento da obrigação de fazer, em consonância com acórdão proferido em fls. 381/390. Manaus, 05 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0629969-30.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Silvanei Magno Guimarães e outro - DESPACHO Autos nº:0629969-30.2017.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Cível Autores:Silvanei Magno Guimarães e Maria Ozanete Alves Guimarães Réu:Getuliano Gomes do Nascimento Vistos etc. Da análise dos autos, observa-se que a parte ré fora devidamente citada por edital conforme consta a fl. 213, porém até a presente data, não apresentou contestação, motivo pelo qual decreta-se a revelia do mesmo. Diante deste fato, preceitua o art. 72 do CPC: Art. 72. O juiz nomeará curador especial ao: I - incapaz, se não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto durar a incapacidade; II - réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado. Parágrafo único. A curatela especial será exercida pela Defensoria Pública, na forma da lei. Deste modo, em razão da declaração da revelia do réu, nomeia-se como curador especial destes a Defensoria Pública do Estado do Amazonas, nos termos do art. 72, II, do CPC. Intime-se-á para manifestação no prazo legal. Após a manifestação, intime-se a parte autora para opor as considerações que entender pertinentes, nos termos do art. 351, do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 06 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM) - Processo 0629978-89.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Paulo Lopes da Silva - SENTENÇA Autos nº:0629978-89.2017.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível Assunto:Antecipação de Tutela / Tutela Específica Autor:Paulo Lopes da Silva Réus:Estado do Amazonas, Fundação Hospital Adriano Jorge - Fhaj, Estado do Amazonas e Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ Vistos etc. I.- Relata-se. Antes de iniciar o relatório, cumpre ressaltar que os autos presentemente decididos, consoante provimento de correição de fls. 81/82, foram inicialmente distribuídos em data de 18/08/2017, para o Juízo da 4a. Vara da Fazenda Estadual, extinta por força da LC n.198/2018, motivo pelo qual os mesmos autos foram redistribuídos para esta 4a. Vara da Fazenda Pública em data de 21.08.2018. Registra-se, ainda, que os autos se encontravam sem movimentação desde 16/11/2017, antes de serem recebidos pelo presente juízo. Trata-se de tutela de urgência em caráter antecedente ajuizada por Paulo Lopes da Silva em face do Estado do Amazonas, Fundação Hospital Adriano Jorge - Fhaj, Estado do Amazonas e Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ, tendo ambas as partes sido devidamente qualificadas na inicial. Aduz a parte autora que no dia 23/07/2015, foi diagnosticado com hiperplasia prostática benigna, conforme se faz prova no laudo médico emitido pela própria ré que segue anexo. Ocorre que após ser diagnosticado com a enfermidade citada empreendeu diversas idas na FUNDAÇÃO HOSPITAL ADRIANO JORGE - FHAJ, com fito de conseguir procedimento cirúrgico para iniciar seu tratamento para combater a doença que lhe prejudica, mas teve suas empreitadas frustradas, sob a desculpa que não há solução de sórbite, assim como o cabo do bisturi elétrico do aparelho de RTU, razão pela qual não pode realizar o procedimento cirúrgico. Salienta que, o uutor protocolou na FUNDAÇÃO HOSPITAL ADRIANO JORGE - FHAJ, requerimento pleiteando a cirurgia supramencionada, no dia 06/02/2011 às 12:00 horas, que sequer foi deferido ou indeferido, conforme se faz prova no protocolo anexo. Ademais, já foi agendada data para realização da cirurgia

em questão, qual seja dia 30/06/2017 que não foi realizada pela falta de solução de sórbite, assim como o cabo do bisturi elétrico do aparelho de RTU, conforme se pode observar no comprovante do setor de internação anexo. Sustenta que vem apresentando piora no seu quadro clínico, que piora a cada dia, e a consequência é a dor interminável que só passa após medicações, ou seja, se trata de um paciente que necessita de um tratamento urgentíssimo, que está tendo piora progressiva de sua qualidade de vida. Decisão Interlocutória, fls. 37/43, deferindo a tutela de urgência. Manifestação do Estado do Amazonas, fls. 46/48, onde aponta que a demanda foi ajuizada unicamente em desfavor da FHAJ, que é pessoa jurídica diversa do Ente Estadual, requerendo sua exclusão do feito. Certidão, fl. 50, declarando decurso de prazo sem apresentação de Contestação pela FHAJ. Manifestação do Autor, fls. 51/53, informando o descumprimento da medida antecedente. Parecer Ministerial às fls. 54/59, tendo o Parquet opinado pela procedência do pedido. Petição do Estado às fls. 65, informando o cumprimento da medida. Decisão Interlocutória às fls. 83/86, decretando a revelia dos réus e anunciando julgamento antecipado da lide. É o relatório. II.- Fundamenta-se. Da análise do caso em tela, considerando a gravidade das doença que acomete o autor, a existência de tecnologia médica acessível à sua correção, e, principalmente, o incontestável ganho proporcionado ao Estado e à Sociedade com a recuperação da capacidade física de um cidadão, será justo o deferimento liminar determinando a realização da cirurgia pleiteada. Aponta-se ainda, que não há justificativa plausível para a morosidade no atendimento à ordem judicial deferida, até mesmo porque o Estado sequer apresenta justificativas para a não realização da referida cirurgia, e a mera alegação da falta de material não poderá obstar o procedimento para correção de problema que requer uma intervenção urgente. Acerca do cerne da demanda, cumpre recordar que o direito à saúde ou à assistência em saúde é assegurado pela Constituição da República, conforme demonstrado a seguir: Art. 1.º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos: (...) III a dignidade da pessoa humana; Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: Art. 6.º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Estamos diante de um direito fundamental, o qual reclama a máxima efetividade. Desta feita, é dever constitucional dos Estados, conjuntamente com União, o Distrito Federal e os Municípios, disponibilizarem o fornecimento de medicamentos e hospitais com equipamentos suficientes e necessários para assegurar a todos os cidadãos o direito à saúde. Corroborando o que se afirma, destaca-se jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: CONSTITUCIONAL. RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO (RILUZOL/RILUTEK) POR ENTE PÚBLICO À PESSOA PORTADORA DE DOENÇA GRAVE: ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA - ELA. PROTEÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS. DIREITO À VIDA (ART. 5º, CAPUT, CF/88) E DIREITO À SAÚDE (ARTS. 6º E 196, CF/88). ILEGALIDADE DA AUTORIDADE COATORA NA EXIGÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE FORMALIDADE BUROCRÁTICA. 1 - A existência, a validade, a eficácia ea efetividade da Democracia está na prática dos atos administrativos do Estado voltados para o homem. A eventual ausência de cumprimento de uma formalidade burocrática exigida não pode ser óbice suficiente para impedir a concessão da medida porque não retira, de forma alguma, a gravidade e a urgência da situação da recorrente: a busca para garantia do maior de todos os bens, que é a própria vida. 2 - É dever do Estado assegurar a todos os cidadãos, indistintamente, o direito à saúde, que é fundamental e está consagrado na Constituição da República nos artigos 6º e 196. 3 - Diante da negativa/omissão do Estado em prestar atendimento à população carente, que não possui meios para a compra de medicamentos necessários à sua sobrevivência, a jurisprudência vem se fortalecendo no sentido de emitir preceitos pelos quais os necessitados podem alcançar o benefício almejado (STF, AG nº 238.328/RS, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ 11/05/99; STJ, resp nº 249.026/PR, Rel. Min. José Delgado, DJ 26/06/2000). 4 - Despicienda de quaisquer comentários a discussão a respeito de ser ou não a regra dos arts. 6º e 196, da CF/88, normas programáticas ou de eficácia imediata. Nenhuma regra hermenêutica pode sobrepor-se ao princípio maior estabelecido, em 1988, na Constituição Brasileira, de que a saúde é direito de todos e dever do Estado" (art. 196). 5 - Tendo em vista as particularidades do caso concreto, faz-se imprescindível interpretar a lei de forma mais humana, teleológica, em que princípios de ordem ético-jurídica conduzam ao único desfecho justo: decidir pela preservação da vida. 6 - Não se pode apegar, de forma rígida, à letra fria da lei, e sim, considerá-la com temperamentos, tendo-se em vista a intenção do legislador, mormente perante preceitos maiores insculpidos na Carta Magna garantidores do direito à saúde, à vida e à dignidade humana, devendo-se ressaltar o atendimento das necessidades básicas dos cidadãos. 7 - Recurso ordinário provido para o fim de compelir o ente público (Estado do Paraná) a fornecer o medicamento Riluzol (Rilutek) indicado para o tratamento da enfermidade da recorrente. (RMS 11183 1ª T. Rel. José Delgado - DJ 04.09.2000 p. 121). No caso em tela, o autor encontra-se em situação gravíssima e segundo estudos apontados pelos médicos que o acompanham a sua única possibilidade de sobrevida é iniciar imediatamente o tratamento médico, nos termos do laudo para solicitação/autorização de procedimento ambulatorial, que discrimina exatamente diagnóstico. Não obstante ao exposto, o autor mora na cidade de Itacoatiara-AM distante 260 Km desta Capital, município este que não dispõe dos tratamentos que necessita, tendo que vir para Manaus pleitear seu já dito tratamento, tendo ainda que custear os traslados rotineiramente, assim como de todos os exames solicitados pelo seus médicos, mesmo sem ter condições financeiras, adquirindo empréstimos para pagar essas dívidas, com fito único usufruir dos tratamentos que estão sendo frustrados pelo descaso da ré. Impende ainda registrar que o dever de prestar assistência à saúde é compartilhado entre os entes federados, ressaltando-se que a distribuição de atribuições entre os entes por normas infraconstitucionais não tem o condão de suprimir a responsabilidade solidária imposta constitucionalmente. Implicando a solidariedade passiva na possibilidade do credor cobrar de qualquer um dos devedores, entende-se que a responsabilidade dos réus é solidária, não havendo que se falar em quinhão de responsabilidade do Estado, do Município ou da União no fornecimento gratuito de medicamentos ou de tratamento médico. Destaca-se que não há que se falar em impossibilidade de condenação da Administração à realização de despesa sem a respectiva previsão orçamentária, sob a pena de afrontar à Lei de Responsabilidade Fiscal. O que há de prevalecer é o não cumprimento do direito subjetivo da pessoa a ter uma vida digna, a qual só se perfaz com o atendimento integral dos meios necessários à sua saúde. III.- Decide-se Diante de todo o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE a presente ação para condenar o réu ao FORNECIMENTO do material SOLUÇÃO DE SÓRBITE E CABO DO BISTURI ELÉTRICO PARA APARELHO DE RTU, a ser utilizada conforme prescrição médica. Confirma-se a liminar deferida às fls. 37/43. Por consequência, extingue-se o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Concede-se à parte autora os benefícios da justiça gratuita. Ausência do pagamento de custas por ser o réu a Fazenda Pública e o autor beneficiário da justiça gratuita. Por fim, condena-se a parte ré ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em R$ 3.000,00 (três mil reais) nos termos do art. 85, §8°, do Código de Processo Civil, devendo ser observado os preceitos do §14, do códex processual. A atualização destes deve ser feita com a aplicação dos seguintes índices: juros de 0,5% ao mês, a partir do trânsito em julgado e correção monetária pelo IPCA-e, a partir do arbitramento. Sentença não sujeita ao reexame necessário, nos moldes do art. 496, §3°,II, do Código Processual Civil. Na hipótese de interposição de recurso de apelação, por não haver juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo a quo (art. 1.010, CPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para oferecer resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, remetam-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do juízo, para apreciação do recurso. Após o trânsito

em julgado, não havendo requerimento de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Dê-se ciência ao Ministério Público da presente decisão. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 07 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: FRANKLIN ARTHUR MARTINZ FILHO (OAB 20217/CE), ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM), ADV: GABRIELA MUNIZ DE MOURA (OAB 14809/MA) - Processo 0632968-92.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: ROBERTO DAIBES NAIFF JUNIOR - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Processo Nº: 0632968-92.2013.8.04.0001 Classe: Cumprimento de Sentença Requerente: ROBERTO DAIBES NAIFF JUNIOR Requerido: Estado do Amazonas ATO ORDINATÓRIO - VISTA AO EXEQUENTE De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no Provimento nº 63/02-CGJ, fica o patrono do autor, ora exequente, Sr. Marco Antonio Nobre Salum, intimado para juntar aos autos o documento indicado pelo executado às fls. 209-210, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 23 de agosto de 2019 Mateus Henrique Ramos da Costa Assistente de Diretor (Portaria 410/2016-PTJ)

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: GERALDO UCHÔA DE AMORIM JÚNIOR (OAB 12975/AM), ADV: RAFAEL DA CRUZ LAURIA (OAB 5716/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0637541-37.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - EXEQUENTE: Manaus Previdência - MANAUSPREV - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - Autos nº:0637541-37.2017.8.04.0001 Classe:Cumprimento de Sentença Exequente: Executado: Manaus Previdência - MANAUSPREV Manaus Ambiental S/A DESPACHO Intime-se o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir espontaneamente a sentença, conforme os requisitos previstos pelo artigo 513 da Lei 13.105/2015 - Código de Processo Civil. Havendo o pagamento, expeça-se o competente alvará. Decorrido o prazo sem a apresentação do adimplemento da sentença, prossiga-se com a execução, fixando a multa de 10% pelo não cumprimento da sentença no prazo instituído e, também, e de honorários advocatícios de 10%, tendo em vista a dicção que se extrai do art. 523 do CPC, com o devido bloqueio no BACENJUD. Havendo bloqueio, dê-se vista ao executado para impugnação no prazo legal. Caso haja inexistência de saldo positivo em conta bancária para fins de penhora eletrônica BECENJUD, proceda pesquisa no RENAJUD. Havendo bloqueio, dê-se vista ao executado para impugnação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 25 de junho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: ADRIANA CARLA SOUZA CROMWELL (OAB 3030/AM), ADV: JOSENILSON DA ROCHA LIMA (OAB 1757/AM) - Processo 0639300-36.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Município de Manaus - REQUERIDO: Ronaldo Barroso Chaves - ATO ORDINATÓRIO Processo nº 0639300-36.2017.8.04.0001 Classe: Procedimento Comum Cível Autor: Município de Manaus Réu: Ronaldo Barroso Chaves CERTIDÃO Certifico que no dia 16/08/2019 a parte ré, ora embargante juntou tempestivamente os embargos de declaração de fls. 289/294, em face do despacho proferido nos presentes autos às fls. 288. É o que me cumpre certificar. Manaus, 19 de agosto de 2019. Camila Queiroz Silva Estagiário (a) ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no art. 1.023, § 2º do Código de Processo Civil, fica o autor, ora embargado, intimado a manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias, observado o art. 183 do mesmo diploma legal, caso este seja ente da Fazenda Pública. Manaus,19 de agosto de 2019. Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0639958-26.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Célio Batista de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A e outro - Autos nº:0639958-26.2018.8.04.0001 Classe:Petição Cível Autor:Célio Batista de Souza Réus:Manaus Ambiental S/A e Município de Manaus DESPACHO Verifica-se que o ponto central da controvérsia está demonstrado nos autos e o feito se faz pronto para recepcionar final outorga jurisdicional. Desta forma, identifica-se, na espécie, a possibilidade de proferir julgamento antecipado da lide de acordo com o atual estado do processo, segundo dicção que se extrai do artigo 355 do CPC. Aplica-se à causa a regra do art. 357 do CPC, para ordenar a intimação das partes e de seus procuradores para, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação deste despacho, manifestarem-se: I. Se desejam firmar algum acordo; II. Se concordam com o julgamento antecipado, pois a questão é unicamente de direito e prova documental; III. Caso contrário, indicarem as provas que pretendem produzir, explicitando a sua necessidade. Destarte, ficam as partes intimadas para se manifestarem acerca deste pronunciamento, entendendo-se o silêncio como aceitação ao julgamento antecipado previsto no art. 355, inciso I do CPC. Após a manifestação nos autos, voltem-me os autos conclusos. Manaus, 25 de junho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: CHARLE JOSEPH BADR (OAB 11268/AM) - Processo 0644206-35.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Jorge Elias Cunha da Silva - SENTENÇA Autos nº:0644206-35.2018.8.04.0001 ClasseProcedimento comum AssuntoMilitar Autor:Jorge Elias Cunha da Silva Réu:Estado do Amazonas Vistos etc. I.- Relata-se. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por Jorge Elias Cunha da Silva em face do Estado do Amazonas, objetivando a condenação do réu ao pagamento de valores relativos à diferenças salariais não pagas ao demandante. Em sua inicial, a parte autora pugnou pelo pagamento de R$58.748,59 (cinquenta e oito mil, setecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e nove centavos). Às fls. 69/81, consta a contestação do Estado do Amazonas onde o mesmo propôs à parte autora a proposta de acordo no valor de R$19.960,00 (dezenove mil novecentos e sessenta reais) a ser adimplido mediante requisitório de pequeno valor. A parte autora, às fls. 104, aceitou a proposta de acordo formulada pelo demandado, tendo ambas as partes pugnado pela homologação do acordo. É o relatório. II.- Fundamenta-se. Dos autos, tem-se que o réu, em sua contestação, apresentou proposta de acordo no valor de R$19.960,00 (dezenove mil novecentos e sessenta reais), tendo a parte demandante aceitado a proposta oferecida. Assim, as partes conciliaram, firmando acordo no valor sobredito, valor este que quitará todos os pleitos da inicial. O montante será pago pelo réu mediante requisitório de pequeno valor, em até 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento do Oficio de Requisitório de Pequeno Valor. III.- Decide-se Por conseguinte, HOMOLOGA-SE o acordo entabulado entre as partes, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do art. 487, III, b, do Código de Processo Civil, dando plena e total quitação aos pleitos da inicial, após o pagamento. Sem custas, nos termos do art. 90, §3°, do CPC. Comprovado no processo o devido pagamento, expeça-se Alvará de Levantamento à parte autora, e após, arquivem-se os autos, com a sua respectiva baixa, independentemente de outro despacho. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0653149-41.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Cirlene Martins Alves Queiroz - DESPACHO Autos nº:0653149-41.2018.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível AssuntoNomeação Autora:Cirlene Martins Alves Queiroz Réu:Estado do Amazonas Vistos etc. Da análise dos autos, constata-se que as partes são legítimas e presentes se acham as demais condições da ação. Ainda, verifica-se a inexistência de irregularidades a sanar ou nulidades a declarar. Por consequência, o processo se acha em ordem, razão pela qual declara-se o mesmo saneado para que produza seus legais efeitos. Noutro giro, intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente a necessidade e a pertinência para a decisão do feito, sob pena de preclusão, esclarecendo, no mesmo prazo, se pretendem o julgamento imediato do pedido. Registra-se que o protesto genérico pela produção de todas as provas não substitui a obrigação das partes de indicar, de forma específica e justificada, aquelas com as quais pretendem demonstrar os fatos alegados, nos termos dos artigos 319, inciso VI, e 336, do Código de Processo Civil. Assim, ficam as partes advertidas, desde já, que o silêncio ou a apresentação de requerimentos genéricos serão

interpretados como concordância com o julgamento antecipado do processo. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 11 de julho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: ADRIANA MOUTINHO MAGALHÃES IANNUZZI (OAB 8065/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM) - Processo 0654857-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Wandrews Roger Nascimento de Abreu - REQUERIDO: Açaí Transportes Coletivos Ltda. e outro - Autos nº:0654857-29.2018.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Cível Autor:Wandrews Roger Nascimento de Abreu Réus:Açaí Transportes Coletivos Ltda. e Município de Manaus DESPACHO Verifica-se que o ponto central da controvérsia está demonstrado nos autos e o feito se faz pronto para recepcionar final outorga jurisdicional. Desta forma, identifica-se, na espécie, a possibilidade de proferir julgamento antecipado da lide de acordo com o atual estado do processo, segundo dicção que se extrai do artigo 355 do CPC. Aplica-se à causa a regra do art. 357 do CPC, para ordenar a intimação das partes e de seus procuradores para, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação deste despacho, manifestarem-se: I. Se desejam firmar algum acordo; II. Se concordam com o julgamento antecipado, pois a questão é unicamente de direito e prova documental; III. Caso contrário, indicarem as provas que pretendem produzir, explicitando a sua necessidade. Destarte, ficam as partes intimadas para se manifestarem acerca deste pronunciamento, entendendo-se o silêncio como aceitação ao julgamento antecipado previsto no art. 355, inciso I do CPC. Após a manifestação nos autos, voltem-me os autos conclusos. Manaus, 25 de junho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

Adriana Carla Souza Cromwell (OAB 3030/AM)
Adriana Moutinho Magalhães Iannuzzi (OAB 8065/AM)
Alcineia da Silva Rodrigues (OAB 3887/AM)
Aldenaira Paula de Freitas (OAB 2191/AM)
Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Vianez C. Cavalcanti (OAB 2413/AM)
Ariel Shalom Benchimol de Resende (OAB 6095/AM)
Augusto Cesar Santos Pantoja (OAB 5976/AM)
Brenno Cazemiro Câmara (OAB 13168/AM)
Carolina Farias de Barros (OAB 8005/AM)
Caroline Retto Frota (OAB 4411/AM)
Charle Joseph Badr (OAB 11268/AM)
Clayton Queiroz Sabóia (OAB 11446/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Edmarie de Jesus Cavalcante (OAB 3351/AM)
Eduardo Bezerra Vieira (OAB 6147/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446/AM)
Francisco Cloacir Chaves Figueira (OAB 2501/AM)
Franklin Arthur Martinz Filho (OAB 20217/CE)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gabriela Muniz de Moura (OAB 14809/MA)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Geraldo Uchôa de Amorim Júnior (OAB 12975/AM)
Giordano Bruno da Costa Cruz (OAB 761A/AM)
Henrique Simch de Morais (OAB 11030/AM)
Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (OAB 3629/AM)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
Jander da Silva Nascimento (OAB 10377/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB 5517/AM)
Josenilson da Rocha Lima (OAB 1757/AM)
Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta (OAB 4364/AM)
Juliano Luís Cerqueira Mendes (OAB 3940/AM)
Keithiane da Silva Pinheiro (OAB 7948/AM)
Ladyane Serafim Pereira (OAB 4990/AM)
Lucas Grangeiro Bonifácio (OAB 14198/AM)
Luciana Elvas Pinheiro (OAB 5657/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Marco Antônio Nobre Salum (OAB 8416/AM)
Maurício Pereira da Silva (OAB 1122/AM)
Mônica Bandeira de Mello Lefevre (OAB 57540/PR)
Neusa Dídia Brandão Soares (OAB 2342/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
Priscila Inocêncio dos Santos (OAB 10445/AM)
Rafael da Cruz Lauria (OAB 5716/AM)
Ricardo Pinheiro da Costa (OAB 7952/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Rômulo José Fernandes da Silva (OAB 1818/AM)
Ronaldo Andrade (OAB 2240A/MP)
Severino Ramos da Silva (OAB 2588/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Bezerra do Monte (OAB 61029/PA)
Thiago dos Santos Barbosa (OAB 5299/AM)
Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB 7159/AM)
Tracey Maria da Silva Resende (OAB 4329/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wellington Filgueira Sampaio (OAB 5308/AM)

5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0151/2019

ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM) - Processo 0003973-81.1996.8.04.0012 (apensado ao processo 0244037-60.2011.8.04.0001) (012.96.003973-8) - Procedimento Comum Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Sandra Amorim Jezine e outros - INDEFIRO a impugnação aos cálculos apresentada pela parte exequente às fls. 834-836. Inicialmente, consigno que a ferramenta para atualização de débitos judiciais utilizada à fl. 837 não contempla os índices aplicáveis à Fazenda Pública, estando os cálculos dissonantes dos termos fixados. Ademais, quanto ao alegado pela parte exequente no que tange à suposta “redução” no quantum apurado às fls. 651 e 668, ressalto que, conforme consignado por este Juízo no despacho de fl. 662, os cálculos iniciais apresentados pela contadoria deixaram de utilizar as diretrizes que regem a atualização dos créditos devidos pela Fazenda Pública. Ou seja, não houve redução na quantia, mas sim correção de cálculos formulados de forma errônea. Retornando os autos da contadoria com os cálculos de fl. 668, à época em nada a parte exequente os impugnou, tendo expressamente concordado com os parâmetros utilizados e valores apresentados, requerendo a expedição de precatório (fl. 675). Os cálculos de fl. 826, contra os quais agora insurge-se a parte exequente, em nada divergem dos cálculos à fl. 668, tratando-se de mera atualização, tendo em vista que este encontrava-se desatualizado há quase um ano. Desta forma, conforme bem apontado pela parte executada, houve preclusão consumativa para insurgência quanto aos índices utilizados ou ausência de inclusão de valores. Intime-se. Passados 10 dias da publicação, expeça-se o(s) precatório(s). Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JUCELINO DOS SANTOS NOBRE (OAB 6166/AM), ADV: DÉBORA DOS SANTOS MARINHO (OAB 7677/AM), ADV: LUCIANO DE SOUZA GUIMARÃES (OAB 39453/DF), ADV: VANESSA MAYARA BRAZ NOVAES (OAB 8573/AM) - Processo 0234197-16.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Tecnelétrica da Amazônia Ltda. - REQUERIDO: MUNICÍPIO DE MANACAPURU - Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito a requisição de fls.195/197 dos autos, em virtude do equívoco em relação ao ente

devedor. Comunique-se o ocorrido à Secretaria de Precatórios e expedir nova requisição. Cumpra-se.

ADV: RENATA SARAIVA AFFONSO LOBO DE ALMEIDA (OAB 8419/AM), ADV: ORLANDO DIEGO NAHMIAS MELO (OAB 8048/AM) - Processo 0616895-45.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Subsídios - REQUERENTE: Sandro Nahmias Melo - Tendo em vista a resposta obtida pelo BacenJud às fls. 406-407, intime-se o Executado para se manifestar quanto ao bloqueio, no prazo de 15 dias, na forma do art. 525 do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM) - Processo 0618106-09.2019.8.04.0001 - Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERIDO: Aurélio de Couto Ramos e outros - INDEFIRO o pedido do Município de fls. 217-218, tendo em vista que os ARs voltaram negativo por inexistência de número. Desta forma, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que o Expropriante se manifeste acerca dos ARs negativos, bem como aqueles recebidos por pessoa diversa (fl. 210). À Secretaria para atualização no cadastro processual, inserindo os outros Requeridos no polo passivo da ação. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JOSÉ LUPÉRCIO RAMOS DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 6830/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0624229-23.2019.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERIDO: Instituto de Desenvolvimento Social Dom Adalberto Marzi e outros - Diga o Autor, no prazo de 5 (cinco) dias, quanto ao AR de Regina Fernandes do Nascimento, recebido por pessoa diversa (fl. 9019). À Secretaria para atualização no cadastro processual, incluindo o nome dos demais requeridos no polo passivo. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS (OAB 8951/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0629020-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - TERCEIRO I: Hospital Santa Júlia - Analisando os autos, vejo que já houve a transferência das quantias referentes aos honorários médicos (fl. 291) e ao hospital (fl. 234), todavia, os valores bloqueados pelo Bacenjud e transferidos a conta vinculada deste Tribunal foram feitos a maior, conforme se vê das fls. 218-219. Desta forma, intime-se o Estado para que informe os dados da conta bancária para devolução aos cofres públicos dos valores remanescentes, haja vista que tal operação não pode mais ser feita diretamente via Bacenjud. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: KATARINI OLIVEIRA GADELHA (OAB 11747/AM) - Processo 0630161-26.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Ecobahia Gestão Integrada de Empresa e Apoio de Negócios Ltda - Me - Decisão. Pelo exposto, nos termos da fundamentação, EXTINGO, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VI do CPC, a presente Ação Monitória. Sem honorários advocatícios, em virtude da ausência de embargos à monitória. Custas na forma da Lei. P. R. I. Manaus, 22 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JOAO LIRA TAVARES (OAB 8799/AM) - Processo 0637976-16.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Joao Lira Tavares - Tendo em vista a resposta negativa obtida pelo bacenjud (fls. 147-148), dê-se vista ao Exequente. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ODEMILTON PINHEIRO MACENA JÚNIOR (OAB 7155/AM) - Processo 0638423-67.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Odaisa Rebouça Grillo - Em resposta à manifestação da credora à fl. 245, informo que a requisição de precatório já fora expedida em novembro de 2018, vindo apenas agora em Juízo a exequente informar a renúncia ao excedente para pagamento via RPV, razão pela qual deve formular seu pedido diretamente nos autos do processo de precatório. Intime-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: LETÍCIA SANT'ANA XAVIER (OAB 12994/AM) - Processo 0639207-05.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - IMPETRANTE: Mapemi - Brasil Materiais Médicos e Odontológicos Ltda - Diante do exposto, DENEGO A LIMINAR requerida. Notifique-se a autoridade coatora (art. 7°, I, da Lei 12.016/09). Dê-se ciência da impetração do presente writ ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada. Advirto a impetrante que a expedição do(s) mandado(s) fica condicionada ao recolhimento das custas do oficial de justiça. Após, dê-se vista ao Ministério Público (art. 12 da Lei nº 12.016/09) para que se manifeste sobre o pedido, retornando os autos conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 2024/AM), ADV: DANIELLE VIEIRA HITOTUZI PAES (OAB 4631/AM) - Processo 0640671-69.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Joana Mariano Alves - Em tempo, expeça-se o competente Alvará. Cumpra-se. Intime-se. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0640928-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Lena Giani Santos Gonçalves - INDEFIRO o pedido de suspensão formulado às fls. 35-41, em virtude de manifesta ausência de previsão legal, bem como por entender completamente irrazoável adiar ainda mais a espera da parte interessada pela satisfação de sua pretensão. Ademais, incabível também a restituição de prazo para manifestação do Estado, eis que pedidos desta natureza não tem o condão de suspender os prazos processuais. Desta forma, aguarde-se o decurso de prazo para apresentação de contestação. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: SAMUEL MARTINS FREITAS (OAB 11969/AM) - Processo 0643607-33.2017.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERIDO: Daniel Coelho Goes - Considerando o termo de renúncia constante à fl. 587, intime-se o réu pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, constituir novo procurador. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0644298-76.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Piso Salarial - REQUERENTE: Elison Nogueira do Nascimento - Defiro o benefício da gratuidade de justiça. Intime-se o Executado para, no prazo do art. 535 do CPC, impugnar o cumprimento de sentença. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ADEMAR MARTINS FILHO (OAB 258340/SP) - Processo 0644311-75.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Ismael Mariano de Farias - Ao Impetrante para, no prazo legal, apresentar os fundamentos jurídicos dos pedidos constantes na petição inicial (art. 319, III c/c art. 321, parágrafo único do CPC), bem como realizar a juntada nos autos do Processo Administrativo citado na exordial, em razão de se tratar de rito de Mandado de Segurança, onde se faz necessária a apresentação de prova pré-constituída, sob pena de indeferimento. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: RAFAEL YAN DE SOUZA SILVA (OAB 13427/AM) - Processo 0644340-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Kelly Rebeca de Miranda Cruz - À Autora para, no prazo legal, emendar a inicial, apresentando seus contracheques, vez que somente consta nos autos, um em seu nome (fl. 32), sob pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único do CPC). Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0657446-91.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Pedro Carlos Barroso Augustinho - Decisão. Diante do exposto, nos termos da fundamentação: JULGO PROCEDENTES os pedidos do autor. CONDENO o Requerido a efetuar o pagamento ao autor, quanto a conversão de licenças-especiais em pecúnia, relativas ao período aquisitivo de

15/08/1995 a 15/08/2010, bem como ao pagamento da conversão em pecúnia de férias não gozadas, referentes aos períodos de 1988, 1989, 1990, 2001, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012. Valor este que deverá ter como base de cálculo a última remuneração percebida pelo autor antes da reforma. Ressalto que os juros deverão ocorrer a partir da citação válida - conforme disposto no art. 405 do CC e art. 240 do CPC - e as regras de atualização dos débitos da Fazenda Pública deverão obedecer o disposto no art. 1° F da Lei n° 9.949/97. CONDENO o Requerido Estado do Amazonas ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação, com fulcro no art. 85, §3°, I do CPC. Estado isento ao pagamento de custas processuais, nos termos do art. 17, IX da Lei 4.408/16. Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça nos termos do art. 14, §1º da Lei nº 12.016/2009. P.R.I. Manaus, 23 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

Ademar Martins Filho (OAB 258340/SP)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Danielle Vieira Hitotuzi Paes (OAB 4631/AM)
Débora dos Santos Marinho (OAB 7677/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Joao Lira Tavares (OAB 8799/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
José Francisco de Assis (OAB 8951/AM)
JOSÉ LUPÉRCIO RAMOS DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 6830/AM)
Jucelino dos Santos Nobre (OAB 6166/AM)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Katarini Oliveira Gadelha (OAB 11747/AM)
Letícia Sant'ana Xavier (OAB 12994/AM)
Luciano de Souza Guimarães (OAB 39453/DF)
Maria Esperança da Costa Alencar (OAB 2114/AM)
Odemilton Pinheiro Macena Júnior (OAB 7155/AM)
ORLANDO DIEGO NAHMIAS MELO (OAB 8048/AM)
Rafael Yan de Souza Silva (OAB 13427/AM)
Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB 2024/AM)
Renata Saraiva Affonso Lobo de Almeida (OAB 8419/AM)
Samuel Martins Freitas (OAB 11969/AM)
Vanessa Mayara Braz Novaes (OAB 8573/AM)

VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO

JUIZ(A) DE DIREITO DINAH CÂMARA FERNANDES DE SOUZA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JORGE GLAUBER LIRA BARROS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0096/2019

ADV: PAULO MATHEUS DE SOUZA HOLANDA (OAB 9732/AM) - Processo 0611222-61.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Maria Teresa Barreiro Sardinha - Vistos etc... Cuidam os autos de pedido de alteração de prenome da requerente em seu assento de registro civil de nascimento, lavrado no Cartório do 1º Ofício do Registro Civil de Manaus, sob o tewrmo 494, às fls. 138 do livro A-57, grafado "Thereza", quando o correto é "Tereza". Requerimento instruído com os documentos necessários. Instada a manifestar-se, a nobre representante ministerial opinou pelo deferimento do pedido, nos termos formulados. É o breve relatório. Decido. De fato, a situação exposta, a consistência dos argumentos e a comprovação documental amparam a pretensão. Com efeito, o artigo 57, caput da Lei 6.015/73 - Lei de Registros Públicos - sustenta o pedido formulado nos autos, senão vejamos: "Art. 57. A alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandado e publicando-se a alteração pela imprensa, ressalvada a hipótese do art. 110 desta Lei". (Redação dada pela Lei nº 12.100, de 2009). Neste sentido é o entendimento jurisprudencial: RECURSO ESPECIAL - DIREITO CIVIL - REGISTROS PÚBLICOS - RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL - PRENOME UTILIZADO PELA REQUERENTE DESDE CRIANÇA NO MEIO SOCIAL EM QUE VIVE DIVERSO DAQUELE CONSTANTE DO REGISTRO DE NASCIMENTO - POSSE PROLONGADA DO NOME - CONHECIMENTO PÚBLICO E NOTÓRIO - SUBSTITUIÇÃO - POSSIBILIDADE - RECURSO PROVIDO. Hipótese: Trata-se de ação de retificação de registro civil de nascimento, pela qual a autora pretende a alteração de seu prenome (Raimunda), ao argumento de que é conhecida por Danielle desde criança e a divergência entre o nome pelo qual é tratada daquele que consta do seu registro tem lhe causado constrangimentos. 1. O princípio da imutabilidade do nome não é absoluto no sistema jurídico brasileiro. 2. O nome civil, conforme as regras dos artigos 56 e 57 da Lei de Registros Públicos, pode ser alterado: a) no primeiro ano após atingida a maioridade, desde que não prejudique os apelidos de família; ou b) ultrapassado esse prazo, por justo motivo, mediante apreciação judicial e após ouvido o Ministério Público. 3. Caso concreto no qual se identifica justo motivo no pleito da recorrente de alteração do prenome, pois é conhecida no meio social em que vive, desde criança, por nome diverso daquele constante do registro de nascimento, circunstância que tem lhe causado constrangimentos. 4. Recurso especial conhecido e provido. REsp 1217166 / MA RECURSO ESPECIAL 2010/0175173-1. Diante disso, DEFIRO tal alteração do prenome da requerente em seu assento de registro de nascimento , para que passe a constar: Maria Tereza Barreiro Sardinha, com fulcro no art. 57 da Lei de Registros Públicos, nos termos e limites do parecer ministerial. Determino seja encaminhada ao Instituto de Identificação Civil do Amazonas e ao Tribunal Regional Eleitoral a presente decisão, para tomarem conhecimento e adotarem as medidas que acharem necessárias. Dispensável aguardar-se o trânsito em julgado, eis que não há, na espécie, interesse recursal. Determino que a presente sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Sem custas, na forma do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. P.I.C.

ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM), ADV: JAQUELINE VEIGA PAIXÃO (OAB 5163/AM), ADV: GILMAR MARTINS MONTEIRO (OAB 6520/AM), ADV: SÔNIA D'ARC OLIVEIRA BARROS DE CARVALHO (OAB 4071/AM), ADV: MARIA AMÁVIA DE SOUZA CAMPOS (OAB 2693/AM) - Processo 0613746-36.2016.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: ISAIAS NOGUEIRA DE SOUZA - Diante do exposto, demonstrado o desinteresse na causa pela parte autora, seja por não ter mantido atualizado o seu endereço, seja por efetivamente abandonar o processo proposto há mais de três anos, determino a extinção do feito sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 485, III, do Código de Processo Civil. Sem custas. Intimem-se. Após transitado em julgado, arquive-se, sem prejuízo de retomada do processo, caso a parte manifeste interesse.

ADV: MARIA AMÁVIA DE SOUZA CAMPOS (OAB 2693/AM), ADV: JAQUELINE VEIGA PAIXÃO (OAB 5163/AM), ADV: SÔNIA D'ARC OLIVEIRA BARROS DE CARVALHO (OAB 4071/AM), ADV: GILMAR MARTINS MONTEIRO (OAB 6520/AM), ADV: ALINE INHAMUNS PAULO (OAB 6790/AM), ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM) - Processo 0614755-62.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Alberto Simao Ribeiro - Cumpra-se a promoção ministerial de fls. 30, de logo, fixando à parte, o prazo de 10 (dez) dias para o cumprimento da diligência. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: FRANCISCO NASCIMENTO MARQUES (OAB 1192/AM) - Processo 0625265-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Usucapião Especial (Constitucional) - REQUERENTE: Judson da Silva Oliveira - Vistos etc... Cuidam os autos de Ação de Usucapião intentada por JUDSON DA SILVA OLIVEIRA Às fls. 10 consta pedido de desistência da ação formulado pelo Requerente. Diante do exposto,, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, e o faço com suporte no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil/2015. Determino vista dos autos ao representante ministerial, para ciência desta. Transitada esta em julgado, arquive-

se, sem prejuízo de retomada do processo, caso a parte manifeste interesse. Sem custas.

ADV: JAQUELINE VEIGA PAIXÃO (OAB 5163/AM), ADV: GILMAR MARTINS MONTEIRO (OAB 6520/AM), ADV: MARIA AMÁVIA DE SOUZA CAMPOS (OAB 2693/AM), ADV: SÔNIA D'ARC OLIVEIRA BARROS DE CARVALHO (OAB 4071/AM) - Processo 0625829-79.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Jeanderson Brandão de Castro - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: ROBERTA SOUZA SILVA (OAB 11429/AM), ADV: DEBORAH SABBÁ GALVÃO (OAB 3048/AM) - Processo 0626260-16.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Nelcy das Graças da Silva - Isto posto, defiro a restauração do registro de nascimento da Autora, junto ao Cartório Extrajudicial de Manaquiri/AM, nos termos e limites do requerimento e parecer ministerial, devendo constar os seguintes dados: Nome da registrada: Nelcy das Graças Castro de Mendonça; Data de nascimento: 24/01/1948; Sexo: feminino; Naturalidade: Manaus/AM; Nomes dos genitores: João Freire de Mendonça e Mirian de Castro Mendonça; Nomes dos avós paternos: Amaro Freire de Mendonça e Maria Teodora de Barros; Nomes dos avós maternos: Boventura Otaciano de Castro e Josefa Marreiros de Castro. Em homenagem aos princípios da economia e celeridade processuais, determino que a presente sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, devendo a parte encaminhá-la ao Cartório competente. Dispensável aguardar-se o trânsito em julgado, eis que não há, na espécie, interesse recursal. Custas na forma da lei. Cumpridas as formalidades, arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0628144-80.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Otávio Lima de Oliveira - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: THIAGO DA SILVA ALVES (OAB 13535/AM) - Processo 0629881-55.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Márcia Cecília Cavalcante Pinto - Atenda-se à promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após o cumprimento de todas as diligências determinadas, diligencie-se o agendamento de audiência para data mais próxima possível, intimando-se todos que devam comparecer ao ato. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. Conclusos.

ADV: DAVI DE SOUZA LACERDA (OAB 14318/AM) - Processo 0634665-41.2019.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: Leandro Figueiredo Silva - Trata-se de ação de usucapião de bem móvel promovida por Leandro Figueiredo Silva contra Odaly dos Santos Júnior. O feito foi originalmente distribuído, por sorteio, ao Juízo de Direito da 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho, ao que o magistrado com assento naquela unidade judicial declinou de sua competência, evocando o disposto no art. 161, inciso I, alínea "a" da Lei Complementar nº 17/97. O Ministério Público manifestou-se pela devolução dos autos ao Juízo de origem. É o relatório. DECIDO. Ao que tudo indica, incidiu em equívoco o magistrado prolator da decisão declinatória de competência de fls. 21, na medida em que se reportou à presente demanda como se ação de usucapião de bem imóvel fosse, em frontal descompasso com a pretensão claramente deduzida na peça de ingresso, atinente esta à aquisição da propriedade do "veículo de marca CHEVROLET, modelo PRISMA MAXX, cor PRETA, ano 2009/2010, placa NOZ-8979" (fls. 10). Assim, privilegiando a razoável duração do processo, deixo de suscitar o conflito negativo de competência para, alinhando-me ao parecer ministerial de fls. 28/30, determinar a redistribuição dos autos ao aludido Juízo Cível, a quem compete o julgamento da presente actio, tal a dicção do art. 151, da Lei de Organização Judiciária do Estado do Amazonas. Art. 151- Aos Juízes de Direito das Varas Cíveis compete exercer as atribuições definidas neste Código, não privativas de ou tro Juízo, servindo por distribuição. Faça-o incontinenti.

Aline Inhamuns Paulo (OAB 6790/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Davi de Souza Lacerda (OAB 14318/AM)
Deborah Sabbá Galvão (OAB 3048/AM)
Francisco Nascimento Marques (OAB 1192/AM)
Gilmar Martins Monteiro (OAB 6520/AM)
Jaqueline Veiga Paixão (OAB 5163/AM)
Maria Amávia de Souza Campos (OAB 2693/AM)
Paulo José Pereira Trindade Júnior (OAB 4992/AM)
Paulo Matheus de Souza Holanda (OAB 9732/AM)
Roberta Souza Silva (OAB 11429/AM)
Sônia D'Arc Oliveira Barros de Carvalho (OAB 4071/AM)
Thiago da Silva Alves (OAB 13535/AM)

1ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ELDINÉIA SENA DE OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0023/2019

ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0200894-16.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Corrupção passiva - RÉU: Rubem Gato Pantoja - Flávio Góes Marques - Foi redesignado o dia 05/11/2019 às 08:30 h, para continuação da audiência de instrução e julgamento.

ADV: CLOVES QUEIROZ DE MEDEIROS (OAB 525A/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0219884-89.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Apropriação indébita - DENUNCIADO: Laércio Guimarães Mesquita Filho - Admilson Matias Santana - Evani dos Santos Coelho - Francisco Alex Flores da Rocha e outros - Foi designada uma nova data para a realização da audiência, qual seja, 04/11/2019, às 12:00h.

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0245798-24.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - DENUNCIADO: Raimundo Viana de Almeida e outro - Antecipei para o dia 07/11/2019, às 08:00h, a audiência de instrução de julgamento.

ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM) - Processo 0649205-31.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Leonardo Ferry Gomes Rezendes - Bruno Gomes da Silva - Intime-se o advogado dos réus Bruno Gomes da Silva e Leonardo Ferry Gomes Rezendes, a fim de que apresente resposta à acusação, no prazo legal. Manaus (AM), 13 de maio de 2019.

Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Cloves Queiroz de Medeiros (OAB 525A/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)

2ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0364/2019

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM) - Processo 0226706-89.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: André Façanha Lima e outro

- EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0226706-89.2016.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 2000/AM - Klinger da Silva Oliveira, 8848/AM - Deldson Souza de Oliveira, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 26/09/2019 às 09:00h, concernente ao Processo nº 0226706-89.2016.8.04.0001, onde figura como Réu André Façanha Lima, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM) - Processo 0626694-39.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Ewerton San Barbaram Andrade - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0626694-39.2018.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 3042/AM - Antônio Frazão Amaral, 7258/AM - Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga, 5596/AM - Cíntia Albuquerque Brito, 6541/AM - Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 26/09/2019 às 11:15h, concernente ao Processo nº 0626694-39.2018.8.04.0001, onde figura como Réu Ewerton San Barbaram Andrade, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 23/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: IVO RIBEIRO DE ALMEIDA (OAB 9844/AM), ADV: ERIKA RUFINA FREITAS PEREIRA DE BRITO (OAB 12380/AM) - Processo 0637067-66.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Maik Florencio Barbosa - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA ALEGAÇÕES FINAIS Processo: 0637067-66.2017.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 9844/AM - Ivo Ribeiro de Almeida, 12380/AM - Erika Rufina Freitas Pereira de Brito, para apresentar Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, concernente ao Processo nº 0637067-66.2017.8.04.0001, onde figura como Réu Maik Florencio Barbosa, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em Substituição, o Digitei e assino.

ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0645971-75.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Adailson da Silva Pessoa - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0645971-75.2017.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 2460/AM - Jackson da Cruz Andrade, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 26/09/2019 às 12:00h, concernente ao Processo nº 0645971-75.2017.8.04.0001, onde figura como Réu Adailson da Silva Pessoa, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 23/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Erika Rufina Freitas Pereira de Brito (OAB 12380/AM)
Ivo Ribeiro de Almeida (OAB 9844/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO SUZI IRLANDA ARAUJO GRANJA DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DANIEL FONSECA DE ALBUQUERQUE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0361/2019

ADV: JOENILSON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 3178/AM) - Processo 0606494-74.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Mike Christian Santos Curi - NOTA DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO OU DESPACHO. O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, Dr. Joenilson dos Santos Rodrigues OAB 3178/AM , para que apresente a esta Secretaria o endereço atualizado de Mike Christina dos Santos Curi, nos autos do Processo nº 0606494-74.2019.8.04.0001. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial o patrono do condenado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça e afixado na porta principal do Fórum “Henoch Reis”. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital, aos 22/08/2019, EU, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei. EU, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria, o conferi e subscrevo. Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito.

ADV: EDILSON MARTINS DE ALENCAR NETTO (OAB 9499/AM) - Processo 0617879-19.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: Lucas Lyneker Amorim Nogueira - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO PARA DEFESA PRÉVIA. O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, Dr. Edilson Martins de Alencar Netto, OAB 9499/AM, para no prazo de 10 (dez) dias apresentar a Defesa Escrita bem como informar novo endereço do denunciado Lucas Lyneker Amorim Nogueira, com relação ao Processo nº 0617879-19.2019.8.04.0001. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial o(a) patrono(a) do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça e afixado na porta principal do Fórum “Henoch Reis”. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria, em exercício, o digitei e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) -

Processo 0627326-31.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Antonio Carmo Santos Souza Junior - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO PARA DEFESA PRÉVIA. O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, Dr. Eduardo de Souza Rodrigues, OAB 5559/AM, para no prazo de 10 (dez) dias apresentar a Defesa Escrita, com relação ao Processo nº 0627326-31.2019.8.04.0001, referente ao Réu Antonio Carmo Santos Souza Junior. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial o(a) patrono(a) do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça e afixado na porta principal do Fórum "Henoch Reis". DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria, em exercício, o digitei e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito

ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB 8970/AM) - Processo 0639672-14.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Davi Sousa da Costa - João Victor Ferreira Marinho - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO PARA DEFESA PRÉVIA O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, Dr. Elvislan do Nascimento Silva, OAB 8970/AM, para no prazo de 10 (dez) dias apresentar a Defesa Escrita, com relação ao Processo nº 0639672-14.2019.8.04.0001, referente ao Réu Davi Sousa da Costa. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial o(a) patrono(a) do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça e afixado na porta principal do Fórum "Henoch Reis". DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria, em exercício, o digitei e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito

ADV: DANIEL MARINHO PEREIRA (OAB 5157/AM) - Processo 0639672-14.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: João Victor Ferreira Marinho e outro - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO PARA DEFESA PRÉVIA. O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, Dr. Daniel Marinho Pereira, OAB 5157/AM, para no prazo de 10 (dez) dias apresentar a Defesa Escrita, com relação ao Processo nº 0639672-14.2019.8.04.0001, referente ao Réu João Victor Ferreira Marinho. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial o(a) patrono(a) do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça e afixado na porta principal do Fórum "Henoch Reis". DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria, em exercício, o digitei e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

Daniel Marinho Pereira (OAB 5157/AM)
Edilson Martins de Alencar Netto (OAB 9499/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Elvislan do Nascimento Silva (OAB 8970/AM)
Joenilson dos Santos Rodrigues (OAB 3178/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO SUZI IRLANDA ARAUJO GRANJA DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DANIEL FONSECA DE ALBUQUERQUE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0362/2019

ADV: THALLES DA CUNHA RAMOS (OAB 14136/AM) - Processo 0622812-35.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Mayko dos Santos Farias - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO PARA ALEGAÇÕES FINAIS. O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o (a) Dr.(a) Thalles da Cunha Ramos, OAB 14136/AM, para apresentar Alegações Finais, no prazo de 5 (cinco) dias, com relação ao Processo nº 0622812-35.2019.8.04.0001, referente ao Réu Mayko dos Santos Farias. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao(a) patrono(a) do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Eu Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria, em exercício, o conferi e subscrevo. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

Thalles da Cunha Ramos (OAB 14136/AM)

7ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAREEN AGUIAR FERNANDES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA DO SOCORRO ALMEIDA DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0170/2019

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM) - Processo 0220357-41.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Claudemilson da Luz Vieira - Intime-se a defesa para apresentar os memoriais.

ADV: MEISE CRISTINA MARQUES DOS SANTOS (OAB 11246/AM) - Processo 0630524-76.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Rinkly Rodrigues da Silva - Audiência designada para o dia 18/09/2019, às 10:00h.

ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM) - Processo 0631088-55.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: R.A.B. - Audiência designada para o dia 18/09/2019, às 10:30h.

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0645310-62.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Jander Rodrigues de Almeida - Jaber Khalyi Reis Chamma Muneynme - Intime-se a defesa de Jaber Khalyi Reis Chamma Muneynme e de Jander Rodrigues de Almeida para apresentar as alegações finais.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM) - Processo 0647009-88.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Wesley Rodrigo de Oliveira Quirino - Audiência designada para o dia 11/09/2019, às 08:15h.

Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Meise Cristina Marques dos Santos (OAB 11246/AM)

8ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0839/2019

ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM) - Processo 0213459-75.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Seguida de Morte - RÉU: SHELLDON PEREIRA DAMIÃO - Designo o dia 03/03/2020, às 11:00h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: IVO RIBEIRO DE ALMEIDA (OAB 9844/AM), ADV: ELIAS SERENO DE SOUZA (OAB 12819/AM), ADV: ROSÂNGELA FROTA MAGALHÃES (OAB 7980/AM), ADV: LUIZA HOLANDA DOS REIS TEIXEIRA (OAB 8908/AM) - Processo 0218374-70.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Apropriação indébita - RÉU: DEUTICILIAN FRANCO BARRETO - DAVID LIMA DA SILVA - Designo o dia 26/08/2019, às 11:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM), ADV: ARTUR AMARAL GOMES (OAB 9928/AM), ADV: WASHINGTON LUIZ COSTA DE JESUS (OAB 3172/AM) - Processo 0230782-59.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Leonardo Barbosa De Souza e outro - Designo o dia 18/11/2019, às 10:45h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ARY SÉRGIO DA MOTTA (OAB 82A/AM) - Processo 0230890-25.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Edmilson Carneiro Neto - Designo o dia 27/08/2019, às 09:45h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: FÁBIO FERNANDO SILVA AZEVEDO (OAB 9144/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO FILHO (OAB 10357/AM), ADV: SAMUEL PINTO DA SILVA (OAB 6734/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: ELISÂNGELA MARTINS DE ALENCAR (OAB 6948/AM), ADV: KARLA DE SIQUEIRA CAVALCANTI AZEVEDO (OAB 7020/AM), ADV: RODRIGO ALEXANDRE DE SOUSA (OAB 9176/AM), ADV: LEANDRO MENEZES DOS SANTOS (OAB 1115A/AM), ADV: RAIMUNDO LÁZARO MARTINS DA SILVA (OAB 10640/AM), ADV: CLÁUDIO RAMOS MENEZES (OAB 2667/AM), ADV: JÉSSICA COSTA SILVA (OAB 10724/AM), ADV: REGILSON PINTO GOMES (OAB 10288/AM) - Processo 0234301-13.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Simples - RÉU: FELIPE DOS SANTOS BRITO - Designo o dia 27/08/2019, às 08:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: DAIANA KELLY BANDEIRA SPENER (OAB 13366/AM), ADV: CARLOS PEDRO CASTELO BARROS (OAB 1229/AM) - Processo 0237599-47.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Injúria - RÉU: Renata Christine Bandeira Spener - Designo o dia 07/10/2019, às 09:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM), ADV: RAIMUNDO NONATO DE MORAES BRANDÃO (OAB 8253/AM), ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM), ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0248745-22.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0211395-63.2013.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Francisco Adriano Oliveira da Silva - Maria Karina Queiroz Bruno - Aline Cristine Batista de Oliveira e outros - Designo o dia 26/08/2019, às 11:45h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: MARIA JACQUELINE COELHO PINHEIRO (OAB 3532/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM) - Processo 0248862-47.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Jefferson Hubaldo da Silva - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que resta designado o dia 30/09/2019, às 11:15h, na Sala padrão, para realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: ROGER MOREIRA DE QUEIROZ (OAB 2909/AM) - Processo 0257457-30.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Incêndio - RÉ: Edmar Ferreira de Melo - Gabriel Silva Menezes e outros - Designo o dia 27/08/2019, às 10:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: LUCIANA TRUNKL FERNANDES DA COSTA (OAB 3006/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM), ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: DÉLCIO LUIS SANTOS (OAB 2729/AM) - Processo 0316583-55.2007.8.04.0001 (001.07.316583-3) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - De Tortura - RÉU: Afrânio da Silva Ribeiro - Ronaldo Roberto Reis Lauria - João de Araújo Fernandes Neto - Samy Frankly da Silva Nunes - Janilton Gomes de Araújo e outros - Designo o dia 26/09/2019, às 11:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: SUELY DE MELO COSTA (OAB 1499/AM) - Processo 0351056-67.2007.8.04.0001 (001.07.351056-5) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Jairo Gaspar dos Santos - Designo o dia 30/09/2019, às 09:45h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ROGÉRIO PEREIRA DE SALES (OAB 5625/AM), ADV: ANDREA VIANA DE SALES (OAB 10050/AM), ADV: RAFAEL SANTOS DA SILVA (OAB 9955/AM) - Processo 0612634-32.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉ: Bianca Basílio Benevides - Elizete Pereira da Silva - Designo o dia 02/03/2020, às 09:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM) - Processo 0617533-68.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Nelson Francisco Araújo Meireles e outro - Designo o dia 26/08/2019, às 11:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: CAMILA GUIMARÃES DE LIMA (OAB 13098/AM), ADV: PAULO SÉRGIO LIMA DOS SANTOS (OAB 5337/AM) - Processo 0643985-52.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Heverton João Costa Hage - Wallace Ribeiro da Cunha - Designo o dia 27/02/2020, às 09:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Ademário do Rosário Azevedo Filho (OAB 10357/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Andrea Viana de Sales (OAB 10050/AM)
Artur Amaral Gomes (OAB 9928/AM)
Ary Sérgio da Motta (OAB 82A/AM)
Camila Guimarães de Lima (OAB 13098/AM)
Carlos Pedro Castelo Barros (OAB 1229/AM)
Cláudio Ramos Menezes (OAB 2667/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Daiana Kelly Bandeira Spener (OAB 13366/AM)
Délcio Luis Santos (OAB 2729/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)
Elias Sereno de Souza (OAB 12819/AM)
Elisângela Martins de Alencar (OAB 6948/AM)
Fábio Fernando Silva Azevedo (OAB 9144/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
Ivo Ribeiro de Almeida (OAB 9844/AM)
Jéssica Costa Silva (OAB 10724/AM)
Karla de Siqueira Cavalcanti Azevedo (OAB 7020/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Leandro Menezes dos Santos (OAB 1115A/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Luciana Trunkl Fernandes da Costa (OAB 3006/AM)
Luiza Holanda dos Reis Teixeira (OAB 8908/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
Maria Jacqueline Coelho Pinheiro (OAB 3532/AM)
Paulo Sérgio Lima dos Santos (OAB 5337/AM)
Rafael Santos da Silva (OAB 9955/AM)
Raimundo Lázaro Martins da Silva (OAB 10640/AM)

Raimundo Nonato de Moraes Brandão (OAB 8253/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)
Regilson Pinto Gomes (OAB 10288/AM)
Rodrigo Alexandre de Sousa (OAB 9176/AM)
Roger Moreira de Queiroz (OAB 2909/AM)
Rogério Pereira de Sales (OAB 5625/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)
Rosângela Frota Magalhães (OAB 7980/AM)
Samuel Pinto da Silva (OAB 6734/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Suely de Melo Costa (OAB 1499/AM)
Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira (OAB 2557/AM)
Washington Luiz Costa de Jesus (OAB 3172/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0840/2019

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM) - Processo 0203194-40.2013.8.04.0015 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Resistência - RÉU: Ana Claudia Chaves Lobo - Ante o exposto, com fundamento no art. 107, IV, c/c art. 109, V, ambos do Código Penal, DECLARO EXTINTA A PRETENSÃO PUNITIVA do crime atribuído à ré Ana Claudia Chaves Lobo. Sem custas. Publique-se, intimem-se e arquivem-se.

Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0369/2019

ADV: LUCIMAR VIDINHA GOMES (OAB 9318/AM) - Processo 0202751-97.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADA: Rosendo Duarte de Sousa Neto - Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 17/10/2019 às 12:30h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 23 de agosto de 2019 .

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM), ADV: CARLOS ALBERTO GUEDES DA SILVA JÚNIOR (OAB 8713/AM), ADV: ADRIANA MONTEIRO DE SOUZA (OAB 14269/AM) - Processo 0223487-05.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉ: Kimberlin Keyce de Jesus da Silva - irresignados, ingressaram com recurso de APELAÇÃO, tempestivamente. Preenchidos os fundamentos e requisitos recursais, assim como já recebida as CONTRARRAZÕES. DETERMINO a REMESSA dos autos ao E. Tribunal do Justiça do Amazonas - TJAM, com nossas homenagens e cautelas de estilo.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0235171-34.2009.8.04.0001 (001.09.235171-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Geremias Ribeiro da Silva - SENTENÇA Vistos etc... O Ministério Público Estadual ofereceu denúncia contra o acusado, já qualificado nos autos, conforme Exordial de fls. 31/32. Resposta Escrita, fls. 97/98. Laudo de Exame Necroscópico da vítima, fl. 40. Certidão de Óbito da vítima, fl. 42. Alegações Finais da Defesa, fl. 161. É o Relatório, Segue a Decisão. Trata-se o presente Processo de apuração da autoria delitiva pela suposta prática do crime de homicídio consumado qualificado, tendo como vítima Luciana Menezes de Sá. A Sentença de Pronúncia possui natureza interlocutória mista não terminativa, pois decide sobre a possibilidade de submeter o réu a julgamento pelo tribunal popular, encerrando, assim, a fase do judicium acusationes, todavia, não finaliza o processo. Tanto a doutrina como a jurisprudência a muito consagraram o princípio in dubio pro societate, segundo o qual, havendo dúvida deve-se pronunciar, deixando para o Tribunal do Júri o veredicto final acerca da culpabilidade ou não do acusado. Assim, se, por exemplo, houver qualquer dúvida sobre a ocorrência de uma excludente de ilicitude: deve-se pronunciar. Se há dúvida sobre a possibilidade de desclassificar o crime: também se deve pronunciar, pois cabe ao júri popular dar a palavra final sobre a responsabilidade do acusado. Com este posicionamento, praticamente extinguiu-se a possibilidade de acatar-se uma tese de desclassificação de crime, ou qualquer outra causa de impronúncia nesta fase processual (ressalvados os casos de evidente impronúncia), tudo em nome do direito constitucional auferido à sociedade de decidir sobre os crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados. Outrossim, a respeito do conteúdo da sentença de pronúncia, sua fundamentação limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação. De igual modo deve ocorrer em relação ao exame das teses defensivas, a qual também deverão ser apreciadas com superficialidade, não podendo este Juízo afastá-las de forma peremptória. Relativo à prova do crime, o próprio STF já posicionou-se no sentido de não ser necessária a prova incontestável da sua existência para ocorrer a sentença de pronúncia (RTJ 63/476). Em caso de dúvida deve pronunciar-se (RT 523/377,503/328,522/361, 518/393). Neste mesmo sentido: STJ, REsp. 565, 5ª Turma, DJU 8.4.91, p. 3892. Diversos doutrinadores manifestam-se sobre a questão, em posições convergentes. Ao tratar da matéria, Edilson Mougenot Bonfim coloca que a pronúncia não carece de certeza absoluta para existir e nem uma análise intensa acerca da culpabilidade, pois a dúvida deve ser interpretada em favor do direito da sociedade em proferir a decisão: "Donde concluir que a pronúncia não deve conter uma análise profunda do meritum causae. Assim, nessa decisão apenas se reconhece a existência de um crime e a presença de suficientes indícios da responsabilidade do réu, apontando-se a direção a ser seguida pela ação penal (François Martineau, Petit Traité argumentation judiciaire, 2. ed., Paris: Dalloz, p.27). Na dúvida, cabe ao juiz pronunciar, encaminhando o feito ao Tribunal do Júri, órgão competente para julgamento da causa. Nessa fase vigora a máxima in dubio pro societate." (Código de Processo Penal Anotado - 2ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 690). Por sua vez, Mirabete acrescenta até que o júri popular poderá decidir inclusive contra a decisão de pronúncia, sendo esta decisão apenas um juízo de admissibilidade da acusação: "Convencido da existência do crime e de haver indícios da autoria, o juiz deve proferir a sentença de pronúncia. Essa sentença, e não mero despacho, por ser mero juízo de admissibilidade da acusação, com o objetivo de submeter o acusado ao julgamento pelo júri, tem natureza processual, não produzindo res judicata, mas preclusão pro judicato, podendo o Tribunal do Júri decidir contra aquilo que ficou assentado na pronúncia. Por isso, fala-se em "sentença processual". (Código de Processo Penal Interpretado - 11ª ed., Ed. Atlas S.A, 2007, p. 1082). Finalmente, Damásio de Jesus reflete que a Lei 11.689/08, que inovou a sistemática processual do Tribunal do Júri, preocupou-se com a linguagem adotada na pronúncia no sentido de evitar expressões de juízo de valor acerca da culpa, uma vez que caberá à sociedade decidir a questão: "A Lei n. 11.689/08 demonstrou justificável preocupação com a linguagem empregada na decisão de pronúncia, ao definir que o juiz deverá, fundamentadamente, se limitar a indicar a materialidade do fato (i.e., a existência material do crime) e a presença de indícios suficientes de autoria ou de participação, além do dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena." (Código de Processo Penal Anotado - 23ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 352). Conforme explicitado nos ensinamentos doutrinários e jurisprudencial supracitados, aliado ao teor redacional do artigo 413 do Código de Processo Penal, constata-se ser indispensável para prolação da Sentença de Pronúncia a existência cumulativa de dois requisitos, quais sejam, a materialidade do crime e os indícios de que o réu seja o autor. Quanto à materialidade, essa resta comprovada na forma do Laudo de Exame Necroscópico realizado na pessoa da vítima, e presente

nos autos à fl. 40. Entretanto, com relação aos indícios de autoria, observo que o arcabouço probatório colhido durante toda esta fase sumária é insuficiente para evidenciarmos a responsabilidade criminal do acusado em relação ao crime apurado perante o processo. Nenhuma testemunha foi inquirida em Juízo, restando presentes apenas meras conjecturas. Ademais, não foi possível realizar o interrogatório Judicial do acusado, razão pela qual este Juízo aplicou o Art. 367 do CPP, conforme Decisão de fl. 149. Deste modo, considerando a ineficiência do teor probatório apresentado pela acusação nesta cognição de admissibilidade, não me resta alternativa distinta, a não ser o reconhecimento da impronúncia do réu, face à ausência de indícios suficientes de autoria em seu desfavor. APELAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSO MINISTERIAL. IMPRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. DECISÃO MANTIDA. Para motivar a pronúncia o indício deve se mostrar real, ser necessariamente provado e aproximar-se da certeza sem, contudo, excluir a dúvida. A mera possibilidade de autoria, sem fundar-se em fatos concretos e minimamente seguros, torna a impronúncia medida impositiva. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO - APR: 871065120148090044, Relator: DES. NICOMEDES DOMINGOS BORGES, Data de Julgamento: 30/11/2017, 1A CAMARA CRIMINAL, Data de Publicação: DJ 2405 de 13/12/2017). Sendo assim, não havendo o mínimo de elementos de convicção acerca da culpabilidade do réu, deixo de submetê-lo à julgamento diante do Tribunal do Júri, nos moldes do Art. 414 do CPP. Ante o exposto, em consonância com as partes, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia do Órgão Ministerial, e IMPRONUNCIO o acusado, já qualificado nos autos. Faço-o com fundamento no art. 414 do Código de Processo Penal, da imputação que lhe foi feita na exordial acusatória, nada impedindo que, surgidas novas provas, reabra-se a investigação. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. Intime-se pessoalmente o acusado desta Sentença, entregando-lhe cópia da Impronúncia. Intime-se a Defesa do acusado. Intime-se pessoalmente o Ministério Público. Por fim, DEFIRO a Promoção constante do último parágrafo da fl. 163, e determino que a Secretaria da Vara diligencie junto à Delegacia de origem, a fim de que a Autoridade Policial proceda à localização da testemunha PEDRO BERNARDES VIDEIRA, fl. 08, e, em seguida, informe ao Ministério Público o seu paradeiro. Expeça-se o necessário. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus,23 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM) - Processo 0633247-39.2017.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - RÉU: F.C.S.S. - M.L.S. - I.S.A. - M.F.P. - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE o patrono do acusado para que compaeça à Audiência de Instrução e Julgamento na 1ª Vara do Tribunal do Júri, pautada para o dia 29/10/2019 às 09:00''

Adriana Monteiro de Souza (OAB 14269/AM)
Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior (OAB 8713/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Lucimar Vidinha Gomes (OAB 9318/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0370/2019

ADV: HECTOR DANIEL LOBO FERREIRA (OAB 12717/AM), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: SIDNEY COELHO (OAB 9664/AM) - Processo 0000016-84.2010.8.04.0011 (011.10.000016-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Marco Aurelio Castro Ferreira - Recebi hoje. Os defensores do sentenciado Marco Aurélio Castro Ferreira interpuseram recurso de APELAÇÃO, de forma tempestiva. Preenchidos os fundamentos e requisitos recursais, dê-se vista dos presentes autos ao representante do Ministério Público, ora apelado, para apresentar suas CONTRARRAZÕES. Após, remetam-se os autos à Superior Instância. Cumpra-se. Manaus, 13 de agosto de 2019 Celso Souza de Paula Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: LEOPOLDO DA SILVA SAMPAIO (OAB 1546/AM) - Processo 0010399-30.2005.8.04.0001 (001.05.010399-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Marcelo de Abreu das Neves e outro - DESPACHO Recebi hoje. Antes de decidir, determino vista dos autos ao MP, a fim de que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, quanto à possibilidade da ocorrência da prescrição em perspectiva da pretensão punitiva do Estado. Após a manifestação, remetam-me os autos novamente conclusos. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 23 de agosto de 2019.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: DAMIÃO FERREIRA LISBOA (OAB 3067/AM) - Processo 0024671-92.2006.8.04.0001 (001.06.024671-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Ubirajara da Costa Herculano - O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo 0024671-92.2006.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado UBIRAJARA DA COSTA HERCULANO, Brasileiro, Casado, Autônomo, CPF 224.500.922-34, pai José Herculano Sobrinho, mãe Severina Herculano da Costa, natural de Sao Mamede - PB, com endereço à Rua Dom João VI , QD C4, 4, Parque 10 de Novembro, CEP 69054-000, Manaus - AM, Fone 3634-3480, atualmente em local incerto e não sabido, pronunciado por crime capitulado nas penas do art. 121, inc. II, do Código Penal, em determinação ao disposto no Artigo 420 do CPP, pelo que mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação, a fim de que o acusado fique ciente da Sentença de Pronúncia nos seguintes termos "JULGO PROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para PRONUNCIAR o acusado como incurso na pena do art. 121, inc. II, do Código Penal. Por fim, considerando que não se encontram presentes os motivos dispostos nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal a ensejarem a custódia cautelar do acusado, mantenho-o em liberdade aguardando seu julgamento pelo Tribunal do Povo.". E para que chegue ao conhecimento do Réu, e para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 21 de agosto de 2019. Eu, SABRINA ILLAN BARROS DA SILVA, expedi, e eu Cintya Luana Araujo Gandra, Diretora de Secretaria, confiro.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0026130-66.2005.8.04.0001 (001.05.026130-5) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Ricardo Cavalcante Lago - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Ricardo Cavalcante Lago, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso I (motivo torpe), c/c 14, II (por duas vezes - vítimas Eliana da Costa Macedo e Ivan Rangel Ferreira da Silva) do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de

Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0036109-23.2003.8.04.0001 (001.03.036109-6) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Simples - INDICIADO: Francisco Dilson Monteiro da Silva - Vilson Monteiro da Silva - Ex positis, em consonância com as partes, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado FRANCISCO DILSON MONTEIRO DA SILVA, já qualificado nos autos, pela prescrição da pretensão punitiva, relativamente ao fato que deu origem a este processo, com fundamento do Art. 107, IV, primeira figura, c/c Art. 109, I, e Art. 115, todos do Código Penal Brasileiro. Considerando a presente Decisão, proceda-se ao recolhimento do Mandado de Prisão expedido. Após o trânsito em julgado, proceda-se à baixa dos autos perante o SAJ, em relação ao acima referido acusado, observadas as cautelas de praxe. Dê-se ciência às partes e ao denunciado desta Decisão. De outro giro, quanto ao codenunciado VILSON MONTEIRO DA SILVA, a fim de se evitar o perecimento da prova testemunha, tendo em vista o lapso temporal decorrido, determino que a Secretaria da Vara renove o Mandado de Prisão expedido e que paute data para a realização da produção antecipada de provas, no tocante à oitiva do rol constante da Exordial. Nomeio a DPE para atuar no ato. Intime-se o MP. Expeça-se o necessário. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 23 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito Sumariante

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0205275-04.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Renan Rodrigues de Oliveira - João Paulo Pereira Sousa - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO os acusados RENAN RODRIGUES DE OLIVEIRA e JOÃO PAULO PEREIRA SOUSA, já qualificados nos autos, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incursos nas sanções do Art. 121, §2°, inciso IV (recurso que impossibilitou a defesa da vítima), c/c Art. 29, "Caput", ambos do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar um Decreto Preventivo, MANTENHO-OS EM LIBERDADE, até Decisão contrária deste Juízo. Intime os acusados desta Decisão, entregando-lhes cópia desta Decisão. Em caso negativo, intime-os por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa dos réus, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa dos acusados, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0214961-25.2010.8.04.0001 (001.10.214961-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Valdenir Pinto Vasconcelos - O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo 0214961-25.2010.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado VALDENIR PINTO VASCONCELOS, Brasileiro, RG 1993655-9AM, pai Sabino de Oliveira Vasconcelos, mãe Maria Valdira Pinto, Nascido 21/07/1973, com endereço à Rua B. Horizonte, 186, Adrianópolis, CEP 69005-971, Manaus - AM, atualmente em local incerto e não sabido, pronunciado por crime capitulado nas penas do Capitulação Oferecida a Denúncia, art. 121, §2º, inc. II, do CPP, em determinação ao disposto no Artigo 420 do CPP, pelo que mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação, a fim de que o acusado fique ciente da Sentença de Pronúncia nos seguintes termos "JULGO PROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para PRONUNCIAR o acusado como incurso na pena do Capitulação Oferecida a Denúncia. Por fim, considerando que não se encontram presentes os motivos dispostos nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal a ensejarem a custódia cautelar do acusado, mantenho-o em liberdade aguardando seu julgamento pelo Tribunal do Povo.". E para que chegue ao conhecimento do Réu, e para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 21 de agosto de 2019. Eu, SABRINA ILLAN BARROS DA SILVA, expedi, e eu Cintya Luana Araujo Gandra, Diretora de Secretaria, confiro.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA VIANA (OAB 5750/AM) - Processo 0215773-62.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Magno Lopes da Silva - INDICIADO: Wanderley Lopes Alves ''Vulgo Neguinho'' - Autos de nº0215773-62.2013.8.04.0001 Acusado: Wanderley Lopes Alves ''Vulgo Neguinho'' e Magno Lopes da Silva DECISÃO Vistos etc. Passa-se ao relatório do Processo, nos termos do art. 423, inciso II, do Código de Processo Penal. O Ministério Público do Estado do Amazonas ofereceu Denúncia em desfavor de Wanderley Lopes Alves e Magno Lopes da Silva, dando-o por incurso nas sanções do Art.121, §2º, incisos I e IV, c/c Art. 29, caput, todos do Código Penal, porque, conforme consta da Exordial de fls.65-68. Consta dos inclusos autos de inquérito policial, parte integrante da presente denúncia, independentemente de transcrição, que no dia 09/10/2011, por volta de 10h30, na Rua e Beco São Domingos, Bairro Presidente Vargas, nesta capital, os denunciados, munidos de armas de fogo, desferiram vários disparos contra a vítima Álvaro Benites de Azevedo, causando-lhe os ferimentos descritos no Laudo de Exame Necroscópico de fls. 08/09 e na Certidão de Óbito de fls. 07, que por sua natureza e sede foram a causa suficiente de sua morte. Conforme o apurado, há alguns anos a filha da vítima manteve um relacionamento amoroso com o denunciado Magno Lopes da Silva. A vítima não aprovava o referido namoro por não concordar com as atitudes de Magno, visto que este era traficante, ladrão e homicida, pelo que já havia denunciado-o para polícia. Por essas razões, passou a receber ameaças de morte do acusado e de seus comparsas (fls. 23), sofrendo, inclusive, um atentado, em 11/11/2007, no qual foi alvejado por três disparos de arma de fogo, que só não foram a causa de sua morte, por circunstâncias alheias a vontade dos agentes (Magno, Alaim e Jessé), os quais já foram condenados pelo respectivo crime de tentativa de homicídio. No dia do fato delituoso, os denunciados, ambos com armas de fogo em punho, entraram na casa da vítima, a qual estava preparando seu almoço, momento em que o denunciado Magno disse: "eu falei que eu iria voltar" e passou a desferir tiros contra a mesma, dizendo: "morre seu cagueta". Magno, após utilizar sua arma, pegou a arma que estava com Wanderley ("Neguinho") e atirou novamente contra a vítima, ceifando-lhe a vida. A Denúncia foi recebida em 12/08/2014. Devidamente Citado, o réu apresentou a Resposta Escrita, fls. 110-111. Foi realizada a regular Instrução Processual, fls. 166-169, 174-177, 202-203 e 293-294. Em Alegações Finais, o Ministério Público pleiteou a Pronúncia do acusado, fls.319-320. A Defesa do réu apresentou as Alegações Finais, requerendo a impronúncia, fls.323-328 e 334-340. Por Decisão proferida em 23/04/2019, o réu foi Pronunciado, nos moldes da Denúncia, fls.344-347. Não houve recurso da Decisão. Na fase do Art. 422 do CPP, o Ministério Público (fls.380) e a Defesa (fls.381) apresentaram o rol de testemunhas a depor em Plenário. É o breve RELATÓRIO. DEFIRO a oitiva das testemunhas requeridas pelas partes. CONSIDERO o feito preparado para a realização do Julgamento perante o Conselho de Sentença. DESIGNE-SE data para a realização da Sessão Plenária. INTIMEM-SE as testemunhas arroladas pelas partes.

INTIME-SE o réu, inclusive por edital. PROMOVAM-SE as demais diligências necessárias. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. Celso Souza de Paula Juiz de Direito Presidente

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0220324-56.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - RÉU: Bruno Lustoza Fontes - Fernando Maxwell Lira Alves - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Bruno Lustoza Fontes e Fernando Maxwell Lira Alves, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incursos nas sanções do Art. 121, §2°, inciso I (motivo torpe), c/c art, 29 do Código Penal (vítima Marcus Assunção da Costa Filho); nas sanções do Art. 121, §2°, inciso I (motivo torpe), c/c arts. 29 e 14,II, todos do Código Penal (vítima Deiziane Lopes de Araújo) . Pronúncio também o Acusado Bruno Lustoza Fontes na agravente do art. 62,I do CP para ambas as vítimas. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: SÉRGIO RICARDO PEREIRA DE SALES (OAB 8927/AM), ADV: RAIMUNDO AZEVEDO PEREIRA (OAB 2186/AM), ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0227365-35.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Danilo Fernandes da Luz - RÉ: NILEIDE MACHADO DOS ANJOS - O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo 0227365-35.2015.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado NILEIDE MACHADO DOS ANJOS, Brasileiro, Casada, Prendas do Lar, RG 19728743, CPF 873.425.532-04, pai Nilo Barros dos Anjos Filho, mãe Maria Neide Viana Machado, Nascido 28/06/1987, natural de Manaus - AM, com endereço à Av. Humaitá apt. 03, Nº06, Bloco 22, quadra 07 B, Pq res. Gilberto Mest, Cachoeirinha, CEP 69000-000, Manaus - AM, Fone 99217-4043, atualmente em local incerto e não sabido, pronunciado por crime capitulado nas penas do Art. 121 § 2º, I, IV c/c Art. 29 "caput" ambos do CP, em determinação ao disposto no Artigo 420 do CPP, pelo que mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação, a fim de que o acusado fique ciente da Sentença de Pronúncia nos seguintes termos "JULGO PROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para PRONUNCIAR o acusado como incurso na pena do Art. 121 § 2º, I, IV c/c Art. 29 "caput" ambos do CP. Por fim, considerando que se encontram presentes os motivos dispostos nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal a ensejarem a custódia cautelar do acusado, mantenho-o a prisão preventiva aguardando seu julgamento pelo Tribunal do Povo.". E para que chegue ao conhecimento do Réu, e para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 22 de agosto de 2019. Eu, SABRINA ILLAN BARROS DA SILVA, expedi, e eu Cintya Luana Araujo Gandra, Diretora de Secretaria, confiro.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0228273-92.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Wylhans Queiroz do Nascimento - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado WYLHANS QUEIROZ DO NASCIMENTO, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, "Caput", c/c Art. 14, inciso II, ambos do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar um decreto Preventivo, MANTENHO-O EM LIBERDADE, até Decisão contrária deste Juízo. Intime-se o acusado desta Decisão, entregando-lhe cópia. Em caso negativo, intime-o por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Por fim, considerando que o acusado não compareceu à realização da Audiência de Instrução, como pode se ver à fl. 140, embora devidamente intimado à fl. 136, reconheço a sua ausência processual e determino o prosseguimento do feito, com fulcro no Art. 367 do CPP. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0230566-11.2010.8.04.0001 (001.10.230566-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Kleber Fonseca Magalhães - DESPACHO Recebi hoje. Antes de decidir, determino vista dos autos ao Ministério Público, a fim de que se manifeste quanto ao Aditamento da Exordial, no tocante à possibilidade de inclusão de alguma qualicadora, considerando o teor do depoimento da vítima e das testemunhas em Juízo, fls. 103/105. Caso haja o aditamento, cite-se o réu, a fim de que a Defesa apresente nova Resposta à Acusação e se manifeste quanto à necessidade ou não de reinquirição da vítima, das testemunhas e do acusado. Caso o MP se manifeste contrariamente ao aditamento, remetam-me os autos novamente conclusos para Sentença. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 23 de agosto de 2019.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0247741-71.2017.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - INDICIADO: Jose Francisco Facanha do Nascimento - DECISÃO Vistos estes autos. O Delegado de Polícia Civil do Estado do Amazonas Representou pela Decretação da Prisão Preventiva do indiciado José Francisco Façanha do Nascimento, conforme fls. 29/33. O Ministério Público Estadual manifestou-se favorável à Representação, consoante fl. 79. Vieram-me os autos conclusos. Segue a Decisão. É cediço que para subsistência do constrito cautelar, necessária se faz a presença requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, quais sejam, garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, os quais deverão ser demonstrados através de elementos reais e concretos, corroborado com apuração de um delito com pena privativa de liberdade máxima abstrata, superior a 4 (quatro) anos de reclusão, consoante artigo 313, inciso I do Código de Processo Penal. No caso em concreto, o suposto crime imputado ao indiciado atende à última exigência normativa supra-

citada. Outro passo, o novel texto do artigo 282 do Código Processo Penal, alterado pela Lei 12.403/11, em seus incisos I e II, revela também a imprescindibilidade de se aplicar o binômio "necessidade e adequação" em qualquer das medidas cautelares, dentre elas a prisão preventiva. Portanto, somente para aplicação da lei penal, investigação ou instrução criminal e, nos casos previstos, para evitar a prática de infrações penais (ordem pública), à luz do que vai do art. 312 do CPP, caberão as medidas cautelares, devendo tais requisitos estarem adequados à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do agente. In casu, verifico a subsistência de tais pressupostos. Senão vejamos. Os autos de Inquérito Policial demonstram a presença de justa causa, isto é, razoavelmente, pode-se considerar que o crime imputado ao indiciado ocorreu e que ele seja possivelmente o autor dessa infração penal. Assim, presente está o fumus comissi delicti. No que diz respeito ao periculum libertatis, observo que por meio dos elementos probatórios até aqui colhidos, há a presença sólida dos indícios suficientes de autoria e de materialidade delitiva. Deste modo, compreendo existirem motivos suficientes para, nesta ocasião, decretar a medida forte, tendo em vista a periculosidade concreta da conduta do indiciado e a sua personalidade voltada ao cometimento de infrações penais, o que se faz inferir que há o risco de reiteração delitiva, revelando que, em liberdade, oferecerá risco à ordem pública. Deste modo, sendo grave o crime imputado, não há de se falar em ausência dos requisitos do 312 do Código de Processo Penal. Há a necessidade de impor cárcere preventivo contra o indiciado acima mencionado, com o intuito de se garantir a ordem pública, haja vista a potencial periculosidade demonstrada pelo agente, revelada pela gravidade concreta do crime em tese praticado. Verifica-se in casu, ao menos nesta fase sumária, que a austeridade do crime e as circunstâncias do fato, consubstanciados pelo modus operandi empregado na conduta dos indiciados, justificam a decretação do constrito preventivo, com o intuito de se preservar a ordem pública contra possíveis reiterações de condutas desta natureza. Nessa esteira, ressalta-se o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça de que: "o modus operandi, os motivos, a repercussão social, dentre outras circunstâncias, em crime grave (na espécie, inclusive, hediondo), são indicativos, como garantia da ordem pública, da necessidade de segregação cautelar , dada a afronta a regras elementares de bom convívio social." (RHC 15.016/SC, 5.ª Turma, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ de 09/02/2004.). Em consonância, eis o precedente julgado do Supremo Tribunal Federal: "DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE DO WRIT. DECISÃO FUNDAMENTADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. ORDEM NÃO CONHECIDA. 1. Possível constrangimento ilegal sofrido pelo paciente devido à ausência dos requisitos autorizadores para a decretação de sua prisão preventiva. 2. Os autos não foram instruídos com a cópia do decreto prisional do paciente ou da decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória, inviabilizando, dessa maneira, o confronto entre o ato atacado e os argumentos apresentados na inicial do writ. 3. Nesse sentido, "A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não admite o conhecimento de habeas corpus quando os autos não foram instruídos com as peças necessárias à confirmação da efetiva ocorrência do constrangimento ilegal" (HC 91.755/MG, rel. Min. Cármen Lúcia, 1ª Turma, DJe 23.11.2007). Precedentes. 4. Conforme o acórdão ora impugnado, verifico que a constrição cautelar do paciente, ao que me parece, foi suficientemente fundamentada, já que, diante do conjunto probatório dos autos da ação penal, a manutenção da custódia cautelar se justifica para a garantia da ordem pública e para o asseguramento da aplicação da lei penal, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. 5. A decretação da prisão cautelar, na realidade, se baseou em fatos concretos observados pelo Juiz de Direito na instrução processual, notadamente a periculosidade do paciente, não só em razão da gravidade do crime perpetrado, mas também pelo modus operandi da empreitada criminosa. 6. A circunstância de o paciente ser primário, ter bons antecedentes, trabalho e residência fixa, à evidência, não se mostra obstáculo ao decreto de prisão preventiva, desde que presentes os pressupostos e condições previstas no art. 312 do CPP (HC 83.148/SP, rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, DJ 02.09.2005). 7. Habeas corpus não conhecido. " (STF, HC 98.331/SP, 2.ª Turma, Rel. Min. ELLEN GRACIE, DJe de 11/12/2009.) Desta feita, necessária é a aplicação da custódia cautelar em face do indiciado, para garantir a ordem pública e para assegurar a aplicação da Lei Penal, por estarem presentes a prova da materialidade e os indícios suficientes de autoria. Isto posto, por tudo mais que dos autos consta, em consonância com o Ministério Público, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA do indiciado JOSÉ FRANCISCO FAÇANHA DO NASCIMENTO, já qualificado nos autos, com fundamento nos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do Código de Processo Penal, objetivando garantir a ordem pública, devendo ser recolhido à Cadeia Pública, até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Expeça-se o competente Mandado de Prisão Preventiva e comunique-se, com urgência, à Autoridade Policial, para o efetivo cumprimento. Por fim, examinando cuidadosamente os autos, verifico que a Denúncia apresentada, fls. 77/79, preenche os requisitos previstos no Art. 41 do CPP, e não se avistando, nesse momento processual, a presença manifesta e quaisquer das hipóteses do Art. 395 do mencionado Codex, pelo que RECEBO A PRESENTE DENÚNCIA, dada a presença de indícios suficientes de autoria e prova de materialidade, que apontam para o denunciado como possível autor da infração penal, todavia com a cautela de não adentrar no mérito da matéria, não havendo causa para rejeitá-la liminarmente. Desde já determino a Citação pessoal do denunciado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar a Resposta Escrita, na forma do Art. 406 do CPP. Paute-se, de imediato, data para realização de Audiência de Instrução, intimando-se, de logo, o réu e a testemunha arrolada, registrando-se que, caso este Juízo entenda ser caso de rejeição da Denúncia após a apresentação da Resposta à Acusação, ficará cancelada a Audiência de Instrução em tela sem qualquer prejuízo para a Defesa. Determino ainda a juntada de certidão de antecedentes criminais do denunciado. Cumpra-se a diligência requerida pelo MP, se houver. Decorrido o prazo, sem a resposta Preliminar, desde já nomeio a Defensoria Pública para atuar na causa, nos moldes do Art. 408 do CPP. Caso o denunciado não seja encontrado para a Citação pessoal, determino sua Citação Editalícia, na forma prescrita no Art. 361 do CPP. Expeça-se o necessário. Publique-se esta Decisão. Intime-se. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 23 de agosto de 2019.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0255595-34.2008.8.04.0001 (001.08.255595-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Obernei de Souza Oliveira - fls.154

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0261729-09.2010.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Alexandre Nascimento Pesqueira - SENTENÇA Vistos etc... O Ministério Público Estadual ofereceu Denúncia contra o acusado, já qualificado nos autos, conforme Exordial de fls. 101/103. Laudo de Exame Necroscópico da vítima, fl. 34. Resposta Escrita, fl. 111. Termo de Inquirição de testemunha, fls. 162/163. Termo de Interrogatório do acusado, fls. 122/123. Alegações Finais da Defesa, fl. 189. É o Relatório, Segue a Decisão. Trata-se o presente Processo de apuração da autoria delitiva pela suposta prática do crime de homicídio consumado qualificado, tendo como vítima Jonildo da Silva de Souza. A Sentença de Pronúncia possui natureza interlocutória mista não terminativa, pois decide sobre a possibilidade de submeter o réu a julgamento pelo tribunal popular, encerrando, assim, a fase do judicium acusationes, todavia, não finaliza o processo. Tanto a doutrina como a jurisprudência a muito consagraram o princípio in dubio pro societate, segundo o qual, havendo dúvida deve-se pronunciar, deixando para o Tribunal do Júri o veredicto final acerca da culpabilidade ou não do acusado. Assim, se, por exemplo, houver qualquer dúvida sobre a ocorrência de uma excludente de ilicitude: deve-se pronunciar. Se há dúvida sobre a possibilidade de desclassificar o crime: também se deve pronunciar, pois cabe ao júri popular dar a palavra final sobre a responsabilidade do acusado. Com este posicionamento, praticamente extinguiu-se a possibilidade de acatar-se uma tese de desclassificação de crime, ou qualquer outra causa de impronúncia nesta fase processual (ressalvados os casos de evidente impronúncia), tudo em nome do direito constitucional auferido à sociedade de decidir sobre os crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados. Outrossim, a respeito do conteúdo

da sentença de pronúncia, sua fundamentação limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação. De igual modo deve ocorrer em relação ao exame das teses defensivas, a qual também deverão ser apreciadas com superficialidade, não podendo este Juízo afastá-las de forma peremptória. Relativo à prova do crime, o próprio STF já posicionou-se no sentido de não ser necessária a prova incontestável da sua existência para ocorrer a sentença de pronúncia (RTJ 63/476). Em caso de dúvida deve pronunciar-se (RT 523/377,503/328,522/361, 518/393). Neste mesmo sentido: STJ, REsp. 565, 5ª Turma, DJU 8.4.91, p. 3892. Diversos doutrinadores manifestam-se sobre a questão, em posições convergentes. Ao tratar da matéria, Edilson Mougenot Bonfim coloca que a pronúncia não carece de certeza absoluta para existir e nem uma análise intensa acerca da culpabilidade, pois a dúvida deve ser interpretada em favor do direito da sociedade em proferir a decisão: "Donde concluir que a pronúncia não deve conter uma análise profunda do meritum causae. Assim, nessa decisão apenas se reconhece a existência de um crime e a presença de suficientes indícios da responsabilidade do réu, apontando-se a direção a ser seguida pela ação penal (François Martineau, Petit Traité argumentation judiciaire, 2. ed., Paris: Dalloz, p.27). Na dúvida, cabe ao juiz pronunciar, encaminhando o feito ao Tribunal do Júri, órgão competente para julgamento da causa. Nessa fase vigora a máxima in dubio pro societate." (Código de Processo Penal Anotado - 2ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 690). Por sua vez, Mirabete acrescenta até que o júri popular poderá decidir inclusive contra a decisão de pronúncia, sendo esta decisão apenas um juízo de admissibilidade da acusação: "Convencido da existência do crime e de haver indícios da autoria, o juiz deve proferir a sentença de pronúncia. Essa sentença, e não mero despacho, por ser mero juízo de admissibilidade da acusação, com o objetivo de submeter o acusado ao julgamento pelo júri, tem natureza processual, não produzindo res judicata, mas preclusão pro judicato, podendo o Tribunal do Júri decidir contra aquilo que ficou assentado na pronúncia. Por isso, fala-se em "sentença processual". (Código de Processo Penal Interpretado - 11ª ed., Ed. Atlas S.A, 2007, p. 1082). Finalmente, Damásio de Jesus reflete que a Lei 11.689/08, que inovou a sistemática processual do Tribunal do Júri, preocupou-se com a linguagem adotada na pronúncia no sentido de evitar expressões de juízo de valor acerca da culpa, uma vez que caberá à sociedade decidir a questão: "A Lei n. 11.689/08 demonstrou justificável preocupação com a linguagem empregada na decisão de pronúncia, ao definir que o juiz deverá, fundamentadamente, se limitar a indicar a materialidade do fato (i.e., a existência material do crime) e a presença de indícios suficientes de autoria ou de participação, além do dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena." (Código de Processo Penal Anotado - 23ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 352). Conforme explicitado nos ensinamentos doutrinários e jurisprudencial supracitados, aliado ao teor redacional do artigo 413 do Código de Processo Penal, constata-se ser indispensável para prolação da Sentença de Pronúncia a existência cumulativa de dois requisitos, quais sejam, a materialidade do crime e os indícios de que o réu seja o autor. Quanto à materialidade, essa resta comprovada na forma do Laudo de Exame Necroscópico realizado na pessoa da vítima, e presente nos autos à fl. 34. Entretanto, com relação aos indícios de autoria, observo que o arcabouço probatório colhido durante toda esta fase sumária é insuficiente para evidenciarmos a responsabilidade criminal do acusado em relação ao crime apurado perante o processo. Inerente às declaração ofertada pela testemunha perante este Juízo, verifica-se que ela não esteve presente no local e tempo do crime, inexistindo, portanto, testemunha ocular ou presencial nas circunstâncias narradas na Exordial, restando presentes apenas meras conjecturas. Ademais, em seu Interrogatório Judicial, ciente de seu direito Constitucional de permanecer em silêncio sem prejuízo, o acusado nega a autoria delitiva. Deste modo, considerando a ineficiência do teor probatório apresentado pela acusação nesta cognição de admissibilidade, não me resta alternativa distinta, a não ser o reconhecimento da impronúncia do réu, face à ausência de indícios suficientes de autoria em seu desfavor. APELAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSO MINISTERIAL. IMPRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. DECISÃO MANTIDA. Para motivar a pronúncia o indício deve se mostrar real, ser necessariamente provado e aproximar-se da certeza sem, contudo, excluir a dúvida. A mera possibilidade de autoria, sem fundar-se em fatos concretos e minimamente seguros, torna a impronúncia medida impositiva. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO - APR: 871065120148090044, Relator: DES. NICOMEDES DOMINGOS BORGES, Data de Julgamento: 30/11/2017, 1A CAMARA CRIMINAL, Data de Publicação: DJ 2405 de 13/12/2017). Sendo assim, não havendo o mínimo de elementos de convicção acerca da culpabilidade do réu, deixo de submetê-lo à julgamento diante do Tribunal do Júri, nos moldes do Art. 414 do CPP. Ante o exposto, em consonância com as partes, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia do Órgão Ministerial, e IMPRONUNCIO o acusado, já qualificado nos autos. Faço-o com fundamento no art. 414 do Código de Processo Penal, da imputação que lhe foi feita na exordial acusatória, nada impedindo que, surgidas novas provas, reabra-se a investigação. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. Intime-se pessoalmente o acusado desta Sentença, entregando-lhe cópia da Impronúncia. Intime-se a Defesa do acusado. Intime-se pessoalmente o Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus,23 de agosto de 2019 . George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: MAYCON SILVA DOS SANTOS (OAB 13231/AM) - Processo 0601106-93.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - RÉU: R.F.B.M. - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado RAFAEL FELIPE BERNAL MESQUITA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso IV (recurso que impossibilitou a defesa da vítima), do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/ processual suficiente a ensejar a revogação do constrito cautelar, aliado ao fato de subsistirem os indícios suficientes de autoria, a prova da materialidade delitiva e os requisitos e fundamentos dos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA do acusado ora Pronunciado, a fim de garantir a Ordem Pública, tendo em vista, entre outros, o modus operandi empregado na conduta criminosa e o risco de reiteração delitiva, devendo permanecer na Unidade Prisional onde se encontra até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Ademais, em Ofício de fls. 224/230, a Unidade Prisional na qual o acusado se encontra informa que possui estrutura suficiente para o tratamento médico do qual o acusado necessita. Intime-se o acusado desta Decisão, entregando-lhe cópia. Em caso negativo, intime-o por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 23 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0602015-72.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - AUTORFATO: Emerson Costa de Araujo - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Emerson Costa de Araujo, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121,Caput, do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo

370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: ANDERSON ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5059/AM), ADV: ADRIANE ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5129/AM) - Processo 0617679-12.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - RÉU: R.N.C. - Isto posto, por tudo que dos autos consta e em consonância com o Ministério Público, DECLINO A COMPETÊNCIA deste Juízo em favor de uma das Varas Criminais Comuns desta Capital. Remetam-se os presentes autos ao Setor de Distribuição. Providências legais via Secretaria. Cumpra-se. Manaus, 23 de agosto de 2019.

Adriane Ortiz Granja de Souza (OAB 5129/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Anderson Ortiz Granja de Souza (OAB 5059/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Antônio José Barbosa Viana (OAB 5750/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Damião Ferreira Lisboa (OAB 3067/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Hector Daniel Lobo Ferreira (OAB 12717/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Leopoldo da Silva Sampaio (OAB 1546/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Marleide Saraiva do Amaral (OAB 6167/AM)
Maycon Silva dos Santos (OAB 13231/AM)
Raimundo Azevedo Pereira (OAB 2186/AM)
Sérgio Ricardo Pereira de sales (OAB 8927/AM)
Sidney Coelho (OAB 9664/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0368/2019

ADV: ADROALDO ALEXANDRE ARRUDA DA SILVA (OAB 5483/AM), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0004912-73.2010.8.04.0011 (011.10.004912-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Francisco Charles da Silva - DESPACHO Recebi hoje. Paute-se audiência de instrução com urgência Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0019691-44.2002.8.04.0001 (001.02.019691-2) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Genésio Batista Matos - Verifico que a presente AUDIÊNCIA não pôde ser realizada, em virtude do não cumprimento de diligências determinadas às fls. 187/188, razão pela qual determino à secretaria que paute-se NOVA DATA DE AUDIÊNCIA e proceda com as providências necessárias à realização da mesma. CUMPRA-SE.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0026105-19.2006.8.04.0001 (001.06.026105-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Francisco Jan Luzeiro Batalha - SENTENÇA Vistos etc... O Ministério Público Estadual ofereceu Denúncia contra Francisco Jan Luzeiro Batalha, já qualificado nos autos, conforme Exordial de fls. 20/22. Resposta Escrita, fls. 51/56. Termo de Inquirição de testemunhas e de interrogatório do acusado, fls. 79/80. Termo de Encerramento da Instrução Processual, fl. 81. Laudo de Exame de Corpo de Delito da vítima, fl. 10. Alegações Finais da Defesa, fls. 96/100. É o Relatório, Segue a Decisão. Trata-se o presente Processo de apuração da autoria delitiva pela suposta prática do crime de homicídio qualificado, tendo como vítima Wyllkleverson Figueiredo Farias. A Sentença de Pronúncia possui natureza interlocutória mista não terminativa, pois decide sobre a possibilidade de submeter o réu a julgamento pelo tribunal popular, encerrando, assim, a fase do judicium acusationes, todavia, não finaliza o processo. Tanto a doutrina como a jurisprudência a muito consagraram o princípio in dubio pro societate, segundo o qual, havendo dúvida deve-se pronunciar, deixando para o Tribunal do Júri o veredicto final acerca da culpabilidade ou não do acusado. Assim, se, por exemplo, houver qualquer dúvida sobre a ocorrência de uma excludente de ilicitude: deve-se pronunciar. Se há dúvida sobre a possibilidade de desclassificar o crime: também se deve pronunciar, pois cabe ao júri popular dar a palavra final sobre a responsabilidade do acusado. Com este posicionamento, praticamente extinguiu-se a possibilidade de acatar-se uma tese de desclassificação de crime, ou qualquer outra causa de impronúncia nesta fase processual (ressalvados os casos de evidente impronúncia), tudo em nome do direito constitucional auferido à sociedade de decidir sobre os crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados. Outrossim, a respeito do conteúdo da sentença de pronúncia, sua fundamentação limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação. De igual modo deve ocorrer em relação ao exame das teses defensivas, a qual também deverão ser apreciadas com superficialidade, não podendo este Juízo afastá-las de forma peremptória. Relativo à prova do crime, o próprio STF já posicionou-se no sentido de não ser necessária a prova incontestável da sua existência para ocorrer a sentença de pronúncia (RTJ 63/476). Em caso de dúvida deve pronunciar-se (RT 523/377,503/328,522/361, 518/393). Neste mesmo sentido: STJ, REsp. 565, 5ª Turma, DJU 8.4.91, p. 3892. Diversos doutrinadores manifestam-se sobre a questão, em posições convergentes. Ao tratar da matéria, Edilson Mougenot Bonfim coloca que a pronúncia não carece de certeza absoluta para existir e nem uma análise intensa acerca da culpabilidade, pois a dúvida deve ser interpretada em favor do direito da sociedade em proferir a decisão: “Donde concluir que a pronúncia não deve conter uma análise profunda do meritum causae. Assim, nessa decisão apenas se reconhece a existência de um crime e a presença de suficientes indícios da responsabilidade do réu, apontando-se a direção a ser seguida pela ação penal (François Martineau, Petit Traité argumentation judiciaire, 2. ed., Paris: Dalloz, p.27). Na dúvida, cabe ao juiz pronunciar, encaminhando o feito ao Tribunal do Júri, órgão competente para julgamento da causa. Nessa fase vigora a máxima in dubio pro societate.” (Código de Processo Penal Anotado - 2ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 690). Por sua vez, Mirabete acrescenta até que o júri popular poderá decidir inclusive contra a decisão de pronúncia, sendo esta decisão apenas um juízo de admissibilidade da acusação: “Convencido da existência do crime e de haver indícios da autoria, o juiz deve proferir a sentença de pronúncia. Essa sentença, e não mero despacho, por ser mero juízo de admissibilidade da acusação, com o objetivo de submeter o acusado ao julgamento pelo júri, tem natureza processual, não produzindo res judicata, mas preclusão pro judicato, podendo o Tribunal do Júri decidir contra aquilo que ficou assentado na pronúncia. Por isso, fala-se em “sentença processual”. (Código de Processo Penal Interpretado - 11ª ed., Ed. Atlas S.A, 2007, p. 1082). Finalmente, Damásio de Jesus reflete que a Lei 11.689/08, que inovou a sistemática processual do Tribunal do Júri, preocupou-se com a linguagem adotada na pronúncia no sentido de evitar expressões de juízo de valor acerca da culpa, uma vez que caberá à sociedade decidir a questão: “A Lei n. 11.689/08 demonstrou justificável preocupação com a linguagem empregada na decisão de pronúncia, ao definir que o juiz deverá, fundamentadamente, se limitar a indicar a materialidade do fato (i.e., a existência material

do crime) e a presença de indícios suficientes de autoria ou de participação, além do dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena." (Código de Processo Penal Anotado - 23ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 352). Conforme explicitado nos ensinamentos doutrinários e jurisprudencial supracitados, aliado ao teor redacional do artigo 413 do Código de Processo Penal, constata-se ser indispensável para prolação da Sentença de Pronúncia a existência cumulativa de dois requisitos, quais sejam, a materialidade do crime e os indícios de que o réu seja o autor. Quanto à materialidade, essa resta comprovada na forma do Laudo de Exame de Corpo de Delito realizado na pessoa da vítima e presente nos autos à fl. 10. Entretanto, com relação aos indícios de autoria, observo que o arcabouço probatório colhido durante toda esta fase sumária é insuficiente para evidenciarmos a responsabilidade criminal do acusado em relação ao crime apurado perante o processo. Inerente às declarações ofertadas pelas testemunhas perante este Juízo, verifica-se que nenhuma delas estiveram presentes no local e tempo do crime, inexistindo, portanto, testemunha ocular ou presencial nas circunstâncias narradas na Exordial. Além disso, em sede Policial, as testemunhas que estavam presentes no momento dos fatos não identificaram o autor dos disparos, o motorista ou mesmo o veículo utilizado no crime, tendo ouvido falar, posteriormente, que o agente criminoso teria sido o ora acusado, ou seja, presente aos autos restam apenas meras conjecturas. A única pessoa que adiciona o acusado ao fato criminoso é a vítima, que, tendo em vista o seu falecimento posterior, não pôde ser inquirida em Juízo. Ademais, em seu Interrogatório Judicial, ciente de seu direito Constitucional de permanecer em silêncio sem prejuízo, o acusado alega que se encontrava a trabalho no interior do Estado no momento da ocorrência do crime, não sabendo quem teria sido o autor, negando completamente a autoria do delito. Deste modo, considerando a ineficiência do teor probatório apresentado pela acusação nesta cognição de admissibilidade, não me resta alternativa distinta, a não ser o reconhecimento da impronúncia do réu, face à ausência de indícios suficientes de autoria em seu desfavor. Sendo assim, não havendo o mínimo de elementos de convicção acerca da culpabilidade do réu, deixo de submetê-lo à julgamento diante do Tribunal do Júri, nos moldes do Art. 414 do CPP. APELAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSO MINISTERIAL. IMPRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. DECISÃO MANTIDA. Para motivar a pronúncia o indício deve se mostrar real, ser necessariamente provado e aproximar-se da certeza sem, contudo, excluir a dúvida. A mera possibilidade de autoria, sem fundar-se em fatos concretos e minimamente seguros, torna a impronúncia medida impositiva. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO - APR: 871065120148090044, Relator: DES. NICOMEDES DOMINGOS BORGES, Data de Julgamento: 30/11/2017, 1A CAMARA CRIMINAL, Data de Publicação: DJ 2405 de 13/12/2017) Ante o exposto, em consonância com a DPE, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia do Órgão Ministerial, e IMPRONUNCIO o acusado FRANCISCO JAN LUZEIRO BATALHA, já qualificado nos autos. Faço-o com fundamento no Art. 414 do Código de Processo Penal, da imputação que lhe foi feita na Exordial acusatória, nada impedindo que, surgidas novas provas, reabra-se a investigação. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. Intime-se pessoalmente o acusado desta Sentença, entregando-lhe cópia da Impronúncia. Intime-se a Defesa do acusado. Intime-se pessoalmente o Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus,07 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: ARTUR AUGUSTO SOARES DA PAZ (OAB 11816/MA) - Processo 0041748-51.2005.8.04.0001 (001.05.041748-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Antonio Marcos Ferreira do Nascimento - O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Diante do oferecido nas certidões dos oficiais de justiça, determino VISTA AO MINISTÉRIO PUBLICO, para manifestar-se acerca das testemunhas não localizadas. CUMPRA-SE.

ADV: EUTHICIANO MENDES NUNIZ (OAB A733/AM) - Processo 0042756-68.2002.8.04.0001 (001.02.042756-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Alan Jhony Cruz - José Nilton Marcolino de Oliveira - Autos nº:0042756-68.2002.8.04.0001 Acusados: José Nilton Marcolino de Oliveira e Alan Jhony Cruz DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Compulsando os autos, constata-se que a Denúncia foi oferecida em 15 de Outubro de 2002 e recebida por este Juízo em 24 de Outubro do mesmo ano, estando em trâmite até a presente data sem que houvesse o encerramento da Instrução Processual. Ademais, à fl. 171, o Ministério Público informa que as testemunhas arroladas na Exordial faleceram, sendo que não foram inquiridas em Juízo, não sendo possível proceder-se à substituição. Assim, constata-se que não há testemunha a ser inquirida em Juízo. Quanto aos acusados, Alan Jhony Cruz não reside mais no endereço declinado, conforme Certidão do Oficial de Justiça de fl. 176, e José Nilton Marcolino de Oliveira não foi localizado, até a presente data, para a realização de sua Citação pessoal. Desta feita, considerando o acima exposto, em observância aos Princípios Constitucionais da celeridade processual e da razoável duração do processo, REVOGO a suspensão do curso processual e do prazo prescricional (Decisão de fls. 81/82) e determino vista dos autos ao Ministério Público para a apresentação dos Memoriais Escritos. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 10 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0208597-03.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: João Ricardo Santos da Costa - Autos nº:0208597-03.2011.8.04.0001 Acusado: João Ricardo Santos da Costa DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Considerando o teor da Certidão de fl. 171, determino que se expeça Carta Precatória de Inquirição da mencionada testemunha, devendo ser cumprida pelo Juízo Deprecado, no prazo de 30 (trinta) dias. De outro giro, cumpra-se, na íntegra, a Decisão de fl. 168. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 22 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM) - Processo 0209452-50.2009.8.04.0001 (001.09.209452-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Eudizomar da Silva Albuquerque - Renovar citação.

ADV: ÉDER ODILON DE SOUZA BELÉM (OAB 12486/AM), ADV: MARIA DO CARMO LIMA DOS SANTOS (OAB 9096/AM), ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM) - Processo 0210725-30.2010.8.04.0001 (001.10.210725-5) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADA: Cadya Maria Lima Herculano - Cádson Lima dos Santos - RÉU: Jefferson Cordovil de Assis - INDICIADO: Hudson Martins da Silva - Anderson dos Santos de Lima - O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Defiro em sua integra o pedido ministerial e determino à secretaria a expedição de MANDADO DE INTIMAÇÃO a estes novos endereços acima, afim de que a testemunha compareça neste Juízo, NO PRAZO DE 48 HORAS, para prestar esclarecimentos. Após comparecimento, PAUTA-SE AUDIÊNCIA de instrução e julgamento. CUMPRA-SE.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0212145-70.2010.8.04.0001 (001.10.212145-2) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: Jonas Costa de Oliveira Queiroz - DESPACHO Recebi hoje. Tendo em vista à Certidão do Oficial de Justiça sob fl. 97, DETERMINO à Secretaria da Vara que expeça edital de intimação ao acusado. Cumpra-se. Manaus, 11 de julho de 2019

ADV: CLOVES QUEIROZ DE MEDEIROS (OAB 525A/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0212145-70.2010.8.04.0001 (001.10.212145-2) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: Jonas Costa de Oliveira Queiroz - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo 0212145-70.2010.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado JONAS COSTA DE

OLIVEIRA QUEIROZ, Brasileiro, pai João Queiroz, mãe Vicenzia de Oliveira Costa Queiroz, Nascido 17/10/1971, com endereço à Rua Pérgamo, 62, Aliança com Deus, Manaus - AM, atualmente em local incerto e não sabido, pronunciado por crime capitulado nas penas do Capitulação Oferecida a Denúncia ou Queixa Crime, art. 121, caput, do Código Penal, em determinação ao disposto no Artigo 420 do CPP, pelo que mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação, a fim de que o acusado fique ciente da Sentença de Pronúncia nos seguintes termos "JULGO PROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para PRONUNCIAR o acusado como incurso na pena do Capitulação Oferecida a Denúncia ou Queixa Crime. Por fim, considerando que não se encontram presentes os motivos dispostos nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal a ensejarem a custódia cautelar do acusado, mantenho-o em liberdade aguardando seu julgamento pelo Tribunal do Povo.". E para que chegue ao conhecimento do Réu, e para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 19 de agosto de 2019. Eu, SABRINA ILLAN BARROS DA SILVA, expedi, e eu Cintya Luana Araujo Gandra, Diretora de Secretaria, confiro.

ADV: LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM), ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: ARY SÉRGIO DA MOTA (OAB 82/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES (OAB 5935/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES JÚNIOR (OAB 7557/AM) - Processo 0218641-81.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Claodeci Fonseca da Costa - DENUNCIADO: Carleandro Clarindo Costa - Alan de Souza Castimário - RÉU: Luiz Miguel Almeida dos Santos - PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA Processo nº 0218641-81.2011.8.04.0001. De ordem do Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil, Considerando a Decisão Judicial. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo nº 0218641-81.2011.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado LUIZ MIGUEL ALMEIDA DOS SANTOS, Brasileiro(a), RG 1835553-6/AM, pai Não declarado, mãe Nazaré Almeida dos Santos, Nascido/Nascida 21/11/1987. Local de prisão: Centro de Dentenção Provisória de Manaus - CDPM, Manaus - AM. Endereço: Rua 09-B, 11, Quadra 119, Amazonino Mendes, CEP 69000-000, Manaus - AM, Fone 3641-6402, pronunciado como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, I (motivo torpe), III (perigo comum) e IV (emboscada), c/c Art. 29, "Caput", ambos do Código Penal, a fim de tornar pública a Sentença de (fls. 1.437 usque 1.440) a seguir resumida em transcrição "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado LUIZ MIGUEL ALMEIDA DOS SANTOS, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, I (motivo torpe), III (perigo comum) e IV (emboscada), c/c Art. 29, "Caput", ambos do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar a revogação do constrito cautelar, aliado ao fato de subsistirem os indícios suficientes de autoria, a prova da materialidade delitiva e os requisitos e fundamentos dos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA do acusado ora Pronunciado, a fim de garantir a Ordem Pública e de assegurar a aplicação da Lei Penal, tendo em vista, entre outros, o modus operandi empregado na conduta criminosa, o risco de reiteração delitiva e o comportamento furtivo do acusado, devendo permanecer na Unidade Prisional onde se encontra até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Intime-se o acusado, ora Pronunciado, desta Decisão, entregando-lhe cópia. Em caso negativo, intime-o por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após o trânsito em julgado, considerando que os demais acusados já se encontram devidamente Pronunciados por este Juízo, conforme Decisão de fls. 1213/1217, paute-se data para o julgamento de todos em Sessão única, no Plenário do Tribunal do Júri. Expeça-se o necessário. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.", e, para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou o MM. Juiz, expedir o presente Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas,10 de julho de 2019. Eu,Veranilce Marques Paiva, digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra, Diretora de Secretaria, confiro e assino.

ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM) - Processo 0220044-17.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - RÉ: Erica Costa da Silva - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0224404-97.2010.8.04.0001 (001.10.224404-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Raimundo Antônio da Silva - Autos nº:0224404-97.2010.8.04.0001 Acusado: Raimundo Antônio da Silva DECISÃO Vistos etc. Analisando os autos, constata-se que não foi possível a localização do denunciado para a realização de sua Citação Pessoal, conforme Certidão do Oficial de Justiça de fls. 52/53 e 88, a qual informa que o denunciado não reside naquele endereço. Ademais, quando da tentativa da realização da Citação pessoal do denunciado por Carta Precatória, foi comunicado às fls. 67/74 que não foi possível localizá-lo na Comarca de Viçosa/CE, fl. 71. Por esse motivo, este Juízo determinou a Citação Editalícia, fl. 89, contudo o acima mencionado denunciado não compareceu a Juízo nem constituiu Advogado particular, consoante fl. 92. Desta feita, considerando todo o exposto e tendo em vista que o denunciado evadiu-se do distrito da culpa, estando em local incerto e não sabido, demonstrando clara intenção de não se ver alcançado pela Justiça, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA do denunciado RAIMUNDO ANTÔNIO DA SILVA, já qualificado nos autos, com fulcro nos Arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, para assegurar a aplicação da Lei Penal e por conveniência da Instrução Criminal. Expeça-se o competente Mandado de Prisão. Oficie-se à Policia Federal para que inclua o nome do denunciado no SINPI, objetivando a sua localização e prisão. De outro giro, DETERMINO a suspensão do curso processual e do prazo prescricional, nos moldes do Art. 366 do CPP. Além disso, considerando o decurso do tempo, a fim de se evitar o perecimento da prova testemunhal, determino a realização da produção antecipada de provas, no tocante à oitiva do rol constante da Exordial de fls. 47/48, devendo a DPE ser intimada, para atuar no feito. Paute-se data. Expeça-se o necessário. Dê-se ciência ao MP e à DPE desta Decisão. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 11 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0226063-78.2009.8.04.0001 (001.09.226063-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Nelcimar de Oliveira Ferreira - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso IV do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo

370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito Sumariante

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0229448-34.2009.8.04.0001 (001.09.229448-1) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: André da Costa Barroso - O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Dispenso a oitiva da vítima, pois sua genitora informou que a mesma está passando por tratamento psiquiátrico e visivelmente não possui condições para dar declaração. Ademais, determino a RENOVAÇÃO DA CONDUÇÃO COERCITIVA para que as testemunhas compareçam em audiência designada para o DIA 10/09/2019 ÀS 10H45M, devendo o oficial de justiça "adhoc", proceder com FORÇA POLICIAL, desde logo, caso necessário. CUMPRA-SE

ADV: MARCELO NOBRE DE SOUZA (OAB 7089/AM) - Processo 0236852-97.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: Nilson Picanço de Oliveira - DESPACHO Recebi hoje. Tendo em vista o teor da Certidão do Oficial de Justiça de fl. 147, DETERMINO à Secretaria da Vara para que expeça edital de intimação ao acusado. Cumpra-se. Manaus, 11 de julho de 2019

ADV: EMERSON ZOIM DA SILVA (OAB 1920E/AM), ADV: ALDERLAN CASTRO LEAL (OAB 13828/AM) - Processo 0238570-71.2009.8.04.0001 (001.09.238570-3) - Ação Penal de Competência do Júri - INDICIADO: Rene Guimarães Rodrigues - Kennedy dos Santos Gomes - Jhonathas Nunes Meireles - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE o patrono do acusado para que compaeça à Audiência de Instrução e Julgamento na 1ª Vara do Tribunal do Júri, pautada para o dia 02/09/2019 às 11:30''

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0241084-55.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Manoel Menezes da Silva - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo 0241084-55.2013.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado MANOEL MENEZES DA SILVA, Brasileiro, Solteiro, Desempregado, RG 1102488-7/AM, pai Nestor Leandro da Silva, mãe Misao Menezes da Silva, Nascido 23/08/1974, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua João Priscica, Nº 629, Quarta Etapa, Jorge Teixeira, Manaus - AM, atualmente em local incerto e não sabido, pronunciado por crime capitulado nas penas do Art. 121 § 2º, IV do(a) CP, em determinação ao disposto no Artigo 420 do CPP, pelo que mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação, a fim de que o acusado fique ciente da Sentença de Pronúncia nos seguintes termos "JULGO PROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para PRONUNCIAR o acusado como incurso na pena do Art. 121 § 2º, IV do CP. Por fim, para que chegue ao conhecimento do Réu, e para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 19 de agosto de 2019. Eu, SABRINA ILLAN BARROS DA SILVA, expedi, e eu Cintya Luana Araujo Gandra, Diretora de Secretaria, confiro.

ADV: PAULO SÉRGIO LIMA DOS SANTOS (OAB 5337/AM) - Processo 0244257-53.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: Gefferson Auzier da Silva - Thiago Auzier da Silva - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo 0244257-53.2014.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado THIAGO AUZIER DA SILVA, Brasileiro, RG 25570463, pai Germano Fernandes da Silva, mãe Tereza Auzier da Silva, Nascido 07/02/1992, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Mana, 7, Cidade Nova, Manaus - AM; GEFFERSON AUZIER DA SILVA, Brasileiro, RG 2417786-5, pai Germano Fernandes da Silva, mãe Tereza Auzier da Silva, Nascido/Nascida 30/01/1989, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Mana, 7, Cidade Nova, Manaus - AM, atualmente em local incerto e não sabido, pronunciado por crime capitulado nas penas do Capitulação Oferecida a Denúncia ou Queixa Crime, art. 121, §2º, incisos I e IV, em determinação ao disposto no Artigo 420 do CPP, pelo que mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação, a fim de que o acusado fique ciente da Sentença de Pronúncia nos seguintes termos "JULGO PROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para PRONUNCIAR os acusados como incursos na pena do Capitulação Oferecida a Denúncia ou Queixa Crime. Por fim, considerando que não se encontram presentes os motivos dispostos nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal a ensejarem a custódia cautelar dos acusados, mantenho-os em liberdade aguardando seus julgamentos pelo Tribunal do Povo.". E para que chegue ao conhecimento dos Réus, e para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 19 de agosto de 2019. Eu, SABRINA ILLAN BARROS DA SILVA, expedi, e eu Cintya Luana Araujo Gandra, Diretora de Secretaria, confiro.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0254091-17.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Ivanildo Molde da Silva - INDICIADA: Marta Oliveira de Souza - Autos nº:0254091-17.2013.8.04.0001 Acusada: Marta Oliveira de Souza DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se que, quando do encerramento da colheita de provas em sede de Audiência de Instrução, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não houve a apresentação da acima aludida Peça Processual, estando os autos sem movimentação desde então, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual, principalmente se se levar em conta que o presente feito não é de alta complexidade, possuindo apenas uma acusada, tendo sido encerrada a fase de formação da culpa. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas

seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea, contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art. 12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar, com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar. COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA 20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea ‘a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso, corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de

Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. "O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição" (STF, HC 104.045RJ). 4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos estreitos limites do "habeas corpus". 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710 Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial

somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais. Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis, Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator: Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, em observância aos Princípios Constitucionais da celeridade processual e da razoável duração do processo, dê-se vista dos autos à Defesa, a fim de que apresente as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 11 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA JÚNIOR (OAB 9004/AM) - Processo 0256850-51.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Robson dos Santos Souza - RÉU: Diogo de Assis Lima - PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA Processo nº 0256850-51.2013.8.04.0001. De ordem do Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil, Considerando a Decisão Judicial. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo nº 0256850-51.2013.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado ROBSON DOS SANTOS SOUZA, Brasileiro(a), RG 1829092-2SSP/AM, pai Rosany Vilaça do Nascimento, mãe Maria do Rosario dos Santos Souza, Nascido/Nascida 21/01/1985, natural de Manaus - AM. Local de prisão: Instituto Penal Antônio Trindade - CEP 69000-000, Manaus - AM. Endereço: Rua 8, 413, Alvorada III, CEP 69000-000, Manaus - AM; DIOGO DE ASSIS LIMA, Brasileiro(a), pai Eures Gama Lima, mãe Eliane Fernandes de Assis, Nascido/Nascida 10/08/1983, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Francisco de Assis, 236, (casa da sogra) Parque São Pedro, Tarumã, Manaus - AM, pronunciado como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, I (motivo torpe) e IV (emboscada), c/c Art. 29, "Caput", ambos do Código Penal, a fim de tornar pública a Sentença de fls. 206 usque 209), a seguir resumida em transcrição "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado ROBSON DOS SANTOS SOUZA e DIOGO DE ASSIS LIMA, já qualificados nos autos, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, I (motivo torpe) e IV (emboscada), c/c Art. 29, "Caput", ambos do Código Penal. Intimem-se os acusados, ora Pronunciados, desta Decisão, entregando-lhes cópia. Em caso negativo, intime-os por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa dos réus, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa dos acusados, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento dos réus, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. ",e, para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou o MM. Juiz, expedir o presente Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas,10 de julho de 2019. Eu,Veranilce Marques Paiva, digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra, Diretora de Secretaria, confiro e assino.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0258980-14.2013.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Gilvan da Silva Soares - Autos nº:0258980-14.2013.8.04.0001 Acusado: Gilvan da Silva Soares DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se, quando do encerramento da colheita de provas em sede de Audiência de Instrução, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não houve a apresentação da acima aludida Peça Processual, estando os autos sem movimentação desde então, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual, principalmente se se levar em conta que o presente feito não é de alta complexidade, possuindo apenas um acusado, tendo sido encerrada a fase de formação da culpa. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES.

INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea, contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art. 12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar, com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar. COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA 20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea 'a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso, corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE

NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. "O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição" (STF, HC 104.045RJ). 4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos estreitos limites do "habeas corpus". 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710 Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais.

Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis, Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator: Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, em observância aos Princípios Constitucionais da razoável duração do processo e da celeridade processual, dê-se vista dos autos à Defesa, a fim de que apresente as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 11 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0263282-57.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Tiago Lima da Silva - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, caput, c/c art. 14, II do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 12 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito Sumariante

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0264913-31.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: FELIPE ARAUJO DA COSTA - INDICIADO: JUNIO DOS SANTOS - Autos nº:0264913-31.2014.8.04.0001 Acusado: JUNIO DOS SANTOS DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se que, quando do encerramento da colheita de provas em sede de Audiência de Instrução, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não houve a apresentação da acima aludida Peça Processual, estando os autos sem movimentação até então, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual, principalmente se se levar em conta que o presente feito não é de alta complexidade, possuído apenas um acusado, tendo sido encerrada a fase de formação da culpa. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea, contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art. 12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar, com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar. COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA

20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea 'a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso, corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. "O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição" (STF, HC 104.045RJ). 4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos

estreitos limites do “habeas corpus”. 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710 Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais. Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis, Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator: Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, em observância aos Princípios Constitucionais da celeridade processual e da razoável duração do processo, dê-se vista dos autos à Defesa, a fim de que apresente as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 11 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0264913-31.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: JUNIO DOS SANTOS - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso II(motivo fútil) do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e

requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 12 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito Sumariante

ADV: MARINA DAS GRAÇAS PAULA DE ARAÚJO (OAB 3906/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0330769-83.2007.8.04.0001 (001.07.330769-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Gilmar Alves de Souza - Recebi hoje. Considerando que o réu não foi localizado no endereço indicado nos autos, tenho em aplicar a regra prevista no art. 367 do CPP, nomeando-lhe Defensor Público para atuar no feito, devendo-se-lhe abrir vista dos autos. Expeça-se o necessário para inscrição da multa em dívida ativa, conforme decisões de fls. 230/232 e 241/243. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 15 de julho de 2019 Mateus Guedes Rios Juiz de Direito

ADV: ADONAY PAES BARRETO DE OLIVEIRA (OAB 6202/AM) - Processo 0612774-61.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - RÉ: L.N.B. - M.D.S.N. - D.J.B.S. - M.S. - Desta feita, considerando que não houve fato novo ou qualquer modificação nas circunstâncias fáticas e/ou processuais dos autos capaz de alterar o posicionamento deste Juízo, aliado ao fato de estarem presentes os indícios suficientes de autoria e a prova da materialidade delitiva, em consonância com o Parquet, INDEFIRO o pedido da Defesa dos denunciados MAURÍCIO DOS SANTOS e DOUGLAS JHONATHAN BARBOSA DOS SANTOS, já qualificados nos autos, até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Ato contínuo, examinando cuidadosamente os autos, verifico que a Denúncia apresentada, fls. 316/320, preenche os requisitos previstos no Art. 41 do CPP, e não se avistando, nesse momento processual, a presença manifesta e quaisquer das hipóteses do Art. 395 do mencionado Codex, pelo que RECEBO A PRESENTE DENÚNCIA, dada a presença de indícios suficientes de autoria e prova de materialidade, que apontam para os denunciados como possíveis autores da infração penal, todavia com a cautela de não adentrar no mérito da matéria, não havendo causa para rejeitá-la liminarmente. Desde já determino a Citação pessoal dos denunciados para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentarem a Resposta Escrita, na forma do art. 406 do CPP. Em seguida, paute-se data para a realização da Audiência de Instrução, expedindo-se todos os atos necessários, nos moldes do Art. 411 e §§ do CPP. Considerando haver testemunha confidencial arrolada, determino a sua oitiva de forma separada, na ausência dos réus, os quais deverão tomar apenas ciência da data pautada e, assim como os seus familiares, não deverão comparecer a este Fórum de Justiça (Ministro Henoch Reis), devendo ser mantida a distância de 500 (quinhentos) metros, sob pena de incorrerem no crime de desobediência, tipificado no Art. 330 do Código Penal, a fim de que seja preservada a sua integridade das testemunhas confidenciais bem como a verdade de seu depoimento, com fulcro no Art. 217 do CPP e Art. 1º, inciso III, da CF/88, em observância do Princípio da dignidade da pessoa humana, esse sendo o máximo do Estado Democrático de Direito, devendo ser intimados e estarem presentes o Ministério Público e a Defesa dos acusados, em homenagem aos Princípios Constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, evitando-se prejuízo às partes e nulidades, observando a regra contida do Art. 563 do CPP. Segue Decisão nesse sentido: (HC 111728, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 19/02/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 16-08-2013 PUBLIC 19-08-2013)Ementa: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. QUADRILHA OU BANDO (ART. 288 DO CP). AUDIÊNCIA DE OITIVA DE TESTEMUNHAS REALIZADA NO JUÍZO DEPRECADO. PACIENTE SOB CUSTÓDIA. AUSÊNCIA DE REQUISIÇÃO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE ABSOLUTA. IMPROCEDÊNCIA. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A declaração de nulidade no direito penal não prescinde da demonstração do efetivo prejuízo para a defesa, consoante dispõe o artigo 563 do Código de Processo Penal, o que importa dizer que a desobediência às formalidades estabelecidas na legislação processual somente poderá implicar o reconhecimento da invalidade do ato quando a sua finalidade estiver comprometida em virtude do vício verificado. Precedentes: HC 68.436, Primeira Turma, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 27.03.92; HC 95.654, Segunda Turma, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJe de 15.10.10; HC 84.442, Primeira Turma, Relator o Ministro Carlos Britto, DJe de 25.02.05; HC 75.225, Primeira Turma, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ de 19.12.97; RHC 110.056, Primeira Turma, Relator o Ministro Luiz Fux, DJ de 09.05.12. 2. A ausência do acusado na audiência de instrução não constitui vício insanável apto a ensejar a nulidade absoluta do processo, posto tratar-se de nulidade relativa, exigindo-se, para o seu reconhecimento, a demonstração de prejuízo à defesa. 3. In casu, o paciente encontra-se sob custódia e o Juízo deprecante deixou de requisitá-lo para participar de audiência de oitiva de testemunhas no Juízo deprecado, em razão de dificuldades enfrentadas pelo Estado de São Paulo em "promover o transporte e a devida escolta de presos", assegurando, todavia, a presença de seu defensor no ato. 4. O defensor do paciente compareceu ao ato processual, tendo, inclusive, formulado reperguntas, comprovando a inexistência de prejuízo para a defesa ("pas de nullités sans grief"). 5. A possibilidade de o réu não comparecer à audiência é uma expressão do direito constitucional ao silêncio (art. 5º, LXIII, da CF/88), pois "nemo tenetur se deterege". 6. Recurso ordinário em habeas corpus a que se nega provimento. Cumpra-se a diligência requerida pelo MP, constante do último parágrafo da fl. 319. Decorrido o prazo, sem a resposta Preliminar, desde já nomeio a Defensoria Pública para atuar na causa, nos moldes do art. 408 do CPP. Caso os denunciados não sejam encontrados para a Citação pessoal, determino a Citação Editalícia, na forma prescrita no art. 361 do CPP. De outro giro, quanto à indiciada LEIDEMAR DO NASCIMENTO BATALHA, considerando que o Ministério Público não a incluiu na Exordial, sob o argumento de que não há indícios de autoria ou participação, REVOGO as medidas cautelares diversas da Prisão impostas por este Juízo quando de sua soltura, constantes da Decisão de fls. 264/265. Juntem-se os antecedentes criminais atualizados do todos os denunciados. Atualize-se o histórico de partes. Por fim, analisando o teor da Petição de fls. 312/315, constata-se que tal requerimento independe de autorização Judicial, vez que poderá ser realizada por meio de instrumento público com poderes específicos para o ato, conforme Resolução CODEFAT nº 745/2015, a qual alterou a Resolução CODEFAT nº 665/2011, não caracterizando qualquer ofensa ao caráter da pessoalidade do benefício. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SEGURO-DESEMPREGO. RECEBIMENTO POR TERCEIRO POR PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PÚBLICO. Não configura ofensa legal a percepção de valores referentes ao seguro-desemprego por mandatário legalmente constituído por meio de procuração pública, pois adquire autorização para praticar atos em nome do titular do direito. (TRF-4 - REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL: 50031857520164047008 PR 5003185-75.2016.4.04.7008, Relator: MARGA INGE BARTH TESSLER, Data de Julgamento: 24/04/2018, TERCEIRA TURMA). Além do mais, este Juízo é absolutamente incompetente para apreciar tal pleito, visto que não há relação alguma do Pedido com os fatos apurados nestes autos. Pelo exposto, deixo de apreciar a Petição de fls. 312/315, por falta de interesse processual, na vertente necessidade. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 25 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: ITALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM), ADV: MARIO CESAR DE CARVALHO (OAB 12674/AM), ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM) - Processo 0648211-03.2018.8.04.0001 - Pedido de Prisão Temporária - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: E.C.B. - RÉU: E.B.C. - M.S.S. - INVESTIGAD: I.C.C.B. - G.P.C. - Autos nº:0648211-03.2018.8.04.0001 Acusados: Eriton Costa Batista e Giovana Pereira da Cruz DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. A Defesa dos acusados Eriton Costa Batista e Giovana Pereira da Cruz requereu a dispensa da instalação da tornozeleira eletrônica, juntando documentos, como pode se ver na Petição de fls. 470/482.

Vieram-me os autos conclusos. Analisando o presente Processo bem como os documentos juntados aos autos de fls. 472/482, constata-se que o monitoramento eletrônico mostra-se, por ora, inoportuno, considerando que as demais Medidas Cautelares diversas da Prisão, decretadas na Decisão de fls. 404/405, mostram-se suficientes no presente caso. Desta feita, REVOGO a Medida Cautelar de monitoramento Eletrônico em relação aos acusados ERITON COSTA BATISTA e GIOVANA PEREIRA DA CRUZ e determino a manutenção da demais decretadas por este Juízo quando da Decisão Liberatória, fls. 404/405. Expeça-se o necessário. Dê-se ciência às partes desta Decisão. Ademais, dê-se o devido prosseguimento ao feito. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 12 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

Adonay Paes Barreto de Oliveira (OAB 6202/AM)
Adroaldo Alexandre Arruda da Silva (OAB 5483/AM)
Alderlan Castro Leal (OAB 13828/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Antonio Ederval de Lima (OAB 1780/AM)
Artur Augusto Soares da Paz (OAB 11816/MA)
Ary Sérgio da Mota (OAB 82/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva Júnior (OAB 9004/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cloves Queiroz de Medeiros (OAB 525A/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Éder Odilon de Souza Belém (OAB 12486/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Emerson Zoim da Silva (OAB 1920E/AM)
Euthiciano Mendes Nuniz (OAB A733/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Italo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
Josemar Berçot Rodrigues (OAB 5935/AM)
Josemar Berçot Rodrigues Júnior (OAB 7557/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM)
Marcelo Nobre de Souza (OAB 7089/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Carmo Lima dos Santos (OAB 9096/AM)
Marina das Graças Paula de Araújo (OAB 3906/AM)
Mario Cesar de Carvalho (OAB 12674/AM)
Marleide Saraiva do Amaral (OAB 6167/AM)
Paulo José Pereira Trindade Júnior (OAB 4992/AM)
Paulo Sérgio Lima dos Santos (OAB 5337/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0232/2019

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0225209-40.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Leandro da Silva Barbosa e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0225209-40.2016.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Leandro da Silva Barbosa, por infração Art. 121 § 2º, I, IV do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Lindomar Lima de Souza, OAB 9739/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 23 de agosto de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a) o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: JEBERSON FERNANDES DOS SANTOS (OAB 12432/AM), ADV: JOANILDES DE PAULA FREITAS FERNANDES (OAB 13911/AM) - Processo 0225209-40.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Francisco Machado dos Santos e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0225209-40.2016.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Francisco Machado dos Santos, por infração Art. 121 § 2º, I, IV do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Jeberson Fernandes dos Santos e Joanildes de Paula Freitas Fernandes, OAB 12432/AM e 13911/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 23 de agosto de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a) o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM), ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM) - Processo 0234366-71.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - DENUNCIADO: C.C.C. - A.P.P. - EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0234366-71.2015.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Adriano Pereira dos Passos e Carleandro Clarindo Costa, por infração Art. 121 § 2º, I, IV do CP e Art. 121 § 2º, I, IV, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, § 1º e Art. 420, inciso II, ambos do Código de Processo Penal e Art. 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou

expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR os Drs. Fernando Almeida dos Santos, David Almeida dos Santos, Deiwes Almeida dos Santos, Camilla Fernanda Tufi, Almeida, Waldemir Moraes Torres, OAB 2060/AM, OAB 2153/AM, OAB 6355/AM, OAB 7024/AM e OAB 11126/AM, A FIM DE TOMAREM CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, a seguir transcrita "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio os acusados CARLEANDRO CLARINDO COSTA e ADRIANO PEREIRA DOS PASSOS, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2º, incisos I (motivo torpe) e IV (recurso que tornou difícil a defesa do ofendido) c/c art. 29, todos do Código Penal Brasileiro. Por oportuno, em consulta à Certidão de Antecedentes Criminais de fls. 432/433, observa-se que os ora pronunciados apresentam propensão para prática delitiva, visto a extensa ficha criminal, demonstrando, portanto, o comportamento inclinado à prática criminosa, revelando-se perigoso e nocivo ao meio social. Deste modo, considerando a presença dos requisitos elencados no artigo 312 do Código de Processo Penal, principalmente, a necessidade de se resguardar a ordem pública, ante a periculosidade dos réus (periculum libertatis), evidenciada pelo modus operandi da conduta concreta e suas Certidões de Antecedentes Criminais, aliado ao fato de restar comprovado nesta deliberação a presença de materialidade e indícios de autoria (fumus comissi delicti), MANTENHO a prisão dos ora pronunciados, até ordem contrária deste Juízo ou de Instância Superior, aguardando seu julgamento pelo Tribunal do Povo. Intimem-se pessoalmente os pronunciados, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal. Intime-se a Defesa dos réus, na forma do artigo 370, §1º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado, para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 05 de agosto de 2019." No prazo legal e para que, no futuro, o mesmos não aleguem desconhecimento da referida sentença e a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos

ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM), ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM), ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: EDINELSON ALVES DE SOUSA (OAB 8225/AM) - Processo 0241169-70.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Elvis da Silva Brelaz - DENUNCIADO: Fábio Brito de Souza e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0241169-70.2015.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Fábio Brito de Souza, por infração Art. 121 "caput" c/c Art. 14, II e Art. 29 "caput" todos do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Kássia Cristina Pereira Torres, Edinelson Alves de Sousa, Luana Lima Caresto, Marleide Saraiva do Amaral, OAB 10577/AM, 8225/AM, 6235/AM e 6167/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 23 de agosto de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a) o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Edinelson Alves de Sousa (OAB 8225/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
Jeberson Fernandes dos Santos (OAB 12432/AM)
Joanildes de Paula Freitas Fernandes (OAB 13911/AM)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Marleide Saraiva do Amaral (OAB 6167/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)

EDITAL – INTIMAÇÃO

De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0202204-91.2013.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Nilson Mota de Souza e Patrik Gomes Lobato, por infração Art. 121 §2º, I, IV do(a) CP e Art. 121 §2º, I, IV do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 420, Parágrafo único, do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR OS ACUSADOS, não localizados, A FIM DE QUE TOMEM CIÊNCIA DA SENTENÇA CONDENATÓRIA , a seguir transcrita "PATRICK GOMES LOBATO e NILSON MOTA DE SOUZA, já qualificado nos autos, foram denunciados e pronucniados como incursos nas penas do art. 121, §°, I e IV c/c art. 29, caput, ambos do Código Penal Brasileiro. Instalada a sessão plenária, constatou-se a ausência das testemunhas arroladas pelas partes, as quais foram por estas dispensadas. Os réus, intimados por edital, não se fizeram presentes, não havendo, no entanto, prejuízo à realização da sessão de julgamento, consoante disposto nos arts. 420, parágrafo único, e art. 457, ambos do Código de Processo Penal. As partes explanaram suas teses em Plenário. O Egrério Conselho de Sentença, por maioria de votos, deliberou a CONDENAÇÃO do acusado PATRIK nas penas do homicídio duplamente qualificado pelo motivo torpe e pelo recurso que dificultou a defesa do ofendido, e do acusado NILSON nas penas do crime de homicídio qualificado pelo motivo torpe. Em atendimento à soberania dos veredictos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR PATRICK GOMES LOBATO como incurso nas penas do art. 121, §°, I e IV c/c art. 29, caput, ambos do Código Penal Brasileiro; e e NILSON MOTA DE SOUZA como incurso nas penas do art. 121, §°, I e IV c/c art. 29, §º, ambos do Código Penal Brasileiro. Passo a dosimentria da pena do réu PATRICK, e o faço com observância do disposto no art. 68 do Código Penal, e iniciando pelas circunstâncias judiciais previstas no art. 59

do mesmo diploma legislativo. O réu agiu com censurabilidade própria ao delito que lhe foi imputado. Os antecedentes criminais de fl. 451, que o réu possui uma sentença transitada em julgado nos autos do processo n. 0237340-57.8.04.001, com data de trânsito em julgado em 12/08/2014, razão pela qual considero o réu tecnicamente primário, já que o fato hoje levado a julgamento deu-se, conforme peça acusatória, em 25/11/2011. No entanto, fazendo uso do entendimento já pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, valoro de forma negativa os antecedentes do acusado em razão do trânsito da referida sentença condenatória. A personalidade e conduta devem ser valoradas de forma neutra, pois não verifico elementos nos autos aptos a aferir estas circunstâncias judiciais. Os motivos e as circunstâncias da ocorrência do delito são reprováveis, porém próprios à espécie em sua modalidade qualificada. No entanto, no entendimento desta magistrada, se determinada circunstância agravante, ainda que prevista no art. 61 do Código Penal, for, ao mesmo tempo, uma qualificadora do crime, não poderá ela atuar como agravante genérica, em respeito à parte final do caput do art. 61. Todavia, como ela não pode deixar de ser considerada, impõe-se, em caso de multiplicidade de qualificadoras, o seu reconhecimento como circunstância judicial do art. 59, a ser levada em consideração, portanto, nesta primeira fase da dosimetria da pena, razão pela qual levo em conta para exasperação da pena base o fato de ter o réu cometido o delito por motivo torpe. As consequências não extrapola, às normais para o tipo penal infringido. O comportamento da vítima não influiu para a prática do evento criminoso. Sopesadas as circunstâncias do art. 59 do Código Penal Brasileiro, fixo a pena base em 14 (catorze) anos e 6 (seis) meses de reclusão. Ausentes majorantes, bem como causas de diminuição de pena, razão pela qual torno a pena definitiva 13 (treze) anos e 06 (seis meses) de reclusão. Passo a dosimetria do acusado NILSON MOTA DE SOUZA. O réu agiu com censurabilidade própria ao delito que lhe foi imputado. Os antecedentes devem ser valorados de forma neutra, pois o réu não ostenta sentença condenatória com trânsito em julgamento em seu desfavor. A personalidade e conduta devem ser valoradas de forma neutra, pois não verifico elementos nos autos aptos a aferir estas circunstâncias judiciais. Os motivos e as circunstâncias da ocorrência do delito são reprováveis, porém próprios à espécie em sua modalidade qualificada. As consequências não extrapolam às normais para o tipo penal infringido. O comportamento da vítima não influiu para a prática do evento criminoso. Sopesadas as circunstâncias do art. 59 do Código Penal Brasileiro, fixo a pena base em 12 (doze) anos de reclusão. Inexistem agravantes e atenuantes a serem consideradas. Ausentes majorantes, mas presente a causa de diminuição do §º do art. 29 do CPB, razão pela qual diminuo a pena em 1/6 para estabelecê-la, de forma definitiva, em 10 (dez) anos de reclusão. O regime inicial é o fechado para ambos os réus, nos termos do art. 33, §º, "a", do Código Penal. Diante do regime fixado, e considerado que o acusado PATRICK GOMES LOBATO está em local incerto e não sabido, conforme certidão do oficial de justiça deste Juízo às fls. 466, DECRETO sua prisão preventiva para garantia da aplicação da lei penal, cm fundamento no art. 312 do Código de Processo Penal. Quanto ao acusado NILSON MOTA DE SOUZA, não havendo alteração na situação fática/processual bem como a inexistência, por ora, dos motivos e fundamentos constantes do art. 312 do CPP, concedo-lhe o direito de apelar em liberdade. Após o trânsito em julgado, lance-se o nome dos réus no rol dos culpados, expeça-se o competente mandado de prisão, e, após seu cumprimento, a respectiva guia de execução, oficiando-se, ainda, ao TRE para fins do disposto no art. 15, III, da Constituição Federal. Encaminhem-se as informações a respeito da condenação para o Instituto de Identificação e Estatística do Estado do Amazonas. Dou a presente por publicada em Plenário e dela todos ficam, desde já, intimados. Manaus, 05 de Junho de 2019.", e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Suzane da Silva Nobre, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

EDITAL- INTIMAÇÃO

De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Busulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0015817-51.2002.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Ademiro Ferreira Nunes, por infração Art. 121 "caput" c/c Art. 14 "caput", II ambos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Edenilson Hosoda Monteiro da Silva, OAB 9932/AM, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 09/09/2019 às 08:00h, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de agosto de 2019. Eu, Mayara Vanessa G. Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

EDITAL – PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente as partes, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0007495-31.2010.8.04.0011, que a Justiça Pública move contra João Jorge Rufino da Silva, por infração Art. 121 § 2º, I, IV, todos do Código Penal Brasileiro, e, em determinação ao disposto Artigo 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para TORNAR PÚBLICA A SENTENÇA, a seguir transcrita "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio o acusado JOÃO JORGE RUFINO DA SILVA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções art. 121, §2º, incisos I (motivo Torpe) e IV (recurso que dificultou a defesa da vítima), do Código Penal Brasileiro. Por fim, considerando que a ré permaneceu solta durante toda a instrução processual, e inexistindo nos autos qualquer elemento novo e/ou modificação nas circunstâncias fáticas e processuais a ensejar um novo decreto prisional, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, MANTENHO-O em liberdade, até ulterior julgamento em plenário. Intimem-se pessoalmente o pronunciado, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado, para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos

e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, pautе-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 17 de maio de 2019." Atendendo os ditames legais e para que, no futuro, não seja alegado desconhecimento da mesma, bem como a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Alessandra da Silva e Silva, Estagiária, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0233/2019

ADV: JANAÍNA MENDONÇA DE MORAES (OAB 8070/AM), ADV: LEANDRO DE OLIVEIRA VIOLIN (OAB 4857/AM), ADV: LEIRY MARIA PADILHA DE ARAÚJO (OAB 9157/AM), ADV: LÍCIA NASCIMENTO HAYDEN XIMENDES (OAB 9085/AM) - Processo 0007791-53.2010.8.04.0011 (011.10.007791-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Raimundo Nonato Felix da Silva - De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente os ADVOGADOS HABILITADOS NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0007791-53.2010.8.04.0011, que a Justiça Pública move contra Raimundo Nonato Felix da Silva, por infração Art. 121 § 2º, II do Código Penal Brasileiro, , em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Leandro de Oliveira Violin (OAB/AM 4857), a Dra. Lícia Nascimento Hayden Ximendes (OAB/AM 9085), a Dra. Leiry Maria Padilha de Araújo (OAB/AM 9157), Janaína Mendonça de Moraes (OAB/AM 8070), o Dr. Eduardo José Borges Guerra (OAB/AM 5188), a fim de se fazerem presentes na SESSÃO DE JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 26/09/2019 às 08:00h, neste Juízo e Cartório, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Eu, Mayara Vanessa G. Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

Janaína Mendonça de Moraes (OAB 8070/AM)
Leandro de Oliveira Violin (OAB 4857/AM)
Leiry Maria Padilha de Araújo (OAB 9157/AM)
LÍCIA NASCIMENTO HAYDEN XIMENDES (OAB 9085/AM)

3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0224/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0210240-20.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - DENUNCIADO: Sergiomar Almeida Silva - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria inclui o processo na pauta de julgamento, nos moldes do art. 423, II do CPP, DESIGNANDO o dia

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0645439-67.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - REPTANTE: P.C.E.A. - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 13/09/2019 às 11:00h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ADONAID ABRANTES DE SOUZA TAVARES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DIEGO DE JESUS BRAGA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0225/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0233728-96.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - Homicídio Simples - RÉU: Jose Nildo dos Santos - Recebidos e vistos a carta precatória. Testemunhas. 1. Caso trate-se de carta precatória para inquirição de testemunha(s), adotem-se as seguintes providências: 1.1) expeça-se mandado de notificação à testemunha para comparecimento em juízo no prazo de 05 (cinco)dias, de modo a tomar ciência da data da audiência pessoalmente mediante termo nos autos;utilizar-se-á no mandado o(s)endereço(s) constante(s) da cartaprecatória; 1.2) em caso de não localização da testemunha, conforme certificado pelo oficial de justiça, à secretaria para imediata devolução da carta mediante malote digital, e-mail, carta ou outro recurso disponível; 1.3 intimada a testemunha, à secretaria para designar data para audiência. Acusado. 2. Caso se trate de carta precatória para interrogatório de réu(s), adotem-se as seguintes providências: 2.1) em se tratando se réu preso, à secretaria pararequisita-lo, mediante ofício, e, na mesma oportunidade, designar data para seu interrogatório; 2.2) em se tratando de réu em liberdade, expeça-se mandado de notificação ao(s) réu(s) para comparecimento em juízo, no prazo de 05 (cinco)dias, de modo a tomar ciência da data da audiência pessoalmente mediante termo nos autos;utilizar-se-á no mandado o(s)endereço(s) constante(s) da cartaprecatória; 2.3) em caso de não localização do(s) réu(s) solto(s), conforme certificado pelo oficial de justiça, à secretaria para imediata devolução da carta mediante malote digital, e-mail, carta ou outro recurso disponível; 2.4) intimado o(s) acusado(s), à secretaria para designar data para seu interrogatório. 3. Em qualquer dos casos, seja inquirição de testemunha ou interrogatório do réu, considerando que as audiências são gravadas no sistema de automação do judiciário - SAJ, à secretaria para encaminhar os arquivos audiovisuais mediante compartilhamento de link pelo google drive ou envio de mídia contendo os arquivos ou por outra alternativa segura e viável. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0234836-63.2019.8.04.0001 (processo principal 0246717-13.2014.8.04.0001) - Recurso em Sentido Estrito - Homicídio Qualificado - APELANTE: Cassio Dourado Batista -

Após, voltem-me os autos conclusos para as providências do art. 589, do CPP. Cumpra-se.

ADV: SIDNEY RICARDO CARVALHO DA SILVA (OAB 7780/AM) - Processo 0250182-98.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: F.A.G.P. e outro - Para fins de impulsionar o feito e com base no Provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria, considerando o decurso de prazo para devolução da Carta Precatória de Intimação às fls. 555, expedirá Ofício à Comarca de Alenquer/PA, para que informe o mais breve possível, sobre o cumprimento ou não da Carta Precatória.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0254189-36.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Cassiano Ribeiro da Silva Junior (Vulgo Bob) e outros - O acusado CLAODECI FONSECA DA COSTA encontra-se recolhido na Penitenciária Federal de Mossoró/RN. O transporte do preso para participar do seu julgamento, geraria um enorme custo aos cofres públicos. As penitenciárias Federais contam com o sistema de videoconferência, cuja tecnologia permite que o réu seja interrogado em tempo real, ainda que em outro Estado. Dessa feita, diante do cenário processual e pelo fato de o réu não encontrar-se recolhido no sistema prisional do Estado do Amazonas, seu interrogatório realizar-se-á por videoconferência como medida necessária para viabilizar a participação do réu no ato processual, uma vez que, como visto, mostra-se relevante a dificuldade para o seu comparecimento em juízo, nos termos do art. 185, §2º, II do CPP. Isto posto, ENCAMINHE-SE este despacho/ofício aos seguintes órgãos para conhecimento da data do julgamento (dia 04 de setembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos horário Manaus) e para as demais providências necessárias e cabíveis para a realização do ato: Coordenação-Geral de Inclusão, Classificação e Remoção Diretoria do Sistema Penitenciário Federal/Departamento Penitenciário Nacional Ministério da Justiça (endereço eletrônico: cgicr.dispf@mj.gov.br) Tel: (061) 2025-9658/3532 Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação. Cumpra-se.

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0602610-37.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Igor Barroso Martins - Finalizando a instrução criminal, foi apresentadas as Alegações Orais, tanto pelo agente Ministerial quanto à defesa. Em seguida, o MM. Juiz proferiu a sentença, Cuida-se de ação penal promovida pelo Ministério Publico, contra o acusado IGOR BARROSO MARTINS, atribuindo ao mesmo o crime descrito no art 121, paragrafo 2º, I, c/c o art 14, II, todos do CP, praticado contra a vitima MARIA LOUREIRO DE LUCENA. Apos a instrução criminal e o oferecimento das alegações finais orais pelas partes os autos estão concluso para a decisão. É o sucinto relatório, passo a decidir: Apos o finalizar da colheita de provas, vislumbro que a arma utilizada pelo acusado IGOR BARROSO MARTINS, não possuía potencialidade lesiva, tratando-se de "crime impossível" quanto ao homicídio da forma tentada. Porem na conduta do agente permanece como soldado de reserva a posse da arma de fogo, delito que não se enquadra na competência desta vara especializada, pois não se trata de delito doloso contra a vida na forma tentada. Assim nos termos do art 419 do CPP, declaro-me incompetente para julgar a matéria e DETERMINO, apos o escoar do prazo recursal, a remessa dos autos para uma das varas criminais da capital, mediante distribuição. Intimem-se as partes. À secretaria para as providências.

ADV: ROBERTO RANSES DAS C. BRASIL (OAB 2935/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: SHYRLEY CASTELO BRANCO MONTEIRO (OAB 2030/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0632451-14.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Allyson Almeida da Costa - Mauro Alves Marinho - Gabriela Mendes de Souza - DIEGO TRAVASSOS PRINTES - Rodrigo de Carvalho de Souza e outro - Ante o exposto, com base nos fundamentos acima delineados, INDEFIRO os pedidos cumulados de reconsideração da decisão de indeferimento da revogação de prisão preventiva; extensão de benefício concedido a corréu; e relaxamento de prisão e mantenho a prisão do acusado Allyson Almeida da Costa, pelo conjunto do art. 312, do CPP.

ADV: NÁIADE VICTÓRIA ARAÚJO PERRONE (OAB 9183/AM), ADV: OSVALDO BIASE MARTINS JÚNIOR (OAB 11096/AM), ADV: DEVID VINÍCIUS XAVIER DA COSTA (OAB 9672/AM) - Processo 0632540-03.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: Fabio da Silva e Silva - I - Recebidos e Vistos. II - RECEBO A DENÚNCIA, em todos os seus termos. III - Cite(m)-se o(s) denunciado(s) acerca da exordial acusatória para que ofereça(m), via advogado constituído, RESPOSTA ESCRITA, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o art. 406, CPP, advertido-o(s) ainda de, na sua falta, ser-lhe(s)-á(ão) nomeada(s) a Defensoria Pública. Em observância ao princípio da celeridade processual, faça constar do mandado de citação que o(s) acusado(s) pode, caso queira, optar desde a sua citação pela representação da Defensoria Pública, mediante registro no mandado. IV - Constando defensor/advogado(a)(s) habilitado(a)(s) nos autos com poderes para representar o(a)(s) acusado(a)(s), desde já ORDENO a intimação dele(s) para apresentar RESPOSTA ESCRITA no prazo legal. Caso sejam procedidas as intimações do(a)(s) defensor(a)(es)/advogado(a)(s) em 02 (duas) oportunidades e não sejam atendidos aos chamados da Justiça, abandonando a causa sem motivo imperioso previamente comunicado ao Juízo, configurar-se-á a inércia ABANDONO DA CAUSA, o que certamente ensejará a aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP. E para que não alegue(m) qualquer desconhecimento quanto à aplicação da sanção pecuniária pelo abandono da causa, fica(m), o(s) defensor(es)/advogado(a)(s) desde já advertido(a)(s) da eventual incidência do art. 265 do CPP, sem prejuízo da comunicação a OAB/AM para apurar sua(s) conduta(s) no procedimento. V - Fica a secretaria autorizada a proceder à colheita de outros endereços do(a)(s) acusado(a)(s) junto aos Bancos de dados ordinariamente utilizados, quais sejam: Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal) e do próprio SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos e acessíveis. Esses endereços e os que eventualmente já constem dos autos deverão ser empregados nos mandados para a citação pessoal. De modo a impedir movimentações e atos processuais inúteis, somente deverão ser utilizados os endereços que constem rua, número da residência, bairro e cidade. A ausência de quaisquer desses dados torna o endereço incompleto e, por consequência, a inviabilidade do cumprimento. VI - Com fundamento no art. 353, CPP, realizada(s) a(s) consulta(s) e identificado(s) endereço(s) existente(s) em outra(s) comarca(s), fica a secretaria autorizada a expedir CARTA PRECATÓRIA, caso em que deverá atender aos requisitos do art. 354, do CPP e art. 355, do CPP. Consigne-se na carta precatória que em caso de o(a) ré(u) ocultar-se para ser citado(a), que o(a) oficial(a) de justiça certifique e proceda à citação com hora certa, nos termos do art. 362 do CPP. VII - Devidamente CITADO(a)(s) e decorrido o prazo legal, sem manifestação do(a)(s) ré(u)(s), promovo desde já a nomeação da Defensoria Pública, com assento neste Juízo, para representar o(a)(s) ré(u)(s), bem como apresentar a sua resposta escrita, nos termos do art. 406 e ss. do Código de Processo Penal c/c art. 34, inciso I da Lei Complementar nº. 01/90. VIII - Em relação às testemunhas arroladas na denúncia, salvo as militares e os funcionários públicos, considerando-se o princípio da celeridade e da economia processual, fica a secretaria autorizada à proceder a colheita de endereços junto aos Bancos de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal), Câmara de Dirigentes Logistas de Manaus (CDLM) e do próprio SAJ/PG5 - em processos recentes -, e quaisquer outros meios idôneos acessíveis, de modo a efetivar as comunicações futuras dos atos processuais. IX - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. X - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de

Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XI - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do "contempt of court" e suas penalidades. XII - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XIII - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XIV - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XV - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XVI - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. XVII - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XVIII - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do "contempt of court" e suas penalidades. XIX - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XX - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XXI - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XXII - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XXIII - No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição solicitando a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar o outro ou outros acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. XXIV - No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Caso apresente causa justa que impeça a notificação do réu, esta será objeto de apreciação judicial. XXV - Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. XXVI - No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXV e XXVI supra, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s)

acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. XXVII - Ficam as partes desde já cientes de que as peças processuais, o que abrange oficios, mandados e laudos periciais, as quais tenham sido encaminhadas e protocolizadas em formato físico, serão digitalizadas e mantidas à disposição das partes e demais interessados pelo prazo de 30 (trinta dias). Decorrido o prazo, fica a secretaria autorizada a providenciar o descarte das referidas peças, com as cautelas de praxe, junto ao setor competente, nos termos do art. 2º da resolução nº. 15/2011. XXVIII - À secretaria para as demais providências. Cumpra-se, com as cautelas de praxe

ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM) - Processo 0637331-49.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Frednilson Souza Ribeiro - Emerson Matheus Pinto da Silva - Isto posto, em consonância com o representante do Parquet, DECRETO a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE pela morte de EMERSON MATHEUS PINTO DA SILVA, qualificado nos autos, nos termos do art. 107, inciso I, do Código Penal e art. 62 do Código de Processo Penal. À secretaria para proceder a baixa do nome do acusado EMERSON MATHEUS PINTO DA SILVA no sistema SAJ, com o regular prosseguimento do feito com relação ao denunciado Frednilson Souza Ribeiro. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0640636-41.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Adriano Pantoja da Silva e outro - Finalizando a instrução criminal, foi apresentadas as Alegações Orais, tanto pelo agente Ministerial quanto à defesa. Em seguida, o MM. Juiz proferiu a sentença, Cuida-se de ação penal promovida pelo Ministério Publico, contra o acusado ADRIANO PANTOJA DA SILVA, atribuindo ao mesmo o crime descrito no art 121, paragrafo 2º, I, c/c o art 14, II, todos do CP, praticado contra a vitima José Pedro Pinto de Castro. Apos a instrução criminal e o oferecimento das alegações finais orais pelas partes os autos estão concluso para a decisão. É o sucinto relatório, passo a decidir: Apos o finalizar da colheita de provas, vislumbro que o delito praticado pelo acusado ADRIANO PANTOJA DA SILVA, não se enquadra na competência desta vara especializada, pois não se trata de delito doloso contra a vida na forma tentada. Assim nos termos do art 419 do CPP, declaro-me incompetente para julgar a matéria e DETERMINO, apos o escoar do prazo recursal, a remessa dos autos para uma das varas criminais da capital, mediante distribuição. Intimem-se as partes. À secretaria para as providências.

ADV: MAGDA REBELO PONTES (OAB 14355/AM), ADV: RONIVALDO BATISTA DA SILVA (OAB 9854/AM) - Processo 0642055-62.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Simples - INDICIADO: Fabiano Santos da Silva - Wellington Jhon Oliveira de Castro e outros - Pelo exposto, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA de Fabiano Santos da Silva e aplico ao postulante as medidas cautelares diversas da prisão elencadas nos incisos I, III, IV e V do art. 319 do CPP, caso em que deverá: Comparecer mensalmente neste Juízo, na data que constar da assinatura do termo de compromisso ou no primeiro dia útil, para justificar e informar suas atividades; 2. Não manter contato com a vítima, testemunhas e seus familiares; 3. Não se ausentar da Comarca, já que sua permanência é conveniente ou necessária para a investigação ou instrução criminal e 4. Recolher-se em seu domicílio no período noturno e nos dias de folga. Caso as medidas não sejam cumpridas, ensejará a possibilidade da decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 312, parágrafo único do CPP. A impossibilidade de cumprimento de quaisquer das medidas deverá ser prontamente comunicada a este Juízo. Deverá o acusado comparecer a este Juízo em 48h para assinar o Termo de Compromisso, no qual constará, também, a participação do indiciado no PROGRAMA REEDUCAR. Observe-se o cronograma de reunião do referido programa. Expeça-se Alvará de Soltura, colocando-o incontinenti em liberdade, se por “all” não estiver preso. À Secretaria para realizar o controle acerca do comparecimento mensal. Cumpra-se.

Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Devid Vinícius Xavier da Costa (OAB 9672/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Magda Rebelo Pontes (OAB 14355/AM)
Náiade Victória Araújo Perrone (OAB 9183/AM)
Osvaldo Biase Martins Júnior (OAB 11096/AM)
Roberto Ranses das C. Brasil (OAB 2935/AM)
Ronivaldo Batista da Silva (OAB 9854/AM)
Shyrley Castelo Branco Monteiro (OAB 2030/AM)
Sidney Ricardo Carvalho da Silva (OAB 7780/AM)

VARA DE EXECUÇÃO PENAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0174/2019

ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM) - Processo 0211441-47.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Raimundo Aleison Vale Lopes - O preceituado nos arts. 89 e 90, do CPB, c/c o art. 146, da LEP, determina que a pena está extinta quando há o decurso do período de prova sem revogação e/ou sem prorrogação do curso do livramento condicional, como é o caso desta execução penal. Pelo exposto, diante do cumprimento dos termos do Livramento Condicional por parte de Raimundo Aleison Vale Lopes, na forma do art. 90, do Código Penal, e do art. 146, da Lei de Execução Penal, declaro, em consonância com o Ministério Público, extinta a pena privativa de liberdade executada neste processo. Intime-se o liberado para tomar ciência da sentença. Cientifique-se o Ministério Público. Após, observadas as formalidades legais, proceda-se à baixa no SAJ para os efeitos do art. 202, da L.E.P..

ADV: CLOVIS JOÃO BARRETO DO NASCIMENTO (OAB 8302/AM) - Processo 0216665-63.2016.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: JHONATAN OLIVEIRA DE CARVALHO - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado JHONATAN OLIVEIRA DE CARVALHO.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0217415-36.2014.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: Thiago Henrique Leite Ferreira - De ordem deste Juízo de Direito, faço vista dos autos a Defesa para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM) - Processo 0219516-80.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Jarlisson de Sousa Santos - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Jarlisson de Sousa Santos.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0230750-54.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Agda Ferreira Pimentel - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Agda Ferreira Pimentel.

ADV: RODRIGO RODRIGUES CAMPOS (OAB 12150/AM) - Processo 0234501-83.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Márcio Alves Leal - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime

semiaberto em favor de Márcio Alves Leal, a partir de 10/10/2019, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: THALLES DA CUNHA RAMOS (OAB 14136/AM) - Processo 0254918-91.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Willian Felipe da Costa Barros - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Willian Felipe da Costa Barros a partir de 13/10/2019, desde que mantido o bom comportamento carcerário, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0257362-34.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - RÉU: Francimar do Nascimento Elias - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 04/09/2019, com início às 09:00h, devendo o apenado Francimar do Nascimento Elias se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se a Defesa.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0265682-39.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: ANTONIO MANUEL MOREIRA DOS SANTOS - Ante o exposto, determino que seja oficiado à SEAP para apresentação do apenado neste juízo, a fim de ser ouvido e, se for o caso, advertido pelos setor psicossocial, contudo, mantenho-o no regime em que se encontra. Ao mesmo tempo, determino que seja retificada a guia de recolhimento para abatimento dos dias em que não houve o efetivo cumprimento da pena. O presente despacho tem força de ofício. Cumpra-se.

Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
CLOVIS JOÃO BARRETO DO NASCIMENTO (OAB 8302/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)

Michael Queiroz Leitão (OAB 9714/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Rodrigo Rodrigues Campos (OAB 12150/AM)
Thalles da Cunha Ramos (OAB 14136/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0175/2019

ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM) - Processo 0232544-86.2011.8.04.0001 - Execução da Pena - Transferência de Preso - APENADO: Leandro de Souza Santos - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Leandro de Souza Santos, até configurados os requisitos para novo benefício. Considerando que o apenado é oriundo da Comarca de Boa Vista do Ramos, tendo vindo cumprir apenas o regime fechado nesta Comarca, consoante o disposto no Provimento 309/2017 da CGJ/TJAM, concedo saída temporária de 7 dias para que transcorrido este período apresente-se no Juízo da Vara Única da Comarca de Boa Vista do Ramos para tomar ciência das condições do regime semiaberto naquela localidade. Encaminhe-se cópia integral dos autos ao Juízo da Vara Única da Comarca de Boa Vista do Ramos para que dê prosseguimento a fiscalização da execução penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. Após, dê-se baixa e arquive-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)

AUDITORIA MILITAR

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0303/2019

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0632447-40.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Crimes Militares - INVESTIGAD: S. - B. - D. - N. - T.S. - Todavia, seja pelas declarações de testemunhas e vítimas, seja pelo relatório da autoridade policial militar, seja pelas pendências que dependem das medidas de quebra de sigilo, os autos indicam o cometimento de vários crimes, talvez tortura, sequestro, cárcere privado, ameaça, constrangimento ilegal e outros, de índole militar, praticados por policiais militares em serviço. Daí, não poder este Juízo concordar com o entendimento ministerial de enviar os autos a uma das Varas do Tribunal do Júri, até porque não há evidência da materialidade, já que ninguém presenciou a morte, ou seja, não há testemunha ocular, apesar da citação excepcional ao caso Eliza Samúdio. Entendo temerário me declarar incompetente e remeter os autos originais ao Tribunal do Júri, pois provavelmente existem outros crimes de natureza militar, sobre os quais há indícios severos de autoria e de materialidade, o que recomenda o aguardo das diligências implementadas, para o Ministério Público corroborar ou não o entendimento da promoção mencionada, mas também fazendo a denúncia em relação aos crimes militares ou requerendo o arquivamento, se entender carência de elementos suficientes para a instauração da ação penal, incidência de excludentes ou por atipicidade. Ante o exposto, acautelo-me no atendimento da promoção mencionada, determinando a expedição de ofício ao Comando-Geral para que o encarregado remeta os autos das diligências pendentes, no estado em que se encontram, concedendo-lhe o prazo de 3 (três) dias. Ciência ao Ministério Público.

Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0304/2019

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0637724-37.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - INDICIADO: Shuber Souza da Silva - Logo, não só tomando como parâmetro o artigo 259 do Código de Processo Penal Militar, mas estabelecendo condições para a permanência do réu em liberdade, revogo a prisão preventiva de SHUBER SOUZA DA SILVA, devendo o Comando Geral observar as seguintes condições: proibição de o réu exercer atividades de caráter operacional, vedando-se lhe o uso de arma; proibição de permanência do réu na Comarca de Envira, Estado do Amazonas, devendo ser removido para a sede da 1ª Companhia Independente de Polícia Militar, sediada na Comarca de Eirunepé, unidade em que deverá permanecer até ulterior decisão deste Juízo. Fica advertido o réu, por meio do próprio alvará de soltura, que não deverá se envolver em qualquer outra conduta ilícita, seja no plano criminal, seja no administrativo, o que causará nova decretação da prisão preventiva. As condições estabelecidas vinculam o réu até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória ou até a prolação de sentença absolutória. Oficie-se ao Comando-Geral para que, cumpridas as condições estabelecidas nesta decisão, comunique a este Juízo, ao qual fica o réu à disposição, inclusive para comparecimento em futuros atos processuais. Expeça-se o alvará de soltura, se por outro motivo não houver que permanecer preso. Intimem-se. Manaus/AM, 26 de agosto de 2019. Alcides Carvalho Vieira Filho Juiz de Direito da Auditoria Militar

Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)

3ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE FAMÍLIA (AZARIAS MENESCAL)
JUIZ(A) DE DIREITO MELISSA SANCHES SILVA DA ROSA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JOSE ALVES VIEIRA GUEDES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0041/2019

ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM) - Processo 0210552-25.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - EXEQUENTE: A.F.B.F.F.M.B.B.F.F.K.B.F.B. - EXECUTADO: F.A.P.F. - Estando o processo isento de qualquer vício que lhe possa retirar a validade, determino seja pautada audiência de instrução e julgamento, ocasião em que serão tomados os depoimentos pessoais das partes e inquiridas as testemunhas, acaso arroladas. Defiro a produção de prova documental e testemunhal. Esclareço às partes, que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, assim como os seus advogados.

ADV: RAFAEL BRITO CAMPOS (OAB 12252/AM), ADV: LUCIANE DE SOUZA AMAZONAS (OAB 12356/AM), ADV: GALDINO GIRÃO DE ALENCAR (OAB 528/AM), ADV: BARBARA MONIQUE DE ALENCAR ALMEIDA RODRIGUES (OAB 13022/AM) - Processo 0213679-73.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: N.M.P.G.M.I. - N.C.P. - REQUERIDO: M.C.G. - Intime-se a exequente, por suas advogadas, para emendar a inicial de cumprimento de sentença, devendo juntar o demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, consoante determinação do art. 524 do CPC, considerando que o rito do art. 528 do CPC autoriza a prisão civil do alimentante apenas em razão da inadimplência das 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da demanda e das que vencerem no curso do processo, devendo as anteriores serem cobradas pelo rito de expropriação. Fixo o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 513 c/c art. 801 do CPC. Cumpra-se.

ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM), ADV: SUELLEN BOTELHO MARQUES (OAB 12872/AM), ADV: CHRISTIAN ARAÚJO DE SOUZA (OAB 13291/AM), ADV: SUZANE SOUZA RODRIGUES DA SILVA (OAB 12822/AM), ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM) - Processo 0214319-71.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: C.V.P. - REQUERIDO: L.S.P. - De ordem do(a) Exmo.(a) Sr.(a) Melissa

Sanches Silva da Rosa, MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Família (Azarias Menescal) da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, na forma da lei etc, fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) a comparecer na sede da 3ª Vara de Família (Azarias Menescal), localizada na Av. Grande Circular S/N, Fórum Azarias Menescal de Vasconcelos, Jorge Teixeira - CEP 69088-000, Fone: 092 2127-7551, Manaus-AM - E-mail: 10vara.familia@tjam.jus.br, para Audiência de Instrução e Julgamento, acompanhado de advogado ou Defensor Público, que será realizada no dia 21/11/2019 às 09:00h.

ADV: LUCIANO DA SILVA ROCHA (OAB 9788/AM) - Processo 0217586-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.P.L. - REQUERIDO: A.E.S.S. - De ordem do(a) Exmo.(a) Sr.(a) Melissa Sanches Silva da Rosa, MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Família (Azarias Menescal) da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, na forma da lei etc, fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) a comparecer na sede da 3ª Vara de Família (Azarias Menescal), localizada na Av. Grande Circular S/N, Fórum Azarias Menescal de Vasconcelos, Jorge Teixeira - CEP 69088-000, Fone: 092 2127-7551, Manaus-AM - E-mail: 10vara.familia@tjam.jus.br, para Audiência de Instrução e Julgamento, acompanhado de advogado ou Defensor Público, que será realizada no dia 25/11/2019 às 11:00h.

ADV: FRANCINILDE DE OLIVEIRA GALUCIO (OAB 13506/AM) - Processo 0219095-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: C.R.C. - REQUERIDO: R.M.B.S. - De ordem do(a) Exmo.(a) Sr(a). Melissa Sanches Silva da Rosa. MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Família (Azarias Menescal) da Manaus, na forma da lei etc, fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) a comparecer, acompanhado de seu advogado ou Defensor Público, na sede deste Juízo, localizada na Av. Grande Circular S/N, Fórum Azarias Menescal de Vasconcelos, Jorge Teixeira - CEP 69088-000, Fone: 092 2127-7551, Manaus-AM - E-mail: 10vara.familia@tjam.jus.br, para audiência de Instrução e Julgamento, que será realizada no dia 26/11/2019, às 09:30h.

ADV: ANTÔNIO NUNES COLARES NETO (OAB 10728/AM) - Processo 0219806-27.2015.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: F.D.B. - REQUERIDA: A.C.S. - T.S.D. - TERCEIRA: G.V.S.B.M.I. - Estando o processo isento de qualquer vício que lhe possa retirar a validade, determino seja pautada audiência de instrução e julgamento, ocasião em que serão tomados os depoimentos pessoais das partes e inquiridas as testemunhas, acaso arroladas. Defiro a produção de prova documental e testemunhal. Esclareço às partes, que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, assim como os seus advogados.

ADV: EDVAN ARAÚJO DE SOUZA (OAB 14411/AM) - Processo 0220276-19.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.G.S. - REQUERIDO: L.I.S. - De ordem do(a) Exmo.(a) Sr(a). Melissa Sanches Silva da Rosa. MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Família da Manaus, na forma da lei etc, fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) a comparecer na sede deste Juízo, localizada na Av. Grande Circular S/N, Fórum Azarias Menescal de Vasconcelos, Jorge Teixeira - CEP 69088-000, Fone: 092 2127-7551, Manaus-AM - E-mail: 10vara.familia@tjam.jus.br, para audiência de Conciliação, acompanhado(a) de seu advogado ou Defensor Público, que será realizada no dia 01/10/2019, às 09:00h.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: DÁRIO DA SILVA GONZAGA (OAB 10661/AM) - Processo 0228062-85.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: P.C.N.M. - REQUERIDO: T.P.C. - De ordem do(a) Exmo.(a) Sr.(a) Melissa Sanches Silva da Rosa, MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Família (Azarias Menescal) da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, na forma da lei etc, fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) a comparecer na sede da 3ª Vara de Família (Azarias Menescal), localizada na Av. Grande Circular S/N, Fórum Azarias Menescal de Vasconcelos, Jorge Teixeira - CEP 69088-000, Fone: 092 2127-7551, Manaus-AM - E-mail: 10vara.familia@tjam.jus.br, para Audiência de Instrução e Julgamento, acompanhado de advogado ou Defensor Público, que será realizada no dia 18/11/2019 às 11:00h.

ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM), ADV: MARITZA VALÉRIA TAVARES DIBO (OAB 12139/AM) - Processo 0236133-76.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.S.A. - REQUERIDA: A.J.O.A. - De ordem do(a) Exmo.(a) Sr.(a) Melissa Sanches Silva da Rosa, MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Família (Azarias Menescal) da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, na forma da lei etc, fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) a comparecer na sede da 3ª Vara de Família (Azarias Menescal), localizada na Av. Grande Circular S/N, Fórum Azarias Menescal de Vasconcelos, Jorge Teixeira - CEP 69088-000, Fone: 092 2127-7551, Manaus-AM - E-mail: 10vara.familia@tjam.jus.br, para Audiência de Instrução e Julgamento, acompanhado de advogado ou Defensor Público, que será realizada no dia 28/11/2019 às 10:00h.

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0236590-45.2016.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.S.G. - REQUERIDO: A.F.C. - De ordem do(a) Exmo.(a) Sr.(a) Melissa Sanches Silva da Rosa, MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Família (Azarias Menescal) da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, na forma da lei etc, fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) a comparecer na sede da 3ª Vara de Família (Azarias Menescal), localizada na Av. Grande Circular S/N, Fórum Azarias Menescal de Vasconcelos, Jorge Teixeira - CEP 69088-000, Fone: 092 2127-7551, Manaus-AM - E-mail: 10vara.familia@tjam.jus.br, para Audiência de Instrução e Julgamento, acompanhado de advogado ou Defensor Público, que será realizada no dia 27/11/2019 às 11:00h

ADV: JOSÉ AURISTENIL SOARES NUNES (OAB 7580/AM) - Processo 0244665-15.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: I.S.R. - EXECUTADA: M.C.S.N. - De ordem do(a) Exmo.(a) Sr(a). Melissa Sanches Silva da Rosa. MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Família (Azarias Menescal) da Manaus, na forma da lei etc, fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) a comparecer na sede deste Juízo, localizada na Av. Grande Circular S/N, Fórum Azarias Menescal de Vasconcelos, Jorge Teixeira - CEP 69088-000, Fone: 092 2127-7551, Manaus-AM - E-mail: 10vara.familia@tjam.jus.br, para audiência de Conciliação, que será realizada no dia 05/11/2019, às 10:00h.

ADV: MAICON DE OLIVEIRA BRANCHES (OAB 11141/AM), ADV: LAURO AUGUSTO DE LIMA CAVALCANTI (OAB 6343/AM) - Processo 0612480-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: R.A.M. - REQUERIDO: E.F.P. - A.M.P. - A.M.P. - De ordem do(a) Exmo.(a) Sr.(a) Melissa Sanches Silva da Rosa, MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Família (Azarias Menescal) da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, na forma da lei etc, fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) a comparecer na sede da 3ª Vara de Família (Azarias Menescal), localizada na Av. Grande Circular S/N, Fórum Azarias Menescal de Vasconcelos, Jorge Teixeira - CEP 69088-000, Fone: 092 2127-7551, Manaus-AM - E-mail: 10vara.familia@tjam.jus.br, para Audiência de Instrução e Julgamento, acompanhado de advogado ou Defensor Público, que será realizada no dia 25/11/2019 às 09:30h.

ADV: LAURO AUGUSTO DE LIMA CAVALCANTI (OAB 6343/AM), ADV: MAICON DE OLIVEIRA BRANCHES (OAB 11141/AM) - Processo 0612480-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: R.A.M. - REQUERIDO: E.F.P. - A.M.P. - A.M.P. - De ordem do(a) Exmo.(a) Sr(a). Melissa Sanches Silva da Rosa. MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Família (Azarias Menescal) da Manaus, na forma da lei etc, fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) a comparecer, acompanhado de seu advogado ou Defensor Público, na sede deste Juízo, localizada na Av. Grande Circular S/N, Fórum Azarias Menescal de Vasconcelos, Jorge Teixeira - CEP 69088-000, Fone: 092 2127-7551, Manaus-AM - E-mail: 10vara.familia@tjam.jus.br, para audiência de Instrução e Julgamento, que será realizada no dia 25/11/2019, às 09:30h.

ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: ALESSANDRA DE ALMEIDA RANGEL (OAB 2801/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM) - Processo 0637372-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.J.T.L. -

REQUERIDO: J.R.C.B. - De ordem do(a) Exmo.(a) Sr.(a) Melissa Sanches Silva da Rosa, MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Família (Azarias Menescal) da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, na forma da lei etc, fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) a comparecer na sede da 3ª Vara de Família (Azarias Menescal), localizada na Av. Grande Circular S/N, Fórum Azarias Menescal de Vasconcelos, Jorge Teixeira - CEP 69088-000, Fone: 092 2127-7551, Manaus-AM - E-mail: 10vara.familia@tjam.jus.br, para Audiência de Instrução e Julgamento, acompanhado de advogado ou Defensor Público, que será realizada no dia 26/11/2019 às 10:00h.

Alessandra de Almeida Rangel (OAB 2801/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Antônio Nunes Colares Neto (OAB 10728/AM)
Barbara Monique de Alencar Almeida Rodrigues (OAB 13022/AM)
Christian Araújo de Souza (OAB 13291/AM)
Dário da Silva Gonzaga (OAB 10661/AM)
Edvan Araújo de Souza (OAB 14411/AM)
Francinilde de Oliveira Galucio (OAB 13506/AM)
Galdino Girão de Alencar (OAB 528/AM)
José Auristenil Soares Nunes (OAB 7580/AM)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Lauro Augusto de Lima Cavalcanti (OAB 6343/AM)
Luciane de Souza Amazonas (OAB 12356/AM)
Luciano da Silva Rocha (OAB 9788/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Maicon de Oliveira Branches (OAB 11141/AM)
Maritza Valéria Tavares Dibo (OAB 12139/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Rafael Brito Campos (OAB 12252/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Suellen Botelho Marques (OAB 12872/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Suzane Souza Rodrigues da Silva (OAB 12822/AM)

5ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0176/2019

ADV: MARCO AURÉLIO MARTINS DA SILVA (OAB 4849/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: PAULA CAROLINE GALVÃO DOS SANTOS SILVA (OAB 10175/AM) - Processo 0208591-83.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: C.R.P. - REQUERIDO: R.O.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: RODRIGO LOPES MARTINS (OAB 11802/AM), ADV: GERSON DE OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 10311/AM) - Processo 0212063-58.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Levantamento de Valor - REQUERIDO: G.S.B. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: ANANIAS RIBEIRO DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 1628/AM) - Processo 0222225-20.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: S.S.F. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0242271-25.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: J.N.S. - Divórcio direto litigioso. Partes identificadas acima, qualificadas nos autos. Citação por edital, sem resposta. Revelia. Nomeação e manifestação de curador especial. Sucintamente, o relatório. A ação é de divórcio direto litigioso. Situação de fato informada na inicial comporta julgamento antecipado ao teor do que disciplina o artigo 355, II do CPC. A(o) ré(u), embora citada(o), não se fez presente, para eventual contestação. O curador especial contestou, mas, sem alternativa, apenas de forma genérica. Atendidos, assim, os requisitos formais e substâncias, deve o pedido ser acolhido, nos termos constantes da inicial. Diante dessas considerações, tem-se por decretado o divórcio nos termos e condições da inicial, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0247940-59.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDA: A.M.L.A. - Divórcio direto litigioso. Partes identificadas acima, qualificadas nos autos. Citação por edital, sem resposta. Revelia. Nomeação e manifestação de curador especial. Sucintamente, o relatório. A ação é de divórcio direto litigioso. Situação de fato informada na inicial comporta julgamento antecipado ao teor do que disciplina o artigo 355, II do CPC. A(o) ré(u), embora citada(o), não se fez presente, para eventual contestação. O curador especial contestou, mas, sem alternativa, apenas de forma genérica. Atendidos, assim, os requisitos formais e substâncias, deve o pedido ser acolhido, nos termos constantes da inicial. Diante dessas considerações, tem-se por decretado o divórcio nos termos e condições da inicial, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: GILVAN GERALDO DE AQUINO SEIXAS (OAB 1497/AM) - Processo 0256003-49.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - EXEQUENTE: C.L.S.A. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: ANDRÉ FERNANDES (OAB 3957/AM) - Processo 0600919-90.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0219428-76.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: E.B.S. - Diante dos documentos de fls. 217/227, vista ao patrono do(a) exequente. 05 (cinco) dias.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0615802-08.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: M.R.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: IOVANE NUNES PENHA (OAB 3023/AM) - Processo 0624433-04.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERIDO: E.J.F.M. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0628690-72.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: F.M.M. - Divórcio direto litigioso. Partes identificadas acima, qualificadas nos autos. Citação por edital, sem resposta. Revelia. Nomeação e manifestação de curador especial. Sucintamente, o relatório. A ação é de divórcio direto litigioso. Situação de fato informada na inicial comporta julgamento antecipado ao teor do que disciplina o artigo 355, II do CPC. A(o) ré(u), embora citada(o), não se fez presente, para eventual contestação. O curador especial contestou, mas, sem alternativa, apenas de forma genérica. Atendidos, assim, os requisitos formais e substâncias, deve o pedido ser acolhido, nos termos constantes da inicial. Diante dessas considerações, tem-se por decretado o divórcio nos termos e condições da inicial, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em

julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0632537-82.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: W.N.M. - Divórcio direto litigioso. Partes identificadas acima, qualificadas nos autos. Citação por edital, sem resposta. Revelia. Nomeação e manifestação de curador especial. Sucintamente, o relatório. A ação é de divórcio direto litigioso. Situação de fato informada na inicial comporta julgamento antecipado ao teor do que disciplina o artigo 355, II do CPC. A(o) ré(u), embora citada(o), não se fez presente, para eventual contestação. O curador especial contestou, mas, sem alternativa, apenas de forma genérica. Atendidos, assim, os requisitos formais e substâncias, deve o pedido ser acolhido, nos termos constantes da inicial. Diante dessas considerações, tem-se por decretado o divórcio nos termos e condições da inicial, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0634141-49.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - EXEQUENTE: JESSICA BEATRIZ DOS SANTOS - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: JOSÉ CARLOS PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 2772/AM), ADV: CAROLINA MATOS CARVALHO - Processo 0637689-53.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Investigação de Paternidade - EXEQUENTE: S.B.S. - S.B.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0652595-09.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: J.T.S. - Divórcio direto litigioso. Partes identificadas acima, qualificadas nos autos. Citação por edital, sem resposta. Revelia. Nomeação e manifestação de curador especial. Sucintamente, o relatório. A ação é de divórcio direto litigioso. Situação de fato informada na inicial comporta julgamento antecipado ao teor do que disciplina o artigo 355, II do CPC. A(o) ré(u), embora citada(o), não se fez presente, para eventual contestação. O curador especial contestou, mas, sem alternativa, apenas de forma genérica. Atendidos, assim, os requisitos formais e substâncias, deve o pedido ser acolhido, nos termos constantes da inicial. Diante dessas considerações, tem-se por decretado o divórcio nos termos e condições da inicial, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

Ananias Ribeiro de Oliveira Júnior (OAB 1628/AM)
André Fernandes (OAB 3957/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Carolina Matos Carvalho
Gerson de Oliveira Rodrigues (OAB 10311/AM)
Gilvan Geraldo de Aquino Seixas (OAB 1497/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 6174/AM)
Iovane Nunes Penha (OAB 3023/AM)
José Carlos Pereira de Oliveira (OAB 2772/AM)
Marco Aurélio Martins da Silva (OAB 4849/AM)
Paula Caroline Galvão dos Santos Silva (OAB 10175/AM)
Rodrigo Lopes Martins (OAB 11802/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0177/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0212750-35.2018.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERIDA: M.C.N. - Dando integral cumprimento ao(à) ato ordinatório de fls. 41 , intime-se o réu para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar suas razões finais.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0227417-26.2018.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERIDO: E.F.C. - N.V.S. - Dando integral cumprimento ao(à) ato ordinatório de fls. 51 , intime-se o réu para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar suas razões finais.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0231065-14.2018.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERIDO: M.C. - Dando integral cumprimento ao(à) ato ordinatório de fls. 50 , intime-se o réu para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar suas razões finais.

ADV: GEILSON TEIXEIRA DOS SANTOS (OAB 10312/AM), ADV: SINATRA DE JESUS DOS SANTOS SILVA (OAB 4054/AM) - Processo 0246786-40.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDO: R.A.S. - Dando integral cumprimento ao(à) ato ordinatório de fls. 74 , intime-se o réu para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar suas razões finais.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0649415-82.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDO: G.P.S. - Dando integral cumprimento ao(à) ato ordinatório de fls. 115 , intime-se o réu para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar suas razões finais.

Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Geilson Teixeira dos Santos (OAB 10312/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Sinatra de Jesus dos Santos Silva (OAB 4054/AM)

7ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0072/2019

ADV: DANYELA CHRISTINA ARAÚJO CÂMARA (OAB 14308/AM) - Processo 0636908-55.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - ASSISTENTE: H.O.L. - Vistos e etc... Defiro a gratuidade da Justiça. Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, em consonância com o parecer da Exma. representante do Ministério Público de fls. 38/40, abstenho-me, por ora, de examinar o pedido de tutela de urgência, considerando que as decisões liminares sobre guarda devem ser proferidas, preferencialmente, após a oitiva das partes, nos termos do art. 1.585 do Código Civil, in verbis: Art. 1.585. Em sede de medida cautelar de separação de corpos, em sede de medida cautelar de guarda ou em outra sede de fixação liminar de guarda, a decisão sobre guarda de filhos, mesmo que provisória, será proferida preferencialmente após a oitiva de ambas as partes perante o juiz, salvo se a proteção aos interesses dos filhos exigir a concessão de liminar sem a oitiva da outra parte, aplicando-se as disposições do art. 1.584. Fixe-se data para realização de audiência preliminar de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019 Cite-se a ré. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta da requerida. Recomende-se às partes para que compareçam à Oficina de Pais e filhos, que é realizada sempre na última quarta-feira do mês, no 3º andar, setor 1 do Fórum Ministro Henoch Reis, sito na Rua Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, na cidade de Manaus/AM, bem como realizem o correspondente curso on line, no site www.cnj.jus.br/eadcnj. A Oficina de Pais e Filhos é um programa educacional interdisciplinar que foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça para colaborar com os pais e seus filhos menores a superarem a fase de reorganização familiar e terem mais estabilidade e paz em suas vidas, objetivo primordial do Poder Judiciário. A Oficina não visa a avaliar ou julgar os pais, tendo como principal objetivo transmitir técnicas apropriadas de comunicação na família, ensinamentos a respeito das consequências que os conflitos proporcionam aos

filhos, informações legais sobre alienação parental, guarda, visitas e alimentos. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, no caso da oficina presencial, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais e Filhos ou a realização do curso on line, não substitui o comparecimento à audiência de conciliação. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C.. Notifique-se o Representante do Ministério Público. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço do réu não ser localizado, intime-se a autora, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Efetue-se o estudo psicossocial do caso, na forma requerida pelo Ministério Público em seu r. parecer de fls. 38/40. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Promoção Ministerial nos autos, voltem-me conclusos. Cumpra-se com urgência.

Danyela Christina Araújo Câmara (OAB 14308/AM)

8ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0029/2019

ADV: BRUNA CRUZ NOVO (OAB 6717/AM) - Processo 0638211-07.2019.8.04.0001 - Habilitação - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: A.C.C. - Processo devidamente sentenciado nos autos principais (nº0608707-92.2015.8.04.0001), peticionando equivocado. Arquive-se, com as providências de estilo

Bruna Cruz Novo (OAB 6717/AM)

VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA ESTADUAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA ESTADUAL

JUIZ(A) DE DIREITO MARCO A P COSTA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL BERNARDO JOSÉ NORONHA ANTUNES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0058/2019

ADV: ALTIZA PEREIRA DE SOUZA (OAB 6881/AM), ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8658/MS), ADV: ABRAHÃO LYNCON NUNES DANTAS (OAB 8125/AM), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS) - Processo 0602021-50.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Mitsui Sumitomo Seguros S.A. - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos contidos nos autos da Ação de Obrigação de Fazer c/c Declaração de Nulidade de Débito Tributário e Pedido de Tutela Antecipada proposta por Mitsui Sumitomo Seguros S/A em face do Estado do Amazonas e DETRAN-AM, nos termos do art. 487, I, do CPC. Reconheço a isenção dos débitos de IPVA do veículo Ford Fiesta, cor preta, 1.0, placa JXU-7034, renavam 94802012-1 desde a data do roubo (27/06/2009). Determino a transferência à Autora do veículo Ford Fiesta, cor preta, 1.0, placa JXU-7034, renavam 94802012-1. Honorários advocatícios devidos pelos Requeridos os quais arbitro em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 85, § 8º do Código de Processo Civil. Custas devidas pelos Requeridos os quais são isentos na forma da lei. P.I.C. Manaus, 22 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: REBECCA RIBEIRO DE MATTOS (OAB 9184/AM), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM), ADV: GISELE SOUZA DE MATTOS (OAB 10601/AM) - Processo 0607955-91.2013.8.04.0001 - Execução Fiscal - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - EXECUTADA: Claudete Maria Ciarlini Rabelo e outros - Diante do exposto e, em expressa concordância da Fazenda Pública Estadual, DETERMINO, por meio cabível, O CANCELAMENTO das restrições opostas sobre os imóveis de matrículas nºs 11.963 e 12.826 (termo às fls.109/112) de propriedade de Claudete Maria Ciarlini Rabelo, CPF nº 230.811.462.63, nos termos da fundamentação. Honorários indevidos. À secretaria com as cautelas de estilo. P.R.I.C Manaus, 15 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM), ADV: VALDECI LAURENTINO DA SILVA (OAB 178A/AM) - Processo 0614034-13.2018.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO Ante o exposto, acolho a exceção de pré-executividade apresentada por FRANCISCO DE JESUS PENHA no bojo da presente EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS. Ordeno a retirada do nome do Excipiente do 2º, 3º, 4º e 5º Tabelionatos de Protesto de Manaus em relação aos débitos executados neste feito. Honorários advocatícios devidos pelo Estado do Amazonas em favor do Excipiente os quais fixo com base no artigo 85, § 3º do Código de Processo Civil, observado o percentual mínimo de cada faixa acaso ultrapassada, tendo por parâmetro o proveito econômico obtido. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 23 de agosto de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0614242-94.2018.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 16/23) referente a CDA n° 000325/18 (pedido n°3369-1). Ato continuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supracitado. Cumpra-se.

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0615836-22.2013.8.04.0001 - Execução Fiscal - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 44/50) referente a CDA n° 002485/13 (pedido n° 42103-0). Ato continuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supracitado. Cumpra-se.

ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM) - Processo 0618253-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Exclusão - ICMS - REQUERENTE: Lucival de Andrade Miranda - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 20 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: JOSÉ DA ROCHA FREIRE (OAB 3768/AM) - Processo 0618374-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Dan-tech da Amazonia Industria e Comercio Ltda - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 20 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ALYNE APARECIDA SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 13806/AM) - Processo 0620075-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Ipiranga Produtos de Petróleo S/a, - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, etc. Recebo a presente ação em todos os seus termos. Custas processuais recolhidas (vide fls. 31/33). Uma vez que a Requerente realizou o depósito do montante integral (vide fls. 250/253 e 257/258), determino a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, conforme preceitua o artigo 151, inciso II do Código Tributário Nacional. Acautelo-me quanto ao julgamento do pedido de tutela provisória para momento posterior ao contraditório da parte adversa. Cite-se o Estado do Amazonas, via portal eletrônico, para, querendo, apresentar contestação no prazo legal. Após, voltem-me os autos conclusos. À secretaria para

providências de praxe. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ERNANDO SIMIÃO DA SILVA FILHO (OAB 9069/AM), ADV: CRISTIANE ROMANO (OAB 1503A/DF), ADV: JANAINA SANTOS CASTRO (OAB 46175/DF), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM), ADV: JOÃO VITOR LUKE REIS (OAB 24837/DF) - Processo 0620744-54.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0630381-63.2014.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Suspensão da Exigibilidade - REQUERENTE: Gera Amazonas Geradora de Energia do Amazonas S/A - Sendo assim, defiro o pedido do perito para levantamento de 30% (trinta por cento) do valor cobrado pelo trabalho (fls.564), bem como determino a sua intimação para iniciar imediatamente a perícia técnica a ser realizada nestes autos e nos autos dos processos nº 0621718-91.2015.8.04.0001 e 0622934-87.2015.8.04.0001, com a entrega no prazo de 60 (sessenta) dias, conforme previsto às fls. 544. Expeça-se o alvará de levantamento em favor do perito, no valor de R$ 17.856,00 (dezessete mil, oitocentos e cinquenta e seis reais). P.R.I.C.

ADV: CRISTIANE ROMANO (OAB 1503A/DF), ADV: JOÃO VITOR LUKE REIS (OAB 24837/DF) - Processo 0622934-87.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0803982-13.2014.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Gera Amazonas Geradora de Energia do Amazonas S/A - Haja vista a substituição da CDA Nº 5628/13 no bojo da Execução Fiscal nº 0803982-13.2014.8.04.0001, INTIME-SE a Embargante para complementar a garantia oferecida e opor embargos à execução fiscal limitados à alteração ocorrida, conforme preconiza o art. 2º, §8º da LEF.P.R.I.CManaus, 12 de janeiro de 2018.Marco A P da CostaJUIZ DE DIREITO

ADV: RAFAELA OLIVEIRA DE ASSIS (OAB 183736/SP), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0623880-59.2015.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS “por dentro” - EXECUTADO: Ifer da Amazonia LTDA - Defiro o pedido do executado de fls. 32/33. Remetam-se os autos à contadoria para cálculos. Ordeno que as publicações sejam feitas em nome da advogada acima indicada, nos termos requeridos. À secretaria com as cautelas de estilo. P.R.I.C Manaus, 19 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM), ADV: DANIEL MARCON PARRA (OAB 233073/SP) - Processo 0626136-67.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Marcelo Augusto dos Santos - José Roberto Luiz Ramos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO Ex positis, nego a concessão da tutela de urgência requerida pelos Autores, nos termos da fundamentação. Intimem-se as partes, pelos meios cabíveis, para que no prazo legal, colacionem ou informem as provas que pretendem produzir. Após, voltem-me os autos conclusos. P.I.C. Manaus, 22 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0631378-07.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Christian Antony - DESPACHO Intime-se o DETRAN/AM, pelo meio cabível, para que no prazo legal, comprove o cumprimento da declaração de inexigibilidade da cobrança de taxa referente ao veiculo em questão, bem como colacione impugnação ao cumprimento de fls. 61/64, caso queira, nos termos do artigo 535 do CPC. Após, voltem-me os autos conclusos. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 22 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ALACID COÊLHO SILVA (OAB 3878/AM), ADV: IOLANDA LOBO PEREIRA (OAB 9821/AM), ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0631848-77.2014.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS “por dentro” - EXECUTADO: PRINCE BIKE NORTE LTDA - onde se lê: substituição das Certidões de Dívida Ativa nº 1198/14 e 1276/14. Leia-se “EXCLUSÃO das CDA,s nº1198/14 (fl.02) e 1276/14 (fl.03), conforme requerido em petição (fls.76). À secretaria com as cautelas de estilo. P.R.I.C. Manaus, 20 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: CAIO LUCIO MONTANO BRUTTON (OAB 101649/MG), ADV: DANIEL JÚLIO DE CARVALHO SIQUEIRA (OAB 172814/MG) - Processo 0634235-94.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0604678-67.2013.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Extinção da Execução - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - e efeito suspensivo no caso de preenchimento dos requisitos essenciais à concessão da tutela excepcional, motivo pelo qual ad cautelam deixo para apreciá-lo após a angularização processual. Pelo exposto, acautelo-me quanto ao pedido de atribuição de efeito suspensivo até que ocorra o estabelecimento do contraditório. Cite-se o Embargado, via portal eletrônico, para querendo contestar, no prazo de lei. Após o decurso de prazo, voltem-me os autos conclusos para apreciação do efeito excepcional. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 21 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ALACID COÊLHO SILVA (OAB 3878/AM) - Processo 0634853-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Servengloc Serviços e Locação de Equipamentos Ltda - Determino o parcelamento de custas iniciais em 06 (seis) parcelas iguais, nos termos da Portaria nº 490/2017 PTJ. Acautelo-me quanto ao pedido de tutela de urgência nos termos requeridos, até que sobrevenha o contraditório. Cite-se o requerido, via portal eletrônico, para, apresentar contestação no prazo legal. P.R.I.C Manaus, 20 de agosto de 2019. Marco A P Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: ALACID COÊLHO SILVA (OAB 3878/AM) - Processo 0634877-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Servengloc Serviços e Locação de Equipamentos Ltda - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Chamo o processo à ordem para retificar a decisão interlocutória de fls.182. Onde se lê: Cite-se o requerido, via DJ-e, para no prazo de 30 (trinta) dias, recolher as custas processuais iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Leia-se: Cite-se o requerente, via DJ-e, para no prazo de 30 (trinta) dias, recolher as custas processuais iniciais, sob pena de cancelamento na distribuição. P.R.I Manaus, 23 de agosto de 2019. Marco A P Costa

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: ALYNE APARECIDA SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 13806/AM) - Processo 0634879-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dívida Ativa - REQUERENTE: Pst Eletrônica S/A - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Diante dos fatos elencados pela Requerente às fls. 559/560, determino que não seja feita a intimação por Oficial de Justiça. Aguarde-se a contestação do Ente Federativo. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ANDREIA JACOB DE SOUZA (OAB 4870/AM) - Processo 0635377-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - ICMS/Importação - REQUERENTE: Menta e Araujo Comercio de Alimentos Ltda - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 21 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0641241-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antonia Claudia Vieira de Araujo - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 21 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0642484-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Virginia Gomes da Silva - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 23 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0642488-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Sandra de Souza Veloso - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 23 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: TABAJARA POVOA SOCIEDADE UNIPESSOAL DE ADVOCACIA (OAB 1350/GO), ADV: TABAJARA FRANCISCO

PÓVOA NETO (OAB 29228GO) - Processo 0642690-43.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - IMPETRANTE: Maxdescartes Industria e Comercio de Descartaveis Hospitalares Odontologicos Ltda - DESPACHO Vistos, etc. Ante a ausência da autoridade coatora indicada (Delegado Fiscal da Secretaria) na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas - SEFAZ/AM (Decreto nº 36.218, de 09 de setembro de 2015), intime-se a Impetrante, via DJ-e, para que no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 321 do CPC, promova a emenda da exordial para que seja indicada corretamente a autoridade coatora ou esclareça se o Delegado Fiscal da Secretaria indicado corresponde ao mesmo cargo do Secretário Estadual da Fazenda do Amazonas. Após, voltem-me os autos conclusos. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 20 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0644770-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Francisco Arcelino da Costa Júnior - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 23 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0644775-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Jose Elcimar Saraiva - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 23 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0644780-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Jose Elcimar Saraiva - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 23 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0644788-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Raimundo Francisco Medeiros França - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 23 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0644802-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Ada de Araújo Lima Assante - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 23 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0644810-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Marta da Silva Alves - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 23 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0644819-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Drogas Mil - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 23 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0644827-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Nizomar Rodrigues Alves - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 23 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0644841-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Dilza Maria Ferreira Paulo Afonso - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 23 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM), ADV: ISABELA FONTES DE ARAÚJO (OAB 22212/PE), ADV: WALDIR GOMES FERREIRA (OAB 6648/PA), ADV: VALDECI LAURENTINO DA SILVA (OAB 178A/AM) - Processo 0803684-21.2014.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - EXECUTADA: Itautinga Agro Industrial S A e outro - DISPOSITIVO Ante o exposto, acolho a exceção de pré-executividade apresentada por FRANCISCO DE JESUS PENHA no bojo da presente EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS. Honorários advocatícios devidos pelo Estado do Amazonas em favor do Excipiente os quais fixo com base no artigo 85, § 3º do Código de Processo Civil, observado o percentual mínimo de cada faixa acaso ultrapassada, tendo por parâmetro o proveito econômico obtido. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 23 de agosto de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

Abrahão Lyncon Nunes Dantas (OAB 8125/AM)
Alacid Coêlho Silva (OAB 3878/AM)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8658/MS)
Altiza Pereira de Souza (OAB 6881/AM)
Alyne Aparecida Souza do Nascimento (OAB 13806/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Andreia Jacob de Souza (OAB 4870/AM)
Anna Karina L. Brasil Salama (OAB 2528/AM)
Caio Lucio Montano Brutton (OAB 101649/MG)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Cristiane Romano (OAB 1503A/DF)
Daniel Júlio de Carvalho Siqueira (OAB 172814/MG)
Daniel Marcon Parra (OAB 233073/SP)
Ernando Simião da Silva Filho (OAB 9069/AM)
Gisele Souza de Mattos (OAB 10601/AM)
Iolanda Lobo Pereira (OAB 9821/AM)
Isabela Fontes de Araújo (OAB 22212/PE)
Janaina Santos Castro (OAB 46175/DF)
João Vitor Luke Reis (OAB 24837/DF)
José da Rocha Freire (OAB 3768/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Marcello Henrique Soares Cipriano (OAB 4011/AM)
Rafaela Oliveira de Assis (OAB 183736/SP)
Raquel Bentes de Souza do Nascimento (OAB 4819/AM)
Rebecca Ribeiro de Mattos (OAB 9184/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Rylene Álvares Bastos Rodrigues (OAB 10145/AM)
TABAJARA FRANCISCO PÓVOA NETO (OAB 29228GO)
Tabajara Povoa Sociedade Unipessoal de Advocacia (OAB 1350/GO)
Valdeci Laurentino da Silva (OAB 178A/AM)
Waldir Gomes Ferreira (OAB 6648/PA)

VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL
JUIZ(A) DE DIREITO MARCO A P COSTA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LORENA PONTES DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0101/2019

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: LEILA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 3734/AM) - Processo 0618914-24.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0828309-61.2010.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Construtora Marquise S/A - R.Hoje. Dê-se vista

as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, acerca do retorno dos autos do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas. Intimem-se. Cumpra-se.

João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Leila Almeida de Sousa (OAB 3734/AM)

2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0242/2019

ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM) - Processo 0210488-54.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ronaldo Martins de Souza e outro - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO A APELAÇÃO de fl. 251, no seu duplo efeito legal, ex vi do art. 593, I, c/c art. 597 do Código de Processo Penal. Dê-se vista dos autos ao apelante, para no prazo legal, apresentar suas razões ao recurso interposto, se assim lhe aprouver, nos termos do art. 600 do mencionado diploma. Apresentadas as razões, dê-se vista ao apelado, para no prazo legal, apresentar contrarrazões ao apelo interposto. Apresentadas ambas as razões ou decorrido o prazo legal sem apresentação de qualquer das mesmas, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, com as homenagens de estilo. Intimem-se.

ADV: FÁBIO GOUVÊA DE SÁ (OAB 3801/AM) - Processo 0601213-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gleubson dos Santos Silva - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO A APELAÇÃO de fls. 125/134, no seu duplo efeito legal, ex vi do art. 593, I, c/c art. 597 do Código de Processo Penal. Dê-se vista dos autos ao apelado para apresentar contrarrazões, se assim lhe aprouver, nos termos do art. 600 do mencionado diploma. Apresentadas ou decorrido o prazo legal sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, com as homenagens de estilo. Intime-se.

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0636330-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gabriel dos Santos Barroso - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO A APELAÇÃO de fls. 141/142, no seu duplo efeito legal, ex vi do art. 593, I, c/c art. 597 do Código de Processo Penal. Dê-se vista dos autos ao apelado para apresentar contrarrazões, se assim lhe aprouver, nos termos do art. 600 do mencionado diploma. Apresentadas ou decorrido o prazo legal sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, com as homenagens de estilo. Intime-se.

ADV: EUKELLY CRISTHIE PENEDO DE OLIVEIRA (OAB 8733/AM), ADV: GERBERSON AMAZONAS TUSSOLINI (OAB 4991/AM), ADV: JOZIEL BARROS DE SOUZA (OAB 11383/AM), ADV: ANDERSON KENNETH SANTOS BELFORT. (OAB 7591/AM), ADV: DANIEL OLIVEIRA DE MELO (OAB 8972/AM), ADV: DIEGO OLIVEIRA REIS (OAB 6823/AM) - Processo 0652174-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Altamir Lima Taveira - Fulton Amazonas - Eder Guimarães Teixeira - Edpaulo de Souza Lima - III. CONCLUSÃO. Presentes, de forma inconteste, tanto a materialidade delitiva, quanto à autoria, em relação aos acusados ALTAMIR LIMA TAVEIRA, FULTON AMAZONAS E EDER GUIMARÃES TEIXEIRA, inexistindo excludentes de antijuridicidade ou de culpabilidade, a condenação nas sanções previstas nos arts. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, e art. 16 da lei nº 10.826/2003, é medida que se impõe. Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES, OS PEDIDOS CONTIDOS NA DENÚNCIA PARA ABSOLVER O RÉU EDPAULO DE SOUZA LIMA, DOS CRIMES A ELE IMPUTADO NA EXORDIAL ACUSATÓRIA, COM FULCRO NO ARTIGO 386, V, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, E CONDENAR OS ACUSADOS ALTAMIR LIMA TAVEIRA, FULTON AMAZONAS E EDER GUIMARÃES TEIXEIRA, TÃO SOMENTE NAS SANÇÕES PREVISTAS NOS ARTS. 33, CAPUT, DA LEI Nº 11.343/2006, e art. 16, da lei nº 10.826/2003, passando a dosar-lhes as penas, com fulcro no que estabelecem o art. 42 da Lei nº 11.343/2006 e arts. 59 e 68 do CPB, fazendo-o de forma fundamentada, como determina o inciso IX do art. 93 da CF/88.

Anderson Kenneth Santos Belfort. (OAB 7591/AM)
Daniel Oliveira de Melo (OAB 8972/AM)
Diego Oliveira Reis (OAB 6823/AM)
Eukelly Cristhie Penedo de Oliveira (OAB 8733/AM)
Fábio Gouvêa de Sá (OAB 3801/AM)
Gerberson Amazonas Tussolini (OAB 4991/AM)
Joziel Barros de Souza (OAB 11383/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)

3ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO JULIÃO LEMOS SOBRAL JÚNIOR
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RÚBIA MARA ÁVILA DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0063/2019

ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM), ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0200065-64.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Joel Viana Marinho - Alessandra Guimarães de Oliveira - Em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas ao M.P e à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: JOSÉ JÚLIO CÉSAR CORRÊA (OAB 7810/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM), ADV: WIRLENY BENEZAR FALCÃO (OAB 13837/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 924A/AM), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM), ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM), ADV: EDGAR DIAS FILHO (OAB 4788/AM), ADV: GLEN WILLDE DO LAGO FREITAS (OAB 4160/AM), ADV: ADEMAR FEITOZA RAMOS (OAB 1465/AM), ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM) - Processo 0206133-11.2008.8.04.0001 (001.08.206133-6) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas - AUTOR: C.G.P.M. - RÉU: Natanael Farias Freires - Silvia Maria Costa Ferreira - Hilton Valente - Vilson dos Santos Oliveira - Leandro Garcia Coelho - INDICIADO: Alexandre Batista de Oliveira e outro - RÉU: Robson de Souza Nunes - Francisco Carlos Costa da Silva - INDICIADO: Emilson Bonet de Oliveira e outro - RÉU: Peter Gabriel Santos de Souza - DENUNCIADO: Gleidson Tenório de Souza - RÉU: Alexandre Menêz da Silva - Fábio Olimpio Silva - Marivaldo Gomes Cordeiro - Braulino Melgueira da Silva - Vistos, etc. Prossiga-se com o feito, atentado-se para as deliberações de fl. 4794 e 4799. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM) - Processo 0208967-06.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Josinéia de Souza Ferreira - Gean Andrade Rodrigues - Em virtude do término

da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas ao M.P e à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: HERBERTH PINHEIRO MAIA (OAB 8676/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM) - Processo 0210503-57.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Paulo Silva Pirangi - Adriano de Oliveira Mendonça - Rayna Cristina Braga Carneiro - Weiber Lopes da Cunha - INDICIADA: Márcia Pimentel Mendonça - Vistos, etc. Ante o teor da certidão de fl. 550, paute-se audiência para a oitiva da testemunha Anderson de Almeida Maia, observando-se sua atual lotação. Demais diligências.

ADV: MAYANNE BRAZÃO DE LIMA (OAB 9808/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM), ADV: DANIEL DE LIMA CAVALCANTE (OAB 9070/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0211234-53.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Renan de Souza - Kettlen Dayana da Silva Dias Castro - Jardson Felix Souza de Almeida - remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, para apresentação das ALEGAÇÕES FINAIS, com relação a(o) réu/ré Renan de Souza,

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0214582-79.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Wellington Maciel Viana - remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, para apresentação das ALEGAÇÕES FINAIS, com relação a(o) réu/ré Wellington Maciel Viana,

ADV: EDSON BASTOS BESSA (OAB 6655/AM), ADV: ANDERSON KENNETH SANTOS BELFORT. (OAB 7591/AM) - Processo 0223430-16.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Patricia Militão Garcia - Pedro Paulo Militão Garcia - Julio Cesar Ramos - "Defiro como requer a Defesa, em respeito ao princípio da ampla defesa, abra-se o prazo de 05 cinco dias para a mesma fazer o pedido, após manifestação, conclusos, e em caso de não haver nenhum pedido nesse prazo, em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas ao M.P e à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes."

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0224318-24.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Silvane Cardoso da Costa - Anderson Leite Lima - de ordem do MM. Juiz, fica designado o dia 03/10/2019 às 11:40h para a realização da continuação da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM) - Processo 0225759-40.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Luiz Carlos Felipe Gonçalves - INDICIADO: Ruberlan Corrêa Batalha - Vistos, etc. Homologo a desistência da oitiva da testemunha (fl. 258). No mais, considerando-se o encerramento da instrução, vista ao Ministério Público para apresentação dos memoriais, no prazo de 5 (cinco) dias. Após, vista à Defesa, para apresentação dos memoriais, por igual prazo. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: JOANE MENEZES DO NASCIMENTO (OAB 9409/AM), ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM) - Processo 0226527-24.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Denis Tavares Frota - Vistos, etc. Atenda-se a promoção do Ministério Público de fl. 90. No mais, nova vista ao Parquet a fim de que se manifeste acerca do interesse na oitiva das demais testemunhas arroladas, sobretudo em razão da certidão de fl. 80. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM) - Processo 0226726-80.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcelo de Brito - remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, para apresentação das ALEGAÇÕES FINAIS, com relação a(o) réu/ré Marcelo de Brito,

ADV: PEDRO CELESTINO DA SILVA (OAB 9758/AM), ADV: JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM) - Processo 0227615-68.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Dimadson Pereira Diniz - fica redesignado o dia 30/10/2019 às 08:00h para a realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ALDENIRES SILVA OLIVEIRA DE SOUSA (OAB 8105/AM), ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM) - Processo 0230286-64.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Fábio Coelho Romão - "Em virtude do não comparecimento do réu Fábio Coelho Romão, DEFIRO a promoção ministerial. Dê-se vista destes autos à representante do Ministério Público. Após manifestação do MP, conclusos".

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: ESTHER MARIA ARAÚJO DE SOUSA (OAB 5639/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM) - Processo 0230688-53.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Maria Angela da Silva Barreto - Maria Manuela de Souza Freire - David Ribeiro Nogueira - Fabio Rocha Freire - INTSSADO: Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas - CONEN/SEJUS - Vistos, examinados e etc... Na forma da Portaria n. 04/2019 - VEP, expeça-se o respectivo mandado de prisão em desfavor da apenada Maria Manuela de Souza Freire para início do cumprimento da pena em regime semiaberto. Cumpra-se. Manaus, 23 de agosto de 2019.

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0233325-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gedeon Alves da Cunha - Vistos, etc. Convalido os atos até então praticados pelo Juízo da 2ª V.E.C.U.T.E. De outro lado, paute-se audiência de instrução e julgamento. Dê-se ciência ao Ministério Público. Demais diligências.

ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM) - Processo 0234067-55.2019.8.04.0001 (processo principal 0212538-87.2013.8.04.0001) - Alienação de Bens do Acusado - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTOR: Herivelton Fernandes Pimentel - Vistos, etc. Não obstante o pedido de fls. 1/11, trata-se de feito com trânsito em julgado, conforme se vê da ficha emitida às fls. 625/626 (autos principais em apenso). Destarte, não cabe a este Juízo analisar o pleito em questão, haja vista que exaurida a competência cognitiva. Ante o exposto, proceda-se com a baixa da presente demanda com as cautelas e registros de praxe. Cumpra-se.

ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM), ADV: ROSEMI FERREIRA DA SILVA (OAB 4983/AM), ADV: RODRIGO SILVA RIBEIRO (OAB 5204/AM) - Processo 0239473-67.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Anderson da Silva Pereira - Em virtude do término da instrução processual, e da ausência confirmada por pregão dos Advogados constituídos mediante Procuração, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas ao M.P e à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: SALIMA GORETH MENESCAL DE OLIVEIRA (OAB 7720/AM), ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0240924-25.2016.8.04.0001 - Ação Penal

- Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Thiago Façanha do Nascimento - Em virtude da ausência do acusado, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 26/03/2020 às 09:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0243147-87.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Francisco Carlos Paiva Pinho - Kelison Menezes da Silva - remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, para apresentação das ALEGAÇÕES FINAIS, com relação a(o) réu/ré Francisco Carlos Paiva Pinho,

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0244856-55.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Luiz Rickson de Brito Queiroz - Rafael Pavão Buzaglo - "Em virtude do não comparecimento da testemunha de acusação restante, Diglisson Augusto Leitão, DEFIRO a promoção ministerial. Dê-se vista destes autos à representante do Ministério Público. Após manifestação do MP, conclusos".

ADV: NILSON RIBEIRO (OAB 412/AM) - Processo 0245446-37.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0206667-76.2013.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: L.C.A. - R.S.D. - H.C.C. e outro - "Conforme reiterado pelo MP, acolho e homologo o requerimento ministerial de desistência da testemunha mencionada, assim como a aplicação do princípio disposto no art. 367, do CPP, ao acusado Leonardo da Costa Andrade. Em relação ao acusado Heliuton Cabral do Carmo, expeça-se Carta Precatória ao juízo de Mossoró/RN com a finalidade de realizar o interrogatório do mesmo, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias. Após o devido retorno da referida Carta Precatória, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências pertinentes".

ADV: GABRIEL EDUARDO DA SILVA MACHADO (OAB 13340/AM), ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM) - Processo 0246940-29.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Carliana Laranjeira Jardim - Suzana Oliveira de Souza - remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, para apresentação das ALEGAÇÕES FINAIS, com relação a(o) réu/ré Carliana Laranjeira Jardim,

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0248711-08.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Lucas Vinicius Nascimento - Saymon Lindon Ferreira de Souza - Defiro como requer o MP. Abra-se Vista destes autos ao representante do Ministério Público, após manifestação, voltem-me os autos conclusos. Em virtude da ausência dos acusados, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 10/03/2020 às 10:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes, principalmente acerca da verificação nos autos e no SAJ dos ENDEREÇOS dos acusados.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: KENNEDY PAZ TIRADENTES (OAB 7682/AM) - Processo 0253063-48.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Michel Teilor Santos dos Santos - Renan Alves Santos - Jailson Sena Alves - Vistos, etc. Diante do teor da certidão de fl. 565 e haja vista a inércia da parte, e nos termos do artigo 243, parágrafo único, da Constituição Federal Brasileira, todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados e no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão do crime de tráfico dessas substâncias. Dessarte, consoante norma acima transcrita e conforme o disposto no artigo 63 da Lei n.º 11.343/06, DECRETO O PERDIMENTO do telefone celular em referência em favor da União, por intermédio da FUNAD. Após, arquive-se. À Secretaria para providências.

ADV: ANA MARIA DA SILVA NORONHA (OAB 9569/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DE LIMA FILHO (OAB 10014/AM) - Processo 0601640-71.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas - RÉU: Daniel Pinheiro de Souza - INTSSADO: José Eduardo Gonzales Garcia - Em virtude da ausência das testemunhas de acusação, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 12/03/2020 às 11:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM) - Processo 0602168-71.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INVESTIGAD: Erinaldo Soares da Silva - INDICIADO: J.L.B.S. - remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, para apresentação de DEFESA PRÉVIA, com relação a(o) denunciado(a) José Lucas Batista da Silva

ADV: VANESSA INGLYD AZEVEDO GUIMAS (OAB 10800/AM), ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM) - Processo 0604362-15.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Alan Deon do Nascimento Barbosa - Em virtude da ausência das testemunhas de acusação, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 26/03/2020 às 10:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: ANDREZA SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9241/AM) - Processo 0610822-52.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Kleydson Moraes Crisóstomo - fica redesignado o dia 18/03/2020 às 10:30h para a realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: YANNE PINHEIRO TEIXEIRA (OAB 14312/AM) - Processo 0610984-42.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gileno da Silva e Silva - fica redesignado o dia 23/04/2020 às 09:00h para a realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: CHRISTIANE GREYCE MORAES DA SILVA MENDONÇA (OAB 12754/AM) - Processo 0611551-73.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Lucas de Castro Araujo - Vitor Patrick da Frota Maia - Vistos, etc. Homologo a desistência da testemunha (fl. 243). Pautе-se data para a continuação da audiência. Demais diligências.

ADV: CHRISTIANE GREYCE MORAES DA SILVA MENDONÇA (OAB 12754/AM) - Processo 0611551-73.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Lucas de Castro Araujo - Vitor Patrick da Frota Maia - conforme Despacho de fls. 245, fica designado o dia 15/10/2019 às 09:30h para a continuação da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO (OAB 4871/AM) - Processo 0612209-97.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Sidney Antônio Loureiro Araújo - Fábio Rodrigues Souza - Vistos, etc. Aguarde-se a realização da audiência de instrução e julgamento já designada.

ADV: OCIVAN SILVA DE SOUZA (OAB 9480/AM) - Processo 0613507-27.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Fabrício Camargo Trindade - Ante o exposto, indefiro o pedido formulado em favor de Fabrício Camargo Trindade. De outro lado, considerando-se o teor do ofício de fls. 291/293, torno sem efeito a determinação de condução coercitiva da testemunha e determino à Secretaria a adoção das medidas necessárias à sua requisição, atentando-se para a antecedência necessária para o encaminhamento do ofício. I.

ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM), ADV: JANDER RUBEM SOUZA DA ROCHA (OAB 7886/AM), ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM) - Processo 0613633-77.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Valdecir de Oliveira Santos - Willian Espindola dos Santos - "Encerrado os debates, com fundamento no disposto no art. 58 da Lei de Drogas, ordeno que voltem-me os autos conclusos para prolação da sentença no prazo de 10 (dez) dias. À Secretaria para as providências

pertinentes".

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0615163-19.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcos Ferreira da Silva Filho - Em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas ao M.P e à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM) - Processo 0615471-55.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gilberto Pinheiro Moriz - Paulo Henrique da Silva Souza - fica redesignado o dia 20/09/2019 às 09:00h para a realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: EDIERI MARIA MOUSINHO ABITBOL (OAB 7862/AM) - Processo 0616903-12.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ismael dos Santos Gama - Em virtude da ausência da testemunha de acusação restante, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 20/09/2019 às 09:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. Em relação à testemunha arrolada pela Defesa, intime-se conforme requerido neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: VALDY FIALHO DO NASCIMENTO JUNIOR (OAB 13393/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: VALDY FIALHO DO NASCIMENTO JUNIOR (OAB 13393/AM) - Processo 0619909-61.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Paulo Henrique da Silva Teles - A Ilustre Representante do Ministério Público, requereu o prosseguimento do Feito nos termos do art. 367 do CPP. Razão assiste o Ilustre representante do Parquet, uma vez que o réu Paulo Henrique da Silva Teles encontra-se me local incerto e não sabido. Assim, nos termos do 367 do CPP, determino que os presentes autos prossigam sem a presença do réu, estando o mesmo representado pelo Dr. Leandro Rebelo de Paula, OAB/AM 11851, nomeado para o ato. Prossiga-se com audiência de instrução e julgamento. Na oportunidade, em razão de sua revelia, nomeio a Defensoria Pública a assumir a causa em favor do acusado. No mais, em virtude da ausência da testemunha de acusação restante, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 06/05/2020 às 10:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: JOSÉ LÚCIO CARNEIRO VIEIRA (OAB 10888/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA JÚNIOR (OAB 9004/AM) - Processo 0621521-68.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Caio Ferreira Pereira - Em virtude da ausência da testemunha de acusação restante, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 05/05/2020 às 10:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. Na oportunidade, em razão de o réu não possuir advogado constituído ou condições financeiras para custear o patrocínio de um advogado particular, nomeio a Defensoria Pública para assumir esta causa. Em relação ao pedido da Defesa realizado neste ato, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: NORMA BARROSO DE FREITAS (OAB 5771/AM) - Processo 0622515-28.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jefferson Ferreira Silva - fica redesignado o dia 20/09/2019 às 11:00h para a realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: JOSÉ RICARDO ALVES GONÇALVES (OAB 12097/AM), ADV: TALLES DE CASTRO PEREIRA (OAB 12094/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0623497-76.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Henrique Reis da Silva - Anderson da Silva Paes - Vistos, examinados e etc... Na forma da Portaria n. 04/2019 - VEP, expeça-se o respectivo mandado de prisão em desfavor do apenado Henrique Reis da Silva para início do cumprimento da pena em regime fechado. Cumpra-se. Manaus, 23 de agosto de 2019.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM) - Processo 0625495-45.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Victor Manoel Rebelo dos Santos - "Em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas à Defesa, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos, no prazo de 05 (cinco) dias ".

ADV: JOSAFÁ FERNANDES DE MELO (OAB 9525/AM) - Processo 0627869-34.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gerlan de Oliveira Bindá - Amilton Dos Santos Marques - Destarte, RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. Em cumprimento às regras do art. 56 da Lei n.º 11.343/2006, designo o dia 15/10/2019 às 11:30h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intimem-se o Ministério Público e a Defesa. Requisite-se a apresentação dos réus e das testemunhas arroladas pela acusação. Cientifique-se a Defesa que as testemunhas eventualmente arroladas na defesa preliminar deverão ser trazidas à audiência independente de intimação.

ADV: KAIO KLINGER VIANA DO NASCIMENTO (OAB 12185/AM) - Processo 0628612-44.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Cristiano Brasil Albuquerque - Em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: DAIANA KELLY BANDEIRA SPENER (OAB 13366/AM), ADV: RAFAELA ROCHA BEZERRA (OAB 12824/AM) - Processo 0628864-47.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Alessandro da Costa Protazio - Vistos, etc. Oficie-se ao local onde o réu encontra-se custodiado, a fim de que seja informado a este Juízo, no prazo de 48 horas, o estado de saúde do requerente, bem como se a unidade tem condições de atender o enfermo satisfatoriamente.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: WALDEMIRA RODRIGUES MATOS (OAB 9750/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: SAMUEL T. FURTADO MONTEIRO (OAB 13377/AM), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: KALEL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM) - Processo 0634987-61.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ramon da Silva Maciel - Adriano Cunha de Sousa - Anderley Arruda Queiroz - Vistos, etc. Reitere-se. Após, voltem conclusos.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM), ADV: LUANDERSON LUIZ RAMOS PEREIRA (OAB 12499/AM) - Processo 0635544-48.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Marcos Andrey Costa Cruz - Ao compulsar melhor os autos, observo que, no que tange ao pleito de fls. 80-82, o requerente requereu a restituição dos bens apreendidos às fls. 05, contudo não houve comprovação de propriedade, bem assim às fls. 05 há manifestação do próprio aduzindo que o dinheiro apreendido não lhe pertence. Assim, o mais sensato, neste momento processual, é indeferir o requerimento defensivo de fls. 80-82 por haver dúvidas concretas sobre o direito do reclamante, conforme artigos 118 e 120 do Código de Processo Penal, ao passo que, por via de consequência, torno sem efeito o despacho de fls. 83 e demais

deliberações no mesmo sentido. Considerando que o requerente já possui patronos constituídos nos autos, conforme se observa da juntada de procuração de fls. 72, intimem-se os causídicos para, mediante comprovação efetiva da propriedade, querendo, restituir os bens apreendidos no prazo de 05 (cinco) dias. Todavia, em caso de inércia, desde já decreto o perdimento das coisas em favor da União.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM) - Processo 0636809-85.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Romulo Garcia Rodrigues - Vando Emerson Garcia de Souza - Vistos, examinados e etc... Ao compulsar os presentes autos, verifico a existência de erro material no que tange à qualificação do Denunciado Wando Garcia Rodrigues (fls. 73/78), uma vez que apenas constam nos autos informações referentes a Vando Emerson Garcia de Souza (fl.14). Diante de tais inconsistências, dê-se vista dos autos ao órgão do Ministério Público para que se manifeste acerca de eventual aditamento do polo passivo da presente Ação Penal. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA VIANA (OAB 5750/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: THIAGO HENRIQUE ANDRADE MARQUES (OAB 14585/AM) - Processo 0637338-07.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Amilton Santos Gomes - Werveton Costa Serra - Ante o exposto, observo que continuam presentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva e, portanto, indefiro o pedido formulado em favor de Amilton Santos Gomes. I.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0637746-95.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: D.A.N. - Vistos, etc. Prossiga-se com o feito.

ADV: ANDRÉ RICARDO DE ARAÚJO SANTIAGO (OAB 11875/AM) - Processo 0638359-18.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Daniel Fonseca Couto - DESPACHO Não conheço do pleito defensivo de fls. 76/77, eis que a competência para apreciar e julgar o mérito da questão é do Juízo de Execuções, na forma da Legislação Vigente. Intime-se. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: WILSON RUBEN DA SILVA MACIEL (OAB 10782/AM), ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM) - Processo 0639575-82.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rafael Moraes da Rocha - Em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas ao M.P e à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO (OAB 479A/AM), ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM) - Processo 0639733-06.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Simone Filgueiras de Souza - Desta forma, em conformidade com a orientação jurisprudencial acima delineada, INDEFIRO a substituição da prisão preventiva por domiciliar, visto que as peculiaridades do caso confirmam a evidente e imperiosa necessidade da prisão. I.

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM), ADV: JOSÉ RICARDO ALVES GONÇALVES (OAB 12097/AM) - Processo 0641510-89.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Anderson Castro da Costa - Vistos, etc. Haja vista o oferecimento da denúncia pelo Órgão Ministerial, notifique(m)-se pessoalmente Anderson Castro da Costa via carta, mandado e, por último edital, para que apresente(m) defesa prévia nos autos, com o auxílio de um advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 55 da Lei n.º 11.343/06. Caso já haja advogado(s) constituído(s) no feito, notifique(m)-se também o(s) patrono(s) do(s) denunciado(s), via DJe, para que apresente a referida peça no prazo mencionado. Por outro lado, em caso de alegação de hipossuficiência por parte do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo para que assuma o patrocínio da causa, conforme solicitado. Noutro giro, uma vez notificado(s) e escoado o prazo sem a juntada de procuração ou sem manifestação do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo, quem, nesta hipótese, nomeio para apresentar defesa prévia nos termos do artigo 55, § 3º da Lei n.º 11.343/06. Por fim, restando infrutíferas as tentativas de notificação e sendo incerta ou não sabida a localização do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, abra-se vista dos autos ao Ministério Público para requerer o que lhe aprouver no caso. Deixo para apreciar eventuais pedidos de liberdade provisória, revogação de prisão preventiva ou aplicação de medida diversa da prisão pendentes de análise após a juntada da defesa prévia. Juntada a defesa prévia, voltem conclusos.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM) - Processo 0642009-73.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Paulo Pantoja de Lima - Vistos, etc. Haja vista o oferecimento da denúncia pelo Órgão Ministerial, notifique(m)-se pessoalmente Paulo Pantoja de Lima via carta, mandado e, por último edital, para que apresente(m) defesa prévia nos autos, com o auxílio de um advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 55 da Lei n.º 11.343/06. Caso já haja advogado(s) constituído(s) no feito, notifique(m)-se também o(s) patrono(s) do(s) denunciado(s), via DJe, para que apresente a referida peça no prazo mencionado. Por outro lado, em caso de alegação de hipossuficiência por parte do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo para que assuma o patrocínio da causa, conforme solicitado. Noutro giro, uma vez notificado(s) e escoado o prazo sem a juntada de procuração ou sem manifestação do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo, quem, nesta hipótese, nomeio para apresentar defesa prévia nos termos do artigo 55, § 3º da Lei n.º 11.343/06. Por fim, restando infrutíferas as tentativas de notificação e sendo incerta ou não sabida a localização do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, abra-se vista dos autos ao Ministério Público para requerer o que lhe aprouver no caso. Deixo para apreciar eventuais pedidos de liberdade provisória, revogação de prisão preventiva ou aplicação de medida diversa da prisão pendentes de análise após a juntada da defesa prévia. Juntada a defesa prévia, voltem conclusos.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM), ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM) - Processo 0642031-05.2017.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Elves Eguerton Barros das Neves e outro - Em virtude da ausência das testemunhas de acusação, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 30/03/2020 às 09:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: JORGE HENRIQUE GONZAGA DIAS JÚNIOR (OAB 9953/AM), ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM) - Processo 0642260-91.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Einstem Augusto Rodrigo de Alencar Junior - Igor Silva de Oliveira Travassos - Franciney Pedro dos Santos Costa - Laurency George Barros de Aquino - Alexandre de Araújo Cavalcante - Isto posto, determino o arquivamento desta demanda em relação a Franciney Pedro dos Santos Costa, Laurency George Barros de Aquino, Alexandre de Araújo Cavalcante e Einstem Augusto Rodrigo de Alencar Júnior, mediante baixa na distribuição, com as cautelas

do artigo 28 e ressalvando-se o disposto no artigo 18, ambos do Código de Processo Penal.

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: JORGE HENRIQUE GONZAGA DIAS JÚNIOR (OAB 9953/AM), ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0642260-91.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Einstem Augusto Rodrigo de Alencar Junior - Igor Silva de Oliveira Travassos - Franciney Pedro dos Santos Costa - Laurency George Barros de Aquino - Alexandre de Araújo Cavalcante - Vistos, etc. Haja vista o oferecimento da denúncia pelo Órgão Ministerial, notifique(m)-se pessoalmente Igor Silva de Oliveira Travassos via carta, mandado e, por último edital, para que apresente(m) defesa prévia nos autos, com o auxílio de um advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 55 da Lei n.º 11.343/06. Caso já haja advogado(s) constituído(s) no feito, notifique(m)-se também o(s) patrono(s) do(s) denunciado(s), via DJe, para que apresente a referida peça no prazo mencionado. Por outro lado, em caso de alegação de hipossuficiência por parte do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo para que assuma o patrocínio da causa, conforme solicitado. Noutro giro, uma vez notificado(s) e escoado o prazo sem a juntada de procuração ou sem manifestação do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo, quem, nesta hipótese, nomeio para apresentar defesa prévia nos termos do artigo 55, § 3º da Lei n.º 11.343/06. Por fim, restando infrutíferas as tentativas de notificação e sendo incerta ou não sabida a localização do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, abra-se vista dos autos ao Ministério Público para requerer o que lhe aprouver no caso. Deixo para apreciar eventuais pedidos de liberdade provisória, revogação de prisão preventiva ou aplicação de medida diversa da prisão pendentes de análise após a juntada da defesa prévia. Juntada a defesa prévia, voltem conclusos. Por fim, considerando-se que o Ministério Público entendeu como não demonstrada a relação do crime de tráfico com o armamento apreendido, determino extração de cópia dos autos, a fim de que seja distribuído a uma da Varas Criminais, para análise da conduta prevista na Lei 10.826/03, bem como dos pedidos de liberdade provisória de fls. 180/221 e 222/237, uma vez que os respectivos requerentes não foram denunciados neste processo, devendo permanecerem segregados até deliberação do Juízo competente.

ADV: SÉRGIO SAMARONE DE SOUZA GOMES (OAB A1092/AM) - Processo 0643290-64.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: O Estado - INDICIADO: Franck Mendes Siqueira - Vistos. Auto de prisão em flagrante recebido do Plantão Judicial, devidamente homologado e concedida a liberdade provisória cumulada com medidas cautelares diversas da prisão. Aguarde-se a chegada do Inquérito Policial. Após, junte-se e dê-se vista ao Ministério Público, na forma do artigo 54 da Lei n.º 11.343/06. Na oportunidade, em obediência ao que dispõe o artigo 50, § 3º da Lei n.º 11.343/06, certifico a regularidade formal do laudo de exame em substância ao tempo em que DETERMINO a destruição das drogas apreendidas, devendo ser reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova. Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: YANNE PINHEIRO TEIXEIRA (OAB 14312/AM), ADV: FERNANDA LAYZE COSTA VIANA (OAB 14338/AM) - Processo 0643537-45.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Matheus Fernando Delgado de Sousa - Endrew da Rocha Pessoa - Vistos, etc. Haja vista o oferecimento da denúncia pelo Órgão Ministerial, notifique(m)-se pessoalmente Endrew da Rocha Pessoa e Matheus Fernando Delgado de Sousa via carta, mandado e, por último edital, para que apresente(m) defesa prévia nos autos, com o auxílio de um advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 55 da Lei n.º 11.343/06. Caso já haja advogado(s) constituído(s) no feito, notifique(m)-se também o(s) patrono(s) do(s) denunciado(s), via DJe, para que apresente a referida peça no prazo mencionado. Por outro lado, em caso de alegação de hipossuficiência por parte do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo para que assuma o patrocínio da causa, conforme solicitado. Noutro giro, uma vez notificado(s) e escoado o prazo sem a juntada de procuração ou sem manifestação do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo, quem, nesta hipótese, nomeio para apresentar defesa prévia nos termos do artigo 55, § 3º da Lei n.º 11.343/06. Por fim, restando infrutíferas as tentativas de notificação e sendo incerta ou não sabida a localização do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, abra-se vista dos autos ao Ministério Público para requerer o que lhe aprouver no caso. Deixo para apreciar eventuais pedidos de liberdade provisória, revogação de prisão preventiva ou aplicação de medida diversa da prisão pendentes de análise após a juntada da defesa prévia. Juntada a defesa prévia, voltem conclusos.

ADV: ELDILEIA SENA DE OLIVEIRA (OAB 12339/AM), ADV: FRANCIANE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 6934/AM), ADV: ANA MARIA ALBUQUERQUE DE BARROS (OAB 12277/AM) - Processo 0643553-67.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADA: Julia Freitas Pontes - RÉU: Cleverton Freitas Pontes - Vistos, etc. Homologo a desistência manifestada pelo Ministério Público (fl. 260). No mais, aguarde-se a realização da audiência já designada.

ADV: JAIR FERREIRA RODRIGUES (OAB 1275/AM) - Processo 0643636-15.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: Estado - INDICIADO: Douglas Lima Cunha - Vistos. Auto de prisão em flagrante recebido do Plantão Judicial, devidamente homologado e convertida a prisão em flagrante em prisão preventiva. Aguarde-se a chegada do Inquérito Policial. Após, junte-se e dê-se vista ao Ministério Público, na forma do artigo 54 da Lei n.º 11.343/06. Na oportunidade, em obediência ao que dispõe o artigo 50, § 3º da Lei n.º 11.343/06, certifico a regularidade formal do laudo de exame em substância ao tempo em que DETERMINO a destruição das drogas apreendidas, devendo ser reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova. Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM) - Processo 0644018-08.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: Sociedade - INDICIADO: Gabriel Silva dos Santos - Vistos. Auto de prisão em flagrante recebido do Plantão Judicial, devidamente homologado e convertida a prisão em flagrante em prisão preventiva. Aguarde-se a chegada do Inquérito Policial. Após, junte-se e dê-se vista ao Ministério Público, na forma do artigo 54 da Lei n.º 11.343/06. Na oportunidade, em obediência ao que dispõe o artigo 50, § 3º da Lei n.º 11.343/06, certifico a regularidade formal do laudo de exame em substância ao tempo em que DETERMINO a destruição das drogas apreendidas, devendo ser reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova. Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Por fim, determino à Secretaria da Vara que envie os arquivos audiovisuais colhidos em audiência de custódia à PROCEAP, ante a alegação do flagranteado de ter sofrido agressões físicas por parte da autoridade policial. Caso o vídeo não se encontre acostado nos autos, junto ao termo de audiência, ou ainda não tenham sido remetidos pelo juízo plantonista, oficie-se à Secretaria de Audiências de Custódia para que proceda ao envio do arquivo audiovisual à PROCEAP. Salienta-se que, tal medida se impõe, posto que os referidos arquivos, quando não juntados aos autos, ficam armazenados nos computadores do Plantão Judicial, sob gerência da Secretaria de Audiências de Custódia. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0650797-13.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rafael Geissler Ferreira - Vistos, etc. Acolho a justificativa constante no Ofício de fl. 148 e, portanto, torno sem efeito a determinação de apuração de ato de insubordinação das testemunhas ausentes. No mais, atente-se para a antecedência necessária à emissão dos ofícios de

requisição de testemunhas. Por fim, expeça-se o alvará de soltura conforme determinado no termo de à fl. 145. Demais diligências.

ADV: RUBEMAR ROCHA DE LUCENA (OAB 11448/AM) - Processo 0654936-08.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Felipe Marques do Carmo - José Weliton Lisboa de Oliveira - remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, para apresentação das ALEGAÇÕES FINAIS, com relação a(o) réu/ré Felipe Marques do Carmo,

ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM), ADV: LUCAS OBANDO DE OLIVEIRA (OAB 11198/AM) - Processo 0656739-26.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Roberto Carlos Curico Olimar - Flávio Augusto Rodrigo dos Santos Zaguri - Vistos, etc. Acautelo-me a decidir o pedido de fls. 270/277, quando da realização da audiência já designada.

ADV: ÉDER ODILON DE SOUZA BELÉM (OAB 12486/AM) - Processo 0660033-86.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rafael Eskovisk Figueiredo de Souza - Vistos, etc. Considerando-se que a resposta do ofício de fl. 159 se efetivará com a apresentação das testemunhas em audiência, dê-se nova vista ao Ministério Público, a fim de que se manifeste quanto ao pedido de fl. 141/155. Após, voltem conclusos.

Ademar Feitoza Ramos (OAB 1465/AM)
Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aldenires Silva Oliveira de Sousa (OAB 8105/AM)
Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Ana Maria Albuquerque de Barros (OAB 12277/AM)
Ana Maria da Silva Noronha (OAB 9569/AM)
Anderson Kenneth Santos Belfort. (OAB 7591/AM)
André Ricardo de Araújo Santiago (OAB 11875/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andreza Silva de Oliveira (OAB 9241/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Braz de Lima Filho (OAB 10014/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 924A/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Antônio José Barbosa Viana (OAB 5750/AM)
Belmiro Gonçalves Vianez Neto (OAB 6846/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva Júnior (OAB 9004/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Christiane Greyce Moraes da Silva Mendonça (OAB 12754/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Daiana Kelly Bandeira Spener (OAB 13366/AM)
Daniel de Lima Cavalcante (OAB 9070/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Éder Odilon de Souza Belém (OAB 12486/AM)
Edgar Dias Filho (OAB 4788/AM)
Edieri Maria Mousinho Abitbol (OAB 7862/AM)
Edson Bastos Bessa (OAB 6655/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Eldileia Sena de Oliveira (OAB 12339/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Esther Maria Araújo de Sousa (OAB 5639/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Fernanda Layze Costa Viana (OAB 14338/AM)
Franciane Monteiro Cavalcante (OAB 6934/AM)
Gabriel Eduardo da Silva Machado (OAB 13340/AM)
Glen Willde do Lago Freitas (OAB 4160/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Herberth Pinheiro Maia (OAB 8676/AM)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Jair Ferreira Rodrigues (OAB 1275/AM)
JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Jander Rubem Souza da Rocha (OAB 7886/AM)
Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira (OAB 8383/AM)
Joane Menezes do Nascimento (OAB 9409/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jorge Henrique Gonzaga Dias Júnior (OAB 9953/AM)
Josafá Fernandes de Melo (OAB 9525/AM)
José Bezerra de Araújo (OAB 4871/AM)
José Júlio César Corrêa (OAB 7810/AM)
José Lúcio Carneiro Vieira (OAB 10888/AM)
José Ricardo Alves Gonçalves (OAB 12097/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Kaio Klinger Viana do Nascimento (OAB 12185/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Kennedy Paz Tiradentes (OAB 7682/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Laila Jéssica Alencar Costa e Silva (OAB 9572/AM)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Luanderson Luiz Ramos Pereira (OAB 12499/AM)
Lucas Obando de Oliveira (OAB 11198/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Marleide Saraiva do Amaral (OAB 6167/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Mayanne Brazão de Lima (OAB 9808/AM)
Muller Henrique Pessoa (OAB 8124/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Nilson Ribeiro (OAB 412/AM)
Norma Barroso de Freitas (OAB 5771/AM)
OCIVAN SILVA DE SOUZA (OAB 9480/AM)
Paulo José Pereira Trindade Júnior (OAB 4992/AM)
Pedro Celestino da Silva (OAB 9758/AM)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)
Rafaela Rocha Bezerra (OAB 12824/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Rodrigo Silva Ribeiro (OAB 5204/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Rosemi Ferreira da Silva (OAB 4983/AM)
Rubemar Rocha de Lucena (OAB 11448/AM)
Salima Goreth Menescal de Oliveira (OAB 7720/AM)
Samuel T. Furtado Monteiro (OAB 13377/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Sérgio Samarone de Souza Gomes (OAB A1092/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Talles de Castro Pereira (OAB 12094/AM)
Tereza Carmo de Castro (OAB 479A/AM)
Thiago Henrique Andrade Marques (OAB 14585/AM)
Valdy Fialho do Nascimento Junior (OAB 13393/AM)
Vanessa Inglyd Azevedo Guimas (OAB 10800/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)
Waldemira Rodrigues Matos (OAB 9750/AM)
Wilson Ruben da Silva Maciel (OAB 10782/AM)
Wirleny Benezar Falcão (OAB 13837/AM)
Wirley Benezar Falcao (OAB 12792/AM)
Yanne Pinheiro Teixeira (OAB 14312/AM)
Zacarias Santos de Souza (OAB 7531/AM)

EDITAL DE CORREIÇÃO Nº 001/2019 3ª VECUTE

O(A) Excelentíssimo(a) Dr. Julião Lemos Sobral Júnior, Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, no uso de suas atribuições legais...

Considerando os termos do Provimento n° 241/2015 CGJ/AM;

Considerando que o prazo para realização dos trabalhos deverá ser definido até o último dia útil do mês de novembro de cada de ano;

Considerando que as atividades forenses poderão sofrer prejuízos com relação a sua execução;

Considerando a necessidade de esclarecer aos jurisdicionados, aos advogados, a Defensoria Pública e ao Ministério Público;

Considerando que os trabalhos de correição devem contar com a colaboração de todos os servidores da Vara;

RESOLVE:

I - CIENTIFICAR que no período de 09 a 13/09/2019 as atividades normais serão preteridas às atividades correicionais, resguardando-se os prazos processuais e os casos que demandem atendimento urgente, sendo presididas pelo Juiz titular, bem como pela Dra. Roseane do Vale Cavalcante Jacinto, Juíza cumulando as atividades nesta vara;

II - NOMEAR para secretariar os trabalhos Rúbia Mara Ávila da Silva, Diretora de Secretaria, sendo auxiliada por Joshua Moreira de Menezes, Assistente de Diretora, Phillip Cavalcante do Carmo, Assessor Jurídico, Lierce Lira da Silva, analista judiciário, Dinah Costa Viana e Maidson Oliveira dos Santos, assistentes judiciários, Victoria Francisca Campelo Cavalcante e Renan Marques Crespo, auxiliares judiciários.

III - DETERMINAR à Senhora Diretora que:

a) publique o presente Edital no átrio do Fórum Ministro Henoch Reis, no local de costume;

b) ao final dos trabalhos correicionais, no prazo de 10 (dez) dias, apresente relatório circunstanciado, relatando necessariamente o disposto no Art. 3º, incisos I, II, III, V e VI do provimento nº 241/2015 CGJ/AM.

E para que se não alegue ignorância, foi determinada a publicação do presente EDITAL, para fiel cumprimento da disciplina do art. 2°, parágrafo único, do referido Provimento.

Cumpra-se.

Manaus, 15 de agosto de 2019.

JULIÃO LEMOS SOBRAL JÚNIOR
Juiz de Direito

4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0227/2019

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0212986-26.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Elenilson Soares da Silva e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito Rafael Rodrigo da Silva Raposo, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 04/09/2019 às 13:15h.

ADV: SÍLVIA LUIZA BARROSO (OAB 6110/AM), ADV: MARCOS HENRIQUE LINS BENTES (OAB 10260/AM), ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM), ADV: SHYRLEY CASTELO BRANCO MONTEIRO (OAB 2030/AM) - Processo 0216104-73.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - ACUSADO: GEONE SARAIVA DA SILVA - DENUNCIADO: Iwilson Santos da Silva - Processo em ordem, com audiência de instrução e julgamento pautada para 09/09/2019 às 10:00h.

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0221254-69.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Brenda Machado da Silva e outro - Processo em ordem, com audiência de instrução e julgamento pautada para 09/09/2019 às 10:30h.

ADV: PAULA ALINE ASSUNÇÃO CRUZ (OAB 12718/AM) - Processo 0255296-47.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: FERNANDO FERREIRA PROTAZIO - Processo em ordem, com audiência de instrução e julgamento pautada para 09/09/2019 às 09:30h.

Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Marcos Henrique Lins Bentes (OAB 10260/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
Paula Aline Assunção Cruz (OAB 12718/AM)
Shyrley Castelo Branco Monteiro (OAB 2030/AM)
Sílvia Luiza Barroso (OAB 6110/AM)

1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA CHACON DE OLIVEIRA LOUREIRO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JULIANA DO VALLE CORREIA LIMA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0130/2019

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo 0334787-50.2007.8.04.0001 (001.07.334787-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: J.C. - ADV.: Eguinaldo Gonçalves de Moura OAB 3761/AM - OAB. Adv. da Parte Ativa: Jaime de Carvalho. Processo n.º: 0334787-50.2007.8.04.0001. Réu: Jaime de Carvalho. Finalidade: Comparecimento à Audiência de Instrução e Julgamento, pautada para o dia 07/10/2019 às 11:30h. Observação: Processo em Segredo de Justiça por força do disposto no Art. 234-B do Código Penal Brasileiro.

Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)

2ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0169/2019

ADV: RODRIGO SILVA RIBEIRO (OAB 5204/AM) - Processo 0026082-73.2006.8.04.0001 (001.06.026082-4) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: J.D.S. - 3. DISPOSITIVO Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na Denúncia, para CONDENAR o Réu Jonas Daniel da Silva pela prática de estupro com presunção de violência pela idade da Vítima, tipificado no art. 213 c/c art. 224 “a” do Código Penal (com redação vigente á época dos fatos) em continuidade delitiva, nos termos do art. 71, parágrafo único, do mesmo Códex.

ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0223932-91.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: J.M.B.S. - Forte nesses

argumentos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na Denúncia para condenar o Réu João Mário Barros da Silva, como incurso nas penas dos artigos 217-A e 213, §1º, c/c art. 71, todos do Código Penal.

ADV: EDMILSON FREITAS MESQUITA (OAB 10115/AM) - Processo 0602526-36.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: M.B.P. - Em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018, publicada em 04.10.2018, da MMª. Juíza de Direito Titular deste Juízo, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Procedo à intimação da defesa, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente os memoriais escritos, nos termos do art. 403, § 3º do CPP.

Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)

Edmilson Freitas Mesquita (OAB 10115/AM)

Rodrigo Silva Ribeiro (OAB 5204/AM)

VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES DE TRÂNSITO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DE CRIMES DE TRÂNSITO

JUIZ(A) DE DIREITO YURI CAMINHA JORGE

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DANIEL KLEBER SANTOS DE FREITAS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0066/2019

ADV: AMILCAR DOS SANTOS PINHEIRO FILHO (OAB 538/AM), ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA MONTENEGRO (OAB 3759/AM) - Processo 0207587-45.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Silvio Rodrigues da Silva - CERTIFICO para os devidos fins que a Audiência de Instrução e Julgamento relativa ao procedimento em epígrafe foi pautada para o dia 14/10/2019, às 09:15h. Os atos intimatórios serão expedidos oportunamente. É o que me cumpre certificar.

ADV: ULYSSES SILVA FALCÃO (OAB 3924/AM) - Processo 0225589-97.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - AUTORFATO: Valdenir da Silva Soares - EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS O MM. Juiz Substituto de Carreira, Dr. Yuri Caminha Jorge, da Vara Especializada em Crimes de Trânsito da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... FAZ SABER a todos que do presente Edital de Citação virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo tramitam os autos de AÇÃO PENAL PROCESSO n.º 0225589-97.2015.8.04.0001, movido pelo Ministério Público contra o Acusado VALDENIR DA SILVA SOARES, Brasileiro(a), Solteiro, Autônomo, RG 13475991, CPF 006.886.407-88, pai WALTER SOARES, mãe MARIA JOSÉ DA SILVA SOARES, Nascido/Nascida 02/07/1970, natural de Rio de Janeiro - RJ, com endereço à Rua Adolpho Lisboa, 29, Rio Preto da Eva, Monte Castelo, Rio Preto da Eva - AM, atualmente em lugar incerto e não sabido, pela suposta prática de fato tipificado como crime. Tendo em vista a impossibilidade de localização do acusado, procede-se à expedição do presente edital, objetivando proceder à CITAÇÃO do acusado para comparecer, dentro de 10 (dez) dias, à sede deste juízo, situado no Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho (Av. Paraíba), s/n.º, 2.º andar, Setor 4, Bairro São Francisco, Manaus/AM, no horário de expediente (08h00 às 14h00 dos dias úteis), para se manifestar sobre PROPOSTA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO a ser oferecida pelo Ministério Público. Não comparecendo o acusado, nem constituindo advogado, no PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, contados do dia subsequente ao fim do prazo de publicação do presente edital (vide acima), proceder-se-á conforme o art. 366 do CPP, suspendendo-se o curso do processo e do prazo prescricional, bem assim podendo ser decretada a prisão preventiva. O presente Edital será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Fabricio Paulo Pereira Itapirema, Assistente Judiciário, digitei e assinei.

ADV: ULYSSES SILVA FALCÃO (OAB 3924/AM) - Processo 0600237-33.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Paulo Cesar da Rocha Freire - EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS O MM. Juiz Substituto de Carreira Dr. Yuri Caminha Jorge, da Vara Especializada em Crimes de Trânsito da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... FAZ SABER a todos que do presente Edital de Citação virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo tramitam os autos de AÇÃO PENAL PROCESSO n.º 0600237-33.2019.8.04.0001, movido pelo Ministério Público contra o Acusado PAULO CESAR DA ROCHA FREIRE, Brasileiro(a), Casado, Autônomo, RG 903920, CPF 383.991.482-53, pai PAULO HENRIQUE LOPES FREIR, mãe MARIA CECILIA DA ROCHA FREIRE, Nascido/Nascida 19/02/1970, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Dona Libânia, 231, Ed. Ângela - Ap. 201, Centro, CEP 69000-000, Manaus - AM, atualmente em lugar incerto e não sabido, pela suposta prática de fato tipificado como crime. Tendo em vista a impossibilidade de localização do acusado, procede-se à expedição do presente edital, objetivando proceder à CITAÇÃO do acusado para comparecer, dentro de 10 (dez) dias, à sede deste juízo, situado no Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho (Av. Paraíba), s/n.º, 2.º andar, Setor 4, Bairro São Francisco, Manaus/AM, no horário de expediente (08h00 às 14h00 dos dias úteis), para se manifestar sobre PROPOSTA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO a ser oferecida pelo Ministério Público. Não comparecendo o acusado, nem constituindo advogado, no PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, contados do dia subsequente ao fim do prazo de publicação do presente edital (vide acima), proceder-se-á conforme o art. 366 do CPP, suspendendo-se o curso do processo e do prazo prescricional, bem assim podendo ser decretada a prisão preventiva. O presente Edital será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Fabricio Paulo Pereira Itapirema, Assistente Judiciário, digitei e assinei.

ADV: ULYSSES SILVA FALCÃO (OAB 3924/AM) - Processo 0606204-70.2017.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - RÉU: Lincon Silva de Souza - O MM. Juiz Substituto de Carreira Dr. Yuri Caminha Jorge, da Vara Especializada em Crimes de Trânsito da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... FAZ SABER a todos que do presente Edital de Citação virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo tramitam os autos de AÇÃO PENAL PROCESSO n.º 0606204-70.2017.8.04.0020, movido pelo Ministério Público contra o Acusado LINCON SILVA DE SOUZA, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 3063543-8, pai DOUGLAS MARQUES DE SOUZA, mãe MARIA AUXILIADORA CORTEZ DA SILVA, Nascido/Nascida 07/04/1997, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua 03, 23, São José 03, CEP 69000-000, Manaus - AM, atualmente em lugar incerto e não sabido, pela suposta prática de fato tipificado como crime. Tendo em vista a impossibilidade de localização do acusado, procede-se à expedição do presente edital, objetivando proceder à CITAÇÃO do acusado para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta à acusação, nos termos dos artigos 361, 363 e 396, todos do CPP. Não comparecendo o acusado na sede deste Juízo , situado no Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho (Av. Paraíba), s/n.º, 2.º andar, Setor 4, Bairro São Francisco, Manaus/AM, no horário de expediente (08h00 às 14h00 dos dias úteis), e nem oferecendo resposta à acusação, no PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, contados do dia subsequente ao fim do prazo de publicação do presente edital (vide acima), proceder-se-á conforme o art. 366 do CPP, suspendendo-se o curso do processo e do prazo prescricional, bem assim podendo ser decretada a prisão preventiva. O presente Edital será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, 26 de agosto de 2019. Eu, Fabricio Paulo Pereira Itapirema, Assistente Judiciário, digitei.

ADV: ULYSSES SILVA FALCÃO (OAB 3924/AM) - Processo 0606380-38.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito - VÍTIMAFATO: O Estado - ACUSADO: Henrique Ferreira Pena Filho - EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS O MM. Juiz Substituto de Carreira Dr. Yuri Caminha Jorge, da Vara Especializada em Crimes de Trânsito da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... FAZ SABER a todos que do presente Edital de Citação virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo tramitam os autos de AÇÃO PENAL PROCESSO n.º 0606380-38.2019.8.04.0001, movido pelo Ministério Público contra o Acusado HENRIQUE FERREIRA PENA FILHO, Brasileiro(a), Solteiro, Porteiro, RG 01512550-2, CPF 152.311.602-10, pai Henrique Ferreira Pena, mãe Neuza de Oliveira Pena, Nascido/Nascida 27/11/1960, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Alecrinzeiro, 13, Campos Sales, Tarumã, CEP 69000-000, Manaus - AM, atualmente em lugar incerto e não sabido, pela suposta prática de fato tipificado como crime. Tendo em vista a impossibilidade de localização do acusado, procede-se à expedição do presente edital, objetivando proceder à CITAÇÃO do acusado para comparecer, dentro de 10 (dez) dias, à sede deste juízo, situado no Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho (Av. Paraíba), s/n.º, 2.º andar, Setor 4, Bairro São Francisco, Manaus/AM, no horário de expediente (08h00 às 14h00 dos dias úteis), para se manifestar sobre PROPOSTA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO a ser oferecida pelo Ministério Público. Não comparecendo o acusado, nem constituindo advogado, no PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, contados do dia subsequente ao fim do prazo de publicação do presente edital (vide acima), proceder-se-á conforme o art. 366 do CPP, suspendendo-se o curso do processo e do prazo prescricional, bem assim podendo ser decretada a prisão preventiva. O presente Edital será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Fabricio Paulo Pereira Itapirema, Assistente Judiciário, digitei e assinei.

ADV: ULYSSES SILVA FALCÃO (OAB 3924/AM) - Processo 0623318-37.2017.8.04.0015 - Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Josiel dos Santos Amorim - EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS O MM. Juiz Substituto de Carreira Dr. Yuri Caminha Jorge, da Vara Especializada em Crimes de Trânsito da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... FAZ SABER a todos que do presente Edital de Citação virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo tramitam os autos de AÇÃO PENAL PROCESSO n.º 0623318-37.2017.8.04.0015, movido pelo Ministério Público contra o Acusado JOSIEL DOS SANTOS AMORIM, Brasileiro(a), Convivente, Mototaxista, RG 25347810, CPF 723.987.282-34, pai José Rodrigues Nogueira, mãe Maria Madalena dos Santos Amorim, Nascido/Nascida 13/05/1972, natural de Joao Lisboa - MA, com endereço à Rua Jose Prestes, 220, Japiim, CEP 69000-000, Manaus - AM, atualmente em lugar incerto e não sabido, pela suposta prática de fato tipificado como crime. Tendo em vista a impossibilidade de localização do acusado, procede-se à expedição do presente edital, objetivando proceder à CITAÇÃO do acusado para comparecer, dentro de 10 (dez) dias, à sede deste juízo, situado no Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho (Av. Paraíba), s/n.º, 2.º andar, Setor 4, Bairro São Francisco, Manaus/AM, no horário de expediente (08h00 às 14h00 dos dias úteis), para se manifestar sobre PROPOSTA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO a ser oferecida pelo Ministério Público. Não comparecendo o acusado, nem constituindo advogado, no PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, contados do dia subsequente ao fim do prazo de publicação do presente edital (vide acima), proceder-se-á conforme o art. 366 do CPP, suspendendo-se o curso do processo e do prazo prescricional, bem assim podendo ser decretada a prisão preventiva. O presente Edital será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Fabricio Paulo Pereira Itapirema, Assistente Judiciário, digitei e assinei.

ADV: RONALDO NUNES MADURO JUNIOR (OAB 13428/AM) - Processo 0659783-53.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - RÉU: Andre da Silva Alves - ANDRE DA SILVA ALVES foi indiciado nas penas do art. 302, § 1°, II e III da Lei 9.503/97 - CTB, por fato ocorrido em 13/12/2018, por volta de 09h20, na Avenida Cosme Ferreiro, prox. a pousada Chamego, bairro São José Operário. Instado a se manifestar, Ministério Público promoveu pelo arquivamento dos presentes autos (fls.165), tendo em vista a duplicidade de procedimentos com as mesmas partes e o mesmo objeto nos autos de n° 0661800-62.2018, que já está em fase de recebimento de denúncia. (fl. 165). Em síntese, é o relatório. Decido. Ao compulsar os autos sob o nº 0661800-62.2018, verifica-se que de fato tratam-se das mesmas circunstâncias de tempo, lugar e partes, bem como naqueles autos o acusado Andre da Silva Alves, também consta como indiciado. Em suas lições Mirabete esclarece que diante do princípio de que ninguém pode ser julgado duas vezes pelo mesmo fato (nom bis in idem), a lei prevê a exceção de litispendência, disposta no art. 95, III, do CPP, destinada a evitar que corram paralelamente dois processos idênticos. Neste contexto, trata-se o presente caso de LITISPENDÊNCIA entre as ações penais, excluindo-se a hipótese de conexão entre os processos. Neste cenário, reconheço ex officio, a exceção de litispendência, visto que os presentes autos trata-se de uma repetição, motivo PELO QUE DETERMINO A EXTINÇÃO DO PRESENTE PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, e o faço com fulcro no art. 95, III e 110, ambos do CPP. Por oportuno, determino à Secretaria que proceda com o translado das peças constantes nos presentes autos para o processo de nº 0661800-62.2018.8.04.0001. Sem custas, registre-se, publique-se e intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: EDINELSON ALVES DE SOUSA (OAB 8225/AM), ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM) - Processo 0660402-80.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Minerval Bezerra de Araújo - EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS O MM. Juiz Substituto de Carreira Dr. Yuri Caminha Jorge, da Vara Especializada em Crimes de Trânsito da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... FAZ SABER a todos que do presente Edital de Citação virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo tramitam os autos de AÇÃO PENAL PROCESSO n.º 0660402-80.2018.8.04.0001, movido pelo Ministério Público contra o Acusado MINERVAL BEZERRA DE ARAÚJO, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 0371533-7, CPF 061.394.182-91, pai Alfredo Matos Araújo, mãe Raimunda Bezerra de Araújo, Nascido/Nascida 01/08/1955, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Cacau Pereira, 348, Etapa 1, São José Operário, CEP 69000-000, Manaus - AM, atualmente em lugar incerto e não sabido, pela suposta prática de fato tipificado como crime. Tendo em vista a impossibilidade de localização do acusado, procede-se à expedição do presente edital, objetivando proceder à CITAÇÃO do acusado para comparecer, dentro de 10 (dez) dias, à sede deste juízo, situado no Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho (Av. Paraíba), s/n.º, 2.º andar, Setor 4, Bairro São Francisco, Manaus/AM, no horário de expediente (08h00 às 14h00 dos dias úteis), para se manifestar sobre PROPOSTA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO a ser oferecida pelo Ministério Público. Não comparecendo o acusado, nem constituindo advogado, no PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, contados do dia subsequente ao fim do prazo de publicação do presente edital (vide acima), proceder-se-á conforme o art. 366 do CPP, suspendendo-se o curso do processo e do prazo prescricional, bem assim podendo ser decretada a prisão preventiva. O presente Edital será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Fabricio Paulo Pereira Itapirema, Assistente Judiciário, digitei e assinei.

Amilcar dos Santos Pinheiro Filho (OAB 538/AM)
Ana Lúcia de Souza Montenegro (OAB 3759/AM)
Edinelson Alves de Sousa (OAB 8225/AM)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Ronaldo Nunes Maduro Junior (OAB 13428/AM)
Ulysses Silva Falcão (OAB 3924/AM)

SEÇÃO VII

JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 1º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)

JUIZ(A) DE DIREITO ANA LORENA TEIXEIRA GAZZINEO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARGARIDA MARIA CAVALCANTE TOMÉ

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0092/2019

ADV: DEIZE DA SILVA VASCONCELOS (OAB 3058/AM), ADV: DÉBORA ARAÚJO DE QUEIROZ (OAB 10157/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0200016-63.2016.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - AUTORFATO: A.V.G.F. - Forte nos argumentos expostos, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida pelo Ministério Público Estadual, motivo por que condeno o acusado nas sanções penais do art. 147, da Lei Substantiva Penal e, art. 21 do DL nº 3.688/41.

ADV: IVAN GOMES DA SILVA (OAB 2444/AM) - Processo 0203309-75.2015.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Decorrente de Violência Doméstica - AUTORFATO: L.C.M.M. - Logo, com supedâneo no art. 107, inc. IV, e 117, I, ambos do Código Penal Brasileiro, declaro a extinta a punibilidade de LUIZ CARLOS MARQUES MIRANDA, pela ocorrência do instituto da prescrição. Custas pelo Estado.

ADV: KÁSSIA CAMILA GUERRA MONTEIRO (OAB 13373/AM) - Processo 0603566-93.2019.8.04.0020 (apensado ao processo 0601558-40.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contra a Mulher - AUTORFATO: R.O.S. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0603566-93.2019.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência da sentença de fls.61/63, que determina: "[...] Diante do exposto, julgo procedente a pretensão punitiva estatal condenado o réu RODRIGO OLIVEIRA DE SOUZA, como incurso nas penas do art. 21 da LCP, e, em consequência, condeno o acusado ao pagamento por danos morais no valor de ¼ do salário mínimo, em havendo descumprimento poderá ser executada no juízo competente. Intimem-se.

ADV: ANTONIO MANSOUR BULBOL NETO (OAB 14611/AM) - Processo 0604145-75.2018.8.04.0020 (apensado ao processo 0604381-61.2017.8.04.0020) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - AUTORFATO: R.X.C. - Pelo exposto, julgo PROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida pelo Ministério Público Estadual, e, em consequência, condeno o acusado nas sanções penais do art. 129, § 9º, do Código Penal Brasileiro 21 do Decreto Lei nº 3.668/41.

ADV: ANDREA CONCEIÇÃO SILVA DA COSTA (OAB 9924/AM) - Processo 0605493-94.2019.8.04.0020 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERIDO: A.R.S.A. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0605493-94.2019.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência da Audiência de Justificação pautada para o dia 29/08/2019 às 09:30h, a ser realizada na Sala de Audiência do Juízo 1 deste 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Intimem-se

ADV: VERIDIANA SPINOLA TONELLI (OAB 11323/AM), ADV: LARISSA LADISLAU DA SILVA (OAB 8276/AM), ADV: FÁBIO LUÍS SANCHES DE PAULA (OAB 8879/AM), ADV: FÁBIO AGUSTINHO DA SILVA (OAB 2776/AM) - Processo 0622240-16.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0610465-78.2017.8.04.0020) - Pedido de Prisão Preventiva - Decorrente de Violência Doméstica - INVESTIGAD: J.J.M.A. - Verifico, in casu, que não estão mais presentes os pressupostos processuais e as condições da ação necessários para o prosseguimento do feito, como o interesse de agir, porquanto a vítima informou que não mais persistem os motivos ensejadores das medidas protetivas, tonando-se a providência jurisdicional pleiteada desnecessária. Isto posto, não havendo mais a necessidade na manutenção das medidas protetivas, julgo extinto o presente feito sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VI do NCPC. Saliento que a extinção dos presentes não implica no arquivamento do inquérito policial e nem influencia em eventual ação penal. Na oportunidade, revogo a medida cautelar de monitoramento eletrônico. Oficie-se ao COC/SEAP para a imediata retirada da tornozeleira. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Proceda-se a baixa, arquivando-se em seguida.

Andrea Conceição Silva da Costa (OAB 9924/AM)
Antonio Mansour Bulbol Neto (OAB 14611/AM)
Débora Araújo de Queiroz (OAB 10157/AM)
Deize da Silva Vasconcelos (OAB 3058/AM)
Fábio Agustinho da Silva (OAB 2776/AM)
Fábio Luís Sanches de Paula (OAB 8879/AM)
Ivan Gomes da Silva (OAB 2444/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Kássia Camila Guerra Monteiro (OAB 13373/AM)
Larissa Ladislau da Silva (OAB 8276/AM)
VERIDIANA SPINOLA TONELLI (OAB 11323/AM)

2º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 2º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)

JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANA DA EIRA NASSER

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KELLY DA SILVA VASCONCELOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0056/2019

ADV: WILLAN MATHEUS SOUZA IZEL (OAB 14333/AM) - Processo 0602967-61.2018.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Injúria - VÍTIMAFATO: L.M.C. - AUTORFATO: L.D.L.Z. - DECISÃO I - Vistos etc ... II - RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. III - Cite-se o denunciado acerca da exordial acusatória para que ofereça, via advogado constituído, resposta escrita no prazo de dez dias, conforme artigo 396A do CPP, advertindo-o ainda que, na sua falta, ser-lhe-á nomeado Defensor Público. IV - Não sendo o denunciado encontrado no endereço indicado na denúncia, fica a Secretaria autorizada a proceder a colheita de outros endereços, junto ao Banco de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (SIEL) e junto ao próprio SAJ. V - Com fundamento no artigo 353 do CPP,realizada a consulta e verificado endereço em outra Comarca, fica a Secretaria autorizada a expedir a CARTA PRECATÓRIA, na forma dos artigos 354 e 355 do CPP . Consigne-se na Carta Precatória que, se o denunciado se ocultar para não ser citado, deverá o oficial de justiça certificar e proceder a citação por hora certa, nos moldes do artigo 362 do CPP. VI - Devidamente citado e transcorrido o prazo legal, sem manifestação do denunciado, intime-se a Defensoria Pública para representar o réu e apresentar sua defesa escrita. VII - Colhidos os possíveis endereços do denunciado, expedidos os mandados e não sendo ele encontrado para ser citado, vistas ao MP para manifestação. VIII - Sendo requerida, pelo Ministério Público, a citação por edital, desde logo a defiro, ficando a Secretaria autorizada a publicar o edital respectivo, com prazo de quinze dias, conforme artigo 361 e seguintes do CPP. IX - Diligencie-se para intimação do suposto agressor sobre medidas protetivas deferidas, se ainda não intimado. X - Junte-se certidão de antecedentes criminais do denunciado. XI - É ônus das partes - Ministério Público e defesa - arrolarem as testemunhas por ocasião do oferecimento da denúncia ou da defesa prévia, com qualificações e endereços completos, sob pena de restar prejudicada a intimação judicial das mesmas, quando, então, deverão ser apresentadas na audiência pelas próprias partes.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: SAMUEL PINTO DA SILVA (OAB 6734/AM) - Processo 0624805-16.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0601123-42.2019.8.04.0030) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direitos - INDICIADO: F.C.L. - DECISÃO I - Vistos etc ... II - RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. III - Cite-se o

denunciado acerca da exordial acusatória para que ofereça, via advogado constituído, resposta escrita no prazo de dez dias, conforme artigo 396A do CPP, advertindo-o ainda que, na sua falta, ser-lhe-á nomeado Defensor Público. IV - Não sendo o denunciado encontrado no endereço indicado na denúncia, fica a Secretaria autorizada a proceder a colheita de outros endereços, junto ao Banco de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (SIEL) e junto ao próprio SAJ. V - Com fundamento no artigo 353 do CPP,realizada a consulta e verificado endereço em outra Comarca, fica a Secretaria autorizada a expedir a CARTA PRECATÓRIA, na forma dos artigos 354 e 355 do CPP . Consigne-se na Carta Precatória que, se o denunciado se ocultar para não ser citado, deverá o oficial de justiça certificar e proceder a citação por hora certa, nos moldes do artigo 362 do CPP. VI - Devidamente citado e transcorrido o prazo legal, sem manifestação do denunciado, intime-se a Defensoria Pública para representar o réu e apresentar sua defesa escrita. VII - Colhidos os possíveis endereços do denunciado, expedidos os mandados e não sendo ele encontrado para ser citado, vistas ao MP para manifestação. VIII - Sendo requerida, pelo Ministério Público, a citação por edital, desde logo a defiro, ficando a Secretaria autorizada a publicar o edital respectivo, com prazo de quinze dias, conforme artigo 361 e seguintes do CPP. IX - Diligencie-se para intimação do suposto agressor sobre medidas protetivas deferidas, se ainda não intimado. X - Junte-se certidão de antecedentes criminais do denunciado. XI - É ônus das partes - Ministério Público e defesa - arrolarem as testemunhas por ocasião do oferecimento da denúncia ou da defesa prévia, com qualificações e endereços completos, sob pena de restar prejudicada a intimação judicial das mesmas, quando, então, deverão ser apresentadas na audiência pelas próprias partes.

ADV: THAYSE MOREIRA SANTIAGO DE SOUZA (OAB 9595/AM) - Processo 0636595-94.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Leve - VÍTIMAFATO: I.R.B. - AUTORFATO: C.A.M.C.J. - Intime-se a requerente, por telefone, whatsapp ou por mandado extracentral para manifestar-se sobre o pedido de revogação das medidas protetivas, preferencialmente por advogado ou defensor público, em cinco dias. Tendo a requerente constituído patrono, deve a intimação ser via patrono e por Dje.

ADV: DANIELLE AUFIERO MONTEIRO DE PAULA (OAB 6945/AM) - Processo 0642584-81.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Contra a Mulher - REQUERENTE: R.P.S. - DECISÃO Trata-se de pedido de reconsideração para modificação de decisão judicial que indeferiu as seguintes medidas protetivas de urgência em desfavor do Requerido: suspensão ou restrição do porte de armas e restrição do direito de visita de filho menor). Argumenta a vítima que o Requerido é policial civil e no dia dos fatos a arma de fogo estava dentro do carro, supondo que poderia ter acontecido uma tragédia caso a tivesse utilizado. Quanto à filha menor, aduz que a criança presenciou as cenas de violência e, além disso, o Requerido não dispõe de uma babá para ficar com a criança, colocando em dúvida a capacidade da companheira atual para cuidar da filha. Os argumentos da vítima não são suficientes para modificar a decisão judicial. A uma, porque a suspensão do porte de arma de fogo, instrumento necessário para o regular exercício da profissão do réu, somente teria justificativa se a vítima, de forma concreta, demonstrasse que sua integridade física estaria ameaçada. O fato da arma de fogo estar no carro do Requerido no dia das supostas agressões não revela o mencionado risco, já que, por ser policial, é natural que esteja com sua arma de fogo. Ressalto que, em momento algum, a vítima mencionou que o Agressor tivesse, sequer, feito menção de usar a arma contra sua pessoa, fazendo apenas elucubrações sem fundamento. Quanto à suspensão do direito de visitas, como já destacado, não houve demonstração de qualquer ato praticado pelo Requerido contra a filha menor, a merecer decisão urgente deste juízo. Cabe à vítima, no tocante à guarda, ajuizar ação competente junto à Vara de Família, oportunidade em que serão realizados estudos por meio de equipe multidisciplinar e, com maiores fundamentos, o magistrado poderá decidir a respeito. Diante dos argumentos acima, mantenho a decisão anterior inalterada. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Eline Paixão e Silva Gurgel do Amaral Pinto Juíza de Direito

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Danielle Aufiero Monteiro de Paula (OAB 6945/AM)
Samuel Pinto da Silva (OAB 6734/AM)
Thayse Moreira Santiago de Souza (OAB 9595/AM)
Willan Matheus Souza Izel (OAB 14333/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANA DA EIRA NASSER
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KELLY DA SILVA VASCONCELOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0057/2019

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM), ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM), ADV: JHONATA MONTEIRO DO CARMO (OAB 14244/AM) - Processo 0643556-51.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Violência Doméstica Contra a Mulher - REPTANTE: W.S.C.C. e outro - RÉU: C.C.C. - Intime-se a vitima para esclarecer, no prazo de 48 horas, se, após o episódio referente ao local de trabalho, houve descumprimento de medida protetiva pelo requerido. Encaminhe-se, também, para atendimento pela equipe técnica.

Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Jhonata Monteiro do Carmo (OAB 14244/AM)

3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO REYSON DE SOUZA E SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILSON JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0052/2019

ADV: REITYJAVIKE DA SILVA CALDAS (OAB 10062/AM) - Processo 0600612-11.2018.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - RÉU: F.B.S. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 30/09/2019, às 09:30h.

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0612382-24.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0609839-48.2019.8.04.0001) - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Contra a Mulher - REQUERIDO: L.R.C.S. - Isso posto, INDEFIRO o pleito de 114.115. Intime-se desta o requerido e certifique-se. Após, arquive-se os autos em definitivo diante de encerramento da atividade cognitiva jurisdicional decorrente de sentença (fl. 66.67) - CPC, art. 494).

ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM), ADV: JOSÉ ABELARDO DE ALBUQUERQUE MELLO SANTOS (OAB 3551/AM) - Processo 0623933-98.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERIDO: E.F.S. - De ordem do Excelentíssimo Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica contra a Mulher e Família - Maria da Penha, procedo com a intimação da parte Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o teor da petição retro.

ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM), ADV: JOSÉ ABELARDO DE ALBUQUERQUE MELLO SANTOS (OAB 3551/AM) - Processo 0623933-98.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERIDO: E.F.S. - Isso posto, INDEFIRO os pedidos de fl. 30.34, via de consequência, julgo extinto o feito, confirmando medida protetiva deferida, pelo prazo nela estipulado, sem prejuízo de posterior prorrogação a pedido da ofendida.

ADV: JOSÉ ABELARDO DE ALBUQUERQUE MELLO SANTOS (OAB 3551/AM), ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM) - Processo 0623933-98.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERIDO: E.F.S. - Isso posto, INDEFIRO requerimento de

desistência do processo, porém conheço da manifestação autoral para SUSPENDER os efeitos das medidas protetivas aplicadas, que há perduram há mais de 06 meses.

ADV: MAISA VIVIANE PEREIRA PARENTE CAMPOS (OAB 5897/AM), ADV: BRUNO SANTOS SUIJKERBUIJK (OAB 12649/AM) - Processo 0626353-76.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Contra a Mulher - REQUERENTE: K.O.S. - Afigura-se, mais apropriada, caber apreciação desse tema patrimonial à cognição regular de juízo natural de família (divórcio/partilha/alimentos), a ser providenciado pelas partes, pela via cabível. Não cabendo, portanto, ao Juizado se arvorar em temas que não sejam urgentes, da seara jusfamiliar. Isso posto, INDEFIRO pleito da Autora (fl. 24.27). Intime-se a Requerente, por seu advogado (fl. 28). Certifique-se se houve intimação do Requerido (fl. 20/21). Caso negativo, expeça-se novo mandado de intimação.

ADV: VANGLEYS REIS VIANNA (OAB 7797/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM), ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM) - Processo 0634177-86.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Vias de fato - REQUERENTE: E.A.C. - REQUERIDO: C.S.B.J. - SENTENÇA: Isto posto, INDEFIRO os pedidos formulado pelo requerido, mantenho as medidas protetivas integralmente até o término de seu prazo de vigência, razão pela qual extingo o processo com resolução de mérito.

ADV: DANIELA MATOS ORTIZ (OAB 13591/AM) - Processo 0660050-25.2018.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERENTE: A.C.S. - Isto posto, decreto a EXTINÇÃO do feito, por abandono autoral. Revogo decisão de fls. 16/17. Intime-se a requerente. Caso inexista recurso, certifique-se trânsito em julgado e arquive-se.

Alan Hergerton Façanha (OAB 9353/AM)
Bruno Santos Suijkerbuijk (OAB 12649/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Daniela Matos Ortiz (OAB 13591/AM)
Fábio Cristiano Moura de Freitas (OAB 10756/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
José Abelardo de Albuquerque Mello Santos (OAB 3551/AM)
Maisa Viviane Pereira Parente Campos (OAB 5897/AM)
Reityjavike da Silva Caldas (OAB 10062/AM)
VANGLEYS REIS VIANNA (OAB 7797/AM)
Waldenize Roberto Teixeira (OAB 4699/AM)

SEÇÃO VIII

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0248/2019

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0202065-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luzia Alves dos Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto,JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) DECLARO a nulidade do procedimento de recuperação de energia de fls. 20/29 relativo à Unidade de Consumo nº 0259250-9; 2) DECLARO a inexigibilidade de débitos relativo à diferença de consumo aferido no respectivo procedimento de recuperação de energia no valor de R$7.370,96 e seus eventuais acréscimos; e 3)CONDENOo réu a pagar R$10.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento; e 4) REJEITO o pedido de revisão das demais faturas de consumo. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: HELENA LÚCIA OHANA DA SILVA (OAB 12423/AM) - Processo 0208372-28.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Substituição do Produto - REQUERENTE: Ariane de Souza Pimentel - REQUERIDO: Esplanada Ind. Com. Colchoes Ltda. - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: DENISE MORGADO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA (OAB 6999/AM) - Processo 0600242-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Rodrigo de Oliveira Junqueira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ROSEANE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 7610/AM), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 1079A/SE) - Processo 0602404-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria Ireide Rodrigues de Salles - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - ASSLITISC: Mercadopago.com Representacoes Ltda - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso fls.retro e defiro o pedido de Justiça Gratuita. Intime-se a parte recorrida para apresentar, querendo, as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: DIANA SANGI KOVALSKI KOBA (OAB 10613/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0603498-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Tatiane Araujo Sales - REQUERIDO: Banco Bradesco S. A. - Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTE os pedidos deduzidos na inicial, termos em que CONDENO o banco requerido ao pagamento de R$10.000,00 (dez mil reais), a título de indenização por dano moral, com juros legais e correção monetária (INPC), a partir da fixação, consoante fundamentação supra; para condenar o banco à ressarcir a autora, no valor de R$242,55, com aplicação de juros de um por cento ao mês, a partir do evento danoso e correção monetária pelo INPC, a contar da citação válida; e para determinar que o banco retire do Certificado de Registro do veículo a observação Alienação Fiduciária, no prazo de 05 dias, sob pena de incorrer em multa diária de R$500,00 até o limite de R$10.000,00. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: GRAZIELA ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 11097/AM) - Processo 0606415-24.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Francisca da Silva Albuquerque - REQUERIDO: Oi Móvel S.a - Oi Móvel S/A - Ante o exposto,JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) DECLARO a inexigibilidade de débitos junto ao réu; 2) CONDENOo réu a pagar R$6.000,00 à autora, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento; e 3) REJEITO o pedido de repetição de indébito. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-

se e intimem-se.

ADV: VÍVIAN KARLA GOMES DA SILVA GONZAGA (OAB 5671/AM) - Processo 0608036-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Íris Araújo de Souza - REQUERIDA: Elisângela Nogueira Rodrigues - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) CONDENO a requerida a pagar à autora R$8.127,50, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a citação; e 2) CONDENO a ré a indenizar os danos morais experimentados pela requerente no valor de R$12.000,00, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a fixação. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: BRENNO PAMPLONA CAVALCANTE (OAB 7515/AM) - Processo 0608045-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Flávio Maciel Leal - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - Por essas razões, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos autorais, termo em que: 1) CONDENO o réu a indenizar moralmente o requerente no valor de R$8.000,00, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) desde a data do arbitramento; e 2) CONDENO o réu a reembolsar ao autor R$138,33 com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) desde a data do desembolso (04.12.2018). Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: GABRIEL CASTILHO DOS SANTOS (OAB 10277/AM) - Processo 0608082-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Erison Brito de Lima - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos do autor, termos em que: 1) CONDENO o réu a restituir ao autor R$2.400,00 por repetição de indébito, na forma do art. 42, parágrafo único, do CDC, acrescido de juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC), desde a contratação; e 2) CONDENO o requerido a pagar R$10.000,00 ao autor a título de danos morais, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM) - Processo 0608089-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Jacira dos Santos Lima - REQUERIDO: Sky Brasil Serviços Ltda - SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) DECLARO a ausência de relação jurídica entre as partes e a inexigibilidade de débitos junto à requerida; e 2)CONDENOo réu a pagar R$6.000,00 à autora, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0608205-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Belvedere Eireli - Me - REQUERIDO: Allan Pinheiro Pessoa Coelho - Ante o exposto, com base no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na peça de ingresso para condenar a requerida a pagar à requerente a importância de R$10.523,09, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data da citação. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0610191-95.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Doranei Martins - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0612360-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Fatima de Oliveira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos da autora para: 1) DETERMINAR a revisão da fatura com vencimento em dezembro de 2014 para o valor de R$31,80, sem ônus de impontualidade, cuja fatura deve ser reenviada à demandante para pagamento; 2) TORNO DEFINITIVA a decisão interlocutória de fls. 105/107; e 3) CONDENO a ré a indenizar os danos morais experimentados pela requerente no valor de R$6.000,00, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a fixação. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM), ADV: DÊNIS AUDI ESPINELA (OAB 198153/SP), ADV: BRUNO MENDES CORDEIRO (OAB 7420/AM), ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM) - Processo 0612762-73.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jose Ricardo da Costa Queiroz - REQUERIDO: Asus do Brasil - Acbz Importação e Comércio Ltda - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 15410A/PA) - Processo 0613210-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Manuel Nunes de Souza - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0615812-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Eliezio Vargas de Araujo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para apresentar, querendo, as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ), ADV: EDUARDO JORDAO CESARONI (OAB 113171/SP), ADV: KARLA MARIANA DE MELO CHIAVEGATTO (OAB 5890/AM) - Processo 0616235-33.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: E. Marinho da Silva Me - REQUERIDO: Sage Brasil Software S.a. - Banco Itaucard S/A - Ante o exposto, determino a exclusão da lide do réu Itaú Unibanco S/A. No mérito,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em queCONDENOo réu a pagar R$10.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: LUCIANO DA SILVA ROCHA (OAB 9788/AM), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0616597-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial

Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Flavius Varanda - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que CONDENO a ré ao pagamento de R$20.000,00 (vinte mil reais), acrescida de juros mensais de 1% e correção monetária oficial (INPC), acrescido de juros e um por cento ao mês e correção monetária pelo INPC, ambos a contar deste julgado. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P.R.I.

ADV: ROSANA SOARES DIAS (OAB 283234/SP), ADV: EBERTE DA CRUZ MENEZES (OAB 20199/BA), ADV: GISELA ARAÚJO NICOLAU (OAB 10759/AM), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM) - Processo 0617962-27.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ariadina Rodrigues Moura - REQUERIDO: Tvlx Viagens e Turismos S.a - Viajanet - Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM) - Processo 0618722-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Martinho Luis Gonçalves Azevedo - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - Por tais razões, rejeito as preliminares e, no mérito, JULGO PROCEDENTE, EM PARTE, o pedido do autore, à vista do que: 1) DETERMINO a entrega da Certidão narrativa do imóvel, da Certidão de ônus reais, da Certidão de ações reipersecutórias e da Escritura Definitiva, no prazo de 30 dias, sob pena de incorrer em multa diária de R$500,00, até o limite de R$10.000,00 ; 2) Condeno a ré a indenizar o autor, a título de danos morais, no valor de R$5.000,00, com aplicação de juros de um por cento ao mês e correção monetária pelo INPC, ambos a contar do arbitramento. Resolvo, nestes termos, o mérito da lide a teor do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Em sede de Juizado Especial Cível, em 1º grau de jurisdição, não há condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). P.R.I.

ADV: MÁRCIA REGINA CASTRO ALBUQUERQUE (OAB 8769/AM), ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM), ADV: CARMEN LÚCIA DE ANDRADE MAGALHÃES COSTA (OAB 69077/RJ) - Processo 0619008-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Luciana Holanda de Souza - REQUERIDO: Condomínio do Edifício Porto Bello - Andre Luiz de Andrade Magalhães Costa - Lucas de Andrade Magalhães Costa - Carmen Lúcia de Andrade Magalhães Costa - Por estes fundamentos, conheço dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para dar-lhes parcial provimento, uma vez que a sentença foi omissa quanto à obrigação de fazer no atinente à obrigatoriedade do registro do imóvel, pelo que, via de consequência, determino que os réus promovam o registro do bem, no prazo 30 dias, sob pena de multa diária de R$500,00 até o limite de R$10.000,00, excetuando-se de tal obrigação apenas o Condomínio Porto Seguro e indefero os demais pedidos. Sem custas e honorários, salvo recurso. P. R. I. C.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: SÉRGIO DE LIMA (OAB 201A/AM) - Processo 0619246-70.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Dulcineia Freitas de Oliveira - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - Ante o exposto,DECLARO EXTINTOo processo na forma do art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Deixo de condenar a requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB 685/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0620117-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Marlene Gama - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0620274-10.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ermirio Mario de Souza Arantes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: GREG LEE SOARES DUARTE (OAB 10127/AM) - Processo 0620861-95.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ademir Ferreira Gloria Junior - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que CONDENOo réu a pagar R$4.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0621005-69.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Raimundo Rodrigues de Souza - REQUERIDO: Abm - Brasil Associação Beneficente Mutua Assistencial do Brasil - Banco Bradesco S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: TAMIRES MENEZES (OAB 8017/AM), ADV: ELENILCE COSTA DOS SANTOS (OAB 9590/AM) - Processo 0622656-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Simon de Souza Guimarães Bessa - REQUERIDO: Cooperativa de Transporte Urbano do Estado do Amazonas - Cvtram - Município de Manaus - Ante o exposto,DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem julgamento de mérito, na forma do art. 51, IV, da Lei 9.099/95. Deixo de condenar a requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: MYLLA CHRISTIE VASCONCELOS SAIDT (OAB 12691/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0625223-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Raimundo dos Santos Lima - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Por estes fundamentos, não fundados em nenhuma das matérias legalmente delimitadas, conheço dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para negar-lhes provimento, consoante fundamentação supra. P. R. I. C.

Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)

André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Brenno Pamplona Cavalcante (OAB 7515/AM)
Bruno Mendes Cordeiro (OAB 7420/AM)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 15410A/PA)
Carmen Lúcia de Andrade Magalhães Costa (OAB 69077/RJ)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Dênis Audi Espinela (OAB 198153/SP)
Denise Morgado de Oliveira Junqueira (OAB 6999/AM)
Diana Sangi Kovalski Koba (OAB 10613/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eberte da Cruz Menezes (OAB 20199/BA)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Eduardo Jordao Cesaroni (OAB 113171/SP)
Elenilce Costa dos Santos (OAB 9590/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Gabriel Castilho dos Santos (OAB 10277/AM)
Gisela Araújo Nicolau (OAB 10759/AM)
GRAZIELA ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 11097/AM)
Greg Lee Soares Duarte (OAB 10127/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065/AM)
Helena Lúcia Ohana da Silva (OAB 12423/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Jean Carlos de Araújo Assante (OAB 9215/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB 685/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Mariana de Melo Chiavegatto (OAB 5890/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 1079A/SE)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luciano da Silva Rocha (OAB 9788/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Márcia Regina Castro Albuquerque (OAB 8769/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mylla Christie Vasconcelos Saidt (OAB 12691/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rosana Soares Dias (OAB 283234/SP)
Roseane Rodrigues da Cunha (OAB 7610/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Sérgio de Lima (OAB 201A/AM)
Tamires Menezes (OAB 8017/AM)
Vívian Karla Gomes da Silva Gonzaga (OAB 5671/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO BÁRBARA DE ARAÚJO FOLHADELA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARCELO RICARDO RAPOSO DA CÂMARA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0244/2019

ADV: DAVID ALVES DE MELLO NETO (OAB 4525/AM) - Processo 0600895-80.2017.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Isadora Melo Riker - De ordem da Exm.ª Sr.ª Dr.ª Bárbara de Araújo Folhadela, Juíza de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do pedido do exequente de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada Allphotos Atividades de Fotografias Ltda, vem esta Secretaria, através do presente ato Ordinatório, citar o sócio da empresa acima para, no prazo de 15 dias, manifestar-se acerca do pedido de desconsideração,nos termos do art.135, CPC. Após, irão os autos conclusos para decisão.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: CAMILA DA COSTA ALMEIDA (OAB 8877/AM) - Processo 0603345-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Karine Mangueira Pimenta - REQUERIDO: Tim Celular S/A e outro - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 289/291, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria, em caso de cumprimento da avença, ultime o arquivamento dos autos, segundo o que dita o inciso III, do art. 269, do Código de Processo Civil. Faça-o, independentemente de outro despacho. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0603833-85.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Financiamento de Produto - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Alvará Expedido hoje em 23/08/2019, efetuar a retirada do valor dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

ADV: LUIZ FERNANDO MAUÉS MARQUES (OAB 4622/AM) - Processo 0606169-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - RECLAMANTE: Bruno Eduardo Thomé de Souza - REQUERIDO: Condomínio Acqua Avenida das Torres - De ordem da MM Juíza de Direito, intime-se a parte embargada para apresentar as contrarrazões dos embargos opostos às folhas 87/89 no prazo de 5 dias. Após, irão os autos conclusos para sentença.

ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0608324-38.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ROSICLEIA CORREA DE SOUZA - REQUERIDO: Itau Unibanco S.A - Alvará Expedido hoje, o valor deverá ser retirado dentro de 30 (trinta) dias a contar desta 20/08/2019.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0608824-75.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Daniel Vicente Pereira - REQUERIDO: VERONA PREMIUM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Vem esta secretária, através deste, intimar o requerente para indicar as informações necessárias para a citação dos sócios com a desconsideração da personalidade jurídica. Manaus, 19 de agosto de 2019.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: BRENO BARBOSA FERREIRA (OAB A451/AM) - Processo 0611569-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Ghislaine Maria Barbosa de Oliveira - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 203/205, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria, em caso de cumprimento da avença, ultime o arquivamento dos autos, segundo o que dita o inciso III, do art. 269, do Código de Processo Civil. Faça-o, independentemente de outro despacho. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0611802-54.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 305/307, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 57, da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios,

à inteligência do que dispõe o art. 55, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria que dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CARLEN KRYISLEN KAWAMURA FELIPE (OAB 7929/AM), ADV: ANTÔNIO REYNALDO CAMPOS SAMPAIO (OAB 7372/AM), ADV: EDUARDO JOSÉ SILVA DOS SANTOS (OAB 7171/AM), ADV: ANDREY KAWAMURA FELIPE (OAB 9685/AM) - Processo 0616036-79.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Locação de Móvel - REQUERENTE: Manoel Kawamura Felipe - REQUERIDO: Moden Modelo de Engenharia Ltda - R. H. Indefiro novamente o pedido de substituição da penhora, pelos mesmos fundamentos declinados no despacho de fl. 139: "não identificado outro bem livra a garantir a execução". O veículo declinado pelo executado resta alienado fiduciariamente (fls. 143/144), cujo gravame não o torna idôneo à substituição da penhora sobre outro veículo. Com efeito, determino à Secretaria que adote as providências cabíveis à alienação do bem penhorado via hasta pública. Cumpra-se.

ADV: MAURA CARVALHO MARANHÃO (OAB 12135/AM) - Processo 0616101-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Zoraide Inácio de Oliveira - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 11/02/2020 às 09:00h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: ALDO RAPHAEL MOTA DE OLIVEIRA (OAB 11865/AM) - Processo 0616884-95.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ilza dos Santos Gomes - Alvará Expedido, para retirada em 30 dias a partir da expedição.

ADV: MONICA SILVA DOS SANTOS (OAB 12854/AM) - Processo 0617891-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Ana Maria Lima dos Santos - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 41/43, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 57, da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria que dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP) - Processo 0618017-75.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: José Airton Garcia Júnior - REQUERIDO: Toledo Piza Advogados Associados - B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - De ordem da Exmª. Dra. Bárbara de Araújo Folhadela, Juíza de Direito, respondendo exclusivamente por este Juizado, vem esta secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR as partes passivas a manifestarem-se acerca da mídia acostada à fl. 21, no prazo de 15 dias, sucessivamente. Após, façam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU (OAB 8226/AM), ADV: SÉRGIO PAULO MESQUITA JÚNIOR (OAB 10823/AM) - Processo 0618774-69.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Dalcimar de Souza Monteiro - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 179/181, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria, em caso de cumprimento da avença, ultime o arquivamento dos autos, segundo o que dita o inciso III, do art. 269, do Código de Processo Civil. Faça-o, independentemente de outro despacho. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0618793-75.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: João Batista Fonteneli - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Como requer. Apresente-se o comprovante de pagamento, com conta judicial indicada.

ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM) - Processo 0621694-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Agno da Silva Montalvão - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que exclua o nome da parte requerente do(s) cadastro(s) do SPC e da SERASA, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Designo a audiência de conciliação, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível) data de 06/02/2020 às 10:45h. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Cite-se e intimem-se.

ADV: PAULO RODRIGUES DE ARRUDA (OAB 3900/AM) - Processo 0622037-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jose Mario Costa Pereira - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 15/10/2019 às 09:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: MARCELO AUGUSTO CRUZ PEDROSA (OAB 9290/AM) - Processo 0622494-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Daniele Silva Moura - De ordem do MM Juiz de Direito fica Redesignada a audiência de Conciliação para o dia 09/09/2019 às 08:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: SARA DE SOUSA SILVA (OAB 14509/AM) - Processo 0622916-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro Souza - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 07/02/2020 às 09:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0622935-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Carlos Serodio de Andrade - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 07/02/2020 às 10:00h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: ELLEN ARANHA DE SOUSA (OAB 14416/AM) - Processo 0623091-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - EXEQUENTE: Ellen Aranha de Sousa - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 07/02/2020 às 10:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0623104-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Bianca Marques da Silva - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que exclua o nome da parte requerente do(s) cadastro(s) de proteção ao crédito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob

pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Designo a audiência de conciliação, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível) data de 07/02/2020 às 10:30h. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Cite-se e intimem-se.

ADV: ANA RITA DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 10121/AM) - Processo 0623130-73.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Parque Ponta Negra - Reserva das Águas - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 07/02/2020 às 10:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: CLAUDEVAN DE SOUZA PEREIRA (OAB 7800/AM) - Processo 0623184-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francisca Izoney Silva Nascimento - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que exclua o nome da parte requerente do(s) cadastro(s) de proteção ao crédito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Designo a audiência de conciliação, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível) data de 07/02/2020 às 11:00h. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Cite-se e intimem-se.

ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM) - Processo 0623214-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Demi Alex de Souza Brasil - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 07/02/2020 às 11:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: EDINILZA DA SILVA PORTELA (OAB 7823/AM) - Processo 0623222-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial Espanha - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 10/02/2020 às 08:30h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: FELIPE LOPES PAULO (OAB 13796/AM) - Processo 0623232-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daniely Amorim de Meireles - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 10/02/2020 às 08:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU (OAB 8226/AM) - Processo 0623252-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ana Lilia de Queiroz Pará dos Santos - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que exclua o nome da parte requerente do(s) cadastro(s) de proteção ao crédito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Designo a audiência de conciliação, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível) data de 10/02/2020 às 09:00h. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Cite-se e intimem-se.

ADV: RAYSSA AYALA MENDES FERREIRA (OAB 19396/MT) - Processo 0623257-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização do Prejuízo - RECLAMANTE: Alice Rodrigues da Silveira - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 10/02/2020 às 09:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0623295-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Aline Gabrielly Athayde Panssani - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 10/02/2020 às 09:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0623343-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Christhian Naranjo de Oliveira - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 10/02/2020 às 10:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0623365-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Euzebio da Silveira Brandão - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 10/02/2020 às 11:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: JAMIL RIBEIRO DA SILVA (OAB 7167/AM) - Processo 0623382-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Jamil Ribeiro da Silva - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 10/02/2020 às 11:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0623416-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Rosinaldo de Souza Miranda - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 11/02/2020 às 08:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

Aldo Raphael Mota de Oliveira (OAB 11865/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Ana Rita de Souza Nascimento (OAB 10121/AM)
Andrey Kawamura Felipe (OAB 9685/AM)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Reynaldo Campos Sampaio (OAB 7372/AM)
Breno Barbosa Ferreira (OAB A451/AM)
Camila da Costa Almeida (OAB 8877/AM)
Carlen Kryislen Kawamura Felipe (OAB 7929/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Claudevan de Souza Pereira (OAB 7800/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
David Alves de Mello Neto (OAB 4525/AM)
Edinilza da Silva Portela (OAB 7823/AM)
Eduardo José Silva dos Santos (OAB 7171/AM)
Ellen Aranha de Sousa (OAB 14416/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Felipe Lopes Paulo (OAB 13796/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Jamil Ribeiro da Silva (OAB 7167/AM)

Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Fernando Maués Marques (OAB 4622/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Marcelo Augusto Cruz Pedrosa (OAB 9290/AM)
Maura Carvalho Maranhão (OAB 12135/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Monica Silva dos Santos (OAB 12854/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Roberto Arce Nicolau (OAB 8226/AM)
Paulo Rodrigues de Arruda (OAB 3900/AM)
Rayssa Ayala Mendes Ferreira (OAB 19396/MT)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Sara de Sousa Silva (OAB 14509/AM)
Sérgio Paulo Mesquita Júnior (OAB 10823/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO BÁRBARA DE ARAÚJO FOLHADELA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARCELO RICARDO RAPOSO DA CÂMARA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0245/2019

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: HELENA LÚCIA OHANA DA SILVA (OAB 12423/AM) - Processo 0208372-28.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Substituição do Produto - REQUERENTE: Ariane de Souza Pimentel - REQUERIDO: Esplanada Ind. Com. Colchoes Ltda. - Alvará Expedido hoje em 23/08/2019, efetuar a retirada do valor dentro do prazo de 30 (trinta) dias a partir desta data.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0603833-85.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Financiamento de Produto - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Alvará Expedido hoje em 23/08/2019, efetuar a retirada do valor dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0604880-94.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: LOJA SCHUTZ - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 146/152, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria, em caso de cumprimento da avença, ultime o arquivamento dos autos, segundo o que dita o inciso III, do art. 269, do Código de Processo Civil. Faça-o, independentemente de outro despacho. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: MAYRAN OLIVEIRA DE AGUIAR (OAB 122910/MG) - Processo 0606530-74.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Francinaldo de Alencar Nery - REQUERIDO: Igreja Mundial do Poder de Deus - Em razão de ter sido efetivada por este Juízo, penhora on-line de valor pecuniário relativo à condenação/execução, e transferido para conta própria criada para os autos em epígrafe, de ordem do(a) MM.(ª) Juiz(a) de Direito, é o presente para INTIMAR a parte requerida para apresentar impugnação/embargos no prazo legal.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: FABIANA AMORIM BARROS (OAB 10647/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM) - Processo 0607331-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cristiano Caetano da Silva - Epp (Óticas Americanas) - REQUERIDO: Info Store Computadores da Amazônia Ltda. - Hp Brasil - Isso posto, RESOLVO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO a presente demanda, ante o vício de representação, com fulcro no art. 485, IV e §3º do NCPC, bem como art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno em custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 51, inciso I e §2º, da lei 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM) - Processo 0607576-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Centro Cultural de Ensino Ltda - Me - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 33/35, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 57, da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria que dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: IVENS DE OLIVEIRA PINTO (OAB 13398/AM) - Processo 0607671-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Eruszamaro Alves da Conceiçao - REQUERIDO: Condomínio do Conjunto Residencial Jardim Brasil - Intime-se o réu para contestar a demanda em 15 dias úteis sob pena de revelia. Após, conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANO MENEGHETTI PEDROSO (OAB 11813/AM) - Processo 0608025-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raika Sampaio de Macêdo Costa - REQUERIDO: Real Vida Serviços Ltda e outro - De ordem da MMª Juiza de Direito, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte requerente para informar o endereço completo do requerido Real Vida Serviços Ltda para a devida citação. Fica designada a audiência de Conciliação para o dia 12/02/2020 às 09:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: YURI DA SILVA LADISLAU (OAB 10857/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0609264-32.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Raquel Telles de Moreira Sampaio - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, inocorrente a hipótese do art. 52, IX, "b" da Lei n. 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTES os EMBARGOS DO DEVEDOR opostos às fls. 200/209, consoante fundamentação supra, termos em que EXTINGO A EXECUÇÃO, ante a efetiva satisfação do crédito devido ao exequente, na forma dos arts. 924, II e 925, ambos do CPC. Proceda-se à expedição de alvará em favor da parte exequente no valor de R$ 17.936,99, relativo à garantia do juízo de folha 190. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: KAREN CHRYSTIN SCHERK CICCACIO (OAB 219364/SP) - Processo 0609840-25.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Gabriel Bindá Fernandes - De ordem do Exmo(a). Dr(a).Bárbara de Araújo Folhadela ,Juiz (a) de Direito, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Embargos à execução. Havendo inércia, a penhora será considerada em definitivo, razão pela qual haverá a transferência do valor bloqueado, e, por conseguinte, a expedição do Alvará Judicial.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0612127-92.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Raimunda Rodrigues Pinheiro de Oliveira - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Alvará Expedido hoje em 23/08/2019, efetuar a retirada de valores dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar desta data.

ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM) - Processo 0615535-28.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Genival Jacob Gonzales - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 428/430, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 57, da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria que dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM) - Processo 0617962-27.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ariadina Rodrigues Moura - Alvará Expedido hoje em 23/08/2019, efetuar a retirada do valor dentro de 30 (trinta) dias a contar desta data.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0622000-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Joseney das Neves Morais - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 29/01/2020 às 11:30h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0622247-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jonilson Costa de Souza - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 15/10/2019 às 10:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: LUCIANO DA SILVA ROCHA (OAB 9788/AM) - Processo 0622297-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Flavius Varanda - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 30/09/2019 às 10:30h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM) - Processo 0623359-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eliezer Fernandes Junior - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que exclua o nome da parte requerente do(s) cadastro(s) de proteção ao crédito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Designo a audiência de conciliação, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível) data de 10/02/2020 às 11:00h. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Cite-se e intimem-se.

ADV: YAN BARROS TAVARES (OAB 14394/AM) - Processo 0623399-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Dalvanira Santos Silva - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que exclua o nome da parte requerente do(s) cadastro(s) do SPC e da SERASA, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Designo a audiência de conciliação, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível) data de 11/02/2020 às 08:30h. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Cite-se e intimem-se.

ADV: JOANILDES DE PAULA FREITAS FERNANDES (OAB 13911/AM) - Processo 0623444-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Adriana Marcela Santos Miyamoto - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 11/02/2020 às 09:30h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM) - Processo 0623484-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Halley Souza Rallydey de Menezes - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que exclua o nome da parte requerente do(s) cadastro(s) do SPC e da SERASA, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Designo a audiência de conciliação, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível) data de 11/02/2020 às 10:00h. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Cite-se e intimem-se.

ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM) - Processo 0623484-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Halley Souza Rallydey de Menezes - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 15/10/2019 às 11:00h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: IVANILDO SANTOS FONSECA, (OAB 14199/AM) - Processo 0623504-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Joelmo Pereira Ibiapino - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 11/02/2020 às 10:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: WESLLEY SILVA DE ARAUJO (OAB 1375-A/RN) - Processo 0623514-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Adriane Bentes de Souza - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 11/02/2020 às 10:30h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM) - Processo 0623530-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Wandreza Maria Gomes da Silva - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 11/02/2020 às 11:00h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0623545-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Lucimar Menezes Bastos - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 11/02/2020 às 11:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM) - Processo 0623550-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Gilson Pinheiro - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 11/02/2020 às 11:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo,

a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: TAQUER JUNIO QUEIROZ RIBEIRO (OAB 13226/AM) - Processo 0623559-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Nilton Cesar Duarte Penha - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 12/02/2020 às 08:30h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: TAQUER JUNIO QUEIROZ RIBEIRO (OAB 13226/AM) - Processo 0623559-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Nilton Cesar Duarte Penha - De ordem do MM Juiz de Direito fica Redesignada a audiência de Conciliação para o dia 05/12/2019 às 08:30h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: DOUGLAS GALVÃO MONTEIRO (OAB 7211/AM) - Processo 0623568-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: George Augusto Monteiro Lins de Albuquerque - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que exclua o nome da parte requerente do(s) cadastro(s) do SPC e da SERASA, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Designo a audiência de conciliação, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível) data de 11/02/2020 às 11:30h. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Cite-se e intimem-se.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0623589-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Marcos Aurelio Guerrero Marin - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 12/02/2020 às 09:30h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: TEREZINHA TELES FERNANDES (OAB 6622/AM) - Processo 0623618-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Marina Rio Negro Comércio e Prestação de Serviços Ltda - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 12/02/2020 às 10:00h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: LORENA SANTANA PIMENTEL (OAB 11224/AM) - Processo 0623645-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Kiula Pereira Carvalho - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 12/02/2020 às 10:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: SIMONE BATISTA DA SILVA (OAB 5778/AM) - Processo 0623656-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Paulo Cesar Torres Ribeiro - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 12/02/2020 às 11:00h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0623667-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: José Clealci Guimarães da Silva - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que exclua o nome da parte requerente do(s) cadastro(s) de proteção ao crédito, bem como suspenda os protestos em nome da parte autora, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Designo a audiência de conciliação, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível) data de 12/02/2020 às 11:15h. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Cite-se e intimem-se.

ADV: DANTON CAVALCANTE BEZERRA (OAB 12258/AM) - Processo 0623702-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Lorena Ribeiro de Medeiros Martins - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 12/02/2020 às 11:30h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0623723-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Alex de Castro Lima - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 13/02/2020 às 08:30h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0623742-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Rogerio Repolho da Silva - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 13/02/2020 às 09:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM) - Processo 0623755-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria de Souza Ferreira - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 15/10/2019 às 11:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: DAGMO VARELA DA CUNHA (OAB 5864/AM) - Processo 0623770-76.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - AGRAVANTE: Rayara Rabelo Brasil - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 13/02/2020 às 10:00h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: GERALDO HENRIQUE DUTRA DE MAGALHÃES (OAB 11072/AM) - Processo 0623777-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Leila Miranda Pacheco - Rayana Souza Costa - Geysa Gil da Silva Lima - Alcione Pontes Bruce - Wilma Meireles Camardela - Francimar Santiago Antero - Regina Oliveira Araújo - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 13/02/2020 às 10:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: THIAGO NORONHA DE OLIVEIRA (OAB 12534/AM) - Processo 0623825-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lina Freitas Mascarenhas - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 11/02/2020 às 10:00h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: MONIQUE TRIBUZY MELLO DE OLIVEIRA (OAB 8869/

AM) - Processo 0623831-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcus Rodrigo Lobato Alves - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 13/02/2020 às 11:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0623843-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Michele Santos Lima - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 13/02/2020 às 11:30h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0623855-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eduardo da Silva Melo Junior - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 13/02/2020 às 11:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0623857-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Euzebio da Silveira Brandão - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 14/02/2020 às 08:30h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM) - Processo 0623888-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - REQUERENTE: Tammy Cristine Lopes - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 14/02/2020 às 09:00h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: JONES RAMOS DOS SANTOS (OAB 6333/AM) - Processo 0623895-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Daniel Santana Masulo - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 14/02/2020 às 09:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0623908-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Michele Santos Lima - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 14/02/2020 às 09:30h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) - Processo 0623925-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Luiz Costa da Silva - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 14/02/2020 às 10:00h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0623935-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: José Salvador dos Santos Martins - Maria do Perpetuo Socorro Barabosa Belém - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 14/02/2020 às 10:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cristiano Meneghetti Pedroso (OAB 11813/AM)
Dagmo Varela da Cunha (OAB 5864/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Danton Cavalcante Bezerra (OAB 12258/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Douglas Galvão Monteiro (OAB 7211/AM)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Fabiana Amorim Barros (OAB 10647/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Geraldo Henrique Dutra de Magalhães (OAB 11072/AM)
Helena Lúcia Ohana da Silva (OAB 12423/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
IVANILDO SANTOS FONSECA, (OAB 14199/AM)
Ivens de Oliveira Pinto (OAB 13398/AM)
Jair Alves Corrêa (OAB 5317/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
Joanildes de Paula Freitas Fernandes (OAB 13911/AM)
Jones Ramos dos Santos (OAB 6333/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Karen Chrystin Scherk Ciccacio (OAB 219364/SP)
Lorena Santana Pimentel (OAB 11224/AM)
Luciano da Silva Rocha (OAB 9788/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Mayran Oliveira de Aguiar (OAB 122910/MG)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Monique Tribuzy Mello de Oliveira (OAB 8869/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Simone Batista da Silva (OAB 5778/AM)
Taquer Junio Queiroz Ribeiro (OAB 13226/AM)
Terezinha Teles Fernandes (OAB 6622/AM)
Thiago Noronha de Oliveira (OAB 12534/AM)
Weslley Silva de Araujo (OAB 1375-A/RN)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)
Yan Barros Tavares (OAB 14394/AM)
Yuri da Silva Ladislau (OAB 10857/AM)

2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL - PROCON

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0053/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0605098-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para manifestar-se sobre o documento juntado às fls. 123-133, no prazo de 05 (cinco) dias.

Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)

Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)

Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)

3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO ONILDO SANTANA DE BRITO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA M. FILHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0113/2019

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0200248-56.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A e outro - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: MÁRCIA MONTEIRO ALVES VAILANTE (OAB 10333/AM) - Processo 0200923-82.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Michele Gomes de Lima - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 1198A/AM) - Processo 0201176-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para declarar a extinção do contrato impugnado devido sua nulidade, restituindo-se as partes ao estado em que antes dele se achavam, inclusive para efeito de obrigar a parte Requerida a restituir a quantia R$ 7.678,82 (sete mil, seiscentos e setenta e oito reais e oitenta e dois centavos), com correção monetária contada da citação, que decorrente do saldo da compensação entre o valor que entregou de R$ 10.651,18 (dez mil, seiscentos e cinquenta e um reais e dezoito centavos) e o valor que recebeu de R$ 18.330,00 (dezoito mil e trezentos e trinta reais), em cumprimento a aludido contrato; 2) Julgo procedente o pedido para condenar a parte Requerida ao pagamento de reparação por danos morais no valor de R$ 6.986,00 (seis mil, novecentos e oitenta e seis reais), incidindo-se correção monetária da data dessa decisão, bem como juros mensais de 1%, a partir da citação; 3) Julgar procedente o pedido para confirmar a tutela antecipada deferida às fls. 53. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC). P.R.I.C.

ADV: LUIZ GONZAGA PINHEIRO JÚNIOR (OAB 12021/AM) - Processo 0210464-52.2012.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Nilton Cesar Barros Alfaia - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM), ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0600378-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - EXEQUENTE: Condomínio Empresarial Adrianópolis - Assim, INDEFIRO aludida pretensão de fls. 136/140 (CPC, art. 790). Intime-se o credor/exequente para nomear bens do devedor suscetíveis de penhora, no prazo de 30(trinta) dias, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM), ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0600382-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Condomínio Empresarial Adrianópolis - Assim, INDEFIRO aludida pretensão de fls. 135/139 (CPC, art. 790). Intime-se o credor/exequente para nomear bens do devedor suscetíveis de penhora, no prazo de 30(trinta) dias, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0600383-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condomínio Empresarial Adrianópolis - Assim, INDEFIRO aludida pretensão de fls. 119/123 (CPC, art. 790). Intime-se o credor/exequente para nomear bens do devedor suscetíveis de penhora, no prazo de 30(trinta) dias, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0600386-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condomínio Empresarial Adrianópolis - Assim, INDEFIRO aludida pretensão de fls. 129/133 (CPC, art. 790). Intime-se o credor/exequente para nomear bens do devedor suscetíveis de penhora, no prazo de 30(trinta) dias, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.

ADV: SÉLVIO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 8308/AM) - Processo 0600436-18.2016.8.04.0015 - Procedimento Sumário - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial Espaco Verde - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0600492-80.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Cizia Freitas da Silva Costa - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 02/09/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0601050-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Osmarina Martins da Silva Nascimento - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0601335-45.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Instituto Brasileiro de Educação Ester - IBEE - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: CINDY DE PAULA PUIM (OAB 394766/SP) - Processo 0601451-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Vandienen e Bartsch Ltda. - Me - Vinicius Paulo Bartsch Costa - Teor do ato: Preceitua o art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95 o seguinte: “extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo”. Advogados(s): Cindy de Paula Puim (OAB 394766/SP)

ADV: VICTOR GABRIEL FERNANDES MONTEIRO (OAB 9420/AM), ADV: ALBERT VALENTE MATOS (OAB 9303/AM) - Processo 0601529-50.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença

- Indenização por Dano Material - REQUERENTE: PATRICIA DE ALMEIDA COSTA GOMES - WASHINTON SANTANA GOMES - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: ALDACY RÉGIS DE SOUSA MELO (OAB 4752/AM) - Processo 0601618-02.2017.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aldacy Régis de Sousa Melo - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: PRISCILA DE SOUZA MACEDO NEVES (OAB 13017/AM), ADV: GREYSA MORES FRAGOSO (OAB 12765/AM), ADV: REJANE ROCHA MARINHO (OAB 13016/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0601714-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Almeida Nascimento - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido de danos materiais para condenar a parte Requerida ao ressarcimento da quantia de R$ 1.000,00 (mil reais), incidindo-se correção monetária e juros mensais de 1% a partir da citação; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: RODRIGO SOARES DO NASCIMENTO (OAB 129459/MG) - Processo 0602516-81.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Art Viagens e Turismo Ltda - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0603231-26.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antonia Temilce de Souza Coelho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 37489/BA) - Processo 0603327-41.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Maria Iacy de Andrade Guimarães Ferreira - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, fica designado o dia 04/09/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARLOS ALBERTO GOMES HENRIQUES (OAB 1654/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0603496-96.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: SUELY VIEIRA DA SILVA - REQUERIDO: Claro S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 15 dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: SULAMITA BRANDÃO DA ROCHA (OAB 4782/AM) - Processo 0604044-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Renato Gomes Mar - Damaris de Sousa Garcêz - Preceitua o art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95 o seguinte: “extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo”.

ADV: LAIS LIMA FERNANDES (OAB 160462MG) - Processo 0604197-23.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cheque - REQUERENTE: Moraes e Bastos Ltda - Me e outro - Nos termos do art. 346 do CPC :”Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial”. Dessa forma, intimo V.Sa. a manifestar-se, no prazo de 15 dias, sobre o que entender de direito nos autos, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: ALLAN CARLOS DE AZEVEDO VIANA LIMA (OAB 8850/AM) - Processo 0604216-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Breno Viana Ortiz - Preceitua o art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95 o seguinte: “extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo”.

ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: LIVIA MARIA LUCCA SILVA (OAB 177142/MG), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM) - Processo 0604226-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: David Cunha Novoa - REQUERIDO: Bh Games - Preceitua o art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95 o seguinte: “extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo”.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0604433-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Eliana Machado Pires - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0605227-30.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Amazon Village - REQUERIDO: A. Martins Construções Ltda e outro - Intimo V. Sa., para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar a este Juízo, dados bancários tais como Nome do banco, agência, conta, titular. Em sendo a CEF, informar o código de operação.

ADV: CRISTIANE YAMADA DA SILVA (OAB 3955/AM) - Processo 0605468-67.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Jasse Sun - Diante do exposto, presto a tutela jurisdicional com resolução do mérito para Julgar procedente o pedido para condenar a Requerida a pagar a quantia de R$ 12.116,66 (doze mil, cento e dezesseis reais e sessenta e seis centavos), incidindo-se correção monetária oficial e juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0605664-08.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 15 dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0605760-86.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERIDO: Banco Safra S/A - Banco Safra de Investimentos S/A e outros - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606112-10.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Sandra Mara Lima Ferreira - Intimo V.Sa. para manifestar-se, no prazo de 10 dias, sobre a manifestação do Requerente, às fls. 292 a 392.

ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JÚNIOR (OAB 39768/SP) - Processo 0606548-66.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível -

Cancelamento de vôo - REQUERIDO: Tvlx Viagens e Turismo S/A ("viajanet") e outro - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: LUÍS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO (OAB 16780/BA), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606658-36.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa a comprovar o pagamento,no prazo de 15 dias, do saldo remanescente na importância de R$ 3.537,34, conforme cálculo nos autos, sob pena de execução.

ADV: RAFAEL CLEMENTINO PINTO DA SILVA (OAB 10269/AM), ADV: ANDRÉA DA SILVA GUEDES (OAB 10966/AM) - Processo 0606686-67.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condominio Residencial Cidade Jardim - Teor do ato: Preceitua o art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95 o seguinte: "extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo". Advogados(s): Andréa da Silva Guedes (OAB 10966/AM)

ADV: RICARDO PINHEIRO DA COSTA (OAB 7952/AM) - Processo 0606726-20.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 15 dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM) - Processo 0606732-27.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERIDO: BRASIL NORTE BEBIDAS LTDA - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: LARISSA ROSAS NOGUEIRA CHAGAS (OAB 12939/AM) - Processo 0607211-07.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Wegislanio Gomes Pereira - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE (OAB 7413/MT) - Processo 0607310-82.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A e outro - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: FABRÍCIO DE SOUZA ROCHA (OAB 6861/AM), ADV: JACQUELINE CORREA SANTIAGO (OAB 9710/AM) - Processo 0607509-70.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marivelto Barbosa da Rocha - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 15 dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: MARCOS PEREIRA DA SILVA (OAB 11150/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0607801-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Aldenice Oliveira de Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Teor do ato: Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para declarar a inexistência do débito impugnado no valor de R$2.320,89 (dois mil trezentos e vinte reais e oitenta e nove centavos), referente as faturas dos meses de julho/2018 a março/2019, da matrícula 22674870; 2) Julgo procedente o pedido de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidindo-se correção monetária a contar da data desta decisão, bem como juros mensais de 1%, a partir da citação; No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC). Advogados(s): Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG), Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM), Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM), Marcos Pereira da Silva (OAB 11150/AM)

ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA NOGUEIRA (OAB 5054/AM) - Processo 0608049-89.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: DEUTSCHE LUFTHANSA A.G. e outro - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: PAULO FELIPE SARAIVA DA SILVA (OAB 10242/AM) - Processo 0608072-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Fabio Jose Vasconcelos Damasceno - "Intimo V.Sa. a juntar cálculo atualizado do valor da condenação (inclusive com multa de 10%), no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de arquivamento dos autos."

ADV: FRANCISCO RICARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 12493/AM), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0608166-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Andrey dos Santos de Andrade - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM), ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM) - Processo 0609193-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tobias Ono - De ordem, fica designado o dia 02/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEXANDRE FONSECA DE MELLO (OAB 222219/SP) - Processo 0609278-84.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: A VISTA S/A ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: LÚCIO ANTÔNIO SIMÕES MONTEIRO (OAB 5446/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0609284-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Atelita Pinheiro Cidade - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Teor do ato: Trata-se de ação de indenização por danos materiais e danos morais. Relatório dispensado na forma do que dispõe o artigo 38, da Lei 9.099/95. DECIDO. A presente demanda versa sobre contrato de consumo, pois a parte Requerente é destinatária final do produto/serviço fornecido pela parte Requerida. Assim aplicáveis os preceitos do CDC para a boa solução desta demanda. Quanto ao mérito, verifico que demanda da parte Requerente presume-se verdadeira, considerando que o quanto alegado por ela (fls. 01/25), foi admitido pela parte Requerida que contestou sem impugnar os fatos alegados (fls. 29/39), conforme art. 341, caput, do CPC. E a presunção de veracidade é reforçada a favor da demanda, porque na verdade a parte Requerida não procurou se desincumbi de seu ônus de prova e, porquanto verifica-se que, embora a contestação da parte Requerida guarde alguma conexão com a demanda destes autos, a mesma é formulada, em parte, por negação geral e, em outra parte, por argumentos genéricos que, por vezes, nem se amoldam a impugnar a pretensão da parte Requerente. E não bastasse que essa situação probatória de presunção de veracidade dos fatos alegados aproveite à parte Requerente, ela ainda trouxe aos autos elementos de prova a corroborar suas alegações fáticas de que sofrera prejuízos de ordem financeira em razão do cancelamento do voo que ocasionou a não utilização de duas das diárias previamente pagas, referentes aos dois quartos reservados (fls. 01/13), conforme documentos de fls. 15/25. Com efeito, verifico que a parte Requerente afirma que os serviços não foram prestados adequadamente e na forma contratada, e para tanto colaciona provas de modo a corroborar as alegações de falha na prestação dos serviços consistente em que houve o cancelamento do voo sem aviso prévio e nenhum tipo de assistência por parte da companhia aérea (fls. 01/14). E a parte Requerida caberia, para afastar a responsabilidade de reparar o decorrente dano alegado, a produção da prova da inexistência do vício alegado pelo consumidor ou de outra excludente da responsabilidade apontada

(art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC). E desse ônus probatório, a mesma não se desincumbiu, porquanto não restou comprovado em sua defesa as alegações de que prestou os serviços de forma adequada (fls. 29/39); mantendo-se, por consequência, a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo consumidor da ocorrência do dano em decorrência da prestação do serviço defeituoso. E não aproveita a parte Requerida a alegação de fato imprevisível, porquanto o fortuito interno, que é aquele inerente ao risco do próprio empreendimento e que ocorrido no momento da realização do serviço, não exclui sua responsabilidade de indenizar os danos sofridos pelo consumidor, conforme conhecida jurisprudência do STJ. Assim, as provas colacionadas pela parte Requerente são bastante para comprovar a existência do vício no serviço e a relação de causalidade entre o mesmo e o dano sofrido pelo consumidor e, como o direito por ela alegado lhe aproveita, julgo pela procedência do pedido. E é dever do fornecedor arcar com a reparação respectiva independentemente de avaliação de existência de culpa quanto ao defeito do serviço que veio a causar o dano a vítima, (CDC, art. 12, caput e 14, caput, que fixa a responsabilidade objetiva do fornecedor em razão do risco da atividade). Quanto aos danos morais, considero que as falhas reiteradas na prestação de serviço da parte Requerida são eventos plenamente ensejadores de abalo emocional e capazes de afetar a vida da pessoa em situação que não se reduz a mero aborrecimento do cotidiano a que eventualmente à pessoa é exposta em seu convívio social. Assim, configurado o dano moral, desde quando, aliado à inerente frustração da parte Requerente de adquirir o serviço com vício, ele sofreu ainda o desgaste de disponibilizar energia e tempo significativo de sua vida para inutilmente tentar resolver o problema a qual não deu causa e cuja solução de fato somente tem perspectiva de alcançar com a realização compulsória do direito em face da parte Requerida que se omite e não agiu para corrigir o fato e reparar os danos causados. E provado o constrangimento ilegal, merece análise o quantum a ser indenizado. A fixação do valor da reparação a ser proporcionada ao consumidor repousa na compensação pelo dano e na injustiça de que foi vítima, inserindo-se como direito básico firmado no inciso VI, do artigo 6° do CDC. E o arbitramento da indenização por danos morais deve operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, à gravidade da lesão e deve servir também como medida educativa, obedecendo sempre aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Assim, fixo os danos morais em cinco salários mínimos, com juros de mora desde o evento danoso em 01.12.2018. Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir do evento danoso em 01.12.2018; No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC). Advogados(s): Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM), Lúcio Antônio Simões Monteiro (OAB 5446/AM), Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM) - Processo 0609546-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Janaina Fontes Cavalcanti - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: WAGNER RICARDO FERREIRA PENHA (OAB 2924/AM) - Processo 0609546-46.2013.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: H. F. RIBEIRO PENHA - ME - Intimo V.Sa a informar o endereço atualizado do requerido Vanderlei da Costa Vale no prazo de 15 (quinze) dias para o prosseguimento da execução.

ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0609636-83.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: CAROLINA NEVES DO PATROCINIO NUNES (OAB 249937/SP), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: BRENDA ARIANA CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 9959/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0609779-67.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Valnei da Costa Alves - REQUERIDO: Visa do Brasil Empreendimentos Ltda (VISA) - Banco Bradesco S/A - Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, a reforma do julgado por via inadequada. Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração. P. R. I.C.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0609799-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria das Graças Moreira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outros - De ordem, fica designado o dia 03/12/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRUNO RODRIGO VALE PALHETA (OAB 7932/AM) - Processo 0609803-66.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERIDA: MARCIA ALVES MARQUES - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0609803-66.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: JH ARAUJO TRANSPORTE E TURISMO LTDA ME - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: ROSEANE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 7610/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0610071-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Tizziana Barbosa dos Reis - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRUNA MARIANA NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 10935/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM) - Processo 0610409-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Dourival Pereira dos Santos - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Teor do ato: Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir do evento danoso em 25.02.2019; No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC). Advogados(s): Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM), Bruna Mariana Nascimento dos Santos (OAB 10935/AM), Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0611165-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Ruth da Trindade Sampaio - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0611261-50.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Andrea Luciene Martins Alcantara - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARLOS HENRIQUE DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 8263/AM) - Processo 0611712-12.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Intimo V.Sa. a comprovar o pagamento do saldo remanescente da condenação (R$1.661,80) , no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de execução.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0611921-78.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Instituto de Educação Aruanã Eireli-me - Intimo V.Sa. a manifestar, no prazo de 15 dias, interesse no prosseguimento da presente ação, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP), ADV: TAQUER JUNIO QUEIROZ RIBEIRO (OAB 13226/AM) - Processo 0612026-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucas Fadel Machado - Luana Martins Lisboa Fadel - Teor do ato: Trata-se de ação de indenização por danos morais. Relatório dispensado na forma do que dispõe o artigo 38, da Lei 9.099/95. DECIDO. A presente demanda versa sobre contrato de consumo, pois a parte Requerente é destinatária final do serviço fornecido pela parte Requerida. Assim aplicáveis os preceitos do CDC para a boa solução desta demanda. Com efeito, verifico que a parte Requerente afirma que os serviços não foram prestados adequadamente e na forma contratada, e para tanto colaciona provas de modo a corroborar as alegações de falha na prestação dos serviços consistente na realização do trecho Recife-Campina Grande por via aérea (fls. 01/14). E a parte Requerida caberia, para afastar a responsabilidade de reparar o decorrente dano alegado, a produção da prova da inexistência do vício alegado pelo consumidor ou de outra excludente da responsabilidade apontada (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC). E desse ônus probatório, a mesma não se desincumbiu, porquanto não restou comprovado de maneira adequada em sua defesa as alegações de que prestou os serviços de acordo com a forma contratada (fls. 35/48); mantendo-se, por consequência, a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo consumidor da ocorrência do dano em decorrência da prestação do serviço defeituoso. E não aproveita a parte Requerida a alegação de fato imprevisível, porquanto o fortuito interno, que é aquele inerente ao risco do próprio empreendimento e que ocorrido no momento da realização do serviço, não exclui sua responsabilidade de indenizar os danos sofridos pelo consumidor, conforme conhecida jurisprudência do STJ. Nessas circunstâncias, aplico a regra de julgamento para manter a presunção de veracidade da causa de pedir desta demanda consumerista (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC e arts. 373, 341 e 374, III e IV, do CPC) e, como o direito por ela alegado lhe aproveita, julgo pela procedência do pedido, uma vez que, concretamente admitido nos autos como verdadeira a existência do vício no serviço e a relação de causalidade entre o mesmo e o dano sofrido pelo consumidor. E é dever do fornecedor arcar com a reparação respectiva independentemente de avaliação de existência de culpa quanto ao vício do serviço que veio a causar o dano as vítimas, (CDC, art. 12, caput e 14, caput, que fixa a responsabilidade objetiva do fornecedor em razão do risco da atividade). Quanto aos danos morais, considero que as falhas reiteradas na prestação de serviço da parte Requerida são eventos plenamente ensejadores de abalo emocional e capazes de afetar a vida da pessoa em situação que não se reduz a mero aborrecimento do cotidiano a que eventualmente à pessoa é exposta em seu convívio social. Assim, configurado o dano moral, desde quando, aliado à inerente frustração dos consumidores de adquirir o serviço com vício, ele sofreu ainda o desgaste de disponibilizar energia e tempo significativo de sua vida para inutilmente tentar resolver o problema a qual não deu causa e cuja solução de fato somente tem perspectiva de alcançar com a realização compulsória do direito em face do fornecedor que se omite e não agiu para corrigir o fato e reparar de maneira adequada os danos causados. Assim provado a concreta lesão aos direitos da personalidade das partes Requerentes consistente na afetação injustificada de sua honra, bem como de sua integridade psicofísica em geral, devido a ausência de informações quanto ao voo e o descumprimento do contrato entre as partes, visto que trecho REC-CPV não foi realizado por via aérea, gerando o direito a compensação moral. E provado o constrangimento ilegal, merece análise o quantum a ser indenizado. A fixação do valor da reparação a ser proporcionada ao consumidor repousa na compensação pelo dano e na injustiça de que foi vítima, inserindo-se como direito básico firmado no inciso VI, do artigo 6° do CDC. E o arbitramento da indenização por danos morais deve operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, à gravidade da lesão e deve servir também como medida educativa, obedecendo sempre aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Assim, fixo os danos morais em cinco mínimos, com juros de mora desde o evento danoso em 27.02.2019. Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir do evento danoso em 27.02.2019; No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC). Advogados(s): Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP), Taquer Junio Queiroz Ribeiro (OAB 13226/AM)

ADV: WELLINGTON MONTEMURRO FILHO (OAB 10992/AM) - Processo 0612150-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Wellington Montemurro Filho - De ordem, fica designado o dia 27/09/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DIOGO VICTOR BRASIL (OAB 9693/AM) - Processo 0612167-45.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: FUNCIONAL GRUPO - CONSTRUÇÃO E REFORMA - Intimo V.Sa. a comprovar o pagamento do valor remanescente da condenação (R$2.611,15), no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de execução.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM) - Processo 0612168-59.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Herlen de Souza Paz - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Conciliação Data: 03/09/2019 Hora 10:15 Local: Sala 1 do 3º JECC (Conciliação Cível) Situacão: Pendente

ADV: MARA LÚCIA REIS DE HOLANDA (OAB 10501/AM) - Processo 0612564-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Lilian Silva Macedio - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM) - Processo 0612843-22.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inadimplemento - REQUERIDO: Nv Indústria Comércio e Construção Ltda e outro - Verifico que a sentença transitou em julgado, além de ultrapassado prazo de cumprimento voluntário; assim, a parte requereu a execução da Sentença às fls. 85/87; A constrição dos bens será buscada via sistema BacenJud, conforme fls. 85/57, e caso infrutífera, deverá ser feito a RenaJud. Aguarde a juntada aos autos do documento de informação de bloqueio da quantia exequenda; ou de restrição de veículo, o qual constituirá o próprio termo de penhora, o (Enunciados cíveis nº 140 e 147 do FONAJE) ; Feita que seja a penhora, ou restrição de veículo, intime-se o executado/devedor, na pessoa de seu advogado ou pessoalmente, para querendo, oferecer embargos, no prazo de 15 (quinze dias) (art. 52,IX c/c os Enunciados 117 e 142 do FONAJE); E caso não seja encontrado bens penhoráveis, intime-se o credor/exequente para nomear bens

do devedor suscetíveis de penhora, no prazo de 30(trinta) dias, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0612879-30.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Alberto Afonso da Cruz Braga - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 15 dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: EUDENIS DANTAS PEREIRA FILHO (OAB 11147/AM) - Processo 0614175-87.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Ana Carla Bonfim - Conciliação Data: 27/11/2019 Hora 09:30 Local: Sala 1 do 3º JECC (Conciliação Cível) Situacão: Pendente

ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMÔEDO FERREIRA (OAB 11025/AM) - Processo 0614394-66.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Dívida Ativa - REQUERENTE: Jose Maria de Alvarenga - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: PAULO FELIPE SARAIVA DA SILVA (OAB 10242/AM) - Processo 0614674-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Paula de Oliveira Pimentel - De ordem, fica designado o dia 29/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SIDNEY COELHO (OAB 9664/AM), ADV: HECTOR DANIEL LOBO FERREIRA (OAB 12717/AM) - Processo 0614961-68.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Onix Construção e Serviços de Manutenção Ltda - "Intimo V.Sa. a juntar cálculo atualizado do valor da condenação (inclusive com multa de 10%), no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de arquivamento dos autos."

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0614991-40.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0615442-31.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: JIMMY DA SILVA ARAÚJO (OAB 9072/AM) - Processo 0615570-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Jimmy da Silva Araújo - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 15 dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: BRUNO RODRIGO MACIEL COSTA DE LIMA (OAB 13094/AM) - Processo 0615705-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - RECLAMANTE: Arcênio José Lobato Júnior - RECLAMADO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência Una (Conciliação

ADV: IZABEL CRISTINA CIPRIANO DE ANDRADE (OAB 6737/AM) - Processo 0616057-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucas de Carvalho Capobiango - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: RENATA MENDES ANGELIM (OAB 13279/AM), ADV: RUAN CARDOSO CAROLINO (OAB 13281/AM) - Processo 0616259-61.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Hélio de Souza Soares - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 15 dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0616343-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Priscila Lemos Soares - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 29/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: CELSO DE FARIA MONTERIRO (OAB 1080A/AM), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0616374-82.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: F.A.O.M. - REQUERIDO: E.C.J.M. - F.S.O.B. e outro - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 15:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0616529-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosidete Veras Barbosa - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0616543-06.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ailton Moreira Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intimo V.Sa. a efetuar o pagamento do saldo remanescente, conforme petição sob fls. 159 a 161,no prazo de 15(quinze) dias,,sob pena de prosseguimento da execução via penhora.

ADV: VIVALDO BORGES NETO (OAB 10895/AM) - Processo 0616558-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Antonia Bentes de Figueiredo Gomes - De ordem, fica designado o dia 31/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM) - Processo 0616601-38.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - AGRAVANTE: Luciete Moreira de Carvalho - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM) - Processo 0616635-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucélia Barbosa de Sá Carvalho - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: RAFAEL CHAVES ALFAIA (OAB 8619/AM) - Processo 0616701-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rafael Chaves Alfaia - De ordem, fica designado o dia 29/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM) - Processo 0616830-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Luiz Leonan de Souza - De ordem, fica designado o dia 01/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADONIS MACIEL PAES (OAB 8865/AM) - Processo 0616848-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Porfírio Ferreira Corrêa - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALYSSON SILVA FALCÃO (OAB 6158/AM) - Processo 0616849-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Paulo Cesar Fontes Filho - De ordem, fica

designado o dia 12/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: JOANILDES DE PAULA FREITAS FERNANDES (OAB 13911/AM) - Processo 0616893-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adleison Gama Farias - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PEDRO CELESTINO DA SILVA (OAB 9758/AM) - Processo 0616917-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Martin Najor Moreno Bravo - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM) - Processo 0616951-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Eline Maria Natal Rodrigues - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALESSANDRA SOUZA DE AQUINO (OAB 13477/AM) - Processo 0617010-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alessandra Souza de Aquino - Conciliação Data: 26/11/2019 Hora 11:30 Local: Sala 1 do 3º JECC (Conciliação Cível) Situacão: Pendente

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0617057-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: João Jorge da Costa Cabral - Conciliação Data: 26/11/2019 Hora 11:00 Local: Sala 1 do 3º JECC (Conciliação Cível) Situacão: Pendente

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0617091-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Andreza Martins da Silva - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: CLEVER GLÓRIA DE LIMA (OAB 13866/AM) - Processo 0617151-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Clever Glória de Lima - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0617207-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alzira da Costa e Silva - De ordem, fica designado o dia 30/09/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0617274-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Gilberto Oliveira da Cunha - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM) - Processo 0617412-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ofir da Silva Maia - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FELIPE REBOUÇAS DEMOSTHENES MARQUES (OAB 11945/AM) - Processo 0617613-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Vizinhança - EXEQUENTE: Adamilton Pereira Melo Junior - De ordem, fica designado o dia 22/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM) - Processo 0617641-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Henrique Barbosa de Moraes - De ordem, fica designado o dia 29/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FELIPE REBOUÇAS DEMOSTHENES MARQUES (OAB 11945/AM) - Processo 0617800-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jean Carlos de Araújo Assante - De ordem, fica designado o dia 02/12/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GIULIANNE LOPES CURSINO (OAB 7922/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0617869-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Maria Valda Ferreira Rebouças - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: ROBERTO AMARAL ARRUDA FILHO (OAB 10034/AM), ADV: MARILENE BALBI DE ALBUQUERQUE (OAB 12492/AM) - Processo 0617882-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Ilza Fonseca da Silva Lima - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM), ADV: LORENA PRINTES HENRIQUES (OAB 11196/AM) - Processo 0618067-04.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Pereira de Lima - REQUERIDO: Empresa de Navegação Erlon Rocha Transportes Ltda Me (Nome de Fantasia: Erlonav) e outro - Diante disto, decreto o abandono da causa e a consequente extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil: Art. 485 - O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30(trinta) dias; Sem custas neste caso, devendo haver o recolhimento de custas em caso de nova interposição.

ADV: JARSON ARIDAY DA SILVA COSTA (OAB 741A/AM) - Processo 0618204-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Eliel da Silva Pinto - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 15:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0618222-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rodrigo Correa de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência Una (Conciliação

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0618259-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Edicarlos Galvin Cavalcante - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM) - Processo 0618260-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Maria Cicero Souza de Lima - Bruna Beatriz Souza de Lima - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0618287-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Modalidade / Limite / Dispensa / Inexigibilidade - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro Ramos Vasconcelos - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 13:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BIANCA LOPES FERRAZ (OAB 14291/AM), ADV: MARCOS DANRLEY DA SILVA LIMA (OAB 13512/AM) - Processo 0618295-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Douglas Miranda da Cunha - Silvana Oliveira da Costa - REQUERIDO: G. R Comercio de Semijoias Ltda - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 16:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUANA PEREIRA RÉGIS (OAB 9340/AM) - Processo 0618306-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Quitação - REQUERENTE: Lucio Barbosa de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0618315-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Walckmar Barbosa da Silv - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0618335-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Joao Bosco dos Santos - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0618366-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Rosilene Ferreira Barbosa - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0618404-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ligiane Pinto Tomaz - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0618428-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Joaquim Medeiros da Silva - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GIDDSON FERREIRA TELES MONTEIRO (OAB 14326/AM) - Processo 0618446-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Emerson Morel Nogueira - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LARISSA LADISLAU DA SILVA (OAB 8276/AM) - Processo 0618481-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Tânia Maria Ladislau Lemos da Silva - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NATÁLIA DI PAULA ARAÚJO DE AQUINO (OAB 8177/AM) - Processo 0618508-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Manuela Maria Silva Lima - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCIANE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 6934/AM) - Processo 0618521-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ricardo Pereira de Mello - EXEQUENTE: Iaci Maria Amaral Cortez - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM) - Processo 0618544-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Elciete Soares de Souza - De ordem, fica designado o dia 29/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0618575-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Romilda Teresa Pinheiro da Silva - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ARNOLDO NOGUEIRA DE SOUZA (OAB 7497/AM) - Processo 0618631-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Flávio Carvalho de Mendonça - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0618640-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Kennedy Cândido da Silva - De ordem, fica designado o dia 29/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELLEN ARANHA DE SOUSA (OAB 14416/AM) - Processo 0618647-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Tamyres Gaia Lima - De ordem, fica designado o dia 29/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0618669-92.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Jofarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda Epp - De ordem, fica designado o dia 29/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FÁBIO LUÍS SANCHES DE PAULA (OAB 8879/AM) - Processo 0618755-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Fábio Luís Sanches de Paula - De ordem, fica designado o dia 29/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELO TEIXEIRA DE SOUZA (OAB 9740/AM) - Processo 0618761-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Adriana Nunes Bezerra - De ordem, fica designado o dia 29/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DAYLA LIMA DA SILVA (OAB 9316/AM) - Processo 0618774-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Agostinho de Oliveira Freitas Júnior - Maria da Conceição Roberto de Lima - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0618782-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Daniel Farah da Cruz - De ordem, fica designado o dia 26/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0618812-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Sabrina Ramalho dos Santos - De ordem, fica designado o dia 26/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAFAELA FERNANDA TIESCA MACIEL CHITTO (OAB 9265/AM) - Processo 0618818-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Erickson Higor da Silva Alves - De ordem, fica designado o dia 26/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PAMELA CRISTINA GARCEZ TEIXEIRA (OAB 14698/AM) - Processo 0618846-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - RECLAMANTE: Sthephanne Lira Teixeira - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 14:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/

AM) - Processo 0618856-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jaci Cavalcanti Gomes Atanazio - Instrução e Julgamento Data: 30/08/2019 Hora 10:00 Local: Sala 3 do 3º JECC (Instrução e Julgamento Cível) Situacão: Pendente

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0618896-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marina Dias Rodrigues - De ordem, fica designado o dia 11/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JEAN PAUL DE ANDRADE SAMPAIO (OAB 14800/AM) - Processo 0618915-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assembléia - REQUERENTE: Maísa de Andrade Sampaio - De ordem, fica designado o dia 25/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GUILHERME MARTINS SIMÕES DA SILVA (OAB 14560/AM) - Processo 0618965-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Therezinha Ruiz de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRUNA MELLO DE MIRANDA FERNANDES (OAB 37997/DF) - Processo 0619022-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Alon Jeferson Michaleski - Larisse Silva Oliveira - De ordem, fica designado o dia 26/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELTON CARLOS DE ARRUDA SANTOS (OAB 12678/AM) - Processo 0619040-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Lucelina Valente Magalhães - De ordem, fica designado o dia 29/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM) - Processo 0619052-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rebeca Lira Chaves - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GISCARDE OVÍDIO KARRER DE MELO MONTEIRO (OAB 6885/AM) - Processo 0619090-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ana Paula Araújo Bezerra - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: MALENA FELIPE (OAB 14427/AM) - Processo 0619131-15.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Josue de Sales Barbosa - De ordem, fica designado o dia 29/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FILIPE MENDES SILVA (OAB 9766/AM) - Processo 0619134-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Reison Queiroz Silva - Marcia Perales Mendes Silva - Filipe Mendes Silva - Rafaela da Silva Gomes - De ordem, fica designado o dia 29/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0619153-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Deleni Rodrigues Costa - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0619163-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Ruth Pereira dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 03/12/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: THAYANNE DA SILVA ANJOS (OAB 13564/AM) - Processo 0619204-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Residencial Florence Garden - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 13:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0619218-39.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Michel de Castro Frota - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a juntar atualização do valor da condenação, com multa e correção monetária, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: THAYANNE DA SILVA ANJOS (OAB 13564/AM) - Processo 0619220-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Residencial Florence Garden - De ordem, fica designado o dia 29/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM) - Processo 0619367-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Luciano Lauro Gomes Mota - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CLAUDIOMAR RIKER VIEIRA (OAB 13450/AM) - Processo 0619586-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Quitação - RECLAMANTE: Jeane Maria Severo de Lima - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 15:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0619645-02.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Carlos Antônio Nogueira da Silva - EXECUTADO: Orleans de Figuereido Lima - Intimo V.Sa. a tomar ciência da conta bancária (fl.59) para depósito dos valores do acordo homologado neste processo.

ADV: FABRÍCIO GUEDES HALINSKI (OAB 5205/AM), ADV: PHILIPE JOSÉ LIMA DE LIMA (OAB 9039/AM), ADV: MARISSOL DOS SANTOS CARVALHO (OAB 13131/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM) - Processo 0619651-43.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Entregar - REQUERENTE: Paulo Carlos de Carli Filho - REQUERIDO: Fabrício Guedes Halinski - Jacqueline Costa Viana - Fabianne Ribeiro Halinski - Teor do ato: Posto isto, decreto a extinção do feito sem julgamento de mérito, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95. Advogados(s): Fabrício Guedes Halinski (OAB 5205/AM), Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM), Philipe José Lima de Lima (OAB 9039/AM), Marissol dos Santos Carvalho (OAB 13131/AM)

ADV: JULIANA DA SILVA SEREJO (OAB 3922/AM) - Processo 0619724-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Margareth Alves Pontes - De ordem, fica designado o dia 27/09/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0619777-59.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Jofarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda Epp - Diante do exposto, Julgo procedente o pedido para condenar a Requerida a pagar a quantia de R$ 1.654,93 (mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e noventa e três centavos), incidindo-se correção monetária e juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: JOSÉ JÚLIO CÉSAR CORRÊA (OAB 7810/AM) - Processo 0619843-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Resgate de Contribuição - RECLAMANTE: Eduardo Harison dos Santos Oliveira - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 13:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JULIANA CYPRESTE FERRARI (OAB 25230/ES) - Processo 0619864-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ivana Vilhena Pinheiro - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 15:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EMANUELLY SOUZA DE ALMEIDA (OAB 10527/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0619891-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ruy Peixoto Pacheco - Regina Abrahim Pacheco - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem, fica designado o dia 24/09/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0619969-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Vanessa Ferreira Marques da Silva - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 14:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0620022-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Glauber Charles Lemos Nunes - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A e outro - De ordem, fica designado o dia 03/12/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANA PAULA IVO FERNANDES (OAB 4288/AM), ADV: ANDRÉA ELDA REIS MENDONÇA (OAB 4255/AM) - Processo 0620090-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Massuello da Silva Quaresma Júnior - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 13:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM) - Processo 0620125-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: David Antonio Babilonia - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 16:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM) - Processo 0620316-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Stephany Dabela de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 26/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0620437-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: D.M.S. - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 13:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FABIANNO MARTINS FRAZÃO (OAB 7004/AM) - Processo 0620502-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Wanderlene de Lira Maduro - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 14:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM) - Processo 0620662-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Bosque Imperial - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 16:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0620682-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Haroldo Alves Pimenta Filho - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 15:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0620786-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Otacildo Gonçalves Ferreira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 03/12/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0620832-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jarlison Augusto dos Santos Silva - De ordem, fica designado o dia 22/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TALLITA LINDOSO SILVA (OAB 13266/AM) - Processo 0620890-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiza Geny Farias Lima - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 15:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM) - Processo 0620971-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ederson Santos da Silva - Patricia Areb da Silva - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 14:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0621166-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ivandecy do Espirito Santo Correa - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 14:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0621197-02.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosa Alves dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Diante do exposto, Julgo parcialmente procedente o pedido para condenar o Requerido a pagar a quantia de R$ 2.994,00 (dois mil, novecentos e noventa e quatro reais), a títulos de danos morais, incidindo-se correção monetária a contar da data desta decisão e juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0621201-73.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Execução Contratual - EXEQUENTE: M. de F. Gonçalo da Silva - L.f.vilhena da Silva - Epp - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM) - Processo 0621384-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Anunciação de Manaus Magalhaes Rodrigues - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: FABÍOLA VASCONCELOS MITOSO (OAB 4236/AM) - Processo 0621419-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Francisco Batista Sobrinho, - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 14:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EWERTON CARNEIRO DA SILVA (OAB 11062/AM) - Processo 0621455-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE:

José do Carmo Galdino - De ordem, fica designado o dia 25/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM) - Processo 0621463-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Noemia Junqueira Guminiak - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARLOS HENRIQUE DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 8263/AM) - Processo 0621495-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Breno Costa de Andrade - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: ROMY ANIE LEAO DA CUNHA (OAB 9267/AM) - Processo 0621525-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: Genir Leite Leao - De ordem, fica designado o dia 11/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CELERINO LEITE JÚNIOR (OAB 6481/AM) - Processo 0621530-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eliane Silva Costa - De ordem, fica designado o dia 22/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIA EMANUELLE FREITAS DA COSTA MARTINS (OAB 14628/AM) - Processo 0621778-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: José Maria Almeida - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 14:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA (OAB 9936/AM) - Processo 0621925-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Alves de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 25/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FARREL RÊGO NOGUEIRA (OAB 8047/AM) - Processo 0621997-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Combustíveis e derivados - REQUERENTE: Carlos Tadeu Alves Lustosa - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 16:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FARREL RÊGO NOGUEIRA (OAB 8047/AM) - Processo 0622046-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Combustíveis e derivados - REQUERENTE: Carlos Tadeu Alves Lustosa - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 14:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FABÍOLA VASCONCELOS MITOSO (OAB 4236/AM) - Processo 0622293-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Daniel Henrique Soares Herrera - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 14:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA (OAB 18501/MT) - Processo 0622371-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Rubens Sanatana da Silva Filho - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 15:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANNE LOUISE VENTURA DA SILVA (OAB 8297/AM) - Processo 0622387-63.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Anne Louise Ventura da Silva - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 16:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SIDNEY DE SOUZA NUNES (OAB 7803/AM) - Processo 0622750-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Karollyn Souza de Jesus - De ordem, fica designado o dia 20/09/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LARISSA VENANCIO COUTINHO (OAB 13943/AM) - Processo 0623154-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cristiane Peinado de Macedo - Conciliação Data: 26/11/2019 Hora 10:30 Local: Sala 1 do 3º JECC (Conciliação Cível) Situacão: Pendente

ADV: HECTOR VICTOR MENDES ALMEIDA (OAB 8249/AM) - Processo 0623279-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Osvaldo Lins Pereira de Souza - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ARISMAR GOMES GUALBERTO JUNIOR (OAB 9326/AM) - Processo 0623315-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Jardel Henrique Becker - De ordem, fica designado o dia 20/09/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NEY ALEXANDRE LIMA LIRA (OAB 13607/AM) - Processo 0623500-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Artemiza Damasceno Brandão - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que a autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: RAQUEL PINTO VALENTE (OAB 6771/AM) - Processo 0623520-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Kelly Lúcia Pinheiro Batista - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 15:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PATRÍCIA DE CASTRO LOPES (OAB 7971/AM) - Processo 0623529-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização do Prejuízo - REQUERENTE: Guiomarina da Gama Antunes - Tendo em vista, os termos da Resolução n.º 12/2017, publicada no D.J.E. De 30/08/2017, deste Egrégio Tribunal de Justiça, que trata sobre a competência territorial para as demandas propostas no âmbito dos Juizados Especiais, verifico que o bairro de domicílio do Requerente (Santa Etelvina), descrito na inicial, pertence a competência abrangida pelo fórum Desembargador Lúcio Fonte de Rezende. Assim, a presente demanda não pode prosseguir nesse Juízo, por falta de competência territorial para a causa. Do exposto, Julgo extinto o processo e determino o arquivamento dos autos com as cautelas de praxe, conforme inteligência do inciso III do art. 51 da lei de regência dos Juizados Especiais. Intimem-se. Oportunamente, Arquivem-se os autos.

ADV: CARLA VLADIANE ALVES LEITE (OAB 6976/AM) - Processo 0623586-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Carla Vladiane Alves Leite - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que a autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante, haja vista as informações divergentes entre o endereço constante na petição inicial, comprovante de residência e cadastro no SAJ.

ADV: ROMUALDO DE AZEVEDO CASTRO (OAB 14088/AM) - Processo 0623732-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Joedson Jose Oliveira da Silva - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 14:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DAGMO VARELA DA CUNHA (OAB 5864/AM) - Processo 0623754-25.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - AGRAVANTE: Dagmo Varela da Cunha - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze)

dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o autor reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: FRANCISCO JACQUES DE AMORIM (OAB 5257/AM) - Processo 0623766-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização do Prejuízo - REQUERENTE: Maria Clara Santos de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DÁRIO DA SILVA GONZAGA (OAB 10661/AM), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: SÉRGIO SAHDO MEIRELES JUNIOR (OAB 13241/AM), ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM) - Processo 0623835-42.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Francilene Augusta da Silva - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0623894-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Vanessa dos Santos Albuqueque - Relatório dispensado conforme art. 38 da lei 9099/95. Tendo em vista, os termos da Resolução n.º 12/2017, publicada no D.J.E. De 30/08/2017, deste Egrégio Tribunal de Justiça, que trata sobre a competência territorial para as demandas propostas no âmbito dos Juizados Especiais, verifico que o bairro de domicílio do Requerente (Mauazinho), descrito na inicial, pertence a competência abrangida pelo fórum Desembargador Azarias Menescal de Vasconcellos. Assim, a presente demanda não pode prosseguir nesse Juízo, por falta de competência territorial para a causa. Do exposto, Julgo extinto o processo e determino o arquivamento dos autos com as cautelas de praxe, conforme inteligência do inciso III do art. 51 da lei de regência dos Juizados Especiais. Intimem-se. Oportunamente, Arquivem-se os autos. P.R.C.

ADV: HENRIQUE HÉRCULES DA COSTA PINTO (OAB 10229/AM) - Processo 0623946-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Francisco Pereira de Aquino - À vista do exposto, com fundamento nas razões acima colacionadas, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, o que faço escudado nos arts. 3º, § 2º e 51, § 1 º, da Lei nº 9.099/95.

ADV: OBERDAN MUSSA TORRES (OAB 14386/AM) - Processo 0624094-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edimilson Alves Louzada - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: cópia dos contracheques de todo período demandado(2014/2019).

ADV: EDUARDO MARAFON SILVA (OAB 45115/SC), ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0627110-62.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Taísa Bezerra Pinto - REQUERIDO: Nyata Serviços Financeiros Ltda e outros - De ordem, fica designado o dia 12/06/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0627553-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Lucilene Gomes Marinho - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Teor do ato: Posto isto, decreto a extinção do feito sem julgamento de mérito, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95. Advogados(s): Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM) - Processo 0629607-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Amelia Sicsu Melo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Ante ao exposto, Julgo improcedentes os pedidos.

Adonis Maciel Paes (OAB 8865/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Albert Valente Matos (OAB 9303/AM)
Aldacy Régis de Sousa Melo (OAB 4752/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Alessandra Souza de Aquino (OAB 13477/AM)
Alexandre Fonseca de Mello (OAB 222219/SP)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Allan Carlos de Azevedo Viana Lima (OAB 8850/AM)
Alysson Silva Falcão (OAB 6158/AM)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Ana Lúcia de Souza Nogueira (OAB 5054/AM)
Ana Paula Ivo Fernandes (OAB 4288/AM)
Anderson Junqueira Guminiak (OAB 9761/AM)
Andréa da Silva Guedes (OAB 10966/AM)
Andréa Elda Reis Mendonça (OAB 4255/AM)
Anne Louise Ventura da Silva (OAB 8297/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
ARISMAR GOMES GUALBERTO JUNIOR (OAB 9326/AM)
Arnoldo Nogueira de Souza (OAB 7497/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bianca Lopes Ferraz (OAB 14291/AM)
Brenda Ariana Corrêa de Araújo (OAB 9959/AM)
Bruna Mariana Nascimento dos Santos (OAB 10935/AM)
Bruna Mello de Miranda Fernandes (OAB 37997/DF)
Bruno Anderson Mendes Amôedo Ferreira (OAB 11025/AM)
Bruno Rodrigo Maciel Costa de Lima (OAB 13094/AM)
Bruno Rodrigo Vale Palheta (OAB 7932/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Carla Vladiane Alves Leite (OAB 6976/AM)
CARLOS ALBERTO GOMES HENRIQUES (OAB 1654/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 1198A/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 37489/BA)
Carlos Henrique da Silva César Pires (OAB 8263/AM)
Carolina Neves do Patrocinio Nunes (OAB 249937/SP)
Celerino Leite Júnior (OAB 6481/AM)
Celso de Faria Monteriro (OAB 1080A/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cindy de Paula Puim (OAB 394766/SP)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Claudiomar Riker Vieira (OAB 13450/AM)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Clever Glória de Lima (OAB 13866/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiane Yamada da Silva (OAB 3955/AM)
Dagmo Varela da Cunha (OAB 5864/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Dário da Silva Gonzaga (OAB 10661/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Dayla Lima da Silva (OAB 9316/AM)
Diogo Victor Brasil (OAB 9693/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Eduardo Marafon Silva (OAB 45115/SC)
Ellen Aranha de Sousa (OAB 14416/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Elton Carlos de Arruda Santos (OAB 12678/AM)
Emanuelly Souza de Almeida (OAB 10527/AM)
Eudenis Dantas Pereira Filho (OAB 11147/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Ewerton Carneiro da Silva (OAB 11062/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fabianno Martins Frazão (OAB 7004/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)

Fábio Luís Sanches de Paula (OAB 8879/AM)
Fabíola Vasconcelos Mitoso (OAB 4236/AM)
Fabrício de Souza Rocha (OAB 6861/AM)
Fabrício Guedes Halinski (OAB 5205/AM)
Farrel Rêgo Nogueira (OAB 8047/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Felipe Rebouças Demosthenes Marques (OAB 11945/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Filipe Mendes Silva (OAB 9766/AM)
Franciane Monteiro Cavalcante (OAB 6934/AM)
Francicleia da Silva Machado Matos (OAB 11119/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Alves de Oliveira (OAB 9936/AM)
Francisco Antonio Fragata Júnior (OAB 39768/SP)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Jacques de Amorim (OAB 5257/AM)
Francisco Ricardo dos Santos Assis (OAB 12493/AM)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Giddson Ferreira Teles Monteiro (OAB 14326/AM)
Giscarde Ovídio Karrer de Melo Monteiro (OAB 6885/AM)
Giulianne Lopes Cursino (OAB 7922/AM)
Greysa Mores Fragoso (OAB 12765/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Martins Simões da Silva (OAB 14560/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hector Daniel Lobo Ferreira (OAB 12717/AM)
HECTOR VICTOR MENDES ALMEIDA (OAB 8249/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Hércules da Costa Pinto (OAB 10229/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Itallo Gustavo de Almeida Leite (OAB 7413/MT)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Izabel Cristina Cipriano de Andrade (OAB 6737/AM)
JACQUELINE CORREA SANTIAGO (OAB 9710/AM)
Jarson Ariday da Silva Costa (OAB 741A/AM)
Jean Paul de Andrade Sampaio (OAB 14800/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
Jimmy da Silva Araújo (OAB 9072/AM)
Joanildes de Paula Freitas Fernandes (OAB 13911/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Júlio César Corrêa (OAB 7810/AM)
Juliana Cypreste Ferrari (OAB 25230/ES)
Juliana da Silva Serejo (OAB 3922/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lais Lima Fernandes (OAB 160462MG)
Larissa Ladislau da Silva (OAB 8276/AM)
Larissa Rosas Nogueira Chagas (OAB 12939/AM)
Larissa Venancio Coutinho (OAB 13943/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Livia Maria Lucca Silva (OAB 177142/MG)
LORENA PRINTES HENRIQUES (OAB 11196/AM)
Luana Pereira Régis (OAB 9340/AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lúcio Antônio Simões Monteiro (OAB 5446/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Carlos Monteiro Laurenço (OAB 16780/BA)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Luiz Gonzaga Pinheiro Júnior (OAB 12021/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Malena Felipe (OAB 14427/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Mara Lúcia Reis de Holanda (OAB 10501/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Teixeira de Souza (OAB 9740/AM)
Márcia Monteiro Alves Vailante (OAB 10333/AM)
Marcos Danrley da Silva Lima (OAB 13512/AM)
Marcos Pereira da Silva (OAB 11150/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria Emanuelle Freitas da Costa Martins (OAB 14628/AM)
Marilene Balbi de Albuquerque (OAB 12492/AM)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Marissol dos Santos Carvalho (OAB 13131/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Natália Di Paula Araújo de Aquino (OAB 8177/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Alexandre Lima Lira (OAB 13607/AM)
Oberdan Mussa Torres (OAB 14386/AM)
Pamela Cristina Garcez Teixeira (OAB 14698/AM)
Patrícia de Castro Lopes (OAB 7971/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Felipe Saraiva da Silva (OAB 10242/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Pedro Celestino da Silva (OAB 9758/AM)
Philipe José Lima de Lima (OAB 9039/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Priscila de Souza Macedo Neves (OAB 13017/AM)
Rafael Chaves Alfaia (OAB 8619/AM)
Rafael Clementino Pinto da Silva (OAB 10269/AM)
Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (OAB 9265/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Raquel Pinto Valente (OAB 6771/AM)
Rejane Rocha Marinho (OAB 13016/AM)
Renata Mendes Angelim (OAB 13279/AM)
Ricardo Pinheiro da Costa (OAB 7952/AM)
Roberto Amaral Arruda Filho (OAB 10034/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Soares do Nascimento (OAB 129459/MG)
Romualdo de Azevedo Castro (OAB 14088/AM)
Romy Anie Leao da Cunha (OAB 9267/AM)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
Roseane Rodrigues da Cunha (OAB 7610/AM)
Ruan Cardoso Carolino (OAB 13281/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Sélvio Rodrigues de Souza (OAB 8308/AM)
Sérgio Sahdo Meireles Junior (OAB 13241/AM)
Sidney Coelho (OAB 9664/AM)
Sidney de Souza Nunes (OAB 7803/AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Sthefano Malheiros Santana de Almeida (OAB 18501/MT)
Sulamita Brandão da Rocha (OAB 4782/AM)
Tallita Lindoso Silva (OAB 13266/AM)
Taquer Junio Queiroz Ribeiro (OAB 13226/AM)
Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)

Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Thayanne da Silva Anjos (OAB 13564/AM)
Victor Gabriel Fernandes Monteiro (OAB 9420/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Vivaldo Borges Neto (OAB 10895/AM)
Wagner Ricardo Ferreira Penha (OAB 2924/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wellington Montemurro Filho (OAB 10992/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO ONILDO SANTANA DE BRITO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA M. FILHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0114/2019

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM), ADV: FERNANDO RODRIGUES DOS SANTOS (OAB 196461/SP), ADV: JEAN COLIN TALAVERA. (OAB 230741/SP) - Processo 0205836-88.2010.8.04.0015 (015.10.205836-3) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Samara Cavalcante Martins - REQUERIDO: Sorobens Consórcio S/C Ltda e outros - Intime-se a parte Executada para informar, no prazo de 10 dias: 1) se a mesma já cumpriu o não a sentença de fls. 104/105 e fls. 252/254, fazendo comprovação documental do pagamento da quantia, acaso cumprida a obrigação; 2) se a parte Exequente foi ou não contemplada por sorteio na assembleia; 3) Se já houve ou não o encerramento do plano/grupo de consórcio objeto da demanda 4) Se não houve o encerramento do plano/grupo de consórcio, que informe a data do encerramento do mesmo; Intime-se a parte Exequente para informar, no prazo de 10 dias, sob pena de abandono de causa: 1) se a mesma já recebeu ou não a quantia em cumprimento de sentença de fls. 104/105 e fls. 252/254; 2) se foi ou não contemplada por sorteio na assembleia; 3) Se não houve o encerramento do plano/grupo de consórcio, informar a data do encerramento do mesmo.

ADV: ADELCI MARIA IANNUZZI MENDONÇA (OAB 1214/AM), ADV: ALINE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 9743/AM) - Processo 0600249-73.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Confabre Confecções do Brasil Ltda - Eppcnfabreconfecções do Brasil Ltda - Epp - Intimo V.Sa. a manifestar-se, no prazo de 15 dias, sobre certidão do Oficial de Justiça, bem como indicar bens penhoráveis do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM) - Processo 0600725-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Daniel da Silva Rabelo - REQUERIDO: Condominio Jardim Paradiso Girassol - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0602152-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - RECLAMANTE: Marcio da Silva Flores - RECLAMADO: Luxottica Brasil Produtos Oticos e Esportivos Ltda (Oakley Brasil Ldta) - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: CESARE ANGELINI NETO (OAB 13382/AM), ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM) - Processo 0602443-51.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: CESARE ANGELINI NETO - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0603140-67.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM) - Processo 0604710-54.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Oneide Duarte da Silva - REQUERIDO: Banco Agiplan S.a. - R.H. Analisando os autos, verifico necessidade de trazer à demanda provas essenciais para o julgamento da lide, qual seja: 1) valor total resultante dos saques/valores depositados na conta bancária da parte Requerente; 2) planilha detalhada do total que descontado nos proventos/pensão da Requerente referente ao contrato de empréstimo/cartão de crédito firmado com a parte Requerida. Sendo assim, determino que a Requerente, no prazo de 10 (dez) dias, apresente a documentação, sob pena de arquivamento do feito. Após, intime-se o Requerido para manifestar sobre o que entender de direito em igual prazo. E por ato contínuo, voltem-me os autos concluso para sentença.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0604712-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Paula Almeida de Moraes - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0604719-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Paula Almeida de Moraes - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG) - Processo 0605033-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Jorge Arthur Lima de Souza - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM) - Processo 0606068-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Elane de Lima Brandao - Trata-se de pleito de suspensão, compulsando os autos verfico que a tentativa de citação do Requerido restou infrutífera. Assim, determino ao Requerente que informe endereço atualizado do Requerido, no prazo de 30 (trinta dias), sob pena de abandono nos termos do art. 485, inc. III do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NATHASHA CRISTINA MELO DA ROCHA DE HOLANDA BESSA (OAB 11755/AM) - Processo 0606202-47.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: P. Lopes & Cia Ltda - Alarme & Cia - REQUERIDO: Pdg Vendas Corretora Imobiliária Ltda. e outro - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 15 dias, contrarrazões à Exceção nos presentes autos.

ADV: ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA (OAB 86844/MG), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0606307-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Andre D Avila da Silva - REQUERIDA: Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: MOZART LUIS NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 5436/AM) - Processo 0606475-02.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: GENARIO MACIEL MORAES - REQUERIDA: Guatacira Ferreira Vermelho - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: CELSO JOSE DIAS (OAB 11774/AM), ADV: SÉRGIO LUIZ RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 12953/AM) - Processo 0608219-90.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Vanuza Pereira de Brito - RECLAMADO: Centro de Ensino Superior Nilton Lins - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco)

dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0608783-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Walkyria Lucas da Conceição - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM) - Processo 0609524-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jorge Henrique Fernandes da Silva - REQUERIDO: Direcional Jhsf Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE) - Processo 0612301-67.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edilberto Gurgel Barros Júnior - REQUERIDO: Alves e Amorim Comércio de Veículos Ltda - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0612385-05.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM) - Processo 0612601-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - EXEQUENTE: Protazio Goncalves Botelho - Intimo V.Sa a manifestar-se sobre a certidão exarada pelo Oficial de Justiça, às fls.46,no prazo de 10(dez) dias, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: PAULO HUMBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB 10033/AM) - Processo 0613925-54.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Gutemberg Soares de Souza - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: MIGUEL BARRELLA FILHO (OAB 1622/AM) - Processo 0614162-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maria de Nazaré Figueredo Paiva - REQUERIDA: Lurdmay Nadja Nara de Morais - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0615230-10.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Mario Luiz Reis - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0615319-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eduardo Vila Beneyto - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0616669-22.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Taina Silva do Nascimento - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: MANOEL VICENTE DA SILVA NETO (OAB 13488/AM) - Processo 0620098-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francisco Sousa Barros - REQUERIDO: Iresolve Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A - Banco Santander Brasil S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM) - Processo 0621903-19.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adauto Lúcio Maués Nazareth - REQUERIDO: Ss Casa Noturna Prod. e Eventos Ltda (All Night) - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: MARIA ISABEL DE ALEMIDA ALVARENGA (OAB 130609/SP), ADV: WANDERLEY PINHEIRO DA SILVA (OAB 13288/AM) - Processo 0627399-92.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Amazon-viagens e Turismo Ltda-me - REQUERIDO: Pátria Agência de Viagem e Turismo Ltda - Me - Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - MASTERCARD BRASIL SOLUÇÕES DE PAGAMENTO LTDA - Visa do Brasil Empreendimentos Ltda (VISA) e outro - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: ELLEN CAROLINA LIMA COLARES (OAB 11239/AM), ADV: JESSICA GONÇALVES DOS SANTOS (OAB 30053/CE) - Processo 0627781-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Universidade Patativa do Assare- Upa - REQUERIDO: Edgar Amorim Azevedo - Assim, intime-se a parte Requerente para juntar aos autos cópia do referido acordo, no prazo de 30 (trinta dias), sob pena de abandono nos termos do art. 485, inc. III do CPC. Intime-se.

ADV: KATARINI OLIVEIRA GADELHA (OAB 11747/AM) - Processo 0627869-26.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Lincoln Barros Farias - REQUERIDO: Anderson Lopes Reuse - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0628148-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Tarcisio Ferreira Frota Junior - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

Adelci Maria Iannuzzi Mendonça (OAB 1214/AM)
Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Aline Oliveira da Costa (OAB 9743/AM)
Ana Carolina Remígio de Oliveira (OAB 86844/MG)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Celso Jose Dias (OAB 11774/AM)
Cesare Angelini Neto (OAB 13382/AM)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Eduardo Alvarenga Viana (OAB 6032/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Ellen Carolina Lima Colares (OAB 11239/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM)
Fernando Rodrigues dos Santos (OAB 196461/SP)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jean Colin Talavera. (OAB 230741/SP)
Jessica Gonçalves dos Santos (OAB 30053/CE)
José Artur Pozzetti (OAB 9707/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Katarini Oliveira Gadelha (OAB 11747/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)

Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Manoel Vicente da Silva Neto (OAB 13488/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria Isabel de Alemida Alvarenga (OAB 130609/SP)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Miguel Barrella Filho (OAB 1622/AM)
Mozart Luis Nascimento dos Santos (OAB 5436/AM)
Nathasha Cristina Melo da Rocha de Holanda Bessa (OAB 11755/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Humberto Carvalho de Oliveira (OAB 10033/AM)
Sérgio Luiz Ribeiro dos Santos (OAB 12953/AM)
Wanderley Pinheiro da Silva (OAB 13288/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0149/2019

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0605716-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sebastião Araújo da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 27/09/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0609709-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Lorene Camargo Silva - De ordem, fica designado o dia 26/11/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0610373-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - De ordem, fica designado o dia 29/11/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0610604-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Eduardo Ferreira da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0611208-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Jose da Silva Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a e outro - De ordem, fica designado o dia 03/12/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0614053-74.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Joelma da Silva Pereira - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$6.146,51(SEIS MIL CENTO E QUARENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS) nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0614281-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ernandes Ferreira de Souza - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Banco Bradesco S/A - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 23 de agosto de 2019.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0620280-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Ademilde da Silva Fernandes - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 154/AM), ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM) - Processo 0621594-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Janete da Silva Veras - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0622928-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria Tavares de Souza Santa. - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ARTHUR CARLOS PERALTA NETO (OAB 184268/RJ), ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM) - Processo 0623475-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Ninfa Pinheiro de Lima - REQUERIDO: Nutrimental S/A Indústria e Comércio de Alimentos e outros - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: VERONICA BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 11335/AM) - Processo 0623948-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Felipe Fontenelle Marques - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0627299-40.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Cond. Residencial Vista do Sol - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM) - Processo 0634899-23.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Célia Ribeiro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 24/01/2020 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arthur Carlos Peralta Neto (OAB 184268/RJ)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)

Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)
Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB 154/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Veronica Barbosa de Oliveira (OAB 11335/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0150/2019

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC) - Processo 0201440-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica redesignado o dia 12/09/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ONILDO SANTANA DE BRITO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDRÉ LUÍS NEVES HAYDEN
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0143/2019

ADV: ALEXSANDRA DE SOUZA CARVALHO (OAB 12237/AM), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP) - Processo 0200206-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A a indenizar a parte Requerente

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0603263-65.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERIDO: Cartaxo Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Spe - Diante do requerimento do Exequente às fls. 232/234, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$16.559,16 (Dezesseis mil quinhentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ENALDO ALMEIDA CORREA (OAB 7696/AM) - Processo 0606559-27.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Veículos - REQUERENTE: Claudio Lopes Machado - De ordem, fica redesignada o dia 19/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0606731-71.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: JOSE ROBERTO DE SOUZA MACIEL - Diante do requerimento do Exequente às fls. 286/288, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença/acórdão e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$7.445,21 (sete mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e vinte e um centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0606912-72.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0608361-60.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

ADV: JOÃO BATISTA PINTO (OAB 6930/AM) - Processo 0608933-84.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Protesto Indevido de Título - REQUERIDO: Condomínio do Edificio de Lobrás - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0608991-19.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

ADV: GABRIEL AMÂNCIO DA SILVA SANTOS (OAB 14123/AM) - Processo 0609390-48.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Escola Batista Arca de Noé - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0609575-86.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0609713-53.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0609746-43.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - De ordem, considerando o resultado da penhora via Renajud, fica designado o dia 14/11/2019 às 12:00h para a realização de audiência de conciliação, nos termos do art. 53, § 1º e 2º, da Lei n. 9.099/95.

ADV: ALCIMAR ALMEIDA SENA (OAB 2788/AM), ADV: MICHEL FARAH SADALA SENA (OAB 9438/AM), ADV: MARTHA LORENA GOMES DE JESUS PEREIRA (OAB 9261/AM) - Processo 0609939-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sarah Emilia Chagas Ventilari - De ordem, fica redesignada o dia 22/10/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HANNA NOGUEIRA MAIA (OAB 38927/CE) - Processo 0614499-43.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: L&m Servicos de Assessoria Eireli-me - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

ADV: JAMIL RIBEIRO DA SILVA (OAB 7167/AM), ADV:

MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0614837-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Pemar Comércio e Importação Ltda - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Banco Santander Brasil S/A - De ordem, intime-se a parte Recorrida para que apresente contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 19 de agosto de 2019.

ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0615971-84.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 394/395, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 7.307,40 (Sete mil trezentos e sete reais, e quarenta centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal.

ADV: JOÃO PEDRO BARROS DE OLIVEIRA (OAB 14559/AM) - Processo 0617669-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Luzia Simone da Silva Duarte - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: RUY SILVIO LIMA DE MENDONCA (OAB 18285/PA), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM) - Processo 0618024-04.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Marcelo Rosas Alves - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 19 de agosto de 2019.

ADV: THAYANNE DA SILVA ANJOS (OAB 13564/AM) - Processo 0619190-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Residencial Florence Garden - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HELÁDIO DE SOUZA GOMES (OAB 11163/AM) - Processo 0620435-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Laise Barbosa Silva Teixeira - Jéssica Kesya Gonçalves Loiola - Priscila Nara Novoa dos Reis - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: KARLA PATRÍCIA BULASLAN DE MENDONÇA (OAB 11742/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 1235A/AM) - Processo 0620906-36.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rafael da Costa Melo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls.117/118, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 1.679,21 (Um mil seiscentos e setenta e nove reais, e vinte e um centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0621150-62.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ineia da Silva Trindade - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 23/01/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PATRÍCIA DE CASTRO LOPES (OAB 7971/AM) - Processo 0621385-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rainaira Monteiro Belem - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM), ADV: ITALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM), ADV: LUANA ADRIANA CRUZ DA SILVA (OAB 8184/AM) - Processo 0622216-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Silvano Ferreira da Silva - REQUERIDO: Farmácias Flex Farma - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a RequeridaFarmácias Flex Farma a indenizar a parte Requerente Silvano Ferreira da Silva por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros e correção monetária a partir da publicação da sentença. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: FERNANDO DIEGO GÓES LIMA (OAB 5742/AM) - Processo 0622250-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dívida Ativa - REQUERENTE: Tiago Sena Sevalho - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, e em face da verossimilhança das alegações da parte autora e dos documentos acostados aos autos, concedo a tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC, e determino que a requerida promova a baixa da restrição creditícia do SPC e SERASA, referente ao débito ora questionado, no prazo de 10 (dez)dias, contados da intimação, sob pena de incidir na multa diária de R$500,00, até o limite de dez dias multa. Concedo ainda a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 09/09/2019 às 08:30h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0628592-45.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Marcio Gois Arruda - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a e outro - De ordem, intime-se a parte Recorrida para que apresente contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 19 de agosto de 2019.

Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Alcimar Almeida Sena (OAB 2788/AM)
Alexsandra de Souza Carvalho (OAB 12237/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)

Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Enaldo Almeida Correa (OAB 7696/AM)
Fernando Diego Góes Lima (OAB 5742/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Gabriel Amâncio da Silva Santos (OAB 14123/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Hanna Nogueira Maia (OAB 38927/CE)
Heládio de Souza Gomes (OAB 11163/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Italo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Jamil Ribeiro da Silva (OAB 7167/AM)
João Batista Pinto (OAB 6930/AM)
João Pedro Barros de Oliveira (OAB 14559/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 1235A/AM)
Karla Patrícia Bulaslan de Mendonça (OAB 11742/AM)
Luana Adriana Cruz da Silva (OAB 8184/AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB 9261/AM)
Michel Farah Sadala Sena (OAB 9438/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Patrícia de Castro Lopes (OAB 7971/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
RUY SILVIO LIMA DE MENDONCA (OAB 18285/PA)
Thayanne da Silva Anjos (OAB 13564/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ONILDO SANTANA DE BRITO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDRÉ LUÍS NEVES HAYDEN
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0151/2019

ADV: MARIA GLÁUCIA BARBOSA SOARES (OAB 2477/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM) - Processo 0200603-95.2019.8.04.0015 (processo principal 0602065-95.2014.8.04.0015) - Cumprimento Provisório de Sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: MIRTES DA SILVA MELGUEIRO - REQUERIDO: EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda. - R.H. Inicialmente, não acolho a nomeação dos veículos à penhora, uma vez que, por força do art. 835, I, do CPC, há prevalência do dinheiro. Com relação à liquidação do valor da condenação, determino que a secretaria proceda a atualização, atentando-se que o início dos juros é em 14/03/2011, da correção monetária, 23/03/2015, assim como os acréscimos de 20% de honorários, 2%, litigância de má-fé, estes decorrentes de Acórdão, assim como da multa de 10%, na forma do art. 523 do CPC. Em seguida, expeça-se o mandado de penhora, a ser cumprido diretamente na boca do caixa. À Secretaria para as providências.

ADV: ANTÔNIO ARY FRANCO CÉSAR (OAB 123514/SP), ADV: RENATA MALCON MARQUES (OAB 24805/BA) - Processo 0201146-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Assurant Seguradora S.A. - Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a empresa requerida Assurant Seguradora S.A. a pagar a requerente Luciana Elaine Marques Perira o valor de R$ 1.000,00 (Hum mil reais) a título de danos morais, com juros e correção monetária a contar da publicação da sentença. Deixo de condenar a Requerida em danos materiais, referente a restituição do valor pago, eis que o mesmo já fora restituído a autora.

ADV: HENRIQUE BARCELOS BUCHDID (OAB 5913/AM) - Processo 0201465-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Empresa C. Borges do Nacimento - Verifico que na presente demanda a questão de mérito é unicamente de direito, nos moldes do art. 355 do CPC. Desta forma, intime-se a parte Requerida para, no prazo de 10 dias, efetuar a juntada da contestação e dos documentos que achar de direito. Cumprida a diligência, conclusos para sentença. Exclua-se o processo da pauta de audiência.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0201834-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Juliana Cohen Rodrigues - REQUERIDO: Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas S.A - SODECAM - DECISÃO Analisando os autos verifico que encontram-se presentes os requisitos que autorizam o deferimento do pedido de antecipação de tutela requerido. O perigo de dano se encontra evidenciado, já que a autora necessita realizar de urgência matrícula junto a Instituição de Ensino Superior que é de fundamental importância ao seu interesse,tendo em vista como se observa às fls. 16 dos autos constar do pagamento da mensalidade, ora objeto da lide e assim, diante do exposto, concedo a tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC a fim de determinar que a requerida proceda no prazo de 72(setenta e duas) horas com a efetivação da rematrícula da autora no período pretendido ou seja o 4º período do Curso de Direito. Em caso de descumprimento ou seja não o fazendo incorrerá em multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) por cada dia de descumprimento até o limite de 10 dias. Concedo ainda a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 13/09/2019 às 11:15h na Sala de conciliação A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Espe

ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM) - Processo 0205108-18.2008.8.04.0015/01 - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: Annalisse Xavier Valois - Isto posto, com fulcro no que dispõe o art. 485, III, do CPC, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito. Isento de custas e despesas . (Art. 55 da Lei 9099/95).

ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0205305-21.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERIDO: Regilson de Souza Tavares - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

ADV: MARISA DE ALMEIDA MACOLA MARINS (OAB 10301/PA), ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM), ADV: THIAGO COLLARES PALMEIRA (OAB 11730/PA) - Processo 0600043-25.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Raisa Costa Souza - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - Marcep Corretagem de Seguros S/A - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme petição/termo de audiência de fls. , dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Proceda-se, desde logo, a execução, mediante as penhoras eletrônicas. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM) - Processo 0601217-06.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls.143/144, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, “b”, do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: AYRIENE FRORES DE SOUSA (OAB 12105/AM) - Processo 0601727-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marilene Alves Muller - Acolho o pedido de fls. 37, para inclusão do Sr. Jucelino dos Reis Silva no polo passivo da ação, bem como a citação da Sra. Helen Bastos de lima. Assim, paute-se audiência de conciliação À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM) - Processo 0602060-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Roger Marques Mendes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante ao exposto, tenho por reconhecer, de ofício, a ocorrência de coisa julgada, a envolver as mesmas partes, o mesmo objeto e a mesma causa de pedir, pelo que julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, ao arrimo do artigo 485, V do CPC. Indefiro o pedido de justiça gratuita por não restar provado nos autos prejuízo à sua subsistência. Após, o trânsito em julgado, arquive-se. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. P.R.Intimem-se.

ADV: THAYANNE DA SILVA ANJOS (OAB 13564/AM), ADV: ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (OAB 8525/AM) - Processo 0602289-59.2016.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL THE CLUB RESIDENCE - Vistos etc. Considerando o que dispõe o art. 53, parágrafo 4o, da Lei 9.099/95 e evidenciando não possuir o devedor bens penhoráveis nesta ocasião, determino o arquivamento da execução em epígrafe. Em caso de requerimento, proceda a Secretaria a expedição da certidão de dívida, a fim de que seja levada à protesto extrajudicial do crédito da parte autora, como forma de um aditivo que resguarde o seu crédito e contribua para recebê-lo posteriormente. Intime-se. Arquive-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM) - Processo 0602637-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Isabel Tereza Simões Coutinho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - J A Lima Nascimento - Epp (Dental Saúde) - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls.151/152, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Expeça-se Alvará, após arquive-se .. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0602746-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria da Conceição Lima Vieira - RECLAMADO: Vivo S/A - Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC para DECLARAR a inexistência da relação jurídica entre as partes, referente ao contrato n° 2111668566 e por consequência a inexigibilidade do débito no valor de R$ 144,15 (cento e quarenta e quatro reais e quinze centavos). Julgo Improcedente os Danos Morais. Defiro o pedido de justiça gratuita. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. P.R.Intimem-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0602801-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sebastião Pereira da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM) - Processo 0602821-02.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Claro S/A - Vistos etc. Trata-se de impugnação à execução em que o executado refuta a aplicação da multa insculpida no art. 523 do CPC, em razão de ter depositado o valor da condenação dentro do prazo legal. Conforme se observa, o embargante efetuou o depósito relativo ao cumprimento voluntário da sentença no último dia do prazo, qual seja, 28.03.2019, tendo juntado o comprovante de pagamento no dia 31.03.2019. Nesse passo, não há que se aplicar a multa insculpida no art. 523, porquanto o depósito foi realizado temporaneamente, assim como a juntada do comprovante realizado dentro de um prazo razoável. Veja-se que não se observou qualquer prejuízo ao embargado que justificasse a incidência da sobredita penalidade. Posto isto, julgo procedente os embargos à execução, declarando a nulidade da penhora atinente à multa de 10%. Proceda-se o desbloqueio. Arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0602870-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Lindinalva Maria Santos Lucena - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Isto Posto, na forma do art. 487, I do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da Requerente para o efeito de condenar o Requerido a parte autora o valor de R$28,60 (Vinte e oito reais e sessenta centavos), referente ao dobro do valor descontado, à título de dano materiais, com juros e correção monetária a contar da citação. JULGO IMPROCEDENTE os Danos Morais. Determino que a Requerida se abstenha de promover novos descontos, referente a "SEGURO MAIS PROTEÇÃO", sob pena de multa diária de R$ 200,00 até o limite dez descontos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0603722-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, com efeito de extinguir o processo sem resolução do mérito. REVOGO a tutela de fls. 23. DEFIRO o pedido de justiça gratuita. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0603887-17.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: Manoel Martinho da Rocha Cardoso - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 15 de agosto de 2019.

ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: JOSÉ MILITÃO RODRIGUES DA SILVA (OAB 12721/AM) - Processo 0603904-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gilcelly Guimarães de Andrade - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO o RECURSO INOMINADO de fls. 119/121 apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Contrarrazões do recorrido já apresentadas de forma regular. Remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ADRIANA MÁRCIA COSTA CÂNCIO (OAB 6119/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM) - Processo 0604501-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Rosete de Jesus Almeida - REQUERIDO: Direcional Corretora de Imoveis

- Isto Posto, nos termos do art. 51, inciso II da lei 9.099/95, Julgo Extinto o Processo sem resolução do mérito. Indefiro o pedido de justiça gratuita por não restar provado nos autos prejuízo à sua subsistência.

ADV: ARAÚJO & BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 524/AM), ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: EMMANUEL SOUSA VIANA (OAB 12409/AM) - Processo 0604692-33.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Brenda Florêncio da Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, com a concordância com o valor, remetos os autos à fila de expedição de alvará, com consequente extinção do feito pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0604897-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Alessandra Santos de Oliveira - Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a requerida a pagar a requerente o valor de R$3.000,00 (três mil reais) à título de danos morais, acrescido de juros e correção monetária a contar desta data. Declaro a inexigibilidade do débito em nome da Requerente. Ratifico a decisão interlocutória de fls.24 Sem ônus sucumbenciais, face ao disposto no art. 55, primeira figura, da Lei 9.099/95. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0604984-52.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls.318/320, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, “b”, do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MAURO GILBERTO FROTA LOBATO (OAB 10848/AM), ADV: MANOEL AUGUSTO DO NASCIMENTO (OAB 12936/AM) - Processo 0605163-75.2019.8.04.0092 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Arlene Maria Costa Pereira - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, e em face da verossimilhança das alegações da parte autora e dos documentos acostados aos autos, concedo a tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC, e determino que seja expedido o mandado de busca e apreensão do veículo de placa NOP-2529, KIA/CERATO, a ser entregue à autora, a qual deverá manter sob sua guarda até ulterior decisão. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO FRANCISCO MARQUES PEREIRA CUNHA (OAB 13429/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0606005-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Melanie Marian León Graça - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme petição de fls. 95 e 96 , dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: MARCOS PEREIRA DA SILVA (OAB 11150/AM), ADV: JOSUÉ NASCIMENTO PIMENTEL (OAB 9118/AM) - Processo 0606008-81.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Dubom Fracionamento e Ind. de Cereais Ltda - Vistos etc. Relatório dispensado. (Lei 9.099/95, art. 38, caput). A autora, mesmo intimada, não observou a diligência determinada por este juízo, situação essa que configura desinteresse superveniente na efetivação da tutela jurisdicional. Por outro lado, no rito adotado pela Lei 9.099/95 é desnecessária a prévia intimação da parte para a extinção do processo. (art. 51, § 1º). ISTO POSTO, determino o arquivamento do feito com fundamento no art. 485, III do CPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Manaus, 15 de agosto de 2019. Irlena Leal Benchimol Juíz de Direito

ADV: LOUISE SAMPAIO SALDANHA (OAB 9237/AM) - Processo 0606390-11.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: M G Silva Monteiro & Cia Ltda (Três Z Móveis Planejados) - Diante do requerimento do Exequente às fls. 59, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$3.317,95(TRÊS MIL TREZENTOS E DEZESSETE REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ARTHUR CÉSAR ZAHLUTH LINS (OAB 5238/AM), ADV: LUIZ FERNANDO ALMENDROS DE OLIVEIRA (OAB 14483/AM) - Processo 0607293-75.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Seilani Nogueira Almendros de Oliveira - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 12 de agosto de 2019.

ADV: JOÃO VICTOR CASTELLO BRANCO (OAB 9454/AM), ADV: JÚLIA VIEIRA DE CASTRO LINS BOTELHO (OAB A1210/AM) - Processo 0607340-49.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mayara Siqueira Brilhante - REQUERIDO: TAP - Transportes Aéreos Portugueses S/A - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a requerida

ADV: KÁTIA DE OLIVEIRA PINHEIRO LEITÃO (OAB 4333/AM), ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM) - Processo 0607677-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Francisco Eduardo Ribeiro Júnior - REQUERIDO: Refrial Distribuidora Comercial de Máquinas e Peças Ltda - Posto isto, na forma do art. 487, I do CPC, Julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a Requerida a pagar ao Requerente pelos danos morais, o valor de R$2.000,00 (dois mil reais), computados juros e correção monetária a contar da publicação da sentença. Deixo de condenar a Requerida em danos materiais, pelos motivos expostos. Indefiro o pedido de justiça gratuita a parte autora por não restar provado nos autos prejuízo à sua subsistência.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0607762-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Marina Barreto Vieira - De ordem, fica redesignada o dia 31/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, por não haver tempo hábil para a citação do Requerido. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: MAURO CELI MARTINS (OAB 2907/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM) - Processo 0607808-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Amazon Clipper Cruises Turismo Ltda - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A e outro - Em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168,

segundo o qual, "Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015". Isto posto, mantenho a denegação do processamento do recurso. Fica intimado o réu para cumprir voluntariamente a sentença, na forma do art. 523 do CPC.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM) - Processo 0607936-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Luciano Chaga dos Santos - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 3.º, e 51, inciso II, da Lei n.º 9099/95. Por fim, defiro a requerente os benefícios da gratuidade de justiça. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se o processo. P.R.I.C À Secretaria para às providências.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: JOYCE LIMA DA SILVA (OAB 8807/AM), ADV: RUTH GONÇALVES PINTO (OAB 8398/AM) - Processo 0607979-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Daniele de Moraes Pereira - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 3.º, e 51, inciso II, da Lei n.º 9099/95. Por fim, defiro a requerente os benefícios da gratuidade de justiça. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se o processo. P.R.I.C À Secretaria para às providências.

ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ) - Processo 0607987-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Cristovão Lima dos Santos - REQUERIDO: Banco Itaú Consignado S/A - Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 3.º, e 51, inciso II, da Lei n.º 9099/95. Revogo a tutela de fls. 29. Por fim, defiro a parte requerente os benefícios da gratuidade de justiça. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se o processo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. À Secretaria para às providências.

ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 28837/SP) - Processo 0608196-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Jorge Manoel Lopes Lins - Diante do requerimento do Exequente às fls. 43/44, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$11.510,44 (onze mil quinhentos e dez reais e quarenta e quatro centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: RONEISE MARKLANE DOS ANJOS SOUSA (OAB 10806/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0608395-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Dolores Luiza Peixoto Coelho - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme petição de fls. 75 e 76 , dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0608604-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Auxiley Trajano Soares - REQUERIDO: Netflix Entretenimento Brasil Ltda. - Ante ao exposto, na forma do Art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, DECLARO INEXIGÍVEL qualquer débito em nome da Autora decorrente da (código cliente 288425923908538873). Condeno a requerida a proceder a restituição do valor de R$ 75,80(setenta e cinco reais e oitenta centavos), com juros e correção monetária a contar da citação. JULGO IMPROCEDENTE os dano morais. Confirmo os efeitos da tutela de fls. 23, referente ao citado contrato. Defiro o pedido de justiça gratuita a parte autora.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: KETLEM LOPES DE JESUS (OAB 10651/AM) - Processo 0608954-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Flaviane Pinheiro de Souza - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - sto posto, e por tudo que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, para condenar a Requerida a pagar o valor de R$ 2.000,00(Dois Mil Reais) a Título de Dano Moral, com juros e correção monetária a contar da publicação da sentença. Declaro inexigíveis os débitos em nome da Requerente, devendo a Requerida proceder ao seu cancelamento no prazo de dez dias, contados de sua intimação, sob pena das cominações legais. Confirmo os efeitos da tutela de fls. 27, referente ao objeto da presente demanda. Defiro o pedido de justiça gratuita a autora.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0608988-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Mirian Kelly Pinheiro dos Santos Ferreira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante ao exposto, na forma do Art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, Julgo Improcedente todos os pedidos do requerente para o efeito de extinguir o processo COM JULGAMENTO DO MÉRITO. Por fim, defiro a requerente os benefícios da gratuidade de justiça. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Ausente propositura recursal e após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: MAELIR RODRIGUES DA SILVA (OAB 12977/AM) - Processo 0609045-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Josiele Araujo da Silva - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme termo de audiência de fls.36 e 37 , dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM), ADV: CINDY DE PAULA PUIM (OAB 394766/SP) - Processo 0609150-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Roberta Christina Assis da Silva - REQUERIDO: Vandienen e Bartsch Ltda. - Me (Manaus Au Aus Clínica Veterinária) - Ante ao exposto, na forma do Art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos da Requerente, para o efeito de extinguir o processo com julgamento do mérito. Deixo de condenar a autora em litigância de ma-fé por não restar comprovado nos autos. Indefiro o pedido de justiça gratuita à parte autora por não restar provado nos autos prejuízo à sua subsistência.

ADV: JOSÉ GOMES DE SOUZA (OAB 1143/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0609830-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Walter de Oliveira Maia - REQUERIDO: Faculdade Martha Falcão - Instituto Superior de Ensino da Amazônia S/c Lta. - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, e em face da verossimilhança das alegações da parte autora e dos documentos acostados aos autos, concedo a tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC, e determino que a requerida promova a baixa da restrição creditícia do SPC e SERASA, referente ao débito ora questionado, no prazo de 10 (dez)dias, contados da intimação, sob pena de incidir na multa diária de R$500,00, até o limite de dez dias multa. P.R.I.C

ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM) - Processo 0610046-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Kandaseg Elmatek Corr Seguros Ltda Epp - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca

do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 15 de agosto de 2019.

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0610138-51.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Luiza Gonzaga Iris de Souza e outro - De ordem, à vista do bloqueio de fls.61/62 antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: KATIENE SILVA SENA (OAB 11329/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: DARCILO DE MIRANDA NETO (OAB 43078/MG) - Processo 0610812-63.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo a ré para, no prazo de (15) quinze dias, promover cumprir voluntariamente o julgado (devedor), na forma do art. 523 do CPC.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0611714-45.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Robson Pedroso de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Contrarrazões apresentadas às fls. 225/229. Remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: AUGUSTO CEZAR ECHENIQUE RIBEIRO (OAB 13720/AM) - Processo 0612676-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Almir Alves Pimentel Junior - De ordem, fica redesignado o dia 09/09/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: FABIANA DOS SANTOS CEVALHO (OAB 12783/AM) - Processo 0612702-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Fabiana dos Santos Cevalho - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Vistos etc. Relatório dispensado. (Lei 9.099/95, art. 38, caput). Conforme se observa após o aforamento dos embargos de declaração, o réu comprovou o pagamento da condenação, motivo pelo qual, diante de preclusão, deixo de conhecer o recurso. ISTO POSTO, julgo extinta a presente demanda. Expeça-se os autos. Após, arquivem-se os autos. Sem custas.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0613022-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rocicleide Lucena de Oliveira - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes , para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, “b”, do NCPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0613285-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Sandra de Souza Castro - Vistos, etc. Dispensado o relatório, na forma do art. 38, da Lei n.º 9099/95, decido. Compulsando os autos, verifico que a autora requereu em fls.36, o arquivamento dos autos/desistência da ação. Vislumbra assim o enunciado n.º 90, do FONAJE: A desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento (XVI Encontro - Rio de Janeiro/RJ) Assim, tenho por extinguir a presente demanda, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, VIII, do NCPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se o processo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. À Secretaria para às providências.

ADV: LUCAS RODRIGUES LUCAS (OAB 9493/AM), ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0613312-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antônio Gonçalo Pereira Duarte - REQUERIDO: Condomínio Brisas do Parque Residencial Clube - Isto posto, na forma do art. 487, I do CPC, Julgo IMPROCEDENTE o pedido do autor, com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. Indefiro o pedido de justiça gratuita ao autor por não restar provado nos autos prejuízo à sua subsistência.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0614446-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Residencial Astúrias - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme petição de fls. 56 e 57 , dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0614502-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Nelton Dantas Rocha - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - O perigo de dano se encontra evidenciado, já que o fornecimento de água é de uso fundamental e imprescindível para o dia-a-dia. Diante do exposto, concedo a tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC a fim de determinar que a requerida se abstenha em desligar o fornecimento de água referentes às faturas discutidas nos autos ou promova o restabelecimento, caso tenha efetuado o corte na unidade consumidora do requerente no prazo de 48 (quarenta e oito)horas, contados de sua intimação sob pena de não o fazendo incorrer em multa diária de R$ 200,00 (quinhentos reais) por cada dia de descumprimento até o limite de 10 dias. Determino, ainda, que suspenda as cobranças, objetos desta lide, até ulterior decisão, inclusive os registros de restrição de crédito, SPC, SERASA e Protesto Cartorário, sob pena de incorrer em idêntica penalidade. Defiro a inversão do ônus da prova em favor do requerente, nos moldes do art. 6º do inciso VII, do Código de Defesa do Consumidor. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 03/12/2019 às 09:00h na Sala de conciliação A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0614681-97.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Lúcia Macedo da Luz - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. XX, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: MÁRCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA SILVA (OAB 5562/AM) - Processo 0615011-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Messias Braga da Silva - Verifico que fora registrada Reclamação

neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, e em face da verossimilhança das alegações da parte autora e dos documentos acostados aos autos, concedo a tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC, e determino que a requerida promova a baixa da restrição creditícia do SPC e SERASA, referente ao débito ora questionado, no prazo de 10 (dez)dias, contados da intimação, sob pena de incidir na multa diária de R$500,00, até o limite de dez dias multa. Concedo ainda a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 03/12/2019 às 08:45h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0616555-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Waldemir dos Santos Nobre - Vistos etc. Relatório dispensado. Com relação ao demais pedidos de antecipação de tutela, resolvo acautelar-me, por ora. P.R.I.C,

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0616636-32.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Sandra Maria Torres de Brito - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Compulsando aos autos, observa-se que não há irregularidade processuais, que justifique a anulação de nenhum ato. Mostra-se descabida a pretensão do réu de ser intimado para o pagamento do saldo devedor, uma vez que o saldo devedor no valor de R$224,06, já se encontra penhorado via bacenjud. Assim sendo, determino a expedição do alvará em favor da autora, com o consequente arquivamento do feito, em razão do pagamento da condenação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO PINHEIRO DA COSTA (OAB 7952/AM) - Processo 0616870-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Life Parque 10 - Diante do exposto, julgo Extinto o Processo Sem Resolução do Mérito, por ilegitimidade de parte ativa, nos moldes do art. 285, VI do CPC c/c 51, I da lei 9.099/95

ADV: LUCAS OBANDO DE OLIVEIRA (OAB 11198/AM), ADV: ROBERTO DIAS VILLAS BÔAS FILHO (OAB 414982/SP) - Processo 0616966-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Artede Lima da Cruz - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileira S/A - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme petição de fls.19/21, dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0617538-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Azamor Campos Oliveira - Vistos etc. De acordo com a Resolução n. 12 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, publicada no dia 30 de agosto de 2017, considerando-se o endereço da parte autora, esta demanda refoge a competência territorial deste juizado. ISTO POSTO, declaro a incompetência territorial e determino sejam os autos redistribuídos de acordo com a mencionada regulamentação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM) - Processo 0617599-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Leandra Pereira Gomes - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, e em face da verossimilhança das alegações da parte autora e dos documentos acostados aos autos, concedo a tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC, e determino que a requerida promova a baixa da restrição creditícia do SPC e SERASA, referente ao débito ora questionado, no prazo de 10 (dez)dias, contados da intimação, sob pena de incidir na multa diária de R$500,00, até o limite de dez dias multa. Concedo ainda a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 03/12/2019 às 11:15h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM) - Processo 0617704-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Alexandre Santos Oliveira - Analisando os autos verifico que encontram-se presentes os requisitos que autorizam o deferimento do pedido de antecipação de tutela requerido. O perigo de dano se encontra evidenciado, já que o fornecimento de energia é de uso fundamental e imprescindível para o dia-a-dia. Diante do exposto, concedo a tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC a fim de determinar que a requerida se abstenha em desligar o fornecimento de energia ou promova o restabelecimento, caso tenha efetuado o corte na unidade consumidora do requerente no prazo de 48 (quarenta e oito)horas, contados de sua intimação, sob pena de não o fazendo incorrer em multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) por cada dia de descumprimento até o limite de 10 dias. Determino, ainda, que suspenda as cobranças, objetos desta lide, até ulterior decisão, inclusive os registros de restrição de crédito, SPC, SERASA e Protesto Cartorário, sob pena de incorrer em idêntica penalidade. Concedo ainda a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 04/12/2019 às 08:30h na Sala de conciliação A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO MONTEZUMA FIRMINO (OAB 9293-A/TO), ADV: ANDREZZA CALDAS VITAL (OAB 10723/AM) - Processo 0617950-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Andrezza Caldas Vital - REQUERIDO: Banco Gmac S. A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0618384-65.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - AGRAVANTE: Jose Eduardo Vieira Uchoa - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, e em face da verossimilhança das alegações da parte autora e dos documentos acostados aos autos, concedo a tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC, e determino que a requerida promova a baixa da restrição creditícia do SPC e SERASA, referente ao débito ora questionado, no prazo de 10 (dez)dias, contados da intimação, sob pena de incidir na multa diária de R$500,00, até o limite de dez dias multa. Concedo ainda a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 04/12/2019 às 09:00h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0618503-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Talmany de Andrade Tavares - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) e outro - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, e em face da verossimilhança das alegações da parte autora e dos documentos acostados aos autos,

concedo a tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC, e determino que a requerida promova a baixa da restrição creditícia do SPC e SERASA, referente ao débito ora questionado, no prazo de 10 (dez)dias, contados da intimação, sob pena de incidir na multa diária de R$500,00, até o limite de dez dias multa. Concedo ainda a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 04/12/2019 às 09:45h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: JESSICA DA SILVA DE OLIVEIRA (OAB 56314/BA) - Processo 0618711-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francisca Nascimento de Lima - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, e em face da verossimilhança das alegações da parte autora e dos documentos acostados aos autos, concedo a tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC, e determino que a requerida promova a baixa da restrição creditícia do SPC e SERASA, referente ao débito ora questionado, no prazo de 10 (dez)dias, contados da intimação, sob pena de incidir na multa diária de R$500,00, até o limite de dez dias multa. Concedo ainda a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 04/12/2019 às 10:00h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: LUCIVANE CARLA DA SILVA (OAB 10109/AM) - Processo 0619064-84.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Olívio Silva Junior - De ordem, à vista do bloqueio de fls.61 antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: SANDOVAL FERNANDO CARDOSO DE FREITAS (OAB 7944/AM) - Processo 0619441-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inscrição / Registro da Embarcação - REQUERENTE: Sandoval Fernando Cardoso de Freitas - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: ... (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; ...

ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0619622-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marinalva da Silva e Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos etc. De acordo com a Resolução n. 12 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, publicada no dia 30 de agosto de 2017, considerando-se o endereço da parte autora, esta demanda refoge a competência territorial deste juizado. ISTO POSTO, declaro a incompetência territorial e determino sejam os autos redistribuídos de acordo com a mencionada regulamentação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA BARBOSA SODRÉ FLORES (OAB 4273/AM), ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM) - Processo 0619753-65.2017.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Roberto Bezerra Vieira - REQUERIDO: Odontoprev S.A - Bradesco Saúde e outro - A imparcialidade do juiz é uma exigência fundamental para o devido processo legal. A suspeição é vicio subjetivo que macula essa imparcialidade. Isto posto, declino da competência para atuar no presente feito, nos moldes do art. 145, §1º do NCPC. Remetam-se os autos ao Setor de distribuição para as providências cabíveis. À Secretaria para às providências.

ADV: LUÍS ROBERTO PAIVA FILHO (OAB 8628/AM) - Processo 0620010-56.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Luís Roberto Paiva Filho - À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0620356-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Elane Matos Carvalho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Analisando os autos verifico que encontram-se presentes os requisitos que autorizam o deferimento do pedido de antecipação de tutela requerido. O perigo de dano se encontra evidenciado, já que o fornecimento de água é de uso fundamental e imprescindível para o dia-a-dia. Diante do exposto, concedo a tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC a fim de determinar que a requerida se abstenha em desligar o fornecimento de água ou promova o restabelecimento, caso tenha efetuado o corte na unidade consumidora do requerente no prazo de 48 (quarenta e oito)horas, contados de sua intimação, sob pena de não o fazendo incorrer em multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) por cada dia de descumprimento até o limite de 10 dias, devendo, ainda, se abster de realizar a cobrança atinente à dívida, objeto desta lide, sob pena de incurso em idêntica penalidade. Concedo ainda a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 06/11/2019 às 15:15h na Sala de conciliação A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0620429-13.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Ronivaldo Abucater de Barros - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intime-se a parte Recorrida para que apresente contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 15 de agosto de 2019.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0620549-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: E.S.B. - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM), ADV: CARLOS EDUARDO MACIEL PEREIRA (OAB 11677/CE) - Processo 0620598-63.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria Dolores Araujo Gomes - REQUERIDO: Sasbras (Sas) - Sociedade de Assistência Aos Servidores Brasileiros - Vistos, etc. Dispensado o relatório, na forma do art. 38, da Lei n.º 9099/95, decido. Compulsando os autos, verifico que a autora requereu em fls.30 , a desistência da ação. Vislumbra assim o enunciado n.º 90, do FONAJE: A desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento (XVI Encontro - Rio de Janeiro/RJ) Assim, tenho por extinguir a presente demanda, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, VIII, do NCPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se o processo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. À Secretaria para às providências.

ADV: CARLOS CARIOCA DA COSTA FILHO (OAB 14349/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM) - Processo 0621201-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Carioca da Costa Filho - De ordem, fica redesignada o dia 23/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARLOS CARIOCA DA COSTA FILHO (OAB 14349/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM) - Processo 0621201-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Carioca da Costa Filho - R.H. Aguarde-se a devolução do

mandado de fls. 52. À Secretaria para as providências.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0621493-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0621687-24.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Sandrine Cristine Barros Martins - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Banco do Brasil S/A - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da autora, nos termos do art. 487, I do CPC, para DECLARAR inexigível o valor de R$ 162,17 referente ao número (92) 981477215. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de dano moral. RECONHEÇO a ilegitimidade passiva do requerido Banco do Brasil S/A. Confirmo os termos da tutela concedida em fls. 28, para a Requerida promover o restabelecimento da linha (92)98147-7215 na modalidade pós paga e segundo o plano contratado no prazo de 10 dias a contar da intimação. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: MARIA HELENA AGUIAR COIMBRA (OAB 12931/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM) - Processo 0621900-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Miqueias Galvão da Silva - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, e em face da verossimilhança das alegações da parte autora e dos documentos acostados aos autos, concedo a tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC, e determino que as requeridas promovam a baixa da restrição creditícia do SPC e SERASA, referente ao débito ora questionado, no prazo de 10 (dez)dias, contados da intimação, sob pena de incidir na multa diária de R$500,00, até o limite de dez dias multa. Concedo ainda a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 02/12/2019 às 10:00h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: IAGO HENRIQUE DE ALMEIDA LIRA (OAB 14727/AM), ADV: MELO E DESIDERI ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 337/AM) - Processo 0621987-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Denise Nazaré da Silva - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0622156-70.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Samanda Síria Silva da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante ao exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução de mérito, tendo em vista a ilegitimidade do requerido, nos termos do art. 485, VI do CPC. DEFIRO o pedido de justiça gratuita a parte autora. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. P.R.Intimem-se.

ADV: DANIEL ROCHA NÓBREGA (OAB 10626/AM), ADV: ELIAS BINDÁ DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 8571/AM) - Processo 0622184-38.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Thais Ariana Assis Rocha - REQUERIDO: Oliveira e Coutinho Comércio de Alimentos Ltda. - Reconheço a prevenção da 8º Vara do Juizado especial Civil , tendo em vista processo nº 060952764.2018.8.04.0015 anteriormente proposto pela autora. Dessa forma, DETERMINO A REDISTRIBUIÇÃO DO FEITO. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0622330-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Waldenise da Silva Pacheco - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC. REVOGO TUTELA concedida em fls. 19 DEFIRO o pedido de justiça gratuita. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. P.R.Intimem-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0622361-02.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ione da Costa Souza - REQUERIDO: Latam - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida Latam Airlines Group S.A. a indenizar a parte Requerente Ione da Costa Souza por danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com juros e correção monetária a partir da publicação da sentença. Além disso, condeno a requerida a restituir o valor R$ 277,56 referente ao dobro do dependido indevidamente com alimentação (fls. 10), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA (OAB 86844/MG), ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM) - Processo 0622406-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edna Regina Batista da Silva - REQUERIDO: Assistencia Técnica - Ics Informática Celular - Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, com efeito de extinguir o processo cem resolução de mérito. DEFIRO o pedido de justiça gratuita. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. P.R.Intimem-se.

ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0622474-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Latasha Fernandes Valente - REQUERIDO: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC. Assim, determinado DECLARO inexigíveis os débitos apontados em fls. 19 referente aos contratos 0002018490729804; 0002018475657291; 0002018452541501; 0002017352302513; 0002017352302505; 0002017392302491. CONDENO a requerida Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá a pagar o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de dano moral à autora, incidindo juros e correção monetária a partir da publicação da sentença. Condeno a Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00, referente a multa na sua totalidade, por descumprimento de tutela concedida em fls. 39. RETIFICO a Tutela supracitada, com efeito de majorar a multa para o valor R$1.000,00 (hum mil reais) por dia de descumprimento, devendo a requerida promover a baixa das restrições creditícias, ora questionadas pela demandante (fls. 58/61), no prazo de 10

dias, contados da intimação sob pena de incidir na multa diária pelo prazo máximo de 10 dias. DEFIRO o pedido de justiça gratuita. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0623418-55.2018.8.04.0015 (apensado ao processo 0623422-92.2018.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Eduardo Augusto Soares Burlamaqui - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ace Seguradora S.a - Isto posto, na forma do art. 487, I do CPC, Julgo IMPROCEDENTE os pedidos do autor, com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. Indefiro o pedido de gratuidade de justiça para o requerente, por não vislumbrar prejuízos à sua subsistência. Determino à secretaria a juntada desta sentença ao processo nº 0623422-92. 2018.8.04.0015, tendo em vista o reconhecimento da conexão. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. P.R.I.C.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: LUIZ CLÁUDIO CRUZ DA SILVA (OAB 6906/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0624386-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Dorismar de Lima Horta - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Tim Celular S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls. *, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, “b”, do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Expeça-se Alvará, Após arquiva-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM) - Processo 0625312-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Igor Cardoso Vasques - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Verifico que na presente demanda não há necessidade de produção de outras provas versando a questão de mérito unicamente sobre direito, encontrando-se ordenado o processo, de maneira a comportar o julgamento antecipado, nos termos do art.355, I, do CPC. Exclua-se o processo da pauta de audiência. Intimem-se. Após, proceda-se os autos conclusos para sentença. À Secretaria para as providências.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0625673-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Patricia Ambreia Chaves Maia - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme termo de audiência de fls.133 e 134 , dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0626331-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro de Educação Integral Christ Master - Defiro o pedido de fls. 37 para que se proceda à citação através de Oficial de Justiça. Paute-se audiência conciliatória. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: LUÍS FELIPE MOTA MENDONÇA (OAB 2505/AM) - Processo 0627651-95.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Luís Felipe Mota Mendonça - Diante do requerimento do Exequente às fls. 31/33, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 5.805,17(cinco mil oitocentos e cinco reais e dezessete centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM) - Processo 0628074-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Celso Pantoja Tenorio - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, com efeito de extinguir o processo com resolução de mérito. DEFIRO o pedido de justiça gratuita. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. P.R.Intimem-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO NETO (OAB 13248/AM) - Processo 0629628-25.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Victor Nascimento Nunes - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Certifico que o recurso foi interpostos tempestivamente. Certifico, ainda, que as custas processuais/preparo não foram recolhidas dentro do prazo legal, de acordo com o art. 3.º, § 1.º, c/c art. 5º, do Provimento n.º 256-CGJ/AM, publicado no DJE de 30/07/15. É o que me cumpre certificar. Faço os autos conclusos.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO NETO (OAB 13248/AM) - Processo 0629628-25.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Victor Nascimento Nunes - Nos termos da certidão de fl. antecedente, verifico que o recorrente deixou de recolher as custas e preparo no prazo lega, exigidas à admissibilidade do recurso inominado, conforme determina o art. 3° do Provimento CGJ n. 256/2015 c/c o art. 42, §1.º, da Lei 9.099/95,. Observo, por oportuno, que, em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168, segundo o qual, “Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015”. Destaca-se, ainda: ENUNCIADO 80 - O recurso Inominado será julgado deserto quando não houver o recolhimento integral do preparo e sua respectiva comprovação pela parte, no prazo de 48 horas, não admitida a complementação intempestiva (art. 42, § 1º, da Lei 9.099/1995) (nova redação - XII Encontro Maceió-AL). Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade, denego seguimento, por deserção, ao recurso inominado. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: FLÁVIA CAROLINE DE SANT’ANA (OAB 10641/AM) - Processo 0629716-63.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Ferreira da Silva - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Posto isso, julgo extinta a presente demanda sem análise do mérito, nos termos do art. 51, inciso III, da Lei 9.099/95. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Revogo a tutela de fls.116.

ADV: GUILHERME CARVALHO MELO (OAB 11086/AM) - Processo 0635425-87.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: G.C.M. - Inicialmente defiro o processamento do feito em segredo de justiça, porquanto a presente demanda envolve direito à intimidade.

Ademais, verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, e em face da verossimilhança das alegações da parte autora e dos documentos acostados aos autos, concedo a tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC, e determino que o réu se abstenha de divulgar ou exibir de qualquer modo, público ou privado, qualquer vídeo ou foto tirada do autor até a análise do mérito sob pena de, sob pena de incidir na multa diária de R$500,00, até o limite de dez dias multa. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 04/12/2019 às 09:30h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

Adriana Barbosa Sodré Flores (OAB 4273/AM)
ADRIANA MÁRCIA COSTA CÂNCIO (OAB 6119/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Alcemir Pessoa Figliuolo Neto (OAB 13248/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Carolina Remígio de Oliveira (OAB 86844/MG)
Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB 8525/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andrezza Caldas Vital (OAB 10723/AM)
Antônio Ary Franco César (OAB 123514/SP)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Araújo & Barbosa Advogados Associados (OAB 524/AM)
Arthur César Zahluth Lins (OAB 5238/AM)
Augusto Cezar Echenique Ribeiro (OAB 13720/AM)
Ayriene Frores de Sousa (OAB 12105/AM)
Brendo de Castro Martins (OAB 13009/AM)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Carlos Augusto Montezuma Firmino (OAB 9293-A/TO)
Carlos Carioca da Costa Filho (OAB 14349/AM)
Carlos Eduardo Maciel Pereira (OAB 11677/CE)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cindy de Paula Puim (OAB 394766/SP)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cláudio Davi Batista Nogueira (OAB 8286/AM)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel Rocha Nóbrega (OAB 10626/AM)
Daniella Karina Kanda Rebello (OAB 6576/AM)
Darcilo de Miranda Neto (OAB 43078/MG)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eliana de Oliveira Resende (OAB 12168/AM)
Elias Bindá de Carvalho Júnior (OAB 8571/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Emmanuel Sousa Viana (OAB 12409/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Fabiana dos Santos Cevalho (OAB 12783/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Francisco Marques Pereira Cunha (OAB 13429/AM)
FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM)
Francicleia da Silva Machado Matos (OAB 11119/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Guilherme Carvalho Melo (OAB 11086/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Barcelos Buchdid (OAB 5913/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Iago Henrique de Almeida Lira (OAB 14727/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
Jessica da Silva de Oliveira (OAB 56314/BA)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
João Victor Castello Branco (OAB 9454/AM)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Gomes de Souza (OAB 1143/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Militão Rodrigues da Silva (OAB 12721/AM)
Josué Nascimento Pimentel (OAB 9118/AM)
Joyce Helen Holanda Marinheiro (OAB 7519/AM)
Joyce Lima da Silva (OAB 8807/AM)
Júlia Vieira de Castro Lins Botelho (OAB A1210/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Kátia de Oliveira Pinheiro Leitão (OAB 4333/AM)
Katiene Silva Sena (OAB 11329/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Ketlem Lopes de Jesus (OAB 10651/AM)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Louise Sampaio Saldanha (OAB 9237/AM)
Lucas Obando de Oliveira (OAB 11198/AM)
Lucas Rodrigues Lucas (OAB 9493/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lucivane Carla da Silva (OAB 10109/AM)
Luís Felipe Mota Mendonça (OAB 2505/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Roberto Paiva Filho (OAB 8628/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Cláudio Cruz da Silva (OAB 6906/AM)
Luiz Fernando Almendros de Oliveira (OAB 14483/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Maelir Rodrigues da Silva (OAB 12977/AM)
Manoel Augusto do Nascimento (OAB 12936/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Márcio André de Oliveira Silva (OAB 5562/AM)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Marcos Pereira da Silva (OAB 11150/AM)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Gláucia Barbosa Soares (OAB 2477/AM)
Maria Helena Aguiar Coimbra (OAB 12931/AM)
Marisa de Almeida Macola Marins (OAB 10301/PA)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Mauro Celi Martins (OAB 2907/AM)
Mauro Gilberto Frota Lobato (OAB 10848/AM)
Melo e Desideri Advogados Associados (OAB 337/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)

Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
renata malcon marques (OAB 24805/BA)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo Pinheiro da Costa (OAB 7952/AM)
Roberto Dias Villas Bôas Filho (OAB 414982/SP)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Roneise Marklane dos Anjos Sousa (OAB 10806/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Ruth Gonçalves Pinto (OAB 8398/AM)
Sandoval Fernando Cardoso de Freitas (OAB 7944/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Thayanne da Silva Anjos (OAB 13564/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Thiago Collares Palmeira (OAB 11730/PA)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 28837/SP)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0201/2019

ADV: RICARDO DE OLIVEIRA LIMA (OAB 6306/AM), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM), ADV: THARRANE DE MATOS SAMPAIO DA SILVA (OAB 10108/AM) - Processo 0604084-69.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil do Empregador - REQUERENTE: Angela da Conceição Guedes de Carvalho - , encaminho os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se o exequente para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução, indicando, se for o caso, o saldo, mediante memorial descritivo do débito. Prazo de 15 dias.

ADV: CARLOS EDUARDO MACIEL PEREIRA (OAB 11677/CE), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0605943-86.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Heldo Tavares de Aguiar - REQUERIDO: Aspbras - Associação dos Servidores Públicos Brasileiros - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CLEBER DE OLIVEIRA LIMA (OAB 13770/AM), ADV: LUIZ FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 101488/MG) - Processo 0610024-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Joana Batista Maciel - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0610399-50.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Adriana Gomes Fadul - encaminho os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: ADSON SOARES GARCIA (OAB 6574/AM), ADV: ROSA OLIVEIRA DE PONTES (OAB 4231/AM) - Processo 0618422-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ana Paula de Medeiros Braga - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 23/09/2019 às 11:00h.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0619080-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: .Jadilene Volrrath - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

Adson Soares Garcia (OAB 6574/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Eduardo Maciel Pereira (OAB 11677/CE)
Cleber de Oliveira Lima (OAB 13770/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Felipe Procópio de Carvalho (OAB 101488/MG)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Ricardo de Oliveira Lima (OAB 6306/AM)
Rosa Oliveira de Pontes (OAB 4231/AM)
Tharrane de Matos Sampaio da Silva (OAB 10108/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0202/2019

ADV: JUAREZ NASCIMENTO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 7562/AM) - Processo 0614967-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - EXEQUENTE: Juarez Nascimento de Oliveira Filho - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

Juarez Nascimento de Oliveira Filho (OAB 7562/AM)

7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0200/2019

ADV: TARCÍSIO GOMES LEITE JÚNIOR (OAB 11972/AM) - Processo 0604272-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: A.A.S. - INTIMO a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR negativo da carta postal enviada para parte contrária, indicando, assim um novo endereço ou outra forma de citação/intimação legalmente permitida para esse procedimento dos Juizados, sob pena de arquivamento.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0604545-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Leticia Martin Topdjian - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0610383-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - INTIMO a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR negativo da carta postal enviada para parte contrária, indicando, assim um novo endereço ou outra forma de citação/intimação legalmente permitida para esse procedimento dos Juizados, sob pena de arquivamento.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: JOSÉ CARLOS CALIL MOURÃO (OAB 4035/AM) - Processo 0611886-21.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: José Mauro do Amaral Ramos - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0615714-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Adriano Ramos Marques - INTIMO a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR negativo da carta postal enviada para parte contrária, indicando, assim um novo endereço ou outra forma de citação/intimação legalmente permitida para esse procedimento dos Juizados, sob pena de arquivamento.

Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
José Carlos Calil Mourão (OAB 4035/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Tarcísio Gomes Leite Júnior (OAB 11972/AM)

8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0216/2019

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: VALDRIANE OLIVEIRA DE MELO (OAB 3858/AM), ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM), ADV: EDINILZA DA SILVA PORTELA (OAB 7823/AM) - Processo 0601095-92.2014.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial Laranjeiras - REQUERIDA: YEDA RODRIGUES DA COSTA - De ordem, fica designado o dia 16/09/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELO ALBUQUERQUE CHAVES (OAB 9607/AM) - Processo 0607081-54.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: Maria Virginia Bittencourt de Siqueira e outro - Não assiste razão a exequente, eis que já foram realizados protocolos de consulta ao Bacenjud, entretanto sem sucesso, conforme se depreende das fls. 115/120. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 23 de agosto de 2019.

ADV: MARIA SEBASTIANA RIBEIRO DE SA (OAB 33933/PR), ADV: ESTEFANI CAROLINI RIBEIRO DE SA (OAB 89287/PR) - Processo 0609507-73.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Seven Formaturas Ltda - Epp - Ante o exposto, declaro a extinção da execução, nos termos do supra citado artigo da Lei 9.099/95 ressalvando-se o direito de o exequente reabrir os autos, caso encontre bens penhoráveis em nome do devedor. Intimem-se.

ADV: ANA RITA DOS REIS PETRAROLI (OAB 130291/SP), ADV: RAQUEL TINÔCO NÉIA (OAB 10222/AM) - Processo 0611287-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mayara Paixao Assuncao - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Não há o que se falar em ausência de publicação, eis que em audiência, conforme se depreende do termo às fls. 156, as partes foram cientificadas que a sentença seria publicada até o dia 28/06/2019, a partir de quando se iniciaria o prazo para eventuais recursos, independentemente de qualquer outra intimação. Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 162, oportunidade em que determino o arquivamento dos autos. Cumpra-se. Manaus, 23 de agosto de 2019.

ADV: MARIO JORGE CARDOSO MELO (OAB 10894/AM) - Processo 0613474-92.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Jandira de Almeida Ramos - R. Hoje. Intime-se a parte exequente para fornecer novo endereço do executado (a), no prazo de dez dias, sob pena de arquivamento. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM), ADV: DIEGO DA SANTA PEREIRA (OAB 175822/RJ) - Processo 0614933-66.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Samara Oliveira de Magalhães Carneiro - Pretende a executada o adimplemento do saldo devido em face da sentença, no importe de R$ 11.040,00 (onze mil e quarenta reais), nos termos do art. 916 CPC, devido sua condição financeira limitada. A devedora admite o débito, quer pagar, mas apenas pretende o parcelamento da dívida, porque não pode fazê-lo de uma vez, como deveria. Considerando que todos setores do país atravessam dificuldades financeiras ante a crise que se instalou, e ainda, que a execução deve ser levada a cabo pelo meio menos gravoso para o devedor (art. 805, CPC), DEFIRO o pedido feito na petição de fls. 397 conforme solicitado. Quanto a entrada de 30% e a primeira parcela já depositada, libere-se em favor da parte autora, através de alvará eletrônico. As demais parcelas ficam devidas no último dia útil do mês subsequente. O inadimplemento de qualquer parcela nas datas fixadas inviabilizará o prosseguimento do parcelamento, sendo-lhe ordenado o bloqueio imediato do saldo remanescente da dívida. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 23 de agosto de 2019.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0615124-77.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - Ante o exposto, declaro a extinção da execução, nos termos do art. 921, I do CPC, em todos os seus termos. Intimem-se.

ADV: FLAVIA VALE DE FARIA CARVALHO (OAB 133375/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: ARMANDO MICELI FILHO (OAB 48237/RJ), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0615429-61.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edinelza Gama Feitosa - REQUERIDO: Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a - Banco Santander Brasil S/A - Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração opostos, em todos os seus termos.

Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ NORIO HIRATSUKA (OAB 231205/SP), ADV: INGRID OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 13258/AM) - Processo 0617452-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Angela Cabral Firmino - REQUERIDO: Movida Locação de Veiculos Ltda - Isto posto, Acolho OS EMBARGOS, para julgar extinto o pedido contraposto feito pela ré, no termo do art. 51, I da Lei 9099/95. Mantenho os demais termos da sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM) - Processo 0619635-21.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Solange Mendes Melo - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ILLY SOARES DE SOUZA (OAB 10263/AM) - Processo 0620866-20.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: North Representacao e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda-me - Considerando o exposto, declaro a extinção da execução, nos termos do supra citado artigo da Lei 9.099/95 ressalvando-se o direito de o exequente reabrir os autos, caso encontre bens penhoráveis em nome do devedor. Intimem-se.

ADV: YURI DA SILVA LADISLAU (OAB 10857/AM) - Processo 0622819-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Riglyson Oliveira da Costa - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0623669-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Haydee dos Santos Carneiro - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0623737-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Leomira Gonçalves dos Santos - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0623743-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Orlandina Aparecida Firmino Marques - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0623812-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Wagner Jackson Santana - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0623849-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Jassiane Tapudina de Souza - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA (OAB 18501/MT) - Processo 0623897-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Francisco Souza Lima - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB A1161/AM), ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM), ADV: TAIS NAIARA SOUZA BEZERRA (OAB 12579/AM), ADV: MARCOS DE REZENDE ANDRADE JÚNIOR (OAB 188846/SP) - Processo 0625396-67.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Substituição do Produto - REQUERENTE: Emerson Tavares da Silva - REQUERIDO: Renault - Liberty Seguros S/A - Du Nort Comércio de Veículos Ltda - Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE, em parte, o pedido formulado por Emerson Tavares da Silva em face de Renault, para: - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 4.950,00 (quatro mil, novecentos e cinquenta reais) a parte autora, a título indenizatório pelos danos materiais sofridos, com juros (1%) e correção monetária da citação válida; - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 8.000,00 (oito mil reais) a parte autora, a título indenizatório pelos danos morais sofridos, com juros (1%) e correção monetária desta data; Improcedentes os demais pedidos. Excluo da lide as rés Liberty Seguros S/A e Du Nort Comércio de Veículos Ltda. Sem condenação em custas e honorários de primeiro grau. Reservo-me para apreciar o eventual pedido de gratuidade de custas por ocasião do recurso possível desta, diante das provas apresentadas que legitimem o benefício. P.R.I.C. Manaus, 22 de agosto de 2019

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0628363-85.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Direitos / Deveres do Condômino - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Beija-flor 2 Iv Etapa - EXECUTADA: Leinamar Martins Oliveira - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0629455-98.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Desconto em folha de pagamento - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime-se a ré para, no prazo de 10 dias, se manifestar quanto à petição de fls. 312/136. Cumpra-se. Manaus, 23 de agosto de 2019.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Albadilo Silva Carvalho (OAB A1161/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Ana Rita dos Reis Petraroli (OAB 130291/SP)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Norio Hiratsuka (OAB 231205/SP)
Armando Miceli Filho (OAB 48237/RJ)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Diego da Santa Pereira (OAB 175822/RJ)
Edinilza da Silva Portela (OAB 7823/AM)
Estefani Carolini Ribeiro de Sa (OAB 89287/PR)
Flavia Vale de Faria Carvalho (OAB 133375/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
Illy Soares de Souza (OAB 10263/AM)
Ingrid Oliveira Rodrigues (OAB 13258/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcelo Albuquerque Chaves (OAB 9607/AM)
Marcos de Rezende Andrade Júnior (OAB 188846/SP)
Maria Sebastiana Ribeiro de Sa (OAB 33933/PR)
Mario Jorge Cardoso Melo (OAB 10894/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB 5566/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Raquel Tinôco Néia (OAB 10222/AM)
Sthefano Malheiros Santana de Almeida (OAB 18501/MT)
Tais Naiara Souza Bezerra (OAB 12579/AM)
Valdriane Oliveira de Melo (OAB 3858/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Yuri da Silva Ladislau (OAB 10857/AM)

9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RAIMUNDO NONATO SANTOS DA SILVA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0165/2019

ADV: WASHINGTON LUIZ DE MIRANDA DOMINGUES TRANM (OAB 133406/MG) - Processo 0201045-46.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: JOZIEL GOMES DA COSTA - REQUERIDO: Multimarcas Adm. de Consórcios LTDA - De ordem, fica designado o dia 20/08/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WASHINGTON LUIZ DE MIRANDA DOMINGUES TRANM (OAB 133406/MG) - Processo 0201045-46.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Multimarcas Adm. de Consórcios LTDA - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0201197-94.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0603633-58.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls.130/140 antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0603850-04.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls.8794, antecedentes apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO) - Processo 0604530-86.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Vivo S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls.226/251, antecedentes apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: ARIANE ANDRADE DA SILVA (OAB 10809/AM) - Processo 0605894-93.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimunda Ferreira da Silva - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - Midway Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PRISCILLA LOPES DE ALCANTARA (OAB 8615/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RODRIGO SILVA DE LACERDA (OAB 10964/AM) - Processo 0605955-51.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Clidenor Lima de Aragão - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO), ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0605961-58.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Maria de Lourdes Silva - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM), ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM) - Processo 0606591-17.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimunda Valdina Rodrigues - Compulsando os autos, observa-se, que em razão do processo nº 0612628-31.2017.8.04.0020 (ter tramitado na 10ª Vara dos Juizados Especiais Cíveis), que fora julgado extinta sem resolução do mérito, entendo ser aquele juízo o JUIZ PREVENTO. Desse modo, a presente ação deveria ter sido distribuída para o mencionado Juízo e não para a 9ª Vara do Juizado Especial Cível, nos termos da regra insculpida no inciso II do artigo 286 do Código de Processo Civil, que assim dispõe: Art. 286. Serão distribuídas por dependência as causas de qualquer natureza: (...) II - quando, tendo sido extinto o processo, sem julgamento de mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda Ora, nos termos do art. 286, inciso II do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.280/06, haverá distribuição por dependência "quando, tendo sido extinto o processo, sem julgamento de mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda. Como se constata, buscou o legislador, independentemente da causa

ensejadora da extinção do processo sem resolução do mérito, a distribuição por dependência de ações anteriormente propostas, quando houver reiteração do pedido. Dito isso, conforme dispõe o art. 286 do Código de Processo Civil, a tão-só distribuição de ação já tem o condão de consolidar a competência do Juízo, tornando-o, assim, prevento para outra que venha a ser proposta com identidade de parte, pedido e causa de pedir, bem como para todos os feitos posteriores referentes ao mesmo processo e ao que lhe for conexo ou continente, ou mesmo quando for reiterado o pedido. A regra de competência prevista no art. 286, II, do CPC, é de natureza absoluta, podendo ser declarada a qualquer tempo, independentemente de exceção declinatória, o que acarreta a nulidade dos atos decisórios proferidos pelo juiz incompetente. Precedentes do colendo STJ. Aplicável à espécie o disposto no art. 286, do Código de Processo Civil, determinando-se o declínio da competência para o Juízo da 10ª Vara do Juizado Especial Cível. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM) - Processo 0606686-47.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio - REQUERENTE: Francisco Samias da Silva - Vistos permanentes em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade que envolve significativa dose de subjetividade ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." No caso concreto, o(a) Autor(a) insurge-se contra cobranças direcionadas à si, alegando que nunca firmou qualquer contrato com a requerida. Pela análise dos autos, verifico que a discussão gira em torno da origem da dívida. Constato a impossibilidade de a parte autora produzir prova, não tendo como comprovar aquilo que afirma não ter ocorrido, no caso, a alegação de que as dívidas questionadas não foram contraídas pela requerente. Contudo, quanto à inscrição no SERASA, entendo demonstrada de forma suficiente a probabilidade do direito alegado ao exercício de cognição sumária de urgência, de tal modo que, uma vez controvertida de modo eficaz a higidez da cobrança manejada contra si, deve ser assegurado ao/à Autor(a) a sustação dos efeitos deletérios da anotação restritiva de crédito, dada a sua importância no cotidiano da sociedade moderna. Os elementos de convicção que aparelharam a petição inicial evidenciam suficiente probabilidade do direito alegado ao exercício de cognição sumária de urgência, de tal modo que, uma vez controvertida de modo eficaz a higidez da cobrança manejada contra si, deve ser assegurado à autora a suspensão das cobranças impugnadas nos autos. A tutela de urgência ora assegurada não se afigura, de igual modo, irreversível, superando a vedação do art. 300, §3°, do NCPC. Em todo caso, a parte atingida pela medida excepcional poderá pleitear a reparação de dano processual, além da recomposição dos prejuízos efetivos, decorrentes de sua efetivação, nos termos do art. 302 do NCPC. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, com fulcro no § 2º, do art. 300, do CPC. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício aos Órgãos de restrição ao crédito, indicados às f. 19, para que em até 3 (três) dias, a contar do recebimento desta decisão, excluam dos seus cadastros a restrição anotada em nome da parte autora Francisco Samias da Silva, CPF Nº 61807702200, pela parte ré, até posterior deliberação, eis que esta questão encontra-se sub judice, sob pena de crime de desobediência, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 05/11/2019 às 13:45h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606746-20.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Magno Gomes da Silva - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606789-54.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kizzy Nunes Pereira - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 13:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: INGRID JULIANA DA SILVA BALBI (OAB 12798/AM), ADV: ORANDLE REDMAN AMBROSIO (OAB 10646/AM) - Processo 0606839-80.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: João Batista Alves da Silva - Vistos permanentes em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo

gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade que envolve significativa dose de subjetividade ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." No caso concreto, o(a) Autor(a) insurge-se contra cobranças direcionadas à si, alegando que nunca firmou qualquer contrato com a requerida. Pela análise dos autos, verifico que a discussão gira em torno da origem da dívida. Constato a impossibilidade de a parte autora produzir prova, não tendo como comprovar aquilo que afirma não ter ocorrido, no caso, a alegação de que as dívidas questionadas não foram contraídas pela requerente. Contudo, quanto à inscrição no SERASA, entendo demonstrada de forma suficiente a probabilidade do direito alegado ao exercício de cognição sumária de urgência, de tal modo que, uma vez controvertida de modo eficaz a higidez da cobrança manejada contra si, deve ser assegurado ao/à Autor(a) a sustação dos efeitos deletérios da anotação restritiva de crédito, dada a sua importância no cotidiano da sociedade moderna. Os elementos de convicção que aparelharam a petição inicial evidenciam suficiente probabilidade do direito alegado ao exercício de cognição sumária de urgência, de tal modo que, uma vez controvertida de modo eficaz a higidez da cobrança manejada contra si, deve ser assegurado à autora a suspensão das cobranças impugnadas nos autos. A tutela de urgência ora assegurada não se afigura, de igual modo, irreversível, superando a vedação do art. 300, §3°, do NCPC. Em todo caso, a parte atingida pela medida excepcional poderá pleitear a reparação de dano processual, além da recomposição dos prejuízos efetivos, decorrentes de sua efetivação, nos termos do art. 302 do NCPC. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, com fulcro no § 2º, do art. 300, do CPC. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício aos Órgãos de restrição ao crédito, indicados às f. 17, para que em até 3 (três) dias, a contar do recebimento desta decisão, excluam dos seus cadastros a restrição anotada em nome da parte autora João Batista Alves da Silva, CPF Nº 78693276204, referente ao CONTRATO Nº 351403053 (f. 17) pela parte ré, até posterior deliberação, eis que esta questão encontra-se sub judice, sob pena de crime de desobediência, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 23/09/2019 às 11:45h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0606840-65.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Orleans de Souza Cruz - Vistos permanente em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os

mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de fls. 14-34 e seguintes, as cobranças impugnadas são realizadas desde AGOSTO/2014, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pela Autora, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de 5 (cinco) anos a cobrança é realizada, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 24/09/2019, às 09:30h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0606857-04.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francenilce Lopes da Silva - Vistos permanente em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de fls. 11-43 e seguintes, as cobranças impugnadas são realizadas desde AGOSTO/2014, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pela Autora, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de 5 (cinco) anos a cobrança é realizada, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 23/09/2019, às 11:00h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0606861-41.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francenilce Lopes da Silva - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0606882-17.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Cacio Antonio da Silva - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 12:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0606888-24.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Cacio Antonio da Silva - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ENDRIL MATOS SERPA (OAB 14165/AM) - Processo 0606892-61.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Pedro Souza Veloso - Vistos permanente em correição, Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: “Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com “regra da gangorra”, é que quanto maior o “periculum” demonstrado, menos “fumus” se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa.” O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de fls. 33-60, os descontos impugnados são realizados desde MAIO/2016, sem manifestação do requerente, até o ajuizamento da ação, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pelo Autor, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de 3 (três) anos e 3 (três) meses o desconto é realizado, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 24/09/2019, às 09:45h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0606900-38.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Joao Batista de Araujo Freitas - Vistos permanente em correição. O(a) Requerente Joao Batista de Araujo Freitas, ajuizou o(a) presente - Ação de Obrigação de Fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela, contra a Requerida Amazonas Distribuidora de Energia S/A, para se ABSTER de inserir o nome da parte autora nos cadastros de inadimplentes SPC e a SERASA, e nos cadastros de restrições ao crédito Cartórios, por estarem presentes os requisitos do artigo 300 do NCPC, sob pena de multa diária por descumprimento a ser arbitrada pela MMa. Juíza. Passo à análise dos requisitos para sua concessão. Pois bem. A controvérsia se limita em verificar se estão presentes os requisitos previstos no artigo 300 do CPC, de modo a autorizar a concessão da tutela antecipada. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC), in verbis: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: “Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." Alie-se à prova inequívoca que conduza à verossimilhança da alegação da parte, que estejam presentes o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação para o deferimento da antecipação de tutela. Por fim, cabe dizer que os requisitos previstos no artigo 300 do NCPC são cumulativos, ou seja, à falta de algum deles importa em indeferimento da medida. Da análise da petição de ingresso, não vejo óbice à concessão da antecipação da tutela. Aliás, penso que o referido instituto jurídico anda de mãos dadas com esta justiça especial, notadamente quando homenageia-se o princípio da celeridade da prestação jurisdicional. Assim, entendo que enquanto pendente, entre as partes, discussão, sobre débito, revela-se, como medida de cautela, a abstenção da inscrição de nome do(a) devedor(a), nos cadastros de proteção ao crédito - SPC/SERASA. Interpretação sistemática à luz do princípio constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, obediência ao contraditório e à ampla defesa. No mais, estando os valores cobrados pela prestadora de serviços submetidos à discussão judicial, com mais razão deve ser mantida, sem alterações, a prestação do serviço de fornecimento de luz eletrica a cargo da Requerida, assim como nenhum gravame (restrição de crédito, suspensão de fornecimento de luz eletrica p. exemplo) pode ser imposto ao/à autor(a), até final julgamento. Nem se argumente a requerida, da necessidade de prévio contraditório, como conditio sine qua non, para deferimento da tutela, visto que nosso sistema acolhido pelo CPC e utilizado nas antecipações satisfativas autoriza a concessão da medida sem oitivar o réu, mormente porque o principio constitucional do contraditório não se sobrepõe, por certo, à flagrante lesão à vida civil e aos afazeres do cotidiano do(a) Requerente. No que pertine ao perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, é de se considerar que, diante da complexidade das relações econômicas firmadas nos dias atuais, a inscrição de uma pessoa, seja ela pessoa física ou jurídica, em órgão de restrição cadastral dificulta o desenvolvimento de suas atividades comerciais, não se mostrando, portanto, adequada a inserção de seu nome no rol dos inadimplentes perante o SPC/SERASA com relação a possível débito discutido judicialmente. De outro modo, o provimento antecipado não se reveste do perigo da irreversibilidade, nem é passível de causar dano à parte demandada, fatos estes que recomendam a sua concessão. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, para o fim de determinar à empresa prestadora de serviço público essencial para, em 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento desta determinação, se abstenha de inserir o nome do(a) demandante nos cadastros de restrições de crédito SPC e a SERASA e CARTÓRIOS de REGISTROS DE PROTESTOS, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos, até ulterior deliberação judicial, devendo, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa. Designo audiência de Conciliação, para o dia 24/09/2019, às 08:30h, na sede deste Juízo. Cite-se o réu. Intimem-se Autor e Réu quanto ao inteiro teor deste decisum, dando-se conhecimento aquele e seu advogado sobre a supramencionada audiência.

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM) - Processo 0606901-23.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alcilene Gonçalves Pinheiro - Vistos permanentes em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." Não há plausibilidade do direito. A documentação carreada é frágil, parca e imprecisa, consistente apenas em documentos pessoais, a procuração e um boletim de ocorrência cujo poder de convencimento é ínfimo. Não há nada que dê aparência de verdade ao alegado pela autora em sua inicial, num exame superficial, típico de liminares. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo audiência de Conciliação para o dia 23/09/2019, às 09:45h, na sede desse Juízo. Intime-se. Cite-se o Réu.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0606927-21.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes -

REQUERENTE: Neuzenir Mota Cardoso - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0606937-65.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Alberto Jaime Brito Pedroso - De ordem, fica designado pra Semana Nacional de Conciliação, o dia 06/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0606943-72.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sandeli de Paula Aureliano da Costa - De ordem, fica designado o dia 24/09/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAYCLINGE LUIZ VIANA ROCHA (OAB 11245/AM) - Processo 0606947-12.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Henry Ramos Escobar - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0606985-24.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Eliane Ribeiro Moura - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0606988-76.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Alcilene Gonçalves de Oliveira - Vistos permanentes em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade que envolve significativa dose de subjetividade ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." No caso dos autos, o autor questiona a inscrição de seus dados em cadastros de inadimplentes por parte da Ré, sem que haja qualquer relação jurídica entre as partes. Entretanto, limitou-se a juntar documento do SPC indicando o apontamento restritivo (fls. 14), datado de 1º-12-2016, ou seja, há mais de 2(dois) anos e 8 (oito) meses, o que afasta a urgência do presente caso, diante do extenso lapso temporal entre a data da negativação e da propositura da ação, não sendo crível que apenas agora o(a) Autor(a) tenha tomado conhecimento da restrição. Ademais, não há qualquer demonstração de que o(a) Autor(a) tenha diligenciado junto ao Réu na tentativa de elucidar e/ou contestar a dívida, o que prejudica a verossimilhança da alegação de que o débito é indevido. Nesse norte, entendo ser necessária a manifestação da Requerida para esclarecer a eventual existência de relação jurídica entre as partes e acautelo-me, por ora, quanto à concessão da tutela pleiteiada. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao Réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para 23/09/2019 às 09:30h, na sede deste Juízo. Intime-se o autor. Cite-se o Réu.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0606992-16.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Andre Felipe Sousa - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0606999-08.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antônio do Aparicio Cruz - Vistos permanente em correição. O(a) Requerente Antônio do Aparicio Cruz ajuizou o(a) presente - Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por danos morais c/c pedido de antecipação de tutela), contra a Requerida Amazonas Distribuidora de Energia S/A, para se ABSTER de interromper o fornecimento de luz elétrica da UC 0375422-7 de titularidade do(a) demandante, por estarem presentes os requisitos do artigo 300 do NCPC, sob pena de multa diária por descumprimento a ser arbitrada pela MMa. Juíza. Passo à análise dos requisitos para sua concessão. Pois bem. A controvérsia se limita em verificar se estão presentes os requisitos previstos no artigo 300 do CPC, de modo a autorizar a concessão da tutela antecipada. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado

diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC), in verbis: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." Alie-se à prova inequívoca que conduza à verossimilhança da alegação da parte, que estejam presentes o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação para o deferimento da antecipação de tutela. Por fim, cabe dizer que os requisitos previstos no artigo 300 do NCPC são cumulativos, ou seja, à falta de algum deles importa em indeferimento da medida. Da análise da petição de ingresso, não vejo óbice à concessão da antecipação da tutela. Aliás, penso que o referido instituto jurídico anda de mãos dadas com esta justiça especial, notadamente quando homenageia-se o princípio da celeridade da prestação jurisdicional. Assim, entendo que enquanto pendente, entre as partes, discussão, sobre débito, revela-se, como medida de cautela, a abstenção da inscrição de nome do devedor(a), nos cadastros de proteção ao crédito - SPC/SERASA, além da suspensão do fornecimento de luz elétrica. Interpretação sistemática à luz do princípio constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, obediência ao contraditório e à ampla defesa. No mais, estando os valores cobrados pela prestadora de serviços submetidos à discussão judicial, com mais razão deve ser mantida, sem alterações, a prestação do serviço de fornecimento de luz elétrica a cargo da requerida, assim como nenhum gravame (restrição de crédito, suspensão de fornecimento de luz p. ex.) pode ser imposto ao/à autor(a), até final julgamento. Nem se argumente a requerida, da necessidade de prévio contraditório, como conditio sine qua non, para deferimento da tutela, visto que nosso sistema acolhido pelo CPC e utilizado nas antecipações satisfativas autoriza a concessão da medida sem oitivar o réu, mormente porque o principio constitucional do contraditório não se sobrepõe, por certo, à flagrante lesão à vida civil e aos afazeres do cotidiano do(a) Requerente. No que pertine ao perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, é de se considerar que, diante da complexidade das relações econômicas firmadas nos dias atuais, a inscrição de uma pessoa, seja ela pessoa física ou jurídica, em órgão de restrição cadastral dificulta o desenvolvimento de suas atividades comerciais, não se mostrando, portanto, adequada a inserção de seu nome no rol dos inadimplentes perante o SPC/SERASA com relação a possível débito discutido judicialmente. De outro modo, o provimento antecipado não se reveste do perigo da irreversibilidade, nem é passível de causar dano à parte demandada, fatos estes que recomendam a sua concessão. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, para o fim de determinar à empresa prestadora de serviço público essencial para, em 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento desta determinação, se abstenha de suspender o fornecimento de luz elétrica da UC 0375422-7 de titularidade do(a) requerente, ou se já a houver executado, restabeleça, incontinenti, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos, até ulterior deliberação judicial, devendo, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa. Designo audiência de Conciliação para o dia 23/09/2019, às 10:00h, na sede deste Juízo. Cite-se o réu. Intimem-se Autor e Réu quanto ao inteiro teor deste decisum, dando-se conhecimento aquele e seu advogado sobre a supramencionada audiência.

ADV: LORENA SANTANA PIMENTEL (OAB 11224/AM) - Processo 0607010-37.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Nilda de Jesus Silva - Vistos permanente em correição. O(a) Requerente Maria Nilda de Jesus Silva, ajuizou o(a) presente - Ação Declaratória de inexistência de debito c/c Indenização por danos morais c/c pedido de antecipação de tutela, contra a Requerida Manaus Ambiental S/A, para se ABSTER de inserir o nome da parte autora nos cadastros de inadimplentes SPC e a SERASA, além de interromper o fornecimento de abastecimento de água da Matricula Nº 1880110-2 de titularidade do(a) demandante, por estarem presentes os requisitos do artigo 300 do NCPC, sob pena de multa diária por descumprimento a ser arbitrada pela MMa. Juíza. Passo à análise dos requisitos para sua concessão. Pois bem. A controvérsia se limita em verificar se estão presentes os requisitos previstos no artigo 300 do CPC, de modo a autorizar a concessão da tutela antecipada. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC), in verbis: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação

de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." Alie-se à prova inequívoca que conduza à verossimilhança da alegação da parte, que estejam presentes o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação para o deferimento da antecipação de tutela. Por fim, cabe dizer que os requisitos previstos no artigo 300 do NCPC são cumulativos, ou seja, à falta de algum deles importa em indeferimento da medida. Da análise da petição de ingresso, não vejo óbice à concessão da antecipação da tutela. Aliás, penso que o referido instituto jurídico anda de mãos dadas com esta justiça especial, notadamente quando homenageia-se o princípio da celeridade da prestação jurisdicional. Assim, entendo que enquanto pendente, entre as partes, discussão, sobre débito, revela-se, como medida de cautela, a abstenção da inscrição de nome do(a) devedor(a), nos cadastros de proteção ao crédito - SPC/SERASA, além da suspensão do fornecimento de abastecimento de água. Interpretação sistemática à luz do princípio constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, obediência ao contraditório e à ampla defesa. No mais, estando os valores cobrados pela prestadora de serviços submetidos à discussão judicial, com mais razão deve ser mantida, sem alterações, a prestação do serviço de fornecimento de água a cargo da Requerida, assim como nenhum gravame (restrição de crédito, suspensão de fornecimento de água p. exemplo) pode ser imposto ao/à autor(a), até final julgamento. Nem se argumente a requerida, da necessidade de prévio contraditório, como conditio sine qua non, para deferimento da tutela, visto que nosso sistema acolhido pelo CPC e utilizado nas antecipações satisfativas autoriza a concessão da medida sem oitivar o réu, mormente porque o principio constitucional do contraditório não se sobrepõe, por certo, à flagrante lesão à vida civil e aos afazeres do cotidiano do(a) Requerente. No que pertine ao perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, é de se considerar que, diante da complexidade das relações econômicas firmadas nos dias atuais, a inscrição de uma pessoa, seja ela pessoa física ou jurídica, em órgão de restrição cadastral dificulta o desenvolvimento de suas atividades comerciais, não se mostrando, portanto, adequada a inserção de seu nome no rol dos inadimplentes perante o SPC/SERASA com relação a possível débito discutido judicialmente. De outro modo, o provimento antecipado não se reveste do perigo da irreversibilidade, nem é passível de causar dano à parte demandada, fatos estes que recomendam a sua concessão. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, para o fim de determinar à empresa prestadora de serviço público essencial para, em 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento desta determinação, se abstenha de suspender o fornecimento de água da Matrícula Nº 1880110-2 de titularidade do(a) Requerente, ou se já a houver executado, restabeleça, incontinenti, além de inserir o nome do(a) demandante nos cadastros de restrições de crédito SPC e a SERASA, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos, até ulterior deliberação judicial, devendo, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa. Designo audiência de Conciliação, para o dia 04/11/2019, às 09:30h, na sede deste Juízo. Cite-se o réu. Intimem-se Autor e Réu quanto ao inteiro teor deste decisum, dando-se conhecimento aquele e seu advogado sobre a supramencionada audiência.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0607015-59.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Gilmara Gonçalves Pinheiro - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELIANE GONÇALVES DO NASCIMENTO (OAB 11107/AM) - Processo 0607031-13.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Marcilene dos Santos Silva - Vistos permanente em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os

mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente os requisitos necessários, qual seja, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, nota-se que a autora não apresentou documentos que comprovam que houve a inserção dos seus dados nos órgãos de restrição ao crédito; ordens de solicitação de serviços ou protocolos demonstrando que registrou reclamação perante a Requerida etc. Este fato acaba por obstar a pretensão autoral quanto à concessão de liminar. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo e a probabilidade do direito alegado aptos a ensejar o deferimento da tutela provisória pleiteada decorrente do exercício da cognição sumária de urgência. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 24/09/2019, às 09:15h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0607035-50.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Valderi Carneiro de Sousa - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0607038-05.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Marta Souza da Silva - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 16:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PRISCILA NEVES SILVA COSTA (OAB 12879/AM), ADV: RAQUEL TINÔCO NÉIA (OAB 10222/AM) - Processo 0607041-57.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jameson Oliveira de Lima - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 16:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CLYSSIA REGIANE DE OLIVEIRA TEIXEIRA (OAB 6293/AM) - Processo 0607049-34.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria America Lima de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 15:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0607054-56.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Arlene Ferreira Clarindo - Vistos permanente em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de f. 11 e seguintes, as cobranças impugnadas são realizadas desde MAIO/2018, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pela Autora, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de mais de 1 (um) ano a cobrança é realizada, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC.

A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019, às 15:30h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM) - Processo 0607091-83.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jander Lima Soares - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSIAS DA SILVA MAURÍCIO (OAB 3859/AM) - Processo 0607136-87.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Josias da Silva Maurício - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM) - Processo 0607140-27.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Mariete Oliveira Cabral - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARMEN HOSANA RAMIREZ SAPUCAIA (OAB 11060/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0607142-31.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Naftali Nascimento Ramirez Abinader - EXECUTADO: Telefônica Brasil S/A - Vistos, etc., Analisando os autos, verifico que assiste razão a executada, uma vez que já havia efetuado o pagamento conforme comprovante de fl. 237, inclusive pago A MAIOR, consoante cálculo processual de fl. 260. Diante do exposto, expeça-se alvará eletrônico em favor do autor da quantia de R$ 5.425,60 (cinco mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos). Intime-se o réu para, no prazo de 05 dias, informar os dados bancários para que lhe seja devolvido o valor pago A MAIOR, R$ 1.049,63 (mil e quarenta e nove reais e sessenta e três centavos). Torno sem efeito a Decisão Interlocutória de fl. 249 e indefiro o pedido de aplicação de multa em relação ao autor. Expedidos os alvarás, arquivem-se os autos Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0607155-93.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ana Ruth da Silva Monteiro e outro - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 15:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM) - Processo 0607158-48.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Vanderlei Teixeira Lopes - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 15:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0607198-30.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: João Macena da Silva - Vistos permanentes em correição. De acordo com a certidão de fls. antecedentes, observa-se que a parte autora ajuizou ação anterior, sob o número 0604110-81.2019.8.04.0020, que foi extinto, sem resolução do mérito, por ausência da parte autora a audiência de conciliação, instrução e julgamento. Na oportunidade, o mesmo foi condenado ao pagamento de custas. Entretanto, não escolta a inicial, nenhum comprovante do pagamento de custas. Por tais razões, determino seja intimada a parte autora na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, promover o recolhimento das custas arbitradas em razão da extinção do processo anterior, ex vi do art. 51, § 2.º, da Lei 9.099/95, sob pena de indeferimento da inicial. Cumpra-se.

ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM) - Processo 0607225-13.2019.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Daniel Rodrigues Monteiro - De ordem, fica designado o dia 01/10/2019 às 09:30h, na sala 5, para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607264-10.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Manoel Tomé de Souza - Diante do que restou relatado e atendendo à referida determinação, considerando, ainda, que a causa de pedir encontra-se inserida nas matérias enumeradas no Pedido de Uniformização, converto o julgamento em diligência e determino a suspensão da presente ação até que se ultime o julgamento do incidente acima transcrito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0607313-51.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Dorismar Monteiro de Sá - Vistos permanente em correição. O(a) Requerente Dorismar Monteiro de Sá, ajuizou o(a) presente - Ação Revisional c/c Indenização por danos morais c/c pedido de antecipação de tutela, contra a Requerida Manaus Ambiental S/A, para EXCLUIR o nome da parte autora nos cadastros de inadimplentes SPC e a SERASA, além de restabelecer o fornecimento de abastecimento de água da Matricula Nº 3623580-6 de titularidade do(a) demandante, por estarem presentes os requisitos do artigo 300 do NCPC, sob pena de multa diária por descumprimento a ser arbitrada pela MMa. Juíza. Passo à análise dos requisitos para sua concessão. Pois bem. A controvérsia se limita em verificar se estão presentes os requisitos previstos no artigo 300 do CPC, de modo a autorizar a concessão da tutela antecipada. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC), in verbis: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: “Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com “regra da gangorra”, é que quanto maior o “periculum” demonstrado, menos “fumus” se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se

anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." Alie-se à prova inequívoca que conduza à verossimilhança da alegação da parte, que estejam presentes o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação para o deferimento da antecipação de tutela. Por fim, cabe dizer que os requisitos previstos no artigo 300 do NCPC são cumulativos, ou seja, à falta de algum deles importa em indeferimento da medida. Da análise da petição de ingresso, não vejo óbice à concessão da antecipação da tutela. Aliás, penso que o referido instituto jurídico anda de mãos dadas com esta justiça especial, notadamente quando homenageia-se o princípio da celeridade da prestação jurisdicional. Assim, entendo que enquanto pendente, entre as partes, discussão, sobre débito, revela-se, como medida de cautela, a abstenção da inscrição de nome do(a) devedor(a), nos cadastros de proteção ao crédito - SPC/SERASA, além da suspensão do fornecimento de abastecimento de água. Interpretação sistemática à luz do princípio constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, obediência ao contraditório e à ampla defesa. No mais, estando os valores cobrados pela prestadora de serviços submetidos à discussão judicial, com mais razão deve ser mantida, sem alterações, a prestação do serviço de fornecimento de água a cargo da Requerida, assim como nenhum gravame (restrição de crédito, suspensão de fornecimento de água p. exemplo) pode ser imposto ao/à autor(a), até final julgamento. Nem se argumente a requerida, da necessidade de prévio contraditório, como conditio sine qua non, para deferimento da tutela, visto que nosso sistema acolhido pelo CPC e utilizado nas antecipações satisfativas autoriza a concessão da medida sem oitivar o réu, mormente porque o principio constitucional do contraditório não se sobrepõe, por certo, à flagrante lesão à vida civil e aos afazeres do cotidiano do(a) Requerente. No que pertine ao perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, é de se considerar que, diante da complexidade das relações econômicas firmadas nos dias atuais, a inscrição de uma pessoa, seja ela pessoa física ou jurídica, em órgão de restrição cadastral dificulta o desenvolvimento de suas atividades comerciais, não se mostrando, portanto, adequada a inserção de seu nome no rol dos inadimplentes perante o SPC/SERASA com relação a possível débito discutido judicialmente. De outro modo, o provimento antecipado não se reveste do perigo da irreversibilidade, nem é passível de causar dano à parte demandada, fatos estes que recomendam a sua concessão. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, para o fim de determinar à empresa prestadora de serviço público essencial para, em 72 (setenta e duas) horas, a contar do recebimento desta determinação, RESTABELEÇA o fornecimento de água da Matrícula Nº 3623580-6 de titularidade do(a) Requerente, bem como no prazo 5 (cinco) EXCLUA o nome o nome do(a) demandante nos cadastros de restrições de crédito SPC e a SERASA, referente ao CONTRATO DE Nº 11547770 (f.17) em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos, até ulterior deliberação judicial, devendo, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa. Designo audiência de Conciliação, para o dia 04/11/2019, às 11:45h, na sede deste Juízo. Cite-se o réu. Intimem-se Autor e Réu quanto ao inteiro teor deste decisum, dando-se conhecimento aquele e seu advogado sobre a supramencionada audiência.

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0607355-03.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Olivia Ferreira Trosman de Souza - Diante do que restou relatado e atendendo à referida determinação, considerando, ainda, que a causa de pedir encontra-se inserida nas matérias enumeradas no Pedido de Uniformização, converto o julgamento em diligência e determino a suspensão da presente ação até que se ultime o julgamento do incidente acima transcrito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: DENIS,DANTAS & LOPES ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 91/AM) - Processo 0608387-14.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls.87/94 antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Aline Mikaela Garcia Gomes (OAB 9626/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Ariane Andrade da Silva (OAB 10809/AM)
Carmen Hosana Ramirez Sapucaia (OAB 11060/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Clyssia Regiane de Oliveira Teixeira (OAB 6293/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
DENIS,DANTAS & LOPES ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 91/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eliane Gonçalves do Nascimento (OAB 11107/AM)
Endril Matos Serpa (OAB 14165/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO)
Ingrid Juliana da Silva Balbi (OAB 12798/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Ítalo Nascimento Nishiyama (OAB 8996/AM)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
Josias da Silva Maurício (OAB 3859/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Lorena Santana Pimentel (OAB 11224/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Orandle Redman Ambrosio (OAB 10646/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Priscila Neves Silva Costa (OAB 12879/AM)
Priscilla Lopes de Alcantara (OAB 8615/AM)
Raquel Tinôco Néia (OAB 10222/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Rayclinge Luiz Viana Rocha (OAB 11245/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Rodrigo Silva de Lacerda (OAB 10964/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Washington Luiz de Miranda Domingues Tranm (OAB 133406/MG)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0249/2019

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0602954-58.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Bryan Ribeiro Almeida - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC) - Processo 0604358-47.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Paulo Oliveira de Lima - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0604433-86.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Jeazi Pinheiro Souza - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO IGOR DE CARVALHO LEAL CAMPAGNOLLI

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL VANESSA OLIVEIRA DOS SANTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0247/2019

ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM) - Processo 0200170-76.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: Epl Eng e Representações Ltda - De ordem, intimo a parte RECORRENTE para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS), ADV: HORÁCIO PERDIZ PINHEIRO NETO (OAB 157407/SP) - Processo 0200727-63.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: NAIVALDO LOPES CARVALHO - REQUERIDO: Avon Cosméticos Ltda - Defiro o pedido de execução de fls. 155. Intime-se a parte executada para, no prazo de quinze dias, efetuar o pagamento do valor executado de R$4.033,81 (quatro mil, trinta e três reais e oitenta e um centavos), sob pena de ser acrescida multa de 10%, nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo in albis, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se à execução com a penhora online diretamente na conta da parte executada via BacenJud, nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Por fim, restando infrutíferas as medidas acima descritas, proceda-se à realização de consulta e bloqueio de veículos mediante o RENAJUD. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0200927-70.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: ELINE NOGUEIRA VERA - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Forte nesses fundamentos, conheço dos aclaratórios para dar-lhes provimento, ao tempo em que integralizo o julgado para, tornar sem efeito a decisão interlocutória prolatada às fls. 09/10.

ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446A/AM), ADV: ANA PAULA IVO FERNANDES (OAB 4288/AM), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446/AM), ADV: JOSÉ PERCEU VALENTE DE FREITAS (OAB 7200/AM) - Processo 0201582-18.2014.8.04.0020 (apensado ao processo 0209172-51.2011.8.04.0020)(processoprincipal0209172-51.2011.8.04.0020) - Cumprimento de sentença - Transporte Terrestre - EXEQUENTE: Izabel Alice Pinheiro de Souza - EXECUTADO: SINETRAM - Sindicato de Transp. Coletivo de Manaus - Pelo exposto, determino à Secretaria deste Juízo expeça ofício ao Banco Daycoval S/A para, caso ainda haja valores bloqueados de titularidade do executado SINETRAN, CNPJ 04.603.197/0001-04, efetuar o desbloqueio de ofício, uma vez que a resposta via BacenJud são negativas e o processo encontra-se arquivado por satisfação da obrigação. Noutro giro, ainda existe valores depositados em Juízo, oriundos do bloqueio a maior e garantidos por embargos à execução de fls. 25/26, intime-se o executado para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF ou CNPJ) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie. Cumpra-se.

ADV: VLADIMIR MARQUES PASSOS (OAB 11044/AM) - Processo 0203480-61.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: AMANDA PATRICIA BAIA ARAUJO - De ordem, e considerando o deposito realizado (fl. 244), intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie, bem como para que manifeste-se acerca da satisfação das obrigações.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0600400-87.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Maria Hozanilce Freitas da Rocha Oliveira - De ordem, e considerando o alvará de fl. 553, intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se acerca da satisfação das obrigações.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0600629-18.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, e considerando o bloqueio positivo no rosto dos autos, intime-se o executado para impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c o Enunciado nº 142 do FONAJE.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0600942-71.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERIDO: Losango S/A - De ordem, intime-se o requerido para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da petição de fls. 94-95, bem como acerca dos documentos de fls. 96-99. Após o transcurso do prazo, retornem os autos para apreciação pelo magistrado.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0601074-65.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Vicencia Oliveira da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOÃO PAULO BEZERRA DE FREITAS (OAB 12201/AM), ADV: JANO DE SOUZA MELLO (OAB 4587/AM) - Processo 0601366-16.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Quitação - REQUERENTE: Alpendre Construção Servicos de Limpeza e Comercio de Estivas Em Geral Ltda - REQUERIDO: D.d. Incorporações Imobiliárias Ltda. - Diante do exposto, com fulcro nos argumentos acima expendidos, acolho a preliminar arguída pelo réu, relativamente à complexidade probatória da

causa, e em consequência extingo o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, inciso II, da Lei nº 9.099/95. Sem condenação em custas e honorários, de acordo com o artigo 55 do referido diploma legal. P. R. I. C. Após o trânsito em julgado deste, arquivem-se os autos e dê-se baixa nos competentes registros. Manaus, 23 de agosto de 2019 Igor de Carvalho Leal Campagnolli Juiz de Direito

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM) - Processo 0601402-58.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco do Rosario da Cunha - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0602189-87.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Emanuel Silva Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602831-60.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ademar Morais Barbosa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0602915-61.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Alberto Gonçalves Melgueiro - RECLAMADO: Vivo S/A - Em virtude da certidão de fl.214 , inadmito o recurso inominado de fls.181-192 , dada a sua deserção. Assim, encaminho os autos à Secretaria, para que, sendo o caso, seja certificado o trânsito em julgado e/ou se proceda ao arquivamento destes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARMEN HOSANA RAMIREZ SAPUCAIA (OAB 11060/AM) - Processo 0602954-58.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Bryan Ribeiro Almeida - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: LUCIANA WAQUIM CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 16166/PE) - Processo 0602955-43.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Donizete Aparecido de Lima - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0603158-05.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Aguinaldo Raimundo Dias de Souza - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0603470-78.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jakline da Graça Fonseca - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 1304A/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0603477-70.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Laurimar Pereira Pimentel - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CRISTIANE DE SOUSA SILVA (OAB 14431/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA FIGUEIREDO FERNANDEZ (OAB 14432/AM) - Processo 0603483-77.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - RECLAMANTE: Maríldina de Albuquerque Brasil - RECLAMADO: Banco BMG S/A - Forte nas razões expendidas, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pleitos insertos na peça de ingresso. Deixo de condenar a parte vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P. R. I. C.

ADV: RONALDO GOMES PEREIRA (OAB 9187/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0603861-33.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jandira Brandao Pinto - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Forte nesses fundamentos, conheço dos aclaratórios para dar-lhes provimento, ao tempo em que integralizo o julgado para, tornar sem efeito a decisão interlocutória prolatada às fls. 60/61.

ADV: GISELE CORREIA DOS SANTOS BATISTA (OAB 419A/AM) - Processo 0603972-17.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marinalva Rocha Lúcio - REQUERIDO: Yade Comercio de Vestuário Ltda - Asya Fashion - LITSPASSIV: AVISTA S/A Administradora de Cartões de Crédito (Atual: PAG S/A Meios de Pagamento) - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0604032-87.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rui Nunes da Silva Junior - De ordem, intime-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF ou CNPJ) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie, bem como para que manifeste-se acerca da satisfação das obrigações.

ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: JOÃO EDUARDO RODRIGUES DO NASCIMENTO (OAB 13289/AM) - Processo 0604139-34.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francisco da Silva Monteiro - Maria Ruht Cleize Correa Telles - REQUERIDO: Portal das Rosas Empreendimentos Imobiliários Ltda - Direcional Engenharia S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE

o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. (Assinado Eletronicamente) Igor de Carvalho Leal Campagnolli Juiz de Direito

ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/SP), ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM) - Processo 0604145-41.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Willis Machado Pimentel - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0604263-17.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria Miraci Seixas da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Por vislumbrar a possibilidade de ocorrência de dano irreparável para a parte, recebo o recurso inominado de fls. 198-215 nos efeitos devolutivo e suspensivo, consoante permissivo do art. 43 da Lei nº 9.099/95. Apesar de não ter sido avaliado o pedido de justiça gratuita anteriormente, conforme tem decidido a jurisprudência pátria, nada obsta a solicitação dos benefícios e/ou sua concessão neste momento processual. Assim, diante da declaração de hipossuficiência da parte autora e, não existindo nos autos elementos capazes de afastar a presunção de verdade atribuída à declaração por lei, defiro a gratuidade processual postulada. Sendo assim, recebo o recurso inominado de fls. 222-227 , nos efeitos suspensivo e devolutivo por vislumbrar a possibilidade de ocorrência de dano irreparável para a parte, com fundamento no dispositivo citado acima. Dessa feita, encaminho os autos à Secretaria para que sejam procedidas as anotações de praxe, bem como para que sejam intimadas as partes para, no prazo de dez dias, querendo, apresentar suas contrarrazões.Decorrido o prazo ouuma vez apresentadas as contrarrazões encaminhe-se os autos à douta Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0604346-33.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ana Paula Moreira Martins - REQUERIDO: Claro S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0604358-47.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Paulo Oliveira de Lima - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: THIAGO FELIPE FERNANDES FERREIRA (OAB 13944/AM) - Processo 0604415-65.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Valinda Cordeiro de Sena Ramalho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nos termos da certidão de fl. antecedente, verifico que o recorrente deixou de recolher (custas e/ou preparo) judiciais exigidas à admissibilidade do recurso inominado de fls. 121-139, conforme determina o art. 3° do Provimento CGJ n. 256/2015 c/c o art. 42, §1.º, da Lei 9.099/95,. Observo, por oportuno, que, em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168, segundo o qual, "Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015". Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade, denego seguimento, por deserção, ao recurso inominado. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0604433-86.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Jeazi Pinheiro Souza - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0604577-60.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Orley da Silva Lopes - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0604581-97.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ricardo Davi de Oliveira Vieira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, inciso I do Código de Processo Civil, julgo parcialmente procedentes os pedidos constantes da inicial para condenar o banco réu à restituir à parte autora a quantia de R$ 969,30 (novecentos e sessenta e nove reais e trinta centavos) com correção monetária (INPC), a contar do primeiro desconto indevido e juros moratórios de 1% ao mês, a contar da citação, incluindo na mesma regra eventuais descontos ocorridos ao longo do processo. Em razão da sentença de mérito, determino ao requerido que proceda, no prazo de 15 (quinze) dias, após o trânsito em julgado, a suspensão dos descontos da tarifa bancária, sob pena de multa no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) por desconto indevido. Improcedentes os demais pedidos. Deixo de condenar o demandado ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei nº 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0604599-21.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Claudia da Silva Araujo Moreira - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo procedente o pedido de declaração de inexigibilidade dos débitos objeto da presente ação. Julgo improcedente o pleito de indenização por danos morais. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei nº 9.099/95.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0604658-09.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Embratel TVSAT Telecomunicações S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0604720-49.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jonilson Lopes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedente a presente demanda para: 1 - declarar a nulidade e, consequentemente, o cancelamento dos descontos realizados sob rubrica "Extratomes/Saqueterminal/Est Rendiment/Encargo Sd Vinc" ; 2 - condenar a parte requerida ao pagamento de R$ 98,68 (noventa e oito reais e sessenta e oito centavos), à título de repetição de indébito, com juros de 1% ao mês e

correção monetária (INPC), ambos a serem contados a partir do efetivo prejuízo do autor (data do primeiro desconto indevido); 3 - Improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar o demandado ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei nº 9.099/95. P.R.I.C

ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (OAB 149048/MG), ADV: RITA DE CASSIA FRANCO DOS SANTOS (OAB 14082/AM) - Processo 0605087-73.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Manuel Pereira Batista - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0605115-41.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Leomara de Oliveira Soares - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesse elastério, reconheço a complexidade probatória da causa e a consequente incompetência desta Justiça Especial para dirimi-la, nos moldes do artigo do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, pelo que determino a extinção do feito sem o julgamento do mérito. Caso não haja recurso das partes, no prazo da lei, autorizo o imediato arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo. P.R.I.C

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 1198A/AM), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP) - Processo 0605124-03.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucelia Lopes Ca - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Indefiro o pedido formulado pela autora por considerar que, em sede de Juizados Especiais, não sendo pautada audiência una para conciliação e instrução do feito, a designação de audiência instrutória é necessária por representar o marco final para oferecimento da resposta do réu, de modo que o julgamento antecipado, na forma pretendida pela requerente, ou seja, sem a observância do prazo para apresentação de resposta, implica verdadeiro cerceamento de defesa, passível de nulificar o processo. Paute-se, pois, data para a realização da audiência de instrução e julgamento, com a brevidade que o caso reclama. Providências de praxe pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 1198A/AM), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP) - Processo 0605124-03.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucelia Lopes Ca - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Instrução e Julgamento Data: 25/09/2019 Hora 10:00 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0605138-84.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ednei Nascimento de Araújo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Indefiro o pedido formulado pela autora por considerar que, em sede de Juizados Especiais, não sendo pautada audiência una para conciliação e instrução do feito, a designação de audiência instrutória é necessária por representar o marco final para oferecimento da resposta do réu, de modo que o julgamento antecipado, na forma pretendida pela requerente, ou seja, sem a observância do prazo para apresentação de resposta, implica verdadeiro cerceamento de defesa, passível de nulificar o processo. Paute-se, pois, data para a realização da audiência de instrução e julgamento, com a brevidade que o caso reclama. Providências de praxe pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0605138-84.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ednei Nascimento de Araújo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Instrução e Julgamento Data: 25/09/2019 Hora 09:15 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0605182-06.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Neide da Silva Taveira - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, inciso I do Código de Processo Civil: 1 - julgo procedente o pedido relativo à declaração de inexistência do débito. 2 - improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar a parte requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0605195-05.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rosa Helena Melo das Neves - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedente a presente demanda para: 1 - declarar a nulidade e, consequentemente, o cancelamento dos descontos realizados sob rubrica “mora cred pess”; 2 - condenar a parte requerida ao pagamento de R$ 320,00 (trezentos e vinte reais), à título de repetição de indébito, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC), ambos a serem contados a partir do efetivo prejuízo do autor (data do primeiro desconto indevido); 3 - Improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar o demandado ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei nº 9.099/95. P.R.I.C

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0605228-92.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Erosmilde Pinheiro Abensur - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, inciso I do Código de Processo Civil, julgo parcialmente procedentes os pedidos constantes da inicial para condenar o banco réu à restituir à parte autora a quantia de R$ 1.250,30 (mil, duzentos e cinquenta reais e trinta centavos) com correção monetária (INPC), a contar do primeiro desconto indevido e juros moratórios de 1% ao mês, a contar da citação, incluindo na mesma regra eventuais descontos ocorridos ao longo do processo. Em razão da sentença de mérito, determino ao requerido que proceda, no prazo de 15 (quinze) dias, após o trânsito em julgado, a suspensão dos descontos da tarifa bancária, sob pena de multa no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) por desconto indevido. Improcedentes os demais pedidos. Deixo de condenar o demandado ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei nº 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: MARCUS JOSÉ QUEIROZ FERREIRA (OAB 9930/AM) - Processo 0605248-83.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Milton Pereira de Souza - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, inciso I do Código de Processo Civil julgo parcialmente procedente o pedido autoral para DECLARAR inexigibilidade de débito e a retirada do nome da parte autora de cadastro de inadimplentes (caso tenha havido a inscrição). Improcedente o pedido de danos morais. Deixo de condenar a parte requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: VANESSA OLIVEIRA ALMEIDA (OAB 9558/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM) - Processo 0605289-50.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Atiro Ferreira de Souza - REQUERIDO: Tecnologia Bancária S/A - Banco Bradesco S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

art. 487, inciso I do Código de Processo Civil, julgo parcialmente procedentes os pedidos constantes da inicial, para condenar a parte requerida à restituição ao demandante da quantia de R$ 1.900,00 (mil e novecentos), a título de repetição de indébito em dobro, com correção monetária a partir da movimentação financeira não concluída (15 de abril de 2019) e juros de 1% ao mês a partir da citação, bem como ao pagamento do valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a título de indenização por danos morais, com correção monetária e juros moratórios de 1% a.m., a partir da prolação deste decisum. Deixo de condenar a parte requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei nº 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ROSEANE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 7610/AM) - Processo 0605352-75.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Edimar Aldo da Costa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesse elastério, reconheço a complexidade probatória da causa e a consequente incompetência desta Justiça Especial para dirimi-la, nos moldes do artigo do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, pelo que determino a extinção do feito sem o julgamento do mérito. Caso não haja recurso das partes, no prazo da lei, autorizo o imediato arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo. P.R.I.C

ADV: GREYSA MORES FRAGOSO (OAB 12765/AM), ADV: SALES MARTINS LEAL (OAB 13560/AM) - Processo 0605383-95.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Nayane Aires do Vale - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Forte nessas razões, com fulcro no art. 487, inciso I, do Digesto de Processo Civil, julgo procedente o pedido de repetição do indébito em dobro, condenando o requerido a pagar à demandante a quantia de R$5.926,12 (cinco mil, novecentos e vinte e seis reais e doze centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar do evento danoso (data de cada uma das cobranças indevidas). Determino que a requerida cesse a cobrança de valores que tenham como fato gerador os pontos adicionais, sob pena de multa de R$ 200,00 (duzentos reais) por cobrança realizada, a ser revertido em favor da parte autora. Improcedente o pedido de indenização por danos morais. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. P. R. I. C.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0605399-49.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raylane das Chagas Ferreira - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Forte nessas razões, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedentes os pedidos autorais para determinar que a ré passe a efetuar as cobranças mensais no valor de R$ 124,00 (cento e vinte e quatro reais), bem como para condenar ao pagamento de R$ 336,78 (trezentos e trinta e seis reais e setenta e oito centavos), a título de repetição de indébito em dobro, com correção monetária (INPC) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos a contar do evento danoso (data de cada um dos descontos realizados). Procedente o pedido de alteração da data de vencimento das faturas para o dia 05 (cinco) de cada mês. Improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0605400-34.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Perpetua da Costa Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de julgamento antecipado, formulado pelas partes em audiência conciliatória (fl. 149-150). Nesta oportunidade, determino seja intimada a parte requerida, para juntar substabelecimento no prazo de 5 (cinco) dias, após, façam-se os autos conclusos para posterior prolação de sentença.

ADV: ALAN DIEGO COELHO DOS REIS (OAB 14490/AM) - Processo 0605462-74.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Maria Jacob dos Reis - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesse elastério, reconheço a complexidade probatória da causa e a consequente incompetência desta Justiça Especial para dirimi-la, nos moldes do artigo do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, pelo que determino a extinção do feito sem o julgamento do mérito. Caso não haja recurso das partes, no prazo da lei, autorizo o imediato arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo. P.R.I.C

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0605475-73.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Gilson de Castro - REQUERIDO: Vivo S/A - Indefiro o pedido de julgamento antecipado da lide por entender que, consideradas as circunstâncias do caso concreto e analisadas as alegações dos litigantes, resta necessário o esclarecimento de alguns pontos suscitados na inicial e na peça de defesa, no que diz respeito às alegações contidas às fls. 98-104, a ser feito em audiência instrutória, mediante depoimento pessoal das partes, razões por que se afigura necessária a realização do referido ato.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0605475-73.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Gilson de Castro - REQUERIDO: Vivo S/A - Instrução e Julgamento Data: 25/09/2019 Hora 10:45 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0605476-58.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Francisco Amador de Oliveira - REQUERIDO: Vivo S/A - Indefiro o pedido de julgamento antecipado da lide por entender que, consideradas as circunstâncias do caso concreto e analisadas as alegações dos litigantes, resta necessário o esclarecimento de alguns pontos suscitados na inicial e na peça de defesa, no que diz respeito às alegações contidas à fl. 105, a ser feito em audiência instrutória, mediante depoimento pessoal das partes, razões por que se afigura necessária a realização do referido ato.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0605476-58.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Francisco Amador de Oliveira - REQUERIDO: Vivo S/A - Instrução e Julgamento Data: 25/09/2019 Hora 11:30 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: MÁRCIA PEIXOTO DE OLIVEIRA BORBA (OAB 9246/AM) - Processo 0605482-65.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Thalita Ferreira de Souza - REQUERIDO: J.a. Gomes Alimentos (Vitória Supermercado) - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 269, I, do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido constante da inicial, para condenar a demandada ao pagamento da importância de R$3.000,00 (três mil reais), a título de indenização pelos danos morais narrados na inicial, com correção monetária a partir da prolação deste decisum (Súmula 362/STJ), e juros moratórios de 1% a.m., com marco inicial a partir do evento danoso (Súmula 54/STJ). Deixo de condenar a parte requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei nº 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0605494-79.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria Antonia Firmino Melo - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Forte nestes fundamentos, com fulcro no art. 487, I do Código de Processo Civil, e levando-se em consideração o exposto, notadamente a falta de êxito do requerente em demonstrar a existência da conduta ilícita ou abusiva por parte da demandada, julgo improcedente o pedido formulado na inicial. Sem custas e honorários advocatícios. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos e dê-se baixa nos competentes registros.

ADV: MARIO ANGELO SERRA CUTRIM (OAB 14242/AM) - Processo 0605691-34.2019.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Expropriação de Bens - REQUERENTE: J W A Comercio de Calçados Ltda-me (Rebeka Distribuidora) - REQUERIDO: Ipanema Calcados - Pelo exposto, entendo que os títulos apresentados na presenta ação não possuem força executiva, tendo em vista a sua prescrição, razão porque, com fulcro no art. 219, §5º, pronuncio ex officio a prescrição e, consequentemente, lastreado no art. 295, inciso IV, indefiro a petição inicial, declarando a extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso IV, todos do Digesto de Processo Civil. Deixo de condenar o exequente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. P. R. I. C. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos e dê-se baixa nos competentes registros.

ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0605931-57.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Karen Lopes da Costa - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Defiro o pedido de execução de fls. 238-242. Intime-se a parte executada para, no prazo de quinze dias, efetuar o pagamento do valor executado de R$10.000,00 (dez mil reais), sob pena de ser acrescida multa de 10%, nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo in albis, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se à execução com a penhora online diretamente na conta da parte executada via BacenJud, nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Por fim, restando infrutíferas as medidas acima descritas, proceda-se à realização de consulta e bloqueio de veículos mediante o RENAJUD. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606237-94.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMADO: Banco BMG S/A - De ordem, e considerando o bloqueio positivo no rosto dos autos, intime-se o executado para impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c o Enunciado nº 142 do FONAJE.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0606593-89.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: MARIOMAR FERREIRA DOS SANTOS - RECLAMADO: Banco BMG S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: ANDRÉ FELIPE DE OLIVEIRA CAVALCANTE (OAB 11381/AM) - Processo 0606642-28.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Maria Dirce Batista Medeiros - REQUERIDO: Fabio Gomes Guimarães - Desse modo, determino a intimação da suplicante para que, no prazo de cinco dias, faça prova da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, apresentando documento que comprove sua qualificação tributária atualizada e balanço financeiro que demonstre a receita bruta anual, nos termos da Lei nº 123/2006, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 51, inciso IV da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: DIEGO RAMON DE MENEZES LUCAS (OAB 11863/AM) - Processo 0606774-85.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Maria Dirce Batista Medeiros - REQUERIDA: Alcione Barbosa Fonseca - Desse modo, determino a intimação da suplicante para que, no prazo de cinco dias, faça prova da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, apresentando documento que comprove sua qualificação tributária atualizada e balanço financeiro que demonstre a receita bruta anual, nos termos da Lei nº 123/2006, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 51, inciso IV da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0607137-77.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: MARIA ZENIRA VIEIRA DE OLIVEIRA - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Defiro o pedido de execução de fls. 406-409. Intime-se a parte executada para, no prazo de quinze dias, efetuar o pagamento do valor executado de R$18.279,80 (dezoito mil, duzentos e setenta e nove reais e oitenta centavos), sob pena de ser acrescida multa de 10%, nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo in albis, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se à execução com a penhora online diretamente na conta da parte executada via BacenJud, nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Por fim, restando infrutíferas as medidas acima descritas, proceda-se à realização de consulta e bloqueio de veículos mediante o RENAJUD. Cumpra-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0607317-88.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria do Perpétuo Socorro Barros de Souza - Conciliação Data: 17/10/2019 Hora 11:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0607336-94.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eden de Jesus Ferreira Rebouças - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Sendo assim, determino a intimação do autor para, no prazo de dez dias, apresentar, via peticionamento eletrônico, documento idôneo, comprobatório de seu endereço (faturas de água ou energia elétrica, contas de telefonia fixa ou móvel ou de serviço de tv por assinatura, correspondência com instituições bancárias ou empresas do comércio varejista etc), sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

ADV: CLÁUDIA DE FÁTIMA MATTOS DE SOUZA (OAB 6651/AM) - Processo 0607342-04.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Erismar Crisostomo de Souza - REQUERIDO: Consórcio Realiza - Sendo assim, determino a intimação da parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar documento idôneo e atualizado, comprobatório de seu domicílio, mediante peticionamento eletrônico, comprovando a competência territorial deste Juízo para o processo e julgamento da causa, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0607353-33.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Marcelo Silva do Carmo - Conciliação Data: 17/10/2019 Hora 10:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0607359-40.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Myrtha Costa Damasceno - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S/A - Dessa forma, tendo em vista a incompetência territorial deste Juízo, bem como a de todos os existentes neste Fórum, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, c/c o art. 485, IV, do Código de Processo Civil Brasileiro e Enunciado FONAJE de n. 89.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0607360-25.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jeruza Lima da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que não foi juntado aos autos a Petição Inicial, o que impede o prosseguimento do feito. Sendo assim, intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, juntar a petição inicial, sob pena de indeferimento. Cumpra-se. À secretaria para as providências de praxe.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0607363-77.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Astrogildo Carvalho da Silva - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Sendo assim, determino a intimação da parte autora para, no prazo de dez dias, apresentar, via peticionamento eletrônico, documento idôneo e

atualizado, comprobatório de seu domicílio, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0607364-62.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Astrogildo Carvalho da Silva - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Sendo assim, determino a intimação da parte autora para, no prazo de dez dias, apresentar, via peticionamento eletrônico, documento idôneo e atualizado, comprobatório de seu domicílio, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito.

ADV: ANDERSON NEPOMUCENO RAMOS (OAB 13446/AM) - Processo 0607368-02.2019.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Jonathas Leandro Iracabal Nunes - REQUERIDO: Casimiro Santos de Castro Neto - Sendo assim, determino a intimação da parte autora para, no prazo de dez dias, apresentar, via peticionamento eletrônico, documento idôneo, comprobatório de seu domicílio, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607380-16.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Andreza Bernardo de Souza - Conciliação Data: 17/10/2019 Hora 10:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607386-23.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Alessandra de Jesus Moreira - Conciliação Data: 17/10/2019 Hora 11:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0607398-37.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Helio Brasil Viana - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Analisando os autos, verifico que não foi carreado os documentos iniciais para propositura da ação, como RG e CPF, conforme determina o art. 320, do Código de Processo Civil. Sendo assim, determino a intimação da parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar os referidos documentos por meio eletrônico ou na Secretaria deste Juízo, sob pena de indeferimento da petição inicial, em observância ao artigo 321, parágrafo único, do CPC. Cumpra-se.

ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM) - Processo 0607404-44.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jacson Junior Baseggio - Conciliação Data: 17/10/2019 Hora 11:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM) - Processo 0607408-81.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Albino Ribeiro Portela - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Sendo assim, determino a intimação da parte autora para apresentar qualquer daqueles documentos por meio eletrônico ou, na impossibilidade, comprovante de residência em nome de terceiro, com declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante, de que a parte autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, na forma do artigo 321, caput, e parágrafo único, do CPC.

ADV: DIEGO MARCELO CORDEIRO MUNCH (OAB 10060/AM), ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM), ADV: JOSÉ RODRIGUES TERCEIRO FILHO (OAB 6341/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0608465-08.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Jocelina Oliveira da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Forte nessas razões, reconheço a complexidade probatória da demanda e a incompetência deste Juízo para dirimi-la, nos termos do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, pelo que determino a extinção do feito sem o julgamento do mérito.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Diego Coelho dos Reis (OAB 14490/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Ana Paula Ivo Fernandes (OAB 4288/AM)
Anderson Nepomuceno Ramos (OAB 13446/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Felipe de Oliveira Cavalcante (OAB 11381/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 1198A/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carmen Hosana Ramirez Sapucaia (OAB 11060/AM)
Cláudia de Fátima Mattos de Souza (OAB 6651/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiane de Sousa Silva (OAB 14431/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
DIEGO MARCELO CORDEIRO MUNCH (OAB 10060/AM)
Diego Ramon de Menezes Lucas (OAB 11863/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446/AM)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446A/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Gisele Correia dos Santos Batista (OAB 419A/AM)
Greysa Mores Fragoso (OAB 12765/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Horácio Perdiz Pinheiro Neto (OAB 157407/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jano de Souza Mello (OAB 4587/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Eduardo Rodrigues do Nascimento (OAB 13289/AM)
João Paulo Bezerra de Freitas (OAB 12201/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Perceu Valente de Freitas (OAB 7200/AM)
José Rodrigues Terceiro Filho (OAB 6341/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Klaus Giacobbo Riffel (OAB 75938/RS)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Luciana Waquim Campos de Oliveira (OAB 16166/PE)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Felipe Procópio de Carvalho (OAB 303905/SP)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB 149048/MG)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Márcia Peixoto de Oliveira Borba (OAB 9246/AM)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Marcus José Queiroz Ferreira (OAB 9930/AM)
Maria Auxiliadora Figueiredo Fernandez (OAB 14432/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mario Angelo Serra Cutrim (OAB 14242/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nathalia Cristina Santos Gabriel (OAB 13524/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Neyla Grance Martins (OAB 1304A/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)

Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rita de Cassia Franco dos Santos (OAB 14082/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Ronaldo Gomes Pereira (OAB 9187/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Roseane Rodrigues da Cunha (OAB 7610/AM)
Sales Martins Leal (OAB 13560/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)
Thiago Felipe Fernandes Ferreira (OAB 13944/AM)
Vanessa Oliveira Almeida (OAB 9558/AM)
VLADIMIR MARQUES PASSOS (OAB 11044/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO SOARES DE SOUZA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CÍNTIA MARIA STONE DE MESQUITA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0083/2019

ADV: GERALDO CORRÊA DANTAS DE ARAÚJO (OAB 1370/AM) - Processo 0200496-14.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - INTSSADO: Ipiranga Produtos de Petróleo S/A (nome fantasia: GDA Derivados de Petróleo Ltda) - Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 27/09/2019 às 08:00h. Cite-se o requerido no endereço informado pelo autor às f. 36. Cumpra-se.

ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0200651-17.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Odete Rebouças Carreira - Intime-se a autora para, em 05 dias, anexar aos autos o contrato firmado entre as partes ou as faturas vencidas em dezembro/2018 e janeiro/2019, de forma a demonstrar o valor contratado de R$ 62,00. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: MICHAEL LEMES MONTEIRO (OAB 10013/AM), ADV: ISLA QUEIROZ MONTEIRO (OAB 14000/AM), ADV: ANSELMO LIMA DE MATOS FILHO (OAB 13644/AM) - Processo 0201192-55.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Jonnir de Fátima Vieira da Silva - Diante do não aceite, do exequente, da proposta apresentada pela executada, determino o prosseguimento da execução. Cumpra-se a decisão de f. 181/183. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0201520-14.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Fundação Sistel de Seguridade Social - Dessa forma, em que pese os argumentos trazidos pela Embargante, entendo que, verdadeiramente, não há contradição/omissão a ser sanada pela via escolhida, haja vista que os fundamentos verberados foram precisos e objetivos. Com essas considerações, julgo improcedentes os embargos de declaração interpostos, por não admitir configurados quaisquer dos vícios previstos no 48 da Lei 9.099/95. De outra banda, tendo em vista que é manifesta a intenção da recorrente de postergar a solução do feito pela só circunstância de deduzir matéria imprópria a esta via recursal, a condeno em multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, o que faço com suporte no normativo do § 2o., do art. 1.026 do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I.

ADV: MARTA MARIA VALE OYAMA (OAB 7146/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0600217-60.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Raimunda de Oliveira Gomes - EXECUTADO: Centauros Motos Ltda. - Diante da inércia da exequente ao despacho de f. 112, remetam-se os autos ao setor competente, afim de apurar os valores devidos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: MARIA GLADES RODRIGUES GUEDES (OAB 9823/AM), ADV: VERA LÚCIA JOHNSON DE ASSIS (OAB 2904/AM) - Processo 0601020-43.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Lucilene Silveira da Silva - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - DISPOSITIVO Diante todo o expendido, julgo improcedentes o pleito de indenização material e reparação moral cumulado com inexigibilidade de débito. Sem custas e honorários, salvo recurso.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0601056-85.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Elaine Priscila Amaro de Sá - Intime-se a parte exequente para se manifestar, em 05 dias, sobre a petição de f. 140/146. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0601275-98.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alciléia Santos de Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Dispositivo Posto isto e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nos arts. 487, I do NCPC; 5º e 6º da Lei 9.099/95, julgo IMPROCEDENTE a ação. Sem custas e honorários, nesta fase, conforme a Lei 9.099/95. P.R.I. Manaus, 15 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0601341-78.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Sonho Dourado - REQUERIDO: Max Pereira Cardoso - Ante o exposto, condeno o requerido ao pagamento de R$ 5.762,17 (Cinco mil, setecentos e sessenta e dois reais e dezessete centavos), referente às mensalidades em atraso. Juros de 1% ao mês e correção monetária a partir da citação. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: RAFAEL GOOD GOD CHELOTTI (OAB 139387/MG) - Processo 0601497-66.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Larissa Yukari Martins Nakagawa - REQUERIDO: RZD Comércio de Veículos Ltda. - MAVEL - Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda. - Dispositivo Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença combatida. Sem custas e honorários. P.R.I.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0601727-45.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Paulo Alves de Freitas - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, condeno o réu ao pagamento de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais) a título de reparação moral, com fulcro nos artigos 186, 927 do CCB e 14, caput, do CDC. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da presente data. Declaro inválido o negócio de que se cuida. Condeno o requerido à devolução do valor de R$ 6.352,30 (Seis mil, trezentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos) a título de repetição do indébito, já nos termos da fundamentação. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação. Determino ao requerido que cesse os descontos nominados “BMG CARTÃO” e “BMG CARTAO 10” (pois se referem ao mesmo contrato) do contracheque do autor, sob pena de multa de R$ 300,00 (Trezentos reais) por desconto indevido, sem prejuízo da restituição dobrada do valor indevidamente descontado. Sem

custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0601778-56.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Ana Claùdia Nascimento Moreira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, condeno o réu ao pagamento de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais) a título de reparação moral, com fulcro nos artigos 186, 927 do CCB e 14, caput, do CDC. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da presente data. Declaro inválido o contrato de que se cuida. Condeno o requerido à devolução do valor de R$ 6.131,66 (Seis mil, cento e trinta e um reais e sessenta e seis centavos) a título de repetição do indébito, já nos termos da fundamentação. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação. Determino ao requerido que cesse os descontos nominados “BMG CARTÃO” e “BMG CARTAO 10” (pois se referem ao mesmo contrato) do contracheque do autor (matrícula nº 182.538-0 A), sob pena de multa de R$ 300,00 (Trezentos reais) por desconto indevido, sem prejuízo da restituição dobrada do valor indevidamente descontado. Sem custas e honorários, salvo recurso.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: DAVI DE SOUZA LACERDA (OAB 14318/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: CLEMILTON LÚCIO BRAÑA (OAB 10906/AM) - Processo 0601788-66.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Manoel Maia Marques Martins - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, condeno o requerido ao pagamento de R$ 3.000,00 (Três mil reais) a título de reparação moral, com fulcro nos artigos 186 e 927 do CCB e 14, caput do CDC. Juros de 1% ao mês e correção monetária a partir desta data. Condeno o reclamado ao pagamento de R$ 8.004,58 (Oito mil e quatro reais e cinquenta e oito centavos) como reparação pelos danos materiais, nos moldes da fundamentação, aplicando-se juros de 1% ao mês e correção monetária a partir da citação. Declaro inexistente o negócio de que se cuida e determino ao Banco réu que cesse os descontos rubricados “BMG Cartão 10”, nos contracheques do autor, sob pena de multa de R$ 300,00 por desconto indevido, sem prejuízo da restituição dobrada do indevidamente descontado. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: ALOYSIO LOPES SANTOS (OAB 10147/AM) - Processo 0601874-37.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Jose Hugo Pereira Nascimento - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - DISPOSITIVO Pelo exposto, condeno o réu ao pagamento do valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais) a título de reparação moral. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar desta data. Condeno o requerido ao pagamento de R$ 1.000,00 (Hum mil reais) a título de compensação material, consoante fundamentação. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I. Manaus, 15 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0601878-74.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Evelen da Silva Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Dispositivo Ante o exposto, condeno a reclamada ao pagamento de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de reparação moral, com fulcro nos artigos 186, 927 do CCB e 14, caput, do CDC. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar desta data. Declaro inexigível o débito, ensejo da presente. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: DANIELE MIRANDA SOUTO (OAB 12414/AM) - Processo 0602273-03.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Adauto Vitor Couto Diniz - REQUERIDO: BBrasil Organizações e Métodos Ltda - Bbom - Embrasystem Tecnologia Em Sistemas Imp. Exp. Ltda. - Dispositivo Pelo exposto, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar solidariamente as reclamadas ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de indenização material, com fulcro nos art. 186 e 927 do CCB. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação. Improcedente o pedido de reparação moral, conforme fundamentação. Sem custas e honorários de advogado, salvo recurso. P.R.I Manaus, 15 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0602586-27.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ricardo Costa Araujo - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Dispositivo Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença combatida. De outra banda, tendo em vista que é manifesta a intenção da recorrente de postergar a solução do feito pela só circunstância de deduzir matéria imprópria a esta via recursal, a condeno em multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, o que faço com suporte no normativo do § 2o., do art. 1.026 do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I. Manaus, 16 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0602626-09.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Alcileide Batista Pacheco - RECLAMADO: Vivo S/A - Dispositivo Com base nas razões alhures delineadas, julgo procedente o apelo integrativo interposto, para declarar e acrescentar no Dispositivo da Sentença que : “Rejeito a Preliminar de Inaplicabilidade do CDC, conforme fundamentação”. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I

ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 1336A/AM), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM), ADV: SARAH CORREIA OLIVEIRA (OAB 8781/AM) - Processo 0602676-35.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Victor dos Santos Oliveira - REQUERIDO: Ford Motor Company Brasil Ltda - América Veículos Ltda - Dispositivo Posto isto e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nos arts. 14, § 3,I,II; 5º e 6º da Lei 9.099/95, julgo IMPROCEDENTE a ação. Sem custas e honorários de advogado, salvo recurso. P.R.I

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0602694-90.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Manoel Medeiros Jordao - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, condeno o réu ao pagamento de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais) a título de reparação moral, com fulcro nos artigos 186, 927 do CCB e 14, caput, do CDC. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da presente data. Declaro inválido o contrato de que se cuida e determino ao requerido que cesse os descontos a ele referentes nos contracheques do autor, sob pena de multa de R$ 300,00 (Trezentos reais) por desconto indevido, sem prejuízo da restituição dobrada do valor indevidamente descontado. Condeno o requerido ao pagamento do valor de R$ 3.848,34 (Três mil, oitocentos e quarenta e oito reais e trinta e quatro centavos) referente a devolução do indébito, já nos termos da fundamentação. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM), ADV: LUIS CESAR OLIVEIRA MOUZINHO (OAB 14172/AM) - Processo 0602855-66.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rebeca Cristina Oliveira Mouzinho - REQUERIDO: Ime - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda - Dispositivo Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a reclamada ao pagamento de R$ 2.000,00 (dois mil reais), à titulo de reparação moral, com fulcro nos artigos 186, 927 do CCB, 14, caput, do CDC. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar desta data. Julgo procedente o pedido de indenização material para condenar

a requerida ao pagamento de R$ 469,50 (quatrocentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos), conforme a fundamentação. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação. Sem custas e honorários, salvo recurso.

ADV: PATRESE ANUNCIAÇÃO PRADO (OAB 9571/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: LEONARDO MARQUES BENTES DA CUNHA (OAB 12565/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0602857-36.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Core Comércio de Materiais de Construção Ltda. - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Dispositivo Pelo exposto, julgo procedente o pedido da parte autora para decretar a rescisão contratual desde a data da sua solicitação, qual seja, 18/01/2019, sem incidência de multa, com fulcro no artigo 51, IV do CDC. Declaro inexigível qualquer cobrança referente ao contrato, objeto da presente, após a data de 18/01/2019. Condeno a requerida a se abster de negativar o nome da empresa autora, ou se já tiver ocorrido que providencie sua retire, o que deverá ser comprovado em 5(cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00. P.R.I.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS (OAB 23134/SP), ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM) - Processo 0602929-23.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Paula Silva de Castro - REQUERIDO: Itaú Administradora de Consórcios Ltda. - Itaú Unibanco S/A - Dispositivo Ante o exposto, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, e o faço com arrimo no art. 485, V, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, salvo recurso.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0603352-80.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: José Valmir Dantas de Andrade - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Dispositivo Posto isto, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar o requerido ao pagamento de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais), a título de danos morais, com fulcro nos artigos 186 e 927 do CCB e 14, caput do CDC. Juros de 1% ao mês e Correção Monetária a contar desta data. Julgo parcialmente procedente o pedido do autor para condenar o réu ao pagamento de R$ 115,30 (Cento e quinze reais e trinta centavos) a título de dano material, consoante fundamentação. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I. Manaus, 15 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0603426-37.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Emerson de Carvalho Braga - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Dispositivo Ante o exposto, julgo procedente os embargos interpostos, para reconhecer a existência de contradição quanto ao valor da devolução do indébito, o qual confirmo no patamar de R$ 1.687,20 (Hum mil, seiscentos e oitenta e sete reais e vinte centavos). Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.C.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ALZILENE SEABRA DE LIMA LEÃO (OAB 12112/AM) - Processo 0603475-15.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alzilene Seabra de Lima Leão - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, condeno o réu ao pagamento de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais) a título de reparação moral, com fulcro nos artigos 186, 927 do CCB e 14, caput, do CDC. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da presente data. Declaro inválido o contrato de que se cuida. Condeno o requerido à devolução do valor de R$ 2.749,50 (Dois mil, setecentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos) a título de repetição do indébito, nos termos da fundamentação. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação. Ratifico os termos da liminar deferida à f. 89/90, especificando que os descontos a serem cessados são os nominados “BMG CARTÃO” e “BMG CARTAO 10”, pois se referem ao instrumento ora discutido, e adite-se que a aplicação da multa não prejudica a restituição dobrada do valor indevidamente descontado. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: RODRIGO DA FROTA MENDONÇA (OAB 10031/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0603478-33.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Oseias Dias de Freitas - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Dispositivo Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença combatida. Sem custas e honorários. P.R.I.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: CLAUDIA BARROS FRANCESCHI DE CARVALHO (OAB 13846/AM) - Processo 0603678-40.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Genner dos Santos Neves - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, condeno a reclamada ao pagamento de R$ 3.000,00 (Três mil reais) a título de reparação moral, com fulcro nos artigos 186 e 927 do CCB e 14, caput, do CDC. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar desta data. Julgo procedente o pedido de reparação por danos materiais, para condenar o réu na devolução do valor de R$ 783,68 (Setecentos e oitenta e três reais e sessenta e oito centavos) já em dobro, conforme a fundamentação. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: ANTONIO RICARDO PESSOA DOS SANTOS (OAB 14073/AM) - Processo 0603681-92.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Paulo Sergio Paes Lessa - Dispositivo. Pelo exposto, julgo improcedentes os pedidos contidos na exordial, conforme fundamentação. Sem custas e honorários de advogado, salvo recurso. P.R.I.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0603749-76.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Williams Hauradou de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, condeno o réu ao pagamento de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais) a título de reparação moral, com fulcro nos artigos 186, 927 do CCB e 14, caput, do CDC. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da presente data. Declaro inválido o contrato de que se cuida. Condeno o requerido à devolução do valor de R$ 9.479,16 (Nove mil, quatrocentos e setenta e nove reais e dezesseis centavos) a título de repetição do indébito, nos termos da fundamentação. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação. Determino ao requerido que cesse os descontos nominados “BMG CARTÃO” e “BMG CARTAO 10” (pois se referem ao mesmo contrato) do contracheque do autor, sob pena de multa de R$ 300,00 (Trezentos reais) por desconto indevido, sem prejuízo da restituição dobrada do valor indevidamente descontado. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0603854-24.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Edivan Melo Silva - EXECUTADO: Lojas Losango Promoções de Vendas Ltda. - POSTO ISTO, REJEITO os Embargos apresentados, por sua intempestividade. Reconheço de ofício, o excesso de execução, diante do erro apontado nas certidões de f. 137 e 150. Ao setor competente para emissão de nova certidão de cálculos, considerando os argumentos expostos. Após, intime-se o executado para proceder o pagamento voluntário. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM), ADV: FABIANA AMORIM BARROS (OAB 10647/AM) - Processo 0604060-33.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Moises Silva do Nascimento - REQUERIDO: Uber do Brasil Tecnologia Ltda - Dispositivo. Pelo exposto, julgo improcedentes os pedidos da

exordial, por não preencher os requisitos do artigo 186 do CCB.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0604230-05.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Enderson Silva Araujo - REQUERIDO: Vivo S/A - Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos contidos à exordial, haja vista não se delinearem os pressupostos da responsabilidade civil (art.927 do CCB). Sem custas e honorários de advogado, salvo recurso. P.R.I.

ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM), ADV: PEDRO DE SÁ MASCARENHAS (OAB 3196/AM) - Processo 0604296-82.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisca Alves de Souza - Vieram-me os autos concluso para julgamento, porém em minuciosa análise dos autos, concluo ser necessário suprir deficiência probatória a cargo da parte autora, diante a menção de que no acordo firmado haveria uma entrada de R$ 200,00 (duzentos reais) e parcelado o restante em 7 prestações de R$ 273,14, sendo que na documentação de f. 23-25 não consta tal valor de entrada, tampouco indicando de que tal homologação estender-se-ia sobre todas as dívidas da autora com o Banco réu. E não menos importante seria a manifestação da requerente sobre as compras efetuadas com o cartão de crédito consignado de nº 5369.Xxxx.Xxxx.2900, devendo ser esclarecido como feito o devido pagamento, se através de débitos em conta corrente ou via boleto bancário, o que deverá ser trazido aos autos. Exaro tais comandos lastreado no artigo 6º do CPC, em homenagem ao princípio da cooperação, de moldes a obter uma solução justa, rápida e efetiva do presente processo. Neste contexto, consigno o prazo de 5(cinco)dais à autora, para coligir aos autos prova idônea acerca dos fatos acima narrados. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0604421-50.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcos Lino Montalvão - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Dispositivo Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença combatida. Sem custas e honorários. P.R.I.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0604421-50.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM), ADV: CHRISTIANO DRUMOND PATRUS ANANIAS (OAB 78403/MG), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM) - Processo 0604493-71.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Raimundo Nonato Andrade Trindade - EXECUTADO: Lojas Marisa S/A - De ordem, considerando a determinação de f. 109-111, intimo a parte executada Lojas Marisa S/A para, em 02 (dois) dias, indicar dados bancários, com a finalidade de expedição de alvará eletrônico. O referido é verdade e dou fé.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0604780-97.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rafael Helano Rocha Carvalho - REQUERIDO: Midway Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Intime-se o autor para, em 05 dias, anexar aos autos os comprovantes de pagamento das parcelas referentes ao empréstimo sob discussão. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0605030-04.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 13.231,70 (Treze mil, duzentos e trinta e um reais e setenta centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º, (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0605046-55.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Considerando o pagamento voluntário às f. 339-342, autorizo a elaboração do respectivo alvará judicial. Intime-se o Banco executado para se manifestar, em 05 (cinco) dias, sobre o valor remanescente. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0605246-91.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Adivaldo Carneiro - Intime-se a parte autora para juntar as faturas com a incidência de tarifa de esgoto e comprovante de seu respectivo pagamento, em 05 dias. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: HELENA ARIEL SOUSA COUTINHO (OAB 10521/AM), ADV: JOSÉ EDVALDO DE SOUZA FERREIRA (OAB 7086/AM) - Processo 0605662-64.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Eranildes Guimarães de Sousa - EXECUTADO: Claro S/A - De ordem, considerando o pagamento realizado às f. 350, intimo a parte exequente para, em 02 (dois) dias, indicar dados bancários, com a finalidade de expedição de alvará eletrônico, caso não haja manifestação, o mesmo será expedido para levantamento em espécie. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: DOMINGOS SÁVIO TAVARES DA SILVA (OAB 5610/AM) - Processo 0605882-62.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Maria Matizur Gonçalves Santana - EXECUTADO: BradesCard S/A - Diante da inércia da executada ao despacho de f. 246, remetam-se os autos ao setor competente, afim de apurar os valores devidos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIA PEREIRA DA SILVA (OAB 5841/AM) - Processo 0606678-82.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Eduarda Rebelo de Miranda - De ordem, considerando o pagamento realizado às f. 421/423, intimo a parte REQUERENTE para, em 02 (dois) dias, indicar dados bancários, com a finalidade de expedição de alvará eletrônico, caso não haja manifestação, o mesmo será expedido para levantamento em espécie. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0606842-47.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Emanoela Costa Barros Murgia - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Dispositivo Ante o exposto, julgo procedente os embargos interpostos, para reconhecer a existência de omissão, devendo constar no dispositivo que: I) Declaro inexigível o valor cobrado indevidamente referente as faturas expedidas nos meses 07 e 08 de 2018, pois não correspondem ao plano contratado. II) Restabelecer o plano devidamente contratado pela autora (OI FIXO e OI INTERNET) , no valor de R$ 114,90, o que deverá ser comprovado em 5(cinco)

dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.C. Manaus, 16 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0607052-98.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Clarice da Silva Santos - EXECUTADO: Embratel TVSAT Telecomunicações S/A - Em análise da certidão de f. retro, constatou-se que o valor constrito via Bacenjud às f. 154 já encontra-se em conta judicial, entretanto, em quantia maior que a ordem de bloqueio. Diante de tal fato, intime-se a parte executada para requerer o que entenda de direito relativamente a tal circunstância. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0607465-77.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Shirlei Maria Costa de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 24/09/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ANTÔNIO DE SOUZA FILHO (OAB 8123/AM) - Processo 0607598-22.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Síria Borges Oliveira - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço em razão da natureza satisfativa do pedido. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 25/09/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM) - Processo 0607603-78.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Domingos Savio Galvão - Intime-se a parte exequente para se manifestar, em 05 dias, sobre a petição de f. 168/175, bem como, juntar documentos comprobatórios das alegações de f. 154/158, uma vez que as fotos anexadas não deixam evidente quando o fato ocorreu. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0607635-49.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Helena Auzier de Oliveira - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/10/2019 às 12:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: YASMINE BORGES SARRAFF DE REZENDE (OAB 14546/AM), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM) - Processo 0607678-83.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rubia Priscila Praia Gato - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Dessarte,acolho os embargos de declaração interpostos. Por conseguinte, CHAMO O PROCESSO À ORDEM, para tornar sem efeito a Sentença de f. 126 - 127, e DETERMINAR O PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: ANA MARIA DA SILVA NORONHA (OAB 9569/AM) - Processo 0607706-51.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Rebeca Moura Klein Melo - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/10/2019 às 10:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ADSON MARQUES E SOUZA (OAB 14798/AM) - Processo 0607754-10.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Kleber Costa e Souza - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do “onus probandi”. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 14/10/2019 às 12:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ADSON MARQUES E SOUZA (OAB 14798/AM) - Processo 0607764-54.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Kleber Costa e Souza - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do “onus probandi”. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 11/10/2019 às 12:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0607780-08.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Cristiane Silva do Nascimento - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/10/2019 às 11:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ADSON MARQUES E SOUZA (OAB 14798/AM) - Processo 0607784-45.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Kleber Costa e Souza - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do “onus probandi”. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 05/11/2019 às 11:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LARYSSA ARAÚJO MÜLLER (OAB 13197/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 20335/PE) - Processo 0607827-16.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Robson Weil Muller - EXECUTADO: Tim Celular S/A - Diante da inércia da executada ao despacho de f. 170, remetam-se os autos ao setor competente afim de apurar os valores devidos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0607925-98.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Otacílio Pereira da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto e por não se delinearem os pressupostos da responsabilidade civil (art. 186 e art. 927 do CCB), julgo improcedentes os pedidos contidos à exordial. Sem custas e honorários de advogado, salvo recurso. P.R.I

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0607956-84.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Anderson Carlos Castro da Silva Nascimento - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos descontos contracheque da postulante, sob a rubrica “DAYCOVAL CARTÃO”, sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por desconto indevido. Defiro a inversão do “onus probandi”, e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 31/10/2019 às 12:00h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0607961-09.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Norma Suely Lima de Melo - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do “onus probandi”. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 31/10/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0607962-91.2019.8.04.0092 - Procedimento do

Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Norma Suely Lima de Melo - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 31/10/2019 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0607963-76.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Norma Suely Lima de Melo - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 31/10/2019 às 10:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0607964-61.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Norma Suely Lima de Melo - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 31/10/2019 às 11:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0607966-31.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Norma Suely Lima de Melo - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 31/10/2019 às 10:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0607968-98.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria da Conceição dos Santos - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 31/10/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RODRIGO VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 6669/AM), ADV: ANA CLEIDE VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 4737/AM) - Processo 0608102-28.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Derby Rocha Chaves - Inexiste nos autos documento que indique ser o requerente morador da área sujeita à Jurisdição deste Juizado Especial. Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MOZART LUIS NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 5436/AM) - Processo 0608128-26.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Rubem Ramos Gonçalves - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço em razão da natureza satisfativa do pedido. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/10/2019 às 12:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONALDO GOMES PEREIRA (OAB 9187/AM), ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0608160-31.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Marijane Freire Barbosa - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço em razão da natureza satisfativa do pedido. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 31/10/2019 às 08:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0608163-20.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Gisele Ribeiro da Costa - REQUERIDO: Bradesco Seguros S/A - DISPOSITIVO Posto isto, julgo procedente o pedido de indenização moral para condenar o réu ao pagamento de R$ 3.000,00 (Três mil reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da presente data. Juros de 1% ao mês e correção monetária a partir desta data. Julgo procedente o pedido de devolução do indébito para condenar o réu ao pagamento de R$ 270,08 (Duzentos e setenta reais e oito centavos), já na forma do artigo 42, parágrafo único, do CDC. Juros de 1% ao mês e correção monetária a partir da citação. Ratifico a liminar anteriormente deferida. Fundamento as condenações, ainda, nos artigos 186 e 927 do CCB e 14 do CDC. Sem custas e honorários de advogado, salvo recurso. P.R.I.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608182-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Eduarda Santos da Silva - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/10/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ELAINE VITÓRIA DA SILVA GUEDES (OAB 10583/AM) - Processo 0608189-81.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Manuel Lima Monteiro - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 01/11/2019 às 08:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: DARIO DOS SANTOS MONTEIRO (OAB 10365/AM) - Processo 0608191-51.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Maria de Jesus Batista - Nestes moldes, identificando presentes os pressupostos do art. 300 do CPC, concedo a tutela de urgência antecipada por que pugna a parte autora para ordenar à parte requerida que abstenha-se de interromper o fornecimento de energia elétrica da unidade de consumo de matrícula nº 5498783, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que se abstenha de incluir o nome da parte demandante do cadastro do SPC/SERASA relativamente a fatura com vencimento em julho/2019 (R$ 166,46) f.18, em 05 (cinco) dias, ou caso já tenha inserido, que efetue sua retirada sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 27/09/2019 às 08:00h. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PETER LÍNEKER DOS SANTOS LABORDA (OAB 10266/AM) - Processo 0608197-58.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Dirce dos Santos Fernandes - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente procuração devidamente assinada, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608243-47.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francisca Gercileide dos Santos Conceição - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/10/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608253-91.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Elizomara Nunes Fonseca - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/10/2019 às 08:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: HELDER FRANK TEIXEIRA E SILVA (OAB 12383/AM) - Processo 0608267-75.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ruth Simas Teixeira - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0608270-30.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0608273-82.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: JEVERSON GONCALVES FRANCA (OAB 13230/AM) - Processo 0608284-14.2019.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Cristina Bonfim Muniz - Pelo exposto, determino que o requerente emende a inicial em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 321, caput, do vigente CPC e apresente a dita nota promissória, bem como se manifeste sobre a intenção do pleito de indenização por danos morais, permaneça como objeto da ação, sob pena de indeferimento da petição inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DARCIVAL LUIZ DE ALMEIDA SANTANA (OAB 11207/AM), ADV: JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM) - Processo 0608285-96.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francisca Regina de Sá Teles - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0608307-57.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Dalila Batista dos Santos - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 05/11/2019 às 14:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0608366-45.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Uria Silva de Souza - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 01/11/2019 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RAIMUNDO FILHO SOBRAL DOS SANTOS (OAB 8038/AM) - Processo 0608377-74.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Raimundo Filho Sobral dos Santos - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/10/2019 às 13:15h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0608382-96.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Centro Educacional Sonho Dourado - De ordem, fica designado o dia 31/10/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: REGIANE ARAÚJO DA SILVA MELO (OAB 10757/AM), ADV: ELIZANDRA ZAMPERETI MARTINS (OAB 9332/AM) - Processo 0608424-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Ivailton Ferreira da Rocha - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 01/11/2019 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ROSEANE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 7610/AM) - Processo 0608461-75.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Elisana Ribeiro de Souza, - Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que proceda a exclusão do nome da parte demandante do cadastro do SPC/SERASA, em 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 01/11/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM) - Processo 0608487-73.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Liminar - REQUERENTE: Lindemberg Melo de Lima - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: EVALDO LÚCIO DA SILVA (OAB 1302A/AM) - Processo 0608513-71.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Mariana Nascimento Correia - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/10/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: EVALDO LÚCIO DA SILVA (OAB 1302A/AM), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0608587-28.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Hilda da Silva Teles - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/10/2019 às 13:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0608618-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Aldilene da Silva Martins - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/10/2019 às 11:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM) - Processo 0608708-56.2019.8.04.0092 -

Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Tamyris Rocha de Souza - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 01/11/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RAUL GÓES NETO (OAB 8203/AM) - Processo 0608759-67.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cristiane da Silva e Silva - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 06/11/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 24210O/MT) - Processo 0608763-07.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Mônyca Maria Fernandes Seabra - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 06/11/2019 às 08:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0608793-42.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ceima - Centro Educacional Integrado de Manaus Ltda - Me - De ordem, fica designado o dia 31/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0608798-64.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ceima - Centro Educacional Integrado de Manaus Ltda - Me - De ordem, fica designado o dia 31/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: LEANDRO FERREIRA DA SILVA (OAB 12921/AM) - Processo 0608802-04.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Antonio Alaildo Lima Rodrigues - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 31/10/2019 às 10:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FRANCISCO JACQUES DE AMORIM (OAB 5257/AM) - Processo 0608853-15.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maricilda Carvalho da Silva - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/10/2019 às 10:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0608855-82.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Gabriel do Nascimento Araujo - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/10/2019 às 13:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0608859-22.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Paulo Moises Monteiro Cascaes - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/10/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0608875-73.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Michele Bacelar de Souza - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 31/10/2019 às 13:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0608877-43.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Agatha Woana Umbelino dos Santos - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 31/10/2019 às 13:15h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0608882-65.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Josicreia Gertudes do Nascimento - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 31/10/2019 às 13:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0608884-35.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ana Karolina dos Santos Ferreira - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 01/11/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0608894-79.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Luiz Silva dos Anjos - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 31/10/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: WESLLEY SILVA DE ARAÚJO (OAB 23215O/MT) - Processo 0608904-26.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Odilon Queiroz dos Santos - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência constante dos autos, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0608919-29.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Juliana de Castro Pinto - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Dispositivo Posto isto, com fundamento nos arts. 5º e 6º da Lei 9.099/1995, julgo improcedente os pedidos e determino o arquivamento desta ação. Sem custas e honorários de advogado, salvo recurso. P.R.I.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0608922-47.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Daniel da Silva Andrade - Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que proceda a exclusão do nome da parte demandante do cadastro do SPC/SERASA, em 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição

de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/10/2019 às 13:30h. Cite-se. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM) - Processo 0608932-91.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcelo Perdigão Guerra - Naira Gondim Cavalcante Guerra - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/10/2019 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: MARIA GLADES RODRIGUES GUEDES (OAB 9823/AM) - Processo 0608972-73.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Ednalva Maria de Souza - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 31/10/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0608983-05.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Gabriel Peixoto Nobrega - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 01/11/2019 às 10:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0609030-76.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: João Gonçalves Costa Neto - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/10/2019 às 12:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0609047-15.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Kaio Cavalcante Gomes - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 31/10/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0609049-82.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jefeson Monteiro Reis - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 31/10/2019 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0609103-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Avelino Souza da Silva - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 01/11/2019 às 11:45h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RUAN CARDOSO CAROLINO (OAB 13281/AM) - Processo 0609122-54.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcelo Braga de Oliveira - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 01/11/2019 às 10:45h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0609136-38.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Emerson Savio dos Anjos Seixas - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 11/11/2019 às 08:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0609138-08.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Romero Goncalves dos Santos - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 06/11/2019 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0609141-60.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Luiz Renato Saraiva da Silva - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 11/11/2019 às 10:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0609183-12.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Pablo Henrique Soares Serrão - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 06/11/2019 às 10:00h. Cite-se. Intime-se.

Adson Marques e Souza (OAB 14798/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Aline Mikaela Garcia Gomes (OAB 9626/AM)
Aloysio Lopes Santos (OAB 10147/AM)
Alzilene Seabra de Lima Leão (OAB 12112/AM)
ANA CLEIDE VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 4737/AM)
Ana Helena Ferreira Sampaio (OAB 2836/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Ana Maria da Silva Noronha (OAB 9569/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Anselmo Lima de Matos Filho (OAB 13644/AM)
Antônia Pereira da Silva (OAB 5841/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio de Souza Filho (OAB 8123/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Antonio Ricardo Pessoa dos Santos (OAB 14073/AM)
Arruda Advocacia e Consultoria Juridica (OAB 449/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 20335/PE)
Christiano Drumond Patrus Ananias (OAB 78403/MG)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Claudia Barros Franceschi de Carvalho (OAB 13846/AM)
Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
Clemilton Lúcio Braña (OAB 10906/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Daniele Miranda Souto (OAB 12414/AM)
Darcival Luiz de Almeida Santana (OAB 11207/AM)
Dario dos Santos Monteiro (OAB 10365/AM)

Davi de Souza Lacerda (OAB 14318/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Domingos Sávio Tavares da Silva (OAB 5610/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elaine Vitória da Silva Guedes (OAB 10583/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
ELIZANDRA ZAMPERETI MARTINS (OAB 9332/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Evaldo Lúcio da SIlva (OAB 1302A/AM)
Fabiana Amorim Barros (OAB 10647/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Francisco Jacques de Amorim (OAB 5257/AM)
Geraldo Corrêa Dantas de Araújo (OAB 1370/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Helder Frank Teixeira e Silva (OAB 12383/AM)
Helena Ariel Sousa Coutinho (OAB 10521/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isla Queiroz Monteiro (OAB 14000/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM)
Jeverson Goncalves Franca (OAB 13230/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Edvaldo de Souza Ferreira (OAB 7086/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Laryssa Araújo Müller (OAB 13197/AM)
Leandro Ferreira da Silva (OAB 12921/AM)
Leonardo Marques Bentes da Cunha (OAB 12565/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Lucas Harles do Nascimento Ribeiro (OAB 13350/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Cesar Oliveira Mouzinho (OAB 14172/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Maria Glades Rodrigues Guedes (OAB 9823/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 1336A/AM)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Marta Maria Vale Oyama (OAB 7146/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michael Lemes Monteiro (OAB 10013/AM)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Mozart Luis Nascimento dos Santos (OAB 5436/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Patrese Anunciação Prado (OAB 9571/AM)
Paulo Roberto Joaquim dos Reis (OAB 23134/SP)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro de Sá Mascarenhas (OAB 3196/AM)
Peter Líneker dos Santos Laborda (OAB 10266/AM)
Rafael Good God Chelotti (OAB 139387/MG)
Raimundo Filho Sobral dos Santos (OAB 8038/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Raul Góes Neto (OAB 8203/AM)
Regiane Araújo da Silva Melo (OAB 10757/AM)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo da Frota Mendonça (OAB 10031/AM)
Rodrigo Vasconcelos Pires de Carvalho (OAB 6669/AM)
Ronaldo Gomes Pereira (OAB 9187/AM)
Ronan Botelho (OAB 1327A/AM)
Roseane Rodrigues da Cunha (OAB 7610/AM)
Ruan Cardoso Carolino (OAB 13281/AM)
Sarah Correia Oliveira (OAB 8781/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 24210O/MT)
Vera Lúcia Johnson de Assis (OAB 2904/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Weslley Silva de Araújo (OAB 23215O/MT)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yasmine Borges Sarraff de Rezende (OAB 14546/AM)

Processo: 0604488-42.2016.8.04.0020 - **Executado:** Náutica Caxangá - **Dispositivo:** Examina-se o requerimento de habilitação da viúva do exequente ante o seu falecimento em 04/07/2017, bem como, a relação de herdeiros informada. Decido. Em conformidade com o art. 687 do CPC/15, viabiliza-se a habilitação quando, por falecimento de qualquer das partes, os interessados houverem de suceder-lhe no processo. Aduz ainda o art. 688, II, CPC/15, que pode ser requerida pelos sucessores do falecido, em relação à parte. Dito isto, DEFIRO a habilitação da viúva SEBASTIANA RODRIGUES CARNEIRO, às f. 49. Proceda-se ainda, a citação dos demais herdeiros mencionados às 61/62. Noutro giro, prossiga-se a execução, emitindo cálculo de dívida atualizada e posterior intimação do executado para pagamento. Intimem-se. Cumpra-se.

12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO CÉSAR OLINTHO DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GIZELE CRUZ FERREIRA ALFAIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0223/2019

ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: JOÃO THOMAZ PRAZERES GONDIM (OAB 162337/MG) - Processo 0202064-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Lojas Americanas S.A. - Forte nesses argumentos, com esteio no art. 487, I, do CPC, no mérito, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial para CONDENAR a ré ao ressarcimento ao Autor de R$ 47,89, com juros legais e correção monetária a partir da data do cancelamento da compra - 27/5/2019 (fl. 6). Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0202067-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Forte nesses argumentos, REJEITO A PRELIMINAR e, no mérito, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que: i) DECLARO INEXIGÍVEL o débito discriminado nas faturas de 12/2018 a 8/2019, nos valores discutidos no processo; ii) DETERMINO o refaturamento da cobrança espelhada no serviço prestado no período de 12/2018 a 8/2019 pelo consumo mínimo, com expedição de faturas próprias com novas datas de vencimento; e iii) Não conhecido o pedido contraposto. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: GREYSA MORES FRAGOSO (OAB 12765/AM), ADV:

SALES MARTINS LEAL (OAB 13560/AM), ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM), ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM) - Processo 0600904-13.2015.8.04.0016 - Procedimento Sumário - Condomínio - REQUERENTE: SUBCONDOMINIO RESIDENCIAL ACACIAS 2 - REQUERIDO: TALYSON DOS SANTOS FERREIRA - Fernanda Hidelgard Albuquerque Paulino Ferreira - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0601732-75.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: LIDIANE AVELINO ALBUQUERQUE - REQUERIDO: LUCAS DE MENEZES MAIA - INTSSADO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Valmir de Moura Nogueira - Caroline Campos Nogueira - No silencio do executado, aplico multa por ato atentatório à dignidade da justiça, fixada em 20% sobre o valor do débito executado. Diante das circunstâncias fáticas da execução e considerando a petição de fls. 422/424, intime-se o executado para manifestar-se, em 5 (cinco) dias, sobre as medidas atípicas pleiteadas pela credora, especialmente quanto à suspensão da CNH e bloqueio de cartões de crédito. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JÉSSICA DA COSTA CAXEIXA (OAB 12246/AM) - Processo 0603767-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Daniel Ferreira de Queiroz - De ordem, fica designado o dia 27/09/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0603932-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condominio do Edificio Metropolis Residence - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls. 74/75, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: LUCIANE FERREIRA DE MELO (OAB 59108/RS), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: LUCIANE FERREIRA DE MELO (OAB 59108/RS) - Processo 0605374-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Alexandre Fernandes Pereira - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, intime-se o requerido para indicar responsável para levantamento do alvará ou os dados bancários para transferência eletrônica do valor depositado às fl. 107.

ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM), ADV: ANTONIO JORGE LOUREIRO (OAB 12470/AM) - Processo 0607796-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Janyne Luana Nato da Silva - REQUERIDO: Ime - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda - FAMETRO - De ordem, intime-se o requerido para indicar responsável para levantamento do alvará ou os dados bancários para transferência eletrônica da quantia de R$ 236,67, conforme certidão de fl. 90.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0608374-59.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Zanair Soares Vasconcelos - De ordem, ante a falta de tempo hábil para citação do requerido, retirem-se os presentes autos da pauta de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, de 02/07/2019 às 09:40h e, ato contínuo, redesigne-se para nova data, com intimação das partes.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: DEJANNE RAQUEL D'OLIVEIRA CALDEIRA (OAB 9405/AM) - Processo 0608444-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alessandro da Silva Vasconcelos - REQUERIDO: Saraiva e Siciliano S/A - Forte nesses argumentos, com esteio no art. 487, I, do CPC, no mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, para CONDENAR o Réu ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência de juros, a partir da citação, e correção monetária a partir da fixação (Súmula 362/STJ). Deixo de conhecer o pedido de reembolso, por perda superveniente do objeto. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0608555-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jose Alfredo Afonso Trovisco - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Pelo exposto, com espeque no art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para (i) DECLARAR NULO o contrato de fls. 148/149, celebrado entre as partes; (ii) DETERMINAR que o requerido cesse os descontos de cartão consignado no contracheque do autor, a partir da ciência desta decisão, sob pena de multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto efetuado, limitado a 10 ocorrências; (iii) CONDENAR o requerido à devolução dobrada no importe de R$ 13.234,28 (treze mil, duzentos e trinta e quatro reais e vinte e oito centavos), com juros desde a citação e correção monetária (INPC) desde a data do contrato; e (iv) CONDENAR o requerido ao pagamento de R$ 6.000,00 (seis mil reais), a título de danos morais, com juros desde a citação e correção monetária (INPC) desde o arbitramento. O valor do dano material poderá ser majorado, nos termos do art. 323, do CPC. Sem custas ou honorários em primeiro grau de jurisdição (art. 54, Lei 9.099/95). Intimem-se.

ADV: ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS (OAB 8088/AM) - Processo 0608678-21.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Neuri Pereira da Silva - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Mário Verçosa em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 53182/DF), ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0608727-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Pedro Sobreira de Araujo - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Pelo exposto, com amparo no art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial, consoante fundamentação supra. Sem custas ou honorários, em sede de primeiro grau de jurisdição (art. 54 da Lei 9.099/95). Intimem-se.

ADV: DAIANA KELLY BANDEIRA SPENER (OAB 13366/AM) - Processo 0608957-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio - REQUERENTE: Douglas Oliveira dos Anjos - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 26 de agosto de 2019.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0609002-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes -

REQUERENTE: Andreia Santiago Viana - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Forte nesses argumentos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, consoante fundamentação supra. Sem condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). P. R. I. C.

ADV: LARISSA GONÇALVES DE SOUZA LEMOS (OAB 14434/AM) - Processo 0609275-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Leonice de Quieroz Campos - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido pelo autor, com fundamento no art. 38 da Lei 9.099/95 e, via de consequência, CONDENO a ré ao pagamento da quantia de R$ 6.707,77, com espeque na memória de cálculos de fl. 17, e incidência de juros, a partir da citação, e correção monetária, a partir do dia seguinte à elaboração da planilha de débitos. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1º grau, na forma do art. 54, caput, Lei nº 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0609496-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Flávio Rodrigues do Nascimento - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, nos moldes do art. 487, I, do CPC, no mérito, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEL o débito originador da restrição de crédito efetivada a fl. 18-19, no importe de R$ 181,88 e seus respectivos acréscimos, cabendo ao réu efetuar a sua exclusão, para todos os fins de direito, em até 15 dias, sob pena de multa de R$ 300,00 por dia de descumprimento, até o limite de 30 dias, sem prejuízo de majoração e execução forçada - arts. 536 e 537/CPC; 2) CONDENO o requerido ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), acrescida de juros mensais de 1% e correção monetária oficial (INPC), desde a fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0610077-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Samuel Ferreira da Silva - REQUERIDO: Claro S/A - CONCLUSÃO Forte nesses argumentos, no mérito, JULGO PROCEDENTES os pedidos, termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEIS os débitos imputados à autora, referentes aos serviços “A LA CARTE TELECINE HD”, sem prejuízo dos eventuais consectários de mora aplicados pela ré, a quem cabe excluí-lo de seus registros, devendo abster-se de novas cobranças, em até 15 dias - prazo de cumprimento de sentença - sob pena de multa de R$ 300,00 por cobrança indevida, até o limite de 10 incidências, sob pena de execução forçada; 2) CONDENO o Réu à devolução dobrada dos valores indevidamente cobrados e pagos, no montante de de R$ 615,34 (R$ 307,67 X 2), consoante fundamentação supra, com juros legais e correção monetária devidos desde a citação válida; 3) CONDENO, a Ré ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de indenização por dano moral, incidindo-se correção monetária oficial a partir do arbitramento, em conformidade com a Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça e juros de 1% (um por cento) ao mês, contados da citação. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0610133-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Marly da Fonseca Maciel - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0610154-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Robin Chagas de Lima - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em consequência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Concedo-lhe a gratuidade. Revogo a liminar de fls. 16/17. Arquivem-se os autos. Manaus, 23 de agosto de 2019

ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM) - Processo 0611813-78.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcelo César Muniz Maia - CONCLUSÃO: Por estes fundamentos, inocorrentes as matérias legalmente delimitadas, REJEITO os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO referidos, consoante fundamentação supra. P. R. I. C.

ADV: FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM), ADV: TARCISO SANTIAGO JUNIOR (OAB 101313/MG), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM), ADV: ELIZANDRA LUCIANE PINTO DA SILVA (OAB 12704/AM) - Processo 0611994-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Cynthia Edwards Mouta - Pedro dos Santos Mouta Filho - REQUERIDO: AIG SEGUROS BRASIL S/A - MASTERCARD BRASIL SOLUÇÕES DE PAGAMENTO LTDA - Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial deduzido e, com fulcro no art. 487, I, do CPC, CONDENO solidariamente as requeridas ao pagamento de R$ 2.308,24, a título de indenização por danos materiais, com juros e correção monetária a partir do evento danoso, que foi a comunicação às rés do requerimento de cobertura no dia 18/12/2018 (fl. 68), ex vi da Súmula 43 do STJ, e R$ 7.000,00, para cada um dos requerentes, a título de danos morais, com correção a partir do arbitramento e juros desde a citação, ex vi da Súmula 362 do STJ. Sem condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). P. R. I. C. Manaus, 27/7/2019 (Sábado).

ADV: PRISCILLA PRESTES CARREIRA (OAB 7057/AM), ADV: CAYO MARCELLOS LOPES DE VASCONCELOS (OAB 65077/PR) - Processo 0612114-93.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Naildo Aguiar Cordeiro - EXECUTADO: Evandro da Silva Bronzi - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: ARTHUR CÉSAR ZAHLUTH LINS (OAB 5238/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP) - Processo 0613182-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Luiz Fernando Almendros de Oliveira - REQUERIDO: American Airlines Brasil - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 84/86, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, “b”, do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0613669-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Messias Pereira - Forte nesses argumentos, nos moldes do art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, termos em que: 1) CONDENO a Ré a ressarcir ao autor a quantia de R$ 1.201,57 (um mil duzentos e um reais e cinquenta e sete centavos), a título de danos materiais, sobre

a qual deverão incidir juros legais e correção monetária desde o evento danoso/ efetivo prejuízo - 15/12/2018, nos termos das Súmulas 43 e 54 do STJ; 2) CONDENO a requerida ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 6.000,00, dadas as circunstâncias do caso concreto, com juros legais a partir da citação e correção monetária (INPC), a partir da fixação. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: DIVINO FRANCISCO DE OLIVEIRA BARRETO JÚNIOR (OAB 8487/AM), ADV: RIGONEY SARAIVA AMORIM (OAB 13582/AM) - Processo 0614226-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jcl Comercio e Servico de Moveis Ltda - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 09:40h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM), ADV: LORETA MARIA DA SILVA BARRETO MOTA (OAB 11168/AM) - Processo 0614667-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Tereza Rocha Pires da Silva - REQUERIDO: Medic Lab Servicos e Atividade Medica Ltda - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: JOAO CELIO MOURA SZLACHTA (OAB 11979/AM) - Processo 0615404-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcia Daniele Silva Santos - REQUERIDO: Gula Guloso Restaurante Ltda - Epp - Pelo exposto, em razão da complexidade da causae pela necessidade de prova técnica pericial, Resta prejudicada a análise do mérito, pelo que, com fundamento nos arts. 3.º, caput, e 51, II, da Lei n.º 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Sem custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 55, caput). Após, preclusa a via recursal e não havendo requerimento, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0615434-54.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Alexandre Carvalho Coelho - REQUERIDO: Canopus Motos - Centaurus Motos Ltda. - Nos termos da certidão de fl. antecedente, verifico que os embargos são intempestivos. Isto posto, não conheço os embargos à execução apresentados às fls. 76/80. Expeça-se alvará em favor do credor. Após, arquivem-se os autos.

ADV: CESARE ANGELINI NETO (OAB 13382/AM), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0615542-15.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cesare Angelini Neto - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido autoral, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, consoante fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: MAYKA SALOMÃO CORDEIRO VIANA (OAB 6321/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0615930-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro Miranda de Arruda - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - CONCLUSÃO: Forte nesses argumentos, RATIFICO a tutela deferida às fls.337-38 e 113, e no mérito, nos moldes do art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que CONDENO a requerida ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 7.000,00 (sete mil reais), sobre o qual deverão incidir juros legais, desde a citação, e correção monetária oficial desde a fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C. Manaus, 23 de agosto de 2019.

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM), ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0615960-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Edinea Marcarenhas Dias - RECLAMADO: Manaus Ambiental S/A - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: PAULO HENRIQUE CALDERARO DE MARCHI (OAB 82626/PR), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0615987-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Roseellen Damsceno de Souza - REQUERIDO: Rossana Presentes Ltda - CONCLUSÃO Ex positis, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE os pedidos iniciais para: 1) DECLARAR INEXIGÍVEL o débito de R$ 6.396,64 (fls. 13-17), e seus respectivos acréscimos, cabendo ao Réu efetuar a sua exclusão dos cadastros restritivos, bem como, dar baixa aos protestos (fls. 13-17), ás suas próprias expensas, para todos os fins de direito, em até 15 dias, sob pena de multa de R$ 300,00 por dia de descumprimento, até o limite de 30 dias, sem prejuízo de majoração e execução forçada; 2) CONDENAR o Réu pagamento do valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais ao requerente, incidindo-se correção monetária oficial a partir do arbitramento, em conformidade com a Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça e juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação. Sem condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). P. R. I. C. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0616006-10.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria Acilene Araujo Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, tendo a parte exequente/requerente pedido o cumprimento de sentença, intime-se a parte requerida/executada para, no prazo de 15 (quinze) dias cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: HELÁDIO DE SOUZA GOMES (OAB 11163/AM), ADV: HELADIO DE SOUZA GOMES JÚNIOR (OAB 11129/AM) - Processo 0616165-79.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Heládio de Souza Gomes - Pelo exposto, julgo IMPROCEDENTE a presente demanda, fulcrado no art. 487, I, do CPC. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM) - Processo 0616257-57.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ceproeducar Ltda - Me - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: LARA BETSE PARÁ NUNES (OAB 12034/AM) - Processo 0616413-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Ilcilene Barbosa Mesquita - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que CONDENO a requerida ao pagamento ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 9.000,00, com juros legais desde a data do evento (11/05/2019) e correção monetária (INPC), a partir da fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: CARLOS ALBERTO GOMES HENRIQUES (OAB 1654/AM), ADV: DELCILENE REBOUÇAS SILVA LOPES (OAB 7453/AM) - Processo 0616618-11.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Maria de Jesus Gomes Henriques - REQUERIDO: Importadora Silvia e outros - A empresa RH Tecidos - ME foi citada para, querendo, manifestar-se sobre o pedido de desconsideração de personalidade jurídica inversa de fls. 90/106. Escoado o prazo in albis, decido. Como declinada na fl. 133, o art. 50 do CC prevê requisitos para o deferimento da desconsideração da personalidade jurídica, quais sejam: (1) desvio de finalidade e (2) confusão patrimonial, tendo, a sua nova redação conferida pela MP 881/2019, destrinchado-os da seguinte forma: (1.a) dolo e (2.a) ausência de separação de fato entre os patrimônios dos sócios e das empresas. Não autoriza a desconsideração a mera existência de grupo econômico sem a presença daqueles pressupostos. Pois bem. Diante do pedido de fls. 90/106 e documentos anexos de fls. 107/130, convenço-me de que há desvio de finalidade perpetrada pela devedora original (Importadora Sílvia) e sua representante legal (Delta Maria Carvalho Rebouças), estando comprovado que aquela empresa é usada por um grupo econômico familiar, liderado pelos filhos e marido de Delta Maria Carvalho Rebouças, Srs. Romário Rebouças Silva, Hítalo Rebouças Silva e Rivaldo Vieira da Silva, respectivamente. Com efeito, as duas empresas, Importadora Sílvia e RH Tecidos-ME, possuem, além de sócios membros da mesma família, o mesmo ramo de atividade e seriam administradas, de fato, pela mesma pessoa, o Sr. Rivaldo Vieira da Silva, pai e marido dos sócios documentados. Havendo, portanto, fortes indícios de que a empresa devedora original, desprovida de qualquer lastro patrimonial apesar de continuar em atividade, seja meramente de fachada e usada pelo grupo familiar Rebouças, em prejuízo dos credores, de forma consciente e deliberada (dolo), D E F I R O o pedido de desconsideração para alcançar a empresa RH Tecidos, a qual passará a figurar também como devedora da dívida constante do título executivo extrajudicial carreado. Intimem-se desta decisão as partes, sendo que a empresa Importadora Sílvia detém advogada constituída (fl. 51) e a RH Tecidos por carta. Procedam-se às pesquisas nos sistemas eletrônicos à disposição do Juízo e, em caso de inexistência, expeça-se mandado de citação, penhora e avaliação nos endereços de fls. 135, pautando-se audiência de conciliação com todos. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0616654-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - RECLAMANTE: Marcelle Lorena de Souza Ferreira - REQUERIDO: Banco Bradesco Cartões S/A - C&A Modas Ltda. - Ante o exposto, e tudo o mais que dos autos consta, rejeito a PRELIMINAR, e, no mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, nos termos em que, 1) CONDENO SOLIDARIAMENTE as reclamadas ao ressarcimento da quantia de R$ 29,88 (vinte e nove reais e oitenta e oito centavos), a título de dano material, com acréscimo de juros legais e correção monetária (INPC) desde a data de cada pagamento. Improcedente o pedido de indenização por danos morais. Defiro ao autor o pedido de AJG, nos moldes do art. 98, VIII, do CPC. P. R. I. C.

ADV: THAIS FERREIRA (OAB 13389/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDERSON CORREA PEREIRA (OAB 10048/AM) - Processo 0616841-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Joseane Barbosa Barroso - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - A matéria discutida nos autos não exige produção de prova em audiência, à vista do que anuncio o julgamento antecipado da lide, ex vi do art. 355, I do CPC, do que deverão ser intimadas as partes, para os devidos fins. Intime-se a Requerida para que apresente a mídia informada, em 5 dias. Após, intime-se a Requerente para manifestação, no igual prazo de 5 dias. Preclusa esta decisão, faça-se concluso para sentença. À Secretaria para as diligências necessárias. Cumpra-se.

ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM), ADV: HENRIQUE HÉRCULES DA COSTA PINTO (OAB 10229/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0616942-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Juvenal Carlos Gomes Lelis - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que: 1) RATIFICO a tutela antecipada concedida às fls. 56/57; 2) DETERMINO ao réu que emita nova fatura referente ao mês de março/2019, sem incidência de multas e encargos moratórios; 3) CONDENO o requerido ao pagamento de R$ 109,60 (cento e nove reais e sessenta centavos), a título de lucros cessantes, com incidência de juros legais desde a citação (art. 405 do CC) e correção monetária desde a data do (06/06/2019 - fl. 37); 4) CONDENO o réu ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescida de juros legais desde a citação e correção monetária (INPC) desde a fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0617122-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Mirtes Martins dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - CONCLUSÃO Forte nesses argumentos,rejeito a preliminar e, no mérito, JULGO PROCEDENTES os pedidos, termos em que: 1) CONDENO os Réus à repetição do pagamento indevido correspondente ao seguro, no montante de R$ 5.782,88. (R$ 2.891,44 x 2), sobre o qual deverão incidir juros legais a contar da citação e correção monetária oficial (INPC), a partir do efetivo prejuízo - 26.06.2017 (fls. 13); 2) DETERMINO aos Réus o cancelamento do seguro, bem como, que se abstenham de novos descontos na conta corrente da Autora, sob pena de multa de R$ 1.000,00 por desconto indevido, até o limite de 5 incidências; 3) CONDENO, a Ré ao pagamento de R$ 7.000,00 (sete mil reais), a título de indenização por dano moral, incidindo-se correção monetária oficial a partir do arbitramento, em conformidade com a Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça e juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0617419-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Dinelcy Assis de Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Forte nesses argumentos, ratifico a tutela antecipada concedida nos autos (fls. 25-27) e JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEL o débito consubstanciada às fls. 16, com vencimento em 31.05.2019, no valor de R$ 4.688,83, e seus consectários, referente aos meses de dezembro/2016, fevereiro, abril e julho de 2018; e fevereiro e maio de 2019 (já pagos), devendo a Ré promover a baixa dos respectivos débitos em seus sistemas, de forma definitiva, e abster-se de cobrá-la, sob pena de majoração da multa já fixada; e 2) CONDENO a requerida ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 5.000,00, acrescida de juros legais, desde a citação, e e correção monetária oficial desde a fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0618239-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Japan Engenharia e Refrigeração Ltda - Me - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Novo Código Processual Civil. Retire-se de pauta. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e independente de intimação das partes, inteligência do §1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0618296-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Sergio Cunha Vieira dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Forte nesses argumentos, no mérito, e com base no art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, termos em que: 1) RATIFICO a tutela concedida às fls. 21/22; 2) DETERMINO que a concessionária refature os serviços prestados nos meses de abril a junho de 2019, bem como as faturas vencidas no curso do processo, excluindo a tarifa de esgoto. As cobranças devem possuir novas datas de vencimento para possibilitar o pagamento por parte do consumidor, respeitados os prazos estabelecidos no contrato; 3) CONDENO a requerida ao pagamento de indenização por dano moral, no montante de R$ 4.000,00, com correção monetária (INPC) a partir desta data e juros de mora desde a citação válida (Súmula 362 do STJ). Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: NICOLE BARBOSA DOS SANTOS (OAB 11872AM) - Processo 0618341-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Wendell Abnader Barbosa - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 09:20h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LARISSA VENANCIO COUTINHO (OAB 13943/AM) - Processo 0618523-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alcides Pereira de Aquino Filho - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 10:20h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM) - Processo 0619320-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cleopatra Maria Rodrigues - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 10/10/2019 às 10:30h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM), ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0619574-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Iza Teixeira da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Forte nesses argumentos, no mérito, e com base no art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, termos em que: 1) DETERMINO que a concessionária abstenha-se de cobrar a referida tarifa de esgoto em faturas vincendas, até que comprove, de forma inequívoca, que procedeu à ligação da unidade consumidora à rede de esgoto, sob pena de multa de R$ 200,00 por cobrança indevida, até o limite de 30 incidências, sem prejuízo de execução forçada; 2) CONDENO o requerido à repetição dobrada do indébito relativo aos descontos comprovados, no importe de R$ 975,00 (novecentos e setenta e cinco reais), sobre o qual deverão incidir juros legais e correção monetária (INPC), a partir de pagamento (fls. 22/32). Improcedente o pedido de indenização por danos morais. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Concedo à parte autora o benefício da AJG, ex vi do art. 98, VIII do CPC. P. R. I. C.

ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM) - Processo 0620906-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Thainá Corrêa Amorim - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 26 de agosto de 2019.

ADV: SUELEM PENA BENTO DA SILVA (OAB 9796/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0620926-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jovana Araujo Santos - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Forte nesses argumentos, ratifico a tutela antecipada concedida nos autos (fls. 24-26) e JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEL o débito originador da restrição de crédito efetivada a fl. 21, no importe de R$ 79,19 e seus respectivos acréscimos, cabendo ao réu efetuar a sua exclusão, para todos os fins de direito, sob pena de majoração da multa aplicada e execução forçada; 2) CONDENO o requerido ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescida de juros mensais de 1% e correção monetária oficial (INPC), desde a fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C. Manaus, 23 de agosto de 2019.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0621232-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raymundo Thury Barbosa - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0621473-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Rosimiro Barbosa da Silva - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 10:20h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 558AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0621508-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Elinelson Souza da Silva - Leia Almeida de Souza - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 10:40h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUCILENE MACÊDO DOS SANTOS (OAB 8545/AM) - Processo 0621515-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria José da Silva Garcia - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 10:20h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TIAGO AUGUSTO LEITE RETES (OAB 143584/MG) - Processo 0621536-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Marina Rodrigues de Mello Resende - Thiago de Barros Nogueira - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 10:40h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO EDUARDO CIDADE HOUNSELL (OAB 14323/AM) - Processo 0621542-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jefferson Lima de Souza - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 11:20h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CLAUDIO LUIZ PESSOA MATTOS (OAB 202462/RJ) -

Processo 0621568-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Camilla Pereira de Marcos - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 09:20h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDREIA FARIAS DE BARROS (OAB 10773/AM) - Processo 0621686-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Benedita Soares Maciel - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 10:40h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUCAS OBANDO DE OLIVEIRA (OAB 11198/AM) - Processo 0621704-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Juliana Obando de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTONIO EVANDRO MELO BALBI (OAB 66418/RJ) - Processo 0621719-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Demétrius Matos de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 11:20h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0621728-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Nelsoney Borges Correa - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0621753-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Estelita Gomes Ferreira - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DAIANA KELLY BANDEIRA SPENER (OAB 13366/AM) - Processo 0621759-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rodrigo Costa da Silva - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DORGIVAL SABINO DE ARAÚJO (OAB 12971/AM) - Processo 0621768-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - EXEQUENTE: Camila Fuziel Silva - EXECUTADO: Carrefour Comercio e Industria Ltda - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 09:20h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: THAIZA FABIANNE CARRIÇO CORRÊA (OAB 4745/AM) - Processo 0621775-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Heraldo Antonio Correa Junior - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 09:40h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0621786-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Paulo Roberto Mota - Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que se abstenha de efetuar cobranças denominadas "Vivo Controle Serv Digital IV /Serviço Terra Networks Brasil / Serviços Telefônica Brasil" na linha telefônica do autor, a partir da intimação desta decisão, sob pena de pagamento de multa de R$200,00 (duzentos reais), limitada a 30 cobranças, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 04/10/2019 às 10:45h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM), ADV: REBECA VITÓRIA BRUNO MACHADO (OAB 12257/AM) - Processo 0621819-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Aldemiro Cordeiro de Amorim - Aldemiro Cordeiro de Amorim - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM) - Processo 0621831-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Arlei Reis Passos - Anderson Fontinele Reis - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 10:40h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0621858-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Mario Barreiros Lima - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 11:20h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA (OAB 18501/MT) - Processo 0621891-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Carlos Sergio Santarem da Silva - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM) - Processo 0622182-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Joelson Rodrigues Brum - Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que se promova com a entrega e a instalação do portão na residência do autor, no prazo de 3 dias a partir da intimação desta decisão, sob pena de pagamento de multa de R$200,00 (duzentos reais), limitada a 30 cobranças, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 10/10/2019 às 09:15h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0622344-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Fernando Ferreira da Silva - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0622357-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Fernando Ferreira da Silva - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0622413-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ana Claudia Pereira Ferreira - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é

verdade. Dou fé.

ADV: MARJORIE GARANTIZADO PARENTE LUNA (OAB 14236/AM) - Processo 0622441-29.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Antônio Carlos de Castro Paiva Filho - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM), ADV: CAROLINE FUGOLARI FREITAS (OAB 11135/AM), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: CARLOS FELLIPE DE ANDRADE NOGUEIRA (OAB 8261/AM), ADV: PRISCILA CAROLINE BORGES DE ALMEIDA (OAB 13746/AM) - Processo 0622462-73.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Weberson Ferreira Martins - REQUERIDO: Df Comércio de Derivados de Petróleo Ltda - Cielo S/A - Prover Promoção de Vendas Ltda Epp (avancard) e outro - De ordem, intime-se o requerido para indicar responsável para levantamento do alvará ou os dados bancários para transferência eletrônica da quantia de R$ 4.992,77, conforme memória de cálculo de fl. 475.

ADV: MARA LINDOLFO GOMES GUEDES (OAB 5116/AM) - Processo 0622476-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Pedro Gomes - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM) - Processo 0622501-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Gláucio Nunes da Luz - Nunes e Luz Advogados - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VICTOR NEGRÃO REIS (OAB 12545/AM) - Processo 0622740-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Anderson Ivan Neves Carmo - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 10/10/2019 às 10:45h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Intimem-se.

ADV: ARIEL CRISTINA BRAZ MOTA (OAB 13665/AM) - Processo 0622771-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Susana Braz Mota - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0623199-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Helder José de Souza Oliveira - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0623238-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Raimunda Lourdes Alves de Almeida - O pedido de tutela provisória formulado pelo requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de fls. 21-71 os descontos impugnados são realizados desde o ano de 2014, sem manifestação do requerente, até o ajuizamento da ação, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pela Autora, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de 4 anos o desconto é realizado, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 10/10/2019 às 09:30h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: VERA LÚCIA JOHNSON DE ASSIS (OAB 2904/AM) - Processo 0623287-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Lorna dos Santos Duque - Por fim, importante observar que um dos pleitos da ação é o reconhecimento de inexistência de vínculo jurídico tributário, relativamente à incidência de ICMS nas faturas do serviço de energia elétrica, o que foge à competência dos JECCs, cabendo o questionamento perante o Juizado Especial da Fazenda Pública. No mesmo sentido: JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. TRIBUTÁRIO. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA REJEITADA. EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL. AQUISIÇÃO DE BENS OU MERCADORIAS EM OUTRO ESTADO DA FEDERAÇÃO. INSUMOS. ICMS. RECOLHIMENTO DA DIFERENÇA DE ALÍQUOTA - DIFAL. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA EXISTENTE. RECURSO CONHECIDO. PRELIMINAR REJEITADA E NÃO PROVIDO. I. Trata-se de recurso inominado interposto pela parte autora em face da sentença que julgou improcedente os pedidos iniciais, os quais visavam a declaração judicial de inexistência de relação jurídico-tributária entre as partes litigantes, a fim de afastar a cobrança do Diferencial de Alíquotas - DIFAL do ICMS na aquisição de mercadorias originárias de outras Unidades da Federação. (...) VII. A Constituição prevê no artigo 146-A que Lei Complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo. VIII. Inexiste, no caso em questão, bitributação e sim a ocorrência de dois fatos geradores de incidência do ICMS, a saber: um, quando o empresário importa mercadorias adquiridas em outros Estados da Federação e, outro, a posterior revenda no Distrito Federal. Além disso, o que se cobra é a diferença entre os dois tributos, e não os dois tributos. IX. Recurso conhecido. Preliminar rejeitada e não provido. Custas recolhidas. Condeno a parte recorrente vencida ao pagamento dos honorários advocatícios que fixo em 10% do valor corrigido da causa. X. A súmula de julgamento servirá de acórdão, consoante disposto no artigo 46 da Lei nº 9.099/95.(Acórdão n.1035695, 07000835620178070018, Relator: EDILSON ENEDINO DAS CHAGAS 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 02/08/2017, Publicado no DJE: 08/08/2017. Pág.: Sem Página Cadastrada.) Conclusão Pelo exposto, diante da incompatibilidade entre os ritos próprio das ações consignatórias e especial dos Juizados Especiais Cíveis, com fundamento nos arts. 3.º, caput, e 51, II, da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito. Sem custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 55, caput). Após, preclusa a via recursal e não havendo requerimento, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: ANDRÉA SANTOS DA SILVA (OAB 13093/AM) -

Processo 0623291-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Claudio Barbosa de Aquino - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 10/10/2019 às 10:15h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623405-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Euzarina de S. da Costa - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), em nome do Autor, ou, na ausência deste, declaração subscrita (com data recente - no máximo 6 meses) pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623411-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Euzarina Sousa da Costa - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), em nome do Autor, ou, na ausência deste, declaração subscrita (com data recente) pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623414-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Euzarinaa Sousa da Costa - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), em nome do Autor, ou, na ausência deste, declaração subscrita (com data recente - no máximo 6 meses) pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623415-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Euzarinaa Sousa da Costa - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), em nome do Autor, ou, na ausência deste, declaração subscrita (com data recente - no máximo 6 meses) pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0623619-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Gabryelly Esthefanny Santos de Souza - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0623626-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: C.E.C. - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) Cópia do RG e do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas da síndica.

ADV: MAYRA CRISTINA ALMEIDA DA SILVA (OAB 7552/AM) - Processo 0623630-42.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Luzia Tatiana Rebouças Barbosa - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0623642-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Brenda de Souza Auzier - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: ALINE NEO SERRA (OAB 9825/AM) - Processo 0623673-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Valdisa de Almeida Serra - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0623745-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Poliana Souza Dill - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: VINICIUS NOGALLI CAMPOS (OAB 377770/SP) - Processo 0623748-18.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Camposfer Tools Comércio, Importação e Exportação de Ferramentas Ltda - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) Cópia do RG e do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas da sócia administradora indicada na procuração.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0623837-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Cristiano Raimundo B - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 09:20h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MAURÍCIO DOS SANTOS PEREIRA JÚNIOR (OAB 7768/AM) - Processo 0623848-70.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Condomínio Residencial Topázio - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) Cópia do RG e do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas.

ADV: FABIANNE CRISTINE SILVA DE VASCONCELOS DIAS (OAB 11007/AM) - Processo 0623861-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Jose Maria Drumond de Vasconcelos Dias - Dina

Silva de Vasconcelos Dias - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: JANEYLA SANTOS SUIJKERBUIJK (OAB 5874/AM) - Processo 0623911-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Antonia Jane Mendes de Castro - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) Cópia do RG e do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas; (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: MARCOS OSAMO BASTO TAKEDA (OAB 3739/AM) - Processo 0623952-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - RECLAMANTE: Sergio Jose Silva Chalub - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0623971-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Valdeci Jose Santos da Silva. - De ordem, fica designado o dia 11/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM), ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM) - Processo 0624104-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eduardo de Lizandro Guimarães Rocha - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM) - Processo 0626418-63.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ana Cristina Souza da Silva-me - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 09:40h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP), ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0626623-92.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Heuler Daniel Rodrigues Farias - REQUERIDO: Lojas Marisa S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: LUZENILDO PEREIRA FIGUEIRA (OAB 3956/AM), ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM), ADV: DENISON MELO DE AGUIAR (OAB 6825/AM) - Processo 0628229-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Juliana Coutinho Borges Camargo - REQUERIDO: Instituto de Ensino Superior Brasileiro Ltda - Me - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 122-123, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, “b”, do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada, e descontituam-se eventuais bloqueios, acaso realizados. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: ANDERSON DE OLIVEIRA MOREIRA (OAB 8025/AM), ADV: REBECCA GIRÃO SGARZI DE CASTRO MARQUES (OAB 11292/AM) - Processo 0629035-93.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: José Roberto Silva dos Santos Junior - REQUERIDO: Agência de Viagens Cvc Turismo Ltda. - LITSPASSIV: Banco Santander Brasil S/A - Pelo exposto, rejeito as preliminares e julgo PROCEDENTE EM PARTE a presente, fulcrado no art. 487, I, do CPC, para: - DECLARAR rescindido os contratos 3970-0000108661 e 3970-0000108660 com a CVC e o respectivo contrato de financiamento com o Santander, com a consequente exclusão de débitos deles decorrentes, a contar de 11/8/2018 (fl. 36 - quando o autor comunicou a desistência à operadora de turismo), com a consequente paralisação de qualquer cobrança relativa aos serviços, a contar da data da sentença. - CONDENAR a ré CVC à devolução de R$ 1.050,00, com juros e correção monetária desde 11/8/2018. Improcedente o pedido de danos morais. Revogo a liminar de fls. 54/56. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Aline Neo Serra (OAB 9825/AM)
Anderson Correa Pereira (OAB 10048/AM)
Anderson de Oliveira Moreira (OAB 8025/AM)
Anderson Junqueira Guminiak (OAB 9761/AM)
Andréa Santos da Silva (OAB 13093/AM)
Andreia Farias de Barros (OAB 10773/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antonio Evandro Melo Balbi (OAB 66418/RJ)
Antonio Jorge Loureiro (OAB 12470/AM)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Ariel Cristina Braz Mota (OAB 13665/AM)
Arthur César Zahluth Lins (OAB 5238/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Benjamim Saul Benchimol (OAB 4902/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
CARLOS ALBERTO GOMES HENRIQUES (OAB 1654/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 53182/DF)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carlos Fellipe de Andrade Nogueira (OAB 8261/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Caroline Fugolari Freitas (OAB 11135/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Carvalho Advocacia (OAB 558AM)
Cayo Marcellos Lopes de Vasconcelos (OAB 65077/PR)
Cesare Angelini Neto (OAB 13382/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Claudio Luiz Pessoa Mattos (OAB 202462/RJ)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daiana Kelly Bandeira Spener (OAB 13366/AM)

DEJANNE RAQUEL D'OLIVEIRA CALDEIRA (OAB 9405/AM)
Delcilene Rebouças Silva Lopes (OAB 7453/AM)
Denison Melo de Aguiar (OAB 6825/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Divino Francisco de Oliveira Barreto Júnior (OAB 8487/AM)
Dorgival Sabino de Araújo (OAB 12971/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elizandra Luciane Pinto da Silva (OAB 12704/AM)
Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB 9716/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
FABIANNE CRISTINE SILVA DE VASCONCELOS DIAS (OAB 11007/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Greysa Mores Fragoso (OAB 12765/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Heládio de Souza Gomes (OAB 11163/AM)
HELADIO DE SOUZA GOMES JÚNIOR (OAB 11129/AM)
Henrique Hércules da Costa Pinto (OAB 10229/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Janeyla Santos Suijkerbuijk (OAB 5874/AM)
Jéssica da Costa Caxeixa (OAB 12246/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Joao Celio Moura Szlachta (OAB 11979/AM)
João Eduardo Cidade Hounsell (OAB 14323/AM)
João Thomaz Prazeres Gondim (OAB 162337/MG)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Gomes de Amorim (OAB 10881/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lara Betse Pará Nunes (OAB 12034/AM)
Lara Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 10686/AM)
Larissa Gonçalves de Souza Lemos (OAB 14434/AM)
Larissa Venancio Coutinho (OAB 13943/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Loreta Maria da Silva Barreto Mota (OAB 11168/AM)
Lucas Obando de Oliveira (OAB 11198/AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luciane Ferreira de Melo (OAB 59108/RS)
Lucilene Macêdo dos Santos (OAB 8545/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luzenildo Pereira Figueira (OAB 3956/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Mara Lindolfo Gomes Guedes (OAB 5116/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcos Osamo Basto Takeda (OAB 3739/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Marjorie Garantizado Parente Luna (OAB 14236/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurício dos Santos Pereira Júnior (OAB 7768/AM)
Mayka Salomão Cordeiro Viana (OAB 6321/AM)
Mayra Cristina Almeida da Silva (OAB 7552/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Nathalia Cristina Santos Gabriel (OAB 13524/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
NICOLE BARBOSA DOS SANTOS (OAB 11872AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Henrique Calderaro de Marchi (OAB 82626/PR)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscila Caroline Borges de Almeida (OAB 13746/AM)
Priscilla Prestes Carreira (OAB 7057/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Rebeca Vitória Bruno Machado (OAB 12257/AM)
Rebecca Girão Sgarzi de Castro Marques (OAB 11292/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Rigoney Saraiva Amorim (OAB 13582/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Robert Lincoln da Costa Areias (OAB 8088/AM)
Robson Carvalho Ferreira (OAB 12268/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Sales Martins Leal (OAB 13560/AM)
Sthefano Malheiros Santana de Almeida (OAB 18501/MT)
Suelem Pena Bento da Silva (OAB 9796/AM)
Tarciso Santiago Junior (OAB 101313/MG)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Thais Ferreira (OAB 13389/AM)
Thaiza Fabianne Carriço Corrêa (OAB 4745/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
Tiago Augusto Leite Retes (OAB 143584/MG)
Vera Lúcia Johnson de Assis (OAB 2904/AM)
Victor Negrão Reis (OAB 12545/AM)
Vinicius Nogalli Campos (OAB 377770/SP)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO CÉSAR OLINTHO DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GIZELE CRUZ FERREIRA ALFAIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0224/2019

ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF) - Processo 0205630-93.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Andris José Felix Silva da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A e outro - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. Antecedentes, no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM), ADV: GREYSA MORES FRAGOSO (OAB 12765/AM), ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM), ADV: SALES MARTINS LEAL (OAB 13560/AM) - Processo 0600904-13.2015.8.04.0016 - Procedimento Sumário - Condomínio -

REQUERENTE: SUBCONDOMINIO RESIDENCIAL ACACIAS 2 - REQUERIDO: TALYSON DOS SANTOS FERREIRA - Fernanda Hidelgard Albuquerque Paulino Ferreira - Defiro o pedido de fls. 226/228 em que a parte requerida manifesta seu desejo em conciliar. Paute-se audiência de Conciliação com a devida intimação das partes. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0602791-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antônio Tadeu Praxedes - REQUERIDA: Sirley do Socorro Barbosa Brito e outro - O exequente não concorda com o pedido de parcelamento, sendo sua justificativa (ser idoso e já haver penhora integral do débito) aceita, já que razoável e legítima. Como houve penhora on line in totum da dívida, de fato aceitar o parcelamento sem qualquer prova de gravosa e insustentável situação às devedoras é prejudicar, por demais, a garantia de satisfação do crédito em tempo célere (art. 6º, CPC; e art. 2º, Lei 9.099/95), pelo que rejeito o pleito de parcelamento. Expeça-se alvará no valor do crédito, desbloqueando-se o numerário excedente. Expeça-se alvará do valor bloqueado em favor do credor. Ato posterior, proceda-se com o desbloqueio dos demais valores penhorados em favor da parte executada. Por fim, arquivem-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 1183A/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM) - Processo 0604116-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Guilherme Ferreira - ASSLITISC: Centrais Elétricas de Rondônia S/A Ceron - O devedor foi intimado a cumprir voluntariamente o julgado (fls. 186 e 191), não o tendo feito, pelo que o reputo intimado pessoalmente da obrigação de fazer, tendo ficado em mora até o momento em que o Juízo procedeu à baixa dos apontamentos mediante ação direta no SERASAJUD. Recordo que a intimação pessoal é feita na pessoa do advogado constituído, mediante a devida publicação na imprensa oficial (art. 513, § 2º, I, CPC). Logo, ao setor de cálculos para cumprimento do despacho de fl. 198, 2º parágrafo. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: VERÔNICA DA SILVA E SILVA (OAB 12757/AM), ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0606895-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Amsterdam Village - REQUERIDO: Caio André Pinheiro de Oliveira - De ordem, diante da possibilidade de efeitos modificativos, intime-se o embargado para apresentar defesa no prazo legal.

ADV: IVENS DE OLIVEIRA PINTO (OAB 13398/AM) - Processo 0609369-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial Vila Gaia - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0611836-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fabricia Santos Neves - REQUERIDO: Centro de Assist. Ao Desenv. de Form. Profissional - Literatus - De ordem, considerando ao valor depositado pelo(s) requerido(s), expeça-se alvará e, após, INTIME-SE o credor, no prazo de 15 (quinze) dias, para manifestação quanto ao possível saldo remanescente. No silêncio, arquivem-se os autos, com baixa definitiva.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0611938-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucia Ximendes de Carvalho - REQUERIDO: Magazine Luiza - De ordem, considerando ao valor depositado pelo(s) requerido(s), expeça-se alvará e, após, INTIME-SE o credor, no prazo de 15 (quinze) dias, para manifestação quanto ao possível saldo remanescente. No silêncio, arquivem-se os autos, com baixa definitiva.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM) - Processo 0612449-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Rf Serviços de Engenharia Ltda - Epp - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 23 de agosto de 2019.

ADV: ANTÔNIA TAVARES CORRÊA GONZAGA (OAB 4244/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: LEONARDO LIMA CLERIER (OAB 1408A/PE) - Processo 0614972-63.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Etiene Freitas Trindade - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Embargada para apresentar contrarrazões aos Embargos à Execução/Impugnação ao cumprimento de sentença, juntado às fls. , no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO PINHEIRO (OAB 6353/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0616997-83.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Paulo Roberto Guerra Mitozo - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar sobre o documento juntado às fls. 187/188, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo. Não havendo manifestação, arquivem-se com baixa na distribuição.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: IRACEMA DE PAULA MAIA ARAÚJO DE FREITAS (OAB 12386/AM) - Processo 0617559-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aimee de Mello Marques - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimo o exequente para se manifestar sobre os pagamentos realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e os autos serão baixados e arquivados. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCELLO HENRIQUE GARCIA LIMA (OAB 10461/AM), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: CLÁUDIA DA SILVA DAVID (OAB 4863/AM), ADV: CAMILA LEITE DUARTE (OAB 11727/AM), ADV: WILLIAM DANIEL BRASIL DAVID (OAB 6796/AM) - Processo 0618680-24.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Ivana dos Santos Freitas - REQUERIDO: Anderson da Silva Lima - Isaac Pinheiro de Lima - Ivana qualifica-se como microempresária. Já Anderson, como servidor público, este residindo em condomínio em área nobre. Tais circunstâncias são relevantes e afastam a presunção, já relativa, da autoproclamação de pobreza. Por isso, intimem-se os recorrentes acima identificados para que, em 3 dias, juntem suas últimas DIRPF, os três últimos contracheques (no caso do servidor) e o extrato bancário dos últimos 60 dias (ambos), bem como outros documentos que comprovem despesas, a fim deste julgador decidir se os dois merecem os benefícios da gratuidade de justiça, sob pena de indeferimento.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0620704-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcelo Chagas de Lima - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 26 de agosto de 2019.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0622895-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE:

Maria Auxiliadora Moura Medeiros - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 16/10/2019 às 09:45h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0622996-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carlos Alberto Carvalho dos Santos - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 16/10/2019 às 08:45h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0622997-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carlos Alberto Carvalho dos Santos - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 11/10/2019 às 09:00h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0623000-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carlos Alberto Carvalho dos Santos - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 16/10/2019 às 09:15h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: FRANCISCO WALTER QUEIROZ CARVALHO JÚNIOR (OAB 38501CE) - Processo 0623079-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria de Lourdes Queiroz da Silva - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 15/10/2019 às 11:30h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: LEONARDO LIMA DE SENA (OAB 14206/AM) - Processo 0623391-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Leonardo Lima de Sena - Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que solucione o contrato de prestação de serviços e que se abstenha de cadastrar os dados pessoais do autor nos órgãos de proteção de crédito SPC e SERASA, a partir da intimação desta decisão, sob pena de pagamento de multa de R$200,00 (duzentos reais), limitada a 30 cobranças, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 11/10/2019 às 08:45h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0623486-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Sissi Cardoso de Oliveira - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 14/10/2019 às 11:00h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: THAÍS FIGUEIRA DE OLIVEIRA (OAB 11229/AM) - Processo 0623564-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Thatiane Marçal dos Reis - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 15/10/2019 às 10:45h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
Antônia Tavares Corrêa Gonzaga (OAB 4244/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Benjamim Saul Benchimol (OAB 4902/AM)
Camila Leite Duarte (OAB 11727/AM)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Carolina dos Santos Viana (OAB 8361/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cláudia da Silva David (OAB 4863/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB 1183A/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Francisco Walter Queiroz Carvalho Júnior (OAB 38501CE)
Greysa Mores Fragoso (OAB 12765/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)

Iracema de Paula Maia Araújo de Freitas (OAB 12386/AM)
Ivens de Oliveira Pinto (OAB 13398/AM)
José Antônio do Nascimento Pinheiro (OAB 6353/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Leonardo Lima Clerier (OAB 1408A/PE)
Leonardo Lima de Sena (OAB 14206/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcello Henrique Garcia Lima (OAB 10461/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Sales Martins Leal (OAB 13560/AM)
Thaís Figueira de Oliveira (OAB 11229/AM)
Verônica da Silva e Silva (OAB 12757/AM)
William Daniel Brasil David (OAB 6796/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 13º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0158/2019

ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM) - Processo 0206521-85.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Georgios Vasillios Donsouzis - REQUERIDO: José Vieira da Silva - Ante o pagamento integral, JULGO EXTINTA a presente execução nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. Expeça-se o alvará eletrônico em espécie do valor depositado à fl. 170, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: JOSÉ MILITÃO RODRIGUES DA SILVA (OAB 12721/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: JOSÉ MILITÃO RODRIGUES DA SILVA - CEL PM R/R - Processo 0605330-32.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Atraso de vôo - REQUERENTE: Vanessa Nunes Zogahib - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Ante o pagamento realizado às fls. 127/128, inexistindo manifestação da parte exequente desfavorável ao montante pago quando oportunizada, julgo extinta a presente execução nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. Expeça-se o Alvará Judicial do valor depositado em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: LARISSA LADISLAU DA SILVA (OAB 8276/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: FÁBIO LUÍS SANCHES DE PAULA (OAB 8879/AM) - Processo 0611410-17.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: JOSÉ AZEVEDO DE LIMA - REQUERIDO: Aymorè Crédito Financiamento e Investimento S.A. - Ante a manifestação da parte executada à fl. 162, JULGO EXTINTA a presente execução nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. Expeça-se o Alvará Eletrônico em espécie do valor depositado à fl. 157 em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0612840-33.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Iracema Silva de Sena Neta - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o pagamento realizado à fl. 123, existindo manifestação da parte exequente favorável ao montante pago, julgo extinta a presente execução nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. Expeça-se o alvará eletrônico do valor depositado à fl. 123 em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: FABIANA COSTA MATTOS (OAB 12417/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0614712-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Wellington Lopes da Costa - REQUERIDO: Rio Solimoes Distribuidora - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, nos termos do art. 51, inciso II, da Lei n. 9.099/95. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0623884-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Vanessa dos Santos Albuquerque - Posto isso, julgo extinta a presente demanda sem análise do mérito, nos termos do art. 51, inciso III, da Lei 9.099/95. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0623885-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Vanessa dos Santos Albuquerque - Posto isso, julgo extinta a presente demanda sem análise do mérito, nos termos do art. 51, inciso III, da Lei 9.099/95. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: DANYELA CHRISTINA ARAÚJO CÂMARA (OAB 14308/AM) - Processo 0623931-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antonio Mariano de Assis - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, nos termos do art. 51, inciso II, da Lei 9.099/95. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-

se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: FÁBIO BACRY ANDRADE (OAB 8122/AM) - Processo 0623943-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Fábio Bacry Andrade - De ordem, fica designado o dia 23/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Danyela Christina Araújo Câmara (OAB 14308/AM)
Fabiana Costa Mattos (OAB 12417/AM)
Fábio Bacry Andrade (OAB 8122/AM)
Fábio Luís Sanches de Paula (OAB 8879/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
José Militão Rodrigues da Silva - Cel PM R/R
José Militão Rodrigues da Silva (OAB 12721/AM)
Larissa Ladislau da Silva (OAB 8276/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0182/2019

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM) - Processo 0200740-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Ernane da Silva Nogueira - REQUERIDO: Carlos Kelvin Costa Candeira - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO EXTINTO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO o feito pela motivação jurígena da qual me ocupei, proferindo Sentença à luz do artigo 487, inc. II do Código de Processo Civil. Isenção de custas e honorários advocatícios à inteligência do que dita o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: DANIELLE CRISTINE DE CARVALHO CORDEIRO (OAB 10414/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: JOÃO AUGUSTO DE SOUZA MUNIZ (OAB 203012/SP) - Processo 0604811-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Humberto Gomes de Lima - REQUERIDO: Movida Locação de Veiculos S.a - Tam Linhas Aéreas S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial e o fato nos seguintes termos: a) CONDENAR a ré Tam Linhas Aéreas ao pagamento do valor de R$ 63,63 (sessenta e três reais e sessenta e três centavos), a título de danos materiais, incindindo-se juros de mora a contar da data do evento danoso, qual seja, 29 de dezembro de 2018 e correção monetária de 1% (um por cento) ao mês a contar da data do efetivo prejuízo, qual seja, 04 de outubro de 2018; b) CONDENAR a Ré Tam Linhas Aéreas ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), incidindo-se juros de mora a contar da data da citação e correção monetária de 1% (um por cento) ao mês a contar do arbitramento, à inteligência da Súmula 362, do STJ. Quanto à ré Movida Locação de Veículos, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO o feito pela motivação jurígena da qual me ocupei, proferindo Sentença à luz do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil de 2015. Isenção de custas e honorários advocatícios à inteligência do que dita o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: CARLOS HENRIQUE DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 8263/AM), ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0605839-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Aldemira Barbosa Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) DECLARAR quitado o contrato referente ao cartão com número final 9034, bem como inexistente qualquer débito dele decorrente ; b) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 6.724,50 (seis mil, setecentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos) e de todo valor comprovadamente descontado no curso do processo a partir de 01/08/2019, a título de dano material, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), incidindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Determinar à Secretária, que emita ofício à SEAD para baixa definitiva dos descontos realizados no contracheque de matrícula 2915-7A da parte autora a título BMG Cartão, sem prejuízo da restituição de eventual desconto posterior.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0606820-26.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: James Dean Nogueira Tavares - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) DECLARAR quitado o empréstimo; b) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 10.008,66 (dez mil e oito reais e sessenta e seis centavos) e de todo valor comprovadamente descontado no curso do processo, a título de dano material, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), incidindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Determinar à Secretária, que emita ofício à SEAD para baixa definitiva dos descontos realizados no contracheque da parte autora a título de OLE Bonsucesso Cartão, sem prejuízo da restituição de eventual desconto posterior.

ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0608591-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ana Jubileia Cavalcante Soares - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) DECLARAR quitado os débitos decorrente do contrato de cartão de crédito consignado objeto desta demanda; b) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 5.569,93 (cinco mil, quinhentos e sessenta e nove reis e noventa e três centavos), e de todo valor comprovadamente descontado no curso do processo, a título de dano material, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), incidindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Determinar à Secretária, que emita ofício à SESEG para baixa definitiva dos descontos realizados no contracheque da parte autora a título BMG CARTÃO CRED sem prejuízo da restituição de eventual desconto posterior.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0609132-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro -

REQUERENTE: Rosemary Assuncao Mello - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) DECLARAR quitado os débitos decorrente do contrato de cartão de crédito consignado objeto desta demanda; b) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 5.900,03 (cinco mil, novecentos e três centavos), e de todo valor comprovadamente descontado no curso do processo, a título de dano material, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), incidindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Determinar à Secretária, que emita ofício à SESEG para baixa definitiva dos descontos realizados no contracheque da parte autora a título BMG CARTÃO CRED sem prejuízo da restituição de eventual desconto posterior.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: PEDRO HENRIQUE BARROS DE SENA (OAB 13600/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB 14300/AM) - Processo 0612027-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Deise Nilciane Ferreira de Souza - REQUERIDO: Map Linhas Aereas S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: MARIA HELENA AGUIAR COIMBRA (OAB 12931/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0615096-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria de Nazare Andrade da Silva - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a demanda, proferindo sentença com base no art. 487, I, do CPC.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0615869-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Teresa de Sousa Pereira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os seguintes pedidos da inicial e faço nos seguintes termos: a) EXCLUIR das faturas a contar de novembro/2014 e subsequentes a cobrança do serviço de coleta de esgoto: quanto as vencidas determino a revisão para cobrança do serviço de água, devendo o valor total do débito ser dividido em tantas parcelas quanto forem as faturas cobradas indevidamente a serem incluídas em faturas futuras; quanto as vincendas a cobrança não deve ser feita enquanto não houver comprovada prestação do serviço, sob pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por cada cobrança indevida; b) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 2.679,62 (dois mil, seiscentos e setenta e nove reais e sessenta e dois centavos), , a título de repetição de indébito, incidindo-se juros oficial e correção monetária oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0616826-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mateus Almeida da Cunha - REQUERIDO: NS2.COM INTERNET S.A. (NETSHOES) - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM), ADV: BIANCA PRISCILLA ANJOS DE SOUZA (OAB 13526/AM), ADV: FERNANDO FRANCISCO MARQUES PEREIRA CUNHA (OAB 13429/AM), ADV: DANIELLE DE AZEVEDO CARDOSO (OAB 56347/BA) - Processo 0617123-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fernando Francisco Marques Pereira Cunha - REQUERIDO: Ingresso Fly (Marcelo José Coutinho Lins - Me) - Mercado Pago (Mercado Livre) - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0617281-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mylla Christie Dorgam Cunha - REQUERIDO: M.e.M. Comércio de Produtos Eletro-eletrônicos Ltda.(Irestore) - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP), ADV: LOPES, DOMINGUES SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 17439/SP), ADV: EDGAR SILVA SANTOS (OAB 2090/AM) - Processo 0617327-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Christian Felix de Oliveira - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: DANIELA MORGANTINI TAVARES TEMPESTA (OAB 8411/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 808A/PE) - Processo 0617350-55.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Adriana Najar de Souza - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO VASCONCELOS (OAB 5794/AM) - Processo 0618249-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Iviane Guimarães da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-

se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA (OAB 6533/AM), ADV: PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA (OAB 8478/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM) - Processo 0618978-50.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Rogeria Teixeira Waughan - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os seguintes pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) DECLARAR a nulidade do contrato entabulado entre as partes, consequentemente, declarando quitado qualquer débito dele decorrente; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), incidindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do arbitramento. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC. Determinar à Secretária, que emita ofício à SEAD para baixa definitiva dos descontos realizados no contracheque da parte autora a título BMG Catão, sem prejuízo da restituição de eventual desconto posterior.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0620090-20.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Oziel Pontes Barbosa - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: RICARDO DA CUNHA COSTA (OAB 5737/AM) - Processo 0623887-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcelo da Cunha Costa - Averbo-me impedida de atuar no presente feito, nos nos termos do art. 144, IX do CPC/15, o qual transcrevo: Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado. Destarte, considerando que essa julgadora ajuizou ação em face do réu, exsurge impedimento para atuar no presente processo, razão pela qual ordeno sua redistribuição ao meu substituto legal, dando-se baixa na distribuição. Demais providências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM) - Processo 0633160-15.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antônia Gomes da Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

Andrei Farias de Barros (OAB 6074/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bianca Priscilla Anjos de Souza (OAB 13526/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Carlos Henrique da Silva César Pires (OAB 8263/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 808A/PE)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Daniela Morgantini Tavares Tempesta (OAB 8411/AM)
Danielle Cristine de Carvalho Cordeiro (OAB 10414/AM)
Danielle de Azevedo Cardoso (OAB 56347/BA)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edgar Silva Santos (OAB 2090/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Francisco Marques Pereira Cunha (OAB 13429/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francicleia da Silva Machado Matos (OAB 11119/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
João Augusto de Souza Muniz (OAB 203012/SP)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Lopes, Domingues Sociedade de Advogados (OAB 17439/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB 14300/AM)
Marcos Antônio Vasconcelos (OAB 5794/AM)
Maria Helena Aguiar Coimbra (OAB 12931/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Nathalia Cristina Santos Gabriel (OAB 13524/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Sérgio de Oliveira (OAB 8478/AM)
Pedro Henrique Barros de Sena (OAB 13600/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Ricardo da Cunha Costa (OAB 5737/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Suelen Guedes Barbosa (OAB 6533/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)

16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL IRLÂNDIA MENDES QUEIROZ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0197/2019

ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM) - Processo 0200580-37.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: LOGOS VEÍCULOS - Analisando os argumentos da inicial e da defesa, a audiência de instrução e julgamento se faz indispensável, ante a necessidade de dilação probatória para dirimir o caso concreto. Assim, designo o dia 12/11/2019 às 11:00h para realização de Audiência de Instrução e Julgamento, oportunidade que serão ouvidas pessoalmente as partes e testemunhas em número máximo de 03 (três). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM) - Processo 0201777-61.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: WALDA VITOR DOS SANTOS - REQUERIDA: WANNESSA PINHEIRO - LITSPASSIV: MDL CLINICA ODONTOLÓGICA - De ordem, fica designado o dia 11/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RIBEIRO & FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 597/AM), ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM), ADV: MOACIR BRILHANTE DOS SANTOS (OAB 13088/AM) - Processo 0600376-25.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Edinei Ferreira Corrêa - Cosma Ramos Brandet - REQUERIDO: Matos & Ribeiro Industria e Comercio de Farinaceos e Condimentos Ltda - Matos & Ribeiro Industria e Comercio de Farinaceos e Condimentos Eireli Me - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação, com fulcro no artigo 487, I, do CPC, para: I DECLARAR INEXISTENTE O CONTRATO E INEXIGÍVEL o débito que originou a inscrição negativa entre Requerida Matos Ribeiro Industria e Comercio de Farinaceos e Condimentos Ltda e a parte Requerente Cosma Ramos Brandet. Como consectário lógico, DETERMINAR à Requerida cancele os registros negativos a seu custo perante O 1º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Letras e 2º Ofício de Registro de Imóveis e Prostesto de Letras, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária astreintes de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$5.000,00 (cinco mil reais). II - CONDENAR a parte Requerida Matos Ribeiro Industria e Comercio de Farinaceos e Condimentos Ltda, nos termos dos artigos 6º, VI, 14, e 42, "caput", todos do CDC, pagar a parte Requerente Cosma Ramos Brandet a quantia de R$ 6.000,00 (seis mil reais), a título de indenização por danos morais. Esta indenização deverá ser acrescida de juros legais e correção monetária pelo INPC a contar desta data. III - JULGAR IMPROCEDENTE o pleito de indenização por danos morais pretendido por Edinei Ferreira Corrêa. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), transcorrido o prazo de 05 dias, arquivem-se os autos. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: RIBEIRO & FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 597/AM), ADV: MOACIR BRILHANTE DOS SANTOS (OAB 13088/AM), ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM) - Processo 0600376-25.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Edinei Ferreira Corrêa - Cosma Ramos Brandet - REQUERIDO: Matos & Ribeiro Industria e Comercio de Farinaceos e Condimentos Ltda - Matos & Ribeiro Industria e Comercio de Farinaceos e Condimentos Eireli Me - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602042-95.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Eunice Silva de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$22.231,86, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM) - Processo 0602123-44.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Global GNZ Transportes Ltda. - Diante do requerimento do Exequente às fls. 85/86, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 26.372,75, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: JOSÉ JÚLIO CÉSAR CORRÊA (OAB 7810/AM) - Processo 0602214-08.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Protesto Indevido de Título - EXEQUENTE: LUIZ RAFAEL PINHEIRO DA SILVA - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos (fl. 136). Manaus, 26 de agosto de 2019.

ADV: DEYVIZON ALVES DO NASCIMENTO (OAB 9357/AM) - Processo 0602549-56.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 257/277, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 13.157,62, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0604037-80.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Condomínio - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Arboretto - Intime-se o exequente para apresentar planilha de cálculo com os valores que entende devidos, no prazo de 5 (cinco) dias. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM) - Processo 0604300-78.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Susy Ferreira Azevedo - REQUERIDO: Centro Universitário do Norte - Uninorte - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 925A/AM), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0604720-20.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Nelvanize Nascimento da Silveira - REQUERIDO: Banco Bmg S\\\<a - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, caso haja concordância, informar os dados bancários para expedição de alvará eletrônico, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento." Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0605148-65.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - De ordem, expeça-se alvará referente ao valor incontroverso depositado pelo requerido (fl. 282). Diante do requerimento do Exequente às fls. 285/286, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 996,61, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ADJAILSON SILVA FIGUEIRA DE SOUZA (OAB 8620/AM), ADV: FIGUEIRA & NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 572/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0605170-60.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Rosimar Servilha da Costa - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$ 1.160,75, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento

deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: ALAN CARLOS VASCONCELOS AGUIAR (OAB 13538/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0606358-54.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Silvanira Liberato Alves - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$ 2.128,55, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: PEDRO MORAIS DE BRITO JUNIOR (OAB 10803/AM) - Processo 0607190-53.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - RECLAMANTE: Oziel Braga da Silva - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: RAYSSA AYALA MENDES FERREIRA (OAB 19396/MT) - Processo 0607193-08.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Leandro Santos da Silva - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: PRISCILA NEVES SILVA COSTA (OAB 12879/AM), ADV: RAQUEL TINÔCO NÉIA (OAB 10222/AM) - Processo 0607218-21.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nereu de Oliveira Pinheiro - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: LENYLCE SOUZA REIS (OAB 9488/AM) - Processo 0607224-28.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Ericka Pinheiro Ferreira - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607230-35.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Denis A. Teixeira - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607267-62.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Manoel Tomé de S. - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607270-17.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Manoel Tomé de S. - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607274-54.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Cristóvão Rondeiro Guimarães Carvalho - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607275-39.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Cristóvão Rondeiro Guimarães Carvalho - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607293-60.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Marcelo da Rocha Gomes - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: MARIA ÉLIA AIRES ANUNCIAÇÃO (OAB 12522/AM) - Processo 0607296-15.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Rafael Cardoso Gomes - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0607304-89.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: João Rego Freire - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM) - Processo 0607365-47.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdimento de Bens - REQUERENTE: Expedito Cardoso do Lago - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0607395-53.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Demetrio Queiroz de Vasconcelos - Analisando a petição de fls. 225/256, constato que a parte requerente pleiteia a restituição de valores que foram descontados em seu contracheque após a propositura desta demanda. Ocorre que tal período não foi objeto de análise do caso dos autos. Logo, a eventual restituição destes valores deve ser pleiteada em uma nova demanda. Desta forma, intime-se o requerente para que refaça seus cálculos, em conformidade com as diretrizes estipuladas no acórdão de fls. 215/220, no prazo de 10 (dez) dias. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM) - Processo 0609397-93.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marlene Mafra Coimbra - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimo a parte autora para que, no prazo de 5 (cinco) dias, junte aos autos os cálculos referentes aos valores executados, sob pena de indeferimento.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0609773-79.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 173/174, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 2.020,00, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0611314-50.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rosaelaine Ramos Smith da Rocha - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$31.905,84, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: SANDRO MARCELO SILVA DE SOUZA (OAB 10042/AM) - Processo 0611876-59.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: Jane Leal Brito (Restaurante Mestre da Refeição) - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos (fls. 81/82). Manaus, 26 de agosto de 2019.

Adjailson Silva Figueira de Souza (OAB 8620/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alan Carlos Vasconcelos Aguiar (OAB 13538/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Carlos Alberto Baião (OAB 925A/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
DEYVIZON ALVES DO NASCIMENTO (OAB 9357/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fabiana Rodrigues de Oliveira (OAB 12308/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Figueira & Nascimento Sociedade de Advogados (OAB 572/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
José Júlio César Corrêa (OAB 7810/AM)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Lenylce Souza Reis (OAB 9488/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Maria Élia Aires Anunciação (OAB 12522/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Moacir Brilhante dos Santos (OAB 13088/AM)
Pedro Morais de Brito Junior (OAB 10803/AM)
Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB 11063/AM)
Priscila Neves Silva Costa (OAB 12879/AM)
Raquel Tinôco Néia (OAB 10222/AM)
Rayssa Ayala Mendes Ferreira (OAB 19396/MT)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Ribeiro & Farias Advogados Associados (OAB 597/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Sandro Marcelo Silva de Souza (OAB 10042/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0199/2019

ADV: ROSANE ROMERO RAVAZI (OAB 8063/AM), ADV: ERONILDE SILVA DE MORAIS (OAB 255127/SP), ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0606458-43.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Andrade e Menezes Logística e Transporte Ltda - Jbc Logistica - EXECUTADO: Costeira Transportes e Serviços Ltda - Reporto-me aos Embargos de Declaração opostos às fls. 221-229 contra a sentença proferida às fls. 32-33, esta que teve seu trânsito em julgado operado em 23/07/2018, conforme certidão à fl. 36. Na dinâmica processual, é imprescindível a existência e a observação dos prazos peremptórios. Desta forma, não conheço recurso ante a sua intempestividade.

Eronilde Silva de Morais (OAB 255127/SP)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Rosane Romero Ravazi (OAB 8063/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL IRLÂNDIA MENDES QUEIROZ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0195/2019

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ELSON MARCELO LIMA DE SOUZA (OAB 9903/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0200454-21.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: RONALDO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de fls. 182-183 e 185-186. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0200488-59.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação, para: DETERMINAR à Requerida proceder com a retificação dos faturamentos que se encontram em aberto e os vindouros no valor de 39,90, bem como, o cancelamento dos serviços de terceiro (seguro), no prazo de 15 dias. Em caso de desobediência será aplicado multa astreintes de R$300,00 (trezentos reais) por cada faturamento indevido encaminhado à parte autora, estabelecendo o limite de R$6.000,00 (seis mil reais). E, ainda CONDENAR a Requerida pagar à Requerente a quantia de R$1.500,00 (mil e quinhentos reais), acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG) - Processo 0200534-48.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Analisando os argumentos da inicial e da defesa, a audiência de instrução e julgamento se faz indispensável, ante a necessidade de dilação probatória para dirimir o caso concreto. Assim, designo o dia 13/11/2019 às 11:30h para realização de Audiência de Instrução e Julgamento, oportunidade que serão ouvidas pessoalmente as partes e testemunhas em número máximo de 03 (três). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDMILSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 3185/AM) - Processo 0200581-22.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: LENIS GASTÃO NICOLAU DE MELO - A audiência de instrução e julgamento se faz indispensável ante a necessidade de dilação probatória para dirimir o caso concreto. Assim, designo o dia 28/11/2019 às 10:30h para realização de Audiência de Instrução e Julgamento, oportunidade que serão ouvidas pessoalmente as partes e testemunhas em número máximo de 03 (três). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM) - Processo 0200601-81.2017.8.04.0020 - Procedimento do

Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Designo o dia 27/11/2019 às 10:30h para realização de Audiência de Instrução e Julgamento, oportunidade que serão ouvidas pessoalmente as partes e testemunhas em número máximo de 03 (três). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM) - Processo 0201458-93.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: DILMA FERREIRA FALCÃO - LITSPASSIV: BradesCard S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: AMANDA BRENDA FLORÊNCIO BRASIL (OAB 14015/AM) - Processo 0202587-36.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: JAQUELINE FLORENCIO DA SILVA - Diante do requerimento do Exequente às fls. 36/40, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 1.409,61, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: MARIA MADALENA A. GONÇALVES (OAB 119757/SP) - Processo 0202598-65.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: BORTOLETTO PERFUMARIA LTDA - ME - Analisando os argumentos da inicial e da defesa, a audiência de instrução e julgamento se faz indispensável, ante a necessidade de dilação probatória para dirimir o caso concreto. Assim, designo o dia 09/10/2019 às 10:30h para realização de Audiência de Instrução e Julgamento, oportunidade que serão ouvidas pessoalmente as partes e testemunhas em número máximo de 03 (três). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM) - Processo 0202613-34.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Diante da oposição ao julgamento antecipado e para não ferir o contraditório e ampla defesa, a audiência de instrução e julgamento se faz indispensável. Designo o dia 27/11/2019 às 11:00h para realização de Audiência de Instrução e Julgamento, oportunidade que serão ouvidas pessoalmente as partes e testemunhas em número máximo de 03 (três). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JULIANA INOUE MARIANO ARAÚJO (OAB 261052/SP) - Processo 0205214-18.2015.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: IVONE CASTRO DA SILVA DOS SANTOS - Diante do teor da certidão de fls. 108, intime-se o exequente para indicar bens de propriedade do executado, ou requerer o que achar de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ERICK DA SILVA NOBRE (OAB 10430/AM) - Processo 0206138-58.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: Ricardo de Aragão Lima - Defiro o pedido de fls. 105/112, com fulcro no art. 790, IV do NCPC. Inclua-se o nome do cônjuge da executada, sr. Raimundo Thury de Castro Júnior (CPF 002.057.311.12), no pólo passivo desta demanda. Redirecione-se a execução para o cônjuge da executada. Proceda-se pesquisas junto aos sistemas Bacenjud e Renajud. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM) - Processo 0206380-17.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: TELEFONICA BRASIL - VIVO S/A - Diante da comprovação de pagamento em fls. 199, DETERMINO: 1 - que seja expedido alvará em favor do requerente no valor de R$ 7.523,38 (sete mil, quinhentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos); 2 - que a importância de R$ 1.200,00 (um mil, duzentos reais), referente a 20% (vinte por cento) de honorários de sucumbência, seja transferida para o Fundo Especial da Defensoria Pública (FUNDEP - CNPJ 19.421.427/0001-91), que possui conta na instituição Banco do Braisl, agência 3563-7, conta corrente n° 9229-0.

ADV: MYLENE COSTA MACIEL FAÇANHA (OAB 4835/AM) - Processo 0206774-92.2015.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: Antônio Brito da Costa - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: SAMANTHA DE SOUZA PENHA (OAB 13297/AM), ADV: YURI GUILHERME CAVALCANTE RAMOS (OAB 11017/AM), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ) - Processo 0600040-21.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Vitorino Ferreira Lima - REQUERIDO: Banco Itaú Consignado S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JONATAS PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 14122/AM) - Processo 0600312-15.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rogerio Araujo de Mendonça - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$9.469,69, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0600391-28.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Maria Dagoberto dos Reis - EXECUTADO: Lojas Riachuelo S/A - REQUERIDO: Cielo S/A - Defiro o pedido de fls. 298. Expeça-se alvará referente ao valor incontroverso depositado pela devedora Lojas Riachuelo (fls. 271). À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0600420-44.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Patricia de Arruda Scherock Froes - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Vistos, Apesar de a parte Reclamante Patricia de Arruda Scherock Froes, estar ciente de seu dever de comparecer pessoalmente às audiências, assim não o fez, incidindo nos termos da determinação legal do art. 51, I, da Lei dos juizados especiais nº 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu conseqüente ARQUIVAMENTO. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RAIMUNDO SIMÃO JERÔNIMO FILHO (OAB 13056/AM) - Processo 0600468-03.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Izabel Guerreiro Lopes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante do pedido de fls86/88, designo o dia 13/11/2019 às 11:00h para realização de Audiência de Instrução e Julgamento, oportunidade que serão ouvidas pessoalmente as partes e testemunhas em número máximo de 03 (três). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 1873A/AP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM) - Processo 0600478-47.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Vander dos Santos Seixas - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM) - Processo 0600632-65.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Samara Batista da Silva - REQUERIDO: BradesCard S/A - Vistos, Apesar de a parte Reclamante Samara Batista da Silva, estar ciente de seu dever de comparecer pessoalmente às audiências, assim não o fez, incidindo nos termos da determinação legal do art. 51, I, da Lei dos juizados especiais nº 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu conseqüente ARQUIVAMENTO. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: PAULO FELIPE SARAIVA DA SILVA (OAB 10242/AM) - Processo 0600770-32.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Marcos de Oliveira Dias - REQUERIDO: Apeam (Associação dos Praças do Estado do Amazonas) - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0600875-09.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Ednaldo Ribeiro Farias - REQUERIDO: Claro S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FRANK JÚNIOR MENEZES DO NASCIMENTO FILHO (OAB 13805/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0600964-32.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: José Maria Moura dos Santos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: DIEGO CID VIEIRA PRESTES (OAB 7805/AM) - Processo 0600973-91.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Rosevania de Oliveira Martins - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0601025-58.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - arquivamento

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0601045-49.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM) - Processo 0601049-86.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: AYRTON RUY GIUBLIN NETO (OAB 42395/PR), ADV: MARIO JORGE CARDOSO MELO (OAB 10894/AM) - Processo 0601105-51.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Edinelson Pinheiro dos Santos - REQUERIDO: Boletobancario.com Tecnologia de Pagamento Ltda - Defiro o pedido de exclusão da lide pretendido pela parte autora referente à empresa NFA INTERMEDIAÇÕES EIRELI (fl.76/77). No tocante ao julgamento antecipado da lide, indefiro-o. Porquanto, a audiência de instrução e julgamento se faz indispensável, ante a necessidade de dilação probatória para dirimir o caso concreto. Assim, designo o dia 28/11/2019 às 11:00h para realização de Audiência de Instrução e Julgamento, oportunidade que serão ouvidas pessoalmente as partes e testemunhas em número máximo de 03 (três). À Serventia para excluir dos autos virtuais a empresa NFA INTERMEDIAÇÕES EIRELI. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0601114-13.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Roiany de Castro Farias - REQUERIDO: Netflix Entretenimento Brasil Ltda. - Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANDRÉ PERUZZOLO (OAB 143567/SP) - Processo 0601115-95.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Roiany de Castro Farias - REQUERIDO: Studio Z - Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV:

MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0601117-65.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Roiany de Castro Farias - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: SÉRGIO SAHDO MEIRELES JÚNIOR (OAB 13241/AM) - Processo 0601154-63.2017.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Instituto Educacional Hilda Ferreira (C Meireles da Costa) - Defiro o pedido de fls. 119. À secretaria para providências.

ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM), ADV: ANDERSON ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5059/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0601181-75.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edinaldo Franco da Silva - REQUERIDO: Sul América Companhia Nacional de Seguros - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0601302-74.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0601307-96.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0601311-36.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM) - Processo 0601317-43.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: FERNANDO FRANCISCO MARQUES PEREIRA CUNHA (OAB 13429/AM) - Processo 0601323-79.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Erick Felipe da Silva Vieira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM) - Processo 0601333-94.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Joana de Sousa Lima - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0601346-93.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0601358-10.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Gloria Dolores Seabra Valente - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM) - Processo 0601465-83.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Gessiane Quitiliano da Silva e Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Isso posto, em deferimento ao pedido juntado aos autos em fls. 211 pela parte Requerente, julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do CPC. Sem custas no primeiro grau de jurisdição.

ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0601465-83.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Gessiane Quitiliano da Silva e Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Isso posto, em deferimento ao pedido juntado aos autos em fls. 211 pela parte Requerente, julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do CPC. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. P.R.I.C.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 20335/PE), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0601527-26.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: José Raimundo Freitas Fontão - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Intime-se o autor para, no prazo de 5 dias, apresentar sua renda dentro do parâmetros estabelecidos pelo Enunciado 06, do Fórum Permanente do Amazonas de Juizados Especiais (FOAMJE), senão, vejamos: “Enunciado 06: O benefício de gratuidade judiciária pode ser concedido, sem maiores

perquirições, aos que tiverem renda mensal de até 05 (cinco) salários mínimos". À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 20335/PE), ADV: EDMAR MACIEL DE OLIVEIRA (OAB 14032/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0601545-47.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tatiana Campos de Oliveira - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARIA VICTÓRIA PEREIRA GONÇALVES (OAB 13225/AM) - Processo 0601623-75.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Zânia Regina Ferreira Pereira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls.160/162, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM) - Processo 0601645-02.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jorge Adriano Moreira Marques - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JARSON ARIDAY DA SILVA COSTA (OAB 741A/AM) - Processo 0601660-68.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Maicon Cardoso - INTIME-SE a parte autora para comparecer à audiência de instrução e julgamento designada para o dia 27/11/2019 às 10:00h, oportunidade que serão ouvidas pessoalmente a parte e testemunhas em número máximo de 03 (três). Cumpra-se.

ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM) - Processo 0601690-40.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Ana Paulla Freitas de Carvalho - REQUERIDO: Rufino Comércio de Alimentos Ltda (baratão da Carne Supermercados) - Banco Triângulo S.a - Ante o exposto, com fulcro no artigo 487, inciso I, do CPC, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados pelo autor. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ZULENIR SANTOS DE MENEZES (OAB 9411/AM) - Processo 0601700-50.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Ivaldo Xavier Pinto - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC, para: DECLARAR INEXIGÍVEIS os débitos entre Requerida e a parte Requerente. Como consectário lógico, DETERMINAR à Requerida que se abstenha de encaminhar cobranças, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa astreintes por cada cobrança indevida no valor de R$100,00 (cem reais), até o limite de R$2.000,00 (dois mil reais). Julgar improcedente o pleito de indenização por dano moral. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: OLÍVIA MARIA ASSIS CAMPOS COUTO (OAB 4212/AM), ADV: JOICE MOTA DOS SANTOS (OAB 12714/AM) - Processo 0601777-59.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Whlleane Moreira de Oliveira - Max Lira Oliveira - REQUERIDO: Ótica Visual - Banco Losango S.a. (Hsbc Finance Brasil S/A - Banco Múltiplo) - Diante do exposto JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pleitos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC, para: I - DECLARAR rescindido o contrato de compra e venda. Por via consequência, CONDENAR às Requeridas solidariamente a pagar o valor de R$400,00 (quatrocentos reais) a título de danos materiais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a contar da citação. II - CONDENAR exclusivamente empresa Ótica Visual pagar á parte autora na quantia de R$2.000,00, a título de danos morais. Monta que deverá ser acrescida de correção monetária pelo INPC e juros legais a contar desta data. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). No trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0601795-80.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Batista Canaã - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls.42/43*, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0601807-94.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tania Maria da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0601894-50.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Cristina Botelho Seixas - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM), ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0602177-73.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Altamir Nonato da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Previplan Clube - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo,

com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM) - Processo 0602197-64.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Armando Marinho Belem - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Pelo exposto, com fulcro no artigo 487, inciso I, do CPC, julgo IMPROCEDENTE a demanda, rejeitando os pleitos autorais. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0602209-78.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luciene Soares da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ADRIANA VIEIRA FERREIRA (OAB 11924/AM) - Processo 0602264-97.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERIDA: Arlene Bezerra de Souza - Tendo em vista que a audiência iniciada às fls.104/105 serviu para sanear o processo e garantir a inclusão no polo ativo da proprietária do veículo. E, ainda tendo em vista a existência de controvérsias a serem dirimidas em instrução probatória, designo o dia 03/12/2019 às 11:00h para dar continuidade a Audiência de Instrução e Julgamento, oportunidade que serão ouvidas pessoalmente as partes e testemunhas em número máximo de 03 (três). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0602280-80.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Francinete Vieira Abreu - Em deferimento ao pedido juntado aos autos em fls. 136 pelo requerente, julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do CPC. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e independente de intimação das partes, inteligência do § 10 do art. 51 da lei de regência dos Juizados Especiais. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. P.R.Arquivem-se

ADV: KYARA TRINDADE BARBOSA (OAB 13913/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM) - Processo 0602287-72.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Priscila Mendonça de Medeiros - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de redesignação de audiência ante a justificativa apresentada (fls.87/89). Assim, designo o dia 21/11/2019 às 11:00h para realização de Audiência de Instrução e Julgamento, oportunidade que serão ouvidas pessoalmente as partes e testemunhas em número máximo de 03 (três). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0602304-11.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Regina da Silva - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0602312-85.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Victor Augusto de Souza Correa César - Ex positis, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para CONDENAR a Requerida a pagar ao Requerente a quantia de R$7.000,00 (sete mil reais), a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: JOÃO THOMAZ PRAZERES GONDIM (OAB 162337/MG), ADV: TELMA MARIA SILVA DE MELLO (OAB 10202/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0602480-87.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Substituição do Produto - REQUERENTE: Elenir de Souza Oliveira - REQUERIDO: Lojas Americanas S.A. - Ex positis, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE, rejeitando os pleitos na forma do artigo 487, I, do CPC. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0602481-72.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Alfredo Ribeiro de Carvalho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nos termos da certidão de fl. antecedente, verifico que o recorrente deixou de recolher o custas e preparo judiciais exigidas à admissibilidade do recurso inominado de fls. 124-133, conforme determina o art. 3° do Provimento CGJ n. 256/2015 c/c o art. 42, §1.º, da Lei 9.099/95,. Observo, por oportuno, que, em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168, segundo o qual, "Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015". Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade, denego seguimento, por deserção, ao recurso inominado. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCO ROBERTO COSTA PIRES DE MACEDO (OAB 16021/BA) - Processo 0602564-88.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Monica de Oliveira Monteiro - REQUERIDO: Zurich Seguros - Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0602631-53.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria Claudecy Firmino Vasque - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0602632-38.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria Claudecy Firmino Vasque - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC para: DECLARAR inexistente a autorização para desconto entre as partes e, por via de consequência, DETERMINAR à Requerida que se abstenha de lançar novos descontos no prazo de 15 dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreintes de R$500,00 (quinhentos reais) por cada desconto, estabelecendo o limite de R$10.000,00 (dez mil reais). CONDENAR a Requerida Banco Bradesco S.A. pagar à parte Requerente o valor de R$3.112,42 a titulo de danos materiais, acrescido de correção monetária (INPC) a partir do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação; E, ainda CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C. Jaci Cavalcanti Gomes Atanazio Juíza de Direito

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM) - Processo 0602646-22.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Esmeraldina Faustino Carvalho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, com fulcro no artigo 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, para: DECLARAR a inexigibilidade dos faturamentos com referência em 11/2018 e 12/2018. Por via de consequência, DETERMINAR à Requerida que retifique as cobranças para o valor mínimo da classe, no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreintes de R$200,00 (duzentos reais) por cada cobrança indevida encaminhada à parte autora, estabelecendo o limite de R$5.000,00. E, ainda, JULGAR IMPROCEDENTE o pleito de indenização por danos morais. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Defiro os beneficios da gratuidade da justiça à parte autora. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0602655-81.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Celina Jacauna Carneiro - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante da oposição de julgamento antecipado da lide, designo o dia 28/11/2019 às 10:00h para realização de Audiência de Instrução e Julgamento, oportunidade que serão ouvidas pessoalmente as partes e testemunhas em número máximo de 03 (três). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0602662-73.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Edneia Correia Ribeiro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a presente reclamação, com fulcro no artigo 487, I, do CPC. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Publique-se. Registre-se. Intimem-se, se não tiverem sido intimados em audiência. Cumpra-se.

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0602689-56.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Alberto Franco Barbosa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a presente reclamação, com fulcro no artigo 487, I, do CPC. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Publique-se. Registre-se. Intimem-se, se não tiverem sido intimados em audiência. Cumpra-se.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0602696-48.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Norma Sueli da Cunha Pinto - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC para: DECLARAR inexistente o contrato entre as partes e, por via de consequência, DETERMINAR à Requerida que se abstenha de lançar novos descontos no prazo de 15 dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreintes de R$1.000,00 (mil reais) por cada desconto, estabelecendo o limite de R$10.000,00 (dez mil reais). CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$7.044,80 a titulo de danos materiais já computados em dobro, acrescido de correção monetária (INPC) a partir do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação; CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$6.000,00 (seis mil reais) a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: JEAN JAMERSON COELHO GOMES (OAB 12482/AM) - Processo 0602718-09.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcia Leal Ferreira - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC para: DECLARAR inexistente o contrato entre as partes e, por via de consequência, DETERMINAR à Requerida que se abstenha de lançar novos faturamentos no prazo de 15 dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreintes de R$300,00 (trezentos reais) por cada faturamento, estabelecendo o limite de R$6.000,00 (seis mil reais). CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$119,80 a titulo de danos materiais já contabilizados em dobro, acrescido de correção monetária pelo INPC a partir do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação; JULGAR IMPROCEDENTE o pleito de indenização por dano moral, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0602899-10.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Moacir Amaro Pimentel - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: CARLOS EDUARDO MACIEL PEREIRA (OAB 11677/CE) - Processo 0602929-45.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Jose Ribamar Rocha da Silva - REQUERIDO: Aspbras - Associação dos Servidores Públicos Brasileiros - Ex positis, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE, rejeitando os pleitos na forma do artigo 487, I, do CPC. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Defiro os beneficios da gratuidade à parte autora. P.R.I.C.

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0603015-84.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM) - Processo 0603016-69.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0603029-68.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0603041-82.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM) - Processo 0603060-88.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0603061-73.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0603063-43.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM) - Processo 0603080-79.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Tereza Cristina Barbosa Costa - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM) - Processo 0603084-19.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Benedita de Almeida Pontes - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM) - Processo 0603089-41.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Dionizia Fonseca Rodrigues - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: WILSON FILIPE DE SOUZA MATOS (OAB 14254/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: BRENDA KAREN NUNES PASSOS LIMA (OAB 13270/AM) - Processo 0603144-55.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Ernesto Santos da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0603224-19.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Zeneide Belem Gaia - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ RODRIGUES TERCEIRO FILHO (OAB 6341/AM) - Processo 0603270-42.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquivem-se os autos. Manaus, 20 de agosto de 2019

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0603329-30.2017.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Instituto Educacional Hilda Ferreira (C Meireles da Costa) - Defiro o pedido de fls. 86. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0603451-09.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lindalva Nogueira Gonzaga - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Manifeste-se a parte Embargada, no prazo de 05 (cinco) dias, dos embargos de declaração opostos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS

ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0603478-89.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: João Macena da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC para: CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$200,00 a titulo de danos materiais já computados em dobro, acrescido de correção monetária pelo INPC a partir do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação; CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM), ADV: SIDNEY COELHO (OAB 9664/AM) - Processo 0603491-30.2014.8.04.0020 (apensado ao processo 0602110-11.2019.8.04.0020) - Cumprimento de sentença - Execução Contratual - EXECUTADO: Gilmara Teixeira da Silva - TERCEIRO I: CALHEIRO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - Forte nestes fundamentos, conheço dos embargos de declaração opostos, pois presentes os requisitos de sua admissibilidade, mas rejeitos-os por não identificar omissão ou contradição na sentença combatida, mantendo-a tal qual lançada. Sem custas nem honorários, salvo recurso. P. R. I. C.

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0603566-30.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Lucio Alberto de Souza Zogahib - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Pelo exposto, com fulcro no artigo 487, inciso I, do CPC, julgo IMPROCEDENTE a demanda, rejeitando os pleitos autorais. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0603608-45.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Silvana Rocha de Seixas - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC para: I - DETERMINAR à Requerida que se abstenha de lançar indevidamente o serviço de "Mora Cred Pess", no prazo de 15 dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreintes de R$1.000,00 (mil reais) por cada desconto, estabelecendo o limite de R$10.000,00 (dez mil reais). II - CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$9.172,14 a titulo de danos materiais, acrescido de correção monetária (INPC) a partir do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação; III - CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$6.000,00 (seis mil reais) a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0603621-44.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Adelson Domingues da Sil - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC para: I - DETERMINAR à Requerida que se abstenha de lançar indevidamente o serviço de "Mora Cred Pess", no prazo de 15 dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreintes de R$1.000,00 (mil reais) por cada desconto, estabelecendo o limite de R$10.000,00 (dez mil reais). II - CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$9.801,86 a titulo de danos materiais já computados em dobro, acrescido de correção monetária (INPC) a partir do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação; III - CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$6.000,00 (seis mil reais) a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C. JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO Juíza de Direito

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0603630-74.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM) - Processo 0603635-96.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, fundamentado no art. 51, I da Lei Federal n.º 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu consequente arquivamento. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM) - Processo 0603637-66.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0603638-51.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - ARQUIVAMENTO

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0603639-36.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM) - Processo 0603647-13.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0603657-57.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos

prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0603662-79.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0603665-34.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0603667-04.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0603670-56.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria das Gracas da Conceicao de Araujo - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0603828-43.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ivana Soares Concolato - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC para: CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$274,26 a titulo de danos materiais já computados em dobro, acrescido de correção monetária pelo INPC a partir do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação; CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 373659/SP) - Processo 0604398-63.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Marifrança de Souza Machado - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Diante da prova de áudio a ser apresentado pela parte requerida, designo o dia 03/12/2019 às 10:00h para realização de Audiência de Instrução e Julgamento, oportunidade que serão ouvidas pessoalmente as partes e testemunhas em número máximo de 03 (três). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0604893-44.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0604899-51.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM) - Processo 0604901-21.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0604907-28.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - arquivamento

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0604910-80.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0604912-50.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0604914-20.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0604916-87.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0604931-56.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0604933-26.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0604939-33.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: ALINE NOVAIS CONRADO DOS SANTOS (OAB 415428/SP) - Processo 0604948-29.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXECUTADO: GRUPO FINANCEIRO COBRAFIX - COBRANÇAS EXTRAJUDICIAIS LTDA - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Exequente/Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF, CNPJ), necessários à efetivação do pagamento por meio de Alvará Eletrônico, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se-lhe o valor incontroverso.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0604963-61.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0604965-31.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0604976-60.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0604979-15.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Pedro Dias Duarte - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0604980-97.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0604983-52.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Jose Ferreira Filho - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0604986-07.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Girlene Maria Pereira Costa - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0604991-29.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Alzenir Lima da Silva - ARQUIVAMENTO

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0604993-96.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0604994-81.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0604998-21.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francisca Almeida de Souza - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos

sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NEILA DO ROSÁRIO MONTEIRO DA SILVA (OAB 11841/AM) - Processo 0605015-23.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jamiles dos Santos Dias - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação, para: I - CONDENAR a Requerida , pagar à Requerente a título de danos materiais em dobro, na quantia de R$230,00 (duzentos e trinta reais), acrescido de correção monetária (INPC) a contar do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação. II - CONDENAR a Requerida pagar à Requerente na quantia de R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0605015-57.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria de Nazaré Rodrigues Duarte - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0605028-22.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: Adson Pinho Pinto - Por todo o exposto, JULGO EXTINTOS OS PRESENTES EMBARGOS à EXECUÇÃO, sem julgamento do mérito, fazendo-o com fulcro no art. 485, IV, e seu § 3º do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado, transfira-se para conta judicial a quantia de R$6.969,86 (seis mil, novecentos e sessenta e nove reais e oitenta e seis centavos) bloqueada às fls. 73-74 e expeça-se o respectivo alvará em favor do Credor. Ademais, cumprida parcialmente a obrigação, determino o prosseguimento da presente execução por meio de penhora on-line do saldo remanescente, por meio do sistema BACENJUD, em contas do Executado. Infrutífera a medida, defiro desde já a pesquisa e constrição de veículos por meio do sistema RENAJUD. Permanecendo a inexistência de bens, expeça-se mandado de penhora e avaliação a ser cumprido por Oficial de Justiça. P. R. I. C.

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0605032-93.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - ARQUIVAMENTO

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0605032-93.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Sendo assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, e determino seu arquivamento, condeno ainda, a parte requerente ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Manaus, 21 de agosto de 2019

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0605033-78.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0605034-63.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0605036-33.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0605042-40.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0605049-32.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos, Apesar de a parte Reclamante Maria Madalena Costa Navarro, estar ciente de seu dever de comparecer pessoalmente à audiência inaugural, assim não o fez, incidindo nos termos da determinação legal do art. 51, I, da Lei dos juizados especiais nº 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu conseqüente ARQUIVAMENTO. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0605055-39.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0605059-76.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM) - Processo 0605066-68.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0605073-60.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários

advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM) - Processo 0605254-61.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0605259-83.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0605271-97.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM) - Processo 0605277-07.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0605287-51.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0605294-43.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Ana Gracy Maciel Ribeiro - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0605295-28.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Augusto Placido da Silva - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0605300-50.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0605303-05.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0605317-18.2019.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Costa e Souza Educação Infantil Ltda Me - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único do Código de Processo Civil c/c artigo 14, da Lei 9.099/95, indefiro a petição inicial e JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito (art. 485 do CPC). Sem custas e honorários advocatícios, SALVO RECURSO (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Demais providências pela Secretaria.

ADV: MARCIO CÂNDIDO DE ARAUJO (OAB 9298/AM) - Processo 0605329-37.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: FERRAGENS SERRÃO LTDA EPP - De ordem, expeça-se Mandado de intimação.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0605337-77.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: João Farias da Conceição - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0605341-17.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Josenilda Sales da Costa - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0605343-84.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Lucimar do Amaral Silva - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0605360-23.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Helena Castro Lopes - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0605365-45.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Margarete Borges Cardoso - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM) - Processo 0605374-07.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0605375-89.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM) - Processo 0605389-73.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0605766-44.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimundo da Mota Soares - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, fundamentado no art. 51, I da Lei Federal n.º 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu consequente arquivamento. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: RAIMUNDO EDSON TORRES LIMA (OAB 8732/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0605909-67.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Descontos Indevidos - EXEQUENTE: OSEAS DE SOUZA TEIXEIRA - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 52, IX, “d” da Lei n. 9.099/95, c/c art. 272, § 5º, do CPC, JULGO PROCEDENTES os EMBARGOS À EXECUÇÃO opostos, para reconhecer a nulidade do ato que intimou para cumprimento voluntário e determinar o levantamento do bloqueio realizado em contas do executado (fls. 425-426) no valor de R$24.365,91 (vinte e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e noventa e um centavos). Isento de custas e honorários advocatícios, ex vi do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Após o trânsito em julgado, prossiga-se com a execução e intime-se o Executado/Embargado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, sob pena de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, do CPC. À Secretaria para cadastramento, no sistema e-SAJ, dos advogados Luciano Mauro Nascimento Albuquerque - OAB/AM 4.732, Hendrya Karnopp Albuquerque - OAB/AM 4.018 e Henrique Lima Marinheiro - OAB/AM 9.324, os quais deverão receber as respectivas intimações direcionadas ao Requerido. P. R. I. C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065/AM), ADV: LUIZ ALEXANDRE ABREU D’ABADIA (OAB 13495/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0606329-04.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: José Jucimar Azedo Modesto - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Portanto, nos termos do art. 51, II, da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, em virtude da complexidade da matéria. Transitado em Julgado, Arquivem-se os autos Defiro os benefícios da gratuidade da Justiça. P.R.I.C.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606744-50.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Graci Cidade - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: FABIANO VÍTOR DA CRUZ SANTANA (OAB 12287/AM) - Processo 0607000-90.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - EXEQUENTE: Erondina da Silva Carvalho - ABSTENHO-ME da apreciação do pedido de antecipação de tutela. Aguarde-se data, já aprazada para o dia 01/10/2019 às 11:45h para a realização da audiência de conciliação- Instrução e Julgamento entre as partes. Intime-se a parte Requerente. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: VANESSA JANNE RODRIGUES DA COSTA (OAB 6645/AM) - Processo 0607044-12.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de Protesto - REQUERENTE: Deliane Nascimento da Silva - Ex positis, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, com fundamento no Art. 485, IV, CPC (ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo). Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0607049-39.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: ERICK FREITAS DA SILVA - EXECUTADO: BANCO BRADESCO S/A - Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 52, IX, “b” da Lei n. 9.099/95, JULGO PROCEDENTES os EMBARGOS À EXECUÇÃO opostos, para reconhecer o excesso da execução na quantia de R$1.295,31 (um mil, duzentos e noventa e cinco reais e trinta e um centavos), devendo tal valor ser desbloqueado das contas do Embargado por meio do sistema BACENJUD. Expeça-se alvará em favor do Credor/Embargado na quantia de R$1.741,46 (um mil, setecentos e quarenta e um reais e quarenta e seis centavos), depositada à fl. 184, por se tratar de saldo incontroverso. Isento de custas e honorários advocatícios, ex vi do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Ademais, satisfeita a obrigação pela parte Executada, julgo extinta a presente execução, nos termos do art. 924, II, do Código de Processo Civil. P. R. I. C.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0607120-07.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: PEDRO NORONHA MONSALVE JÚNIOR (OAB 10511/AM) - Processo 0607120-36.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Izaira Lira Lima - Diante do exposto, por reconhecer de ofício a incompetência territorial do presente feito, Extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 51, III da lei 9.099/95 e 485,IV do Código de Processo Civil, c/c resolução

12/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, devendo a demanda ser proposta pela autora no fórum que abrange a residência da parte requerida, Sem custas e honorários na forma do artigo 55, da Lei dos Juizados Especiais. Arquive-se. Cumpra-se

ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM) - Processo 0607121-89.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM) - Processo 0607124-44.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: WESLLEY SILVA DE ARAUJO (OAB 1375-A/RN) - Processo 0607167-10.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jones Pinheiro Fonseca - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum. (x) determina-se nos termos do artigo 320, do CPC, que a parte requerente

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0607172-03.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM) - Processo 0607173-85.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0607176-40.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0607215-37.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: ALBINO M. JÚNIOR (OAB 1381/AM) - Processo 0607222-15.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - EXEQUENTE: Vera Lúcia da Silva Magalhães - Defiro o pedido de fls. 892/894. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: LORENA SANTANA PIMENTEL (OAB 11224/AM) - Processo 0607232-10.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Lucideia Santana da Silva - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Ex positis, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pleitos autorais, para: CONDENAR a parte requerida pagar à restituir parte autora o valor de , R$87,82 referente ao encargos de tarifa de inserção do gravame e registro do contrato. JULGAR IMPROCEDENTE o pleito de devolução referente a tarifa de cadastro, serviços de correspondente bancário e o pleito de indenização por dano moral. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0607245-72.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0607249-12.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0607258-71.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0607266-48.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0607278-62.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação,

ARQUIVEM-SE

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0607281-17.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0607282-02.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0607287-24.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0607290-76.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0607297-68.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0607300-23.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM) - Processo 0607303-75.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0607305-45.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM) - Processo 0607309-82.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0607357-07.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Raimundo Costa Neves - Diante do requerimento do Exequente às fls. 55/59, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 19.534,96, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: CLEMILTON LÚCIO BRAÑA (OAB 10906/AM), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0607478-35.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ricardo Sampaio Benedetto - REQUERIDO: Associação do Condomínio do Sumaúma Park Shopping - Acsps - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0607616-85.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - À secretaria, para apurar a existência de saldo remanescente em benefício do credor. Após, voltem os autos conclusos.

ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0607616-85.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Conforme os cálculos do juízo (fl. 243), afere-se que não resta qualquer saldo remanescente em benefício do credor, posto que a parte requerida quitou o débito na sua integralidade. Desta forma, com relação aos pedidos de fls. 236, defiro somente o levantamento do alvará do valor depositado (fls. 235). Após o levantamento do alvará, dê-se baixa dos autos. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM) - Processo 0607727-20.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquivem-se os autos. Manaus, 22 de agosto de 2019

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0607865-84.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de

título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM) - Processo 0607882-23.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM) - Processo 0607899-59.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0607901-92.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Deleon Cerdeira Marinho - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Vistos, Apesar de a parte Reclamante Deleon Cerdeira Marinho, estar ciente de seu dever de comparecer pessoalmente às audiências, assim não o fez, incidindo nos termos da determinação legal do art. 51, I, da Lei dos juizados especiais nº 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu conseqüente ARQUIVAMENTO. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0607906-51.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - arquivamento

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0607912-58.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0607913-43.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM) - Processo 0607936-86.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria de Fatima de Jesus Araujo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0607938-56.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 20335/PE), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0608133-41.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Telefonia - EXECUTADO: Tim Celular S/A - Sendo assim, intime-se a Requerida para que, no prazo de 10 (dez) dias, demonstre nos autos que solicitou à empresa VIVO a portabilidade da linha (92) 99487-7346, de titularidade do Requerente, e que teve seu pedido negado, ou que a linha pertença a pessoa diversa. Após, com ou sem manifestação, façam-se os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0608608-94.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria da Conceição Porfirio Rosas - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, fundamentado no art. 51, I da Lei Federal n.º 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu consequente arquivamento. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: ORANDLE REDMAN AMBROSIO (OAB 10646/AM) - Processo 0608788-76.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Kelton John dos Passos Ferreira - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0609035-57.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Juliana Oliveira de Moraes - Lindalva Francelina de Oliveira Moraes - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação, para: CONDENAR a parte Requerida Alan Barboza, nos termos dos artigos 186 e 927 do CC, pagar às Requerentes Juliana Oliveira de Moraes e Lindalva Francelina de Oliveira Moraes a quantia de R$ 3.030,00 (três mil e trinta reais), a título de indenização por danos materiais, corrigidos monetariamente (INPC) a partir do ajuizamento da demanda e juros a partir da citação. E, ainda, CONDENAR a parte Requerida Alan Barboza, nos termos dos artigos 186 e 927 do CC, pagar à Requerentes Juliana Oliveira de Moraes na quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de indenização por danos morais, corrigidos monetariamente (INPC) e juros legais a contar desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), transcorrido, arquivem-se os autos, aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0609104-26.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de

título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0609108-63.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM) - Processo 0609113-85.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0609141-53.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - CONCLUSO

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0609144-08.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0609168-36.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM) - Processo 0609170-06.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0609171-88.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, fundamentado no art. 51, I da Lei Federal n.º 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu consequente arquivamento. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0609174-43.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0609179-65.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0609184-53.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Peres Loureiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC, para: DETERMINAR à Requerida que se abstenha de efetuar cobranças de saque terminal quando não atingido o limite quantitativo determinado na resolução 3.919/2010. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreintes de R$300,00 (trezentos reais) com limite de R$3.000,00; CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$469,60 (quatrocentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos) já computado em dobro a titulo de repetição do indébito, acrescido de correção monetária pelo INPC a partir do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação. JULGAR IMPROCEDENTE o pleito de indenização por dano moral. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0609184-87.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0609185-72.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0609186-57.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, fundamentado no art. 51, I da Lei Federal n.º 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu consequente arquivamento. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0609188-27.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus

Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0609189-12.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0609192-64.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0609194-34.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0609197-86.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0609202-11.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0609206-48.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0609208-18.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM) - Processo 0609214-25.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0609216-92.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: 1) Homologo o acordo por sentença, com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54); 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; 4) Transcorridos esses prazos sem provocação, ARQUIVEM-SE

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0609223-84.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - arquivamento

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0609223-84.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Sendo assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, e determino seu arquivamento, condeno ainda, a parte requerente ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Manaus, 20 de agosto de 2019

ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0609418-35.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Alda Lopes da Silva - REQUERIDO: Banco Cetelem S.a - Portanto, nos termos do art. 51, II, da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, em virtude da complexidade da matéria. P.R.I.C.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0609457-32.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Batista Canaã - Diga a parte autora, no prazo de 05 dias, sobre a certidão de fl.47. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM) - Processo 0609945-21.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquive-se os autos. Manaus, 22 de agosto de 2019

ADV: REBECA AGUIAR LARRAT (OAB 9964/AM) - Processo 0609946-06.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquive-se os autos. Manaus, 22 de agosto de 2019

ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM) - Processo 0609954-80.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus

Ambiental S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquive-se os autos. Manaus, 22 de agosto de 2019

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0611014-88.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francisco Alves de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Sendo assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, e determino seu arquivamento, condeno ainda, a parte requerente ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Manaus, 07 de agosto de 2019

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM), ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM), ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0611105-81.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Antonia Magno da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls. 195, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM) - Processo 0613920-51.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Thais Ingred de Lima Oliveira - De ordem, ante a petição de fls. 90, expeça-se nova carta de citação com aviso de recebimento.

ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM) - Processo 0613949-04.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Thaizis Ramos Pessoa - EXECUTADO: Telefônica Brasil S/A - Defiro os pedidos de fls. 223 e 226/227. Proceda-se o desbloqueio dos valores penhorados via Bacenjud. Expeça-se alvará em benefício do credor referente ao depósito efetuado pela requerida (fls. 224) À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM) - Processo 0613949-04.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Thaizis Ramos Pessoa - EXECUTADO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, nesta data remeto os autos à fila de processos encerrados.

ADV: KARLA MAIA BARROS (OAB 6757/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0614299-89.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Antônio Pereira da Silva Filho - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTES OS EMBARGOS À EXECUÇÃO. Isento de custas e honorários advocatícios, ex vi do art. 55 da Lei n. 9.099/95, salvo recurso. Após o trânsito em julgado, converta-se em pagamento a quantia depositada às fls. 409-411 e expeça-se o respectivo alvará em favor do credor, ora embargado. Por se tratar de saldo incontroverso, expeça-se o alvará, em favor do Credor, do pagamento realizado às fls. 406-408, no valor de R$11.369,51 (onze mil, trezentos e sessenta e nove reais e cinquenta e um centavos). Ademais, satisfeita a obrigação pela parte Executada, julgo extinta a presente execução, nos termos do art. 924, II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0617519-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Raimundo Xavier Rodrigues - Diante do exposto, por reconhecer de ofício a incompetência territorial do presente feito, Extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 51, III da lei 9.099/95 e 485,IV do Código de Processo Civil, c/c resolução 12/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, devendo a demanda ser proposta pela autora no fórum que abrange a residência da parte requerida, Sem custas e honorários na forma do artigo 55, da Lei dos Juizados Especiais. Arquive-se. Cumpra-se

Adriana Vieira Ferreira (OAB 11924/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan de Moura Mendes (OAB 13404/AM)
Albino M. Júnior (OAB 1381/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Aline Mikaela Garcia Gomes (OAB 9626/AM)
Aline Novais Conrado dos Santos (OAB 415428/SP)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Amanda Brenda Florêncio Brasil (OAB 14015/AM)
Anderson Ortiz Granja de Souza (OAB 5059/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Peruzzolo (OAB 143567/SP)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Ayrton Ruy Giublin Neto (OAB 42395/PR)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Brenda Karen Nunes Passos Lima (OAB 13270/AM)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Carlos Eduardo Maciel Pereira (OAB 11677/CE)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina dos Santos Viana (OAB 8361/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 20335/PE)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Clemilton Lúcio Braña (OAB 10906/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daiane Aparecida Klaus (OAB 12860/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Cid Vieira Prestes (OAB 7805/AM)
Diego da Silva Soares Cruz (OAB 21519/MT)
Diego Marinho Moraes (OAB 14664/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)
Edmar Maciel de Oliveira (OAB 14032/AM)
Edmilson Almeida de Oliveira (OAB 3185/AM)
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Elson Marcelo Lima de Souza (OAB 9903/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Erick da Silva Nobre (OAB 10430/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fabiano Vítor da Cruz Santana (OAB 12287/AM)

Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Francisco Marques Pereira Cunha (OAB 13429/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Frank Júnior Menezes do Nascimento Filho (OAB 13805/AM)
GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Ítalo Nascimento Nishiyama (OAB 8996/AM)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
Janaína Lopes Cavalcante (OAB 5872/AM)
Jarson Ariday da Silva Costa (OAB 741A/AM)
Jean Jamerson Coelho Gomes (OAB 12482/AM)
João Thomaz Prazeres Gondim (OAB 162337/MG)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
Joice Mota dos Santos (OAB 12714/AM)
Jonatas Pereira de Oliveira (OAB 14122/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Rodrigues Terceiro Filho (OAB 6341/AM)
Juliana Inoue Mariano Araújo (OAB 261052/SP)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB 12278/AM)
Karla Maia Barros (OAB 6757/AM)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
Kyara Trindade Barbosa (OAB 13913/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lorena Santana Pimentel (OAB 11224/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Alexandre Abreu D'abadia (OAB 13495/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcio Cândido de Araujo (OAB 9298/AM)
Marco Roberto Costa Pires de Macedo (OAB 16021/BA)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Madalena A. Gonçalves (OAB 119757/SP)
Maria Victória Pereira Gonçalves (OAB 13225/AM)
Mario Jorge Cardoso Melo (OAB 10894/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mylene Costa Maciel Façanha (OAB 4835/AM)
NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG)
Nathalia Cristina Santos Gabriel (OAB 13524/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Neila do Rosário Monteiro da Silva (OAB 11841/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Olívia Maria Assis Campos Couto (OAB 4212/AM)
Orandle Redman Ambrosio (OAB 10646/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Felipe Saraiva da Silva (OAB 10242/AM)
Pedro Noronha Monsalve Júnior (OAB 10511/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 1873A/AP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo Edson Torres Lima (OAB 8732/AM)
Raimundo Simão Jerônimo Filho (OAB 13056/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Rebeca Aguiar Larrat (OAB 9964/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Samantha de Souza Penha (OAB 13297/AM)
Sérgio Sahdo Meireles Júnior (OAB 13241/AM)
Sidney Coelho (OAB 9664/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Telma Maria Silva de Mello (OAB 10202/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Vanessa Janne Rodrigues da Costa (OAB 6645/AM)
Weslley Silva de Araujo (OAB 1375-A/RN)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Filipe de Souza Matos (OAB 14254/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wilson Sales Belchior (OAB 373659/SP)
Yuri Guilherme Cavalcante Ramos (OAB 11017/AM)
Zulenir Santos de Menezes (OAB 9411/AM)

17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAIO CÉSAR CATUNDA DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA MADDY FIGLIUOLO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0169/2019

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0623778-53.2019.8.04.0015 - Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular - Calúnia - QUERELANTE: Sergio Jose Silva Chalub - Certifico para os devidos fins que, a Audiência de Conciliação foi designada para o dia 24/09/2019 às 09:15h.

ADV: RAIMUNDO MÁRIO BELCHIOR DE ANDRADE (OAB 1775/AM) - Processo 0623781-08.2019.8.04.0015 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Fato Atípico - VÍTIMAFATO: Patricia do Nascimento Loureiro - Fica designada audiência de Conciliação para o dia 24/09/2019 às 09:00h.

Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Raimundo Mário Belchior de Andrade (OAB 1775/AM)

19ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO IGOR DE CARVALHO LEAL CAMPAGNOLLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL BRENO FERREIRA MORAIZ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0073/2019

ADV: MALENA FELIPE (OAB 14427/AM) - Processo 0605536-31.2019.8.04.0020 - Termo Circunstanciado - Leve - VÍTIMAFATO: M.D.R. - Preliminar - Transação Civil Data: 03/10/2019 Hora 08:30 Local: Conciliação 2 Situacão: Pendente

Malena Felipe (OAB 14427/AM)

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Presidente **Desembargador Yedo Simões de Oliveira**
Endereço **Av. André Aráujo s/n - CEP:69060-000**
Telefone **(092) 2129-6666**
Internet **www.tjam.jus.br**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1
SEÇÃO I 1
PRESIDÊNCIA 1
SECRETARIA JUDICIARIA - RECURSOS 1
Intimações 1
SECRETARIA DA CENTRAL DE PRECATÓRIOS 4
Intimações 4
SEÇÃO II 7
TRIBUNAL PLENO 7
Intimações 7
Pauta de Julgamento Designado 7
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA 8
Intimações 8
SEÇÃO III 8
CÂMARAS REUNIDAS 8
Intimações 8
Editais 9
SEÇÃO IV 9
CÂMARAS ISOLADAS 9
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL 9
Conclusão de Acórdãos 9
Intimações 9
Pauta de Julgamento Designado 11
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL 15
Conclusão de Acórdãos 15
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL 28
Conclusão de Acórdãos 39
Despachos 46
Decisões 46
Pauta de Julgamento Virtual 46
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 47
Intimações 47
Decisões 48
Pauta de Julgamento Virtual 49
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 50
Conclusão de Acórdãos 50
Despachos 56
Intimações 56
Decisões 56
Pauta de Julgamento Designado 56
Pauta de Julgamento Virtual 56
SEÇÃO V 58
CONSELHO DA MAGISTRATURA 58
Pauta de Julgamento Designado 58
Pauta de Julgamento Virtual 58
SEÇÃO VI 58
VARAS - COMARCA DA CAPITAL 58
1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 58
2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 67
3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 70
4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 76
5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 79
6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 84
7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 89
8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 95
9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 105
10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 123
11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO 125
12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 130
13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 133
14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 136
15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 142
16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 172
17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 187
18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 193
19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 199
20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 201
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 206
4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 209
5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 217
VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO 219
1ª VARA CRIMINAL 220
2ª VARA CRIMINAL 220
7ª VARA CRIMINAL 222
8ª VARA CRIMINAL 223
1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 224
2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 243
3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 246
VARA DE EXECUÇÃO PENAL 249
AUDITORIA MILITAR 251
3ª VARA DE FAMÍLIA 251
5ª VARA DE FAMÍLIA 253
7ª VARA DE FAMÍLIA 254
8ª VARA DE FAMÍLIA 255
VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA ESTADUAL 255
VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL 257
2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 258
3ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 258
4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 265
1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 265
2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes 265
VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES DE TRÂNSITO 266
SEÇÃO VII 268
JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 268
1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 268
2º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 268
3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 269
SEÇÃO VIII 270
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL 270
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 270
2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 280
3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 280
5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 295
6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 308
7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 309
8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 309
9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 311
10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 323
11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 330
12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 339
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 352
15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 353
16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 355
17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 378
19ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 378